



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

**Atas de Comissões Permanentes e suas Subcomissões no
Senado Federal**

ANO LXVI – SUP. AO Nº 193 – QUINTA-FEIRA, 17 DE NOVEMBRO DE 2011 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP) 1º VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy - (PT-SP) 2º VICE-PRESIDENTE Wilson Santiago - (PMDB-PB) ³ 1º SECRETÁRIO Cícero Lucena - (PSDB-PB) 2º SECRETÁRIO João Ribeiro - (PR-TO) ²	3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI) 4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI) SUPLENTE DE SECRETÁRIO 1º - Gilvam Borges - (PMDB-AP) ¹ 2º - João Durval - (PDT-BA) 3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE) 4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

Notas:
1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PV) - 25 Líder Renan Calheiros - PMDB Líder do PMDB - 18 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Eduardo Braga Gilvam Borges ⁽¹⁰⁾ Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amélia ⁽¹⁴⁾ Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim Líder do PV - 1 Paulo Davim	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 24 Líder Humberto Costa - PT Vice-Líderes Acir Gurgacz Antonio Carlos Valadares Inácio Arruda Marcelo Crivella Líder do PT - 13 Humberto Costa Vice-Líderes do PT Lindbergh Farias Walter Pinheiro Wellington Dias Ana Rita Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz Vice-Líder do PDT Cristovam Buarque Líder do PSB - 3 Antonio Carlos Valadares Vice-Líder do PSB Lídice da Mata Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15 Líder Mário Couto - PSDB ⁽⁶⁾ Vice-Líderes Jayme Campos ⁽⁵⁾ Maria do Carmo Alves Cyro Miranda Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira ⁽⁷⁾ Paulo Bauer ⁽⁹⁾ Flexa Ribeiro ⁽⁸⁾ Líder do DEM - 5 Demóstenes Torres ^(3,4) Vice-Líder do DEM Jayme Campos ⁽⁵⁾
PR - 7 Líder Magno Malta - PR ⁽¹¹⁾ Vice-Líder Clésio Andrade	PTB - 6 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti	PSOL - 2 Líder Marinor Brito - PSOL
PSD - 2 Líder Kátia Abreu - PSD ⁽¹³⁾ Vice-Líder Sérgio Petecão	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lídice da Mata Jorge Viana Vital do Rêgo	

Notas:
1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. GLDEM Nº 028/2011, lido na sessão do dia 22 de março de 2011.
6. Senador Mário Couto é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM), conforme comunicação das Lideranças do PSDB e do DEM, lida na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
9. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
10. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
11. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
12. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
13. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
14. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o

EXPEDIENTE	
Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Patrícia Freitas Portella Nunes Martins Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA	
1.1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES NO SENADO FEDERAL	
1.2.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE	
Ata da 52ª Reunião, Ordinária, realizada em 18 de outubro de 2011.....	4
1.2.2 – Comissão de Assuntos Sociais – CAS	
Ata da 32ª Reunião, Conjunta, realizada em 20 de setembro de 2011.....	21
Ata da 33ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de setembro de 2011.....	46
1.2.3 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE	
Ata da 55ª Reunião, Conjunta, realizada em 19 de outubro de 2011.....	69
Ata da 56ª Reunião, Conjunta, realizada em 19 de outubro de 2011.....	96
Ata da 57ª Reunião, Conjunta, realizada em 20 de outubro de 2011.....	120
Ata da 58ª Reunião, Ordinária, realizada em 25 de outubro de 2011.....	140
Ata da 59ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de outubro de 2011.....	161
1.2.4 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA	
Ata da 40ª Reunião, Ordinária, realizada em 4 de outubro de 2011.....	180
Ata da 41ª Reunião, Conjunta, realizada em 5 de outubro de 2011.....	195
Ata da 42ª Reunião, Conjunta, realizada em 18 de outubro de 2011.....	222
Ata da 43ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de outubro de 2011.....	247
Ata da 44ª Reunião, Conjunta, realizada em 19 de outubro de 2011.....	248
Ata da 45ª Reunião, Conjunta, realizada em 20 de outubro de 2011.....	271
Ata da 46ª Reunião, Conjunta, realizada em 25 de outubro de 2011.....	306
Ata da 47ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1º de novembro de 2011.....	323
1.2.5 – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH	
Ata da 67ª Reunião, Conjunta, realizada em 21 de setembro de 2011.....	340
1.2.6 – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR	
1.2.6.1 – Subcomissão Permanente da Amazônia	
Ata da 2ª Reunião, realizada em 25 de maio de 2011.....	367
Ata da 3ª Reunião, realizada em 13 de setembro de 2011.....	370
1.2.6.2 – Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016	
Ata da 1ª Reunião, realizada em 5 de julho de 2011.....	375
Ata da 2ª Reunião, realizada em 20 de setembro de 2011.....	378
Ata da 3ª Reunião, realizada em 4 de outubro de 2011.....	383
1.2.7 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA	
Ata da 39ª Reunião, Conjunta, realizada em 5 de outubro de 2011.....	396
1.2.8 – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT	
Ata da 44ª Reunião, Conjunta, realizada em 5 de outubro de 2011.....	422

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS**ATA DA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 2011, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.**

Às dez horas e trinta e um minutos do dia dezoito de outubro do ano de dois mil e onze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Lobão Filho, Presidente em exercício da Comissão de Assuntos Econômicos, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Inácio Arruda, Casildo Maldaner, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Romero Jucá, Ana Amélia, Sérgio Souza, Benedito de Lira, Ricardo Ferraço, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Demóstenes Torres, Alvaro Dias, Armando Monteiro e Randolfe Rodrigues, e, ainda, do Senador Walter Pinheiro. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio do Amaral, Acir Gurgacz, Lídice da Mata, Eduardo Braga, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Reditario Cassol, José Agripino, João Vicente Claudino e Marinor Brito. A Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da Ata da 51ª Reunião, que é dada como aprovada. Em seguida, comunica aos Membros que a Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Aviso nº 80 de 2011, de 28 de setembro de 2011, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério no mês de agosto de 2011, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal, e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios; Aviso nº 81 de 2011, de 30 de setembro de 2011, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do real referentes ao mês de agosto de 2011, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas; e Aviso nº 1498-Seses-TCU-Plenário, de 5 de outubro de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-012.342/2008-5,

bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes a auditoria realizada na Agência Nacional de Aviação Civil – Anac. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. A Presidência dá início à apreciação das Matérias constantes da pauta. Item 1– Projeto de Resolução do Senado nº 42 de 2011, não terminativo, de autoria do Senador Casildo Maldaner, que “altera o art. 16 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, para permitir a contratação de operações de crédito destinadas à regularização de inadimplência com instituições do sistema financeiro nacional”, tendo como Relator o Senador Romero Jucá, que oferece relatório favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Anunciada a Matéria, o Relator, Senador Romero Jucá, apresenta relatório reformulado, favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. É solicitada vista pelos Senadores Demóstenes Torres e Aloysio Nunes Ferreira. O Vice-Presidente no exercício da Presidência, Senador Lobão Filho, concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. Item 2– Projeto de Lei da Câmara nº 106 de 2007, não terminativo, de autoria do Deputado José Carlos Machado, que “altera as Leis nºs 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997, obrigando as empresas prestadoras de serviços públicos a fornecer a seus usuários certidão anual de quitação de débitos”, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei da Câmara nºs 55 de 2009, não terminativo, de autoria do Deputado Celso Russomano, que “altera o art. 52 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor (normas para comercialização de produtos e serviços do consumidor)”; 75 de 2009, não terminativo, de autoria do Deputado Celso Russomano, que “altera o art. 42 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências (proíbe a cobrança indevida de encargos diversos na cobrança extrajudicial ao consumidor inadimplente)”; e 99 de 2009, não terminativo, de autoria do Deputado Walter Pinheiro, que “acrescenta parágrafo ao art. 22 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e dá outras providências (diminui para um ano o limite de retroação de débitos, junto a empresas fornecedoras)”; e com os Projetos de Lei do Senado nºs 42 de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que “altera as Leis nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 para acrescentar nova proteção contratual ao consumidor e considerar como prática abusiva cláusulas contratuais contrárias ao justo equilíbrio entre fornecedor e consumidor”; e 54 de 2009, não terminativo, de autoria do Senador Raimundo

Colombo, que “cria limites para os serviços de proteção ao crédito inscrever em seus bancos de dados informações relativas aos consumidores e dá outras providências”; tendo como Relator o Senador Lobão Filho, que oferece relatório favorável, nos termos do Substitutivo que apresenta, ao PLC nº 55 de 2009 e à Emenda nº 1, de autoria do Senador João Vicente Claudino, apresentada ao PLC nº 55 de 2009, pela prejudicialidade dos PLCs nºs 75 e 99 de 2009 e dos PLSS nºs 42 de 2007 e 54 de 2009, e pela rejeição do PLC nº 106 de 2007. As Matérias ainda serão apreciadas pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Em 4/10/2011, foi concedida Vista Coletiva. A Matéria é retirada de pauta. Item 3– Projeto de Lei do Senado nº 9 de 2010, não terminativo, de autoria do Senador Renan Calheiros, que “dispõe sobre a qualificação profissional dos beneficiários do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), pelos Estados e Municípios”, tendo como Relator “Ad Hoc” o Senador Blairo Maggi, que oferece relatório favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa. Em 11/10/2011, o Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designou o Senador Blairo Maggi Relator “Ad Hoc” da Matéria, em substituição ao Senador Clésio Andrade. Em 11/10/2011, foi concedida Vista Coletiva. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. Item 4– Projeto de Lei da Câmara nº 51 de 2011, não terminativo, de autoria do Deputado Sandes Júnior, que “altera a redação do caput e do § 1º do art. 588 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943”, tendo como Relator o Senador José Pimentel, que oferece relatório favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. Em 11/10/2011, foi concedida Vista ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. Item 5– Projeto de Lei do Senado nº 635 de 2007 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que “acrescenta inciso ao art. 4º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, para eliminar a possibilidade de cobrança de multa na quitação antecipada dos contratos de arrendamento mercantil”, tendo como Relator o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. Em 11/10/2011, foi concedida Vista Coletiva. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CAE.

Item 6– Projeto de Resolução do Senado nº 70 de 2009, não terminativo, de autoria do Senador Jefferson Praia, que “altera a Resolução do Senado Federal nº 93, de 1970, o Regimento Interno do Senado Federal, para estabelecer que o Presidente do Banco Central do Brasil comparecerá anualmente à Comissão de Assuntos Econômicos, em audiência pública, para expor sobre a concorrência no sistema financeiro nacional”, tendo como Relatora a Senadora Vanessa Grazziotin, que oferece relatório favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e pela Comissão Diretora. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto. Item 7– Projeto de Lei da Câmara nº 137 de 2010, não terminativo, de autoria da Deputada Sandra Rosado, que “acrescenta inciso ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de permitir ao empregado deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário para acompanhar filho em virtude de enfermidade”, tendo como Relator o Senador Armando Monteiro, que oferece relatório favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. Após a leitura do relatório, é solicitada vista pelo Senador Cyro Miranda e pela Senadora Vanessa Grazziotin. O Vice-Presidente no exercício da Presidência concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. Item 8– Projeto de Lei do Senado nº 334 de 2010 – Complementar, não terminativo, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que “altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, para dispor sobre a representação sindical dos Microempreendedores Individuais e dá outras providências”, tendo como Relator o Senador Armando Monteiro, que oferece relatório contrário ao Projeto. Após a leitura do relatório, usa da palavra o Senador José Pimentel. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, contrário ao Projeto. Item 9– Projeto de Lei do Senado nº 40 de 2010, não terminativo, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que “altera o § 1º do art. 1º da Lei 9.826, de 23 de agosto de 1999, que dispõe sobre incentivos fiscais para desenvolvimento regional, altera a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, e dá outras providências. (Inclui faixa da fronteira da Região Sul nas áreas onde os empreendimentos empresariais farão jus à crédito

presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados)”, tendo como Relator o Senador José Pimentel, que oferece relatório contrário ao Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CDR. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. Após a leitura do relatório, usa da palavra o Senador Casildo Maldaner. É solicitada vista pelo Senador Sérgio Souza. O Vice-Presidente no exercício da Presidência concede Vista ao Senador Sérgio Souza, nos termos regimentais. Item 10– Projeto de Lei do Senado nº 84 de 2009, não terminativo, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que “estabelece a dilação no pagamento de prestações de mutuários da Caixa Econômica Federal e dá outras providências”, tendo como Relator o Senador José Pimentel, que oferece relatório contrário ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Casildo Maldaner e Cristovam Buarque. A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, contrário ao Projeto. Item 11– Projeto de Lei do Senado nº 284 de 2008, não terminativo, de autoria do Senador João Vicente Claudino, que “dispõe sobre a obrigatoriedade da inserção de texto em embalagens de produtos infantis”, tendo como Relator o Senador José Pimentel, que oferece relatório favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo) com a Subemenda que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com Parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. Item 12– Projeto de Lei do Senado nº 302 de 2010, terminativo, de autoria do Senador Alfredo Cotait, que “efetua alterações nos artigos 1º, 2º e 3º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, para fixar a tabela progressiva do imposto de renda incidente sobre os rendimentos de pessoas físicas para o ano-calendário de 2011 e seguintes e dá outras providências”, tendo como Relator “Ad Hoc” o Senador Blairo Maggi, que oferece relatório pela rejeição do Projeto e da Emenda nº 1, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares. Em 11/10/2011, o Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designou o Senador Blairo Maggi Relator “Ad Hoc” da Matéria, em substituição ao Senador Armando Monteiro. Em 11/10/2011, foi concedida Vista ao Senador Cyro Miranda. Anunciada a Matéria, usam da

palavra os Senadores Blairo Maggi, Relator “Ad Hoc” da Matéria, e Cyro Miranda. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão rejeita o Projeto por dezesseis votos contrários, nenhum favorável e nenhuma abstenção. Item 13– Projeto de Lei do Senado nº 60 de 2011, terminativo, de autoria do Senador João Vicente Claudino, que “dispõe sobre a exclusão do valor do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) da base de cálculo da comissão do representante comercial autônomo”, tendo como Relator o Senador José Agripino, que oferece relatório pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3 que apresenta. O Vice-Presidente da Comissão designa o Senador Demóstenes Torres Relator “Ad Hoc” da Matéria. Após a leitura do relatório pelo Relator “Ad Hoc”, é solicitada Vista pelos Senadores José Pimentel e Cyro Miranda. O Vice-Presidente no exercício da Presidência concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. Item 14– Projeto de Lei do Senado nº 384 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Romeu Tuma, que “dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais e creditícios às pessoas jurídicas que adquirirem livros técnicos-profissionalizantes relacionados ao respectivo objeto social da empresa e os distribuírem, gratuitamente, ao seu corpo funcional e à comunidade onde a empresa está localizada”, tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CE. O Vice-Presidente da Comissão designa o Senador Romero Jucá Relator “Ad Hoc” da Matéria. Após a leitura do relatório pelo Relator “Ad Hoc”, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão rejeita o Projeto por quatorze votos contrários, nenhum favorável e nenhuma abstenção. Item 15– Projeto de Lei do Senado nº 621 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que “cria a Área de Livre Comércio no município de Jaguarão, Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências”, tendo como Relator o Senador Eduardo Braga, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3-CDR. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. Item 16– Requerimento nº 76 de 2011, de iniciativa do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que “requer, em aditamento aos Requerimentos nºs 68, 69, 70 e 71-CAE, sejam convidados, para compor a Audiência Pública de cada um dos requerimentos, respectivamente, o Economista Luis Gonzaga Beluzzo – Fundação Escola de Sociologia de São Paulo; o Econo-

mista Raul Velloso – Diretor da ARD Consultores Associados; o Professor Afonso Celso Pastore – Fundação Getúlio Vargas; e o Economista Gil Castelo Branco – Contas Abertas”. Em 11/10/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão. Anunciada a Matéria, usa da palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira, autor do Requerimento. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 76 de 2011-CAE. É lido e será apreciado posteriormente o Requerimento nº 77 de 2011. O Requerimento nº 77 de 2011, de iniciativa do Senador Flexa Ribeiro, requer a realização de audiência pública com o objetivo de debater a matéria tratada no Projeto de Lei do Senado nº 336 de 2008, que objetiva reformular o sistema de execução dos créditos lançados como dívida ativa das Fazendas Públicas da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das autarquias e fundações de direito público, com a presença dos seguintes convidados: Exmo. Sr. Luís Inácio Lucena Adams, Advogado-Geral da União; Sr. Ophir Cavalcante Júnior, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil; Dr. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho, Consultor Jurídico do Ministério da Previdência Social; Sr. Robson Braga de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria; e Sr. Murilo Portugal, Presidente da Federação Brasileira de Bancos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e quatro minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Lobão Filho**, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Sob a proteção de Deus, declaro aberta a 52ª Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 51ª Reunião.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico aos membros que esta Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento:

– Aviso do Ministério da Fazenda nº 80/2011, de 28 de setembro de 2011, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, o relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no

âmbito daquele Ministério no mês de agosto de 2011, tabela demonstrativa da dívida consolidada liquidada dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a dívida consolidada líquida e a receita corrente líquida dos Municípios;

– Aviso do Banco Central nº 81/2011, de 30 de setembro de 2011, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069, de 1995, o demonstrativo das emissões do real referentes ao mês de agosto de 2011, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas;

– Acórdão proferido pelo TCU. Aviso nº 1.498, do TCU – Plenário, de 5 de outubro de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos dos processos nº 012 e 342/2008, de 2005, bem como do relatório do voto que os fundamenta, referentes à auditoria realizada na Agência Nacional da Aviação Civil – Anac.

Informo ainda que a Comissão recebeu algumas correspondências enviadas por órgãos, as quais tratam de assuntos diversos.

Gostaria de fazer um convite aos nobres senhores presentes para a reunião conjunta com a Comissão de Infraestrutura para a audiência pública conjunta, a 53ª Reunião desta Comissão de Assuntos Econômicos e a 46ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura, a realizar-se em conjunto, no dia 18 de outubro de 2011, terça-feira, hoje, às 14 horas, no Plenário nº 13 da Ala Alexandre Costa, Anexo II – audiência pública com a finalidade de discutir a eficácia da sistemática da Cobrança da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais, o Cfem, em face da crescente judicialização do processo, em atendimento aos Requerimentos nº 45 e 56, todos de iniciativa do Senador Flexa Ribeiro, e nº 75, de autoria dos Senadores Waldemir Moka e Delcídio do Amaral.

Convidados: Exmº Sr. Edison Lobão, Ministro das Minas e Energia; Exmº Sr. Simão Jatene, Governador do Estado do Pará; Exmº Sr. Antonio Anastasia, Governador de Minas Gerais; Sr. Paulo Camillo Vargas Penna, Diretor Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram); Sr. Murilo Ferreira, Diretor Presidente da Vale; Sr. Anderson Costa Cabido, Presidente da Associação dos Municípios Mineradores do Brasil; Exmº Sr. Marconi Perillo, Governador do Estado de Goiás; Exmº Sr. André Puttineli, Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, o único que comunicou a impossibilidade da sua presença.

Dando prosseguimento, o Item 1 da pauta, a pedido do Relator, Senador Romero Jucá, passa a fazer

parte do final da pauta, para que possamos aguardar o Relator.

O Item 2, de minha relatoria, vou retirar, a pedido da CNI, para melhor estudo.

Passamos, então, ao Item 3, que também foi retirado de pauta, a pedido do Senador Blairo Maggi. Item 4.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, também estou pedindo a retirada de pauta do Item 4, numa composição com o nosso Senador Aloysio Ferreira, para que possamos construir um novo entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Com prazer, Senador José Pimentel.

Portanto, o Item 4 fica também retirado de pauta.

Passamos, assim, ao Item 5, que é, inclusive, de relatoria do Senador Aloysio Nunes.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 635 DE 2007 – Complementar

– Não Terminativo –

Acrescenta inciso ao art. 4º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, para eliminar a possibilidade de cobrança de multa na quitação antecipada dos contratos de arrendamento mercantil.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Relatório: *Favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta.*

Observações: neste projeto foi concedido vista coletiva. O relatório já foi lido pelo Relator na 51ª reunião, realizada em 11 de outubro, ocasião em que foi concedida vista coletiva.

Pergunto ao Relator, Senador Aloysio Nunes, se deseja fazer uso da palavra.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho – PMDB – MA) – Portanto, a matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, está em votação o relatório do Senador Aloysio Nunes.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1 da CAE.

Apenas como resumo, o projeto impede a cobrança de multa ou tarifa na hipótese de quitação antecipada nos contratos de arrendamento mercantil e financeiro. A emenda assegura que o valor presente dos contratos seja calculado com a utilização da taxa de juros pactuada no contrato.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) –

ITEM 6

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO

Nº 70 DE 2009

– Não Terminativo –

Altera a Resolução do Senado Federal nº 93, de 1970, o Regimento Interno do Senado Federal, para estabelecer que o Presidente do Banco Central do Brasil comparecerá anualmente à Comissão de Assuntos Econômicos, em audiência pública, para expor sobre a concorrência no sistema financeiro nacional.

Autoria: Senador Jefferson Praia.

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin.

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações: *A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e pela Comissão Diretora.*

Com a palavra, a Relatora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Vamos para a análise, Sr. Presidente, do relatório.

Como V. Exª já anunciou, o Projeto de Resolução nº 70/2009, do Senador Jefferson Praia, não apresenta óbices de natureza constitucional, jurídico ou regimental.

A Constituição Federal estabelece em seu art. 49, X, que é da competência exclusiva do Congresso Nacional fiscalizar e controlar diretamente, ou por qualquer uma de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da Administração Direta. Além disso, a Constituição estabelece, no art. 50, que a Câmara dos Deputados e o Senado, ou quaisquer de suas Comissões, poderão convocar Ministros de Estado ou titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem pessoalmente informações sobre assuntos previamente determinados. Ademais, conforme reza a Constituição Federal em seu art. 52, III, d, compete, privativamente, ao Senado aprovar previamente a escolha do presidente e diretores do Banco Central. Também no mesmo artigo da Constituição, inciso XII, estabelece competência privativa a esta Casa para elaborar o seu regimento interno.

Quanto ao Banco Central do Brasil, nos termos determinados pelo art. 18 da Lei 4.595/64, cabe regular as condições de concorrência entre instituições financeiras, coibindo-lhes os abusos.

Concordamos com o nobre autor do projeto que é fundamental que o Senado possa acompanhar de perto as ações da autarquia no sentido de fomentar a concorrência no sistema financeiro e impedir eventuais abusos de poder econômico, bem como garantir integridade e estabilidade no sistema financeiro.

Dessa forma, com a aprovação do projeto de resolução, mantém-se, Sr. Presidente, a sistemática de comparecimento trimestral do Banco Central do Brasil para discutir a política monetária conforme já previsto, acrescido do aproveitamento de uma dessas audiências públicas para tratar especificamente da concorrência no sistema financeiro. Ou seja, todas as regras estabelecidas hoje permanecerão, apenas o Senador Jefferson Praia sugere que, em uma das vindas do Presidente do Banco Central, seja debatido o assunto que diz respeito à concorrência do sistema financeiro.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado Federal nº 70/2009. É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA)

– Muito obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o relatório da Senadora Vanessa Grazziotin.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA)

– Passemos ao item 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 137 DE 2010

– Não Terminativo –

Acrescenta inciso ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de permitir ao empregado deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário para acompanhar filho em virtude de enfermidade.

Autoria: Deputada Sandra Rosado.

Relatoria: Senador Armando Monteiro.

Relatório: Favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta.

Observações: A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Com a palavra o nobre Relator.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é submetido ao exame desta Comissão, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 137, de 2010, que tem a finalidade de permitir ao empregado ausentar-se do trabalho, sem prejuízo do salário, por até trinta dias, para cuidar da saúde de

filho de até doze anos, desde que a necessidade do acompanhamento em horário incompatível com o seu trabalho seja atestada por laudo médico.

Na Câmara dos Deputados, o PLC nº 137, de 2010, foi objeto de deliberação nas Comissões de Seguridade Social e Família, de Trabalho, de Administração e Serviço Público e de Constituição e Justiça e de Cidadania, nas quais mereceu sua aprovação.

Nesta Casa, a proposição tramitava na Comissão de Assuntos Sociais, onde recebeu uma emenda. Em decorrência, no entanto, da aprovação do Requerimento nº 836, de 2011, a matéria vem a esta Comissão de Assuntos Econômicos para exame e, posteriormente, retornará à Comissão de Assuntos Sociais, que deverá se pronunciar sobre ela em caráter terminativo.

Nesta Comissão, até o momento, não foram apresentadas emendas.

Nos termos do art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Econômicos analisar o aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida por consulta de comissão.

A proposição em discussão pretende disciplinar a ausência do empregado ao trabalho, sem prejuízo do salário, por até trinta dias, para cuidar da saúde de filho de até doze anos, nas condições que especifica.

Reconhecemos que o direito que se pretende assegurar ao empregado é fundamental para a boa recuperação da saúde da criança, manutenção do equilíbrio familiar e bem-estar do trabalhador, que deve ter a tranquilidade necessária para dar o suporte ao ente querido, quando enfermo.

Todavia, a despeito dos nobres propósitos presentes na proposta, temos restrições quanto à transferência para o empregador de mais um encargo financeiro, vez que as licenças previstas no art. 473 da CLT são remuneradas e contadas para todos os efeitos legais.

Poder-se-ia, então, cogitar em algo como compensação fiscal ou previdenciária para o empregador.

Se optarmos, porém, por uma compensação fiscal, as micro e pequenas empresas seriam pouco ou quase nada beneficiadas.

Na linha de uma compensação previdenciária, poder-se-ia pensar na dedução dos valores da remuneração do empregado, relativos aos dias em que ele faltou ao serviço, do montante a recolher para a Previdência Social.

Entendemos que a solução previdenciária também não seja indicada, pois estaria em sentido contrário ao esforço que vem se fazendo na tentativa de sanear o seu déficit que, neste ano de 2011, alcançará algo em torno de R\$43 bilhões.

Por isso, somos favoráveis a que a ausência ao trabalho sem prejuízo do salário, de que trata o projeto, seja objeto de negociações coletivas entre as partes.

A propósito, para traçar um panorama da negociação de questões pertinentes ao trabalho da mulher, o Dieese – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos realizou um estudo sobre cláusulas relativas ao tema constantes de convenção e acordos coletivos de trabalho firmados por algumas das mais importantes categorias profissionais no processo de negociação coletiva de trabalho no Brasil. Vale destacar que o abono de faltas para acompanhamento de filhos é uma das garantias mais presentes nas negociações.

É importante também mencionar que a grande maioria das cláusulas registradas relaciona-se ao acompanhamento dos filhos em questões de saúde. Dessas, cerca de 60% referem-se exclusivamente a internação hospitalar e os outros 40% a ausências relativas a doenças. A maioria as prevê para consultas médicas. Quanto aos beneficiários do abono de faltas, diferentemente das outras garantias relativas a maternidade/paternidade, a maioria das cláusulas reporta-se a todos os trabalhadores da categoria, sem discriminação de sexo.

Do restante, parte assegura ao pai apenas quando a mãe não puder acompanhar o filho e, em menor número, a garantia é concedida apenas às mães. Em aproximadamente dois terços dos contratos, há previsão do abono da falta, sem prejuízo do salário. Em um terço é negociado apenas o desconto das horas relativas à ausência, sendo preservados o descanso semanal remunerado, férias, feriados e 13º salário.

Também com relação à idade limite dos filhos a serem acompanhados, as garantias variam bastante de um contrato para outro. Algumas cláusulas estipulam a idade que vai desde os seis até os quatorze anos. Em uma delas, a garantia é válida para todos os filhos menores de dezoito anos. Em alguns dos contratos, ainda, não há nem mesmo especificação da idade máxima do filho para que a ausência seja justificada. É importante registrar que cerca de 20% das cláusulas mencionam que, no caso de filhos excepcionais, deficientes ou inválidos, não há limite de idade.

Há ainda um caso em que, diante da internação de filhos, além do abono de falta de um dia útil, é concedido o direito de flexibilização do horário de trabalho, de comum acordo com a empresa, mediante compensação posterior. A presença dessas garantias nos acordos e convenções coletivas de trabalho, além de ser uma importante conquista do movimento sindical, tende a se tornar referência e a se disseminar nos processos de negociação coletiva e, portanto, devem ser incentivadas, por meio de lei.

Por essas razões, propomos a alteração do dispositivo que se pretende acrescentar à CLT, condicionando a ausência do empregado ao serviço, sem prejuízo do salário, desde que o acompanhamento do filho menor de doze anos de idade ali previsto tenha sido objeto de negociação coletiva de trabalho.

Feito esse ajuste, acreditamos que a proposta possa prosperar sem onerar, em especial, os pequenos estabelecimentos, que são os que mais oferecem postos de trabalho neste País.

À vista do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 2010, com a seguinte emenda:

Dê-se ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, na forma que dispõe o art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 2010, o seguinte inciso X:

EMENDA Nº – CAE

Art. 473

X – mediante convenção ou acordo coletivo, por até trinta dias, a cada doze meses, para acompanhar filho de até doze anos de idade, desde que justificado com perícia médica, que ateste a necessidade de assistência direta do empregado em horário incompatível com o seu horário de trabalho.

É essa a emenda e é esse o voto, Sr. Presidente.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, peço vista do projeto.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, peço vista do projeto. Gostaria de examiná-lo mais detidamente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Concedido vista ao Senador Cyro Miranda.

Mais algum pedido de vista? (*Pausa.*)

Vista coletiva à Senadora Vanessa Grazziotin.

Item 8 da pauta. Também de relatoria do Senador Armando Monteiro.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 334 DE 2010 – Complementar

– Não Terminativo –

Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, para dispor sobre a repre-

sentação sindical dos Microempreendedores Individuais e dá outras providências.

Autoria: Senadora Serys Slhessarenko.

Relatoria: Senador Armando Monteiro.

Relatório: Contrário ao Projeto.

Com a palavra o relator.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 334, de 2010, que altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, para dispor sobre a representação sindical dos Microempreendedores Individuais e dá outras providências, é de autoria da Senadora Serys Slhessarenko.

O projeto propõe a criação de um fundo de amparo ao Microempreendedor Individual (MEI), com o intuito de financiar a complementação dos integrantes dessa categoria para fins de obtenção da aposentadoria por tempo de contribuição. Hoje, caso o MEI pretenda usar seus recolhimentos para esse tipo de aposentadoria, ele deve fazer uma complementação por meio de aplicação da diferença entre o percentual pago e o percentual de 20% sobre o valor do salário mínimo, acrescido de juros.

A governança desse fundo não está clara. Ele seria gerido por uma administração tripartite, com participação de representantes do empregador, dos empregados e do governo, e deveria ser criado por entidade nacional de representação da categoria profissional.

Na sua justificativa, a eminente autora informa que realizou uma pesquisa para o acompanhamento dos aspectos financeiros dos microempreendedores individuais junto a Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, alterada pela Lei Complementar nº 128, de 19/12/2008, e observou que ela não oferece nenhum benefício e incentivo financeiro por parte do governo para que eles possam iniciar suas atividades enquadradas pela referida Lei.

Não foram apresentadas emendas até a presente data.

Compete à Comissão de Assuntos Econômicos desta Casa Legislativa, nos termos do art. 99, inciso I, do Regimento Interno, opinar sobre os aspectos econômicos e financeiros da presente proposição, em caráter não terminativo.

O projeto de lei complementar *sub examine* é bastante complexo por pretender tratar sobre diversos temas numa só proposição.

Um dos exemplos claros é a parte do texto que se refere à gestão financeira do referido fundo, que está incompreensível. A fórmula utilizada para o *funding* do fundo, refere-se a “negociações de dívidas contraídas

por eles (*supõe-se que sejam os Microempreendedores Individuais-MEI*) ao longo do tempo, que será convertida em títulos negociáveis junto às instituições credoras onde o MEI for inadimplente”. O texto mescla, de uma forma ininteligível, a fonte de recursos do fundo com algo parecido com securitização das dívidas dos MEI com as instituições credoras.

O projeto propõe a inclusão de §§ 7º e 8º ao art. 77, situado no Capítulo XIV (Disposições Finais e Transitórias), da Lei Complementar (LCP) nº 123, de 2006. De acordo com o § 7º, o Ministério do Trabalho e Emprego criará o cadastro nacional do microempreendedor individual autônomo, *com objetivo de homologar e anotar as informações sociais por meio do documento que os credenciem ao exercício de sua atividade, conforme a carteira de identidade profissional do microempreendedor individual expedida pela entidade de representação da categoria (sic)*. O § 8º prevê que o Ministério do Trabalho e Emprego criará também o cadastro nacional do microempreendedor individual, com o propósito de fornecer, na forma estabelecida pelo Comitê Gestor, resultados de pesquisas quantitativas e qualitativas relativas ao microempreendedor individual.

O art. 3º do PLS altera os arts. 6º, 7º, 8º, 12 e 18 da Lei nº 11.898, de 8 de janeiro de 2009, com o aparente objetivo de possibilitar ao MEI a opção pelo Regime de Tributação Unificada (RTU) na importação de mercadorias procedentes da República do Paraguai, instituído pela citada norma.

No que se refere ao art. 1º da proposição, especialmente no que tange aos dispositivos a serem inseridos no art. 73 da LCP nº 123, de 2006, a redação usada apresenta-se inadequada, sem observância das regras relativas à técnica legislativa, e bastante obscura, o que dificulta sobremaneira a interpretação das alterações que se pretende realizar.

O texto define figuras como “empregador”, quando estamos nos referindo a trabalhadores autônomos; refere-se a “entidade nacional” quando ela não existe oficialmente, e, finalmente, cria fórmula completamente sem sustentação para ajudar os MEI no que tange a obterem a aposentadoria por tempo de contribuição.

A propósito, a Medida Provisória (MPV) nº 529, de 2011, recentemente aprovada, oferece solução muito mais interessante e compreensível aos MEI. Resumindo, o texto da referida MPV promove redução da carga tributária dessa categoria, alterando a alíquota de contribuição para a previdência social de 11% para 5%.

A lei já prevê a possibilidade de complementação, caso o MEI pretenda usar seus recolhimentos para fins de aposentadoria por tempo de contribuição. Essa

complementação deve ocorrer por meio de aplicação da diferença entre o percentual pago e o percentual de 20% sobre o valor do salário mínimo, acrescido de juros. Com a mudança da contribuição para 5%, a complementação das contribuições recolhidas até abril de 2011 permanecerá de 9%, passando a 15% para os meses posteriores.

Com relação ao cadastro nacional do MEI, a Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008, alterou a Lei Complementar nº 123, de 2006, e criou a figura jurídica do MEI, dando-lhe um específico e favorecido regime jurídico.

Assim, torna-se desnecessária e burocrática a exigência de cadastramento do MEI no Ministério do Trabalho e Emprego, conforme proposto no projeto, haja vista que a legislação atual exige a sua inscrição na junta comercial.

No que se refere às alterações propostas pelo projeto na Lei nº 11.898, de 2009, ressaltamos que foram redigidas também de forma inadequada, sem observância das regras relativas à técnica legislativa, o que dificulta bastante a correta interpretação das alterações que se pretende realizar. A justificação tampouco ajuda a esclarecer as dúvidas interpretativas.

Entretanto, inferimos que as alterações visam à inclusão do MEI no Regime de Tributação Unificado (RTU) instituído pela norma, que possibilita a importação.

Na verdade, parte das pretensões contidas no presente projeto de lei complementar já foram alcançadas pela MPV 529, de 2011. Outras exigências parecem burocratizar demais a vida do MEI, que tem regras claras estabelecidas e nada lhe está sendo retirado, apenas o que a lei faz é conferir-lhe tratamento tributário diferenciado, o que já é uma ampliação de direitos e não uma restrição, restando prejudicada a proposição.

Em face do exposto, opinamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 334, de 2010 – Complementar.

É esse o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senador Armando Monteiro. A matéria está em discussão.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador José Pimentel, para discutir.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero parabenizar o Relator Armando Monteiro pelo seu parecer porque todo o esforço do pacto federativo dos Municípios, dos

Estados, da União, do Congresso Nacional e da sociedade brasileira é para desburocratizar o sistema hoje existente para formalização de qualquer empreendedor, seja ele micro, pequeno ou grande.

A medida provisória, ao criar a carteira de identificação profissional do microempreendedor individual, ia trazer uma parafernália de burocratização que ia dificultar ainda mais a vida desses pequenos empreendedores. Hoje, com as novas tecnologias, o controle é feito através do CNPJ desse setor.

Como muito bem ressalta o Sr. Relator, o teto de enquadramento é de 36 mil reais neste mês de outubro e o Senado Federal, por unanimidade, aprovou a sua elevação para 60 mil reais a partir de janeiro de 2012.

A segunda questão é sobre a política de crédito. O Congresso Nacional e as entidades sempre debateram que o crédito deve ser subsidiado, mas de forma mais transparente, passando por dentro do Orçamento da União. É o que foi feito com a Medida Provisória nº 542, de 2011, que ainda se encontra na Câmara dos Deputados e virá ao Senado, exatamente para dar transparência à sociedade brasileira. O crédito para esse setor passa a ser de 8% ao ano, sem correção monetária, um crédito subsidiado, passando por dentro do Orçamento da União, para que toda a sociedade brasileira passa ter conhecimento e acompanhamento.

Portanto, parabeno o Sr. Relator.

Quero só falar do êxito desse programa: no dia 16 de outubro, no último relatório da Receita Federal, estamos com 1 milhão, 679 mil e 202 empreendedores formalizados, num processo crescente e significativo.

Portanto, voto com o Sr. Relator e o louvo pelo seu parecer.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senador José Pimentel. Tenho o prazer de me unir a V. Ex^a nas palavras elogiosas ao Relator Armando Monteiro.

Pergunto ao Senador José Pimentel se eu poderia avançar um pouco na pauta para votarmos os terminativos, já que há quórum, e depois voltar aos de V. Ex^a, que são não terminativos. *(Pausa.)*

Então, passamos ao item 11. Ele foi retirado a pedido do relator. Sigo para o item 12. *(Pausa.)*

Perdão. Após a discussão, coloco em votação o relatório do Senador Armando Monteiro.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, contrário ao projeto.

Dando prosseguimento, item 12.

Peço silêncio a este Plenário para que possamos ler os terminativos.

ITEM 12
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 302 DE 2010
– Terminativo –

Efetua alterações nos artigos 1º, 2º e 3º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, para fixar a tabela progressiva do imposto de renda incidente sobre os rendimentos de pessoas físicas para o anocalendarário de 2011 e seguintes e dá outras providências.

Autoria: Senador Alfredo Cotait.

Relatoria Ad Hoc: Senador Blairo Maggi.

Relatório: Pela rejeição do Projeto e da Emenda nº 1, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares.

Observações: – Em 11/10/2011, o Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designou o Senador Blairo Maggi Relator “Ad Hoc” da Matéria, em substituição ao Senador Armando Monteiro;

– **Em 11/10/2011, foi concedida Vista ao Senador Cyro Miranda.**

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

O relatório já foi lido pelo relator na 49ª reunião realizada em 4 de outubro.

Pergunto ao Relator Blairo Maggi se deseja fazer uso da palavra. *(Pausa.)*

Com a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR - MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero só confirmar o voto que foi dado, o voto pela rejeição, a esse projeto, que já foi lido. Espero que os colegas acompanhem o voto pela rejeição do PLS nº 302, de 2010, e também pela reprovação da Emenda nº 1, apresentada.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB - MA) – Pergunto ao Senador Cyro Miranda se gostaria de fazer uso da palavra.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB - GO) – Sr. Presidente, não tenho nada a acrescentar. Após exame total, também sou pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB - MA) – A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o projeto e a Emenda nº 1. É votação nominal.

Consulto o Plenário se podemos fazer uma só votação. *(Pausa.)*

Então, votaremos o projeto e a sua emenda.

Em votação o projeto e a Emenda nº 1.

Quem vota com o relator vota “não” ao projeto e à Emenda nº 1.

Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, voto com o relator: “não”.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB - MA) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com o relator: “não”.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB - MA) – Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Voto com o relator: “não”.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB - MA) – Senador João Ribeiro.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PR – TO) – Com o relator, Sr. Presidente: “não”.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB - MA) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – O Senador Blairo me convenceu. Portanto, voto a favor do relatório dele.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB - MA) – Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com o relator: “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB - MA) – Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB - MA) – Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB - MA) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB - MA) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB - MA) – Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB - MA) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB - MA) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB - MA) – Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) –

Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Com o relator.

Dezesseis votos NÃO; e nenhum SIM.

A Comissão, portanto, rejeita o projeto e a Emenda nº 1.

Passamos ao Item 13 – terminativo.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 60, DE 2011

– Terminativo –

Dispõe sobre a exclusão do valor do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) da base de cálculo da comissão do representante comercial autônomo.

Autoria: Senador João Vicente Claudino.

Relatoria: Senador José Agripino.

Relatório: Pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3 que apresenta.

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Como o Senador José Agripino não se encontra, passo a relatoria *ad hoc* para o Senador Demóstenes Torres. Item 13, do Senador José Agripino.

Com a palavra o Relator.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, relatório do Senador José Agripino sobre Projeto de Lei do Senado nº 60, de 2011, do Senador João Vicente Claudino, que dispõe sobre a exclusão do valor do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) da base de cálculo da comissão do representante comercial autônomo.

O parecer do Senador Agripino é pela aprovação, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº 1

Dê-se a seguinte redação à ementa do PLS nº 60, de 2011:

Altera a Lei nº 4.886, de 9 de dezembro de 1965, para dispor que o valor do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre a mercadoria vendida não integra a base de cálculo da comissão do representante comercial autônomo.

EMENDA Nº 2

Dê-se a seguinte redação ao art. 1º do PLS nº 60, de 2011:

Art. 1º O § 4º do art. 32 da Lei n.º 4.886, de 9 de dezembro de 1965, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 32.

§ 4º As comissões deverão ser calculadas pelo valor total das mercadorias, excluindo-se o valor do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)

..... (NR)

Na análise, diz o Senador Agripino:

Cabe à Comissão de Assuntos Econômicos opinar sobre os aspectos econômicos das matérias que lhe são submetidas e sobre proposições pertinentes a tributos, como é o caso, dispensada a competência do Plenário, tudo a teor do art. 91, inciso I, cumulado com o art. 99, incisos I e IV, do Regimento Interno do Senado Federal.

O PLS nº 60, de 2011, coaduna-se com os parâmetros constitucionais aplicáveis, quer no tocante à legitimidade da iniciativa parlamentar no processo legislativo (art. 61, *caput*, da Constituição Federal – CF), quer quanto à competência da União e do Congresso Nacional para legislar.

Em relação à juridicidade, a proposição está acertada.

A proposição, diz o Senador Agripino, não gera renúncia de receita consoante definido pelo art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). O IPI incidente sobre a mercadoria vendida pelo representante comercial autônomo, caso aprovado o PLS, continuará a ser recolhido normalmente, mas não comporá a base de cálculo da comissão contratada, que é coisa diferente.

Quanto à técnica legislativa, há algumas falhas no PLS que precisam ser sanadas, a fim de adequá-lo às normas da Lei Complementar (LCP) nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, o que é feito por meio de emendas de redação, que eu acabei de ler.

No mérito, diz o Senador Agripino, estamos totalmente de acordo com o projeto. Apesar da grande admiração que temos pela categoria dos representantes comerciais autônomos, sempre muito relevante para o desenvolvimento do País, não concordamos com a metodologia de valoração das comissões pagas a esses profissionais que incluem o IPI na base de cálculo.

O IPI incidente sobre a mercadoria vendida pelo representante comercial, quando integra o cálculo da comissão, infla artificialmente o valor dessa, onerando de forma desarrazoada o representado, que, além

de recolher o imposto ao Fisco federal, ainda terá que pagar montante adicional sobre o tributo cobrado.

A comissão agora não será cobrada mais com o cálculo do IPI, porque quem compra já paga o IPI, recolhe diretamente ao Tesouro.

Então, em suma, é essa a situação. O parecer, portanto, é favorável com essas duas emendas.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, eu peço vista para examinar melhor a proposta.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senador.

Pede vista?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Concedida vista ao Senador José Pimentel.

Alguém deseja fazer vista coletiva?

Vista coletiva concedida.

ITEM 14

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 384 DE 2008

– Terminativo –

Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais e creditícios às pessoas jurídicas que adquirirem livros técnicos-profissionalizantes relacionados ao respectivo objeto social da empresa e os distribuírem, gratuitamente, ao seu corpo funcional e à comunidade onde a empresa está localizada.

Autoria: Senador Romeu Tuma.

Relatoria: Senador Valdir Raupp.

Relatório: Pela rejeição do Projeto.

Observações: *A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CE.*

A autoria é do nosso saudoso Senador Romeu Tuma.

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Com a palavra o Exmº Sr. Valdir Raupp, Relator do projeto.

Então pediria ao Senador Romero Jucá que atuasse como Relator *ad hoc* do Item 14.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Item 14 trata do projeto de lei terminativo que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais e creditícios às pessoas jurídicas que adquirirem livros técnicos profissionalizantes relacionados ao respectivo objeto social da empresa e os distribuírem gratuitamente ao seu corpo funcional e à comunidade onde a empresa está localizada.

O Senador Valdir Raupp apresenta relatório em que lista uma série de questões levantadas tecnicamente.

Em face do exposto, o voto é pela rejeição do projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senador.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação o projeto.

Votação nominal.

Quem vota com o Relator vota “não” ao projeto.

Senador José Pimentel, como vota?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Com o relator: “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – “Não”, com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Lindbergh Farias. *(Pausa.)*

Senador João Ribeiro.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – Com o relator, Sr. Presidente: “não”.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Aloysio Nunes. *(Pausa.)*

Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSB – PA) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Com o relator: “não”.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Romero Jucá é o relator.

Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Ricardo Ferraço. *(Pausa.)*

Então, 14 “Não”. Está rejeitado o projeto.

O último terminativo, o Item 15 foi retirado.

Vamos passar agora, voltando aos projetos não terminativos, ao Item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO

Nº 42 DE 2011

– Não Terminativo –

Altera o art. 16 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, para permitir a contratação de operações de crédito destinadas à regularização de inadimplência com instituições do sistema financeiro nacional.

Autoria: Senador Casildo Maldaner.

Relatoria: Senador Romero Jucá.

Relatório: Favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta.

Com a palavra o relator.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o projeto de resolução do Senador Casildo, de certa forma, ajusta o processo de aprimoramento relacionado ao controle do endividamento público. Com a modificação que estamos fazendo, ele permite a regularização de operações de crédito contratadas junto a instituições financeiras sem tramitar pelo Ministério da Fazenda; esclarece a abrangência do terminativo trâmite orçamentário, portanto, dá mais clareza ao processo como deve ser avaliado no Ministério da Fazenda; afasta os impedimentos ditados por supostas irregularidades, observadas as operações contratadas ao amparo de resoluções editadas antes da promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal; extingue a exigência de plena adimplência na negociação dos débitos com as próprias instituições financeiras credoras, portanto, facilita a renegociação de dívida com as próprias instituições financeiras credoras; prorroga o prazo de vinculação do CNPJ – isso é importante porque nós temos, reiteradas vezes, renovado esse prazo de não unificação, dando mais prazo para a unificação dos CNPJ dos Estados e Municípios, o que facilita o processo de tomada de empréstimo de Estados e Municípios –, e também

simplifica as comprovações da previsão orçamentária para o recebimento da União.

O voto, portanto, é favorável ao projeto de resolução com as seguintes emendas:

Emenda da CAE, substitutiva, que faz parte do relatório cujos pontos mais importantes eu registrei.

Nessa emenda substitutiva, Sr. Presidente, eu quero fazer duas pequenas modificações. Uma delas é para ajustar o texto, no art. 24, § 4º, que exclui do texto a expressão “operação equiparada ou assemelhada” e também se excluem os incisos IV e V do § 1º do art. 3º no próprio § 4º. Outra exclusão é no art. 4º, excluído o art. 6º a 7º.

Portanto, são dois ajustes que estamos fazendo no relatório que apresentamos.

O parecer é favorável com a emenda substitutiva que apresentamos, que relata exatamente esses pontos que ajustam melhor a tramitação do processo de financiamento junto ao Ministério da Fazenda e a esta Casa.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Peço vista, Sr. Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Peço vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Vista concedida ao Senador Aloysio Nunes e ao Senador Demóstenes Torres.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Peço vista também.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Então vista coletiva concedida.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Mas será que dá para começar a discutir ou não?

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Não. Agora, depois de vista concedida, não.

A Secretária da Mesa está afirmando que com o beneplácito dos requerentes poderia se discutir.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu quero estudar melhor a matéria. Por isso não teria condições de participar da discussão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, eu pediria a V. Ex^a, se possível, ouvido o plenário, uma inversão de pauta para que V. Ex^a fizesse a leitura apenas de um requerimento em que eu proponho uma audiência pública para subsidiar o parecer do PLS nº 336, que objetiva reformular o sistema de execução dos créditos lançados como dívida ativa das fazendas públicas da União, dos Estados, do Distrito

Federal e dos Municípios, das autarquias e fundações de direito público.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Pergunto ao Senador José Pimentel se poderia ler o requerimento.

Então, procedendo à leitura do requerimento de autoria do Senador Flexa Ribeiro:

Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado, que sejam enviados convites às autoridades abaixo relacionadas, para que, no âmbito desta Comissão de Assuntos Econômicos, seja realizada audiência pública com o objetivo de debater a matéria tratada no PLS nº 336, de 2008, que objetiva reformular o sistema de execução dos créditos lançados como dívida ativa das Fazendas Públicas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, das autarquias e fundações de direito público, os convidados: o Advogado-Geral da União, Sr. Luís Inácio Lucena Adams; o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Sr. Ophir Cavalcante Júnior; o Consultor Jurídico do Ministério da Previdência Social Dr. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho; o Presidente da Confederação Nacional da Indústria, Sr. Robson Braga de Andrade; e, finalmente, o Presidente da Federação Brasileira de Bancos, Sr. Murilo Portugal.

Tendo sido lido, passamos ao Item 9 da pauta.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 40 DE 2010

– Não Terminativo –

Altera o § 1º do art. 1º da Lei 9.826, de 23 de agosto de 1999, que dispõe sobre incentivos fiscais para desenvolvimento regional, altera a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, e dá outras providências.(Inclui faixa da fronteira da Região Sul nas áreas onde os empreendimentos empresariais farão jus a crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados).

Autoria: Senador Sérgio Zambiasi.

Relatoria: Senador José Pimentel.

Relatório: Contrário ao Projeto.

Observações: – *A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CDR; – A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.*

Com a palavra o nobre Relator, Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, nos termos do art. 99, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à Comissão

de Assuntos Econômicos opinar sobre proposições pertinentes a tributos; finanças públicas; normas gerais sobre direito tributário, financeiro e econômico; orçamento; e outros temas correlatos. Assim, nesta Comissão, a análise enfatiza o mérito do PLS nº 40, de 2010, quanto aos seus impactos financeiros e orçamentários.

O PLS nº 40, de 2010, está de acordo com os parâmetros constitucionais aplicáveis, seja com relação à legitimidade da iniciativa parlamentar no processo legislativo, seja quanto à competência da União e do Congresso Nacional para legislar sobre a matéria. A proposição também atende à exigência prevista no § 6º do art. 150 da Constituição de que a concessão de qualquer benefício tributário depende de lei federal específica. Além disso, atende o disposto no art. 151, inciso I, da Carta Magna, que atribui à União a prerrogativa de instituir diferenças de tratamento tributário com a finalidade de reduzir desigualdades regionais.

Quanto ao mérito, concordamos com o autor sobre a importância de se reduzirem as desigualdades regionais, e compartilho da visão de que incentivos fiscais podem representar um mecanismo capaz de contribuir de modo efetivo para a almejada melhoria dos indicadores sociais e econômicos da faixa de fronteira da Região Sul.

Apesar da importância da Faixa de Fronteira, o seu desenvolvimento não foi tratado com prioridade nas políticas de desenvolvimento regional. Para reverter esse quadro, o Ministério da Integração Nacional desenvolve o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF), cujo objetivo é fomentar o desenvolvimento da área fronteira brasileira, pouco desenvolvida quando comparada a outras sub-regiões do Sul e do Sudeste do Brasil, pois é marcada por dificuldades de acesso aos bens e serviços públicos, pela falta de coesão social e por problemas de segurança pública.

No entanto, o PLS nº 40, de 2010, propõe estender os benefícios do crédito presumido do IPI para empresas instaladas ou que se instalem na Faixa de Fronteira da região Sul, uma área que compreende uma faixa de 150 quilômetros a contar da fronteira internacional de três Estados: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Especificamente, a Lei nº 9.826, de 1999, concede o referido benefício tributário para empresas produtoras de veículos automotores de transporte de passageiros e cargas classificados nas posições 8702 a 8704 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI, localizadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, excetuando-se o Distrito Federal.

Os incentivos fiscais concedidos a empresas instaladas ou que venham a se instalar naquelas áreas têm

como objetivo compensar a desvantagem locacional. Caso esses incentivos não existissem, é pouco provável que as empresas automobilísticas ali se instalassem, já que estariam longe de seus principais fornecedores e mercados consumidores e dos locais onde há mão de obra qualificada às suas necessidades.

Tendo em vista a crescente integração produtiva da indústria automobilística do Mercosul, a localização da produção na região Sul é mais vantajosa que nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, já que os produtores estarão próximos de seus principais fornecedores. A vantagem do Sul também se deve à proximidade dos principais mercados consumidores.

Desse modo, caso haja isonomia na concessão dos benefícios, estendendo-os às empresas da Faixa de Fronteira, o próprio objetivo da lei – mitigar a desvantagem locacional do Norte, Nordeste e Centro-Oeste – deixará de ter sentido.

Obviamente, há problemas de insuficiência de desenvolvimento em partes das regiões mais ricas do Brasil, a exemplo da porção sul do Rio Grande do Sul. Também é certo que a Faixa de Fronteira – não somente da região Sul – é importante para a segurança nacional. Mas, especificamente no caso da indústria automobilística – objeto do PLS nº 40, de 2010, e da Lei nº 9.826, de 1999 – a Faixa de Fronteira da região Sul possui vantagens locais e, por isso, não necessitaria desse incentivo para a atração de empresas do setor automobilístico, diferentemente da situação das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Além da questão do mérito, há problemas quanto à adequação da proposição aos ditames da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que diz no seu art. 14, incisos I e II:

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário/financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois anos seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I – demonstrar pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II – estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

Ainda que o proponente tenha determinado, no art. 2º do PLS nº 40, de 2010, que o Poder Executivo

estime o montante de renúncia de receita e inclua a renúncia nas propostas orçamentárias dos exercícios seguintes, tal comando não atende às exigências contidas no art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Para tanto, seria necessário apresentar estimativa do impacto orçamentário e financeiro em 2012 e nos dois exercícios subsequentes, estimativa esta que deveria ser realizada por órgão da União (art. 91, § 3º, da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, ou LDO 2011). Nos termos do art. 91, § 1º, da LDO 2011, o Presidente de órgão colegiado do Poder Legislativo pode solicitar que os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e o Ministério Público da União – MPU encaminhem, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, o impacto orçamentário e financeiro relativo à proposição legislativa em apreciação pelo órgão colegiado, na forma de estimativa da diminuição de receita ou do aumento de despesa, ou ofereçam os subsídios técnicos para realizá-la.

Assim, ainda que o objetivo do proponente, o de estimular o desenvolvimento da Faixa de Fronteira da Região Sul, seja o mais nobre possível, divirjo quanto à propriedade e oportunidade do instrumento apresentado para o fim desejado. Somado ao fato de que a proposição não atende a alguns pré-requisitos legais para demonstrar a sua adequação orçamentária e financeira, encontro aqui argumentos suficientes para opor-me à continuidade da tramitação deste projeto de lei.

Em vista do exposto, o relatório é pela rejeição do PLS nº 40, de 2010.

Sr. Presidente, no mesmo sentido, o PLS 621, de 2007, trata também de matéria de incentivo a Jaguarão, que faz parte da região de fronteira do Rio Grande do Sul e o Relator Eduardo Braga também tem voto contrário porque trata do mesmo assunto.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – O Senador Eduardo Braga pediu para retirar porque ele gostaria, pessoalmente, de proferir o relatório dele.

A matéria está em discussão.

Em votação o relatório do Senador José Pimentel.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Com a palavra o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Em que pese, Sr. Presidente, nobres colegas, o respeito que tenho pelo relatório aqui exarado pelo eminente Senador José Pimentel, para nós, lá na região Sul, essa faixa de fronteira praticamente convive com a Argentina. Para a Argentina, essa região de

fronteira conosco, Santa Catarina, e até a parte com o Rio Grande do Sul, Paraná é menor, é a reserva de floresta deles, é considerada a Amazônia da Argentina. A Província de Misiones, por exemplo, é a Amazônia da Argentina. Eles não têm desenvolvimento naquela região. Nós, de Santa Catarina, temos uma faixa que é considerada, aquela parte ocidental que faz fronteira com a Amazônia da Argentina, difícil para as empresas lá se estabelecerem; elas sentem dificuldades. Não é fácil elas irem.

O Ministério da Integração Nacional já delimita, no Brasil inteiro, essas faixas de fronteira e procura-se fazer com que essas regiões tenham algum incentivo. Houve uma motivação em relação ao turismo, para tentar fazer com que as empresas tenham algum incentivo para se estabelecerem nessa região, que é considerada a parte ocidental do Brasil. Lá faltam estradas de ferro, falta gás, falta isso, falta aquilo, faltam estímulos, logística. As empresas não querem ir para lá. Vive-se isso nessa faixa de fronteira. Quem conhece aquela região, como a região de Campanha, no Rio Grande do Sul, sabe que é uma região mais abandonada.

Então, fico um pouco desconfortável de apoiar esse relatório porque conheço a região, mas sei que o próprio Ministério da Integração Nacional motiva isso. As empresas querem ficar no litoral, nas regiões mais desenvolvidas. Elas não querem ir para lá. A motivação para irem, para desbravarem, para serem bandeirantes nessa região, não tem nada a ver com indústria automobilística. Ninguém quer se colocar por lá. A princípio não há. São pequenos empreendimentos sobre os quais possa incidir o IPI para ser um crédito presumido. Apenas é nessa direção que entendo, que penso, que a ideia da proposta estava se revestindo.

De minha parte, para justificar minha posição, Sr. Presidente, nobres colegas, pedindo desculpas ao nobre Relator, sinto-me desconfortável e não tenho condições de dar meu apoio neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Então, com o posicionamento contrário do Senador Casildo Maldaner, coloco em votação...

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

É possível pedir vista do projeto neste momento?

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – É possível.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Gostaria de pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – Concedida vista ao Senador Sérgio.

Perguntaria se alguém gostaria de pedir vista desse projeto para que fosse concedida vista coletiva. *(Pausa.)*

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 84 DE 2009

– Não Terminativo –

Estabelece a dilação no pagamento de prestações de mutuários da Caixa Econômica Federal e dá outras providências.

Autoria: Senador Raimundo Colombo.

Relatoria: Senador José Pimentel.

Relatório: Contrário ao Projeto.

Observações: *A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.*

Com a palavra o Senador José Pimentel, Relator do projeto.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – O Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2009, atende aos preceitos constitucionais de competência e iniciativa do Congresso Nacional e às normas constitucionais específicas sobre a matéria. A proposição também atende ao requisito de juridicidade e às normas para elaboração e alteração de leis, previstas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, exceto quanto à referência feita no art. 2º ao *caput* do próprio art. 2º, quando na verdade deveria se referir ao art. 1º, o que poderia ser corrigido com uma emenda de redação.

Compete à Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre aspectos econômicos e financeiros de qualquer matéria que lhe seja submetida por deliberação do Plenário.

Quanto ao mérito, consideramos que a matéria não é oportuna e nem conveniente, tendo em vista o fato de que vivemos um período do aumento da geração de empregos e da massa salarial e que mecanismos de seguro, inclusive por meio de fundo garantidor, são mais eficientes e socialmente mais justos.

É verdade que a proposta apenas suspende, temporariamente, a obrigação de pagamento das prestações de financiamento imobiliário concedido pela Caixa Econômica Federal para mutuários que estiverem recebendo o seguro-desemprego e pelos seis meses seguintes, como contribuição para o ajuste orçamentário do mutuário, sem, contudo, causar prejuízo financeiro ao contrato, tendo em vista o refinanciamento do saldo devedor.

A preocupação básica do autor reside no fato de que a legislação já autoriza o início do processo de retomada do imóvel após três meses de inadimplência. O art. 21 da Lei nº 8.004, de 1990, prevê que o procedimento de execução de hipoteca previsto no Decreto-Lei nº 70, de 1966, só pode começar se veri-

ficado o atraso de três ou mais prestações, ao passo que o § 2º do art. 26 da Lei nº 9.514, de 1997, que dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário, institui a alienação fiduciária de coisa imóvel e dá outras providências, prevê que o prazo para início dos procedimentos de retomada seja estabelecido em contrato.

Mais que isso, o § 7º do art. 26 da mesma Lei nº 9.514, de 1997, com a redação dada pela Lei nº 10.931, de 2004, estabelece que, decorrido o prazo previsto no contrato, mutuário será notificado para, no prazo de quinze dias, pagar a dívida, caso não o faça, o oficial do competente Registro de Imóveis promoverá a averbação, na matrícula do imóvel, da consolidação da propriedade em nome do fiduciário, à vista da prova do pagamento por este, do imposto de transmissão *inter vivos* e, se for o caso, do laudêmio.

Todavia, é mais eficiente, pois não se torna um incentivo ao inadimplemento, e socialmente mais justa, a garantia de pagamento aos agentes financeiros da prestação mensal de financiamento habitacional devida pelo mutuário, em caso de desemprego e redução temporária da capacidade de pagamento, exclusivamente para famílias com renda mensal de até R\$ 4.650,00 (quatro mil, seiscentos e cinquenta reais) – (Redação dada pela Lei nº 12.424, de 2011), conforme prevê o inciso I do art. 20 da Lei nº 11.977, de 2009, que trata do Fundo Garantidor de Habitação Popular (FGHab) no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida:

Art. 20. Fica a União autorizada a participar, até o limite de R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), de Fundo Garantidor da Habitação Popular – FGHab, que terá por finalidades:

I – garantir o pagamento aos agentes financeiros de prestação mensal de financiamento habitacional, no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, devida por mutuário final, em caso de desemprego e redução temporária da capacidade de pagamento, para famílias com renda mensal de até R\$ 4.650,00 (quatro mil, seiscentos e cinquenta reais); e (Redação dada pela Lei nº 12.424, de 2011)

II – assumir o saldo devedor do financiamento imobiliário, em caso de morte e invalidez permanente, e as despesas de recuperação relativas a danos físicos ao imóvel para mutuários com renda familiar mensal de até R\$ 4.650,00 (quatro mil, seiscentos e cinquenta reais). (Redação dada pela Lei nº 12.424, de 2011)

Dessa forma, eventual inadimplência, motivada por desemprego, não gera descasamento de prazos nos balanços dos agentes financeiros. Ademais, o Fundo Garantidor de Habitação Popular tem obrigações próprias até o limite dos bens e direitos integrantes de seu patrimônio.

Por fim, cabe mencionar que o PLS foi proposto no início da crise financeira internacional que ameaçava a economia brasileira, mas que foi superada graças aos esforços do governo e da sociedade brasileiros, ainda que continue a abater a economia dos países desenvolvidos onde a crise teve origem, o que tornaria o Projeto menos premente, mesmo que ele fosse justo e eficiente, o que não é o caso, como demonstramos acima.

Em vista do exposto, voto pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2009.

Portanto, Sr. Presidente, eu poderia também ter rejeitado o projeto no mérito, mas resolvi declará-lo prejudicado, tendo em vista uma legislação de 2011, que atende em grande parte o que aqui está posto.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senador José Pimentel.

A matéria está em discussão.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Com a palavra o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Em que pese o então Senador Raimundo Colombo, hoje Governador de Santa Catarina, ter apresentado esta proposta, muito bem relatada aqui pelo eminente Senador José Pimentel, na época já chamava atenção para isso. E diz o relatório do Senador Pimentel, e isso me induz a aprovar o relatório, pela prejudicialidade...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Pela rejeição, poderia ter feito pela prejudicialidade, mas optei pela rejeição.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Quer dizer que minimiza a questão. E isso me induz a concordar desta feita com eminente o relatório, em que pese a proposta extraordinária à época, induzia a isso, a preocupação internacional que havia, do eminente então Senador e hoje Governador de Santa Catarina, Raimundo Colombo.

Fico com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senador Casildo Maldaner.

Passo...

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – É que o fundo garantidor já vem e responde por isso. E é posterior a isso inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Coloco então em discussão.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF)

– Um simples comentário. De acordo com a decisão, acho até que está dentro do que eu imaginava que eu defenderia aqui. Mas queria chamar a atenção que o assunto do endividamento das pessoas, da família brasileira merece um cuidado especial desta Comissão. Eu quero lembrar nesse sentido que existe um pedido de audiência pública na fila, porque são muitos, se não me engano, são 18. Mas eu queria insistir que nós precisamos fazer um debate sobre endividamento das famílias brasileiras e as consequências disso, como uma espécie de bolha e, ao mesmo tempo não, como vetor de crescimento. Vamos discutir: o endividamento é um vetor do crescimento ou é uma bolha que ameaça o crescimento mais adiante?

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB

– MA) – Sempre pertinente as observações do Senador Cristovam Buarque.

Esta Comissão irá analisar a celeridade do pedido de audiência pública de V. Ex^a.

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação o relatório do Senador José Pimentel.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, passo a constituir o parecer da CAE, contrário ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa.

Finalmente, o último Item da pauta.

ITEM 16

REQUERIMENTO Nº 76 DE 2011

Requer, em aditamento aos Requerimentos nºs 68, 69, 70 e 71-CAE, sejam convidados, para compor a Audiência Pública de cada um dos requerimentos, respectivamente, o Economista Luis Gonzaga Beluzzo – Fundação Escola de Sociologia de São Paulo; o Economista Raul Velloso – Diretor da ARD Consultores Associados; o Professor Afonso Celso Pastore – Fundação Getúlio Vargas; e o Economista Gil Castelo Branco – Contas Abertas.

Iniciativa: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Observações: Em 11/10/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão.

Com a palavra o autor do requerimento, Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, a proposta que faço, em aditamento do requerimento do nobre Senador Lindbergh Farias, tem o objetivo de dar um pouco mais de dinamismo e de contraditório e debate à audiência pública requerida por S. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB

– MA) – Obrigado, Senador Aloysio Nunes.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o Requerimento nº 76, de 2011, da CAE.

Agradecemos a presença de todos os Senadores.

Dou por encerrada esta reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 44 minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA TRIGESIMA SEGUNDA REUNIÃO (CONJUNTA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS COM A 45ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 20 DE SETEMBRO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS DEZ HORAS E TRINTA MINUTOS, NO PLENÁRIO Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte de setembro do ano de dois mil e onze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, e, em seguida, do Senador Benedito de Lira, Presidente Eventual, reúnem-se em conjunto as Comissões de Assuntos Sociais e de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores Acir Gurgacz, Ana Amélia, Ana Rita, Ângela Portela, Armando Monteiro, Casildo Maldaner, Cyro Miranda, Demóstenes Torres, Eduardo Braga, Eduardo Suplicy, Eunício Oliveira, Flexa Ribeiro, Francisco Dornelles, Humberto Costa, Inácio Arruda, João Ribeiro, João Durval, José Agripino, José Pimentel, Lídice da Mata, Lindbergh Farias, Lúcia Vânia, Luiz Henrique, Marta Suplicy, Reditario Cassol, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, Waldemir Moka e Wellington Dias. Deixam de comparecer os demais membros. A Presidência declara abertos os trabalhos e informa que a presente Reunião tem como objetivo a realização de Audiência Pública com a finalidade de discutir “a diretriz principal de governo da Presidenta Dilma Rousseff de ‘erradicar a pobreza absoluta’, ‘promover a igualdade, com garantia de futuro para os setores discriminados na sociedade’, e promover os instrumentos que serão utilizados para alcançar esses objetivos”, em atendimento aos Requerimentos nº 1 de 2011-CAS e nº 3 de 2011-CAE, de iniciativa do Senador Eduardo Suplicy e outros Senadores. A Audiência Pública é realizada com a presença da Senhora Tereza Campello, Minis-

tra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e da Senhora Ana Fonseca, Secretária Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza. Usam da palavra os Senadores Benedito de Lira, Wellington Dias, Eduardo Braga, Inácio Arruda, Lindbergh Farias, Eduardo Suplicy e as Senadoras Vanessa Grazziotin, Marta Suplicy, Lúcia Vânia, Ângela Portela e Ana Rita. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quatorze horas e vinte e um minutos, lavrando eu, Dulcília Ramos Calháo, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Jayme Campos) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Jayme Campos**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Declaro aberta a reunião conjunta, 45ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos e 32ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, presidida com muita competência pelo Senador Jayme Campos.

Pauta: audiência pública com a presença, como expositora, da Ex^{ma} Sr^a Tereza Campello, Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, a fim de discutir a principal diretriz de governo da Presidenta Dilma Rousseff de erradicar a pobreza absoluta, promover a igualdade, com garantia de futuro para os setores discriminados na sociedade e promover os instrumentos que serão utilizados para alcançar esses objetivos, em atendimento aos Requerimentos nºs 3, de 2011, da CAE, e de nº 1, de 2011, da CAS, de iniciativa do Senador Suplicy e de outros Senadores.

S. Ex^a a Ministra Tereza Campello já se encontra na Secretaria da Comissão.

Peço ao Senador Suplicy que conduza a Ministra ao plenário desta Comissão, assim como a Secretária Ana Fonseca, Secretária Extraordinária para a Superação da Extrema Pobreza, do MDS, que também participará desta audiência pública. *(Pausa.)*

De acordo com os arts. 397 e 398 do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: S. Ex^a a Sr^a Tereza Campello terá 30 minutos para fazer sua exposição; em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos. A palavra aos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada partido.

Comunico que, a partir desta reunião, a Presidência, com base nos arts. 89, inciso I, e 243, do Regimento Interno do Senado, irá considerar apenas o primeiro signatário do requerimento como orador automaticamente inscrito. É importante registrar isso.

O interpelante dispõe de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado, tendo prazo máximo de dois minutos para réplica, concedendo-se à Ministra o mesmo tempo para tréplica.

Antes disso, eu queria apenas pedir desculpas à Ministra Tereza Campello e à Secretária Ana Fonseca pelo atraso desta audiência pública, porque hoje foi discutido um projeto aqui que criou grande polêmica na Comissão de Assuntos Econômicos. Nós ficamos quase uma hora debatendo o projeto aqui. Enfim, pelo menos foi lido o relatório e será encaminhado também esse projeto para apreciação da Comissão de Constituição e Justiça, atendendo, inclusive, a uma determinação da Mesa, do Presidente Sarney.

Portanto, passo agora a palavra à Ex^{ma} Ministra Tereza Campello, Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, para fazer sua exposição.

Passo ao Senador Jayme Campos... Continuo na Presidência.

Passo a palavra para a Ministra Tereza Campello, mais uma vez registrando nossas desculpas pelo acontecido hoje, mas, infelizmente, a vida aqui no Parlamento é dura.

A SR^a MINISTRA TEREZA CAMPELLO – Obrigada, Senador Delcídio. Eu queria, antes de mais nada, agradecer a oportunidade. Estamos há tempos para fazer essa discussão, esse diálogo. Eu queria me colocar à disposição desta Casa, da Comissão de Assuntos Econômicos. Eu queria agradecer ao Senador Suplicy e aos demais Senadores pelo convite.

Tentarei ser breve, inclusive para dar tempo de trocarmos impressões e de receber contribuições das Comissões.

Na verdade, vou usar uma parte importante do tempo, porque o plano é bastante complexo, que busca dar conta das várias dimensões da extrema pobreza. Portanto, é um plano que enfrenta a agenda de renda, mas enfrenta também a agenda de serviços públicos e de inclusão produtiva, que é uma agenda muito atual no Brasil de hoje, no Brasil que cresce, no Brasil que se desenvolve, no Brasil que gera emprego, que gera oportunidade para todos; e nós queremos que também gere oportunidade para essa população extremamente pobre. Mas é um plano para quatro anos. Portanto, mais uma vez, gostaríamos de nos colocar à disposição para receber contribuições. É um plano que queremos que tenha ajustes ao longo do próximo período, que receba contribuições e que amplie seu escopo.

A ideia central do Brasil Sem Miséria, a ideia que organiza o conjunto do plano é que nós estamos num momento, como eu disse, num País que cresce, num País que se desenvolve, mas que não é natural para essa população de 16 milhões de brasileiros, que se

encontram em situação de extrema pobreza. Que eles possam estar se aproximando deste Brasil cheio de oportunidades.

É fundamental que o Estado brasileiro possa apoiar, ajudar e garantir que essa população extremamente pobre possa acessar este Brasil cheio de oportunidades de serviços, em que a rede de serviços públicos cresce. O Estado brasileiro tem conseguido ampliar suas ações, e, ao mesmo tempo, a economia se desenvolve.

Qual é a ideia central, então, como eu estava dizendo? Como aproximar este Brasil rico, que cresce, cheio de oportunidade, com este Brasil ainda com 16 milhões de miseráveis? Isso não acontecerá naturalmente. Essa população precisa de renda, precisa de informações, precisa acessar os serviços públicos, e o Brasil Sem Miséria é a mão do Estado chegando a essa população, que precisa de apoio.

Então, a primeira ideia central do Brasil Sem Miséria é a Busca Ativa. Não é mais o pobre correndo atrás da ajuda do Estado; é o Estado chegando onde a pobreza está. Nossa preocupação é garantir que esses 16 milhões de brasileiros não sejam mais uma estatística, que eles passem a integrar o Cadastro Único. Muita gente acha que o Cadastro Único viabiliza apenas o acesso ao Bolsa Família. Não é verdade. É muito importante que o Cadastro Único possa ser mobilizado pelo conjunto dos Municípios, para que a gente tenha acesso às informações a respeito dessas famílias, ao que elas precisam, saber quantos membros são, se há pessoas com deficiências ou não, se há idosos, quantos estão em sala de aula, quais os serviços públicos que estão na suas proximidades, para que a gente possa atuar sobre esses 16 milhões nessas várias dimensões, envolvendo renda, envolvendo bem-estar e envolvendo inclusão produtiva.

Aqui temos algumas imagens da Busca Ativa, que já começou. Ontem, inclusive, nós já divulgamos alguns dos dados do Brasil Sem Miséria. Aqui nós temos vários exemplos, tanto indo à casa das pessoas, buscando informações e fazendo cadastro, quanto alguns exemplos de experiências, como a de Manaus. As prefeituras estão usando os recursos do IGD para comprar veículos e organizar a Busca Ativa. Então, a ideia é que a gente, de fato, garanta que o Estado brasileiro chegue onde essa população está.

Nós temos dados, já do mês de setembro, do Busca Ativa. Nossa preocupação é garantir que as 800 mil famílias que nós avaliamos e que estão fora ainda do Bolsa Família até dezembro de 2013 sejam integradas ao Bolsa Família e ao Cadastro Único. Nesses dois meses e meio de trabalho, nós já conseguimos incluir novas 180 mil famílias. A Busca Ativa envolve

diferentes estratégias. Por exemplo, estamos fazendo um levantamento nas cidades onde temos um subcadastro, em especial no Sudeste. Estamos trabalhando com as empresas concessionárias de energia elétrica, estamos trabalhando com o Incra, com o Instituto Chico Mendes, buscando a população extrativista.

Então, estamos organizando um conjunto de ações para encontrar essas 800 mil famílias e atualizar o cadastro. Essa é uma primeira informação. É uma novidade que anunciamos ontem, Senador Delcídio.

A outra informação importante que nós também já divulgamos foi um compromisso da Presidenta Dilma, no dia 02 de junho, já implementado – e as famílias já estão recebendo –, que foi a ampliação do benefício de três para cinco filhos. Com essa medida, que é uma medida provisória publicada no dia 03 e que se encontra em avaliação aqui, no Senado, 1,2 milhão de crianças foram incorporadas ao Bolsa Família. Portanto, ampliou-se o conjunto dos benefícios e atingiram-se, fundamentalmente, as crianças, que é o público mais vulnerável da população extremamente pobre. A nossa avaliação é a de que 40% desses 16 milhões são crianças, e esta Medida Provisória nº 535 implicará 500 milhões, quando estivermos pagando o ano cheio, já a partir do ano que vem.

Outra medida que anunciamos ontem e que também faz parte do escopo do redesenho do Bolsa Família dentro do Brasil Sem Miséria é garantir o que estamos chamando de retorno garantido, que viabiliza às famílias que consigam melhorar sua situação de renda reduzir sua situação de vulnerabilidade, melhorando ou seu emprego, ou sua renda, ou seu negócio; que possam pedir um desligamento do Bolsa Família e retornar, de forma praticamente automática, facilitada, ao Bolsa Família – porque a gente tem informação atualizada –, ao mesmo tempo, criando uma espécie de seguro dentro do Bolsa Família. Muita gente acaba não devolvendo... A gente fala em devolver o cartão, mas, na verdade, não há nem devolução do cartão. É um pedido de desligamento. As pessoas ficam com o cartão para evitar esse custo a mais e garantir que também haja essa facilidade.

Essas medidas já estão sendo operadas a partir de ontem, tanto a ampliação do número de crianças quanto o retorno garantido.

Uma terceira ação importante de registrar neste momento, também aproveitando para fazer uma prestação de contas, é que muitos dos Estados brasileiros têm pactuado com o Governo Federal, garantindo uma complementação de renda ao programa Bolsa Família. Com isso, nós estamos conseguindo, na maior parte dos casos, que a gente cubra exatamente essa situação de pobreza e que essa complementação de renda

garanta que as famílias, do ponto de vista da renda, já saiam da situação de extrema pobreza.

Então, nós temos aqui o Estado de São Paulo, o Estado do Rio de Janeiro, o GDF, o Rio Grande do Sul, o Espírito Santo, o Acre em negociação, Amapá e Rondônia já com uma pactuação bastante avançada, e estamos negociando também com outros Estados. Essa é uma medida importante, prevista e anunciada pela Presidenta no dia 02 e que já está em operação nesses 08 Estados.

Entrando agora na agenda de inclusão produtiva.

É importante ressaltar que o compromisso que nós anunciamos, de 1,7 milhão de vagas para qualificação e capacitação, tem duas grandes novidades na nossa avaliação. O primeiro deles é que, fora o próprio número... 1,7 milhão de vagas para esse público é uma novidade. Os cursos de capacitação e qualificação que eram ofertados no Brasil era para um público já com carteira de trabalho, um público já com experiência no mercado de trabalho, o que não é o caso do nosso público do Bolsa Família e do Cadastro Único, que são famílias em que a situação de empregabilidade é muito mais vulnerável. São pessoas que fazem bico, que não têm carteira assinada, que tem seu pequeno negócio ainda informalmente. Então, garantir vagas para a capacitação de 1,7 milhão é um anúncio inédito.

Segundo, nós estamos reestruturando esses cursos para que eles sejam adequados a essa população. E o terceiro ponto importante é que esses cursos estarão casados com a agenda de intermediação. A nossa ideia é a de que não haja mais qualificação e capacitação sem que haja uma aderência com o que existe de oferta de emprego e sem que se garanta condições de empregabilidade para essa população.

Então, a ideia não é somente ofertar curso de qualificação e capacitação, mas garantir intermediação e garantir a colocação dessas famílias.

Também temos uma meta de formalização de 120 mil novos empreendedores, organizados com o Sebrae. O Programa de Microcrédito já foi lançado pela Presidenta, há poucas semanas, e toda a agenda de economia popular e solidária.

Então, como eu havia dito, o nosso compromisso é a qualificação nesses quatro anos de 1,7 milhão de pessoas. Algumas dessas ações já estão nas ruas, como é o caso dos editais que foram lançados em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego para qualificação e intermediação de oferta de 50 mil vagas.

Também em relação ao Pronatec, já estamos atuando, aguardando a aprovação do projeto de lei que se encontra no Senado, mas toda a operação já está montada. Então, à medida que a gente tem o Pronatec aprovado, nosso esforço é garantir que essas vagas

ainda sejam aproveitadas no ano de 2012. Portanto, é fundamental conseguir aprovar isso ainda em tempo de ofertar os cursos em novembro e dezembro, até porque parcela dessa população acaba trabalhando no mês de dezembro, aproveitando a ampliação de oferta das compras de Natal e da dinâmica de final de ano. Então, nossa ideia é poder ainda trabalhar com oferta de vagas e abertura de cursos ainda em 2011.

Uma das ações que já estão na rua é o que a gente chama de Mulheres Mil, uma parceria do Ministério do Desenvolvimento Social, Secretaria de Políticas para as Mulheres, Secretaria de Direitos Humanos e MEC, com oferta de 100 mil vagas ao longo desses quatro anos. Dez mil vagas já estão sendo ofertadas em 2011.

Aqui nós vemos algumas beneficiárias em curso, que é um curso que já está acontecendo; e aqui são professoras em processo de treinamento para a oferta dessas 10 mil vagas ao longo deste ano.

Então, como eu tinha dito, o Brasil Sem Miséria está em franca operação. Temos várias ações em desenvolvimento, e a perspectiva hoje é não só apresentar o plano, mas dar conta dessas ações que já estão em curso.

Outra ação também em curso é a de editais para economia popular e solidária, com oferta de ações para empreendimentos em vários Estados e Municípios. Estamos com editais abertos para Estados e Municípios e editais abertos para cooperativas de catadores, que estão sendo lançados ainda este mês, já dando conta também, fazendo uma prestação de contas das ações que estão em operação.

Com relação ao microcrédito e ao microempreendedor, uma das ações com as quais a gente tinha se comprometido no dia 2 de junho era lançar um programa de microcrédito que atendesse esse público, com linhas específicas para a população do Cadastro Único e para a população do Bolsa Família. Então, esse programa, na verdade, além das taxas de juros, que tiveram uma redução muito importante, ele tem duas grandes diferenças, ou seja, ser microcrédito para a produção – isso não é oferta de microcrédito para consumo, é um microcrédito orientado para a produção – e a grande diferença: ser um microcrédito com orientação. Então, os bancos orientam o tomador de crédito, para que a gente evite que essa população acabe se endividando, para que a gente possa ter uma orientação para um crédito que tenha retorno e para um crédito que seja bem utilizado.

Casados com essas ações, temos uma parceria com o Sebrae, articulada também com as ações de microcrédito, em que já identificamos 102 mil beneficiários do Bolsa Família, que também são microempreendedores e que recentemente se formalizaram. Esse

público será priorizado pelo Sebrae, para que a gente possa dar orientações não só na agenda de crédito, mas na agenda de empreendedorismo. Informações sobre gestão, informações sobre estoque, como melhorar o negócio, como garantir uma qualificação do ponto de vista de otimizar as receitas e as despesas etc.. Então, estamos nos voltando para a qualificação também desse público de microempreendedores com uma ação casada com o Sebrae, recentemente aprovada – semana passada, não é, Dr^a Ana?

Com relação à agenda urbana, vocês viram que, na verdade, mesmo sendo no final do ano, estamos tentando aproveitar os meses de outubro, novembro e dezembro. Para nós é fundamental garantir a aprovação. Parte desses recursos está em aprovação aqui pelos projetos de lei, de crédito extraordinário, crédito suplementar e parte, no caso do Pronatec, também em aprovação no Senado. Mas estamos já com as ações em desenvolvimento para garantir que a gente possa aproveitar o ano de 2011.

Com relação à agenda de inclusão produtiva rural, é fundamental destacar: essa agenda, assim como a agenda de inclusão produtiva urbana, busca garantir o aumento da capacidade dessa nossa população extremamente pobre.

No caso da população urbana, nós queremos aumentar a capacidade com curso de qualificação, com orientação e, no caso da população rural, nós queremos ampliar suas capacidades e ampliar as oportunidades com assistência técnica. Então, a ação chave nas agendas de inclusão produtiva rural é a assistência técnica. Nós estamos ofertando assistência técnica para todas as famílias de agricultores familiares, começando com o Nordeste, que é onde se concentra a grande parte da população extremamente pobre no campo, e, junto com a assistência técnica, estamos entrando com recursos de fomento – R\$2.400,00 – com sementes, muda, tecnologia, água para quem precisa – Água para Todos – e luz nas localidades onde o Luz para Todos ainda não chegou. Então, a agenda central que eu queria destacar é a agenda de assistência técnica.

Neste ano, nós já temos identificadas 53 mil famílias. Então, essa agenda já começou. Nós estamos com os técnicos sendo treinados, nós já fizemos os editais que vão atender às famílias no Nordeste. Nós já temos 53 mil famílias identificadas que começam a ser atendidas. Esses técnicos hoje estão participando dos nossos cursos de capacitação, porque não nos interessa somente contratar os técnicos; nós queremos que esses técnicos sejam da região, conheçam a produção naquele pequeno território, naquela microrregião, possam estar capacitados para atender esse público, que é um público especial, um público que tem

muita dificuldade, um público que muitas vezes não sabe ler um documento da Embrapa, não sabe ler um documento da Conab, muitos não sabem ler e escrever. Portanto, você precisa de uma assistência técnica que tenha um olhar diferenciado para essa população.

Aqui, é uma foto também de um curso de capacitação que os nossos técnicos estão fazendo. Aqui, já a foto de sementes que estão sendo distribuídas. Então, estamos com início de atividades em campo agora, no final de setembro, com distribuição de sementes. E o pagamento da primeira parcela de fomento... Só lembrando, esse fomento será pago em quatro parcelas. São R\$2.400,00, pagos em quatro parcelas, a fundo perdido, e essas medidas também já iniciaram, mas dependem da aprovação da Medida Provisória nº 535, que está em tramitação aqui no Senado.

Então, o fomento, que começa a ser pago em novembro, depende também da aprovação dessas medidas, mas, nesse caso, estamos com as ações na rua, os técnicos sendo treinados, deixando tudo pronto para, imediatamente após a aprovação, já termos condições de ter essas ações sendo executadas em 2011, portanto, não precisando aguardar a aprovação para que a gente inicie o trabalho. O trabalho já está na rua, e as ações do Brasil Sem Miséria no campo também já estão sendo executadas.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO. *Fora do Microfone*.) – Essas ações são liberadas pelo Ministério ou em parceria?

A SR^a TEREZA CAMPELLO – Essas ações, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. As ações do Brasil Sem Miséria são todas em parceria: Ministério da Integração, MDA. Nesse caso, a contratação dos técnicos está sendo feita pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, e o pagamento do fomento será feito pelo MDS. Estamos dividindo mesmo as ações. E as sementes pela Embrapa, nós contratamos a Embrapa. As sementes deste ano já estão todas compradas. Nós já estamos começando a produzir as sementes do ano que vem.

Então, vamos seguir em frente.

O caso do Água para Todos, também com foco no Nordeste, mas é uma ação nacional, como todas as outras. Nosso compromisso é executar 750.000 cisternas, atender 750.000 famílias ao longo desses quatro anos. Dessas, 367 mil – portanto, mais da metade – já estão em processo de licitação. Algumas dessas licitações dependem da aprovação do projeto de lei, mas nós lançamos o edital condicionado à aprovação. Portanto, aqui também não estamos esperando que o projeto seja aprovado. Nós iniciamos os editais, e o edital deixa claro que a gente só pode concluir, fazer o contrato, à medida que os recursos sejam suplemen-

tados. Mas a ideia era antecipar, garantindo que as licitações pudessem estar sendo executadas e que a gente ganhasse esses três meses de tempo. Então, imediatamente depois do anúncio do Brasil Sem Miséria, a gente começou a executar as ações.

Nossa perspectiva é, neste ano, já dar início à construção de 367 mil cisternas, lembrando que parte dessas cisternas nós vamos fazer pelo modo tradicional, como já vinha sendo executado pelo MDS. Uma parcela está sendo executada em parceria com o BNB; outra, com o Banco do Brasil.

Temos uma novidade: a licitação, pelo Ministério da Integração, para a compra de cisternas prontas, coisa que a gente não tinha feito ainda no Brasil, que vai garantir que tenhamos mais agilidade no processo de execução sem abandonar nosso modelo de contratação de cisternas, que o MDS vinha fazendo, mas garantindo que a gente possa experimentar essa nova modalidade. Se der certo, conseguiremos ampliar e garantir essa execução nos próximos anos. É um modelo com compras de cisternas prontas, que vem sendo executado por outros países com um bom desempenho. Portanto, também temos uma expectativa muito grande de atender essas metas, exatamente porque estamos com quatro frentes diferenciadas, lembrando que, em relação a mais da metade da nossa meta, já estamos com editais na rua para garantir que essa meta seja atendida antes de 2014.

Outra agenda importante, no caso do rural, das ações de inclusão produtiva rural, é o fortalecimento do Programa de Aquisição de Alimentos. Esse programa tem sido uma das ações mais estratégicas para a agricultura familiar em todo o Brasil, garantindo não só que essas famílias tenham uma fonte de renda, vendendo para o setor público, mas também que tenham todo um processo de aprendizagem de como vender, como tirar nota, como se organizar e como se cooperativar.

O compromisso da Presidenta Dilma é ampliar o PAA dos atuais 600 milhões para dois bilhões, em 2014. Nessa rota de ampliação do PAA, nós pretendemos ampliar, fundamentalmente, as ações para a agricultura familiar extremamente pobre, que passará de 66 mil para 255 mil, em 2014, garantindo que a produção que nós estamos fortalecendo com a medida que anunciei anteriormente – assistência técnica, distribuição de sementes, fomento – possa ser executada. No caso do meio rural, estamos completando toda a rota de mercado, garantindo ampliação do conhecimento, recursos de fomento, sementes e, agora, entrando também com compras, garantindo que esse aumento da produção possa ser executado e finalizado.

Então, aqui destaco, mais uma vez, o compromisso de campanha da Presidenta Dilma, que estamos executando dentro do programa Brasil Sem Miséria.

Para além das compras públicas, o Brasil Sem Miséria está conseguindo construir uma agenda de compras bastante inovadora, que é uma articulação com o setor privado. Nós já conseguimos concluir negociação com várias redes de supermercado. No caso do lançamento do Brasil Sem Miséria no Nordeste, em Alagoas, com os nossos governadores, nós conseguimos realizar a venda, pela agricultura familiar, para a rede de supermercados da região, de farinha de mandioca, suco de laranja, polpa, geleias, em Alagoas, Sergipe, e agora, na agenda do Norte, vamos executar também no Acre.

Além do Programa de Aquisição de Alimentos, além do Programa Nacional de Alimentação Escolar, que fortaleceu muito a rede de agricultura familiar no Brasil, estamos entrando agora numa rota de fortalecimento via rede privada. Então, várias redes regionais têm comprado agricultura familiar. Nós fizemos contrato com duas grandes redes nacionais, e vários outros acordos estão sendo firmados. Hoje, inclusive, temos uma agenda à noite, em Campinas, com toda a rede varejista no Brasil, para fortalecer esse casamento de venda direta da agricultura familiar extremamente pobre para a rede varejista dos supermercados em todo o território nacional.

Então, essa é uma ação que começa agora, começa pequena, mas nós temos uma grande expectativa de que vá ser uma rota inclusive de continuidade do PAA. Então, a agricultura familiar começa vendendo para o PAA, aprende a vender, cooperativa-se e passa a vender para a grande rede de supermercados do Brasil. Isso também é uma novidade, e nós temos uma expectativa muito grande de que ela vá se ampliar e atingir todas as regiões.

Outra novidade importante do Brasil Sem Miséria é o Bolsa Verde, também presente nessa medida provisória já em operação e aguardando a votação da MP nº 535. O Bolsa Verde, nesse primeiro momento, está voltado para florestas nacionais, para reservas extrativistas, para assentamentos especiais extrativistas, atingindo a população extremamente pobre – isso é um detalhe importante –, portanto, ele está casando a agenda ambiental com a agenda da extrema pobreza; não é remuneração por serviços ambientais. Digamos que seja um primo dessa agenda de pagamentos por serviços ambientais, porque ele é voltado para a população extremamente pobre e acaba sendo um adicional à família em extrema pobreza, extrativistas, ribeirinhos que a gente localizou em florestas nacionais, em reservas extrativistas federais e em assentamentos fede-

rais. Eles têm direito ao Bolsa Família e, além do Bolsa Família, recebem o Bolsa Verde. É um pagamento de R\$100 por mês, pagos trimestralmente. Nós já fizemos o Busca Ativa e conseguimos localizar 18 mil famílias que têm direito e que passarão receber este ano. Na semana que vem, a Presidenta vai lançar o Brasil Sem Miséria no Norte, e nós já pretendemos entregar um novo cartão para quatro mil famílias; portanto, também com plano em execução. Nossa meta mínima são essas 18 mil famílias, mas nossa expectativa é chegar... Além disso, nós pretendemos fazer o cadastramento de 50 mil famílias este ano. Portanto, a nossa idéia, até março do ano que vem, é chegar às 73 mil famílias, atingindo uma meta para 2011/2012 e poder, a partir dessa aprendizagem, rediscutir o Bolsa Verde e ver como podemos ampliá-lo para outras ações.

Por fim, já finalizando a apresentação, chegamos ao nosso terceiro eixo, que é a ampliação dos serviços públicos. Como eu havia dito, o Brasil Sem Miséria não busca somente ampliar renda dessas famílias e garantir inclusão produtiva; busca também viabilizar o acesso dessas famílias ao serviço público. Parcela dessas famílias não tem hoje acesso à educação, não tem acesso à alfabetização de adultos, não tem acesso a um conjunto de serviços públicos que, hoje, são universais no Brasil.

A nossa avaliação é a de que, para se chegar a essas famílias, primeiro, o Busca Ativa vai ter que funcionar, mas nós temos que aumentar a oferta de serviços. Então, vou passar alguns exemplos de expansão e aprimoramento de serviços públicos hoje ofertados pelo Governo Federal e discutidos pelos Estados e Municípios, garantindo que esses serviços sejam revisitados e que possam ter como foco essa população extremamente pobre. E, ao mesmo tempo, nós estamos qualificando a oferta de serviços, mobilizando, fazendo cursos especiais.

Recentemente, fizemos uma videoconferência com servidores do Brasil todo para discutir o Brasil Sem Miséria e discutir com Estados e Municípios como garantir que essa população, que é a população mais vulnerável, a que mais precisa, possa ter acesso aos serviços públicos.

Então, vou passar, rapidamente, alguns exemplos, a lista de serviços com a qual a gente já havia se comprometido no lançamento do Brasil Sem Miséria, mostrando que ele tem esse foco de chegar, de levar os vários serviços públicos a essa população. Vou passar alguns exemplos.

No caso da educação, nós estamos priorizando no Brasil Alfabetizado as famílias do Cadastro Único do Bolsa Família. Portanto, está havendo uma busca ativa dessas famílias para que a gente redirecione o

Brasil Alfabetizado. No Mais Educação, nós, junto com o MEC, fizemos um levantamento das regiões onde temos um mapa concentrado de população extremamente pobre. Estamos viabilizando para que a escola em dois turnos se dê exatamente onde a gente...

(Interrupção do som.)

A SR^a TEREZA CAMPELLO – ...com densidade de crianças com esse perfil, e casados também com regiões onde há maior violência.

Fizemos um estudo bem interessante: a expansão da rede de ensino técnico, em que um dos critérios passou a ser o mapa da extrema pobreza. Também estamos com um recorte especial para as ações do PAC, que foram lançadas recentemente no PAC 2, nas áreas de saneamento, habitação, UBS, creche, praças do PAC, em que um dos critérios passou a ser o mapa da extrema pobreza. Portanto, regiões onde há concentração de população extremamente pobre.

E, na área de serviços públicos, a saúde está usando o mapa da pobreza, ou seja, os territórios onde existe concentração da população extremamente pobre para redirecionar o conjunto dos seus serviços, seja construção ou reforma de UBS, seja ampliação da cobertura das equipes de saúde da família, que estão sendo direcionadas para essas regiões, inclusive com o setor censitário. Não só Municípios mais pobres, mas olhando regiões dentro de cada uma das cidades onde se concentra a população extremamente pobre. As novas unidades do Farmácia Popular.

Nós fizemos uma revisão do piso de atenção básica, o famoso PAB, atendendo também e tentando estimular que haja fortalecimento das ações de saúde, onde há Municípios que concentram a extrema pobreza.

A respeito do Brasil Sorridente e do Olhar Brasil, em especial, nós estamos com uma estratégia muito importante, casadas com aquelas ações de qualificação profissional.

Então, nós estamos ofertando os cursos de qualificação profissional e de capacitação, nós estamos pegando essa população e viabilizando que eles tenham acesso ao Olhar Brasil e ao Brasil Sorridente, porque muitas vezes o processo de capacitação não é só um processo de aprendizagem, também é um processo de garantia do próprio aprendizado, no caso do Olhar Brasil; garantia de saúde bucal, viabilizando, portanto, o acesso à intermediação de forma mais qualificada.

E os consultórios de rua atendendo não só a nossa população em situação de rua, no caso da população extremamente pobre, mas também vai ser uma ação estratégica dentro da nossa agenda de combate a drogas.

Então, aqui, com vários anúncios de consultório de rua, no caso, com agenda de assistência social.

No caso da assistência social, tem uma questão fundamental que é na rede de assistência social que nós vamos fazer a referência e a contrarreferência. Nós construímos, inclusive, um acesso facilitado para nossa rede de assistência social e para os servidores públicos que estiverem trabalhando com o Brasil Sem Miséria, para que a gente possa localizar a família e os equipamentos públicos perto dessas famílias. Vai ser um Google BSM, Google Brasil Sem Miséria, em que o servidor público pode conseguir identificar onde há um equipamento de educação, um equipamento de saúde, um Cras ou um Creas funcionando, um curso de qualificação profissional. Portanto, facilitando o acesso a essa nossa população e garantindo o que a gente chama de referência e contrarreferência para o conjunto das nossas agendas, não só de renda, mas de inclusão produtiva.

Toda expansão do serviço de assistência social é voltada, assim como no caso de outros serviços, em especial o da assistência social, para o mapa da pobreza; e tudo isso, obviamente, nós estamos pactuando com Estados e Municípios para que os critérios sejam negociados.

E, aqui, nós temos uma novidade, que são as equipes volantes de assistência para grandes Municípios, em especial com área rural, que não tenham acesso às redes de assistência social, viabilizando, inclusive, no caso do BPC, as pessoas com deficiência no meio rural que não têm acesso à informação, inclusive. E a população rural sem acesso aos Cras e Creas, e, no caso do Norte, nós vamos comprar 70 embarcações, garantindo Cras itinerantes.

Isso é um grande resumo para mostrar um pouco do que nós já fizemos de pactuação. Como os senhores sabem, nós fizemos dois grandes pactos regionais: no Sudeste, com todos os nossos governadores; e no Nordeste, também com todos os governadores. Vamos agora, na semana que vem, para o Norte; depois, Sul e Centro-Oeste.

Estamos negociando com todos os Estados – aqui algumas fotos, muito rapidamente –, com Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Minas, Rio de Janeiro, Roraima, Rio Grande do Sul e São Paulo. As pactuações já foram realizadas. Com os demais Estados, elas estão bem avançadas.

Estamos construindo também uma agenda de negociação com um conjunto de parceiros, desde o MST à CNA, passando pela rede varejista, grandes empreiteiras, Correios, Petrobras, Sebrae, Foneas – aqui presente a nossa Presidente do Foneas. Não deu para colocar a foto de todo mundo, mas estamos

com uma agenda bastante intensa, construindo, porque o Brasil Sem Miséria não é uma agenda somente do Governo Federal; é dos Estados, dos Municípios, parceiros privados.

Certamente, eu queria aproveitar, finalizando, para agradecer de pronto não só o apoio como a parceria que também temos construído nesta Casa do Senado.

Obrigada, senhores. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Ministra Tereza Campello. Parabéns pelo Brasil Sem Miséria! É um programa extraordinário. Pena que ele foi lançado num momento em que enfrentávamos uma crise, e o Brasil Sem Miséria foi encoberto pela crise.

Trata-se de um programa extremamente inteligente, muito competente. Eu não podia deixar de registrar isso, aproveitando a presença da senhora, Ministra. E agora divulgarmos, nesses encontros regionais, uma vez que é um trabalho amplo também com os Estados e Municípios, o quanto este Brasil Sem Miséria representa um tremendo avanço na área social.

Vou abrir, dentro daquilo que combinamos, as inscrições. O primeiro inscrito é o Senador Suplicy.

Vamos cumprir aqui o Regimento.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – A Ana queria fazer uma exposição?

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A secretária Ana Fonseca gostaria de se manifestar?

A SR^a ANA FONSECA – Não, obrigada, Senador. A Ministra se expressou com muita eloquência e precisão o sentido do plano.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, vamos utilizar cinco minutos, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – O autor de requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com o autor de requerimento, a gente vai ser um pouco mais flexível, mas seguir, efetivamente, aquilo que determina o Regimento: cinco minutos para o interpellante; para a resposta do interpellado, mais cinco minutos; dois minutos para a réplica e, ao mesmo tempo, os mesmos dois minutos para a tréplica. Portanto, vou procurar seguir isso, relativamente, se é possível.

A Ministra está sugerindo se é possível fazermos uma rodada completa, ouvi-los, e aí ela responderia de uma vez só. Ok?

Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Então, peço a gentileza de ser o último a arguir.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O último a arguir?

Como V. Ex^a manda e não pede aqui, e é o autor do requerimento, vamos ao segundo inscrito, Senador Benedito de Lira.

A SR^a LÚCIA VANIA (Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu gostaria de me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vamos inscrevê-la, Senadora.

Com a palavra o Senador Benedito de Lira.

Senadora Vanessa Grazziotin chegou, e eu já havia passado a palavra ao Senador Benedito de Lira. Mas V. Ex^a será a próxima. A Senadora Marta Suplicy é a terceira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, Sr^a Ministra, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, inicialmente, eu gostaria de cumprimentar a Ministra Tereza Campello, ao tempo em que cumprimento a Presidenta Dilma, pelo grande programa, o maior programa – ao longo da minha vida pública – que se tem notícia no Brasil para atender os pobres.

A minha região – sou do Nordeste – é onde tem a maior concentração dos pobres deste País, porque ao longo da história do Brasil se acumulou essa desatenção para com esse segmento da sociedade brasileira, que é uma sociedade muito centralista, que concentra grandes fortunas na mão de poucos e um sem-número de miséria na mão de milhões.

Então, quero cumprimentar a senhora e a Presidenta porque esse programa, realmente, terá que ter a atenção de todos os segmentos da sociedade, dos que vão utilizar-se dele e daqueles que poderão ser parceiros e serão parceiros.

Tem uma coisa, Ministra, que eu gostaria de referendar, que é a qualificação. É um item da melhor qualidade e necessário, até porque, com essa providência, o programa Brasil Sem Miséria estará motivando aqueles que hoje estão na dependência de uma Bolsa Família ou de uma ajuda qualquer que o Governo possa oferecer, para que amanhã ele possa, realmente, com a qualificação, ter a oportunidade de disputar o mercado de trabalho.

Ontem, antes de viajar, Presidente, para Brasília, fiz uma reunião com um setor industrial do meu Estado, e eu esperava até que eles fizessem uma sequência de reivindicações, mas a reivindicação principal, a número um, foi qualificação. O que me disseram alguns dos empresários de empresas de porte médio e grande? Que estavam importando de São Paulo, por exemplo, soldador. Então, esse programa, numa ação conjunta com o Ministério do Trabalho...

Agora, é interessante, Ministra, porque eu sei que, sob a tutela de V. Ex^a e com a responsabilidade

da Presidenta Dilma, não vamos partidizar esse tipo de ação, que o Brasil Sem Miséria irá levar a sério, porque em alguns Estados, por exemplo, Presidente, há a partidização no que diz respeito a recursos do Ministério do Trabalho para fazer qualificação de mão de obra. Isso é uma coisa fantástica que estamos vendo no Brasil – no passado não se via isto: nós temos as obras, como o PAC, por exemplo, há um sem-número de empregos, e as pessoas sem qualificação. Isso é de fundamental importância.

No item 2, eu gostaria até de uma informação de V. Ex^a quanto às casas que serão dadas no Programa Minha Casa, Minha Vida. As pessoas que serão beneficiadas, aqueles que faziam parte do Brasil Sem Miséria, eles vão pagar? Como vão pagar? Porque Minha Casa, Minha Vida exige um pagamento máximo ou mínimo. Então, seria interessante que nós pudéssemos fazer essa observação.

Eu tenho um caso no meu Estado. Houve uma enchente que arrasou diversos Municípios, mais de 30.000 residências foram destruídas. Há pessoas que, na verdade, perderam tudo. Agora há um programa de reconstrução, o Presidente Lula alocou todos os recursos para reconstrução das residências, mas está um problema lá, os Prefeitos preocupados, por quê? Porque o programa é o Minha Casa, Minha Vida, e ele só terá direito àquela casa na hora em que fizer o cadastro junto à Caixa Econômica. Está havendo uma dificuldade que... Estou fazendo...

(Interrupção do som.)

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – ... a V. Ex^a por conta do programa que também atinge essa faixa.

E o último é o Água para Todos. Não poderia, Presidente, o programa Brasil Sem Miséria não ter o item Água para Todos, principalmente no semiárido brasileiro. Nós temos dificuldades enormes. O programa de cisternas é um programa, na minha observação, que talvez não tenha a solução definitiva do processo. Por quê? Porque, em alguns Municípios, em algumas regiões, no meu Estado, por exemplo – estava aqui conversando com o Senador Wellington – e no Estado do Piauí, em algumas regiões, Ministra, a precipitação pluviométrica não é capaz sequer de encher um pote, imagine uma cisterna, que deverá ter no mínimo 20.000 litros para atender a uma família de quatro a cinco pessoas.

Então, seria interessante, por exemplo, que pudesse haver também pequenos sistemas de abastecimento com chafariz em determinados lugares, onde houver um certo distanciamento para se puxar uma rede de adutoras.

Essas as observações que eu gostaria de fazer.

Ao encerrar, Sr. Presidente, minha participação, quero mais uma vez cumprimentar a Ministra. Que Deus lhe dê muita sabedoria para tocar esse programa, porque ele é da maior importância para o Brasil e para os brasileiros que precisam dessa ação, principalmente os Estados mais pobres da nossa República Federativa do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Benedito de Lira, pelas pertinentes palavras.

Agora, a próxima inscrita é a Senadora Vanessa Grazziotin. Depois, a Senadora Marta Suplicy.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Presidente Delcídio. Gostaria de cumprimentar a Srª Ana Fonseca e a Ministra Tereza pela exposição. Na realidade, a gente tem visto a publicação dessas novas medidas com muito destaque na imprensa. Isso é muito importante.

Não sei se foi no jornal de hoje ou no jornal de ontem, Senadora Marta, que saiu uma matéria dando conta de uma pesquisa realizada que aponta que quando a mulher é inserida no mercado de trabalho aumenta a produtividade e, obviamente, cai muito a pobreza.

Então, eu gostaria de perguntar a V. Exª, Ministra, em relação ao novo Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, de 2012 a 2015, primeiro, como se dará o monitoramento e a avaliação desse plano e, segundo, como esse plano está estruturado para enfrentar essas questões étnicas e de gênero, porque está claro que os mais pobres são os negros e os mais pobres ainda são mulheres negras? Então, como se dá esse recorte, que tenho a convicção de que é muito forte nesse plano, mas como ocorrerá, como ele está montado para enfrentar esse grande desafio?

Também quero fazer um comentário muito rápido a respeito desse item do Plano Brasil Sem Miséria que diz respeito à atuação, a um trabalho direto entre o Governo Federal e os produtores rurais, as produtoras rurais, porque aí a mulher também tem uma presença fortíssima na agricultura, sobretudo na agricultura familiar.

A senhora deve estar indo à minha cidade de Manaus, ao Estado do Amazonas, acompanhando a Presidenta Dilma, entre os dias 27 ou 28, e uma das ações a serem feitas lá é exatamente a assinatura de um convênio com o Governo do Estado para a compra de alimentos. O Estado do Amazonas já faz isso; claro, não atingindo toda a população necessária. Os resultados, Ministra, são fantásticos. Fantástico porque aumenta a produtividade, o Estado do Amazonas não

tem a tradição de produção agrícola, e o que cresceu a produção nesses últimos anos é algo assim fenomenal, e o nosso grande desafio é produzir preservando o meio ambiente ao mesmo tempo. Isso é possível, porque a área de várzeas na nossa região é algo fantástico, que, se utilizada corretamente, vai fazer com que a gente amplie a produção de alimentos, gere renda para a população que vive no interior, ajude no desenvolvimento nacional, e preservando o meio ambiente, Senador Delcídio, o que é mais importante ainda.

Faço este registro, dizendo que para nós é uma alegria muito grande ver mais um convênio do Governo Federal sendo assinado com o Estado do Amazonas.

Por fim, já para concluir, foi publicado no *Diário Oficial* da última sexta-feira, dia 16 deste mês de setembro, um decreto do Governo Federal que trata do Plano de Ação Nacional sobre Governo Aberto. Porque a gente ouve falar muito em combate à corrupção. Muito. Agora, nós temos que separar aqueles que verdadeiramente querem combater a corrupção daqueles que querem fazer disso uma bandeira momentânea para obter frutos políticos. Então, concordo com a Presidenta quando ela disse: “Faxineira, não”. Porque a faxina é aquela que começa de manhã cedo e, logo no final da tarde, já acabou. A faxineira recebe pelo que fez e vai embora, não é isso? O combate à corrupção é algo cotidiano.

Também repilo, Senador – estou concluindo –, aquela ideia de que alguns – ainda bem que são poucos – tentam passar de que a Presidenta Dilma está se livrando de uma herança maldita do governo anterior. Não. Ela está aperfeiçoando uma herança muito positiva do governo anterior. Esse decreto é exatamente isto: Plano de Ação Nacional sobre Governo Aberto. Brasil e Estados Unidos copresidem – e esta é uma das pautas da 66ª Assembleia das Nações Unidas – uma ação internacional, Senador Delcídio, para fazer com que os governos sejam abertos e transparentes.

No Ministério de V. Exª – não li com muito cuidado e aqui tem princípios gerais –, uma das ações importantes é a seguinte: Bolsa Família. Milhares de brasileiras e brasileiros recebem Bolsa Família. Aqui e acolá, uma denúncia – e isso é descentralizado para as prefeituras – de que quem não merece não precisa estar recebendo. Então, essas ações do Ministério de V. Exª fazem parte deste Plano Brasil Aberto.

Então, quero cumprimentar V. Exª não apenas pelo fato de estar à frente de um Ministério tão importante, mas também porque desenvolve um trabalho com extrema competência, o que orgulha as mulheres brasileiras.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Vanessa Graziottin pelo respeito ao tempo.

Senadora Marta Suplicy.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Quero parabenizar a Ministra Tereza Campello pela excelente apresentação e também Ana Fonseca, Secretária Extraordinária na superação da extrema pobreza, com quem trabalhei em São Paulo num projeto pioneiro de eliminação da pobreza com renda mínima.

Eu diria que o projeto Bolsa Família é, em si, extraordinário. Agora, o que me surpreendeu, Ministra, não só nesta apresentação, eu já havia escutado no Palácio, quando foi apresentado à sociedade em geral, foi o aperfeiçoamento do plano. Os grandes críticos do Bolsa Família – parece difícil, mas existem ainda – dizem que não há porta de saída, que essas pessoas vão ficar lá o resto da vida, que essas pessoas não vão trabalhar, que vão dormir em cima. Essa crítica a gente escuta muito.

Então, me deu muita alegria quando percebi, na demonstração, a costura que foi feita entre todos os Ministérios. E dou os parabéns particularmente por isso, porque sei que é muito difícil para essas pessoas conseguirem se profissionalizar, capacitar-se e poder sair do Bolsa Família, porque tão importante quanto entrar – e é muito importante, porque isso significa comer – é poder sair, porque isso significa que você virou cidadão.

Então, esses são os primeiro parabéns. O outro é pelo Busca Ativa. Já tendo sido aplicado o Renda Mínima em São Paulo, para uma população tão grande, é muito difícil chegar àquele mais miserável dos miseráveis, porque ele não tem ainda noção de cidadania, dos seus direitos.

Então, o Governo se dar conta do problema e ter buscado soluções para ir ao encontro dessa pessoa, é a única forma, parece-me, de conseguir realmente acabar com a miséria no Brasil. Se ficássemos esperando, sentados, que essas pessoas buscassem o auxílio, elas não iriam.

Minha pergunta é também em relação ao idoso. Como o Bolsa Família está tratando a questão? Porque o idoso mais miserável não sabe nem que existe o Loas, não sabe nem do direito básico que tem. Por acaso, existe uma conversa em relação a isso?

Quando fui Ministra do Turismo, um dos projetos que mais me deram prazer e orgulho de ter implementado – o piloto foi em Fortaleza – foi o combate à prostituição infantil. Nós cadastrávamos os jovens, meninos e meninas da prostituição infantil, no Bolsa Família e, ao mesmo tempo, tentávamos qualificar os pais e os jovens a escolherem uma profissão relacionada ao tu-

rismo. Então, era uma parceria muito interessante com os hotéis da região, com os restaurantes, porque eles diziam exatamente que faltava mão de obra qualificada, e que esses jovens – e família também – eram capacitados. Já havia tido conversas com esses restaurantes e hotéis para eles poderem trabalhar. Não sei se ainda estão fazendo isso no Ministério, porque já se passaram dois ministros, mas o Bolsa Família poderia ter...

Em relação ao jovem e à jovem prostituída, deu muito certo, e agora temos que lembrar que vamos ter as Olimpíadas, a Copa, e esse problema, realmente, é uma chaga. A solução não é reprimir ou colocar placa na porta do hotel dizendo que não pode entrar com menor, porque não vai solucionar. A solução é qualificar essa família, que é muito miserável; e a criança está na rua.

A outra questão que também pensei em colocar... V. Ex^a mencionou a busca dos serviços públicos, que ficarão muito mais próximos. Como que é visto isso, o jovem está no Bolsa Família e a relação com o serviço de saúde? Se isso tem ajudado essas pessoas a perceberem seus direitos e a terem acesso a coisas que elas pensavam que não poderiam nem pleitear. Essa relação que V. Ex^a mencionou só *en passant*.

A questão dos idosos já mencionei.

Há um problema que é muito específico em relação à minha cidade de São Paulo, ao meu Estado. O Estado de São Paulo tem 995 mil famílias que poderiam estar no Bolsa Família e não estão. Mas, mais particularmente minha cidade de São Paulo, capital, poderia ter 292 mil, que são potenciais beneficiários.

V. Ex^a contou – e nós todos aqui até ficamos empolgados – que vai de barco buscar pessoas. Não importa. E vejo que as pessoas que fazem esse trabalho são muito animadas. Agora, quando você tem prefeituras que não são animadas e que não cadastram, qual a posição, até mais drástica, que o Ministério pode vir a tomar? Porque considero que esse abandono significa o desperdício, na verdade, de vidas, e nós devemos ser, talvez, mais incisivos.

Depois, uma pergunta de curiosidade, pode haver até algum trabalho por trás. Achei muito importante essa percepção de que muitos querem ficar no Bolsa Família porque têm medo de se desligar, ser mandado embora e ficar na mão. Então, essa ideia de possibilitar a volta até três anos me pareceu extremamente produtiva. Agora, eu queria saber por que três, e não dois, e não cinco. Foi feito um estudo ou estamos experimentando? Não acho ruim, porque ninguém nasce sabendo. Veja que o que nós temos hoje já está muito acima e além do que foi o primeiro Bolsa Família.

Com isso, encerro meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Marta Suplicy.

Senadora Lúcia Vânia. Depois, o próximo é o Senador Wellington Dias.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente; Tereza Campello, foi um prazer ouvi-la. Parabéns pela exposição! Quero também cumprimentar a Ana e dizer da nossa satisfação em recebê-la aqui.

Eu gostei muito da proposta, mas gostaria de fazer algumas perguntas.

Pelo que ouvi da sua exposição, nós temos quatro itens muito importantes. O primeiro é o Cadastro Único, que é um instrumento que você teria para coordenar essas ações; segundo, aumento da oferta de serviços; o terceiro não foi colocado aí, mas é uma coisa importante: é o Orçamento da União direcionado para essas ações; e quarto, a pactuação de Estados e Municípios.

Considero esses quatro pontos vitais para o sucesso do programa. O Cadastro Único por ser o instrumento que vai fornecer as informações necessárias para buscar essas pessoas que são realmente muito difíceis de serem encontradas. Hoje, vocês já têm 180 mil encontrados, e a proposta é atingir 800 mil. Eu perguntaria: quem está encarregado de buscar esse cadastro? Seria de forma descentralizada através de Estados e Municípios ou seria pelo próprio Ministério?

Oferta de serviço. Eu acho que a única forma de a gente entender os serviços da área de saúde, educação, trabalho, capacitação, Pronaf, agricultura familiar, assentamentos etc., a gente poderia avaliá-los se tivessem identificados nos orçamentos através do PPA quanto e um cronograma de desembolso de recursos durante quatro anos para atingir a meta. Sem essa referência nos orçamentos, torna-se extremamente difícil acompanhar e analisar se realmente se atingiram as metas.

Pactuação com Estados e Municípios. Eu acho que é de fundamental importância. Não se atinge esse objetivo se não houver parceria com Estados e Municípios. Então, eu perguntaria se há uma orientação técnica, se existe uma forma para que esse plano tenha sido absorvido por Estados e Municípios.

Como todas essas ações envolvem muitas parcerias, e como não temos uma cultura de trabalhar em parceria, com cobrança de resultados, eu perguntaria se não seria necessária uma lei de responsabilidade social em que tivéssemos um índice nacional de desenvolvimento com índices regionais, metas estabelecidas por ano e articulação entre os orçamentos. Para isso, os orçamentos teriam que estar identificados.

Então, vejo que o programa é muito bom. Porém, acho que se não tivermos esses instrumentos de acompanhamento via orçamento, cadastro, aumento da

oferta de serviços, fica muito difícil a gente fazer uma avaliação e inclusive uma reavaliação do programa.

Portanto, deixo aqui essas observações e quero, por fim, cumprimentá-la pelo trabalho, cumprimentar o Ministério do Desenvolvimento Social, que hoje tem feito um trabalho de consolidação da assistência social, que era a nossa meta desde a criação da lei orgânica da assistência social.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito obrigado, Senadora Lúcia Vânia.

Com a palavra o Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, primeiro quero saudar aqui esta audiência, saudando toda a equipe, na pessoa da Ministra Tereza Campello, da nossa Secretária Executiva, Ana Fonseca – uma dupla de primeira linha.

Em algumas coisas eu me senti contemplado, mas eu queria tratar novamente, minha querida Ministra, de alguns temas que considero importantes.

Tive o privilégio de visitá-la e estive também com a nossa Secretária, ainda na elaboração. Eu chamava a atenção para alguns pontos. Um deles a Senadora Marta aqui levanta, que é a relação com os mais pobres, pessoas que às vezes a gente só acredita vendo, muito distantes da realidade. Às vezes você pensa que divulgou na televisão, em editais. São pessoas que estão longe dessa realidade.

Eu gostei muito da ideia do Busca Ativa e quero começar por aí. Nós organizamos aqui, pela Comissão dos Direitos Humanos, uma subcomissão que está trabalhando focada no Brasil Sem Miséria. E estamos estimulando que, além de os Municípios terem os conselhos, nas Câmaras Municipais, nos legislativos municipais e estaduais, que possa haver também uma frente parlamentar, uma comissão especial, de acordo com o Regimento de cada Parlamento, para que possa fazer esse acompanhamento.

Gostaríamos inclusive de convidá-lo para visitar algumas dessas reuniões que estamos fazendo. O Senador Paulo Paim tem nos ajudado. Aliás, como não podia ser diferente, já foi criado no meu Estado, Piauí, e em vários Municípios. Há um convite, e pediram-me para externá-lo, sabendo da audiência hoje aqui – se não vou apanhar quando chegar lá! O Governador Wilson Martins já esteve no Ministério, já fez a pactuação do Estado; as entidades dos Municípios também já fizeram o seu plano, e a ideia é que a gente possa ter uma apresentação com a sociedade, já que, além do Poder Público, há essa interface; além da Assembleia Legislativa.

Quero aqui novamente chamar a atenção para um ponto, que é delicado: penso que precisa ser encontrada

uma forma especial de se trabalhar os índios. Estamos trabalhando bem o foco de regiões da Amazônia, de regiões do semiárido, comunidades quilombolas, mas sinto necessidade inclusive de a equipe do Ministério fazer um diálogo. Eles vão ter um evento agora, no Tocantins, no Município de Porto Nacional; um evento que, na verdade, é uma olimpíada, mas, paralelamente, eles terão um fórum de discussão. Vou estar lá, pela Comissão de Assuntos Sociais e de Direitos Humanos. Estou vendo se o Ministro do Esporte... Acho que seria interessante se pudesse ou a Ministra, ou alguém da equipe fazer um diálogo. Lá estarão presentes 32 etnias de todas as regiões do Brasil, e eles têm um momento de discussão da sua problemática. Por que isso me chama a atenção?

O IBGE e o Ipea demonstram claramente onde existe a maior fatia de um segmento populacional na miséria e na pobreza. Ou seja, é inaceitável que o Brasil não olhe diferentemente para isso. Temos aí muito acima. No Brasil, a gente está chorando com os 9%; o Nordeste, com os 18%; agora estamos falando de 80%, 90% de pessoas na miséria. É preciso dar a eles um tratamento todo especial. Aliás, o tratamento que já vem sendo dado às comunidades quilombolas demonstra que é possível ter um efeito, quando tem algo direcionado.

Segundo, acho que é preciso dar uma olhada no foco da parte agrária, no Programa de Crédito Fundiário. Ele é um programa que, por ser mais flexível do que o tradicional da reforma agrária, permite casar com todos esses programas que foram elencados aqui, ou seja, de empreendedorismo, enfim, você foca naquele assentamento, que normalmente são pequenos. Nessa área, vale a pena um diálogo com o nosso Ministro do Desenvolvimento Agrário, para se ter um forte casamento nessa direção.

Nessa ida ao Piauí, eu queria lhe convidar para conhecer uma experiência que estamos espalhando no Estado, feita em parceria com o Governo Federal, que é a experiência das centrais de cooperativas. É um modelo avançado de empreendimento que consegue competir no mercado nacional e internacional.

Vi aqui o esforço do Compra Direta pelos supermercados. Ele é um caminho. Nesse caso, os donos do supermercado são os próprios produtores, ou seja, você tem um modelo em que um conjunto de pequenos... Temos lá uma experiência com a apicultura, uma experiência que envolve, para se ter uma ideia, algo em torno de 20 mil pessoas; com a cajucultura, que envolve 70 mil pessoas, e que hoje vende para a América do Norte, para a Europa, para o mercado nacional, que é a Casa Apis e a Cocajupi, e agora

está-se trabalhando dentro do mesmo programa, nos arranjos produtivos locais.

Para se fazer uma experiência na piscicultura, inclusive já formalizei uma proposta, para que haja acompanhamento nessa fase de implantação do Ministério, porque é algo que realmente vale a pena. Você consegue, em grande escala, dar conta, com base na vocação de uma sub-região, dentro do Estado, dentro de um território, como a gente chama.

Ainda quero aqui acrescentar, para finalizar, algo em relação à qualificação. O modelo tradicional de qualificação também tem dificuldade de chegar a esse público. Uma experiência que a gente fez, que deu certo, foi o do caminhão da profissionalização. Aliás, hoje, o próprio Presidente Lula, dentro do PAC, está usando isso no Luz para Todos, na Transnordestina, para dar um exemplo, que é a descentralização da qualificação. Qual é a proposta? Você pega uma escola técnica existente na região, ou instituto federal, ou uma escola estadual que seja técnica, e ela vira âncora para uma qualificação dentro dessa linha do Pronatec. Aliás, essa é uma ideia que se casa bem com o Pronatec.

Então, é um caminhão que vai qualificar. Aquela região precisa de pedreiros, de carpinteiros, de assentadores de piso; precisa de pessoas para agricultura, de piscicultores, de criadores de aves. Você faz a qualificação naquela comunidade. É um caminhão, é uma sala de aula/laboratório, que vai com a equipe técnica e garante a condição da qualificação. Também é uma experiência que eu acho que vale a pena. Ela é barata, o custo/aluno sai muito baixo, vale a pena.

Então, reafirmo aqui a nossa convicção desse caminho. Aliás, na qualificação, é importante ter a forma da pesquisa anterior dos cursos que são necessários e, ao mesmo tempo, abrir as inscrições para ver onde há maior demanda.

Eu queria aqui, com essas palavras, manifestar total apoio e entusiasmo. Não é uma missão fácil. Repito sempre: todas as vezes, ainda durante a campanha, que eu ouvia a Presidente Dilma falar em erradicar a miséria até 2014 me dava um frio muito grande na barriga porque eu sei o que isso significa; vivenciei isso no meu Estado. Meu Estado tinha 1,5 milhão de pessoas na miséria. Segundo o último relatório, tem 665 mil. Proporcionalmente, foi o que mais reduziu; cerca de um milhão de pessoas saíram da miséria.

Mas não é fácil, porque chega-se num determinado limite, como estamos, em que ficam faltando os problemas mais difíceis de se resolver. Essa é a situação. É que nem alfabetização: alfabetizar um jovem de 18, 19, 20, 30 anos é mais fácil. Pense em alfabetizar, botar na sala de aula alguém com 80, 90, 100 anos, como ocorre muitas vezes quando a gente atua.

Então, quero aqui dizer que é uma missão que precisa mesmo ser um a um, ou seja, o Estado tem que chegar onde as pessoas estão. Qual é o lado bom, que eu acho? É o banco de dados do Bolsa Família. Ou seja, se a gente consegue, com a Busca Ativa, trazer para dentro os que faltam, eu acho que a gente aí tem um instrumento espetacular. E pode contar com o nosso apoio e entusiasmo nesse trabalho.

Muito obrigado.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, querida Ministra Tereza Campello, Dr^a Ana Fonseca, nossa Secretária Executiva, primeiro quero saudá-las e cumprimentá-las pela importância do projeto. Acho que o Governo da Presidenta Dilma foi muito feliz quando colocou essa meta, esse plano e esse desafio à Nação brasileira, de um Brasil sem miséria. E um País que se pretende a quarta ou a quinta economia no horizonte dos próximos anos precisa ter também esse olhar social extremamente importante para diminuir as desigualdades econômicas, diminuir as desigualdades interregionais, que são extremamente fundamentais na redução, no combate dessa desigualdade, nesse enfrentamento.

Portanto, eu queria começar registrando efetivamente a importância e a pertinência de um projeto e de um plano como esse.

Segundo, quero dizer que a sensibilidade da Presidenta ao colocar duas grandes mulheres junto com ela para tratar desse assunto demonstra exatamente esse olhar diferenciado, cuidadoso com relação às políticas sociais do Governo. Isso me anima muito. E eu, que conheço o trabalho da Ministra Tereza Campello da época em que fui Governador posso dizer aqui do entusiasmo que todos nós temos de poder ver essa questão avançando sob a batuta e gestão de V. Ex^a.

Eu gostaria de fazer algumas perguntas que realmente nos preocupam.

Como a Sr^a Ministra sabe, nós implementamos um programa no Amazonas chamado Bolsa Floresta, que foi um projeto pioneiro, que visa exatamente o não crescimento do desmatamento em unidades de conservação. Eu costumo dizer que fazer unidade de conservação no Brasil é muito fácil. Basta que você ganhe uma eleição e tenha caneta, papel e tinta. Agora, entre tirar essa unidade de conservação de um decreto publicado no *Diário Oficial da União* ou de um decreto publicado nos diários estaduais ou municipais e transformar isso numa unidade de conservação efetiva no campo há uma distância gigantesca. Até mes-

mo porque os programas de cidadania nessas regiões mais isoladas são um dos grandes desafios. O Bolsa Floresta, Ministra e Secretária Executiva, já está, neste momento, beneficiando quase oito mil famílias dentro das unidades de conservação do Estado do Amazonas. E, nesses quase quatro anos em que esse programa existe, uma das maiores dificuldades foi exatamente a documentação do cidadão: certidão de nascimento, CPF, Carteira de Identidade, para que esse cidadão possa ter a base do direito à cidadania assegurada para que, a partir daí, possamos ter programas sociais de inclusão para esse cidadão.

Imagino que o Governo Federal terá as mesmas dificuldades porque usará os mecanismos bancários para fazer o pagamento do Bolsa Verde. E ao fazer o mecanismo bancário, obviamente cada cidadão terá de ter CPF, sem o qual não poderá ter uma conta, mesmo que seja do Bolsa Verde ou do Bolsa Família, para recebimento.

Nós acreditávamos que com o programa Bolsa Família essa questão da cidadania tinha sido mais ou menos equacionada, porque muitos dos que vão se beneficiar com o Bolsa Verde ou estão num programa, ou estão em outro.

Minha pergunta é: quais os recursos, qual a estratégia que o Governo Federal pretende para realizar essa questão de cidadania dentro das unidades de conservação do Governo Federal, para que possa habilitar os cidadãos a ter acesso ao Bolsa Verde?

A segunda pergunta é: creio ser extremamente relevante o Governo Federal analisar a possibilidade de incluir as unidades de conservação dos Estados e dos Municípios dentro do programa Bolsa Verde. Por quê? Porque se não incluir o programa Bolsa Verde às unidades de conservação dos Estados e dos Municípios, nós teremos um desestímulo dentro das unidades municipais e dentro das unidades estaduais. No caso do Estado do Amazonas, das unidades estaduais, existe o Bolsa Floresta. Só que o nosso Bolsa Floresta paga, remunera a metade do que está previsto no Bolsa Verde. Nós remuneramos R\$600 por ano, e o Bolsa Verde vai remunerar R\$1.200 por ano. Além da questão da desigualdade entre o valor de uma bolsa e outra, há aquilo que mencionei: há uma experiência e um *know-how* extremamente já absorvido, no caso do Bolsa Floresta; e o Bolsa Floresta é um programa que, além da renda mínima para a família não aumentar o desmatamento, tem programas de inclusão comunitária, tem programas de renda, que vêm a partir de financiamentos não onerosos para as populações, seja em caráter comunitário, seja em caráter de microempreendedor na área de sustentabilidade, e tem, finalmente, investimentos na área de políticas públicas,

seja de educação, seja de saúde, que também são destinados pelo programa Bolsa Floresta.

Eu queria ouvir, portanto, um comentário, porque louvo, parabenizo; acho que reconhecer o papel e a importância desse brasileiro que cuida da biodiversidade, que cuida da natureza e que, via de regra, está excluído de quase todos os programas de inclusão, seja de cidadania, seja de políticas sociais, foi um avanço inextinguível, que deve ser pontuado e reconhecido pelo Senado da República, por esta Comissão, porque isso é de uma ousadia que merece nosso respeito.

Finalmente, eu gostaria de fazer uma última ponderação com relação a uma questão que vi, recentemente, o Governo Federal inaugurar com o Estado de São Paulo: a criação de um sistema de unificação dos programas de transferência de renda entre União e Estados. Ora, isso significa dizer potencializar e turbinar os programas sem que possamos fragmentar e dividir os esforços, fazer paralelismos de ações e de programas que acabam trazendo grandes prejuízos. Trata-se, portanto, de iniciativa de grande relevância, cujo produto, certamente, será o melhor atendimento das populações carentes, com uma redução da burocracia e com uma mais eficaz aplicação dos recursos públicos, e não importa qual é a origem desses recursos, se é o Governo Federal, se são os Estados, se são os Municípios. Isso vem, inclusive, em reforço àquela ideia de juntarmos, por exemplo, o Bolsa Verde com o Bolsa Floresta. E, nos outros Estados onde não há o Bolsa Floresta, podem-se trazer os Estados e os Municípios para dentro desse programa, para que possamos alcançar os objetivos de cidadania, com documentação, com regularização e com programas complementares, que são fundamentais para essa questão.

Seriam essas três ponderações que eu gostaria de fazer. No mais, quero registrar minha alegria e satisfação de ver esse programa sendo conduzido com esse olhar diferenciado. Parabéns à Ministra! Parabéns à Secretária! E parabéns também à Presidenta Dilma! Esperamos contar com a presença da Presidenta, no final deste mês, no Amazonas, para lançar esse programa de forma muito atenciosa e carinhosa com os brasileiros que cuidam e guardam esse grande patrimônio, que é a floresta brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito obrigado, Senador Eduardo Braga.

Cumprindo o que estabelece o Regimento, concedo a palavra, agora, ao Senador Inácio Arruda.

O eminente Senador Lindbergh Farias falaria agora, mas fui chamado a atenção aqui pela Secretaria da Comissão.

Tem a palavra o Senador Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Por quê? O senhor foi retirado da fila? O Senado não pode passar por cima da Paraíba assim, não.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Paraíba?

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – É do Rio de Janeiro.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Mas o Senador não é paraibano?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Represento o Rio, mas nasci na Paraíba.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Esse cidadão já arrumou uma certidão da Paraíba?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – O senhor vê que ele puxa dos dois lados.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Precisamos comunicar isso à Presidenta. Esse cidadão está mal intencionado, com dupla naturalidade.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – O senhor sabe, Senador, que há um milhão de cearenses no Rio de Janeiro? O Senador Arruda sabe disso.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – É uma diáspora terrível.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Um milhão de cearenses no Rio de Janeiro!

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Por favor, o senhor trate bem lá os cearenses.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Tem a palavra o Senador Inácio Arruda.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP. *Fora do microfone.*) – E tem mais nordestinos do que qualquer outra capital do Brasil.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Não tenha dúvida!

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Aqui mesmo, nesta Mesa, há uma cearense.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Há mais uma cearense lá.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Senador Arruda, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, Senador Benedito de Lira; nossa Ministra Tereza Campello; nossa Secretária Extraordinária Ana Fonseca, cearense, grande lutadora pelo povo brasileiro, estou na sintonia com o passo adiante que estamos buscando dar e que é muito, muito positivo. Vi sua exposição com a Presidenta Dilma e com os Líderes. É um passo que vamos aprofundando. Temos de erradicar esse negócio. Às vezes, ficamos meio assustados com o tempo, que é curto. Mas é assim mesmo: temos de colocar metas. Não há meta de inflação e meta de superávit? Então, é preciso haver essa meta também. Temos condições de alcançar isso.

Destaco duas questões que considero muito importantes: essa relação, essa ligação do programa com os vários Ministérios; e a área do Pronatec, que, talvez, seja a área em que está a maior ousadia nossa. Até oferecemos como sugestão – o Renato Rabelo propôs ali – que incluamos a meta de erradicar o analfabetismo junto. Acho que é muito significativo. Ele disse: “Vamos botar aqui, vamos acabar com esse negócio”. Entendeu? E nós acabamos com os analfabetos é assim. Quer dizer, tem o médico do Saúde da Família e tem o agente que vai ver quem está doente ou não. Que olhe se tem analfabeto! Nós sabemos onde é que está. Então, faz essa busca lá, pega o sujeito e diz: “Vai aprender a ler e escrever, vai dominar uma parte do conhecimento, o que é muito significativo”.

No Pronatec é o quê? É a velocidade da preparação do povo para uma situação de manter o ritmo de crescimento e, quem sabe, elevar o ritmo de crescimento. Se nós conseguirmos manter esse passo ousado na meta, vamos liquidar com a miséria. E o passo ousado do outro lado, que é a outra meta, eu acho que, talvez, a mãe dessas outras metas nossas, que é liquidar com essa...

Eu nunca vi uma CPI para juros. Já deveria ter tido. Porque tem uma turma que adora esse negócio de juros. Tem uma turma de mercado que ama juros. Quer dizer, tem que ter uma meta aqui. Se andamos com essas duas metas, esse objetivo nosso nós matamos, em 2014. Reduz aqui e reduz aqui. Nós temos que reduzir essas duas. Reduz os juros, reduz a pobreza, reduz a miséria. Com a ousadia do programa. Agora, garantiu a bolsa? Garantiu a comida? Garantiu aprender a ler e escrever? Vem a questão da preparação.

O Mangabeira desembarcou lá em Limoeiro do Norte, no Ceará, onde existe uma escola de formação técnica profissional, uma escola técnica federal. E ele ficou olhando... Também a área está irrigada hoje. Tem um caminho de água que irrigou ali e que mantém o Jaguaribe como rio perene, porque era o maior rio seco do mundo. Agora já não é mais, porque está perenizado.

Então, aquele filete d'água, 365 dias no ano, aquela aguinha ali dá uma espécie de explosão de produção na região. Montou-se uma escola técnica federal. E tem do técnico agrícola, com formação primária, até o engenheiro agrônomo. Dentro de uma mesma escola. E tem do soldador ao mestre em mecatrônica na mesma escola. Isso é o Pronatec. O soldador que está sendo formado lá estava sendo catado pelas empresas. Segundo, terceiro, quarto ano primário, o cara já não tinha mais condições de concluir um curso de ensino fundamental, mas podia ter uma profissão, conseguia uma profissão. O cara vai buscar ele lá dentro da escola técnica, que é hoje o Instituto Federal de Educa-

ção em Ciência e Tecnologia. Então, nesse negócio do Pronatec, nós temos que tocar velocidade. Velocidade, por favor. Isso aqui é um esforço extraordinário para resolver nossa meta.

E o outro é o problema do crédito, esse negócio do dinheiro. Um vietnamita chegou lá no Ceará querendo fazer negócio com o pessoal nosso do caju. O pessoal do caju ficou muito desconfiado do vietnamita: “Esse vietnamita veio para cá fazer o que, amigo?” Aí perguntaram ao vietnamita: “Vem cá, e desde quando tem caju no Vietnam?” Ele disse: “Olha, a gente veio ao Brasil, e tinha um tal de cajueiro anão precoce. Nós nunca tínhamos visto esse bicho, mas levamos para o Vietnam”. Levou da Embrapa. Levou a tecnologia, porque não é só o cara ficar achando que agronegócio é só agronegócio. É pura tecnologia. Pois levou a pura tecnologia para lá. Trinta anos atrás. É o maior produtor de castanha de caju do mundo. Aí o cearense olhou e disse: “Esse cara quer me engolir, poxa! Se ele levou esse cajueiro daqui há trinta anos, quem nunca tinha visto um pé de caju, que é originário dali, levou para lá e virou o maior produtor! Meu amigo, é o seguinte: que diabo vocês fizeram? Porque cajueiro anão precoce está espalhado aqui no Piauí, no Ceará, no Rio Grande do Norte, na Paraíba, em Pernambuco. Nós temos esse negócio aqui”. Ele disse: “Cem dólares. Cem dólares e os pés de caju. Foi assim que nós nos transformamos no maior produtor de castanha de caju do mundo. Com cem dólares e as mudas. Eu entregava as mudas e cem dólares. E dali o cara ia embora. O cara virou um grande produtor de caju. Hoje ele é o maior produtor de caju do mundo. Com uma mixaria. Mas essa mixaria, amigo, é a chave para o negócio dele, que é esse tal de microcrédito. É a outra pilastra que eu fico olhando: “Puxa vida, se a gente conseguir fazer!” Isso exige um esforço concentrado. A gente já trabalha tanto e a gente ainda tem de concentrar esforços, não é?

Mas eu acho, Tereza e Ana, que esse dois negócios aqui, Pronatec, com o dinheirinho na mão do povo... Solta o dinheirinho na mão do povo. Tem gente que vai reclamar. A turma dos juros reclama, porque está tirando um negócio dele para dar para a produção, para aumentar ali a capacidade do indivíduo.

Então, eu destaco esses dois instrumentos e os considero extraordinários; e incluir a meta de erradicar o analfabetismo, porque esse analfabetismo grosso ainda é da turma que perdeu a passada. Nós temos de puxar o pé dele de volta e botar aqui.

Quero destacar esse aspecto e manter o ritmo, porque nós estamos ligados. Fica parecendo que os juros são coisas só do Ministério da Fazenda e do Banco Central. Não é, não. No estalo, essa turma

aqui tem de descobrir o que é esse negócio de juros. Quando descobrir, a gente ganha uma montanha de apoio significativo, para não ficar uma coisa assim de um comunista, de um paraibano, e mais uns quatro ou cinco que ficam gritando negócio de juros por aí, e o cara achando que a gente está ficando doido. “Rapaz, diminuí os juros, e você e ainda está gritando?!” Mas é porque ainda precisa diminuir mais. Só isso. Os caras ganham fortunas. Isso é uma imoralidade grande, porque não teve CPI e não teve o diabo ainda para tratar desse assunto no Brasil.

Sem querer colocar outras coisas, como a nossa famosa privatização, que, ao privatizar serviços e entregar serviços para negociantes do exterior, culminaram a negociação com o financiamento do BNDES. Então, você juntou. Podia ter me chamado que eu ficava com a Telemar, com a Tim, com esse negócio todo, se o BNDES me financiasse. E estou mandando montanhas de dinheiro, porque dizem que capital não tem pátria, mas estou vendo que os caras adoram mandar dinheiro para a pátria deles, tirando da nossa. Então, a remessa está lá em cima.

Nós remetemos mais de R\$30 bi, amigo! Não é mole, não! É uma banca boa. Boa! Mas eu fico pensando: é Pronatec e o negocinho aqui do crédito. Graninha na mão do povo, do povo simples. Bota esse dinheiro na mão dele que ele vai embora.

Saúdo o esforço, a concentração das mulheres em enxergar onde está o problema e ir atrás para resolvê-lo.

O SR. PRESIDENTE BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Quero agradecer ao Senador Inácio Arruda. Mas eu queria pedir uma gentileza. Sei que o tema é palpitante, o programa é extraordinário, traz uma inspiração fantástica aos Senadores, mas seria bom que cada um resumisse a sua interlocução, porque cada um está usando cerca de 10, 12 minutos. Há ainda quatro Senadores inscritos e o autor do requerimento; e ainda tem a Ministra, que vai responder a todas as indagações.

Então, concedo a palavra ao Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Secretária Ana Fonseca, Ministra Tereza Campello, primeiro, quero dizer que peço desculpas, porque está havendo agora um debate sobre Código Florestal. Começou às 13 horas. Vou sair daqui não para almoçar, mas para ir para esse debate.

Fiz questão de ficar aqui para parabenizar o plano e dizer que, como esta audiência pública está acontecendo na Comissão de Assuntos Econômicos, quero puxar esse debate um pouco para a economia, porque existe a visão de alguns deste País que é como se a economia estivesse distante da vida do povo, como

se as políticas públicas não interferissem no nosso desenvolvimento.

Vejam a crise econômica de 2008. Ontem, estive com o Presidente Lula, no Rio de Janeiro, e tenho muito orgulho do que foi feito nos oito anos do Presidente Lula e do que vai ser feito no Governo da Presidenta Dilma. A saída deles, na Europa, foi fazer o quê? Salvar bancos, diminuir impostos dos ricos e só desonerar grandes empresas. O nosso caminho aqui é o da transferência de renda, da recuperação do salário mínimo, que teve um papel fantástico. Vi o estudo do Ipea sobre o papel da Previdência, o peso do salário mínimo recuperado na Previdência, na criação desse grande mercado de consumo de massa, crédito para o povo. Nós tínhamos 22% em 2002. Fomos a 46%. Ouvi uma vez um depoimento do Presidente Lula, que chegou a falar que teve reuniões com técnicos da Caixa Econômica e do Banco do Brasil. Eles diziam: “Nós não podemos emprestar abaixo de três salários mínimos por isso, isso, isso”. E o Presidente disse: “Vocês entendem de pobre?” Porque pobre paga as suas contas.” E a gente viu o efeito de tudo isso.

Esta é a nossa galinha dos ovos de ouro: este grande mercado de consumo de massas que nós criamos. Segundo a FGV, 39 milhões de brasileiros foram para a classe média. É disso que estamos falando.

Eu queria saber, porque isso deve ser muito difícil, Ministra. Minha assessoria vai estar aqui. Se tem como medir isso. Qual o impacto da política de transferência de renda nessa geração de emprego, no crescimento econômico do período anterior; e também em relação ao futuro, porque volto a falar no novo momento de crise econômica, desaceleração econômica.

O Inácio Arruda foi muito feliz. O que sinto que me dá mais prazer em relação à nossa Presidenta Dilma é que nós temos uma estratégia de país. Este País será a quarta economia do mundo em 2023 com inclusão social.

Então, sobre a tese da inclusão social, é essa a pergunta que faço nesse momento de desaceleração da economia. O Inácio está corretíssimo. Fala em taxa de juros. Nós todos vibramos aqui com a nova postura do Banco Central, que baixou a taxa de juros. Devo dizer que isso vai trazer folga fiscal também no próximo ano.

Nós pagamos 119 bi de juros só num semestre. Uma coisa ajuda a outra, mas eu queria saber concretamente se há como ter números em relação ao Brasil Sem Miséria, quantos empregos serão gerados, se cada real gasto no Plano Brasil Sem Miséria tem impacto no crescimento do PIB – sei que não deve ser fácil ter isso –, o custo fiscal do programa.

Eu, sinceramente, penso que, no momento em que a gente discute desaceleração econômica no mun-

do inteiro, essa é a boa política pública, com resultados anticíclicos neste momento.

Então, era esta a minha intervenção, por estarmos aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos, porque acho que, volto a dizer, é isso que nos dá muito orgulho de ter sido feito nos oito anos e que vamos fazer nesses próximos quatro anos no Governo da Presidenta Dilma.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito obrigado, Senador Lindbergh.

Com a palavra a Senadora Ana Portela.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Muito obrigada, Presidente, Senador Benedito de Lira. Corrigindo: é Angela Portela.

Quero cumprimentar a Ministra Tereza Campello.

Senador Inácio Arruda, quase me levanto, quase fico em pé, como a Secretária Ana Fonseca, para demonstrar que também sou cearense! Mas já moro em Roraima há muitos anos. É minha terra querida.

Bem, eu gostaria de parabenizar a Presidenta Dilma por esse programa de tanta importância para o nosso País. Sem dúvida nenhuma, o Bolsa Família é um programa que já demonstrou, de forma inequívoca, sua capacidade de contribuir para a redução da pobreza extrema, para a desigualdade social e regional.

Mas eu queria aqui destacar também a importância do Ministério da coordenação do programa Brasil Sem Miséria, num apoio maior aos Municípios, principalmente aos pequenos Municípios, Ministra.

Eu tive a oportunidade e a satisfação de realizar reuniões lá no Estado de Roraima com todos os Municípios, com os quinze Municípios do Estado, com os Secretários de Educação, com os Secretários de Assistência Social. E obviamente essa reunião foi realizada com o apoio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e com o apoio da Secretária Executiva Ana Fonseca.

Lá, nós tivemos a certeza da absoluta necessidade de termos um apoio maior da equipe do Ministério, porque, nesses Municípios, a equipe técnica das prefeituras teve extrema dificuldade de compreender a complexidade do programa Brasil Sem Miséria, por envolver ações coordenadas de diversos Ministérios: da Saúde, da área de Educação, da área do combate à pobreza, enfim, de diversas áreas.

Então, eu gostaria de parabenizar por esse projeto arrojado de combate à pobreza. Nós temos 16 milhões de famílias que precisam ser resgatadas.

Aqui, eu queria destacar também a importância do “busca ativa”; e os Municípios menores que não têm uma equipe técnica preparada para fazer esse trabalho vão precisar necessariamente de uma orientação de capacitação do Ministério coordenador do projeto, para que possa fazer, com eficiência, essa busca ativa, para

que ela tenha resultado positivo e para que a gente possa resgatar esses 16 milhões de brasileiros, que correspondem a 8,5% da população brasileira. E, no meu Estado de Roraima, o percentual de famílias abaixo da linha de pobreza é de 16%, é o dobro da média nacional, infelizmente. Por isso, gostaria de destacar a importância de o Ministério definir uma estratégia para apoio técnico às prefeituras dos Municípios mais pobres, dos Municípios da região Norte do nosso País.

Eram essas as colocações que eu gostaria de fazer.

Destaco ainda, Ministra, que essa reunião realizada com as prefeituras para discutir o projeto foi antes da assinatura do pacto regional com o Estado de Roraima. Daí a importância de termos colhido o sentimento dessas prefeituras, desse pessoal que não tem preparo técnico para executar, para implementar esse projeto abrangente e de tanta importância para a população mais pobre do nosso País.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Obrigado à Senadora – agora vou corrigir – Angela Portela.

Com a palavra, a Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Pretendo ser breve.

Inicialmente, quero aqui cumprimentar nossa Ministra Tereza Campello e também a Secretária, a Sr^a Ana Fonseca.

O Plano Brasil Sem Miséria é muito ousado, é um plano corajoso e, diria até, revolucionário – é revolucionário, não é “até”, não; é revolucionário mesmo. Por que entendo dessa forma? Primeiro, porque ele leva todo o Governo, todos os ministérios a terem um olhar preferencial para as famílias, para as pessoas que mais precisam deste País. Segundo, porque ele envolve os Estados e os Municípios para que se comprometam também com a meta de tirar essas famílias da miséria.

Não é um programa fácil de ser gerenciado, porque é integrado. Então, ele fortalece, de fato, o pacto federativo, ele fortalece a integração entre os ministérios. É um programa bastante corajoso e revolucionário.

Quero fazer um destaque: ele também tem a preocupação de fazer o recorte de gênero. Nós sabemos que cerca de 35% de nossas famílias são chefiadas por mulheres, e cuidar da autonomia econômica das mulheres é essencialmente importante.

Eu me inscrevi, na verdade, para fazer uma pergunta, além de fazer esse destaque inicial.

Ministra, tenho a informação aqui de que hoje vivem no Brasil 4.101 refugiados de 77 nacionalidades. São refugiados reconhecidos pelo Comitê Nacional para Refugiados, que é o Conare.

Eu tenho alguns dados aqui.

Desses refugiados, a grande maioria, 64%, são da África; 22% são da América Latina; 10% são da Ásia; 2% são da Europa. O país de origem do maior número de refugiados é Angola, na África, com 38%; em seguida vem a Colômbia, com 14%, e há outros países com percentuais um pouco menores.

Qual é a minha pergunta? Quero saber qual é a possibilidade de incluir os idosos e as pessoas com deficiência que fazem parte desse grupo de refugiados no programa Benefício de Prestação Continuada. Nós sabemos que essas famílias de refugiados já estão incluídas no Bolsa Família, mas nós queríamos saber se é possível incluir essas pessoas também no BPC, no programa Benefício de Prestação Continuada. Por que estou fazendo essa pergunta? Essa é uma demanda que nos chegou através do Instituto Migrações e Direitos Humanos, dirigido pela Irmã Rosita Milesi, da Pastoral de Mobilidade Humana da CNBB. Então, é uma demanda que temos em mãos e, aproveitando a presença da senhora aqui, gostaríamos de saber se é possível incluir esses refugiados no BPC.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Encerradas as inscrições dos Senadores, passarei agora a palavra ao Senador Suplicy, autor do requerimento.

Com a palavra S. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT– SP) – Senador Benedito de Lira, querida Ministra Tereza Campello, meus cumprimentos pelo seu extraordinário desempenho.

Eu quero lhe dizer que é comovente, até do ponto de vista pessoal, de quem acompanhou a sua trajetória, sobretudo pelo fato de uma maneira até que guarda relação com o que aconteceu com a Presidenta Dilma Rousseff, que, também acometida por um problema de saúde, V. Ex^a o enfrentou com uma energia tão significativa e positiva, causando a admiração de todos.

Eu também quero muito lhe cumprimentar por ter, juntamente com a Presidenta Dilma Rousseff, mas certamente só pode ter sido pela sua anuência e convocação de ter chamado para trabalhar com V. Ex^a a querida Ana Fonseca, porque esta eu conheci desde o começo desta década, quando ela me chamou para estar acompanhando sua tese. Participei ali do exame, e ela me convidou para escrever o prefácio. Nós nos tornamos pessoas com enorme afinidade sobre o propósito que hoje traz as duas aqui.

Uma primeira questão: eu acho muito importante que o Governo brasileiro, os empresários, os trabalhadores tenham consciência dos instrumentos de transferência de renda que existem hoje nos países desenvolvidos e que têm um efeito muito significativo

sobre a preocupação do Governo, dos empresários sobre o grau de competitividade da economia brasileira. Por exemplo, nos Estados Unidos da América, desde 1975, nós temos o crédito fiscal por remuneração recebida. Às vezes as autoridades brasileiras têm dito que o Bolsa Família é o maior programa de transferência de renda que existe. Nos Estados Unidos da América, o Earned Income Tax Credit, o crédito fiscal por remuneração recebida no ano passado, pagou a 26 milhões e pouco de famílias US\$56 bilhões. Por exemplo, uma família com marido, mulher e duas crianças, se a sua remuneração hoje nos Estados Unidos é da ordem de US\$18 mil, esse casal tem o direito de receber US\$5.160 a mais, e sua remuneração passa para além de US\$23 mil e poucos, que é a linha de pobreza para um casal com duas crianças nos Estados Unidos. Esse casal, portanto, torna-se mais satisfeito, provavelmente mais produtivo. Agora, quem paga esse complemento não é a empresa, é o conjunto da sociedade que hoje concorda com isso. Os Presidentes Bill Clinton e, depois, Barack Obama, em 2009, no início, ambos aumentaram significativamente o valor. Inclusive Bill Clinton aumentou para os casais sem filhos, e Barack Obama para os que têm três crianças ou até mais.

No meu entendimento, esse procedimento torna sua economia, a dos Estados Unidos e a de outros que adotaram sistemas semelhantes, mais competitiva em relação à nossa, se não adotarmos um sistema semelhante ou melhor.

O Programa Bolsa Família é um instrumento de transferência de renda que tem tido excelentes resultados. Contribuiu para erradicar a pobreza, contribuiu para diminuir o coeficiente ano a ano, desde 2003 para cá, e os seus antecedentes também. Mas ele tem um desenho que não leva tanto em consideração esse aspecto. Nós precisaríamos até examinar com maior profundidade, e eu me disponho. Vou entregar a V. Ex^a um estudo sobre isso.

Mas eu gostaria de lhe perguntar se de alguma maneira o Governo da Presidenta Dilma Rousseff tem a perspectiva de considerar, em algum momento no horizonte futuro, tal como prevê a Lei nº 10.835, a renda básica de cidadania. E, da mesma maneira que os primeiros programas daquilo que hoje se constitui o Bolsa Família se iniciaram localmente no Distrito Federal, em Campinas, Ribeirão Preto e em tantos outros Municípios, até em São Paulo, quando Ana Fonseca foi a coordenadora do Programa Renda Mínima e assim por diante, e daí se tornaram o que hoje é o Bolsa Família, nós poderemos também realizar experiências pioneiras do programa renda básica cidadã localmente. Nesse propósito, V. Ex^a está a par, eu, inclusive,

fui recebido no Ministério do Desenvolvimento Social, juntamente com o Prefeito José Augusto Guarnieri Pereira, de Santo Antônio do Pinhal, que aprovou lei nesse sentido na presença da Secretária Extraordinária Ana Fonseca e de seu Secretário Executivo Rômulo Paes de Sousa. Tivemos um diálogo muito produtivo e fomos muito bem recebidos – lá estavam quatro vereadores. Rômulo Paes e Ana Fonseca explicaram que a primeira etapa, no sentido de caminharmos em direção à Renda Básica de Cidadania, poderá ser como que uma atenção muito especial para a Busca Ativa e para a implementação de todos esses programas, cujas parcerias com os governos estaduais e municipais, com as entidades, conforme V. Ex^a explicou aqui tão bem, possam se realizar como etapa.

Mas eu gostaria de lhe perguntar, porque tenho feito, tenho estimulado os Municípios e os Estados a caminharem na direção da Renda Básica de Cidadania. Tenho proposto aos cinco pré-candidatos, eu sou um deles – Marta Suplicy, Fernando Haddad, Jilmar Tatto e Carlos Zarattini –, que coloquem como objetivo fazer de São Paulo, que tem 11 milhões e 300 mil habitantes, um exemplo pioneiro da Renda Básica de Cidadania.

Gostaria até de pedir a sua reflexão, porque, notem: quando V. Ex^a e a Presidenta Dilma assinaram o convênio com o Governador Geraldo Alckimin e os demais, mencionaram que agora haverá um entendimento. Em São Paulo, por exemplo, onde há o Renda Cidadã e agora o Bolsa Família, os dois coordenados, toda família que porventura tiver o direito ao Bolsa Família, aquelas que não recebem R\$140 *per capita* e, em especial, aquelas que não chegam a R\$70, passarão a ter o direito de receber pelo menos – foi o que eu entendi do convênio assinado – R\$70 por pessoa no Estado de São Paulo. Essa é a meta. E acho isso muito positivo. Mas, permita-me, Senador Presidente Benedito de Lira, aqui uma reflexão que vai demandar uma explicação com detalhes.

Vamos supor o caso da família com pai, mãe e sete crianças; cinco crianças e dois adolescentes. Se a renda familiar *per capita* não atingir o limite estabelecido de R\$70 *per capita* por mês, essa família passa a ter o direito de receber R\$32 – cinco vezes trinta e dois dá cento e 160; mais R\$38 por adolescente, que dá R\$76. Como a renda familiar *per capita* não chega a R\$70, então terá o direito a mais R\$70 do benefício básico e, portanto, terá R\$306. Suponhamos que a renda familiar desse casal é de apenas R\$100 para o marido e R\$100 para mulher, R\$200 reais, ou seja, com os R\$306, essa família terá R\$506, mas não chega, portanto aos sete vezes setenta, R\$630. Faltarão R\$134. Pelo convênio, então – pelo que entendi –, o governo estadual vai entrar com mais R\$134.

Ora, Senador Benedito de Lira, V. Ex^a há de convir: veja só o trabalho que deu para eu explicar! Imagine à administradora do programa, imagine às famílias, cada uma com esse detalhamento; imagine a condição daquelas famílias que recebem, provavelmente no mercado informal, uma remuneração muito variada, mês a mês, que ora é R\$200, ora é R\$100, ora é R\$500 e assim por diante.

Entre outros, são esses os fatores que me levaram, depois de ser um proponente aqui da garantia de uma renda mínima através de um imposto de renda negativo, a ter ficado persuadido...

(A Presidência faz soar a campainha.)

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Já estou na reta final, Sr. Presidente.

...no sentido de que o melhor será caminharmos na direção da renda básica incondicional.

Permita-me só, Presidente Benedito de Lira, transmitir assim, olho no olho, porque eu quero ouvir a sua avaliação. E por que razão? Até a Ministra Tereza Campello, a Presidenta Dilma Rousseff, o Senador Suplicy, o Pelé, a Xuxa, o Antônio Ermírio de Moraes: “Vamos receber o Presidente Benedito de Lira?” “Sim.” Mas nós não precisamos disso. Temos o suficiente para a nossa sobrevivência, mas nós, obviamente, colaboraremos para que nós próprios e todos os demais venhamos a receber. Que vantagens há nisso? Eliminamos inteiramente a burocracia envolvida de ter que saber quanto cada um ganha no mercado formal ou informal, todo esse detalhamento de contas. Eliminamos qualquer estigma ou sentimento de vergonha de a pessoa precisar dizer: “Eu só recebo tanto, por isso mereço tal complemento”. Eliminamos o fenômeno da dependência que tipicamente acontece.

O Senador Benedito de Lira sabe que, em Alagoas e em muitos Estados, em São Paulo mesmo, às vezes a pessoa está por decidir: “Vou ou não receber, fazer esse trabalho, que vai dar esse tanto? Mas se eu realizar esse trabalho, recebesse tanto, e daí vem o Governo e me tira o que eu estava recebendo naquele programa, eu talvez prefira não fazê-lo. Entro na armadilha do desemprego ou da pobreza”.

Se todos iniciarmos da Renda Básica em diante, sempre haverá estímulo ao progresso. Mas é do ponto de vista... E aí é que entra o argumento fundamental, prezada querida Ministra Tereza Campello, que me levou à convicção disso para apoiar e querer que o Congresso Nacional... E felizmente o Congresso Nacional aprovou, mas com a perspectiva de que será instituída por etapas.

Mas o grande argumento é o de que, do ponto de vista daquela jovem que às vezes não tem outra

alternativa, se não o de vender o seu corpo para conseguir dar de comer em casa; ou do jovem, como do filme Cidade de Deus, que não tem outra alternativa senão se tornar o aviãozinho da quadrilha de narcotraficantes; ou daquele trabalhador... Um dia, fomos eu e diversos Parlamentares ao sul de Rio Maria, no Pará; e o Padre Ricardo Rezende pediu que ouvíssemos os trabalhadores que ali estavam. Eis que eles disseram: “Olha, a gente vem aqui, na porta do hotel, do restaurante ou da rodoviária, e vem o fazendeiro, o capataz ou o gerente da fazenda e nos diz: ‘Quem quiser entra aí no caminhão ou no ônibus; vamos lá para a fazenda, a uns 500 quilômetros daqui, e lá vão receber tanto depois de cortar a floresta, plantar e semear a terra etc.’ E para lá a gente vai. Passadas quatro semanas, a gente diz para o gerente: ‘Está na hora de receber. Eu preciso mandar dinheiro para a família.’” “Mas, como assim? O senhor, por enquanto, comprou na venda mais do que o que tem direito de receber.” V. Exª sabe que, às vezes, ainda acontece esse tipo de coisa no Brasil. “Pois bem, se for assim, eu vou embora!” “Se quiser ir embora, vai levar um tiro!” E muitos levaram tiro. Foi o depoimento que ouvimos.

Ou seja, o dia que houver uma renda básica de cidadania suficiente para cada uma dessas pessoas poder dar sustento para si e para os seus, essas pessoas vão passar a ter o direito de dizer: “Não. Agora eu não vou precisar aceitar.”

Do ponto de vista, portanto, do que nos fala o Prêmio Nobel de Economia Amartya Sen, que desenvolvimento, se for par valer, deve significar maior grau de liberdade para todos, a renda básica de cidadania significará maior grau de liberdade para todos.

Estou perfeitamente consciente, Presidente Benedito de Lira, de que não dá para fazer isso de um dia para o outro. E foi muito significativo quando o Senador Francelino Pereira me disse: “Eduardo, que tal aceitar que seu projeto seja instituído por etapas?” E eu aceitei. Graças àquilo, foi aprovado por consenso, no Senado e na Câmara. E o Ministro da Fazenda Antonio Palocci disse ao Presidente Lula, quando o estava examinando: “Presidente, como é para ser instituído por etapas, é factível. Pode sancionar.” E foi sancionado. O projeto foi aprovado por consenso no Senado e na Câmara. V. Exª sabe que não é tão fácil. Mas a minha pergunta é simples: vamos ter, um dia, a perspectiva de instituí-lo?

Assim, concluo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Está vendo, Ministra, como é palpitante o tema que a senhora traz à Casa? Já estamos praticamente há três horas – vai para quatro horas – nesta audiência pública.

Mas quero cumprimentá-la, e V. Exª tem a palavra para responder às indagações que foram formuladas pelos Srs. Senadores.

Eu queria cumprimentar o Senador Suplicy pela narrativa que fez como autor do requerimento. Se lhe desse mais corda, o senhor amanhecia o dia!

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Com certeza!

A SRª TEREZA CAMP ELLO – Eu queria agradecer de novo a oportunidade, agradecer ao nosso Senador Suplicy o convite.

Começarei respondendo às suas questões, Senador Benedito de Lira, com relação, obviamente, a critérios republicanos que estão presentes em todas as nossas ações, especialmente no caso da qualificação profissional, que vi que é uma das suas principais preocupações.

Como as ações não conseguirão ser iniciadas em todos os Municípios do Brasil de uma vez só, e é objetivo da Presidenta que a gente tenha ações em todo o País simultaneamente, para o ano de 2011 e, provavelmente, para o primeiro semestre de 2012, estamos propondo um recorte. Municípios acima de 100 mil habitantes, todos, e Municípios que tenham rede Sine instalada. Por quê? Porque, como eu tinha colocado, nossa principal preocupação é garantir que haja uma agenda casada de qualificação profissional com intermediação de mão de obra. Então, como a gente não daria conta de pegar todo o universo do País, a nossa opção foi começar por Municípios que tenham esses dois critérios.

Então, estamos convidando os nossos prefeitos para uma audiência agora, no começo do mês de outubro. Já estamos conversando com as entidades representativas dos prefeitos, e como as vagas, no caso do Pronatec, estabelecida... Para o Brasil Sem Miséria, nós temos um milhão de vagas ao longo de quatro anos.

Portanto, acho que nossa grande dificuldade não será ser republicano, mas garantir que a gente consiga, de fato, levar esses custos para essa população, que não é fácil. É muito difícil mobilizar essa população, garantir que as prefeituras consigam se engajar nesse movimento, identificar quais são as vagas, quais são os cursos e montar os cursos. Então, temos uma tarefa enorme pela frente. Esse o critério que a gente vai usar nesse primeiro momento e, a partir daí, a nossa ideia é poder ampliar os custos também para os demais territórios. Nós já estamos com as vagas do Sistema S levantadas e as da rede federal de ensino técnico profissional e profissionalizante para iniciar, ofertando para esses Municípios com esse recorte.

Segunda questão.

Sempre que a gente faz uma apresentação é com relação ao acesso à água. Todas às vezes que fazemos uma apresentação, acabamos falando de água para beber e acabamos falando muito de cisternas, mas, de fato, temos não só previstos os sistemas simplificados, ofertados pelo Ministério da Integração e pela Agência Nacional de Água, pela Funasa, mas também temos uma oferta de água, para a produção, para 600 mil famílias, que a gente acaba não detalhando, porque parte dessa água para a produção tem interseção com a água para beber. Então, temos previstos os sistemas simplificados, temos previstos pequenos açudes, pequenas barragens, e está em discussão, na Pasta do nosso Ministro Fernando Bezerra, também o fornecimento de água para as regiões em que a gente vai construir cisternas, mas que não tem água regular de chuvas. Portanto, a ideia é de que a cisterna não sirva apenas para captação de água de chuva, mas que a gente possa ofertar de alguma forma, eventualmente até.

Vou tentar ser um pouco mais rápida para garantir... Eu sei que as assessorias estão atentas; por isso, vou responder às perguntas, mesmo sabendo que a maior parte dos Senadores que fez as perguntas não pode ficar.

A Senadora Vanessa havia levantado as questões envolvendo o PAA. Quero lembrar que as ações em que estamos trabalhando, envolvendo o Programa de Aquisição de Alimentos, são complementadas também pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar.

No caso das populações extrativistas, fizemos um trabalho enorme, envolvendo a PGPM, que é também uma ação do Estado, garantindo políticas de preços mínimos que permitem que a gente amplie a compra para a agricultura familiar, em especial a produtores de produtos da sociobiodiversidade.

Na próxima semana, iremos à região Norte, onde faremos um esforço para fortalecer a agenda que envolve pescado. Não só a agricultura de grãos e de verduras, mas também a compra de produtos da sociobiodiversidade. Então, acho que vamos ter uma agenda grande envolvendo PAA, envolvendo compra de pescado – no caso do Acre, a gente ainda vai comprar frango também –, mas envolvendo os supermercados nessa rede que vai fortalecer a agricultura familiar.

Partilho da mesma opinião de que esse é um dos programas fundamentais para organizar a agricultura familiar no Brasil.

Com relação ao Plano Nacional de Segurança Alimentar, como a gente montou um plano dentro do PPA – a senhora já o recebeu, Senadora? Podia anotar, para a gente enviar. Conseguimos montar o plano em cima do PPA. Então, nós fizemos de forma casa-

da: o próprio PPA já reflete o plano, e o plano reflete o PPA. Então, temos a marcação das ações que são do Plano Nacional de segurança Alimentar dentro do PPA, do Governo Federal, não só integrando as ações; portanto, a gente consegue enxergar as ações da Secretaria de Políticas para as Mulheres, da Seppir, como do MDA, do conjunto dos Ministérios, do Ministério do Meio Ambiente, integradas. Ficou muito bacana. É a primeira vez que a gente conseguiu fazer isso e vai servir para outras ações, porque elas aparecem independentemente do Ministério. Se a gente quiser fazer um recorte puxando tudo o que é da área de segurança alimentar e nutricional, a gente consegue puxar. Isso vai viabilizar para que a gente tenha um monitoramento não só físico, mas também financeiro, porque a gente estabeleceu, no plano, metas físicas também. Vou pedir para o pessoal lhe enviar uma cópia. Ficou muito bem feito. Obviamente, ele tem de ser aperfeiçoado. Estabelecemos oito macrodiretrizes, com metas específicas, que envolvem a questão da obesidade, várias pautas modernas, como a agenda da segurança alimentar, além da questão da fome. Portanto, abrange a questão da alimentação saudável.

Por fim, quero dizer – penso que isto seja do seu conhecimento também – que, em grande parte, a gente avançou no programa Bolsa Família ao longo desses anos, não é, Ana? E isso se deu exatamente porque o Bolsa Família é um programa em que as famílias que recebem os recursos são conhecidas. Então, a fiscalização já vinha acontecendo no Ministério, independentemente dessa nova medida da nossa Presidenta. É uma das coisas que garantiram que a gente tivesse avançado nas agendas de transferência de renda. Inclusive, isso deixou de ser pauta. Aqui, está o nosso Secretário Tiago Falcão, responsável pelo Bolsa Família, pela Agenda Cidadã e pelo nosso Cadastro Único. Logo que começou, o programa era objeto de muita crítica, mas, hoje, é reduzidíssimo o nível de denúncia. Vamos atrás de toda denúncia. Mas, praticamente, não se vê mais denúncia alguma envolvendo o Bolsa Família, exatamente porque ele é fiscalizado pela própria sociedade.

Com relação às questões levantadas pela nossa Senadora Marta Suplicy, quero fortalecer a ideia de que a população atendida pelo Bolsa Família é uma população que já trabalha. Então, a agenda Brasil Sem Miséria busca incluir a população e, fundamentalmente, melhorar as condições de trabalho. A maioria das pessoas incluídas no Bolsa Família, hoje, já trabalha. Setenta e dois por cento dessas pessoas trabalham, mas em situação que não lhes permite ter uma renda que sustente sua família. Portanto, recebem menos de R\$70,00 *per capita*. Ou o trabalho é um bico, ou o

trabalho é informal, ou há pequenos negócios ainda não formalizados. Portanto, a agenda central do Brasil Sem Miséria busca viabilizar a melhoria das condições de trabalho dessas famílias.

A Senadora também nos perguntou sobre os idosos. A Busca Ativa não serve somente à população do Bolsa Família, mas também serve à população de idosos que teria direito ao BPC. O idoso pobre tem direito ao BPC. Temos como meta incluir 145 mil idosos que, na nossa avaliação, têm direito ao BPC, mas que não o recebem. Por meio da Busca Ativa, queremos alcançar esses idosos. E, em especial, no meio rural, há crianças e adolescentes com deficiência que também têm direito ao BPC, mas que não têm sequer acesso a essa informação. A Busca Ativa vai nos ajudar a localizá-los.

Foi feita uma pergunta pela nossa Senadora com relação à cidade de São Paulo. Há Estados em que há baixa cobertura cadastral, não é, Tiago? Estamos com um trabalho muito forte com as concessionárias de energia elétrica que têm interesse em nos apoiar no Cadastro, porque podem melhorar também suas informações para a tarifa social de energia elétrica. No caso da cidade de São Paulo, temos um acordo com a Eletropaulo e, com isso, acreditamos que vamos melhorar muito a situação de cobertura de São Paulo, que, realmente, ainda é muito baixa. É um dos Estados prioritários para se melhorar a cobertura.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Inclusive, no Município de São Paulo, esse índice é dos mais baixos: 57%, aproximadamente.

A SR^a TEREZA CAMPELLO – Em especial, no Município de São Paulo, é dos mais baixos.

A Ana pode falar, não é, Senador?

A SR^a ANA FONSECA (*Fora do microfone.*) – Não, não posso falar. Pela regra, não posso falar. Eu falo fora do microfone. Há 11 mil famílias no Renda Cidadã, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Como não? Presidente, não há regra que diz que ela não possa falar. Imagine! Que regra é essa?

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – A senhora pode falar, sim. É bom que a senhora converse, porque descansa a Ministra. Não há regra que a impeça de falar, e, mesmo que houvesse essa regra, faríamos essa concessão.

A SR^a ANA FONSECA – Então, Senador Suplicy, o Renda Cidadã do Governo do Estado de São Paulo, hoje, no Estado, atinge 66 mil famílias, das quais 11 mil famílias são do Município de São Paulo.

...das quais onze mil famílias são do Município de São Paulo. A pactuação realizada com o Governo do Estado, com o Estado de São Paulo, por um lado,

puxando todo mundo para R\$70,00 – não é isso, Tiago Falcão? –, para todo o Estado, e isso inclui o Município de São Paulo, e o acordo entre a AES Eletropaulo e o Município de São Paulo. Naquele dia, na saída da Prefeitura, nós nos encontramos com a vice-Prefeita Alda Marco Antônio e o Sr. Kassab. Eu estava vindo realmente dessa pactuação para ampliar a cobertura no Município de São Paulo, que é um dos municípios com menor índice de cobertura. O que existe hoje são as onze mil famílias do Renda Cidadã e ainda as cem mil famílias, herança bendita da nossa Senadora e ex-Prefeita de São Paulo, Marta Suplicy. É o que ainda existe do programa, mas entendemos que o Município de São Paulo vai realizar uma excelente cobertura.

E aproveito para dizer uma coisa em relação ao que o Senador por Alagoas nos falou sobre a partidização, não é, Senador? De não ter partidização. Creio, eu disse outra vez e tratei de dizê-lo também por escrito, que uma das coisas mais especiais que eu vi nos últimos anos na vida pública brasileira foi o pacto da região Sudeste. O pacto da região Sudeste é um pacto casado – perfeitamente casado – com o art. 1º da nossa Constituição no aspecto que diz respeito à indistinção partidária. E isso, Senador, quando vimos no pacto da região Sudeste – Governador Geraldo Alckmin, Governador Antonio Anastasia, Governador Renato Serragrande e Governador Sérgio Cabral...

O SR. – (*Intervenção fora do microfone.*)

A SR^a ANA FONSECA – Renato Casagrande. É aquela serra é boa. E aí... É melhor do que a do Acre. Desculpe a piada. E ali temos aquela conformação partidária, mas, por cima dessa conformação partidária, a mais clara expressão, a mais clara corporificação daquilo que disse a Presidenta Dilma, que a erradicação da extrema pobreza é de todos, é um compromisso de todos, não é um compromisso partidário. Então, o Senador Benedito de Lira, das Alagoas, não pode ter nenhuma apreensão a esse respeito porque já demos – viu, Senador? – as melhores respostas. E fomos além disso. Fomos a Arapiraca, na grande Alagoas.

Eu não vou mais falar, Angela. Então, é um prazer enorme – só nos falamos por telefone – saber que você também engrossa a longa lista dos cearenses, muitos deles em Roraima.

A SR^a TEREZA CAMPELLO – Só retomando aqui, eu estava combinando com o Senador de responder resumidamente, principalmente privilegiando os nossos Senadores que estão aqui, mas eu me comprometo, em relação a questões mais específicas, a nos colocar à disposição no Ministério. Mas seria importante alertá-los para uma questão que foi levantada pela Senadora Lúcia Vânia, com relação ao monitoramento. Nós no Brasil Sem Miséria conseguimos fazer a mes-

ma coisa que conseguimos fazer com o PAC. Todas as ações do Brasil Sem Miséria estão marcadas. Com relação ao monitoramento do Brasil Sem Miséria, do ponto de vista orçamentário, estão todas marcadas na AGU e no PPA. Então, nós temos como fazer esse acompanhamento. E estamos com dois sistemas de monitoramento. Um montado para garantir o acompanhamento das ações – quem coordena é a Dr^a Janine, que está aqui presente, também a nossa assessoria e a Sesep –, e estamos organizando, por isso o cadastro é tão importante, como monitorar também as famílias e a evolução das famílias. Só temos uma forma de fazer isso. Não queremos só saber quantas mil cisternas nós fizemos. Nós queremos saber: essa família que estava em situação de pobreza ganhou uma cisterna, teve acesso ao crédito, tem um idoso que está sendo acompanhado por médico das famílias. Então, queremos poder acompanhar o conjunto dessas ações, o que só conseguiremos fazer com o Cadastro Único. Por isso essa ação é tão importante.

Nós estamos com três processos de monitoramento. Um é o financeiro-orçamentário, com essas medidas recentemente aprovadas aqui pela Casa, com essa marcação na AGU. O segundo, com o monitoramento das ações; e o terceiro, que estamos tentando fazer evoluir, garantindo o monitoramento das famílias para sabermos de fato qual é a situação desses 16 milhões de brasileiros.

Com relação à pergunta do Senador Eduardo Braga acerca da Bolsa Verde. Nós, de fato, estamos começando com as áreas federais por dois grandes motivos. Um é que, como ele mesmo disse, isso nunca tinha sido feito no Brasil. Nós estamos fazendo uma experiência completamente nova, casando a agenda da pobreza com a agenda ambiental. Nós temos de ter uma curva de aprendizagem em relação a isso.

Nós estabelecemos a meta de iniciarmos nosso trabalho com relação às áreas federais, porque a preocupação não é só encontrar essas famílias, mas fazer um monitoramento do ativo ambiental envolvido. Não adianta só incluir essa família na transferência de renda e na transferência do Bolsa Verde, interessa-nos também fazer um monitoramento para garantir que esse ativo ambiental não seja destruído. Portanto, é importante que tenhamos um grande controle, neste caso específico sobre a situação ambiental de cada uma dessas áreas. Então, estamos começando com as áreas federais, queremos monitorar essas ações e, à medida que pudermos evoluir no programa, poderemos começar a discutir como ampliá-lo para outras comunidades e outras áreas.

Então, o programa não está fechado, mas nós temos uma preocupação muito grande em não abri-lo

totalmente e passarmos a não ter condições de fazer o controle dos ativos ambientais, que hoje representam a nossa maior preocupação. Quer dizer, a pior coisa que poderia acontecer como resultado, inclusive para que não tenhamos um retrocesso com relação a essa agenda, é transferir a Bolsa Verde e ter uma perda de floresta, uma perda de ativo ambiental, e acabarmos sendo acusados de não estar conseguindo atingir o objetivo, que é, além de erradicar a extrema pobreza, superar a pobreza dessas comunidades extrativistas e também garantir a preservação ambiental, a conservação do meio ambiente.

Com relação à pergunta do Senador Lindbergh, queria fazer uma sugestão. Nós temos alguns dados muito interessantes... Só lembrando que ele perguntou se temos como medir o impacto da transferência de renda e do Brasil sem Miséria na economia como um todo, considerando que estamos numa comissão que trata de assuntos econômicos.

Nós temos estudos do Ipea que mostram que, para cada real que transferimos no Bolsa Família retornamos R\$1,44 para a economia, o que é um dado muito importante, pois fortalece a ideia de que a transferência de renda é boa para o País, não só para a família que a recebe. Nós temos dados comprovando que essa família não perde a sua situação de trabalho ou não desiste de trabalhar por conta disso. Ao contrário: esse pessoal do Bolsa Família trabalha. Mas, além disso, é bom para a economia, é bom para os comerciantes, é bom para o mercado e é bom para fortalecer o mercado interno de massas.

Nós temos um estudo recente, feito pelo nosso Secretário Ricardo Paes de Barros, também um pesquisador do Ipea e que tem nos apoiado muito no Brasil sem Miséria. Ele fez um estudo recentemente, que também poderíamos passar para a Comissão – Flora, depois o Duncan nos ajuda a lembrar –, mostrando o que tivemos de melhoria em relação à situação de pobreza das famílias, mostrando quanto isso se deveu a aumento de salário mínimo, quanto se deveu a inclusão produtiva e quanto se deveu às transferências de renda; mostrando como isso se acentua do início do governo do Presidente Lula para cá, exatamente por conta do aumento do salário mínimo, das transferências de renda, mas também do aumento da condição de trabalho dessas famílias, mostrando que as famílias passaram a receber Bolsa Família e melhoraram a situação de trabalho, ou seja, começaram a trabalhar mais, comprovando, mais uma vez, que o Bolsa Família não leva as pessoas a desistirem de trabalhar. Estudo interessantíssimo sobre como as portas de saída, como a agenda de construção da inclusão produtiva se casa muito bem com as agendas de transferência de renda.

Eu queria sugerir e recomendar à Comissão que distribua para os nossos Senadores que integram as duas Comissões.

Por fim, nosso Senador Suplicy, eu acho que com o Brasil Sem Miséria e com o Bolsa Família estamos dando um primeiro grande passo. Eu acho que se a gente conseguir superar esse degrau, que é tirar 16,2 milhões de pessoas da situação de extrema pobreza... Tem muita gente que fala que a linha de pobreza é baixa, mas temos 16 milhões nessa situação. Tem muita gente que diz que a linha é baixa e tem gente que diz que nós não vamos conseguir chegar aos 16 milhões. Então, vamos nos dedicar a esses 16 milhões e passar para uma segunda etapa; quem sabe chegaremos aos 140 e, a partir daí, conseguiremos evoluir numa agenda de construção de um programa nacional, levando renda para toda a população.

Para comentar, Senador, nós estamos discutindo Estado a Estado, porque cada Estado está fazendo uma opção diferenciada. No caso de São Paulo e do Rio de Janeiro, por exemplo, eles optaram por, de fato, preencher o hiato até R\$70, que não é uma coisa simples, mas eles estão usando os dados que já temos no Bolsa Família. Portanto, eles estão explodindo essa conta para os dados que a gente já tem dentro do cadastro único. Alguns Estados optaram por fazer uma transferência de renda fixa, como é o caso do Espírito Santo e do Rio Grande do Sul, que estão repassando um valor fixo por família exatamente para facilitar. Nós não estamos estabelecendo uma regra. Acho que nós vamos ter um aprendizado grande, não é Tiago? No próximo período, com essas diferentes experiências. inclusive, no caso do Rio de Janeiro, a conta, levando em consideração outros elementos que não só a renda declarada, no caso do Rio de Janeiro, chegando a até R\$100, não aos R\$70, que é recorte de renda nossa. Rondônia também. Então, temos oito Estados com experiências diferentes. O Amapá também se comprometendo a trabalhar com uma referência de renda maior.

Eu acho que nós, com o Brasil Sem Miséria, vamos ter um mosaico de experiências diferenciadas, até porque as realidades são muito diferentes. Estivemos com o nosso Governador de Roraima. Eu acho que há uma equação envolvendo a população indígena que, de fato, foi levantada pelo nosso Senador Wellington. Foi uma das questões que discutimos também com o Estado de Roraima, que nos preocupa, porque acho que é uma das ações para as quais não temos todas as respostas colocadas ainda.

Eu acho que essa é uma agenda que a gente tem de evoluir, mas eu acho que este debate aqui, finalizando, em que a gente considera que a agenda do Brasil Sem Miséria não é uma agenda social, mas é uma

agenda em que a inclusão tem sido um dos elementos que chama a atenção do resto do mundo... Hoje, o grande diferencial do modelo de desenvolvimento econômico do Brasil é exatamente isto: um País que inclui. À medida que inclui, melhora a sua produção interna, aumenta o seu mercado interno de massas, cresce e, porque cresce, consegue incluir mais. Portanto, esse modelo em que o desenvolvimento econômico é casado e é aliado a uma agenda de distribuição de renda, eu acho que é o grande exemplo que nós temos para dar ao mundo. O Brasil Sem Miséria vai ser mais um passo fundamental para que a gente avance nessa estratégia.

Muito obrigada a todos.

Estamos às ordens. (*Palmas.*)

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Meus parabéns!

Muito obrigado. Foi excelente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Ministra Campello, quero, ao encerrar esta reunião, agradecer à senhora e à Dr^a Ana Fonseca, que aqui vieram trazendo uma agenda diferente do dia a dia desta Casa, uma agenda tão diferente que chamou a atenção de todos nós e chama a atenção do Brasil.

Este País já tem mais de 500 anos de existência. Este País, na verdade, é um País rico, maravilhoso, mas que ainda tem um percentual de pobreza muito grande. Com a presença do Presidente Lula...

Lembro-me de um episódio: na eleição do Presidente Lula, em 1989, quando havia um candidato do meu Estado à Presidência da República, fiz a opção – naquela oportunidade, eu era o Presidente da Assembleia – de votar no Presidente Lula. E as pessoas me perguntavam: “Como é que você vai deixar de votar num conterrâneo, em pessoas que têm visão, para votar em um homem semianalfabeto?” Eu dizia: “É que já votei em diversos cientistas e, agora, preciso votar num trabalhador, para ver o que vai acontecer”. E foi a melhor coisa que eu já fiz, Ministra, sinceramente. Em todas as eleições que o Presidente disputou, votei nele, porque eu acreditava nele. E, graças a Deus, ele fez um belo governo, melhorando a vida de muitos brasileiros, e a Presidenta Dilma está dando continuidade àquele governo.

A Presidenta foi muito feliz em levá-la para o Ministério que V. Ex^a, hoje, dirige. Todos nós conhecemos a sua história. Eu lhe queria dizer que meu Estado é um Estado pobre, encravado na região Nordeste – é o Estado mais pobre do Brasil –, mas tenha a certeza de que, brevemente, os olhos das pessoas de muitos segmentos da nossa sociedade, das pessoas pobres, vão brilhar. As pessoas que não têm esperança vão

voltar a ter esperança com o Governo da Presidente Dilma, com a equipe que ela montou na área social.

As pessoas me diziam, e eu era Deputado: “Como é difícil trabalhar para pobre!”. Essa é uma grande verdade, Ministra. Por isso, eu lhe fiz aquela indagação. Durante todo o meu mandato, direcionei minhas ações para o segmento mais carente do meu Estado. Considero o Estado de Alagoas, sem demérito, Senador Suplicy, dos demais Estados da Federação, o melhor pedaço de terra do Nordeste, que, sem dúvida alguma, brevemente, será um grande Estado.

Eu queria cumprimentá-la, Ministra, e toda a sua equipe. Foi uma alegria muito grande contar com sua presença aqui. A senhora trouxe um oxigênio diferente a esta Comissão, na manhã e na tarde de hoje. Muito obrigado. Que Deus a proteja, para continuar assim! Um abraço! (*Palmas.*)

Convoco os Srs. Senadores para a próxima reunião da Comissão.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 11 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 21 minutos.)

ATA DA TRIGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO (EXTRA-ORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 21 DE SETEMBRO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e um minuto, do dia vinte e um de setembro de dois mil e onze, na sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Jayme Campos, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Waldemir Moka, Paulo Davim, Eduardo Amorim, Cícero Lucena, Eduardo Suplicy, Clésio Andrade, Eunício Oliveira, Benedito de Lira, Cyro Miranda, Paulo Bauer e das Senadoras Ângela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Ana Rita e Lídice da Mata. O Senador Jayme Campos registra a presença da Deputada Sandra Rosado, Deputado Rogério Marinho, Deputado Betinho Rosado, Deputado Ricardo Mota, Deputado Felipe Maia, Ex-deputado Lair Rosado, Ex-deputado Carlos Augusto e do Secretário de Finanças Francisco Oberly – RN. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 31ª e 32ª Reunião desta comissão que é dada por aprovada. O Presidente faz a leitura do con-

vite do Conselho Nacional de Saúde para o Seminário Internacional: Inclusão dos Cidadãos nas Políticas Públicas de Saúde, a ocorrer nos dias sete e oito de novembro de dois mil e onze em Brasília – DF. A Presidência consulta os membros desta Comissão sobre o envio do Projeto de Resolução nº 4, de 2003, deliberado em Reunião realizada em trinta e um de agosto de dois mil e onze, à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, nos termos do artigo 138, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, para que essa se manifeste. **Resultado:** Aprovado. A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH. Passa-se à apreciação da Pauta.

ITEM 1 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25, DE 2008. Altera o art.12 da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, que dispõe sobre a segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para a constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências. **Autoria:** Deputado Celso Russomanno. **Relatoria:** Senador Wellington Dias. **Relatoria “Ad Hoc”:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com a Emenda nº 1 – CCJ. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2008 e à Emenda nº 1-CCJ-CAS. **EXTRAPAUTA – ITEM 10 – Não Terminativo – REQUERIMENTO Nº 45, DE 2011-CAS.** De acordo com o que preceitua os arts. 90 II e V e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte e a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para discutir o tema “A mulher grávida, o bebê e a primeira infância na construção da saúde mental”. **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 – Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 184, DE 2010.** Regulamenta o exercício profissional de grafologista. **Autoria:** Deputado Walter Brito Neto. **Relatoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do Relator, para aguardar realização de Audiência Pública para instrução da matéria aprovada no Requerimento nº 46, de 2011-CAS (Item 11). **EXTRAPAUTA – ITEM 11 – Não Terminativo – REQUERIMENTO Nº 46, DE 2011-CAS.** Requer nos termos do art. 93, incisos I e II do Regimento Interno do Senado a realização de Audiência Pública, para discutir o PLC nº 184/2010 que “**Regulamenta o exercício profissional de grafologista**”. Nestes termos, solicito a participação das seguintes instituições/segmentos, cuja indicação dos respectivos nomes será feita posteriormente: dois representantes do Conselho

Federal de Psicologia e dois representantes do segmento da grafologia. **Autoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 86, DE 2010.** Assegura aos brasileiros residentes no exterior, a filiação como contribuinte facultativo do INSS. **Autoria:** Senador Geraldo Mesquita Júnior. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela Rejeição do Projeto. **Resultado:** Rejeitado o Projeto de Lei nº 86, de 2010. **ITEM 7 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 158, DE 2011.** Autoriza a movimentação do saldo das contas vinculadas ao FGTS para pagamento de prestações habitacionais em atraso. **Autoria:** Senador Eunício Oliveira. **Relatoria:** Senador Cyro Miranda. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. **Resultado:** Concedido vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 3 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 302, DE 2011.** Altera o inciso IX, do art. 10, da Lei nº 6.965, de 09 de dezembro de 1981, e dá outras providências. **Autoria:** Senador Inácio Arruda. **Relatoria:** Senador João Vicente Claudino. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do autor. **ITEM 5 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 157, DE 2011.** Acrescenta inciso ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada do trabalhador junto ao FGTS para o pagamento de prestações ou amortização de saldo devedor de financiamento concedido aos estudantes de ensino superior, nas condições em que especifica. **Autoria:** Senador Eunício Oliveira. **Relatoria:** Senador João Vicente Claudino. **Relatoria “Ad hoc”:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela Declaração de Prejudicialidade do Projeto. **Resultado:** Lido o Relatório; foram adiadas a discussão e a votação da matéria. **EXTRAPAUTA – ITEM 12 – Não Terminativo – REQUERIMENTO Nº 47, DE 2011-CAS.** Requeremos nos termos dos art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública, para debater o Projeto de Lei do Senado nº 238, de 2011, que dispõe da imunização de mulheres na faixa etária de 9 a 40 anos de idade com a vacina antipapilomavírus humano – HPV na rede pública do Sistema Único de Saúde – SUS de todos os estados e municípios brasileiros, com as presenças dos representantes do Ministério da Saúde, do Conselho Federal de Medicina – CFM, da Associação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia – FEBRASGO, da Associação Brasileira de Imunizações – SBIM, da Associação dos Laboratórios Nacionais – ALANAC e Federação Nacional dos Farmacêuticos – FENAFAR. **Autoria:** Senadoras Marta Suplicy e Vanessa Grazziotin. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4**

– **Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 262, DE 2010.** Torna obrigatório o uso de equipamentos de proteção auditiva nos ambientes de trabalho em que haja a produção de ruídos contínuos superiores a cinqüentad decibéis. **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Rejeitado o Projeto de Lei do Senado nº 262, de 2010. **ITEM 9 – Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 92, DE 2010.** Dispõe sobre a identificação, rotulagem e padrões de qualidade da água adicionada de sais e da água adicionada de vitaminas e minerais destinadas ao consumo humano. **Autoria:** Deputado Ricardo Izar. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1-CMA e 2-CMA. **Resultado:** Aprovado o Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 2010 e as Emendas nº 1-CMA-CAS e nº 2-CMA-CAS. Fica adiado o **ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 205, DE 2010.** Às nove horas e cinqüenta minutos assume a Presidência o Senador Cyro Miranda, às nove e cinqüenta e oito retorna a Presidência o Senador Jayme Campos. Usam da palavra os Senadores Ana Amélia; Paulo Paim; Rodrigo Rollemberg; Vanessa Grazziotin; Humberto Costa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e sete minutos, lavrando eu, Dulcília Ramos Calhão, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Jayme Campos, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senador **Jayme Campos**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Sr^{as} e Srs. Senadores, havendo número regimental, declaro aberta a 33ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 31ª e 32ª Reuniões desta Comissão.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação dos Itens 1 a 9 da nossa pauta previamente já divulgada, e, após a deliberação, iniciaremos a cerimônia de aposição de retrato da Governadora, ex-Senadora, Rosalba Ciarlini, na galeria de ex-Presidentes desta Comissão.

Gostaria de fazer um pequeno comentário e, sobretudo, também aqui ler convite do Ministério da Saúde, particularmente do Conselho Nacional de Saúde.

Exmº Senhor,

O Conselho Nacional de Saúde realizará o Seminário Internacional Inclusão dos Cidadãos nas Políticas Públicas de Saúde, no período de 7 a 8 de novembro de 2011, em Brasília (DF), conforme programação preliminar anexa.

Informamos que a Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal poderá se fazer presente, indicando um representante. Para tanto, faz-se necessário efetivar a inscrição por meio do preenchimento da ficha disponível no link [que passarei às mãos de todas as Sras e Srs. Senadores], até o dia 20 de setembro de 2011, na certeza de contarmos com a presença dessa Comissão para contribuir com os trabalhos.

Agradecemos respeitosamente,
Rosângela Fernandes Camapum
Secretária Executiva do Conselho Nacional de Saúde.

Em anexo, irá também toda a programação aqui elaborada.

Solicito à Secretária, Dr^a Dulcília, que, se possível, mande providenciar uma cópia para distribuímos a todos os membros desta Comissão, até porque se eventualmente um, dois, três ou mais quiserem comparecer, não haverá nenhum impedimento, tendo em vista que basta fazer a inscrição. Todavia, a Comissão, de forma democrática, escolherá alguém como representante, diante do interesse de seus membros.

Comunico, antes de mais nada, que teremos hoje a visita honrosa e prazerosa, uma vez mais, da Senadora Rosalba, que virá aqui para aposição do seu quadro.

Tendo em vista a deliberação desta Comissão sobre o Projeto de Resolução nº 4, de 2003, em reunião realizada em 31/08/2011, esta Presidência propõe aos membros o envio da matéria à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, nos termos do art. 138, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, tornando sem efeito o requerimento anteriormente aprovado.

Em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Item 1 da pauta.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 25, DE 2008
– Não Terminativo –

Altera o art. 12 da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, que dispõe sobre a segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para a constituição e funcionamento das empresas particula-

res que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências.

Autoria: Deputado Celso Russomanno

Relatoria: Senador Wellington Dias

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com a Emenda nº 1 – CCJ.

Tendo em vista a não presença até então garantida do Senador Wellington Dias, queria consultar a Senadora Ana Amélia se V. Ex^a poderia relatar o Item 1 da pauta, na pág. 11. Como V. Ex^a sempre tem muita disposição, com certeza aceitará.

Concedo a palavra a V. Ex^a, para fazer a leitura do relatório.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente, como V. Ex^a mencionou, o Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2008, do Deputado Celso Russomanno, altera o art. 12 da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, dispondo sobre a segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para a constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências.

Vou direto à análise desta matéria, cuja relatoria foi atribuída ao Senador Wellington Dias.

Passo à leitura da análise.

Nos termos do art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à Comissão de Assuntos Sociais emitir parecer sobre esta matéria.

A proposição em discussão pretende dar nova disciplina ao artigo 12 da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, quanto à exigência relacionada aos antecedentes criminais para a contratação de diretores e empregados das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores. De fato, assiste razão ao autor da proposta, quando alerta que a expressão “antecedentes criminais” pode abranger uma gama variada de situações a que o cidadão pode ter sido exposto, sem que ele, no entanto, seja um criminoso.

Assim, temos que admitir a necessidade de se alterar o citado dispositivo que se apresenta de forma imprecisa e, conseqüentemente, de difícil aplicação, e o que é pior, tem gerado uma insegurança jurídica indesejável, com reflexos negativos nas relações de trabalho naquele ramo de atividade.

Quanto ao mérito da proposta, não há reparos a fazer. Como bem destacado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o mencionado dispositivo pertence a uma lei que data de 1983 e, portanto, não mais se coaduna com os princípios inscritos em nossa Constituição de 1988, devendo ser modificada o quanto antes.

Com efeito, consta, dos direitos e garantias individuais assegurados constitucionalmente, e tudo o que exige de mais esse Regimento.

Voto

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2008, com a emenda aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Esse é o relatório do Senador Wellington Dias.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senadora Ana Amélia. Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o parecer do Projeto de Lei do Senado nº 25, de 2008, pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 – CCJ.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa.

Item extrapauta. Decisão não terminativa.

REQUERIMENTO

De acordo com o que preceituam os arts. 90, II e V; e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte e a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para discutir o tema “A mulher grávida, o bebê e a primeira infância na construção da saúde mental”.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra a V. Ex^a, para encaminhar o vosso requerimento.

Senador Paulo Paim, este é um requerimento de V. Ex^a, e é regimental que esteja presente o autor, para fazer o encaminhamento da matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – De que se trata, Sr. Presidente? Porque tenho tantos requerimentos e cheguei agora na sala.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Este é um deles.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Dizem que sou o Senador que mais faz audiência pública. Preferiria ser o que mais aprova projetos, como V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Ainda bem, não é?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Já reclamei de V. Ex^a. Mas me diga, Senador, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – “A mulher grávida, o bebê e a primeira infância na construção da saúde mental”. É uma audiência, Senador Paulo Paim. Requer audiência, no âmbito desta Comissão, em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte e Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para discutir o tema “A mulher grávida, o bebê e a primeira infância na condição de saúde mental”.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Isso, Sr. Presidente, na verdade, foi uma solicitação da Subcomissão das Mulheres, que é vinculada à Comissão de Direitos Humanos, que eu presido, e eu, de pronto, assinei o requerimento porque entendi que deveria ser em conjunto com esta Comissão por entender a importância da Comissão de Assuntos Sociais. Por isso, peço o apoio de todos os Senadores para realizarmos essa audiência pública a pedido das mulheres.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Em votação o requerimento do Senador Paulo Paim.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item também extrapauta.

Como ainda não se encontram presentes as Senadoras Vanessa Grazziotin e Marta Suplicy, como é de praxe, vamos aguardar o autor do requerimento para, certamente, fazermos o encaminhamento da sua votação.

Quero comunicar que amanhã teremos uma audiência pública, que está marcada para nove horas. É um requerimento do Senador Cícero Lucena, tendo em vista a suspeita de irregularidade no processo de terceirização do Hospital de Trauma Senador Humberto Lucena, em João Pessoa, Paraíba. Será tema de audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais amanhã, como disse, quinta-feira.

O hospital da capital paraibana será terceirizado, pelo Governo do Estado, à Cruz Vermelha, com justificativa de melhorar a qualidade do atendimento aos pacientes e reduzir custos.

O Governo da Paraíba estima que, com a contratação, haverá uma economia de 40% das despesas da instituição de saúde. A terceirização, no entanto, é questionada pela Procuradoria do Trabalho do Estado, que teme o comprometimento dos serviços do hospital.

A audiência, como bem disse, foi requerida pelo Senador Cícero Lucena. Eu entendo que é importante nós fazermos essa audiência para ouvirmos sobretudo a questão da experiência da terceirização em outras cidades do Brasil.

Já se encontra presente o Senador Rodrigo Rollemberg. Vamos a um item que também é extrapauta. Decisão não terminativa.

REQUERIMENTO

Requer, nos termos do art. 93, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado, a realização de audiência pública para discutir o PLC nº 184, de 2010, que regulamenta o exercício profissional de grafologista. Nestes termos, solicito a participação das seguintes instituições e segmentos, cuja indicação dos respectivos nomes será feita posteriormente: dois representantes do Conselho Federal de Psicologia e dois representantes do segmento da grafologia.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg.

Concedo a palavra a V. Ex^a para encaminhar o seu requerimento.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero desejar um bom dia a todas as Senadoras e Senadores aqui presentes e dizer que recebi do Conselho Federal de Psicologia solicitação para que, antes que o projeto fosse apreciado no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, fizéssemos uma audiência pública. Entendo que, quanto mais informações as Sr^{as} e os Srs. Senadores tiverem para poder decidir sobre esse tema, melhor.

Nesse sentido, estamos solicitando representantes do Conselho Federal de Psicologia e também do segmento que defende a regulamentação da profissão de grafologista para que possamos aprofundar esse debate.

Nesse sentido, peço a aprovação deste requerimento, ao mesmo tempo em que solicito a retirada de pauta do Item nº 6, para que possamos apreciá-lo após a audiência pública.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senador.

Atendendo ao pedido de V. Ex^a, retiramos de pauta o Item nº 6.

Feito o encaminhamento do requerimento do Senador Rodrigo Rollemberg.

Em votação o requerimento do Senador Rodrigo Rollemberg.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Quero apenas ler aqui uma matéria publicada:

Entidades médicas estimam que cerca de 120 mil dos 160 mil médicos que atuam na

saúde suplementar deverão parar os atendimentos a parte dos planos de saúde [hoje], quarta-feira, 21 [de setembro], em uma mobilização nacional. Os atendimentos de urgência e emergência serão mantidos.

A paralisação vai atingir 23 Estados e o Distrito Federal [a sua cidade também vai ser penalizada hoje por essa movimentação, que eu acho mais do que justa] durante todo o dia. Apenas em Roraima, Amazonas e Rio Grande do Norte, os atendimentos serão totalmente mantidos, pois as entidades médicas consideram avançado o grau de negociação com as operadoras.

Essa é a segunda etapa do movimento que reivindica reajuste na tabela de honorários médicos, estabelecimento de reajustes periódicos e fim de interferências dos convênios nas decisões médicas.

[Bom dia, Cyro.]

Estas demandas levaram médicos do país a suspenderem atendimento aos planos de saúde em abril. Agora serão boicotados atendimentos aos planos que não negociaram ou não apresentaram propostas de reajuste consideradas adequadas.

Como as negociações ocorreram descentralizadamente nas 27 unidades da Federação, cada Estado tem uma lista de planos que não serão atendidos nesta quarta-feira. Os mais frequentes, segundo levantamento das entidades médicas, são Amil, Hapvida, Geap, Caixa, Cassi, Correios, Golden Cross e SulAmérica.

A relação do boicote por Estado pode ser conferida no site do Conselho Federal de Medicina. Esse movimento ocorre paralelamente a outras manifestações organizadas nos Estados – em São Paulo, por exemplo, os médicos adotaram paralisação por rodízio em setembro.

A AMB – Associação Médica Brasileira – (...) elevar o pagamento mínimo de uma consulta médica a R\$ 60. Hoje, diz, a média está em R\$ 40, mas há casos em que o médico recebe R\$ 15 por consulta.

É muito pouco! Essa é uma luta louvável, porque, lamentavelmente, o que se vê são os planos de saúde e as operadoras, a cada dia que passa, enriquecendo, fortalecidos, e, infelizmente, o profissional desse serviço está sendo muito mal remunerado. Eu imagino que a democracia faculta que eles lutem por seus direitos.

Eu quero...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, se V. Ex^a me permitir comentar essa matéria...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Há uma preocupação, de fato, de todos nós com a questão da saúde no Brasil. Eu, junto com outros Senadores e Deputados, tenho falado muito dos planos de saúde privados.

V. Ex^a tem razão. Eu estava com essa matéria também e ia comenta-ça no momento adequado. Quero destacar que os maiores atingidos serão, como diz V. Ex^a, também, Bradesco Saúde, Golden Cross, Amil e SulAmérica, atingindo a maioria dos Estados do Brasil. Isso demonstra que, de fato, a saúde no Brasil está passando por um momento muito difícil tanto na área pública quanto na área privada.

Ontem mesmo, o Ministro Padilha, numa comissão geral lá na Câmara dos Deputados, disse que, para resolver o problema da saúde, de forma universal, nós precisaríamos de algo em torno de – além do que já se gasta – 45 bilhões.

O que nós notamos que acontece com os médicos não é de hoje. Há muito tempo os médicos estão denunciando a precariedade dos planos de saúde. Eles ficam, como dizem, entre o mar e o rochedo: o paciente quer ser atendido, mas o plano de saúde não libera operação ou mesmo consultas. Há consultas que estão demorando – inclusive houve uma decisão da Saúde dizendo que tinha que ser no máximo em quinze dias – dois, três meses.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É verdade.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – E o pagamento dos médicos, V. Ex^a destacou, é algo irrisório. Não há como dar um atendimento adequado. Lamentamos chegar a este momento, mas temos que admitir que o médico também tem razão. Ninguém trabalha de graça. É uma questão de sobrevivência.

Por isso, meus cumprimentos por trazer o tema à Comissão de Assuntos Sociais. E acho que teremos de avançar, em outro momento, no debate mais aprofundado sobre a questão da Saúde no Brasil, não só na área pública, como também na área privada.

Meus cumprimentos a V. Ex^a por trazer a matéria a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Sabedores que somos da importância que isso representa, o que se percebe é que as operadoras cresceram muito e os planos, lamentavelmente, não estão prestando um serviço condizente. Tenho acompanhado, em Mato Grosso particularmente. Quando se pede uma consulta, por exemplo, em uma Unimed da vida, chega a demorar 45 dias.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – O Ministério fixou de sete a quinze dias.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agora o Ministério...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Mas assim mesmo não cumprem. Eles estão desabilitando os planos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Então, estou chegando à triste conclusão de que está falindo literalmente não só a Saúde pública, mas a própria privada, no bom termo do atendimento. Não falida financeiramente, é bom que se esclareça. A cada dia que passa, estão crescendo muito mais. Há ampliações e mais ampliações de atendimento, construção de novos prédios. Algumas já têm bancos, por incrível que pareça, bancos cooperados muito fortes. E o atendimento é precário. O cidadão, muitas vezes, faz das tripas coração – termo que usamos muito em Mato Grosso – para pagar sua mensalidade. Todavia, quando recorre ao serviço médico, não é atendido. Esse é o sinal de que algo tem que ser feito, as providências têm que ser tomadas.

Página 71. Melhor dizendo, página 76, Item 8.

ITEM 8

– Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 86, DE 2010

Assegura aos brasileiros residentes no exterior a filiação como contribuinte facultativo do INSS.

Autoria: Senador Geraldo Mesquita Júnior

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela rejeição do Projeto.

Observações: – Em 09.06.2011, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, aprovou parecer contrário ao Projeto.

A votação será nominal.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia para proferir seu relatório.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Jayme Campos, a matéria que se pretende regular por lei estabelece a possibilidade de brasileiros residentes no exterior se filiarem como segurados facultativos ao Sistema Público de Previdência Social.

Quanto ao mérito da matéria, a despeito do seu valor, a iniciativa resulta desnecessária, uma vez que a possibilidade que se pretende estabelecer – filiação facultativa à Previdência Social – já existe.

Como muito bem destacado pelo Relator da matéria na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Vital do Rêgo, a cartilha *Brasileiras*

e *Brasileiros no Exterior: Informações Úteis*, publicada pelo Ministério do Trabalho e Emprego e das Relações Exteriores, oferece o seguinte esclarecimento:

O brasileiro maior de 16 anos de idade, residente ou domiciliado no exterior, salvo se filiado a regime previdenciário do país com o qual o Brasil mantém acordo internacional, pode se filiar ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS como segurado facultativo.

O Brasil atualmente mantém acordo internacional com Cabo Verde, Chile, Espanha, Grécia, Itália, Luxemburgo, Portugal e países do Mercosul. Os brasileiros residentes em países com os quais o Brasil não mantém acordo de Previdência Social podem contribuir para este sistema na condição de facultativos. O mesmo ocorre com aqueles que residem em países com os quais o Brasil mantém acordo, mas que não estejam vinculados ao regime previdenciário local.

O segurado facultativo, desde que cumpridas as condições estabelecidas para cada benefício, faz jus às aposentadorias por invalidez, por idade e por tempo de contribuição, auxílio doença e salário maternidade, bem como pensão por morte e auxílio reclusão para os seus dependentes.

A inscrição do segurado facultativo é feita pelo Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, ou pela Internet, no site www.previdencia.gov.br, no link serviços, ou pelo telefone 135.

Na impossibilidade de a inscrição ser efetuada pelo próprio segurado poderá ser feita por terceiros.

No mesmo sentido, o guia informativo destinado a trabalhadores brasileiros em regiões de fluxo substancial de imigrantes internacionais, publicado pela Secretaria de Políticas da Previdência Social, do Ministério da Previdência, registra a faculdade dos brasileiros residentes no exterior para a filiação à Previdência.

Assim, ainda que presentes as condições de admissibilidade, a proposição não merece prosperar enquanto desnecessária.

Voto.

Pelo exposto, opinamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2010.

Esse é o relatório e o voto, Sr. Presidente Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senadora Ana Amélia. Está em discussão a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, quero me somar à posição da Senadora Ana Amélia, dizendo que o Brasil possui acordos chamados ibero-americanos com Bolívia, Chile, Equador, El Salvador, Espanha, Paraguai, Portugal

e com o Mercosul, aí incluindo a Argentina, o Paraguai e o Uruguai.

Ainda em relação a acordos bilaterais, o Brasil possui acordo nesse mesmo sentido da Previdência com Cabo Verde, Chile, Espanha, Grécia, Itália, Luxemburgo, Portugal. Recentemente, o Brasil assinou mais três acordos bilaterais que envolvem Alemanha, Bélgica e Japão.

Sou totalmente favorável à posição da Senadora.

Sr. Presidente, devo dizer que hoje me preocupa muito a situação dos trabalhadores brasileiros nas embaixadas, no exterior, e com a situação dos trabalhadores que trabalham nas embaixadas aqui no Brasil. Na Comissão, chegam denúncias de que existe quase que um trabalho não diria escravo, mas análogo, pelo menos, a essa situação. Pelo menos nesse caso, eles estão protegidos pela legislação já em vigência.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – A matéria está em discussão.

Tendo em vista que não há número suficiente para votação, por ser uma matéria de caráter terminativo, vou retirá-la, aguardar a chegada de mais alguns Senadores e a colocaremos em votação, que será nominal. Mas já foi lida e, portanto, está cumprida a primeira etapa.

Item 7, pág. 71.

ITEM 7

– Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 158, DE 2011

Autoriza a movimentação do saldo das contas vinculadas ao FGTS para pagamento de prestações habitacionais em atraso.

Autoria: Senador Eunício Oliveira

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: Pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta.

Observações: – Votação Nominal.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Cyro Miranda, para que profira seu relatório.

Por ser uma matéria terminativa, havendo quórum, passaremos à votação.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Senador Jayme Campos, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 158, de 2011, de iniciativa do Senador Eunício Oliveira, tem como objetivo permitir que o trabalhador possa sacar seus recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, para o pagamento de prestações em atraso decorrentes de financiamentos habitacionais.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

Análise.

Ao analisar o tema, não detectamos impedimentos constitucionais, jurídicos ou regimentais referentes

à iniciativa e competência para legislar. A iniciativa é a comum, prevista no art. 61 da Carta Magna, e a competência é do Congresso Nacional. As propostas que permitem que o titular da conta vinculada do FGTS possa movimentá-la para fins diversos daqueles já autorizados em lei são compreensíveis, uma vez que o saldo da conta vinculada é, de qualquer forma, salário diferido.

Nesse sentido, a possibilidade de uso dos recursos do FGTS para pagamento de prestações de financiamento habitacional em atraso constitui medida muito justa, pois permite que o trabalhador regularize sua situação e evite ser prejudicado pela perda do imóvel que luta para adquirir.

Não obstante, vale ressaltar que é necessário evitar a permissão de utilização dos recursos para pagamento de prestações atrasadas que represente estímulo ao aumento da inadimplência no âmbito do SFH.

Desse modo, entendo que tal possibilidade deve ser restrita a duas movimentações da conta e desde que devidamente comprovado que o trabalhador passou por um processo de perda de renda, justificando recorrer ao FGTS para salvaguardá-lo da hipótese da perda da casa própria.

Voto.

Em vista do exposto, com o intuito de aprimorar a iniciativa da apresentação deste Projeto de Lei, o voto é pela aprovação do PLS nº 158, de 2011, com a seguinte emenda.

EMENDA Nº 1 – CAS

Dê-se a redação ao art. 1º do PLS nº 158, de 2011:

“Art. 1º. O art. 20 da Lei 8.036, de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 20.

(...)

VI – liquidação ou amortização extraordinária do saldo devedor de financiamento imobiliário, pagamento de prestação em atraso, observadas as condições estabelecidas pelo Conselho Curador, dentre elas a de que o financiamento seja concedido nas condições vigentes para o SFH e haja interstício mínimo de 2 (dois) anos para cada movimentação;

(...)

§ 22. O pagamento das prestações em atraso de que trata o inciso VI fica limitado a apenas duas movimentações do saldo da conta vinculada e, para a efetivação de cada uma delas, deve ser precedida a devida comprovação de perda de renda eventual, observadas as condições estabelecidas pelo Conselho Curador”.

Era o que tínhamos a relatar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Cyro Miranda.

Está em discussão a matéria.

Após a discussão, se houver quórum, vamos votar a matéria, que é terminativa. Caso contrário, vamos retirá-la e aguardar o quórum, para entrarmos no processo de votação.

Não há nenhum impedimento regimental para a discussão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, sou obrigado a confessar – não adianta pensar e não falar – que o projeto é muito simpático. O projeto é simpático, cria algumas travas para que não haja nenhuma posição, digamos, de avançar no Fundo de Garantia sem limite, ele dá um prazo de dois anos, o cidadão tem de comprovar que efetivamente teve prejuízo de receita, e, com isso, poderá não perder sua casa. Confesso, não vai ser votado agora, que me é muito simpático o projeto relatado pelo Senador Cyro Miranda e de autoria do Senador Eunício Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

O quórum ainda não está completo. Falta um Senador. Vamos aguardar um pouco e votaremos esta matéria também, que agora retiramos, aguardando quórum.

Quero comunicar que o Senador Inácio Arruda solicitou a retirada de pauta do Item 3. Vamos atender, na forma regimental, o pleito de S. Ex^a.

Item extrapauta, decisão não terminativa.

REQUERIMENTO Nº 47, DE 2011

Requeremos, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei do Senado nº 238, de 2011, que dispõe sobre a imunização de mulheres da faixa etária de 9 a 40 anos de idade com vacina antipapilomavírus humano (HPV) na rede pública do Sistema Único de Saúde – SUS, de todos os Estados e municípios brasileiros, com a presença dos representantes do Ministério da Saúde, do Conselho Federal de Medicina – CFM, da Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia – Febrasgo, da Associação Brasileira de Imunização – SBIIm, da Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Nacionais – Alanac, e da Federação Nacional dos Farmacêuticos – Fenafar.

Autoria: Senadora Marta Suplicy e Senadora Vanessa Grazziotin.

Concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin, para encaminhar o requerimento.

V. Exª tem à disposição, se precisar, o requerimento...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Não, Sr. Presidente, não é necessário.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Então, V. Exª está com a palavra, para o encaminhamento da matéria.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Na realidade, é que há um projeto de lei de minha autoria, Sr. Presidente, que trata da possibilidade de o Sistema Único de Saúde, por meio do Ministério da Saúde, garantir às mulheres o acesso à vacina do HPV, a vacina do antipapilomavírus, que já vem sendo utilizada em vários países.

Essa vacina é muito importante, Sr. Presidente, porque o câncer do colo de útero é daqueles de maior incidência nas mulheres e uma das maiores causas de morte, juntamente com o câncer de mama.

Este é um projeto que a Senadora Serys havia apresentado... Senadora Serys não; a Senador Ideli Salvatti havia apresentado aqui. Estivemos eu e a Senadora Ideli, junto com as assessorias dos dois gabinetes, em reuniões diversas com o Ministério da Saúde e com o Ministro da Saúde anterior. Vindo para cá, resolvemos reapresentar o projeto, Sr. Presidente. E já tivemos, neste ano, algumas reuniões com técnicos do Ministério da Saúde, uma conversa com o próprio Ministro, e acertamos de fazer uma audiência pública. Eles têm uma posição um pouco diferente da nossa, mas nada que um bom debate, um bom diálogo... E aí, nesse caso não é um debate, nem um diálogo político, Senadora Ana Amélia, Senadora Ana Rita, mas um debate técnico. Então, ficamos de organizar essa audiência e por isso apresentamos o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Em votação o requerimento da Senadora Vanessa Grazziotin.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

É meritória, até porque vai instruir o PLC nº 238, de 2011, e acho que é fundamental que nós tenhamos, realmente, uma política definida, clara em relação à política pública do Sistema Único de Saúde.

Item 4, decisão terminativa, pág. 45.

ITEM 4

– Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 262, DE 2010

Torna obrigatório o uso de equipamentos de proteção auditiva nos ambientes de

trabalho em que haja a produção de ruídos contínuos superiores a cinquenta decibéis.

Autoria: Senador Marcelo Crivella.

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin.

Comunico que a votação também será nominal.

Concedo a palavra à Senadora Vanessa para proferir o relatório. Página 45, Item 4. V. Exª é a Relatora da matéria.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Perfeito. Como V. Exª já destacou o projeto que eu relato neste momento, vou passar à leitura da análise, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Perfeito. Os Srs. Senadores já tomaram conhecimento, eu acho que pode ir para a fase da análise.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – E digo o seguinte: em que pese a nobre intenção do autor da presente proposição, que é a de aperfeiçoar o ordenamento legal referente à proteção e segurança dos trabalhadores, há justificativas técnicas que contraindicam a aprovação da matéria.

De acordo com a CLT – que é a norma legal que se pretende alterar –, cabe ao Ministério do Trabalho e Emprego – TEM, aprovar o quadro das atividades e operações insalubres e adotar normas sobre critérios de caracterização da insalubridade, limites de tolerância aos agentes agressivos, meios de proteção e tempo máximo de exposição dos trabalhadores a esses agentes.

A atribuição dessa competência ao MTE é justificável, tendo em vista que essas determinações devem estar respaldadas em estudos e acompanhar os avanços técnicos e científicos observados, o que demanda adequações periódicas das normas vigentes. Dadas as especificidades que conformam o processo legislativo, as normas infralegais mostram-se as mais adequadas para normatizar assuntos de caráter eminentemente técnico, pois são mais facilmente alteradas e, por isso mesmo, podem ser continuamente revistas à luz dos avanços no conhecimento.

O art. 200 da CLT atribui ao Ministério do Trabalho e Emprego a expedição de normas que atendam às “peculiaridades de cada atividade ou setor de trabalho”, explicitando, em seu inciso VI, a proteção do trabalhador exposto a ruídos. Em consonância com o ditame legal, esse Ministério aprovou as Normas Regulamentadoras (NR) mediante a Portaria MTE nº 3.214, de 8 de junho de 1978, que são de observância obrigatória pelos órgãos e entidades públicos e pelas empresas privadas.

Hoje, encontram-se em vigência, ao todo, 28 Normas Regulamentadoras, entre elas a que trata das atividades e operações insalubres – a NR 15. Os

anexos 1 e 2 dessa norma dispõem, respectivamente, sobre os limites de tolerância para ruído contínuo ou intermitente e sobre os limites de tolerância para ruídos de impacto.

Outro ponto a considerar diz respeito à melhor maneira de proteger a saúde dos trabalhadores. A principal estratégia recomendada pelos órgãos responsáveis é o controle dos ambientes de trabalho, para torná-los livres de agentes nocivos à saúde. A adoção dos equipamentos de proteção individual (EPI) e do pagamento do adicional de insalubridade é recomendada apenas subsidiariamente, diante da impossibilidade de se eliminarem os fatores de risco presentes nos ambientes de trabalho.

Além disso, a mera explicitação na lei da obrigatoriedade de uso de EPI para proteção auditiva é insuficiente para tornar desnecessária a fiscalização dos ambientes de trabalho por parte do MTE. Portanto, as ineficiências dos processos fiscalizadores do Ministério, apontadas pelo autor, não serão afetadas pela medida.

Assim, tendo em vista os regulamentos e as normas vigentes, entendemos que a preocupação manifestada pelo autor da proposição sob exame está satisfatoriamente atendida. Ademais, consideramos que a matéria, dada a peculiaridade de ter que observar os avanços da ciência, deve ser disciplinada por norma infralegal, conforme dispõe a própria CLT, como já sublinhamos.

Por último, não vislumbramos óbices do ponto de vista constitucional e legal à aprovação da proposição. No entanto, entendemos não ser recomendável, no mérito, a sua aprovação.

Diante do exposto, opinamos pela sua rejeição.

Sr. Presidente, peço desculpas. Eu me lembrava do autor do Projeto de Lei, Senador Crivella. Talvez ele tenha apresentado o projeto por experiência própria. Eu serei vizinha de cima dele. O apartamento da Câmara que vou ocupar é o que está mais atrasado, porque ele não deixava os trabalhadores trabalharem, porque dizia que fazia muito barulho. Então, acho que ele apresentou o projeto diante da sua própria experiência. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Problema de ordem pessoal.

Em discussão a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu tenho que falar porque, como trabalhei em fundição e forjaria, usei muito os chamados aparelhos de proteção auditiva.

Concordo com o parecer da Relatora porque aqui envolve a questão não só da proteção, como também do pagamento, dos adicionais, queiramos ou não, de insalubridade. Claro que qualquer especialista – fui supervisor de segurança uma época – vai dizer que o ideal não é o adicional de insalubridade ou de pericu-

losidade, é eliminar as áreas insalubres e perigosas. Também sei, agora, que é importante também que, com o avanço da tecnologia, consigamos permitir que o Ministério do Trabalho possa inclusive avançar cada vez mais na proteção do trabalhador. Aquela discussão eterna de quem trabalha nessa área, do ato seguro e das condições seguras.

Por isso procede, até porque, no meu entendimento, uma coisa não elimina a outra. Então, é melhor que essa questão seja decidida pelos peritos sob orientação do Ministério do Trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço V. Ex^a.

Não tendo mais quem queira discutir, retiramos, aguardando quórum para votação não só deste como de outros projetos que se encontram nesta Comissão.

Aproveitando a presença do nosso ilustre Senador Humberto Costa, temos o Item 9, página 87.

ITEM 9

– Terminativo –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 92, DE 2010

Dispõe sobre a identificação, rotulagem e padrões de qualidade da água adicionada de sais e da água adicionada de vitaminas e minerais destinadas a consumo humano.

Autoria: Deputado Ricardo Izar.

Relatoria: Senador Humberto Costa.

Relatório: pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1-CMA e 2-CMA.

Observações: – em 14/12/2010, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle aprovou parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1-CMA e 2-CMA; – votação nominal.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Humberto Costa para proferir o seu relatório.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, passo a ler aqui o relatório.

O Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 2010 (Projeto de Lei nº 1.014, de 2003, na origem), de autoria do Deputado Ricardo Izar, dispõe sobre identificação, rotulagem e padrões de qualidade da água adicionada de sais e da água adicionada de vitaminas e minerais destinadas ao consumo humano.

Nos arts. 2º a 5º, o projeto estabelece as definições de água adicionada de sais e de água adicionada de vitaminas e minerais. Permite a gaseificação de água adicionada de sais, mediante a dissolução de dióxido de carbono. Obriga a que a água a ser utilizada para produção desses produtos atenda aos parâmetros referentes à água potável, de acordo com o estabelecido pelo Ministério da Saúde e passe por

processo de purificação para eliminar os resíduos de cloro. E determina que os produtos envasados para a comercialização devem atender a todos requisitos físico-químicos e bacteriológicos estabelecidos pela legislação e normas técnicas para água potável.

O art. 6º determina que nos rótulos das embalagens dos produtos devem constar a respectiva designação, a relação das substâncias adicionadas, as expressões “não gaseificada” ou “gaseificada”, conforme o caso, a origem da água utilizada na produção e os processos utilizados na sua purificação e desinfecção.

Nos artigos 7º a 10, o projeto veda a veiculação, nos rótulos das embalagens, de termos que confundam o consumidor e levem-no a pensar que está adquirindo água mineral. Submete esses produtos à mesma fiscalização que hoje incide sobre a indústria de alimentos. Confere prazo de um ano para as empresas produtoras de água adicionada de sais se adequarem à nova legislação e determina que os parâmetros de qualidade e composição da água adicionada de sais e da água adicionada de vitaminas e minerais sejam regulamentados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária no prazo de 6 meses.

Por fim, o art. 11 estabelece que as infrações às normas que o projeto objetiva instituir sejam punidas de acordo com o que dispõe a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, que configura infrações à legislação sanitária federal e ao Código de Defesa do Consumidor.

No Senado Federal, a proposição foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, que adotou o relatório do Senador Jefferson Praia favorável à aprovação do projeto com duas emendas que corrigem inconstitucionalidades por vícios de iniciativa.

No mérito, a CMA entendeu que a proposição é de interesse dos consumidores, pois os produtos de que trata o projeto costumam ser vendidos como se fossem água mineral, apesar de serem produtos industrializados.

A regulamentação da matéria, portanto, impedirá que o consumidor seja induzido a erro e salvaguardará a sua saúde. Os vícios de iniciativa apontados decorrem, segundo aquela Comissão, da inobservância da alínea “a”, inciso 6, art. 84, da Constituição Federal, que estabelece como competência privativa do Presidente da República “dispor, mediante decreto, sobre a organização e o funcionamento da administração federal.” Sendo assim, propõe duas emendas. A primeira para alterar o inciso I, art. 4º, que estabelece que os parâmetros para água potável do Ministério da Saúde devem ser atendidos. A segunda para alterar o art. 10, que determina que a Anvisa regulamente as especificações técnicas no prazo de 6 meses.

À Comissão de Assuntos Sociais caberá a decisão terminativa sobre a matéria.

Análise.

Compete à CAS, nos termos do art. 100, inciso 2, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre proposições que digam respeito à proteção e defesa da saúde e à fiscalização de alimentos.

O estabelecimento dos padrões de qualidade e composição das águas industrializadas destinadas ao consumo humano, bem como a submissão de sua produção e venda à fiscalização sanitária são medidas positivas para a proteção e defesa da saúde pública.

Nesse sentido, concordamos integralmente, no mérito, com o parecer aprovado na CMA. Concordamos, igualmente, com os aperfeiçoamentos propostos por aquela Comissão para sanar os vícios de iniciativa identificados.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 2010, e pelo acatamento das Emendas nºs 1 e 2 da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Humberto Costa. Está em discussão a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª está com a palavra, Senadora Vanessa, pois pediu primeiro pela ordem. Depois, o Senador Paulo Paim. Asseguro a palavra aos dois ilustres Senadores.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – O projeto, tecnicamente relatado de forma perfeita pelo Senador Humberto Costa, vem trazer à sociedade e às pessoas uma segurança importante. Afinal de contas, esse é um produto já comercializado no mundo inteiro e é preciso que a legislação brasileira o regule perfeitamente. É um produto que vai influenciar na saúde, sem dúvida nenhuma, porque não será uma simples água, mas uma água adicionada de vitaminas. Portanto, aprovar uma lei que regule essa matéria no Brasil é muito importante. Então, quero cumprimentar o Senador Humberto Costa, que não só é profissional da área de saúde, mas foi um competente e brilhante Ministro da Saúde.

Não precisa agradecer. O que estou falando aqui, de fato, aconteceu. Muitos avanços nós obtivemos durante a gestão do Ministro Humberto Costa na área da Saúde e ninguém melhor do que ele para relatar um projeto que diz respeito à saúde da nossa gente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É verdade. Quero me associar a V. Exª

nas palavras dirigidas ao Senador Humberto Costa, mas faço apenas uma indagação: quando V. Ex^a era Ministro da Saúde é que foi lançado o Programa Samu, aquelas ambulâncias?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/ PT – PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/ DEM – MT) – Foi, não é?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/ PT – PE) – O Samu, na verdade, era um programa que existia em Porto Alegre, Campinas e no vale da Ribeira. Nós o expandimos para Recife, e no Ministério lançamos em âmbito nacional.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Realmente, foi um grande projeto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/ PT – PE) – Muito bom.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Permitiu que todo o País tenha um serviço de atendimento médico. Mato Grosso, particularmente, tem feito um trabalho operoso, competente. V. Ex^a tem essa visão moderna, de estadista, que eu acho que tem salvado e contribuído sobremaneira para a saúde da população brasileira.

Eu quero me associar às palavras da Senadora Vanessa Grazziotin.

Como não há quórum, estamos aguardando...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu só quero fazer um comentário rápido.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/ DEM – MT) – Pois não, Senador Paulo Paim. Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu quero fazer aqui, indiretamente, uma homenagem ao Deputado Ricardo Izar, ao nosso querido Senador Jefferson Praia – eu me considero amigo de ambos por uma história que não vou contar neste momento – e, ao mesmo tempo, ao nosso Relator Humberto Costa, pela qualidade do projeto. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/ DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Como não há quórum, retiro também, aguardando quórum para entrarmos em processo de votação. Vamos aguardar.

Eu imagino que vai haver quórum daqui a pouco, não é, Ana Rita?

Mas gostaria de passar para o Item 5 da pauta. Página 54. Decisão terminativa.

ITEM 5

– Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 157, DE 2011

Acrescenta inciso ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada do trabalhador junto ao FGTS para o pagamento de prestações ou amortização de saldo devedor de financiamento concedido aos estudantes de ensino superior, nas condições que especifica.

Autoria: Senador Eunício Oliveira.

Relatoria: Senador João Vicente Claudino.

Relatório: pela declaração de prejudicialidade do Projeto.

Observações: – a matéria constou da pauta, no dia 31.08.2011, sendo adiada a sua apreciação; – votação nominal.

Entretanto, com sua não presença aqui, vamos nomear Relatora *ad hoc* a Senadora Ana Amélia para ler o relatório do Senador João Vicente Claudino.

V. Ex^a está com a palavra, Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Jayme Campos, vou direto à análise deste Projeto, que é até bem sintético.

As propostas que permitem que o titular da conta vinculada do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço possa movimentá-la para fins diversos daqueles já autorizados em lei são compreensíveis, uma vez que o saldo da conta vinculada é, de qualquer forma, salário diferido.

Nesse sentido, a possibilidade de uso dos recursos do FGTS para pagamento de encargos educacionais constitui medida salutar, pois permite ampliar as oportunidades de acesso ao ensino do trabalhador e de seus dependentes, com os consequentes favoráveis, tão evidenciados por diversos indicadores sob a promoção social dos indivíduos e a produtividade do trabalho.

Não obstante, a deliberação sobre essa matéria já foi realizada pelo Senado Federal. A opção do uso do FGTS para pagamento de encargos educacionais do trabalhador e respectivos dependentes foi objeto do PLS nº 287, de 2003, do ex-Senador Eduardo Azeredo. Tal projeto foi aprovado por esta Casa e se encontra em tramitação na Câmara dos Deputados, através do PL nº 3.961, de 2004.

Desse modo, resta claro que o PLS nº 157, de 2011, pelo mérito, apresenta-se prejudicado, conforme dispõe o art. 334, inciso II, do Regimento Interno do Senado.

Voto.

Em vista do exposto, o voto é pela prejudicialidade do Projeto de Lei nº 157, de 2011.

É o voto, Sr. Presidente Cyro Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Ana Amélia.

Como ainda não há quórum – falta apenas um Senador –, passo à discussão do relatório a quem queira discutir.

Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Vou só reconhecer o trabalho do nosso ex-Senador Eduardo Azeredo, que reuniu inúmeros projetos que tratavam do tema na época. Outro dia, nesta mesma Comissão, eu também me posicionei contra um projeto semelhante, porque dizia que já havia um trabalho feito. E temos todo o cuidado com a questão do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, já que ele tem objetivos definidos, principalmente a questão da casa própria dos mais pobres e a questão da indenização, no caso de demissão.

Por isso, mantenho a mesma posição daquela oportunidade em relação a este momento, acompanhando o Senador João Vicente Claudino e, no caso, a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

Com a chegada da nossa querida Lídice da Mata, completa-se o quórum.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSDB – PA) – Meu nome é quórum.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Seu nome é quórum.

Acho que seria importante que fôssemos à votação das duas matérias terminativas, porque ela também já tem se sair para outra Comissão.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Perfeito. O Senador Jayme está voltando.

Enquanto isso, Srªs e Srs. Senadores, eu gostaria de comunicar que, após a reunião deliberativa, haverá aposição de retrato. Hoje, nós temos a inauguração do retrato da Governadora do Rio Grande do Norte, Rosalba Ciarlini.

Também, às 14 horas, teremos audiência pública da CDH com a CAS sobre o Dia Nacional da Luta das Pessoas com Deficiência, em atendimento ao Requerimento CDH/CAS, de 2011, de autoria do Senador Lindbergh Farias.

Na quinta-feira, às nove horas, audiência pública da CAS para analisar denúncias sobre a terceirização na Cruz Vermelha, em aditamento ao RAS nº 35, de 2011, de autoria do Senador Cícero Lucena.

Precisamos ainda da presença do Senador Jayme e de mais um Senador para quórum.

Chegou o Senador Paulo Bauer. Cadê o Senador...

Os senhores estão proibidos de se retirar.

Passo, novamente, a Presidência ao Senador Jayme Campos, dizendo ao Senador que temos quórum para as votações terminativas. De forma bem rápida, Senador, porque temos, em outra Comissão, votações também terminativas.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – E por que não dizer, Senador Cyro Miranda, se me permitir, que teremos, hoje, debate em uma comissão, em que sua esposa é a painelistas, sobre a questão das pessoas com deficiência?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço, primeiramente, ao Senador Cyro Miranda.

Entramos em processo de votação.

O Item 4 (pág. 45) já foi lido.

Entramos em processo de votação.

Consulto como vota o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Voto com a Relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – “Sim”.

Consulto o Senador Humberto Costa como vota.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Meu voto é conhecido, Sr. Presidente. Com a Relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Só para ratificar.

Consulto o Senador Paulo Davim como vota.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Com a Relatoria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Este voto é pela rejeição, mas se vota com a Relatoria do projeto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com a Relatoria.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com o Relator.

Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Rita?

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Lídice da Mata?

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – PA) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com a Relatora, parabenizando-a.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Paulo Bauer?

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Resultado: rejeitado o Projeto de Lei do Senado nº 262, de 2010.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Item 7.

Em votação o Projeto de Lei do Senado nº 158, de 2011, ressalvada a Emenda nº 1, do Relator.

Vamos proceder à votação.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem...

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Senadora Ana Rita, aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, embora já tenha sido feita a discussão do projeto, eu gostaria de pedir a V. Ex^a e aos demais Senadores aqui presentes... Porque recebi agora há pouco um telefonema do Senador Wellington Dias argumentando que, embora o projeto seja importante e tenha havido manifestações de outros Senadores, inclusive do Senador Paim, há uma preocupação e que seria interessante se pudéssemos saná-la. A preocupação é do Senador Wellington, mas acaba sendo nossa também, porque seria necessário um exame maior da matéria, considerando que estaremos utilizando recur-

sos do FGTS – na verdade, o projeto trata disso – para pagamento de prestações em atraso decorrentes de financiamento habitacional.

Entendo que o projeto é de suma importância. É necessário realmente possibilitar àquelas pessoas, àquelas famílias que têm dificuldades em assegurar o pagamento das prestações em atraso, só que o Senador Wellington, como já foi servidor da Caixa Econômica, manifestou algumas preocupações, e eu comungo com ele.

Se os Senadores aqui presentes concordarem, podemos pedir vista coletiva. O Senador Wellington está impossibilitado de estar agora presente na reunião, porque está em outra atividade extremamente importante, e pediu que nós solicitássemos vista.

Então, se possível, quero solicitar o apoio dos demais Senadores para pedir vista coletiva e assim fazer uma discussão maior na próxima reunião.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vou consultar o Senador Cyro, até porque o processo de discussão da matéria já havia se encerrado aqui. Quando foi apresentado e lido o relatório, nós encerramos o processo de discussão. Entretanto, se o Relator, Senador Cyro Miranda, concorda, a Mesa não tem nenhum questionamento a fazer, nenhuma observação. Depende exclusivamente do Relator, Senador Cyro Miranda, porque a matéria já foi discutida e foi encerrada a discussão. Se ele concorda, não temos nada...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Nós ficamos aqui numa situação... É o pedido de uma colega, mas quero dizer o seguinte: isso está pautado não é de hoje, já houve outras discussões e me permita, se o Senador Wellington Dias tem essa preocupação, eu gostaria que ele estivesse presente. Certo, Senadora? Sinceramente, eu gostaria que fosse votado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu consulto o Plenário, de forma democrática, porque, na verdade, regimentalmente, já passou o momento de se pedir a retirada de pauta. Se o Plenário entende que a matéria poderá ser retirada e marcada uma data...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Presidente, vamos abrir pelo menos por mais uma semana...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Isso, a vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Concordo com a vista por uma semana. Com vista coletiva eu concordo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – E fica marcada para a próxima reunião.

Senadora Ana Rita, transmita ao Senador Wellington Dias que nós temos, por força regimental, de já marcar uma data para na semana que vem ser votado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu queria me somar à vista coletiva. Eu expressei a minha opinião, sinto que o Plenário está dividido, então, o melhor mesmo é ir para a vista coletiva e votarmos na semana que vem. Cada um assume suas posições.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Nós temos o risco de perder o quórum. Já é uma matéria vencida, não tem nenhum problema, o Item 8, que foi relatado por mim, para haver votação.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Então está concedida vista, para na próxima semana votarmos.

O Item 8 também já foi lido, discutido e é pela rejeição do projeto. Ou seja, quem vota com a Relatora vota “Não” ao projeto.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Quem vota com a Relatora vota...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Vota “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Quem vota com a Relatora vota “Não”, pela prejudicialidade da matéria.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – “Não” ao projeto. Vota com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Correto. Correto. Pode ser.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Humberto Costa? (*Pausa.*)

Como vota o Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Com a Relatora, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

AS SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Voto conhecido.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Lídice da Mata?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O Senador Benedito de Lira não se encontra mais?

Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com a Relatora Ana Amélia.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Paulo Bauer?

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Deu quorum?

Estamos aguardando a presença de um Senador, para que o quórum seja restabelecido. Houve quórum. Rejeitado o Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2010.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Precisamos de um Senador para que haja quórum para a apreciação do projeto relatado pelo Senador Humberto Costa.

Vamos iniciar o processo de votação. Vamos ver se conseguimos um Senador, que, imagino, deve estar chegando.

Solicito à Secretária da Comissão que, por favor, mantenha contato com algum Senador que se encontre em alguma Comissão vizinha, para que possamos votar a matéria, também de caráter terminativo.

Daqui a pouco, teremos a presença da atual Governadora do Rio Grande do Norte, nossa querida amiga, Senadora Rosalba, para a aposição do seu quadro, tendo em vista que foi Presidente desta Comissão. Desta feita, ficará registrado, de forma indelével, seu retrato nesta Comissão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, enquanto esperamos a chegada de mais um Senador ou Senadora, gostaria de lembrar que fui vice dela. Meu retrato não vai para a parede?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Por isso andou bem a Comissão, não é, Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Só para descontrair, Sr. Presidente. Só para descontrair.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Por isso a Comissão fez um belo trabalho, um trabalho exemplar.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco PCdoB – AM) – O Senador Paim quer fotografia em todas as comissões, Sr. Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Não, só na Comissão de Direitos Humanos. Lá tem duas fotografias minhas.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O Senador já passou por quase todas. Com a palavra o Senador Cyro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Poderíamos fazer o pano de fundo o Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Estamos aguardando quórum.

A Secretaria comunica que hoje, às 14 horas, haverá audiência pública da CDH e da CASDef sobre o Dia Nacional da Luta das Pessoas com Deficiência, em atendimento ao requerimento de autoria do Senador Lindbergh Farias.

Agora, vamos votar.

Vou iniciar de trás para frente, porque o Senador Paulo Bauer está solicitando.

Item 9. Em votação o Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 2010, ressalvadas as Emendas nºs 1-CMA e 2-CMA.

Vamos processar a votação.

Como vota o Senador Paulo Bauer?

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o ilustre e valoroso Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Que nos deu a primazia de atender ao nosso chamamento e voltou para dar quórum em nossa Comissão.

Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente, e com louvor.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o ilustre Senador Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a ilustre Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – A favor do projeto, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Durval? *(Pausa.)* Como vota o Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – “Sim”, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o valoroso Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto as Srªs e os Srs. Senadores se podemos repetir a votação para as Emendas nºs 1 e 2.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com certeza, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Se os senhores concordam, está aprovada a matéria, ou seja, aprovados o Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 2010, e as Emendas nºs 1 – CMA/CAS e 2 – CMA/CAS.

Será comunicada a decisão da Comissão à Presidência do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Não há quórum e todas as demais matérias dependem de quórum para votarmos, porque têm caráter terminativo. Mas solicito, já concluindo, Senador Paulo Paim,... Estamos aguardando para daqui a pouco a presença da Governadora Rosalba para a homenagem.

Consulto a nossa Secretaria se a assessoria da Senadora Rosalba já se comunicou conosco. Ela está chegando ou vamos aguardá-la? Vamos suspender? *(Pausa.)*

Agradeço a presença de todos. Vamos suspender temporariamente a reunião para aguardar a presença da Governadora.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Declaro aberta a presente reunião, que tem como objetivo a aposição do retrato da Governadora do Rio Grande do Norte e ex-senadora da República, Rosalba

Ciarlini, na galeria dos ex-Presidentes desta Comissão, que aqui esteve presente no biênio 2009/2010.

Convido para compor a Mesa a nossa homenageada, a Ex^{ma} Sr^a Rosalba Ciarlini.

Convido o ilustre e valoroso Senador da República, o potiguar, meu caro amigo, Presidente do meu Partido, Senador José Agripino.

Quero convidar também para fazer parte desta Mesa o ilustre Senador Paulo Davim.

Convido o ilustre, valoroso e querido amigo, Senador Garibaldi Alves pai, porque tem o pai e o filho, os dois Srs. Senadores. V. Ex^a está convidado a fazer parte da Mesa.

Quero registrar, de forma prazerosa, a presença do ilustre Deputado Federal Betinho Rosado.

Quero registrar também a presença honrosa de Ex^{mo} Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, Deputado Ricardo Motta.

Quero registrar também a presença do ilustre Deputado Tomba. Seja bem vindo, ilustre Deputado, é um prazer recebê-lo nesta Comissão.

Feita a composição da Mesa, inicio esta solenidade, transferindo ao Cerimonial o encaminhamento deste evento.

A SR^a MESTRE DE CERIMÔNIAS – Senhoras e senhores, bom dia. Tem inicio a solenidade de aposição do retrato da Governadora do Rio Grande do Norte e ex-Senadora, Ex^{ma} Sr^a Rosalba Ciarlini, na galeria de fotos dos ex-Presidentes da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal.

Rosalba Ciarlini iniciou sua carreira política em 1988. Sua candidatura veio das bases, estimulada pelos conselhos comunitários. Elegeu-se a primeira prefeita da cidade de Mossoró, sua cidade natal, governando o Município por três mandatos. Transformou a cidade fazendo dos fatos históricos uma oportunidade de emprego e renda por meio dos eventos culturais, como “O Auto da Liberdade” e “Chuva de Bala no País de Mossoró”.

Durante seu governo, a cidade teve conceito de 27^a posição como a melhor cidade do Brasil para se morar e fazer carreira e a 13^a melhor rede de saúde pública do País.

Depois de doze anos de mandato, deixou a Prefeitura com 96% de aprovação. Em 2006, chegou ao Parlamento como a primeira Senadora do Rio Grande do Norte, e nos quatro anos de mandato apresentou cerca de 60 proposições. Em 2009, assumiu a Presidência da Comissão de Assuntos Sociais. Sob a sua presidência, a CAS aprovou quase 300 matérias de interesse do cidadão brasileiro e teve atuação marcante na defesa dos municípios.

No Senado, Rosalba Ciarlini foi relatora de projetos importantes, como: transposição do rio São Francisco, que beneficiará cerca de doze milhões de nordestinos; regulamentação das profissões de mototaxista e motoboy; e piso salarial dos agentes comunitários de saúde.

É autora, dentre outras, das seguintes propostas de emenda à Constituição: aumento da licença maternidade para seis meses, convocação imediata dos aprovados em concursos públicos e do projeto que cria a primeira Zona de Processamento e Exportação do Semiárido, ZPE do Sertão, autorizada pela Presidência da República.

Em 2010, Rosalba foi eleita, pelos jornalistas que cobrem o Congresso Nacional, como um dos cinco Parlamentares que mais trabalharam pela saúde pública. O projeto de emenda à Constituição, PEC da Licença à Maternidade, de autoria da Senadora, foi escolhido como o mais importante projeto de iniciativa do Congresso.

Rosalba Ciarlini foi eleita Governadora do Rio Grande do Norte nas eleições de 2010, e renunciou ao mandato no Senado da República para assumir o comando de seu Estado. Seu mandato será marcado por obras e projetos estruturantes, como o Aeroporto de São Gonçalo do Amarante, o primeiro a ter concessão pública para um grupo privado, servindo de modelo para a gestão aeroportuária.

No Governo de Rosalba, Natal, a capital do Rio Grande do Norte, será uma das sedes da Copa do Mundo de 2014, e a competição deixará um legado na infraestrutura, com obras de mobilidade, ações que irão melhorar a saúde, segurança e outros serviços importantes para o cidadão norte-rio-grandense.

Da primeira eleição até a reeleição, em 2000, passando pelo Senado e Governo de Estado, Rosalba teve votações consagradoras.

Com a palavra, o Ex^{mo} Sr. Senador Jayme Campos, Presidente desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a você.

Quero saudar a ilustre Governadora, Senadora Rosalba Ciarlini, e cumprimentar os ilustres Senadores José Agripino, Paulo Davim e Garibaldi Alves e demais autoridades nominadas.

Meus senhores e minhas senhoras, para ser breve, quero apenas registrar a minha alegria e o meu contentamento de estarmos hoje tendo a primazia de fazer a aposição do retrato da ex-Presidenta desta Comissão, que é esta valorosa mulher brasileira, que, até então Senadora, presidiu muito bem esta Comissão.

Senadora Rosalba, sua trajetória política já fala por si, diante do trabalho operoso e competente que

fez como prefeita por dois mandatos, se não me falha a memória, de Mossoró, como Senadora e, desta feita, como Governadora do seu Estado. Todos nós, Senadores, nos sentimos orgulhosos, até porque o trabalho que realizou, na passagem por pouco tempo no Senado, deixou marcas indeléveis.

Nada mais justo do que esta Comissão homenageá-la fazendo a aposição do seu retrato, na certeza de que são homenagens como esta, Senadora Robalba, que certamente nos deixam orgulhosos, até porque V. Ex^a indiscutivelmente realizou um dos melhores trabalhos nesta Comissão e não teve a oportunidade de fazer a conclusão do relatório em relação ao trabalho que fez.

Desta feita, como Presidente, pois tive a honra de substituí-la por indicação do meu Líder e atual Presidente José Agripino, quero entregar a V. Ex^a, não sem antes dizer que tive paciência, de forma zelosa, de ler e ver o trabalho que a senhora realizou como Presidente... É um trabalho invejável. São poucas as Comissões desta Casa que realizaram tantas audiências públicas, aprovaram tantos projetos de lei e que, certamente, chegaram a um resultado positivo, como podemos chamar. É com projetos como esses que vamos fazer a verdadeira inserção social deste País. Toso os projetos aprovados aqui são meritórios. Certamente, hoje, o Senado Federal – não só o Presidente desta Comissão, mas todos os Senadores que tiveram o privilégio de estar com V. Ex^a – está orgulhoso.

Portanto, quero cumprimentá-la e parabenizá-la, na certeza absoluta de que o Estado do Rio Grande do Norte terá, como sempre, uma grande política e, acima de tudo, uma grande Governadora.

Assim, Senadora Rosalba, ficam aqui as nossas homenagens. Quero passar às suas mãos este documento, que acho muito importante, e que por esta Mesa será encaminhado aos Ministérios que naturalmente têm muito a ver com a nossa Comissão.

Passo às suas mãos o relatório a que V. Ex^a não teve ainda acesso. (*Palmas.*)

A SR^a MESTRE DE CERIMÔNIAS – Passamos a palavra a Exm^a Sr^a Rosalba Ciarlini.

A SR^a ROSALBA CIARLINI – Bom dia a todos.

Exm^o Sr. Senador Jayme Campos, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Exm^o Sr. Senador José Agripino, Presidente do nosso Partido, Senador Paulo Davim, Exm^o Sr. Senador Garibaldi Alves, eu tenho a honra de tê-lo como substituto – a palavra é esta: substituto, porque era o meu suplente. E por falar em Garibaldi Alves, há poucos instantes eu recebi um telefonema do Senador e hoje Ministro Garibaldi, explicando o motivo de sua ausência. Na realidade, ele está agora com o Secretário do Interior e Justiça do nosso

Estado, participando de uma audiência no Ministério do Exército. Houve esse confronto de horários e não deu para ele estar aqui presente. Está trabalhando, está nos ajudando com relação ao Governo do Estado.

Exm^o Sr. Deputado Federal Betinho Rosado, Deputada Sandra Rosado, agradeço a presença também do ex-Deputado Laíre Rosado, meu querido Presidente da Assembleia Legislativa Ricardo Motta, Deputado Tomba, fico muito gratificada com a presença dos senhores, porque sei que não é fácil, com tanto trabalho lá na Assembleia os senhores se deslocarem até aqui para nos dar, com a sua presença, realmente, um grande prestígio.

Prefeito Neri, prazer grande vê-lo aqui. Há poucos dias, estive na cidade do Prefeito e fiquei encantada com o trabalho que ele vem realizando. Fui conhecer a nova prefeitura, o centro administrativo que ele fez. Com essas dificuldades, Presidente, que os municípios vêm vivenciando, o senhor conhece e sabe que não é fácil, ele fez um verdadeiro milagre, fez uma sede, um centro administrativo, em uma cidade lá do Alto Oeste do Rio Grande do Norte, que poderia estar em qualquer capital do Brasil, pelo esmero, pelo cuidado, pela qualidade e a empolgação que eu vi na cidade. Cidade pequeninha que se prepara para completar cinquenta anos de vida.

Quero também aqui agradecer a presença dos meus ex-auxiliares aqui no Senado, que participaram comigo dos trabalhos desta Comissão, a quem quero, desde já, agradecer, porque muito do que fizemos aqui – ela está olhando para mim; não vou nem citar o nome porque posso, de repente, esquecer alguém –, todos que estavam comigo aqui na Comissão, desde a nossa Secretária-Geral, importantíssima, a nossa Andrea Boni sabe disso, pois fazia parte da comunicação e continua aqui na Casa. São todos muito bons. Não tenham dúvida de que vão colaborar muito. Quero também agradecer aos funcionários do meu gabinete que aqui também vieram, estão presentes. Quero cumprimentar o meu companheiro Carlos Augusto, ex-Deputado, a Janaína, enfim, todos que aqui estão.

Presidente, o trabalho que o senhor me entrega hoje, este relatório final, um resumo do trabalho que tivemos aqui, é apenas uma parte do que realizamos. Esta Comissão tem um papel fundamental, porque é a Comissão de Assuntos Sociais, que trata da saúde, das questões previdenciárias, das questões do trabalho, trata, na realidade, da defesa e da proteção à infância, aos deficientes, à terceira idade. Mas esse trabalho aqui foi específico sobre o SUS, o Sistema Único de Saúde. Durante os dois anos em que estive à frente desta Comissão, nós dedicamos várias de nossas reuniões a debater vários pontos que, pela nossa experiência e

dos Senadores que formam a Comissão, vários pontos que realmente eram e ainda são entraves, vamos dizer, gargalos na assistência à saúde universal e de qualidade para todos os brasileiros.

Portanto, esta é uma contribuição que está sendo encaminhada ao Ministério da Saúde para que possa dar subsídios à melhoria de várias questões voltadas a melhorar a saúde pública, saúde pública que precisamos ter mais atenção, mais financiamento, mais recursos. O Governo Federal tem que entender que é uma prioridade máxima.

A Emenda 29 foi uma luta. Ao chegar ao Senado, logo que votamos a Emenda 29, eu tive a oportunidade de fazer um discurso a esse respeito e de dizer, Senador Garibaldi, que só pelo fato de a termos aprovado já teria valido a pena ser Senadora do Brasil representando o Rio Grande do Norte. Infelizmente, ela ainda não está valendo, mas nossa esperança é muito grande de que, nos próximos dias, tudo isso esteja consolidado e que se definam as questões dos municípios, dos Estados e do Governo Federal.

O Brasil, comparando a outros países da América Latina – vou citar apenas nossos vizinhos: Uruguai, Argentina e Chile –, ainda investe muito menos do que investem esses países em saúde. Daí porque temos, infelizmente, resultados alarmantes no que diz respeito à mortalidade materna, mortalidade infantil e atenção prioritária com a vida, quando se trata de saúde.

Então, fico feliz, Sr. Presidente, em ter este documento que faz parte do trabalho que nós realizamos. O senhor, como membro desta Comissão, ao lado do Senador Paulo Paim, que era o nosso vice e que já esteve aqui antes de começar a reunião, e de outros Senadores que por aqui passaram e que foram para outras comissões de que fazem parte, foram fundamentais na aprovação desse trabalho.

Mas eu gostaria, Sr. Presidente, dirigindo-me agora a todos vocês, que me conceda o privilégio e a liberdade de me expressar como se ainda fizesse parte desta Comissão e desta Casa. Não é um mero artifício de retórica, é a confissão sincera de que, mesmo exercendo agora uma função do Poder Executivo, ainda me sinto um pouco Senadora, ainda me sinto participante do Poder que expressa a essência da democracia justamente por reunir sua pluralidade social, partidária, geográfica, a diversidade do povo brasileiro.

O Congresso Nacional é o Brasil com tudo o que essa condição simbólica significa. E eu devo ao meu período aqui no Senado uma parte significativa da minha experiência como política e como gestora. Aqui eu pude vivenciar a política em uma dimensão maior, tratando da problemática do meu Estado no seu contexto específico, mas também como parte de

um contexto nacional. Aqui eu tive de pensar, debater e votar as questões a partir de uma perspectiva mais generosa, descolada do mero regionalismo.

Defendi, é claro, como todos aqui fazem com seus Estados, os interesses da minha Terra, porque para isso fui eleita Senadora pelos potiguares, mas sem jamais perder de vista que, embora representando o Rio Grande do Norte, eu deveria trabalhar para todos os brasileiros.

Assim o fiz. E nada mais fiz do que cumprir com a minha obrigação. E sei que a tarefa foi muito facilitada pelo fato de participar da Comissão de Assuntos Sociais, que carrega no nome uma função que é um destino em um país repleto de graves questões sociais a debater e resolver pela via institucional.

O que fiz aqui como membro e dirigente da CAS não resultou de voluntarismo individual ou da ação personalística. Os avanços que conseguimos em tantos temas cruciais resultaram do empenho coletivo, mesmo quando havia visões divergentes sobre este ou aquele tema. A política é a arte de construir consensos, administrando os conflitos e transformando posições excludentes em decisões majoritárias, pela força do debate e do voto, e não pela imposição imperial da vontade de A ou de B.

Relembro que algo que me gratificou muito foi o reconhecimento dos colegas de como nós avançamos, demos agilidade, fizemos, vamos dizer, andar a fila dos projetos que havia nesta Casa, sem nenhuma discriminação, sem que o Senador A ou B, se fosse do meu partido, tivesse prioridade. Não. Tratamos todos por igual, valorizando da mesma forma. E foi um ambiente realmente muito saudável, uma grande família, em que o ponto mais importante, sempre, era o povo brasileiro, as questões sociais, e isso independentemente de cores, de bandeiras, de ideologia.

Foi graças ao debate e ao confronto de ideias que pudemos alargar propostas, melhorar projetos, obter conquistas significativas para o povo brasileiro que nos honrou com o seu voto. Os exemplos são muitos nas diversas áreas sociais trabalhistas e de saúde que compõem o espectro de atuação da CAS. As audiências públicas fizeram da Comissão uma caixa de ressonância dos movimentos sociais. A ampliação da licença maternidade, o reconhecimento e a regulamentação profissional de diversas categorias até então privadas de direitos sociais e garantias trabalhistas.

Por tudo isso, agradeço a cada Senador e a cada Senadora que foram meus companheiros de jornada pelo tempo de convivência e pelo aprendizado político que a Comissão de Assuntos Sociais me proporcionou. A aposição do meu retrato na galeria de Presidentes tem para mim um valor que transcende o personalismo;

é o reconhecimento da experiência coletiva do trabalho que fizemos juntos aqui no Senado.

No momento em que se ouvem aqui e ali algumas vozes extremadas, confundindo eventuais erros indevidos com a instituição do Congresso Nacional, cabe uma ponderação: se é verdade que toda instituição é a soma dos que a compõem, também é verdade que não se pode julgar indiscriminadamente o conjunto apenas a partir de um elemento.

Não se pode, aleatoriamente, culpar a política, porque, quando bem exercida, a política fortalece a democracia, melhora a sociedade, faz o País avançar. A própria política tem os meios institucionais pelos quais o povo pode depurá-la, corrigindo suas escolhas quando elas se revelarem equivocadas.

Defendo e pratico a boa política como fundamento da democracia, porque o nosso País precisa dela para resolver os seus problemas. É o que faço como Governadora, foi o que fiz como Senadora, cumprindo, junto com meus companheiros e companheiras da Comissão de Assuntos Sociais, o dever que nos foi dado pelo voto livre e soberano do povo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Cumprimento V. Ex^a pelo belo pronunciamento.

O que disse a Senadora Rosalba retrata ou espelha a verdade, até porque fui membro desta Comissão quando ela a presidia. Tive a oportunidade de ser membro desta Comissão e, de fato, seu trabalho foi operoso e competente.

Quero registrar, antes de mais nada, a presença do Deputado Betinho Rosado; reitero a presença do Presidente da Assembleia, Ricardo Motta; do Deputado Tomba (Antônio Farias); do Prefeito, Dr. Severiano Francisco Neri; e da Diretora-Adjunta – não sei de onde, o Cerimonial falhou aqui – Rosa Gonçalves.

Prosseguindo, registro a presença do valoroso Senador, companheiro nosso de Minas Gerais, Clésio Andrade, que nos honra com sua presença.

Registro também a presença do nosso “primeiro-damo” Carlos Augusto, aqui presente, e da Deputada Federal Sandra – houve uma falha do Cerimonial –, que já é bastante conhecida.

A SR^a ROSALBA CIARLINI – Com a sua permissão, Presidente, queria registrar também a presença do nosso Secretário da Copa, Demétrio Torres; do Secretário de Esportes, Joacir; do nosso Secretário de Planejamento, Obery, que inclusive foi nosso assessor aqui e ajudou muito a preparar os projetos que apresentamos no Senado.

Agradecer porque estão aqui. Claro que não vieram só para isso.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Claro, ótimo.

A SR^a ROSALBA CIARLINI – Estão aqui porque estamos também trabalhando em busca de resolver várias questões da Copa e de outros programas de nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Muito obrigado.

Concedo a palavra ao ilustre Senador José Agripino, para fazer a sua saudação, seus cumprimentos à valorosa Governadora Rosalba.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Obrigado, Presidente.

Eu queria cumprimentar o Presidente, cumprimentar o Senador Garibaldi, o Senador Paulo Davim, os Deputados Sandra Rosado e Betinho Rosado, que se fazem presentes, cumprimentar de forma especial o Presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, Deputado Ricardo Motta, que fez questão de vir a este evento, dando a dimensão que nós potiguares damos à homenagem que o Senado presta hoje à nossa Governadora.

O Presidente do Poder Legislativo, acompanhado do Deputado Luiz Antônio Farias (Tomba) veio a Brasília só para participar da aposição da fotografia da hoje Governadora Rosalba na Comissão de Assuntos Sociais.

Quero cumprimentar o Deputado Rogério Marinho, o ex-Deputado Laíre Rosado, meu conterrâneo de Mossoró, cumprimentar os presentes todos, os Secretários de Estado, auxiliares, e dizer, Presidente Jayme Campos, que a passagem da Governadora Rosalba pelo Parlamento foi uma passagem muito exitosa, porque ela foi Prefeita de Mossoró e, de Prefeita, foi eleita Senadora. E veio para o plano nacional. E, no plano nacional, ela se situou como se estivesse em casa. Ela foi logo posta à prova presidindo uma comissão muito importante. Uma comissão, como V. Ex^a sabe, por onde passam imensos interesses. E ela soube – talvez com a principal característica do seu perfil político –, com honestidade e com firmeza, conduzir bem, com muito equilíbrio.

V. Ex^a sabe que por esta Comissão transitam macrointeresses do Brasil. E ela, com espírito público, soube conduzir tudo com muito equilíbrio. Cultivou a Casa, cultivou a Comissão. Passou pelo Senado não passando, passou ficando. E esse ato, a aposição do retrato dela hoje é a marca que vai ficar.

Ela hoje é Governadora, está enfrentando dificuldades no começo de Governo, mas vai superá-los e vai deixar aqui a marca. E nós, potiguares, ficamos muito felizes em estar neste evento ao lado dela, ao lado dos Deputados Federais e Senadores do Rio Grande

do Norte, para prestar esta homenagem a uma política que foi grande Prefeita, foi grande Senadora e, se Deus quiser, vai ser uma grande Governadora para o nosso Estado.

Obrigado a V. Ex^a. Cumprimentos e aplausos à nossa sempre Senadora Rosalba Ciarlini.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Quero apenas fazer um adendo às palavras do Senador José Agripino. De fato, a Rosalba aprendeu muito rápido. Eu, particularmente, fui quatro vezes Executivo, três mandatos de Prefeito e um de Governador de meu Estado, aprender a chegar aqui no Legislativo é bastante complicado. Entretanto, a Rosalba aprendeu rapidinho. Mesmo sendo Prefeita, chega como Senadora aqui e rápido dá um *show* de bola aqui na Casa, ou seja, teve um aprendizado rápido. A pessoa que tem o costume de ser Executivo... Eu, particularmente, tive dificuldade. Estive quatro vezes no Executivo. Quatorze anos prefeito, quatro anos governador. É complicado. Ela aprendeu muito rápido aqui.

Parabéns e inteligência.

Passo a palavra ao ilustre Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Presidente Jayme Campos, Governadora Rosalba, Senador José Agripino, brilhante Senador, Senador Garibaldi, Presidente da Assembleia Legislativa do meu Estado, Deputado Ricardo Motta, Deputado Tomba, Deputados Deputados Federal Betinho Rosado, Deputada Sandra, Deputado Rogério Marinho, ex-Deputados Laíre Rosado, Carlos Augusto Viveiros, Augusto Carlos, Srs. Secretários, em nome do Secretário Obery, saúdo todos. Prefeito Francisco Neri, Sr^a Diretora-Adjunta, Rosa Maria Gonçalves, minhas senhoras e meus senhores, Governadora, recordo-me que, quando a obra do acaso colocou-me no Senado Federal, foi motivo de alegria para nós. Percebi em suas palavras uma satisfação incontida, até porque já fizemos parte de uma trajetória, graças a Deus, vitoriosa, quando V. Ex^a foi eleita Senadora pelo Estado do Rio Grande do Norte. Já havia uma afinidade entre nós, até em função do ofício que a senhora abraçou, o da Medicina. Já havia uma semelhança de pensamentos quando a senhora assumiu a Presidência da Cooperativa Médica de Mossoró, que sempre estive na vanguarda da luta médica e na luta pela saúde. Naquela ocasião em que a senhora me congratulava, ao mesmo tempo me orientava para que pedisse, se possível, para vir para a Comissão de Assuntos Sociais. Evidentemente, não foi uma tarefa tão fácil, mas o desejo foi maior. Consegui ser indicado para a Comissão de Assuntos Sociais. Dou o meu testemunho. Esta Comissão vai de A a Z no tocante a interesses do povo brasileiro. Aqui se discute Previdência, saúde, a regulamentação de várias profissões,

aqui se debate meio ambiente, qualidade da água a ser comercializada no Brasil, como foi o caso de hoje. Enfim, é uma Comissão viva, buliçosa, uma Comissão que se faz presente no dia a dia desta Casa.

Faço aqui a ressalva da brilhante condução desta Comissão pelo Senador Jayme Campos, que a faz cada vez mais dinâmica. Portanto, pela amostragem que tenho desta Comissão, fico imaginando a responsabilidade que V. Ex^a teve quando assumiu sua presidência. Tenho certeza, Governadora, de que a senhora a desempenhou com talento e competência. E hoje, a aposição da foto de V. Ex^a nesta Comissão faz justiça, faz justiça para coroar o seu esforço, o seu talento, a sua abnegação para com as questões sociais, como já foi relatado por V. Ex^a, e faz justiça pela trajetória vitoriosa de vida pública que a senhora tem, desde Mossoró, quando assumiu a primeira vez a Prefeitura daquele Município, até agora, quando assume a responsabilidade do Governo do Estado do Rio Grande do Norte. Portanto, é uma questão de justiça, de reconhecimento, de merecimento.

Fico honrado e orgulhoso por saber que a primeira Senadora do Estado do Rio Grande do Norte ocupou a Presidência de uma das mais dinâmicas Comissões do Senado Federal. Parabéns, Governadora. (*Palmas.*)

A SR^a ROSALBA CIARLINI – Muito obrigada, Senador Paulo Davim. Tenho certeza de o senhor também está fazendo um excelente trabalho aqui no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Ótimo, mais do que bom. Não é Paulo?

Concedo a palavra ao ilustre Senador Garibaldi Alves, não o filho, o pai.

O SR. GARIBALDI ALVES (Bloco/PMDB – RN) – Presidente da Comissão, não vou citar todas as autoridades porque tenho receio de não nominar algum. Mas neste caso dirijo-me a todos e principalmente aos do Rio Grande do Norte.

Eu tenho uma enorme responsabilidade. Para mim, é um desafio, mas, com indisfarçável alegria, estou substituindo esta grande Prefeita, Governadora, Senadora Rosalba Ciarlini. Somos de partidos diferentes, mas essa diferença não cria nenhum obstáculo à nossa atuação no Senado da República ou, creio, nem à sua atuação como Governadora do Rio Grande do Norte.

Portanto, minha cara amiga, aqui estou e espero ao menos imitá-la nas pequenas coisas, porque nas grandes você teve e tem a incumbência do povo nordestino.

Um abraço. (*Palmas.*)

A SR^a ROSALBA CIARLINI – Obrigada, Dr. Garibaldi. O senhor, na sua modéstia, está esquecendo o quanto nós aprendemos com a sua experiência e com

o seu exemplo de luta, de quem superou todas as adversidades da ditadura sendo privado de seus direitos políticos. Jamais deixou de acreditar neste Brasil democrático, livre e soberano pela força do nosso povo. Tenho certeza de que com a sua experiência, com que muito aprendi, o senhor muito está contribuindo, no Senado, para engrandecer o nosso Estado e o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Quero registrar aqui a presença do Deputado Felipe Maia, que nos honra, e a do Deputado Rogério.

Prosseguindo a nossa reunião ou evento, se posso assim chamar, quero conceder... Depois... Garibaldi, se me permite V. Ex^a, quero conceder a palavra à Deputada Sandra Rosado, para fazer uso dela.

A SR^a SANDRA ROSADO (PSB – RN) – Obrigada, Senador Jayme Campos.

Eu quero, até por uma economia de palavras e para não cometer o esquecimento de nenhum nome, abraçar a todos que fazem esta Comissão, por meio do Senador Garibaldi Alves, pai. E por intermédio dele, também abraçar e saudar todas as autoridades e os presentes nesta reunião.

Saúdo, evidentemente, a Governadora Rosalba Ciarlini, fazendo o registro que vem da história de uma cidade: Mossoró. Nós somos filhas da cidade de Mossoró. É uma cidade em que as mulheres tinham a participação muito ativa e efetiva na vida política do nosso Estado. Desde a história mais remota, em que Ana Floriano, nossa tataravó, minha e da Senadora Rosalba, já lutava – erguendo a sua luta, a sua fala – no protesto pela convocação dos filhos de Mossoró para uma guerra do Paraguai com que os mossoroenses não tinham nada a ver. E ela rasgou, em praça pública, aquela convocação, numa atitude de coragem.

Isso vem se reproduzindo ao longo da nossa história de mulheres de uma cidade que agora culmina com a chegada ao poder de uma mulher mossoroense. E já vem também de uma história da nossa família, por meio do Governador Dix-Sept Rosado, que foi o primeiro político da nossa família a ocupar um espaço tão importante.

Eu quero fazer este registro, que pode parecer apenas uma simbologia, uma foto numa parede. Mas não. Isso tem uma marca importante para todos nós, e para as mulheres brasileiras muito especialmente.

Quero apresentar aqui também, como Parlamentar, como filha de Mossoró, como mulher do Rio Grande do Norte, o agradecimento pelo reconhecimento ao trabalho da então Senadora Rosalba Ciarlini e parabenizá-la pela trajetória política que vem alcançando.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

A SR^a ROSALBA CIARLINI – Muito obrigada, Deputada Sandra.

Estamos aqui graças também à persistência, à luta e à determinação de uma mulher da cidade de Mossoró, que votou pela primeira vez. Ao votar, permitiu que pudéssemos ser votadas. Celina Guimarães Viana foi a primeira eleitora brasileira na cidade de Mossoró. Uma professora de artes que também era juíza de futebol nas horas vagas. Era uma pessoa diferente naquele tempo e marcou com o voto. E há um fato, Sandra, de que tomei conhecimento ao chegar ao Senado. Naquela época, 1927, Celina Viana conseguiu autorização para votar no então Governador Juvenal Lamartine, que era candidato ao Senado. Daí, ela votou. E outras mulheres também votaram, mas um número mínimo, não chegava nem a dez. Ele foi eleito Senador, e, ao chegar ao Senado, o Senador anulou essa votação das mulheres. Hoje, estamos aqui para dizer que há mais tempo deveríamos ter estado aqui dando a nossa contribuição, mas fazemos a convocação às mulheres brasileiras para que ocupem, cada vez mais, espaços na política, porque neste mundo somos iguais, e a nossa sensibilidade, a nossa experiência, o conhecimento da mãe, da educadora, da trabalhadora também tem muito a contribuir para o Brasil.

Obrigada, Deputada. Não podia deixar de registrar o fato de que hoje temos uma mulher Presidenta, mas a história começou com o voto de Celina Viana.

A SR^a SANDRA ROSADO (PSB – RN) – Gostaria, Presidente, de pedir a permissão e justificar que vou ter que me retirar porque vou votar para que a primeira mulher seja eleita Ministra do Tribunal de Contas, Ana Arraes.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Que maravilha.

A SR^a SANDRA ROSADO (PSB – RN) – Já temos uma, mas não escolhida. Foi indicada no período da Revolução e passou pouco tempo. Votada é Ana Arraes. Então, peço permissão, porque já começou. Nossa candidata vai falar daqui a cinco minutos e eu preciso estar lá.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Diga a ela que já estou trabalhando para ela também.

A SR^a SANDRA ROSADO (PSB – RN) – Muito bem, agradeço muito e agradeço a todos que puderem fazer...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Tenho um voto do Júlio Campos, que é meu irmão, e vou pedir a ele.

A SR^a SANDRA ROSADO (PSB – RN) – Eu sei disso. Eu sei disso.

A SR^a ROSALBA CIARLINI – Quero aproveitar que estamos na TV Senado e sei que estamos sendo vistos, tanto na Câmara como no Senado, e no Brasil:

Sandra, transmita à Ana que estou torcendo, não só torcendo, mas trabalhando pela vitória dela. E peço aos da Bancada do Rio Grande do Norte que ajudem a fazer com que essa mulher, que é uma mulher forte, que tem uma história bonita de luta e que vai continuar contribuindo muito para o Brasil, possa ser nossa representante no Tribunal de Contas da União, aproveitando para estender este apelo às bancadas dos outros Estados.

A SRª SANDRA ROSADO (PSB – RN) – Para concluir, quero dizer que a Deputada Ana Arraes é consciente do trabalho e do apoio que a Governadora Rosalba Ciarlini deu à sua candidatura.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Está extremamente comprometida, não é, Sandra? Tem que trabalhar muito.

Concedo a palavra ao nosso querido Ministro Garibaldi Alves para encerrarmos.

Quero também registrar a presença do Senador Flexa Ribeiro com muita honra.

Passo a palavra ao Senador Garibaldi.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO – Quero cumprimentar o Presidente da nossa Comissão de Assuntos Sociais, o prezado amigo Senador Jayme Campos, cumprimentar o Senador José Agripino e o Senador Paulo Davim, cumprimentar a Bancada Federal, aqui representada pelo Deputado Rogério Marinho, pelo Deputado Felipe Maia e também pelo Deputado Betinho Rosado. Quero cumprimentar os representantes da Assembleia Legislativa, à frente do seu Presidente, Deputado Ricardo Motta; cumprimentar o Deputado Tomba, aqui presente; cumprimentar a homenageada, a Senadora Rosalba; cumprimentar o nosso querido Senador pelo Pará, que recentemente foi homenageado também, uma homenagem semelhante a esta; e cumprimentar meu pai, o Senador Garibaldi.

Eu realmente vou ser econômico nas palavras, Senador Flexa, porque aqui existe o desejo de alguns Parlamentares, que inclusive terão de se ausentar, por conta de uma votação a ser realizada na Câmara dos Deputados.

Ultimamente, não estou muito à vontade para falar no Senado, porque me dá saudade. Não é aquela saudade, porque afinal de contas eu também estou prestando, acredito, não por ser eu, mas porque o Ministério é importante, relevantes serviços ao País à frente do Ministério da Previdência. Mas a saudade que eu sinto é dos tempos em que estive à frente da Comissão de Assuntos Econômicos, da qual V. Exª fazia parte, em que fizemos uma dobradinha. Eu acho que foi aqui que iniciamos a dobradinha vitoriosa, para chegar ao Governo do Estado. Aliás, o trio.

Com Rosalba Ciarlini à frente desta Comissão, nunca o econômico e o social andaram tão juntos. Na abordagem das questões de natureza econômica e social nunca tiveram esses assuntos uma confluência como quando Rosalba era Presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Sobretudo porque Rosalba teve algumas iniciativas inovadoras, pelo menos no sentido de agilizar, apressar a formalização do emprego doméstico. Depois, Secretário Obery, eu vi a importância disso em termos internacionais, porque lá no Congresso da OIT, em Genebra, tratou-se prioritariamente desse assunto.

Portanto, Senadora Rosalba, eu sei que V. Exª também, aqui e acolá, sente uma saudade. Às vezes até a senhora deve dizer: “Eu era feliz e não sabia”. Mas o que é certo é que o Governo do Estado é um grande desafio, o Senador José Agripino que o diga e que eu possa dizer também. Que eu possa dizer aqui que eu espero que a Senadora Rosalba não apenas faça uma grande administração, mas que possa fazer a melhor administração dos últimos tempos no Rio Grande do Norte.

Antes de encerrar, quero cumprimentar o ex-Deputado Federal Laíre Rosado, que aqui esteve por várias legislaturas. E quero dizer ao Senador Paulo Davim que ele continua me preocupando muito, porque está muito empolgado, entusiasmado com o exercício do mandato de Senador, e isso significa que ele já está começando a me ultrapassar, a me incomodar, as pessoas já estão começando a dizer que o titular já era.

Então, Senador Jayme Campos, que cumprimentar V. Exª, que, certamente, está fazendo uma gestão tão eficiente quanto foi a da Senadora Rosalba, e dizer que estou muito bem – não poderia estar melhor representado aqui – com o Senador Paulo Davim e com meu pai, que está presente aqui, o Senador Garibaldi Alves.

Muito obrigado e parabéns, Senadora Rosalba. (Palmas)

A SRª ROSALBA CIARLINI – Obrigada, Senador Garibaldi. Realmente, o senhor disse uma coisa que foi fundamental: o senhor presidiu a Comissão de Assuntos Econômicos e nós, a de Assuntos Sociais, praticamente no mesmo horário, mas sempre havendo essa troca de informações, de ideias, somando o social com o econômico. E essa dobradinha – aliás, não só é dobradinha, não, é um trio...

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO – É um triunvirato.

A SRª ROSALBA CIARLINI – ...que deu certo, vai continuar dando certo, e sei que muito nós vamos poder contribuir para o Rio Grande do Norte.

Presidente, eu só queria, na hora que citei as pessoas presentes, eu estava tão emocionada que queria pedir desculpas ao ex-Deputado Carlos Augusto Viveiros, que está aqui desde o início, ao Florian também, Diretor da Gráfica, e, agora, a presença ilustre do nosso Senador Flexa Ribeiro, a quem nós tratamos carinhosamente de Flexinha.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Flexa “Ligeiro”.

A SRª ROSALBA CIARLINI – “Ligeiro”, não é?.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É isso aí. Nosso grande amigo.

A SRª ROSALBA CIARLINI – E o nosso Deputado Felipe Maia.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É verdade.

Concluindo, meus senhores, minhas senhoras, antes de mais nada, agradeço a presença de todos os convidados que estão presentes, sobretudo e especialmente a presença do ilustre Ministro Garibaldi Alves, das Srªs e dos Srs. Senadores, dos Srs. Deputados Estaduais, Deputados Federais, Secretário de Estado e demais convidados, particularmente ao Senador Flexa Ribeiro, que deixou a Comissão e também veio aqui trazer seu abraço, com certeza, à Senadora Rosalba, até como demonstração do reconhecimento do trabalho competente e operoso que ela desempenhou aqui por dois anos, frente a esta Comissão.

A SRª ROSALBA CIARLINI – Presidente, gostaria de fazer o registro de pessoas que são muito importantes: a Gisele, que estava tomando conta da Comissão, a nossa Eliane, a Patrícia, a Mayana e, em nome delas, cumprimentar todos que estiveram comigo na Comissão, que continuam ou não, mas que... Úrsula, Janaína. Todos que ajudaram no trabalho que realizamos aqui, tanto na Comissão quanto no Senado.

Mais uma vez, muito obrigada. (*Palmas*)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª e, para encerrar, convidamos os Exmºs senhores integrantes da Mesa para descerrar a foto que, a partir deste momento, passa a integrar a galeria de fotos dos ex-Presidentes da Comissão de Assuntos Sociais. Todos estão convidados, especialmente as autoridades que compõem a mesa.

Declaro encerrada a reunião.

Parece-me que tem um pequeno coquetel na secretaria da Comissão.

(*A reunião tem início às 9 horas e é encerrada às 11 horas e 37 minutos.*)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 55ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE CONJUNTA COM A 76ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA E COM A 40ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 2011.

AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA

Às dez horas e trinta minutos do dia dezoito de outubro de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa**, e com a presença dos Senhores Senadores Ângela Portela, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Vicentinho Alves, Vanessa Grazziotin, Benedito de Lira, Waldemir Moka, Cyro Miranda, José Agripino, Clovis Fecury, Jayme Campos, Delcídio do Amaral e Flexa Ribeiro, **reúnem-se as Comissões de Educação, Cultura e Esporte; Direitos Humanos e Legislação Participativa e Assuntos Sociais**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Magno Malta, Marta Suplicy, Marcelo Crivella, Humberto Costa, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Roberto Requião, Eduardo Amorim, Geovani Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Ana Amélia, Sérgio Petecão, Paulo Davim, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, Cícero Lucena, Lúcia Vânia, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, Mozarildo Cavacanti, Gim Argello e Marinor Brito. A Presidência submete às Comissões a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores e a aprovação das mesmas, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública Conjunta, em atendimento aos Requerimentos nº 44/11-CE, nº 45/11-CAS e nº 112/11-CDH, de autoria do Senhor Senador Paulo Paim, destinados a debater o tema **“A mulher grávida, o bebê e a primeira infância na construção da saúde mental”**, inserido na programação da “4ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz”, organizada pelo Senado Federal, no período de 18 a 20 de outubro do corrente. A Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública, da Senhora Professora Cláudia Siqueira, Diretora do Instituto Sidarta; Senhora Laurista Corrêa Filho, Pediatra, neonatologista e especialista na saúde da mulher e da criança pela Universidade

Paris V – Sorbonne; Senhora Cristina Werner, Diretora da Associação de Terapia Familiar do Estado do Rio de Janeiro; Senhor Professor Doutor Jairo Werner Júnior, Psiquiatra da infância e adolescência, Doutor em Saúde Mental pela Unicamp, professor de Psiquiatria Infantil da Universidade Federal Fluminense – UFF e da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ; Senhor Vital Didonet, Representante da Rede Nacional da Primeira Infância; Senhora Angélica Goulart, Membro da Fundação Xuxa Meneghel; Senhora Liliane Penello, Psiquiatra e Coordenadora do Programa Brasileiro e Brasileirinhas Saudáveis – Primeiros Passos para o Desenvolvimento e Senhora Márcia Barr, Representante da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP - Valor Cultural. Como expositores, comparecem à Audiência o **Senhor Deputado Osmar Terra, Presidente da Frente Parlamentar da Primeira Infância da Câmara dos Deputados**, com o tema: “Um novo marco legal para o desenvolvimento infantil”; **Senhor Bernard Martino, cineasta e autor do documentário “Loczi, uma casa onde crescer”, La Rochelle (França)**, com o tema: “Considerar o bebê como uma pessoa: um desafio estratégico para a sociedade”; **Senhora Jaqueline Wendland, psicóloga clínica e psicoterapeuta no Serviço de Psiquiatria da Criança e do Adolescente, do Grupo Hospitalar Pitié-Salpêtrière, Paris (França)**, com o tema: “Influência da experiência da gravidez sobre a saúde física e mental da mãe e do bebê”; e **Senhora Monique Bydlowski, médica psiquiátrica do Laboratório de Pesquisa da Maternidade Cochin-Port Royal, Hospital Tarnier, Paris (França)**, com o tema: “A mulher grávida, os riscos psicopatológicos e as implicações para a saúde da criança”. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros das Comissões de Educação, Cultura e Esporte; Direitos Humanos e Legislação Participativa e Assuntos Sociais. Usam da palavra os Senhores Senadores Cristovam Buarque, Waldemir Moka e Lídice da Mata. Após as considerações finais dos expositores, o Senhor Presidente Eventual, Senador Paulo Paim, faz a leitura dos comunicados que se seguem: **Comunicado 1:** “Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) o recebimento do Ofício nº 182/2011 – MEC, em resposta ao Requerimento de Informação nº 697, de 2011 – PLEN, que solicita informações sobre os pedidos de revalidação de diplomas de graduação processados nas universidades federais brasileiras no período de 2001 a 2011, de autoria do Excelentíssimo Senhor Senador Paulo Bauer, informando que o Ministério da Educação aguarda o recebimento dos dados das Instituições Federais de Educação Superior para que sejam compilados, organizados e, posteriormen-

te, enviados. Os (as) Senadores (as) que desejarem uma cópia da correspondência poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão”. A Matéria vai ao arquivo.

Comunicado 2: “Comunico aos Senhores Senadores o recebimento do Ofício nº 77/2011-MRE, de autoria do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Antonio Patriota, encaminhado a esta Comissão pelo Senhor Senador Paulo Bauer, em resposta ao Requerimento de Informação nº 679, de 2011, de sua autoria, que solicita informações acerca dos países signatários que ratificaram o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa assinado pelo Brasil em Lisboa, no dia 16 de dezembro de 1990, e das medidas tomadas por aqueles que já colocaram as novas regras ortográficas em vigor. Os (as) Senadores (as) que desejarem uma cópia do Ofício poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão”. A Matéria vai ao arquivo. A Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente Eventual, Senador Paulo Paim, encerra a reunião às treze horas e vinte e dois minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Senador Paulo Paim e pelo Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Senador Jayme Campos, e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Paulo Paim**, Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – Senador **Jayme Campos** – Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 55ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, a 76ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a 40ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário proposta de dispensa de leitura da Ata da reunião anterior e aprovação da mesma.

Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

A presente reunião atende aos Requerimentos nºs 44/11 da CE, nº 45/11 da CAS e nº112 da CDH, de autoria dos Senadores Paulo Paim e outros, para a realização de audiência pública destinada a debater “A mulher grávida, o bebê e a primeira infância na construção da saúde mental”, inserida na programação da 4ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura de Paz, que se realiza entre 18 e 20 de outubro no Auditório Petrônio Portella.

As palestras serão realizadas com tradução simultânea.

Dando início à audiência pública, solicito ao Secretário da Comissão, Júlio Linhares, que acompanhe os convidados para tomarem assento à mesa.

Vamos fazer a leitura dos convidados.

Primeiro, Jaqueline Wendland, psicóloga clínica e psicoterapeuta no Serviço de Psiquiatria da Criança e do Adolescente do Grupo Hospitalar Pitié, Paris, França. Tema: “Influência da experiência da gravidez sobre a saúde física e mental da mãe e do bebê”.

Convidamos, também, o Sr. Bernard Martino, cineasta e autor do documentário “Loczi, uma casa onde crescer”. Tema: “Considerar o bebê como uma pessoa: um desafio estratégico para a sociedade.”

Convidamos, também, a Srª Monique Bydlowski, médica psiquiátrica do Laboratório de Pesquisa da Maternidade, também de Paris, França. Tema: “A mulher grávida, os riscos psicopatológicos e as implicações para a saúde da criança”.

Também, por fim, o Deputado Osmar Terra, Presidente da Frente Parlamentar da Primeira Infância da Câmara dos Deputados, com o tema “Um novo marco legal para o desenvolvimento infantil”.

Informa-me a nossa assessoria que temos um pequeno problema com os intérpretes, por isso, vamos começar com o nosso querido Deputado gaúcho, meu amigo do tempo do movimento sindical ainda.

O SR. OSMAR TERRA – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Deputado Osmar Terra e, em seguida, falará a Monique ou a Jaqueline?

Então, começamos com o Osmar Terra e, depois, será a Drª Jaqueline.

Permitam-me somente que eu faça uma pequena introdução do tema, para que também aqueles que estão assistindo à TV Senado pelos canais alternativos se situem um pouco sobre o que nós vamos conversar aqui, com o Brasil, via TV Senado, Rádio Senado e Agência Senado.

Enfim, hoje, aqui nesta Comissão, vamos debater, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais e a de Direitos Humanos, o tema “A mulher grávida, o bebê e a primeira infância na construção da saúde mental”.

Esta é a Comissão de Educação, Cultura e Esportes.

A primeira infância, que compreende as crianças que tenham entre um e três anos, é o período em que mães e filhos traçam um laço de dependência consistente, rígido e importante. É o momento em que são dados os primeiros passos, as primeiras palavras, os primeiros ensinamentos de vida. Ensinar a amamentar, ensinar a conviver de forma harmoniosa com a sociedade é ensinar a amar.

A Comissão de Direitos Humanos, a Comissão de Educação e também a Comissão de Assuntos Sociais vêm realizando, nos últimos quatro anos, debate sobre a primeira infância, que é o eixo desta audiência de hoje.

Nosso objetivo é e sempre será chamar a atenção da sociedade para os cuidados necessários às crianças, que estão só iniciando um diálogo com a vida, com a magia de ser filho, o encanto dos pais, enfim, o encanto de vencer a primeira etapa da vida.

Quero ratificar minha posição, que não é só minha, mas das três Comissões, de apoio a todo tipo de ação que vise à afirmação das crianças, e que avancemos com esse objetivo da chamada da primeira infância com qualidade em todos os sentidos.

Nosso apoio também, porque falo aqui em nome das três Comissões, é estendido – é claro – às mães das crianças, mães que não se cansam de oferecer conforto, palavras de carinho e um gesto sempre de apoio, gratidão e respeito aos filhos.

A primeira infância é uma fase fundamental do desenvolvimento físico e psíquico do ser humano, bem como da formação das habilidades sociais e da aprendizagem.

A audiência faz parte da programação da 4ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, que está acontecendo desde ontem, aqui, no Senado, e termina amanhã. Este será, sem dúvida, um período importante para mães, filhos e – é claro – futuras mães, que poderão saber, por meio de cursos e palestras, com especialistas como os de hoje, um pouco mais da importância dos cuidados necessários na primeira infância.

Vamos, agora, aos nossos painelistas.

Com muita satisfação, passo a palavra ao meu amigo – só não vou dizer há quantos anos, porque, se não, todos vão saber que eu tenho 61; então, calculem há quantos anos nós nos conhecemos – e Deputado Osmar Terra, Presidente da Frente Parlamentar da Primeira Infância da Câmara dos Deputados.

Com a palavra o Deputado.

O SR. OSMAR TERRA – Bom, eu queria agradecer e cumprimentar a organização desta mobilização

pela primeira infância, que parte aqui do Senado, da Lise, do Laurista, que têm incentivado, e dos nossos Senadores. O Senador Paim, com certeza, na liderança desse processo aqui; o Senador Pedro Simon também. Vejo aqui o meu querido colega Waldemir Moka, a nossa Senadora baiana Lídice da Mata. Enfim, também queria cumprimentar a Mesa.

Quero dizer para vocês que estou aqui numa dupla função: primeiro, como Parlamentar que sou, acredito no poder de transformação que o nosso trabalho no Parlamento tem sobre toda a sociedade, e até por isso tenho procurado fortalecer e ajudar a criação de uma proposta voltada para a primeira infância.

Nós ouvimos falar: a primeira infância, que bonitinhas as criancinhas, que bom que elas estão morrendo menos e tal. Eu acho que, das políticas públicas, uma das grandes mudanças do SUS foi a redução da mortalidade infantil, que foi dramática no Brasil. Nós saímos de 60 crianças que morriam – das mil que nasciam vivas –, antes de completar um ano, no início da década de 1980, para hoje, quando há 19 crianças que morrem, das mil que nascem vivas, antes de completarem um ano de idade. Isso se deve, em grande parte, ao Sistema Único de Saúde.

Claro que há trabalhos que ajudaram, mas a rede dos agentes comunitários de saúde, a rede das equipes de saúde na família, essa rede maravilhosa que existe no País inteiro conseguiu reduzir e ter um impacto muito grande, inclusive, Senador Paim, na internação hospitalar.

Quando eu clinicava, quando nós nos conhecemos, eu era do sindicato médico, e V. Ex^a grande Líder metalúrgico do Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O “grande” é porque ele é meu amigo. No mais, eu era um sindicalista dos metalúrgicos.

O SR. OSMAR TERRA – Foi pré-CUT. Imaginem quanto tempo faz isso! Na época, era Conclat.

Então, eu atendia no hospital. Eu entrava no hospital ouvindo choro de criança e saía do hospital ouvindo choro de criança. Era uma maré de crianças internadas em hospital. No Brasil inteiro era assim: 60% dos leitos clínicos ocupados dos hospitais eram com crianças.

Hoje, se vocês entrarem num hospital, vocês não ouvirão choro de criança, porque menos de 3% dos leitos são ocupados por crianças.

Essa, talvez, seja a maior mudança que o Sistema Único de Saúde provocou, Moka, e que não é detectada por quem não vive, por quem não viveu esses dois momentos. A prevenção funciona, hoje, no Brasil.

Não morrem mais crianças desidratadas, como morriam, não é, Moka? Não morrem mais crianças

com infecção grave com muita frequência. Há uma prevenção, um cuidado antes que o mal se agrave. Antes que o problema se torne de internação hospitalar, a criança já é atendida.

As vacinas funcionam, o sistema de vacinação funciona, o pré-natal funciona. É claro que tem que melhorar, mas o que funciona, hoje, no Brasil já teve esse impacto extremamente importante e extremamente relevante.

Mas, o que vamos fazer? As crianças estão sobrevivendo mais. Mas o que vai ser dessas crianças e qual o significado que tem o cuidado na primeira infância?

Quero dizer às Senadoras, aos meus queridos amigos Senadores, que, talvez, o programa mais importante que possa ser feito na área social neste País é o programa de cuidado com a primeira infância. Estou dizendo isso não por “achismo”. Eu acho que as crianças são bonitinhas e tal. Não. Eu estou me baseando em evidências científicas.

Nos últimos 15 anos, a evolução do conhecimento científico nessa área foi, talvez, a coisa mais extraordinária que aconteceu no mundo, nas pesquisas, nas descobertas científicas do mundo. Conseguiu-se provar com evidências claras como se organizam a inteligência e as competências humanas. Não é só uma questão de sobreviver, de não estar desnutrido e de não ter doença. Não. É o desenvolvimento normal da criança, o desenvolvimento mais adequado que a criança tem que ter, porque é justamente nos primeiros anos de vida que ela adquire as competências que ela vai usar pelo resto da vida. Depois, não adianta mais; depois, é muito mais difícil tentar desenvolver alguma competência humana.

As grandes competências básicas para sobreviver e para viver no mundo se adquire até os três anos de idade, e isso depende de quem cuida das crianças. Não depende da evolução natural da criança; depende da interação dessa criança com o meio e com os cuidadores.

É isso que vou procurar mostrar um pouquinho para os senhores aqui, hoje. Mostrar por que é tão importante haver políticas públicas nessa área. Política pública na área da primeira infância tem um impacto maior do que qualquer outra política pública em qualquer outra faixa etária da nossa população. Isso quem diz não sou eu; quem o diz é o prêmio Nobel de Economia James Heckman, que, domingo, inclusive, deu uma entrevista de capa na *Folha de S. Paulo*. Ele está vindo aqui para um evento da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Secretaria de Direitos Humanos, que vai tratar desse assunto também, da primeira infância, na semana que vem – na outra semana.

Então, as evidências mostram que a política mais importante, de melhor custo benefício, que vai haver para o resto da sociedade é o cuidado no início da vida. Nos primeiros seis meses, desenvolve-se a visão. Se a criança nascer com catarata congênita – o Moka sabe disso –, ela tem que operar com dois ou três meses de idade. Se ela não operar, se deixar passar seis meses – esse é o período crítico em que se organizam as conexões no cérebro para a visão –, passou. Ela vai ficar cega para sempre, ela vai ficar com problema de visão para sempre. Pode operar depois, com sete meses, oito meses, mas não adianta mais.

Há momentos certos de desenvolvimento das competências humanas que nós temos que conhecer, que os políticos têm que conhecer, que os gestores públicos têm que conhecer, para poderem interferir e garantir uma qualidade de vida em grande escala – melhor em grande escala para a nossa sociedade.

A visão e a audição se desenvolvem nos primeiros dois anos de vida. Depois, se houver algum problema que não foi corrigido, não adianta corrigir mais. Vai ser muito mais difícil algum sucesso depois.

A empatia, a relação interpessoal, socioemocional, principalmente se se colocar no lugar do outro, se se entender o que outro está sentindo, desenvolve-se no período de apego, que vai do 8º mês ao 18º mês de vida. Se a criança for maltratada, negligenciada, abusada nesse período, ela vai ter transtornos para o resto da vida. E não adianta: “O sujeito é agressivo, é isso, é aquilo, não tem compaixão, não tem remorso”. Vai ver o que aconteceu com ele no início da vida. Nós trabalhamos muito com as consequências. Nós não trabalhamos com as causas dos transtornos, das questões mentais, inclusive.

Então, não estamos tratando aqui de um assunto qualquer, nem de um assunto simples. “Vamos cuidar melhor, vamos dar comidinha para as crianças que está tudo bem”. Não. Nós estamos tratando do período mais importante da vida do ser humano, do ciclo de vida do ser humano e que interfere em todos os outros períodos da vida.

Por isso que eu acho que falar em políticas públicas e legislação para a primeira infância, eu considero, na minha atividade parlamentar, a coisa mais importante que eu posso fazer no Parlamento. E quero compartilhar isso com as minhas amigas e meus amigos Senadores.

Vamos passar.

Acho que qualquer política pública que envolva novidades, descobertas tem que se basear em evidências; têm que ser coisas comprovadas. Não pode ser em cima do “achismo”. “O fulano acha que fazendo tal coisa...”. Não. O que dá certo, o que tem resultado

já comprovado cientificamente por pesquisas que podem ser reproduzidas, que podem ser replicadas? O que funciona?

Então, acho que qualquer política pública para a primeira infância tem que ser baseada em evidências científicas. Nós temos que ter uma referência que nos permita dizer: “Isso funciona”. O resto é opinião de cada um, porque, nessa área, também há muitas pessoas com opinião sobre tudo. Então, acho importante nos basearmos em evidências.

Segundo, tem que começar no início, começar na gravidez. Hoje, as nossas políticas educacionais, o MEC, estão universalizando – acho que é um avanço – a aprendizagem a partir dos quatro anos de idade. Mas quero dizer uma coisa: aos quatro anos, a criança já está pronta; o projeto do adulto já está prontinho. Nós temos que interferir antes, temos que interferir no processo mais rico: de organização do cérebro; de organização das competências; do corpo humano, que começa na gravidez.

Na segunda semana de gravidez, a criança não tem nenhum neurônio; o embrião não tem nenhum neurônio. São células-tronco que estão começando a se especializar. Na 2ª semana de gravidez, a mulher nem sabe que está grávida. Da 2ª semana de gravidez à 22ª, organizam-se 100 bilhões de neurônios que nós vamos trabalhar para o resto da vida. E, quando falo em neurônio, estou falando da célula mais importante do corpo humano. É uma célula especialíssima, é uma célula que produz um sinal elétrico. Ela se autoestimula, inclusive, ou recebe qualquer informação: seja uma imagem, seja um som, seja uma sensação de tato, uma sensação corporal; ela emite um sinal elétrico e manda para uma rede, e essa rede nos dá a percepção daquela sensação.

Esse neurônio é decisivo no processo de vida. Inclusive, hoje, sabe-se se uma pessoa está morta ou viva não porque o coração parou de bater, mas porque o cérebro parou de funcionar. Os neurônios pararam. Antigamente, parava o coração, e era a morte. Parou o coração, a pessoa morreu. Hoje, não. Hoje, sabe-se que o coração para, mas o cérebro continua funcionando por uns cinco minutos. Se massagear, se fizer respiração boca a boca, se fizer ressuscitação, se o cérebro não for afetado, essa pessoa ressuscita. A morte biológica é a morte do neurônio. Morreu o neurônio, acabou tudo – acabou na vida material.

Então, o neurônio é decisivo. Ele é a peça mais importante do equipamento humano e nos dá a característica humana, que nos diferencia dos animais. A complexidade de funcionamento dessa rede de neurônios nos diferencia.

Vamos para o seguinte.

Nesse momento em que os neurônios se organizam e que as células se conectam acontece um processo extraordinário. Os neurônios não existem isoladamente. Não existe uma célula neuronal sozinha. Ela sempre está em conexão; ela sempre está em rede.

Nós nascemos com uma média de 1.500 conexões por cada um dos 100 bilhões de neurônios. Com um ano de idade, nós teremos 18.000 conexões, em média. É um salto extraordinário pelos estímulos do meio, mas esses estímulos não começam quando nós nascemos; eles começam dentro da barriga da mãe. A criança ouve, começa a haver sons, começa a formar o aparato auditivo, começa a ouvir, começa a sensibilizar os neurônios, e esses neurônios vão formando redes.

Há um filme que acho muito bonito. É um filme de um vídeo chamado Vida antes da Vida. Se não me engano é francês – não sei se é francês ou franco-canadense; eu sei que ele é em francês.

Eu queria mostrá-lo só para vocês terem uma ideia da complexidade.

(exibição do vídeo.)

Elétrico. De um neurônio para o outro, vão-se formando novas conexões. Os neurônios, em 30 minutos, formam centenas de conexões novas. É um processo vivo, dinâmico, que acontece pelos estímulos. Ele vai formando uma rede fantástica. Vocês imaginam: um adulto tem em média 15.000 conexões por neurônio. Existem 100 bilhões de neurônios. Vocês calculam que rede é essa!

(continua a exibição do vídeo.)

Então, esse processo é riquíssimo, e a velocidade dele é máxima no início; depois, ao longo da vida, vai caindo. Isso é o processo da formação de memória.

Como é que se forma a memória? Como é que nós formamos a nossa memória? Cada vez que vemos uma informação nova, o nosso cérebro vai formando novas conexões para armazenar aquela informação, para fazer o arquivo daquela informação. Essa é a memória. Ele forma uma rede específica para aquela memória. Quando aquela rede é estimulada por algum motivo, nós evocamos toda aquela sensação; nós nos lembramos de toda aquela sensação de novo. Ele vai formando bilhões de arquivos, que vão sendo formados no cérebro. E esse processo, leva, em nove meses, ao cérebro. Só que, aos nove meses, quando nós nascemos, o cérebro não está completo. Ele não está maduro. Nós temos um cérebro tão complexo que nascemos prematuramente – mesmo nas 40 semanas. Ele ainda continua, durante uma longa infância, organizando-se muito rápido no início; depois, menos rápido.

Então, qualquer dano, qualquer cuidado inadequado a uma criança vai ter uma influência muito maior do que se for a um adulto. Uma criança maltratada,

negligenciada, abusada vai deixar, inclusive, de formar redes neuronais importantes; vai deixar de estabelecer conexões entre a parte racional e a parte emocional e vai ter problema para o resto da vida.

Então, esse é o processo mais importante para entendermos como é que as políticas públicas podem impactar nisso.

Vamos ao seguinte.

Tem que ser um atendimento integral. Eu estou dando bases gerais do que eu acho que tem que ser a legislação. É claro que o ECA trata disso com bastante pertinência, mas por que nós criamos a Frente Parlamentar da Primeira Infância? Porque o ECA – e existe a Frente da Criança e do Adolescente – trata de maneira global o assunto. Ele não tem um foco específico na primeira infância. E a Frente Parlamentar da Criança e do Adolescente, Senadora Lídice, passa mais tempo discutindo adolescente do que qualquer outra coisa. É o problema da maioridade penal, é um monte de coisas, e a primeira infância fica em último plano para discussão, quando eu acho que ela deveria ser a coisa mais importante para ser discutida.

Então, nós temos que aperfeiçoar a legislação na direção de os cuidados comecem na barriga da mãe, basearem-se em evidências, e deve-se trabalhar de maneira integral.

Vamos para o seguinte.

O que vou falar aqui é evidencia científica, pesquisa científica. O Kandel – e o Jessell –, que trabalha muito com a questão da plasticidade cerebral, que é essa capacidade de formar novas conexões, diz o seguinte: “O detalhamento da formação da rede de neurônios do cérebro é dependente de interações específicas com o meio ambiente. A influência do ambiente no cérebro muda com a idade. Profundos efeitos ocorrem nas fases iniciais do desenvolvimento pós-natal”.

Então, o que acontece? O cérebro é ecológico. Ele nasce com um programa, ele já tem um programa – ele não nasce como uma coisa em branco, uma tela em branco – para aprender com determinados estímulos, para ir capturando esses estímulos, armazenando e dar uma resposta, e para aquele indivíduo cada vez responder melhor àqueles estímulos e formar a memória.

Vamos adiante.

As vias cerebrais que afetam a capacidade de ler e escrever, o comportamento e a saúde se organizam muito cedo no cérebro humano. Os cuidados que se tem com uma criança ou a falta de cuidados que se tem com uma criança nos primeiros três anos de vida vai interferir na capacidade cognitiva – ler e escrever –; vai interferir no comportamento, vai alterar o comportamento para o resto da vida e vai interferir na saúde.

Depois, vou explicar o porquê. Isso é o Fraser Mustard, que é um grande pesquisador canadense, que tem um trabalho científico maravilhoso nessa área.

Vamos adiante.

Aí é para vocês terem uma ideia das conexões.

Essa primeira coluna aqui são as conexões. Aquele bolinha maior é o neurônio; os filetes são os axônios, os dendritos que saem do neurônio para estabelecer conexões.

Então, a criança, quando nasce, tem poucas conexões. Com três anos de idade – que é aquela coluna do meio –, ela já tem uma rede incrível; ela tem o mesmo número de neurônios, mas tem uma rede incrível de conexões pelos estímulos que ela teve: visuais, de cor, forma, movimento, parte de sons.

Essa parte aqui, então, mostra essa rede intrincada que já existe; complexa, que já existe, em função das informações. A criança nasce para aprender com o mundo. O período em que mais se aprende é nos primeiros três anos de vida. Nunca mais na vida nós vamos aprender tanto quanto nos primeiros três anos, porque nós aprendemos o mundo: aprendemos o som, a cor, a forma, aprende-se o calor, o frio, o medo, a raiva. Tudo isso são programas que vão sendo trabalhados e que vão formando conexões.

E aqui já é na puberdade. Na puberdade, acontece um fenômeno inverso; na puberdade, o cérebro começa a deletar, a apagar conexões que não são muito estimuladas. Tudo o que foi estimulado até os 9, 10 anos fica; foi bem estimulado. O que não foi muito estimulado ele deleta para ser mais eficiente, para dar respostas mais eficientes e mais rápidas.

Então, um adulto tem a metade das conexões cerebrais que tem uma criança de três anos; quer dizer, como é rico esse processo no início.

Vamos adiante.

Aqui, nessa parte de baixo, está a idade, e, na coluna, está o número de conexões, de sinapses. Esse ponto de contato entre os neurônios são sinapses. Isso aqui, avaliando-se com substâncias marcadas radioativamente.

Então, vocês veem que o pico é aqui, ao redor dos quatro até os seis anos de idade. Depois, vai diminuindo o número de conexões, e o cérebro fica especializado. Aprende-se a falar uma língua sem sotaque até os nove anos de idade. Depois dos nove anos de idade, só com sotaque da prosódia materna, que aí há menos possibilidade de se trabalhar a prosódia.

Vamos adiante.

Todo o processo tem que envolver a família. Nos primeiros três anos de vida, não é a creche que resolve sozinha. A família tem que saber, tem que dominar o assunto; a família tem que entender, tem que

estar bem-informada para ajudar aquela criança a se desenvolver. Então, não adianta só levar à creche se na casa ela não é estimulada, ou se a família não dá bola, ou se maltrata a criança, de alguma maneira negligencia a criança.

Assim, não há como fazer um desenvolvimento adequado na primeira infância se a família não estiver bem-informada nesse processo. Portanto, qualquer programa público tem que trabalhar a visita domiciliar, o envolvimento da família.

Vou falar com a experiência de oito anos como secretário de saúde estadual, de quem já teve gestão nacional, gestão como prefeito: não há nada melhor do que os programas de visita domiciliar. Não adianta ficar esperando a mãe procurar. Se uma mãe é pobre, é mal-informada, a vida dela é uma tragédia. E ficar esperando ela saber a quem procurar e em que momento tem que procurar, não. Tem que haver um representante do Poder Público, capacitado, que vá à casa dela, no mínimo semanalmente, acompanhar, ver como está o desenvolvimento da criança, fazer a ponte com todas as políticas públicas, dar uma proteção integral àquela criança, mas sempre orientando e educando a família, envolvendo as competências familiares para cuidar melhor daquela criança.

Vamos adiante.

Esta é uma criança com três meses, que tem um programa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meu querido Senador – Senador! – Osmar Terra, deixe-me interrompê-lo, porque está chegando muita, muita gente para assistir ao nosso debate. Gostaríamos de informar que, aqui ao lado, no corredor, primeira porta, Sala 19, há um telão, e, neste momento, estamos transmitindo ao vivo para todo o Brasil.

Fiquem à vontade para assistir aos painelistas no telão.

V. Ex^a tem mais cinco minutos, Senador. Ele está gostando do Senador, ele disse!

O SR. OSMAR TERRA – Se eu tiver o País de cabo eleitoral, então, vai ser uma maravilha!

Esta é uma criança de três meses reagindo não ao que a mãe fala, mas à expressão do rosto, ao tom de voz e à posição corporal, à mímica corporal. Ela, na verdade, sente o que a mãe está sentindo. É um programa que ela tem. É um programa pronto que ela tem de perceber, de sentir o que a mãe sente. Se a vida dela depende em tudo daquela pessoa, quando a mãe faz essa cara de zangada ou de brava, a criança duplica os batimentos cardíacos. Ela entra em estresse.

Imaginem durante o dia, se houver negligência, o não cuidado com essa criança, a mãe zangada, brigando com essa criança, nem precisa bater, só o

maltrato não físico a essa criança já causa um dano terrível. Ela tem que ter essa interação, tem que ter a segurança emocional para organizar as conexões na área emocional do cérebro e as conexões dessa região com a região racional.

Vamos adiante.

O padrão de estresse que teremos ao longo da vida é organizado na primeira infância. Aí vem a razão da questão da saúde. O Fraser Mustard, que é um dos maiores pesquisadores do mundo nessa área, da Universidade de Toronto, começou como médico pesquisador de risco cardíaco. Foi ele quem descobriu que o AAS, Moka, pode ser usado para prevenir infarto; que a aspirina, mesmo em pequenas quantidades, é um anticoagulante. Ela diminui a coagulação do sangue, a formação de trombos. Mas, pesquisando isso, descobriu que o maior risco para o problema cardíaco é o tipo de personalidade que a pessoa tem, o padrão de estresse que ela tem. Se ela se estressa por qualquer coisa, está sempre com o coração disparado, está sempre em pânico, está sempre achando que o mundo vai acabar amanhã, tem um risco muito maior do que a pessoa que é calma, tranquila, enfrenta as dificuldades com tranquilidade.

Então, ele começou a pesquisar: “Bom, mas quando é que se forma esse padrão? Como é que duas pessoas, diante de um mesmo problema, reagem de formas muito diferentes? Quando é que isso se organiza no cérebro humano, na mente humana?” E aí chegou à primeira infância, passando a se dedicar só a estudos da primeira infância. Ele mostrou que esse padrão de estresse, a maneira como reagimos diante das dificuldades, organiza-se lá nos primeiros anos de vida. Pode passar.

Uma cuidadora abusiva que não somente não brinca e interage menos com a sua criança também induz a um estado traumático de efeito negativo duradouro, porque ela não acalma a criança, não proporciona um consolo interativo. Os estados emocionais intensamente negativos da criança duram longos períodos de tempo. Isso tem uma consequência trágica. Não é só a questão de maltratar a criança. A negligência.

A criança tem um programa de sobrevivência. Ela depende daquela pessoa para alimentá-la, limpar o cocô, secar o xixi, trocar sua roupa quando está com frio. Ela depende de tudo. Dentro do programa de sobrevivência, quando a pessoa não faz isso, não dá atenção para a criança, soa um alarme. Esse alarme aumenta o estresse da criança, vai criando um padrão de estresse alterado e aumenta uma substância chamada cortisol. O cortisol, que é um dos hormônios liberados no estresse, é um destruidor de neurônios. A criança nasce sadia, com o cérebro inteirinho e terá

lesões cerebrais, neurônios que vão desaparecer, conexões que vão desaparecer pelo cortisol elevado durante longo tempo.

Então, a negligência com a criança também causa um dano enorme, mesmo que o cuidador não saiba disso.

Vamos adiante.

O aumento de glicocorticóide induzido pelo estresse no período pós-natal imediato induz à morte neuronal nos centros afetivos – essa é uma pesquisa do Katon de 1989 –, criando um circuito límbico anormal. Límbico refere-se à parte emocional. O cérebro emocional é o sistema límbico. Cria também danos permanentes no direcionamento de emoções e canais adaptativos. Uma criança maltratada no início da vida é potencialmente um indivíduo muito agressivo e violento na idade adulta. E sem compaixão, e sem remorso, o que é mais sério.

Agora está estabelecido pela pesquisa que os fatores de estresse social provocados pelos cuidadores são mais deletérios a longo prazo do que os estímulos agressivos não sociais. Não é o fato de a criança ser pobre, não ter muito brinquedo em casa que faz com que ela não se desenvolva de maneira adequada. É quem cuida dela. Se ela for bem cuidada, mesmo não tendo brinquedo nenhum, se tiver uma mãe amorosa, que inventa brincadeiras, interage com ela, dá atenção a ela o tempo todo, ela se desenvolve bem. Se ela tiver todos os brinquedos do mundo, mas uma mãe e uma babá que nem olham nos olhos dela, não adianta; ela vai ter problemas para o resto da vida.

Vamos adiante.

Este é um trabalho do Tremblay, mostrando a agressão, as raízes da violência. As raízes da violência estão na primeira infância. O indivíduo violento não se torna violento na idade adulta. Ele já chega à escola, na primeira série do Ensino Fundamental, com todo o potencial de violência que ele terá futuramente. Isso acontece no início da vida. O período em que somos mais agressivos é aquele em que começamos a interagir socialmente, quando a criança ainda não tem o limite. Tudo é dela; a disputa do brinquedo, a disputa do espaço.

A criança tem um número de agressões por hora enorme. Se ela pesasse 100 quilos e andasse armada, seria uma chacina por dia em tudo que é lugar, em tudo que é creche. A sorte é que ela é pequeninha e não tem força; o soquinho dela não machuca tanto.

Mas vejam a curva de agressão que ocorre nos primeiros três anos de vida. Olhem o pico. Depois, com os cuidados, vai diminuindo essa agressividade. Há outro pico na adolescência. Esse, sim, dá registro policial; esse, sim, dá registro médico. Por isso que

aparece muito mais, mas o período mais agressivo é no início da vida. E quanto mais e melhor cuidado ela tiver, menos violenta será.

Vamos adiante.

Esta é a curva do crime, mostrando que é no período da adolescência que se comete o maior número de crimes. Não é depois dos 30 anos de idade.

Vamos adiante.

Uma criança maltratada no início da vida terá problemas escolares, mais facilidade de usar drogas, álcool, de fazer sexo precocemente, de ser mais violenta, de ter depressão, desemprego e pobreza. Então, isso também tem um impacto social muito grande.

Vamos adiante.

É importante dizer que a agressividade é inata. Todos nós somos agressivos. Essa história do bom selvagem, só o Rousseau mesmo para acreditar que todo mundo nasce puro, bonzinho. Quem tem criança pequena sabe que não é assim. Na verdade, a sociedade é que civiliza, que torna a pessoa menos agressiva. São os cuidados que tornam a pessoa menos agressiva.

Vamos adiante.

Este olhar diz tudo. É o olhar sustentado da mãe. O cuidado da mãe, a atenção para a criança organiza o cérebro dessa criança para sempre.

Vamos adiante.

E o envolvimento da comunidade é extremamente importante. Não adianta só a família cuidar se não se dá bola para a criança fora de casa.

Pode passar.

Considerando-se as despesas com educação, assistência social, crimes, sistema prisional e ganhos salariais, para cada dólar investido em programas de cuidado precoce para crianças, economizam-se US\$7,16 até a idade de 27 anos e US\$12,90 até os 40 anos – esses números são resultado de um trabalho do Prêmio Nobel de Economia, James Heckman.

Vamos adiante.

Quanto mais diminui a velocidade de formação de novas conexões no cérebro, maior é custo dos programas sociais para terem algum resultado.

Vamos adiante.

Estas são crianças da Romênia, que foram muito mal cuidadas durante um período pelo governo de Ceausescu.

Vamos adiante.

Este aqui é o cérebro de uma criança romena, uma órfã da Romênia, e o de uma criança da Europa, bem cuidada. Vermelho e amarelo indicam maior atividade cerebral. Há verdadeiras lesões cerebrais – provavelmente pelo cortisol aumentado. Essa criança – isso aqui já é na adolescência – vai ter problemas pelo resto da vida.

Vamos adiante.

Este aqui é um cérebro. O que está em vermelho é lesão, está lesado no lobo frontal aqui. Este aqui é o cérebro de um indivíduo normal. Este aqui nunca matou ninguém; este aqui é um assassino múltiplo.

Vamos adiante.

Os programas e políticas têm de ser para todos, começando pelos mais pobres. Se não há dinheiro para todo mundo, começa-se com o pessoal que está abaixo da linha de pobreza.

Lá no Rio Grande do Sul, nós criamos um programa, que é o Primeira Infância Melhor. Hoje nós temos 100 mil crianças que são acompanhadas em casa semanalmente por visitantes especialmente treinados para isso – não são agentes comunitários de saúde. Cada visitante acompanha 25 famílias até a criança fazer seis anos. Ele vai orientando, educando a família para cuidar melhor da sua criança. É um programa apoiado pela Unesco e por várias entidades.

Quero dizer, Senador Paim, que o Governo Tarso Genro continuou o programa, inclusive com o mesmo nome, uma prova de postura republicana, de preocupação com as crianças. É importante fazer este registro, porque é um programa que já entrou no terceiro governo. Normalmente, quando o governo muda, acabam com todos os programas. Lá no Rio Grande do Sul, esse programa já está no terceiro governo, e está com 100 mil crianças semanalmente acompanhadas em casa.

Vamos adiante.

Está sendo feita uma avaliação agora, por uma equipe do Heckman, sobre o impacto que essas crianças têm na escola, na parte cognitiva. Deve sair o resultado agora no início do ano.

São necessários incentivos também para a parceria público-privada. Empresas que adotam programas de primeira infância, creches e tal, têm de receber um incentivo para capilarizar, para aumentar a abrangência disso.

Mais alguma coisa?

Avaliação permanente. Tem de avaliar, tem de haver resultados, evidências de que está funcionando aquele jeito de atender.

Pode passar.

É isso aí. Então, acho que podemos trabalhar com políticas públicas. Temos de avançar na legislação do ECA, que é boa, mas temos de avançar mais com foco na primeira infância. Acho que, assim, produzimos impacto no resto todo. Não existe política social com maior impacto do que essa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi o Deputado Osmar Terra, que é médico, foi Secretário da Saúde do Rio Grande do Sul, e coordena a Frente Parlamentar da Primeira Infância da Câmara dos Deputados.

Quero registrar mais uma vez que há uma sala aqui ao lado com um telão – não há cadeiras para todos os nossos convidados.

Prestigiam este evento – participam também de outras reuniões, motivo pelo qual muito lhes agradeço – o Senador Roberto Requião, Presidente da Comissão de Educação; Senador Jayme Campos, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais; e os Senadores Waldemir Moka, Lídice da Mata, Cyro Miranda, Benedito de Lira, Walter Pinheiro – S. Ex^a esteve aqui – e Inácio Arruda.

Passamos a palavra neste momento ao Sr. Bernardo Martino, cineasta e autor do documentário *Lo czi*, uma Casa onde Crescer – não vou pronunciar em francês, mas aqui diz que é da França.

Por favor, está com a palavra o Sr. Bernard Martino.

Muito bem, La Rochelle, França.

O SR. BERNARD MARTINO – (*Tradução simultânea.*)

Bom dia senhoras e senhores; bom dia Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de lhes falar desse filme que fiz em 1983 – ele vai projetar a palestra.

Esse foi um filme que fiz em 1983, numa época em que, pelo menos no meu país, o bebê era considerado, majoritariamente pelo conjunto de profissionais, com a exceção de alguns, como tubo digestivo que deveria ser alimentado, em horas fixas, e que isso bastava para a felicidade do bebê.

Esse filme teve por objetivo mostrar que o bebê não é um tubo digestivo, mas é uma pessoa. E a questão, então, vertiginosa, foi a de saber em que momento tem início a noção de pessoa. O bebê começa a ser uma pessoa no momento em que nasce? Será que ele já é uma pessoa no útero materno, quando ele acorda? E o corolário, pelo fato de ser uma pessoa, quando desperta a consciência, a consciência do mundo que o envolve, a consciência das grandes questões e as questões do que ele vai ser com as pessoas que estão à sua volta.

Quando começa essa consciência? Desse ponto de vista, eu ouvi o que foi dito pelos palestrantes e estou de acordo em muitas coisas. Mas eu diria que, na minha experiência, os pesquisadores em neurociência e os clínicos ficam correndo uns atrás dos outros e verificam as intuições dos clínicos, e os clínicos ficam contentes de ver que os neurocientistas estão confirmando um certo número de coisas que eles in-

tuíram. Então, podem verificar a validade disso em suas clínicas.

Eu diria que a questão de se saber quando o bebê é uma pessoa é um pouco como a aposta de Pascal. Se vocês se lembram disso, é a ideia de dizer que, se você acredita em Deus, você aposta que Deus existe. Se Ele não existe, vocês não vão ter perdido muito, mas, se ele existe, vocês ganharam tempo.

O que eu acho criativo em termos de saúde mental, em termos de primeira infância é partir-se da ideia de que temos à nossa frente, sempre, em qualquer idade do bebê, uma pessoa capaz de interagir conosco, com o mundo que está à sua volta, que tem desejo de fazê-lo, que tem desejo de se comunicar e que quer interagir com os adultos. E esse desafio sempre vale a pena. Acredito que a melhor prova é quando se vai ao serviço de neonatologia, onde se vê bebês que dizem que ainda são fetos, porque eles não deveriam ter nascido ainda, e as pessoas que se ocupam desses prematuros extremos já têm consciência de que aquele bebê é capaz de compreender, de ouvir, de interagir no seu nível de desenvolvimento com os meios de que dispõem. Dessa forma, eles podem se relacionar conosco.

Desejar prevenir, desejar começar uma ação terapêutica, pensar no futuro desses bebês já é tratá-los como pessoa.

Quando partimos do princípio de que o bebê é uma pessoa, chegamos rapidamente a um ponto que tem consequências políticas consideráveis, e essa encruzilhada é: se eu tiver à minha frente uma pessoa incompetente, que depende completamente de mim, adulto, para tudo o que envolve seu desenvolvimento ou se eu tiver uma pessoa competente, isso quer dizer que não podemos fazer nada sem nos apoiarmos naquilo que eu, bebê, sei fazer, naquilo que estou pronto a fazer e no fato de que é preciso que me deixem fazer. Eu não dependo completamente, totalmente dos adultos à minha volta. Eu, bebê, tenho as minhas competências; eu tenho desejo de aprender o mundo muito precocemente, eu desejo interagir com o mundo, eu tenho desejo de aprender, não tenho realmente necessidade de que os adultos decidam em meu lugar, eu não preciso que os adultos me estimulem artificialmente; mas posso ter necessidade, ao contrário, que eles tenham tempo para ver e descobrir a pessoa que eu sou, aprender a pessoa que eu sou, confiar e mim, apoiar-se em mim para, eventualmente, modificar aquilo que não é funcional no meu meio imediato. E, como sou cineasta e acredito que não tenho muito tempo para falar e, como dizia McMahon, um político célebre no meu país, nós temos muita pressa, então, vamos devagar.

Não vou tentar contar muitas coisas, mas vou tentar mostrar imagens, principalmente vou lhes mostrar uma sequência que ilustra muito bem aquilo que estou tentando transmitir a vocês. Dizer que o bebê é uma pessoa é escrever em dois níveis: é questionar-se sobre a prevenção extremamente precoce e dizer que estamos num momento de extrema plasticidade das situações. Estamos em situação em que a menor intervenção, a intervenção mais insignificante decorre de uma espécie de osteopastia relacional, e não de uma reeducação funcional dos músculos e do corpo. Pode haver um impacto considerável no futuro da pequena pessoa que temos à nossa frente.

Eu gostaria de lhes mostrar um pediatra, o Dr. Maurice Titran, que encontrei nessa época, que fazia visita nos três primeiros dias na maternidade – Laurista pode confirmar isso. Era uma visita, em princípio, destinada a verificar se o bebê tinha todo o equipamento neurológico, se ele era um bebê bonitinho, correto, mas ele se dava conta de que isso era uma perda de tempo, porque 99,98% dos bebês iam muito bem, tinham todo o seu equipamento neurológico, e ele estava perdendo tempo fazendo esse exame.

Então, ele ia aos quartos com outra intenção, a de fazer o exame neurológico do bebê, mas ele tentava, nessa situação, ver o nível relacional ou uma coisa que não batia entre a mãe e a criança, que parasitava essa relação, que era necessária. As pessoas que reconheceram que era uma coisa fundamental a relação com a mãe.

Françoise Dolto, que era uma grande especialista francesa em matéria de psicanálise e de pediatria, dizia que um bebê passa nove meses na barriga da mãe e passa, depois, nove meses nos braços da mãe, no colo da mãe, para continuar, para terminar de crescer; um pouco a qualidade da relação que se estabelece entre mãe e criança, para que a criança continue a crescer depois.

Então, ele entrava nos quartos das mães, prestando muita atenção a tudo que poderia ser uma disfunção, sabendo que estávamos num momento extremamente sensível. Uma coisinha podia inverter o destino da criança.

Eu gostaria de mostrar um extrato do trabalho desse pediatra, Maurice Titran. Vou pedir que vocês vejam essas imagens em dois ângulos: no ângulo do trabalho de prevenção feito pelo pediatra nos três, quatro minutos que vou mostrar e também a evidência das competências desse bebê, evidência que faz com que o pediatra coopere com esse bebê, colabore com esse bebê, para tentar modificar o modo como a sua mãe o vê, como a mãe pensa o seu bebê e como a mãe o vivencia.

Esperando que toda essa tecnologia aqui vá funcionar, é um extrato muito curto, na maternidade de Roubaix, na cidade de Roubaix, na França.

Este bebê, para quem ainda não dávamos qualquer atenção, Maurice Titran percebe que ele tem a chave de tudo. É ele que tem o poder de nos dizer se alguma coisa não está funcionando ou se tudo está indo bem. É o bebê e somente o bebê que pode tranquilizar o médico sobre o seu estado de saúde e a mãe, quanto às suas competências de mãe. E, para isso, nós temos de escutá-lo de forma respeitosa. É preciso ter fé, acreditar na sua capacidade de compreender o mundo, o mundo que o envolve, a situação, a sua situação e os pais que tem.

Françoise Dolto foi a primeira pessoa que me disse que todas as crianças que nasciam deviam ser adotadas pelos seus próprios pais, na medida em que toda mulher sonhou com esse momento e quando ela, na maternidade, mede, avalia a diferença entre o sonho que ela tinha, aquele bebê de sonho que ela esperava, e a criança real que ela tem, precisamos reconhecer que existem mães que têm uma grande decepção. É preciso reconhecer isso.

Estamos começando aqui. Então, vamos olhar para ele em conjunto, se vocês estiverem de acordo. Ele já abriu um pouco os seus olhinhos. Ele já olhou para a senhora? Vamos ver aqui. Ele vai abrir os olhinhos. Ah! É difícil isso! Um sorrisinho! Vamos abrir os olhinhos bem devagarzinho. A pálpebra está um pouquinho coladinha, a da direita. Isso acontece logo depois do nascimento. “Como é que foi o parto?” “Foi doloroso, mas tudo se passou bem”. “Por que, foi muito rápido?” “Não, mas eu achei que o bebê seria maior. Eu acho o bebê pequenininho”. “Como ele se chama?” “Alexandre”. “Alexandre? Um bonito nome”. “Que efeito faz ter dois meninos?” “Bom, temos que aceitar”. “A senhora tinha uma menininha?” “Eu teria preferido uma menininha”. “Antes do nascimento a senhora não sabia?” “Sim, eu sabia que era um menino”. “Ah, já tinham dito para a senhora. Então me conta como foi a ecografia”. “Eles perguntaram se eu queria saber, e aí eu fiquei um pouco decepcionada quando disseram que era... Fiquei um pouco deprimida. Eu vi que meu marido tinha que fazer tudo em casa. Eu tinha vontade de ter uma menina e, então, saber que era outro menino, realmente, por 20 minutos, eu tive uma grande decepção. Aquele mundo, aquele sonho veio abaixo”. Há mães que dizem: “Foi como se eu tivesse perdido a minha filhinha. Era como um luto”.

E aí é preciso renascer um pouco a partir dessa grande decepção. Essa decepção é bastante importante. “É, foi bastante difícil”. “Mas, a partir dessa decepção muito difícil, aos pouquinhos, você vai integrá-lo”. “Isso,

no início, foi difícil. Eu levei uns três dias para aceitar que era um menino mesmo”. “Mas veja só que lindo bebê que a senhora fez com toda a coragem. Que bela mamãe, que boa mamãe, que grande qualidade! Tem cinco horas esse bebezinho. Ele se chama Wesley. Ele é muito bonito. Vamos levantar a sua cabecinha, meu menino. Mamãe foi muito corajosa. Ah, olha só, os olhinhos estão se abrindo. Wesley!”

Depois que esse luto pôde ser mencionado, os olhos se abrem, os olhares se cruzam. Já podemos ver aqui uma história de amor entre vocês dois. É uma história muito bonita, Sr^a Sarah.

Wesley, abra os olhinhos, Wesley! Vamos! (*Palmas.*)

O que eu quis lhes dizer com esse pequeno trecho é que, quando podemos filmar esse tipo de imagem e tentar refletir sobre aquilo que estamos assistindo, nós nos engajamos em alguma coisa que é fundamentalmente política, ou seja, o que vamos fazer com isso? Em primeiro lugar, na minha experiência, vamos encontrar resistências consideráveis, ou seja, vai haver muitas pessoas, principalmente profissionais e os grandes mandarins da medicina que vão negar isso e dizer: “Estamos aqui, isso aqui é uma coisinha infantil, é uma fantasia, isso não faz sentido, isso não existe”. As pessoas não vão querer se engajar nisso.

Eu me lembro que, quando acompanhei a consulta de Maurice Titran – e fiz assim durante vários dias; nesse gênero de visita, imagino que é a mesma coisa –, havia todo um grupo de estudantes de medicina em volta do professor, que seguia a visita. Assisti a várias das suas magníficas visitas – considero-as magníficas. É muito bom vê-las. Cada vez eu me virava para os estudantes pensando que iríamos compartilhar pelo olhar a magia daquilo que tínhamos visto, daquilo que havia ocorrido, e víamos estudantes que nem tinham escutado, que não estavam absolutamente interessados, porque para eles não havia nada de médico, não havia um estetoscópio, não havia agulhas, não havia um exame neurológico ou físico, não havia acontecido nada. “Vamos para o quarto seguinte”.

Esse é um problema verdadeiro e muito real. Quando estamos nesse aspecto de considerar o bebê como uma pessoa, situamo-nos numa coisa infinitesimal no nível do que é prevenção, do que é tomar conta, do que é ocupar-se, do que é uma intervenção psicossocial.

Eu me lembro, só para lhes dar uma ideia, da diferença entre o sistema mediático-político, para ser um pouco caricatural, do que é importante no campo da primeira infância.

Em 1994, pude entrar na Escola Ortogênica, em Chicago, que é dirigida por Bruno Bettelheim. Havia

crianças extremamente doentes, mais gravemente atingidas sob o ponto de vista de doenças mentais, autistas, psicóticos etc.. Bettelheim não queria nos dizer o que essas crianças tinham, mas ele nos dava algumas indicações sobre a gravidade do estado delas. Num certo momento, ele nos fala de uma menina que tinha sido trazida por seus pais a Chicago, vinda não sei de onde – da Califórnia, talvez. Eles tinham parado o avião porque ela berrava muito. Tinham feito uma escala porque as pessoas não aguentavam no avião. Sua mãe tinha relações episódicas com diferentes homens, e um dos homens que tinha encontrado a assassinou a facadas. Essa menina ficou durante três dias banhada no sangue da sua mãe, na cama da mãe. Foi encontrada por outras pessoas depois de três dias. Eu, neste momento, pensei: “Bom, ela é incurável”. Bettelheim me disse: “Não, ela não é incurável, porque sua mãe a amava”.

Então, estamos com registros completamente diferentes. Eu era como todo mundo. Via o lado espetacular da coisa, da cena, o sangue, o contexto. Mas a realidade era: “Não. O que podemos trabalhar? No que podemos nos apoiar para termos uma oportunidade, uma chance de trazer essa menina de volta à vida?” Mesmo muito brevemente, mesmo por um tempo que a menina não se lembraria, que seria coberto pela amnésia infantil, alguma coisa essencial havia se passado entra a menina e a mãe: era o amor.

Lembro-me que Bettelheim escreveu um livro chamado *O Amor não é o Bastante*. Depois, quando nós nos confrontamos com essa ideia de que o bebê é uma pessoa, tornamo-nos, em algum momento, o advogado desse bebê. E encontramos numa situação de dever resistir, em seu nome, às pressões que o mundo dos adultos opera sobre ele, especialmente em relação a uma questão fundamental: o não respeito do ritmo do bebê, do tempo do bebê.

Com muita frequência, no mundo onde vivemos, damos ao bebê o tempo que nos resta. Esse tempo dedicamos ao bebê. E vivemos num mundo que é cada vez mais rápido, cada vez mais exigente. Evidentemente, no mundo onde vivemos, é o bebê que incomoda, porque economizamos o tempo no bebê; tentamos recuperar o tempo que nos está faltando no tempo que deveríamos nos dedicar ao bebê. E esta é uma grande questão para se dizer: “Não, o desenvolvimento psicomotor do bebê não pode ser infinitamente comprimido. O tempo que ele precisa é o tempo que devemos consagrar a ele”.

É preciso que todos estejamos extremamente conscientes de que se não consagrarmos esse tempo, ele vai ter problemas. Vão existir disfunções. Vamos pagar por isso coletivamente, socialmente e em ter-

mos de violência; violência contra si mesmo, violência contra os outros, contra terceiros. É como um buraco na camada de ozônio. Vamos fazer um buraco na camada de ozônio se não dermos às crianças o respeito que lhes é devido.

É preciso não confundir o respeito que é devido a uma criança com o fato de satisfazer os caprichos da criança. Deve-se avaliar a realidade das suas necessidades primárias para crescer e, especialmente, a questão do tempo que é preciso; compreender que o tempo da maternidade não pode ser encurtado, não podemos acelerar o aprendizado, reduzindo o tempo da maternidade, se não, vamos pagar em termos de problemas compulsivos, em termos de dislexia, de disfasia, em termos de problemas alimentares, de problemas de sono, de problemas de comportamento, Esse será o preço a ser pago.

A realidade das coisas é essa.

Não desejo falar, nem me estender muito. Eu não conseguiria, de qualquer modo, dizer tudo o que eu gostaria, mas é verdade que, em relação a tudo o que realmente descobri como homem, como cineasta, eu não tinha essa ideia de que o bebê era uma pessoa. Mas, depois de um certo número de meses, perguntei-me: “Será que existe no mundo um local onde a ideia de que o bebê é uma pessoa não seja uma coisa no ar? Um pouco, vamos dizer, *hare krishna, hare krishna*, o bebê é uma pessoa, o bebê é uma pessoa!” Não, não estamos no modo de uma encantação. Existe um local onde existe uma realidade tangível, concreta, praticada pelos profissionais que envolvem esse bebê.

Foi aí que descobri um local que se chama Instituto Pickler, em Budapeste, na Hungria, a 9 mil quilômetros daqui, que batizamos com o nome de “pequena rua”.

Esse local era um orfanato, uma creche. Ela foi, durante muitos e muitos anos, uma creche para bebês incrível, porque conseguiram constantemente cuidar das crianças, que desconfiavam que eram órfãos abandonados pelos seus pais, colocados lá por decisões judiciais, ou seja, crianças que, no resto do mundo e no resto das instituições, onde se ocupam esse tipo de criança, são sistematicamente crianças que fracassam.

Eu me lembro de encontrar a diretora de uma creche francesa, que me dizia: “O meu terror, de manhã, quando acordo e tomo o café, é abrir o jornal, porque são todos meus antigos pupilos que estão lá nas colunas”.

E esse fracasso existe em tudo que é local. Há essa balança em carências terríveis. Essas crianças têm sequelas dessas carências afetivas que não conseguimos vencer. E, nesse local específico, em Budapeste, eles conseguem. Como conseguem? Graças a

uma aposta feita por uma mulher, pediatra, que não era uma especialista na infância marginalizada, a Dr^a Pickler, que começou os seus estudos depois da Guerra de 1914 a 1918, que foi uma matança. Ela começou a trabalhar com a infância e a aprender o seu ofício no contexto de uma época em que todo mundo se dizia: “Nunca mais! Nunca mais essa mortandade, nunca mais esse horror, nunca mais essa carnificina!” Queriam dizer: “Vamos mudar o futuro das crianças que vão nascer, fazer com que elas não sejam mais a replicação constante dessa violência. Isso deve começar já!”

Como pediatra, numa cidade, ela fez uma coisa que na época, anos 1930, era absolutamente alucinante. Ela já tinha a noção de que o bebê era uma pessoa e ela fazia uma coisa bastante extravagante como prática clínica. Ela ia as casas e trabalhava com os pais para ver os bebês. Ela convidava-os a ver os bebês de outro modo, a compreendê-los de outro modo, a imaginá-los de outro modo, a ter uma relação com eles e, principalmente no plano de desenvolvimento funcional e psicomotor, ela convidava os pais a observar mais os bebês, a intervir muito menos e a aprender com o bebê quais eram as suas necessidades.

Dizem-me que só tenho um minuto.

Quando ela teve a responsabilidade dessa creche que vocês chamam de abrigo, ela se apoiou nessa noção que tinha do bebê e disse: “O bebê que chega aqui é psicicamente, mentalmente, em algum ponto dessa situação, traumatizado, mesmo os pequeninos, mesmo vindo diretamente da maternidade, pela violência, pelo abandono, pelas violências sexuais. Eles estão nessa situação. O que posso fazer para que ele relaxe, para que ele volte a ter o uso de suas mãos e para que retomem a curiosidade de aprender o mundo à sua volta? É preciso fazer alguma coisa, é preciso investir na qualidade dos cuidados corporais dessas crianças precisam. Um investimento gigantesco na relação”.

A seguir, uma aposta absolutamente audaciosa, que consiste pensar que uma criança intensamente nutrida pela qualidade de cuidados que recebeu vai ser suficientemente nutrida – se eu for para o interior –, para ter o desejo de continuar, sozinha, a explorar o mundo à sua volta, os brinquedos à sua disposição, o seu meio ambiente; e que ela vai permitir à cuidadora que se ocupe intensamente também. Ela vai consagrar a exclusividade da relação com a cuidadora.

Ela estabeleceu isto: que os cuidados dessas crianças repousavam nessa ida e vinda da atividade, que ela chamava de atividade livre, motricidade livre, e a qualidade, a intensidade dos cuidados. Assim, as crianças cresciam, a criança se desenvolvia como ser humano e, aos pouquinhos, no seu ritmo, torna-

-se capaz de entrar em relação com os outros, de se reinteressar pelo mundo ao seu redor.

Na minha experiência, porque encontrei muitas crianças que tinham passado períodos rápidos, um ano, dois ou três anos, pelo Instituto Pickler, elas tinham capacidade de viver uma vida normal, equilibrada. Havia crianças que eles não abandonavam; havia maridos e mulheres de quem eles não se divorciavam. Havia um trabalho que não perdiam, e, certamente, vocês ouviram falar desse conceito de resiliência.

Maurice Slivnick, que é um francês, falou um pouco disso, dessa capacidade um pouco misteriosa que as crianças têm de, num destino completamente adverso, conseguir superar isso.

Miraculosamente, a resiliência não tem nada de miraculoso. Eu diria mesmo, hoje, com minha experiência, que o Instituto Pickler é uma usina de criação de resiliência. Ele fabrica resiliência, repetidamente.

Eu vou parar por aqui, simplesmente esperando que os políticos, tomadores de decisões, aqui presentes, tenham ouvido um pouco da minha mensagem, da mensagem que estou tentando transmitir, e que eles tenham êxito nesse trabalho tão difícil de operar a ida e a vinda entre o grande marco jurídico macro, que é preciso criar no nível legislativo legal, e esse trabalho infinitesimal no terreno, sem o qual não existe um futuro para essas crianças.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi o Sr. Bernard Martino, cineasta e autor do documentário “Loczy, uma casa onde crescer”, de La Rochelle, França.

Nós passaremos a palavra, neste momento, à Sr^a Jaqueline Wendland, psicóloga, clínica, psicoterapeuta no serviço de psiquiatria da criança e do adolescente do Grupo Hospitalar Pitié, Paris, França.

Estou dando o tempo de quinze minutos mais cinco, mas naturalmente com a tolerância necessária. Em média, estão falando 30 minutos.

A SR^a JAQUELINE WENDLAND – Bom dia a todos. É com muito prazer, com muito orgulho que uma brasileira que mora, há muitos anos, há quase 20 anos, na França, vem fazer uma apresentação nesta Casa tão importante do meu País natal.

E o tema é também muito importante: a gravidez, esse período perinatal e a influência que ele pode ter na saúde física e mental da mãe e do bebê. Esse é o tema que me pediram para desenvolver nesta palestra.

Pode passar, por favor.

Eu ia começar esta minha apresentação, falando da maternidade, que é um lugar muito especial, muito particular, com algumas reflexões sobre a maternidade.

É um lugar de nascimento, de vida, mas também, deve-se lembrar, um lugar de morte possível ou morte real. As pessoas passam lá, em geral, poucas horas, mas são momentos únicos, extremamente densos e importantes do ponto de vista existencial.

É um lugar de separação, mas também é um lugar de estabelecimento de laços fortes, de entrelaçamento para toda a vida. O que começa numa maternidade é para toda a vida.

É um lugar de passagem, é um lugar de transmissão, é um lugar de aprendizagem. Pode-se dizer, então, que é um lugar, ao mesmo tempo, singular e universal. Em todas as culturas, há alguma coisa parecida com uma maternidade.

Pode passar. Pode passar, por favor.

Essa foto mostra bem como essa ocasião do nascimento de uma criança pode ser uma formidável oportunidade para intervenção e prevenção.

Vocês estão vendo aí o pai, a mãe e o bebê, e a gente pode sentir, nos olhares, no rosto desses dois pais, como eles querem fazer o bem para essa criança.

Quando a gente bota no mundo uma criança, em geral se tem a esperança de poder fazer o melhor por ela, senão a gente não faz filho. A gente não tem filho, se não pensa que se pode fazer ao menos tão bem quanto os nossos pais fizeram, se não melhor – se não a gente não faz filho. As pessoas não têm filhos nesse caso.

Pode passar.

Então, o nascimento e o acesso à parentalidade, o fato de se tornarem pais é, ao mesmo tempo, na verdade, uma situação de fragilidade. É uma crise, uma crise existencial para todos os pais, os novos pais principalmente, primeiros pais. E também é uma ocasião de mobilização, uma abertura propícia para intervir, uma etapa crítica, mas ao mesmo tempo uma excelente oportunidade para nós, profissionais da perinatalidade, da primeira infância.

O que eu queria dizer também é que, na verdade, se pensarmos um pouco, nada na vida é comparável com a gravidez. Não há nada que seja comparável à gravidez, ao parto, ao fato de dar a vida a um novo ser humano. É algo extremamente mágico e único. Não existe nada na vida parecido com isso. É sempre, na verdade, um acontecimento extraordinário que vai reativar, vai atualizar a problemática mais antiga do homem, ou seja, a sua própria sobrevivência e a continuidade da espécie. Pessoas que não podem ter filhos se sentem cortadas, impedidas nessa transmissão.

Eu queria também dizer que, hoje, muitos pais vivem esse momento de acesso à parentalidade como uma crise ainda mais complicada, porque há uma mudança de valores. Não se sabe mais qual é o papel

da mãe, o papel do pai, não há mais modelos. Os laços de filiação são confusos também: quem é a mãe? Quem é o pai? Famílias recompostas, decompostas. Enfim, é complicado.

E mais uma última observação, a título de introdução.

Temos visto famílias cada vez mais isoladas, também mais pequenas. Eu sei que aqui no Brasil também as famílias tendem a ter menos filhos. Às vezes só se tem uma geração, não se tem mais os avós, não se tem mais toda aquela rede social familiar em torno dos novos pais. Famílias monoparentais também, mães ou pais que criam sozinhos os filhos com falta também de apoio familiar e social a esses jovens pais.

Pode passar, por favor.

Nesse período perinatal, o que vamos observar?

Vai haver um diálogo entre competências do bebê – já vimos as duas apresentações precedentes. O bebê já vem ao mundo com competências. Ele sabe interagir, ele não é cego, ele ouve, ele tem um apetite, podemos assim dizer, para interagir com o adulto. Ele nasce programado para isso. E os pais também têm algumas ideias sobre o que é ser pai, e eles têm algumas competências. Talvez já cuidaram de outras crianças ou já tiveram outros filhos também.

Vai haver, então, um diálogo entre competências do bebê e competências parentais. Do diálogo dessas primeiras interações vai depender, de um lado, o desenvolvimento do bebê, que vai ser determinado por essas primeiras interações, e, de outro lado, teremos a evolução do processo de parentalidade, porque não se tornam pais na maternidade. Enfim, é uma longa história que se tem que aprender durante anos. Com a evolução da criança, evolui também a parentalidade dos pais.

Então, podemos deduzir disso que não há como separar o cuidado de pais e de bebês. Deve-se cuidar junto. Não se pode fazer nada com o bebê sozinho e também não adianta receber os pais sozinhos, sem o bebê. Não temos muito como ajudar. Temos que trabalhar com eles juntos.

Pode passar.

Só uma foto aqui para mostrar o que é esse encontro de competências da mãe e do bebê. Um bebê competente com uma mãe competente também e, sem dúvida, contente por ser mãe.

Pode passar.

Eu queria falar um pouquinho da gravidez do ponto de vista psicológico.

Existem muitas teorias sobre as fases da gravidez, o que se prepara durante a gravidez. Eu a resumi em quatro períodos: um período de ruptura, um período

de mudanças, um período de adaptação, um período de preparação.

Da concepção até as doze semanas de gravidez, o que a mulher, e o homem que vai ser pai, o que eles vivem? Eles vão viver uma ruptura com a vida do passado. Quando a mulher fica sabendo que está grávida, ela não é mais a mesma. Já há uma ruptura com a vida passada dela. Ela vai ter questões urgentes no presente para resolver. Ficar ou não com o bebê? O que é que eu vou fazer? Como é que vou me organizar para acolher esse bebê? E vai haver dúvida também para o futuro. Na verdade, o passado é mais passado ainda, o presente é urgente e, para o futuro, há dúvidas: como é que vou fazer, como é que vai ser a minha vida, será que vou ser uma boa mãe?

Todas essas questões, um monte de dúvidas vai invadir o pensamento dos futuros pais.

Depois de passado o primeiro trimestre, de 12 a 20 semanas mais ou menos de gravidez, vai haver um período de ajustamento, de adaptações a essas mudanças. É um período relativamente calmo para as futuras mães que já não têm mais aqueles enjoos, as náuseas. No segundo trimestre da gravidez, observa-se um ajustamento do ponto de vista também biológico; um período relativamente calmo.

Já de 20 a 32 semanas de gravidez, o bebê está bem. A partir da metade da gravidez, já há os movimentos fetais, o bebê já é praticamente viável, ou seja, se ele nasce mesmo muito prematuro, ele já pode sobreviver. Então, a mãe e o pai vão focalizar, começar realmente a focalizar energia na tarefa de gerar esse bebê, de imaginar que realmente ele vai chegar, que ele é bem real. Já se tem consciência já do corpo do bebê como separado de si próprio, separado da mãe.

E das 32 semanas de gravidez até o nascimento, existe um período de adaptação, de preparação, e os pais vão pensar no futuro concretamente, ou seja, no parto, na vida com o bebê.

Pode passar.

Esse *slide* mostra o desenho de uma mulher grávida, que vai passar de criança, filha, mulher e mãe. Todos os estados. O estatuto da pessoa.

Pode passar, por favor.

Como o tema aqui é prevenção e intervenção, ligado com a gravidez, vale a pena lembrar que, na verdade, um bebê não espera. O bebê não tem como esperar. O desenvolvimento dele, como já foi mostrado pelo colega, Deputado Osmar Terra, é muito rápido. Não há como esperar. Deve-se agir o mais cedo possível. Prevenir quer dizer, desde o início, desde a gravidez.

A noção de tempo é muito diferente com o bebê. Ele não é uma criança de seis anos, de dez anos. Para um bebê, uma semana, um mês é muito tempo, e eu

diria também que é muito tempo na vida dos jovens pais, para pais que estão com dificuldades com um bebê. Um bebê que não dorme, por exemplo, um bebê que não come. É muito difícil ficar semanas esperando que haja alguma solução. É muito difícil. Os pais vão deprimir-se, vão ficar com um problema sério se não acharem, rapidamente, uma solução.

O que se pode fazer, é claro, é agir o mais cedo possível, para que não tenham, para que não se instalem sintomas na criança de maneira durável. Quanto mais cedo se age, menos tempo os problemas também vão ficar no desenvolvimento da criança.

E o que se sabe também é que as dificuldades que aparecem numa criança mais tarde, em geral, já apareciam nas primeiras interações. Uma criança, por exemplo, que vai desenvolver um problema de sono, um problema de dificuldade na escola, de fobias, muito frequentemente esses problemas já eram observáveis na interação pais/bebês.

Pode passar, por favor.

Porque a maioria dos problemas e distúrbios psicopatológicos, problemas de desenvolvimento têm origem precoce. Isso aí não precisa provar. Todo mundo sabe.

O que se sabe também, como já foi dito pelo colega ao lado, Osmar Terra, é que o desenvolvimento e o funcionamento do bebê e dos pais, também no período perinatal, é muito maleável. E, quanto mais cedo, mais fácil de se trabalhar, porque as coisas não estão consolidadas. Então, pode-se concluir que nesse período não há fronteira entre prevenção e intervenção. Estamos sempre fazendo os dois.

Pode passar, por favor.

A formação dos profissionais que trabalham em maternidades e em centros de saúde, quando veem os primeiros sinais de dificuldade nos pais, isso é uma coisa fundamental. Na verdade, são esses agentes, que estão mais próximos dos pais no período perinatal, que devem ser os mais bem formados.

Temos que considerar que todas as crianças não nascem com a mesma bagagem. Algumas serão mais vulneráveis que outras, na presença dos mesmos fatores de risco. Não é a mesma criança, por exemplo, que nasceu prematura, numa família monoparental, só com uma mãe, mãe solteira. Ela também tem suas próprias forças, pontos positivos e dificuldades. E existe esse fenômeno que chamamos – e já foi falado – de resiliência, ou seja, algumas crianças vão se dar bem, apesar dos fatores de risco aos quais foram expostas, e outras não.

É muito importante também identificar as forças de cada família, de cada criança, porque, na verdade,

não é só apontar para dificuldades e problemas. Não é isso que vai nos fazer avançar.

Pode passar. Próximo, por favor.

Gostaria de falar um pouquinho dos efeitos do pré-natal sobre o pós-natal, efeitos da gravidez, do que a mulher vive na gravidez.

Na verdade, desde a antiguidade, em todas as culturas, o homem sempre soube, de maneira um pouco intuitiva, não era científica na época, que os estados emocionais, que a saúde física da mulher grávida poderia ter repercussões para ela e para o futuro bebê. Isso sempre se soube, na verdade. Hipócrates, 400 anos antes de Cristo, já falava isso. Agora, sabe-se, com os estudos mostrados pelo Osmar Terra, que existe essa plasticidade no desenvolvimento infantil, que começa desde muito cedo, tanto para melhor quanto para pior, quer dizer, tudo é aberto no início da vida.

Hoje, temos estudos longitudinais que comprovam os efeitos independentes, a longo termo, na criança, da depressão, da ansiedade materna, do estresse durante a gravidez, do uso do tabaco, do álcool.

Pode passar, por favor.

Resumi, aqui, alguns dados. Por exemplo, o consumo de substâncias de risco, como álcool, tabaco, drogas, além dos riscos obstétricos, neonatais, que são bem conhecidos, como o risco de aborto, de atraso do crescimento fetal, de morte fetal, de prematuridade, a síndrome de alcoolismo fetal, os problemas de comportamento, de aprendizagem, de regulação emocional. Isso tudo já se conhece hoje, e há vários estudos em andamento – inclusive, faço um desses estudos em Paris.

Por exemplo, um estudo que fizemos com 126 mulheres que moram em Paris mostrava que um terço delas havia consumido álcool durante a gravidez e um quinto fumava, ou seja, 20% dessas mulheres fumavam. Vejam que são mulheres de primeiro mundo, morando em Paris, sabendo perfeitamente os riscos que estavam fazendo correr seus filhos.

O que mostramos também é que quanto mais elevado o nível de estresse da mulher menor é o peso da criança, menor é o tamanho da criança e também, quando ela nasce, o perímetro craniano do recém-nascido. E mais curta é a gravidez. Esse foi um estudo feito com 560 mulheres, e todos os resultados são significativos, ou seja, mulher estressada é uma ótima candidata a ser mãe de um prematuro e de uma criança menor, ou seja, ela vai nascer com menos condição física.

Queria também dizer que mulheres, mesmo que não tenham muito risco psicossocial, vivem, em média, cinco eventos de vida estressantes a cada trimestre da gravidez. Fizemos um estudo com 91 mulheres que não tinham nenhum fator de risco psicossocial e, apesar

disso, elas viviam, em média, cinco acontecimentos ou eventos de vida estressante durante a gravidez.

Pode passar.

Ou seja, mulheres grávidas não devem beber. Veja o tipo de propaganda. Inclusive encontrei uma brasileira.

Apesar de ser cerveja não alcoólica, acho que é uma foto chocante. Sinceramente. Mulher grávida não deve chegar perto de bebida, porque uma pessoa que já estava acostumada a beber cerveja não vai beber cerveja sem álcool. Então, é zero álcool.

Você pode passar o próximo.

Aqui são só umas fotos da síndrome de alcoolismo fetal.

Pode passar mais um.

Esse é o símbolo que foi incluído nas garrafas de bebida alcoólica na França, depois de muita luta. Inclusive, Maurice Titran, esse médico sobre quem o Bernard Martino estava comentando, o pediatra, lutou muito para que se incluisse esse logotipo nas garrafas de álcool na França, onde o *lobby* do vinho – vocês imaginem – é extremamente forte. Mas se conseguiu recentemente que todas as garrafas tivessem esse símbolo para dizer: durante a gravidez é zero álcool. O símbolo é esse, zero álcool.

Pode passar, por favor.

Um outro problema importante é a depressão.

Pode passar, por favor.

Durante a gravidez tem uma taxa até mais elevada, entre 12 a 20% de mães são deprimidas durante a gravidez, e 10 a 15% depois do nascimento. Tem que se dizer também que é uma realidade dificilmente admitida pela mãe, pela família e pelos profissionais. Porque, como é que pode, acaba de ter um bebê lindo, saudável, planejado, e está deprimida. Como é que pode? É inaceitável.

Eu também queria sublinhar que, na verdade, foi por causa dos efeitos nocivos para a criança que se fizeram muitos estudos sobre a depressão pós-parto, a depressão pós-natal. Na verdade, com as mães que sofriam ninguém se preocupava muito. Quando vimos que o bebê tinha problemas de aprendizagem, enfim, de depressão, aí é que nos interessamos pela depressão materna, que sempre existiu.

Pode passar, por favor.

Aqui é um resuminho, não sei se vou ter tempo ainda para detalhar. Todos os efeitos de desregulação fisiológica, neurocomportamental da depressão.

Pode passar o próximo, por favor.

Assim deveria ser uma mulher grávida, hoje, ou seja, *relax and enjoy*, ou seja, calma.

Eu queria só mostrar rapidamente um estudo brasileiro que fiz antes de ir para a França numa favela em Porto Alegre. O ponto de partida desse projeto,

que foi feito no início dos anos 1990, era promover as interações precoces, o apego seguro, as competências maternas e prevenir as dificuldades nas relações e negligência e maus tratos.

Pode passar, por favor.

Nessa época não existia nenhum estudo de intervenção precoce, controlado, científico, feito no Brasil. E nós escolhemos trabalhar com uma população desfavorecida, de Porto Alegre, com uma metodologia que poderia ser utilizada em larga escala. Teria que ser de baixo custo e de fácil aplicação.

Pode passar, por favor.

Nós fizemos dois vídeos, que mostrávamos na universidade para as mães que tinham ganhado bebê, dois a três dias após o nascimento. Um vídeo onde mostrávamos as competências do recém nascido e discutíamos com a mãe e um vídeo sobre saúde e cuidados básicos. Ou seja, queríamos comparar uma intervenção centrada na interação e uma intervenção centrada em cuidados pediátricos, ou seja, para não fazermos simplesmente intervenção *versus* nada, porque aí não sabemos se foi a intervenção mesmo que fez o efeito ou simplesmente o fato de ter recebido uma intervenção, não importa qual delas.

Pode passar, por favor.

Então, isso aqui são só os dados da amostra, desse estudo, 36 díades, mães jovens, mas não menores de idade, 22 anos, com pouca escolaridade, sem histórico de problemas de saúde. E com crianças a termo.

Pode passar, por favor.

Mostramos – só botei algumas fotos –, as competências visuais, auditivas do bebê.

Pode passar.

Tipos de choro, modos de consolar o bebê. É tudo baseado na teoria do Brazelton, que muitos aqui conhecem. É um pediatra americano.

Pode passar.

Vou ser muito rápida. Os estados de vigilância do bebê. E no grupo controle falávamos de aleitamento, nutrição.

As fotos estão assim porque eu as tirei do filme em movimento.

Pode passar.

Troca de fraldas. O que fazer para prevenir assaduras etc..

Pode passar, por favor.

E o calendário de vacinas, que muitas mulheres não conheciam. Além de outras coisas. Estou resumindo bastante.

Pode passar, por favor.

O que vimos é que havia diferenças muito grandes. Há uma parte que está em francês. As mães em azul são as mães do grupo experimental, ou seja, elas

apresentam, em vários comportamentos maternos, resultados bem melhores. Há muito mais interações no face a face, elas estimulam mais, elas interpretam muito mais o comportamento do bebê, respondem mais, falam mais. Em praticamente todos os comportamentos, vemos resultados positivos.

Pode passar o próximo.

Aqui vemos o comportamento do bebê. É interessante porque não pensávamos que os próprios bebês... Por exemplo, esses bebês estavam mais em estado calmo e alerta, enquanto os bebês do grupo controle estavam sempre dormindo, quando nós os filmamos em casa. E eles olhavam muito menos também para a mãe deles e vocalizavam menos. Isto aqui é simplesmente um mês depois da intervenção. Crianças de um mês. Acabei não especificando.

Depois da intervenção na maternidade, crianças recém-nascidas já têm um comportamento completamente diferente nas interações precoces.

Pode passar, por favor.

Aqui são sequências também de interação: a mãe vocaliza, o bebê vocaliza; a mãe sorri, o bebê vocaliza.

Vê-se que há diferenças significativas em todos esses comportamentos de sequências harmoniosas. Na verdade, jogo livre com crianças muito pequenas.

Pode passar.

As mães do outro grupo tinham tendência a ignorar as vocalizações das crianças, a ignorar o choro, a ignorar quando a criança estava com sono. A mãe estimulava etc..

Pode passar.

Só para resumir, os bebês do grupo experimental eram percebidos como muito mais competentes, quando fizemos a entrevista com as mães. As mães atribuíam um valor muito mais legítimo aos comportamentos do bebê, ou seja, o bebê sorri de verdade, o bebê está falando de verdade. Não é simplesmente ele fazer “hã”. Na verdade, as mães davam valor a todo comportamento interativo do bebê, enquanto as mães do grupo controle tinham tendência a duvidar, a se surpreender. Ficavam céticas e diziam: “Não, esse menino não está sorrindo. O bebê não sorri. Não está me vendo”. Na verdade, com um mês ninguém vê nada. O bebê não vê ainda de maneira clara.

Enfim, elas tinham expectativas muito irrealistas sobre o comportamento do bebê.

As mães do grupo experimental tinham menos dificuldades nos cuidados básicos, na compreensão do bebê; tinham um sentimento elevado de competência materna e muito mais prazer na relação com a criança pelo simples fato de conhecerem as competências precoces do bebê. Ou seja, uma mãe que se sente competente tem um bebê competente e vice-versa.

Pode passar o outro, por favor.

Um exemplo de uma mãe do grupo controle que vai dizer: “Estou ansiosa para ver esse bebê começar a enxergar, fazer coisas diferentes, mas ainda está longe disso. Talvez quando ele tiver três ou quatro meses. Por enquanto não tem nada para fazer com ela. Ela dorme o tempo todo ou, então, ela está ali, deitada, esperando para mamar”. Percebemos a pobreza das interações e das expectativas da mãe também.

Pode passar o outro, por favor.

Dá para duvidar que esse bebê vê, enxerga? Não. É um recém-nascido com poucas horas de vida. É óbvio que ele tem competência para interagir e para ver.

Pode passar o último. Acho que já estou no fim do meu tempo.

Eu só queria mostrar essa última frase de uma mamãe do grupo experimental. Ela disse – palavras dela – o que resumiu perfeitamente o nosso objetivo nesse estudo feito em Porto Alegre: “Essa foi uma experiência muito boa para mim. Aprendi muito, porque, quanto mais a gente fica com o bebê, a gente se olha, estimula, mais esperto ele fica, mais ele se apegua a gente. Se tu estimulas, dá atenção para ele, o bebê fica mais esperto e feliz, porque, se a gente larga o bebê ali, só deitado, se a gente não dá atenção, ele fica uma criança parada, uma criança triste”. Ou seja, ela tinha entendido tudo: o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social.

Pode passar o último, por favor. Pode apertar mais uma foto também.

Vejam uma família típica de hoje, feliz.

Muito obrigada pela atenção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr^a Jaqueline Wendland, Psicóloga Clínica e Psicoterapeuta no Serviço de Psiquiatria da Criança e do Adolescente do Grupo Hospitalar Pitiê, Paris, França).

Nossos cumprimentos.

Vamos agora à nossa última painelist.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Senador!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sei que quebra, mas há uma pergunta muito em cima da fala dela. É possível fazê-la?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sabe que aqui nesta Comissão os Senadores é que mandam.

V. Ex^a está com a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Muito em cima. Por que, em nenhum momento, falou-se em amamentação?

A SR^a JAQUELINE WENDLAND – Eu falei em amamentação?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Por que não falou?

A SR^a JAQUELINE WENDLAND – Sim, sim, fala-se nos vídeos. A pergunta é com relação aos vídeos que mostramos às mães na maternidade?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Não. Na sua fala, a amamentação é como se fosse ainda parte da gestação; a relação mãe e filho com ou sem amamentação.

A SR^a JAQUELINE WENDLAND – Amamentação é óbvio que é uma coisa importante. Eu não sei se eu estou entendendo bem a sua questão. É uma coisa importantíssima.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Então, está bom.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Talvez, porque elas desenvolveram por temas. Cada uma tratou de um tema específico aqui.

A SR^a JAQUELINE WENDLAND – É. A amamentação é obviamente uma oportunidade para o vínculo afetivo e também para o benefício físico da criança; e para a mãe também é bom amamentar. Não é só para o bebê. Não é só uma questão de sacrifício da mãe para o bebê. Eu acho que a mãe ganha também amamentando. O útero volta à forma anterior mais rapidamente. Por exemplo, quando se amamenta, a mãe perde peso também mais facilmente depois do parto. E para o bebê são óbvios os benefícios do aleitamento materno. Isso não tem que ser mais demonstrado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr^a Jaqueline. Só quero informar que foi dividido o tema para cada painelistas. O da Dr^a Jaqueline, por exemplo, é a influência da experiência da gravidez sobre a saúde física e mental da mãe e do bebê. Ela desenvolveu seu raciocínio nesse campo. A amamentação – entendo a pergunta do Senador Cristovam – está incluída no conjunto da obra desse painel, com certeza.

Vamos passar a palavra agora à Dr^a Monique Bydlowski – faço aqui um chiado, fica mais ou menos e vamos lá! É médica psiquiatra do Laboratório de Pesquisa da Maternidade de Cochin, hospital Tarnier, também França.

O tema dela é a mulher grávida, os riscos psicopatológicos e as implicações à saúde da criança.

Você tem o tempo de quinze com mais cinco, mas com mais dez, como foi dado para todos, que dá mais ou menos 30 minutos.

A SR^a MONIQUE BYDLOWSKI – Srs. Senadores, Srs. Deputados, senhoras e senhores, antes de começar, eu gostaria de dizer uma palavra: sou dire-

tora de pesquisa no Instituto Nacional da Saúde e da Pesquisa Médica na França e gostaria de dizer como estou emocionada de ouvir aqui que os trabalhos cujas bases científicas estamos desenvolvendo na modesta obscuridade da pesquisa estão agora tendo lugar no campo político. Acredito que essa é uma data extremamente importante.

Eu gostaria de falar aqui da depressão materna, porque esse é um fator etiológico, de estudo para o desenvolvimento da criança pequena. Gostaria de ter traduzida a minha intervenção em português, porque tornam as coisas muito mais inteligíveis.

A depressão materna é um problema de saúde pública universal; universal porque os trabalhos de Cox, que são aqui mostrados, são convalidados na maior parte dos países do mundo. É um problema universal de saúde e que, com grande frequência, não é visto nas triagens. Digo aqui que de dez a quinze das puérperas sofrem com isso e provavelmente mais, porque se as condições socioeconômicas são más e se a mulher é sozinha, se ela não tem um companheiro, a probabilidade de depressão materna sobe facilmente a 20%.

Os trabalhos de Lynne Murray, que trabalhou depois de Cox, na Inglaterra, mostraram que 25% dos bebês expostos à depressão materna têm risco de distúrbios afetivos cognitivos posteriores, problemas de vínculo e, no mínimo, problemas de adaptação escolar. Ou seja, os problemas são grandes, o desafio é grande.

Se fizermos uma simulação, veremos que em uma maternidade que, digamos, haja dois mil nascimentos, há uma previsão de pelos menos 60 recém-nascidos em risco. Essa variável é, em geral, negligenciada.

O objetivo da triagem, evidentemente, é verificar os casos difíceis e garantir um vínculo mãe/bebê harmonioso.

Os elementos teóricos que apoiam o nosso trabalho é que a maternidade ensina um trabalho psíquico intenso e que os eventos traumáticos do passado voltam ao pré-consciente.

Mas o trabalho de prevenção que deve ser feito na gravidez antes do nascimento é grandemente facilitado pela transparência psíquica particular de todas as mulheres durante a gestação e também pela preocupação da matéria primária, que foi descrita por Winnicott, nas semanas que seguem ao nascimento.

Próximo.

Antes do nascimento, existem episódios depressivos pré-natais, mas, na verdade, a depressão antes do nascimento expressa-se sobretudo no modo médico, seja por somatizações, seja por queixas. As mulheres fazem muitas queixas aos obstetras, que nem sempre as ouvem. Elas têm ameaças de pré-maturidade

e contrações uterinas, acidentes vasculares e menos por distocias no momento do parto, com risco de óbito da criança.

Todos esses sinais médicos permitem temer o surgimento posterior da depressão e impõe um trabalho de prevenção.

A seguir, a depressão instala-se, realmente, completamente, na quinta ou sexta semana após o parto. E eu insisto no fato de que essas depressões pós-natais passam-se em geral sem ser percebidas e, muitas vezes, só são detectadas muito mais tarde pelo pediatra, face aos problemas da criança: problemas menores, problemas funcionais, gritos, choro excessivo, distúrbios do sono, da alimentação, mas que mostram que há alguma disfunção entre a mãe e o bebê.

A detecção materna é difícil porque as mães jovens têm muita reticência, sobretudo no Ocidente. As mães que desejaram essa criança têm problema em dizer que tiveram uma decepção; queixam-se de cansaço, de lentidão, de detectar dificuldade de interação, têm medo de ser má mãe ou, às vezes, é o contrário: tem uma hipervigilância e sobre-estimulação do bebê.

Em todos os casos, esses sinais são inquietantes. Eles devem chamar a atenção dos profissionais. O quadro torna-se típico à altura da sexta à oitava semana. A evolução é tórpida e pode durar um ano, se o ambiente da mulher, se as pessoas em volta não se alarmarem.

O diagnóstico pode ser estabelecido em um questionário, do qual praticamente todas as maternidades, todos os centros de consulta pós-natal dispõem.

Como compreender o efeito negativo? O mal-estar da mulher repercute na frequência e na qualidade das interações precoces que esta mãe vai desenvolver com seu filho. Na verdade, é uma empatia materna. Esse valor que é necessário para sentir os estados emocionais do bebê está alterado.

Quando a mãe está deprimida, esse processo de empatia, que contribui para humanizar essa criança que nasceu, não se instala.

Como compreender esse efeito negativo no nível experimental? Isso foi demonstrado pelos pesquisadores de Boston, Edward Tronick, em particular, que modelou, no laboratório, esse desfuncionamento interativo entre mãe e filho, pela prova que ele chamou *Still Face*, em 1984. Ele mostrou o retraimento experimental do bebê nessa prova, em que pedimos à mãe para dissimular uma depressão, um desinteresse pela criança, e vemos a criança se retraindo na interação. Em primeiro lugar, ele tenta reanima a mãe, e aí se retrai face ao rosto da sua mãe deprimida. E os fatores agravantes são a precariedade social, a solidão, a ausência de família, o companheiro, mas também a

idealização do nascimento pelas pessoas próximas e o não reconhecimento dessa depressão. Existem outros fatores evidentemente: a prematuridade, a hospitalização do bebê e os antecedentes de morte fetal, em que há luto não resolvido.

A prevenção é um trabalho essencial. Eu gostaria de insistir no fato de que é muito mais fácil prevenir o surgimento da depressão durante a gestação do que tratar a depressão depois do nascimento, porque, depois do nascimento, os distúrbios funcionais estão em primeiro plano, e é muito mais difícil convencer a mãe de que ela deve se cuidar.

Trabalho recente na Suíça mostrou, em um grupo de risco, a eficácia preventiva durante a gestação, em quatro entrevistas psicanalíticas, de uma população exposta ao risco.

Esses são tipos de trabalhos muito otimistas e que nos estimulam a nos ocupar e a procurar a detecção materna antes do nascimento. E isso nos estimula a nos ocupar dessas mulheres muito precocemente, até mesmo antes do parto.

Se interviermos mais tarde, quando a depressão já estiver instalada, o tratamento é uma urgência; uma urgência para prevenirmos mais distúrbios funcionais na criança.

A dificuldade está na resistência de as jovens mães consultarem, e como elas não podem, isso é um triunfo das visitas em domicílio, que estamos desenvolvendo muito nos últimos anos na França e que permite ocupar-se de um número muito grande de famílias para um tratamento muito eficaz. Esse tratamento é evidentemente relativo. Nós o chamamos de psicoterapia mãe/bebê, mas eu acredito que se trata mais de requalificar estatisticamente a jovem mãe, de mostrar que ela é capaz de cuidar bem do seu filho e novamente lhe dar uma boa imagem de si própria.

Outros eventos negativos que podem ocorrer no pós-parto são acidentes psíquicos agudos, que chamamos de psicose puerperal. É um acidente raro e espetacular. Acreditamos que exista um a cada quatro mil nascimentos, e isso ocorre por volta do décimo dia. Um quadro psiquiátrico de confusão, de agitação.

Eu gostaria de insistir no fato de que não existe uma correlação entre a necessidade clínica psiquiátrica nos sintomas e o prognóstico. A cura muitas vezes é simples, se o vínculo com o bebê for mantido. O tratamento da psicose puerperal é a manutenção do vínculo interativo entre mãe e bebê.

Infelizmente, durante muito tempo, tivemos o infanticídio nesses casos de psicose aguda e tínhamos a tendência de separar mãe e filho. Sabemos hoje que é o contrário: é preciso mantê-los juntos, e o tratamento

ideal é a hospitalização conjunta mãe/bebê em unidade especializada.

Um outro caso sobre o qual eu gostaria de falar são as compensações agudas durante a gestação. A gestação pode ser um fator de descompensação para psicoses crônicas, estados esquizofrênicos, que, às vezes, não foram detectados antes da maternidade e que são descompensados pela gestação.

Existem também situações psicopatológicas que chamamos de estados-limites ou *borderline*, em inglês, que são muito frequentes. Podemos falar no caso de maternidades de adolescentes, e são situações que se descompensam com muita facilidade no caso de uma gravidez.

Em todos os casos, eu gostaria de insistir que existe um caso particular, o chamado *blues*, que é o estado emocional de 80% das puérperas. Ele não é realmente uma patologia, mas, para terminar, eu gostaria de mostrar um quadro do pintor Guido da Siena, que para mim é significativo da depressão materna.

Vemos que esse pintor do final da Idade Média tinha entendido já muito bem as coisas, porque mostra Maria, após o nascimento do menino Jesus, que dá as costas ao menino, que não se interessa por ele. A explicação teológica, sobretudo em países ortodoxos, diz que a mãe dá as costas ao menino Jesus porque ela sabe que ele vai ter um fim funesto.

Mas podemos ver que, aqui, é a representação de um verdadeiro estado depressivo como vemos na clínica seguidamente.

Insisto, mais uma vez, que isso deve ser detectado.

Muito obrigada por sua atenção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Essa foi a Dr^a Monique Bydlowski, médica psiquiatra do Laboratório de Pesquisa da Maternidade Cochin, do hospital Tarnier, Paris.

Nesse momento, vamos ouvir os nossos Senadores.

Passarei a palavra, em primeiro lugar, ao nosso Senador Waldemir Mok, que é médico e é um Senador da República que tem nos ajudado muito aqui na Comissão em inúmeros temas, mas na saúde, naturalmente, dando um brilho especial.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS)

– Inicialmente, Senador Paim, eu gostaria de cumprimentar por essa iniciativa. Estou no meu nono mandato consecutivo, meu caro amigo Deputado Osmar Terra.

Embora com minha formação acadêmica de médico, eu nunca tinha ouvido nada tão completo a respeito desse que, sem dúvida nenhuma, na minha avaliação, é um tema muito importante.

Eu quero cumprimentar a Dr^a Jaqueline, a Dr^a Monique, o Dr. Bernard.

Fico pensando: se pudéssemos fazer com que palestras como essas se multiplicassem, sobretudo para as mães, nas creches, nas escolas, porque é impressionante!

Vou citar o Dr. Bernard, que relatou muito claramente. É uma questão que explica muita coisa. Por que determinadas crianças têm toda uma estrutura física – estou falando do lado material, naturalmente –, são crianças bem-nascidas, mas que não têm o cuidado, não têm o carinho, a alegria da mãe? E aí realmente tornam-se pessoas com deficiência afetiva, distúrbios de comportamento. Entretanto, há crianças, às vezes, muito mais pobres, mas que tiveram o carinho e a atenção da mãe ou das pessoas que cuidaram dela. Essas crianças se tornam pessoas mais nobres, com sentimentos mais nobres, com muito mais condição de vencer na vida.

Eu acho que esta palestra demonstra exatamente isso, e o pior: como nós estamos longe dessa realidade no nosso País. É isso o que chama a atenção.

Acho que o Senado, a partir desta audiência pública, Senador Paim, deveria constituir pessoas que pudessem realmente atentar para a legislação no sentido da importância desse tema, sobretudo começar já, durante a gravidez e nos três, quatro primeiros meses de vida.

Nós sabemos da formação do sistema nervoso central. O quanto são importantes os três primeiros anos. Não há nada mais covarde, na minha avaliação, do que você limitar uma pessoa, nos seus três, quatro primeiros anos de vida, quando ela é completamente indefesa. Não há nenhum ato mais covarde do que este: limitar uma pessoa ao que potencialmente ela poderia ser. E você vai limitá-la sem que haja nada para defendê-la, a não ser a atenção da mãe ou daquelas pessoas que cuidam dela.

Eu fiquei muito sensibilizado. Perdi apenas uma pequena parte da exposição da Dr^a Jaqueline, mas ouvi com muita atenção.

Meu querido amigo Osmar Terra, eu sei que V. Ex^a se dedica ao seu mandato, mas, hoje, apesar da convivência, surpreendi-me com sua palestra e com tudo aquilo que está envolvido.

Não tenho nenhuma pergunta, apenas o encaminhamento desta audiência pública. Que não deixemos morrer esta audiência pública, mas que possamos nos juntar à Frente Parlamentar da Primeira Infância – e quero me colocar à disposição do Deputado Osmar Terra – para aquilo que, agora, concretamente, nós podemos fazer em termos de legislação, que é o que o Senado pode fazer. Como fazer com que palestras

como esta, que iniciativas como esta cheguem realmente às pessoas.

Tenho certeza, meu caro Osmar Terra, Dr^a Jaqueline, Dr^a Monique e Dr. Bernardo, que, por mais simples que possam ser, por menor que seja o poder de aprendizagem que possam ter, uma palestra como essa vai mudar o comportamento principalmente das mães e das pessoas que cuidam dessas crianças.

Agradeço muito e fico feliz pelo privilégio de ter ouvido pessoas que conhecem tanto e que podem transmitir isso.

Fico pensando: com a formação de médico, pois já dei aula de fisiologia na universidade, o pouco conhecimento que tenho a respeito de uma questão tão importante para a formação das próximas gerações, para um mundo melhor e para uma sociedade melhor...

Parabéns a todos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Waldemir Moka, que fez uma homenagem aos painelistas, em nome, tenho certeza, de todos nós, Senadores.

A Dr^a Monique já queria dialogar com V. Ex^a.

Dr^a Monique com a palavra.

A SR^a MONIQUE BYDLOWSKI – O senhor fez uma pergunta sobre o aleitamento materno, e eu gostaria de responder.

Bom, foi feita uma pergunta...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Não fui eu, mas acho importante que a senhora responda.

A SR^a MONIQUE BYDLOWSKI – A amamentação, evidentemente, é uma coisa extremamente importante, sobretudo nos meios extremamente precários, porque o aleitamento é a base da vida, a vida alimentar da criança. Se não há um leite artificial, a criança que não é amamentada corre risco de morrer.

Nos meios mais favorecidos, podemos dizer que temos escolhas, porque fabricam-se, hoje, leites artificiais com características praticamente do leite materno. Mas o que a amamentação permite é um vínculo físico muito estreito entre a mãe e o bebê. E eu acredito que é o principal valor, a psicodinâmica, eu diria, da amamentação.

Na França – isto já foi dito –, todas as mães amamentam por cerca de uma ou duas, 80% ou 90% amamentam por uma ou duas semanas, mas o nível cai para 30% depois de três ou quatro meses.

Não é muito grave se sabemos que, mesmo com a mamadeira, podemos também ter uma relação sensorial, multissensorial, corporal, entre a mãe e o bebê.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Dr. Bernardo também queria fazer um comentário. Dr. Bernardo.

A SR^a MONIQUE BYDLOWSKI – Eu gostaria apenas de dizer que me sensibilizei muito com sua reação, sua generosidade e sua abertura de espírito, Sr. Senador. Fique muito tocada por encontrar pessoas como o senhor. É um grande prazer. E isso me dá uma justificativa para ter viajado nove mil quilômetros para vir aqui. E gostaria, mesmo que a pergunta não tenha sido feita, de responder.

Acredito que um perigo, um erro estratégico é a tendência a querer que as crianças paguem pelos erros que nós, adultos, cometemos.

Existe uma coisa desse tipo que hoje em dia está ocorrendo na França, que é muito perniciosa, e que é, sob pretexto de prevenção, querer detectar as crianças em risco no último ano do jardim de infância, antes de começar a escola primária. Com o pretexto de prevenção, dizem: “Esses aqui vão bem, esses aqui vão mais ou menos e esses aqui estão realmente em risco”. E quando me indigno com essa rotulação, dizem-me: “Mas é prevenção; é um caso de prevenir”.

Não. Para nós, que já pensamos e refletimos sobre essas questões e que trabalhamos nisso, a verdadeira prevenção é que, no último ano do jardim, não há nada mais para detectar. É preciso, antes, criar as condições para que as crianças tenham sido suficientemente nutridas, protegidas, envolvidas pelas relações que tiveram, uma relação de qualidade, para que cheguem no momento do aprendizado prontas para as aquisições.

Outro dia, estive num hospital psiquiátrico, onde estão tentando tratar crianças já há alguns anos. O problema é que uma dessas equipes que trabalhavam num desses locais tinham como objetivo recolocar crianças de cinco ou seis anos não na situação de aprender, mas de saber sentar-se em uma cadeira e colocar as mãos em cima da mesa, porque estavam num tal estado de desorganização psíquica que eram absolutamente incapazes. Não tinham condições de aprender.

Então, chegamos numa situação tão desorganizada que essas crianças de cinco ou seis anos estão completamente...

Brazelton, de quem já falamos – a Monique já falou nessa experiência da *Still Face*, da face parada –, falava muito da noção de envelope, de contenção, procurada pela mãe. Eu lhe perguntei: “Brazelton, o que acontece quando esse envelope está ausente?” Alguém que tinha muita empatia, que amava muito bebê, dizia: “O bebê vai para todos os sentidos”.

Um dia eu encontrei educadores que se ocupavam de adolescentes que estavam numa instituição que era a última etapa antes da prisão. O modo como eles falavam do trabalho que tinham que fazer como última chance para esses adolescentes se organizarem era exatamente nos mesmos termos: tentar conter

esses adolescentes para que eles não partissem, não se fossem para tudo que era lado.

Mas quando um bebê de centenas de gramas ou de alguns quilos se espalha para todos os lados, é grave para ele em termos de sofrimento mental ou psíquico, mas ainda dá para lidar. Agora, quando se trata de um adolescente de um metro e noventa e de oitenta ou noventa quilos, quando se tem que contê-lo, o problema é completamente diferente. Eu gostaria de dizer isto e de também, mais uma vez, agradecer-lhe pela sua reação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Eu vou querer que a Senadora Lídice da Mata também faça a sua fala. Em seguida, também volta para a Mesa a Dr^a Monique, que também gostaria de fazer uma consideração.

Vamos assegurar a palavra à Senadora Lídice da Mata. E aí os nossos convidados respondem em bloco aos questionamentos.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Muito obrigado, Senador Paim.

Eu gostaria muito, até porque sou autora do requerimento da audiência pública que começa nesta Comissão, às 14h, e vou ter que estar presente para ouvir o Ministro.

Eu também, como o Senador Moka, fiquei bastante impactada pela qualidade das interferências desta audiência pública, que se completavam umas com as outras. As informações iam se completando e fechando um círculo de conhecimento que nos permite, a partir daí, pensar, como também disse o Senador Moka, de que maneira o Senado pode contribuir mais, seja na busca de uma legislação, seja na sugestão e no acompanhamento de políticas públicas de atenção à criança.

A experiência do Deputado Osmar Terra como Secretário foi uma experiência de destaque – eu creio que concentra o essencial no atendimento à criança –, essa ideia de haver não apenas o agente comunitário, mas um agente voltado para o atendimento da mãe nessa fase imediata após o parto.

Acho que essa é uma experiência que devemos pensar como disseminar para o conjunto do País. Eu conheço pouco isso. Tive experiência como Prefeita. Tivemos oportunidade de nos voltar a um atendimento específico na primeira infância, mas não com esse nível de detalhamento que, creio, permite ao Estado contribuir significativamente para a vida das crianças, principalmente daquelas que moram ou que têm uma situação de risco social pela renda de suas famílias. Então, essa é uma questão.

Como membro da Comissão da Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente, não

apenas voltada para a questão da adolescência, embora também muito preocupada com ela, como mulher, já me interessava e já trabalho com essa questão da maternidade há algum tempo. No Brasil, especificamente, iniciei um trabalho, quando Vereadora ainda, sobre mortalidade materna. Graças a Deus, estamos conseguindo avançar mais. Depois, na prefeitura, também atuei muito na área do combate à mortalidade infantil, neonatal.

Também me chamou muito a atenção, embora eu tivesse que me afastar um pouco, pressionada pelos representantes da Justiça no meu Estado, a questão da depressão durante a maternidade e pós-parto, da importância desse tratamento. Eu creio que essa é uma coisa também muitíssimo importante para pensarmos em termos de políticas públicas, porque, como foi destacado pela Dr^a Jaqueline, que falou do ponto de vista de mulher, nós começamos a ser vistas nessa condição da depressão pela relação que temos com o filho. Mas ainda bem que existe alguma razão para que sejamos vistas, enxergadas. Isso tem um desdobramento muito importante para a vida e para a saúde da criança.

Tudo isso me traz uma outra preocupação, Senador Moka, que são as crianças. Eu vivo hoje me envolvendo com a discussão da adoção, de como é extremamente importante para as crianças que não têm a proteção da mãe ou da família os cuidados nessa área neste período: a primeira infância, os ambientes em que ficam durante a espera pela adoção, a importância para os pais adotivos desse tipo de informação e para esta política que hoje a Presidente Dilma anuncia de creches para o Brasil, de nós termos creches em condições adequadas para dar o atendimento às crianças nessa fase da primeira infância.

O Brasil, infelizmente, tem a cultura de pensar a política de cima para baixo. Nós começamos com a educação de nível superior até chegar à educação básica, na área de educação. No cuidado com a saúde, também não é diferente. Nós começamos com o pensamento voltado para aquelas doenças que matam mais os adultos até chegarmos ao combate da mortalidade neonatal e, finalmente, ao cuidado com a primeira infância. Mas, mesmo que tardiamente, que nós possamos chegar à preocupação e às ações nessa área.

Então, quero parabenizar todos e colocar-me absolutamente à disposição do Deputado Osmar Terra na Frente da Primeira Infância e também perguntar a todos: de que forma vocês entendem que nós podemos contribuir como Senado da República brasileira?

Obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senadora Lídice de Mata.

Nós vamos encaminhar da seguinte forma neste momento: cada convidado terá o tempo de cinco minutos para responder a algum questionamento e fazer as suas considerações finais.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, quero só registrar a presença da Prof. Claudia Siqueira, Diretora do Instituto Sidarta, que nos ajudou a organizar o evento.

Meus cumprimentos, porque foi um belo evento. (*Palmas.*)

A doutora merece os nossos aplausos.

Cumprimento o Dr. Laurista Corrêa Filho, pediatra, neonatologista, especialista em Saúde da Mulher e da Criança pela Universidade de Paris; a Dr^a Cristina Werner, Diretora da Associação de Terapia Familiar do Estado do Rio de Janeiro; o Prof. Jairo Werner Junior, psiquiatra da infância e da adolescência, Doutor em Saúde Mental pela Unicamp e Professor de Psiquiatria Infantil da Universidade Federal Fluminense e Universidade Estadual do Rio de Janeiro; o Dr. Vital Didonet, representante da Rede Nacional Primeira Infância; e, ainda, a Sr^a Angelica Goulart, membro da Fundação Xuxa Meneghel.

Passo a palavra, neste momento, à Dr^a Jaqueline para fazer suas considerações finais e para responder a alguns questionamentos.

Quero só dizer ao nosso querido Senador Moka que a sua proposta já estamos aqui acertando e que vamos conversar muito para fazer uma frente parlamentar mista – Câmara e Senado –, incluindo todos os Senadores, sob a coordenação do Deputado Osmar Terra. No início, eu dizia que ele era quase Senador, e, agora, ele vai coordenar inclusive os Senadores a partir desta audiência pública.

O SR. OSMAR TERRA (PMDB – RS) – Estou gravando tudo para usar na campanha. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Dr^a Jaqueline com a palavra.

A SR^a JAQUELINE WENDLAND – Obrigada.

Eu agradeço também esta oportunidade de ter podido utilizar esta tribuna tão honrada, tão importante do País, para poder falar um pouco do meu trabalho, inclusive de coisas que fiz no Brasil antes de morar na França.

Eu gostaria talvez de ressaltar dois pontos – houve perguntas sobre o que fazer. Eu teria duas sugestões. Uma seria realmente investir muito na formação de profissionais, porque eu acho que a base é formar as pessoas. Por exemplo, se você fala em abertura de creches, que nessas creches trabalhem pessoas muito bem formadas, porque, em geral, colocam-se pessoas sem nenhuma formação, inclusive em outros países – não falo exclusivamente do Brasil. Às vezes, as pes-

soas que estão em contato direto com os bebês, com as crianças pequenas são aquelas que têm menos formação, como se, para cuidar de criança pequena, do bebê, não fosse necessária formação nenhuma. Em geral, coloca-se um profissional que tem uma graduação universitária e muitos – dez, quinze, vinte, trinta – que não têm formação nenhuma, sobretudo formação específica sobre desenvolvimento normal e patológico da criança pequena. Quer dizer, a pessoa tem que conhecer o que é o desenvolvimento normal e o que é o desenvolvimento quando há dificuldades, porque, se a pessoa não sabe identificar sinais de problemas, sintomas, não tem como ajudar a criança, não tem como orientar os pais, por exemplo, para procurar ajuda.

Então, acho que essa é uma coisa essencial. Falou-se em educação, então vamos educar e formar sobretudo esses que vão trabalhar com crianças pequenas, com bebês, com pais, por exemplo, na detecção de depressão.

Se a pessoa não conhece os sinais, vai passar pela maternidade, vai sair dela – o tempo que se passa na maternidade é cada vez mais curto, às vezes, são 24 horas, dois dias –, e essa oportunidade, essa janela de intervenção foi perdida. Passadas as 48 horas, já não se vê mais essa mãe. Ela está perdida na natureza, voltou e se perdeu a ocasião.

Por isso, o pessoal que trabalha em maternidade, em centros de saúde que recebem crianças de zero a seis anos tem que ser extremamente bem-formado.

Outra noção que gostaria de trazer para o debate, que não foi ainda evocada, é a questão da promoção de saúde e de ensinar também o que é saúde, promoção de saúde. Em geral, os professores, enfim, os formadores falam muito de problemas. Eu sei disso, porque fiz um curso de psicologia, aprendi muito sobre psicopatologia e não tive nem curso sobre saúde mental, por exemplo. Eu só tive cursos sobre doenças mentais. Eu só tive aula de reconhecimento de sintomas, tratamento, cura, enfim, só ouvi falar de identificação de problemas, dificuldades, sintomas, doenças.

Eu gostaria de falar que temos que promover o conhecimento do que é política de saúde, ou seja, o que é uma criança normal, o que é uma mãe que vai bem. Isso é tão importante quanto conhecer a doença, quanto conhecer o sintoma, na verdade. Isso deveria acontecer, talvez, também em nível universitário. As formações do pessoal do qual falei teriam de também incluir políticas e conhecimentos sobre saúde, sobre normalidade, porque é complicado tentar dizer o que estamos buscando se não aprendermos sobre o que é a normalidade, a saúde, o bem-estar. Só ouvimos

falar, em geral, de sintomas e doenças em todas as formações, sejam médicos, psicólogos ou outros.

Essa é a minha mensagem resumida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr^a Jaqueline.

Muito obrigado. Brilhante palestra.

Quero registrar também a presença da Dr^a Lilia-
ne Penello, Psicóloga e Coordenadora da Estratégia
Brasileirinhos e Brasileirinhas Saudáveis, e também da
Sr^a Márcia Barr, representante da Oscip Valor Cultural,
da qual ela é Presidenta.

Passamos a palavra de imediato ao Dr. Bernard.

O SR. BERNARD MARTINO (*Tradução simultâ-
nea.*) – Muito obrigado.

Eu estou extremamente contente com a inter-
venção anterior, que me dá ocasião de falar de al-
guma coisa que eu não pude abordar antes devido à
falta de tempo, mas que é extremamente importante.
Efetivamente, trata-se da questão de uma política de
criação de creches.

Eu ouvi dizer ontem que há muitas mães adoles-
centes, muito jovens neste País. Se entendi bem, são
uma proporção extremamente importante. E me parece
evidentemente ser fundamental que, se crianças de 12
anos são mães neste País, como, às vezes, no nosso,
é absolutamente essencial lhes dar um apoio sob a for-
ma de um local onde seu filho possa ser cuidado, para
que num outro lugar elas possam continuar ou acabar
de ser criança. Uma criança de doze anos, mesmo se
ela é mãe, ainda é uma criança e tem o direito de viver
a sua infância o mais longamente possível.

Aí se levantam algumas questões que, para mim,
parecem fundamentais. Estou completamente de acor-
do com o que a Jaqueline disse sobre a importância
da formação. A formação, em termos de creches ou
de abrigos, como vocês dizem, é uma continuidade.
Isso começa na escola de puericultura. Qual é o pa-
radigma? O que ensinamos como imagem da criança
e como imagem do trabalho que deve ser feito como
puericultores com a criança?

Ainda existe muito a ideia de que aquele bebê ou
a criancinha com quem vamos lidar como profissionais
é fundamentalmente incompetente, e o que nós, pro-
fissionais, temos que fazer é estimulá-los a participar
de jogos, animar o seu universo para que ele cresça.

Tudo isso tem que ser revisto, porque, no espírito
de Pickler, volto a isso, é importante para um adulto
escutar o que a criança tem a dizer e é importante para
a criança observar aquilo que faz.

Myriam David, que é pedopsiquiatra, diz que o
agir para a criança equivale à escuta para o adulto.
Tudo que ela faz está no agir. É nesse nível que pre-
cisamos nos dirigir à criança. O que é uma resposta

ao agir da criança é a observação, observação do que
ela é, observação do que ela faz. E responder nesse
nível, colocando à disposição do bebê aquilo de que
ele necessita para continuar a sua atividade é outro
modo de considerar o profissionalismo, ou seja, intervir
muito menos e observar muito mais.

E, observando muito mais – eu vivi isto como
observador e como cineasta no Instituto Pickler, em
Budapeste –, nós fomos proibidos de tocar as crianças,
de estabelecer relação com as crianças. Essa situação
é paradoxal e um pouco difícil de se viver, não poder
entrar em relação, mas existe uma relação de outra
qualidade. O olhar que você dá à criança muda. Em
vez de se fazer aquelas coisinhas que todos os adul-
tos fazem – risadinhas, inhini, unhunhu etc. –, tudo
fica no olhar. E atribuímos muito mais valor ao que a
criança produz, ao que a criança mostra de si própria.

Existem muitas coisas que devem ser repensa-
das no que se refere ao ensino dado às puericultoras,
às educadoras, às cuidadoras.

Existe uma outra coisa que é muito, muito fun-
damental no meu ponto de vista para acompanhar
uma política de creches, que é convidar os profissio-
nais a tomar muita atenção para não desqualificar as
mães. Isso é muito tentador, sobretudo se a mãe tem
12, 13, 15 anos. Tentem colocar-se no lugar dela. Por
meio desse trabalho magnífico que vamos fazer com
o seu bebê, nós vamos mandar de volta para ela uma
sensação de grande incompetência. E os profissionais
dessas creches, que vão ser abertas, devem prestar
muita atenção para não substituir a mãe e dar muita
atenção no lugar da mãe.

Um erro muito comum é acreditar – uma visão um
pouco dos anos 1960 e 19668, um pouco de escotei-
ro, um pouco Baden Powell –, dizer que basta colocar
uma criança pequena num grupo onde há crianças que
tudo vai funcionar bem, que tudo vai ser magnífico, que
ela vai se socializar, que vai aprender com os outros.

A verdade, a verdade clínica, a verdade do ter-
reno é que a socialização de uma criança passa por
um adulto, e é somente num segundo momento que
ela pode encontrar outras crianças.

Uma criança pode ficar perdida num grupo, uma
criança pode sofrer num grupo. E os profissionais de-
vem estar extremamente vigilantes ao sofrimento. Se
houver o isolamento da criança, o grupo vai ser mor-
tal para ela.

As creches são muito importantes. Acredito que
se existe essa taxa de mães e pais jovens no nosso
País, essa situação ainda é muito mais importante,
mas é verdade que é extremamente importante saber
o que esses profissionais vão fazer com esses pais e
mães e com essas crianças. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Muito obrigado.

Esse foi o Sr. Bernard que fez a sua exposição e as suas considerações finais.

Vamos passar de imediato à Dr^a Monique.

A SR^a MONIQUE BYDLOWSKI – Tenho muita honra de ter recebido a palavra e gostaria de fazer duas sugestões ao Poder Público. A primeira também envolve a formação.

Concordo completamente com tudo o que Jacqueline disse, mas gostaria de acrescentar alguma coisa.

Aqui, no seu país, houve um modelo que foi o de Salvador Célia, em Porto Alegre. E o trabalho de Salvador, quando eu o visitei há dez anos, deu-me muita coisa. O trabalho que ele fazia em favelas, de observação, de aprendizado de profissionais na observação de bebês é uma técnica bastante simples, de baixo custo e extraordinariamente formadora para os profissionais de qualquer idade.

O trabalho de Salvador era feito com estudantes de medicina bastante jovens. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto.

Acredito que o fio condutor desta Mesa foi a importância da continuidade entre o pré e o pós-natal. E como dizer que os cuidados na primeira infância são, em primeiro lugar, os cuidados com a jovem mãe que vai dar à luz essa criança.

Eu gostaria de dizer ao Poder Público que é muito mais fácil e mais econômico ocupar-se das grávidas durante a gravidez, enquadrá-las o mais possível, é muito mais fácil prevenir a depressão materna do que cuidar depois que a depressão está instalada, a criança está lá e começa a sofrer já nas primeiras semanas da sua vida.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Essa foi a Dr^a Monique, que apresentou as suas considerações finais.

Eu combinei com o nosso Deputado e médico Osmar Terra que, a partir de hoje, ele passa a ser coordenador da Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância do Congresso Nacional.

Ele vai fazer o encerramento desta nossa audiência pública. Para mim, coube a parte burocrática, porque tenho que fazer três comunicados rápidos.

O primeiro, Senadora Lídice da Mata, é lembrar a todos que teremos uma audiência pública nesta Comissão, às 14h, na Sala 2 da Ala Nilo Coelho, para discutir a convocação, com a presença do Ministro Orlando Silva.

Requerimento, inclusive, assinado por Inácio Arruda, Lídice da Mata, Ana Amélia, Alvaro Dias e Vanessa Grazziotin.

São dois requerimentos.

Outro comunicado.

Comunico aos senhores e às senhoras o recebimento do Ofício nº 182, de 2011, MEC, em resposta ao Requerimento nº 6.097, de 2011, que solicita informações sobre os pedidos de revalidação de diploma de graduação processado nas universidades federais brasileiras no período de 2001 a 2011, de autoria do Exm^o Sr. Senador Paulo Bauer, informando que o Ministério da Educação aguarda o recebimento dos dados das instituições federais de educação superior, para que sejam compilados ou realizados e, posteriormente, enviados.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que desejarem cópia da correspondência poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão.

A matéria vai ao arquivo.

Ainda comunico aos Senadores e às Senadoras Ofício nº 77, de 2011, de autoria do Exm^o Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, Antonio Patriota, encaminhado a esta Comissão pelo Senador Paulo Bauer, em resposta ao Requerimento de Informação nº 679, de 2011, de sua autoria, que solicita informações acerca dos países signatários que ratificaram o acordo ortográfico da língua portuguesa, assinado pelo Brasil em Lisboa, no dia 16 de dezembro de 1990, e das medidas tomadas por aqueles que já colocaram as novas regras ortográficas em vigor.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que desejarem cópia do ofício poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão.

A matéria vai ao arquivo.

Agora, com muita satisfação, passo a palavra ao Deputado Osmar Terra.

O SR. OSMAR TERRA – Eu queria agradecer mais uma vez essa oportunidade de podermos travar um diálogo, um debate importante. Para mim a área mais importante das políticas sociais é essa.

Queria dizer que estou muito honrado com a proposta do Senador Paulo Paim.

No início, a Frente Parlamentar era mista, porque havia a Senadora Marisa Serrano. Ela participava da Frente. Só que ela saiu, foi para o Tribunal de Contas do Mato Grosso do Sul, mas tem um grande representante do Mato Grosso do Sul, que é o Senador Moka. Bem-vindo!

E à Senadora Lídice da Mata, quero dizer que estou muito honrado com as suas palavras e com a sua participação.

Nós podemos fazer um bom trabalho, sem falar no nosso grande defensor das políticas sociais, o Senador Paulo Paim.

Acho que agora é só acertarmos os dias de reunião.

Essa integração vai ser muito útil, até porque já estamos avançando em algumas áreas, procurando estabelecer um marco legal. Inclusive outros países estão nessa direção também. Nós estamos interagindo com outros Deputados, com outros parlamentos, e é interessante conversarmos.

Então, está aceito e acho que essa Frente Parlamentar Mista vai ter um resultado muito positivo.

Quero dizer também que estou muito honrado por estar aqui na presença de algumas pessoas que são referências para mim na área das políticas, com quem aprendi muito. Um é o Laurista, que foi meu Professor na Pós-Graduação, e tenho um grande orgulho de tê-lo nessa condição. *(Palmas.)*

Outra é a Maria Cristina Werner e o Jairo Werner, que foram nossos parceiros de longas datas e continuam parceiros da luta pela primeira infância.

A Lisle também.

Eu queria cumprimentar toda a organização do evento. Acho que foi muito positivo. *(Palmas.)*

O Senado marcou um ponto importante com esses eventos que vêm acontecendo.

Queria aproveitar para lembrar – acho que foi bem lembrado pela Dr. Monique – a memória da Salvador Célia. Salvador Célia nos inspirou, lá no Rio Grande do Sul, a criar o programa A Semana do Bebê, O Dia do Bebê.

Infelizmente, ele não está mais entre nós, mas, certamente, ele deu uma contribuição decisiva para a realização de programas.

Eu queria só dizer o seguinte, para encerrar a minha participação: em relação às políticas públicas e à legislação, acho que nós devemos ter sempre a preocupação de que sejam políticas que realmente tenham capilaridade, cheguem a todo mundo. Não adianta fazermos uma coisa muito sofisticada, muito cara e chegar a uma meia dúzia de pessoas.

Quero aqui ressaltar o trabalho da Liliane Penello, da nossa Dr^a Liliane Penello, que criou, usando o exemplo da Mãe Coruja Pernambucana, do PIM, do Primeira Infância Melhor, no Ministério da Saúde, na gestão do Ministro Temporão, o Brasileirinhos e Brasileirinhas Saudáveis. É um programa que está existindo, que está andando e que acho que deveria ser reforçado. A Senadora colocou a importância de termos programas nacionais. Ele é ainda um programa que está andando. Acho que é um programa que tem que ter apoio nosso para que ele avance.

Acho que esses programas de visita domiciliar – e aqui volto a reforçar a importância da visita domiciliar, e a Senadora também falou nisso – são mais baratos e mais eficazes. Eles chegam às casas; não ficam esperando as famílias se darem conta e procurarem ajuda.

Não há nenhuma contradição no trabalho das creches. Acho que ele tem que acontecer. Só que a creche é cara. A Presidente Dilma colocou como prioridade. Acho que a Presidente Dilma está muito sensibilizada para a questão da primeira infância, até porque tem um netinho, o Gabriel. Então, acho que ela está realmente sensibilizada para essa questão, está investindo como nunca se investiu em creches no Brasil. É importante reconhecer isso também.

Mas a creche tem um limite. O país que mais tem creches, mais vagas nas creches, é a Suécia, que chega a 50% das crianças – não chega a todas –, principalmente às crianças de 0 a 3 anos.

Agora, nós vamos para a universalização de quatro em diante, aqui no Brasil, com as escolas infantis. Acredito que isso vai ser um passo muito importante, embora eu ainda diga que o MEC tem um problema: o MEC ainda está trabalhando tardiamente, pega de quatro anos em diante, quase geriátricos.

Nós temos que trabalhar do útero. A educação começa no útero. Ela não começa aos quatro anos de idade e nem nos seis anos.

Então, acho que é muito importante.

A Rede Cegonha, na qual o Ministro Padilha está trabalhando bastante, acho que vai ter sucesso. É uma prioridade grande do Ministério. Mas é importante dizer das diferenças. A Rede Cegonha tem uma diferença em relação ao Brasileirinhos Saudáveis. Ela é a parte física das crianças. É para salvar as mães e as crianças da mortalidade. Diminui mortalidade materna e diminui mortalidade infantil, mas ela não entra nesse reino do desenvolvimento das competências, da inteligência, das capacidades humanas.

Se nós juntarmos esses programas, Brasileirinhos Saudáveis e acrescentarmos algumas experiências, nós teremos uma nova geração, uma nova era social neste País, com pessoas com muito mais capacidade, com menos necessidade de programas sociais e com capacidade de ser autônomo e de se desenvolver. É muito menos violência. A violência cai com os programas de prevenção da violência baseados na primeira infância. Só que existe um prazo. É longo prazo.

Quero dizer que outras coisas devem mudar no futuro. Acho que a valorização dos recursos humanos que trabalham com a primeira infância é o inverso. Hoje, parece que a universidade é o lugar mais importante. O professor universitário é o mais valorizado. Acho

que no futuro vai ser o contrário: o professor mais valorizado, que inclusive deveria ter na carreira a melhor remuneração, mais incentivos é quem cuida do início da vida. O início da vida muda tudo. O universitário já está feito. Quando chega lá já está com a cabeça feita. As coisas já estão organizadas. Não que não seja bom ser professor universitário e nem que seja importante. Só acho que se tem que valorizar muito mais hoje – e tem que haver uma formação forte mesmo nesta área – a primeira infância. Falta informação. Falta formação e informação.

É claro que quando discutimos um programa com profundidade, com dados, as coisas mudam. As pessoas se convencem e passam a participar do programa com mais intensidade, como vimos aqui, hoje.

Acho que as comunidades têm que ser mobilizadas, têm que haver grandes campanhas de divulgação pública sobre a importância da primeira infância; mobilizar o *marketing* em todos os níveis nessa área.

Quero dizer até que os pediatras, hoje, estão em crise. Não sei se vocês sabem, mas a pediatria está em crise. Sobram vagas em residência de pediatria, não é, Laurista? Por quê? A Jaqueline colocou bem. Os profissionais são preparados para atender a doença, para tratar de doentes. Nós estamos falando aqui da promoção da saúde, não é nem prevenção, é promoção da saúde, para trabalhar com as pessoas saudáveis. Nós queremos que as crianças saudáveis sejam muito mais saudáveis psicologicamente, mentalmente, muito mais competentes. Não é esperar a criança ficar doente para tratar. A própria pediatria tem que mudar o currículo, a pediatria tem que tratar com desenvolvimento infantil, tratar as crianças normais, acompanhar as crianças normais no seu desenvolvimento, nas suas competências básicas.

Acho que nós estamos num mundo novo que se abre a partir das descobertas, das evidências e, desse trabalho tão avançado que existe na França, há trabalhos no Canadá maravilhosos, nos Estados Unidos, pesquisa. A professora Monique citou o Ed Tronick, que faz uma pesquisa interessantíssima, inclusive, sobre o papel do estresse nas crianças. Enfim, acho que vários lugares do mundo estão se abrindo. Fui convidado agora, para minha honra, pelo Governo da China, para falar sobre programa de primeira infância. Estamos indo agora, dia 12 de novembro. O conselho do Governo está querendo trabalhar políticas de primeira infância na China e está buscando algumas experiências do mundo. Vamos lá também dar uma contribuição.

O Brasil não pode ficar fora disso, tem que estar junto.

Quero agradecer, muito obrigado mais uma vez, Senador Paim, o senhor sempre lidera essas bandeiras

tão importantes na área social. Contamos com essa Frente Parlamentar ampliada para produzir grandes resultados, se Deus quiser.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quero só, em rápidas palavras, agradecer a todos, inclusive ao Waldemir Moka, que ficou até o final aqui, a todos que organizaram este evento. Foi uma das audiências mais concorridas do Senado, esta sala e a sala ao lado lotadas.

Quero agradecer, além de agradecer a todos que organizaram este belo momento, ao Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, ao Presidente da Comissão de Educação e a todos aqueles que participaram para este evento. Especialmente, quero agradecer aos nossos convidados que vieram da França para prestigiar o nosso evento, não é, Deputado?

Dr^a Jaqueline, aceite uma salva de palmas do povo brasileiro por sua contribuição. *(Palmas.)*

É gaúcha. Todo povo brasileiro aplaude sua contribuição. Veio da França para nos ajudar.

Dr^a Monique. *(Palmas.)*

E, permita que eu diga, Dr. Bernard.

Assim, encerramos esta audiência pública.

Parabéns. Parabéns a todos vocês!

Obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 22 minutos.)

ATA DA 56ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE CONJUNTA COM A 44ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 2011.

AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA

Às quatorze horas e quarenta e quatro minutos do dia dezenove de outubro de dois mil e onze, no plenário nº 2 (dois), Ala Senador Nilo Coelho, **sob a Presidência do Senhor Senador Roberto Requião**, e com a presença dos Senhores Senadores Inácio Arruda, Lídice da Mata, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rolemborg, Benedito de Lira, Ana Amélia, Reditario Cassol, Cyro Miranda, Paulo Davim, Delcídio do Amaral, Antonio Carlos Valadares, Zeze Perrella, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Alvaro Dias, Flexa Ribeiro e Randolfe Rodrigues, **reúnem-se as Comissões de Educação, Cultura e Esporte e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.**

Deixam de comparecer os Senhores Senadores Ângela Portela, Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Anibal Diniz, Acir Gurgacz, Jorge Viana, Roberto Requião, Eduardo Amorim, Geovani Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Luiz Henrique, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Sérgio Souza, Eduardo Braga, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Aloysio Nunes Ferreira, Clovis Fecury, Armando Monteiro, João Vicente Claudino e Marinor Brito. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores e a aprovação das mesmas, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública Conjunta, em atendimento ao Requerimento nº 62/11-CE, de autoria dos Senhores Senadores Inácio Arruda, Lídice da Mata, Ana Amélia e Alvaro Dias e aos Requerimentos nº 106/11-CMA e nº 107/11-CMA, de autoria dos Senadores Inácio Arruda, Vanessa Grazziotin e Lídice da Mata, destinados a “**ouvir o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Esporte, Orlando Silva, sobre as denúncias publicadas na imprensa nacional envolvendo o Ministério do Esporte**”. Prosseguindo, a Presidência passa a palavra ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Esporte, Orlando Silva. Finda a exposição do Ministro, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros das Comissões de Educação, Cultura e Esporte e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Usam da palavra os Senhores Senadores Alvaro Dias, Vanessa Grazziotin, Inácio Arruda, Ana Amélia, Mário Couto (não-membro das Comissões), Lídice da Mata, Zezé Perrella, Pedro Taques e Eduardo Suplicy (não-membro das Comissões). Após as considerações finais do Ministro, a Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos da sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, Senador Roberto Requião, encerra a reunião às dezessete horas e dezoito minutos, determinando que nós, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e Leany Barreiro de Sousa Lemos, Secretária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal. – **SENADOR ROBERTO REQUIÃO**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte. – **SENADOR RODRIGO ROLLEMBERG**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 56ª Reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, conjunta com a 44ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário proposta de dispensa de leitura da ata da reunião anterior e aprovação da mesma.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como estão. Os contrários se manifestem. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião atende aos Requerimentos nºs 62/11, da Comissão de Educação, de autoria dos Senadores Inácio Arruda, Alvaro Dias, Lídice da Mata e Ana Amélia, e 106/11, da Comissão de Meio Ambiente, de autoria dos Srs. Senadores Inácio Arruda, Vanessa Grazziotin e Lídice da Mata, para a realização de audiência pública com o objetivo de ouvir o Exmº Sr. Ministro de Estado do Esporte, Orlando Silva, sobre denúncias publicadas na imprensa nacional.

O Ministro terá trinta minutos para a sua exposição. Em seguida, os Srs. Senadores terão cinco minutos para as suas perguntas; o Ministro cinco minutos para a sua explicação, e a tréplica será de dois minutos.

Com a palavra, então, sem mais delongas, o Ministro Orlando Silva.

O SR. ORLANDO SILVA – Boa tarde a todos. Quero cumprimentar todos os presentes, Srs. Senadores, Srªs Senadoras. Particularmente, quero agradecer ao Senador Roberto Requião, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, agradecer ao Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal. Agradeço aos dois porque, desde o final de semana, eu havia entrado em contato com Líderes do Governo na Câmara e no Senado e solicitado aos Líderes do Governo na Câmara e no Senado que fizessem gestões junto às várias comissões temáticas da Casa que tivessem para que nós prestássemos depoimento, para que nós conversássemos com os Srs. Senadores acerca de reportagem veiculada no último final de semana, em que há graves ataques à minha honra pessoal, graves ataques à atividade do Ministério que dirijo. Agradeço porque, muito prontamente, recebi a informação de que as duas Comissões deliberaram por fazer uma reunião conjunta para que pudesse apresentar a minha visão acerca desse processo.

Dessa maneira, com essa reunião, sigo o roteiro que estabeleci, por mim mesmo, na primeira hora do

sábado, quando, ainda estava na cidade de Guadalajara, no México, onde representei o Brasil na abertura dos Jogos Panamericanos. Na primeira hora do sábado, tive a informação de uma reportagem publicada por uma revista brasileira. Como alguns dos senhores devem saber, convoquei imediatamente uma entrevista coletiva para rechaçar, de pronto, os ataques que sofri por aquela publicação.

Fiz questão de continuar cumprindo a minha agenda no sábado – era um encontro de Ministros de todos os países das Américas – mas, logo que cheguei ao Brasil, na segunda-feira, fiz questão de conversar mais amplamente com profissionais de imprensa, já que, lá no México, um número reduzido de profissionais de imprensa lá estava. Fiz uma coletiva na segunda-feira, depois de ter tomado algumas providências que julgo necessárias para defender a minha honra e esclarecer todos os fatos publicados.

A primeira providência, Srs. Senadores, foi protocolar este documento em nome do Dr. Roberto Gurgel, Chefe do Ministério Público Federal. Nós o protocolamos, solicitando ao Ministério Público Federal que abrisse um processo de apuração de todos os fatos relatados naquela publicação.

O segundo expediente, na mesma segunda-feira, foi endereçado ao Ministro da Justiça, por ser o chefe do órgão que dirige a Polícia Federal, pedindo abertura de um inquérito na Polícia Federal para apurar todos os fatos registrados naquela revista.

E o terceiro expediente que fiz na mesma segunda-feira foi endereçado ao Dr. José Paulo Sepúlveda Pertence, Presidente da Comissão de Ética Pública da Presidência da República, solicitando uma audiência para que ali pudesse expor a minha visão acerca dessas denúncias.

Portanto, cumpri com o meu dever de buscar todos os caminhos institucionais possíveis para fazer a defesa da minha honra, reagindo aos ataques que sofri por essa publicação.

Na tarde de ontem, visitei a Câmara dos Deputados; na tarde hoje, visito o Senado Federal; e, até a próxima sexta-feira, espero ter essa audiência, essa reunião com a Comissão de Ética Pública, onde entregarei formalmente a minha visão acerca desse processo.

Com isso, vou encerrar, nesta semana, todas as explicações necessárias para desmascarar as farsas publicadas por uma revista no último final de semana, até porque tenho uma agenda de trabalho muito intensa a cumprir e já consumi em demasia algum tempo para contestar as falsidades que foram publicadas.

Quero dizer, Srs. Senadores, quero pedir permissão aos Srs. Senadores para fazer um pequeno registro, antes de tratar diretamente da motivação

que me trouxe esta tarde ao Senado. Qual o pequeno registro? O registro de que dirijo o Ministério, com muito orgulho, desde o ano de 2006, que introduziu mudanças importantes na política pública de esporte e lazer em nosso País.

Quando assumi o Ministério – e aqui alguns dos Srs. Senadores podem se recordar –, tínhamos uma missão importante: a realização dos Jogos Panamericanos no Brasil. Realizamos os Jogos Panamericanos que a comunidade internacional afirma foram os melhores Jogos Panamericanos e Parapanamericanos da história.

O sucesso dos Jogos Panamericanos credenciou o Brasil a disputar o sonho que era realizar os Jogos Olímpicos. Um grande esforço e uma grande campanha foram feitos com esse objetivo, liderada pelo Presidente Lula, com a participação muito importante do Pelé, o atleta do século, um dos principais nomes do esporte mundial; com a presença do Dr. João Havelange, uma das maiores personalidades do futebol mundial e, seguramente, o maior dirigente da história do futebol; de Carlos Arthur Nuzman, que dirige o Comitê Olímpico Brasileiro; e de Governadores – inicialmente Rosinha Garotinho, depois, o Governador Sérgio Cabral –, de Prefeitos – inicialmente César Maia; depois, Eduardo Paes –, ao que se somou o trabalho do Governo Federal. E coube-me coordenar a ação de vários Ministérios, estruturando o plano, o projeto que nos levou à vitória em Copenhague.

Nunca esqueço a manifestação do Presidente Lula de que se tratava da cidadania internacional do Brasil aquela conquista, quando superamos muitas desconfianças e afirmamos a possibilidade de a América do Sul, pela primeira vez, receber esse evento.

Celebro também o fato de que, como Ministro, pude, em Zurique, falar em nome do Governo brasileiro, em um momento, em uma sessão histórica em que a Fifa decidiu que o Brasil seria uma vez mais a sede da Copa do Mundo.

Ali, o Presidente do Comitê da Candidatura, Ricardo Teixeira, entre outras personalidades do nosso País, juntos, apresentaram para uma plateia seleta como o Presidente da República e 13 Governadores... Iniciamos ali um esforço de preparação desses grandes eventos. Em um momento como este, não posso deixar de registrar a satisfação de dirigir um Ministério que elevou o País a um núcleo central de grandes eventos esportivos. E há uma longa agenda de trabalho com três ciclos de planejamento, no caso da Copa do Mundo, e com toda uma estratégia de planejamento, no caso dos Jogos Olímpicos, que poderia, quem sabe, em outro momento, ser objeto de um debate nesta Casa.

Mas a agenda desse Ministério, Srs. Senadores, tem como missão, além de organizar e apoiar a organização de grandes eventos, desenvolver a infraestrutura do Brasil, inclusive o Senado e a Câmara dos Deputados auxiliam muito o nosso Ministério com o apoio no orçamento para melhorar a infraestrutura esportiva no Brasil.

Evoluímos muito. O PAC 2 incorporou o esporte como um de seus temas; e até 2014 teremos praças de esporte e cultura, equipamentos e escolas, e desenvolveremos melhor a infraestrutura do nosso País.

Chamo a atenção para o apoio aos atletas de alto rendimento. Não por acaso que, em Guadalajara, o Brasil tem a sua maior delegação já enviada a uma competição esportiva internacional. E confio que teremos o melhor resultado já conquistado em uma competição esportiva, com medalhas de prata, bronze, ouro, mas, sobretudo, com a melhor *performance* dos nossos atletas.

O Congresso Nacional e este Senado nos apoia quando cria um programa chamado Bolsa Atleta, que é o maior programa de apoio a atletas do mundo. Quarenta por cento da delegação em Guadalajara é apoiada por esse projeto. Esta Casa e a Câmara dos Deputados também nos apoiaram quando votaram a Lei de Incentivo ao Esporte, uma reivindicação de 40 anos. Durante seis meses, tivemos o privilégio de conduzir junto aos parlamentares a discussão, quando o Congresso finalmente votou, criando uma oportunidade extraordinária para apoiar projetos, atletas, eventos, clubes, enfim, atividades esportivas.

Quero concluir falando sobre programas sociais. Tenho orgulho de ter um Ministério focado em programas sociais. Assim foi desde o começo do Governo, seja ampliando o alcance de programas que encontramos em 2003, como, por exemplo, o programa Pintando a Liberdade, um programa existente no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que demos uma escala nacional, onde a produção de material esportivo é distribuído nas escolas públicas do País, seja criando programas como o Esporte e Lazer na Cidade e o Programa Segundo Tempo.

Creio que vale à pena uma palavra sobre o Programa Segundo Tempo, que é realizado em parceria com os governos estaduais, municipais, universidades federais, as Forças Armadas e entidades privadas. Mais de 200 convênios estão em vigência, hoje, do Programa Segundo Tempo; perto de 90% desses convênios são com entidades públicas: prefeituras, Estados, universidades federais e as Forças Armadas. É um dado relevante, porque revela o esforço que fazemos em mobilizar o setor público, a rede pública de gestores

para ofertar esporte e lazer para a nossa infância e a nossa juventude.

Perto de dois milhões de crianças e jovens têm acesso ao Programa Segundo Tempo, alcançando uma escala, portanto, inédita, um programa de política pública, de esporte e lazer para crianças e jovens. E algumas novidades considero importantes. Primeiro, a novidade de 2009, quando estruturamos finalmente uma parceria entre o Ministério do Esporte e o Ministério da Educação.

O futuro do esporte no Brasil passa pela relação com a educação e, a partir de 2010, implantamos essa parceria em 1.100 escolas do Brasil. Neste momento, temos perto de 5 mil escolas públicas entre as que têm o menor índice de desenvolvimento da educação básica beneficiadas por essa parceria, porque acreditamos que no futuro é preciso expandir para todas as escolas brasileiras a oferta de esporte, lazer e recreação.

E a última observação sobre o Segundo Tempo é que nós, ano após ano, temos aperfeiçoado a gestão do programa. Isso pode ser medido pelas avaliações dos organismos de controle que acompanham e auditam, ano após ano, a execução desse convênio e, ao longo desse período, todos os anos ajustes. Neste ano, introduzimos um novo ajuste, o ajuste deste ano foi introduzido em julho, uma chamada pública com um edital estabelecendo os critérios para a seleção dos parceiros. Esse processo foi encerrado em setembro e, com o encerramento do processo, veio uma decisão de gestão, uma decisão do Ministério, que é exclusivamente firmar convênios para o Segundo Tempo com entidades públicas. Essa edição de setembro, por entender que o setor público possui mais mecanismos para controle e acompanhamento da sua atividade.

Portanto, quero registrar essa iniciativa, que foi uma decisão de gestão após analisar, avaliar, acompanhar todos esses anos de preparação desses convênios. Apesar de registrar que, de 2006 – quando assumi o Ministério – até hoje, a tendência de participação de entidades privadas era uma tendência declinante.

Quero falar agora, Srs. Senadores, acerca de algumas acusações que sofri no último final de semana.

Primeiro, quero dizer que a resposta que oferecemos à revista foi uma resposta clara, uma resposta que não deixava dúvida quanto à rejeição das afirmações infundadas que me eram imputadas. Nós dissemos claramente: “Nunca houve os fatos registrados pela revista”.

São duas as acusações apresentada na revista, uma delas na capa da revista. Imaginem os senhores, na capa da revista. Seis páginas internas da revista dedicadas a uma afirmação: de que o Ministro de Estado

teria recebido dinheiro público desviado de convênios realizados na sua pasta.

Chamo a atenção dos senhores quanto ao conteúdo do ataque que sofri: o Ministro de Estado teria recebido recursos desviados de convênios patrocinados por sua pasta. A minha indignação foi imediata. Rejeitei, rechacei prontamente essa acusação infundada por parte da revista. E disse mais, disse mais: “Desafio que sejam apresentadas provas quanto a essa violência”, afirmava, “Não houve, não há e não haverá provas que sustentem esse ataque grosseiro que eu recebi”. Falei claramente isso para a revista. Falei sábado na entrevista coletiva que fiz na Cidade de Guadalajara; falei segunda, nos expedientes que encaminhei aos vários órgãos de controle e na coletiva mais uma vez feita aqui no Brasil; falei ontem, na Câmara dos Deputados, no depoimento que fiz para várias Comissões e falo agora, no Senado Federal, com a responsabilidade de Ministro de Estado, sabedor da importância que tem esta Casa: “Não houve, não há e não haverá nenhuma prova sobre essa acusação vil que me imputaram. Rejeito, repilo esse ataque grosseiro que sofri.” E o que é mais grave, Srs. Senadores, desde sábado eu questiono: “Onde estão as provas?” Cinco dias se passaram e eu faço, mais uma vez, o questionamento: onde estão as provas?

Srs. Senadores, essas provas não existem. Desafio o registro da minha voz. Desafio o registro da minha imagem. Por isso, quero dizer aos senhores da minha indignação. Como homem público – tenho 40 anos –, na política, posso até ser considerado uma pessoa jovem, mas tenho orgulho de ter uma trajetória ilibada.

Imagine para os Srs. Senadores o que significa uma acusação como essa, feita na capa de uma revista, uma acusação sem fundamento; o que significa uma acusação dessa para mim. Imagine o que significa uma acusação dessa para a minha família; o que significa para a minha mulher, para a minha mãe, para a minha filha uma acusação com essa gravidade, publicada com a foto e sem nenhuma prova.

Insisto: prova alguma surgirá, porque essa acusação é uma farsa. Essa acusação é uma mentira. Provas quem possui sou eu. Reafirmo: aqui estão as provas do crime que o meu acusador realizou; a apuração que determinei nos convênios assinados com determinada entidade. E a apuração fazemos de todos os convênios; fiscalizamos e apuramos o comportamento e o cumprimento do objeto em todos os convênios.

Identifiquei na apuração que havia desvios por parte de duas entidades. Sabe qual foi a minha atitude? Mande apurar, dei direito de defesa para que fossem apresentadas provas e justificativas que sustentassem o cumprimento do objeto do convênio; dei

direito de defesa, não julguei liminarmente; dei prazo para que arrolassem documentos e, ao final, determinei a devolução do dinheiro público que foi desviado. Eu determinei isso.

Aqui sei que há muitos ex-ministros. E ex-ministros sabem que é exigida uma tomada de conta especial, que é encaminhada ao Tribunal de Contas da União, um pronunciamento ministerial. É dos poucos atos administrativos em que se exige um pronunciamento ministerial. E os senhores podem visitar os autos do processo no Tribunal de Contas da União dos dois convênios em tela e lá verão a minha determinação: “Exijo a devolução do dinheiro público desviado por essa entidade”. Foi essa a minha manifestação.

O que fiz foi combater o malfeito; o que fiz foi combater a corrupção. Isso é o que fiz. E qual foi a reação do réu? Qual foi a reação de quem desviou recurso público? Qual foi a reação de quem cometeu um delito? Ele acusa o Ministro de Estado e não apresenta provas. Esses são os fatos.

Repito: foi-me imputada uma acusação de receber dinheiro público desviado, numa garagem do Ministério do Esporte. Essa é a acusação que me fizeram. Essa é a acusação que me fizeram. E quem me acusa? Justamente aquele de quem eu exijo que devolva o dinheiro público desviado por ele.

Imagine, meu Deus, aonde vamos chegar, se, em cada processo administrativo em que o gestor exija que o malfeito seja corrigido e que o dinheiro seja devolvido, surgir o delinquente que praticou o fato, acusando o gestor, para intimidá-lo? Onde nós vamos parar? Por isso a importância de ter provas. Não se pode acusar sem provas.

É muito importante a liberdade de imprensa no Brasil, é muito importante. E eu sei que é parte da liberdade de imprensa a apuração detalhada dos fatos.

Surpreendeu-me ontem, Srs. Senadores, a afirmação de um de que não interessa que haja processo, não interessa que haja apuração. Já há acusação. Se há acusação, o Ministro tem que sair. Ou seja, se pretende tirar o Ministro de Estado do Governo no grito. Basta a acusação. Não importa que seja desqualificado. Não importa que ele tenha que devolver o dinheiro público; e o Ministro exige isso. O que importa é que houve uma acusação. O processo tem que ser sumário. Só faltava dizer: “Lembre-mos do tempo de exceção; lembrem-nos dos anos sombrios; lembrem-nos dos processos sumários”.

Portanto, a minha indignação, a minha revolta é porque é inaceitável compactuar com acusação sem provas. Insisto, já se foram cinco dias, quase uma semana e pergunto: onde estão as provas da mentira de que me acusam? Onde estão as provas das falsidades

de que me acusam? É inaceitável! Por isso, a defesa que faço da minha honra.

Não se trata, aqui, pura e simplesmente da defesa da gestão do nosso Ministério, que faço, porque aperfeiçoamos o trabalho, aumentamos a fiscalização, apertamos o cerco, mas se trata da defesa da honra de uma pessoa que tem orgulho de andar de cabeça erguida na rua e que vai continuar andando de cabeça erguida na rua, porque não vou descansar enquanto não prender os delinquentes que me atacam de maneira vil.

Por isso, abri a minha vida para que tudo que for possível ser observado seja. No expediente que encaminhei ao Ministério da Justiça, inclusive, abri, coloquei à disposição o meu sigilo telefônico, bancário, fiscal, de correspondência. Está tudo aberto, para quem quiser observar, de modo que fique claro que se trata de um homem honrado.

Eu tenho orgulho da minha trajetória, tenho orgulho do que faço e não vou permitir que a minha vida seja maculada pela atividade de um delinquente que reage ao interesse ferido. Reage porque exige que devolvesse os recursos públicos. Portanto, ele acusa porque eu cobro a devolução.

Eu digo isso e insisto na tese central porque a revista me colocou na capa e me acusou, imputou-me o crime e me expôs ao linchamento público. Eu me sinto hoje vivendo um linchamento público sem provas.

Eu digo isso porque ao mesmo tempo percebo outro movimento. Agora, o delinquente muda a versão. Ele já diz: “Nunca falei nada do Ministro”. Ele já fala: “Nunca o acusei pessoalmente”. Eu convido os senhores a voltar à capa da revista *Veja*. Eu convido os senhores a voltar a ler a matéria da revista *Veja*.

Portanto, não é a primeira vez que ele muda. Muito provavelmente vai mudar a versão outras vezes, porque o que fala é mentira. Pura e simplesmente o que ele fala é mentira!

Ainda hoje, eu devo impetrar uma queixa-crime que vai instruir uma ação penal por calúnia. Faremos isso de maneira a que não pareça dúvida na sociedade brasileira quanto ao nosso compromisso.

E assim como esse delinquente começa a criar novas versões, rapidamente pude perceber que agora são outros os fatos. De repente, a acusação ao Ministro já não interessa tanto, porque afinal não tem provas. Aí, foram buscar a minha vida.

Hoje, alguns jornais publicam: “O Ministro comprou, em 2010, um terreno. Pagou 370 mil reais. Tem uma casa que está sendo construída”. Devo dizer, Srs. Presidentes, que se trata do único bem que possuo. O único bem que possuo! Começaram uma conversa de que era em um condomínio e já viram que não, é fora. Tentaram insinuações, porque ali passa um duto, mas

perceberam que é uma desvantagem que desvaloriza, inclusive, aquela área. E fotografaram a casa bem de longe, para esconder que é uma casa modesta, uma casa que tem 110 metros quadrados. Essa é a área total desse imóvel que está sendo construído. Será a primeira casa que vou ter na vida. Esse é o fato, como se pudessem incriminar um Ministro de Estado por esse fato.

O cheque que eu utilizei era do valor de toda poupança que juntei durante a minha vida e com apoio familiar, inclusive. O número do cheque pessoal eu fiz questão de colocar na escritura. Está registrado no cartório. É um documento.

Aliás, olhando os jornais, vale até a pena os senhores prestarem um pouco de atenção, porque além do terreno tem outra propriedade que está no nome da minha mulher, que é um automóvel popular, um Fox, sem querer fazer *merchandising* para uma empresa de veículos.

E vale a pena até contrastar com outras notícias que foram veiculadas acerca do patrimônio de quem me ataca, que tem uma função que imagino inclusive perceber uma remuneração menor do que a função de um primeiro nível do Governo Federal. Imagino que um soldado da Polícia Militar de Brasília deva receber um salário um pouco inferior ao salário que recebe um Ministro de Estado.

Portanto, eu quero dizer para os senhores que não vou aceitar o desvio para avaliar: “Ah, não, mas tem outro convênio ali!” Vamos examinar. Toda e qualquer denúncia que recebo de convênio, de contrato, toda e qualquer, nós apuramos. Instauramos processos administrativos, como fizemos nos dois casos de Brasília. Então, nós não nos esquivamos de responder sobre nenhum contrato, sobre nenhum convênio do Ministério do Esporte. Aliás, essa é minha obrigação de informar à imprensa, ao Congresso, à sociedade.

Mas eu exijo uma reparação sobre a acusação que me imputaram. Que não venham com outras histórias. Todas elas serão respondidas a tempo, mas rejeito, repilo a acusação vil que sofri.

Há pouco, tive a notícia de que o problema agora era outro. O problema agora é que tem uma gravação que poderia falar de um encontro. Não é o Ministro! Ah, não! Mas é com alguém do Ministério, onde se discute o processo interno; se teria um ofício para um órgão do Governo de Brasília! Não, mas teria outro ofício! Mas tem um processo!

Eu determinei, exigi, mandei que o desvio identificado fosse corrigido, o dinheiro público fosse recuperado e as entidades que receberam e desviaram devolvessem o recurso. Porque se preparem que vai aparecer uma historinha: “Não, mas tem isso, tem

aquilo”. O fato é que desde 2008 eu luto para que esse recurso volte para os cofres públicos.

Portanto, registro, Srs. Presidentes, Srs. Senadores, que eu tenho as provas que incriminam o meu acusador. Ele desviou dinheiro público. Ele vai ter que devolver o dinheiro público! Eu vou acioná-lo por calúnia. Temo essa completa inversão de valores. Insisto que acusa porque eu exijo que ele devolva o dinheiro público.

Se a moda pega, os bandidos todos vão atacar os gestores para se acobertarem e criarem uma cortina de fumaça em torno de si mesmos, até porque ele responde a muitos inquéritos, alguns processos penais e se avizinha a decisão sobre esses processos. O que ele quer é um inquérito.

O próximo passo, muito provavelmente, será buscar alguma cobertura. Vai pedir proteção como testemunha. É possível que busque algum caminho para insinuar que está sendo ameaçado, que corre algum risco. Esse é o próximo passo. E é bom que dê. É bom que seja dada proteção a esse sujeito, para que ele fale tudo que sabe. É bom que seja dada proteção, para que não impute responsabilidade a terceiros.

Por isso, eu queria, Srs. Senadores, falar da minha convicção de que é um escândalo o que fazem contra mim, os ataques que eu sofro, assim como é um escândalo a insinuação de caixa 2 ou coisa que o valha que atinja o meu Partido PCdoB.

Aqui nesta sala tem muitas pessoas que convivem com o meu Partido PCdoB há muitos anos e sabem da sua história.

Hoje, particularmente, fiquei muito triste quando abri jornais e vi a foto de João Amazonas, Presidente histórico do meu Partido, um homem de respeito, um homem que lutou até o último dia da sua vida. Fiquei muito triste, confesso, quando vi uma insinuação para atingir a imagem de um homem como foi João Amazonas.

Então, quero dizer aos senhores que rejeito essa insinuação acerca do meu Partido, que tem história, que tem homens probos, que esta Casa conhece, homens e mulheres na Câmara e no Senado, lutadores da luta social, que ajudam a construir o Brasil. Eu me orgulho muito da história do meu Partido. E nós não vamos tolerar. Agora, falo como dirigente político também: eu não vou tolerar que a história do meu Partido seja maculada por um delinquente, que é o fato que acontece.

Era o que tinha a dizer aos senhores. Já estive no Senado muitas vezes e, como sou baiano – muitos aqui sabem –, normalmente, Senador Requião, sou, talvez, um pouco mais tranquilo, mas é porque a indignação que sinto é muito grande – insisto –, é

quase uma revolta, mas tenho confiança de que, com o tempo, a verdade vai surgir, a verdade vai se impor.

E eu faço um apelo aos amigos da imprensa para que exijam as provas, porque não se pode realizar um linchamento público de um homem público apenas com palavras ao léu, lançadas por um acusador, que não demonstra que objeto de inquéritos e de quem nós exigimos a devolução dos recursos.

Eram essas as palavras que eu queria apresentar aos Srs. Senadores. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – As inscrições para as Sr^{as} e Srs. Senadores que desejam interpelar o Ministro estão sobre a mesa. Iniciamos a audiência das interpelações pelos requerentes da audiência pública. Nós vamos intercalar por partido. A primeira intervenção será da Senadora Vanessa Grazziotin; a segunda, do Senador Alvaro Dias; a terceira, do Senador Inácio Arruda; a quarta, da Senadora Lídice da Mata. Daí temos ainda inscritos os Senadores Zeze Perrella, Randolfe Rodrigues e Blairo Maggi. E a Senadora Ana Amélia é a quinta.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Mário Couto.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Mário Couto se inscrevendo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, V. Ex^a poderia informar a minha ordem?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Randolfe Rodrigues seria o sétimo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Quem pediu inscrição? O Senador Mário Couto.

Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente, Senador Roberto Requião, Senador Rodrigo Rollemberg, Ministro Orlando Silva. Eu sugeri ao Senador Alvaro Dias que, se quisesse fazer os questionamentos na minha frente, não há problema algum. Muito obrigada, Senador.

Quero cumprimentar os Senadores e as Senadoras que aqui estão, companheiros da imprensa, servidores do Ministério dos Esportes.

Quero iniciar, Sr. Presidente, Senador Requião, Senador Rodrigo, Ministro Orlando, dizendo que ouvi, com muita atenção, a intervenção de V. Ex^a, Ministro Orlando, não apenas hoje aqui. Eu estive na Câmara ontem. Eu assisti à sua exposição no dia de ontem também. E quero dizer, repetir aqui, neste plenário, na frente de V. Ex^a, Ministro, o que disse na tribuna do Senado no dia de ontem. A indignação não é de V. Ex^a. A indignação é de todo um partido político, por-

que aquelas acusações feitas ao Ministro do Esporte, na realidade, estão se transformando em acusações feitas a um partido político, a uma organização política do Brasil, a mais antiga de todas, aquela que luta com muita dificuldade, mas com muita garra e muita dignidade.

Um dia desses, eu estava no Twitter, e um jornalista, alguém da imprensa escreveu assim: “ah, esse pessoal do PCdoB – engraçado –, eles querem estar acima do bem.” Nunca, nenhum de nós. Eu não conheço ninguém dentro do PCdoB, Presidente Requião, Presidente Rollemberg, que queira estar acima do bem. Entretanto, sei que todos nós lutamos para melhorar a vida do povo, e lutamos com muita dignidade – com muita dignidade.

Não foi só triste para o senhor, não, ver o João Amazonas estampado aqui na capa do jornal. Foi triste para todos nós.

V. Ex^a, Ministro, falava da revista *Veja* e não mostrou a revista. A revista *Veja* está aqui, na capa – entre aspas –: “O Ministro recebia dinheiro na garagem”. Isso é uma afirmação, porque não tem nada. “Testemunhas de desvios acusam diretamente Orlando Silva, Ministro do Esporte”, na capa. Aí vamos abrir a matéria. Está aqui a matéria. Olha aqui o tamanho, Senador Alvaro Dias. Olha o tamanho da matéria – entre aspas –: “O Ministro recebia dinheiro na garagem”.

Senador Alvaro Dias, exija as provas de que o Ministro Orlando Silva recebia ou recebeu dinheiro na garagem, não para o bem do Ministro, mas para o nosso bem, para o bem de todos nós, porque hoje é o Ministro Orlando, hoje é o PCdoB. Amanhã vai ser quem? Isso aqui é uma ilação. Isso não é uma denúncia não. Isso é uma calúnia de uma pessoa que recebe esse espaço na revista. Quanto vale uma vida? – eu pergunto aos senhores, porque aqui é uma vida que está em jogo. Aqui é a vida de uma pessoa, de uma família. A reparação, eu nunca vi nenhuma reparação. E o senhor vivenciou muito isso, Senador Requião, Governador Requião. Nunca a reparação vem nesse tamanho. E, mesmo que ela venha, a pessoa fica machucada para sempre.

Então, Ministro, quero dividir com o senhor. Eu faço questão. Vamos puxar para nós esse debate. A indignação não é de V. Ex^a não. A indignação é de todos nós. Nós precisamos exigir a prova.

E mais: eu quero seguir aqui e dizer o seguinte: eu não vejo essa questão como ética não. Eu vejo como uma questão mais política. Sabe por quê? Todas as matérias que lemos na imprensa dizem o seguinte: “O Ministério do Esporte era o patinho feio. De patinho feio, ele foi transformado num belo cisne.” E o Ministério do Esporte conseguiu para cá... Vamos

listar, precisamos listar. V. Ex^a já falou dos trabalhos desenvolvidos, da ampliação dos programas sociais. Fizemos o Pan, a Copa de 2014, as Olimpíadas de 2016, os jogos militares, que acabaram de acontecer no Brasil. Mas está aqui. Uma matéria na imprensa diz o seguinte: “Esporte brasileiro cresce sem política esportiva e sob condução deplorável”.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Eu já concluo.

Ora, é uma questão política. E há outra que diz assim: “Ministro Orlando é *persona non grata* para a Fifa”. Aliás, é a Fifa que está querendo ser maior do que todos nós, Senador Alvaro. Ela quer impor as regras da Copa do Mundo. É ela que quer dizer como é o projeto de lei, a lei que devemos aprovar da Copa. É essa Fifa que considera o Ministro *persona non grata*. Mas vamos lá. Vamos pegar matéria da *Veja*, porque ela pega outro eixo também, dizendo que há um grande esquema de desvio de recursos.

E eu, Senadores, quero...

Aqui, na página 75, a revista *Veja* relata que esse soldado – não vou nem ler o nome dessa pessoa – respondia a desvio de conduta na corporação militar. É policial militar. Dizem que tem um monte de carros chiques. Nem conheço esses carros aí, mas ele diz que trabalha lá por amor à polícia. Está lá no jornal. Eu li isso no jornal hoje. Mas diz aqui a matéria da *Veja*: quando questionado – ao Ministério foi –, respondeu, de fato, a corporação militar do DF que a entidade desse soldado devia dois milhões aos cofres públicos. E vai adiante a matéria. E diz assim: mas que daí, depois disso, o soldado foi lá, virou cadeira, foi armado. Tem que ser investigado. Como alguém anda armado? Como alguém anda armado dentro do Ministério? Está dito aqui na revista. E lá virou a mesa e saiu de lá, conseguiu outro documento. Essa parte eu vou ler: “A pressão deu certo”. Eu estou lendo o que está escrito na *Veja*: “A pressão deu certo. O Ministério expediu um novo ofício à Polícia Militar amenizando a situação de Dias. O documento pedia que fosse desconsiderado o relatório anterior.”

Está aqui o documento, Senador Alvaro Dias. A revista parou a verdade aí. Está aqui o documento. Eu vou ler o documento também. O documento é datado do dia 7, ou seja, menos de 30 dias depois.

Serve o presente para solicitar a V. S^a que desconsidere o teor do Ofício nº 229, uma vez que as entidades solicitaram a este Ministério nesta data pedido de prorrogação até o dia para a apresentação de novos documentos, fato esse que ensejará novas avaliações das prestações de conta.

Tão logo seja concluída a análise, nós remeteremos.

E aí foi feito. Aí foi feita a análise pelo Ministério, que reprovou, e foi solicitada a prestação, a tomada de contas especiais.

Mas a revista parou aqui. Meia verdade. A quem interessa a meia verdade? A quem interessa a meia verdade? Nós ficamos sabendo... Aliás, ficamos sabendo, não: o Brasil inteiro soube que esse soldado ontem deveria ter ido depor na Polícia Federal. Não foi, alegando motivo de saúde. Mas esteve aqui. Esteve aqui no Senado. Esteve aqui no Senado. E Deputados andam dizendo pelo corredor que ele tem prova, que ele vai... Não contra o Ministro, porque essa ele não tem mais. Não é contra o Ministro. Contra quem ninguém sabe. Ele vai apresentar as provas.

Mas ele não pode apresentar agora, sabe por quê? Porque tem um contrato exclusivo, porque tem um contrato exclusivo. Então, antes do contrato exclusivo, não pode. Ele veio pedir proteção. Um policial, pedir proteção aqui. É na Polícia Federal que ele tem de pedir. Mas ele não foi à Polícia, alegando que estava doente.

Ora, a quem interessa? A quem interessa toda essa confusão? Então, Ministro Orlando Silva, quero aqui dizer o seguinte: como V. Ex^a, nós todos – nós todos! – queremos a verdade.

O Senador Inácio Arruda dizia, quando da reunião que aprovou esse requerimento aqui: “Nós vamos assinar. É para ouvir esse cidadão, que não merece crédito? Deixe-o apresentar as provas, e vamos ver.”

Mas é uma prova contra o Ministro. Não adianta querer inventar dado falso, não. São R\$49 milhões – está aqui no jornal – que o Ministério luta para reaver, com entidades privadas e públicas também. Nove por cento, o Ministro diz, são com ONG; 91%, com entidades públicas municipais, estaduais e federais.

Então, Ministro, quero dizer que sei da sua capacidade. V. Ex^a foi Presidente da UNE. Sei da sua capacidade, mas V. Ex^a não tem ido bem não porque tem capacidade de discurso, não, mas porque tem sinceridade, porque tem verdade. Verdade. Verdade, Ministro.

Então, quero dizer que não é um problema seu: é um problema nosso. E nós vamos responder um a um. E a hora em que essa pessoa aparecer, Senador Alvaro, com prova – mas é contra o Ministro...

Está aqui a revista: “Ministro recebe dinheiro na garagem”. Está aqui. Cadê a prova do Ministro pegando dinheiro na garagem? Isso funciona nas pessoas, subliminarmente, como um filme – como um filme.

A Senadora Lídice da Mata leu no avião a matéria. Ficou assustada, tenho certeza. Ela vai falar. Ficou assustada, porque eles trabalham assim, como se fosse um filme: “Vamos criar”. Depois não vem esse fato, mas vem outro, passa e fica por isso mesmo. Não pode ficar assim, não. Não pode.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra, o Ministro Orlando Silva, por cinco minutos.

O SR. ORLANDO SILVA – Eu sequer vou usar o tempo. Só queria fazer um registro tradicional, porque é interessante. Nesse esforço que se faz de tergiversar, de desviar o foco, é um dado, porque tomada de conta especial é um procedimento administrativo último da Administração, para exigir a devolução de recursos.

Portanto, depois de um longo processo, ao final, você toma uma decisão extremada. E se caracteriza por uma ação do órgão. Então, diferentemente do que se publica, somos nós, do Ministério, que tomamos a iniciativa.

E achei interessante, porque, em letras garrafais, postou-se hoje, em alguns órgãos, que o Ministério exige a devolução de R\$50 milhões, e são 67 processos.

É verdade. Temos 67 processos acumulados, de 2002 a 2011. Sessenta e sete processos de um total de 12.001 processos. Quando se registra apenas uma parte e não se tem ideia do conjunto, pode haver uma dispersão. Nós exigimos a devolução de R\$50 milhões de um total de quase R\$7 bilhões que a Administração Pública procura reaver, se aqui ou acolá houver má utilização.

Então, quero fazer este registro porque creio que pode ajudar na reflexão dos senhores, já que também foi objeto de matéria do dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra, por cinco minutos, o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Ministro, quero primeiramente dizer que estamos desarmados e que agradeço até as referências da Senadora Vanessa Grazziotin me convocando sempre a testemunhar suas afirmações.

Quero, preliminarmente, afirmar que não me restrinjo às denúncias veiculadas pela revista *Veja*. Nosso dever vai além disso, até porque não entendo ser correto concentrar em apenas um denunciante as informações que veicula a imprensa sobre desvios que ocorreriam desde aproximadamente o ano de 2004, uma vez que intervenções houve nesse tempo. Em 2007, por exemplo, uma CPI das ONGs no Senado Federal tentou aprofundar a investigação, revelando irregularidades e desvios inúmeros no âmbito do Ministério dos Esportes.

O nosso objetivo não é alvejar quem quer que seja, mas esclarecer. Os fatos existem. O que há de positivo nisso tudo é que o mal está sendo colocado à luz para que possa ser denunciado, combatido e, eventualmente, condenado.

O que diz o denunciante?

Aliás, é preciso também dizer que não temos preconceitos, especialmente em relação a partidos históricos. A nossa formação política não admite isso. Não há nenhum preconceito em relação a esses partidos e nem a qualquer outro partido político no País.

Em relação ao denunciante: creio que não podemos consagrar a tese da desqualificação de quem denuncia, porque desqualificar quem denuncia certamente favorece a desonestidade – digo isso em tese, não me refiro especificamente a este episódio. Não creio ser prudente começar por desqualificar, especialmente neste caso, porque quando se acusa o denunciante de ter adquirido um patrimônio com recursos do Ministério dos Esportes, o que se faz é confessar a irregularidade havida. Acusar o denunciante de ter adquirido carros e residência com recursos do convênio celebrado com o Ministério, é afirmar que há razões para as denúncias veiculadas pela imprensa, é uma confissão ou é uma autoconfissão da irregularidade havida.

Sr. Presidente, sei que o tempo é escasso, sobretudo porque a oposição está limitada nesta questão – vejo aqui o Cyro e Mário Couto –, mas eu gostaria de colocar questões objetivas para o Ministro responder.

O que se diz é que o convênio é celebrado com uma ONG que substitui... Aliás, é a primeira indagação: por que substituir governos estaduais e prefeituras municipais por organizações não-governamentais que se aparelham para obter recursos do Ministério do Esporte? E, coincidentemente, nós podemos citar algumas, muitas delas ligadas ao partido do Ministro à época e do atual Ministro. O que se afirma – e o denunciante também diz isso – é que, para a celebração do convênio, repassavam-se 20% do valor a pretexto de que uma empresa de consultoria deveria prestar consultoria e essa seria a remuneração.

O denunciante concordou, aceitou a regra, depois verificou que não existia empresa de consultoria e que a consultoria era realizada no próprio Ministério. Ele deixou de repassar os valores e, a partir daí, houve o enfrentamento dele com o Ministério. Alegou que esses recursos seriam repassados ao partido para o fortalecimento da agremiação nas eleições subsequentes. Ele próprio disputou a eleição em Brasília. Em determinada campanha eleitoral, participou também, oferecendo a sua contribuição.

Entre as ONGs beneficiadas está o Instituto Cultural Ambiental do Rio de Janeiro (R\$5,5 milhões) – Pedro Ribeiro é do PC do B. Outra ONG: Instituto Contato, de Santa Catarina (R\$20 milhões) – o presidente é Rui Oliveira, do PC do B; Simone Fraga também é do PC do B. Esses valores, 20 milhões, vão de 2007 a 2011.

Em Brasília, temos algumas associações beneficiadas, que, segundo a denúncia, não prestaram serviço algum, apenas receberam: Toni Matos, Associação Nossa Senhora Imaculada Conceição, Liga de Futebol Society do Distrito Federal, Instituto Novo Horizonte. Mas, na verdade, o que se denunciou é que, além das organizações não-governamentais, há empresas constituídas que atuaram em conexão com essas organizações não-governamentais, com vínculos de relação pessoal e até familiar.

Vou dar como exemplo uma delas, que, aliás, é uma ONG que foi apresentada a todo o Brasil no último domingo pelo programa Fantástico, da Rede Globo, que mostrou crianças de pés descalços correndo atrás de uma bola num terraço, mostrou um prédio onde deveria existir uma empresa e a empresa lá não está instalada, e não conseguiu arrancar explicações para o fornecimento de produtos de empresas vinculadas a essa organização não-governamental.

Eu tenho os documentos, Sr. Ministro, que mostram as relações familiares existentes entre ONG, empresas fornecedoras e, inclusive, entre pessoas que forneceram os atestados necessários para a celebração do convênio.

Essa ONG Para Frente Brasil foi inscrita sob o nome de Bola para Frente, é liderada pela ex-jogadora Karina, mas a presidente da ONG se chama Rosa Malvina da Silva, que é irmã do diretor social. A mãe de ambos, Aparecida de Souza, faz parte do conselho fiscal; a vice-diretora Gisele da Silva Toledo é filha de um membro do conselho fiscal, Josefa da Silva Toledo.

Uma ONG, para celebrar convênio com um Ministério, precisa de três atestados de capacidade técnica, dados por pessoas idôneas. Pois bem, o atestado foi feito pelo Secretário de Educação de Santo Antônio da Posse Achile Fosco, que vem a ser marido da Iara Zalla Fosco, membro do conselho fiscal da ONG, ambos pais de Daniela Fosco, secretária executiva da ONG, e de Bruno Fosco, secretário administrativo da ONG. O Ministério aceitou esse atestado.

Dentre os fundadores da ONG, consta o Sr. João Paulo Zonzini, e ele é proprietário da empresa J. P. Zonzini Festas, contratada pela ONG. Portanto, ele é da ONG e da empresa contratada pela ONG – isso está documentado com ata, com contrato, com carteiras de identidades. Nós trouxemos os documentos exatamente para que não se peça aqui prova em razão da afirmação que estou fazendo.

Em relação ao que ouvimos, especialmente no dia ontem, a afirmação, Ministro – e eu faço isso de forma também tranquila e desarmada – não é minha, mas sou obrigado a apresentá-la a V. Ex^a: V. Ex^a era o executivo desse esquema desde seu início. Mesmo à

época do Ministro Agnelo Queiroz, V. Ex^a é quem coordenava esse esquema com a participação de ONGs que eram aparelhadas exatamente para obter recursos do Ministério, substituindo Prefeituras e Governos Estaduais, sem a prestação de contas. Muitas delas, como essas referidas (de Brasília), sem a prestação de serviço algum. Portanto, aquele que tem sido acusado e destratado, por ter denunciado, deve responder à Justiça e, no dia de amanhã, ele estará prestando depoimento à Polícia Federal. E nós queremos aqui manifestar nossa absoluta confiança tanto na Polícia Federal quanto no Ministério Público. Esse escândalo será devidamente elucidado para a sociedade brasileira e nós teremos um diagnóstico completo com a responsabilização civil e criminal dos envolvidos, sejam eles quem for, de um lado ou de outro, do lado de quem denuncia ou do lado de quem é denunciado.

Diz o denunciante que V. Ex^a o convidou para, em uma audiência, fazer um acerto a fim de que ele se calasse. Isso foi em abril de 2008. A reunião a que V. Ex^a fez referência e da qual não participou. E, segundo V. Ex^a afirmou, existiria uma gravação em torno dessa reunião, teria sido o desdobramento... Eu estou transmitindo o que ouvi para que V. Ex^a possa dar esclarecimentos a esta Comissão e a esta Casa. Que, como decorrência da reunião havida com V. Ex^a, determinou-se uma outra reunião no sétimo andar do Ministério, com a presença dos senhores Adson, Júlio Filgueiras, Charles e Fábio Hansen e que exatamente nessa reunião teria ocorrido uma gravação.

São indagações que fazemos a V. Ex^a e nossa surpresa é que depois de tantas denúncias, desde 2007... Em 2008, nós pedimos uma auditoria ao Tribunal de Contas da União. Esse requerimento nem sequer foi aprovado pelo Senado Federal até hoje, mas houve um requerimento de nossa autoria em 2008, exatamente porque as denúncias já existiam: as de favorecimento a determinadas ONGs. Portanto, não é o Sr. João Dias, apenas, que está fazendo denúncias. Estas denúncias são anteriores. E desqualificar esse denunciante não pode ser aceito como uma sentença de absolvição judicial para eventuais envolvidos em desvios de recursos volumosos do Ministério dos Esportes. O que importa dizer, Sr. Ministro, que quem assume, neste momento, a responsabilidade de responder por essas questões é V. Ex^a e é por essa razão, com a simpatia que temos por V. Ex^a – ou mesmo que não a tivéssemos –, somos obrigados a indagar sobre todas estas questões. Eu não imagino que V. Ex^a concorde que recursos possam ser destinados para uma ONG como esta – de fragilidade aqui revelada, com interesses familiares, com envolvimento suspeitos –, possa receber R\$28 milhões como recebeu esta ONG, *Pra Frente Brasil*,

ou a outra que, de 2007 até esta data, teria recebido cerca de R\$30 milhões – se não me falha a memória... Aliás, R\$20 milhões, o Instituto Contato. E estas, de Brasília, mais próximas do Ministério recebendo também valores expressivos sem a prestação do serviço correspondente.

Portanto, Sr. Ministro, são desvios significativos, que não se justificam, sobretudo porque Prefeituras Municipais e Governos Estaduais estão mais aparelhados, com mecanismos de maior transparência para a aplicação desses recursos do Governo. Não imaginamos como se possa passar de um mandato para o outro – e para o terceiro mandato – sem que isso se altere. Essas são questões essenciais, Sr. Ministro. Não vou fazer outras indagações mais na direção do questionamento policaresco, como caixa de papelão carregada de dinheiro em garagem de Ministério... Não farei esse tipo de indagação a V. Ex^a, porque acho que essa é uma questão para a Polícia Federal. Portanto, espero que V. Ex^a compreenda o papel da oposição que está aqui com esse objetivo.

Lamento que esta Casa não tenha aprovado o requerimento que convidava o Sr. João Dias para aqui esclarecer fatos, e também o ex-Ministro Agnelo Queiroz, porque V. Ex^a afirmou que foi por sugestão dele que V. Ex^a recebeu o Sr. João Dias. Eu indago – aproveito para indagar de V. Ex^a – se tinha conhecimento da orientação do Ministro Agnelo Queiroz para que todas essas ONGs vinculadas ao partido, ao PCdoB, pudessem ser privilegiadas com os recursos do Ministério. São indagações e eu vou parar por aqui aguardando a réplica, se houver necessidade.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra, o Ministro Orlando.

O SR. ORLANDO DIAS – Queria antes... Fui indelicado com a Senadora Vanessa e não agradei as palavras da Senadora Vanessa Grazziotin.

Senador Alvaro Dias, claro que eu tenho absoluta consciência de sua responsabilidade como homem público, porque essa é sua trajetória. Nós convivemos em momentos, discutindo temas dos mais diversos nesta Casa, e em todos eles o senhor sempre se manteve altivo, respeitador, no jogo democrático, entendendo o papel que tem o Governo, as suas responsabilidades, assim como nós entendemos o papel que tem a oposição e as suas responsabilidades.

Quero insistir, Senador, de que, quando afirmo a desqualificação do acusador, eu digo e repito: o acusador ataca, agride sem provas em um processo em que eu exijo que haja devolução do dinheiro público desviado por ele. E as provas do mal feito realizado por ele estão na instrução do processo que, neste momento, está no Tribunal de Contas da União. Eu falo de um

processo que foi concluído, desde 2010 – no começo de 2010 –, e já foi remetido ao Tribunal de Contas da União. E todo o direito de defesa, de apresentação de documentos, de prestação de contas... Todo o direito foi respeitado, todo prazo foi permitido. Entretanto, não foi comprovada a utilização adequada dos recursos; daí a exigência que faço de devolução do dinheiro público. Se não foi cumprido o objeto do convênio, há de ser devolvido o dinheiro público. E é esse sujeito, que se recusa a devolver dinheiro público, que ele desviou, que considero eu um desqualificado, que reage em função da cobrança que faço pela devolução. Eu exijo que devolva o dinheiro público! Essa é a atitude que nós sempre tivemos, essa é a atitude que nós sempre temos. E não vai ser com ataques baixos, utilizando a luta política que existe no Brasil... Porque a única explicação para que tenha eco, a manifestação desse delinquente, é a luta política que existe no Brasil. Não vão ser ataques desse tipo que vão nos intimidar. Continuaremos exigindo a devolução de cada centavo do dinheiro público que esse sujeito desviou. Eu tenho as provas de que ele é um corrupto! Por isso, nós instauramos a tomada de contas especiais. Por isso, Senador, quando o desqualifico, é porque é um criminoso que reage à demonstração prática de um delito que cometeu, tentando intimidar a ação de um gestor público. Esse é o fato! Insisto: quem possui provas sou eu; por isso, exijo que ele devolva o dinheiro público que por ele foi desviado.

O senhor questionou com relação à hipótese de cobranças, taxas, consultorias, etc... É fraseado desse sujeito. O programa tem regras, critérios técnicos para a formalização do convênio, e a sua formalização deve cumprir todos os critérios técnicos, assim como há acompanhamento, há fiscalização que, aliás, cresce ano após ano: cresce o número de fiscalizações que realizamos no programa. Assim como há regras para a prestação de contas, e nós procuramos aplicar essas regras para a prestação de contas.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Apenas para colaborar e acrescentar, ele disse que em algumas oportunidades o repasse dos 20% se dava através de TED, operação bancária e, em outras oportunidades, o dinheiro era em espécie – isso é o que ele afirmou.

O SR. ORLANDO DIAS – Eu afirmo que é mais uma mentira, porque eu – eu – recebi esse senhor uma vez: antes da assinatura do primeiro convênio e, sim, era uma recomendação do então Ministro de Esportes, que recomendou que eu recebesse um dirigente de uma entidade esportiva. Nós falamos do ano de 2005. Um dirigente de uma entidade esportiva, pura e simplesmente. E percebo inclusive como certa ma-

nobra política a tentativa de vinculação desse sujeito com o próprio Governador do Distrito Federal, que considero uma pessoa ilibada, uma pessoa correta, uma pessoa honrada.

Com relação à preocupação que o senhor manifestou, acerca da substituição de ONGs por Estados e prefeituras, insisto, Senador, talvez eu não tenha sido claro: hoje, temos exatamente 232 convênios em vigência do Programa Segundo Tempo. Desses, 25 – dos 232 – são convênios com entidades não governamentais. Portanto, não há uma substituição, há uma participação de entidades dentro de um conjunto. Perto de 90% dos convênios são com entes públicos. Portanto, não há uma substituição. Informe-me, talvez não tenha sido claro, informo mais uma vez: fizemos uma chamada pública, iniciamos em julho, no dia 12 de julho de 2011, concluímos em setembro e já publicamos o resultado, com a decisão de gestão de não conveniar com nenhuma entidade não governamental. Devemos inclusive entrar o ano de 2012 com apenas oito convênios com entidades não governamentais, que ainda terão vigência por um período em 2012, e em 2012 não teremos mais nenhuma entidade privada conveniada no Programa Segundo Tempo.

O senhor fez referência, Senador, a alguns convênios concretamente. Nós firmamos, na história desse programa, 910 convênios. O senhor deve considerar que não é simples, de memória, dominar informações de 910 convênios. Portanto, nós temos a obrigação de ofertar as informações para o senhor, seguramente. Inclusive, se houver requerimento formal, fique seguro de que todas as informações detalhadas de todos os convênios serão repassadas ao senhor, como de resto é um trabalho regular, é um trabalho permanente. Recebemos permanentemente requerimentos do Congresso e esclarecemos dúvidas do Parlamento, assim como temos uma atitude padrão. Por exemplo, se há uma notícia, por um órgão de imprensa ou através da Ouvidoria do Ministério, ou através de um órgão de controle interno de alguma instituição, ou através de algum Parlamentar, qualquer notícia que é informada ao Ministério, nós instauramos um processo interno de apuração, e, por vezes, já punimos responsáveis por desvios de conduta obtidos através de denúncias, por exemplo, na nossa Ouvidoria. A matéria a que o senhor se referiu, que foi publicada no último domingo, inclusive ensejou uma determinação minha de auditoria nas prestações de conta da referida entidade, já que foi feita uma denúncia por parte de um órgão de imprensa. E na primeira hora em que eu tiver...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Só que essa denúncia não é nova, Ministro. V. Ex^a não tomou providências antes?

O SR. ORLANDO SILVA – Todas as prestações de contas, Sr. Senador...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Eu próprio indaguei de V. Ex^a, há alguns meses, na Comissão de Educação, sobre essa ONG do Estado de São Paulo.

O SR. ORLANDO SILVA – Todas as entidades e prefeituras de governos estaduais e entes federais que firmam convênios conosco, ao final do prazo de vigência, apresentam uma prestação de contas. É feita a análise de cumprimento do objeto do convênio. Este é o processo legal: é feita a análise do cumprimento do objeto do convênio a um parecer técnico. Ao lado disso, é feita uma análise contábil e financeira do mesmo convênio. É checada a documentação. Toda a documentação é checada, e a partir daí você pode aprovar ou reprovar os convênios firmados. Então, insisto: eu teria que olhar amiúde porque são 910 convênios firmados só nesse programa. E terei o maior prazer de informar ao senhor.

Gostaria, por fim, Senador, apenas em respeito à sua trajetória, à sua atividade, pela admiração que tenho pelo trabalho que o senhor realiza, fazer um registro. Eu reafirmo que são caluniosas as manifestações desse senhor que os senhores receberam na Casa, na tarde de ontem, parece. São caluniosas. Eu reafirmo que eu tomei a iniciativa de solicitar a apuração pela Polícia Federal, eu tomei a iniciativa de solicitar a apuração pelo Ministério Público, eu tomei a iniciativa de solicitar a apuração pela Comissão de Ética Pública, eu tomei a iniciativa de vir à Câmara e ao Senado, porque eu, mais do que ninguém, quero claramente estabelecer a verdade. E assim como o senhor, que sempre dignamente expressa os interesses e as posições do Estado do Paraná, queria sugerir que, com a mesma seriedade, o senhor faça o registro, na tribuna do Senado Federal, após o adequado esclarecimento desses fatos, sobre a minha honra. Eu tenho certeza que o senhor vai me admirar mais, pela simpatia e pela honra que vai ser lavada depois da demonstração clara dos equívocos e dos ataques que eu sofri nos últimos dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, para a réplica.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador, dois minutos para réplica.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Apenas para enfatizar que é visível a existência de favorecimento na celebração desses convênios, uma vez que as ONGs vinculadas ao partido do Ministro e também do ex-Ministro são, desde 2004, favorecidas, privilegiadas. Essa relação existe, está comprovada, não é

uma denúncia sem prova, é uma denúncia provada e comprovada documentalmente, materialmente.

Quanto à materialidade das irregularidades verificadas no período, o exemplo mais presente é exatamente o do denunciante João Dias. Ele próprio confessa ter repassado os recursos, e o Ministro, de outro lado, na contrapartida, também confessa estar exigindo o ressarcimento aos cofres públicos.

Em relação à questão final, quero, sim, desejar que, o mais rapidamente possível, seja apresentado ao País o diagnóstico desse escândalo, para que possamos responsabilizar civil e criminalmente aqueles que praticaram ilícitos e, se possível, através de ações judiciais, determinar o ressarcimento dos cofres públicos. É isso que nós desejamos.

E pode ter certeza, Ministro: se V. Ex^a for inocentado eu irei à tribuna do Senado Federal como oposição, Líder do PSDB, para desagrává-lo. É o meu desejo. Não sei se isso ocorrerá, mas, se ocorrer, pode esperar que eu o farei.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Vai acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Há alguns instantes, o Senador Pedro Taques se dirigia aqui à mesa para observar a ausência, a falta que faz uma legislação que garanta o direito de resposta às pessoas acusadas pela imprensa brasileira. Há uma proposta minha nesse sentido, e o relator é o Senador Pedro Taques, que, ao sair desta sala da Comissão, assumiu o compromisso de rapidamente apresentar o seu relatório.

Com a palavra, por cinco minutos, o Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero registrar também a presença, entre nós, do nosso Presidente Nacional Renato Rabelo, que nos honra e nos orgulha pela sua direção firme no Partido Comunista do Brasil e na condução do nosso partido no cenário político brasileiro de forma ajustada, precisa.

Quero também, Sr. Presidente, cumprimentar o Ministro pela sua atitude de reagir com indignação diante de calúnias. Acho que não podemos jamais... E muitos aqui entre nós exercemos cargos de governadores de Estado. Senador Alvaro Dias foi governador de Estado, Senador Requião foi governador de Estado, nosso querido Senador Rollemberg ocupou funções no Ministério da Ciência e Tecnologia de grande responsabilidade, nossa Senadora Lídice da Mata, prefeita da nossa querida Salvador, terra do nosso Ministro Orlando Silva. Se fôssemos examinar quantas acusações foram feitas a essas pessoas...

Há pouco, estava ao meu lado, e aqui está o ex-Governador Carlos Valadares, Humberto Costa que foi enxovalhado publicamente. Precisou ir à Justiça para restaurar a verdade e a honra. Mas as páginas da mídia não o fizeram. Teve que ir à Justiça restaurar a sua dignidade e a sua honra. Hoje, cumpre um mandato sério e honrado entre nós. Está aqui o exemplo. Agora tentam atingir a honra de V. Ex^a, mas V. Ex^a sabe muito bem que não é exatamente dirigido só a V. Ex^a. Sabe que é um jogo, que é uma armação, uma armação dentro do debate político. Mas há uma fragilidade no jogo político, digamos assim, do adversário político, que não se baseia só nos partidos. Não temos adversários só nos partidos.

Lembro como a dirigente da Associação Nacional de Jornais disse, na campanha eleitoral, que aquilo que a oposição estava incapacitada, por incompreensão e debilidades, de fazer, eles fariam. Eles poderiam fazer o papel da oposição. Seria o partido da oposição. Eu vejo mais ou menos nesse sentido.

Mas qual é a fragilidade? A fragilidade, não é V. Ex^a que desqualifica o acusador; não é. O problema é que o acusador é um desqualificado! O acusador vem aos jornais e às revistas e aparece num palanque midiático; ele não precisa vir aqui. Ele não precisa vir à Câmara, nem ao Senado. Já lhe foi oferecido um palanque nacional, para que ele pudesse fazer as suas acusações insanas...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – E sem o direito de resposta do acusado.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Nenhum! Pelo contrário. Com a ideia de que se pode tirar por meio da acusação de um malfeitor um ministro de Estado do Governo. Eu considero que, às vezes, é difícil, pela fragilidade desse acusador. Eu acho que aqueles que tentaram pegar esse acusador como base de sustentação vão se arrepender e vão se arrepender muito porque sabem que estão com um delinquente, um chantagista, que cometeu esses crimes e outros, esses crimes e outros, gravíssimos.

Eu pediria aos ágeis e honrados jornalistas dessas revistas e jornais que fizessem uma análise da folha corrida do acusador. Não é para ver a sua fortuna, não, de como ele ganhou milhões. Não com o Ministério dos Esportes, de que está pedindo a devolução, mas de onde ele tirou milhões para fazer uma fortuna. De onde tirou? Como funcionário público? Como policial? De onde tirou esse dinheiro? Procurem a folha corrida. Ele é desqualificado pela sua folha corrida. Não é pelo ministro, não. É que ele não tem gabarito, e a oposição tem de agir, cumprindo o seu papel, mas se servir de um desqualificado de meia tigela para acusar um ministro de Estado? Uma pessoa honrada como o

Ministro Orlando Silva? Sinceramente, é querer fazer o jogo, e a gente precisa saber quem está por trás desse desqualificado. Quais são os interesses por trás desse desqualificado? Quem é o mandatário desse desqualificado? Quanto custa esse desqualificado?

Acho que aqui vamos ter de examinar e, nesse sentido, o ministro tomou as providências ajustadas, mas nós também. Nós também temos de tomar as medidas ajustadas. Eu acho que acusar o PCdoB, aí nós já entramos em outro terreno. Se alguns setores querem entrar numa disputa político-ideológica envolvendo o PCdoB, é outro terreno do debate, que nós queremos separar. Nós vamos separar. Não vamos aceitar essa ideia de ficar num círculo: cada dia eu trago um fato novo, cada dia faço uma história nova, para manter uma novela. Vamos tratar aqui dessa acusação insana contra o Ministro do Esporte e, em seguida, tratamos da batalha político-ideológica em relação ao PCdoB. É outro terreno, que nós também topamos.

Nós estamos prestes a completar 90 anos de idade porque nós topamos comprar e enfrentar todas as batalhas no campo político e ideológico. Senão, não teríamos 90 anos. Não teríamos chegado aqui. É porque nós topamos. Aí, não tem problema. Aí é outra frente. Nós entramos nela depois, mas primeiro vamos ajustar essa questão, Ministro. Vamos reparar essa questão.

Nenhuma ONG está proibida, porque seja filiado o seu membro ao PCdoB, de fazer convênio com qualquer ministério.

Quero apenas fazer um reparo para uma ação republicana em relação à ONG dirigida pela ex-atleta Karina, hoje vereadora do meu Partido. O reparo é que ela dirige uma ONG que trabalha com as seguintes prefeituras no Estado de São Paulo: quatro prefeituras do PSDB, quatro prefeituras do PSDB, que é quem tem o maior número de prefeituras trabalhando com essa ONG; três do PMDB, três do PT, duas do PPS, uma do PDT, uma do PTB, uma do DEM, uma do PSB e uma do PV. Não tem nenhuma prefeitura do PCdoB.

Então, ela agiu e trabalha republicanamente. Não excluiu nenhum partido, trabalha com todos em São Paulo, com todas as agremiações. É bom pegarem o depoimento aqueles que querem acusar de forma sorrateira e grosseira, as informações com essas prefeituras. Se há desvio... porque os desvios de conduta dessas ONGs, evidentemente o ministério vai apurar.

Então, não tenho e não vou fazer perguntas a V. Ex^a. Eu quero é compartilhar da indignação de que nós não aceitaremos. Nós vamos; assim como V. Ex^a vai às últimas consequências, nós também. Nós também vamos às últimas consequências. O Partido de V. Ex^a vai às últimas consequências não só no apoio a V. Ex^a, mas no enfrentamento do debate com esses

setores que acham que, todos os dias, podem fazer uma acusação leviana para tirar um ministro de Estado do seu posto.

Com o PCdoB não! Com o PCdoB não. Nós tomamos esse debate e esse enfrentamento. Não é de agora. Isso vem numa cantilena. Talvez alguns imaginem que ficou grande demais o Ministério do Esporte para o PCdoB. Quer dizer, era uma coisinha muito pequena, mas tem uma visibilidade hoje extraordinária! Quer dizer, o resultado do Pan, com 40% dos atletas bolsistas do Ministério do Esporte, sinceramente, é um orgulho para o Brasil. É um orgulho para o Senado, para o Congresso Nacional, que aprovou esse programa aqui que V. Ex^a conduz, que está dando o resultado em medalhas. E alguns nem querem publicar que o Brasil está ganhando tantas medalhas, mas está ganhando. E é o resultado desse trabalho, desse esforço que foi feito no Ministério do Esporte, com atuação de forma honrada, honesta e bem conduzida por V. Ex^a. E conquistamos essas duas coisas extraordinárias.

Olha que havia uma peitica enorme para tentar impedir que o Brasil ganhasse a realização da Copa do Mundo e da Olimpíada. E ganhou, ganhou num trabalho muito bem articulado, com a participação de V. Ex^a.

Então, esses resultados evidentemente alguém olha e diz: “Puxa vida! Por que o PCdoB dirige esse ministério? Está tão grande. Está tão visível. Tem tanta visibilidade. Quais são os interesses em jogo?”. Nós também topamos discutir isso, mas não vamos discutir isso saindo do nosso posto. Nosso posto nós vamos manter com a firmeza, com a dignidade, e esses instrumentos vis, como essa tal testemunha que não apresentou uma prova sequer... É uma vergonha que se faça uma denúncia sem que se tenha uma prova sequer. É algo absurdo, inaceitável, mas que se mantém na cena nacional. Não precisa prova.

Chegaram ao desplante na revista de querer jogar a opinião pública contra o Ministro! O Twitter respondeu. As mídias sociais responderam, e eles tiveram que ouvir também que o Ministro é respaldado por um leque grande, não só de seu Partido, mas de apoiadores em todos os partidos, que vieram. Ontem estiveram na Câmara e hoje estão aqui porque conhecem o trabalho de V. Ex^a, respeitam o trabalho de V. Ex^a, mesmo que discordem politicamente do trabalho de V. Ex^a.

Então, Ministro, você conta com o nosso apoio. Nós também estamos indignados com essas atitudes, promovidas por gente que não tem qualificação alguma, e nós vamos enfrentar. Eu acho que somos daqueles que não aceitamos a máxima: “*Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come*”. Nós somos daqueles de encarar o bicho. Então, se o bicho está aí, nós vamos encarar.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Não tendo o Senador Inácio feito uma interpelação, não há necessidade da resposta do Ministro no caso. Mas, além do debate interessante que está havendo nesta Comissão, me surge uma ideia, que transformo em sugestão ao Ministério Público brasileiro: investigar a ocorrência dessa figura excepcional, que é um denunciado contratado com exclusividade por uma revista semanal.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Roberto Requião, Presidente Rodrigo Rollemberg, das Comissões que fazem conjuntamente esta audiência com o Ministro Orlando Silva.

Agradeço também a disposição do Ministro em cumprir aqui um dever constitucional que o mandato lhe impõe para dar os esclarecimentos. O meu objetivo aqui, Ministro Orlando Silva, não é criar juízo de valor sobre ninguém, mas esclarecer. O objetivo é este: esclarecer.

Até fui uma das signatárias do requerimento para sua presença aqui porque, como jornalista por muito tempo, entendo as críticas que são feitas aqui e acho, como disse o Senador Inácio Arruda, a justiça é o caminho para dirimir e para corrigir as injustiças, no caso, como ele citou, de Humberto Costa. E eventualmente outros. Os excessos cometidos têm que realmente ser punidos.

Isso talvez, então, possa justificar também que se crie uma lei que venha a amordçar, a cercear a liberdade de imprensa. Quarenta anos de jornalismo me deram a convicção de que o Brasil precisa de uma imprensa livre para que a democracia se consolide também.

O senhor declarou, Ministro – e como eu disse a minha única preocupação que também o mandato me impõe são os esclarecimentos...e aí eu quero cumprimentá-lo também porque, desde o começo, V. Ex^a esteve aberto, desde Guadalajara, e aqui também, para prestar essas informações.

O senhor declarou que o denunciante, o policial militar João Dias Ferreira, é desqualificado, bandido e aqui usou a palavra criminoso. Então, eu lhe pergunto como uma pessoas dessas, com essas características, levanta do Ministério dos Esportes mais de R\$3 milhões para uma ONG dele? Não houve avaliação das condições técnicas e éticas dessa ONG quando levantou esse dinheiro? Foi mal avaliado, houve um tratamento especial por alguma condição?

E, nesse episódio, o senhor fez referência, nas primeiras declarações, sobre a relação que havia do seu antecessor, o atual Governador do Distrito Fede-

ral, Agnelo Queiroz. Então, como isso se coloca nesse espaço de tempo?

Foi colocado aqui também e eu queria uma referência clara do senhor: o senhor insistiu muito na matéria da Veja, mas também o Fantástico mencionado aqui há pouco mostrou que a ONG Bola pra Frente, criada por Karina Valéria Rodrigues, que agora se denomina Pra Frente Brasil, atuando no mesmo programa Segundo Tempo, em seis anos, levantou R\$28 milhões. O Senador Inácio Arruda mostrou aqui que muitos desses convênios para essa ONG foram por prefeituras e ele até designou quatro do PSDB, quatro do PMDB, uma do PPS, uma do DEM, e assim por diante. Então, eu queria saber se essa ONG continua cooperando com o Ministério, se também ela será instada a devolver os recursos aplicados irregularmente nesse programa Bola pra Frente.

Hoje a imprensa, Ministro, e aí eu tenho a leitura como comunicadora, jornalista, Senadora, tem duas versões: que essa denúncia não nasceu assim espontaneamente da cabeça, que estaria sendo estimulada por alguns adversários poderosos – a CBF, a Fifa e internamente partidos políticos da base aliada, que estão de olho nesse seu Ministério, que, hoje, tem um espaço muito importante não só por causa da Copa de 2014, mas também por causa das Olimpíadas de 2016. Então, se há esse tipo de influência dessas entidades poderosas, quem estaria por trás disso, além do PM João Dias Ferreira?

Eu queria lhe perguntar: depois dessas irregularidades, que alterações o senhor pretende aplicar ao programa Segundo Tempo, que é muito importante especialmente para os jovens da periferia? Eu o considero um programa da maior validade para os nossos meninos. Que alterações serão feitas? Que critérios serão adotados para a escolha das entidades? Será dada preferência, como ouvi da Presidenta Dilma Rousseff, a repasses a Estados e a Municípios, não a ONGs?

Por fim, Ministro Orlando Silva, eu queria saber se o senhor vai continuar como interlocutor do Governo nas negociações da Copa de 2014 e também nas negociações com o Congresso em torno da Lei Geral da Copa de 2014?

Eram essas as minhas questões, caro Ministro Orlando Silva.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Concedo a palavra ao Ministro Orlando Silva por cinco minutos.

O SR. ORLANDO SILVA – Obrigado, Senadora.

Compreendo, como a senhora, Senadora, que a justiça é o caminho para a contestação das calúnias que sofri. E, por isso, a própria Advocacia-Geral da União vai impetrar, inicialmente, uma queixa-crime

para iniciar esse processo judicial. Vou tomar todas as medidas no plano penal e no plano civil para reestabelecer minha honra. Então, tenho plena concordância com a senhora.

E digo mais, Senadora: refleti muito sobre até onde eu iria tomar medidas judiciais. Há dois personagens que se apresentaram como autores dessas calúnias. E a minha decisão, Senadora, é a de processar esses dois personagens.

Houve mesmo amigos próximos e familiares que questionaram: “Não seria adequado processar a revista? Não seria adequado processar o jornalista?”. Tomei, Senadora, uma decisão, e, até aqui, a minha posição é a de processar os caluniadores, para que não paire dúvida quanto à compreensão que tenho acerca do papel da imprensa livre no Brasil. É um gesto, é um pequeno gesto, é um gesto pessoal, é uma decisão de foro íntimo que tomei, para, simbolicamente, dizer: “Atenção! A imprensa tem um valor inestimável para a consolidação da democracia brasileira”. E aposto que esse meu gesto vai significar também o compromisso dessa mesma imprensa que homenageei, ao não tomar uma atitude distinta dessa. A minha esperança é a de que os bons profissionais de imprensa, assim como a senhora – e são milhares os que atuam no Brasil –, terão cuidado, terão critério, farão a apuração devida, como, até onde sei, diz o bom jornalismo, para não publicar uma notícia sem a devida apuração.

Portanto, Senadora, sou um otimista, confio no Brasil. E, por isso, tomarei todas as medidas judiciais contra os caluniadores. Simbolicamente, faço um apelo, com esse gesto, para que o bom jornalismo se fortaleça no Brasil. Daí a minha aposta de que, nos próximos dias, as apurações serão realizadas e de que a reparação será feita. Inclusive, eu próprio, que não tenho a prática de ligar para redações de jornais, de rádios ou de tevês – longe de mim, ligar para as direções de redação de rádio e de tevê para sugerir, propor, intimidar, protestar! –, tomei a atitude de procurar o diretor da revista que publicou a calúnia, a *Veja*, e de dizer: “O mínimo que se pode fazer é ofertar o mesmo espaço, para que a verdade seja reestabelecida”. Sigo aguardando a manifestação.

A senhora questiona, Senadora, como um sujeito com essas características conseguiu firmar um convênio. Eu faria uma analogia. Não são poucas as vezes em que homens públicos, alguns dos quais eleitos pelo voto popular, conquistam um determinado espaço político, conquistam uma determinada posição política e são flagrados na má utilização de recursos e punidos em função disso.

Dê poder a um homem e você o verá revelar-se. Assim como existe na política, existe na sociedade. E

quando se apresentou a proposta, era um dirigente de uma entidade que tinha um projeto social; ao longo do período da execução do convênio, é que foi revelada a verdadeira personalidade. Daí, as fiscalizações e o acompanhamento que fizemos revelaram os malfeitos, que, a partir daí, combatemos.

E quanto mais combatíamos, quanto mais cobrávamos, mais radicalizavam, mais tensa era a relação. Então, essa é a resposta que ofereço para a senhora. Quando foi apresentado, o projeto tinha determinadas características, as entidades tinham determinadas características, havia um trabalho prévio, inclusive em determinada região da cidade, que, ao longo do tempo, se mostrou inviável, inaplicável aquele convênio estabelecido.

Insisto que prefiro registrar que o Governador Agnelo Queiroz, assim como eu, recebeu um dirigente de entidade esportiva. A recomendação dele era estimular a prática esportiva na periferia do Distrito Federal, e tenho certeza de que ele não tem nenhum vínculo com essa pessoa que seja diverso do vínculo pautado pelo interesse público.

A senhora fez referência à entidade Pra Frente Brasil, registrada na notícia. Essa entidade, desde 2004, tem convênios e registro. Convênios que têm atividades regulares, que têm prestação de contas de cumprimento do objeto do convênio, prestação de contas de análises contábil e financeira, prestações de contas aprovadas, inclusive no Ministério. O que não quer dizer que nós não possamos voltar a examinar. Tanto que, informado pela reportagem, nós determinamos um reexame dessas contas. E a própria entidade manifestou o seu interesse de que a fiscalização fosse feita.

Então, a relação dela se dá com prefeituras. O Senador Inácio Arruda teve a oportunidade de afirmar. Inclusive, o secretário de educação da cidade, cujo parecer foi referido pelo Senador Alvaro Dias, da cidade de Posse, o secretário de educação é de uma prefeitura à época administrada pelo PSDB. Esse secretário que foi referido pelo Senador Alvaro Dias. E nós não podemos, a princípio, imputar culpa nem ao secretário e muito menos ao prefeito da cidade, muito menos ao prefeito, independente do partido de que ele faça parte. É uma relação em que prefeituras assinam documentos se comprometendo de executar conjuntamente o convênio com aquela entidade. Porque, muitas vezes, há prefeituras com dificuldades múltiplas. Por vezes, um novo gestor assume a prefeitura, o gestor anterior não agia adequadamente, a cidade fica inadimplente e, por isso, a parceria com a entidade permite a oportunidade para que essas crianças dessas cidades tenham acesso a esse convênio. Mas insisto: 90% dos

convênios se dão com entes públicos, cidades, Estados e Governo federal, instituições do Governo federal.

Toda e qualquer denúncia comprovada nos faz exigir a devolução de recursos públicos. Então, qualquer irregularidade identificada terá como consequência a exigência da devolução de recursos públicos. Essa é a atitude padrão que nós temos, em todo e qualquer convênio, e a leitura dessa prestação de contas, também nesse caso, pode ter essa repercussão se houver necessidade de fazer isso.

Eu prefiro, Senadora, evitar participar de um debate político. Talvez a senhora tivesse uma capacidade bem superior a minha, por ter sido analista política por tanto tempo. Eu prefiro que a senhora possa fazer análise sobre cenário político, tendências, possibilidades, comportamento de atores políticos, porque não me caberia aqui uma manifestação desse tipo sob pena de acirrar mais ainda a luta política no Brasil.

Faço apenas um breve comentário, um breve comentário, porque aqui e acolá se fala de Fifa, de CBF. A relação que o Governo do Brasil tem com a Fifa e com a CBF é absolutamente positiva, é uma relação estável. A Fifa é uma entidade, a CBF é outra entidade e o Governo do Brasil é outra coisa. Cada um faz a defesa do seu interesse. Por vezes, há convergência de posições e de opiniões. Por vezes, pode haver divergências de posições e de opiniões. Eu vejo com naturalidade. No meu caso, inclusive, quando falo com essas instituições, não é o Orlando Silva que fala apenas; não é o Ministro do Esporte que fala apenas, quem fala é o Governo do Brasil. Então, defendo as posições do meu Governo, que podem ser coincidentes por vezes e podem ser divergentes outras vezes.

Encaro isso com naturalidade, e a impressão que tenho é que as entidades internacionais também veem com naturalidade. Aliás, a relação tem sido cada vez mais positiva.

Em Bruxelas, numa reunião havida com a participação inclusive da nossa Presidenta Dilma, ficaram claras determinadas posições do Governo sobre polêmicas públicas que aconteciam. Então, é natural. O que eu diria é que a Fifa e o Brasil têm o mesmo objetivo, que é fazer uma grande Copa em 2014.

A atribuição que tenho de coordenar o trabalho pelo Governo Federal me foi oferecido pela Presidenta Dilma, na primeira reunião de Governo, e foi instituída através de um decreto presidencial, o que orienta a nossa atividade, e é o que temos feito, inclusive com rotinas, mesmo nesta semana de discussão e de encaminhamento de temas ligados à Copa.

Espero, num prazo breve, poder voltar aqui, ao Senado Federal, logo que a Câmara dos Deputados vote a proposta de Lei Geral da Copa, para que pos-

samos conversar um pouco com os Srs. Senadores sobre essa matéria.

E uma última observação, sobre as alterações que poderão ser feitas no programa. Eu, talvez, tenha falado de maneira muito aligeirada. Eu chamo a atenção, Senadora, para duas alterações que fizemos não em função dos temas de hoje, mas em função de ajustes permanentes que temos feito para qualificar mais o programa Segundo Tempo.

Primeiro, exclusivamente, convênios com entes públicos, prefeituras municipais, governos estaduais e entes federais. Essa é uma decisão a partir do edital de seleção pública que nós fizemos em julho. Então, fizemos edital público, foram apresentados 2.000 projetos, perto de 600 projetos foram selecionados, e vamos atender no limite do orçamento. Está seguro que vamos atender pelo menos a metade desses convênios, mas vamos trabalhar para ter mais orçamento e atender os 600: prefeituras, governos estaduais e entes federais.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Espero que o Rio Grande seja bem tratado.

O SR. ORLANDO SILVA – Seguramente. O Secretário Kalil é muito ativo, e o Rio Grande deve ser parte desse novo esforço.

Então: um, ter prioridade entes públicos; dois, ter chamada pública, para ficarem mais nítidos ainda os critérios. São duas novidades. E a novidade que reputo como mais importante ou tão importante quanto essa é a associação entre esporte e educação.

Como a senhora sabe, existe o Programa Mais Educação, que é organizado pelo Ministério da Educação, que propõe alongar a jornada escolar, introduzindo outros conteúdos da formação escolar. E nós oferecemos ao Ministério da Educação uma parceria com o programa Segundo Tempo. Portanto, hoje, existe uma parceria do Segundo Tempo com o Programa Mais Educação. Começamos o primeiro ano, no ano passado, com 1.100 escolas. Ofertamos para 1.500; 1.100 aderiram. Este ano ofertamos para 5.000 escolas, e praticamente 5.000 aderiram. Foram 4.983, algo assim, as escolas que aderiram a essa parceria. Só não vamos alcançar as 15.000 escolas do Mais Educação porque o recurso é limitado, mas trabalhamos com o horizonte de alcançar todas as escolas do Mais Educação. E chamo a atenção: são as escolas de mais baixo índice de desenvolvimento da educação básica, as escolas com mais baixa qualidade de ensino.

Dessa maneira, nós apostamos que o esporte, inclusive, pode ajudar a qualificação do ensino, a tornar a escola mais atraente, mais alegre, motivando nossa juventude.

E um detalhe: analisando ao longo dos anos os vários convênios, sobretudo desde o ano passado,

mandei colocar uma lupa – desde 2008/2009 – para ver onde havia problema de prestação de contas, quais eram as causas. E percebi que estavam nos recursos repassados para a alimentação das crianças e nos recursos repassados para material esportivo e uniformes. Qual a decisão? Material esportivo e uniforme, em vez de repassar recurso, fazer um pregão eletrônico nacional, incluindo a logística, para entregar diretamente nas escolas. O pregão eletrônico estimula a competitividade e permite que seja feito com a máxima transparência, porque é uma disputa, um certame na Internet. E, no caso da alimentação, passa a ser responsabilidade do parceiro local. Garantimos com isso restringir ainda mais qualquer margem de malfeitos que possa haver num programa como esse.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A Mesa faria uma observação: estamos mantendo esta audiência pública ao arripio do Regimento do Senado, porque a hora do expediente já começou no plenário e se discute o pré-sal. Mas como é uma situação extraordinária, nós vamos continuar passando...

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Se V. Exª pudesse atender o meu pedido, porque estou inscrito para falar agora, às 16h40min, se pudesse me dar a palavra...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A Senadora Lídice da Mata me assinala que lhe cede a vez.

Então, Senador Mário Couto com a palavra.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Meu caro Presidente Requião, em seu nome saúdo a Mesa.

Ministro Orlando Silva, ontem, preparei, como Líder da Oposição no Senado, um longo pronunciamento para falar sobre esta crise. À noite, fui procurado por um Senador que me falou do vosso caráter. Um Senador sério, competente e amigo. Preferi não fazer o pronunciamento. Hoje, novamente, inscrevi-me para fazer o pronunciamento. Preferi vir primeiro aqui, para fazer apenas um pedido a V. Exª, como Líder da Oposição, repito, no Senado Federal.

Primeiro, quero dizer que a democracia brasileira, Ministro, permite que a imprensa brasileira tenha o direito de publicar matérias, como publicou esta. Mas V. Exª também tem o direito democrático de repor a verdade. E a revista tem a obrigação de repor a verdade. Por isso eu não aceito as críticas nem à revista *Veja* e nem à Rede Globo. A imprensa brasileira está sendo aplaudida pelo povo brasileiro. A imprensa brasileira, incluindo a revista *Veja*, incluindo a Globo, a Record e outras emissoras, está prestando um papel muito importante à nossa sociedade. Muitas acusações foram feitas e foram comprovadas. Milhões e milhões de reais

foram economizados. Dinheiro do imposto que paga o brasileiro. Dinheiro que ia para as crianças, Ministro, no programa que criou V. Ex^a, de alimentação a essas pobres crianças. A imprensa brasileira tem contribuído para que o dinheiro público seja aplicado de maneira correta, e deve continuar no seu papel. V. Ex^a tem o direito de ir à Justiça, se for inocente, e pedir o direito de reposição da verdade.

Amanhã, entrarei com um pedido de moção de honra ao mérito à revista *Veja*, não pela sua acusação, mas pelo trabalho que vem realizando no conjunto de acusações, e que muitas delas, ou a totalidade delas, até agora, foram comprovadas.

Foram anos e anos que este Senador alertou sobre o Dnit. Quantos bilhões perdeu a sociedade brasileira, enquanto a minha voz não foi ouvida! De 2004 a 2010, Ministro, já foram aplicados 28 bilhões em serviços de ONGs. Quantos e quantos bilhões foram desviados? Eu tinha várias perguntas para fazer a V. Ex^a, mas não vou fazer. Vou esperar que se passe algum tempo. Nem amanhã usarei a tribuna, vou esperar o final desta semana, até porque a pessoa que me falou é uma pessoa em quem eu acredito demais.

Ministro, quero apenas lhe fazer uma sugestão, e acho que V. Ex^a se saíria muito bem nessa questão. E lhe prometo, como Líder da oposição, não fazer um questionamento mais a partir de agora sobre essa situação do Ministério do Esporte. V. Ex^a foi muito correto quando mandou o Ministério Público lhe investigar. V. Ex^a foi muito correto quando mandou a Polícia Federal lhe investigar. Aqui, no Senado, nós só conseguimos investigar alguém se o Governo quiser. Se o Governo não quiser, nós não investigaremos nada. A oposição é pequena, a situação é grande. Tentamos implantar uma CPI da corrupção, Ministro, e não conseguimos, porque somos minoria.

Faça isto: mostre que V. Ex^a não deve nada. Faça isto: mostre que V. Ex^a é correto. Faça isto que V. Ex^a disse aí nesse microfone: “Eu sou sério; eu sou honesto; nunca na minha vida desonrei a minha família, a minha mulher e os meus filhos”. Peça ao Presidente do Senado Federal que abra uma CPI para investigar essa questão, Ministro. Faça isso e mostre a sua conduta. É só o que desejo a V. Ex^a. Se o Ministério Público vai passar um ano falando sobre esse assunto, o Senado Nacional, em dois meses, pode pedir ao Ministério Público mandar arquivar. Em dois meses apenas, V. Ex^a se livra de todas essas acusações.

Não me diga que V. Ex^a, pedindo ao Ministério Público e à Polícia Federal, já pediu aos órgãos competentes. Este é o mais competente de todos, Ministro. Este é o órgão fiscalizador constitucionalmente. Este é o órgão que tem a obrigação de fiscalizar. V. Ex^a da-

ria um exemplo à Nação, V. Ex^a daria um exemplo aos outros Ministros que caíram e que não deixaram, de modo algum, que se abrisse uma CPI no Senado. V. Ex^a vai ter amplo direito de defesa. Os Senadores de governo e de oposição tentarão fazer um trabalho limpo, o que sempre fizeram nesta Casa, Ministro.

Eu saio daqui certo de que, se V. Ex^a tomar essa atitude, V. Ex^a dará o primeiro passo para a sua inocência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/ PMDB – PR) – Com a palavra o Ministro Orlando Silva, por cinco minutos.

O SR. ORLANDO SILVA – Serei muito breve, muito breve, para que possamos concluir a reunião e os senhores possam se dirigir ao plenário para a discussão tão importante dos *royalties*.

Agradeço, Senador Mário Couto, primeiro, o voto de confiança que ouvi do senhor e insisto, Senador, que é muito grave a acusação feita pela revista, com chamada de capa, seis páginas internas, no sentido de “o Ministro de Estado recebia dinheiro público desviado de um determinado programa”. Essa é acusação. Eu repilo essa acusação. Eu rejeito. Eu contesto. É mentira essa acusação. É uma falsidade essa acusação. Insisto, Senador, desde a semana passada eu afirmo que é essa acusação é uma fraude, essa acusação é uma falsidade. Não há nenhuma prova, porque não houve nenhum fato. Insisto: onde estão as provas? Em lugar algum, porque não há fato, é uma mentira.

Por isso, Senador, o que está a meu alcance em todas as instituições do Poder Executivo, como é a Polícia Federal, o Ministério Público, que é um poder autônomo, que tem independência para fazer apuração, na comissão de ética, abri todas as informações da minha vida, porque tenho convicção da minha conduta, tenho convicção do meu caráter, tenho convicção de que não há nenhuma prova que possa me incriminar. Reajo, Senador, dessa maneira, ao linchamento público, que atinge a minha honra, atinge a minha família, atinge o meu Partido, atinge os meus companheiros de trabalho, que igualmente ficam sensibilizados diante de tamanha violência.

Senador, não cabe a um membro do Poder Executivo tratar de matéria que é típica, própria do Poder Legislativo. O Sr. Senador tem a legitimidade do povo do Estado do Pará; aqui nesta sala existem parlamentares que foram eleitos majoritariamente nos seus Estados; eu faço parte de um governo, de um governo que tem relação com o Congresso Nacional, que respeita a dinâmica e autonomia do Congresso Nacional e não cabe a um membro de um outro Poder, que compõe um governo, se imiscuir num tema que é típico da di-

nâmica parlamentar. O que asseguro, Senador, é que o que me cabe pessoalmente, individualmente, tudo eu fiz para ofertar todas as informações.

Agora, há dinâmica política, a dinâmica institucional entre Poderes e não cabe a um servidor público do Poder Executivo formular temas que são próprios do Parlamento brasileiro.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Ministro, V. Ex^a acaba de perder, creio eu, uma grande oportunidade de mostrar à Nação a sua inocência. Não precisa V. Ex^a fazer... V. Ex^a sabe disso. V. Ex^a tem um partido. V. Ex^a tem Senadores no Senado. V. Ex^a sabe disso, Ministro. Sinceramente eu esperava que V. Ex^a pudesse dizer que um Senador do seu Partido ia pedir abertura da CPI para provar a sua inocência. Eu esperava de V. Ex^a isso. Acho que V. Ex^a perdeu a grande oportunidade de mostrar à Nação brasileira, e a imprensa brasileira e à própria revista Veja que não deve nada a ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Nós temos ainda dois Senadores inscritos. E com eles, encerraremos essas interpelações.

Nós estamos funcionando à margem do Regimento. O Plenário está discutindo o pré-sal e todos nós, Senadores, devíamos estar lá.

Com a palavra a Senadora Lídice da Mata e, posteriormente, o Senador Zeze Perrella.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Especialmente eu, Senador Requião, que não sou de um Estado tão rico como o de V. Ex^a, teria que estar lá há muito tempo tratando dos interesses do meu Estado, o pobre Estado da Bahia. Além disso, fui uma das proponentes que a sessão hoje já se iniciasse na Ordem do Dia para avançarmos no debate do pré-sal.

Portanto, quero passar logo às considerações e dizer que fui uma das autoras desse requerimento exatamente porque achava indispensável dar oportunidade ao Ministro Orlando Silva de aqui se pronunciar e esclarecer a Nação brasileira, que assiste à TV Senado, e a esta Casa, que tem o dever de investigar os atos e ações do Poder Executivo a respeito das acusações de que foi vítima.

E fiz isso com a confiança que tenho de conhecê-lo desde estudante e de ter sido presidente da Comissão de Turismo e Desporto da Câmara quando V. Ex^a executava as ações do Brasil para realização dos Jogos Pan-Americanos.

Portanto, pude acompanhar seu trabalho de perto.

Até para finalizar, quero dizer que este debate foi muito esclarecedor. Esclareceu-se, inclusive, que não há questões a serem feitas. Do contrário, este recinto estaria cheio de Senadores da oposição a questioná-lo de cima a baixo. As questões não ocorreram.

Fiz questão de me prejudicar, cedendo a vez a dois Senadores, um de postura independente dentro da Casa e outro de oposição, Líder da Minoria e de oposição, para que questionassem V. Ex^a na minha frente, para que não se dissesse que não se deu espaço à oposição para usar da palavra aqui. E não pude ver, nem pude ouvir nenhum questionamento que deixasse V. Ex^a sem condições de responder. Pelo contrário, aqui, vi que se tentou agregar outras ilações à acusação única e básica contra V. Ex^a, a de que V. Ex^a teria recebido dinheiro de um projeto executado pelo seu Ministério, pelo Ministério que V. Ex^a dirige, com o detalhamento de que o dinheiro teria sido recebido por V. Ex^a pessoalmente, na garagem do Ministério. Nenhum Senador tratou desse assunto. O que se tentou aqui foi agregar a isso outras ilações e acusações que fizeram alguns órgãos da imprensa sobre assuntos em que não há ilegalidade alguma.

Apenas quero registrar algo que me chamou a atenção na fala do Senador Alvaro Dias, com todo o respeito que tenho por S. Ex^a. Disse o Senador que V. Ex^a, aqui, confessava a existência de irregularidades. Quero repelir essa expressão de que V. Ex^a confessou qualquer coisa. V. Ex^a fez o que, como gestor, tinha de fazer, ou seja, determinou a investigação sobre processos que demonstravam irregularidades, porque é sua função agir dessa maneira. Não há uma confissão de crime. Há a afirmação de que está cumprindo o seu dever. Portanto, aqui, em nenhum momento, houve qualquer tipo de confissão.

O acusador, sim, sofre um processo claro por causa de prestações de contas que não foram cumpridas. Por isso, ele, hoje, responde a um processo.

Não vi também nenhuma desqualificação vazia. O que V. Ex^a fez foi rebater, com indignação, uma ofensa, uma calúnia, e apresentar a atitude da acusação como meramente uma forma de buscar enevoar os fatos.

Vou ter de me retirar, Senador Requião, e não vou fazer pergunta ao Ministro Orlando, porque, como eu já esperava, o posicionamento do Ministro aqui já foi muito esclarecedor.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O último Senador inscrito é o Senador Perrella, a quem concedo a palavra.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Vou ser bem rápido, Sr. Presidente.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, eu me inscrevi e gostaria que fosse garantida a minha palavra.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Sr. Presidente, vou ser breve. Temos outros compromissos.

Na verdade, quero cumprimentar o Ministro Orlando Silva.

Ministro, eu já o conheço. Estou no futebol há vinte anos e conheço o trabalho que o senhor vem desenvolvendo à frente do Ministério do Esporte. Posso dizer seguramente que V. Ex^a é o Ministro mais comprometido que já passou pelo Governo. Pelo menos no que tange ao futebol, posso afirmar isso. Sempre trata todos com muito carinho e com muita atenção.

Posso também testemunhar a rigidez do Ministério do Esporte no repasse que o Ministério faz, nos convênios que o Ministério faz com os clubes, por meio da lei de incentivo ao esporte. Não é dinheiro do Ministério do Esporte. Ainda assim, mesmo sendo dinheiro que conseguimos captar em empresas, ressalto a rigidez do Ministério do Esporte nesses convênios. Temos de abrir contas separadas para manusear esse dinheiro, e é muito rígida a prestação de contas, chega ser até chata, mas acho que assim tem que ser.

Mas quando vi, ministro, a notícia pela TV Globo, estava ao lado de alguns amigos e disse: “Engraçado, isso aqui já nasceu desqualificado”. Como é que eu, Ministro do Esporte, me associo a um delinquente, recebo um dinheiro na garagem e, depois, eu próprio peço que ele devolva o dinheiro. Isso é razoável? Isso é inteligente? Eu tinha que proteger meu cúmplice, na pior das hipóteses. Isso, por si só, já desqualificou. Faílei: “Isso não dá em nada”. Primeiro porque conheço o ministro e acredito nele. Para mim, seria uma decepção muito grande, ministro, se eu tivesse de rever tudo o que penso do senhor até agora. Mas essa matéria para mim já nasceu desqualificada, já nasceu desqualificada. Um cara, que é policial militar, que é dono de academia de ginástica, que é dono de não sei mais o quê, pelo amor de Deus.

Agora, a gente se preocupa, e eu me preocupo particularmente, já tivemos a CPI das ONGs aqui na Casa, nós sabemos que muitas dessas ONGs... E ninguém consegue fiscalizar essa gente, porque, até você provar que a pessoas é desonesta, ela é honesta. É assim com todo mundo. Se está com uma ONG legitimamente estabelecida, por que eu vou dizer que o cara é ladrão, que o cara é isso ou aquilo? Isso vai acontecer durante o processo. Você vai conhecer as pessoas durante o processo.

Mas nós temos que ter muito cuidado com essas ONGs. São só 10% de repasse, mas elas são responsáveis hoje por todas as confusões do Governo. Isso tem que ser revisto, de repente uma exigência maior, uma comissão para se... Não é? Porque o constrangimento por que o senhor passou foi por causa dessa ONG, que o senhor entendia – claro! – que era composta por pessoas do bem.

Eu sei que foi exigida dessa ONG toda a documentação, porque assim foi tratado o meu clube quando eu precisei fazer convênios com alguns ministérios. Isso é que eu queria testemunhar.

Para encerrar, eu só queria dizer para o senhor, mudando um pouquinho o tema... Com relação à Fifa, nós temos que fazer com que se respeite a soberania nacional em algumas questões. E sei da preocupação do senhor em relação a esse tema. E sei da importância que é o senhor continuar ministro, para dar sequência a esse trabalho muito bacana que o senhor tem feito. Principalmente de respeito aos clubes, de respeito às pessoas.

Parabéns pela sua defesa! Defesa feita por quem não tem rabo preso; foi o que senti todo mundo aqui. O senhor desmontou a oposição. Meus parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Vamos passar ainda a palavra ao Senador Pedro Taques e ao Senador Suplicy.

Continuamos com a irregularidade da Comissão funcionando durante o plenário do Senado. Mas encerramos por aí.

Senador Pedro Taques com a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, eu não quero ser comparsa de nenhuma irregularidade. Eu me inscrevi, mas, sem regularidade, eu prefiro não falar para não descumprir o Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Então, eu acho que V. Ex^a devia abrir mão da palavra porque a Comissão funcionando com audiência pública durante sessão no plenário do Senado é irregular. Ela não deveria ter começado.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim. Mas o que não devia ter começado?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A audiência pública não deveria ter começado.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim. Mas por que começou? A culpa não é minha.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Começou porque ninguém fez uma interpelação e porque, se a Mesa tivesse dito que era irregular, seria acusada de negar ao ministro a oportunidade do seu esclarecimento.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Então, ela é irregular desde o seu nascedouro. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Exatamente.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

É fato que a Ordem do Dia teve início, mas nós estamos nos debates, é uma matéria delicadíssima

que está no plenário, exige muitos acordos, nós vamos entrar pela noite e acho que não haveria prejuízo se os dois colegas pudessem...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Eu dei a palavra aos dois. Estou simplesmente comentando as considerações do Senador Pedro Taques.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sim, claro.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O Senador está com a palavra...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – É que deu a entender...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – ...se desejar.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Posso fazer pergunta?

Sim. Eu só quero dizer, Sr. Ministro e Sr. Presidente, que o homem público, felizmente ou infelizmente, tem relativizado a sua intimidade. A notícia que saiu na imprensa é uma notícia grave, e a imprensa tem o direito fundamental de fazê-lo. E nós, que somos homens públicos, felizmente ou infelizmente, temos que participar desse tipo de realidade. É o preço que nós pagamos por viver em uma democracia, que nós todos aqui sabemos que, até inventarem outro sistema, é o melhor que possa a ser produzido.

Estou a dizer isso, Sr. Ministro, porque os fatos são graves, independentemente da pessoa, independentemente do partido a que esteja filiado essa pessoa. Nós estamos a tratar de recursos públicos, e o Senado da República tem a obrigação, sim, de ouvir com atenção, com respeito a V. Ex^a. Agora, os fatos são graves e estão a merecer maiores detalhes.

Em uma investigação, em uma apuração, como técnico de apuração, o ideal seria ouvir, em primeiro lugar, quem está a acusar; depois, aquele que está a se defender dessa acusação. Portanto, vejo que audiências como esta no Senado da República precisam mudar a sua lógica.

Quero expressar a V. Ex^a meu respeito, expressar a V. Ex^a que ninguém pode ser julgado, prejudicado antes de comprovar-se a acusação, mas a intimidade, a imagem do homem público – até porque ele luta para ser homem público – é relativizada em uma democracia.

Eu me compadeço de V. Ex^a em razão dessa exposição que V. Ex^a faz; de sua família e do importante Partido que V. Ex^a representa. Mas é o preço que temos que pagar por vivermos em uma democracia.

Quero torcer para que esses fatos sejam mentirosos, como V. Ex^a disse. Agora, a República precisa saber o que está a ocorrer no Ministério dos Esportes. Não interessa se 9%, 10% dos valores são conveniados

com ONGs. O importante é que a República saiba se esses recursos públicos estão sendo bem aplicados.

Não vou fazer prejulgamento de V. Ex^a, até porque essa não é a função de um Senador, mas, como Senador, posso fazer juízos de fato e juízos de valor. Por isso, fazendo juízo de valor, esse caso é muito grave, e o Brasil precisa não só em homenagem a V. Ex^a, como pessoa humana, não só em homenagem ao Partido político do qual V. Ex^a faz parte, que é histórico, mas, sobretudo, a República precisa saber se o dinheiro público está sendo bem aplicado.

Não tenho nenhuma pergunta a fazer a V. Ex^a, até porque elementos mais concretos faltam neste momento. Temos que reconhecer isso, desse fato dos valores terem sido entregues ou não em uma garagem do prédio do Ministério do prédio a V. Ex^a. Agora, um fato é ligado a outro fato. Não podemos isolar os fatos. Algo está a ocorrer no convênio com essas ONGs. E algo mais grave – e temos que tocar neste ponto –: o aparelhamento do Estado por partidos políticos. Não interessa se é o Partido político de V. Ex^a, não interessa se é o Partido político do qual, com muita honra, faço parte, o PDT. O que interessa é que o Estado não pode ser aparelhado por partidos políticos.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra o Ministro Orlando Silva.

O SR. ORLANDO SILVA – Agradeço a manifestação do nosso Senador Pedro Taques.

Senador, eu queria fazer um registro para sua reflexão. Qual registro? Que, em tudo que foi posto nessa reportagem no último final de semana, há dois fatos documentados. Portanto, dois fatos provados, que são duas tomadas de conta especial que foram instauradas a partir da fiscalização do exame do acompanhamento de dois convênios estabelecidos entre o Ministério do Esporte e duas entidades. Por que falo dois fatos? Porque, formalizados os dois convênios, avaliados, fiscalizados os dois convênios, nós concluímos que os convênios não cumpriram seu objeto. Demos chance para que o conveniente pudesse apresentar a justificativa de execução do convênio. Isso não foi apresentado. Foi pedido mais prazo. Nós ofertamos mais prazo. Isso não foi demonstrado. Não foi demonstrada também a adequada utilização dos recursos públicos vinculadas ao cumprimento do objeto do convênio. O senhor sabe, como o gestor experiente que é, um homem que acompanhou, fiscalizou a ação pública por muito tempo, que o caminho administrativo, a rotina administrativa conduz para que o gestor instaure tomada de contas especial, para que o gestor determine o recolhimento dos recursos públicos aos cofres públicos. Há dois fatos relativos a esses dois processos, Sr. Senador.

Eu contesto a matéria veiculada porque não há um fato. Desde sábado, quando tive a primeira notícia sobre essa matéria, dei uma entrevista coletiva, ainda fora do Brasil, e afirmei, com veemência, que repudiava aquela falsidade, repudiava aquela agressão. E afirmava categoricamente: a agressão que sofri se trata de uma farsa, de uma mentira, porque o fato não houve. Minha indignação, Senador, é porque o fato, que alguns reputam como grave, como o senhor mesmo acabou de falar, é uma mentira. O fato não houve. E ganha ares de veracidade. Por isso eu repudio com tanta veemência, porque não houve fato. O fato que há é a minha determinação de exigir a devolução do dinheiro público que não foi utilizado adequadamente. E de repente, por exigir a devolução do dinheiro público, a pessoa de quem eu exijo é que faz insinuações de haver algum tipo de composição de que eu exija a devolução, pura e simplesmente. E está nos autos. Está, a esta altura, no Tribunal de Contas da União, a que se subordina. E tenta, na minha opinião, criar uma cortina de fumaça.

Por isso, Sr. Senador, eu registro: os fatos que existem são fatos nos processos, nos autos, que determinam a devolução dos recursos públicos. Esses são os fatos. Mentiras eu não considero fatos. Foi criado um fato político com uma mentira perpetrada, com repercussão sem provas. Insisto: afirmar que o Ministro de Estado recebeu recursos desviados de um convênio público não houve, não há e não haverá prova, porque isso é uma mentira. Onde estão as provas? Já são cinco dias, Senador, que eu faço a mesma pergunta: onde estão as provas? Na defesa da minha honra, eu pergunto: onde estão as provas? E elas não surgem porque simplesmente não existem. Faltou critério para apurar o fato, para apurar a ilação, para apurar a mentira.

Por isso falo que sei da responsabilidade que o senhor tem, do compromisso que o senhor tem com a conduta ética de homem público, como tenho também. E não sei se o senhor estava presente, mas fiz questão de fazer um registro. Vou impetrar ações penais, vou impetrar ações civis contra os caluniadores. E como gesto de homem público democrata, que defende a democracia, vou dar, por hora, um crédito, esperando que a revista reponha a verdade, que o jornalista reponha a verdade. Essa é a minha esperança. Para que não parem dúvidas do nosso compromisso com relação à liberdade de imprensa, porque é muito usual, se há algum tipo de medida judicial, vir o discurso de que se tenta cercear a liberdade de imprensa. Muito pelo contrário: estou sempre disponível para atender, até porque tenho obrigação, como aqui publicamente faço, de publicamente me manifestar, respondendo a

demanda da sociedade e do Parlamento, que é uma forma de representação da sociedade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra o Senador Suplicy, último orador inscrito.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Presidente, Senador Roberto Requião, procurarei ser breve.

Sr. Ministro Orlando Silva, é importante a sua disposição de ter vindo aqui, assim como na Câmara, e explicar, no melhor ao seu alcance, todas as medidas que aconteceram e que estão sendo tomadas. Tendo em conta as perguntas já formuladas, eu gostaria de formular a seguinte: V. Ex^a mencionou que há algo como 2.225 convênios estabelecidos pelo Ministério do Esporte. Tendo em conta que foram constatados os problemas que têm sido objeto dessas reportagens em dois ou poucos convênios, se foram tomadas e que medidas foram tomadas para que o Ministério do Esporte tenha o cuidado preventivo no sentido de que todos os demais convênios hoje realizados ou que estão sendo realizados tenham seus objetivos plenamente assegurados a fim de que não ocorram problemas como os que vieram preocupar V. Ex^a.

É essa minha indagação, Sr. Presidente, até levando em conta a necessidade de logo estarmos no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra o Ministro Orlando Silva.

O SR. ORLANDO SILVA – Senador Suplicy, buscava aqui em minhas anotações uma informação que talvez fosse a mais objetiva forma de responder ao seu questionamento. O que nós acreditamos, Senador, é que é necessário aperfeiçoar permanentemente os programas públicos.

De 2003 para cá, em todos os planos, nós trabalhamos para aperfeiçoar esse programa. No plano do projeto pedagógico do programa Segundo Tempo, foram feitos muitos esforços, mobilizada a inteligência da educação física brasileira, da educação, muitas universidades e hoje nós temos no projeto pedagógico do programa Segundo Tempo seguramente um dos melhores projetos pedagógicos entre Esporte e Educação do mundo; seguramente. Tanto que, ainda que a parceria entre o Ministério da Educação e o do Esporte tenha recursos e alcance cinco mil escolas, o próprio Ministério da Educação estimula, nas outras dez mil escolas do Mais Educação, distribui o material pedagógico, cartilhas, vídeos, o material usado para a preparação dos professores. Então aqui houve um esforço muito grande.

Permanentemente fazemos esforço para melhorar o material esportivo, a infraestrutura, os equipamentos que são disponibilizados para essas crianças. Treinamento dos profissionais que orientam. Permanentemente também tomamos medidas para aumentar o acompanhamento. Para que se tenha uma ideia do nosso crescimento permanente, em 2008/2009, nós visitamos 1.040 núcleos. Em 2011, melhor, em 2008/2009, eram 1.042 núcleos, em 2010, visitamos 1.263 núcleos. Só em 2011, até o mês de setembro, foram 1.474 visitas a núcleos esportivos, porque acreditamos que a melhor maneira de garantir que o convênio vai cumprir o seu objetivo é nós nos aproximarmos mais da fiscalização, do acompanhamento desses núcleos. Então eu diria objetivamente que ter um monitoramento mais eficaz é uma medida para garantir que os reais objetivos do convênio, os reais objetivos do programa Segundo Tempo sejam cumpridos. Esse é o compromisso que temos e demonstramos com os relatórios.

É por isso que os órgãos de controle interno e externo de Governo, auditoria após auditoria que realiza no programa, ano após ano, informa, registra melhorias na gestão. Evidentemente que ainda podemos melhorar mais. E esta vai ser a nossa dedicação, melhorar cada vez mais esse programa que é tão importante para ofertar esporte e lazer a crianças e jovens do Brasil.

Queria, ao final, já que o Presidente Roberto Requião informa que essa é a última manifestação, agradecer o Senado Federal, agradecer as duas Comissões que me convidaram para participar deste encontro pela oportunidade de prestar aqui esclarecimentos. Saio convencido, cada vez mais, de que o Senado Federal é uma Casa de altíssimo nível, capaz de compreender, debater, tratar dos temas relevantes da vida brasileira. Reafirmo os meus compromissos feitos aqui de defesa da minha honra, de defesa da atividade do meu Governo, de defesa da atividade do Ministério do Esporte.

Boa tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Não há dúvida de que a liberdade de imprensa...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Eu estou falando, Senador. Eu lhe darei a palavra pela ordem posteriormente.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Pela ordem pode ser pedido a qualquer hora, mesmo que V. Ex^a esteja falando.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Desde que V. Ex^a não me interrompa, terá a palavra pela ordem. *(Risos.)*

Eu quero deixar claro que a liberdade de imprensa é absolutamente necessária para um Estado democrático e, no mais das vezes, tem prestado serviços importantes para o Brasil. Mas a imprensa é privatizada, a imprensa hoje é um negócio. O que não é possível é que as pessoas que dominam a imprensa, os interesses que a controlam, possam atacar honras, levantar dúvidas, infamar pessoas sem que elas tenham o direito de resposta.

Há um projeto meu tramitando na Casa, o Relator é o Senador Pedro Taques, que não questiona, de forma alguma, a liberdade da imprensa, mas garante ao cidadão ofendido, caluniado e infamado o necessário direito de resposta no mesmo espaço em que a acusação se deu.

Quero agradecer a presença do Ministro e conceder, pela ordem, a palavra ao Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, é muito simples, porque diz respeito à democratização da liberdade de imprensa. Então, veja,...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Vamos democratizar também a questão de ordem aqui depois. *(Risos.)*

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Está certo, essa é mais imediata e nós temos plenos poderes para resolver.

É importante, é um detalhe, mas é como está posto na mídia. O Ministro Orlando Silva pediu ao Procurador-Geral da República que investigasse as acusações, que tomasse a iniciativa dos procedimentos legais para fazer as investigações cabíveis. O Procurador-Geral da República não pode, *ex-officio*, fazê-lo; precisa de uma autorização do Supremo Tribunal Federal. O Procurador-Geral tem que encaminhar o pedido do Orlando ao STF.

Então, o Procurador, para atender a V. Ex^a, tem que fazer um pedido ao STF, que vai, evidentemente, analisar se permite ou não que seja feito o inquérito. Como V. Ex^a está pedindo que faça, provavelmente o Ministro poderá conceder ao Procurador e conduzir o processo. Consultei aqui o nosso Procurador, quer dizer, o juiz vai conduzir esse procedimento no STF.

Então, não é o Procurador que está tomando a iniciativa, mas é que, frente à iniciativa de V. Ex^a, Ministro Orlando Silva, o Procurador-Geral encaminha o pedido ao STF. Este, o procedimento ajustado, correto, que precisa ser assim colocado, de forma correta, para que não se crie uma dúvida sobre os fatos que estão sendo trazidos à baila a partir da iniciativa de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Ainda a respeito dessas CPIs...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Para uma questão de ordem, V. Ex^a teria que citar o artigo do Regimento.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Com fundamento no art. 14 do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Agora, pela ordem é outra coisa; é o pedido da palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Não, não, Sr. Presidente. Eu levantei uma questão de ordem e V. Ex^a fez uma confusão com “pela ordem”. Eu citei o art. 14 do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra o Senador para formular a sua questão de ordem.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Muito obrigado.

Como fui citado pelo Senador Inácio, tenho o direito constitucional de falar. É uma questão de ordem, não é pela ordem; a democracia exige que nós paguemos esse preço.

Então, vamos dizer o seguinte... Eu fui citado.

O Procurador-Geral da República pode, segundo jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, arquivar qualquer representação, independentemente da manifestação do Supremo. Existe jurisprudência consolidada sobre isso. O Procurador pode, ao receber uma representação, tomar dois caminhos: primeiro, arquivar internamente, uma vez que já existe jurisprudência consolidada no Supremo em relação a isso; ou pode seguir um segundo caminho, entendendo que existem indícios – e podem ser indícios que ele faça o seu juízo –, solicitar ao Supremo a instauração do inquérito policial, que, no Supremo, leva o nome de inquérito judicial; e um Ministro conduz a investigação, pois só um Ministro do Supremo pode fazer isso a partir do caso Aloizio Mercadante. O Supremo já assim decidiu.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – É bom deixar claro no pela ordem que a solicitação foi do Ministro Orlando Silva.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Só, no encerramento, quero deixar clara a minha posição pessoal a favor de qualquer CPI sobre qualquer assunto que deva ser investigado pelo Congresso Nacional.

A CPI é um instrumento corriqueiro; não deve ser um espetáculo político. Eu, como o Senador Pedro Taques, temos assinado sistematicamente todas as CPIs requeridas. Eu acho um absurdo que o Congresso não utilize esse instrumento em todas as ocasiões que ele se fizer interessante e necessário.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 14 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 19 minutos.)

ATA DA 57ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE CONJUNTA COM A 77ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE OUTUBRO DE 2011.

AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA

Às nove horas e oito minutos do dia vinte de outubro de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Ala Senador Alexandre Costa, sala 2 (dois), **sob a Presidência do Senhor Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa**, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ana Rita, João Ribeiro, Marta Suplicy, Paulo Davim, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro, reúnem-se as Comissões de Educação, Cultura e Esporte e de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Walter Pinheiro, Ângela Portela, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Marcelo Crivella, Roberto Requião, Eduardo Amorim, Geovani Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira, Ana Amélia, Sérgio Petecão, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Clovis Fecury, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, Mozarildo Cavalcanti, Gim Argello e Marinor Brito. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores e a aprovação das mesmas, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública Conjunta, em atendimento aos Requerimentos nº 40/11-CE, de autoria dos Senhores Senadores Cyro Miranda e Alvaro Dias; nº 53/11-CE e nº 102/11-CDH, de autoria do Senhor Senador Cyro Miranda, destinados a debater o tema **“Educação Especial”**. Como expositores, comparecem à Audiência o **Senhor Charles Roberto de Lima Júnior, presidente da Subcomissão de Educação da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB; Senhora Regiane Presot, professora e coordenadora da Comissão de Direitos Humanos da OAB-DF; Senhor Antônio Montanini, pai de aluno especial e Senhora Maria do Socorro Nery da Cruz, familiar de aluno especial**. Finda a apresentação dos expositores, o Senhor Presidente convida o Coral Acorde, do Centro de Ensino Especial nº 1 de Taguatinga, coordenado pelos professores Sidnéia da Costa Veloso e Marcelo Donizete da Silva Pereira, para realizar a apresentação musical. Prosseguindo, os alunos especiais membros do coral expõem suas

considerações acerca do tema da audiência pública. Logo após nova apresentação musical, a Presidência concede a palavra à aluna especial Marina, à Senhora Claudia Hakim, Assessora Jurídica do Blog mãedecriançassuperdotadas.blogspot.com e à Senhora Mirella Lampolsky, mãe de aluno especial. Prosseguindo, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros das Comissões de Educação, Cultura e Esporte e Direitos Humanos e Legislação Participativa. Usam da palavra o Senhor Senador Cyro Miranda, autor do Requerimento e os Senhores Senadores Wellington Dias e Ana Rita. Neste momento, o Senhor Senador Cyro Miranda sugere ao Presidente que seja marcada audiência com o Deputado Marco Maia, Presidente da Câmara dos Deputados, na qual será tratada a pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 347, de 2009, que altera a redação do inciso III do art. 208 da Constituição Federal, para garantir acesso à educação especializada para portadores de deficiência, sem imposição de limite de faixa etária e nível de instrução, preferencialmente na rede regular de ensino, com a presença dos Senhores Senadores Paulo Paim, Cyro Miranda, Ana Rita e outros. A Presidência acolhe a sugestão do Senador Cyro Miranda e solicita as Secretarias das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa e de Educação, Cultura e Esporte as providências necessárias para viabilizar a realização da reunião. Prosseguindo, o Senhor Presidente faz encaminhamento para que a Secretaria da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa marque audiência com o Secretário de Educação do Governo do Distrito Federal, que deverá se realizar na semana de 24 a 28 de outubro de 2011, com o escopo de discutir acerca do acesso à educação especializada para portadores de deficiência, sem imposição de limite de faixa etária e nível de instrução, preferencialmente na rede regular de ensino, com a participação das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa e de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, da Comissão de Direitos Humanos da OAB/DF e dos Senhores Antônio Montanini e da Senhora Maria do Socorro Nery da Cruz, como representantes dos familiares de alunos especiais. A Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, O Senhor Presidente, Senador Paulo Paim, encerra a reunião às onze horas e vinte e dois minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente da Comissão de Direi-

tos Humanos e Legislação Participativa, e publicada no Diário do Senado Federal. – **SENADOR PAULO PAIM**, Presidente Eventual da Comissão de Educação Cultura e Esporte; Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 77ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em conjunto com a 57ª Reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Audiência Pública Conjunta, nos termos dos Requerimentos nº 102, de 2011–CDH, aprovado em 11/08/11, de autoria do Senador Cyro Miranda, e nº 40, de 2011–CE, aprovado em 05/07/11, de autoria dos Senadores Cyro Miranda e Alvaro Dias, aditado pelo Requerimento nº 53, de 2011–CE, aprovado em 13/09/11, de autoria final do Senador Cyro Miranda, para tratar do tema “Educação Especial.”

Convidamos para o entendimento de quem vai fazer parte do debate e estará na mesa. Como convidados, teremos, num primeiro momento, o Coral Acorde, do Centro de Ensino Especial nº 1, de Taguatinga, e Sidnéia da Costa Veloso, Coordenadora; Charles Roberto de Lima Júnior, Presidente da Subcomissão de Educação da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; Regiane Presot, Professora e Coordenadora da Comissão de Direitos Humanos da OAB; e Antônio Montanini, pai de aluno especial.

Esses são os nossos convidados, que farão uso da palavra a partir do momento em que os outros painelistas chegarem à Comissão.

Para situar todos sobre como serão conduzidos os nossos trabalhos, destaco que hoje, aqui na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, vamos debater a educação especial.

Eu me lembro que há poucos minutos, a Srª Maria do Socorro, quando eu ainda chegava à Comissão, já me interpelava, no bom sentido, como estava a situação do DF. No momento, adequado a senhora vai fazer uso da palavra com as preocupações devidas.

Estou tentando mostrar a importância da reunião de hoje, e que consigamos, de uma vez por todas, resolver essa questão. Vamos dialogar, ao longo desta audiência pública, sobre educação especial, em continuidade ao primeiro debate que fizemos, em conjunto também com a Comissão de Educação.

Em resumo, a educação especial, essencial ao desenvolvimento de pessoas deficientes ou não, com

deficiência ou não, desde o ano passado, conforme decisão do Ministério da Educação, não existe mais no País. É uma falha grave, que deve, certamente, ser revisada pelo MEC. Não é que não exista, mas há toda uma discussão e, conforme a senhora mesmo tem colocado, e vai ter a oportunidade de falar, está sendo criada uma série de obstáculos para as pessoas com deficiência.

Enfim, o assunto do acesso à educação para as pessoas com deficiência é parte do Projeto de Lei do Senado nº 589, de 2011, do Senador Cyro Miranda, que está tramitando na Comissão de Educação. E após conversa com o Senador Roberto Requião, ele me indicou para ser Relator do projeto do Senador Cyro Miranda. De pronto, já posso anunciar que meu parecer será favorável ao Projeto do Senador Cyro Miranda. Com isso, já teremos um instrumento na mão, a partir do meu relatório, que servirá de pressão, antes mesmo da votação final nas duas Casas, para conseguir o acesso das crianças que, infelizmente, estão sendo prejudicadas pelos obstáculos criados para que elas tenham o direito de estar na chamada escola especial, quando essa for uma decisão dos pais, em comum acordo.

Enfim, o Projeto tem o objetivo de alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, regras sobre o atendimento da educação especial e propor que o acesso a esse tipo de educação compreenda as idades de zero a cinco anos e que se estenda, independentemente da idade do estudante e do grau de escolaridade em curso, que foi o centro do debate da última reunião que tivemos.

O § 3º do art. 1º do Projeto do Senador Cyro Miranda diz: “A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, com início na faixa etária de zero a cinco anos, durante a educação infantil, terá continuidade, independentemente da idade – é a sua emenda, praticamente – e da etapa escolar do educando”.

Outro ponto bem observado no PLS nº 589, de 2011, é a análise das necessidades individuais de cada estudante por equipe multiprofissional da escola e, quando necessário, em parceria com profissionais do Sistema Único de Saúde, o SUS.

A necessidade de interação com a família acerca do consenso quanto ao tipo de atendimento escolar indicado ao aluno especial também é descrita no texto do nobre Senador Cyro Miranda.

Por fim, quero lembrar que o acesso à educação especial é fundamental para o desenvolvimento das pessoas que apresentem qualquer deficiência. Esses homens e mulheres têm as demandas próprias, necessidades específicas, que, muitas vezes, não são

semelhantes às necessidades dos estudantes que optaram pelo ensino regular.

O Projeto do Senador Cyro Miranda, que será objeto do debate, contribui para avançarmos nas políticas de acesso à educação especial no Brasil e beneficiar esse grande número de pessoas que somam em torno de 28 milhões de brasileiros e de brasileiras, ou seja, de brasileiros.

Faço essa rápida introdução e quero também fazer outro comunicado que considero importante, fruto de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos.

Quero homenagear os jornalistas dos nossos queridos Rádio, Jornal e TV Senado.

“Jornalista da Rádio Senado recebe Menção Honrosa no Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos.”

O reconhecimento veio com a série de reportagens ‘O povo cigano no Brasil’, transmitida pela Rádio Senado e várias outras emissoras públicas do País. Os repórteres da Rádio Senado Celso Cavalcanti, Jorge Cardim, Larissa Bortoni e Maurício de Santi e os produtores Pedro Henrique e Rodrigo Resende receberam Menção Honrosa do Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos mediante a reportagem premiada ‘O povo cigano no Brasil’.”

Segundo eles me disseram, foi a partir de audiências públicas que aqui fizemos com os ciganos que eles tiveram a ideia de estudar, publicar e mostrar ao Brasil a invisibilidade do povo cigano.

“Em doze programas de meia hora, a equipe conta a história do povo cigano desde a chegada ao Brasil até os dias de hoje. Para mostrar a realidade dessa população, hoje estimada em um milhão de pessoas no Brasil, a equipe de jornalismo da Rádio Senado percorreu seis Estados brasileiros conversando com comunidades ciganas sobre seus costumes, anseios e expectativas para o futuro. Foram visitadas comunidades nômades e sedentárias em Goiás, Paraíba, Bahia, Espírito Santo, São Paulo e Santa Catarina.”

Os jornalistas também entrevistaram autoridades públicas federais, estaduais e municipais nas áreas de educação, saúde, segurança, entre outras.

O projeto já havia sido um dos vencedores do Prêmio Roquette-Pinto 2011, promovido pela Associação das Rádios Públicas do Brasil, Arpub, com patrocínio da Petrobras e apoio do Ministério da Cultura, através da Lei Federal de Incentivo à Cultura.

O Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos, criado em 1977, dois anos após o assassinato do jornalista Vladimir Herzog, premia reportagens que estimulam a luta pela cidadania denunciando todo tipo de ação.

Atualmente, são premiadas onze categorias, como livro-reportagem, jornais, rádio, revista, tevê, entre outras.

A cerimônia de entrega acontece na próxima segunda-feira, dia 24, em São Paulo.”

Uma salva de palmas à nossa equipe de repórteres, que construiu esse belo comentário e está sendo hoje homenageada. (*Palmas.*)

Já está aqui o Senador Cyro Miranda, que, na minha introdução, citei o nome dele umas dez vezes. Dez eu não digo, mas umas cinco eu citei, devido ao belo projeto de que ele é autor e de que eu serei relator.

Aproveitando a chegada dos nossos convidados, quero dizer que a respeito da bela homenagem feita aos nossos jornalistas da Rádio Senado, fiz a leitura aqui e também na abertura dos trabalhos no plenário do Senado.

Ainda antes de iniciarmos nossos trabalhos – os convidados já estão se aproximando, a maioria já está aqui –, quero também fazer um registro. Este é o Ano Internacional dos Afrodescendentes. Este ano perdemos o grande Abdias, Senador da República, que morreu aos 97 anos, um homem que deu sua vida à causa do combate a todo tipo de preconceito.

Neste sentido, trabalhamos muito aqui, há praticamente vinte anos. Apresentei o primeiro projeto de homenagem a Zumbi dos Palmares. Ontem, antes de encerrar a sessão, nós conseguimos aprovar esse projeto. E faço aqui uma rápida introdução desse projeto, que vai para a sanção da Presidenta.

Antes de iniciar a sessão com meus convidados à mesa, quero também destacar a importância do dia de ontem. Ontem, o Senado da República aprofundou o debate sobre o pré-sal. Fizemos a votação que torna a distribuição dos *royalties* mais equilibrada, eu diria, para todos os Municípios. Eu me refiro aos Municípios. É claro que é para todos os Estados e, consequentemente, para todos os Municípios.

Antes de iniciar a reunião, quero falar também desse projeto que é símbolo de luta pelos direitos humanos, pela paz, pela solidariedade e pela igualdade de oportunidades entre os seres humanos, entre todos os povos.

O Dia de Zumbi dos Palmares, aprovado ontem no Plenário do Senado, projeto de minha autoria e da Senadora Serys, que agora foi para sanção da Presidenta da República, é uma homenagem não somente a Zumbi, a Abdias e a tantos outros lutadores, mas também a todos, brancos e negros, que lutam pela igualdade, pelo direito de oportunidade a todos.

O dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, simboliza a luta pela dignidade, conforme apresentei o primeiro projeto, há quase vinte anos, dignidade não

só dos negros, mas dos índios, buscando o respeito à sua cultura e às suas terras, dos alemães, dos italianos, dos portugueses, das pessoas com deficiência – por que não? – dos idosos, das mulheres... Para mim, esse dia tem que ser o símbolo da luta contra qualquer tipo de preconceito.

Tínhamos que ter uma referência, e a referência foi dada a Zumbi dos Palmares. É por isso que acho que essa aprovação e essa simbologia... Cheguei a falar, um desses dias em que eu argumentava, que seria uma data em que o mundo todo deveria parar para refletir a cultura de paz e de combate a todo tipo de preconceito. É por isso que digo que interessa a todos, italianos, portugueses, latinos, africanos, asiáticos, homens e mulheres de todo o mundo que falam do combate ao preconceito contra aqueles que não aceitam a liberdade religiosa, que lutam pelo fim da violência contra as crianças, contra a livre orientação sexual, enfim, a luta de todos aqueles que são discriminados. Simboliza o respeito a todos, simboliza a educação de qualidade ao alcance de todos, simboliza a luta em defesa do meio ambiente, dos sem-teto, dos sem-terra, simboliza a luta dos trabalhadores e das trabalhadoras, dos empreendedores, o sonho de pais e filhos que querem uma vida com dignidade para todos.

Essa data, que inicialmente transmitia um simbolismo apenas do povo negro, transformou-se, nesses 20 anos, através da consciência do papel de Zumbi e do Quilombo dos Palmares, em uma data de luta em defesa de todos os que são discriminados e, eu diria, pela solidariedade dos povos e da paz.

Quero dizer que, a partir de Oliveira Silveira, poeta gaúcho, que idealizou o dia 20 de novembro, a sociedade deixa de lado o 13 de Maio, não que o 13 de Maio não tenha sido importante, mas é a data em que foi assegurada somente aos negros a liberdade, mas a eles não foi dado direito algum. Zumbi dos Palmares, em resumo, é sinônimo de integração, de amor e de resistência. Nesses passos que estamos dando no Congresso Nacional, após a aprovação, no dia de ontem, do 20 de novembro, faço questão de homenagear Oliveira Silveira, lendo aqui, rapidamente, um pequeno poema de sua autoria. Disse, numa oportunidade, Oliveira Silveira, em *Encontrei Minhas Origens*:

Encontrei minhas origens

Em velhos arquivos

Livros

Encontrei

Em malditos objetos

Troncos e grillhetas

Encontrei minhas origens

No leste

No mar em imundos tumbeiros

*Encontrei
Em doces palavras
Cantos
Em furiosos tambores
Ritos
Encontrei minhas origens
Na cor de minha pele
Nos lanhos de minha alma
Em mim
Em minha gente escura
Em meus heróis altivos
Encontrei
Encontrei-as, enfim [ao encontrá-las]
Me encontrei.*

É um poema desse grande escritor, que fala um pouco da saga do povo negro. Mas é claro que essa data, como eu dizia, ultrapassou os limites da cor da pele. É uma data que simboliza a luta contra todos os tipos de preconceitos.

Feitas as devidas introduções sobre a importância da votação de ontem, que vai para a Presidente Dilma, após a leitura do material sobre o reconhecimento, com a série de reportagens feitas pelos profissionais da Rádio Senado ao povo cigano no Brasil, que recebem, neste dia 24, o Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos, e a introdução, Senador Cyro Miranda, do seu projeto, que vai ser o eixo do debate da nossa audiência no dia de hoje, a partir deste momento, vamos para formação da nossa Mesa com os nossos convidados.

Como já fiz toda a introdução, quero convidar Charles Roberto de Lima Júnior, Presidente da Subcomissão de Educação da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. Por favor, Dr. Charles, sente-se, se preferir, à minha direita, ou à minha esquerda, tanto faz. O que interessa é aquilo que o senhor vai falar que eu sei que será uma fala progressista, à altura da nossa querida OAB. Nós temos o maior orgulho da OAB, um símbolo da luta em defesa da democracia.

Convidamos também a Professora e Coordenadora da Comissão de Direitos Humanos da OAB-DF, Regiane Presot. Por favor, Doutora. A senhora ficou à minha esquerda.

Convidamos também Antônio Montanini, pai de aluno especial, para que venha à Mesa.

O Coral Acorde eu acho que ainda não chegou. Chegará às 10 horas. E nós, a partir deste momento, começamos, a fazer o nosso primeiro painel. Sejam bem-vindos.

Eu gostaria de convidar também a Sr^a Maria do Socorro, que fez um belo depoimento numa oportunidade e uma cobrança muito dura, mas gentil, quanto a decisões ainda não tomadas em relação ao atendimento

dos alunos especiais no DF. Então, é importante que ela, mais uma vez, aqui coloque o seu ponto de vista e que insistamos para que haja uma solução definitiva, como foi o fruto do debate da nossa última reunião.

O Senador Cyro usará a palavra no momento que entender mais adequado. Fique bem à vontade.

Passamos a palavra ao Presidente da Subcomissão de Educação da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB –, Dr. Charles Roberto de Lima Júnior.

O SR. CHARLES ROBERTO DE LIMA JÚNIOR

– Bom dia a todos os senhores.

Gostaria de cumprimentar a Mesa na pessoa do nosso ilustre Presidente e agradecer, desde já, o convite à OAB-DF para participar de um debate de tamanha importância e relevância. O tema educação especial não só atinge a nossa cidade, o nosso País como um todo, mas também o mundo. Na verdade, nós sabemos que, hoje, a Unesco anda trabalhando políticas e fazendo recomendações a todos os países para a inclusão maior possível dos alunos em quaisquer níveis de dificuldades ou deficiências.

Eu preparei, junto com a colega da OAB, algumas palavras, e vou adiantá-las. Estou muito curioso e feliz de estar aqui para enriquecer junto a vocês com esse debate.

Fico preocupado com a necessidade de integração dos diferentes níveis de deficiência, em paralelo com a devida instrução de professores e demais educadores, pois, da mesma forma que é um equívoco colocar todos os alunos com diferentes necessidades na mesma sala, é também um equívoco atribuir a árdua missão da educação especial a professores não treinados para promover a integração.

Ressalto também a importância da convocação da família e demais responsáveis pelos alunos para participação e ajuda no processo de formação dos educandos especiais.

O que vemos hoje? Na verdade, acontece de boa-fé, mas os alunos são colocados na mesma sala, com diferentes níveis de aprendizado ou dificuldades. Por vezes, os próprios professores não sabem como lidar com aquela situação porque o próprio professor, na sua garra de ensinar e na sua vontade de trabalhar, não foi devidamente treinado, não passou pela formação adequada para tratar da integração daquele tipo de aluno.

Há uma frase que eu gosto muito de passar adiante. Não é de minha autoria, mas é uma frase fantástica: “Justiça, inclusão e igualdade é tratar os desiguais de forma desigual na medida das suas desigualdades”.

O que quero dizer com isso é o seguinte: não adianta colocarmos um aluno com uma deficiência grande no aprendizado ao lado de um aluno super-

dotado. Isso vai atrapalhar o aprendizado do que tem maior dificuldade e vai atrapalhar o aprendizado do superdotado. Então, temos que tratar pessoas desiguais na medida de suas desigualdades, com políticas especializadas e especiais para cada um.

Para não me alongar, gostaria de ler somente o art. 205 da Constituição, que já é por demais abrangente na política da educação. Em três linhas, diz:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Ou seja, está claro aqui que é dever do Estado e da família. Não podemos excluir a participação dos familiares do processo e simplesmente jogar um resultado para a família. A família é importante na colaboração.

Sobre o projeto, Presidente, eu gostaria de parabenizar tanto a relatoria quanto a presidência. Senador Cyro Miranda, parabéns particulares da OAB-DF, pois é muito claro o Projeto 589, ao explicitar a questão da idade e a questão também da avaliação de necessidades específicas de desenvolvimento por equipe multiprofissional da escola e com a necessária parceria com os profissionais do Sistema Único de Saúde. Parabéns ao senhor. Realmente é uma questão também de saúde.

Eu gostaria, Presidente, de receber os conhecimentos da audiência e, se possível, complementar com outras coisas que eu gostaria de dizer, depois de ouvir as ilustres palavras dos nossos próximos participantes, e também fechar com a nossa colega.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Meus cumprimentos ao Dr. Charles, que aqui representou a OAB como Presidente da Subcomissão de Educação.

Agora vamos passar a palavra à Dr^a Regiane Presot, que é Professora e Coordenada da Comissão de Direitos Humanos da OAB-DF.

Por favor, Dr^a Regiane com a palavra.

A SR^a REGIANE PRESOT – Obrigada.

Bom dia a todos. Cumprimento todos os presentes na pessoa do Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Senador Paulo Paim.

Nós, da Comissão de Direitos Humanos, ficamos contentes com a abordagem de um tema altamente relevante que desperta um atendimento especial, inclusive pelo Poder Legislativo, quanto a essa matéria. Por quê? Porque a questão de educação, o desafio contemporâneo da educação especial brasileira é a implantação de uma educação de qualidade. Para isso, precisamos de uma organização de escolas que

atendam a todos os alunos sem nenhum tipo de discriminação e que reconheçam as diferenças como fator de enriquecimento no processo educacional.

O Brasil já avançou bastante na declaração desse direito. Chamo aqui o raciocínio de Norberto Bobbio para esclarecer o que seria essa nossa etapa de luta. Norberto Bobbio nos informa que, em matéria de direitos humanos, em matéria de direitos fundamentais, nós já estamos em uma segunda fase. Qual foi a primeira fase? A de mera declaração de direitos. A segunda fase, que é mais desafiante e mais complexa – é esta segunda fase que estamos aqui hoje discutindo –, é a busca da concretização de direitos fundamentais, envolvendo a questão da educação especial no Brasil. Então, não podemos mais ficar no discurso da declaração. Nós temos de concretizá-lo. E de que maneira? Através de políticas públicas sérias.

A declaração desse direito na educação especial, com base nos pressupostos legais da Constituição Federal de 1988, em seu art. 205, prevê o direito de todos à educação e, no art. 208, prevê o atendimento educacional especializado e a inclusão escolar, fundamentada na atenção à diversidade, exigindo mudanças estruturais nas escolas comuns e especiais.

Em um segundo momento, a lei infraconstitucional, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, também já traz a previsão da educação especial. Define-a por modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para pessoas com necessidades educacionais especiais. Assim, o ordenamento jurídico brasileiro perpassa todos os níveis de ensino, desde a educação infantil ao ensino superior. Ou seja, senhores, a declaração desse direito já se encontra no ordenamento jurídico brasileiro. E aqui chamo a atenção: embora o texto constitucional não mencione o grau ou a faixa etária da educação especial a quem ela se aplica, em matéria de direitos fundamentais, a interpretação do direito deve sempre ser ampliativa e nunca restritiva. Então, a Administração Pública, o MEC, as escolas não podem restringir o que o texto constitucional não fez.

Portanto, a questão da educação especial perpassa, já está contemplada em todos os níveis e em todas as faixas etárias, independente da idade do educando, mas, de qualquer forma, no Brasil, como nós temos uma dificuldade em concretizar direitos, é muito salutar – e eu o parabenizo por isso – a iniciativa do Senador Cyro Miranda, que vai, de forma inteligente, expressar isso na Lei de Diretrizes e Bases, esclarecendo a amplitude do direito.

A fundamentação filosófica da educação especial pressupõe que todos os alunos de uma comunidade, independentemente de suas necessidades educacio-

nais especiais, têm o mesmo direito de acesso à escolarização com o grupo de sua faixa etária e que a escola deva acolher e valorizar as diferenças.

Assim, a educação especial converte-se em uma modalidade transversal de educação escolar que permeia todos os níveis, etapas e modalidades de educação por meio da realização do atendimento educacional especializado definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais, orientando e colaborando com a educação regular comum em benefício de todos os alunos.

Nesse cenário, surge o conceito de educação inclusiva, que corresponde ao processo de inclusão dos portadores de necessidades especiais ou de distúrbios de aprendizagem na rede comum de ensino em todos os seus graus, da pré-escola ao quarto grau. Não obstante, apesar de a declaração do direito já estar no nosso ordenamento jurídico, o conceito de inclusão não tem sido compreendido por educadores e por governos, pois o conceito de inclusão não é levar crianças às classes comuns sem o acompanhamento do professor especializado, não é ignorar as necessidades específicas da criança, fazer as crianças seguirem um processo único de desenvolvimento ao mesmo tempo e para todas as idades, extinguir o atendimento de educação especial antes do tempo de formação adequada, esperar que os professores de classe regular ensinem as crianças portadoras de necessidades especiais sem suporte técnico e treinamento específico, inclusive, esse treinamento deve iniciar no curso de pedagogia.

Os equívocos na compreensão do conceito sob análise são fruto de uma cultura que valoriza mais as questões econômicas do que as questões sociais. Essa verdade tão conhecida por todos nós vem explicar a desvalorização que em nossa sociedade se dá às crianças, aos adolescentes, aos idosos e principalmente aos portadores de necessidades especiais, que não fazem parte, na grande maioria, da população economicamente ativa, razão pela qual são considerados um peso para o sistema.

A inclusão é um motivo para que a escola se modernize e os professores aperfeiçoem suas práticas e, assim sendo, a inclusão escolar de pessoas portadoras de necessidades especiais torna-se uma consequência natural de todo o esforço de atualização e de reestruturação das condições atuais do ensino básico.

Por fim, a escola deve trabalhar as diferenças como diversidade, pois é nela que construímos o conhecimento. Devem ficar de lado os preconceitos e mostrar a todos os envolvidos no processo – pais, amigos, família e escola – que todos são capazes de desenvolver e aprender. E para que isso se realize é

necessário modificar a própria sociedade e fazer com que todos sejam inseridos nela de forma autônoma e atuando como cidadãos.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Essa foi a Dr^a Regiane Presot, Professora e Coordenadora da Comissão de Direitos Humanos da OAB, expressando seu ponto de vista sobre a educação especial, fortalecendo, naturalmente, o projeto do Senador Cyro Miranda, como fez também o Dr. Charles Roberto de Lima Júnior, que falou pela Subcomissão de Educação da Ordem dos Advogados do Brasil.

Passamos a palavra, neste momento, ao Sr. Antônio Montanini, pai de aluno especial.

O SR. ANTÔNIO MONTANINI – Bom dia, senhores e senhoras.

Agradeço ao Sr. Presidente por me ter dado esta oportunidade de aprender.

Quem sou eu? Sou um homem simples, aposentado, com 67 anos de idade. Estou na ponta dessa história e hoje aqui eu estou aprendendo, porque é a primeira vez que estou participando de uma Mesa, de uma Comissão. Então, com 67 anos, continuo aprendendo. Ainda continuo buscando a sabedoria, o conhecimento, o discernimento. E quando eu sair desta baixa terra, muitas coisas vou deixar de aprender. A nossa ideia é que para aprender não tem idade.

Faço parte de um movimento chamado Fórum Permanente em Defesa da PEC 347. No ano passado, nós, nosso grupo, fomos visitar os líderes em seus gabinetes. Fomos bem recebidos por todos eles e todos fizeram suas promessas. Por fim, na última visita, nós chegamos ao gabinete do Exm^o Senador Cyro Miranda, que nos recebeu muito bem, com carinho, fez a promessa e cumpriu: apresentou esse projeto de lei que já é de conhecimento de todos. Estamos aguardando a sua aprovação, para que venha nos beneficiar enquanto há tempo. Que a PEC 347, espero, seja aprovada.

Lamentavelmente, ontem, por telefone, tivemos conhecimento de que a PEC foi retirada de pauta. Não sabemos por quê. Ontem, por telefone, recebemos essa notícia.

Mas quem sou eu? Eu tenho duas filhas portadoras de necessidades especiais. Não falo isso por soberba, nem para ser melhor do que um ou do que outro, mas com elas eu aprendi muito. Eu não aceito a doença delas, a enfermidade, mas as aceito como são, porque são minhas filhas, são o tesouro que Deus me deu para eu cuidar. Poliane, minha filha que está ali atrás, é surda e muda e tem comprometimento mental, foi diagnosticada como alienada mental. Em seu primeiro ano de vida, quase foi à morte. Passados alguns...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Permita-me, Antônio, só para eu liberar a moçada que chegou: pessoal, podem ocupar as primeiras cadeiras. Estou vendo que muitos estão de pé, inclusive ali atrás. Todos podem vir aqui. Todos podem vir aqui. Não sei por que estão aí. Venham todos. Assentem-se nas primeiras cadeiras, pois aqui é como se fosse a casa de vocês. Nada de ficar lá atrás. Se alguém deveria ficar na última cadeira, somos nós, por não termos aprovado a lei até hoje.

Quero aproveitar esta interrupção – vou descontar em seu tempo – para dizer que já estão conosco aqui, além do Senador Cyro Miranda, a nossa vice-Presidente, Senadora Ana Rita, que tem um trabalho brilhante nessa área, e o Senador Paulo Davim, médico que tem dado grande parte do seu tempo aqui no Senado e, tenho certeza, da sua vida, em defesa das pessoas com deficiência.

Instalem-se todos e fiquem bem à vontade. Escolham os melhores lugares, porque vocês merecem.

Aqui estão representantes da escola e o Coral Acorde, do Centro de Ensino Especial nº 1 de Taguatinga. Depois, a Sidnéia da Costa Veloso, que é Coordenadora, vai fazer uso da palavra para falar do belo trabalho que vocês estão realizando.

Volto a palavra, desculpe-me, ao Sr. Antônio Mantonini, pai de aluno especial.

O SR. ANTÔNIO MANTONINI – Depois de alguns anos, já aqui em Brasília, minha filha Poliane teve outra situação problemática da saúde e, como ela é, é difícil ter um diagnóstico rápido. Ela passou mal e eu corri para a emergência do hospital. Ali chegando, foi decidido que ela ficaria internada na emergência. Como era perto de casa, corri lá para buscar roupas para mim, para a mudança, itens para a higiene pessoal. Quando eu retornei, minha filha já não estava mais no local; estava dentro de uma UTI e eu não pude mais vê-la. Só recebi as informações médicas e fiquei de retornar no outro dia, como o fiz.

Ao retornar, entrando na UTI, ela estava separada, dentro da própria UTI, “amarrada” – entre aspas – com tubos, etc., e eu sozinho com ela. Certamente eu chorei e assumi um compromisso: pedi a Deus que não a levasse, que a deixasse para que eu pudesse cuidar melhor.

Nessa época, senhores, eu já me encontrava sozinho cuidando dela e da outra filha. Por quinze anos, sozinho, cuidando. Por isso eu digo sempre que Deus me deu uma carta de idoneidade. Eu não estou aqui fazendo discurso. Eu estou falando de coração, embora tenha feito algumas anotações para não esquecer.

Então, esse compromisso que assumi com Deus – aqui está a Poliane, vai completar, no dia 28, 26 anos

de idade – estou procurando fazer o melhor. Por isso eu preciso, juntamente com os meus amigos pais e com os coleguinhas dela, que a PEC 347 seja aprovada. Que não fique nos discursos, mas que seja prontamente aprovada. Nós precisamos urgentemente disso. Como o Prof. Dr. Charles disse, embolaram – estou falando nos meus termos – os alunos. E eu dou o testemunho de que isso é verdade, porque essa famigerada Resolução nº 1, de 2009, do Conselho de Educação do DF, determinou que os maiores de 21 anos fossem em dias alternados de aula e que ficassem juntos numa sala de aula de dezesseis alunos para uma professora com comprometimentos diferentes um do outro. Fato é que minha filha está numa classe com doze alunos e antes ela só estava com alunos semelhantes ao caso, à situação dela. Este ano em que estamos, ela foi embolada junto com os outros de deficiências diferentes. Claro que a professora não pode fazer milagres. Está de cabelo arrepiado. O que faz, às vezes, o professor? Leva todos para a quadra e ficam brincando, jogando bola, porque não dá para fazer um trabalho específico dirigido àquele aluno. Milagre só quem faz é Deus. Realmente, isso acontece.

Em anos anteriores, estive em visita a uma escola regular lá em Ceilândia para verificar essa tal classe especial dentro da escola. Na realidade, o que vi ali foi a professora apavorada com os alunos e ainda comprando material para eles. Depois, em visita a outra escola, eu os vi, na hora do recreio, todos num cantinho, porque não estavam dentro do universo deles. Eu acredito numa inclusão, mas uma inclusão séria, perfeita e respeitosa, não essa da goela para dentro.

Não faço da escola da minha filha um depósito e muito menos os professores de babá. Eu gostaria que tivesse mais qualidade, mas nós não podemos exigir isso, porque dizem: “Ah, seus filhos já estão na sala de aula, então, sintam-se bem servidos”. É este o pensamento que eu tenho, salvo melhor juízo: sintam-se bem servidos. E o que nós vemos como povo é: se tem isso aqui, está tudo bem, fica desse jeito. A qualidade nem podemos exigir, porque se cada um for à nossa escola sem avisar verá – embora nossa escola seja boa, a direção, os professores estão ali bem envolvidos, fazem as coisas direito – que estão numa situação difícil da forma como está.

No ano de 2010, por exemplo, eu estive me informando com a direção da escola. No ano de 2009, a escola recebeu 60 mil de verba; no ano de 2010, 30 mil; e no ano de 2011, 14 mil. E aí? E as dívidas que a escola vai empenhando? Quer dizer, não há interesse. Isso conosco, que somos de uma escola especial. E a escola regular? Está um caos.

A Dr^a Candy, psicóloga e psicopedagoga, esposa do Exm^o Sr. Senador Cyro Miranda, fez um pronunciamento na audiência anterior, a do dia 21 de setembro, de que participamos, o próprio Presidente estava presente, fez um pronunciamento em que coloca, expõe nosso sentimento, nossas ansiedades, nossa angústia. Se os senhores quiserem, poderão procurar no nosso *blog*. Ali está todo o pronunciamento dela, em que faz um resumo do que nós estamos passando, do que nós estamos sentindo.

Portanto, senhores, eu peço, eu suplico, eu imploro que nos ajudem. Eu sei que eu dependo de Deus, mas Deus usa quem Ele quer, como Ele quer, onde Ele quer para o bem e para a justiça. Eu suplico, eu imploro, e não me sinto constrangido com isso, porque estou lutando em favor da minha filha, e não só da minha filha, mas por todos os brasileiros portadores de necessidade especial, porque, quando isso for aprovado, eu espero em Deus que assim seja, quando for aprovado, todos serão beneficiados.

Olhem, eu me preocupo, porque já conheci uma parte do nosso Nordeste e do Norte, não como turista, mas andando pelo mato, trabalhando, nas lutas e nas dificuldades. Eu imagino como eles estão lá, se nós aqui na Capital estamos tendo dificuldades. Como eles estarão lá?

Então, senhores, temos a certeza de estar fazendo um bom trabalho, uma boa luta, uma luta de amor, fazendo um bom combate, um combate de amor. Eu espero em Deus que os senhores possam nos ajudar, que o MEC venha também a cooperar conosco, a nos apoiar e mudar de posição, de atitude, favorável, como foi dito aqui pela Doutora, em relação à lei, à letra.

Não estamos sendo desobedientes nem indisciplinados, estamos procurando por caminhos certos o que podemos conseguir, conquistar. Sei, entendo, na minha pequena sabedoria, que a lei não pode prejudicar o ser humano. Se a lei estiver prejudicando, nós temos que mudá-la.

Muito obrigado pela atenção. Obrigado pela oportunidade. (*Palmas*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

O Sr. Antônio Montanini, pai de aluno especial, faz um depoimento emocionado pedindo que a Emenda Constitucional 347 seja aprovada.

Só para informar a todos que na última audiência da qual participamos, lá na Comissão de Educação, foi remetido, por decisão daquele plenário do qual fiz parte, assim como o Senador Cyro Miranda, um ofício ao Presidente da Câmara, Deputado Marco Maia, no sentido de que a PEC fosse colocada em votação.

Esperamos que seja apreciada o mais rapidamente possível.

Passamos agora a palavra à Sr^a Maria do Socorro Nery da Silva Cruz, tia e mãe de aluno especial, que também fez um depoimento na linha da aprovação da PEC e do projeto do Senador Cyro Miranda.

V. S^a está com a palavra.

A SR^a MARIA DO SOCORRO NERY DA SILVA CRUZ – Agradeço muito por mais esta oportunidade de participar desta Comissão. Eu sempre me agarro a Deus e a Nossa Senhora para que nós consigamos que essa PEC seja promulgada, a PEC nº 347/2009.

O que acontece é que nós que temos filhos ou algum parente como pessoa especial sentimos na pele a falta de amparo legal. A maioria que tem filhos com idade acima de 18 anos já esteve no Ministério Público, pedindo que eles nos ajudassem a garantir o direito de nossos filhos maiores de 18 anos ficarem na escola. O Ministério Público que não tem condição, porque diz que não há respaldo legal. A Defensoria Pública também. Vários pais deram entrada na Vara da Infância e Juventude pedindo ajuda, pela lei dos homens, que nos ajudassem a manter nossos filhos na escola. Na hora de o juiz dar o veredicto, ele não tem respaldo legal para dar ganho de causa ao aluno. Então, no nosso caso – estou falando do DF, porque a experiência vivida é aqui –, eles não nos dão ganho de causa, porque não têm respaldo legal.

Ora, vejam como é difícil a situação de nós pais e a de nossos filhos. Se existem os órgãos de Justiça para quando for preciso recorrermos a eles, e eles falam que não podem nos ajudar, que alternativa tivemos? Recebemos orientação legal do Defensor Público Dr. Sérgio Domingos, da Vara da Infância e Juventude. Várias vezes, ele acolheu pais de alunos especiais. Ele mesmo, várias vezes, deu entrada na Vara da Infância e Juventude, e quando chegou a hora do veredicto, o juiz não pode nos ajudar, porque a lei não ampara.

Então, meu pedido aqui, Senadores... Eu sei que estou aqui no Senado, mas aqui também tem a Câmara dos Deputados. Vocês precisam nos ajudar.

Por quê? Vejam bem. Lá fora, perante a Justiça, nossos filhos não têm direito. Aqui foi onde obtivemos informação e chegamos à conclusão de que essa informação é a correta, de que nós temos que pedir para vocês, Senadores e Deputados, que nos ajudem na promulgação da PEC nº 347/2009. Por quê? Aqui é a Casa do povo. Se a Justiça... Olha, vocês têm sempre de pensar que nós não temos condições, muitas vezes porque vocês têm os afazeres de vocês, de manter um contato constante, pedindo que nos ajudem. Assim, individualmente, dizer: “Não, eu prometi isso, eu vou tentar ajudar e tudo”. Nós sabemos que vocês têm o

compromisso de vocês, mas nós estamos sofrendo. Então, se não houver...

A PEC está na Câmara desde o dia 4 de abril de 2009. De lá para cá, nós temos sofrido muito para manter nossos filhos na escola. Por quê? Quando chega a hora, o começo, agora... O terror está começando agora aqui no DF. Esta semana, no dia 17, começou a renovação de matrícula. Nós não temos a garantia de que nossos filhos vão ficar no ano que vem. Se estamos recorrendo à Casa do povo, que é o Congresso Nacional, e se esta Casa não nos ajudar, vejam bem, nós não temos para onde ir! Não temos! Porque já estamos vindo da parte da Justiça, que é quem poderia nos ajudar, interpretando a lei. Só que eles disseram que não têm como nos ajudar.

Então nós estamos aqui, no Congresso Nacional, na Câmara, porque demos entrada na PEC lá, e depois, com fé em Deus e em Nossa Senhora, essa PEC vai ser posta em votação lá, vem aqui para o Senado e, com fé em Deus e em Nossa Senhora, os Senadores vão se compadecer e colocar a PEC em votação, para que ela seja promulgada.

Meu pedido para vocês é o seguinte: vocês têm que nos ajudar. Não temos mais para onde correr. Não temos. Tanto a Câmara quanto o Senado são os dois locais em que nos resta a esperança de fazer valer os direitos de nossos filhos. E fazer valer os direitos de nossos filhos como? Mexendo na Constituição, porque foi essa a orientação que nós tivemos. E olhem que o caminho é longo, viu? Nós estamos aqui, mas temos levado muita pancada. E peço muito, muito para vocês, que os Senadores entrem em conversação com o Presidente da Câmara, com os Deputados, para que coloquem logo a PEC em votação. Ela está no ponto de ir a plenário. Lá no andamento está escrito: "Pronta para plenário". Mas não sei por que não vai para a votação, ela não vai para... Para a agenda, até que ela foi, mas não foi posta em plenário, porque, na hora, por alguma razão, ela teve que sair.

Eu peço: vocês, como representantes do povo... E pensem mesmo. É uma coisa muito séria você não ter amparo legal, recorrer à Casa do povo, e só falta agora a Casa do povo falhar conosco. O senhor falou que são 25 milhões de pessoas deficientes. Vocês pensem quantas pessoas desamparadas por falta de uma lei para nos ajudar. Isso não é possível.

Eu estou pedindo aqui para vocês, encarecidamente, porque, depois, quando acaba a audiência, nós, os pais, saímos assim meio – como é que eu digo? –, meio sem rumo, porque aqui, quando estamos pedindo a vocês, sentimos aquela sustância na coisa. Só que aí nós recebemos pedido de matrícula, essas coisas, renovação de matrícula, e vem aquela expectativa de

falta de amparo. Mas nós vamos conseguir, porque eu tenho muita esperança em vocês, por meio dessa PEC.

O Senador Cyro Miranda é uma pessoa maravilhosa. E vou dizer por que. Porque ele está mexendo nesse projeto de lei, fazendo esse projeto de lei para alterar a idade limite. Isso também vai nos ajudar e vai complementar a PEC. Por isso eu lhes peço. Inclusive eu queria pedir, se vocês puderem, que nos mantivessem, nós, os pais, informados. Sabem por quê? Nós ficamos totalmente desamparado. Nós estamos vivendo essa renovação de matrícula, estamos no final do ano, e não sabemos se vamos conseguir que nossos filhos fiquem na escola, porque, atualmente, eles não têm direito à educação quando completam 18 anos.

É o que tenho a dizer.

Muito, muito obrigada. *(Palmas)*

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Presidente Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agradeço a Srª Maria do Socorro.

Senador Cyro Miranda com a palavra.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Ao abordar esse tema da PEC, eu queria fazer uma sugestão, agradecendo a presença da Senadora Ana Rita, que é a vice-Presidente, e do Senador Paulo Davim: que, juntamente com V. Exª, nós marcássemos com o Presidente da Câmara, o Deputado Marco Maia, com a maior urgência, entre hoje, se possível, ou a semana que vem, uma audiência para pedir prioridade em relação a essa PEC. Depois que a PEC vier para cá, nós tomaremos conta. Então V. Exª faça as considerações depois eu...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não, vamos resolver. Sua sugestão é aceita. Vamos pedir que a Comissão de Direitos Humanos e a Comissão de Educação, porque esta é uma reunião mista, que as duas Comissões peçam uma audiência com o Presidente da Câmara dos Deputados, em que se farão presentes o Senador Cyro Miranda, autor do projeto, a Senadora Ana Rita, vice-Presidente desta Comissão, eu me farei presente também, e vamos, naturalmente, buscar outros Senadores da Comissão de Educação.

Quero apenas lembrar a todos que a PEC precisa de votação de três quintos nas duas Casas. O projeto do Senador Cyro, que atinge o mesmo objetivo, exige votação simples aqui e lá. Então, nós podemos assumir um compromisso. Eu tenho condições de dar o relatório já na semana que vem para votarmos aqui na Comissão de Educação, para ver se ele vai para a Câmara com rapidez. Depois, quem sabe, lá na Câmara, pediremos a aprovação da PEC e do projeto.

Então, neste momento vou passar a palavra ao Professor Marcelo Donizete da Silva Pereira, do Coral Acorde, do Centro de Ensino Fundamental nº 1, de Taguatinga, para que faça considerações sobre este momento tão importante e a importância dessa política de inclusão. Ao mesmo tempo, eles farão uma apresentação para nós. Depois, vou passar a palavra aos Senadores e a mais duas convidadas: Cláudia Hakim e Mirella Lampolsky.

Então, Professor, V. S^a está com a palavra.

O SR. MARCELO DONIZETE DA SILVA PEREIRA – Bom dia a todos e a todas.

Nós viemos trazendo aqui os alunos do Coral Acorde. Eles estudam no Centro de Ensino Especial nº 1, de Taguatinga. Eles vêm mostrar a vocês que são capazes, altamente capazes.

Na escola, não costumamos ver nossos alunos com as limitações que eles têm. Nós procuramos sempre valorizá-los, porque eles têm toda uma experiência de vida. Eu costumo dizer que muitas vezes não ensinamos muito a eles não. Eles, todos os dias, nos ensinam muito. Nós apenas oportunizamos a eles essas situações. Isto aqui para eles, hoje, é a melhor coisa do mundo, mostrando tudo do que são capazes.

Eles vão ler algumas frases para vocês de um texto de uma pessoa que já esteve aqui, em uma das audiências. É uma psicologia especialista em diagnóstico infantil, Dr^a Candy Gifford.

Eu tenho cinco alunos que vão fazer essa leitura para vocês.

Janderson.

O SR. JANDERSON OLIVEIRA ROCHA – Sou diferente, mas também sou igual.

O SR. MARCELO DONIZETE DA SILVA PEREIRA – Peter.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só para situar, vai ser agora o Janderson...

O SR. MARCELO DONIZETE DA SILVA PEREIRA – O último que falou foi o Janderson. Agora vai falar o Peter.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

O SR. PETER MARCOS BERTOLUCCI – Eu só aprendo porque vocês acreditam em mim. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

O SR. MARCELO DONIZETE DA SILVA PEREIRA – Nós temos agora a aluna Islaine.

A SR^a ISLAINE MENDES DOS SANTOS – Eu me descubro no seu olhar, fico preso nesse olhar e cresço se o caminho for livre. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

O pessoal está pedindo que o Janderson fale de novo.

O SR. MARCELO DONIZETE DA SILVA PEREIRA – Janderson?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Isso, Janderson.

Foi falha minha aqui.

O SR. JANDERSON OLIVEIRA ROCHA – Eu sou diferente, mas também sou igual. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Janderson.

Foi falha nossa, aqui no som.

O SR. MARCELO DONIZETE DA SILVA PEREIRA – Vamos ter a aluna Cilene.

A SR^a CILENE DIAS CORREIA – Eu preciso de alguém que siga meus passos, sonhe comigo e viva o meu desejo. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, parabéns. Essa foi a Cilene.

O SR. MARCELO DONIZETE DA SILVA PEREIRA – Nós vamos ter agora, para finalizar, o aluno Max Bob.

O SR. MAX BOB RABELO MAIA – Por favor, abandone seus preconceitos, desconstrua os rótulos e nos acolha com as nossas diferenças e semelhanças. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

O SR. MARCELO DONIZETE DA SILVA PEREIRA – Neste momento, eles vão cantar uma música para vocês, uma música que cabe muito bem no momento, uma música de Roberto Carlos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita só que eu destaque aqui a fala deles. Nós ouvimos aqui Janderson Oliveira Rocha, Peter Marcos Bertolucci, Islaine Mendes dos Santos, Cilene Dias Correia e Marcos Bob Rabelo Maia. Uma salva de palmas a todos eles pelo brilhantismo da exposição. *(Palmas.)*

Professor, com a palavra.

O SR. MARCELO DONIZETE DA SILVA PEREIRA – Agora eles vão apresentar para vocês uma música de Roberto Carlos, “É Preciso Saber Viver”, uma música que eles cantam com muita alegria. Acho que vocês vão gostar.

(Execução da música “É Preciso Saber Viver”.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! *(Palmas.)*

Professor Marcelo Donizete da Silva Pereira, não sei se é pedir muito, mas se nós, que devemos tanto a você, tivermos o direito, pedimos bis. Mais uma, se

possível. É lindo demais. É um brinde ao Brasil, que está assistindo pela TV Senado.

(Execução da música “O Sol”, de Jota Quest.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Parabéns mais uma vez. *(Palmas.)*

Maravilha de show. O Senado e o Brasil agradecem.

O Professor, na sua introdução, foi muito feliz ao dizer que a escola potencializa toda a eficiência e não somente a palavra deficiência, porque todos nós temos alguma deficiência. Eu tenho as minhas e procuro potencializar, como o senhor falou, áreas em que sou mais eficiente.

Então, uma salva de palmas, mais uma vez, a todos eles. *(Palmas.)*

Enquanto eles voltam para o plenário, permitam-me que eu faça aqui uma pequena homenagem. Todos nós nos emocionamos, mas eu, como estava num lugar estratégico, vi o choro de um Senador. Vi o Senador Cyro Miranda enxugando as lágrimas. Muito bonito, Senador Cyro Miranda. Isso é um orgulho.

O SR. MAX BOB RABELO MAIA – Eu queria falar de novo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Você fala aqui. Fale, fale.

O SR. MAX BOB RABELO MAIA – Por favor, abandonem os seus preconceitos, desconstruam rótulos e nos acolham com nossas diferenças e semelhanças. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, valeu.

Conforme havíamos combinado, agora vou passar a palavra à Srª Cláudia Hakim.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Presidente Paim, permita-me fazer um agradecimento, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agora.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Presidente Paulo Paim, senhores convidados, Senadora Ana Rita... *(Palmas.)* Para mim, em especial, é muito gratificante estar aqui hoje.

Primeiro, agradeço ao Professor Marcelo Donizete por esta belíssima apresentação e por ter repetido palavras da minha esposa, Candy. Perdoem-me a emoção – aliás, a emoção não é para ser perdoada, é para ser vivida. Eu me emocionei muito desde o momento em que vi essas crianças. Em nome da Candy, ou da “Ghandi”, como disse o Paulo, agradeço profundamente.

Quero dizer que duas assessoras minhas, a Aninha e a Viviane, que estão aqui presentes, me trouxe-

ram este presente, que foi o contato com vocês. Tive duas felicidades: uma, de poder ajudá-los nesse projeto; e outra, de ter como parceiro o Senador Paulo Paim, que vai ser o Relator e, certamente, ainda vai melhorar ainda mais este projeto.

Nós aqui, a Casa do povo, devemos muito ao povo. Temos que pedir desculpas a você, porque há leis em excesso neste País, mas em excesso também há os não cumprimentos da lei. E temos que estar sempre aperfeiçoando cada vez mais alguma coisa para dar esse conforto. Vocês têm direito a isso. Não há nada mais dignificante do que podermos ajudá-los. Nós estamos fazendo a nossa obrigação.

O Sr. Antônio e a Srª Maria do Socorro nos pedem esse socorro, uma coisa a que ela tem direito, pela Constituição, um direito que é dado a todos e não é cumprido. O Estado, que hoje faz tantas coisas desnecessárias, não olha para 25 milhões de pessoas que têm necessidade de uma atenção diferenciada.

Eu costumo dizer, Paulo, que, quando temos fome, que é o caso deles, não adianta dizer: “Passa o mês que vem que eu vou arrumar comida”, porque a fome é hoje, a necessidade é hoje. O depoimento de vocês é a forma viva que nós temos de enfrentar esse problema, tenho certeza.

Hoje eu não tenho condições emocionais de falar o que eu penso, mas eu, com o meu parceiro e amigo, Senador Paulo, vamos não apenas falar, mas também agir. É nossa obrigação. Vocês não nos devem nada, nós é que devemos a vocês, porque os diferentes somos nós, que não estamos conseguindo compreender. É o Poder Público, que não está fazendo a sua parte. Em nome do Poder público, eu lhes peço desculpas e lhes prometo que, junto com Paulo e Ana Rita, meus colegas de Senado, vamos abraçar essa causa como uma das principais.

Eu ouvi depoimentos, na audiência passada, do Senador Paulo Paim, que me emocionou profundamente – um caso que houve com a sua irmã –, e também da Senadora Ana Amélia. Nós estamos irmanados nesse sentimento com os senhores e vamos cumprir nosso papel de parlamentares. Nós não estamos aqui obrigados. Estamos aqui porque queremos e lutamos muito para chegar aqui. Então, é nossa obrigação. Nós devemos desculpas, e vocês não têm nenhum agradecimento a nos fazer. Prometemos que vamos envidar todos os esforços para resolver essa situação que lhes é de direito.

Meu muito obrigado a todos. Mais uma vez, me desculpem. Meus agradecimentos à Mirela e à Cláudia, que vieram – ontem, estivemos juntos – e que procuram nos subsidiar no aperfeiçoamento dessas leis.

Muito obrigado, senhores. *(Palmas)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – (*Falha na gravação*) ...a Comissão, Senador Cyro Miranda, sobre o seu projeto. Como já está em meu gabinete, vou construir o parecer com a equipe, ainda neste fim de semana, vou entregá-lo na segunda-feira, e poderemos, quem sabe, colocar como matéria extrapauta já na próxima reunião da Comissão, na terça-feira. E é terminativa. Uma vez aprovada lá, vai direto para a Câmara dos Deputados.

Parabéns ao Cyro Miranda. Não vou fazer alteração, para que seja votada com rapidez. Vamos votar, se Deus quiser, já na terça-feira. Daí vai direto para a Câmara. Quando nós formos, talvez, conversar com o Marco Maia, poderemos explicar. Eu digo Marco Maia porque o Marco Maia é do meu sindicato. Ele era membro da diretoria do meu sindicato, lá em Canoas. São coisas do destino: ele virou Presidente da Câmara e eu virei Senador. Vamos conversar com o Marco, então, para ver se ele coloca em votação.

Senador, parabéns pelo seu projeto.

Vamos então passar a palavra, como havíamos combinado, à Sr^a Cláudia Hakim.

A SR^a CLÁUDIA HAKIM – Meu nome é Cláudia Hakim, sou assessora do Núcleo Paulista de Altas Habilidades...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Dr^a Cláudia, a senhora vai entender e me desculpar. Há uma menina que está com a equipe – eles vão ter que sair devido aos veículos que vão levá-los – que gostaria de dizer uma mensagem antes de passarmos a palavra aos painelistas.

Por favor, o seu nome?

A SR^a MARINA – Marina.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem Marina. Fale para nós aqui.

A SR^a MARINA – Eu ouvi você falando ali. Você estava falando, entrevista, tudo. Parabéns para você, para a Eunícia também. O Gustavo está ali, meu amiguinho. A foto ali. Todo dia eu vejo jornal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cristovam.

A SR^a MARINA – Cristovam. Eu lembro dele falando na televisão. Acidente, carro, tem polícia seguindo. Toda vez. O homem pega também a mulher, o bandido rouba casa, tudinho. Outro também que eu vi é o Geraldo. O Geraldo fica falando assim, fica falando também. Eu queria saber assim: você está aqui falando isso, direitinho para nós, explicar... No Jornal vai passar também eu aqui falando, porque você está... Parabéns para você. Ativista... Você também, parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esta foi a Marina, que fez uma saudação a todos nós, lembrando o Cristovam, que é aqui de

Brasília. E, naturalmente, nos parabéns dela, faz um pedido para que aceleremos as leis aqui na Casa que atendam aos interesses de todas as pessoas. Parabéns, Marina, mais uma vez.

O Senador Wellington Dias também dá grande parte da sua vida por essa causa. Ele foi um dos grandes construtores daquele entendimento da distribuição melhor do nosso pré-sal e dos *royalties*. Parabéns, Senador. Eu sei da sua luta também por essa causa a que V. Ex^a tem dedicado parte de sua vida. V. Ex^a me dizia ontem no plenário – permita-me contar o que você me disse – que foi ao meu Estado para participar de uma reunião com os autistas, e voltou empolgado, impressionado.

V. Ex^a está com a palavra. Em seguida, passo em seguida para...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Perdoe-me já chegar aqui quebrando o protocolo, Senadora Ana Rita, mas eu queria só...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Wellington, ela quer dizer só uma frase para você.

A SR^a REGIANE PRESOT – Tudo bem, Senador? O senhor é meu conterrâneo, somos da mesma cidade de Joaquim Pires, no Piauí.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ela está dizendo com muito orgulho.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Que maravilha!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quem estava com a palavra era a Cláudia Hakim, que é uma das nossas painelistas, mas, como eu provoqueei o Senador, ele só quer dar uma rápida saudação. Em seguida, passo à nossa convidada.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Quero apenas dizer algo que interessa tanto à Comissão de Educação como à Comissão de Direitos Humanos. Eu estive lá para conhecer um método que agora está sendo avaliado cientificamente, que é o Son-Rise, que é um método de tratamento do autista, já comprovado com muitos autistas no Brasil e no mundo. No Brasil, não tanto. No Brasil, são seis casos que os médicos, embora não seja, ainda, cientificamente atestado, mas que fonoaudiólogos, psicólogos, médicos, enfim, atestam a cura, que é uma coisa que, para a ciência, ainda é tido como uma das áreas que não têm cura, o autismo. Isso foi comprovado.

Eu estive lá acompanhando e me empolguei. Tenho uma filha que é autista, que tem essa particularidade. Existem duas experiências públicas: em Ji-Paraná, Rondônia, e em Blumenau, Santa Catarina. Pelo setor público, são as duas únicas no Brasil.

Então, eu queria dizer ao Presidente que foi uma alegria partilhar, em seu Estado, dessa experiência. E tenho a ideia de que possamos ouvir profissionais, inclusive o Governo, a apresentação dessa área.

É um prazer também, Regiane. Recentemente, estive lá na sua cidade, Joaquim Pires, que nos orgulha muito.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ele conhece tudo. Sabe até a sua cidade.

Volto a palavra, então, à nossa convidada, Sr^a Cláudia Hakim.

A SR^a CLÁUDIA HAKIM – Meu nome é Cláudia Hakim, eu sou assessora jurídica do Núcleo Paulista de Altas Habilidades e Superdotação. Eu tenho um *blog*, que é o Mãe de Crianças Superdotadas, e advogo também na área.

Nossa realidade, muito embora pareça muito distante da realidade que aqui estamos vendo hoje, em muito se assemelha, porque tanto quanto as pessoas que precisam desse tipo de atendimento de educação especial, as crianças superdotadas também precisam de um atendimento e de uma educação especial que não está sendo realizada no Brasil inteiro.

Venho de São Paulo. São Paulo tem uma situação muito crítica, muito caótica em relação à educação das crianças superdotadas, muito embora o projeto de lei do Senador Cyro Miranda faça menção à educação especial, em alguns pontos, abordando até, especificamente, o que diz respeito às crianças superdotadas. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação prevê a possibilidade de aceleração de séries, a formação e capacitação de profissionais, outras propostas de atendimento. Porém, nada, na prática, tem sido feito. O que acontece, na prática, é que secretarias de educação, diretorias de ensino, escolas, supervisores de ensino desconhecem a Lei de Diretrizes Básicas. No que diz respeito à educação de superdotados, a proposta pedagógica é de aceleração de série, de enriquecimento curricular.

Eu, como advogada, tenho recebido muitos casos para resolver na Justiça. Ao contrário do que foi levantado por vocês, de que não há previsão legal, no nosso caso, existe previsão legal, porém não está sendo aplicada. São muito poucas as pessoas que têm acesso a um advogado, conhecimento. São poucos os profissionais especializados na área que podem resolver esses casos individuais. Então, muitas crianças deixam de ser atendidas em suas necessidades.

Eu vi o exemplo do professor e fiquei emocionada, porque o professor tem um envolvimento, tem um engajamento, tem uma capacitação para saber lidar com aquele tipo de aluno, com aquela necessidade. Isso não acontece com crianças superdotadas.

Eu já vi caso de supervisores de ensino que negaram a existência da superdotação; crianças que já haviam sido aceleradas de série por suas escolas, bem adaptadas, motivadas, felizes, bem social e emocionalmente, que foram obrigadas a voltar de série por uma imposição da diretoria de ensino. Por sorte, eu intervim, entrei com mandado de segurança e consegui reverter a situação, mas é um transtorno emocional para as crianças, para a família, é um desgaste com a escola. As crianças às vezes elas trocam seis, sete vezes de escola, porque nenhuma escola dá o atendimento.

A situação das crianças superdotadas, no Brasil, é crítica.

Eu tenho um *blog* em que recebo a visita de 200, 300, 400 pessoas por dia, cartas de mães do Brasil inteiro, às vezes de mães brasileiras que moram fora do País, que vêm pedir ajuda. Elas não sabem a quem recorrer, não sabem quem faz a orientação, quem faz a avaliação dessas crianças, que escola vai atender.

É uma situação desesperadora. Então, quando vi o projeto de lei do Senador, que me foi enviado por um colega da causa, eu me emocionei. Entrei em contato com a assessoria do Senador, e fui brilhantemente, muito bem atendida pela assessora, a Vivian, e pelo Senador. E eu gostaria que ficasse ressaltado, nesse projeto de lei, que a educação especial também se aplica e tem de ser voltada para as crianças superdotadas, porque nada tem sido feito.

Nós também precisamos de ajuda, muito embora estejamos no oposto da educação. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Parabéns pela contribuição, Dr^a Cláudia Hakim.

Passamos a palavra, agora, à nossa também convidada Dr^a Mirella – a pronúncia eu vou tentar, e a senhora complementa. Eu tento, porque vou aprender: lampolsky. Saiu mais ou menos? Então, está com a palavra.

A SR^a MIRELLA IAMPOLSKY – Obrigada. Bem, meu nome é Mirella lampolsky, sou mãe de duas crianças com altas habilidades. A minha filha Priel tem nove anos e o meu filho Thor tem sete anos. Os dois foram avaliados como com altas habilidades.

Eu não conhecia uma situação que se faz necessária, que é o foco em complementos, na ampliação da educação, no dom das habilidades.

Então, em adendo a tudo que aqui foi discutido, eu acrescento apenas que a educação especial, ampliada, os complementos focados ao dom, a habilidades e méritos individuais se fazem não só um direito, mas lei oficial a ser acatada e praticada para que, assim, os superdotados possam ser incentivados e, dessas habilidades bem exploradas, podem, quem sabe, sair

contribuições efetivas para um Planeta melhor, fazendo a diferença para avanços, para uma sociedade mais justa e equilibrada, respeitando os valores e limites de cada cidadão.

Obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr^a Mirella, pela sua contribuição ao debate.

Neste momento, eu passo a palavra à Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Eu quero, primeiramente, dar um bom-dia a todos que estão aqui, um bom-dia ao pai e à mãe que representam, com certeza, todos os pais e mães de alunos especiais.

Quero cumprimentar também a Dr^a Regiane, o Dr. Charles, as demais pessoas aqui presentes, nossos colegas Senadores.

Esse tema da educação especial já esteve, por outros momentos, em debate nesta Casa, mas, particularmente no dia de hoje, tem um diferencial, porque vocês nos trazem uma demanda que já está em andamento no Congresso, particularmente na Câmara dos Deputados, e que ainda não foi votada.

Esse encaminhamento já foi dado, aqui, pelo nosso Presidente. Estamos juntos e, com certeza, faremos essa audiência com o Presidente da Câmara, para que possamos verificar o porquê de o projeto ainda não ter sido votado, o que está acontecendo, porque, na minha opinião, o projeto é extremamente necessário, importante e não vejo polêmica com relação ao que está sendo proposto.

Então, quero parabenizar vocês, também, por essa luta.

Eu sou assistente social por formação, tenho acompanhado, um pouco, o movimento de pessoas com deficiência no Estado onde moro, já fui do Conselho Estadual de Pessoas com Deficiência do meu Estado e sei como é difícil esse movimento, como é difícil essa luta, mas acho que muitas conquistas já conseguimos garantir na história, não é? Muitos passos importantes já foram dados, mas no que se refere à educação especial, ainda temos muitas dificuldades pela frente.

Na verdade, Senador Paim, quero aproveitar a oportunidade, porque esta é uma audiência conjunta da Comissão de Direitos Humanos com a Comissão de Educação, para citar que estamos trabalhando para aprovar o Plano Nacional de Educação. Acho que vocês estão acompanhando, estão cientes disso. Uma das metas do Plano Nacional de Educação trata justamente da inclusão das pessoas com necessidades especiais.

A Meta 4 fala da universalização para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvol-

vimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino. Na verdade, estamos trabalhando para melhorar essa meta inclusive.

Então, o núcleo de parlamentares, Deputados e Senadores, que fazem parte do PT, fizemos diversas reuniões no sentido de produzir esse material, que ficou pronto recentemente, Senador Paim. Com certeza, o senhor e os demais Senadores o receberão. É um estudo que fizemos e servirá como contribuição para os parlamentares, assim que o Plano Nacional de Educação chegar ao Senado para ser votado. E o texto que estamos propondo coloca que a Meta 4 deverá ter o seguinte texto:

“Garantir para toda demanda ativa a educação básica especial inclusiva para as pessoas com deficiência e transtornos globais de desenvolvimento e, quando necessário, o atendimento especializado gratuito, de acordo com levantamento anual da população, bem como atendimento na rede regular de ensino aos superdotados, na faixa de obrigatoriedade escolar”.

Além da aprovação da PEC, que é uma alteração na Constituição Federal, é importante avançarmos também no Plano Nacional de Educação, no sentido de garantirmos na meta, de forma clara, o que se pretende com a inclusão das pessoas com deficiência.

E quero também fazer esse pedido, para que as pessoas que têm interesse nessa causa, como a Dr^a Cláudia, que aqui já se colocou, possa acompanhar esse debate; se puder também oferecer alguma contribuição, ficaremos felizes com a contribuição da senhora, e acho que são passos que estamos dando.

Todos se emocionam, os pais particularmente. Eu tenho pessoas na família com deficiência mental e, na verdade, os índices de pessoas com deficiência no País parece que estão aumentando cada vez mais. Pelos últimos dados que tenho, parece que 14% da população tem algum problema de deficiência – não sei se aumentou esse índice –, mas hoje em dia é mais ou menos isso, 14%.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O que daria, mais ou menos, 26 milhões de pessoas.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Mais ou menos 26 milhões de pessoas.

Então, é preciso avançarmos em políticas públicas para atendimento às pessoas com deficiência, em todas as áreas. Em todas as áreas. A educação é essencial, e, para a educação inclusiva, é importante que as escolas estejam preparadas. Quero aqui fazer coro ao que a Dr^a Cláudia nos colocou: não é suficiente apenas fazermos uma boa legislação, mas é importante assegurar para que essa legislação seja, de fato, aplicada adequadamente.

Quando se fala de educação inclusiva, há um emaranhado de coisas de que precisamos cuidar: também da formação dos educadores, não só dos professores, mas de todos os que atuam na escola, de todos os profissionais que atuam nas escolas, que atuam em todas as instituições de ensino, porque a criança chega e é atendida por diversos profissionais, e não só pelo professor que está em sala de aula. Então, é importante trabalhar a formação desses profissionais, é importante adequar as nossas escolas, equipar as nossas escolas, criar condições de mobilidade interna nas escolas. Esse é um processo em que vamos avançando ao longo do tempo. Eu acho que já demos passos importantes, já conseguimos avançar, mas ainda temos muito o que fazer.

Por último, quero parabenizá-los por esse trabalho, por essa luta, por essa disposição, por provocar esta Casa, provocar a Câmara, provocar o Senado. Sobre isso é importante a sociedade civil se manifestar, se posicionar, ajudando-nos no sentido de avançarmos cada vez mais.

Quero parabenizar vocês, parabenizar nossas crianças, parabenizar o professor, que aqui tão bem conduziu e com certeza tem conduzido muito bem o seu papel junto às crianças. Dizemos crianças, mas já são adultos. Crianças, adolescentes e adultos que estão aqui e que precisam do apoio do Estado para conseguir melhor qualidade de vida.

Neste momento, Sr. Presidente, era o que eu gostaria de dizer, fazendo essa ressalva com relação ao Plano Nacional de Educação, que brevemente chegará a esta Casa e estará em debate e à disposição para receber também as contribuições e possa atender, da melhor maneira possível, as necessidades da nossa população. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Essa foi a Senadora Ana Rita, que deu a sua contribuição.

A SR^a MIRELLA IAMPOLSKY – Quando a Senadora bem colocou sobre o ensino obrigatório, que fosse também estendido ao ensino universitário, não só para os superdotados, mas também para os deficientes, porque a educação também vai continuar, e os superdotados também enfrentam muitas resistências no ensino universitário.

Do mesmo modo, na faixa que envolve antes dos quatro anos, porque muitas crianças estão alfabetizadas com dois, três, quatro anos. Não é só uma questão de alfabetização, mas elas apresentam essa facilidade antes, e a escola também não está preparada para lidar antes e depois dos 17 anos, enquanto durar a escolaridade.

Essa era a minha sugestão.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só um minutinho que o nosso amigo, convidado e cantor, autor de frases belíssimas, quer nos deixar uma mensagem, antes de ir para o ônibus. É o nosso convidado Peter Marcos Bertolucci.

O SR. PETER MARCOS BERTOLUCCI – Qual é o seu nome?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Paulo Paim. Ou Paulo só. Paulo é mais fácil.

O SR. PETER MARCOS BERTOLUCCI – Paulo, se o senhor puder me escutar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vou escutá-lo.

O SR. PETER MARCOS BERTOLUCCI – Porque tem um... O senhor sabe que a escola é importante para mim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Muito bem.

O SR. PETER MARCOS BERTOLUCCI – Porque, se eu ficar sem escola, eu adoeço. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Bela defesa. Parabéns.

O SR. PETER MARCOS BERTOLUCCI – Se o senhor puder me ajudar a ficar numa escola dessas, eu agradeço. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – *Show, show, show.* Parabéns. Não só eu, como a Senadora Ana Rita, o Senador Cyro, todos nós vamos trabalhar para que isso aconteça.

O SR. PETER MARCOS BERTOLUCCI – Está bom. Obrigado. Tchau.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Tchau, tchau. Boa viagem. Estamos juntos na caminhada.

Pessoal, vamos ter de marcar – o Cristovam tinha ficado de marcar – uma conversa com o Secretário de Educação aqui do DF, para levarmos a ele essa situação rapidamente. Se marcarmos a semana que vem... Vou pedir para a Comissão marcar uma visita nossa ao Secretário de Educação do DF, para relatarmos as duas audiências e avançarmos nessa questão específica aqui no DF, enquanto a lei não for aprovada, ok?

A SR^a REGIANE PRESOT – Inclusive, Senador, deixamos a sugestão de a Comissão de Direitos Humanos da OAB participar dessa reunião, porque temos uma agenda bem próxima do Governo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. *(Palmas.)*

Quer dizer que a Comissão de Direitos Humanos da OAB vai também na visita.

Seria a Comissão de Direitos Humanos do Senado, a Comissão de Educação e a Comissão de Direitos Humanos da OAB.

A SR^a MARIA DO SOCORRO NERY DA SILVA CRUZ – Posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pode e deve, porque nos ajuda a pensar junto.

A SR^a MARIA DO SOCORRO NERY DA SILVA CRUZ – O senhor falou bem, que a nossa esperança, enquanto essa PEC não for promulgada, está na conversa que vocês terão com o Secretário de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só para reforçar: que seja na semana que vem, viu, pessoal? Não dá para esperar mais.

A SR^a MARIA DO SOCORRO NERY DA SILVA CRUZ – Por quê, Senador? Porque atualmente está acontecendo a renovação de matrícula. Nós, que temos filhos, alunos especiais maiores de 18 anos, não temos a garantia de que eles irão frequentar escola no ano que vem. Falo isso – não é aleatório – porque existem muitos alunos já em casa, sem poder frequentar escola.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se a senhora me permitir, eu que estou lhe pedindo um aparte, agora.

A SR^a MARIA DO SOCORRO NERY DA SILVA CRUZ – Tá.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Seria bom que colocassem nessa comissão tanto o Sr. Antônio como a Sr^a Maria. Ambos seriam convidados nossos, para que eles, mais do que ninguém, que vivem a questão, apresentassem argumentos ao Secretário, juntamente com os Senadores. Então, que vocês dois deixem os endereços. Claro, vamos convidar o Charles também. Vocês deixem os endereços, para que marcada a reunião, vocês dois estejam conosco.

A SR^a MARIA DO SOCORRO NERY DA SILVA CRUZ – Deixamos. E volto a frisar, Senador, que essa conversa dos senhores com o Secretário de Educação, atualmente, é a nossa esperança para mantermos nossos filhos na escola.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Olha, pessoal, podem saber que a fala do Peter Marcos Bertoluci foi linda, apaixonante e faz com que aceleremos os passos. Quando ele pediu: “Eu só quero ficar na escola. O senhor me ajuda?” Só isso já diz tudo. Não precisa muita fala.

Dr. Charles com a palavra.

O SR. CHARLES ROBERTO DE LIMA JÚNIOR – Presidente, obrigado.

Como eu já tive a honra de fazer uso da palavra, serão brevíssimas estas palavras.

Eu queria dizer, Antônio, que me causou grande preocupação a informação que o senhor trouxe a esta Casa no sentido de um orçamento anual da escola de R\$60 mil, no outro ano R\$30 mil, e em outro ano R\$14 mil. É de causar perplexidade. Como se pode gerenciar o orçamento anual de uma escola com R\$14 mil, sendo que, de outro lado, só aumenta o número de alunos e de problemas? Então, causou-me bastante preocupação essa informação que o senhor deu.

O SR. ANTÔNIO MONTANINI – Essa foi a informação que eu recebi da diretora da escola.

O SR. CHARLES ROBERTO DE LIMA JÚNIOR – Paralelamente, eu gostaria de parabenizá-lo, porque o senhor também disse, aqui nesta Casa, que é um homem simples. Eu queria dizer ao senhor que não precisa ser letrado ou doutor para lutar. Basta ter coragem e coragem. E isso o senhor mostrou muito bem, emocionando-nos.

Em relação à Maria do Socorro, também me causou preocupação a informação que ela nos deu de que nosso País não oferece embasamento jurídico para termos êxito em ações judiciais e garantir um direito sobre o qual a Constituição é clara.

No início da reunião, eu li o art.205, que diz que é participação da família e obrigação do Estado fornecer essa inclusão das famílias. Então, a Dr^a Cláudia falou aqui – e faço votos também – que há, sim, supedâneo jurídico, embasamento jurídico. Eu queria saber – é motivo para discussão posterior – por que não está sendo usado? Mas, como advogado, faço minhas as palavras da colega. Há grande embasamento. Temos Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Bases e outros dispositivos positivados em nosso ordenamento jurídico. É bem estranho escutar aqui que não há embasamento jurídico e por isso os alunos são largados à própria sorte. Fico bastante preocupado com isso também.

Gostaria de repetir as palavras da colega Dr^a Regiane, nossa Coordenadora da CDH–OAB, quando disse que a interpretação da Constituição em relação a direitos fundamentais – doutora, foi muito bem dito – tem que ser extensiva. É lógico. Se começarmos a restringir cada vez mais, onde vamos parar?

Por fim, gostaria de agradecer ao nosso Presidente Senador Paulo Paim, ao Senador Cyro Miranda e à assessora Vivian, que nos atendeu muito bem. E coloco à disposição, Presidente, a OAB-DF, agradecendo em nome do nosso Presidente Francisco Caputo. À Senadora Ana Rita, muito obrigado também pelas nobres palavras. E agradeço a Deus por este dia. Confesso aos senhores que, ao ver os colegas, a emoção foi grande. Nós viemos para tentar enriquecer, mas na verdade eu saio daqui muito enriquecido, emocionado e feliz com esta Casa. Vemos, lá fora, as

coisas ruins que acontecem, mas das boas e nobres, infelizmente, não dão notícia.

Então, eu gostaria de agradecer a Deus e a todos por me propiciarem momento tão nobre e fantástico como o da apresentação emocionante dessas pessoas tão especiais. Muito obrigado pelo convite. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Eu queria, neste momento – o Dr. Charles já começou –, assegurar aos nossos convidados uma saudação final em relação à nossa reunião, que ficasse em torno de três minutos, para que possamos encerrar os trabalhos. O Sr. Charles já fez a dele e pergunto à Maria do Socorro se quer fazer uma saudação de encerramento?

A SRª MARIA DO SOCORRO NERY DA SILVA CRUZ – Eu agradeço muito a Deus e a Nossa Senhora por esta oportunidade, porque é difícil nós, que não temos o poder de decisão, ficarmos sofrendo essa falta de apoio tanto legal quanto de um modo geral. Mas acho que é terrível não ter o apoio legal e recorrer à Casa do povo, como eu estou fazendo agora, juntamente com todos os pais que se encontram nessa situação, e vemos protelar uma situação que nos está trazendo muito, muito sofrimento. Você ver tirarem seu filho da escola e dizerem que não há como mantê-lo porque ele completou dezoito anos e não tem mais direito à educação é terrível.

Volto a frisar que minha única esperança para que esta situação se normalize, ou seja, que nossos filhos tenham direito à escola é a Casa do povo. E eu espero muito – espero mesmo! – que a Casa do povo nos dê o apoio, porque essa é a nossa esperança. Estamos aqui com este sofrimento todo, e não é pouco, já é uma longa caminhada.

Graças a Deus, essa PEC foi aceita e decretada constitucional. Nossa esperança está nessa PEC. E, paralelamente, como disse o Senador Paulo Paim, há o projeto de lei do Senador Cyro Miranda, cuja tramitação não é tão complexa quanto a PEC, mas traz também outra esperança. Então, agradeço muito esta oportunidade. Muito, muito obrigada. Porque eu vou dizer: quando nós saímos daqui, nós nos sentimos totalmente desamparados.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Maria do Socorro. Eu quero comungar com a senhora – eu também gosto que falem diretamente comigo – que quando cheguei aqui correndo, por causa da audiência, vi a sua angústia no corredor e disse: “Fale aqui com o Thiago que depois a gente conversa”. E depois, falei com o Thiago: “Aí, atendeu à nossa querida Maria do Socorro?”. Ele disse: “Atendi.

Estamos vendo”. Daí, fiz questão que a senhora viesse para a Mesa. E se a senhora me permitir dizer, cobre de nós, se assim puder, de uma forma ou de outra, essa audiência com o Secretário de Educação já a semana que vem. Ligue e cobre. Diga: “E daí? O Senador falou ao vivo para o Brasil todo que iria ter a audiência”. Cobre. É isso mesmo! Essa pressão legítima faz com que cada vez mais atendamos à demanda.

Eu vou dar um exemplo. Ontem, atendi aqui a setenta índios. Estavam perambulando em Brasília porque tinham marcado audiência, mas resolveram não recebê-los. Daí, disseram: “Vamos falar com o Presidente da Comissão de Direitos Humanos”. E recebi os setenta aqui. Os depoimentos que deram eram tão emocionantes como os que ouvimos aqui hoje, de fazer com que todos nós chorássemos. Quero deixar bem claro que eram índios do Tocantins. Enfim, liguei para o Ministério correspondente, e serão recebidos hoje à tarde, para apresentar a demanda deles. Mas não seria assim se não viessem para cá e não se reunissem comigo aqui. Na hora, peguei o telefone e, enquanto falava com a pessoa que deveria atendê-los – eles estava ouvindo –, eu dizia: “Eles estão aqui na minha frente. São setenta índios, índias e crianças. Eles não voltarão para o Tocantins sem que você os receba”. Felizmente – quero dizer que foi sensível ao apelo – ele disse: “Não, Senador. Não sei que equívoco houve. Vou recebê-los hoje, às 15 horas, hoje à tarde”.

Falo isso para que a sua audiência, que a senhora já vem pedindo – não hoje, mas desde a última audiência que tivemos – e que ainda não aconteceu, aconteça na semana que vem, de qualquer jeito. Espero que o Secretário não se negue a receber. Se se negar, vamos, de qualquer jeito, lá, O.K.?

Está acertado.

Então, vamos agora passar a palavra para a Drª Regiane, para as suas considerações finais.

A SRª REGIANE PRESOT – Ao mesmo tempo em que vou me despedir de V. Exª e agradecer o debate, a participação, digo que a Comissão de Direitos Humanos da OAB é muito participativa nessas temáticas envolvendo questão de direitos humanos como um todo e, especialmente, a questão da educação, presidida pelo nosso colega, Dr. Charles.

Ao mesmo tempo, para finalizar a nossa participação, não posso deixar de externar a preocupação que me foi despertada por esses argumentos que vimos aqui, apresentados por pais de alunos, que temem que seus filhos sejam retirados compulsoriamente da escola, porque completaram 18 anos.

Isso é um caso grave. É um caso de violação de direitos humanos pela República Federativa do Brasil. Então, o que estamos conversando é que o Direito

brasileiro, o ordenamento jurídico brasileiro, já assegura o direito à educação especial em todos os graus, independentemente da faixa etária.

Fico muito surpresa com isso. Caso as escolas brasileiras, caso o Governo brasileiro esteja dando esse tratamento, estamos diante de um caso de violação de direitos humanos, e a República Federativa do Brasil pode ser, inclusive, chamada a responder na Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Essa é a minha preocupação central na finalização desta audiência, depois dos relatos aqui feitos.

Agora, quanto à matéria de legislação, é plausível, é louvável a iniciativa do Senador Cyro, no sentido de deixar muito claro, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a questão da educação especial, a questão de que não há limite de idade e dos graus que essa educação efetivamente vai compreender.

Compartilho também da preocupação apresentada pela colega Cláudia, de São Paulo. Aqui, no Distrito Federal, tive o relato de mães que têm este problema: os filhos possuem uma habilitação, um desenvolvimento superior, um Q.I. mais elevado. Pensando inicialmente nisso, parece ser bom o filho ter um Q.I. desenvolvido, mas no Brasil não é, porque eles passam a ter os mesmos problemas dos que possuem dificuldades no aprendizado.

Então, temos de tratar a educação especial de forma universalizante, universal. A questão é a necessidade especial, independentemente de ser uma necessidade alguém ou além em termos de aprendizado. Temos de universalizar. E reforço: a necessidade, a legislação, o reforço da Lei de Diretrizes e Bases da Educação é importante, salutar, porque afasta de vez interpretações equivocadas. Mas o que está faltando no Brasil não é declaração de direitos, é concretização de direitos. E concretização de direitos se faz como? Por meio de políticas públicas adequadas, a questão do preparo das escolas, a questão da atenção especial ao ensino, da atenção ao treinamento e ao respeito à diversidade.

Com isso, encerro a nossa participação nesta audiência e agradeço a todos pelo momento emocionante de conviver com os senhores e com os alunos.

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr^a Regiane Presot, que falou também pela Comissão de Direitos Humanos da OAB.

Passamos agora às considerações finais do Sr. Antônio Montanini, pai de aluno especial.

O SR. ANTÔNIO MONTANINI – Bem, senhores, quanto à preocupação da Sr^a Maria do Socorro, nossa colega e companheira, que me fez o convite para entrar nesta luta, para participar do fórum permanente com

relação à PEC nº 347, digo, é bem verdade, que muitos desses que cantaram aqui, que se apresentaram, possivelmente, muitos desses não estarão na escola, se vingar essa situação. Muitos desses estarão em casa.

E eles também fizeram, neste ano, um atendimento alternativo. Com a minha filha, a maior dificuldade é dizer para ela “hoje é sábado”, “hoje é domingo”, “hoje é dia de folga”. Ela já quer colocar o uniforme. Às vezes, de manhã, ela já coloca o uniforme e quer ir para a escola. Então, imagine haver dias alternativos. A proposta, no início deste ano, era a de que ela tivesse terça-feira ou quinta-feira, segunda-feira ou quarta-feira de aula. E os outros dias? E quando o professor entra de abono, praticamente não há aula a semana toda. Como ficariam essas crianças, sendo que a escola para elas é um universo? É onde elas se sentem bem; embora aprendam um pouquinho, a conta-gotas, isso corresponde a 100%.

Então, a nossa preocupação é essa. Realmente, precisamos desse atendimento, dessa solução urgente.

Agradeço o convite de ir, juntamente com esta Comissão, ao Secretário de Educação. Estou pronto e disposto a acompanhar.

Agradeço ao Presidente desta Comissão a oportunidade que tive de poder me expressar, de poder aprender. Agradeço também ao Senador Cyro Miranda – embora já lhe tenha feito este agradecimento pessoal – o apoio à PEC nº 347 e o seu projeto de lei. Esse agradecimento já fiz pessoalmente, mas estou aqui falando para mostrar que estamos plenamente agradecidos por este atendimento, por esta assistência que estamos tendo aqui.

É bem verdade que agora estamos aqui serenos, calmos, tranquilos. Espero em Deus que, passando do portão para fora, não fiquemos angustiados nem ansiosos de novo.

Que Deus recompense o senhor e sua equipe, o Senador Cyro Miranda e sua equipe, que os contemple com múltiplas bênçãos dos céus. Aprendi aqui: vemos na mídia, aí fora, determinadas notícias, mas aqui há pessoas honradas e leais.

Eu agradeço poder continuar acreditando nisso. Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Não sei se a Senadora Ana Rita quer fazer alguma consideração.

Então, a partir deste momento, queria ainda remeter ao Plenário três requerimentos no âmbito da Comissão de Direitos Humanos.

Estou muito preocupado com a situação. Já falei dos índios, e vamos fazer outra audiência aqui, no dia

31, a pedido dos povos indígenas, para discutirmos a situação do povo indígena em nosso País.

Ainda sou daqueles que diz que um dia... Vamos instalar agora a Comissão da Verdade, que foi aprovada ontem na CCJ; nós tentaremos aqui, na Comissão, com alguns ajustes, também aprovar com rapidez. Teremos a Comissão da Verdade, para discutir, efetivamente, o que aconteceu neste País de 1946 até os momentos atuais, porque inúmeras pessoas foram assassinadas, mutiladas, torturadas e desapareceram, enfim, no âmbito da ditadura. Mas eu ainda queria que um dia tivéssemos a ousadia de fazer uma Comissão da Verdade, para que o Brasil esclarecesse o genocídio contra os povos indígenas e todo o período da escravidão em relação ao povo negro.

Somente a verdade, que não é contada corretamente nas escolas. As escolas distorcem o que este País fez, como o assassinato de milhões de negros e índios. Milhões! Milhões! E temos um dia que contar essa história. Então, minha esperança ainda é a de que haja a Comissão da Verdade para discutir esse passado, que temos o direito de saber.

Nesse sentido, vou colocar extrapauta um requerimento para debatermos aqui a situação dos quilombos no Brasil, ou seja, dos quilombolas.

Aqueles que concordam com o requerimento extrapauta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Agora, vamos ao mérito, e vou passar para V. Ex^a. Vamos discutir o mérito.

Aqueles que concordam com o requerimento vão se posicionar a partir da fala de V. Ex^a. A questão quilombola.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Que bom, Senador, que haverá uma audiência sobre a questão dos quilombolas. Tenho interesse profundo em discutir esse tema. Vivemos uma realidade muito crítica no Estado do Espírito Santo. Depois, gostaria de conversar um pouco melhor com o senhor sobre esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Então, com parecer favorável da Senadora Ana Rita, colocamos em votação que vamos realizar uma audiência pública o mais breve possível. Se não me engano, a previsão é para o dia 7. Haverá uma caminhada a Brasília do povo quilombola, e vamos recebê-los nesta Comissão.

Aqueles que concordam com o requerimento e com a defesa feita pela Senadora Ana Rita, que também é signatária do requerimento, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Pergunto se todos concordam que façamos um debate aqui na Comissão para discutirmos questões relacionadas ao mundo do trabalho e dos sindicatos.

Aqueles que concordam com o requerimento extrapauta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passo a ler o requerimento.

Com fundamento no disposto art. 93, inciso II, do nosso Regimento, requeiro a realização de audiência pública a fim de debatermos as questões trabalhistas e a questão sindical no Brasil. Os convidados serão indicados posteriormente, perante a Secretaria da Comissão.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, passo à votação.

Em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Por fim, requeiro, com a mesma preocupação com a questão quilombola, que votemos extrapauta o seguinte requerimento.

Nos termos do art. 90, inciso XIII, combinado com o art.142, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de diligência para verificarmos a situação das comunidades quilombolas no Estado do Rio Grande do Sul.

Há uma situação, no chamado Morro Alto, de conflito e de não entendimento, mediante uma decisão na Justiça favorável aos quilombolas. Como o conflito está instalado, eles pediram que eu participe, no próprio local, de uma diligência para dialogar com pequenos agricultores que também estão lá e com os quilombolas. Estão previstas duas atividades.

Eu queria que, no requerimento, fossem previstas as duas atividades: uma, na Assembleia Legislativa, e outra, no próprio Morro Alto. Eu diria que o requerimento tem esse objetivo. Se vocês concordam com a minha presença nas duas atividades, até para evitar, conforme informações que me chegaram, agressões dos pequenos agricultores e dos quilombolas. Não queremos o mal nem do pequeno agricultor, que cumpre seu papel, nem queremos permitir que sejam lesados os direitos dos quilombolas. Por isso, a Comissão de Direitos Humanos vai ao local, por duas vezes, se necessário: uma, na Assembleia, no dia 3 de novembro, e outra, na região do conflito. Já está instalado o conflito. Os próprios políticos, eu diria, do Rio Grande estão divididos. É normal que estejam divididos. Eu entendo isso. De um lado, estão os pequenos, pequenos mesmo, agricultores e, do outro lado, estão os quilombolas. Então, vamos para lá com o objetivo de contribuir para uma saída pacífica, no campo da paz, do entendimento e do bom senso, preservando os direitos de quem tem direitos. Aqueles que estavam lá há muito tempo

como agricultores também terão que ser indenizados. Vamos ver como o Estado vai indenizá-los. Ou se há outra saída que permita que eles possam, por exemplo – alguém já levantou esta hipótese –, arrendar as terras mediante acordo, entendimento. Não sou eu quem vai decidir. Mas vou lá para acompanhar o processo dos quilombolas.

Aqueles que concordam com o requerimento extra-pauta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

E quem concorda com que eu vá nos dois momentos para contribuir para uma política de paz e de entendimento, em nome da Comissão, como uma diligência, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado também no mérito.

A partir desses encaminhamentos, reafirmo que na semana que vem estaremos com o Secretário de Educação para discutirmos educação especial na ótica do debate que fizemos aqui na Comissão de Direitos Humanos.

Vamos encerrar a reunião, porque parece que alguns aeroportos estão em greve ou em estado de greve, e tenho que ir a Goiânia e, depois, a dois eventos no Rio Grande do Sul, passando pelo Paraná. Então, vamos encerrar para ver se conseguimos pegar o voo.

Muito obrigado a todos. A luta continua. Vamos em frente. Viva a educação especial.

(A reunião é iniciada às 9 horas e 08 minutos e encerrada às 11 horas e 22 minutos.)

ATA DA 58ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 2011.

Às onze horas e dezessete minutos do dia vinte e cinco de outubro de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Roberto Requião**, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Eduardo Amorim, Benedito de Lira, Ana Amélia, Cyro Miranda, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, Armando Monteiro, Delcídio do Amaral, Anibal Diniz, Marta Suplicy, Vicentinho Alves, Antonio Carlos Valadares, Zezé Perrella, Romero Jucá, Valdir Raupp, Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Mozarildo Cavalcanti, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Magno Malta, Geovani Borges, Garibaldi Alves, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, José Agripino, João Vicente Claudino e Marinor Brito. Neste momento, a Presidência sub-

mete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Logo após, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. Prosseguindo, o Senhor Senador Paulo Bauer requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Proposta que disciplina a realização de Audiências Públicas no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, o que é aprovado **(ver Extra-Pauta: Item 1)**. Logo após, o Senhor Senador Alvaro Dias requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, que é aprovada **(ver Extra-Pauta: Item 2)**. Neste momento, o Senhor Presidente, Senador Roberto Requião, passa a presidência ao Senhor Vice-Presidente, Senador Paulo Bauer, para relatar o seguinte item: **Item 001: Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria do Presidente da República, que “Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH; acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e dá outras providências”. O relator designado é o Senador Roberto Requião e o parecer é pela rejeição do projeto. É concedida vista coletiva pelo prazo regimental de 24 (vinte e quatro) horas, nos termos do art. 132 § 3º do Regimento Interno do Senado Federal. A matéria tramita em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição, combinado com o art. 375 do Regimento Interno. Prosseguindo, o Senhor Senador Paulo Paim requer, oralmente, a inclusão extra-pauta do Projeto de Lei do Senado nº 589, de 2011, que é aprovada **(ver Extra-Pauta: Item 3)**. **Item 003: Substitutivo (Turno Suplementar)**, de autoria do Senador Walter Pinheiro ao **Projeto de Lei do Senado nº 2, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que “Designa o açaí fruta nacional”. O Substitutivo, submetido a turno suplementar, é dado como definitivamente adotado pela Comissão, segundo o que preceitua o caput do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 004: Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Rubens Otoni, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação de mensagens educativas sobre os males e os riscos do tabaco e do álcool em cadernos e livros escolares”. O relator designado é o Senador Mozarildo Cavalcanti e o parecer favorável é aprovado. **Item 005: Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Vicentinho, que “Altera dispositivos da Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, que dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Escolas de Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária, para estender sua aplicação

aos diplomados em cursos de tecnologia nas respectivas áreas”. O relator designado é o Senador Alvaro Dias e o parecer pela rejeição é aprovado. **Item 006: Projeto de Lei do Senado nº 196, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que “Acrescenta inciso ao art.12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre o combate ao bullying nas escolas”. O relator designado é o Senador Mozarildo Cavalcanti e o parecer é pela prejudicialidade do projeto. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 007: Projeto de Lei do Senado nº 6, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior, que “Acrescenta artigo à Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e dá outras providências”. O relator designado é o Senador Eduardo Amorim e o parecer é pela prejudicialidade do projeto. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 002: Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2010**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que “Extingue débitos das fundações educacionais de origem estadual e municipal, originários da retenção do imposto de renda retido na fonte”. O relator designado é o Senador Benedito de Lira e o parecer favorável é aprovado. **Item 009: Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Deputada Thelma De Oliveira, que “Denomina Senador Jonas Pinheiro o trecho das rodovias BR-070, BR-163 e BR-364 referente ao rododnel de Cuiabá, no Estado de Mato Grosso”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Anibal Diniz e o parecer é favorável. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. Prosseguindo, o Senhor Senador Cristovam Buarque requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado (**ver Extra-Pauta: Item 4**). **Item 011: Comunicado da Presidência:** “Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) o recebimento de convite do Exmo. Sr. Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, para a Cerimônia de Sanção da Lei que cria o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), com a presença da Excelentíssima Senhora Presidenta da República, Dilma Rousseff, a ser realizada no dia 26 de outubro do corrente, quarta-feira,

às 11h30, no Palácio do Planalto, Brasília. Informo que os convites serão encaminhados aos gabinetes dos Senhores Senadores pelo Ministério da Educação”. A Matéria vai ao arquivo. Prosseguindo, a Presidência passa à deliberação dos itens incluídos extra-pauta. **Extra-Pauta, Item 001: Proposta de Ato**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Paulo Bauer, que disciplina a realização de Audiências Públicas no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte. É concedida vista coletiva da proposta. **Extra-Pauta, Item 002: Requerimento nº 66/11-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Alvaro Dias, que requer “... nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, c/c o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam convidados os senhores FÁBIO HANSEN, ex-chefe de gabinete da Secretaria de Esporte Educacional e atual Diretor do Departamento de Gestão de Programas de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social do Ministério do Esporte e CHARLES ROCHA, ex-chefe de gabinete da Secretaria Executiva do Ministério do Esporte para, em audiência pública nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, prestarem os esclarecimentos que se fizerem necessários sobre matéria publicada pela revista Veja mostrando que o policial João Dias Ferreira, que acusa o ministro do Esporte, Orlando Silva, de comandar um esquema de corrupção, teria obtido auxílio para ‘enganar’ os órgãos de fiscalização do próprio Ministério”. O Requerimento é rejeitado por 8 (oito) votos. **Extra-Pauta, Item 003: Projeto de Lei do Senado nº 589, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Cyro Miranda, que “Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação - para dispor sobre o atendimento na educação especial”. O relator designado é o Senador Paulo Paim e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 004: Requerimento nº 67/11-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que requer “Com base no que disciplina o Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Reunião para homenagear, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), os jovens alunos brasileiros ganhadores da medalha de ouro nas ‘Olimpíadas do Ensino Técnico – 2011’ (patrocinado pela WorldSkills Competition), realizada entre os dias 5 a 8 de outubro do corrente, em Londres. Além dos jovens vencedores, sugiro que figurem, entre as autoridades convidadas, os titulares das seguintes entidades: Confederação Nacional da Indústria (CNI / SENAI); Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviço e Turismo (CNC / SESC)”. O Requerimento é aprovado. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 008: Pro-**

jeto de Lei da Câmara nº 66, de 2010 e Item 010: Projeto de Lei da Câmara nº 217, de 2009. Prosseguindo, a Presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Vice-Presidente, Senador Paulo Bauer, encerra a reunião, às treze horas e seis minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Paulo Bauer**, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 58ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta da dispensa da leitura da ata reunião anterior e a aprovação da mesma.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão e os contrários se manifestem. Aprovada.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Sr. Presidente, conhecendo a pauta de trabalhos para esta reunião, tenho que apresentar a V. Ex^a, e peço que também seja ouvido o Plenário, a possibilidade de inclusão na pauta e também, uma vez aprovada essa minha proposição, essa minha solicitação ato contínuo, de requerimento de inversão de pauta, para que possamos dar ciência aos membros da comissão. E se entenderem, seja votada, na data de hoje, uma proposta de ato desta Comissão que elaborei por solicitação de V. Ex^a e em função da necessidade que entendemos de se regulamentar, de se organizar e disciplinar os procedimentos para o requerimento e para o funcionamento de audiências públicas nesta Comissão.

Portanto, tenho uma proposta de ato para apresentar aos Srs. Senadores e às Sr^{as} Senadoras. E, naturalmente, se houver entendimento de que ele deva ser objeto de votação também poderá ser feito esse procedimento na data de hoje.

Portanto, o requerimento é de inclusão em pauta e, uma vez incluso, também de prioridade na votação.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Acredito que é razoável essa inversão de pauta e a discussão dessas medidas que pretendem

acabar com esse processo mais ou menos anárquico, que nós, no Senado, estamos vivendo em relação às audiências públicas.

Então, passo a palavra ao Senador Paulo Bauer para expor sua proposta, que será votada ou não a critério do Plenário da comissão.

Existe a possibilidade de não votarmos hoje, mas, depois da exposição, que seja dado um tempo para que os Srs. Senadores reflitam sobre ela.

Com a palavra o Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Pois não, Sr. Presidente.

Como todos sabem, tenho por deferência do Presidente desta Comissão presidir as audiências públicas que nós realizamos.

A Assessoria da Comissão tem tido dificuldade para organizar essas audiências públicas, uma vez que elas são em número maior do que o tempo disponível para o seu agendamento.

Terceiro, nós também sabemos que, em muitas ocasiões, os Senadores proponentes da solicitação de audiência pública sequer se fazem presentes na hora e na data da sua realização. Não que o façam por falta de vontade. Nós sabemos que isso ocorre por falta de tempo, já que existem muitos trabalhos em várias comissões simultaneamente.

Por outro lado, nós também precisamos observar o Regimento Interno da Casa e própria legislação vigente, no caso a Constituição. E qualquer atitude, qualquer decisão da comissão não deve ofender o Regimento Interno do Senado e tampouco as normas constitucionais vigentes.

Então, a proposta que apresento de ato desta Comissão é uma proposta que vale exclusivamente para a sua ação interna, não tem efeito para outras comissões. É totalmente infrarregimental, não é regimental. Não ofende o Regimento. Ele apenas complementa os dispositivos regimentais.

Eu me permito lê-la para o conhecimento de V. Ex^{as}.

Proposta de Ato nº tal disciplina os procedimentos para o funcionamento das audiências públicas da Comissão de Educação, Cultura e Desporto.

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal resolve:

Art. 1º – Os requerimentos para a realização de audiência pública serão lidos na reunião ordinária subsequente à sua apresentação e incluídos na pauta da comissão, para deliberação, como último item da pauta de deliberação.

§ 1º – Os requerimentos de realização de audiência pública deverão ser assinados por, no mínimo, seis membros da comissão e serão incluídos para de-

liberação extrapauta por solicitação de um dos seus signatários.

Deve haver a assinatura de seis Senadores e a inclusão extrapauta se fará pelo requerimento de um deles.

§ 2º – O disposto no § 1º não se aplica na hipótese de haver quatro ou mais audiências públicas agendadas pela comissão.

Ou seja, se nós já tivemos e tivermos quatro audiências públicas pré-agendadas ou com requerimentos aprovados, não haverá possibilidade de inclusão de deliberação em extrapauta de mais um requerimento.

Art. 2º – As audiências públicas destinadas à oitiva de ministros de Estado e demais autoridades referidas no art. 50 da Constituição serão realizadas na segunda e na quarta semanas de cada mês e as demais, exclusivamente, na primeira e na terceira semana de cada mês.

As de ministro e autoridades na segunda e quarta semanas de cada mês e as demais na primeira e terceira semanas.

Art. 3º – As reuniões destinadas à realização de audiências públicas somente serão iniciadas com a presença, na sala de reuniões, da maioria absoluta dos membros da comissão.

§ 1º – Permite-se a verificação de existência de quórum por registro de presença dos membros da comissão na hipótese das audiências públicas convocadas, mediante os requerimentos de que trata o § 1º do art. 1º, desde que estejam presentes na sala de reuniões no mínimo um terço de seus signatários.

Um terço dos seus signatários, de seis. Portanto, dois.

§ 2º – Em qualquer hipótese a audiência pública será suspensa se durante a sua realização ocorrer falta de quórum, na forma do disposto no *caput* e no § 1º.

Art. 4º – É vedada a realização de audiência pública com mais de quatro depoentes.

O número máximo de depoentes seria quatro.

Parágrafo único – Na hipótese de requerimento prever que sejam convidados a depor mais de quatro pessoas, o Plenário da comissão escolherá quatro entre os indicados.

Ou seja, se Senadores e Senadoras indicarem seis nomes para uma audiência pública, o Plenário deverá deliberar um a um quais desses seis seriam os quatro convidados, para não ultrapassarmos quatro.

Art. 5º – Os convites para depoimento nas audiências públicas são nominais e intransferíveis, vedada a substituição dos depoentes.

Portanto, convidada uma autoridade ela vem ou ninguém vem, porque senão nós estaremos sempre

falando com substitutos de convidados. Corremos esse risco.

Art. 6º – É vedada a realização de audiência pública sobre matéria em tramitação no Senado Federal:

I – Sujeita a prazo de tramitação se faltarem menos de 10 dias para o final do prazo.

Para não correremos o risco de termos, numa terça-feira, um requerimento para audiência pública de uma matéria que já está com seu prazo de tramitação com dez dias para encerrar. Corremos o risco de, como já aconteceu aqui na comissão, termos que fazer audiência pública na segunda-feira ou na sexta sem quórum algum e sem utilidade para o trâmite da matéria no plenário.

II – Que não tenha sido despachada para exame pela comissão.

Art. 7º – Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa:

A realização das audiências públicas é, com certeza, atividade fundamental das comissões. Entretanto, essa atividade não pode ser praticada de forma a prejudicar o funcionamento do colegiado nem as audiências públicas devem ser realizadas se não trouxerem reais subsídios para a Comissão. Impõe-se, assim, a adoção por esta Comissão de normas que permitam, obedecidas a Constituição Federal e o Regimento Interno da Casa, qualificar as audiências públicas da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Assim, nessa direção estamos propondo a edição de ato da Comissão de Educação prevendo, em primeiro lugar, prioridade para os requerimentos de audiência pública que venham assinados por, no mínimo, cinco membros da Comissão, desde que não existam mais de quatro eventos já programados na Mesa. Além disso, para permitir a organização dos trabalhos, propõe-se que as audiências públicas destinadas a oitivas de Ministros de Estado e demais autoridades referidas no art. 50 da Constituição sejam realizadas na segunda e quarta semanas de cada mês, e as demais, exclusivamente na primeira e na terceira semanas.

Com o objetivo de assegurar a adequada participação dos membros da Comissão nas audiências públicas e em estrito cumprimento do Regimento Interno, estabelece-se que as reuniões destinadas à realização de audiências públicas somente serão iniciadas com a presença na sala de reuniões da maioria absoluta dos membros do colegiado, permitindo-se a verificação da existência de quórum por registro de presença dos membros da Comissão. Isso somente na hipótese das audiências públicas convocadas mediante requerimentos de pelo menos seis Senadores – há um equívoco aqui de redação, e peço que corrijam na folha distribu-

ida; em vez de cinco, seriam seis, houve um equívoco da minha assessoria; é inevitável que o Senador leia tudo duas vezes, por mais competente que sua assessoria seja – e desde que estejam presentes na sala de reuniões, no mínimo, um terço de seus signatários. Ademais, para garantir a produtividade dos trabalhos, veda-se a realização de audiência com mais de quatro depoentes e determina-se que os convites para depoimentos sejam nominais e intransferíveis.

Finalmente, na mesma direção, veda-se a realização de audiência pública sobre matéria em tramitação no Senado sujeita a prazo se faltarem menos de dez dias para o final desse prazo e que não tenha sido despachada para exame pela Comissão. Esses procedimentos permitirão a otimização dos trabalhos desta Comissão sem comprometer sua qualidade.

Volto a mencionar, embora não fosse necessário – faço-o apenas porque algum Senador pode ter chegado depois da minha fala inicial –, que nenhuma destas decisões ofende o Regimento ou a Constituição, porque todas as normas do Regimento e da Constituição continuam preservadas e deverão ser observadas para efeito de realização.

Era isso que eu tinha a apresentar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – É uma proposta de resolução infraconstitucional e infraregimental.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Mas superior e suprema para o funcionamento da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente, eu acho que a intenção do Senador Paulo Bauer é muito importante, porque realmente nós estamos vivendo um momento em que, primeiro, algumas audiências são solicitadas exatamente para retardar a votação e a apreciação de matérias que estão em exame em qualquer comissão. Em outros casos, como foi colocado aqui, são audiências cuja realização é impossível porque se convida um número excessivo de pessoas para exporem sobre o tema.

Não bastasse isso, nós temos aqui um congestionamento de reuniões de comissões, como, por exemplo, acontece hoje: estou em seis comissões, quatro pela manhã e mais duas à tarde. Então, realmente temos de ter algum tipo de disciplinamento a essa questão.

Agora, não daria para fazer hoje um julgamento sobre a proposta apresentada ainda que eu tenha prestado atenção. Por essa razão, gostaria de pedir vista do requerimento para que eu possa analisá-lo – espero fazê-lo junto com outros Srs. Senadores – antes que possamos, efetivamente, caminhar.

Eu tenho um projeto de resolução relativo à questão das reuniões das comissões, porque o que fazemos aqui... Eu sou relator em duas comissões hoje, tinha de estar presente na apreciação do relatório do Código Florestal. E isso acontece com todos aqui, acho que todos vivenciam o mesmo problema. Então, tenho uma proposta: uma semana só de reunião não deliberativa e a outra semana, só com reunião deliberativa, não impedindo que houvesse, eventualmente, alguma reunião extraordinária. Mas acho que essa questão das audiências têm de ser realmente de alguma forma disciplinada. Mas solicito ao Presidente vistas para que eu possa analisar com mais tranquilidade.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra, Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu também quero pedir vistas coletivas. Quero dizer ao Senador Paulo Bauer que eu entrei com um projeto de regulamentação em todas as Comissões. Mas está acontecendo uma coisa aqui no Senado – e que é do conhecimento de todos: três dias não dão. São poucos dias. Nós temos de trabalhar de segunda, na parte da tarde, à sexta pela manhã para atender essas demandas. Querer colocar tudo em três dias é humanamente impossível e não se vai dar resultado em nenhuma delas. O que acontece... Eu peguei um levantamento na legislatura passada e nas Comissões havia muito mais quórum do que se tem agora; em compensação, tinha muito menos Subcomissões e menos números de Comissões – que foram aumentadas. Então, não tem jeito de se fazer uma audiência pública em uma reunião extraordinária. Está acontecendo na Infraestrutura e há dois candidatos à Anatel e que não serão votados hoje porque não tem ninguém. Mas não é o dia da Infraestrutura hoje... Então, é o que o Senador Mozarildo falou. Acho que nós vamos ter de disciplinar isso e aumentar o número de dias de trabalho que é muito pouco para o Senado. Se nós queremos ter produtividade... Então, Nós vamos ter de contar isso. Eu também, então, junto com o Senador Mozarildo, também peço vistas.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Vistas coletivas para o Plenário.

Nós estamos para marcar uma reunião com os Presidentes de Comissão para discutir esse excesso de Comissões e de Subcomissões. Se não me engano, temos 38 Subcomissões hoje e 11 Comissões. Quando eu fui Senador, na Mesa anterior, tínhamos; depois, partiu-se para seis e hoje para 11. Então, é uma impossibilidade física. Vamos ver se nós resolvemos isso.

Eu queria convidar o Senador Paulo Bauer a assumir a Presidência porque eu sou o Relator da primeira matéria.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Sr. Presidente, apenas eu quero fazer um registro aqui de que o trabalho que eu apresento ele, obviamente, não tem a pretensão de ser o último, nem tampouco ser completo e suficiente. Ele é apenas uma sugestão que resultou da discussão que nós tivemos com consultores da Casa e com técnicos que já há tempo trabalham com o assunto. Embora a gente tivesse tomado conhecimento de propostas como esta, do Senador Cyro, que alcança todas as Comissões, mas eu entendo que aguardar para que se aprove uma regra geral para todas é talvez menos provável, em termos de êxito, do que nós, como Comissão de Educação, começarmos exatamente por aqui. Já que esta é da Educação, vamos educar a Casa. Porque, efetivamente, nós sabemos que requerimentos de audiência pública sempre estão atendendo ao interesse de seu primeiro autor, quando muito do segundo – e os demais o assinam por assinar. Quando a gente estabelece aqui de que são necessários seis, não é porque seis Senadores queiram audiência, é porque nós queremos pelo menos dois presentes na audiência para não haver o constrangimento de um Senador presidir a audiência pública e um estar no Plenário... E com um é suficiente manter a reunião – esta é a verdade: com um é possível manter a reunião. Mas, às vezes, esse único Senador nem sequer conhece do assunto de que se está tratando. Então, a Comissão de Educação, pedagogicamente, iria dar início a uma nova regra, a um novo calendário e a um novo sistema. Evidente, Sr. Presidente, que uma vez votada esta regra, ela valeria como regra. E se, em algum momento, ela precisasse ter uma exceção, se votaria a condição de exceção. Quando eu coloquei aqui que Ministros seriam convidados ou convocados para estarem aqui na primeira e na terceira semanas; obviamente, se um tema relevante exigisse que essa data fosse invertida, excepcionalmente ela poderia sê-lo, desde que houvesse uma manifestação do Plenário para tanto. Mas, imediatamente após esse fato, voltar-se-ia à regra anterior, e assim, Presidente, a gente teria efetivamente um funcionamento mais adequado. Eu, por exemplo, não mencionei aqui nada a respeito de reuniões conjuntas de Comissão, porque aí, evidentemente, não há condição. Porque, quando se fala em quatro participantes numa audiência conjunta de Comissões é quase impossível limitar o número de convidados e de palestrantes a quatro pessoas, podem ser cinco, podem ser seis. Aí, é fruto de entendimento. Isso aqui valeria exclusivamente para

audiências desta Comissão, quando feitas exclusivamente para ela e por ela.

Portanto, agradeço a todos que puderem contribuir com sugestões de melhoria e de melhor aperfeiçoamento do ato que propus.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Há um requerimento sobre a mesa, de minha autoria. Indago se seria possível votá-lo imediatamente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Qual é o teor do requerimento?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – O requerimento convida dois comissionados do Ministério do Esporte para prestarem depoimento sobre as últimas denúncias.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Para expor o requerimento, com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Gostaria de ter o requerimento em mãos, Sr. Secretário, se possível, para que eu possa fazer referência aos nomes.

Sr. Presidente, os Srs. Fábio Hansen, ex-chefe de gabinete da Secretaria de Esporte Educacional e atual diretor do Departamento de Gestão de Programas de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social do Ministério do Esporte e Charles Rocha, ex-Chefe de Gabinete da Secretaria Executiva do Ministério do Esporte, são convidados, por meio deste requerimento, para, em audiência pública nesta Comissão, prestarem esclarecimentos em razão do que se veiculou a respeito de uma gravação que dá conta de um esquema de corrupção, já que teria obtido auxílio para enganar órgãos de fiscalização do próprio Ministério, organizações não governamentais, com a participação dos dois funcionários da alta cúpula do Ministério que convidamos para depoimento nesta Comissão.

Como a imprensa veiculou a matéria intitulada na Revista *Veja*, por exemplo, “A coisa fugiu do controle”, mostrando a gravação da conversa entre o policial João Dias e dois assessores do Ministério, dando conta de irregularidades naquela pasta. Nós estamos numa fase em que a própria Presidente da República diz aguardar os esclarecimentos para uma eventual decisão de mudança. O Senado Federal tem a responsabilidade – não de buscar provas materiais para responsabilização civil e criminal de eventuais envolvidos em ilícitos que são praticados e denunciados – sobretudo de cuidar da boa aplicação dos recursos públicos. E o que se revela neste episódio com denúncias que são reiteradas há vários anos e que agora, com ênfase, são denúncias destacadas a cada dia pela imprensa... Se formos aos jornais de hoje, verificaremos novas denún-

cias que envolvem o repasse irregular de recursos do Ministério do Esporte, especialmente a organizações não governamentais, com o favorecimento ilícito e explícito em razão do privilégio de estarem vinculadas a dirigentes deste Ministério.

O que nós estamos repetindo sempre é que a nossa prioridade não é destacar se este é o maior responsável ou se é aquele o maior responsável, se é o atual Ministro, se é o ex-Ministro ou se nenhum dos dois são responsáveis maiores. A nossa preocupação é desmontar um esquema que se anuncia como um esquema sofisticado de corrupção que possibilitou o desvio de milhões de reais, recursos que seriam aplicados corretamente em benefício de camadas menos favorecidas da população, sobretudo na área do esporte.

Por essa razão, Sr. Presidente, sem prejulgamento, sem acusação precipitada a quem quer que seja, o que desejamos é o esclarecimento, para contribuir, a fim de que se realmente... E as provas que são apresentadas no dia a dia confirmam a existência de um esquema de desvio de recursos. Se esse esquema se consolidou ao longo do tempo, precisa ser desmontado. E o desmonte de um esquema como esse passa, evidentemente, pela comprovação dos fatos, e é o que nós desejamos.

Ao solicitarmos audiência para ouvir Fábio Hansen e Charles Rocha, este é o nosso objetivo: esclarecer os fatos, colocar esse mal à luz, para que possamos combatê-lo. Essa é a nossa obrigação. Não podemos, de forma alguma, abrir mão dessa prerrogativa de fiscalizar o Executivo; é função essencial do Legislativo. A minoria, em que pese suas limitações numéricas, tem o dever de insistir, de persistir, de cobrar, de exigir respostas à sociedade. É essa a nossa missão aqui, por isso a apresentação desse requerimento, Sr. Presidente.

Eu sei que a argumentação contrária dirá que isto aqui não é uma delegacia de polícia. E não é. Este é o Parlamento, que tem duas funções essenciais: a de legislar e a de fiscalizar.

A função de fiscalizar implica investigar, quando as denúncias são oferecidas à larga, como ocorre atualmente. Há um festival de denúncias, e não podemos ignorá-las. Daí a proposta desse requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Chamando a atenção do Plenário para o fato de que a nossa pauta de audiência pública – e acertamos que as nossas audiências serão feitas na quarta-feira – está preenchida até o fim do ano, coloco em discussão o requerimento do Senador Alvaro Dias.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador, Inácio Arruda, para discutir.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, eu até considero que essa é uma matéria vencida, porque o caluniador que veio a público, um soldado investigado pelo Ministério do Esporte – e o inquérito que já o indicia o obriga a devolver mais de R\$3 milhões, e é exatamente por isso que ele veio a público, porque o Ministério investigou, apurou, mandou o Ministério Público, o Tribunal de Contas, a Polícia Federal, o que resultou em indiciamento... Então, sinceramente... Aí o investigado quer virar vítima e transformar em réu aqueles que, com responsabilidade, atuaram para devolver aos cofres públicos milhões de reais. Seria uma inversão total, absurda e estúpida.

E chegou-se ao ponto em que o chamado delator veio a público, depois de não ter como envolver o Ministro dos Esportes – foi isso que ele trabalhou, foi essa a denúncia que veio a debate, que veio a público, foi a acusação cretina de que o Ministro do Esporte teria recebido dinheiro numa garagem –, e exigiu-se que ele provasse alguma coisa, qualquer coisa em relação ao Ministro.

Ele acabou de anunciar que não tem nada contra o Ministro, que não sabe de nada contra o Ministro, que não viu nada contra o Ministro, que não gravou nada contra o Ministro. E aí, é evidente, como não há nada contra o Ministro, não só o órgão que deu palanque para ele se oferecer publicamente, na tentativa de não só complicar a vida de um Ministro, mas também do próprio Governo... Depois de oferecer esse palanque, é evidente que vão ter de ir atrás de mil coisas. Talvez vão encontrar coisa no Governo do Paraná, no Governo do Tocantins, no Governo de Minas Gerais, porque são todos governos e prefeituras que têm convênio com o Ministério do Esporte.

Em São Paulo, saiu uma matéria escandalosa de Campos do Jordão, de um convênio que existe entre a Prefeitura e o Ministério, porque a obra está paralisada em função de problemas municipais, e querem contabilizar para o Ministro do Esporte, para o Ministério do Esporte.

Então, sinceramente, Sr. Presidente, isso é uma inversão total, absurda, inaceitável. Em nossa opinião, em face do trabalho e do esforço do Governo do Ministro do Esporte, do seu trabalho com o Tribunal de Contas, com a Controladoria-Geral da União, com o Ministério Público, de apurar todos, todos os convênios que têm irregularidade, sinceramente é um absurdo querermos oferecer o espaço do Senado, para transformar as acusações levianas em espécie de fatos verídicos, dando vazão a esse sentimento muitas vezes oposicionista de uma parte da mídia brasileira.

Sinceramente, o nosso posicionamento, a nossa opinião é contrária ao requerimento. Que se vote contrariamente ao requerimento, porque não há sentido em continuar nessa lenga-lenga, quando o autor da denúncia diz que não tem nada contra o Ministro. Sinceramente, perdeu-se o objeto, perdeu-se o foco.

Agora, querer pulverizar para 100, 200, 300, 500 denúncias, no clima de “denuncismo” que existe no País, sinceramente seria um absurdo.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Continua em discussão a matéria.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

Apenas para esclarecer ao meu prezado amigo, que respeito, que não se trata de um confronto entre o Ministro e o policial. Essa é uma estratégia da defesa do Ministério.

O escândalo vai muito além desse confronto. Nós não estamos respaldados na delação, como se refere o Senador Inácio Arruda. Estamos preocupados com um desvio que somaria mais de R\$45 milhões, há mais de três anos, com desvios que são verificados, há mais de três anos. E, há mais de três anos, estamos tentando investigar, com requerimentos de informações, com pedidos de auditoria. E chegamos agora ao clímax desse episódio. É a hora da superação desse impasse, é a hora da verdade, é a hora do esclarecimento. E essa é a razão.

Nesse caso, nós não fizemos nem referência ao Ministro. Nós convidamos duas pessoas do Ministério do Esporte, que foram denunciadas, com uma gravação que foi exposta ao conhecimento público e entregue à Polícia Federal.

Esse caso não está encerrado. Esse episódio está apenas começando. A Polícia Federal está começando a investigar. O Ministério Público ainda não iniciou a instauração dos procedimentos.

É claro que temos de aguardar a Polícia Federal, o Ministério Público, para a responsabilização civil e criminal de eventuais envolvidos, se eles existirem, mas cabe ao Senado Federal, inclusive, legislar sobre a matéria. Nós precisamos conhecer e reconhecer o esquema existente, para, se desejarmos propor alterações na legislação relativamente à existência das organizações governamentais e às suas relações com o Poder Público, possamos ter conhecimento do que ocorreu nos últimos anos. E o que ocorreu nos últimos anos é muito grave; o que vem ocorrendo é da maior seriedade. Nós não podemos ignorar isso.

Por mais apreço que possamos ter por pessoas, por partidos políticos, não podemos ignorar que há marginais envolvidos. E, quando se acusa o policial de ser marginal, de ser criminoso, de ser um desqua-

lificado, não estamos contestando nenhuma dessas informações. Nós queremos que o policial também seja levado às barras da Justiça.

Em que pese o fato de ter denunciado, isso não significa sentença de absolvição por eventuais delitos que tenha praticado: ele também deve ser levado às barras da Justiça.

Mas, Sr. Presidente, creio que seria melhor renunciar ao mandato e voltar para casa, se fôssemos silentes de um episódio como esse, passivos, assistindo a um espetáculo de corrupção, que o povo brasileiro não suporta mais.

Aquele que paga imposto, que trabalha duro; aquele que paga imposto, muitas vezes sem poder pagar não pode suportar esse espetáculo da corrupção que há em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os favoráveis permaneçam como estão, e os contrários se manifestem. (Pausa.)

Vamos contar. Um, dois, três quatro, cinco, seis, sete, oito.

Um...

Rejeitado o requerimento.

Passo, agora, a Presidência ao Senador Paulo Bauer, porque sou Relator do projeto que cria uma empresa pública no lugar das autarquias dos hospitais de universidades do País.

Quero chamar a atenção do Plenário, no entanto, porque essa matéria está em regime de urgência, e o prazo final é dia 27, o que significa que qualquer pedido de vistas o será por 24 horas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Assumindo os trabalhos, passo ao primeiro item da pauta.

ITEM 1

- Não Terminativo -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 79, DE 2011

Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH; acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e dá outras providências.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Roberto Requião

Com a palavra o Senador Roberto Requião, relator da matéria.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Talvez essa seja uma das matérias mais importantes a ser votada pela Comissão de Educação, porque diz

fundamentalmente respeito à qualidade do ensino de Medicina do País.

Eu, como Governador, vivi problemas semelhantes a esse e vejo que agora a proposta desse projeto de lei vai exatamente na contramão das providências que fui obrigado a tomar no Estado do Paraná, para poder governar.

Fui obrigado a transformar em autarquias empresas públicas, porque, como empresas públicas, elas definiam os seus salários nos dissídios coletivos e os seus cargos e funções por deliberação dos conselhos deliberativos.

No caso, por exemplo, das universidades, que eram fundacionais no Estado do Paraná, os dissídios iam para a Justiça, e o juiz era professor da universidade, o advogado do sindicato era professor da universidade, e o advogado que deveria defender a fundação era também professor da universidade.

Há no Paraná um número enorme de faculdades e universidades públicas, é o Estado que mais tem essas unidades no Brasil. E a anarquia era total. Cada universidade tinha um plano de cargos e salários diversos; a maioria delas tinha contratações feitas de forma absurda e ilegal, com a duplicidade do próprio regime, que tem de ser regime único – pode até ser CLT, mas tem de ser regime único: ou é o regime estatutário ou é o regime celetista.

Mas vamos, então, ao relatório.

Encontra-se sob exame desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei da Câmara nº 1.749, de 2001 (casa de origem), do Poder Executivo, que, como matéria principal, autoriza-o a criar empresa pública unipessoal na forma definida no inciso II do art. 5º do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e no art. 5º do Decreto-Lei nº 929, de setembro de 1969, denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, com personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, vinculada ao Ministério da Educação, com prazo de duração indeterminado.

O primeiro destaque que eu faria aqui é que não é vinculada à universidade; é vinculada ao Ministério da Educação. Estaria, no caso, ferindo frontalmente a autonomia universitária.

A empresa terá sede e fórum em Brasília, Distrito Federal, e poderá manter escritórios e representações, dependências e filiais em outras unidades da Federação. Ela é autorizada a criar subsidiárias para o desenvolvimento de atividades inerentes ao seu objeto social.

A empresa terá seu capital social integralmente sob a propriedade da União, mediante recursos oriundos de dotações consignadas em seu orçamento, bem como pela incorporação de bens e direitos suscetíveis de avaliação em dinheiro.

A empresa terá por finalidade a prestação de serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), bem como a prestação, às instituições federais de ensino e instituições congêneres, de serviços de apoio ao ensino, à pesquisa, à extensão e à formação de pessoas no campo da saúde pública.

Portanto, está claramente substituindo, inferindo autonomia universitária.

Fica assegurado à empresa o ressarcimento das despesas com o atendimento de consumidores e respectivos dependentes de planos privados de assistência à saúde – ou seja, ela sai do âmbito do SUS e passa a ser uma prestadora de serviço a organizações de plano de saúde privadas, desvirtuando de forma na forma absoluta a sua função dentro da universidade –, na forma estabelecida pelo art. 32 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, observados os valores de referência estabelecidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar.

É dispensada a licitação para a contratação da empresa pela administração pública para realizar atividades relacionadas ao seu objeto social.

A empresa, respeitado o princípio da autonomia universitária, poderá prestar os serviços relacionados às suas competências mediante contrato com as instituições federais de ensino ou instituições congêneres, observadas as exigências legais.

É evidente que a autonomia universitária está frontal e definitivamente agredida.

No âmbito desses contratos, os servidores titulares de cargo efetivo em exercício na instituição federal de ensino ou instituição congênere que exerçam atividades relacionadas ao objeto da empresa poderão ser a ela cedidos para a realização de atividades de assistência à saúde e administrativas. A esses servidores ficam assegurados os direitos e as vantagens a que façam jus no órgão ou entidade de origem.

Constituem recursos da empresa:

- 1) os oriundos de dotações consignadas no orçamento da União;
- 2) as receitas decorrentes da prestação de serviços compreendidos em seu objeto, da alienação de bens e direitos, das aplicações financeiras que realiza, dos direitos patrimoniais, tais como aluguéis, foros, dividendos e bonificações; e dos acordos e convênios que realizar com entidades nacionais e internacionais;
- 3) as doações, os legados, as subvenções e outros recursos que lhe forem destinados por pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado;
- 4) rendas provenientes de outras fontes.

O lucro líquido da empresa será reinvestido para atendimento do objeto social da empresa, excetuadas as parcelas decorrentes da reserva legal e da reserva para contingência.

A empresa será administrada por um Conselho de Administração – fica claro que ela não tem mais vínculos com a Universidade, é um conselho deliberativo que vai decidir sobre a sua vida, sobre a criação de cargos, sobre remunerações e gratificações – com funções deliberativas, e por uma Diretoria Executiva. A empresa contará ainda com um Conselho Fiscal e um Conselho Consultivo. A composição, atribuições e funcionamento desses órgãos serão definidos pelo estatuto social da empresa. Seu Conselho de Administração terá, como membros natos, representantes do Ministério da Saúde, do Ministério da Educação, da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) e da Federação dos Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras (FASUBRA).

Já o Conselho Consultivo da empresa exercerá o controle social da empresa e será paritariamente constituído por representantes da sociedade civil, inclusive dos usuários, e do Estado, na forma estabelecida no estatuto social e sem prejuízo de outros meios de fiscalização por parte da sociedade civil, e terá representantes do Conselho Nacional de Saúde, do Conselho Federal de Medicina, do Conselho Federal de Enfermagem, da Andifes, da Fasubra e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Não sei se a Ordem dos Advogados do Brasil e essas instituições todas concordam em participar desse processo. Como têm independência não podem ser obrigadas por lei. É uma decisão delas e não de um projeto ou de uma lei federal.

A atuação de membros da sociedade civil no Conselho Consultivo não será remunerada e será considerada como função relevante.

O regime de pessoal permanente da EBSEH será o da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e legislação complementar, condicionada a contratação à prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, observadas as normas específicas editadas pelo Conselho de Administração. Os editais de concursos públicos para o preenchimento de emprego no âmbito da EBSEH poderão estabelecer, como título, o cômputo do tempo de exercício em atividades correlatas às atribuições do respectivo emprego.

É um dispositivo para poder recontratar as pessoas que estão irregularmente contratadas. A meu ver é uma burla à legislação brasileira.

Para fins de sua implantação, a EBSEH é autorizada a contratar, mediante processo seletivo sim-

plificado, pessoal técnico e administrativo por tempo determinado.

Os contratos temporários de emprego somente poderão ser celebrados durante os dois anos subseqüentes à constituição da EBSEH e quando destinados ao cumprimento de contrato celebrado nos termos do art. 6º, nos primeiros cento e oitenta dias de vigência dele. Os contratos temporários de emprego poderão ser prorrogados uma única vez, desde que a soma dos dois períodos não ultrapasse cinco anos.

A EBSEH poderá celebrar contratos temporários de emprego com base nas alíneas a e b do § 2º do art. 443 da CLT, mediante processo seletivo simplificado, observado o prazo máximo de duração estabelecido no seu art. 445.

Ficam as instituições públicas federais de ensino e instituições congêneres autorizadas a ceder à EBSEH, no âmbito e durante a vigência dos respectivos contratos, bens e direitos necessários à sua execução. Ao término dos contratos, os bens serão devolvidos à instituição cedente.

A EBSEH e suas subsidiárias estarão sujeitas à fiscalização dos órgãos de controle interno do Poder Executivo e ao controle externo exercido pelo Congresso Nacional, com auxílio do Tribunal de Contas da União.

A EBSEH fica autorizada a patrocinar entidade fechada de previdência privada, nos termos da legislação vigente, inclusive mediante adesão a entidade fechada de previdência privada já existente.

A partir da assinatura do contrato entre a EBSEH e a instituição de ensino superior, a EBSEH disporá de prazo de um ano para reativação de leitos e serviços inativos por falta de pessoal.

Por exemplo, vou fazer um parêntese. O Hospital das Clínicas do Estado do Paraná tem 640 leitos. Cada ano há 160 alunos, o que dá uma média de mil alunos. Para finalidades didáticas e pedagógicas, a necessidade absoluta da formação de médicos é de 200 leitos, no máximo, mas um hospital pedagógico e didático acaba sendo transformado em hospital assistencial do SUS. Ganha o SUS; perde a universidade e a qualidade do ensino de Medicina. Ou seja, não é mais um hospital universitário, um hospital escola, mas um hospital do SUS, absolutamente desvinculado da estrutura universitária.

Os estados poderão autorizar a criação de empresas públicas de serviços hospitalares.

Aqui, a agressão à federação é absoluta. Lei federal nenhuma pode atropelar a autonomia das unidades federadas e autorizar a criação de empresas públicas em hospitais universitários. É absolutamente inconstitucional o dispositivo!

Em sua última parte, o PLC promove alterações no Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940). Assim, por meio da alteração do art. 47, acrescenta-se como pena de interdição temporária de direitos a “proibição de inscrever-se em concurso, avaliação ou exame públicos.”

Já o Título X da Parte Especial do Código Penal passa a vigorar acrescido de um Capítulo V, que trata de “fraudes em certames de interesse público”. Desse modo, utilizar ou divulgar, indevidamente, com o fim de beneficiar a si ou a outrem, ou de comprometer a credibilidade do certame, conteúdo sigiloso de concurso público, avaliação ou exame públicos, processo seletivo para ingresso no ensino superior ou exame ou processo seletivo previstos em lei, acarreta pena de reclusão, de um a quatro anos, e multa. Nas mesmas penas incorre quem permite ou facilita, por qualquer meio, o acesso de pessoas não autorizadas às respectivas informações. Se da ação ou omissão resulta dano à administração pública, a pena é de reclusão, de dois a seis anos, e multa. Aumenta-se a pena de um terço se o fato é cometido por funcionário público.

Por fim, o projeto determina que a lei sugerida entrará em vigor na data de sua publicação.

Na exposição de motivos que acompanha a mensagem presidencial, são lembrados os problemas de gestão, principalmente, de pessoal, vividos pelos 45 hospitais de ensino existentes na estrutura do Governo Federal. Para resolver essa situação, propõe-se um novo modelo gerencial, inspirado nos casos do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, empresa pública federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC) e do Grupo Hospitalar Conceição, sociedade de economia mista vinculada ao Ministério da Saúde.

Não foram apresentadas emendas à proposição, no prazo regimental.

Eu gostaria de fazer, à margem do relatório, mais alguns esclarecimentos.

Hoje, no Brasil, os únicos hospitais que funcionam realmente na qualidade de hospital universitário, Senador Cristovam, são os hospitais do Rio de Janeiro porque a estrutura hospitalar do SUS, no Rio de Janeiro, é ampla, é generosa. Então, as universidades têm hospitais realmente dedicados ao ensino, à pedagogia e à didática do processo de formação dos médicos. Não existe outro exemplo. O que nós verificamos é uma invasão do sistema do SUS no espaço dos hospitais escolas das universidades, o que, seguramente, liquida com o ensino público de Medicina no País.

Vamos à análise do projeto.

Análise.

Nos termos do inciso I do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à nossa Co-

missão opinar sobre proposições que versem, entre outros assuntos, a respeito de normas gerais sobre educação, instituições educativas, e diretrizes e bases da educação nacional. Dessa maneira, a apreciação do PLC nº 79, de 2011, respeita a competência regimental atribuída a esta Comissão.

O objeto do PLC nº 79, de 2011, insere-se na competência legislativa do Congresso Nacional, prevista no art. 48 da Constituição Federal, e sua iniciativa pertence ao Presidente da República, nos termos do art. 61, § 1º, inciso II, alínea “e”, da Constituição Federal.

É deveras conhecida a novela da criação desta empresa, tentada mediante a edição da Medida Provisória nº 520, de 2010, que perdeu eficácia por falta de deliberação do Senado Federal sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2011.

Sabe-se que a razão principal da criação da empresa reside na tentativa de solucionar as irregularidades da contratação de mais de 26 mil profissionais da saúde, por meio das fundações de apoio das universidades. A situação era conhecida há mais de cinco anos, quando o Tribunal de Contas da União (TCU) concluiu pela ilegalidade das contratações e determinou que os desvios fossem corrigidos (Acórdão 1193/2006 – TC – Plenário, sessão de 19 de julho de 2006). Não faltou tempo para que o Poder Executivo tomasse as devidas providências para a realização de concursos públicos com o fim de selecionar os funcionários dos hospitais universitários.

Eu tive esse problema no Paraná também e tive que resolver acabando com a autonomia das fundações, criando autarquias universitárias e realizando os necessários e devidos concursos públicos.

A solução vislumbrada pelo Poder Executivo foi a criação de uma inusitada empresa, inicialmente por meio de medida provisória e, depois, diante da resistência parlamentar, mediante a proposição ora em exame. Muitos questionamentos sobre a juridicidade e constitucionalidade das normas que regem a EBSERH têm sido levantados. Decerto, cabe à CCJ decidir sobre a matéria. Todavia, em meio aos problemas de mérito educacional da iniciativa, não há como deixar de mencionar a precariedade de sua sustentação legal e constitucional, particularmente quando afeta diretamente a área da educação.

A Câmara dos Deputados ainda se esforçou para estabelecer algumas garantias com vista a assegurar o bom funcionamento da EBSERH. Assim, buscou afastar a hipótese de privatização dos hospitais universitários, mediante a exclusão da forma de sociedade anônima e a adoção do modelo de sociedade unipessoal, semelhante ao que foi estabelecido pela Lei nº 10.847, de 15 de março de 2004, quando da criação da Em-

presa de Pesquisa Energética (EPE). Para evitar que a privatização da EBSEH fosse promovida por meio de subsidiárias eventualmente criadas, acrescentou-se a expressa determinação de sua sujeição às normas aplicáveis à empresa, com exceção da composição de seus Conselhos de Administração e Consultivo. Também se buscou prevenir a prestação de serviços a instituições privadas, mediante a adequação do conceito de instituições congêneres às instituições federais de ensino. Outra medida cautelar da Câmara dos Deputados consistiu na destinação dos lucros eventualmente auferidos pela EBSEH à prestação de suas atividades-fim. Por fim, foi prevista a participação de representantes do Ministério da Educação, do Ministério da Saúde e dos trabalhadores da nova empresa em seu Conselho de Administração, como membros natos.

Faço novo parêntese na leitura do relatório. É evidente que o que se procura com essa empresa é retirar a soma das despesas e o custeio dos hospitais universitários, transformados inadequadamente em hospitais do SUS, em hospitais subordinados à verba da educação e transferi-los para o Ministério da Saúde. Com isso, liquida-se o ensino médico no Brasil e se constrói uma verdadeira monstruosidade jurídica, uma empresa público-privada que não encontra amparo na jurisprudência nem na legislação brasileira.

Apesar desse esforço, persistiram os problemas da proposição, tanto no que diz respeito ao mérito educacional quanto à sua situação jurídica. Assim, evidencia-se no projeto o desrespeito à autonomia universitária, inscrito no art. 207 da Constituição Federal. A autonomia administrativa das universidades é abertamente ferida pela transferência, para a EBSEH, dos serviços prestados pelos hospitais universitários, bem como de sua respectiva administração. Ademais, a criação da empresa não traz, na prática, qualquer garantia da manutenção do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, essenciais ao conceito de universidade. Ela passa a ser exclusivamente uma empresa prestadora de serviços no âmbito do SUS e dos planos de saúde privados.

A ambiguidade das normas que são criadas para reger a EBSEH não representa apenas o início de um imbróglia jurídico, mas evidencia, também, a certeza de sua inoperância e da criação de uma instituição que tende a ser marcada por desmandos administrativos.

No Governo do Paraná vivenciamos o problema na gestão de pessoal, constituído por empresas sustentadas por recursos públicos, mas com natureza privada. A disparidade salarial e a indústria das ações judiciais pleiteando aumentos de remuneração representavam um desafio à racionalidade e ao bem público.

Com determinação, alteramos esse quadro, mediante a transformação dessas empresas em autarquias. No fim, saíram ganhando o conjunto dos funcionários desses órgãos e os contribuintes paranaenses.

No caso em análise, temos a criação de uma instituição de natureza empresarial. A exposição de motivos que acompanhou a mensagem presidencial refere-se à implantação de “um modelo de gestão administrativa, orçamentária e financeira baseado em resultados e em efetivo controle de gastos”. Dessa forma, continua a mensagem, o projeto proporia “nova modelagem jurídico-institucional para as atividades e os serviços públicos de assistência médico-hospitalar e ambulatorial executados pelos hospitais das universidades públicas federais, com o objetivo de viabilizar um modelo de gestão mais ágil, eficiente e compatível com as competências executivas desses hospitais”. Assim, a empresa obterá receita pela prestação dos serviços. A ela fica assegurado “o ressarcimento das despesas com o atendimento de consumidores e respectivos dependentes de planos privados de assistência à saúde – liquida definitivamente o aspecto pedagógico e didático dos hospitais universitários –, na forma estabelecida pelo art. 32 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, observados os valores de referência estabelecidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar”.

Essa faceta empresarial, no entanto, é pura fachada. Ela, na verdade, abre as portas para levar os hospitais universitários a aprofundar sua caótica política de pessoal. Estranhamente, essa nova empresa será sustentada por recursos oriundos de dotações consignadas no orçamento da União, como expressamente afirma o projeto. Que empresa é essa que depende de recursos orçamentários da União para sobreviver?

O projeto dispensa a licitação para a contratação da empresa pela administração pública com o fim de realizar atividades relacionadas ao seu objeto social. Ora, não se está aqui admitindo situações especiais, previstas em lei, na qual o gestor público pode optar pela dispensa de licitação. Estabelece-se no caso um tratamento privilegiado para uma empresa pública, como se, diante da perspectiva de uma gestão ineficiente e de sua incapacidade de concorrer com outras empresas que atuam na mesma área, ela precisasse de uma proteção legal. Na ausência do ambiente concorrencial, aumenta consideravelmente a probabilidade de a empresa pública passar a privilegiar parte de seu corpo de funcionários ou determinados fornecedores, sem a necessária contrapartida de produtividade e da qualidade dos serviços oferecidos à população.

Além disso, embora, adequadamente, o projeto determine que o lucro líquido seja reinvestido nos fins

sociais da instituição, confere-se um amplo campo de aplicação para esse reinvestimento. Assim, por exemplo, nada impede que o lucro seja aplicado na concessão de privilégios remunerativos para parte dos funcionários ou em luxos dos mais diversos tipos para seus diretores e conselheiros – porque, na empresa, quem estabelece isso é o conselho deliberativo.

Para viabilizar sua implantação, a empresa é autorizada a contratar, mediante processo seletivo simplificado, pessoal técnico e administrativo por tempo determinado. Esses contratos temporários de emprego somente poderão ser celebrados durante os dois anos subsequentes à constituição da empresa. Eles poderão, ainda, ser prorrogados uma única vez, desde que a soma dos dois períodos não ultrapasse cinco anos – é o problema da prescrição. Ora, essa prorrogação abre espaço para a continuidade da situação que se procura resolver. Nada obsta que essa extensa temporalidade de cinco anos acabe por ser objeto de sucessivas prorrogações legais.

Por fim, curiosamente, o projeto autoriza os Estados a criar empresas públicas de serviços hospitalares, nos moldes da EBSEH. Ora, além do potencial estímulo à reprodução de instituições que tantos riscos trazem à gestão da saúde pública e que quase inviabilizaram a administração do Paraná – tiveram de ser revertidas –, a União não tem competência para conceder essa autorização, dada a autonomia dos entes federados de organizarem sua administração, observados os parâmetros inscritos no texto constitucional.

É mais uma aberração absoluta essa concessão, essa autorização.

Quanto às mudanças no Código Penal, ainda que válidas no mérito, elas, no bojo do projeto, não respeitam as determinações do art. 7º, I e II da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, segundo as quais “excetuadas as codificações, cada lei tratará de um único objeto” e “a lei não conterá matéria estranha a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência e conexão”. É mais uma aberração legal.

Em suma, o PLC nº 79, de 2001, cria um simulacro de empresa para sanar a inoperância do Governo Federal – eu não diria do Governo Federal, deste ou daquele, mas dos governos federais ao longo do tempo, porque o que eu encontrei no Paraná é parecido com o que encontra o Governo Federal, algo semelhante ao que fizeram inúmeros governos que não se preocuparam com os hospitais universitários, com a criação de empresas e com a qualidade do ensino – esse simulacro de empresa para sanar o que aconteceu na sucessão dos Governos Federais para resolver um problema por ele próprio criado. Assim, o que busca a proposição é promover uma mudança da natureza

jurídica dos hospitais universitários, atropelando a autonomia das universidades, para conferir legalidade à mesma situação de precariedade na gestão de pessoal. Não muda nada, agrava, aumenta de forma extraordinária, exponencial o problema e certamente dá azo ao favoritismo e ao desperdício de recursos públicos. Fica tudo a cargo dos conselhos deliberativos.

Desse modo, nossa posição, quanto ao mérito educacional, além das observações de inconstitucionalidade, é pelo não acolhimento do projeto.

O Governo Federal deve conversar novamente com o Tribunal de Contas da União, a meu ver, e fazer o que eu fiz no Paraná: conseguir uma prorrogação dessas ilegalidades, abrir concursos e abrir hospitais públicos no Brasil. Hospital universitário tem uma determinada função e uma determinada característica e os hospitais públicos do SUS são outra coisa. Nós podemos funcionar, no Paraná, com duzentos leitos, e temos 640. Estamos funcionando com quatrocentos e poucos por falta de pessoal. Qual é a solução? Contratar pessoal ou transformar o hospital universitário num hospital voltado à qualificação dos médicos e construir hospitais públicos, como fez a União, ao longo do tempo, no Estado do Rio de Janeiro, onde a autonomia e a qualidade dos hospitais universitários é preservada.

Então eu me manifesto de uma forma muito clara e radical contra essa aberração jurídica que se confunde, de uma forma prejudicada, com aquela ideia anterior do Ministério da Saúde de criar a fundação público-privada, que é uma esdruxularia não acolhida pelo nosso sistema jurídico.

É esse o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Agradecendo o Senador Requião pelo relatório apresentado e antes de colocá-lo em discussão, quero informar ao Plenário, já que não o fiz antes da leitura do parecer, as seguintes observações:

1 - A matéria está tramitando em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal, combinado com o art. 122, inciso II, alínea “b”, combinado com o art. 375, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal;

2 - A matéria está sendo apreciada simultaneamente pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Sociais;

3 – O prazo final para inclusão na Ordem do Dia do plenário é 27/10/2011.

Tendo prestado essas informações, concedo a palavra, pela ordem de inscrição, à Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Pela ordem, V. Exª tem a palavra. O Senador

Cristovam Buarque já está inscrito para discutir a matéria. V. Ex^a tem a palavra.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, considerando todos esses encaminhamentos que V. Ex^a acabou de relatar, que a matéria está tramitando em regime de urgência, que ela está sendo apreciada simultaneamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e pela Comissão de Assuntos Sociais, considerando inclusive que há um prazo máximo até o dia 27 para ela ser incluída na Ordem do Dia, eu solicito pedido de vista, conforme o art. 132, § 3º, do Regimento Interno.

Estamos solicitando vista porque avaliamos que é necessário aprofundar o conteúdo da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Acolho a manifestação de V. Ex^a pela ordem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, que seja vista coletiva então.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Vista coletiva. Solicitação da Senadora Ana Amélia e do Senador Paim, também do Senador Inácio Arruda...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É porque essa matéria é do interesse do Rio Grande do Sul. As instituições citadas como referência são do Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Entretanto, devo informar a V. Ex^a que, tendo em vista o regime de urgência para o trâmite desta matéria, eu não posso conceder vista por prazo superior a 24 horas.

Portanto, concedo vista coletiva pelo prazo de 24 horas e já anuncio que convocaremos uma reunião extraordinária desta Comissão para amanhã, às 14h30min.

Ao final, anunciaremos novamente esta decisão para que haja tempo de análise e de deliberação.

Consulto o Senador Cristovam Buarque...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Pela ordem, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, estou presidindo a Comissão de Direitos Humanos, que está promovendo um debate enorme com algo em torno de 200 trabalhadores sobre um produto que os está levando a morrer de câncer. E sou relator de um projeto do Senador Cyro Miranda, importantíssimo, que vai garantir, Senador Cristovam, a possibilidade de as crianças especiais terem acesso à educação.

Então eu pediria para votarmos esse projeto, permitindo que a discussão desse outro projeto ficasse para a próxima reunião que V. Ex^a está convocando,

porque eu tenho que sair daqui, e sou relator. E o meu relatório, eu faço em dois minutos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Pois não. Acolho a solicitação de V. Ex^a. Entretanto, antes consulto se o Senador Cristovam Buarque deseja usar da palavra a respeito do relatório do Senador Requião hoje ou se faria isso amanhã, por ocasião da reunião extraordinária em que a matéria será analisada em definitivo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Peço dois minutos ao Senador Paim. Concordo que ele precisa estar lá, estou apoiando.

Amanhã vou falar sobre o mérito, mas quero deixar aqui um protesto: um assunto deste ter vista por 24 horas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – É o Regimento, Senador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Não, eu sei. Não é culpa nossa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Certo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – O Governo não podia ter feito isso com essa urgência. Esse é um problema de décadas que não pode ser votado em semanas.

O parecer do Senador Requião é sólido, robusto, como gostam de dizer por aí, que rejeita. Mas como estão os hospitais? Não estão bem. A gente tem que pensar numa saída, mas não a saída que está aí. Eu não falo nem pelo lado legal, Senador. Eu falo pelo lado pedagógico que o senhor também lembrou. É um absurdo.

Esse projeto vai mexer não apenas com milhares de jovens estudantes, mas com milhões de pessoas que ao longo dos próximos 50 anos vão a esses hospitais. Aprovar nessa carreira é uma irresponsabilidade do mesmo tamanho que foi aprovar o que fazer com os *royalties* naquela carreira.

Quero deixar aqui o meu protesto porque, daqui a alguns anos, quando alguém vier estudar o que nós estamos fazendo aqui, vai ver que a minha voz foi de protesto, para exigir mais tempo. O Regimento não dá por culpa da maneira como o Governo encaminhou com a urgência. Tantas outras coisas que precisam de urgência não chegam aqui dessa forma.

Eu gostaria de ouvir os reitores, eu gostaria de participar de duas, três, quatro audiências públicas, eu gostaria de ouvir os secretários de saúde antes de tomar uma posição.

Vou ter que tomar uma posição amanhã. Pode ser de abstenção por desconhecimento das implicações desse projeto. Então fica aqui o meu protesto. E

guardo para amanhã o meu pronunciamento específico sobre o projeto e o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Feito o registro de V. Ex^a, também quero dizer que o projeto é complexo. É tão complexo que até o nome que deram para essa empresa é complexo, impronunciável, principalmente se considerarmos que ele vai estar vinculado a um trabalho na universidade. Atendendo ao pedido pela ordem do senador Paulo Paim, eu submeto à apreciação do plenário requerimento de inclusão na pauta do PL 589, de autoria do senador Cyro Miranda para apresentação do relatório.

A ementa é: alteração da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de diretrizes e bases da educação para dispor sobre o atendimento na educação especial.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Segunda providência regimental necessária: a inversão de pauta, que também está requerida pelo senador Paulo Paim.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com que esse assunto seja apreciado imediatamente queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

V. Ex^a tem a palavra para leitura do seu relatório. A matéria é terminativa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu, como disse, farei isso em dois minutos.

O senador Cyro Miranda apresentou um projeto depois de duas audiências públicas, com apoio inclusive do senador Cristovam no debate, para garantir uma janela para que o aluno considerado especial tenha direito a escola baseada em sua realidade, também especial. Por isso dei parecer favorável. E, de posse da aprovação, espero eu, aqui na comissão, já na quinta-feira, o senador Cyro Miranda, o senador Cristovam e eu teríamos uma audiência com o secretário de educação do DF, mostrando que é possível abrir essa janela para permitir que a criança especial tenha acesso a educação especial.

Esse é o parecer, Sr. Presidente. Faço um apelo a todos pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senador Paulo Paim, apresentado o seu relatório que é resultado também da audiência pública que tivemos aqui nesta comissão e que, alias, produziu na consciência e no entendimento de todos muitos conhecimentos e principalmente a sensação de imperiosa necessidade de aprovarmos esta matéria para que possamos dar atendimento a portadores de necessidades especiais que, infelizmente, não têm

base legal para recebê-lo, tenho certeza que a celeridade que estamos dando vai contribuir para resolver várias questões.

Tendo em vista, senador Paim, que não temos o quorum necessário, deixo sobrestada esta matéria...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, já está aqui na porta. Se iniciarmos a votação, vai dar para completar. E, se o senhor permitir, eu votarei primeiro porque tenho que ir presidir a comissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – É que se eu abrir a votação para V. Ex^a começar, eu não posso mais interrompê-la; tenho que ir até o fim. Portanto, eu tenho que ter a visão...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Não, não interrompe. O senhor abre, todos vamos votando e o outro está chegando ali agora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – V. Ex^a corre o risco. Se iniciarmos o processo de votação e não tivermos o último presente, tenho que considerá-la nula.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Faço o seguinte, meu presidente; o senador Sergio Petecão vai presidir para mim, eu vou lá e ele vem para cá.

Vamos iniciar?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – V. Ex^a é que manda. Se tivermos esta certeza... Vamos ter que votar muito lentamente para dar tempo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu vou lá chamar...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, apenas para ressaltar a importância deste projeto relatado pelo senador Paulo Paim, de autoria do senador Cyro Miranda, e fazer um apelo que eu fiz há pouco na comissão de assuntos econômicos: projetos que dizem respeito a pessoas especiais, a pessoas portadoras de necessidades especiais, a PEC 270, que está na Câmara a bom tempo aguardando deliberação – o apelo que fazemos é para que a Câmara vote com urgência; e, no Senado Federal, PL 40, que está sob a responsabilidade do senador Lindbergh Farias para relatar. São projetos que dizem respeito a pessoas portadoras de necessidades especiais e devem ser votados prioritariamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senador Alvaro Dias, já houve um requerimento, um ofício ao presidente da Câmara dos deputados solicitando que priorizasse a inclusão do tema em pauta naquela Casa.

Tomando os votos de V. Ex^{as}, iniciamos com o relator senador Paulo Paim, a seu pedido. Como vota?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sim, Sr. Presidente. Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Obrigado. Srª Senadora Ângela Portela, como vota?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Voto com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Srª Senadora Ana Rita, como vota?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Sr. Senador Cristovam Buarque?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Sra. Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o relator, destacando a importância desse tema, Presidente Paulo Bauer.

Pessoalmente, falei com o Presidente da Câmara sobre a PEC 347, que trata da mesma matéria, dada a importância daquela audiência pública feita nesta Comissão. Foi um dos momentos maiores desse Senado Federal e dessa Comissão a discussão sobre a necessidade de educação para as crianças e adultos portadores de necessidades especiais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Vota com o relator.

Senador Cyro Miranda?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Ele é o autor.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Srª Senadora Maria do Carmo? *(Pausa.)*

Com o relator.

Sr. Senador Anibal Diniz?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Voto pela aprovação com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Sr. Senador Antonio Carlos Valadares?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Sr. Senador Álvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Sr. Senador Aloysio Nunes Ferreira?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senador Mozarildo Cavalcanti?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Aprovado o relatório do Senador Paulo Paim e, portanto, o projeto.

Item 2 da pauta. *(Pausa.)*

Desculpe-me, Senador Armando Monteiro. Perdão, é que V. Exª não havia sido indicado porque chegou depois.

V. Exª como vota?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Com relator.

Graças a sua presença é que nós tivemos o quorum alcançado.

Obrigado.

Item 2 da pauta.

Está ausente o relator, Senador Benedito de Lira. Ele me justificou a necessidade de comparecer a outra comissão e pediu que, quando do seu retorno, voltássemos ao assunto.

ITEM 3

- Terminativo -

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 2, DE 2011 (Turno Suplementar)

Designa o açaí fruta nacional.

Autoria do Substitutivo: Senador Walter Pinheiro

Autoria do PLS 002/11: Senador Flexa Ribeiro

Relatoria: Senador Walter Pinheiro

Relatório: Favorável, na forma do substitutivo oferecido

Observações: 1- O substitutivo de autoria do Senador Walter Pinheiro ao PLS 002/11 foi aprovado na reunião do dia 18/10/11

2- Não sendo oferecidas emendas ao substitutivo até o fim da discussão, a matéria será dada como definitivamente adotada pela comissão, segundo o que preceitua o art. 284, combinado com os arts. 92 e 282 do Regimento Interno do Senado Federal

Não havendo emenda a ser analisada, a matéria está dada como definitivamente adotada pela comissão e segue para o seu trâmite no Senado, conforme preceitua o Regimento Interno.

ITEM 4**- Não Terminativo -****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 101, DE 2007**

Dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação de mensagens educativas sobre os males e os riscos do tabaco e do álcool em cadernos e livros escolares.

Autoria: Deputado Rubens Otoni

Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti

Relatório: Favorável

Observações: 1- *Matéria terminativa em Plenário*
Senador Mozarildo Cavalcanti com a palavra.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente, quero dizer que, como médico, me sinto muito feliz em relatar esse projeto. Vou, inclusive, passar a análise que, no meu entender, faz de uma maneira muito clara o resumo da importância desse projeto.

Nosso entendimento é de que nenhuma ação é irrelevante quando o alvo é tentar livrar a sociedade dos malefícios trazidos pelo consumo excessivo do álcool e a utilização do tabaco.

Foi feliz o nobre autor em focar a juventude em idade escolar. Esta, até por força da legislação brasileira, não foi ainda alcançada pela indústria do tabaco e de bebidas.

Não obstante haverem iniciativas do Poder Executivo para tratar o tema: Política Nacional sobre o Álcool e Programa Nacional para o Controle do Tabagismo, ambos são instituídos por decretos. Tal instrumento pode ser alterado e até mesmo revogado.

O parlamento não pode se eximir de impor a vontade popular - uma vez que somos seus representantes – por meio de Leis que não atendam ao sabor de políticas de um ou outro governo, mas que façam parte de um ordenamento jurídico no sentido de Políticas de Estado.

O nobre Senador João Vicente Claudino expôs em seu relatório anterior sua preocupação com o entendimento errôneo que as imagens aplicadas aos livros e cadernos possam dar. Participo de sua preocupação, mas creio que, ao tomar como exemplo o que hoje se tem nas embalagens de cigarros, a imagem de uma pessoa entubada num leito hospitalar, ou de um membro necrosado, não podem passar ideias de algo bom, e com isso levar o jovem a utilizar álcool e tabaco por curiosidade.

Ademais, o parágrafo único do Projeto prevê regulamentação sobre o tema, no qual se poderá dispor de estudos mais aprofundados do ponto de vista psicológico para o que deve ou não ser mostrado nas imagens a serem impressas.

Por isso tudo, quero aduzir aqui o cuidado do Estado com a questão do álcool e do tabaco realmente ainda é muito tênue. Eu diria até que com o álcool é mais brando ainda, porque a propaganda é sempre assim: “Se beber, não dirija”. Isso quer dizer que, se quiser beber, pode beber, contanto que não dirija. Eu acho que temos que ir mais longe. Temos que mostrar os malefícios do álcool, principalmente para a juventude.

Portanto, em face das ponderações acima apresentadas, o meu voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 107.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Agradeço a apresentação de V. Ex^a e consulto se algum Senador ou Senadora deseja usar da palavra para discutir.

Senador Cristovam Buarque com a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Discutir apoiando e esperando que as pessoas que vão elaborar essa informação cuidem para que ela seja enfática e convincente. Se não, a gente vai terminar despertando interesse.

E quero lembrar que, na semana passada, tivemos aqui um depoimento numa mesa em que estavam estrangeiros, e aqui foi projetada uma propaganda de uma mulher grávida bebendo cerveja.

Esse projeto vai ajudar, mas, enquanto nós não formos diretamente à fonte onde se promove a bebida alcoólica, que é a televisão, isso vai adiantar pouco. Mesmo assim, vai adiantar alguma coisa. A criança vai ver essa publicidade contrária e à noite vai ver um ídolo deles, um jogador de futebol, um cantor, oferecendo a venda de cerveja como uma coisa muito boa.

Eu creio que a gente tem que radicalizar, além desse projeto, proibindo publicidade de bebidas alcoólicas nos veículos de comunicação de massa. Se não, vamos perder a guerra contra o alcoolismo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Continua em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir o relatório, coloco-o em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório do Senador Mozarildo Cavalcanti.

Vamos para o Item 5.

Antes, porém, quero informar que o Senador Roberto Requião está ausente da presidência dos trabalhos da Comissão neste instante porque se encontra presidindo uma reunião do Parlasul, da qual é Presidente.

ITEM 5

- Não Terminativo -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, DE 2011

Altera dispositivos da Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, que dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Escolas de Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária, para estender sua aplicação aos diplomados em cursos de tecnologia nas respectivas áreas.

Autoria: Deputado Vicentinho

Relatoria: Senador Alvaro Dias

Relatório: Pela rejeição

Observações: 1- *Matéria terminativa na Comissão de Assuntos Sociais*

Senador Alvaro Dias com a palavra.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Presidente Paulo Bauer, o Projeto do Deputado Vicentinho desvirtuou a proposta original. Portanto, estou resumindo apenas a redação atual, cuja alteração foi proposta na Câmara, gera interpretações dúbias, causando insegurança jurídica e prejudicando os profissionais formados em cursos com menos de quatro anos de duração tanto nas escolas de engenharia, química, arquitetura, agronomia e veterinária quanto nos institutos federais e outras instituições públicas e privadas que oferecem cursos superiores de tecnologia.

A Federação Nacional dos Engenheiros acredita que, com a alteração proposta na Câmara, no que tange ao estabelecimento do salário da categoria em negociação coletiva e não mais em termos de salário mínimo nacional houve o desvirtuamento. Prejudica toda a categoria, incluindo tanto os engenheiros químicos, os arquitetos, os agrônomos, os veterinários quanto os chamados engenheiros operacionais, formados desde a década de 60, e os tecnólogos nessas áreas de habilitação mais recente.

O projeto acaba extinguindo o próprio salário mínimo profissional previsto na Lei nº 4.950.

Portanto, o nosso parecer é pela rejeição desse substitutivo da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Conhecido o relatório do Senador Alvaro Dias, coloco o projeto em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, coloco-o em votação.

Os Srs. Senadores e as Senadoras que estejam de acordo com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o parecer pela rejeição.

Dando sequência e tendo em vista a falta de quórum para a deliberação de matérias terminativas,

delibero que se dê conhecimento à Casa do relatório referente ao Projeto de Lei nº 196, do Senado Federal, uma vez que o seu Relator, Mozarildo Cavalcanti, se encontra presente.

ITEM 6

- Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 196, DE 2011

Acrescenta inciso ao art.12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre o combate ao bullying nas escolas.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares.

Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti.

Relatório: Pela prejudicialidade.

V. Ex^a tem a palavra para a leitura.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Sr. Presidente, não há dúvida de que este tema – o *bullying* nas escolas ou, como nós chamávamos na minha infância, as gozações – é realmente um tema muito atual.

Vou fazer a análise do projeto que conclui pela prejudicialidade e apresentar as razões pelas quais assim concluí.

Pelo Regimento Interno do Senado, cabe à Comissão de Educação, entre outras atribuições, opinar sobre matérias gerais e sobre as diretrizes e base da educação nacional.

À educação escolar, em todos os seus níveis, etapas e modalidades, cabe atualmente não só a atribuição que lhe deu origem, mas também a transmissão e a construção do conhecimento letrado e científico, como a formação dos cidadãos e da sociedade em conformidade com seus valores.

Esse papel da escola básica e da universidade se descreve em termos positivos, tais como o desenvolvimento humano, a socialização e o progresso cultural, mas também com uma terminologia negativa, ou seja, de combate a antivalores, tais como o da intolerância, o do autoritarismo, o da ignorância, o da degradação ambiental. Entre esses antivalores, podemos destacar o da violência, incluindo formas mais desenvolvidas nos últimos anos, tais como a do *bullying*.

Explicitar o dever da escola em combater correta e eficazmente tal praga, em suas formas visíveis ou mais sutis, é obrigação de lei nacional, que fixa as diretrizes e base da educação. É o que faz, com mérito e propriedade, o presente projeto.

Em razão do caráter terminativo do voto na Comissão de Educação a ela compete examinar a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei do Senado nº 196, de 2011, nada se

encontrando em seu desfavor quanto a esses aspectos. Entretanto, antes que o presente projeto fosse submetido à apreciação da Comissão de Educação, foi aprovado, no dia 14 de junho, nesta mesma Comissão, o Projeto de Lei do Senado nº 228, de 2010, de autoria do Senador Gim Argello, que trata de idêntico assunto e apresenta a mesma mudança formal do art. 12 da Lei nº 9.394, de 1996.

Em virtude do caráter terminativo da decisão, o Projeto de Lei nº 228, de 2010, já foi enviado para a revisão da Câmara dos Deputados, onde tramita como Projeto de Lei nº 1.785, de 2011.

Por isso, nosso voto é pela recomendação da declaração de prejudicialidade não por não ter mérito o projeto, mas porque esta Comissão já aprovou um projeto de idêntico teor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Conhecido o relatório apresentado pelo Senador Mozarildo Cavalcanti, coloco o projeto em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

A matéria não será votada por falta de quórum, e nós a deixaremos sobrestada para ser votada na próxima reunião, sem apresentação de relatório e sem discussão.

A assessoria está me informando que é melhor deixarmos ainda aberta a possibilidade de a matéria ser discutida caso algum Senador queira fazê-lo na próxima reunião.

Vamos ao Item 7 da pauta, dada a presença do Senador Eduardo Amorim neste instante, o que muito nos alegra.

ITEM 7

- Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 6, DE 2007

Acrescenta artigo à Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e dá outras providências.

Autoria: Senador Geraldo Mesquita Júnior

Relatoria: Senador Eduardo Amorim

Relatório: Pela prejudicialidade

Observações: 1- A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 16/08/2011, 23/08/2011, 27/09/2011 e 18/10/2011

Portanto, a leitura hoje se faz bastante necessária e é de grande importância para que a matéria tenha andamento.

Com a palavra o Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, irei direto à análise.

A busca de aperfeiçoamento do Fies constitui uma das formas de ampliar as oportunidades de acesso à educação superior, objeto de demanda substancialmente crescente nos últimos anos.

Esse crescimento decorre da expansão da educação básica e da crescente percepção social sobre a importância de maior escolaridade e qualificação para o sucesso profissional e a realização pessoal.

O PLS em comento, apresentado em 7 de fevereiro de 2007, representa uma tentativa válida de refinar a legislação do financiamento estudantil. Entretanto, em 19 de novembro de 2007, foi publicada a Lei nº 11.552, que promoveu diversos aperfeiçoamentos na lei do Fundo, entre os quais o disposto no § 1º do seu art. 6º que determina:

Art. 6º

.....

§ 1º Nos casos de falecimento ou invalidez permanente do estudante tomador do financiamento, devidamente comprovados, na forma da legislação pertinente, o saldo devedor será absorvido conjuntamente pelo Fies, pelo agente financeiro e pela instituição de ensino.

Adiante foi aprovada a Lei nº 12.202, de 14 de janeiro de 2010, que manteve conteúdo corresponde ao da Lei nº 11.552, de 2007, apenas suprimindo a co-responsabilidade dos agentes financeiros.

Vê-se que o objetivo do presente PLS já se encontra contemplado na legislação, com conteúdo ainda mais abrangente, pois inclui o caso de invalidez permanente, bem como a repartição do saldo devedor entre o Fies e a instituição de ensino, em consonância com o risco de financiamento assumido na forma do inciso VI do *caput* do art. 5º da própria lei do Fies.

Cumprе lembrar que o art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal prevê a declaração de prejudicialidade da matéria que, dependente de deliberação do Senado, tenha perdido a oportunidade ou constitua objeto de prejulgamento pelo Plenário em outra deliberação.

Assim, apesar de seu mérito educacional e da sua conformidade com o texto constitucional e com a boa técnica legislativa, o que tornava louvável a iniciativa na ocasião da sua apresentação, não há razões, hoje, para que essa proposição prospere.

Voto, Sr. Presidente.

Em vista do exposto, o voto é pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei nº 6, de 2007.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Conhecido o relatório e o voto do nobre Senador Eduardo Amorim, coloco em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, tendo em vista que é matéria terminativa e não temos o quórum suficiente para a votação nominal, a matéria fica sobrestada para votação na próxima reunião desta Comissão.

Agora temos a presença do Senador Benedito de Lira, que poderá apresentar seu relatório de um item não terminativo.

Trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 206, que extingue débitos das fundações educacionais de origem estadual e municipal, originários da retenção do imposto de renda retido na fonte.

A autoria deste projeto é da Senadora Ideli Salvatti.

O Relator é o Senador Benedito de Lira. Seu relatório é favorável e as observações que temos que apresentar são de que a matéria constou da pauta da reunião do dia 23.08.2011 e é terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos.

Posso antecipadamente mencionar e registrar que esta matéria é de fundamental importância, porque resolve um grande problema em que vivem as fundações educacionais.

Com a palavra o nobre e eminente Senador Benedito de Lira para a apresentação do relatório.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero pedir desculpas a V. Ex^a e ao plenário por ter me afastado, porque é aquilo que nós acabamos de conversar há poucos instantes.

Isso é uma maluquice. Você fica com três, quatro, cinco, seis, oito compromissos no mesmo horário. Mas agradeço a V. Ex^a pela tolerância.

Nesta Comissão de Educação e Cultura, o Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2010, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que extingue débito das fundações educacionais de origem estadual e municipal, originário de retenção do Imposto de Renda retido na fonte.

A matéria em análise, por envolver instituições educacionais, enquadra-se entre aquelas passíveis de apreciação pela Comissão de Educação, nos termos do art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

No que diz respeito ao aspecto educacional da proposta, entendemos que a medida é relevante para a regularização do funcionamento das fundações estaduais e municipais atuantes na educação superior. A normalização da atividade fim é essencial para que as entidades em tela possam prestar aos seus alunos

e à comunidade em geral, com qualidade e continuidade, os serviços que motivaram a sua criação, que tem caráter nitidamente público.

Dessa forma, do ponto de vista fiscal, os efeitos de renúncia da receita em âmbito federal acabam por ser minorados pela aplicação dos recursos correspondentes na educação superior provida pelas entidades beneficiárias.

Assim, do ponto de vista de mérito, essa alternativa resulta favorável à educação, setor que recebe apenas uma parcela dos impostos, talvez mais do a pulverização dos recursos em diversas áreas. Ao cabo, trata-se de mero exercício de compensação a afetar a sociedade brasileira, mas de maneira positiva.

Por tudo isso, evidenciada a relevância social da medida e a sua oportunidade, não nos resta opinar, senão em seu favor, ademais por ser redigida em boa técnica legislativa e não se apresentando óbices de natureza constitucional ou jurídica que lhe dificultem a tramitação. Entendemos que a matéria merece a acolhida do Senado.

Em vista do exposto, Sr. Presidente, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 206, de 2010.

É o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Conhecido o relatório do projeto de lei pelo Senador Benedito de Lira, coloco-o em discussão.

Não havendo quem queira discuti-lo, visto que a matéria é não terminativa nesta Comissão, coloco a matéria em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estão de acordo com o relatório apresentado permaneçam como se encontram. *(Pausa)*

Aprovado.

Segue o trâmite estabelecido pelo Regimento Interno.

ITEM 9

- Terminativo -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 95, DE 2010

Denomina Senador Jonas Pinheiro o trecho das rodovias BR-070, BR-163 e BR-364 referente ao rodoanel de Cuiabá, no Estado de Mato Grosso.

Autoria: Deputada Thelma De Oliveira

Relatoria: Senador Magno Malta

Relatório: Favorável

Observações: 1- A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 27/09/2011 e 18/10/2011

2- Matéria a ser votada em bloco

V. Ex^a tem a palavra para a apresentação do relatório.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, diz o relatório do Senador Magno Malta que o projeto em análise visa homenagear o saudoso Senador Jonas Pinheiro, mediante a atribuição de seu nome ao rodoanel de Cuiabá, no Estado do Mato Grosso, com extensão de 39,7 km e constituído por trechos das rodovias BR-070, BR-163 e BR-364.

A autora do projeto, Deputada Thelma Oliveira, justifica a iniciativa destacando a biografia do homenageado. Jonas Pinheiro foi Deputado Federal por três mandatos e ocupou diversos cargos públicos no Estado do Mato Grosso. Estava em seu segundo mandato como Senador quando veio a falecer, no dia 20 de fevereiro de 2008. Por isso, no relatório, o relator considera justíssima a homenagem proposta.

Ante o exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa; no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2010.

O voto é pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Em discussão.

Não havendo quem queira discuti-la e tendo em vista que é uma matéria terminativa, dada a falta de quorum para votação, fica sobrestada a votação para a próxima reunião desta comissão.

Sobre a mesa, requerimento do Senador Cristovam Buarque.

V. Exª tem a palavra para justificá-lo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, este requerimento, tenho certeza que o nosso Presidente Senador Requião o assinaria também se estivesse aqui. Eu tive o privilégio, junto com o Senador Requião, de assistir às olimpíadas do ensino técnico que se realizaram recentemente em Londres. Nessas olimpíadas, que são uma coisa maravilhosa, entre 46 especialidades: pedreiro, marceneiro, carpinteiro, cozinheiro, costureiro, o Brasil ficou em segundo lugar, com, não me lembro agora, seis ou oito medalhas de ouro. O meu requerimento é para que façamos com esses jovens uma reunião rápida como fizemos para aqueles que venceram o concurso da Microsoft numa olimpíada ligada à informática. E que convidássemos também as duas entidades que patrocinaram a formação desses meninos, o Senai e o Sesc.

Então, esse é o meu requerimento. Uma homenagem rápida a esses jovens que ganharam medalhas

em uma olimpíada que tem consequência maior do que as olimpíadas esportivas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Coloco em discussão a proposição do Senador Cristovam Buarque para a inclusão extrapauta do requerimento.

Não havendo quem queira discutir, consulto as Srªs e os Srs. Senadores se se manifestam a favor da inclusão da matéria. *(Pausa.)*

De acordo.

Agora, consulto as Srªs e os Srs. Senadores se votam a favor da matéria. As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Fica aprovado o requerimento.

Informo a V. Exªs que, em função do pedido de vista coletivo para o Projeto de Lei da Câmara nº 79, que cria empresa de administração hospitalar, a concessão de vista é pelo prazo de 24 horas, esta Mesa já informa que, amanhã, às 14h30, haverá uma reunião extraordinária para a deliberação a respeito do relatório do Senador Roberto Requião. Essa é uma informação que oficialmente se dará amanhã ao término da audiência pública para a qual convoco todos os Srs. e Srªs Senadoras para as 10 horas da manhã nesta sala. O assunto é esclarecer revelações feitas no livro “Jogo sujo, o mundo secreto da Fifa”. A reunião foi requerida pelos Senadores Alvaro dias e Paulo Bauer.

Não havendo mais assuntos a tratar, amanhã, nesta audiência pública, o jornalista Andrew Jennings estará apresentando e esclarecendo essas revelações feitas em livro por ele escrito. Portanto, agradeço a presença de todos.

Comunico também que o Excelentíssimo Sr. Ministro de Estado da Educação, Fernando Hadad, convida para a cerimônia de sanção da lei que cria o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, PRONATEC, com a presença da Excelentíssima Senhora Presidente da República, Dilma Rousseff, a ser realizado no dia 26 de outubro do corrente, quarta-feira, às 11:30 horas, no Palácio do Planalto, em Brasília.

Informo que os convites serão encaminhados ao gabinete dos Srs. Senadores pelo Ministério da Educação.

A matéria vai ao arquivo.

Agradecendo a presença de todos, dou por encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(Iniciada às 11 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 06 minutos.)

ATA DA 59ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE OUTUBRO DE 2011.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e quatro minutos do dia vinte e seis de outubro de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Roberto Requião**, e com a presença dos Senhores Senadores Walter Pinheiro, Ângela Portela, Ana Rita, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Pedro Simon, Ana Amélia, Cyro Miranda, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, Delcídio do Amaral, Clésio Andrade, Vicentinho Alves, Alvaro Dias e Flexa Ribeiro, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Paulo Paim, João Ribeiro, Magno Malta, Eduardo Amorim, Geovani Borges, Garibaldi Alves, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira, José Agripino, Armando Monteiro, João Vicente Claudino e Marinor Brito. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 47/11–CE, de autoria dos Senhores Senadores Alvaro Dias e Paulo Bauer, destinado a “**Esclarecer as revelações feitas no livro Jogo Sujo – O mundo secreto da FIFA**”. Como expositor, comparece à Audiência Pública o **Senhor Andrew Jennings, Jornalista da British Broadcasting Corporation – BBC Londres – e autor do livro**. Neste momento, a Presidência informa que a reunião será realizada com tradução simultânea inglês/português e português/inglês. Finda a apresentação do expositor, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Alvaro Dias e Paulo Bauer, autores do Requerimento e os Senhores Senadores Pedro Simon, Cristovam Buarque, Ana Amélia e Mário Couto, não-membro desta Comissão. A Presidência acata sugestão do Senhor Senador Pedro Simon no sentido de encaminhar a Excelentíssima Senhora Presidente da República, Dilma Rousseff, o depoimento do expositor, composto das notas taquigráficas, apresentação em pen drive e cópia dos documentos apresentados na presente reunião, assim como, DVD com a íntegra da Audiência Pública transmitida pela TV Senado. Após as considerações finais do expositor, a Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata

para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e quarenta e sete minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Roberto Requião**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/ PMDB – PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 59ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão; os contrários se manifestem. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 47, de 2011-CE, de autoria dos Srs. Senadores Alvaro Dias e Paulo Bauer, para realização de audiência pública destinada a ouvir o jornalista britânico Andrew Jennings sobre as revelações feitas no livro *Jogo Sujo – O Mundo Secreto da Fifa*.

Dando início à audiência pública, informo ao Plenário que o Sr. Jennings acaba de se recusar a assinar uma citação para que prestasse um depoimento no Brasil numa data de janeiro do ano que vem. Parece-me lógico que, sendo ele inglês e morando na Inglaterra, qualquer depoimento seria por precatório. Não estou entendendo bem a lógica jurídica dessa citação. A autoria do pedido de citação é do Sr. Ricardo Teixeira.

Sem mais delongas, damos início à audiência pública, passando a palavra ao expositor, Sr. Andrew Jennings.

Com a palavra.

O SR. ANDREW JENNINGS *(Tradução simultânea.)* – Bom dia, senhoras e senhores, muito obrigado pelo seu convite. Eu venho trabalhando como repórter investigativo nos últimos 45 anos. Pesquiso e adquiro documentos confidenciais de outras fontes; depois, escrevo livros, artigos e faço filmes investigativos para a BBC. Venho investigando a Fifa durante os últimos dez anos. Possuo experiência considerável na investigação de crime organizado e posso assegurar-lhes que a Fifa preenche todos os requisitos quanto à definição acadêmica para ser enquadrada como uma família de crime organizado.

Hoje, gostaria de lhes falar sobre as últimas crises de corrupção da Fifa e qual será o impacto delas

sobre a Copa do Mundo de 2014. Mas, primeiramente, conheço alguns dos 23 membros da Comissão Executiva da Fifa.

Jim Boyce, é o Vice-Presidente do Reino Unido. Ele nada tem a falar sobre corrupção. Espera-se que ele embolse cerca de um milhão de dólares americanos em pagamentos da Fifa nos próximos quatro anos.

Príncipe Ali, da Jordânia, um peso leve, colocado no cargo por Blatter, para livrar-se de um de seus críticos.

Julio Grondona, da Argentina, Presidente da Comissão de Finanças da Fifa, atualmente sob investigação por contas ilegais na Suíça. Em junho de 2003, ele disse na televisão: “Não acredito que um judeu possa algum dia ser um árbitro em um nível mais alto, porque o trabalho é árduo e, vocês sabem, judeus não gostam de trabalhar duramente”.

Esse é Worawi Makudi, da Tailândia. Ele tem tido seu nome envolvido em vários escândalos da Fifa e está atualmente sob investigação pelo mau uso dos recursos da Fifa para o fomento do futebol.

Manilal Fernando, do Sri Lanka, está atualmente sob investigações por possível envolvimento no notório escândalo de compras de votos, de US\$1 milhão, provocado por Mohammed Bin Hammam, do Qatar, em Trinidad e Tobago, no mês de maio.

Nicolas Leoz, do Paraguai, à esquerda, Presidente do Conmebol. Documentos dos tribunais da Suíça revelam que ele recebeu US\$730 mil em subornos da antiga companhia de *marketing* da Fifa, a ISL. O Blatter se recusa a fazer investigações acerca disso.

Issa Hayatou é presidente do futebol africano, está sendo investigado pelo Comitê Olímpico Internacional por receber suborno da companhia ISL. Ele recebeu esse suborno do homem com quem ele está falando nesse *slide*. Atualmente, é a escolha do Blatter para que ele o suceda como Presidente da Fifa.

Ricardo Teixeira. Terei mais a dizer sobre o Sr. Teixeira mais tarde.

Chuck Blazer, de Nova Iorque. Nos últimos 21 anos, Blazer e Jack Warner saquearam a Confederação dos países da América do Norte, da América Central e do Caribe. As contas de Chuck Blazer no Caribe estão atualmente sendo examinadas pelo FBI. Em dezembro de 2006, na conclusão de um processo legal em Nova Iorque, instaurado pela MasterCard contra a Fifa, a Juíza Loretta Preska declarou: “O depoimento do Sr. Blazer não demonstrou, de maneira geral, durante o interrogatório da parte adversa, credibilidade, baseado em suas atitudes e respostas evasivas...” Ela acrescentou ainda: “O depoimento do Sr. Blazer fica rejeitado por ter sido forjado”.

A Fifa pagou à MasterCard 90 milhões de dólares americanos para encerrar o caso.

Rafael Salguero, da Guatemala. Foi indicado pelo agora desacreditado Jack Warner. Não repetirei as alegações sobre o Sr. Salguero.

Esse é o maior escândalo da Fifa de todos os tempos. Trata-se do pagamento de suborno às autoridades da Fifa pela companhia de *marketing* de esportes da ISL, pelos contratos da Copa do Mundo. Está atualmente sob os holofotes dos noticiários no Brasil e no mundo.

Apresentemos essa saga através de algumas atividades do Secretário Geral da Fifa, o Sr. Jerome Valcke. Aqui ele está com um amigo. No começo de 2001, Valcke trabalhou para uma companhia francesa, que esperava comprar os ativos da falida companhia ISL. Sua equipe examinou os livros de contabilidade da ISL. Ele descobriu as propinas secretas e bem polpudas para as autoridades da Fifa. Ele tentou usar essa informação para renegociar os contratos com a Fifa. Em 30 de abril de 2001, o Sr. Valcke recebeu essa surpreendente carta do Sr. Blatter.

Os pontos de destaque são os seguintes:

“As ameaças foram especificamente dirigidas tanto contra a Fifa quanto a certos cavalheiros, senhores da Fifa”; e

“A posição da Fifa não será alterada de modo algum por qualquer ameaça ou tentativa de chantagem.”

Dois anos mais tarde, Blatter contratou esse chantagista para ser seu novo presidente de *marketing*. Os senhores podem se perguntar: por qual motivo? Como Chuck Blazer, o Sr. Valcke também prestou depoimento no caso da MasterCard. O advogado da MasterCard, Martin Hyman, acusou o Sr. Valcke de mentir. Ele disse o seguinte:

“Disraeli disse uma vez que existem três tipos de mentiras: mentiras, mentiras deslavadas e estatísticas. Aprendemos com o grupo de marketing da Fifa que há mais. Aprendemos sobre os seis graus de prevaricação: mentiras bobas, mentiras comerciais, blefes, mentiras deslavadas, inverdades descaradas e perjúrio. O Sr. Valcke mentiu até ao depor sobre suas mentiras. Mas, no mundo da FIFA, está perfeitamente bem.”

Isso foi em dezembro de 2006. Foi um escândalo internacional.

Sepp Blatter anunciou que Jerome Valcke fora demitido! Seis meses depois, Blatter trouxe-o de volta, promovido, dessa vez, a Secretário-Geral da Fifa!

Novamente, qual o controle que possui a chantagem de Valcke sobre Blatter?

A história dos contratos-propinas da ISL começou em 1974, quando o empresário alemão Horst Dassler pagou propinas para que João Havelange fosse eleito

presidente da Fifa. O Sr. Dassler, da família à qual a Adidas pertencia, criou a Companhia ISL e queria os contratos lucrativos da Copa do Mundo da Fifa.

Foi Havelange que pediu dinheiro? Ou o Sr. Dassler que ofereceu as propinas? Quem deu o primeiro passo? Talvez o Sr. Havelange pudesse nos dizer.

Horst Dassler morreu em 1987. Havelange permaneceu como Presidente da Fifa, e Sepp Blatter foi seu Secretário-Geral. Entre os dois aqui, encontra-se Jean-Marie Weber, antigamente assistente de Dassler, que se tornou notório como “o homem da maleta”, que entregava as propinas da ISL. Ele assim o admitiu no tribunal em 2008.

Um personagem fundamental na conspiração para privatizar o esporte do povo foi o presidente do COI, Sr. Juan Antonio Samaranch. Um dos segredos sujos do COI são os 37 anos de história fascista de Samaranch, ex-ministro de esportes de Franco. Aqui ele está com seu braço levantado, o quarto a partir da direita. Samaranch e Dassler trabalharam juntos para entregar o esporte aos patrocinadores.

Em 1996, a companhia americana IMG tentou quebrar o monopólio da ISL sobre os contratos da Fifa. A IMG ofereceu US\$1 bilhão pelos direitos da Copa do Mundo de 2002. Eles logo descobriram que o Secretário-Geral da Fifa, Blatter, e o Presidente Havelange estavam mentindo para eles.

Este é um executivo da IMG, Eric Drossart. Ele escreveu o seguinte a Blatter:

“Sepp, é muito difícil concluir qualquer outra coisa a não ser que há dois tipos de regras aqui: uma para a ISL e outra para o resto. Suas respostas aos nossos esforços são meramente um exercício cosmético para proteger a Fifa de acusações futuras de conduta imprópria e indevida quanto à concorrência”.

A Fifa enganou a IMG, a ISL conseguiu o negócio, e Blatter e Weber ficaram mais próximos ainda.

Aqui está Sepp Blatter, em 2004, com “o homem da maleta”, Jean-Marie Weber.

A partir de 2001, a ISL, Weber, Blatter e os recebedores de propinas foram investigados por este homem, o Juiz de Instrução Thomas Hildbrand. A Fifa e Blatter fizeram tudo o que puderam para obstruir o seu trabalho.

Em 2006, a BBC estava investigando os escândalos de propinas da ISL. Nós enviamos e-mails a Blatter pedindo uma entrevista. Ele ignorou todos os nossos e-mails. Então, nós fomos atrás dele pra vê-lo. Nós o abordamos em uma passagem pública perto da antiga Casa da Fifa no dia de uma coletiva à imprensa da Fifa.

Desde 2003 que estou banido da Fifa, quando publiquei uma história documentada revelando que

Blatter paga a si mesmo, anualmente, um bônus secreto e de grande quantia.

Eu sabia que o Presidente Blatter estava indo para uma conferência de imprensa. Quando ele me banuiu como repórter, eu quis ir atrás dele:

– Por favor, posso assistir à sua conferência de imprensa? [Eu disse.]

– Quando? Agora?

– Sim; agora.

– Ok.

– Posso entrar?

– Sim; ok.

– Mas alguns profissionais do seu pessoal de imprensa não me deixam entrar.

– Tomarei conta disso. Ok?

– Só quero lhe fazer uma pergunta agora porque alguns de seus profissionais de imprensa não me deixam entrar. Eles estão me barrando. Deixe-me só lhe perguntar isto: o senhor sabe quais autoridades do futebol receberam propinas da companhia de marketing ISL?

– Desculpe, mas não falo sobre isso.

– O senhor sabe quais autoridades do futebol receberam propinas da companhia de marketing ISL?

– Eu não respondo a essas perguntas.

– O senhor já procurou descobrir quem recebeu esses pagamentos da companhia de marketing ISL?

– O senhor sabe mais do que eu; o senhor sabe mais do que eu. Não, escute, você sabe mais do que eu [o Blatter disse]. Essa questão está nas mãos da justiça e dos tribunais e deve ficar lá.

– O senhor vai me dizer quem recebeu a propina de 1 milhão de francos? Disseram-me que o senhor ordenou que essa propina fosse paga à pessoa cujo nome está no pagamento. O senhor pode me dizer quem era? Era o Presidente Havelange?

Assim que terminamos de filmar, ele se recusou a deixar que eu entrasse na coletiva de imprensa. Eu ainda estou banido.

Dois anos mais tarde, eu estava no tribunal em Zug, na Suíça. Seis executivos da ISL foram acusados de fazer operações comerciais estando falidos. O juiz confrontou Jean-Marie Weber: “A ISL pagou cerca de US\$100 milhões em propina a autoridades do esporte?” “Sim”, disse o Sr. Weber.

Há anos, eu venho juntando provas de corrupção nos níveis mais altos da Fifa. Porém, houve um documento importante ao qual não consegui ter acesso. Então, cerca de um mês atrás, uma fonte confiável me entregou o documento. É um documento secreto que algumas pessoas da Fifa esperavam que pudesse ficar escondido para sempre. Linha a linha, ele deta-

lha 175 pagamentos secretos, totalizando dezenas de milhões de dólares.

Eu sei, a partir de fontes bastante confiáveis, que os pagamentos eram propinas. Entre os nomes da lista estavam algumas autoridades de alto escalão da Fifa. Isso é dinheiro real, propinas vultosas em contratos da Copa do Mundo.

Havelange deve muito a Blatter. Em 3 de março de 1997, a ISL cometeu um erro terrível. Eles enviaram uma propina de 1,5 milhão de francos suíços – cerca de US\$1 milhão –, que era para o Presidente Havelange, diretamente para uma conta da Fifa.

Conto essa história no primeiro capítulo do meu livro e em filmes da BBC. Aqui está a prova, retirada de arquivos da ISL.

O Secretário-Geral da Fifa, Sepp Blatter, ordenou que o dinheiro fosse transferido rapidamente para uma conta privada de Havelange. Ele nega que isso tenha acontecido.

Quanto recebeu em propina o Presidente da Fifa João Havelange? Eu acredito que mais de US\$50 milhões. Será que ele pagou impostos sobre esse valor aqui, no Brasil?

E, agora, quero abordar três outros casos de propina paga a autoridades da Fifa.

A BBC enviou pelo menos dois *e-mails* a cada pessoa, convidando-as a dar entrevista. Elas não responderam. Uma dessas pessoas é Issa Hayatu, bastante conhecido de Jean-Marie Weber, “o homem da maleta”. Isso foi retirado do meu filme de 29 de novembro do ano passado. Aqui está ele. O Sr. Hayatu é o Vice-Presidente da Fifa, que representa 53 países africanos. A lista mostra que a ISL pagou-lhe sem perguntar-lhe sobre dinheiro.

– *Por favor, por favor, nós vimos o registro da ISL, que mostra que o senhor recebeu dinheiro da ISL. É isso o que diz a lista, que o senhor recebeu dinheiro, Issa. Seu nome está nos registros da ISL; seu nome está nos registros por receber dinheiro, e é por isso que estou lhe perguntando.*

– *Pare, por favor. Saia, saia.*

Há também Nicolas Leoz, do Paraguai. No tribunal em Zug, em 2008, disseram-nos que ele havia recebido US\$130 mil da ISL em 2000.

Tive acesso, depois, à lista completa e descobri que o Sr. Leoz havia recebido muito, muito mais.

Graças à lista secreta de pagamentos que conseguimos, que nunca havia sido revelada no tribunal, podemos ver que o Sr. Leoz conseguiu muito dinheiro. A lista da ISL mostra que ele recebeu outros três pagamentos: um de US\$200 mil, outro de US\$200 mil e ainda mais um. Isso equivale a mais US\$600 mil em propina para o Sr. Leoz.

Escrevemos pedindo que ele explicasse os pagamentos. Ele não respondeu. Então, tentei encontrá-lo em um hotel luxuoso em Zurique.

– *Sr. Leoz, Sr. Leoz, o senhor recebeu propina da ISL? Sim ou não?*

Srs. Senadores, os senhores certamente se lembram de que, em 2001, os senhores publicaram um relatório de uma investigação feita sobre o Ricardo Teixeira e a CBF. Os senhores descobriram que Teixeira e sua empresa estavam recebendo dinheiro de uma companhia de Lichtenstein, chamada Sanud. Aqui está uma página aleatória desse relatório: Sanud, Sanud, Sanud, Sanud, Sanud...

Acredito que a investigação dos senhores não conseguiu descobrir de onde a Sanud obteve dinheiro. Eu descobri que o dinheiro da Sanud veio da ISL. Aqui estão alguns trechos da lista de propina da companhia. *(Pausa.)*

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANDREW JENNINGS *(Tradução simultânea.)* – Em novembro do ano passado, eu encontrei. Isso foi o que o mundo já viu.

Está aqui outra companhia de Lichtenstein chamada Sanud. Ela recebeu 21 pagamentos, totalizando US\$9,5 milhões. Dessa vez há algumas pistas de quem recebeu o dinheiro. Elas apontam para a pessoa mais importante ligada ao nosso documento secreto. Ele é outro membro da Comissão Executiva da Fifa, e é o homem responsável pela próxima Copa do Mundo no Brasil em 2014.

Este é o Ricardo Teixeira. O Panorama já o encontrou antes.

Em 1998, tentamos perguntar-lhe sobre seu papel em acordos de patrocínio para a seleção brasileira.

– *Eu não quero falar sobre futebol. Sem mais respostas, sem mais perguntas. Adeus!*

Mas temos novas perguntas, por causa daquela companhia de Lichtenstein, Sanud, que esteve intimamente ligada a ele no passado.

O inquérito instaurado pelo Senado brasileiro, em 2001, descobriu que certos fundos da Sanud foram enviados secretamente ao Sr. Teixeira. Então, será que os US\$9,5 milhões da nossa lista também foram parar no bolso dele?

Escrevemos ao Sr. Teixeira e lhe perguntamos. Ele também não respondeu.

– *Olá, Sr. Teixeira, podemos falar com o senhor, por favor?*

Então, voltei para o hotel da Fifa, em Zurique, para perguntar-lhe.

– *O senhor recebeu propina por meio da Sanud? Para que eram aqueles pagamentos da ISL? Sr. Teixeira? Ah, droga!*

O magistrado suíço Thomas Hildbrand descobriu evidências suficientes para provar que duas autoridades da Fifa receberam propina da ISL e que Blatter havia abafado o caso. Em maio de 2010, ano passado, ele anunciou que o caso havia sido resolvido. Aqui está sua declaração pública:

O Juiz de Instrução Thomas Hildbrand, em agosto de 2008, começou uma investigação sobre alegações de que certos membros da Comissão Executiva da Fifa receberam propina por contratos de marketing. Após cinco anos de inquérito, os acusados concordaram em devolver 5,5 milhões de francos e o caso foi encerrado.

Quem foram as pessoas acusadas? Elas são Blatter, Teixeira e Havelange. Eles pagaram uma pequena fortuna para que seus nomes ficassem em segredo. Mas eles não podem fazer isso! A BBC e diversos jornais suíços estão travando uma batalha legal para publicar o relatório de Hildbrand.

Blatter, Havelange e Teixeira estão resistindo – e aqui estão os advogados suíços para os clientes B1, B2 e B3. Sei disso porque a BBC recebe cópias de todas as correspondências.

B1 é Blatter e a Fifa, representados pelos advogados Nobel & Hug; B2 é Ricardo Teixeira, representado pela firma de advocacia Schweiger; B3 é João Havelange, representado pela firma de advocacia Niedermann.

Na semana passada, o promotor de Zug rejeitou os argumentos de Blatter, Teixeira e Havelange. Agora, a grande questão é: será que Blatter, Teixeira e Havelange irão continuar a lutar pela não divulgação?

Nossos advogados dizem que é inevitável que a Suprema Corte da Suíça ordene a divulgação no interesse público, mesmo que demore até mais 12 meses. Então, haverá um grande escândalo internacional pairando sobre a Copa do Mundo de vocês: dois brasileiros e o Presidente Blatter.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Encerrada a exposição do jornalista da BBC, Sr. Andrew Jennings, passo a palavra para os autores do requerimento, iniciando pelo Senador Alvaro Dias.

A lista de inscrição está sobre a mesa para os Senadores que desejarem interpellar o nosso palestrista, se assim podemos dizer.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente, por uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Simon com a palavra.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Tenho que ir a uma reunião, para votar na Comissão de Justiça. Então, eu só pediria a V. Ex^a que a cópia

desse documento fosse enviada a Sua Excelência a Presidenta da República.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A Secretaria da Comissão viabilizará o requerimento do Senador Pedro Simon – as duas cópias e a cópia dos documentos também, e fará isso ainda hoje.

Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Andrew Jennings, primeiramente, o agradecimento pela aceitação ao convite desta Comissão para, neste dia, trazer as denúncias que já são conhecidas internacionalmente, mas que devem ser avaliadas em profundidade no Brasil, em razão das circunstâncias. Teremos aqui uma Copa do Mundo num cenário de denúncias nacionais sobre superfaturamento de obras, desperdício do dinheiro público, onde o Governo brasileiro investe mais de R\$112 bilhões. E causa espanto ver o Governo nacional com uma parceria sob suspeição internacional. Na CBF, o Sr. Ricardo Teixeira, com a credibilidade abalada internacionalmente, é o maior parceiro do Governo Federal na execução desse projeto da Copa do Mundo de 2014, que envolve, como eu já disse, mais de R\$112 bilhões. É a avaliação atual. Certamente, iremos além dessa cifra.

Há algumas questões. Recentemente, o Sr. Blatter anunciou que, em dezembro, entregará esse dossiê a um comitê para que o avalie.

Eu vi uma dissertação interessante sobre a mentira ou sobre a seleção de mentiras, as várias modalidades de mentiras. Indago se essa é uma mentira nova, é uma mentira que se repete ou se teremos, agora, esse dossiê aberto à opinião pública.

Peço para fazer esse questionamento e, depois, farei as outras perguntas. Em função da tradução, creio ser mais adequado pergunta e resposta.

Esta é a primeira indagação, sobre o dossiê prometido pelo Sr. Blatter.

O SR. ANDREW JENNINGS (*Tradução simultânea*) – O Sr. Sepp Blatter tem uma relação muito frouxa com a verdade. Esse documento, que é o relatório do Sr. Hildbrand, daquele juiz, foi concluído em maio de 2010, maio do ano passado. Trata-se de mais ou menos 45 páginas. Ele tem um resumo de quem recebeu as propinas, contém a confissão assinada do Sr. Ricardo Teixeira e do Sr. Havelange de que eles aceitaram propinas. Eles também concordaram em repagar esse dinheiro à Fifa, passar esse dinheiro à Fifa, porque quando você aceita propina, você está roubando do seu chefe, então, o magistrado suíço ordenou que eles retornassem o dinheiro, não a quantia total, mas

parte. O Sr. Blatter também teve que confessar que ele sabia sobre as propinas. Isso é muito importante! Eu acho que ele aceitou grandes quantias de propina, mas não temos provas. Temos propinas em relação ao Ricardo Teixeira e ao Havelange.

Nós, da BBC, estamos pressionando e pressionando e pressionando Blatter para ele revelar esse relatório.

É muito simples: três confissões, um resumo e uma doação à caridade de aproximadamente 2,5 milhões de francos suíços. Essa é a punição. Isso não é complicado, isso é simples.

E quando Blatter disse, na última sexta-feira, que era legalmente complicado, ele estava mentindo. Ele insulta todo mundo no Planeta. Ele diz: “Ah, isso tem que ser analisado”. Eles têm analisado isso há 18 meses! E ele não vai revelar isso, porque senão ele teria que sair. O que aconteceria com Teixeira e Havelange tem a ver com a opinião pública, mas se Blatter reconhecer que ele sabia das propinas, isso vai forçar a sua resignação no mundo real. Ele não poderia continuar. Ele nos insultou, na sexta-feira passada, dizendo que tudo era muito complexo legalmente, “nós temos que estudá-lo, passar isso para um especialista”. Não! Coloque isso na Internet agora, publique isso na Internet. E, se todos nós formos muito burros para entendermos isso, teremos advogados para nos orientarem, televisões têm advogados.

É um insulto desesperado – desesperado! – para continuar a supressão da arma na sua cabeça, da arma na cabeça do Teixeira, da arma na cabeça do Havelange, figurativamente falando.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – O senhor poderia detalhar, desta lista que apresentou – a lista das propinas –, os valores direcionados à Sanud e ao Havelange e ao Ricardo Teixeira?

O SR. ANDREW JENNINGS (*Tradução simultânea.*) – Essa é a lista. Eu a tenho de uma fonte dentro do Judiciário de Zug. Eu não vou falar se é parte da polícia, qual oficial que é, porque nós, jornalistas, temos que proteger nossas fontes, e a identidade da fonte seria bem óbvia para os caras maus, por assim dizer.

Mas estou bem feliz. Temos os *slides* aqui. Respeitosamente, eu me sinto muito honrado porque a Presidente Dilma vai ver isso – acho que essa é a decisão correta – e fico muito feliz por esse texto e pela apresentação dos documentos, que sejam vistos por ela. Vou ficar aqui mais um dia, na verdade, até sexta de manhã. Espero que a Polícia Federal, investigando a evasão de impostos, venha falar comigo. Eu gostaria muito de ajudar a sua Polícia, não a Ricardo Teixeira e seus advogados, mas a Polícia. E eu ficaria muito feliz,

se os Secretários da Dilma tiverem algum problema, em ir lá ajudá-los a interpretar isso.

Então, esse programa saiu em novembro do ano passado, e quero lembrar a vocês que não apenas Ricardo Teixeira não respondeu a nossos convites para ser entrevistado, ele nunca tentou processar a BBC, e isso saiu também na ESPN em julho. Eu falei com muitos amigos meus, jornalistas, e o Teixeira não falou nada, menos me processar no Rio numa corte civil, o que acho que é um desperdício nojento do dinheiro público do Brasil. E eu conheço uma pessoa muito legal da corte que está aqui hoje, tentando me dar um documento em português que, aparentemente, é o processo do Teixeira contra mim. Isso nunca vai acontecer, ele nunca vai testemunhar contra mim. Então, acho que vocês têm que mandar uma conta para Ricardo Teixeira porque ele está gastando seu dinheiro público. Eu não quero interferir no seu processo no Rio, mas isso é um desperdício do tempo dos juízes e da corte, e isso só vai acabar quando a Polícia Federal acabar com a sua investigação contra ele.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Eu vou insistir um pouco apenas em relação a valores. Certamente, V. S^a somou os valores constantes dessa relação. Em relação a Havelange e a Ricardo Teixeira, quais seriam os valores, a soma das propinas repassadas a ambos, conforme a sua denúncia e conforme essa lista obtida com uma fonte não revelada?

O SR. ANDREW JENNINGS (*Tradução simultânea.*) – Isso não foi negado por Havelange, por Ricardo Teixeira ou por Blatter. Sempre me apoio em fatos e em documentos. Temos documentos claros nessa lista de 175 – não são propinas – são *kickbacks*. Há evidência indiscutível de pagamento de 9,5 milhões para Ricardo Teixeira. Em alguns desses nomes antigos de companhias em que você pode se esconder em Liechtenstein, encontramos 9,5 milhões. Acho que vai ser mais, mas só podemos fazer conexão a partir do seu trabalho em 2001, que foi posto em domínio público. Fizemos nossa própria pesquisa, olhamos o seu relatório e pensamos: “É isto! Vocês têm a Sanud, e também nós temos a Sanud”. Há outras companhias no meio, e acho que haverá mais, mas não posso provar nada disso. Mas acho que, para as suas autoridades de imposto, os US\$9,5 milhões serão muito interessantes.

Em relação ao Havelange, há um pagamento de algo em torno de US\$1 milhão – esse pagamento que deu errado. Algum júnior da ISL fez o erro de mandar esse US\$1 milhão para a conta da Fifa. Na verdade, esse dinheiro ainda deve estar na conta da Fifa. Como os senhores sabem, na lei, um banco não pode apagar documentos, não pode apagar pagamentos. Esse

pagamento, como mostrei para os senhores, ainda está lá, na conta da Fifa, no Banco UBS em Zurique.

Acredito que uma companhia chamada Securitas, que está aqui várias vezes, está, com relação a Havelange, com pelo menos US\$50 milhões de pagamentos. Acreditamos que pelo menos US\$50 milhões foram pagos a Havelange. E se consegue entender por quê. Podemos falar muitas coisas sobre o Sr. Havelange, e uma delas é que ele é um homem muito carismático e impressionante, com os olhos mais duros que já vi durante minha vida inteira. E podemos imaginá-lo, no Comitê da Fifa, dizendo: “Recomendo que aceitemos a proposta da ISL”. E há testemunhas que me dizem que ele olha para todos e diz: “Alguém aqui vai dizer ‘não’? Alguém aqui vai dizer ‘não’?”. E ninguém consegue dizer “não”. Na verdade, algumas pessoas saíram e não votaram. Eles foram muito covardes. Acho que eles ganharam com nove votos contra seis, com seis abstenções.

Já discuti essa lista com alguns amigos brasileiros meus, que me falaram nomes e palavras nessa lista que estão claramente em português, como são usados aqui, no Brasil. Essa é uma razão para suspeitar que algumas outras companhias falsárias, além da de Liechtenstein, também foram usadas. Alguém aqui tem um US\$1 milhão a mais? Esse é um bom ponto para começar.

Há essa lista do julgamento de Zug. Todas as pessoas lá estavam sendo julgadas, como os executivos da ISL. Eles estavam indo à falência, mas, mesmo assim, estavam fazendo essas transferências, em vez de pagar seus credores.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Andrew, o senhor afirmou que houve uma doação “generosa” para entidades beneficentes e que, em troca, eles receberam o anonimato, a oferta do anonimato, para que o relatório ficasse em sigilo. O senhor conhece o valor, a importância dessa doação do Sr. Ricardo Teixeira e do Sr. João Havelange, para garantir o sigilo?

O SR. ANDREW JENNINGS (*Tradução simultânea.*) – Foi publicada pela promotoria de Zug, em 24 de junho de 2010, durante a Copa do Mundo da África do Sul. E aí o senhor pode encontrar a história que os jornalistas escreveram. Na minha memória, foram 2,5 milhões de francos suíços. Essa foi a multa, a punição. Perguntei aos meus amigos na promotoria para onde tinha ido esse dinheiro, e a minha fonte disse: “Não posso revelar isso. Apenas alguns de nós poderíamos revelar isso a você sem sermos revelados publicamente”.

Se eu pudesse explicar que há um processo específico na Suíça... Como respeitamos o sistema judiciário de cada país, os suíços têm certa forma de

lidar com criminosos, uma forma única, e se pode entrar em acordo se não há humanos envolvidos, se não há mortes. Então, nas propinas em dinheiro, paga-se a punição como forma de doação caridosa: “Você assina uma confissão, que vamos manter todos os documentos em sigilo”.

Como jornalista, conversei com alguns oficiais bem discretos da promotoria de Zug: “Por favor, conta-me, conta-me, quero saber mais”. Eles disseram: “Você pode descobrir, sim. Você conhece o termo jurídico ‘precedente’?”. Há três ou quatro anos, o chefe das Forças Armadas suíças foi acusado de assédio sexual contra uma mulher, e aí houve uma investigação feita pelo magistrado suíço. E esse foi um ato criminoso de assédio sexual, mas ele pagou uma compensação a ela, assinou uma confissão, e o caso foi encerrado. Aí a mídia suíça disse: “Não, não, não, não! O chefe das Forças Armadas é um oficial público!”. Eles usaram aquela expressão que conhecemos: “O direito do público de saber, o direito de divulgar isso na mídia”. Então, a mídia suíça foi até a Corte, passou pela Corte de apelações, por todas as Cortes e pelo “STF” suíço, e aí os juízes do “STF” suíço sentenciaram: “Por causa do interesse público, esse relatório tem de ser publicado”. E é esse precedente que os nossos advogados da BBC, os advogados suíços e muitos outros advogados estão invocando. Já conseguimos uma vitória na semana passada em Zug. Isso depende de o promotor dizer se é ou não contra essa publicação, se, com base no interesse público, não tem nenhuma objeção a isso.

A BBC, a mídia suíça, todos nós estamos pensando no interesse público, porque todos nós publicamos isso. Então, o Sr. Teixeira deveria ser perguntado: “Você vai gastar mais dinheiro bloqueando isso?” Nossos advogados são muito bons na Suíça e vão nos dizer: “Não há dúvida de que, daqui a doze meses, a Suprema Corte suíça vai sentenciar que o relatório deve ser publicado, deve ser divulgado”.

Se, algum dia, eu tivesse a honra de estar em audiência com a Presidente Dilma ou com alguns de seus Secretários, eu diria o seguinte: “Há a intenção de a Copa do Mundo de 2014 ser uma celebração do Brasil! Você sabe que o mundo ama o Brasil, o futebol brasileiro. Queremos que tudo aconteça aqui, queremos vir para cá. Mas quais serão as histórias no jornal? Todas as histórias serão ruins. Não estamos vendo boas notícias sobre o Brasil. E os senhores sabem que isso se deve a um homem: Ricardo Teixeira”.

Eu diria à Presidente Dilma ou aos seus Secretários: “Por favor, pegue o telefone, ligue para o Ricardo Teixeira e diga que a Presidente quer você no seu escritório – no escritório dela –, amanhã, às 9 horas

da manhã, e traga amanhã todos os arquivos jurídicos e legais suíços que você assinou, aqueles relatórios que você assinou, do magistrado suíço, e com que concordou, e você precisa trazer tudo isso para o meu escritório amanhã”.

A propósito, quem está pagando essas taxas jurídicas, essas custas jurídicas, os advogados para protegerem o Teixeira? Quem está pagando por isso?” Esse seria o meu conselho: não percam mais tempo, resolvam isso!

Depois que a Presidente der uma olhada no documento que ele foi obrigado a assinar, como é que ele pode continuar a ser o diretor dessa organização que vai organizar a Copa? O mundo todo está chocada! A sua família, o seu advogado, todos eles estão mancomunados com isso. Então, pelos seus capazes repórteres, o mundo descobriu o contrato secreto, onde ele consegue alguns dos lucros da Copa do Mundo. O mundo está chocado!

Vocês têm uma escolha, meus amigos! Eu estou falando para vocês como o mundo lá fora tem visto o Brasil. Queremos ver o samba, queremos ver o futebol, queremos ver a grande celebração de um País, que, há 20 anos, veio de uma ditadura militar para uma democracia maravilhosa, com uma mídia aberta e tudo de maravilhoso que este País tem.

Nós temos agora Ricardo Teixeira, a Polícia Federal, você tem 9 milhões... Eu aconselharia todos vocês que, se vocês quisessem o respeito do mundo e uma boa mídia, que vocês deveriam ter e poderiam ter, vocês têm que solucionar esse problema. Vocês não podem interferir com o Teixeira na CBF. Nós temos leis na Inglaterra e vocês poderiam ter leis, mas, no maior interesse do seu País e na reputação do seu País, vocês deveriam excluir essas pessoas e selecionar pessoas honestas, limpas, para gerenciarem a Copa do Mundo.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Essa sua sugestão certamente chegará à Presidente da República. E faço o registro de que essa operação foi uma operação vantajosa para o Sr. Ricardo Teixeira e João Havelange, porque de propinas avaliadas em US\$50 milhões para um e mais de US\$9,5 milhões para o outro, depositaram dois milhões e meio de francos suíços e conseguiram o silêncio. Pelo menos é o que pretendem e esperamos que isso não ocorra.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Estou sendo convocado a terminar, mas eu gostaria de explorar um pouco a questão Sanud.

Realmente, a CPI que presidi aqui no Senado e que teve conclusão no dia 4 de dezembro de 2001,

com o relatório que indiciou 17 dirigentes do futebol brasileiro, de entidades e clubes, inclusive o Sr. Ricardo Teixeira, que responde a várias ações criminais no Judiciário brasileiro, indicou a Sanud como fonte de recursos que eram internados no Brasil, através da ISL, numa triangulação que tinha origem na Sanud, passava pela ISL e chegava às contas bancárias do Sr. Ricardo Teixeira e outros.

Nós não pudemos investigar a Sanud. Nós não temos esse poder. O Governo brasileiro pode chegar a contas bancárias no exterior, de conformidade com os acordos celebrados entre os países. Em alguns casos, é possível; em outros casos, é impossível. O Congresso brasileiro não tem essa possibilidade. Mas o que verificamos é que havia uma operação financeira, a nosso ver, fictícia: eram empréstimos da Sanud à ISL ou a Ricardo Teixeira. Ocorre que esses empréstimos não eram pagos. Portanto, a impressão que com que ficamos, ao final dos trabalhos da CPI, foi a de que Sanud, ISL, Ricardo Teixeira são a mesma coisa. A Sanud é um braço, ISL é outro braço e a figura central seria o Sr. Ricardo Teixeira. Essa foi a conclusão a que chegamos.

O que indago é se, nas investigações que ocorrem na Suíça, teremos uma solução para essa dúvida, se essas transações marginais se davam exatamente como forma de lavagem desse dinheiro e a forma de internar esse dinheiro no Brasil. Indago se há a possibilidade de chegarmos a essa conclusão ao final.

E, apenas para concluir, Sr. Presidente, eu indagaria: do seu ponto de vista, qual é a repercussão internacional pelo fato de ter o Governo brasileiro uma parceria alvejada por tantas denúncias no País e no exterior, *sub judice* no Brasil, sendo investigado no Brasil, denunciado no exterior. Qual é a repercussão disso internacionalmente e qual é o prejuízo que o nosso País pode ter? Indago, é óbvio que eu posso fazer a minha avaliação pessoal, mas indago porque sua avaliação vem de outro ponto do universo. Então, V. S^a está vivendo na Europa e, obviamente, muito próximo desses acontecimentos da Fifa e pode ter uma visão geral sobre a repercussão dessa parceria. Eu, particularmente, não entendo como pode o Governo brasileiro suportar uma parceria dessa natureza, mas ela persiste, o Governo a admite, e a Copa do Mundo é organizada em função dessa responsabilidade dupla Governo e CBF. Por isso essa indagação.

Primeiramente, a questão da Sanud e, depois, essa dos prejuízos que o nosso País poderá sofrer em razão da repercussão internacional dessa parceria.

O SR. ANDREW JENNINGS (*Tradução simultânea.*) – Talvez eu pudesse começar lá do final, começando com seu último ponto. O mundo está muito feliz

porque o Brasil foi selecionado para sediar a Copa de 2014, porque todos nós sabemos que vocês são excelentes em futebol, não são? Eu acho que vocês já ganharam a Copa do Mundo mais vezes do que qualquer outro país, certo? Então, seria um insulto dizer que vocês não teriam capacidade de organizar a Copa do Mundo. E, de fato, é momento de que o Governo diga à Fifa: “Vocês fedem; vocês fedem. Vocês cheiram mal. Não queremos que a nossa Presidente seja fotografada com esses criminosos”. Então, que animal é esse a Fifa, que animal é esse? Você tem a Copa do Mundo, e a Fifa jamais, jamais, ousaria tirar isso das mãos do Brasil, a maior Nação de futebol do mundo.

Vocês sabem disso, mas eu acho que já chegou a hora, como uma Nação soberana, com seu orgulho como Nação soberana, que o seu Governo diga à Fifa: “Não! Não “visas”. Nós vamos organizar a Copa do Mundo, podemos fazer isso sozinhos, nossos homens e mulheres são capazes. Você pode contratar algumas pessoas da Alemanha, alguém da África do Sul, um pouquinho de conselhos sobre alguns problemas... É um exercício burocrático. É só isso que é. Viagens, estádios, é muito simples.

E estou triste por vocês, brasileiros, em pensar que o seu Governo democraticamente eleito, a Presidente vai ter que apertar as mãos... A Presidente Dilma vai ter que ter um assistente atrás dela com uma bacia de água e uma toalha de mão, porque, todas as vezes em que ela apertar a mão do Blatter, ela vai ter que lavar as mãos. Ela simplesmente poderá dizer: “Nós vamos gerenciar a Copa do Mundo bem, nós não precisamos de você e também vamos só dar “visas” para quem não tem uma ficha criminal. Nós seremos capazes de fazer isso, e olhamos para o Brasil e dizemos: “O Brasil tem a coragem de sua própria democracia para fazer isso, e nós vamos organizar uma Copa do Mundo boa”. E tomara que vocês façam isso. Vocês deveriam. Quem está parando vocês de fazer isso? Quem está impedindo vocês? Vocês fazem suas próprias leis? Acho que sim.

Falando sobre a mídia internacional, vocês deveriam estar totalmente conscientes das notícias que vêm do Brasil, em língua portuguesa, sobre as investigações na vida do Ricardo Teixeira sobre aquele jogo de futebol aqui contra Portugal, em 2008. Isso é uma investigação criminal, certo?

Então, baseado no seu trabalho da Sanud, no nosso trabalho sobre a Sanud, a Polícia Federal foi instruída a procurar crimes de sonegação de impostos e de lavagem de dinheiro. Não podemos interferir nessa investigação. Mas será que eles poderiam se apressar, por favor? Porque, quanto mais cedo houver motivos para tirar o Ricardo Teixeira do lugar certo,

você pode restaurar sua reputação. Porque as histórias que saem do Brasil através da Reuters, da Associated Press, da French Press Agency, a chinesa, a alemã, o mundo todo já ouviu falar do Ricardo Teixeira. Eles ouviram falar do futebol brasileiro, do Pelé, do Romário. Eles ouviram falar do Ronaldinho a assim por diante. Esses nomes são muito comentados ao redor do mundo. E agora o Ricardo Teixeira é comentado em todas as casas. E isso não faz bem ao Brasil. E vocês sabem que estou falando a verdade, porque são suas próprias autoridades que estão investigando o Teixeira, não sou eu. São os seus policiais que estão investigando o Teixeira. E isso vai ao redor do mundo. Então, não estamos olhando a alegria, o sol e o futebol brasileiro; estamos vendo criminosos, criminalidade no Brasil. E eu acho que isso é um insulto grande a um País que teve de lutar depois da ditadura militar para se restabelecer democraticamente, assim como o resto da América Latina, depois dessa era. Vocês já fizeram isso. Todos vocês foram votados, e vocês podem ser votados para fora, ou não votados. Como um homem pode manchar a reputação de vocês desses vinte anos de corrupção na CBF?

Então, na Sanud, aqueles que vocês deram uma olhadinha em lavagem de dinheiro, muitos criminosos... Vocês sabem que muitos criminosos traficantes de drogas, criminosos comerciais usam Liechtenstein, eles usam empresas de fachada. A ISL na Suíça mandou dinheiro para Zug, para companhias de fachada como a Sanud, e depois entrou nesse país, e, como vocês descobriram, o Sr. Teixeira encontrou um banco. Todos nós gostaríamos de ter um banco que fosse lavar o nosso dinheiro, ou que emprestasse dinheiro, e nós não tivéssemos que pagar. Então, vocês estão vendo aí a falha, não é?

Então, há algo que vocês podem fazer. Sei que, durante a investigação pela polícia suíça, eles foram a um tribunal em Vaduz, em Liechtenstein, e há um canal bem apropriado para isso, e eles pediram ao tribunal para que desse a eles o direito de inspecionar essas companhias de fachada. E o tribunal em Liechtenstein falou: “Sim”. Vocês se lembram? Porque Liechtenstein tem sofrido muitas pressões nos últimos anos, devido a contas bancárias sujas, criminosos escondendo seu dinheiro lá, e eles, de repente, tocaram-se de que eles precisam se juntar ao resto do mundo e se tornarem transparentes.

Eu sugeriria, muito humildemente, que seu advogado do Governo contratem ótimos advogados em Vaduz, em Liechtenstein, vão ao tribunal e digam: “Por favor, o Governo brasileiro precisa saber mais, porque se trata de interesse público, trata-se de crimes alegados de lavagem de dinheiro”. E aí o tribunal em Vaduz

pode concordar. Eu sei que eles concordaram com o Sr. Hildbrand, na investigação de Zug, e talvez vocês possam obter informações lá sobre Zug, porque aqui vocês têm provas de lavagem de dinheiro e sonegação de impostos, matérias criminosas e podem levar isso ao tribunal em Liechtenstein. Também sugiro que vocês possam, outro país que também está fazendo isso, poderiam de governo para governo, e isso não é anormal, que os representantes lá, o embaixador, por exemplo, fizesse um pedido formal em Zug: nós gostaríamos de ver o relatório do Sr. Hildbrand. Haverá um resumo da investigação, quem repagou, qual foi a caridade, quem assinou as confissões e, como uma nação soberana, vocês têm todo o direito do mundo de fazer isso. Eu não creio que a Suíça vai negar isso a vocês.

Isso responde a sua pergunta, Senhor?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Estou satisfeito com a resposta, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra o Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Sr. Jennings, queria lhe questionar o seguinte. A ISL foi fundada ou passou a trabalhar para a Fifa em 1982, segundo consta de seu livro. Em 1995, houve uma oferta de US\$1 bilhão pela IMG para que a ISL tivesse rompido o direito de transmissão e de uso de todos os trabalhos da Fifa sob sua responsabilidade. Em 1997, houve uma decisão da Fifa sobre as Copas de 2002 e 2006. E, em 2001, a ISL faliu.

Com a falência da ISL, eu suponho, nós tivemos o encerramento de um ciclo de atividades irregulares no mundo do futebol, do qual a ISL era participante ativa. Depois de 2001, todas as ações judiciais e todas as questões decorrentes daqueles atos merecerem análise em seu livro. Portanto a ISL não pagou mais propinas depois de 2001. Os fatos jurídicos é que obrigaram a certos procedimentos de reparos ou “inocências” proclamadas pela Justiça de participantes daquele esquema.

Eu consulto se esse raciocínio que estou fazendo está correto, ou seja, de que até 2001, a ISL era o ator da Fifa para operar todas as questões de propina e, a partir de então, apenas tivemos as consequências jurídicas administrativas e políticas daqueles fatos.

O SR. ANDREW JENNINGS (*Tradução simultânea.*) – Sim, isso está correto, mas isso é apenas o fim de um capítulo, o capítulo ISL. De fato esse capítulo foi de 1982 até 2001. Na verdade, começa em 1974 com dinheiro de Dassler para Havelange com a companhia anterior. E, claro, esse capítulo acabou em 2001. Mas existem outras maneiras de roubar da Fifa se você está lá em cima, lá no topo.

Eu fui falar com um antigo executivo da ISL, não alguém que pagava propina... Existiam pessoas boas trabalhando lá, mas existiam maças podres lá no topo que sabiam o que estava acontecendo, e quando fui falar com esse cara eu disse: “Ok, o que o Blatter está fazendo agora? O que esses ladrões da Fifa estão fazendo agora que a ISL saiu?” Ele falou: “É muito fácil! Você pega esse dinheiro, vende esse dinheiro, e aí você paga bônus imensos para você mesmo, e isso é legal”. Você tem que perguntar ao Blatter: “Que tipo de bônus você paga para você mesmo?” Por isso que estou banido da Fifa desde 2003. Eu sou o único repórter do mundo que não pode entrar em nenhuma conferencia da Fifa, porque eles sabem que as minhas perguntas vão ser: quanto você paga a você mesmo em bônus? Por que você paga esse bônus a você mesmo?

Então, existia alguma evidência no relatório da Fifa que é muito difícil de bônus muito imenso. Então, isso não é propina. Você pode pagar muito dinheiro a você mesmo por ser inteligente. E é claro que eles não são inteligentes, na verdade, porque existe um grande mercado e, nos direitos do futebol, nos direitos do futebol para a tevê, é muito competitivo no mundo inteiro. Então, eles não são muito inteligentes na Fifa. Eles só estão esperando que as pessoas joguem dinheiro neles. E é isso que está acontecendo agora. E é por isso que nós precisamos de um exame federal nos livros de contabilidade da Fifa. E seria melhor que o Presidente Blatter estivesse aqui agora, porque a gente poderia perguntar para ele: que tipo de bônus você paga a você mesmo? Eu tenho documentação para um deles, que publiquei em um jornal, em 2003. Depois disso, eles me baniram da Fifa. Ele falou que é ficção e ele vai me processar. Já foram oito anos. Agora 2011. O correio deve ser muito ruim na Inglaterra, porque até hoje o processo não chegou à minha casa. Ou seja, outros repórteres, que acho que não mexem com investigação, eles falam: ah, não é verdade que eles pagam bônus para si mesmos. Então, não vamos tocar nessa história. Eu tenho documento para provar isso. Eu nunca fui processado.

E perguntaria novamente: eu sempre peço para entrar nessas conferências de imprensa, e não posso. Então, existem tantos escândalos da Fifa, mas é assim que eles fazem, porque não é mais ilegal agora pagar bônus imensos da sua própria federação.

Existem duas outras maneiras de fazer muito, muito dinheiro, roubar muito dinheiro da Fifa. Um deles é você aceitar propinas de países que querem sediar eventos. Especialmente na Europa e na América, jornalistas e oficiais públicos, os jornalistas podem investigar qualquer coisa, mas é apenas quando os oficiais públicos se envolvem que fica sério. E os ofi-

ciais públicos na Europa e nas Américas estão agora olhando para o que pode ser o maior escândalo de corrupção da história da Fifa, porque escrevo aqui: quem aqui acha que a Rússia e Catar, que pegaram as Copas de 2018 e 2022, vocês acham que alguma dessas pessoas aqui aceitaram que eles deram subornos? Vocês todos ficaram quietos.

Bem, eu quero falar. Eu, na verdade, não sou inglês. Eu sou escocês. E se você sabe algo sobre a relação entre a Escócia e a Inglaterra, bem, temos os jogos de futebol mais importantes. Então, fui contra a Inglaterra receber a Copa de 2018. Eu gostaria, na verdade, que tivesse sido na Holanda e Bélgica, porque eles têm a melhor estrutura de Copa. Então, eu não sou um patriota inglês nesse sentido.

Mas você olha para esses velhos homens na Fifa de 70 e 80 anos, eles têm apenas mais uma chance para tirar esse leite da vaca. Então, estão no fim da sua carreira na Fifa. Eles fizeram um leilão para duas copas do Mundo e também foi um erro calculado e vulgar. Na verdade, foi bem sucedido. Eles pegaram dinheiro desses países para sediar a Copa. Certamente, tem muita atividade em Catar, na Copa de 2022. Existem detetives particulares sendo contratados, jornalistas e autoridades públicas investigando isso. Nós conhecemos alguma reunião em Angola, no começo de 2010, quando a oficiais africanos foi, aparentemente, ofertado muito dinheiro para dar a Copa do Mundo ao Catar. Nós conhecemos das negociações, mas não sabemos nada sobre as contas bancárias. Agora, isso foi dado às mãos das autoridades públicas. Eu fico muito feliz que as autoridades públicas tenham direito à investigação muito maior do que os jornalistas, porque não temos o direito de investigar esse tipo de coisa. Então, dou boa sorte ao Brasil. Espero que 2014 seja um grande torneio de futebol aqui.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Eu considero que a sua resposta foi muito mais abrangente e ampla do que eu esperava, e acabou respondendo outras questões que eu colocaria em seguida.

Só lhe faço uma última pergunta: no seu trabalho de jornalismo investigativo, o senhor já ouviu algo que possa revelar a esta Casa que deva ser considerado como ilícito dentro do processo de montagem de organização da copa do Mundo no Brasil, além dessas questões que o senhor já citou como fatos detectados na história da Fifa até aqui? Ou mesmo que seja uma suposição muito bem fundamentada?

O SR. ANDREW JENNINGS (*Tradução simultânea.*) – Com todo respeito, senhor, isso é um trabalho para o Brasil, as suas autoridades públicas e os seus jornalistas investigativos bons que vocês têm aqui. Vocês conhecem o seu país melhor do que ninguém,

vocês sabem como o seu país opera, vocês sabem onde olhar. Eu mencionei aquela história que passou pelo mundo inteiro envolvendo com o Sr. Kofuri. Ele descobriu um contrato no Rio de Janeiro que pagaria lucros. Bem, os seus cidadãos pagam pela Copa do Mundo. Sabemos que a CBF é profundamente corrupta. Então, é bem mais fácil que vocês, brasileiros, investiguem isso do que para estrangeiros. Vocês moram aqui, vocês conhecem a legislação, vocês conhecem os seus contratos, os documentos, vocês conhecem a língua. Eu, simplesmente, espero que as autoridades públicas brasileiras sejam capazes de fazer o que nós, jornalistas, infelizmente, não conseguimos fazer.

Mas o meu ponto principal anteriormente você está fazendo isso, e eu tenho certeza de que há mais coisas. Quando essas histórias forem publicadas, elas vão passar pelo mundo todo. Não vamos pensar no Pelé, não vamos pensar no Romário; vamos pensar é nisso, nessa corrupção, ou no Teixeira. E eu sei o quão importante foi para o Presidente Lula mostrar, durante a sua presidência, que o Brasil tinha saído de uma história um tanto quanto escura, obscura e dizer: “nós somos uma empresa concreta; nós importamos. Não somos um país que produz apenas cana. Nós temos orgulho. Nós estamos vindo com força. Vamos ter a Copa do Mundo e as Olimpíadas e vamos mostrar a vocês que nós temos que ser respeitados como uma grande nação.

Parabéns! Muito bem! O que aconteceu, porém?

Eu tenho muito respeito pelo Lula. Ele é respeitado mundo afora e, talvez, vocês têm que tentar entender que há uma divisão entre ele e o Sr. Teixeira. Vocês já conseguiram isso, mas agora essa imagem está sendo suja pela mais corrupta federação de futebol do mundo.

E eu gostaria de ressaltar que vocês não podem interferir com a CBF. Sim, vocês podem! Vocês fazem as leis! Eu acho que vocês fazem. Eu acho que o seu Congresso e o seu Senado fazem leis para governar este país.

Na Inglaterra, onde a nossa associação de futebol não é corrupta. Eles são burros, mas não são corruptos, não são ladrões. Mas eles são tão burros e são tão dominados por nossa liga *premier* mais importante que eles falaram que o nosso governo vai interferir no futebol se eles não organizarem a casa. Eles não são sujos, mas queremos um pouco mais de transparência e queremos que a liga *premier* seja a melhor.

Vocês são os legisladores brasileiros. Vocês fazem as leis. Por que vocês não podem analisar a CBF novamente como vocês já fizeram há 10 anos? E dizer: nós não estamos felizes como o Sr. Teixeira e os seus amigos dos clubes dominam a maior nação futebolística do mundo. Isso é ridículo! Não podemos acreditar

nisso! Como essa pequena gangue de pequenos donos, alguns donos de clube de futebol... Cartola? Qual é a palavra “cartola”? Vocês sabem. Eu tenho muito cuidado. Vocês são legisladores, façam isso!

Eu esqueci de mencionar uma outra forma de roubar da Fifa que é baseada nos ingressos. No último filme que eu fiz pela BBC, que saiu em março, e que vocês podem encontrar no meu *site*, vocês podem ver o programa *Panorama*, de maio de 2003, eu fui a Oslo para entrevistar um dos maiores operadores do mercado negro. Por que Noruega? Porque os amigos alemães e noruegueses têm gangues incríveis. E eu perguntei ao Mr. Bagman: qual proporção dos ingressos de futebol que vão pelo mercado negro pela porta dos fundos da Fifa, negando aos fãs o seu direito de comprar ingressos? Poderia ser quase 40%. Eu achei que ele diria 10%. E, para mim, um jornalista investigativo, eu ficaria muito feliz com 10%. Aproximadamente 40% dos ingressos?!

Então, o crédito vai todo para o jornalista norueguês de um jornal em Oslo chamado Dagbladet. Eles publicaram fotos tiradas de um vídeo de um desses traficantes de ingressos se encontrando muito com o Sr. Ricardo Teixeira. Eles não se encontram com Ricardo Teixeira para dizer: “Nós amamos o samba, nós amamos o país brasileiro”. Não; eles querem ingressos. E o senhor Teixeira deveria ser forçado a explicar por que se vê o nome dele conversando com esses criminosos. Também havia Nicolas Leoz, do Paraguai. Outro que vence coisas, influências... É outra forma de ganhar dinheiro.

Eu acho que isso responde a sua pergunta, certo?

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Ok, agradeço, mas mesmo assim deixo um pedido. Como o senhor investiga o futebol e a Fifa mundo afora, se souber algo, nos comunique, para que a gente possa cumprir melhor o nosso papel.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Nós temos ainda inscritos os Senadores...

O SR. ANDREW JENNINGS (*Tradução simultânea.*) – Senador, as investigações continuam, novos filmes estão sendo planejados, a evidência está sendo analisada para os nossos editores e advogados, porque eu gostaria de fazer o ponto... Eu apresentei, desde 2006, quatro grandes documentários para a BBC, para o programa *Panorama*, que é o maior programa de eventos contemporâneos. Não houve nenhum tipo de ameaça nem mesmo uma carta dessas pessoas da Fifa que eu acuso. Eu acho que isso diz algo sobre o caso.

Nós fazemos um bom trabalho, nossos editores e advogados fazem um ótimo trabalho. A gente sempre

faz muitas perguntas antes de lançar qualquer coisa. A BBC é uma companhia muito respeitada e nós temos que fazer coisas boas, não podemos ter o escândalo de um erro.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Eu acabo tendo a mesma tentação da Fifa: se o nosso palestrista me interromper outra vez, eu acabo proibindo dele falar na Comissão. (*Risos.*)

Uma correção. Nós apresentamos o Sr. Andrew Jennings como jornalista inglês; ele é da BBC, mas é escocês. Na verdade, nessa altura da nossa reunião, ele me parece mais um *leprechaun* escocês, procurando nos mostrar onde a Fifa enterra o seu ouro. Recomenda a nós, brasileiros, que procuremos também ver com mais clareza o que acontece no Brasil e nos insta a cumprir nossa obrigação, como Congressistas, de não aceitar disciplinamentos externos, no que se refere à Lei da Copa.

Inscritos os Senadores Cristovam Buarque, Mário Couto e a Senadora Ana Amélia.

Solicito ao Senador Paulo Bauer que assuma, a partir deste momento, a Presidência da Comissão, ao tempo em que passo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Bom dia a todos, Presidente, Mr. Jennings, depois de ouvir a ênfase como o senhor apresentou o resultado das suas investigações jornalísticas, começo a pensar se não precisamos mudar o nome de futebol para *dirtyball* ou *trashball*, porque é chocante como a gente vê a maneira como, pelo menos, a organização do futebol pode estar sendo feita. Por isso, fiz algumas perguntas. Eu vou falar todas.

A primeira pergunta é: se ao longo das últimas Copas pode-se ter certeza de que houve propina para conseguir a sede da Copa, ou se a decisão não passa por qualquer instrumento ilegal?

A segunda – eu creio que os brasileiros estão interessados em saber porque o Brasil é um País rico, mas de torcedores pobres; alguns estão reunindo dinheiro, fazendo poupança para comprar o ingresso: seria certo dizer a essas pessoas que uma parte do dinheiro que eles vão gastar na compra do ingresso, uma parte disso, vai para bolsos privados de cartolas? É uma pergunta que eu faço.

A outra é se nas suas pesquisas o senhor teve acesso – não falo do Brasil, porque estamos começando, mas de outros países, de que além dos negócios dentro da FIFA, existem negócios e propinas dentro dos países na hora de construir estádios, na hora de obras de transportes etc.

A outra pergunta é se o senhor tem informação de que a Interpol estaria olhando para algumas das personagens que o senhor falou aqui?

O outro é se os demais dirigentes mundiais, quando sentam no conselho da Fifa, se eles tratam o assunto do futebol diferente das acusações que o senhor fez ao Ricardo Teixeira, ou se é comum esse grau de comportamento entre outros dirigentes? E se não for comum, se esses outros dirigentes fecham os seus olhos ao que eles sabem; eles não sabem que essas coisas acontecem, ou ele fazem parte, também, de tudo isso?

E, finalmente, a última pergunta: o que é preciso fazer para moralizar o futebol em escala mundial? O que seria preciso para que não hajam coisas como essa que o senhor nos aponta.

Essas são as minhas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Eu quero consultar o nosso convidado se ele prefere responder ao Senador que apresentou as perguntas e, depois, ouvir os demais inscritos, com suas perguntas, ou se fazemos as perguntas em bloco pelos demais senadores.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, eu por exemplo não tenho perguntas a fazer. Quero apenas dar uma explicação ao nosso convidado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senadora Ana Amélia, qual a sua sugestão? Prefere que façamos as perguntas em bloco e ele responda a todas? *(Pausa.)*

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – É melhor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Para o senhor é mais interessante responder a todos os questionamentos de uma só vez ou ir respondendo a cada pergunta, individualmente?

O SR. ANDREW JENNINGS *(Tradução simultânea.)* – Se estiver *ok* para vocês, eu gostaria de responder o Sr. Cristovam agora, porque ele me fez seis perguntas, para que eu não me esqueça. Depois, eu poderia responder as outras perguntas. *Ok?*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Por favor, fique à vontade.

O SR. ANDREW JENNINGS *(Tradução simultânea.)* – Então, agora...

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, até porque há Senadores... Vou repetir, para ver se o nosso convidado me entende...

O SR. ANDREW JENNINGS *(Tradução simultânea.)* – Eu tenho que discordar do senhor, Senador Cristovam...

Desculpe-me, Senador.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Tudo bem. Eu aguardo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Pois não. Fique à vontade.

O SR. ANDREW JENNINGS *(Tradução simultânea.)* – Não há nada errado com o futebol. Não temos que chamá-lo de *dirtyball* ou *trashball*. O que nós precisamos fazer é lidar com uma pequena gangue de pessoas que, ao longo das últimas duas décadas, tomou o controle da Fifa. E deixe-me falar isto bem claramente: quando eu menciono a Fifa – e eu estou feliz de você ter feito essas perguntas –, tenho de dizer que algumas poucas centenas de pessoas que trabalham para a Fifa são decentes, são trabalhadores decentes, são funcionários bons. Eu não confio no Departamento Comercial, não confio em alguns dos contratos...

Quando eu mencionei o Sr. Makudi, da Tailândia – isso nunca foi publicado, meus amigos, isso é novo –, o Sr. Makudi tem os direitos de televisão na Tailândia como um favor do Blatter que depois ele revende para outras tevês na Tailândia. Nos negócios, isso é chamado de *insider trading*. Isso é escandaloso, é revoltante! Estamos analisando isso há anos e acho que já temos provas suficientes para divulgar isso publicamente.

Ok, dêem visas aos trabalhadores e funcionários da Fifa. Eles são trabalhadores; eles sabem como organizar uma Copa muito provavelmente, mas aí você tem um ponto de corte – e você ouviu todos os nomes hoje dessa gangue. Você ouviu os nomes, as alegações, os fatos. Por que essas pessoas são autorizadas a entrar no Brasil? Se eu tivesse uma ficha criminal, vocês não iam permitir que eu entrasse no Brasil. “Vai embora, vai embora, não queremos um criminoso como você aqui!” Vocês têm o poder porque são uma nação soberana para decidir quem pode entrar neste país e quem não pode. Vocês querem a vergonha?

Todos os políticos têm que ser educados, como sempre são, apertar as mãos, depois lavar as mãos quando apertarem a mão do Blatter, o amigo do Teixeira, que diz que vocês têm que correr com os seus gastos. E vocês sabem o que está por trás disso: é o esquema dos empreiteiros. “Ah, eles diminuem o ritmo das obras”. “Temos que construir um estádio e vai ficar muito mais caro”. E quando receberem a bolsa dos cidadãos aberta para eles, eles constroem tudo a tempo. Eu não sei por que vocês deveriam ser abusados dessa forma. Se eu abusasse do seu país ou vocês dessa forma, vocês iriam me mandar de volta para casa. Não aceitem esse lixo do Valcke! Como ele ousa ofender o país de vocês dizendo: “Vocês não estão fazendo isso bem, vocês não estão fazendo isso bem”. Quando éramos mais jovens, não aceitávamos ser insultados dessa forma, jamais!

Vocês têm uma oportunidade especial, porque estão florescendo nessa nova democracia, que só tem 20 anos, é jovem; mas vocês ainda estão trabalhando nisso. Vocês poderiam mostrar ao mundo que essa seria a Copa do Mundo mais limpa do mundo. “Nós fazemos as leis, nós temos como fazer isso. Vamos fazer.” E vocês poderiam fazer isso, porque, se não fizerem isso, no final de tudo, adoraremos os jogos de futebol, mas sempre nos lembraremos dos escândalos. Vocês querem isso? Vocês ainda têm três anos. Vocês têm poder intelectual, competência, poderes, capacitação, vocês não precisam de o Blatter falar com vocês ou discutir com vocês os preços. Esse é um ponto importante.

Já vi, como vocês, as garantias dos governos. Os tubarões dos patrocinadores querem... “Nós queremos incentivos fiscais. Posso ter um incentivo fiscal, por favor? Por favor, me deem um incentivo fiscal. Não estou sendo pago para estar aqui.” Nós fazemos isso de forma voluntária, porque acreditamos que seja importante. Por que os seus governos vão dar concessões fiscais para essas pessoas? Eles não vão entrar em nenhum outro país, por que vocês deveriam? Vocês precisam de impostos para construir o que têm, para construir o seu futuro, por que dão incentivos fiscais para esses criminosos, para esses desonestos?

“Nós somos um povo orgulhoso. Joguem aqueles vagabundos para fora. Não vamos dar incentivos fiscais!” E eu assumo que essas garantias governamentais, quando a Inglaterra estava participando... E os seus sindicatos? Os seus sindicatos estão felizes de suspender as leis trabalhistas? O meu país e o seu País têm leis trabalhistas, pessoas têm trabalhado há séculos para conseguir os seus direitos trabalhistas, e os funcionários concordam com isso. Quem são esses vagabundos neandertais da Suíça que vêm aqui para dizer para vocês que toda pessoa trabalhando na preparação da Copa do Mundo perde o direito de proteção às leis trabalhistas? Eu não entendo os seus sindicatos, mas eles deveriam estar protestando nas ruas. Eles estariam se algum empregador estivesse tentando fazer isso com eles. Por que vocês permitem que esses vagabundos entrem no Brasil e falem para o Brasil como mudar suas leis? E dar incentivos fiscais e isenções fiscais?

Vamos traduzir: sentem-se com seus conselheiros legais em relação aos direitos trabalhistas, aos impostos... Eu fui entrevistar, no passado, um especialista em impostos holandês, na Holanda, e perguntei a ele: “o que tudo isso significa?” Normalmente nós trabalhamos sobre o Caribe, lugares onde não há impostos. Não, a Fifa tem um céu, um lugar maravilhoso com isenção fiscal em sua própria sede, dentro da Fifa. E eu perguntei: “você está sendo pedido para criar um

céu de isenções fiscais em Brasília?” Por favor, deem uma olhadinha nessas garantias.

Agora, passamos para os ingressos.

Isso é muito interessante. Eu só vi o que estava em inglês, publicado em inglês em relação a Blatter, concedendo ingressos mais baratos para as pessoas mais velhas – eu gostei dessa ideia – para os idosos. Obrigado, Sr. Blatter. Você pode usar metade das leis, mas não todas as leis. O que vocês fariam para mim se eu dissesse assim: “Não, vocês não podem usar todas as leis”? Você iriam me escoltar até o aeroporto, não iriam? Como vocês podem aceitar isso, esses vagabundos, esses inúteis? Nós estamos falando de 10 ou 15 pessoas, no máximo, falando para uma nação soberana sobre como vocês deveriam vender os ingressos aqui. O que vocês têm aqui é o que o povo de vocês escolheu, porque eles votaram em vocês. Como vocês podem abrir mão dessas leis para pessoas que não foram eleitas?

O que vocês também deveriam prestar atenção é o nepotismo. Muitas pessoas se lembrarão do sobrinho do Blatter. Por que a empresa dele ganha contratos exclusivos com a Fifa? Só porque o tio dele é o Blatter? Cadê as licitações públicas? Isso não acontece, isso é uma desgraça terrível. Ele faz negócios com a Match company, a empresa Match, e eles vão danificar vocês em termos de hospitalidade, eles vão levar o dinheiro e depois vocês vão varrer e limpar tudo, e eu acho que vocês deveriam ter o seu pessoal analisando essa empresa, Match, que é liderada pelo Sr. Jaime e Enrique. Eles conseguem essas concessões do Blatter. Jamais imaginem que qualquer empresário brasileiro possa participar ou fazer uma proposta desse negócio. Não podem. Eles são barrados pelo Sr. Blatter, para o seu mundo de amiguinhos e de pessoas criminosas. Um País que está que está *booming*, com essa importância de vocês, e tem essas pessoas que estão andando em cima de vocês. “Sim, Sr. Blatter; não, Sr. Blatter; sim, senhor”, em relação a propinas na construção de estádios. E se eu esqueci de alguma coisa, por favor, me lembrem.

E fiz um filme para a televisão BBC em 2007 sobre como a Alemanha pagava propinas e subornos. E o que nós publicamos e transmitimos, e eu tenho cópias do DVD do filme. Se vocês quiserem uma cópia, posso deixar com vocês. A Alemanha pagou propina, subornos para conseguir a Copa do Mundo lá, em 2006; e eles fizeram isso de forma muito inteligente, através do grande dono de televisão lá na Alemanha. Ele colocou o dinheiro, através de intermediários, cinco membros do comitê executivo da Fifa. Eu não sei o que as outras pessoas receberam. E há documentos sobre isso, porque a mídia alemã descobriu isso. Nós

conseguimos isso dos próprios alemães, e tudo é verdadeiro, e nós fizemos a transmissão.

Então, isso é algo que vocês deveriam olhar. Eu tenho cópias do DVD, tenho cópias dos documentos em casa ou aqui, no meu *laptop*, e eu posso oferecer isso a repórteres investigativos ou aos membros do Congresso Nacional.

A razão pela qual eu fiz isso é porque o Franz Beckenbauer – que eu não acho que ele seja – estava muito preocupado com a proposta, porque eles acharam que a África do Sul fosse ganhar a proposta. E sempre me faz vontade de vomitar quando eles usam Mandela. Pegaram uma foto com o cara mais famoso do mundo, e aí eles ferraram o Mandela. E ele é muito envelhecido para ser contado isso, mas ele foi ferrado por esses caras da Fifa. E nós temos documentos. Tudo que eu digo é documentado. Eu nunca sou processado por causa disso. Levamos anos e anos para terminar essa pesquisa.

Será que o Brasil pagou? Bem, o Brasil não precisou pagar, por duas razões: primeiro, porque ele tem o Carnaval e o melhor futebol do mundo, e o Teixeira fez um acordo com Grondona, com Leoz e com oito outros países. Eu não sei, pergunte a eles. Dê ao Sr. Teixeira a experiência de toda uma vida: conte a sua história sob juramento. Isso seria interessante, não seria? Eu teria algumas perguntas para ele, se eu pudesse. E a outra parte para o Brasil conseguir a Copa do Mundo – e eu não quero desapontá-los nem quero ser rude para o Brasil, hein? – é: Tricky Ricky, como chamamos isso. Ele quis a sua Copa do Mundo para que houvesse roubos com os contratos e com todas as coisas de que vocês suspeitam. Blatter teve que dar isso para que ele pudesse obter o apoio dele e se manter na direção da Fifa. Então, Blatter deu uma Copa do Mundo para ele para encher os seus bolsos. E eu não preciso do privilégio desta Comissão para fazer isso; eu posso falar isso no meio das ruas. E ele talvez me processe de novo.

Então, esse é o histórico.

Muitas pessoas dizem que vocês são a melhor nação do mundo em termos de futebol, mas talvez não tenha sido por isso. Não vamos discutir futebol aqui, não é?

Vocês não conseguiram a Copa devido a suas qualidades no campo de futebol, mas a uma forma sórdida para que o Blatter obtivesse apoio do Ricardo Teixeira no futebol latino-americano.

As propinas não aconteceram muito na Alemanha porque eles são uma nação desenvolvida; então, eles construíram alguns estádios, pintaram alguns lugares e estavam prontos para ir. A África do Sul foi chocan-

te. Foi um grande desapontamento para nós, porque eles acabaram com o regime do *apartheid*, e havia muitas pessoas no congresso nacional sul-africano envolvidas em corrupção. Eles acham que é direito deles roubar o país, e não os membros das guerrilhas. Então, a reputação da África do Sul sofreu muito com toda a corrupção que houve, e a reputação de vocês também, mas vocês ainda têm tempo. Estádios foram construídos em áreas do país onde não há nenhum clube de futebol, não foram nunca mais usados.

Isso é um problema nacional, um problema do Brasil. Vocês têm que lidar ou tratar desses problemas sozinhos. E não cabe a mim, como estrangeiro, dizer aos senhores como fazer isso. Por favor, olhem-me nos olhos e me digam que não há nenhum suborno ou propina na construção dos estádios. Os senhores não vão falar isso, não é mesmo?

E a Interpol? Bem, não tenho muito tempo para a Interpol, que é um correio. Se seu país quer um criminoso em outro país, usa-se a Interpol como um correio. Passa-se esse problema para outro país, para a Alemanha ou para quem quer que seja. Eles não são detetives. Há detetives lá. Mas acho que os senhores têm seus próprios detetives.

Já ouvi falar – não sei se isto é verdade ou não – que a sua Polícia Federal já começou a fazer o que eles deveriam fazer, ou seja, foi atrás do departamento contra crimes de Zug e pediu para ver a investigação de Thomas Hildbrand. Isso afeta o seu País diretamente. Existem brasileiros que estão sendo investigados lá. Se os senhores ainda não fizeram isso, os senhores têm de fazer isso, os senhores têm o direito de fazer isso. E o que sei do escritório desses promotores é que eles estão prontos para entregar isso. Eles gostariam de dizer: “Por favor, Brasil, venha aqui e pegue esses documentos”. Os senhores têm o direito jurídico de ir atrás disso. Todos os departamentos legais do Brasil têm de ligar para Basel, para o governo suíço, para o seu diplomata de lá e mandá-lo diretamente para Zug. Ele vai levar uma hora no trem. Digam-lhe: “Vá lá, peça isso a eles, comece o processo jurídico legal!”. Os senhores têm o direito de fazer isso.

Quanto aos ingressos, os barões perderam muito dinheiro na África do Sul. A Fifa, o Blatter e outros barões não perceberam algo que percebi. Houve uma recessão em 2008. Os senhores se lembram dos Lehman Brothers e do dinheiro que o governo americano deu para os bancos? Aquelas pessoas arrogantes da Fifa acharam que a comunidade de negócios, que, normalmente, compra todos esses ingressos, não seria afetada pela recessão. Mas é claro que eles foram afetados pela recessão. E, certamente, aqueles que têm direito na companhia falaram: “Investimos nesta

companhia. Por que vocês vão para a África do Sul? Lá as férias são muito caras!”

Essas companhias foram para o mercado negro e compraram o produto mais barato. Mas os senhores têm de olhar para a Match, para toda a operação de ingressos que está sendo feita pelo Blatter e por essas companhias. Os senhores têm de fazer com que eles testifiquem isso na Corte. Eles têm de fazer um juramento de honestidade. É o seu País, é o seu dinheiro, e eles estão rindo dos senhores agora. Eles sempre conseguem fazer isso. Eles perderam muita grana na África do Sul e querem fazer esse dinheiro aqui.

Tenho um documento no qual a mídia deve ficar muito interessada. Os senhores também devem ficar muito interessados em vê-lo. É um documento secreto que foi mandado pela Match para as companhias de ingresso e de turismo e que mostra que uma fantástica proporção desses ingressos foi para essa companhia privada. Então, quando os senhores encontrarem o Sr. Blatter dizendo que vão abrir loterias e que haverá vários processos para comprar os ingressos da Copa do Mundo, os senhores têm de falar para ele, como falamos na Inglaterra: “Esse é um peixe fedido”. É isso que falamos quando não é algo verdadeiro.

Então, qualquer pessoa pode perguntar especificamente: “Posso mandar todas as informações para vocês? Vocês me mandam seus *e-mails*”.

É importante ver que o Blatter deu para o seu sobrinho e para outras pessoas uma grande parte da Copa do Mundo. Pergunto para os senhores: o que está acontecendo? Os senhores são legisladores soberanos? Ou os senhores vão agir como escravos dessas pessoas? Os senhores não podem trair as suas próprias pessoas. Sei que os senhores não vão fazer isso, tenho certeza. Os senhores podem fazer um grande golpe contra isso, para que haja a liberação da Copa do Mundo, e o mundo inteiro vai aplaudir os senhores e suas ações.

Quanto a corrupção... Bem, eu estava muito interessado, em 1º de junho deste ano, quando o Mohamed Bin Hamman saiu, ele foi suspenso, porque voou para Trindade com mais de US\$1 milhão em dinheiro, e não há nenhuma questão sobre isso. Chegaram a tirar fotos do dinheiro. Mas eu concordei com a Fifa quando suspenderam ele, e me dou bem com o Mohamed, porque ele vive num mundo real, e o Qatar deu dinheiro verdadeiro para comprar a presidência para ele, e para o Qatar conseguir a sede em 2022.

Sei que esse não é o problema, mas realmente esses problemas da Fifa vão ser atraídos ao Brasil. Cento e oitenta e sete homens sabiam sobre isso. O Blatter fica falando sobre o futuro do futebol e sobre a Copa do Mundo. E agora ele, finalmente, está botando

uma mulher no Comitê Executivo. Ele falou isso quando ele entrou em 1998, no lugar do João Havelange.

Eu não vou falar isso aqui agora, mas vocês falam tudo: para a Fifa, parece que as mulheres não são capazes de estar em seu corpo legislativo. Vocês sabem que isso é uma desgraça. Eles são 50% da população do mundo, e eles estão demorando um tempão para botar uma mulher. Que coisa! São 187 homens lá dentro. Metade deles são imbecis e a outra metade são criminosos, porque existe um sindicato de criminosos na Fifa, e isso vai indo para baixo, para baixo, até chegar nas pessoas... E o que eles querem é dinheiro de desenvolvimento. Ele dão mais ou menos US\$1 milhão por ano, e eles agora parece que duplicaram isso, o Blatter duplicou isso, e isso só é monitorado, só há uma auditoria se alguém idiota o bastante para falar que vai contra o Blatter. E aí eles já expulsam essa pessoa. Se você for um homem sem nenhuma moralidade, de um país que nem se conhece, você vota contra o Blatter? Ele trabalhara para você.

E eu devo dizer mais uma coisa: os ingleses e os escoceses finalmente descobriram algo que está atrás das suas costas, que é a coluna. Os escoceses e os ingleses disseram: “A gente deve suspender esses escoceses”. Vocês lembram o que o Grondona falou, aqueles vulgaridades aqui da América Latina? Agora não me lembro quais foram os países, mas todo mundo começou a insultar a Escócia e a Inglaterra. Desde que você tenha *status*, isso é seu direito. O Grondona agora falou: “Desculpa”. Grandes coisas! Muito obrigado. Vá se juntar aos seus nazistas”.

Vocês sabem que existe um problema de antisemitismo no Brasil. E agora o Grondona não pode parar ele mesmo de falar desse antisemitismo, e o Blatter não fez nada. Eles ficam falando que eles são contra a discriminação, e nós temos muito negros nos times da Europa, e existem regras contra a discriminação racial lá. Mas o Blatter falou... Muitas vezes, eles não têm condições de ser um árbitro. E o Blatter nem me respondeu. O Grondona é parte dessa gangue. O Blatter não precisa ir lá e cumprimentar o Grondona, que faz esses comentários preconceituosos.

Eu respondi suas perguntas? (*Pausa.*)

Eu realmente agradeço por você me dar essa oportunidade de mostrar toda a pesquisa que fiz ao longo dos anos. Vocês deveriam receber cópias gratuitas desse livro. Eu gostaria que vocês comprassem o livro, mas vocês podem receber cópias gratuitas, sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Sr. Jennings, agradecemos as suas respostas ao Senador Cristovam Buarque.

Eu quero informar aos Srs. Senadores que agora é meio-dia e vinte, e vamos tentar encerrar esta reunião no máximo às 12h45min. Por isso, eu considero inscritos o Senador Mário Couto e a Senadora Ana Amélia.

Consulto se mais algum Senador quer se inscrever. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira se inscrever, estão encerradas as inscrições.

Vou pedir ao nosso convidado que procure, dentro do possível, ser conciso nas suas respostas até o final.

Concedo a palavra ao Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB - PA) – Meu nobre jornalista, primeiro, quero agradecê-lo por ter vindo a esta Comissão do Senado brasileiro.

Eu gostaria de poder ficar ouvindo-o o dia inteiro, porque o nobre jornalista mostrou a nós, Senadores, que conhece com profundidade a vida profissional dessas pessoas, principalmente a do brasileiro Ricardo Teixeira.

V. S^a tem de entender um pouco da política brasileira. Não vai sair daqui sabendo tudo, com certeza, com as explicações que vou lhe dar, mas é preciso entender um pouquinho.

Eu quero lhe dizer que eu não tenho nenhuma dúvida de que o Sr. Ricardo Teixeira é um patife. Nenhuma dúvida! Já usei, por várias vezes, a tribuna deste Senado para condená-lo e já usei o termo “ladrão” em vez de “corrupto”. Fui questionado por um colega, dizendo que eu não devia usar o termo “ladrão”. Perguntei eu, então, qual a diferença do ladrão para o corrupto. Eu não tenho dúvida disso. Não tenho dúvida de que esta Nação não deveria mais tê-lo à frente da CBF. Eu não tenho dúvida disso. Há muito tempo, o Sr. Ricardo Teixeira já devia ter saído.

Observe uma coisa, meu caro jornalista. Olhe para a plateia de Senadores – aqui, nesta fila, estão os Senadores. Conte quantos são, quantos estão interessados em ouvir quem é o Sr. Ricardo Teixeira, aqui, no Parlamento nacional, na maior casa legislativa deste País, capaz até, pela Constituição brasileira, de tirar o Presidente da República, como já fez democraticamente. Hoje, têm três classes de Senadores: uma que defende o Governo e, automaticamente, o Sr. Ricardo Teixeira; a outra que fica em cima do muro – em cima do muro, no Brasil, quer dizer que não é de um lado nem de outro lado, é neutro; e tem a outra que defende os interesses da Nação - os desvios do dinheiro público, que denuncia, que tenta investigar, mas não consegue, porque é minoria. Do lado do Governo e do Sr. Ricardo Teixeira, existe uma grande maioria de Senadores, mas vamos ter de tirar. De qualquer maneira, vamos! Vamos ter de lutar muito, meu nobre jornalista.

V. S^a falou tanto em democracia e os cabelos aqui do meu braço levantaram, ficaram em pé. Será que esta democracia brasileira é mesmo tão bela e linda, como pensam os estrangeiros? Não, meu nobre jornalista. Não é. V. S^a não consegue sequer fazer uma investigação do dinheiro público nesta Casa. Nenhuma! Tentei eu fazer várias. Condenei um homem, um dos mais corruptos deste País, de um órgão chamado Dnit que mexe com os transportes neste País – e as nossas estradas todas escangalhadas! – e, depois de três anos e meio, conseguiram me ouvir e o tiraram. O Brasil, meu nobre jornalista, vive uma fase crítica de corrupção. Crítica! Propina em todos os ministérios! Passamos por uma fase ridícula. O Sr. Ricardo Teixeira, perto dos ministros, é um anjo.

O SR. ANDREW JENNINGS *(Tradução simultânea.)* – Como eu disse, existem duas questões aqui e eu não sei o bastante para me envolver nessa discussão, nessas alegações sobre a política aqui. Temo que seja verdadeiro, mas não cabe a mim.

Rapidamente, se a Presidente Dilma ver esta apresentação e checar os fatos, até sexta – hoje é quarta -, ela poderia fazer um novo comitê organizador para gastar seus impostos. Ela é a Presidente ou é o Teixeira que é o Presidente?

Falando sobre a CBF, eu acho que esse é um processo mais longo de consulta, de fazer boas leis, não leis rápidas, para democratizar a CBF para os jogadores e os fãs de futebol. Isso pode demorar mais. Mas eu espero que, antes de eu voltar para a Inglaterra, exista um novo comitê organizador. Espero que isso aconteça. Isso, vocês podem fazer assim, como num passe de mágica. Ou vocês podem falar para ele: “Então, tudo bem, Ricardo Teixeira, você organiza a sua Copa do Mundo, mas não vai ter nenhum dinheiro dos nossos impostos”.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB - PR) – Apenas uma informação. Lá caiu um Ministro, e as agências de notícias estão informando que o nosso Ministro do Esporte também está caindo na tarde hoje.

Foram seis Ministros que caíram...

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB - PA) – Permitam-me continuar minha fala.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB - PR) – (...) apesar dessas dificuldades.

O SR. ANDREW JENNINGS *(Tradução livre.)* – O Sr. Silva está saindo hoje.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB - PR) – O Sr. Silva renuncia agora à tarde.

O SR. ANDREW JENNINGS *(Tradução livre.)* – Eu espero que o seu substituto não seja recrutado do fã clube de Ricardo Teixeira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB - SC) – Senador Mário Couto, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB - PA) – Meu caro jornalista, eu estou tentando lhe mostrar a nossa dificuldade, dos Legislativos, em atuar neste País. V. S^a tem de entender um pouquinho do nosso dia a dia para que possa entender por que Ricardo Teixeira, um patife, ainda não saiu da CBF. Vai ter de sair, vai ter de sair! Vai ter de sair antes da Copa! Se não sair antes da Copa, o mundo inteiro, com certeza, irá nos criticar. Eu não tenho dúvida disso.

O SR. ANDREW JENNINGS (*Tradução simultânea.*) – Eu não posso entrar na Fifa. Eu não posso entrar também no comitê das cinco famílias em Nova York. Eu sou banido, porque sou um pesquisador de documentários, tão simples. Eu comecei a pesquisar o bônus secreto de Blatter. Então, eles me baniram, porque eles não querem que eu entre lá, perguntando para ele: “Que bônus você pagou a si mesmo, Presidente Blatter? Por que você não investiga as propinas de Leóz e Teixeira?”

Alguns repórteres não são bons na Europa, porque eles são apenas repórteres de futebol. Eles são bons como repórteres de futebol. Não me levem para um jogo – talvez, eu não consiga nem dizer o placar. Eu quero saber dos documentos.

Eu fui banido desde abril de 2003. Por isso, tenho de ficar do lado de fora da cerca da Fifa. Eles não me deixam entrar. É muito bizarro.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ANDREW JENNINGS (*Tradução simultânea.*) – É uma organização privada e eles têm o direito de decidir quem entra e quem não entra.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB - PA) – Meu nobre jornalista...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB - SC) – Senador, para concluir, por favor.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB - PA) – (...) só se mexe em um cargo público aqui, no Brasil, se for através da política, meu nobre. Por isso, estou abordando o assunto política nesta reunião. Eu não poderia deixar de fazê-lo, para que V. S^a tenha o conteúdo de como se deve chegar até tirar essa imundície que contamina a nossa entidade máxima do esporte, tão respeitado, como disse V. S^a, no mundo inteiro.

Não tenho dúvidas do fracasso do Brasil na última Copa. Eu não tenho dúvidas de que pertence a Ricardo Teixeira. Eu não tenho dúvidas de que é um dos maiores propineiros do Brasil. Eu não tenho dúvida sobre nada disso. É preciso tirá-lo. É preciso tirá-lo!

O SR. ANDREW JENNINGS (*Tradução livre.*) – *Façam isso!*

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB - PA) – Para isso, é preciso que V. S^a entenda a política nacional. Este Senado, onde V. S^a está fazendo esta palestra, é capaz de tirá-lo. É verdade. Mas sabe por que não tira?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB - PA) – V. S^a fala muito, mas eu falo também. (*Risos.*)

É melhor V. S^a dar um tempo para mim, porque vai dar...

Mas sabe por que não se tira? Porque o Governo não quer! Eu tenho de lhe dizer isso.

O SR. ANDREW JENNINGS – (*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB - PA) – Eu não tenho medo da Dilma. V. S^a tem? Eu não. Eu não tenho medo. A Dilma não quer tirar o Ricardo Teixeira.

O SR. ANDREW JENNINGS (*Tradução livre.*) – Eu a respeito. Eu quero respeita-la.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB - PA) – A Dilma não quer.

O Legislativo só pode tirar através de uma investigação. A Dilma não quer investigá-lo. Eu vou agora para o plenário, peço uma CPI agora e não consigo fazer a investigação. Eu não consigo, porque o Governo não quer. Saiba disso.

Eis um lutador que já lutou tanto para tirá-lo. Eu dei a mão a ele nessa luta e vou continuar dando. Vou continuar lutando e só vou sossegar depois que eu ver o Ricardo Teixeira fora da CBF, porque é um mal ao nosso futebol, à nossa Nação, ao nosso povo. É um mal que está ali.

Eu vim escutá-lo. Gostei. Eu o parablenizo...

O SR. ANDREW JENNINGS (*Tradução livre.*) – Organize o comitê primeiro; a CBF, em segundo lugar.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB - PA) – Eu o parablenizo. Volte sempre. Traga as notícias. Saiba que as notícias que V. S^a trouxe servirão para o debate e para continuarmos a nossa luta. Espero, na próxima, poder lhe dar uma boa notícia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB - SC) – Agradecemos a manifestação do Senador Mário Couto. Pelo que pude compreender, não cabe nenhuma resposta do nosso convidado.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB - PA) – Eu só queria perguntar a ele... Ele me falou, no decorrer da explanação dele, que ele era o único jornalista... Eu quero se realmente entendi direito. Eu acho que não entendi direito. Ele disse que era o único jornalista que não conseguia entrar na Fifa. Foi isso que V. S^a afirmou? Que não lhe deixavam entrar na Fifa.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ANDREW JENNINGS (*Tradução livre.*) – Sim. Vocês viram nas seqüências de vídeo.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB - PA) – Mas como?! V. S^a não tem a liberdade de jornalista de entrar em qualquer lugar?! Como podem lhe impedir de entrar na Fifa?!

O SR. ANDREW JENNINGS (*Tradução simultânea.*) – Na última pergunta, não, não. Não ouvi nenhuma alegação, nenhum rumor em relação a jogadores famosos para receberem propinas, seja o Romário, seja o Pelé. A Fifa sempre está interessada em jogadores famosos para fazer propaganda, mas eles não precisam que esses jogadores façam algo pela Fifa. Eles só jogam futebol.

(*Falha na gravação.*)

O SR. ANDREW JENNINGS (*Tradução simultânea.*) – Uma pergunta de cada vez, por favor, Senadora, por gentileza.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – A primeira pergunta que lhe fiz...

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB - PA) – Por que V. S^a não entra na Justiça com o direito que tem e que lhe é garantido? Ou não? As leis não garantem lá esse direito jornalístico?

O SR. ANDREW JENNINGS (*Tradução livre.*) – É uma organização privada.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB - PA) – Assim mesmo.

O SR. ANDREW JENNINGS (*Tradução livre.*) – Eles têm o direito de decidir quem entra e quem não entra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB - SC) – Agradecemos.

Passo a palavra à Senadora Ana Amélia para suas observações e seus questionamentos.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP - RS) – Para começar, eu queria só contestar um pouco a definição do Senador Mário Couto de que aqui, nesta Casa, existem defensores intransigentes ou do Governo, oposição e os que estão no muro. Não estou no muro, o Senador Mário Couto é testemunha, fui autora do requerimento para presença nesta Comissão do Ministro Orlando Silva e fiz questionamentos nada reveladores de tendência governista, embora meu partido esteja na base do Governo. Então, respeito muito a posição do Senador, mas acho que esse esclarecimento, no meu caso, cabe ser feito.

Eu queria, Presidente Paulo Bauer, cumprimentar a iniciativa e a presença do Andrew, que dá uma grande contribuição para entender esse complexo mundo e até misterioso, em alguns casos, do futebol mundial e especialmente da poderosa Fifa. Eu queria ratificar

o requerimento apresentado pelo Senador Pedro Simon, para que todas as denúncias apresentadas pelo Andrew aqui sejam encaminhadas à Presidenta Dilma Rousseff. Eu queria ratificar este depoimento.

Não pude acompanhar toda exposição do Andrew, mas no que me foi possível acompanhar, você fez uma revelação que, se não me falha a memória, na Tailândia, um *inside trader* de uma pessoa ligada à Fifa fez uma venda terceirizada de transmissão de televisão na Tailândia. Quero saber se, nesse particular, no Brasil, os *inside traders* estão operando e em que áreas eventualmente. Primeira pergunta.

A segunda pergunta é se o senhor poderia me informar se os outros países que realizaram a Copa tiveram de aprovar, como no Brasil, nos seus respectivos Parlamentos, leis especiais por exigência e para satisfazer a Fifa.

Por fim, nesse particular também, duas outras questões: No Brasil, o Poder Judiciário está também se insurgindo contra as limitações do Poder Judiciário pela exigência da Fifa de uma espécie de tribunal temporário para fazer o julgamento de questões como trabalhistas ou de direitos na área comercial. Por fim, o senhor fez menção a, pelo menos, dois famosos jogadores brasileiros, e eu queria saber se o senhor tem conhecimento de que, eventualmente, algum famoso jogador brasileiro tenha recebido propina da Fifa ou da CBF.

Essas são as minhas questões.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB - SC) – O senhor está com a palavra.

O SR. ANDREW JENNINGS – (*Pronunciamento em língua estrangeira.*)

(*Falha na tradução simultânea.*)

O SR. ANDREW JENNINGS (*Tradução simultânea.*) – Uma pergunta de cada vez, por favor, Senadora.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – A primeira pergunta que lhe fiz é se o senhor tem conhecimento de que os outros países que realizaram Copa do Mundo se submeteram a exigências tão rigorosas que tiveram de aprovar nos seus Parlamentos da mesma forma como estão fazendo agora, no Brasil, com a famosa conhecida Lei da Copa. É a primeira.

O SR. ANDREW JENNINGS (*Tradução simultânea.*) – Você acha que a Rússia teve uma discussão democrática sobre isenção fiscal? Você acha que o Governo do Qatar consultou o seu povo se eles iam receber concessões fiscais? Não falamos apenas sobre os subornos e as propinas, as ditaduras adoram a Fifa, e a Fifa adora ditaduras. E alguns de vocês já perceberam que quando o Presidente Blatter teve o desastre de 1º de junho, para onde ele foi depois disso? Ele não

foi falar com a mídia, ele foi para o Azerbaijão, onde os bons jornalistas já morreram e para o Zimbábue, e não precisamos nem comentar sobre isso, não é?

O governo holandês, corajosamente, publicou as garantias e criticou a Fifa. Se vocês entrarem no meu site, há uma história lá sobre os documentos que a Fifa quer que você veja, mas o governo holandês disse: não temos certeza sobre isso. E a carta que eles receberam do departamento legal da Fifa, se ele estivesse sentado aqui, com você agora, como ele conversou com o governo holandês, talvez vocês corressem aqui e o arrastassem para o estacionamento e o linchassem. Que arrogância é essa?! Quem é o dono do futebol? Eles são os donos do futebol e vão ferrar os brasileiros se puderem.

Isso responde a sua primeira pergunta, Senadora?

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria também acrescentar que entre essas exigências da Fifa, existe uma que faz limitações ao exercício do Poder Judiciário, para criar excepcionalidade no tratamento de processos durante os jogos ou durante o campeonato mundial no Brasil. E o Poder Judiciário brasileiro já está reclamando sobre essa forma e essa imposição da Fifa. Dessa mesma maneira, isso aconteceu nos outros países, Sr. Andrew?

O SR. ANDREW JENNINGS (*Tradução simultânea.*) – Se me permitir dizer isso, senhora, acredito que a sua mãe a ensinou falar não, não foi?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Claro.

O SR. ANDREW JENNINGS (*Tradução simultânea.*) – Por que o seu País não pode dizer “não”? Interferir nos seus processos legais? Sei disso, mas acho horrível estar ouvindo isso aqui. Então, vocês não são uma Nação soberana? Vocês não têm um Congresso eleito de forma democrática? Então, vocês não têm o Presidente que foi eleito democraticamente? O Presidente Blatter está mandando e falando para vocês o que fazer? O poder está nas mãos de vocês, vocês são legisladores, então, resolvam isso.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – E, para terminar, a questão do *insider trader* que o senhor mencionou se, no Brasil, o senhor tem conhecimento de algum tipo de operação dessa natureza já em relação a isso. E obrigada pelas suas respostas.

O SR. ANDREW JENNINGS (*Tradução simultânea.*) – Eles não podem tirar isso de vocês, do Brasil, não há chance deles fazerem isso. Eles vão dizer: a gente vai tirar esse direito de vocês, a gente vai levar a Copa do Mundo para a Tasmânia. Mas eles não podem tirar a Copa do Mundo daqui, vocês sabem disso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Muito bem.

Quero registrar, antes de encerrar esta reunião que, além dos Senadores que assinaram o livro de presença, estiveram presentes durante esta reunião pelo tempo integral de sua realização ou não, os Senadores Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Roberto Requião, Pedro Simon, Ana Amélia, Cyro Miranda, Maria do Carmo Alves, Delcídio do Amaral e Alvaro Dias, além do Senador Mário Couto e este que fala a V. Ex^{as}.

Esta reunião foi transmitida pela Rádio Senado, também é objeto de divulgação pela Agência Senado e será transmitida pela TV Senado para todo o Brasil.

Agradecemos a presença de todos, especialmente do Sr. Andrew Jennings, que, muito gentilmente, atendeu ao convite apresentado por esta Comissão, graças à proposição do Senador Alvaro Dias. Suas informações foram muito importantes para que nós, brasileiros, conhecêssemos um pouco mais a respeito das atividades da Fifa.

Por fim, também desejo e preciso convocar os membros desta Comissão para uma reunião extraordinária, na tarde de hoje, às 14h30min, para discussão do Projeto de Lei nº 79 da Câmara dos Deputados, que tramita em regime de urgência no Senado Federal.

Agradecendo, mais uma vez, a colaboração e a presença de todos, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 47 minutos.)

ATA DA 40ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE OUTUBRO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 11h30, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SALA Nº 9.

Às onze horas e quarenta e nove minutos do dia quatro de outubro de dois mil e onze, na sala de reuniões nº 9, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **ANIBAL DINIZ, RODRIGO ROLLEMBERG, WILSON SANTIAGO, SÉRGIO SOUZA, EDUARDO BRAGA, REDITARIO CASSOL, ALOYSIO NUNES FERREIRA, PAULO DAVIM, VANESSA GRAZZIOTIN, BLAIRO MAGGI, ANTONIO CARLOS VALADARES, LOBÃO**

FILHO, FLEXA RIBEIRO, JOÃO VICENTE CLAUDINO e LINDBERGH FARIAS. Deixam de comparecer os Senhores Senadores **ACIR GURGACZ, JORGE VIANA, VICENTINHO ALVES, PEDRO TAQUES, LUIZ HENRIQUE, EUNÍCIO OLIVEIRA, ALVARO DIAS, KÁTIA ABREU e RANDOLFE RODRIGUES.** Justificou a sua ausência o Senador Cristovam Buarque, conforme Memo GSCB nº 09-278/2011. Havendo número regimental, a Presidência declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, a Presidência submete à comissão os seguintes comunicados: 1) “em relação à aprovação do PLC nº 70, de 2009, em caráter terminativo, na 36ª reunião ordinária da CMA em 20/09/2011, com fundamento nas notas taquigráficas da reunião, ao ser anunciada a votação da emenda nº 1, tratava-se da 1ª subemenda apresentada pelo relator. e que, ao ser anunciada a votação da emenda nº 2, tratava-se da segunda subemenda apresentada no relatório. Nesses termos, a Presidência esclarece que foi aprovado o projeto com as duas emendas da CMA, conforme orientação do relator”; 2) “a organização do seminário internacional “Água e Transdisciplinariedade”, do qual a CMA é parceira em vista da aprovação do Requerimento nº 58 de 2001, juntamente com a UNESCO, UNB, ANA e outras instituições, consulta esta comissão sobre a possibilidade do seminário ser enquadrado como evento preparatório para o VI Fórum Mundial da Água. Submeto à comissão a consulta da organização do evento. Os senadores que concordam com que o seminário seja enquadrado, permaneçam como se encontram. Aprovado. O resultado será encaminhado aos organizadores”. Passa-se à **PAUTA**, destinada à deliberação de matérias. **Item 1) TURNO SUPLEMENTAR DO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 147, DE 2009**, que “Dá nova redação ao § 1º do art. 25 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (dispõe que os animais silvestres apreendidos devem ser libertados em seu habitat)”. Autoria: Deputado Antonio Carlos Mendes Thame. Turno Suplementar: Apreciação em turno suplementar do substitutivo aprovado na reunião de 07/07/2011. Encerrada a discussão, não foram apresentadas emendas ao substitutivo, sendo o mesmo definitivamente adotado sem votação, conforme art. 284 do RISF. **Item 2) COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA - LEITURA DE AVISOS E OFÍCIOS.** É realizada a leitura dos Avisos nºs 138, de 2000; 63, 70, 76 e 77, de 2011; Ofício “S” nº 49, de 2011; e decisões diversas do Tribunal de Contas da União: Aviso nº 854-Seses-TCU-Plenário, nº 870-Seses-TCU-Plenário, nº 924-Seses-TCU-Plenário, nº 1205-Seses-TCU-Plenário, nº 1173-Seses-TCU-Plenário, nº 1332-Seses-TCU-Plenário, nº 1481-

GP/TCU, nº 1298-Seses-TCU-Plenário, nº 1358-Seses-TCU-Plenário, nº 1515-GP/TCU, nº 1443-Seses-TCU-Plenário; em conformidade ao Ato nº 02, de 2009 da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, aprovado em 08/12/2009. É realizada também a leitura dos seguintes ofícios: nº 42G/AFEPA/SGAP I/PARL PEMU OEA, de 06/05/2011 (Ofício nº 631/2011-SF): Resposta ao Requerimento de Informação nº 883, de 2010, de autoria da CMA, encaminhado pelo Ministro das Relações Exteriores Antonio de Aguiar Patriota, acerca do “estágio em que se encontram as negociações de uma convenção sobre direitos do consumidor, que tiveram início por ocasião da CIDIP-VII da Organização dos Estados Americanos (OEA); e nº 264/2011/GM/MMA (Ofício nº 498/2011-OF.SF): Resposta ao Requerimento de Informação nº 511, de 2010, de autoria da CMA, encaminhado pela Ministra do Meio Ambiente Izabella Teixeira, acerca “das ressalvas constantes no parecer do Sen. Gilberto Goellner ao Ofício nº 10, de 2009, sobre o Relatório Anual emitido pelo Serviço Florestal Brasileiro sobre a Gestão de Florestas Públicas para a Produção Sustentável, referente ao ano de 2008. **Item 3) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 101, DE 2011**, que “Requeiro, nos termos regimentais, seja realizada Audiência Pública, tendo como convidado o Presidente do Banco do Brasil S.A, Senhor Aldemir Bendine, para debater sobre a noticiada transferência de pelo menos um terço da Diretoria e cerca de 2 mil funcionários daquela Instituição Financeira de Brasília para São Paulo, objeto da matéria intitulada “GOVERNO ESVAZIA BANCO DO BRASIL EM BRASÍLIA” veiculada pelo Jornal Correio Braziliense, em 29 de setembro de 2011 (matéria de Capa e página 18)”. Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Colocado em votação, a comissão aprova o requerimento nº 101, de 2011-CMA. **Item 5) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 99, DE 2011**, que “Nos termos do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada Audiência Pública para a discussão das ações governamentais em razão da realização da Copa do Mundo, com a participação dos seguintes convidados:- Ricardo Teixeira – Presidente da Confederação Brasileira de Futebol e do Comitê Organizador da Copa do Mundo de 2014; - Guilherme Ramalho – Responsável pela Câmara de Infraestrutura para a Copa do Mundo, coordenada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; - Raquel Rolnik – relatora especial da Organização das Nações

Unidas para o direito à moradia adequada; - Athayde Ribeiro Costa – Procurador da República, Coordenador do Grupo de Trabalho Copa do Mundo FIFA 2014 da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (MPF)”. Autoria: Senadores Raulo Rodrigues e Rodrigo Rollemberg. Colocado em votação, a comissão aprova o requerimento nº 99, de 2011-CMA como audiência pública conjunta e faz convite ao Senhor Ministro dos Esportes, Orlando Silva.

Item 6) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 100, DE 2011, que “Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada diligência pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) junto ao Laboratório de Ecologia e Restauração Florestal do Departamento de Ciências Biológicas da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo (ESALQ/USP)”. Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Colocado em votação, a comissão aprova o requerimento nº 100, de 2011-CMA.

Item 7) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 176, DE 2008 - NÃO TERMINATIVO, que “Dispõe sobre a importação e o fornecimento de produtos sujeitos à Regulamentação Técnica Federal”. Autoria: Deputado Antonio Carlos Mendes Thame. Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatório: Pela aprovação do projeto com as emendas nº 1, 2 e 3-CAE. Colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CMA, pela aprovação do projeto com as emendas nº 1, 2 e 3-CAE/CMA. Retirado de pauta, a pedido do relator.

Item 8) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 141, DE 2010 - NÃO TERMINATIVO, que “Dispõe sobre o encerramento das atividades de uma instalação radiativa e a limitação de sua radiação residual”. Autoria: Deputado Silvinho Peccioli. Relatoria: Senador Vicentinho Alves. A Presidência designa relator “ad hoc” o Senador Anibal Diniz. Relatório: Pela aprovação do projeto com uma emenda que apresenta. Colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CMA, pela aprovação do projeto com a emenda nº 1-CMA.

Item 9) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 264, DE 2011 - NÃO TERMINATIVO, que “Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre a assistência devida aos passageiros em caso de atraso de voo”. Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Senador João Vicente Claudino. Relatório: Pela prejudicialidade do projeto. Colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CMA, pela prejudicialidade do PLS nº 264, de 2011.

Item 18) PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E

CONTROLE Nº 2, DE 2006 - NÃO TERMINATIVO, que “Propõe, nos termos do art. 49, inciso X, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso IX e com o artigo 102-B do Regimento Interno do Senado Federal, a instauração de procedimento de fiscalização e controle com a finalidade de acompanhar os processos investigativos, administrativos e judiciais das instituições financeiras arroladas em inquérito da Polícia Federal que as indicia em crimes contra o sistema financeiro”. Autoria: Senador Pedro Simon. Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatório: Pelo arquivamento e pela apresentação de um requerimento de convocação do Ministro de Estado da Fazenda, um requerimento de convocação do Ministro de Estado da Justiça e um requerimento de informações ao Tribunal de Contas da União. Colocado em votação, a comissão rejeita os requerimentos de convocação aos Ministros de Estado da Fazenda e da Justiça e aprova o requerimento de informações ao Tribunal de Contas da União. Retirado de pauta, a pedido do relator.

Item 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 195, DE 2009 – TERMINATIVO, que “Altera a Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, e dá outras providências”. Autoria: Senador Raimundo Colombo. Relatoria: Senador Anibal Diniz. Relatório: Pela rejeição do projeto. Colocado em votação, a comissão rejeita o projeto por nove votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção.

Item 12) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 54, DE 2011 – TERMINATIVO, que “Dá nova redação ao inciso II do § 1º do art. 18 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências”. Autoria: Deputado Chico Lopes. Relatoria: Senador Anibal Diniz. Relatório: Pela rejeição do projeto. Colocado em votação, a comissão rejeita o projeto por nove votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção.

Item 13) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 329, DE 2010 – TERMINATIVO, que “Altera o art. 43, §3º da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, que “dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências” - Código de Defesa do Consumidor (CDC), para tornar rápida a comunicação aos destinatários dos bancos de dados e dos cadastros de consumidores sobre as correções de informações dos consumidores”. Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Relatoria: Senador Lobão Filho. Relatório: Pela rejeição do projeto. Usa da palavra o Senador Anibal Diniz. Concedido pedido de vista coletiva do projeto, nos termos do artigo 132, §1º e 4º, do Regimento Interno do Senado Federal.

Item 14) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, DE 2011 – TERMINATIVO, que “Faculta ao Segurado, nos contratos de seguros de automóveis, a escolha do prestador de serviços de reparos do veículo sinistrado”.

Autoria: Deputado Pepe Vargas. Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatório: Pela aprovação do projeto com a emenda nº 1-CAE. Colocado em votação, a comissão aprova o projeto com a emenda nº 1-CAE/CMA. **Item 15) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 583, DE 2007 – TERMINATIVO**, que “Autoriza o Poder Executivo a criar a Fundação Instituto de Pesquisa da Biodiversidade Brasileira (BIOBRAS)”. Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senador Eduardo Braga. Relatório: Pela aprovação do projeto. Retirado de pauta, a pedido do relator, para reexame. **Item 17) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 64, DE 2010 – TERMINATIVO**, que “Altera a Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, que “dispõe sobre a oferta e as formas de afiação de preços de produtos e serviços para o consumidor”, para obrigar a informação do preço por unidade de medida na comercialização de produtos fracionados em pequenas quantidades”. Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senador Reditario Cassol. Relatório: Pela aprovação do projeto. Colocado em votação, a comissão aprova o projeto por sete votos favoráveis, um contrário do Senador Blairo Maggi e nenhuma abstenção. É aprovada a inclusão **EXTRAPAUTA** das seguintes matérias: **1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 102, DE 2011**, que “Requeremos, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública Conjunta entre as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA); Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e Agricultura e Reforma Agrária (CRA), para debater o impacto da reforma do Código Florestal (Lei nº 4.771, de 1965), atualmente em curso no Senado Federal por meio do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 30, de 2011, para os produtores de café localizados no sul do Estado de Minas Gerais, com a presença dos seguintes convidados:- Carlos Alberto Paulino da Costa, Presidente da Cooxupé;- Gilson Ximenes, Presidente do Conselho Nacional do Café;- Nathan Herszkowicz, Diretor-Executivo da Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC);- Breno Pereira de Mesquita, Presidente da Comissão Nacional do Café da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA);- Manoel Bertone, Secretário de Produção e Agroenergia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;- Francisco Miranda de Figueiredo Filho, Presidente da Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Três Pontas Ltda (Cocatel);- Maurício Voivodic, Secretário Executivo do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora);- Deputado Diego Andrade, Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura;- Deputado Domingos Savio, 1º Vice-presi-

dente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura;- Deputado Odair Cunha, 2º Vice-presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura; e - Deputado Cezar Colnago, Secretário Executivo da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura”. Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Colocado em votação, a comissão aprova o requerimento nº 102, de 2011-CMA. **2) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 103, DE 2011**, que “Requeiro, nos termos regimentais, seja realizada Audiência Pública para discutir as propostas que o Brasil levará para a COP-17, que acontecerá no final deste ano, em Durban, África do Sul, tendo como convidados representantes do Ministério do Meio Ambiente (MMA); do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e do Ministério das Relações Exteriores (MRE)”. Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. em votação, a comissão aprova o requerimento nº 103, de 2011-CMA. Ficam adiadas as demais matérias. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e um minutos, lavrando eu, Leany Barreiro de Sousa Lemos, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Rodrigo Rollemberg**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Declaro aberta a 40ª Reunião Ordinária da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, a realizar-se em 4 de outubro de 2011, terça-feira, às 11h30min, na Ala Alexandre Costa.

Havendo número regimental, declaro aberta a reunião ordinária da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*
Aprovada.

Com relação à aprovação do PLC nº 70, de 2009, em caráter terminativo, na 36ª reunião ordinária da CMA, em 20/09/2011, esclareço a V. Ex^{as}, com fundamento nas notas taquigráficas da reunião, que ao ser anunciada a votação da Emenda nº 1, tratava-se da primeira subemenda apresentada pelo relator e que, ao ser anunciada a votação da Emenda nº 2, tratava-se da segunda subemenda apresentada no relatório.

Nesses termos, a Presidência esclarece que foi aprovado o projeto com as duas emendas da CMA, conforme orientação do relator.

A organização do seminário internacional “Água e Transdisciplinariedade”, da qual a CMA é parceira, em vista da aprovação do Requerimento nº 58, de 2001, juntamente com a Unesco, UnB, ANA e outras instituições, consulta esta Comissão sobre a possibilidade de o seminário ser enquadrado como evento preparatório para o VI Fórum Mundial da Água.

Submeto à Comissão da consulta da organização do evento.

Os Senadores que concordam que o seminário seja enquadrado permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O resultado será encaminhado aos organizadores.

A presente reunião destina-se à deliberação de matérias.

Passamos à pauta.

ITEM 1

TURNO SUPLEMENTAR DO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 147, DE 2009

Dá nova redação ao § 1º do art. 25 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (dispõe que os animais silvestres apreendidos devem ser libertados em seu habitat).

Autoria: Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

Turno Suplementar: Apreciação em turno suplementar do substitutivo aprovado na reunião de 07/07/2011. Não sendo oferecidas emendas até o término da discussão do turno suplementar, o substitutivo será definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do RISF.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir e não tendo sido apresentadas emendas ao substitutivo aprovado na reunião de 7 de julho de 2011, o substitutivo é definitivamente adotado sem votação, conforme o art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM 2

COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA LEITURA DE AVISOS E OFÍCIOS

- *Leitura dos Avisos nºs 138, de 2000; 63, 70, 76 e 77, de 2011; e Ofício “S” nº 49, de 2011, em conformidade ao Ato nº 02, de 2009 da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, aprovado em 08/12/2009.*

Comunico, para conhecimento, de acordo com o referido Ato, que diversas decisões encaminhadas pelo Tribunal de Contas da União a esta Comissão, todas relacionadas na pauta cheia, serão incluídas na ata desta reunião.

Os avisos lidos hoje estarão à disposição na Secretaria da Comissão para consulta e/ou pedido de relatoria pelo prazo de 15 dias.

Não havendo manifestação, seguirão para o arquivio ou para a próxima comissão constante do despacho inicial.

- *Leitura dos Ofícios:*

- *nº 42G/AFEPA/SGAP I/PARL PEMU OEA, de 06/05/2011 (Ofício nº 631/2011-SF): Resposta ao Requerimento de Informação nº 833, de 2010, de autoria da CMA, encaminhado pelo Ministro das Relações Exteriores Antonio de Aguiar Patriota, acerca do “estágio em que se encontram as negociações de uma convenção sobre direitos do consumidor, que tiveram início por ocasião da CIDIP-VII da Organização dos Estados Americanos (OEA)”.*

- *nº 264/2011/GM/MMA (Ofício nº 498/2011-OF-SF): Resposta ao Requerimento de Informação nº 511, de 2010, de autoria da CMA, encaminhado pela Ministra do Meio Ambiente Izabella Teixeira, acerca “das ressalvas constantes no parecer do Sen. Gilberto Goellner ao Ofício nº 10, de 2009, sobre o Relatório Anual emitido pelo Serviço Florestal Brasileiro sobre a Gestão de Florestas Públicas para a Produção Sustentável, referente ao ano de 2008”.*

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR. Nº 101, DE 2011

Requeiro, nos termos regimentais, seja realizada Audiência Pública, tendo como convidado o Presidente do Banco do Brasil S.A, Senhor Aldemir Bendine, para debater sobre a noticiada transferência de pelo menos um terço da Diretoria e cerca de 2 mil funcionários daquela Instituição Financeira de Brasília para São Paulo, objeto da matéria intitulada “GOVERNO ESVAZIA BANCO DO BRASIL EM BRASÍLIA”, veiculada pelo Jornal Correio Braziliense, em 29 de setembro de 2011.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O item 4, Requerimento da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle nº 96, de 2011, o autor não está presente. Vamos pular, em função da ausência do relator.

O mesmo em relação ao item 5.

Vou subscrever o presente requerimento e sugerir que seja feito em conjunto, porque já foi aprovado um requerimento de igual teor na Comissão de Constituição e Justiça e há informações de que outras comissões também gostariam de fazer com igual teor.

Vou ler o requerimento de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, subscrito por mim neste momento.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 99, DE 2011

Nos termos do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada Audiência Pública para a discussão das ações governamentais em razão da realização da Copa do Mundo, com a participação dos seguintes convidados: Ricardo Teixeira – Presidente da Confederação Brasileira de Futebol e do Comitê Organizador da Copa do Mundo de 2014; Guilherme Ramalho – Responsável pela Câmara de Infraestrutura para a Copa do Mundo, coordenada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Raquel Rolnik – relatora especial da Organização das Nações Unidas para o direito à moradia adequada; Athayde Ribeiro Costa – Procurador da República, Coordenador do Grupo de Trabalho Copa do Mundo FIFA 2014 da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (MPF).

Sugiro, ainda, a inclusão do Ministro Orlando Silva, do Esporte, já que na outra Comissão também foi aprovado com o nome do Ministro, para que possamos fazer a audiência pública conjunta.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permanecem como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 100, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada diligência pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) junto

ao Laboratório de Ecologia e Restauração Florestal do Departamento de Ciências Biológicas da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo (ESALQ/USP).

Em apreciação.

Aqueles que concordam com a aprovação do Requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Solicitação de requerimento extrapauta, de autoria dos Senadores Rodrigo Rollemberg, Acir Gurgacz e Eduardo Braga, que nos honra com a sua presença nesta reunião, a partir deste momento.

Primeiro, vamos aprovar a inclusão na pauta.

Aqueles que concordam com a inclusão permanecem como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

ITEM EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 102, DE 2011

Requeremos, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública Conjunta entre as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA); Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e Agricultura e Reforma Agrária (CRA), para debater o impacto da reforma do Código Florestal (Lei nº 4.771, de 1965), atualmente em curso no Senado Federal por meio do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 30, de 2011, para os produtores de café localizados no sul do Estado de Minas Gerais, com a presença dos seguintes convidados: Carlos Alberto Paulino da Costa, Presidente da Cooxupé; Gilson Ximenes, Presidente do Conselho Nacional do Café; Nathan Herszkowicz, Diretor-Executivo da Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC); Breno Pereira de Mesquita, Presidente da Comissão Nacional do Café da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Manoel Bertone, Secretário de Produção e Agroenergia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Francisco Miranda de Figueiredo Filho, Presidente da Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Três Pontas Ltda (Cocatel); Deputado Diego Andrade, Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura; Deputado Domingos Savio, 1º Vice-presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura; Deputado Odair Cunha, 2º Vice-presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura; Deputado Cezar Colnago, Secretário Executivo da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura; e Maurício Voivodic, da Imaflora.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam com a aprovação do Requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 103, DE 2011

Requeiro, nos termos regimentais, seja realizada Audiência Pública para discutir as propostas que o Brasil levará para a COP-17, que acontecerá no final deste ano, em Durban, África do Sul, tendo como convidados representantes do Ministério do Meio Ambiente (MMA); do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e do Ministério das Relações Exteriores (MRE).

Consulto se os Senadores concordam com a inclusão extrapauta.

Em votação.

Aqueles que concordam com a inclusão permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O item 7, Projeto de Lei da Câmara, o relator não se encontra.

O item 8 já constou três vezes da pauta. Consulto o Senador Anibal Diniz se pode ler o relatório, como relator *ad hoc*.

ITEM 8

- Não Terminativo -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 141, DE 2010

Dispõe sobre o encerramento das atividades de uma instalação radiativa e a limitação de sua radiação residual.

Autoria: Deputado Silvinho Peccioli

Relatoria: Senador Vicentinho Alves

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – É o relatório do Senador Vicentinho Alves, Sr. Presidente.

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 141, de 2010 (Projeto de Lei nº 2.078, de 2007, na Câmara dos Deputados), de autoria do Deputado Silvinho Peccioli, que *dispõe sobre o encerramento das atividades de uma instalação radiativa e a limitação de sua radiação residual*, é submetido, nesta oportunidade, ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

O PLC ora sob exame determina que, após o encerramento das atividades de uma instalação radiativa, a dose efetiva de sua radiação residual não pode ultrapassar o limite de dose efetiva anual de radiação fixado pela autoridade federal competente para exposição de indivíduos do público, devendo essa dose efetiva não exceder a 1 milisievert (mSv) por ano.

Estabelece, também, que, para o encerramento das atividades de uma instalação radiativa, o responsável pela instalação deve solicitar à autoridade supracitada a respectiva autorização, mediante requerimento acompanhado das seguintes informações: destino a ser dado ao material radioativo e aos registros que devem ser conservados; relatório de levantamento radiométrico, emitido por especialista devidamente habilitado; e procedimentos técnicos e administrativos para a descontaminação total da instalação, quando o nível de radiação residual da área não estiver em conformidade com o exigido pela autoridade responsável pelo licenciamento.

Prevê que a autorização para encerramento da atividade de instalação radiativa e a liberação da área para uso irrestrito dependem da aprovação de relatório de levantamento radiométrico pela autoridade federal responsável pelo licenciamento da referida instalação.

Finalmente, estabelece que a responsabilidade civil e criminal decorrente da operação das instalações radiativas permanece com o titular da respectiva autorização até que a autoridade federal competente aprove o relatório de levantamento radiológico exigido para o encerramento das atividades.

Não foram apresentadas emendas à matéria.

Em conformidade com o art. 102-A do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CMA opinar sobre proteção do meio ambiente, controle da poluição, recursos hídricos e política nacional do meio ambiente, entre outros temas. Daí a relevância do exame do PLC nº 141, de 2010, por esta Comissão.

As ações determinadas pelo PLC nº 141, de 2010, atendem a dois princípios fundamentais no Direito Ambiental – precaução e prevenção – e contribuem para a promoção do manejo seguro e ambientalmente saudável dos resíduos radiativos, uma das recomendações contempladas na Agenda 21, documento produzido pela Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada, em 1992, no Rio de Janeiro.

O projeto de lei sob análise também atende aos propósitos da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, entre os quais o “estabelecimento de critérios e

padrões de qualidade ambiental e de normas relativas ao uso e manejo de recursos ambientais”. Além disso, insere-se no âmbito dos princípios consagrados por essa lei, entre os quais figura o “licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras”.

Finalmente, a proposição contribui para a concretização do princípio constitucional de que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, conforme previsto no art. 225 da Carta Magna.

Entendemos, todavia, que se deva alterar o art. 5º do PLC em exame, por ele estabelecer que a aprovação de relatório de levantamento radiológico pela autoridade competente faz cessar a responsabilidade civil e criminal do responsável pela operação de instalações radiativas. Tal previsão não considera determinações contidas na Lei nº 6.453, de 17 de outubro de 1977, que “dispõe sobre a responsabilidade civil por danos nucleares e a responsabilidade criminal por atos relacionados com atividades nucleares e dá outras providências”, e que dá tratamento mais adequado à questão. Nesse contexto, cremos ainda ser imprescindível observar as determinações do Código Penal.

VOTO

Com base no exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 141, de 2010, com a emenda apresentada a seguir.

EMENDA Nº – CMA

(ao PLC nº 141, de 2010)

Dê-se ao art. 5º do Projeto de Lei da Câmara nº 141, de 2010, a seguinte redação:

“Art. 5º A responsabilidade civil e criminal decorrente da operação de instalações radiativas será atribuída nos termos da Lei nº 6.453, de 17 de outubro de 1977, e do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).”

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o parecer do eminente relator permaneçam como se encontra. (Pausa.)

Aprovado.

Havendo número regimental para deliberação terminativa, faço um apelo para que os nobres Senadores permaneçam em plenário. Temos vários relatores aqui presentes e vamos iniciar a apreciação dos projetos terminativos.

Vamos começar com o item 11.

ITEM 11

- Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 195, DE 2009

Altera a Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, e dá outras providências.

Autoria: Senador Raimundo Colombo

Relatoria: Senador Anibal Diniz

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Vem a exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 195, de 2009, que exige que os postos revendedores de combustíveis discriminem a composição do preço de venda do litro de combustível, com informações sobre margens de lucro e carga tributária incidente.

A justificação explicita que a medida visa a combater a formação de cartel no setor, a qual ficará evidente ao se revelarem as altas margens de lucro auferidas pelos postos revendedores de combustível.

O PLS nº 195, de 2009, foi distribuído à Comissão de Serviços de Infraestrutura, onde foi aprovado com uma emenda, e a esta Comissão.

Não foram apresentadas emendas a esta matéria.

ANÁLISE

É afeto a esta Comissão, nos termos do art. 102-A, inciso III, a e e, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre assuntos atinentes à defesa do consumidor, em especial estudar, elaborar e propor normas e medidas voltadas à melhoria contínua das relações de mercado, inclusive as que envolvem fornecedores e consumidores.

Quanto à constitucionalidade formal, nos termos do art. 24, incisos I e VIII, da Constituição Federal, compete concorrentemente à União legislar sobre direito econômico e sobre responsabilidade por dano causado ao consumidor. E cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União, conforme o art. 48 da Lei Maior. Por fim, a matéria objeto do PLS nº 195, de 2009, não se enquadra entre as de iniciativa legislativa reservada a determinados legitimados, previstas na Carta Política.

Deve-se observar, entretanto, que a matéria é inconstitucional do ponto de vista material.

Desta forma, Sr. Presidente, voto pela rejeição da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que votam de acordo com o relatório do relator votam pela rejeição do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador Anibal Diniz?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador Blairo Maggi?

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Pela rejeição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador Sérgio Souza?

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador Eduardo Braga?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Pela rejeição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador Reditario Cassol?

O SR. REDITARIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Pela rejeição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador Lobão Filho?

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador Aloysio Nunes Ferreira?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Posso dar um tempinho?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pode.

Como vota o Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador João Vicente Claudino?

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Falta só o Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – O projeto foi rejeitado, por oito votos NÃO e um voto SIM.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Voto com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Vota com o relator? Desculpe. Retificando, o projeto foi rejeitado com nove votos contrários.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Unanimidade para a rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Unanimidade para a rejeição, exatamente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Voto a favor do seu parecer.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) –

ITEM 12

- Terminativo -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 54, DE 2011

Dá nova redação ao inciso II do § 1º do art. 18 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

Autoria: Deputado Chico Lopes

Relatoria: Senador Anibal Diniz

Com a palavra, o Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Submete-se a esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), em decisão terminativa, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 54, de 2011, do Deputado Chico Lopes, que *dá nova redação ao inciso II do § 1º do art. 18 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.*

De acordo com a atual redação, o *caput* do art. 18 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), determina que os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade com as indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, podendo o consumidor exigir a substituição das partes viciadas.

O §1º do referido art. 18 estabelece que, não sendo o vício sanado no prazo máximo de 30 dias, pode o consumidor exigir, alternativamente, à sua escolha: 1 – a substituição do produto por outro da mesma espécie em perfeitas condições de uso; 2 – a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos; ou 3 – o abatimento proporcional do preço.

O art. 1º da proposição promove alteração referida na sua ementa para que o inciso II do §1º do art. 18 do Código de Defesa do Consumidor passe a vigorar com a seguinte redação:

Art. 18.

§1º
.....

II – a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, a partir da data da

compra do produto, sem prejuízo de eventuais perdas e danos;

O art. 2º estabelece que a lei que se originar da proposição entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificação da proposição, seu autor argumenta sobre a necessidade de se conferir uma proteção mais adequada ao consumidor, nos seguintes termos: a necessidade de alteração é evidenciada na prática, constatada principalmente nas audiências de conciliação realizadas nos órgãos de defesa do consumidor, onde se observa que o fornecedor tem formalizado acordo em relação ao valor pago corrigido, mas somente daquela data em diante até à efetiva devolução, ficando de lado o tempo em que o consumidor permaneceu sem utilizar o produto adquirido.

Na Câmara dos Deputados, a proposição foi aprovada na Comissão de Defesa do Consumidor e na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

No Senado Federal, não foram apresentadas emendas à proposição.

A matéria objeto da proposição se insere na competência legislativa da União, conforme o disposto no art. 24, incisos V e VIII, segundo o qual compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre produção e consumo e sobre responsabilidade por dano ao consumidor.

Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria e a iniciativa parlamentar é legítima, nos termos dos arts. 48 e 61 da Lei Maior.

Quanto à juridicidade, o projeto se afigura irretocável, porquanto o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado, o assunto nele vertido inova o ordenamento jurídico, possui o atributo da generalidade, afigura-se dotado de potencial coercitividade e se revela compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio.

A proposição está redigida em conformidade com a boa técnica legislativa, observando os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

No que tange ao mérito, a despeito da justa preocupação do autor da proposição em conferir uma proteção mais adequada ao consumidor, entendemos que ela não deve prosperar.

Diante disso, Sr. Presidente, em que pese a matéria estar em conformidade com a legislação, julgamos que ela não deva prosperar, em decorrência do mérito, e votamos pela rejeição da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Como vota o Senador Anibal Diniz? Voto conhecido...

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Reditario Cassol.

O SR. REDITARIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com o relator? Com o relator, é não, Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu voto com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pois não; com o Relator. Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – O projeto foi rejeitado por unanimidade. Senador Aloysio Nunes, V. Exª tem a palavra.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a V. Exª a inversão da Ordem do Dia para dar preferência ao item 13 da pauta, de que sou Relator, uma vez que estou envolvido com a votação... Não; perdão, trata-se do item 14.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – O item 13 tem como Relator o Senador Lobão Filho. V. Exª deve estar se referindo ao item 14.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Exatamente. É porque eu tenho que votar na CCJ a indicação de membro do Conselho Nacional de Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu vou retirar de pauta o item 18, de que V. Ex^a é o Relator, em função das informações que chegaram, como já o comuniquei, do Ministério para que V. Ex^a possa reexaminar o relatório.

Vamos examinar o item 14.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Quanto ao item 18, V. Ex^a concorda com a retirada de pauta?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, o item 18 é virtual; ele não está aqui na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Não; é que ele está fora de ordem... É porque houve uma retificação. Ele constava na pauta da reunião anterior; então, ele está depois do item 10. Está entre o item 10 e o item 11 da pauta distribuída. Ele está sendo retirado da pauta. É uma proposta de fiscalização e controle.

Vamos ao item 14.

ITEM 14

- Terminativo -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, DE 2011

Faculta ao Segurado, nos contratos de seguros de automóveis, a escolha do prestador de serviços de reparos do veículo sinistrado.

Autoria: Deputado Pepe Vargas.

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Com a palavra o nobre Relator.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, o item 18, como V. Ex^a mesmo esclareceu, será retirado de pauta, uma vez que chegou já uma informação e está para chegar uma outra entre aquelas pedidas pelo Senador Pedro Simon. Chegaram com cinco anos de atraso. De modo que, sem prejuízo das providências que o caso exija, peço a retirada de pauta para poder examinar essas informações que estão de cabelos brancos, cansadinhas, provavelmente desatualizadas.

Dito isso, Sr. Presidente, vamos ao item 14.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Trata-se do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 14, de 2011, de autoria do Deputado Pepe Vargas, que faculta ao segurado, nos contratos de se-

guros de automóveis, a escolha do prestador de serviços de reparos do veículo sinistrado.

A proposição, que será apreciada nesta Comissão em decisão terminativa, é composta de três artigos. O art. 1º estabelece que é direito do segurado escolher a oficina mecânica ou de reparação de carrocerias que prestará os serviços de reparos na hipótese de sinistro do veículo objeto do seguro. O art. 2º estabelece a invalidade de cláusula contratual que dispuser em sentido contrário ou restringir o direito previsto no art. 1º. O art. 3º é a cláusula de vigência. Ela estabelece que a lei resultante do projeto, caso aprovado, entrará em vigor na data de publicação.

Na justificação, o autor aponta que as regras atuais, que impõem ao segurado uma rede credenciada para a prestação do serviço, são ruins, sendo prejudiciais ao segurado e às demais oficinas.

O projeto foi aprovado, em decisão terminativa, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados e encaminhado ao Senado Federal, onde foi distribuído à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Na CAE, foi inicialmente apresentada a Emenda nº 1-CAE, de autoria do Senador Francisco Dornelles, para incluir o parágrafo único no art. 1º da proposição, estabelecendo que os valores orçados pela oficina de preferência do segurado não poderão ultrapassar os valores dos orçamentos ofertados pelas oficinas credenciadas ou referenciadas pela seguradora.

Em seguida, foi apresentado relatório pelo Senador Ciro Nogueira, pela aprovação do PLC e da Emenda nº 1-CAE, na forma de subemenda. Contudo, esse relatório não foi apreciado. Posteriormente, foi apresentada a Emenda nº 2-CAE, da Senadora Gleisi Hoffmann, alterando a redação do parágrafo único do art. 1º do PLC, para estabelecer que os valores orçados pela oficina mecânica ou oficina de reparação, de preferência do segurado, não poderão ultrapassar os valores de mercado, comumente ofertados pelas empresas congêneres autorizadas pelo fabricante do veículo sinistrado, bem como pelas credenciadas ou referenciadas pela seguradora.

A proposição foi submetida à apreciação da CAE, ocasião em que o Senador Francisco Dornelles retirou sua emenda e foi designado relator *ad hoc*.

O parecer da CAE é no sentido de aprovar a proposição, bem como a Emenda da Senadora Gleisi Hoffmann, que foi renumerada, passando a consistir Emenda nº 1-CAE.

No mérito, Sr. Presidente, cumpridas as etapas da Comissão de Justiça somos favoráveis à proposta, na forma do parecer da CAE.

Como muito bem exposto, é razoável estabelecer que o segurado deva ter o direito de escolher a oficina que irá consertar seu veículo.

Também estamos de acordo com o argumento de que isso beneficia o mercado, pois permite o acesso de outros prestadores de serviço não pertencentes à rede credenciada.

O direito ilimitado do segurado à escolha da oficina de reparação poderia levar a um conluio para prejudicar a seguradora, na medida em que a oficina escolhida poderia cobrar valores exorbitantes. Observamos, porém, que esse problema foi sanado pela Emenda da Senadora Gleisi Hoffmann.

Com efeito, os valores tomados como padrão deverão ser valores de mercado, entendendo-se como tais os comumente ofertados pelas oficinas credenciadas da seguradora e pelas empresas congêneres autorizadas pelo fabricante do veículo sinistrado. Desse modo, o segurado não terá um direito absoluto, nem ficará à mercê de orçamentos com valores inexequíveis, inviabilizando o direito de escolha.

Para se aferir se o valor é razoável e não irrisório nem exorbitante, bastará verificar sua compatibilidade com a realidade do mercado, tomando-se como base inclusive os valores cobrados pelas oficinas credenciadas da seguradora e pelas empresas congêneres autorizadas pelo fabricante do veículo sinistrado em suas atividades regulares.

Desse modo, é mantido ao segurado o direito à escolha do prestador de serviços, ao mesmo tempo em que se exige, tão-somente, que os valores estejam dentro da média do mercado.

O parecer é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação. Como vota o Senador Anibal Diniz?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Voto com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador Blairo Maggi?

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador Sérgio Souza?

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Eduardo Braga?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Reditário Cassol?

O SR. REDITARIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Lobão Filho?

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Aloysio Nunes Ferreira, voto conhecido.

Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador João Vicente Claudino?

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – O projeto foi aprovado por unanimidade.

Questiono os Senadores se posso repetir a votação para a Emenda nº 1-CAE. *(Pausa.)*

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, sem querer monopolizar o horário da Comissão...

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Mas já monopolizando. *(Risos.)*

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não, pleiteando. Requeiro a V. Exª preferência para o Item 7, para que eu possa me dirigir à votação da CCJ. Sou o Relator do Item 7.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Item 7.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – É não-terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu faço um apelo a V. Exª...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Já está atendido. Um apelo de V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – ...em função do quórum qualificado, de apreciarmos os itens terminativos. O Item 13.

Bom, encerrada a votação, proclamo o resultado do Item 14: o projeto foi aprovado por 9 votos favoráveis, unanimidade, com a Emenda nº 1 – CAE/CMA.

ITEM 13

- Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 329, DE 2010

Altera o art. 43, §3º da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, que “dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras

providências” - Código de Defesa do Consumidor (CDC), para tornar rápida a comunicação aos destinatários dos bancos de dados e dos cadastros de consumidores sobre as correções de informações dos consumidores.

O Relator é o Senador Lobão Filho

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – É submetido à análise desta Comissão, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 329, de 2010, do Senador Antonio Carlos Valadares, que altera o art. 43, § 3º da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, que “dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências” – Código de Defesa do Consumidor (CDC), para tornar rápida a comunicação aos destinatários dos bancos de dados e dos cadastros de consumidores sobre as correções de informações dos consumidores.

Ao justificar a proposição, seu autor afirma que o seu objetivo é tornar célere e eficaz a retirada, nos órgãos de restrição ao crédito, de dados e informações incorretas e que foram corrigidas pelo consumidor.

Atualmente a lei confere ao arquivista o prazo de cinco dias úteis para comunicar a alteração aos eventuais destinatários das informações incorretas.

A proposta é reduzir esse prazo de cinco dias para 24 horas, sob o seguinte argumento, de que o prazo previsto em lei é incompatível com o atual estágio da tecnologia da informação e prejudica o consumidor.

Passamos à análise.

A matéria objeto da proposição está inserida na competência legislativa da União, conforme o disposto no art. 22 da Constituição. Cabe ao Congresso Nacional sobre ela dispor, nos termos do art. 48 da Lei Maior. E a iniciativa parlamentar é legítima, a teor do art. 61 do texto constitucional.

Quanto à juridicidade, o projeto se afigura irretocável, porquanto o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos é adequado; o assunto nele vertido inova o ordenamento jurídico; possui o atributo da generalidade; afigura-se dotado de potencial coercitividade e se revela compatível com os princípios diretores do sistema do direito pátrio.

A proposição está redigida em conformidade com a boa técnica legislativa, observando os preceitos da Lei Complementar nº 95/98.

Quanto ao mérito, julgamos que andou bem o legislador ao estabelecer em cinco dias o prazo para que o arquivista comunique a alteração de dados sobre o consumidor aos eventuais destinatários das informações incorretas.

Observe-se que a lei determina a imediata correção das informações inexatas. O prazo de cinco dias é

para que, na eventualidade de o arquivista ter enviado informações a algum destinatário, a ele comunique a alteração.

As consultas aos bancos de dados são feitas quase sempre *on line*.

Sendo assim, tão logo os dados sejam corrigidos, os usuários dos bancos de dados já têm condições de acessar a informação corrigida.

Há casos, porém, em menor número, em que os bancos de dados remetem as informações para os usuários, atualizando-as periodicamente. E, nesses casos, o prazo estabelecido em lei para a comunicação da alteração, de cinco dias, é razoável, não se justificando a redução de prazo pretendida.

Portanto, o voto: em vista do exposto, manifesto-me pela constitucionalidade e juridicidade do projeto, e, no mérito, por sua rejeição.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir...

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Para discutir, Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Em função de solicitação para maior entendimento, eu gostaria de pedir vista ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Vista concedida.

O SR. REDITARIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Vista coletiva, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pois não, Senador.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Vista coletiva concedida.

ITEM 15

- Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 583, DE 2007

Autoriza o Poder Executivo a criar a Fundação Instituto de Pesquisa da Biodiversidade Brasileira (BIOBRAS).

Autoria: Senador Marcelo Crivella.

Relatoria: Senador Eduardo Braga.

Com a palavra o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, mesmo estando com o relatório pronto, acabo de receber novas informações. E eu pediria a V. Ex^a que retirasse de pauta, para a próxima sessão,

este item a fim de que possamos esclarecer algumas dúvidas surgidas agora, no momento em que a pauta estava sendo lida.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – A pedido do relator, retirado de pauta, e entrará em pauta na sessão seguinte.

O relator do Item 17 está ausente.

ITEM 17

- Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 64, DE 2010

Altera a Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, que “dispõe sobre a oferta e as formas de afixação de preços de produtos e serviços para o consumidor”, para obrigar a informação do preço por unidade de medida na comercialização de produtos fracionados em pequenas quantidades.

Autoria: Senador Marcelo Crivella.

Relatoria: Senador Reditario Cassol.

Com a palavra o Senador Cassol.

O SR. REDITARIO CASSOL (Bloco/PP – RO)

– Tramita nesta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 64, de 2010, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que altera a Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, que dispõe sobre a oferta e as formas de afixação de preços de produtos e serviços para o consumidor, para obrigar a informação do preço por unidade de medida na comercialização de produtos fracionados em pequenas quantidades.

A proposição é composta, além da cláusula de vigência, por um artigo, com *caput* e parágrafo único. O *caput* prevê que, “na venda a varejo de produtos fracionados em pequenas quantidades, o comerciante deverá informar, na etiqueta contendo o preço ou junto aos itens expostos, além do preço do produto à vista, o preço correspondente a uma das seguintes unidades fundamentais de medida: capacidade, massa, volume, comprimento ou área, de acordo com a forma habitual de comercialização de cada tipo de produto”. Já o parágrafo único exclui essa exigência na comercialização de medicamentos.

Em sua justificativa, o autor da proposta afirma que muitos produtos são oferecidos em quantidades muito pequenas, de forma que o aparente baixo valor oculta na verdade a prática de preços altíssimos, se considerados por quilo, por litro ou por metro. Cita o exemplo do orégano, que, num pacote de 3g, vendido a R\$2,00, custa R\$666,00 o quilo, ou da pimenta branca, que chega a custar R\$750,00 o litro, do gengibre, vendido por mais de R\$300,00 o quilo, e o da tinta para impressora, vendida em pequenas emba-

lagens, de 3 a 10 ml, cujo valor por litro pode passar dos R\$15.000,00. Por fim, pondera que a exigência de apresentação do preço por unidade de medida fortalece o direito à informação e facilita a comparação de preço dos produtos, com benefícios à livre concorrência e à defesa do consumidor.

Não foram apresentadas emendas.

ANÁLISE

O projeto cuida de matéria inserida na competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal, nos termos do art. 24, V, da Constituição. Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria, e é legítima a iniciativa parlamentar, nos termos do art. 61 da Lei Maior. Tampouco há norma constitucional que, no aspecto material, esteja em conflito com o teor da proposição em exame. Assim, não se vislumbra óbice algum quanto à constitucionalidade da medida.

No mérito, o projeto merece prosperar, porque aumenta a transparência da relação entre consumidor e fornecedor, uma vez que facilita a comparação entre produtos, ao exigir a divulgação do preço por unidade de medida. A proposta guarda harmonia com a legislação de defesa do consumidor, que prevê a necessidade de a oferta ser feita de forma clara, correta, precisa e ostensiva (art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor), e fixa como direito básico do consumidor a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem (inciso III do art. 6º do CDC).

Muito embora os órgãos de defesa do consumidor tenham competência para estabelecer normativos com o objetivo dar cumprimento a essas normas legais, acreditamos que a proposta confere maior precisão e especificidade à regra que se deseja implementar, o que favorece sua aplicação. Além disso, o tratamento da matéria em texto de lei ordinária conferirá estabilidade à norma jurídica, além de aumentar sua divulgação e conhecimento pela população.

VOTO

Por essas razões, o voto é pela aprovação do PLS nº 64, de 2010.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem quera discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Como o projeto é terminativo, farei votação nominal.

Como vota o Senador Aníbal Diniz?

O SR. ANÍBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Voto com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Sim, com o relator.

Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Não.

Como vota o Senador Sérgio Souza?

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador Eduardo Braga?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Reditário Cassol, voto conhecido.

Como vota o Senador Lobão Filho?

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador João Vicente Claudino?

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – O projeto foi aprovado por sete votos favoráveis e um contrário.

Acabamos os itens terminativos. Vamos ao item 9.

Quero registrar que o item 7, a pedido do relator, foi retirado de pauta.

Vamos, agora, então, ao item 9.

ITEM 9

- Não Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 264, DE 2011

Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre a assistência devida aos passageiros em caso de atraso de voo.

Autoria: Senador Humberto Costa.

Relatoria: Senador João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Sr. Presidente, esta Comissão examina o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 264, de 2011, de autoria do Senador Humberto Costa, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para propor regras que amenizem o transtorno causado ao consumidor por atraso de voo. Vamos à análise.

Inicialmente, cabe salientar a relevância do empenho do Senador Humberto Costa, autor da proposta, pois os contratempos causados aos passageiros decorrentes de atraso de voo muitas vezes prejudicam significativamente os usuários do transporte aéreo.

Para tanto, foi apresentada proposição com esse intuito, que está em fase avançada de tramitação no Congresso Nacional. Trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2004, de autoria da então Senadora Serys Slhessarenko.

O PLS nº 114, de 2004, que tramitou nesta Casa em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 283, 429 e 533, de 2007, foi objeto de exame nas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ); de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA); de Serviços de Infraestrutura (CI); e de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), em decisão terminativa.

Com a sua aprovação na CDR, em caráter terminativo, e sem que tenha havido interposição de recurso para sua apreciação em Plenário, o PLS nº 114, de 2004, seguiu à Câmara dos Deputados. Os demais projetos a ele apensados foram arquivados.

Dessa forma, desde 24 de março de 2010, o PLS nº 114, de 2004, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, para dispor sobre a responsabilidade do transportador aéreo e as compensações devidas em caso de atraso, interrupção ou cancelamento de voo, e preterição de embarque por excesso de reservas, tramita, em regime de prioridade, na Câmara dos Deputados, onde passou a ser identificado como Projeto de Lei (PL) nº 7.028, de 2010.

Naquela Casa, a proposta tramita conjuntamente com outras proposições. A matéria já se encontra pronta para a pauta do Plenário, com relatório pela sua aprovação.

Em 7 de junho de 2011, foi apresentado o Requerimento nº 2.042, de 2011, de iniciativa do Deputado Romero Rodrigues (PSDB–PB), que solicita sua inclusão na Ordem do Dia.

Nos termos do art. 334, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, o Presidente, de ofício ou mediante consulta de qualquer Senador, declarará prejudicada matéria dependente de deliberação do Senado, em virtude de seu prejulgamento pelo Plenário em outra deliberação.

Como se depreende da leitura da ementa da proposição enviada à Casa Revisora, o teor do PLS nº 264, de 2011, é semelhante ao do PLS nº 114, de 2004, já aprovado pelo Senado Federal.

VOTO

Sr. Presidente, por essas razões, nosso parecer é pela declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2011.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam com o parecer do Relator permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório do relator.

Declaro prejudicado o Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2011, nos termos do art. 334 do Regimento Interno.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Aprovada a declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2011.

A matéria segue para a CCJ, em decisão terminativa.

Antes de passar a palavra ao Senador Lobão Filho, só para esclarecer. Quando temos votação terminativa com 8 votos favoráveis – embora o número de membros desta Comissão seja de 17 – é porque o nono membro para dar o quórum é o Presidente. Se o autor estivesse também presente, não votaria, mas contaria como quórum.

Com a palavra o Senador Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Sr. Presidente, em homenagem ao Senador Aloysio Nunes, que gostaria muito que o item 4 fosse votado hoje, que é não terminativo, na ausência dele – se V. Ex^a assim o decidir – eu poderia ser o Relator *ad hoc*.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Não precisa, Senador Lobão Filho, porque é requerimento. Mas eu consultei o Senador Aloysio Nunes, autor da proposta. Como já há um convite aprovado para o Presidente do BNDES numa outra Comissão, ele entendeu desnecessário aprovar o requerimento nesta Comissão.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Excelente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Não havendo mais nenhum item da pauta com relatores presentes, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 49 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 51 minutos.*)

ATA DA 41ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE EM CONJUNTO COM A 39ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA E 44ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 5 DE OUTUBRO DE 2011.

Às quatorze horas e trinta minutos do dia cinco de outubro de dois mil e onze, no plenário nº 15 da ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senhor Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**, reúnem-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, e a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT. Assinam o livro de presença os Senhores **ACIR GURGACZ, ANA RITA, ANÍBAL DINIZ, ANTONIO RUSSO, BLAIRO MAGGI, CLÉSIO ANDRADE, EDUARDO BRAGA, FLEXA RIBEIRO, JORGE VIANA, REDITARIO CASSOL, RODRIGO ROLLEMBERG E ZEZE PERRELLA**. Deixam de comparecer os demais Senhores Senadores e Senhoras Senadoras titulares das referidas Comissões. A presidência declara aberta a reunião e, a seguir, é aprovada a inclusão **EXTRA-PAUTA** dos seguintes requerimentos: **ITEM 1: REQUERIMENTO Nº 63, DE 2011-CRA – ASSUNTO:** Em aditamento ao Requerimento nº 61/2011-CRA, requer, nos termos regimentais, a inclusão das autoridades abaixo relacionadas, para debater o impacto da **reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965)** para os produtores de café localizados no sul do Estado de Minas Gerais: Deputado **Diego Andrade** – Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura; Deputado **Domingos Sávio** – 1º Vice-Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura; Deputado **Odair Cunha** – 2º Vice-Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura; e Deputado **Cesar Colnago** – Secretário Executivo da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura. **Autoria: Senador Clésio Andrade. Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. ITEM 2: REQUERIMENTO Nº 55, DE 2011-CCT, REQUERIMENTO Nº 102, DE 2011-CMA e REQUERIMENTO Nº 64, DE 2011-CRA – ASSUNTO:** Requerem, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública Conjunta entre as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA); Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e Agricultura e Reforma Agrária (CRA), para debater o impacto da reforma do Código Florestal (Lei nº 4.771, de 1965), atualmente

em curso no Senado Federal por meio do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 30, de 2011, para os produtores de café localizados no sul do Estado de Minas Gerais, com a presença dos seguintes convidados: **Carlos Alberto Paulino da Costa**, Presidente da Cooxupé; **Gilson Ximenes**, Presidente do Conselho Nacional do Café; **Nathan Herszkowicz**, Diretor-Executivo da Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC); **Breno Pereira de Mesquita**, Presidente da Comissão Nacional do Café da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); **Manoel Bertone**, Secretário de Produção e Agroenergia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; **Francisco Miranda de Figueiredo Filho**, Presidente da Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Três Pontas Ltda (Cocatel); Deputado **Diego Andrade**, Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura; Deputado **Domingos Savio**, 1º Vice-presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura; Deputado **Odair Cunha**, 2º Vice-presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura; e Deputado **Cesar Colnago**, Secretário Executivo da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura. **Autoria: Senadores Eduardo Braga, Rodrigo Rollemberg e Acir Gurgacz. Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. ITEM 3: REQUERIMENTO Nº 65, DE 2011-CRA – ASSUNTO:** Em aditamento ao Requerimento nº 61/2011-CRA, requer, nos termos regimentais, a inclusão do Senhor **Maurício de Almeida Voivodic** – Secretário Executivo do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola – IMAFLORA, para debater o impacto da reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965), atualmente em curso no Senado Federal por meio do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 30, de 2011, para os produtores de café localizados no sul do Estado de Minas Gerais. **Autoria: Senadores Rodrigo Rollemberg e Jorge Viana. Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. ITEM 4: REQUERIMENTO Nº 56, DE 2011-CCT, REQUERIMENTO Nº 104, DE 2011-CMA e REQUERIMENTO Nº 66, DE 2011-CRA – EMENTA:** Requerem, nos termos do art. 90, inciso XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, audiência pública para debater o tema incêndios florestais, entre as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), com a participação dos seguintes convidados: - Prof. **Irving Forster Brown**, Pesquisa do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia dos Serviços Ambientais da Amazônia; - Dr. **Bráulio Ferreira de Souza Dias**, Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do

Meio Ambiente; - Profª. **Heloísa Miranda**, Deptº de Ecologia da Universidade de Brasília (UnB); - Profª. **Vânia Pivello**, Deptº de Ecologia da Universidade de São Paulo (USP); - Prof. **Leopoldo Coutinho**, Deptº de Ecologia da USP. **Autoria: Senadores Eduardo Braga, Rodrigo Rollemberg e Acir Gurgacz e Jorge Viana. Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. ITEM 5: REQUERIMENTO Nº 57, DE 2011-CCT, REQUERIMENTO Nº 105, DE 2011-CMA e REQUERIMENTO Nº 67, DE 2011-CRA – EMENTA:** Requerem, nos termos regimentais, diligência externa pelas Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), para conhecer experiências de agricultura sustentável e recomposição de áreas de preservação permanentes (APPs) e reservas legais nos municípios de Quêrência/MT (Fazenda Tancuro) e município de Paragominas/PA, com o objetivo de instruir a apreciação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 30, de 2011 (Reforma do Código Florestal). **Autoria: Senadores Eduardo Braga, Rodrigo Rollemberg e Acir Gurgacz e Jorge Viana. Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão.** O Senhor Presidente, Senador Acir Gurgacz, informa que a presente reunião se destina à realização de Passa-se à **PAUTA**. A presidência informa que a presente reunião se destina à realização de **Audiência Pública Conjunta**, em cumprimento ao **Requerimento nº 61, de 2011-CRA**, aprovado em 22/09/2011, de autoria do Senador Clésio Andrade e **Requerimentos nºs 102, 64 e 55, de 2011-CMA/CRA/ CCT**, de autoria dos Senadores Rodrigo Rollemberg, Acir Gurgacz, e Eduardo Braga, com a finalidade de debater o impacto da reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965) para os produtores de café localizados no sul do Estado de Minas Gerais, com os seguintes convidados: Sr. **Francisco Miranda de Figueiredo Filho**, Diretor Conselheiro do Conselho Nacional do Café – **CNC** e Presidente da Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Três Pontas Ltda – **CO-CATREL**; Sr. **Carlos Augusto Rodrigues de Melo**, Vice-Presidente da Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé – **Cooxupé**; Sr. **Eduardo Damião**, Representante da Associação Brasileira da Indústria de Café – **ABIC**; Sr. **Breno Pereira Mesquita** – Presidente da Comissão Nacional do Café da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – **CNA**; Sr. **João Carlos Petribu De Carli** – Assessor Técnico da Comissão Nacional do Meio Ambiente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – **CNA**; Sr. **Manoel Bertone**, Secretário de Produção e Agroenergia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

– **MAPA**; Deputado **Diego Andrade**, Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura; Deputado **Domingos Sávio**, 1º Vice-Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura; Deputado **Cesar Colnago**, Secretário Executivo da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura; e Sr. **Eduardo Trevisan Gonçalves** - Secretário-Executivo Adjunto do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola – **IMAFLOA**. Após a exposição dos senhores convidados, usam da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os Senhores(as) Senadores(as); **RODRIGO ROLLEMBERG**, **BLAIRO MAGGI**, **WALDEMIR MOKA**, **CLÉSIO ANDRADE**, **ZEZÉ PERRELLA** E **JORGE VIANA**. Os convidados respondem aos questionamentos feitos e apresentam suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e nove minutos, havendo lavrado a presente ata Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; Leany Barreiro de Sousa Lemos, Secretária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, que será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Há número regimental. Declaro aberta a 39ª Reunião Extraordinária da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária em conjunto com a 41ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e 40ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa das leituras das atas das reuniões anteriores, que, com a anuência do Plenário, são dadas como aprovadas.

A presente reunião tem como objetivo a realização de audiência pública conjunta em cumprimento ao Requerimento nº 61, de 2011-CRA, aprovado em 22 de setembro de 2011, de autoria do Senador Clésio Andrade, com a finalidade de debater o impacto da reforma do Código Florestal (Lei nº 4.771, de 1965) para os produtores de café localizados no sul do Estado de Minas Gerais, com os seguintes convidados – quero dar as boas-vindas ao Senador Clésio Andrade. É uma honra compartilhar a mesa com V. Exª, Senador Clésio –:

Sr. Francisco Miranda de Figueiredo Filho, Diretor Conselheiro do Conselho Nacional do Café – CNC e Presidente da Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Três Pontas Ltda – Cocatrel;

· Sr. Carlos Augusto Rodrigues de Melo, Vice-Presidente da Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé – Cooxupé; muito bem-vindo.

Sr. Eduardo Damião, Representante da Associação Brasileira da Indústria de Café ABIC; muito bem-vindo.

Sr. João Carlos Petribu De Carli - Assessor Técnico da Comissão Nacional do Meio Ambiente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA; muito bem-vindo.

Sr. Manoel Bertone, Secretário de Produção e Agroenergia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; muito bem-vindo por estar compondo a Mesa aqui conosco.

Deputado Diego Andrade, Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura; muito bem-vindo.

Deputado Domingos Sávio, 1º Vice-Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura;

Deputado Cesar Colnago, Secretário Executivo da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura; e

· Sr. Eduardo Trevisan Gonçalves - Secretário-Executivo Adjunto do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola – IMAFLORA; muito bem-vindo.

Registro, aqui, com muita alegria a presença do Deputado José Silva, Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Extensão Rural no Brasil.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, gostaria de submeter às Comissões alguns requerimentos apresentados, que se referem à presente reunião.

Aqueles que concordam com a inclusão dos requerimentos extrapauta permaneçam como se encontram.

Aprovados

O primeiro requerimento:

REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CCT

REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CMA

REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CRA

Requerem, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública Conjunta entre as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA); Ciência, Tecnologia Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e Agricultura e Reforma Agrária (CRA), para debater o impacto da reforma do Código Florestal (Lei nº 4.771, de 1965), com os convidados que acabei de mencionar.

Autoria: Senadores Eduardo Braga, Rodrigo Rollemberg e Acir Gurgacz.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

REQUERIMENTO

Em aditamento ao Requerimento nº 61, da CRA, requeiro, nos termos regimentais, a inclusão das autoridades abaixo relacionadas para debater o impacto da reforma do Código Florestal para os produtores de café localizados no sul do Estado de Minas Gerais: Deputado Diego Andrade, Deputado Domingos Sávio, Deputado Odair Cunha, Deputado César Colnago.

Em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

REQUERIMENTO CMA, CCT E CRA

Requeremos, nos termos regimentais, diligência externa pelas Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), para conhecer experiências de agricultura sustentável e recomposição de áreas de preservação permanentes (APPs) e reservas legais nos municípios de Querência/MT (Fazenda Tancuro) e município de Paragominas/PA, com o objetivo de instruir a apreciação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 30, de 2011 (Reforma do Código Florestal)

Em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado

REQUERIMENTO

Requeremos, nos termos do art. 90, inciso XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, audiência pública para debater o tema incêndios florestais, entre as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), com a participação dos seguintes convidados: Prof. Irving Forster Brown, Pesquisa do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia dos Serviços Ambientais da Amazônia;- Dr. Bráulio Ferreira de Souza Dias, Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente;- Profa. He-loísa Miranda, Depto. de Ecologia da Universidade de Brasília (UnB);- Profa. Vânia Pivello, Depto. de Ecologia da Universidade de São Paulo (USP);- Prof. Leopoldo Coutinho, Depto. de Ecologia da USP.

Em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado

REQUERIMENTO

Em aditamento ao Requerimento nº 61, de 2011, da CRA, requeremos, nos termos regimentais, a inclusão do Sr. Maurício de Almeida Voivodic, Secretário-Executivo do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola – Imaflo –, para debater o impacto da reforma do Código Florestal (Lei nº 4.771, de 1965), atualmente em curso no Senado Federal por meio de Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 30, de 2011, para os produtores de café localizados no sul do Estado de Minas.

Em votação. (Pausa.)

Aqueles que concordam com a aprovação permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Quero dar as boas-vindas a todos os nossos convidados. Este é um debate, sem dúvida, de muito interesse. Parabenizo o Senador Clésio Andrade por esta sugestão e registro que estamos conseguindo debater as mudanças no Código Florestal no Senado Federal num ambiente de muito equilíbrio, sempre em conjunto, as Comissões de Agricultura; de Meio Ambiente, que tenho a honra de presidir; e de Ciência e Tecnologia, com o objetivo de dar tranquilidade e segurança jurídica aos nossos produtores rurais e, ao mesmo tempo, garantindo sustentabilidade ambiental na produção agropecuária brasileira e permitindo que o Brasil seja não apenas uma potência na produção de alimentos, na produção de agroenergia, mas também uma potência ambiental, sabendo preservar e utilizar com sabedoria a sua biodiversidade.

Tenho convicção de que esta é a expectativa da população brasileira: a construção de um texto que elimine, que supere esses falsos paradigmas entre o desenvolvimento agropecuário brasileiro e a preservação do meio ambiente, a preservação de uma agricultura sustentável.

Tenho convicção de que há uma expectativa muito grande dos cafeicultores do Brasil, especialmente das regiões montanhosas de Minas Gerais, sobre o resultado deste debate, sobre o resultado das alterações a serem feitas no Código Florestal. E nada melhor do que aprofundar este debate podendo ouvir representantes de produtores, representantes políticos da região, para que os nossos nobres Relatores, Senador Luiz Henrique e Senador Jorge Viana, de posse das informações e das experiências trazidas por V. S^{as},

possam construir o melhor texto para o Brasil. Esse é o nosso objetivo.

Vamos começar a ouvir os convidados, iniciando pelo Sr. Francisco Miranda de Figueiredo Filho, Diretor Conselheiro do Conselho Nacional do Café e Presidente da Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Três Pontas.

Nós vamos destinar 15 minutos. Como são muitos, 15 minutos para cada orador, pedindo para serem rigorosos em relação ao tempo em função de que, a partir das 16 horas, poderemos iniciar a Ordem do Dia.

Com a palavra o Sr. Francisco Miranda de Figueiredo Filho.

O SR. FRANCISCO MIRANDA DE FIGUEIREDO FILHO – Boa tarde a todos.

Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão do Meio Ambiente; Senador Clésio Andrade, meu conterrâneo de Três Pontas; Deputado Diego Andrade, também meu conterrâneo; meu particular amigo Bertone; demais colegas de cooperativa; sindicatos; produtores; demais Senadores aqui presentes, primeiramente vou falar como Presidente da Cocatrel, uma cooperativa no sul de Minas que este ano fez 50 anos. Temos aproximadamente cinco mil associados e 80% desses associados são pequenos e médios produtores. A grande maioria das propriedades rurais lá gira em torno de 10 a 20 hectares de terra, porque uma parte dessa terra é destinada a café. O sul de Minas também tem vocação para o leite.

Sr. Senador, uma coisa que me preocupa muito são as pessoas que vivem na cidade, que não conhecem o campo e que talvez não saibam o estrago que é colocar 30 metros de cada lado de um curso d'água dentro de uma propriedade pequena que tem, às vezes, três nascentes dentro dela, que essa nascente tem que ter... Se pegar um esquadro e jogar 50 metros, um perímetro de 50 metros nela... O senhor vai ter a oportunidade de ver o que acontece com essas propriedades. O técnico da Cooxupé vai mostrar isso para vocês nos *slides*, para os senhores verem o que realmente vai acontecer no sul de Minas.

Nós, produtores rurais, não somos contra a preservação ambiental; nós somos totalmente favoráveis à preservação ambiental porque é de lá que nós tiramos o nosso sustento. A nossa propriedade tem que ser mantida dentro dos padrões técnicos, mas nós não podemos perder a nossa propriedade por questões regimentais. Uma propriedade centenária, que vem de família, que era dos nossos pais, que viveram lá. Então, o que peço é que vocês tenham... Nós não queremos benefício nenhum; nós queremos continuar produzindo no campo, que as nossas famílias continuem no campo, os nossos empregados, e que fique

bem claro que nós somos totalmente favoráveis à preservação ambiental.

Faço aqui também uma referência a um cooperado nosso da Cocatrel, o Sr. José Ferreira Cambraia, agrônomo formado pela Universidade Federal de Lavras. Ele, bastante preocupado com essa questão do meio ambiente, pediu que, em nome dele, eu fizesse algumas colocações.

São palavras do Sr. José Ferreira Cambraia:

O Código Florestal, que seja apreciado e receba tratamento adequado.

Assunto que inquieta os produtores rurais, o Código Florestal – proposta em andamento –, além da inquietação, vem me colocando numa situação de desânimo, pensando seriamente em abandonar atividade, aos 71 anos, que iniciei aos 7 anos de idade.

Antes de iniciar o assunto propriamente dito, gostaria de me identificar [estou identificando a pessoa dele].

Sinto-me no dever de evidenciar alguns aspectos do meu currículo profissional ou de um brasileiro que ainda tem sangue nas veias e deseja apenas fortalecer o setor, o qual tem raízes profundas, o que sustenta o País.

José Ferreira Cambraia, nascido no meio rural em 1939, formado e mestrado em Ciências Agrárias. Ao me formar em 1963, ingressei na Acar, depois Emater, onde trabalhei até 1998 – 35 anos. Serviço de Extensão Rural, sempre ligado ao homem do campo. Ocupei cargos [vou pular um pouco aqui para ser mais rápido]...

No período de 30 anos, no trabalho no sul de Minas, relacionei-me muito com as cooperativas, presidente do sindicato sul-mineiros, líderes regionais, produtores rurais, além de um bom relacionamento com a Universidade Federal de Lavras, onde idealizei e coordenei quatro encontros de cafeicultores.

Aqui ele fala que o produtor rural está preservando a atividade rural desde o início do século passado. Ele tece alguns comentários aqui, mas não vou entrar em detalhes para não me prolongar muito.

Senador, com essa retrospectiva, vamos ao assunto que nos atormenta diariamente: Código Florestal.

A preservação é importante sim, já estamos fazendo isso há vários anos, há muitos anos. Mas vamos aprovar uma legislação viável, coerente, para que todos possam cumpri-la e continuar produzindo.

Vou dar um exemplo para evidenciar melhor a situação. Eis um exemplo real: uma propriedade, que não é uma propriedade pequena, uma propriedade com 122 hectares, ela tem quatro córregos internos, ela não tem nenhuma nascente. Numa área de 122 hectares, a reserva legal é de 24,4 hectares, a APP, 19,24 hectares; o total, 46,64 hectares. Essa proprie-

dade perde 36% dela no atual, como está sendo proposto para ser aprovado.

Uma referência que me deixou preocupado aqui, lendo o relatório dele, é com relação a uma fazenda, uma propriedade rural... Acho que esse nome “fazenda” nem deveria existir mais; esse nome “fazendeiro” deveria sair do dicionário de tão malvisto que é pela sociedade urbana. Nós deveríamos fazer um movimento para essa palavra ser extinta, para “fazendeiro” desaparecer e ficar “produtor rural”. Mas ele faz aqui um relatório de uma propriedade que, além de café, tem gado. A APP tem que ser cercada inteira. A custo de quem? Do proprietário, que já não está com situação boa. Você não pode cortar madeira; você tem que comprar eucalipto tratado. Veja o preço que vai ficar essa cerca.

Então, Sr. Senador, ficamos muito apreensivos porque, além de perder as nossas terras, nós vamos ter despesa ainda, vamos ter gastos para dar manutenção a essa APP. Como o boi vai beber água no ribeirão? Como ele vai chegar lá, no ribeirão? São questões que têm que ser analisadas. Nós não podemos assumir essa despesa. Porque a grande propriedade do sul de Minas – o sul de Minas, vocês sabem que, além de ser cafeicultor, nós somos uma bacia leiteira; são pequenos produtores. Na minha cooperativa, nós recebemos leite também. Noventa por cento dos produtores produzem de 100 litros de leite abaixo. Certo? O Breno também está ali e sabe disso. Eles mesmos são retireiros, para sobrevivência deles.

Então, Sr. Senador, são detalhes; o sul de Minas precisa ser olhado de forma um pouco mais... As nossas propriedades são pequenas. É lógico que lá há produtor grande, mas a grande maioria é de pequenos produtores.

Como foi mostrado aqui pelo Sr. José Cambraia – e essa propriedade que ele demonstrou aqui não é uma propriedade padrão do sul de Minas; ela tem 122 hectares, isso aqui já é de médio para grande.

Ele perde 37%. O senhor vai ter oportunidade de ver, na hora que o técnico da Cooxupé for demonstrar, que há propriedades que vão ficar sem nada.

O que peço aos senhores... O que me preocupa muito é que 30 metros de cada lado num curso d'água, numa propriedade pequena, é um número bastante grande. E se uma propriedade pequena tiver duas, três nascentes, ela vai ficar sem nada. E se ela tiver algum lugar acima de 45 graus, o produtor só vai lá visitar a sua propriedade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Sr. Francisco Miranda de Figueiredo Filho.

Vamos ouvir agora, também por 15 minutos, o Sr. Carlos Augusto Rodrigues de Melo, Vice-Presidente da Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé.

O SR. CARLOS AUGUSTO RODRIGUES DE MELO – Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente desta audiência pública e da Comissão de Reforma Agrária do Senado; Senador Clésio Andrade, a quem neste momento tenho a oportunidade de agradecer pela Cooxupé poder participar desta audiência; Deputado Diego Andrade, da mesma forma, os nossos agradecimentos da Cooxupé por poder participar deste trabalho; meu prezado companheiro Manoel Bertone, membro do Ministério da Agricultura e Pecuária; prezado amigo Breno Mesquita, Presidente da Comissão de Café da CNA; Srs. Senadores; presidentes de sindicatos; presidentes companheiros de cooperativa; demais autoridades aqui presentes; senhoras; senhores e senhoritas, o objetivo da Cooxupé em participar desta audiência é trazer subsídios a esta Comissão do Senado e aos Srs. Senadores do que é a necessidade hoje da nossa região, uma região específica de café, mais precisamente no sul de Minas.

Temos para poder subsidiar os Srs. Senadores e esta Comissão dados técnicos apresentados por um técnico do nosso departamento de geoprocessamento de dados e georreferenciamento. E peço um tempo de dez minutos para a apresentação do nosso técnico, engenheiro agrônomo, Dr. Éder Ribeiro. Ele fará uma apresentação com exemplos claros e evidentes para poder elucidar esta Comissão e os Srs. Senadores para a votação do Senado.

Não obstante isso, nós gostaríamos, se possível, que não medissem esforços para que essa votação se fizesse no tempo previsto, nas datas previstas, e que fosse ainda até o final do ano, em razão do anseio e da tortura em que vivem hoje os nossos associados e agricultores, e produtores de café em especial.

Também um pedido desta cooperativa que hoje representamos aqui – 12 mil associados, sendo 80% desses produtores, pequenos produtores – é para que essa votação e que esse relatório do Senado fosse ratificado através do relatório do Deputado Aldo Rebelo e mais: a emenda do Deputado Paulo Piau. Então, as nossas duas premissas: que fosse votada neste ano esta matéria e que ratificasse aqui os relatórios da Câmara e do Congresso.

Prezado Senador e prezado Senador Clésio Andrade, nossa missão aqui não é tumultuar, mas sim poder subsidiá-los de dados concretos, reais.

Que isso possa contribuir não só com os senhores, membros desta Comissão, mas com todo o Senado, mostrando a necessidade da nossa região, do nosso Estado e do nosso País, para que essa votação

seja feita de maneira, se não a atender aos anseios de todos, a buscar uma unidade! E que isso seja votado o mais rapidamente possível!

Não desejando mais tomar o tempo dos senhores – eu gostaria que, nesta oportunidade, meu técnico fizesse a apresentação –, eu queria agradecer, mais uma vez, ao Senador Clésio Andrade, ao Senador Rodrigo, ao Deputado, por esta oportunidade que dão à Cooxupé de apresentar nossa pequena contribuição para a votação do Código.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Dr. Carlos Augusto. O senhor será atendido.

Passo a palavra ao técnico Eder, para que faça sua apresentação.

V. S^a dispõe de dez minutos.

O SR. EDER RIBEIRO DOS SANTOS (*Fora do microfone.*) – Boa tarde a todos!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Peço que fale ao microfone. Pode sentar-se à Mesa.

O SR. EDER RIBEIRO DOS SANTOS – Boa tarde a todos!

Nosso Diretor já fez as devidas apresentações. Então, já vou partir para a parte técnica, para ser bastante objetivo.

A Cooperativa, a Cooxupé, tem uma preocupação bastante grande em identificar o impacto dessa legislação ambiental sobre os pequenos produtores da nossa região. Então, elaboramos um breve trabalho, uma pequena apresentação, para mostrar como, efetivamente, a legislação ambiental vai impactar sobre essas propriedades.

A região em que a Cooxupé atua é o sul de Minas, o nordeste de São Paulo e o cerrado mineiro. A grande maioria dos nossos pequenos produtores encontra-se no sul e no sudoeste de Minas e no nordeste de São Paulo. Atuamos em 63 Municípios diretamente. Há cooperados em 224 Municípios. E nosso quadro de cooperados possui, hoje, 12.060 produtores. São 12.060 produtores e 14 mil propriedades.

Próximo *slide*!

Essa é a distribuição das propriedades dos nossos cooperados nas regiões sul e sudeste de Minas. Cada pontinho corresponde a uma propriedade, com localização espacial.

O perfil do nosso produtor é definido da seguinte forma: 86,7% dos nossos produtores produzem até quinhentas sacas de café. Fazendo uma análise em média ponderada, isso corresponde a uma área em café de 7,9 ha, ou seja, esses produtores que produzem até quinhentas sacas de café têm uma área em café de 7,9 ha. E a grande maioria dos nossos produtores está

nessa faixa de duzentas sacas de café. Esse produtor foi responsável por 30% do café que a Cooperativa recebeu no ano de 2010, o que corresponde mais ou menos a 1,380 milhão de sacas de café. É possível avaliar, então, que a grande maioria dos nossos cooperados, mais ou menos sete mil cooperados, produz até quinhentas sacas de café.

Para avaliar o impacto da legislação vigente sobre as propriedades, elaboramos este trabalho: escolhemos aleatoriamente doze propriedades no sul de Minas – tomamos como restrição para fazer a pesquisa no banco de dados a seleção de propriedades somente no sul de Minas –, e, dessas doze propriedades, vamos apresentar o impacto em seis propriedades. Essas seis propriedades apresentam características distintas, sobre as quais vamos tecer alguns comentários.

Próximo *slide*!

Essa primeira propriedade tem o nome Sítio Bom Jardim, tem um proprietário, tem uma área, está em um Município, com uma localização geográfica. Não é um exemplo de livro. É um exemplo real, é um fato real. Essas propriedades podem ser visitadas a qualquer momento. Essa área é de 45,5 ha, localizada em Guxupé. Apresenta, hoje, 6,4 ha de APP; 4 ha de mata, que vamos chamar de Reserva Legal Existente; 11,4 ha de café e 23,7 ha de pastagem.

O que está em vermelho corresponde à APP, que deverá ser recomposta. Essa propriedade ainda tem duas minas. Conforme citado anteriormente, cada mina, hoje, ocupa uma área de 0,8 ha, que deve ser preservada.

Fizemos a seguinte análise: o que essa propriedade tem hoje? Como ela vai ficar após a adequação? Como resultado, a área de café vai permanecer com 11,4 ha; dos 23,7 ha de pastagem, vão restar apenas 13 ha. Ou seja, há uma redução significativa da área destinada à pastagem ou a outros cultivos, que vai ser reconduzida ou realocada para APP e Reserva Legal. Nessa propriedade, 46,4% de toda a sua área vão ser ocupados por APP e Reserva Legal. Esse é um exemplo.

Vamos para o próximo exemplo: Sítio Alto Alegre, que está nessa localização geográfica, com esse proprietário, com área de 21,3 ha, localizado no Município de Cabo Verde.

Quero fazer a seguinte menção: fizemos o mapeamento de todas as áreas de café na região em que atuamos, com imagens de satélite. Tudo isso está mapeado. Estamos iniciando o mapeamento dos limites das propriedades.

Essa é uma imagem que foi extraída do Google, não é nossa, mas a nossa tem uma qualidade próxima a essa.

Qual a situação dessa propriedade hoje? Essa propriedade apresenta um agravante: tem 0,6 ha de café em APP. No resultado geral, dos 16,3 ha, vão sobrar 15,6 ha, e a área de pastagem, praticamente, vai sumir; não ficará mais área alguma disponível para cultivo ou para pastagem. Nessa propriedade, 25,6% estão ocupados para Reserva Legal e APP.

Eu gostaria de chamar a atenção dos senhores para essa outra propriedade. É uma pequena propriedade que chama Sítio Espírito Santo, que tem uma área de 2,3 ha e que está localizada no Município de Cabo Verde. Essa propriedade apresenta dois córregos e quatro nascentes. Não há Reserva Legal, não há mata. Apresenta 0,2 ha em APP; deveria recompor mais 0,7 ha de APP, totalizando 0,9 ha. Essa propriedade apresenta 1,6 ha em café, que corresponde a essas linhas pretas. Nessa propriedade, há mais um agravante: desses 1,6 ha em café, há 1,3 ha dentro de APP. E ainda existe mais um problema: toda a benfeitoria, que abrange 0,14 ha, está dentro da Área de Preservação Permanente. Então, qual é a situação dessa propriedade? Como ela ficaria se o Código fosse aplicado de maneira integral? Essa propriedade, com a adequação, perderia toda a área em café, perderia toda a área em pastagem, e ainda ficaria faltando o correspondente a 0,06 ha para recompor a Reserva Legal e APP. Ou seja, o produtor teria de comprar mais 600m² do vizinho, para adequar essa propriedade.

Esse é um caso que merece bastante atenção. Embora exista legislação específica, ele deve ser tratado com carinho.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Eu queria só fazer uma pergunta: não há um *slide* que mostre toda a área tomada pela Reserva Legal e por APP, nesse exemplo? Parece-me que falta, para fechar o raciocínio, um *slide* mostrando toda a área ocupada.

O SR. EDER RIBEIRO DOS SANTOS – Vamos voltar ao *slide* anterior.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Exatamente esse ponto – o Presidente Rodrigo está à Mesa – é um dos que mais temos discutido aqui, na Comissão. É a questão de se dar aos pequenos produtores a possibilidade de manutenção da propriedade.

O SR. EDER RIBEIRO DOS SANTOS – Perfeito.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Esse é o tema mais discutido no Senado Federal. O Moka e eu, por exemplo, entendemos que é preciso preservar, que não se pode mexer nesse tipo de coisa. Mas há Sena-

dores que não têm o mesmo entendimento. O exemplo é muito feliz. Devemos mostrar isso para aqueles que têm posições diferentes das nossas.

O SR. EDER RIBEIRO DOS SANTOS – Eu só gostaria de fazer uma menção: esse não foi um exemplo buscado, foi um exemplo aleatório. No sorteio, essa propriedade...

O SR. CLÉSIO ANDRADE (PR – MG. *Fora do microfone.*) – Existem milhares no Brasil. Se olharmos as estatísticas, são 50%.

O SR. EDER RIBEIRO DOS SANTOS – Exatamente. Posso preparar a apresentação da forma como o senhor precisa e lhe mando.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Obrigado.

O SR. EDER RIBEIRO DOS SANTOS – Próximo *slide*!

Esse é o caso da propriedade Santa Clara, localizada no Município de Tapiratiba, no Estado de São Paulo, com 21,4 ha. Essa é uma visão geral da propriedade. A imagem está bastante boa. É uma visão muito interessante. Existe a preservação. Essa propriedade não apresenta áreas de erosão. Ou seja, ela está muito bem.

Próximo *slide*!

Nessa propriedade, há um pouquinho de café em APP, há duas minas. A área de café vai baixar de 9,1 ha para 8,9 ha, e a área de pastagem vai ser reduzida de 8 ha para 5,4 ha. Há uma pequena redução da área de café, abrangendo aquela área de café que se encontra em APP, mas há uma redução bastante significativa da área de pastagem. Nessa propriedade, 33,1% ficarão destinados à APP e Reserva Legal.

Próximo *slide*!

Esse é o Sítio Rancharia, localizado no Município de Monte Belo, com 16,1 ha.

Os senhores podem observar que a área das propriedades não foge muito disso. Há áreas de 20 ha, de 25 ha, de 30 ha. Não foge muito disso. Essa é a área média dos nossos produtores.

Próximo *slide*!

Se prestarem atenção, os senhores verão que, nessa propriedade, há seis minas. Há 0,7 ha de café em APP e 1 ha de APP, não há Reserva Legal, há 9,7 ha de café e 5,3 ha de pastagem. Como vai ficar essa propriedade? A área em café vai reduzir para 8,1 ha, a área em pastagem vai reduzir totalmente, praticamente vai inexistir, e 45% dessa propriedade serão destinados à Reserva Legal e à APP.

A última propriedade é o Sítio Serra Escura, do produtor Edvar José Costa, com área de 15,2 ha, localizado no Município de Monte Belo. Essa área apresenta duas minas. Há 12,6 ha de café e 1,1 ha em APP. Não há Reserva Legal, não há mata. E há 2,6 ha em

pastagem. Essa área vai perder 2,6 ha de café, e a área de pastagem, praticamente, será eliminada. E, nessa propriedade, 34,3% de toda a sua área serão destinados à APP e à Reserva Legal.

Esse foi um breve estudo de seis propriedades.

No próximo quadro, caracterizamos as doze propriedades e fizemos algumas análises sobre o que vai acontecer. Não vou descrever o que está nessa planilha, porque, nas conclusões, vou citar cada um dos fatos.

Nas doze propriedades analisadas, verificamos que 49% da área total das propriedades estão ocupados por café, o que é muito significativo. Vemos que 8,8% dessa área em café encontram-se em APP. Com a adequação, haverá a redução em 11,7% na área de café, ou seja, haverá uma redução bastante significativa dessa área em café. Atualmente, 16,6% da área das propriedades estão ocupados por APP, por Reserva Legal e por mata, mas, com a adequação, essa área passará a ser de 39,6%, ou seja, haverá um aumento muito significativo da área destinada à APP e à Reserva Legal. Para a adequação da APP de drenagem, da APP dos córregos, a área existente deverá crescer em 166,9%. Isso significa que o produtor terá muito trabalho para recompor essas áreas. E, para a adequação da Reserva Legal, a área existente em mata nas propriedades hoje deverá crescer em 116,8%. Com a adequação, haverá a redução na área disponível para pastagens em 47,6%.

Então, esse foi o breve estudo, a pequena análise que fizemos em propriedades representativas na nossa região do sul e do sudoeste de Minas e no nordeste de São Paulo.

Era isso o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Eder.

Eu só queria tirar uma dúvida: quando o senhor faz essas projeções, o senhor está se referindo ao Código atual, ao Código em vigor hoje? Ou o senhor já faz essas projeções em função do texto, aprovado pela Câmara, do Relator Aldo Rebelo?

O SR. EDER RIBEIRO DOS SANTOS – Não. Trata-se do Código atual.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu queria só esclarecer isso a alguém que esteja assistindo a esta reunião. No texto já previsto do Aldo, primeiro, ele desobriga de recomposição da área de Reserva Legal as propriedades que tenham até quatro módulos fiscais. Então, todas essas propriedades, parece-me, teriam até quatro módulos fiscais. Por outro lado, na contabilidade da Reserva Legal, entra também a Área de Preservação Permanente. E,

nas encostas de morro, permite-se a permanência de espécies lenhosas, que é o caso do café.

Então, seria importante – talvez, fosse uma contribuição – que os senhores dessem a esta Comissão e às Comissões que estão debatendo o assunto essa mesma projeção com o texto que veio da Câmara, com o substitutivo do Senador Luiz Henrique.

O SR. EDER RIBEIRO DOS SANTOS – Sr. Presidente, essa é a ideia mesmo. O nosso objetivo era o de enfatizar a necessidade de se aprovar uma medida no sentido que foi dado por Aldo Rebelo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Agradeço-lhe a contribuição, Eder.

Agradeço ao Sr. Carlos Augusto Rodrigues de Melo, Vice-Presidente da Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé, que traz essa contribuição importante ao debate.

Passo a palavra ao eminente Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Agradeço ao Presidente.

Quero cumprimentar o Sr. Eder, que fez sua exposição.

Quero dizer, Sr. Presidente, que percebi na apresentação que havia uma diferença entre o que se está discutindo e o que é o Código antigo. Mas isso não invalida a apresentação. Pelo contrário, isso a enriquece, dá valor a ela. Estamos em fase de discussão na Casa, e V. Ex^a sabe que alguns Colegas não concordam com as mudanças que vieram da Câmara. Então, é importante essa apresentação. E se torna mais importante a sua solicitação de se fazer agora, então, o mesmo estudo nas mesmas propriedades dentro da nova regra dos quatro módulos fiscais.

Sr. Presidente, daí vem a reivindicação que tenho feito na Comissão – vamos fazer a apresentação de emendas ao projeto – para se consolidarem os quatro módulos fiscais na questão das APPs. Há pequenas propriedades, como vimos, em que as residências, as casas e as estruturas estão exatamente dentro das APPs. Então, tenho defendido e vou continuar defendendo que haja uma consolidação da questão das APPs nos quatro módulos fiscais, um pouco mais ou um pouco menos. Quero crer que não devemos, de forma alguma, criar mais confusão no campo, mexendo com milhares e milhares de pequenos produtores em todos os Estados do Brasil.

Isso não é o mesmo que tenho defendido para os grandes produtores. Foram mostradas aqui propriedades de 2 ha ou de 3 ha. No meu Estado, fora a agricultura familiar, 2 ha, 3 ha, 20 ha, 100 ha não fazem a mínima diferença entre APP ou não APP. Então, a defesa que faço aqui – e a tenho feito reiteradamente

– é a defesa de que temos de olhar o homem, em primeiro lugar. E o homem que precisamos olhar em primeiro lugar é o agricultor familiar, o pequeno agricultor, para não desestabilizar, primeiro, a vida das pessoas e, depois, em consequência, a economia dos nossos Estados e do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Obrigado, Senador Blairo Maggi.

Quero registrar a presença aqui de mais um Deputado cafeeiro, o Deputado Odair Cunha. Seja muito bem-vindo!

O Senador Waldemir Moka quer fazer uso da palavra. Em seguida, falará o Senador Clésio Andrade.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, já nasci com o nome Moka, porque tenho uma afinidade muito grande com o café. Então, começo dizendo da afinidade que tenho com o café.

Quero só enfatizar o seguinte: é claro que o técnico fez sua exposição mostrando, propositadamente, exatamente como seria a realidade se a Câmara não tivesse aprovado o texto do Aldo. E por que estou dizendo isso? Porque há muitas críticas, sobretudo, à questão dos quatro módulos rurais. Veja como essa questão se encaixa nisso aí. É claro que, se aprovado esse texto, esses problemas seriam muito minimizados.

Fico contente, Sr. Presidente, porque a ideia de abater – e já apanhei muito por isso – APP de reserva legal é de minha autoria. Porque eu acho que isso é justo. Se já existe 20% de reserva legal no meu Estado, abater tudo que existe em termos de várzea, de morro ou que seja, ou Área de Preservação Permanente ou de Preservação Ambiental, é mais do que é justo. Veja como foi importante esse texto.

O que defendemos? Exatamente a manutenção do texto. Porque aqui apanhamos muito, sabe? Então, quando vem um argumento como esse, eu quero mostrar que essa é a realidade. E não é só a realidade de Minas não. Se começarmos a ouvir as cooperativas, vamos ver que o pessoal da maçã... Temos um monte de exemplos como esse.

Sei que a exposição vai continuar, mas não queria deixar passar a oportunidade de dizer o seguinte: o Deputado Aldo Rebelo viu essa realidade, encontrou essa realidade, e foi isso que o inspirou quando fez o texto aprovado por mais de quatrocentos votos na Câmara dos Deputados. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Moka. Sua identidade com o café está reconhecida pelo Plenário.

Quero passar agora a palavra ao Senador Clésio Andrade.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (PR – MG) – Senador Presidente Rollemberg, primeiro, meus agradecimentos pela aprovação do requerimento em tão rápida velocidade. Meus agradecimentos também ao nosso Presidente Acir Gurgacz, que não pôde estar conosco. E cumprimento o Senador Moka, o Senador Blairo e todos os líderes cafeeiros.

Deputado Odair, Deputado Diego e todos os Deputados que estão conosco, a questão fundamental do café é que ele difere um pouco de todas as outras culturas e até de outras *commodities*. Talvez, hoje, só a soja equivalha às exportações de café no Brasil ao longo da história. Quer dizer, é uma cultura secular. Hoje, fazendo a simulação, Senador Moka, foram mais de US\$600 bilhões com exportação de café, desde a entrada do café no País. A dívida externa brasileira hoje... O crédito externo que o Brasil tem hoje lá fora, em torno de duzentos e cinquenta a trezentos bilhões, seria o contrário se não houvesse a cultura do café no Brasil. É uma comparação interessante de se fazer. Na realidade, estaríamos hoje com uma dívida externa de trezentos bilhões, e não com reservas de trezentos bilhões. Por aí, basta ver a história dessa *commodity* importante a que só a soja, talvez, tem se equiparado, em termos de volume de valor. As outras culturas têm suas dificuldades, mas também sabemos que não têm essa importância em relação às divisas que trazem para o Brasil.

Outro aspecto importante também, no caso da cultura do café, é que, por ser mesmo uma cultura secular, é uma cultura que também vem passando por uma reforma agrária familiar. Acontece em grande parte delas. Com isso, ocorreu o processo de redução de tamanho das propriedades, que vêm passando de pais para filhos que, vendendo, comprando e adquirindo, fizeram com que se chegasse a essa situação. Sabemos que aquele sucessor transferiu para outros e ficaram propriedades pequenas, como foi demonstrado também pelo Francisco, pelo Éder e por todos que estão apresentando.

Então, minha colocação seria no sentido, Senador, de pedir a audiência, exatamente para tentarmos sensibilizar nossos Senadores, como disse o Waldemir Moka e o Blairo, para que se aprove o projeto da Câmara. Primeiro, porque ganharíamos tempo. É um projeto que atende razoavelmente a todos. Ou seja, os impactos são muito menores do que os demais relatórios que estão sendo apresentados. Todos nós queremos atender o meio ambiente, e precisamos atender, mas preservando essas propriedades que fizeram a história do País, que trouxeram divisas para o País e que tiveram tão grande importância na geração de emprego ao longo dos anos.

Então, nosso apelo é esse, ao Senador Blairo e a todos os Senadores. E vamos, a partir dessas informações, dessa apresentação sua, Éder, procurar cada um dos Senadores e discutir, exatamente para ganharmos tempo, até porque é importante a aprovação do Código, pois o Código atual afeta muito a todos nós.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Clésio Andrade, V. Ex^a que é de um Estado em que a cafeicultura realmente tem uma participação muito expressiva.

Gostaria agora de convidar para fazer uso da palavra o Sr. Breno Pereira Mesquita, Presidente da Comissão Nacional do Café, da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil.

O SR. BRENO PEREIRA MESQUITA – Boa tarde, Presidente, Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente.

Senador Clésio Andrade, parabéns pela sensibilidade, neste momento de mudanças, de atentar para a importância do café, e não só em Minas Gerais, no sul de Minas, mas em todo o Brasil, e a geração de milhões e milhões de empregos, de forma direta e indireta, em toda a cadeia. E ao Deputado Diego Andrade, esse jovem Deputado que a cada dia que passa nos surpreende mais, positivamente.

Sr^{as} e Srs. Senadores, Srs. Deputados, Presidentes de Sindicatos, de Cooperativas, senhoras e senhores, eu só gostaria de fazer uma colocação e, em seguida, passar para o nosso técnico da CNA, o Dr. João Carlos, a respeito da importância do café e principalmente da importância da cafeicultura nas áreas ditas de APP ou de reserva legal.

Segundo dados da OIC, em 2011, o mundo produziu, ou produzirá, 130 milhões de sacas de café, e, pelas estatísticas da OIC, vai consumir, em 2011, a quantidade de 134 milhões de sacas de café. Ou seja, em 2011, existe um déficit de quatro milhões entre o que se produz e o que se consome. É interessante acabar com uma cafeicultura que é bicentenária num país que precisa, necessariamente, da entrada de dólares não na especulação, mas principalmente na produção, e tirar, de forma abrupta, milhares e milhares de produtores de seus lares, com suas famílias, e encher mais ainda nossas cidades. É a reflexão que deixo aos senhores e às senhoras.

Quero agradecer a oportunidade e, em seguida, com a aprovação do nosso Presidente, repassar ao Dr. João Carlos para que faça a palestra que foi feita pela Comissão do Meio Ambiente da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Sr. Breno Pereira Mesquita.

Passo, então, a palavra, por treze minutos, para o Sr. João Carlos Petribu de Carli, Assessor Técnico da Comissão Nacional de Meio Ambiente da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil.

O SR. JOÃO CARLOS PETRIBU DE CARLI – Boa tarde a todos. O Dr. Breno já fez as devidas apresentações. Vou fazer uma breve palestra, não exatamente uma palestra em relação a propriedades, vou tentar colocar o que é o café hoje para o Brasil e para Minas Gerais.

Já começo, com o primeiro *slide* da minha palestra, mostrando um crime ambiental. Seria esta propriedade rural aqui, apresentando o café em área inclinada. Peço desculpas, mas na apresentação, como eu trabalho há muitos anos na área de meio ambiente, eu não coloco fonte porque isso pode gerar um crime, o fiscal ambiental pode ir à propriedade querer aplicar uma multa para essa pessoa. Então, vou colocar algumas fotos, mas não a fonte. De repente, só o fotógrafo.

Próximo, por favor.

Primeiro, vou comparar o Brasil ao mundo, em relação ao café: primeiro em produção e primeiro em exportação, mostrando a importância do café tanto para o Brasil quanto para o mundo.

Próximo, por favor.

Agora, mostrando, dentro do Brasil, quais são os principais produtores de café. Apresentamos aqui dados do IBGE. Hoje, Minas Gerais tem 51% de todo o café plantado no Brasil. Dados de 2009. Então, você mostra o quanto o café é importante para Minas Gerais.

Próximo, por favor.

Agora, vou mostrar aqui outros produtos que Minas exporta. Podemos dizer que o campeão é o minério de ferro – o nome Minas já diz isso. Outros ocupam 32%. E quando chegamos ao café, 13% em dois anos seguidos, 2010 e 2011, como principal produto exportado de Minas. Isso mostra mais ainda o quanto o café é importante para Minas Gerais.

Próximo, por favor.

Agora, dentro do agronegócio mineiro. Quando você coloca somente o agronegócio, tirando todos os outros produtos exportados por Minas, nós mostramos o quão mais importante é para Minas o café. No ano de 2010, 54%, e no ano de 2011, quase 56% do produto exportado de Minas Gerais.

Próximo, por favor.

Agora vou tentar colocar um pouco da legislação atual, como o Senador pediu.

Próximo.

Hoje, o que diz a legislação? Dentro das limitações da propriedade, no caso de Minas Gerais, é 20%

de reserva legal. Ainda temos Área de Preservação Permanente, temos o topo de morro, montes, montanhas e serras.

Vou abrir um parêntese para um problema que existe. Com relação à definição dessa alínea de topos de morros, o Conama fez essa definição em 2002. Ou seja, o Código é antigo, mas a definição é nova. Em 2010, o Ministério do Meio Ambiente lançou a Nota Técnica nº 37, informando como o Conama fez a definição de topo de morro. É impossível fazer uma definição. Observa-se que, hoje, não há como a pessoa saber se está ilegal ou não. Então, nós chegamos a um problema maior ainda: ninguém sabe se pode levar uma multa ou não porque está no topo de um morro. Tanto é que, hoje, o Conama está trabalhando, está tentando fazer uma alteração nessa definição para esclarecer exatamente esse problema da definição.

Temos também, nas encostas, ou partes dessas, com declividade superior a 45 graus, equivalente a 100% na linha de maior declividade. Isso é algo simples de se fazer. Basta pegar uma régua e fazer o cálculo. Mas entramos também em Áreas de Uso Restrito. Não existe só o problema da Área de Preservação Permanente e Área de Reserva Legal, existe também Área de Uso Restrito, que está no art. 10 hoje: “Não é permitida a derrubada de florestas situadas em áreas de inclinação entre 25° e 45°, só sendo tolerada a extração de toras”. Ou seja, é como se fosse uma reserva legal, porque a reserva legal diz que você pode fazer o manejo sustentável dentro da reserva legal. Essa área é muito parecida. Você só pode fazer a extração de toras. Então, mostra que não é só em 45°. Se baixarmos um pouco para 25°, muita propriedade também enfrentará problemas dentro do Código Florestal atual.

Próximo, por favor.

Uma coisa engraçada. Eu gosto de colocar esta foto. É a foto de uma rodovia em que, se vocês observarem... Eu não sei quem sabe, mas, de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro, placa marrom é de turismo. Então, o próprio governo – não sei se federal ou estadual – está fazendo uma campanha do Circuito das Montanhas Cafeeiras, mostrando: “Vá lá visitar como turismo”. Ou seja, o próprio governo – não sei se federal, estadual ou municipal – incentiva conhecer uma Área de Preservação Permanente que está sendo utilizada para o café.

Próximo, por favor.

Aqui, as fotos para vocês entenderem, como muitos, o que é 25°, o que é 45°. Tentamos colocar algumas fotos. Coloquei uma fonte aqui, que é Alexandre Arruda, mas também não vou dizer de onde é a propriedade porque mostra claramente que está em morro. Toda a

inclinação dentro desta propriedade está em morro. Pode não estar em APP, mas está sim acima de 25°.

Próximo, por favor.

Claramente, chega a ter sombra aqui, se vocês forem observar. Eu sou engenheiro agrônomo. E quando um engenheiro agrônomo vê uma topografia como esta, rapidamente observa, mais ou menos, no olho, que provavelmente há uma inclinação na região.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOÃO CARLOS PETRIBU DE CARLI –

Ah, ali deve estar em torno de 38°, quase... Entre 25° e 45° com certeza está. E está próxima a esse córrego aí embaixo.

Próximo, por favor.

Outra. Chega a fazer sombra nessa lateral. Então, vocês começam a observar que existem muitas propriedades no sul de Minas cujos proprietários se enquadram – eu não gosto de usar este termo – como “criminosos ambientais”. A legislação que chegou posteriormente colocou-os à margem da sociedade, como “criminosos ambientais”.

Próximo, por favor.

Agora, esse é uma coisa mais georreferenciada. Eu peguei três exemplos, três municípios: São Sebastião de Bela Vista, Santa Rita do Sapucaí – terra do Dr. Breno – e Carmo de Minas. Se vocês observarem, em vermelho aqui, o que é o vermelho? É acima de 45°. Em amarelo, acima de 25°. Ou seja, toda essa parte vermelha e amarela você não poderia utilizar... A amarela somente para a retirada de toras. Mas agora vocês têm de observar, está bem claro aqui em cima: nós não colocamos reserva legal. Mais 20%. Então, você imagina, dessas três áreas, mais 20% dentro da propriedade rural de reserva legal.

Outra coisa que também não foi colocada aqui – e meu colega colocou claramente – é que ainda existe APP de mata ciliar. Se vocês observarem esta região, isto aqui é um rio. Claramente, você define como área de drenagem de rio. Ou seja, ainda vai existir, nessas regiões, mais APP de mata ciliar em volta de um rio. Então, vocês tentem imaginar, dentro desses três municípios, o prejuízo que vai acontecer com a retirada não só do café, de qualquer coisa, qualquer coisa que estiver aqui, até a casa dele, pode estar cometendo um crime ambiental.

Próximo, por favor.

Esse é o custo, que tento colocar em números. Peguei duas regiões, sul e oeste, Zona da Mata e Rio Doce Central, que são regiões montanhosas, a região do sul de Minas e aquela região perto do Espírito Santo. Nós temos aqui quase 80% do café de Minas Gerais, uma quantidade imensa de produção de saca de café, uma renda imensa. E temos que observar

que isso é do ano passado. Hoje, se não me engano, acho que já está passando dos R\$500,00 a saca. E os empregos gerados, chegando a dois milhões de pessoas empregadas.

Onde o café é plano, você pode usar máquina; onde o café é de morro, você tem de usar gente. Então, isto aqui são pessoas que serão realmente demitidas.

Próximo, por favor.

O que muda com a reforma do Código Florestal? Estou tentando colocar aqui como está hoje no Código do Aldo Rebelo e foi aceito pelo Senador Luiz Henrique. O que vai acontecer?

“Art. 8º. A intervenção ou supressão [a supressão já aconteceu, mas a intervenção é o que vai continuar acontecendo] de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente somente ocorrerá nas hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental previstas nesta lei [e aí eu enfatizo], ficando autorizada exclusivamente [esta palavra é muito importante: exclusivamente] a continuidade das atividades agrossilvopastoris de ecoturismo, turismo rural e áreas rurais consolidadas.”

Ou seja, exclusivamente, quem já está, a continuidade. Não vamos abrir novas áreas. É o que existe hoje. Vocês têm de lembrar que o café – eu fiz o dever de casa hoje – está desde 1727 no Brasil. Chegou pelo Norte, por Belém. Na região de Minas, chegou em 1800, aproximadamente. Ou seja, não existia nem pensamento do Código Florestal antigo, de 34. E nas áreas de uso restrito, a mesma coisa. Continua.

“Não é permitida a conversão de floresta nativa situada em áreas de inclinação entre 25º e 45º para uso alternativo do solo, sendo permitidos o manejo florestal sustentável e a manutenção [aqui não diz, em nenhum momento, que é para abrir, é a manutenção do que já existe] de culturas de espécies lenhosas [como o Senador colocou], perenes ou de ciclo longo e atividades silviculturais, vedada a conversão de novas áreas.”

Ou seja, em nenhum momento está se pedindo para aumentar mais nada. Estamos pedindo para continuar onde estamos.

Próximo, por favor.

Aqui, algumas imagens digitalizadas da Embrapa, mostrando regiões que estão em Áreas de Preservação Permanente. Aqui, Guaxupé...

Próximo, por favor.

Alfenas...

Próximo, por favor.

Alfenas também.

E aqui o que a cafeicultura mineira põe nessa nova reforma do Código Florestal. O que nós estamos querendo? Por quê? Porque 80% de toda área de produção se encontra em área de uso limitado, conforme mostrei

anteriormente, e legalizadas pelas normas do Código Florestal vigente. O cumprimento integral da legislação atual implicaria na retirada da atividade de todas essas regiões. Como eu mostrei para vocês, aquele mapa georreferenciado mostra que não tem escapatória, a pessoa vai ter de sair quase que por completo daquela região, reduzindo drasticamente a produção nacional do café. Como eu disse para vocês, a quantidade de café produzido no Brasil, 51% é em Minas e, dentro dessas regiões, 80% de café. A retirada da atividade é justificável sob o ponto de vista ambiental. As pessoas vão questionar: por que do ponto de vista ambiental? Porque se você somente retirar e deixar ali, é muito pior do que está hoje. Foi colocado aqui que, dependendo do local, se você somente abandonar a área, você pode estar ajudando. Mas temos de observar também que existem obras civis, como os terraceamentos. Muita coisa o homem já fez ali antes do Código Florestal. E se em mais de duzentos anos a cultura está lá até hoje, e mostrando a pujança, mostrando a força que tem, está mostrando que está equilibrada naquele local. É injustificável socioeconômica e inclusive culturalmente. Hoje, o café já entrou na cultura do mineiro. Não tem como dizer... Quando você toma um copo de café, como todos tomamos aqui, na hora de tomar é bom, é gostoso, mas na hora de observar de onde vem ninguém nunca consegue, acredita que o café vem da gôndola do supermercado, como todos acham. Hoje, o café está incrustado na cultura mineira. Não há como tirar isso. Se você tira e tenta repassar outra atividade para o mineiro, ele vai sofrer e muito com essa mudança. E isso traria consequências desastrosas à economia regional e local.

Inexistência de alternativas econômicas à população regional na eventual extinção da cafeicultura mineira. É aquilo que eu disse: quando a pessoa, seu pai, seu avô, seu bisavô, todos trabalham com café, você praticamente interage com o café, você conhece pelo cheiro, pela cor, como o café está neste ano. A partir do momento em que você tenta colocar outra atividade, até ele conseguir fazer toda essa absorção de conhecer toda a fisiologia da planta, conhecer a planta. Isso vai demorar muito tempo e pode ser que ele não consiga se adequar a essa nova cultura e está fadado a ir para uma favela dentro de uma cidade.

Próximo, por favor.

Isso aqui é uma coisa que nós colocamos dentro da CNA desse jurista francês Georges Ripert, que foi professor de Direito nos anos 40 – uma coisa muito interessante de se ler: “Quando o direito ignora a realidade, a realidade se vinga ignorando o direito”. Isso é muito forte. Hoje, quando se faz uma norma, uma regulamentação, muitas vezes não se observa o que

está acontecendo na ponta. E a ponta, muitas vezes, não aceita por mostrar que é impossível de acontecer e se revolta contra isso.

Então, a fala desse jurista é muito importante de ser repassada.

Próxima, por favor.

Agradeço a todos. Nós, da CNA, estamos à disposição sempre que for necessário dar qualquer explicação sobre o que está acontecendo com o Código Florestal atual e o que pode acontecer com o novo Código. Estamos à disposição. Sempre que nos chamarem, nós vamos atender prontamente.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado.

Eu que agradeço a colaboração que V. Ex^a traz ao debate.

Passo, agora, a palavra ao..

Registro a chegada do amigo e nobre Deputado Paulo Piau, presidente da Frente Parlamentar de Defesa da Pesquisa e da Inovação Tecnológica Agropecuária.

Passo, agora, a palavra ao Sr. Manoel Bertone, Secretário de Produção e Agroenergia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O SR. MANOEL BERTONE – Sr. Senador Rodrigo Rollemberg, que preside esta audiência pública conjunta, muito obrigado pelo convite; Senador Clésio Andrade; Deputado Diego Andrade; Srs. Senadores; Sr^{as} Senadoras; meus amigos da cafeicultura; eu aqui sou Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ou seja, sou governo, sou Executivo, mas, evidentemente, não posso esconder de vocês que sou algo além disso. Sou cafeicultor, tenho a minha vida toda na cafeicultura e algumas coisas precisam ser colocadas,

A cafeicultura de montanha é importante não apenas no Brasil, ela é importante no mundo todo. O mais país que é mais reconhecido como cafeeiro no mundo – infelizmente nem é o Brasil – é a Colômbia que produz só oito milhões e meio de sacas hoje e é 100% café de montanha.

Em toda a América Central – Costa Rica, Guatemala, Honduras, El Salvador – é cafeicultura de montanha. No México, na região de Chiapas, grande parte é cafeicultura de montanha.

Aqui no Brasil, a cafeicultura de montanha não está só no sul de Minas. Está também na Zona da Mata, está muito forte no Espírito Santo, como a própria Cooperativa de Guaxupé. A Cooxupé demonstrou que também em algumas regiões de São Paulo, como no noroeste, como também no norte do Paraná.

A cafeicultura de montanha é importante no Brasil e talvez 50% dos nossos cafés sejam produzidos em região de montanha. Eu não tenho certeza se os

50% estão em áreas de inclinação acima de 45° ou não, mas grande parte da cafeicultura brasileira está em região de montanha. É a nossa cafeicultura mais importante. Importante na geração de emprego, porque a cafeicultura de montanha gera mais empregos do que a cafeicultura de planalto, obviamente porque a cafeicultura de planalto é mais mecanizada. E é também a cafeicultura que produz o melhor produto. A cafeicultura de montanha é justamente a cafeicultura que agrega valor à produção brasileira, é a cafeicultura que posiciona melhor o nosso café no mercado mundial. Diga-se de passagem que o Brasil é de longe o país mais importante na cafeicultura do mundo.

Nós exportamos, nos últimos doze meses, perto de 35 milhões de sacas, faturamos US\$7,5 bilhões, ajudamos a desenvolver importantes regiões, particularmente no último ano com essa renda nós resolvemos grande parte do endividamento agrícola da cafeicultura.

A cafeicultura é uma atividade, sem dúvida nenhuma, das mais importantes do País. O Brasil exportou 20 bilhões em soja; 15 bilhões em suco energético, açúcar e etanol; em torno de 15 bilhões também em carnes, todas as carnes juntas; e depois o nosso café, com US\$7,5 bilhões, contribuindo para a nossa balança comercial.

Queria dizer também, e o faço em nome do Ministério da Agricultura, que nós estamos no caminho certo. Não estamos muito longe de alcançar os objetivos que a sociedade brasileira deseja e merece, que é a solução desse problema.

Nós não podemos postergar essa solução. A Câmara deu uma contribuição enorme aprovando um projeto do Deputado Aldo Rebelo, agregado de uma emenda importantíssima para esse Código, que também teve aprovação maciça dos Deputados Federais. Com uma aprovação dessa, presume-se que a sociedade brasileira esteja muito próxima do consenso. Assustou-me um pouco o antagonismo que essa proposta da Câmara teve. Nós estamos muito perto de obtermos uma solução equilibrada para a questão ambiental brasileira sob o ponto de vista do nosso Código Florestal.

Nós acreditamos firmemente que o Senado agirá com a celeridade necessária, porque o mais importante agora é retirarmos esses produtores da insegurança jurídica. É insuportável para nós, cafeicultores, e para nós do Governo, irmos às regiões agrícolas do País e, em vez de respondermos às questões relativas à economia dos setores que nos cabe administrar, às vezes, perdemos toda nossa estada respondendo, tentando diminuir a ansiedade dos agricultores no que se refere à insegurança jurídica que tira o sossego das suas famílias.

Os exemplos que a Cooxupé aqui apresentou são exemplos que servem para qualquer Estado da federação e servem quase que para todas as atividades agrícolas nacionais. Se você vai no norte do Paraná, mesmo em regiões que não são de montanha ali a preocupação é enorme. Se você vai no Mato Grosso do Sul, ali a preocupação é enorme. Se você vai ao Espírito Santo, sul de Minas, nem se fala, a gente quase não responde a outro assunto a não ser sobre a legislação ambiental. Quando escapa um pouco da legislação ambiental, a gente é obrigada a responder, Deputado Paulo Piau, sobre a legislação trabalhista – vocês sabem muito bem disso.

Então, a insegurança jurídica é hoje o principal tormento do agricultor brasileiro. Eu acho que as pessoas, os técnicos que se apresentaram aqui antes de mim expuseram com bastante propriedade o dilema que nós enfrentamos, mas é também bastante claro para todos nós que todo esse dilema fica resolvido se o projeto da Câmara fosse aprovado na íntegra aqui no Senado Federal.

Isso é importante termos em mente. É lógico que alguns ajustes podem ser feitos, talvez até devam ser feitos, porque para se construir o consenso, é conveniente que nós também saibamos ceder em alguns pontos em que essa concessão possa ser factível e viável. Eu acredito firmemente na capacidade de nossos Senadores de conseguir esse consenso da sociedade brasileira, esse consenso necessário entre produção e meio ambiente – absolutamente necessário –, de modo a que a gente satisfaça não apenas a sociedade brasileira como a sociedade mundial, que está evidentemente de olho em nós todos.

Eu, como cafeicultor, participei durante alguns anos, três anos, de um projeto internacional de sustentabilidade denominado Quatro C, que era o código comum da cafeicultura mundial.

O Brasil é o país que se mostra o mais sustentável do mundo na atividade cafeeira. É o país que dispõe da mais rigorosa legislação ambiental do mundo e da mais rigorosa legislação trabalhista do mundo. Estudei três anos isso junto com países da Europa, com os grandes *tradings* internacionais de café e representando países produtores de café da América do Sul, da América Central, da África e da Ásia.

Não há país produtor de café no mundo que tenha que cumprir a legislação que o cafeicultor brasileiro tem que cumprir. E todos os projetos de certificação do mundo qualificam para fins de certificação as atitudes dos produtores tendo em vista a legislação desse próprio país. Não é justo que o agricultor brasileiro – e aí eu vou mais longe: não apenas o cafeicultor, mas o agricultor brasileiro – tenha que cumprir legislações tão

rigorosas que lhe retiram competitividade internacional, ao passo que os nossos concorrentes não fazem a metade do que o Brasil já faz. Nós somos recordistas em reservas, reservas legais, áreas de APP, reservas naturais do Estado, parques nacionais, parques estaduais, reservas indígenas. Praticamente o nosso País está todo reservado.

Nós não queremos muito. Queremos só trabalhar onde já trabalhamos. Não estamos solicitando o direito de desmatar desregradamente. As reservas devem ser utilizadas quando a sociedade brasileira sentir falta delas. Nós somos o País que mais tem a contribuir para a paz mundial através do fornecimento de alimento sustentável. É isso que nós temos que buscar, é isso que nós temos que manter e falta muito pouco. Basta aprovarmos o projeto que já foi aprovado na Câmara Federal.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Agradeço a sua participação, Dr. Manoel Bertone. E quero convidar para dar seu depoimento de cinco minutos, no máximo, dois presidentes de sindicatos aqui presentes: Manoel, do Sindicato dos Produtores de Boa Esperança; e Arnaldo Botrel, do Sindicato dos Produtores de Varginha.

Por favor, Sr. Manoel, se estiver presente ...pode ser daí mesmo. O que vale é a palavra.

O SR. MANOEL JOAQUIM DA COSTA – Boa tarde, Sr. Senador Blairo; Sr. Senador Clésio Andrade; nosso Senador Zezé Perrella; nosso Deputado Odair Cunha e Paulo Piau; Sr. Manoel Bertone; Diego Andrade.

Não trouxe nenhuma análise aqui, mas comecei a fazer este discurso há 45 anos, Senador, quando eu nasci. Foi uma labuta terrível, passamos diversas intempéries da natureza, seca, chuva, preço de café.

Nós estamos vivendo, lá no campo, numa zona de conflito. Passamos dez longos anos de sofrimento de preço do café, perdendo dinheiro, achando que a nossa vida ia pegar um rumo e ia tranquilizar no campo, aí veio o código ambiental. Aquilo deu um transtorno muito grande porque grande parte das nossas propriedades, nós tivemos que pagar. Outras foram herdadas, mas os nossos pais e avó compraram.

Vocês falaram do impacto que vai trazer na cafeicultura, no arroz, no feijão. E eu vou falar do impacto que vai causar em mim, como Presidente de Sindicato, formado 95% de pequenos. Vocês não sabem o constrangimento em que estão nos deixando na serra da Boa Esperança, como em todo centro do País por perder um patrimônio. É justo deixar um pouco dessa reserva, mas tirar de onde já tem tão pouco faz tanta falta, Senador.

Não vamos questionar o Código. Se perguntassem para mim, eualaria: vamos melhorar a proposta do Aldo Rebelo, mas como ele foi Deputado, como vários aqui presentes, que andaram por este País inteiro, não vamos falar que ele é o mais perfeito, mas vamos aceitar que ele está diante da situação que nós merecemos.

O que eu gostaria de dizer era isso e agradecer o Senador Clésio Andrade, por ter dado condições de o Sindicato de pequenos produtores poder usar a palavra. Nós representamos hoje mais de 3.500 produtores rurais e vocês podem ter certeza, Deputado, que somos produtores que alavancamos este País com suor e lágrimas. Como eu disse, gastei 45 anos para tentar passar essas palavras e sei não passei todas, mas o senhor, como estudioso, entende muito bem.

Gostaria de, mais uma vez, agradecer a todos. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Clésio Andrade. PR – MG)

– Muito bem, Manoel.

Gostaria de te agradecer. Acho que o seu depoimento é muito forte para todos nós, primeiro porque é um depoimento de coração, de força de trabalho, da história do café, principalmente o café de Minas, e você demonstrou isso muito bem nesses poucos minutos. Acho que esse é o sentimento que a gente precisa colocar aqui no Senado.

Eu gostaria de aproveitar, antes de passar ao Arnaldo, para agradecer a presença da Senadora Ana Rita. Eu, lamentavelmente, omiti o nome dela quando estava falando. A Senadora Ana Rita, que é do Espírito Santo, teve de sair e provavelmente ia falar e trazer coisas boas para nós também. Ela é uma Senadora de um Estado importante e que também vai sofrer muito com o Código se não houver essas adequações.

Então, esse registro é um agradecimento por ela ter vindo apoiar esse nosso requerimento e esse nosso trabalho a favor do café.

Passo a palavra ao Arnaldo Botrel, para que ele possa fazer a sua colocação.

O SR. ARNALDO BOTREL – Prezados Presidente Clésio Andrade, sindicalista, produtor rural, cafeicultor, entendedor de café, que sei, em suas propriedades no sul de Minas; Manoel Bertone, do Ministério da Agricultura; gostaria de ressaltar o trabalho que tem sido feito com transparência, ética e competência, principalmente ressaltando a última atuação do Ministério da Agricultura por ocasião da eleição da OIC, um trabalho que foi extremamente competente e nós trouxemos para o Brasil o posto mais alto que é a presidência da OIC – publicamente, gostaria de parabenizar você e o Robélio que está lá nos representando.

Prezado Diego Andrade, amigo e companheiro, jovem Deputado, que logo na primeira legislatura, já levantou uma bandeira e está de posse dessa bandeira tão importante, que é a cafeicultura.

Deputados Paulo Piau e Odair Cunha, Senadores Perrella e Moka, Senadora, demais companheiros, presidentes de cooperativa e sindicatos, parece que é uma coisa antagônica, mas, na semana passada, propositalmente, estive visitando dois países: Cuba e Panamá. E, como todos sabem como é a sobrevida no socialismo, principalmente falando de Cuba, e no Panamá as diferenças comparando com o Brasil também. Eu queria dizer resumidamente o seguinte: o Código Florestal de 1962 é arcaico sem nenhuma condição de ser cumprido, nem lá em Cuba ele poderia ser aplicado, um país fechado onde o socialismo empobrece o povo. Nem lá em Cuba poderia ser.

Agora o novo Código Florestal, que foi ampla e democraticamente debatido pelos Deputados Federais, em especial por aqueles que ficaram à frente da Comissão, como o Deputado Paulo Piau, teve mais de cem audiências públicas em todo o País, audiência até em cima de barco, para trazer para a Câmara dos Deputados exatamente a transparência e expressar o que os dois lados, ambiental e o da produção, pudessem expressar. Sem dúvida nenhuma, o Deputado Aldo Rebelo, com todos os Deputados que votaram a favor, foram extremamente felizes ao trazer esse relatório, que está agora está nas mãos de V. Ex^{as}, Senadores.

O Deputado Paulo Piau e os demais que estão aqui são testemunhas de que acompanhei, com dificuldade, todos os impasses que ocorreram na Câmara dos Deputados. Muitos deles, entraram madrugada adentro. Acompanhei todos. Que nós não deixemos isso acontecer aqui no Senado. Sejam objetivos, sejam coerentes com o que já foi feito. Não que o debate não possa acontecer, mas é preciso que seja rápido, porque, enquanto estamos aqui conversando, o que é muito importante, lá, em Minas Gerais e em muitos outros lugares do Brasil, promotores e promotoras estão “canetando”, estão multando, autuando produtores e produtoras de café e de outras atividades, porque estão baseando-se, não esperam nem o novo Código Florestal, no arcaico Código de 1962. Pior do que autuar e multar: estão obrigando, induzindo produtores e produtoras a fazer termo de ajuste de conduta (TAC) e, não podendo cumprir, eles estão recebendo ordem de prisão e *sursis*. Produtores de 70, 80, 90 anos de idade, como está acontecendo em Pará de Minas, São Gonçalo do Sapucaí; estão sendo condenados, estando em *sursis*.

Agora vou usar com toda a liberdade o Senador Perrella. O senhor sabe que somos criador do manga-

-larga marchador. Eu vou falar o que é a reserva legal. É como se eu tivesse ido lá em sua fazenda, em sua propriedade – e já tive o prazer de ser recebido lá – e montasse em uma das suas éguas, dos seus cavalos e saísse naquela boa marcha. E, na hora que eu voltasse, eu ficasse em cima dele e o senhor me perguntasse: “Mas, Arnaldo, você não vai descer?”. “Não, eu não vou descer.” “Mas por quê?” “Porque 20% desse cavalo agora é meu.” Sabe o que é isso? Isso é confisco. Isso acontece só em Cuba. Então esse debate que precisa acontecer no Senado sobre a reserva legal é com relação a reembolso, a remunerar os produtores que são produtores de água e não os mais consumidores de água; são os menores poluidores e maiores contribuidores da água.

Queria finalizar as minhas palavras pedindo ao Senado que o debate seja em cima de remuneração, em cima de quem produz água, em cima de quem vai ter que fazer reserva legal. Que se pague. Um produtor que teve uma propriedade comprada por seu pai ou seu avô, ainda mais que cumpriu a Constituição, registrou a propriedade, agora, por causa de um Código Florestal, vê 20% de sua propriedade sendo tomada. Isso não pode acontecer. Isso só aconteceu em Cuba, nem acontece mais, porque o Raúl Castro já está abrindo. Nós precisamos é de remuneração das nossas reservas legais e também da produção de água.

Muito obrigado por ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Clésio Andrade. PR – MG) – ... oradores, que é o Deputado Diego Andrade, Deputado César Colnago e o Eduardo Damião. São esses os oradores. Eu perguntaria ao Senador Jorge Viana se quer ter precedência. *(Pausa.)*

Então vamos ouvir o Deputado César Colnago.

O SR. ZEZÉ PERRELLA (Bloco/PDT – MG) *(Fora do microfone.)* – Quero me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Clésio Andrade. PR – MG) – Na sequência, a hora que entrar o debate, já faço a inscrição.

O SR. CÉSAR COLNAGO (PSDB – ES) – Senador Clésio Andrade, que neste momento dirige os trabalhos desta audiência, eu queria cumprimentar todos os demais Senadores, o Presidente da nossa Frente Cooperativista, Senador Moka, o Senador Jorge Viana, todos os Senadores aqui presentes, Deputados, nosso Presidente Diego, todas as cooperativas e sindicatos. Só quero dar uma contribuição rápida e parabenizar pelo trabalho.

Nós, lá no Espírito Santo – sou Deputado pelo Espírito Santo, Ana Rita estava aqui e teve que ir à Comissão de Educação, se não me engano foi o que ela me falou –, dos 78 Municípios, só a capital não produz café. Mesmo a Grande Vitória, Serra, Vila Velha, com

uma pequena área rural do Chury, tem café. Setenta e sete tem café. Nós temos uma partilha da propriedade e a questão fundiária talvez igualável a Santa Catarina.

Quarenta e oito por cento tem até dez hectares. Ou seja, 50% do nosso Estado correspondem talvez à realidade da menor propriedade apresentada aqui, das duas menores aqui, sendo que, quando a gente inclui de dez a cem, a gente coloca aí 80 mil proprietários rurais, representando 94% do Estado.

A cafeicultura tem para nós uma importância...! Nós somos 0,5% do território nacional, mas somos o segundo produtor de café do Brasil, o primeiro produtor de conilon. Este ano iremos produzir quase 12 milhões de saca de café. Isso tem para nós uma importância... O Espírito Santo, que tem apenas 3,5 milhões de habitantes, tem ligado à cafeicultura 400 mil pessoas; diretamente. Temos, com certeza, uma área de pequena propriedade rural, 82% são propriedades em que o *modus* de operação e de trabalho é de agricultura familiar. Temos uma partilha do solo muito interessante e, evidentemente, o café tem uma importância muito grande e ocupou muito dessas áreas que o Código de 1965 não permitia. Temos uma situação, não só na área do café, mas na área serrana, que é produtora de hortifrutigranjeiro: muitos proprietários com um, dois, três hectares.

Então, acho que discutir o Código à luz da importância da sustentabilidade, à luz da importância da água, da terra, com as inovações tecnológicas e possibilidades... Crescemos, nos últimos 15 anos, no Espírito Santo, em 215% a produtividade do café, a produção de café, aumentando apenas 11% de novas áreas. Ou seja, nós estamos produzindo hoje, principalmente na área do conilon, muitas propriedades com 100 sacas, 120 sacas por hectare; até 150 sacas por hectare.

Para essa discussão que a Câmara já fez e está aqui no Senado, é importante a contribuição dos cafeicultores, como estamos vendo aqui, Diego, dentro de uma visão da importância que ela tem na geração de renda, na geração de ocupação do trabalho de pequenos produtores. Evidentemente que o Código anterior, que veio da Câmara, já contemplou muitas dessas situações. Eu acho que, aqui no Senado, pelo que estou percebendo, até por ser uma Casa em que se discute com mais profundidade um pouco o tema, é possível consolidar o que veio da Câmara e fazer pequenos ajustes, no sentido de buscar a perpetuação... Temos aí a cafeicultura como elemento importante de pauta de exportação, de geração de trabalho, de renda, de tributos, ao mesmo tempo, evidentemente, buscando equilibrar as questões pertinentes à propriedade rural, no sentido de que aquelas pequenas, com certeza, são as mais prejudicadas.

Nós temos institutos lá, Senador Clésio, é o caso do Cedagro, que compõem-se de empresas privadas e de setor público. Existe um estudo feito há mais de quatro anos pelo engenheiro Gilmar Dadalto, do Incaper, que mostra muito a realidade da aplicação das nossas propriedades de cafeicultura, e não só da cafeicultura, mas principalmente dela, por tratar-se do principal produto da nossa pauta de produção agrícola, e a incompatibilidade do atual Código com a realidade.

Eu acho que a busca da alteração está finalmente chegando. Que a gente consiga produzir aqui o melhor para o País, mas preservando principalmente a renda, o emprego e essa cultura tão tradicional, tão importante para o Brasil. Tenho absoluta segurança de que o Senado fará a melhor discussão nas Comissões que estão aqui, de Meio Ambiente e de Agricultura, para que possamos consolidar um código mais próximo da nossa realidade.

Quando Aldo estava conversando conosco, ele fez uma discussão especificamente com a bancada do meu Partido. Eu dizia para ele que não era fácil colocar no papel um país gigante, de um tamanho de um continente, com biomas de formas tão diferenciadas. Que o ideal era que tivéssemos, na verdade, uma análise, tanto por parte do produtor como por parte dos órgãos de Estado, caso a caso: tipo de solo, tipo de encosta, tipo de comportamento ideológico.

Essas coisas todas influenciam. Como nós temos que ter uma regra geral, é muito difícil compatibilizar tudo. Por isso que essa discussão é tão intensa, tão apaixonada, porque não é fácil. Se ela fosse tocada, caso a caso, com o produtor e com os técnicos, vendo-se o que é melhor para a produção, seria o ideal, mas a gente tem que estabelecer uma regra geral para o País como um todo. Por isso não é simples. Mas tenho certeza de que o que vai surgir do Senado e o que vem da Câmara avança e muito. E nós precisamos garantir essas conquistas, discutidas até agora.

Muito obrigado.

Parabéns ao Senador e ao Deputado Diego, que tão bem tem conduzido nossa Frente Parlamentar em Defesa da Cafeicultura.

O SR. PRESIDENTE (Clésio Andrade. PR – MG) – Agradeço as suas palavras.

Temos ainda três expositores: Diego Andrade, Eduardo Andrade e Eduardo Damião. Em seguida, começaremos os inscritos, que já estão registrados aqui.

Gostaria também de registrar a presença da nossa Prefeita de Três Pontas, Luciana Mendonça, que costuma falar inclusive que Três Pontas é a maior produção *per capita* de café do mundo, não é, Luciana? Que não tem uma área de Três Pontas que não tenha produção de café, viu, Senador?

Quero registrar a presença do Senador Zezé Perrella, que é um dos inscritos, logo após o final dos nossos expositores.

Deputado Diego Andrade.

O SR. DIEGO ANDRADE (PR – MG) – Senador Clésio Andrade, em seu nome queria cumprimentar todos os Senadores; Senador Moka, que está aqui presente; Senador Blairo, que já esteve presente; Acir Gurgacz; enfim, todos os Senadores que estão se debruçando, que convivem com essa realidade, que sabem as dificuldades dos produtores, o receio que eles estão de, de repente, aprovar-se alguma coisa que os coloque em pior situação do que estão.

Nós temos que buscar realmente um consenso. Sobre esse tema, eu posso falar com alguma propriedade, porque, além de cafeicultor, de trabalharmos na Frente Parlamentar em Defesa da Cafeicultura, de ter uma votação ampla na região cafeeira, dirigi a Companhia de Saneamento de Minas Gerais, que é uma companhia extremamente premiada com a questão da água. Acho que a gente pondera muito bem a questão do meio ambiente com a questão da produção.

Eu queria parabenizar o Aldo e, em nome dele, cumprimentar todos os Deputados que estão trabalhando junto com a gente na Frente Parlamentar – porque os resultados que a gente tem alcançado são graças ao trabalho em conjunto –: o César, o Paulo Piau, o Odair Cunha. Por meio desses três, e não quero deixar nenhum de fora, quero cumprimentar a todos. O importante é isto: esta união.

Muito obrigado, Senador, por ter marcado prontamente... A sugestão desta audiência pública surgiu de uma reunião de cafeicultores no sul de Minas, uma reunião muito grande que aconteceu na Cooxupé. Quero fazer um pedido: se você puder encaminhar essa apresentação a todos os Senadores, àqueles que não tiverem a oportunidade de ter o conhecimento dessa ilustração prática de como está com o Código anterior e como vai ficar com o projeto do Aldo... O Aldo rodou o Brasil inteiro, ele não tem raiz como produtor rural. Isso que impressiona, porque foi uma pessoa que teve sensibilidade de achar um relatório... É muito fácil a gente morar em um apartamento na capital e colocar a questão de forma a marginalizar o produtor rural.

Outro dia, encontrei um jovem que me perguntou: “Poxa, você está contra o Código Florestal, né? Minha professora, na escola...” Eu falei: vem cá, que eu vou te explicar. E expliquei para ele que o Código atual, que foi aprovado na Câmara, não autoriza a cortar... O que está sendo colocado por muitos da sociedade é que estamos aprovando para cortar árvore, para desmatar, e não é nada disso. É para colocar de forma regular os produtores que tanto trabalham pelo

Brasil. É o agronegócio brasileiro que tem sustentado a balança comercial. No sul de Minas Gerais, especialmente, quando o café está em uma condição adequada, a gente sabe que é prosperidade para a região toda. Movimenta a economia, movimenta o comércio. É claro que a gente tem que trabalhar todas as políticas, mas sem esquecer da cafeicultura.

Obrigado a todos. Em nome do João Abrão, cumprimento todos do Governo que tem ajudado, Manoel Bertoni; em nome do Breno, que tem excelente conhecimento técnico, que tem apoiado muito a Frente Parlamentar, através da CNA, para que a gente tenha sempre esse discernimento, cumprimento todas as classes aqui presentes, os presidentes de cooperativas, o Francisco, meu conterrâneo. Cumprimento, em nome dele, todas as cooperativas aqui presentes. Muito obrigado. Vamos continuar nessa mobilização. Tenho certeza de que se todos os Senadores que estiverem aqui, homens de bens, puderem ter conhecimento claro do que é o Código Florestal, do que foi o trabalho do Aldo, eles vão votar com consciência, vão priorizar essa votação e vão votar um texto que protege o meio ambiente, mas garante segurança para o produtor. Muito obrigado a todos vocês.

São as palavras que eu queria deixar aqui. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Clésio Andrade. PR – MG)

– Eu convidaria nosso Senador Waldemir Moka, Vice-Presidente da Comissão, para assumir a presidência. Eu ficaria mais confortável ajudando. Com certeza, sua presença aqui fortaleceria a nossa posição.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS)

– Ao contrário. Eu acho que estou aqui exatamente... Quem tem que presidir é um Senador de Minas Gerais. Temos aqui o Perrella e V. Ex^a. Eu acho que é por aí, viu? Se cada Estado garantir os três votos de Senadores, vai ser tranquilo.

O debate está sendo muito equilibrado. Quero chamar a atenção para o fato de que aqui, no Senado, estamos tendo uma discussão muito importante. Lamentavelmente, o Senador Jorge Viana, que é o Relator da Comissão de Meio Ambiente não pôde vir. É uma situação não só de Minas Gerais, mas que retrata bem...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu estava ouvindo lá...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS)

– V. Ex^a estava ouvindo? Então V. Ex^a percebeu: são pequenas propriedades... Aí a gente vê a defesa da isenção quando se trata de ...*(inaudível)*... O que aconteceria se essa legislação não existisse? São essas questões que estamos trabalhando aqui. Mas eu acho que o clima é de tranquilidade, e o importante é garan-

tir que ainda este ano a gente consiga votar o Código Florestal. Acho que isso é fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Clésio Andrade. PR – MG)

– Seria importante, então, Senador, que o Senador Zezé Perrella, o senhor e o Senador Jorge Viana pudessem vir para a Mesa para reforçar esse quadro, participar conosco.

Dando sequência aos expositores, damos a palavra ao Dr. Eduardo Trevisan.

O SR. EDUARDO TREVISAN – Primeiro de tudo, quero dizer que é um honra, para mim, estar aqui hoje representando Imaflora. Agradeço o Presidente e todos os Senadores, Senador Rodrigo, Senador Clésio, o Deputado Diego Andrade, o Dr. Manoel Bertone, os presidentes de cooperativas que estão aqui e algumas cooperativas que são inclusive parceiras das nossas atividades.

Bom, sou engenheiro agrônomo, filho e neto de produtor, meus bisavós inclusive vieram para o Brasil para colher café em fazendas, eram imigrantes italianos; depois meu avô também foi produtor, minha mãe também, por isso que acabei fazendo agronomia. Eu gosto muito dessa área.

Vou falar rapidamente de Imaflora, café sustentável e certificação, cases sobre certificação e adequação ambiental e considerações sobre o Código Florestal atual. Quero tentar fazer uma análise bem independente, afinal o nosso trabalho na área de certificação é bem focado nessa questão de dependência.

A nossa missão é incentivar mudanças nos setores florestal e agrícola visando à conservação, ao uso sustentável de recursos naturais e à promoção de benefícios sociais. Atuamos com café na área de treinamentos técnicos para cooperativas, agrônomos, técnicos agrícolas, em boas práticas de produção, conexão com mercados diferenciados, certificação. Atuamos com as principais cooperativas, as associações de café no Brasil, a Cooxupé tem sido uma grande parceira do milagre do nosso trabalho, entre outras. Em Três Pontas, como alguns falaram, temos alguns produtores certificados na região.

Bom, o que é certificação? Só para deixar claro, embora o Dr. Manoel tenha falado um pouco sobre certificação, quero tentar explicar para quem não sabe que ela é uma ferramenta que serve para enviar aos consumidores, aquelas pessoas que muitas vezes não sabem o que é um pé de café, que uma vaca produz leite, passar essa mensagem de como aquele produto – no nosso caso, o café – foi produzido.

O caso específico com o qual a gente trabalha é passar a mensagem para o consumidor, para que aquele produtor respeite os recursos naturais. As pes-

soas estão trabalhando lá na fazenda dele, na propriedade dele.

Hoje, o Imaflora certifica mais de três milhões de hectares em florestas plantadas, em florestas naturais, e na área de agricultura são mais 200 mil hectares certificados: café, cacau, cana, laranja, chá, entre outras coisas.

Pode passar, por favor.

Bom, e o Brasil, também como aqui o Dr. Manoel disse, é o maior produtor do mundo de cafés sustentáveis. Então, ele já é reconhecido; ele é muito maior do que o Panamá, muito maior do que Cuba, muito maior do que muitos países, não só em café como em dimensão, e aí a gente todo esse debate sobre o Código Florestal. Talvez, se a gente estivesse na Costa Rica ou no Panamá seria muito mais simples, porque a gente tem praticamente um bioma só, uma realidade só. Praticamente todo mundo é pequeno produtor. Mas, aqui, no Brasil, não. Nós temos grandes, médios, gigantes, micros e toda a realidade. A gente recebe muita gente de fora, e o pessoal fala: “No Brasil só há grandes produtores de café, de mil hectares”. Eu falo: “Não, a realidade é diferente. A maioria é de pequenos, e existem realmente os grandes”.

Também para informação, hoje existem 150 mil hectares em cafezais certificados no Brasil; 7 mil produtores familiares também já certificados, principalmente por um sistema que se chama comércio justo, e 1,5 milhão de sacas certificadas vendidas, exportadas por ano. Esse foi o dado de 2010.

Pode passar, por favor.

E o que significa ter cafés sustentáveis? Os produtores que são considerados sustentáveis, o que eles fazem?

Eles são comprometidos com algumas questões, comprometidos com a conservação dos recursos naturais existentes e composição, quando necessário. A gente fala de vegetação nativa, cerrados, pastos naturais, florestas, caatinga, entre outras coisas, conservação da água, do solo e também dos resíduos; não geração dos resíduos ou tratamentos dos resíduos gerados. A gente também fala de respeito aos direitos básicos de saúde e segurança dos trabalhadores, que é outro tema fundamental, acesso à água, alojamento digno, alimentação, equipamentos seguros e treinamento, redução e uso correto de agroquímicos e gestão.

Então, o Brasil, hoje, tem liderança nessa área. Por todas as dificuldades geradas pela legislação ambiental e pela legislação social, o Brasil, sim, tem se esforçado muito, principalmente os produtores do Brasil. Vocês que estão aqui, representando, têm se esforçado muito, têm tido liderança nessa área.

No papel e celulose, já são mais de três milhões de hectares certificados no Brasil. Mais de 50% do setor de papel e celulose do Brasil já são certificados, com grandes áreas no Espírito Santo, no Paraná e no Norte. Laranja também. Cutrale e alguns grupos da Votorantim já têm fazendas certificadas também e algumas usinas de etanol.

E vou chegar aqui no nosso tema do café no sul de Minas. Vocês podem ficar tranquilos. Daqui a pouco vou falar.

Pode passar, por favor.

Bom, o Código Florestal atual sobre o qual estou falando é o antigo, é o de 1965. Ele não tem sido um obstáculo para a certificação de tudo isso que falei – vou explicar –, embora a gente acredite que possa ser aperfeiçoado para a cafeicultura de montanha.

Na nossa análise, a cafeicultura de montanha – e aí entende-se Zona da Mata, norte de Minas, sul de Minas, Espírito Santo e essa região de produtores pequenos, agricultores familiares; e aí, quando a gente fala de agricultor familiar, agente pensa naquele produtor que tem até 20, 30 hectares. Alguns até de 50, em algumas regiões, mas aquele que toca a fazenda com a família, principalmente a família, e que tem alguns trabalhadores temporários na época da colheita. Isso que é agricultura familiar. Para esses, sim, a questão é um desafio. Mas, realmente, para as fazendas maiores de café – a gente tem alguns exemplos –, não tem sido um desafio tão grande para se cumprir com o Código, inclusive no sul de Minas.

Tenho alguns exemplos aqui.

Agora que aprendi com nosso amigo Éder que não é bom a gente colocar a fonte. Acabei colocando, mas foi bom que aprendi.

Nós temos aqui, em Conceição do Rio Verde, uma fazenda muito interessante. Vocês podem ver que ele tem o café. Inclusive isso aqui é morro abaixo. Isso não é nem recomendado pelos agrônomos. Mas essa foto foi tirada em agosto do ano passado, e vejam que está bem conservada. É uma área que pode ser de topo de morro. É difícil avaliar se é 30%, 25%, 40% de declividade, mas vejam que está bem conservada. E ela tem as APPs aqui também conservadas, porque a dona da fazenda fala que café perto da água também não é bom para o café, porque o café muito perto da água perde qualidade. Ele não está acostumado. Existe alagamento. Não me bom.

Então, aqui, a gente vê um caso. Essa fazenda é certificada. Mesmo contendo essas questões aqui.

Pode passar.

Aqui, um outro caso extremo, porque é uma fazenda gigantesca de mais de 3 mil hectares de café. Aqui, a represa, que existe lá em Alfenas. O café não chega,

realmente, muito perto; ele respeita a legislação. Mas são casos interessantes. Uma fazenda já adequada.

Bom, sobre o Código Florestal. Soluções que os produtores têm encontrado: Reserva Legal em área vizinhas ou em áreas não aptas para cafeicultura; parcerias com universidades e centros de pesquisa na criação de planos de recomposição de APP e Reserva Legal e familiares, averbação conjunta de APP e Reserva Legal.

Tudo isso vai ser aplicável tanto nesse modelo que está sendo proposto quanto no modelo que está em vigor, que está sendo feito. Os produtores familiares, muitas vezes, têm muita dificuldade em averbar a área. Por quê? Não têm recursos, dinheiro para averbar em cartório ou para fazer o georreferenciamento. Isso é bem complicado. Talvez o trabalho que a Cooxupé está fazendo de fazer o georreferenciamento das fazendas seja um serviço principalmente para os pequenos.

Pode passar, por favor.

E outros desafios dos produtores de café na área ambiental, focado no sul de Minas. Então, Reserva Legal e APP, acesso a tecnologias adequadas para recomposição florestal e georreferenciamento.

Há muitos produtores – alguns casos já foram mostrados aqui – que têm áreas que realmente não são aptas para a cafeicultura. Eles têm interesse em recompor, mas, hoje, a tecnologia é difícil, é pouco acessível. Por quê? Um dos motivos: disponibilidade de água para irrigação. Hoje, a gente tem um desafio grande, que é essa questão de disponibilidade de água para a produção de café no Brasil. O que tem acontecido? As alterações climáticas; as chuvas têm mudado muito seu regime de chuva. Então, passam às vezes épocas, veranicos grandes. A gente está vendo várias fazendas no sul de Minas, em Três Pontas, por exemplo – eu reconheço algumas –, em que, passados 30, 50 anos sem irrigação, agora os produtores estão irrigando, porque tem sentido essa necessidade. E aí a gente entra naquela questão: realmente, em um certo momento, a gente precisa priorizar as áreas de produção de café, porque são importantes, fundamentais para a sobrevivência do produtor, e, por outro lado, a gente também precisa conservar as fontes de água.

Outro fato importante é que o Brasil compete no mercado global, e muitos ainda têm a visão de que a cafeicultura no Brasil ainda não é tão sustentável quanto na América Central. Dizem que aqui, pelo fato de o café ser em pleno sol, ele não é tão bom, ou não é tão amigo da natureza. Então, compete a todos nós mostrar que isso realmente não é verdade.

E, aqui, só para finalizar e mostrar ainda mais que o mundo quer esse café do Brasil, ele quer o café sustentável, o café certificado, o café que tenha uma

mensagem. O McDonald's é, talvez, hoje, um dos maiores compradores. Quase todo o café do McDonald's, praticamente, vem do Brasil. Não era assim antes. Há cinco anos, não era assim. E eles lançaram numa revista europeia que, desde que introduzimos o café certificado, estamos vendendo 10 milhões a mais de xícaras de café, se compararmos com o ano passado. Isso foi em 2009 – eles colocaram 2008, e o café certificado já está em 2009.

Quero agradecer a oportunidade e dizer que estamos aqui à disposição para qualquer esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Agradecemos ao Eduardo Trevisan pela belíssima explanação e convidamos o próximo orador, o Sr. Eduardo Damião.

O SR. EDUARDO DAMIÃO – Muito obrigado, Senador Zeze Perrella; Deputado Diego Andrade, Srs. Senadores e Deputados aqui presentes, em nome da Abic, Associação Brasileira da Indústria de Café, digo que serei breve para que possamos passar aos debates; e também serei breve porque acho que os principais pontos com os quais a Abic está alinhada foram colocados pelos expositores que me precederam, em particular a CNA e os companheiros da Cooxupé.

Acho que o ponto relevante com o qual o Senador Rodrigo Rollemberg deu início a esta sessão se refere ao fato de que se deve eliminar – e acho que o debate que tem havido em torno do Código Florestal beneficia isto – esse falso paradoxo que se criou no Brasil entre preservação e produção. Isso é um falso paradoxo, e, nesse sentido, parece à Abic que o Código Florestal, da forma em que vem aprovado da Câmara dos Deputados, tem esse grande mérito, que é anunciar ou apontar para um caminho de ser um Código de desenvolvimento sustentável, que compactua, que coordena preservação com preocupações da produção.

Nós ouvimos aqui vários relatos sobre questões ou desconfortos com relação à legislação ambiental. Estávamos falando aqui da indústria do café, estamos falando da indústria do café, estamos falando do Código Florestal, mas os problemas que foram aqui colocados se aplicam às demais culturas agrícolas e se aplicam também, na nossa opinião, à aplicação em geral da legislação ambiental no Brasil.

Tenho o defeito de ser advogado de formação e de vir atuando em algumas questões ambientais. E o que se percebe – e me parece que o Código tem este grande mérito – é que ele leva em conta dois princípios que são fundamentais, se se quiser ter uma legislação ambiental eficaz: ele precisa ser pragmático, ele precisa ser proporcional e ele precisa ser razoável. Sem essas três variáveis, sem a observação de um pragmatismo, de uma razoabilidade na sua aplicação e na

proporcionalidade das obrigações que são criadas, o Código tende a virar aquilo que o Código de 1965 virou: uma legislação ambiental que teve na sua origem um caráter pioneiro, mas que ignorou a realidade da produção agrícola nacional e colocou – uso até uma palavra um pouco forte – na clandestinidade uma série de produtores. E é isso que o Código que vem sendo debatido e que vem para o Senado da República, após ter sido aprovado de forma bastante impressionante, com mais de 400 Deputados na Câmara dos Deputados, vem trazer. Acho que ele vem trazer isso, e deixará como legado desse debate na Câmara e do que vier a ser feito aqui no Senado um legado muito importante com relação ao fim desse paradoxo e a uma coordenação melhor entre os princípios da preservação que, outra vez, toda a indústria, e, tenho certeza, todos aqui presentes concordam com sua importância, mas sem perder de vista os exemplos que nós vimos aqui, a situação principalmente dessa cultura que foi colocada aqui, que chega ao Brasil no séc. XVIII, em Belém, pelo Sr. Francisco Palheta – há até uma marca de café com o nome do Sr. Palheta, que foi quem introduziu o café no séc. XVIII no Brasil.

E dos pontos que foram aqui colocados muito bem pelo nosso colega da Cooxupé, acho que há duas questões que ficam aqui como um pedido ao Senado: a primeira é que, de fato, observem-se as dificuldades que houve na Câmara, na discussão, e que se saiba que é possível que os produtores tenham outros pleitos e que gostariam de ter outras mudanças no Código. É possível que o setor ambiental, quem busca maior preservação também queira. Existe uma frase que se usa comumente de que o ótimo é inimigo do bom, e me parece que nós estamos, outra vez, com esse Código, atingindo diversos objetivos.

Então, a manutenção dos princípios que foram aprovados no Código tal qual ele vem da Câmara dos Deputados parece para nós, da Abic, muito importante. E, pelo que ele vem a trazer, que ele seja aprovado com rapidez. O tempo aqui vem trazer aquilo que a legislação precisa conferir aos cidadãos em geral, à comunidade em geral, que é segurança.

Digo aos senhores, na qualidade de advogado que acaba militando em algumas questões, como é difícil você encontrar um cliente numa situação em que é praticamente impraticável, é impossível cumprir aquilo que está ali colocado. E há dificuldade, às vezes, de haver esse diálogo, quando a legislação vem contemplar isso. Acho que nós já temos no Brasil uma evolução que vem nessa área ambiental, com recente aprovação também da Política Nacional de Resíduos Sólidos, que também teve essa característica. Isso é muito importante.

Acredito que para a indústria, Srs. Senadores, Srs. Deputados, demais colegas aqui presentes, há três pontos que são importantes, que foram aqui colocados, que gostaríamos apenas de repisar.

Acho importantíssima a conquista que está no art. 8º do projeto do Código Florestal, que é a questão das áreas rurais consolidadas, que é contemplar; alguém aqui disse muito bem, tem sido utilizada esta expressão: como se se quisesse devastar, como se se quisesse autorização para desmatar. Não é isso. O que se quer é o reconhecimento daquilo que já é uma prática estabelecida há muitas décadas, inclusive muito antes da aprovação do Código Florestal de 1965.

Em segundo lugar, a questão de um olhar específico para os módulos rurais de pequeno porte. Viu-se aqui a realidade dessa indústria do café, mas, outra vez, não se busca aqui apenas um particularismo da indústria do café. Como eu já tive oportunidade de mencionar, parece que isso se aplica a diversos produtores. Acho que a questão da possibilidade de se ter um tratamento específico, um tratamento particular que leve em conta as características dos pequenos módulos, me parece, também, uma conquista muito importante.

Em terceiro lugar, a própria natureza dessa legislação deixa aos Estados uma parte importante, depois, na implementação. Acho que os Estados que estão próximos a cada indústria, a cada cultivo, a cada lavoura terão a sensibilidade de interpretar e aplicar aquilo que vem muito bem estabelecido no projeto do Código Florestal de modo a poder atender esses objetivos, que acho serem os objetivos de todos, que é consolidar o País como um grande produtor que é e, de longe, o maior exportador de café do mundo, grande produtor e também a produção agrícola do Brasil em geral.

Portanto, apoiamos e pedimos ao Senado que, obviamente, dentro das avaliações que precisam ser feitas, que esses debates, que as contribuições de quem nasceu dentro das lavouras, de quem vem pensando essas questões, dos debates aqui trazidos, possam ser compartilhados com os demais membros desta Casa, para que possa outra atingir o objetivo de, rapidamente, ser um novo Código Florestal que tire a insegurança que hoje paira sobre diversos produtores.

Agradeço, Senador, pelo uso da palavra e ficamos à disposição aqui, pela ABIC, para participar dos debates. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Perrella. Bloco/PDT - MG) – Nós que agradecemos, Dr. Eduardo, pela contribuição à Comissão.

Eu passo a palavra ao Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT - AC) – Obrigada, Sr. Presidente. Eu queria cumprimentar os colegas

deputados que estão diretamente envolvidos com essa boa luta dos cafeicultores e dizer que o propósito nosso aqui no Senado... Ouvi uma parte da audiência no meu gabinete, porque não consegui chegar no horário marcado, e uma outra parte aqui... Eu não sei, mas tem horas que é até bom que a gente se encontre para poder atualizar a condução de um tema tão complexo, como é o do Código Florestal, com pessoas que têm um compromisso de vida, produzindo ou nas organizações dos produtores, ou mesmo na militância política dessa causa, que chamo de causa porque a cultura cafeeira se confunde com a própria história recente do Brasil. Recente que eu falo é 300 anos, não é qualquer coisa; e está diretamente ligada com o setor produtivo no Brasil e de tal maneira tem que ser tratada aqui no Senado, e eu penso que está sendo tratada assim. Uma parte do problema foi conduzida na Câmara. Eu queria tranquilizar inclusive alguns que legitimamente aproveitam e também colocam as suas convicções sobre questões importantes do Brasil, e isso é parte do processo democrático. Mas eu queria tranquilizar a todos, dizendo que, primeiro, o ambiente do debate aqui no Senado é um ambiente de ouvir, de consulta, de considerar e até mesmo de tratar as questões, que são distintas, de maneira diferente.

Se os senhores ainda não têm conhecimento, eu queria dizer que, graças à compreensão do Senador Luiz Henrique, eu particularmente apresentei uma proposição de mudar a estrutura do projeto votado na Câmara, porque não sei no afã de encontrar uma solução para o problema real que existe, às vezes a gente não encontra melhor formulação. E parece que está solucionado o problema, mas, na primeira oportunidade, ele vai parar nos tribunais.

O Congresso brasileiro está vivendo, hoje, muito isso: acaba de aprovar uma lei e depois temos que depender da interpretação do Judiciário. O Brasil está entrando nesse caminho, que é muito perigoso, muito ruim, porque não há nada pior para quem quer segurança jurídica do que a judicialização dos problemas. Primeiro que não tem fim, só tem começo; segundo que é luta desigual, depende de quem tem uma boa banca de advogados, de quem tem até uma boa interlocução em alguns casos com determinados setores.

Então, aqui no Senado, nós estamos mudando a estrutura do texto, o Senador Luiz Henrique já incorporou; não foi votado ainda na próxima Comissão, mas já estamos trabalhando com ele. Sugiro, inclusive, às organizações que estão aqui, que a gente possa passar essa nova estrutura de texto, e estamos fazendo uma coisa que, eu penso e sei que o meu querido companheiro Eduardo, que preside uma das comissões, também, certamente, pensa assim, é no sentido

de tratarmos os problemas o mais perto da realidade que eles vivem. Por exemplo: não tem como tratar o problema de quem planta café – e aí foi colocado pelo Eduardo – em montanha, em morro, que tem uma tradição secular, não posso tratar isso sem considerar que isso é parte de uma cultura, de uma tradição de regiões do País e da história de um povo.

E para tratar isso de maneira diferenciada dentro de um corpo de uma lei, nós vamos ter que separar o que são disposições transitórias de disposições permanentes. Transitórias para a gente pegar o que temos colocado como problema e encontrar uma solução para ela, diferenciando. Posso pegar uma posição mais extremada, porque o café uma cultura que ela também funciona como proteção de uma encosta. Mas eu podia pegar a cana, nos morros de Pernambuco, que também é plantada há séculos; e nós temos que encontrar uma solução. Não adianta querer misturar essa situação à cultura da maçã, da uva, do café e de outras atividades produtivas que nós temos com o regramento nacional.

Então, isso aqui no Senado está sendo considerado dessa maneira. Não precisa ninguém gastar a boa energia, a boa saúde, que nós graças a Deus temos, fazendo uma luta que já está superada. Boa parte do que ouvi aqui já está superado, porque estamos falando em produção, em um módulo fiscal, em dois módulos. Gente, isso já está solucionado, não tem por que fazer esse enfrentamento, e muito menos ainda a gente não tem ambiente para pegar uma situação que está sendo tratada e solucionada para usar de argumento para outras situações que são completamente distintas; e por isso que a gente quer separar um pouco para não misturar.

Eu, com todo o respeito, V. S^a é advogado, o outro Dr. Eduardo, o que estava falando, mas se nós formos pegar no pé da letra, o primeiro Código Florestal é de 34, não estou me referindo aos cafeicultores anteriores ao primeiro Código – e eu já separei o problema – mas não pode generalizar uma fala dele quando diz que o Código botou as pessoas na ilegalidade. Calma!

Em 1965 – e eu sou da Amazônia – não tinha ocupação que pudesse ser problema no meu Estado. Em 65 tinha uma lei, tinha uma regra e o próprio governou estabeleceu assentamentos na Amazônia, rompendo com essa regra. Então, não foi o Código Florestal que colocou as pessoas na ilegalidade não; o Código já existia. E aí, para o Centro-Oeste vale a mesma coisa. E quem fez o primeiro Código Florestal, gente. Em 65 ainda não havia acontecido a reunião de Estocolmo, que começou a trabalhar a questão ambiental em 72. Em 65, o que nós tínhamos eram três agrônomos – pessoas que eram cientistas, trabalha-

vam nos institutos agrônômicos – e três juristas que foram chamados pelo governo e passaram três anos elaborando o Código Florestal. Foi feito por agrônomos porque estava havendo problemas na maneira como se estava fazendo a conversão dos biomas. E, sinceramente, os senhores conhecem bem as áreas produtivas, o sul de Minas, foi colocado aqui no Espírito Santo; a gente pode elencar aqui pelo menos umas dez regiões que são exemplos para o Brasil e para o mundo de aproveitamento do solo, de aproveitamento de uma encosta, de lidar com... Tanto é que está demorando séculos e os problemas são mínimos, mas os ganhos são muitos. Mas os senhores, se olharem um pouco para outras situações, nós vamos ver que na costa brasileira toda nós tivemos que fazer uma lei da Mata Atlântica, por conta do tipo de ocupação. Se você pegar de carro, de ônibus, pode pegar; os senhores conhecem bem; se sair do Rio de Janeiro para São Paulo, lugar de maior concentração, de densidade, os senhores vão ver a quantidade de áreas que, sinceramente, podem ser chamadas de tudo, menos de produtivas, que são um problema que existe. E a hora de encontrar uma solução, separando o joio do trigo pode ser agora, tem ambiente, tem necessidade, o mundo mudou.

Agora, para concluir, falando uma coisa, porque o Dr. Eduardo, do Imaflora, trouxe questões que são fundamentais. Essa bebida, o café, é parte do nosso jeito de ser, da nossa cultura, do amanhecer do brasileiro, é parte nossa. Mas é uma bebida cada vez mais sofisticada diante do mundo. O mercado mundial, eu tenho tido o privilégio de fazer algumas viagens e comecei a observar o comércio solidário na Itália, por exemplo. A primeira vez que visitei foi no final dos anos 80, começo dos anos 90, e fui ao supermercado ver. Havia um box bem pequeno, mercado solidário. Aqueles eram consumidores que queriam saber de onde vinha a laranja, de onde vinha o café, e aí se criava um selo em que se garantia que não se está explorando o trabalho de crianças, que não está fazendo um trabalho escravo ou uma forma de se explorar as pessoas, o que é um direito do consumidor saber. E aí, ao voltar por três vezes, tive o privilégio de ver na mesma rede de supermercado que esse negócio virou uma parte importante da rede porque nós consumidores queremos saber o produto que entra em nossas casas. Eu quero saber, as minhas filhas querem saber, o meu vizinho quer saber. Então, nós queremos saber como foi produzido o produto que vamos consumir, a sua origem. Isso é mercado, esse é um padrão novo de consumo. Daí a importância da certificação. E o café brasileiro é um dos exemplos que está pegando essa veia de se poder se firmar no mundo através da certificação, com

a origem. Isso é muito bom! É muito importante! Isso é uma vantagem! É um discurso importante inclusive para o Senado, para a Câmara poderem dizer: o pessoal está no caminho certo; estão fazendo aquilo que outros setores estão relutando ainda em fazer.

Então, estou colocando apenas mais um elemento de encontro nosso. Sinceramente, aqui o ambiente está distencionado, não tem ninguém querendo fazer um movimento de ir para lá; acho que boa parte dos problemas que os senhores estão trazendo, além de serem legítimos, já estão bem encaminhados para a solução.

Eu, como um dos relatores, posso afirmar isso, tanto pelo que tenho ouvido da parte do Governo da Presidenta Dilma, os Ministérios estão trabalhando conjuntamente – o Ministério da Agricultura, da Reforma Agrária, do Meio Ambiente –, procurando uma solução e nós estamos dialogando também com o Governo, porque o Governo é responsável por uma parte dessa solução. Estamos falando aqui e o Senador Eduardo Braga está trazendo para a Comissão dele um tema central, fundamental, que todos nós apoiamos, que é o de pagamento por serviços ambientais para aqueles que trabalharam, que protegeram...

Isso está colocado, vamos fazer, vamos incluir, agora, vamos encontrar isso num ponto de diálogo, de debate, como eu penso que estamos fazendo aqui hoje, sem um tensionamento; não é quem derrota quem, quem ganha de quem, mas sim como nós podemos usar tudo o que temos acumulado de problemas para encontrar uma solução, para encontrar um entendimento.

Então, eu queria concluir, dizendo que tanto eu como o Senador Luiz Henrique tivemos o privilégio de passar em prefeituras, de passar em governos, de gerenciar conflitos importantes e acho que na parte que estou vendo hoje ser tratada aqui, dos cafeicultores, vocês estão longe de ser o maior desafio desse Código Florestal. Ao contrário, graças às contribuições que os senhores já trouxeram e também ao conhecimento acumulado na Câmara e aqui no Senado, não tenho medo de dizer que, certamente, pode não ser a ótima solução. Mas, de boa, não desce. Então, vamos encontrar uma boa solução sim e falo isso como alguém que vai considerar o que foi falado aqui prá que a gente possa encontrar uma boa solução, dar segurança para quem está produzindo. E não precisa, necessariamente, a gente desprezar que o Brasil cometeu muitos erros na hora de fazer a supressão de áreas. Foi estimulado por governos, não estou me desviando, mas temos que aproveitar para fazer uma concertação, usar bem áreas que têm aptidão para as culturas, fazer a conservação, fazer a compensação, sermos inovadores

no mundo com os nossos projetos de estabelecer em cada propriedade reservas. Por que não? Isso é bom para a produção; produção dos mananciais de água, cuidados com as áreas de risco – aí, sim, áreas de risco são outra coisa –, separadas de encostas; tem que ver aquelas que são áreas de risco.

Então, dentro desse propósito, eu queria... Não estou querendo já dar um desfecho, mas quero passar o meu compromisso de, junto com o Senador Luiz Henrique e com os presidentes das comissões, dar a segurança que o setor precisa para seguir crescendo dentro do Brasil e fora dele.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Obrigado, Senador Jorge Viana.

Regimentalmente, teríamos já que encerrar as discussões, mas eu passo a palavra ao Deputado Odair Cunha e depois ao Deputado Paulo Piau. O Senador Eduardo Braga...

Com a palavra, então, o Deputado Odair.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu quero cumprimentar os nobres Senadores e Deputados aqui presentes, cumprimentar a todos os companheiros da cafeicultura, das cooperativas e dos sindicatos.

Eu creio que, a partir da fala do Senador Jorge Viana, temos um padrão de comportamento fixado. Eu creio que a discussão em torno do Código Florestal é uma oportunidade de o Brasil fazer um encontro consigo mesmo, porque todos nós sabemos que se existe alguém que é interessado na preservação do meio ambiente e na qualidade do meio ambiente é o agricultor, porque é exatamente da terra, manejando a terra, manejando a água que ele retira o fruto do seu trabalho.

Então, é preciso, de uma vez por todas – e creio que esta é uma oportunidade que estamos tendo no Congresso Nacional –, de acabar com esse paradoxo ou com esse falso antagonismo que pode haver entre aqueles que defendem os interesses da agricultura e aqueles que defendem os interesses do meio ambiente, porque os interesses da agricultura estão intimamente ligados aos interesses ambientais, e isso, Senador Zezé Perrella, Senador Clésio Andrade, precisa ser reafirmado por nós, porque muitos que vivem na Avenida Paulista, no centro de São Paulo, não têm a mínima ideia do que dizem e não contribuem em nada com a preservação ambiental. Enfim, a questão ambiental está intimamente ligada à questão da agricultura, e creio que a gente precisa pisar e repisar esse tema.

A segunda questão que eu acho fundamental é o que tem sido muito discutido no direito ultimamente, que é o princípio da realidade. A realidade precisa ser um elemento de controle do poder discricionário

do Estado. É isso que estamos falando também. Nós não podemos admitir uma lei que venha a ganhar vigência na nossa realidade e no nosso tempo que coloque a maioria das terras mineiras na ilegalidade. É disso que estamos falando. Se considerarmos o café do sul de Minas, então, acabou com o café. Vamos ter algumas áreas de café no sul de Minas. Mas, segundo os dados da Faemg, por exemplo – aproveitando a presença dos nossos dois Senadores de Minas Gerais –, inviabiliza-se a produção agrícola no nosso Estado. E nós sabemos a importância que o café tem na balança comercial do nosso Estado. Então, há também a questão econômica.

Ademais, há estudos claros do ponto de vista do café... Acho que não conseguimos resolver todos os problemas ao mesmo tempo, mas vamos falar do café. Há estudos que evidenciam os benefícios do café do ponto de vista ambiental, porque se trata de uma árvore. Isso precisa ser dito também. E, se não tivéssemos café em muitas dessas encostas, teríamos erosão. Assim, o café também cumpre um papel ambiental.

Segundo, o fato de ele estar introduzido na cultura alimentar. A Imaflora disse que é da cultura do mineiro. É da cultura do brasileiro. Em qualquer canto deste País, toma-se café, e a maioria do café que se toma é produzido exatamente na nossa região, no sul do Estado de Minas Gerais.

Outra questão que julgo importante sobre a qual precisamos ter clareza: na agenda da competitividade do café brasileiro, a altitude em que o café é produzido conta muito. Sabemos que um dos fatores da boa imagem que o café da Colômbia tem é exatamente o fato de ser produzido em altitudes elevadas. Então, não podemos abrir mão desse patrimônio que construímos ao longo da nossa história. Espero, por fim...

Outro tema que eu queria levantar aqui também, oportunamente, até aproveitando os nossos Senadores de Minas Gerais, é o tema da APP no que diz respeito a hidrelétricas antigas. Nós vimos aqui imagens de Alfenas, poderíamos pegar imagens de Boa Esperança, de Três Pontas ou de outras cidades. No tocante ao empreendimento hidrelétrico novo, quando se desapropria para esse empreendimento, desapropria-se a área alagada mais a APP. Quanto a empreendimentos hidrelétricos antigos, onde as exigências ambientais estavam noutro patamar, a única exigência, por exemplo, que Furnas teve foi fazer a desapropriação da área alagada na cota máxima, que é 769; mas a área de APP, não. E há propriedades no sul de Minas Gerais em torno do reservatório de Furnas que, se ficar 30 metros ou 100 metros, dependendo do tamanho da propriedade... Quer dizer, sempre é muito, porque não

há indenização. E o Ministério Público pressiona, ele multa o agricultor e multa Furnas.

Nós aprovamos uma emenda na Câmara dos Deputados que diz o seguinte: a APP no entorno de reservatórios, independentemente de quando foi feito, é de responsabilidade do empreendedor, não é do agricultor, porque muitas das propriedades, Senador Perrella, nem água tinham na sua terra. Foi a água que chegou ao longo dos anos, quando foi feito o reservatório. Então, estamos imputando ao agricultor uma responsabilidade que não é dele, porque quem ganha dinheiro vendendo energia elétrica é Furnas! Assim, é Furnas que tem que se responsabilizar. Mas, vejam, é uma questão de leilão. Nós vamos renovar, nos próximos anos, a concessão de Furnas e de outras tantas hidrelétricas antigas deste País. Se isso vai importar ônus... Ora, eu ganho dinheiro com empreendimento de hidrelétricas, e a responsabilidade de fazer APP, se o empreendimento é novo, é minha; por que, então, se o empreendimento for antigo, a responsabilidade não é minha, é do agricultor?

Dessa forma, esse é um tema que eu queria frisar aqui, e não queria misturar enquanto estivesse o Senador Jorge Viana, porque acho que temos de focar no café, mas esse tema tem muita incidência na nossa zona cafeeira ali no sul de Minas também.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Obrigado, Deputado Odair Cunha.

Com a palavra, o Deputado Paulo Piau.

O SR. PAULO PIAU (PMDB – MG) – Senador Zeze Perrella; Senador Clésio Andrade; nossos companheiros de Minas; Bertoni, representando nosso Mapa; Diego Andrade, nosso presidente da Frente Parlamentar da Cafeicultura, fazendo um belo trabalho, parabéns; Srs. Senadores, senhoras e senhores presentes, acho que muita coisa já se falou, e podemos eliminar sobretudo esse histórico, que eu queria reforçar um pouco, mas o Senador Jorge Viana já disse.

O que eu queria dizer é que, pela primeira vez na história deste País, essa parte ambiental – rural e urbana, porque quem pensa que o Código Florestal é apenas uma atividade rural engana-se, porque ele é uma atividade urbana também – está sendo discutida aqui, porque, de 1934 para cá, Senador Clésio, isso veio sendo feito a poucas mãos, nos gabinetes. Muitas leis estão passando apenas pelos gabinetes, sem uma discussão da sociedade ou deste Congresso Nacional. Então, só isso já justifica.

E, do ano 2000 para cá, 120 deputados e senadores propuseram alteração no Código Florestal. E, quando propomos algo aqui, é porque alguém pediu

a nós, que representamos a sociedade. Então, é mais do que evidente a necessidade de se fazer isso.

Quero lembrar aqui a Lei 9.605, de 1998, a Lei dos Crimes Ambientais, que passou dez anos sem regulamentação. Nenhum Ministro do Meio Ambiente quis mexer nessa caixa de marimbondos. O Ministro Minc, lá do Rio de Janeiro, mais tranquilo, teve essa coragem, e causou-se toda essa confusão. O Decreto 6.514, de 2008, dez anos depois, foi alterado pela terceira vez – vence agora no dia 11 de dezembro, mais uma vez, e eu acho que esse é um prazo limite. Estou com a expectativa, com a confiança, Senador Clésio, de que o Senado fará esse dever de casa, e a Câmara, evidentemente, fará o seu dever também, para acelerar todo esse processo. É uma expectativa do Brasil inteiro, e tenho absoluta confiança nesse processo.

Eu queria chamar a atenção aqui para um ponto. O Secretário de Estado de Santa Catarina de Agricultura, num seminário que fizemos sobre inovação na agropecuária ontem lá na Câmara, citou quatro coisas que preocupam os produtores rurais, sobretudo os pequenos.

A primeira delas é o clima, porque clima não tem jeito; tem jeito assim: irrigação é uma alternativa, e o Brasil investe muito pouco nisso. Segunda: mercado, que tem jeito também, porque as cadeias têm que ser organizadas, e infelizmente muitas cadeias estão desorganizadas. Terceira: sucessão familiar – eu chamo a atenção dos Srs. Senadores para isto, Senador Zeze Perrella: ninguém mais está querendo ficar no campo brasileiro; isso não é falácia; isso é uma realidade; o jovem está indo fazer Direito, o jovem está indo fazer Biologia, o jovem está indo fazer Engenharia, o jovem está indo fazer Medicina; o jovem não está querendo mais ficar no campo; a gente diz isso, e o pessoal pensa que é uma força de expressão; analisem, procurem, o Senado tem esse poder, tem assessorias; procurem os dados estatísticos, e verão que isso é uma realidade; hoje eles podem não estar fazendo falta, mas algum dia farão falta para nós; a nossa vantagem comparativa com os outros países é exatamente a presença do homem no campo, e estamos fazendo essa expulsão. Por último, uma coisa interessante que o Secretário de Estado de Santa Catarina coloca: conformidade legal. Ele usou uma expressão que achei interessante: falta de conformidade legal, quer dizer, lei ambiental ninguém tem segurança; lei trabalhista ninguém tem segurança; lei fiscal é um emaranhado, um cipoal, e isto, sim, conformidade legal é responsabilidade nossa do Congresso Nacional, Câmara e Senado.

Então, dizemos isso quando vemos aqui os produtores rurais se queixando. Eles têm completa razão. Hoje eu poderia dizer, com toda a segurança, que o

Estado brasileiro, representado pelos governos que passam, prejudica efetivamente a população brasileira. Está havendo uma trava, há um emaranhado, e temos de dar solução para essa questão. Estamos falando aqui do ambiental, mas as outras questões também são extremamente importantes.

Eu não quero me alongar muito, mas eu queria dizer que não existe bobo nessa questão de mercado internacional. Isso é uma guerra. Hoje, não tenham dúvidas, o Brasil começa a incomodar. O Brasil não incomoda ainda o mercado internacional com relação a produto agrícola não. Produzimos muito pouco, algumas *commodities* apenas. Produzimos apenas 150 milhões de toneladas. Os Estados Unidos estão com mais de 500 milhões de toneladas; a China, com mais de 600 milhões de toneladas, a Índia já chega lá em cima. Agora, quanto ao que este País poderá produzir competitivamente de agora para o futuro, aí, sim, é que o pessoal está de olho. Já estão querendo colocar uma trava para nós. Não vou citar exemplos, são vários exemplos de travas efetivas.

Outra questão: a Amazônia. Por que o mundo, até quatro anos atrás, pensou em internacionalizar a Amazônia? Talvez pela incapacidade do Brasil de aproveitar aquele recurso para o mundo. A Amazônia é um recurso para o mundo. E os países ricos, como nos consideram subdesenvolvidos, queriam, evidentemente, todo o potencial de biodiversidade da Amazônia para o mundo. Por exemplo, plantas e animais medicamentosos, ou mesmo o subsolo da Amazônia. Não vamos entrar nesse aspecto.

Mas acontece que eles usaram outra estratégia. Até quatro anos atrás, a palavra internacionalização da Amazônia estava na imprensa, na grande imprensa mundial. Hoje não vemos mais falarem nisso, Bertoni. Por quê? Porque a Amazônia já está internacionalizada. O Brasil hoje já não é mais preocupação. Pelos mapas da Embrapa de ocupação do território com terra indígena, unidade de conservação estadual e federal, a Amazônia já está internacionalizada. Por isso eles pararam de falar, ou seja, eles já não fazem mais o trânsito na Amazônia, ela já está cercada. Então isso já não é mais preocupação. Nós achamos que ela é nossa, mas, na verdade, ela já não é mais nossa, já está internacionalizada.

Eu queria, com isso, dizer que a Rio+20, no ano que vem, aquela proposta do professor Denis, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para mim, foi a proposta mais original. Não tem problema, nós temos reserva. Nós hoje vamos ficar aqui com 60% do território nacional intacto; 500 milhões de hectares intactos. Isso é uma biodiversidade extremamente importante para o mundo, nem é só para o Brasil. Agora,

eu queria chamar a atenção para mais uma coisa: um país que investe apenas 1.1% de seu Produto Interno Bruto em ciência, tecnologia e inovação jamais vai usar essa biodiversidade para nós, para nossos filhos, para nossos netos, jamais. No dia em que o Brasil criar juízo e aproveitar isso para valer, isso é uma força potencial para nós. Não quero saber mais do que meu neto, meu bisneto, não. Sei lá o que vai acontecer até lá. Mas, infelizmente, isso é uma realidade hoje.

Para terminar – já estou falando muito –, eu confio plenamente nos trabalhos que estão sendo conduzidos aqui no Senado. A gente tem feito algumas avaliações. O Senado, com a sua sabedoria, essa combinação do Senador Luiz Henrique com o Senador Jorge Viana de tentar harmonizar isso num documento único, num relatório único, é de uma visão muito interessante. As condições transitórias que elas vão contemplar, não só o ambiental, mas o social, que é a presença do homem no campo, na beira da grota, que não temos o direito de tirar esse homem de lá, não temos o direito, por lei, de tirar esse homem de lá. E evidentemente o produtivo, que são 85 milhões de hectares, que se a gente for aplicar a lei, atualmente, vamos tirar do sistema produtivo, isso nos fará falta. Então, nas disposições transitórias, Senador Clésio, isso tem que ser considerado, o ambiental, o social e o produtivo.

Agora, estou percebendo que, nas disposições permanentes, o “a” do ambiental vai ser um “a” muito maior do que o social e do que o produtivo. E eu acho que está correto, não tem problema. Tenho a impressão, na minha avaliação, de que, na nossa geração, não precisamos derrubar mais nenhuma árvore neste País. O que temos aí de estoque de terras abertas é mais do que suficiente para produzirmos para nós e até exportar.

Então, essa sabedoria do Senado, inclusive de falar de pagamento de serviços ambientais, mesmo que não se efetive orçamentariamente, mas só de já deixar essa janela no Código Florestal para pagamento de serviços ambientais, isso é muito importante. Por quê? Eu conversava com um produtor essa semana. Eu disse o seguinte: Olha, a minha reserva legal está lá; eu cerquei, mas o mato está subindo. No dia que pegar fogo no meu pasto, vai pegar fogo na floresta, não é? Porque que motivação eu tenho para fazer um acero na minha reserva legal? Nenhuma motivação, porque aquilo é um bem coletivo, não é um bem para ele. Então, os ambientalistas dizem: “Ah, precisa da reserva legal para fortalecer o setor produtivo”. Ora, que bobagem. Vamos pensar bem, se não tiver economia não tem floresta, evidentemente.

Então, quero dizer que a Câmara cumpriu o seu papel e tenho plena consciência de que o Senado está conduzindo e vai conduzir muito bem.

Então, Srs. Cafeicultores, os trabalhos estão indo bem, na minha avaliação. É muito importante a presença dos senhores aqui para dizer para os Senadores a realidade, principalmente da cafeicultura mineira, que está no morro, boa parte está no morro e, com isso, vamos chegar a bom termo com uma lei que realmente possa atender a todos os interesses do nosso País.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Obrigado, Deputado Paulo Piau.

Com a palavra o Senador Clésio Andrade.

O SR. CLESIO ANDRADE (PR – MG) – Senador Zeze já vai encerrar, porque temos que retornar para o Plenário, mas eu queria dizer para vocês, produtores, todos nossos companheiros, amigos, principalmente de Minas Gerais, que vocês têm aqui a minha pessoa, o Zeze Perrella, o Odair, Paulo Piau, Diego e os companheiros que vão realmente lutar por isso até o fim. Digo que vocês foram grandes vitoriosos hoje, porque vendo o Senador Jorge Viana o tempo todo, atentamente ouvindo, e o sensibilizou, pelo que a gente conhece dele. Tenho certeza de que ele vai levar em consideração grandes questões que aqui foram colocadas. E é para isso que existe audiência pública. Essa presença dos senhores aqui deu um valor extraordinário ao que vai ser o novo relatório, que tenho certeza de que vai sair praticamente com todos os problemas solucionados. Se não solucionados também, vamos nos unir ao Paulo Piau e ao Odair Cunha na Câmara, junto com o Diego Andrade, para fazer as demais correções.

Passo para o Zeze para que ele possa encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Eu queria agradecer ao Deputado Odair, ao Deputado Paulo Piau, ao Diego Andrade, ao Senador Clésio Andrade, aos palestrantes e dizer que são pessoas que realmente conhecem a fundo a questão. O que nos deixa às vezes muito chateado – não falo agora só como produtor, não; já vou encerrar também porque estamos em cima da hora – é que muitas ONGs no Brasil, dirigidas por esses pseudoambientalistas, recebem dinheiro de ONGs do exterior, financia por puro interesse comercial. Não querem a competitividade do Brasil, sabem do nosso potencial. Às vezes até é usado de uma maneira que eles nem conhecem, não sabem, mas está sendo usado. Esse Código é um dos mais rigorosos do mundo. Temos que mostrar para a opinião pública que ninguém quer devastar nada. Porque o que se prega por aí, o que esses pseudoambientalistas pregam é que queremos acabar com

o Brasil. Eles adoram o verde da árvore, desde que o fruto não seja de comer.

Mas tenho certeza de que o Senado, com a sua sensibilidade, vai acatar aquilo que foi amplamente discutido na Câmara, e vamos aprovar esse Código, sim, podem estar absolutamente certos disso. Até porque temos a maioria aqui. Falo sem nenhuma prepotência. O Código vai ser aprovado. Tenho absoluta convicção. E me desculpem os meus companheiros do Acre e do Amazonas – eles têm terra de sobra, verde de sobra, não veem o problema que acontece com o pequeno produtor. Há produtores que vão perder a sua terra e ainda vão ficar devendo para fechar o negócio. Isso tem que ser analisado.

Quero encerrar, agradecendo a todos os palestrantes e agradecendo ao Senador Clésio Andrade pela oportunidade.

Declaro encerrada esta reunião.

(Iniciada às 14 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 09 minutos.)

ATA DA 42ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, EM CONJUNTO COM A 49ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 2011.

Às oito horas e quarenta e cinco minutos do dia dezoito de outubro de dois mil e onze, no plenário nº 2 da ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Senhor Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**, reúnem-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA e a Comissão de Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **CÍCERO LUCENA, CLÉSIO ANDRADE, FLEXA RIBEIRO, LUIZ HENRIQUE, PAULO DAVIM, PEDRO TAQUES, RODRIGO ROLLEMBERG, SÉRGIO SOUZA, VANESSA GRAZZIOTIN, VICENTINHO ALVES** e **WALDEMIR MOKA**. Deixam de comparecer os demais Senhores Senadores e Senhoras Senadoras titulares das referidas Comissões. A presidência declara aberta a reunião e passa à **PAUTA. Audiência Pública Conjunta**, em atendimento aos **Requerimentos nº 89, de 2011-CMA** e **nº 46, de 2011-CRE**, com o objetivo de debater a posição do governo brasileiro dentro do G20, nos aspectos econômicos, ambientais, climáticos e de segurança alimentar, com os seguintes convidados: **Ministro Luís Antonio Balduino Carneiro**, Diretor do Departamento de Assuntos Financeiros e Serviços do Ministério das Relações Exteriores (MRE); **Carlos Márcio Bicalho Cozendey**, Secretário

de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda (MF); **Rosane Bertott**, da Rede Brasileira pela Integração dos Povos (REBRIP); **Iara Pietricovsky**, da Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais; e **Graciela Rodriguez**, do Grupo Arquitetura Econômica Internacional (GTAEI). Após a exposição dos senhores convidados, usam da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os Senhores (as) Senadores (as) **Clésio Andrade, Vanessa Grazziotin, Sérgio Souza e Rodrigo Rollemberg**. Os convidados respondem aos questionamentos feitos e apresentam suas considerações finais. É aprovada a inclusão **EXTRAPAUTA** da seguinte matéria: **1) REQUERIMENTO nº 106, de 2011-CMA**, que “Nos termos regimentais, requeiro que o senhor Ministro do Esporte Orlando Silva seja convidado para comparecer nesta Comissão, em audiência pública, devendo ser convidados também os parlamentares da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle e Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados, a fim de se manifestar acerca das denúncias envolvendo o Ministério do Esporte, publicadas na imprensa nacional”. Autoria: Senadores Vanessa Grazziotin, Inácio Arruda e Lídice da Mata. Colocado em votação, o Requerimento nº 106, de 2011-CMA é aprovado pela CMA. Ao final, a Presidência submete a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião, que é dada como aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quinze minutos, havendo lavrado a presente ata Leany Barreiro de Sousa Lemos, Secretária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e Alvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; – Senador **FERNANDO COLLOR**, Presidente da Comissão de Relações, Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Declaro aberta a 42ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em conjunto com a 49ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

Comunicado da Presidência aos membros da CMA.

A Presidência comunica que está à disposição dos membros da CMA, para eventuais sugestões, por três dias úteis, a resposta ao ofício da União Interparlamentar, com sede em Genebra, Suíça, que solicita

recomendações sobre os preparativos para a Rio+20. Após os três dias úteis, a resposta seguirá para a Presidência do Senado Federal.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública conjunta, em atendimento aos Requerimentos nº 89, da CMA, e nº 46, de 2011, da CRE, com o objetivo de debater a posição do governo brasileiro dentro do G-20, nos aspectos econômicos, ambientais, climáticos e de segurança alimentar, com os seguintes convidados: Dr. Carlos Cozendey, Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda; Drª. Fátima Mello, da Rede Brasileira pela Integração dos Povos – Rebrip, que será representada pela Srª Rosane Bertolt, a quem convido para compor a Mesa; Srª Iara Pietricovsky, da Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais; Srª Graciela Rodrigues, do Grupo Arquitetura Econômica Internacional, a quem também convido para a Mesa. Foram ainda convidados o Ministro Luís Antonio Balduino Carneiro, Diretor do Departamento de Assuntos Financeiros e Serviços do Ministério das Relações Exteriores, e o representante da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Quero convidar, para compor a Mesa, o Ministro Luís Antonio Balduino Carneiro, Diretor do Departamento de Assuntos Financeiros e Serviços do Ministério das Relações Exteriores.

Quero desejar bom-dia a todos, cumprimentar a Senadora Vanessa Grazziotin, o Senador Clésio Andrade e a todos que nos honram com sua presença nesta reunião conjunta da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e Comissão de Relações Exteriores do Senado.

Estamos às vésperas de um grande evento internacional, que é a reunião do G-20, que deve acontecer nos primeiros dias de novembro, na cidade de Cannes. Atendendo uma solicitação de representantes da sociedade civil brasileira, estamos realizando esta audiência pública. A reivindicação é que a sociedade tenha conhecimento e participe desses debates sobre o G-20, influencie no G-20, e que esses países mais ricos do mundo, que detêm 90% do Produto Interno Bruto mundial, 80% do comércio mundial e 2/3 da população mundial, não se limitem, na sua agenda, apenas a termos financeiros e econômicos, mas também a uma agenda ambiental, agenda de segurança climática, de segurança alimentar, de mudanças climáticas, enfim, uma agenda mais ampla. E é claro que todas as medidas de cunho econômico e financeiro têm um impacto muito grande na vida de toda a população de todos os países do mundo, daí a importância deste debate, e agradeço muito a presença de todos os nossos convidados.

Consulto os membros da Mesa se 15 minutos são suficientes para suas exposições iniciais, abrindo, em seguida, para os questionamentos das Sras e Srs. Senadores.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Gostaria de fazer uma solicitação a V. Exª. Temos um requerimento para votar, que não é polêmico e creio que deverá ser consensual, e solicito que, assim que atingirmos o número, possamos, mesmo que seja entre uma e outra exposição, votá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Assim que tivermos quórum na Comissão de Meio Ambiente, vamos submeter a inclusão na pauta e a votação do requerimento, Senadora Vanessa Grazziotin. V. Exª será atendida.

Com a palavra a Srª Iara Pietrocovsky – prazer em revê-la, Iara –, da Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais.

A SRª IARA PIETROCOVSKY – Bom-dia, Senador Rollemberg, é um prazer muito grande estar aqui na Comissão, sob sua Presidência. Nós, de Brasília, temos a grata satisfação de tê-lo como Senador da República.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado.

A SRª IARA PIETROCOVSKY – Bom-dia, Ministro Cozende; bom-dia, Ministro Balduino; companheiras Graciela e Rosane; bom-dia, companheiros e companheiras do Plenário, Senadores e Senadora.

Como disse o Senador Rollemberg, construímos um debate, um diálogo com a Comissão, com o Senado Federal, especialmente por ser esta Casa responsável, em grande medida, pela política externa brasileira. Evidente que há esta Comissão na Câmara, mas o Senado tem uma importância específica, inclusive na aprovação de empréstimos internacionais que têm implicações, do ponto de vista econômico, social e político, bastante importantes, e é nessa medida, portanto, que procuramos o Senado para iniciarmos esse diálogo, registrando que esta deve ser a primeira audiência pública relacionada ao tema G-20 que eu tenha conhecimento nesta Casa, quiçá nas duas Casas do Parlamento brasileiro. Isso reflete como é o nível do próprio debate no âmbito da sociedade brasileira, a dificuldade de perceber a dinâmica de uma nova governança internacional e a importância dessa articulação de países que têm toda a legitimidade de se reunirem e, portanto – ou entretanto, melhor dizendo –, do ponto de vista democrático, do ponto

de vista da legitimidade, têm profundos pecados. Pecados porque não é uma instância que se constitui formalmente, é obscura, mas tem impacto profundo na vida de todos os habitantes do Planeta Terra, porque estamos falando de uma reunião de países que compõem praticamente 90% do PIB mundial, 80% do comércio mundial, 2/3 da população mundial e 65% dos votos das instituições financeiras multilaterais, ou seja, é um agrupamento de países que tem uma importância estratégica na condução dos debates e da agenda internacional, porém são só 20 países, faltam 172, no mínimo, sem considerar outros povos que têm também direito de estar no debate, porque suas vidas estão sendo impactadas pelo modelo de desenvolvimento hegemônico instalado no mundo.

É nesse contexto que consideramos muito importante que se estabeleça uma conversa franca a partir desta Casa, Senado Federal, e do Parlamento brasileiro, visto que é a Casa de representação do povo brasileiro e dos Estados, para que esse debate seja francamente enfrentado, até porque gostaríamos que o debate sobre o G-20 e as posições que o Brasil defende, independentemente do G-20 ou de qualquer outro espaço, sejam motivo de diálogo permanente e de participação de outros setores da sociedade brasileira que também têm interesses, que também demandam por outras miradas, outros olhares do poder público no Brasil.

Nesse sentido, creio que vivemos um tempo de profunda crise mundial, de tensionamentos profundos entre um modelo antigo, velho, tradicional, disputando com modelos novos. Não que necessariamente um seja melhor que o outro, porque, eventualmente, defender modelos tradicionais é fundamental, do ponto de vista da sustentabilidade, por exemplo, e certas modernidades do mundo globalizado vêm atropelando e produzindo processos predatórios bastante complexos, difíceis de serem enfrentados e de que, da nossa parte, temos profundas discordâncias.

Vivemos um mundo onde essas mudanças se operam em um tempo muito rápido, um tempo em que exigem respostas rápidas em um mundo que se apresenta, na nossa visão, já com limites de crises – crise alimentar, econômica, de modelo de desenvolvimento –, portanto, deve ter um enfrentamento com uma participação bem ampla da sociedade civil. As respostas que estão sendo dadas não são suficientes e não têm sido respostas adequadas, haja vista que estamos assistindo, no mundo inteiro, erupções de movimentos sociais – no norte da África, na Europa, no coração do capitalismo moderno, que são os Estados Unidos – dizendo que somos os 99% da população que não estão sendo ouvidos e que estamos sendo impactados

por decisões políticas feitas por estruturas fechadas e não participativas que acabam impactando exatamente esses 99%.

É preciso reconhecer que essas lutas políticas que estão se apresentando nessa conjuntura, com novas configurações, também são parte de um novo modelo de articulação dos movimentos sociais e ONGs do campo da cidadania ativa frente não só a um novo papel que o Brasil exerce na deliberação da política e da agenda internacional, mas também frente à “profundização”, à dificuldade de se fazer ouvir pelos poderes constituídos e poder buscar transformações mais efetivas e com mais justiça social, justiça ambiental e com enfrentamento, de fato, para mitigação dos impactos ambientais, da mudança climática, segurança alimentar, ou seja, temas que parecem, na nossa visão, fundamentais nesse contexto das crises que estamos vivendo.

Essas novas configurações que se passam no meio da sociedade civil também se expressam no mundo internacional dos governos e das corporações. O G-20 é uma expressão dessa nova configuração que, para responder também a essa nova configuração da governança mundial, outras, poderia dizer, configurações paralelas, como Brics, os IBSA, os países do Basic, que são agrupamentos de países em desenvolvimento ou chamados emergentes, que vão reagindo e procurando por, interesses específicos, atuar sobre e impor, ou tentar impor, determinadas agendas nesse contexto de mais poder para a resolução da agenda mundial.

É interessante notar, e eu perguntaria ao governo brasileiro qual é a capacidade efetiva que o Brasil tem ao apostar no seu protagonismo no espaço do G-20, por exemplo, qual é a sua capacidade efetiva de influenciar a agenda desses países, que antes se agrupavam em torno do G7, G8. O que me parece é que a capacidade e força que o Brasil tem é muito pequena, e mesmo se considerarmos os *basic countries*, ou os países Brasil, Índia, China e África do Sul, ou a Rússia, que, no caso do G-20, está mais para os países ricos, no agrupamento G8, que no agrupamento dos chamados emergentes. Brics, que é mais para as relações comerciais, do desenho dessas configurações no âmbito mais comercial. Mas, enfim, como é que o Brasil está se comportando, qual é a agenda que o Brasil defende nesses espaços dessas configurações da governança global, quais são os temas prioritários, essenciais, fundamentais e estratégicos que o governo brasileiro está defendendo.

Sabemos que há três temas que nos parecem fundamentais, que são temas do G-20 e de outros debates no mundo, como é a COP 17, como será a

Rio+20, no Brasil, em 2012, e que são temas correlatos, articulados. O que o G-20 articula em relação a esses outros debates? Porque estamos vendo uma COP 17, a Conferência das Partes sobre Mudança Climática completamente bloqueada, completamente incapaz de dar respostas efetivas, de geração de fundos efetivos para enfrentamento dos impactos da mudança climática; temos uma Rio+20 onde está faltando efetivamente o protagonismo do governo brasileiro, visto que será o país que receberá a conferência em seu território, e também protagonismo e interesse dos países todos, nas Nações Unidas, para atuar sobre esses temas que, no caso e na visão da rede da qual pertencemos e dos movimentos sociais, teríamos que estar discutindo qual é a instância que esse debate sobre o futuro de nossas vidas e da geração deveriam ser tomados. É no G-20? Ou é na Rio+20, que vai tratar de um escopo muito mais holístico, pensando os três pilares do debate econômico, social, ambiental e, portanto, não será uma conferência ambiental, será uma conferência sobre o chamado desenvolvimento sustentável, que também é um conceito que deve ser cuidadosamente utilizado, porque desenvolvimento, que modelo, e é isso que questionamos enfaticamente nas nossas produções, reflexões e ações políticas.

A outra questão que queria apontar é que penso que o governo brasileiro e a sociedade brasileira não devem ter medo de buscar alternativas e novas soluções. É interessante, tem uma frase de um autor moçambicano, Mia Couto, em que ele diz que “tem gente com medo de que o medo acabe”. Penso que essa frase é bastante forte, porque nos fazem acreditar que não há alternativa, que só existe um caminho; nos fizeram acreditar, em um dado momento, que era o fim da história; nos fizeram acreditar em uma série de coisas e nos fazem acreditar que não tem outra solução, não tem outro caminho. Penso que a sociedade brasileira e a sociedade mundial, os movimentos sociais, têm uma miríade enorme de exemplos de alternativas e modelos sustentáveis, de opções de estruturas de poder mais participativas – o Brasil, inclusive, tem experiências profundas nessa área – que precisariam ser melhor trabalhadas não só internamente, mas na sua ação e na sua capacidade de influenciar e pressionar posições de países no âmbito internacional.

Por fim, queria perguntar ao governo brasileiro. Existe um campo enorme de tratados e convenções internacionais, e é interessante notar que todos os que vêm do campo, dos direitos humanos, do ciclo social das Nações Unidas, das chamadas “metas do milênio”...

(O Presidente faz soar a campainha.)

A SR^a IARA PIETROCOVSKY – Vou acabar. Das chamadas “metas do milênio”, são tratados e convenções não vinculantes. No entanto, as decisões econômicas e as decisões tomadas no âmbito do comércio internacional, se não são obrigatórias e vinculantes, exercem uma pressão de tal maneira nos governos, que acabam forçando e forjando políticas que não têm nenhum interesse e não fomentam dignidade, justiça ambiental e trabalho digno para a população brasileira e de qualquer outro país.

Portanto, termino perguntando, especificamente no âmbito do G-20 há três temas fundamentais que serão debatidos: infraestrutura, segurança alimentar e regulação financeira. Parece que regulação financeira não será muito o tema, exceto pela crise na Europa. Atualmente, estão tentando recuperar as regras de Basileia, tentando recuperar. O documento que saiu agora de Paris um pouco toca nisso, tem um documento que diz “vamos promover o crescimento econômico mais uma vez”. Que crescimento econômico está sendo proposto no âmbito do G-20?

Precisamos ficar muito atentos a essa dinâmica de recuperar, aí sim, uma forma tradicional de operar não só o poder como um modelo de desenvolvimento que demonstrou ser incapaz de estar em crise e não responder mais às necessidades do Planeta e dos povos que o habitam.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Obrigado, Dr^a Iara Pietricovsky, da Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais.

Quero agradecer ao Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Senador Fernando Collor, que, prontamente, atendeu à solicitação de realizarmos audiência pública conjunta para debater esse tema tão importante do G-20.

Ontem, a audiência pública da Comissão de Relações Exteriores se estendeu até mais de dez horas da noite, e é por esse motivo que o Presidente Fernando Collor não está neste momento com a gente. Mas aqui fica o nosso agradecimento.

Passo a palavra...

O SR. CLÉSIO ANDRADE (PR – MG) – Sr. Presidente, pode algum comentário agora ou depois de todos?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Depois de todos.

Passo, agora, a palavra ao Ministro Luiz Antônio Balduino Carneiro, Diretor do Departamento de Assuntos Financeiros e Serviços do Ministério das Relações Exteriores.

O SR. LUÍS ANTONIO BALDUINO CARNEIRO

– Muito obrigado, Sr. Senador. É um prazer estar aqui. Desculpem-me pelo atraso inicial.

Eu acho que vou fazer, na minha apresentação inicial, em vez de uma apresentação genérica, talvez mais um diálogo com a colega Iara, que apresentou várias questões. E aí, se ficar faltando alguma coisa, a gente pode voltar aos temas posteriormente.

Primeiro, em relação ao G-20 como foro informal, é importante verificar que esse tipo de exercício diplomático é muito comum nas relações internacionais. Quer dizer, além do G-20, existem não só outros foros conhecidos, antigos, como o G-8, o G-7, como o Ibas, como o Brics, mas há até outros foros entre países em desenvolvimento, como, por exemplo, o G-15, do qual o Brasil é parte desde os anos 80. Então, é uma forma de exercício em que os países que dá flexibilidade para diálogo, para cooperação, para coordenação eventual de posições, etc.

No caso do G-20, o grupo existe, na verdade, desde 1999. Foi criado no contexto da crise asiática e reuniu, naquele momento, países do G-7 e os maiores países em desenvolvimento, os chamados países emergentes, que tinham influência crescente nos mercados financeiros internacionais, seja por conta de grandes emissões de títulos, seja por seu próprio crescimento. Então, era um foro que reunia ministros de finanças e presidentes de bancos centrais naquele momento. E era um foro de diálogo que, basicamente, buscava identificar formas de aperfeiçoamento de suas políticas para evitar novas crises, como foi a crise asiática, como já tinha sido a crise mexicana, a própria crise brasileira, num certo momento, a crise russa, etc. Esse foro funcionou dessa forma durante dez anos.

Em 2008, com a crise financeira ocorrendo no centro, digamos, do capitalismo mundial, nos Estados Unidos, espalhando-se para a Europa e o Japão, os próprios países do G-7 reconheceram sua insuficiência para lidar com aquele fenômeno. Então, houve uma discussão sobre a necessidade de chamar os grandes países emergentes. E como o G-20 era um foro que já existia, a crise era financeira, já havia um foro na área financeira, escolheu-se o G-20 como formato. Poderia ter sido outro formato.

Aí ocorreu a primeira reunião em Washington, em dezembro de 2008. De lá para cá, já ocorreram as Cúpulas de Washington, Londres, Pittsburgh, Toronto, Seul e Cannes.

O G-20, como fórum de líderes, surgiu para lidar com a crise. Aí, houve já uma pergunta referente a quais temas o Brasil aportou à mesa. Na primeira reunião, o principal era lidar com a crise. Eram a questão da regulação financeira, a questão de aperfeiçoamento

da regulação dos mercados, políticas para tentar reativar a economia e evitar uma recessão etc. E o Brasil compartilhava dessa agenda, mas o Brasil também - junto com outros países emergentes do G-20, mas, sobretudo o Brasil, em primeiro lugar – trouxe para a mesa a questão da reforma da governança financeira internacional. Aí, são duas vertentes importantes. Uma é a reforma do Banco Mundial e do FMI, que são fóruns constituídos na forma de cooperativas de cotas, em que os votos dos países são determinados pelo volume de capital aportado. A distribuição de votos no Fundo e no Banco refletia, naquele momento, basicamente, com algumas mudanças, a configuração do imediato pós-guerra. Enfim, uma série de países europeus, sobretudo países muito pequenos, como Holanda, Bélgica e outros, tinha representação maior que grandes países, como Índia, Brasil, China e outros. Esse foi um dos temas da agenda. O outro foi a questão da participação do Brasil e outros países emergentes em uma série de fóruns fechados financeiros, como o Fórum de Estabilidade Financeira, o Comitê de Basileia sobre Supervisão Bancária e outros. Eram fóruns que tinham grande influência na regulação dos mercados, mas dos quais só participavam países desenvolvidos, o G7 e alguns outros. Então, o G-20, nesse sentido, representou uma oportunidade para o Brasil de reforma dessa estrutura. No âmbito do G-20, foi possível iniciar uma reforma do FMI e do Banco Mundial. Ela ainda não está completa, mas o Brasil, por exemplo, já passou de 18º em termos de poder de voto para 10º, e outros países emergentes também subiram. O Brasil entrou nesses outros fóruns, junto com outros países emergentes, e passou a participar da definição desses padrões. Apesar de ter iniciado como fórum financeiro, na Cúpula de Pittsburgh, os líderes, os Chefes de Estado e de Governo, decidiram definir o G-20 como o principal fórum de cooperação econômica internacional entre esses países. Isso marcou, de uma forma mais formalizada, uma certa sucessão do G7. Embora o G7 continue a se reunir, os principais temas econômicos e financeiros passaram a ser discutidos mais no G-20. Aí, a agenda foi se ampliando um pouco, com temas relativos à energia e, mais recentemente, a desenvolvimento e a alguns aspectos de agricultura.

Em relação à Cúpula de Cannes, para não me estender muito nesta apresentação inicial, foram mencionados três temas como principais: infraestrutura, segurança alimentar e regulação financeira. Eu não vou falar sobre regulação financeira – vou deixar o Ministro Carlos Márcio. Há outros temas também na área financeira.

Infraestrutura e segurança alimentar. Na verdade, infraestrutura é um dos pilares da agenda do G-20 sobre

ajuda ao desenvolvimento. E ajuda ao desenvolvimento no G-20 é entendido basicamente como ajuda aos países mais pobres, de menor desenvolvimento relativo. Há 9 pilares – e infraestrutura é um deles. Infraestrutura e segurança alimentar foram escolhidos pela França, como Presidência *pro tempore*, como prioridades para a Cúpula de Cannes. No caso de infraestrutura, o diagnóstico foi que os bancos (*Falha na gravação.*) deixado de financiar (*Falha na gravação.*) obras de infraestrutura nos países mais pobres, e isso estava dificultando o crescimento desses países. Na África, há a necessidade, segundo alguns, de cerca de US\$90 bilhões anuais para investimento em infraestrutura. Era preciso fazer com que (*Falha na gravação.*) voltassem a financiar de forma mais decisiva esse setor. Outro aspecto dessa agenda foi a criação de um painel de alto nível, com 17 especialistas e autoridades na área de financiamento. No caso brasileiro, o nosso representante é o (*Falha na gravação.*) formas de financiar infraestrutura em países pobres. Instrumentos novos, parcerias novas, enfim, modalidades novas que pudessem incentivar o financiamento de infraestrutura nos países mais pobres. O painel fez um relatório, que está sendo apresentado aos líderes.

No caso de segurança alimentar, houve uma reunião de Ministros de Agricultura do G-20, em junho, foi a primeira reunião de Ministros de Agricultura, para tratar, sobretudo, da questão da volatilidade dos preços das *commodities* agrícolas. E aí o Brasil tinha uma posição muito clara naquele momento (*Falha na gravação.*) mas isso acabou não acontecendo e da reunião surgiram algumas iniciativas interessantes, como, por exemplo, a criação de um mecanismo de transparência, de estoques, que é para envolver estoques públicos (*Falha na gravação.*) apresentou uma sugestão de (*Falha na gravação.*) experiência que surgiu de cooperação técnica (*Falha na gravação.*) Embrapa (*Falha na gravação.*) de médio prazo, como capacitação (*Falha na gravação.*) decorrentes da volatilidade de preços. Então, a agenda tem que ser ampliada (*Falha na gravação.*) até porque nós participamos dele. Achamos que a participação do Brasil no G-20 foi boa para o Brasil e apresentou uma oportunidade de transformação da governança financeira e de geração de novas transformações para o futuro.

O fato de o grupo ser informal não nos parece ser um defeito. Pelo contrário, muitas vezes, quando se formaliza excessivamente... A ideia não era criar uma nova organização internacional, já há um número suficiente de organizações internacionais, mas sim criar um foro de líderes, no qual os chefes de Estado e Governo pudessem sentar e dialogar francamente, e a agenda deve ser uma agenda que interesse dire-

tamente os chefes de Estado e Governo. Então, não é uma agenda estanque. Esses temas, por exemplo, como segurança alimentar, a ideia não é que permaneçam na agenda para sempre. A ideia é que o G-20 dê um impulso político em alguns desses temas e, depois, eles serão discutidos nas organizações internacionais já existentes. No caso de segurança alimentar, já existe a FAO, o Comitê Mundial de Segurança Alimentar (*Falha na gravação.*) de alimentos e outros. A ideia do G-20 não é substituir esses foros, mas simplesmente dar um empurrão num tema que mereceria a dedicação direta dos líderes, e, depois, esses foros continuariam tratando dos temas.

O Brasil considera que o G-20 precisa dialogar com outros países não membros – e nós somos totalmente favoráveis a isso. O próprio Brasil tem procurado fazer isso. Hoje mesmo está sendo realizada, em Montevideu, na sede da Aladi, uma reunião sobre o G-20. É uma reunião na qual México, Argentina e Brasil, que são membros do G-20, irão conversar, informar e ouvir os outros países latino-americanos que não são membros. E há outras iniciativas parecidas, enfim.

Não sei se eu respondi todas as perguntas, mas acho que vou ficar por aqui. Voltarei, se for o caso, mais adiante.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado.

Agradeço a participação do Ministro Luís Antonio Balduino Carneiro, Diretor do Departamento de Assuntos Financeiros e Serviços do Ministério das Relações Exteriores, e passo agora a palavra ao Ministro Carlos Márcio Bicalho Gozendey, Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda.

O SR. CARLOS MÁRCIO BICALHO COZENDEY – Muito obrigado, Senador.

Bom dia a todos os Srs. Senadores.

Vou começar recordando como é um pouco a estrutura de funcionamento do G-20. O G-20 funciona em dois trilhos principais que conduzem os temas e as discussões à reunião final, que é a reunião de cúpula dos presidentes e primeiros-ministros dos países que a compõem, que vai acontecer no início de novembro, nos dias 03 e 04 de novembro.

Um dos trilhos é o trilho dos ministros de Fazenda, dos ministros de Finanças dos vários países. Esse grupo tem uma série de reuniões ministeriais ao longo do ano, e as reuniões dos chamados vice-ministros, da qual eu participo, vão discutindo os temas, ao longo do ano, para a decisão final na reunião dos presidentes. Ao mesmo tempo, os temas que fogem ao núcleo mais intenso (*Falha na gravação.*) financeiro são conduzidos no chamado trilho dos sherpas. O sherpa é

aquele que prepara a reunião para o presidente, uma analogia com o sherpa no Himalaia, que ajuda a conduzir a pessoa que está escalando até o pico, até a cúpula no final do ano.

O Balduino mencionou alguns dos temas principais que estão sendo discutidos no trilho dos sherpas, como a questão de agricultura, a questão da infraestrutura, a questão dos temas de desenvolvimento. Eu vou mencionar três dos temas principais que estão sendo discutidos no trilho dos ministros de Finanças e, depois, fazer algumas considerações sobre as ponderações da lara.

O primeiro tema é aquele que, no jargão do G-20, se chama marco para o crescimento forte, sustentado e balanceado. Esse nome, no fundo, cobre uma tentativa de fazer uma coordenação macroeconômica entre os países. Quer dizer, uma vez ultrapassado o período mais intenso da crise de 2008, quando foi necessária uma série de ações, de estímulos da economia, os países discutiram, então, que era preciso manter uma permanente coordenação macroeconômica, porque o sistema econômico internacional, que teria que ser conformado após a crise, não poderia ter os mesmos desequilíbrios que tinham existido durante a crise econômica.

Então, um dos temas principais discutidos nesse contexto é o tema do rebalanceamento, do reequilíbrio da economia internacional, no sentido de reequilíbrio entre os países superavitários e deficitários, ou seja, nós não poderíamos continuar numa situação em que nós tínhamos, por exemplo, Estados Unidos com déficits imensos, e China e Alemanha com superávits imensos. Por outro lado, trata-se também de um reequilíbrio entre o crescimento baseado no setor público e o crescimento baseado no setor privado, já que, para sair da crise, os setores públicos tiveram que atuar intensamente para estimular a economia. Então, era preciso fazer com que o crescimento voltasse a ser puxado pelo setor privado, pelo consumo das famílias e pelo investimento das empresas.

No início deste ano, quando começou a preparação da agenda do G-20, o cenário era mundo diferente do que estamos vivendo agora. Era um cenário de recuperação da economia, de perspectiva de uma recuperação progressiva, de saída da crise. Portanto o G-20 passaria a tratar de temas mais normais, regulares, e não tão focados nas questões emergenciais e de crise.

Na realidade, a partir da metade do ano, com a reemergência da crise em função dos problemas com as dívidas soberanas europeias, a atenção teve que se voltar novamente para as questões mais emergenciais. Portanto, essa discussão sobre o marco de cres-

cimento forte, sustentado, equilibrado também passou de uma visão de médio prazo para outra de mais curto prazo e incorporou a discussão da crise europeia no seu contexto.

Existe uma questão nessa discussão que é a ênfase muito grande que países como Estados Unidos e outros têm dado ao reequilíbrio de países que têm grande superávit. Eles estão basicamente dizendo o seguinte: nós temos uma situação de crise difícil. Para crescer, a nossa saída é pelas exportações. E para quem podemos exportar? Para os países emergentes, principalmente para a China, que tem que mudar a sua política cambial para os nossos produtos ficarem mais baratos ali.

Eles exercem uma pressão muito grande sobre a China e sobre o tema da competitividade das exportações, o que é, de certa maneira, um incentivo ao que o Ministro Mantega tem chamado de guerra cambial. Se todo mundo quiser crescer apenas pelas exportações ninguém vai conseguir, porque não pode todo mundo exportar ao mesmo tempo. Alguém tem que consumir.

Então nós entendemos que o que existe hoje é um problema de carência de demanda global. Portanto, sim, o reequilíbrio é uma parte da equação, mas é preciso que todos os países, inclusive aqueles que têm uma situação de economia interna fraca, gerem políticas de retorno ao crescimento.

Por isso nós temos, nessa discussão do marco do crescimento, transmitido uma preocupação grande com uma ênfase excessiva na consolidação fiscal. É claro que alguns países estão numa situação crítica e têm, necessariamente, que se concentrar nesse tema, mas uma consolidação fiscal simultânea e muito forte por parte de todos os países desenvolvidos tende a gerar uma continuidade do crescimento lento, portanto um problema de médio e de longo prazo para a economia internacional.

Então nós estamos procurando chamar a atenção para que aqueles países que ainda têm espaço fiscal possam desenvolver políticas fiscais, inclusive para que a concentração não seja toda em políticas monetárias muito liberais, porque as políticas monetárias excessivamente liberais geram excesso de liquidez internacional, o que acaba se tornando um problema para nós, por exemplo, por meio da pressão de fluxo de capitais de curto prazo que têm entrado no Brasil, procurando melhor rendimento.

Então nós achamos – e temos levado essa mensagem ao G-20 – que os países têm que se preocupar também com o desenho das suas políticas macroeconômicas de curto e de médio prazo.

A discussão acaba ficando muito assim: os países têm que fazer reformas estruturais no mercado de

trabalho para gerar emprego no médio prazo. Mas estamos dizendo que também no curto prazo é importante o tipo de medidas que são adotadas, seja em termos de política de taxaço, seja em termos de política de gastos dos Estados.

Se você pretende fazer um reequilíbrio fiscal e concentrar as suas políticas de taxaço em medidas que favoreçam a absorção de mão de obra, isso será mais positivo para o crescimento do que taxar fortemente a absorção de mão de obra.

Esse é o tipo de discussão que estamos tentando introduzir no G-20. É uma discussão difícil porque a situação europeia tem levado os europeus a se concentrar muito fortemente na questão da consolidação fiscal.

A situação nos Estados Unidos, todos os senhores devem ter acompanhado durante o mês de julho a discussão sobre o teto de dívida, que revelou as divergências internas sobre o papel do Estado e a forma como se deve reequilibrar as contas do Estado norte-americano.

Essa é uma questão que não está resolvida, portanto são temas que efetivamente atraem muita atenção e são de grande importância. Mas nós temos procurado alertar para o fato de que se não houver algum tipo de crescimento a própria consolidação fiscal ficará comprometida, como tem ficado claro no caso da Grécia, mais recentemente.

Para a reunião de novembro, pelo próprio foco da crise, esse tema acabou muito vinculado à discussão da crise europeia. E os senhores também devem ter visto nos jornais que relataram a reunião de ministros de finanças agora, no fim de semana, que a mensagem do G-20 coletivamente, incluindo os próprios europeus, foi dizer a eles que é preciso que haja medidas urgentes e de grande impacto sobre os temas básicos da crise europeia, que são como resolver o problema da Grécia, como assegurar que os bancos europeus que possuam muitos títulos dos governos europeus estejam capitalizados para fazer face a eventuais prejuízos e como, através dessa mensagem de preparação, evitar o chamado contágio, ou seja, pressão sobre as dívidas de outros países que também estão muito endividados, como a Itália e a Espanha, de forma a trazer uma nova estabilidade ao mercado internacional.

Os europeus transmitiram, na reunião, uma mensagem positiva de consciência dessa necessidade de disposição para, na reunião que farão agora, no dia 23, efetivamente, acordar novas medidas sobre cada um desses aspectos.

O G-20 espera, portanto, que, quando nos reunirmos em Cannes, no início de novembro, um pacote europeu com credibilidade já esteja conformado e, portanto, o G-20 possa discutir que tipo de apoio pode

ser dado a essas iniciativas e essas medidas que a Europa terá tomado, essas decisões que a Europa terá tomado.

Um desses caminhos de apoio ao esforço europeu, ao esforço de estabilização da economia internacional, seria o G-20, na opinião do Brasil e de outros países emergentes, seria o Brasil dar uma mensagem de que os países do G-20 estão dispostos a assegurar que o FMI tenha os recursos necessários para apoiar os países conforme a necessidade. Ou seja, o FMI, hoje, já participa dos pacotes europeus de estabilização, outros países podem sofrer em função da instabilidade na Europa, e, portanto, é preciso que o FMI tenha recursos disponíveis para atender a essas necessidades.

Lembro, por exemplo, como foi o caso do Brasil em 2002 e 2003, quando tínhamos uma situação de grande pressão dos mercados internacionais, que, naquele momento, o Brasil negociou com o FMI um grande empréstimo – não sei se vocês se recordam – que jamais foi utilizado, porque nós conseguimos tomar as medidas internas de equilíbrio que foram suficientes para que a estabilidade retornasse sem que tivesse sido necessário utilizar os recursos do FMI. Mas, como parte desse esforço de estabilização, foi importante, naquele momento, saber que os recursos estavam ali e estavam disponíveis.

Esse é um exemplo de agenda que o Brasil e outros países emergentes estão trazendo para dentro da discussão do G-20 influenciando, portanto, os seus resultados.

Dois outros temas importantes da agenda. A França introduziu, no início do ano, a reforma do Sistema Monetário Internacional – este é um tema, naturalmente, de longo prazo –, mas nós já vamos ter agora, na reunião de novembro, alguns resultados interessantes. Um deles é resultado de um grupo de trabalho que foi copresidido pelo Brasil. Então, o Brasil teve uma grande participação no desenho desse instrumento, que são as chamadas “conclusões coerentes sobre a gerência dos fluxos de capital”. Como era um tema de grande interesse para o Brasil, o Brasil participou ativamente dessa discussão, e esse documento que nós obtivemos, de certa forma, consolida, digamos, a mudança de opinião que houve no mundo a partir do ano passado no sentido da importância, em certas situações, de contar com instrumentos de controle de capital.

O terceiro tema é a regulação dos mercados financeiros. Aí, devo dizer que, ao contrário da percepção da opinião pública, essa é uma agenda que tem avançado muito dentro do G-20. Eu assumi esse cargo em janeiro e o tema que mais me impressionou dentro do G-20 foi o quanto havia avançado a discussão da

harmonização da regulamentação financeira internacional, iniciando por Basileia 3, continuando agora... Na Cúpula, em novembro, vão ser aprovados regulamentos adicionais para as grandes instituições financeiras globais, as chamadas “grandes demais para falir”. Essas regulações vão no sentido, primeiro, de assegurar que elas, sim, possam falir, ou seja, estabelecer sistemas de liquidação que assegurem que, por maior que seja a empresa, ela esteja preparada para falir se não tiver condições de continuar a existir sem gerar um risco sistêmico tão grande que os contribuintes tenham que salvar a empresa e, por outro lado, exigindo dessas empresas uma proporção de capital maior de forma que elas possam resistir melhor às pressões.

Uns comentários sobre os temas que a lara levantou. Questão da legitimidade do G-20. Efetivamente, é uma questão à qual a gente tem que ter atenção o tempo todo. É um grupo informal, um grupo que não toma decisões vinculantes. Ele, muitas vezes, recomenda que outras organizações tomem determinadas decisões ou façam determinados trabalhos. Essas organizações, com seus próprios processos decisórios, portanto, dentro da sua própria legitimidade, tomará ou não essas discussões. Evidentemente, pela importância do G-20 em alguns desses organismos, é natural que muitas das demandas do G-20 acabem resultando em decisões dessas organizações. O Brasil, como o Ministro Balduino mencionou, tem procurado fazer um papel de ponte, na medida do possível, entre o G-20 e os diversos outros organismos ou instituições ou reuniões das quais o Brasil participa.

Pelo problema mesmo do questionamento da legitimidade do G-20, não é possível levar tudo que é importante no mundo para ser decidido no G-20. Mesmo com as questões ambientais, por exemplo, temos tido certa precaução. Às vezes, há tentativa de trazer a questão, por exemplo, para a reunião de ministros de finanças e temos tido uma preocupação, primeiro, porque os ministros de finanças não são responsáveis diretamente por temas ambientais, embora as suas decisões tenham impacto nos temas ambientais; segundo, porque já existe um processo de discussão do assunto nas Nações Unidas, dentro da Convenção-Quadro sobre Mudanças do Clima, e não cabe ao G-20 capturar essa agenda, de certa forma. Embora seja um fórum de discussão e seja útil, às vezes, discutir alguns assuntos, nós temos de ter sempre preocupação com a questão da legitimidade.

Sobre a própria questão da Rio+20, na reunião no sábado, o Ministro Mantega falou sobre a reunião da Rio+20 para os seus pares e convidou os ministros da fazenda a participarem intensamente da sua preparação, até porque um dos temas principais é a

economia verde – no nosso ponto de vista, economia verde inclusiva. Portanto, o Ministro convidou os seus pares a participarem da conferência no Rio.

Acho que toquei nos principais pontos que foram levantados.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado. Quero agradecer ao Ministro Carlos Márcio Bicalho Cozendey, Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda.

Atendendo à solicitação da Senadora Vanessa Grazziotin e havendo quórum para deliberação, submeto à deliberação dos membros da CMA a inclusão extrapauta de requerimento de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Inácio Arruda, que, nos termos regimentais, requer que o Sr. Ministro do Esporte, Orlando Silva, seja convidado para comparecer a esta comissão em audiência pública, devendo serem convidados também os Parlamentares da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle e da Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados, a fim de se manifestar acerca das denúncias envolvendo o Ministério do Esporte, publicados na imprensa.

Os Senadores que concordam com a inclusão extrapauta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

E os Senadores que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o Requerimento nº 106, de 2011, pelos membros da CMA.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, seria interessante se V. Exª pudesse marcar a audiência para amanhã, com a vinda do Ministro Orlando, em decorrência dos fatos recentes. O Ministro tem muito interesse de vir prestar esclarecimentos a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Logo após o encerramento desta reunião, Senadora Vanessa, entraremos em contato com o Ministro do Esporte, comunicando essa decisão e marcando, o mais rápido possível, a sua vinda à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, para prestar os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Dando continuidade à nossa audiência pública conjunta, vamos ouvir agora a Srª Rosana Bertotti, representando a Rede Brasileira pela Integração dos Povos – Rebrip.

A SRª ROSANA BERTOTTI – Bom-dia a todos, bom-dia a todas.

Cumprimento os Senadores, as Senadoras, o Presidente desta mesa, os ministros, os companheiros de mesa e os companheiros de outros países que estão aqui, aproveitando e participando de um se-

minário da sociedade civil organizado pela Rebrip e pela Rede Brasil – aqui, têm companheiros de outros países e, para esses, a importância do tema sobre a questão do G-20.

A minha fala vai ser muito objetiva e vou falar sobre três pontos. O primeiro ponto é sobre o papel do G-20 e como nos relacionamos como sociedade civil e como esta Casa. O segundo ponto é sobre o G-20 e a crise financeira e o mundo do trabalho. O terceiro ponto é sobre a questão financeira e a taxação das transações financeiras. Então, esses são os três pontos sobre os quais vou discorrer em minha fala e também de forma muito objetiva.

Primeiro, concordando com a fala da companheira Iara, do papel do G-20, mesmo ele não sendo um instrumento que garanta a participação de todos os países, mesmo ele não sendo um instrumento que tenha participação em diálogo social como nós gostaríamos, o G-20 tem adotado um papel fundamental na formulação de políticas estruturais, no qual o Brasil e a América Latina estão envolvidos.

Então, a primeira questão que gostaríamos de deixar clara aqui é como nós estabelecemos um processo de diálogo para a construção do G-20, entendendo que é uma participação de líderes, entendendo que o fruto do diálogo social e a forma como vem se desenvolvendo o processo do diálogo social neste País, entendendo as novas ações deste Governo, mudando a sua ação e o seu foco na política internacional, entendemos que não tem como o Brasil fazer parte do G-20 sem antes construir um processo de diálogo social com a sociedade e sem antes também fazer um diálogo com outros países, como o próprio Ministro Luís Antonio falou, porque para nós, da América Latina, temos apenas a Argentina e o Brasil fazendo parte do G-20. Então, é necessário que o Brasil, pela sua capilaridade e representatividade e a forma como vem conduzindo a política internacional, seja esse diálogo tanto da sociedade civil, por entendermos que as decisões, por mais que elas não sejam legítimas, no sentido institucional, mas elas têm uma força no que diz respeito à construção da proposta. Porque algo acordado e proposto no G-20, inclusive muitas vezes liderado pelo próprio país, é muito difícil o país não aportar determinadas políticas. Então, entendemos que a primeira questão é: qual é o papel do G-20 e como se dá a participação da sociedade civil e como se dá também a participação desta Casa, deste Parlamento, não só do Senado, mas também da Câmara, no que diz respeito à questão do G-20. Porque acordos feitos depois – sou dirigente sindical e sou do princípio de que acordo feito é para ser cumprido. Então, você tem que estabelecer várias negociações, vários me-

canismos, mas acordos feitos é preciso que sejam no mínimo restabelecidos.

Então, como se dá essa participação social antes das negociações, como se ouvem as determinadas partes. Essa é a primeira questão.

A outra questão é sobre a crise financeira. Muito já foi falado aqui, mas olhar um pouco um dos aspectos do mundo do trabalho. A crise financeira que vem de 2008, o que nós percebemos hoje é uma forte aceleração dessa crise. E, por mais que já tenha tido uma reunião dos Ministros do Trabalho na questão do G-20, apontando para algumas questões do mundo do trabalho, o que percebemos, e aqui apontando tanto a fala dos Ministros que me antecederam aqui, a importância do equilíbrio entre o setor público e o setor privado, o que nos aponta agora, digamos assim, dentro do G-20, como receituário para fortalecer e ampliar e sair da crise, o que chamamos do velho receituário neoliberal, onde, até antes de ter a crise, o Estado não tinha papel e o capital por si só resolvia, a partir da crise, então, o Estado tem um papel fundamental, mas um papel apontado apenas para socorrer o sistema financeiro e não garantir a questão do desenvolvimento, não tendo garantia de empregabilidade, não tendo garantia da questão dos direitos sociais.

Nós entendemos que as ações do G-20, no que diz respeito à crise, não podem estar apenas com o receituário de resolver a questão do sistema financeiro, de resolver a questão do sistema das empresas e deixar aquém o mundo do trabalho, como, por exemplo, a questão dos direitos e as questões sociais. E também, a exemplo do que vivemos no Brasil, a questão do fortalecimento e do mercado interno, que, para nós, são essenciais.

Então, essa discussão do G-20 tem que ser mais do que apenas conseguir garantir que se saia da crise, que se pense o desenvolvimento econômico. É preciso pensar esse desenvolvimento econômico, como disse a companheira Iara. Qual é o desenvolvimento econômico? É preciso pensar a questão do emprego, mas não apenas a questão do emprego, mas um emprego decente. Qual é esse emprego sobre o que nós estamos dialogando na questão do G-20? Como estamos aqui garantindo a questão dos direitos sociais? E não vir, digamos assim, uma proposta com uma derrocada dos direitos sociais, na questão da Previdência, na questão da saúde e na questão da educação.

Então, são temas cuja discussão é preciso garantir, inclusive a partir da experiência do Brasil, porque entendemos que o Estado é indutor do desenvolvimento e precisa intervir nesse momento, mas precisa, além da questão dos recursos e da política, garantir contra-

partida. E essa contrapartida também tem de ser do setor privado. Essa é uma outra questão.

Por fim, sobre a taxação das transações financeiras. Como defendemos aqui no Brasil uma reforma tributária progressiva, onde quem ganha mais paga mais, nós entendemos que a taxação sobre as transações financeiras são essenciais para que possamos também formular e apontar para a questão de políticas. Agora, não entendemos que a taxação por si só resolve. Ela precisa ter destino. Essa taxação precisa ser articulada. Ela precisa ter orientações de onde vão ser investidos os recursos.

Nós temos, aqui no País, digamos assim, uma grande promessa, um grande programa nacional, que é o combate à fome, que é o combate à miséria. Se nós quisermos, de fato, ter crescimento nos países, se quisermos, de fato, ter a questão do combate à miséria e do combate à fome, nós precisamos apontar para a questão das taxas financeiras, e é preciso que o Brasil tenha posições claras. É preciso que esta Casa tenha posições claras sobre isso. Por mais que o Ministro que me antecedeu tenha falado que houve vários avanços no que diz respeito à questão financeira, e reconhecemos esses avanços, ainda estão aquém da necessidade da taxação no que diz respeito às transações financeiras.

Então, nós da Central Única dos Trabalhadores já temos posições sobre isso; defendemos isso. A Rebrip tem posição sobre isso, e entendemos que o Brasil deve defender com clareza a taxação sobre isso e como você regulamenta isso, porque, sobre o recurso, é muito mais importante ter uma proposta sobre isso do que não apenas você garantir a taxação. Agora, como você regulamenta? Para onde vão ser destinados esses recursos? Qual é o papel desses recursos?

E nós entendemos que isso se deve articular nos três grandes pontos que têm a ver com a questão da agricultura familiar e da segurança alimentar: a questão da saúde, a questão da educação e a questão do desenvolvimento econômico e garantia dos direitos sociais. Por isso, precisamos ter posições firmes e posições articuladas dentro do País, para que essas posições mais do que sejam um acordo, mais do que um debate, se transformem em propostas, se transformem em políticas públicas. E que perpassam esta Casa, que perpassam a sociedade civil e que oxalá a gente possa, cada vez mais, ter muito orgulho de ser brasileira e de ser brasileiro neste País que vem construindo a cada dia a sua política, a sua estrutura, com sua diversidade econômica, com sua diversidade política, com situação, com oposição, com democracia. Acho que é desta forma que a gente constrói política

e desta forma que a gente tem cada vez mais orgulho de ser brasileiro e brasileira.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Obrigado, Rosane Bertotti, da Rede Brasileira pela Integração dos Povos.

E, agora, passo a palavra à Sr^a Graciela Rodrigues, do grupo Arquitetura Econômica Internacional.

A SR^a GRACIELA RODRIGUEZ – Bom dia. Obrigada pela oportunidade.

Queremos agradecer esse atendimento à solicitação da audiência pública, porque, na verdade, nós pensamos que é importante que o Senado, que os Senadores, e a sociedade civil, que está tentando acompanhar com muito esforço, não só de recursos, senão também com muito esforço político, estejam nesses debates, juntando a diversidade dos movimentos sociais, porque, quando falamos de Rebrip e de Rede Brasil, estamos falando de uma quantidade enorme de entidades e organizações sociais, nas quais se incluem a CUT, aqui presente, a Contag, movimentos sociais dos mais diversos, a plataforma BNDES, as ONGs, as entidades do movimento. Então, há uma diversidade muito grande, e fazer esse debate político requer um esforço muito grande também de unidade desses movimentos sociais. Na verdade, pensamos ser importante que o Senado, e o Congresso de uma maneira geral, junto com a sociedade civil, possamos dar uma maior transparência a essa agenda do Brasil no G-20 e, de alguma maneira, ampliar o entendimento que a sociedade civil, que a sociedade como um todo, tem dessa presença nos âmbitos globais.

Às vezes, a agenda do cotidiano... Eu vejo até pelo requerimento que foi hoje votado, que é uma pauta muito importante para o País por conta das injunções políticas que significa, mas, ao mesmo tempo, nós sabemos que esses temas são determinantes na definição do papel do Brasil no âmbito internacional e no âmbito regional. Por isso achamos importante que, nessa pauta, possamos ter a maior troca possível em seu tratamento, visibilização, ampliação e em sua transparência. Inclusive, como dizia o Ministro Carlos Márcio Cozendey, nós também estamos preocupados com essa questão da legitimidade do G-20, porque sabemos que faltam muitos países nesse lugar e sabemos que não deveria ser o espaço.

Por isso, também estamos preocupados com o escopo dessa agenda, com a ampliação dessa agenda, que sabemos que não pode ser... Até porque – entrando um pouco em tema que queria tratar a partir do que você comentou – acho que, justamente, a gente viu que o G-20, no início, tinha uma agenda ousada, que incluía – não sei se vocês lembram – a questão, por

exemplo, dos paraísos fiscais, do controle do sistema financeiro, a questão das taxas para controlar o fluxo de investimentos de motel, como dizia o professor Cândido Mendes, os investimentos ciganos, que andam pelo mundo na especulação.

Então, na verdade, a gente sabe que essa agenda avançou no imediato, sobretudo no que foi a agenda de salvar o banco que tinha sido a causa da crise, inclusive reabilitar o Fundo Monetário Internacional, que, três ou quatro anos atrás, estava quase moribundo, sem quem quisesse chegar lá para solicitar apoio. A gente viu como foi reabilitado o Fundo Monetário Internacional, reabilitado o Banco Mundial, reconstruído seu papel.

Mesmo tendo sido feita essa salvação inicial aos bancos, a crise voltou. Então, essas medidas, evidentemente, não foram suficientes, esse andar de (*Falha na gravação.*) na regulação financeira, porque a crise recrudescceu, a crise está de novo na Europa e de forma pior. Quer dizer, as medidas que vêm sendo tomadas, de repente, são mais da mesma medicina, que a gente já sabe que não funcionou.

Nós caracterizamos a crise como uma crise do sistema capitalista neoliberal, do sistema neoliberal, do modelo neoliberal, e esse modelo está mostrando que não funciona, que não funcionou, e as medidas que foram tomadas para ajudar e fortalecer esse modelo estão redundando na crise que agora está na Europa – e novamente se pretende dar o mesmo tipo de medicina.

Na verdade, inclusive para pensar essa questão da demanda global que você coloca, não é possível – e essa é a falta de legitimidade do G-20 – pensar numa crise econômica que pense a demanda global (*Falha na gravação.*) do modelo neoliberal baseado no consumo. Então, se não preparamos a agenda... A agenda climática está colocada nas Nações (*Falha na gravação.*) a agenda econômica (*Falha na gravação.*) está cada dia mais (*Falha na gravação.*) na pauta global, na pauta nacional. E temos que prestar muita atenção porque os conflitos da (*Falha na gravação.*) socioambiental vai crescer de uma maneira muito forte nos próximos anos no Brasil. Não podemos desligar uma agenda da outra. É impossível pensar um crescimento da demanda global no mesmo padrão de consumo quando estamos discutindo situações climáticas que queremos diminuir.

Então, uma agenda descolada da outra não funciona mais, como está acontecendo na Europa. Não dá para tomar (*Falha na gravação.*) Enfim, essa capitalização dos bancos, essa capitalização do Fundo Monetário Internacional são sérias limitações. É como você mesmo já se referiu: é melhor mesmo não usar. Muitos países não querem usar. Mas agora o Fun-

do Monetário Internacional e o Banco Mundial, outra vez, estão recriando dívidas externas das quais muitos países tinham se livrado – outros ainda não –, por exemplo, vemos um bilhão para os megaeventos no Rio de Janeiro, portados pelo Banco Mundial, quando, na verdade, teríamos que pensar em outras maneiras de encarar desafios.

Nesse caso, também temos outras críticas pelos modelos dos investimentos para esses megaeventos, que estão descolados de uma agenda ambiental e de uma agenda social mínima. Ou seja, esses investimentos estão sendo olhados simplesmente como negócios.

Também queria dizer que não estava a par que hoje estaria sendo feita uma reunião em Montevideu entre o Brasil, México e Argentina. A nossa pergunta é em torno dessa articulação. Nosso seminário está articulando movimentos sociais desses países da região, inclusive com pessoas de outros países da região que querem contribuir e discutir essa agenda do G-20, países que formam parte dele. Daí a ilegitimidade desse espaço.

Então, achamos extremamente importante esse diálogo entre os países da região, mas não só dos países que formam o G-20. O Brasil tem o papel de liderança na região e, na verdade, pensamos que existe uma tensão negativa entre essa importância da agência global versus uma agência regional que poderia ser muito mais potencializada para pensar em alternativas que juntem o tema do desenvolvimento socioambiental justo como forma de enfrentar a crise global que está chegando aos poucos, sobretudo por conta do comércio internacional, mas pelo tema de investimento, etc.

Nós, portanto, apostamos na integração e no processo regional como forma de criar um mercado regionalmente importante, como forma de pensar um modelo produtivo diferente.

Acabamos de voltar de um seminário em Lima, onde discutimos a soberania alimentar nacional a partir de um modelo produtivo que encadeia cadeias produtivas e alimentos que não estão pensados para mandar para China, mas para garantir a soberania alimentar e o mercado interno regional, basicamente. Então, temos urgência de pensar em outra ideia que não seja a de estarmos reabilitando o Fundo Monetário Internacional, ainda que entendamos as condições do âmbito da esfera global. Para isso, o Brasil teria que ter um papel extremamente audacioso mais forte, na interação regional, na criação do Banco do Sul, na perspectiva de uma banca de desenvolvimento de um novo tipo, na criação de uma moeda comum da América, que já está em discussão. Sabemos das dificuldades, até porque o Ministro Carlos Márcio Cozendey nos tem falado sobre isso, das dificuldades de fazer esse processo. Mas tudo

depende também do investimento político que se tenha e do interesse que se tenha nessas questões. Então, para nós a articulação e o papel do Brasil na região na discussão com os outros países do G-20, mas também com os outros países que estão no Unasul seria uma questão fundamental que requeremos e gostaríamos também que os Senadores se juntassem a nós para pensar nesse tema da integração regional, ver como alternativa, como forma de pensar as questões de solução mais de longo prazo, menos emergenciais, que pelo visto não está dando tão certo na reprodução da crise na Europa.

E finalmente, mencionar que a Rebrip vem há um tempo discutindo com o Ministério das Relações Exteriores, com o Governo brasileiro sobre a necessidade de criar canais e mecanismos mais permanentes de comunicação, tanto com o Senado e com o Governo e temos solicitado e discutido, há muito tempo, a criação do Conselho de Política Externa, um conselho onde a sociedade civil possa ter informações e essa política externa se torne uma coisa mais transparente, mas debatida. Temos tido muitas oportunidades e temos tido algumas facilidades, muitas vezes, para acompanhar discussões com a Alca, as discussões na OMC, mas achamos que institucionalizar isso, como uma política do Governo, como uma forma de criar mecanismos que permitam melhorar essa transparência é fundamental.

Finalmente, para não tomar mais tempo, gostaria de entregar ao Presidente da Mesa, Senador Rollemberg, um posicionamento da Rebrip sobre o tema da taxação das transações financeiras e um posicionamento que já entregamos ao Ministério das Relações Exteriores sobre a discussão da insegurança alimentar no âmbito da reunião dos ministros do G-20, onde nós reconhecemos alguns avanços da posição brasileira, entretanto queremos ressaltar nossa discussão muito focado sobre o tema das organizações sobretudo rurais, camponesas, um tema tão dramático para a humanidade como é a garantia de alimentos a um preço justo aos camponeses e para as populações urbanas. Por isso mesmo achamos que é importante que esse debate seja realizado na FAO, seja realizado no âmbito das Nações Unidas, no conjunto dos países do mundo que são afetados por essas decisões.

Temos outras cópias, se outros Senadores gostariam de receber, são declarações da Rebrip e outras conjunta da Rebrip e Rede Brasil.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Agradeço a Srª Graciela Rodrigues, representante o grupo Arquitetura Econômica Internacional. Quero registrar que os dois documentos recebidos serão encaminhados ao Presidente da Comissão

de Relações Exteriores do Senado, Senador Fernando Collor, e estão à disposição de todos os Senadores, membros da Comissão de Meio Ambiente e da Comissão de Relações Exteriores.

Vamos, agora, ouvir as intervenções. Consulto o Senador Sérgio Souza.

Senador Clésio. Com a palavra o Senador Clésio Andrade.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (PR – MG) – Sr. Presidente, queria parabenizá-lo por esta audiência pública de alto nível. Digo que consegui aprender muita coisa até pelo fato de eu estar muito recente no Senado. Em todos os contatos aqui, hoje foi de alto nível todas as informações que para mim chegaram.

Eu ia tentar fazer dois comentários: um, ligado mais à parte de meio ambiente, que talvez seja mais afeto a algumas colocações da Dr^a Iara, e outra, mais diretamente ao Dr. Carlos. No geral, pelo meu entendimento, no G-20 acontecem as discussões técnicas, depois vêm os chefes de estado. Na discussão técnica, tem o Ministro Mantega, com a área econômica. Nas outras áreas, é cada ministro ou tem um único que seria o responsável?

O SR. CARLOS MÁRCIO BICALHO COZENDEY – Os sistemas econômicos financeiros ficam ...

O SR. CLÉSIO ANDRADE (PR – MG) – ... com o Mantega; o meio ambiente com o Ministro do Meio Ambiente e assim...

O SR. CARLOS MÁRCIO BICALHO COZENDEY – Aí, digamos, o sherpa, que no caso é o Embaixador Valdemar Carneiro Leão, que é o chefe do Balduino, ele coordena o conjunto dos outros temas que possam aparecer. Então, dependendo de quanto esse tema evoluir... Este ano tivemos, por exemplo, reuniões de Ministro da Agricultura, reuniões de Ministro do Trabalho do G-20.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (PR – MG) – Então, a minha primeira proposta a todos vocês é de que precisamos trabalhar um pouco mais do que só regulamentação pública. Acho que o Brasil avançou tanto e a consciência das pessoas, dos empresários, das pessoas no dia a dia, na própria casa, as crianças falando em plantar árvores, a consciência está tão forte no caso do meio ambiente, no caso econômico, ou seja, valorizar o capital, valorizar o trabalho, valorizar todo esse processo, que acho que a iniciativa privada pode somar e muito nesse processo do G-20. E a gente percebe que esses movimentos acabam acontecendo muito em cima de um processo, em cima das nossas regulações que, sem dúvida, são das mais avançadas do mundo. Mas acho que o povo brasileiro em geral está fazendo muito mais do que isso. E são informações

e são propostas importantes que vocês podem levar como proposta de avanço do Brasil também.

A minha primeira colocação seria no sentido de que a própria comissão, Sr. Presidente, pudesse fazer esse debate com os diversos segmentos da sociedade, área de transporte, área de indústria e comércio, o que está se fazendo na área de meio ambiente, na área econômica, o que está desenvolvendo a mais do que a regulação, até para vocês terem o que levar e ter poder de negociação maior nessas movimentações. Essa seria a minha primeira proposta.

Faria por quê? Vamos pegar, por exemplo, a questão do meio ambiente. O nosso óleo *diesel* hoje, o que nós consumimos no País, é o pior do mundo em qualidade. Não sei se o Dr. Carlos sabe, a Petrobras lança um óleo *diesel* que, em cada um milhão de litros, lança 1.800 partículas de gases tóxicos, altamente tóxicos, que provoca rinite, amplia a doença, piora a qualidade do ar, piora toda a qualidade. Em todo o interior do País, todos os tratores, todos os caminhões que circulam, em todos os postos de gasolina é vendido óleo *diesel* com 1.800 ppm. Sabe quanto o maior do mundo tem hoje? Tem 50 ppm. Um dos países tem 50 ppm; no restante, 10 ppm, dez partículas por milhão. Isso depende de que? De uma decisão política. Simplesmente a Presidente ligar para o Sérgio Gabrielli e dizer: "Escuta, muda esse percentual de óleo *diesel* de vocês – seis meses; ele não precisa mais disso". Tem investimento? Tem.

A Petrobras tem que fazer investimento mesmo. Ela está aí para isso. Ela não pode continuar adoecendo o nosso povo. Esse é um ponto. Quer dizer, ouvindo a iniciativa privada, tomar essa iniciativa. Sem tem hoje o óleo *diesel* de 500 ppm que lançado na região metropolitana, esse é o de melhor qualidade, exatamente por causa do transporte urbano. E começou agora em duas cidades brasileiras 50 ppm. Ou seja, está longe ainda do que está no mundo todo, que são 10 ppm. Esse é um ponto importante que pode ser colocado e que o governo pode tomar uma decisão imediata e já levar como um avanço. Um avanço não é só aquilo que você faz melhor do que os outros, não; avanço é o que você deixa de poluir no seu país, não é isso? Entendo dessa forma. Se deixamos de poluir, aquilo foi um avanço para nós. É mais uma proposta que a gente leva, olhando pelo outro prisma do que nós estamos melhorando para o nosso povo.

Temos um projeto, por exemplo – o Senador Rollemberg sabe – no qual apresentamos comparações. Se a pessoa quer adquirir um carro de 50 cavalos, ou de 100 cavalos, ou de 200 cavalos, ele vai ter um comparativo, no registro do certificado ou na nota fiscal, na hora que ele compra, de quanto aquele carro polui.

Por quê? Na hora em que ele tiver o comparativo, ele pode optar pelo carro que polui muito. Aí, a indústria automobilística está reagindo porque somos contra. Mas, contra por quê? Estamos na era da informação, todo mundo sabe disso. Você abre a Internet e vai achar essa informação. Então, o que você vai fazer? Você vai gerar uma competição positiva.

São outros processos também, Dr^a Lara, que podemos trabalhar. Um projeto desse, aprovado, é de extrema importância e é mais um *rend cap* que o governo pode levar para o Grupo dos 20, como um avanço dentro da sociedade brasileira.

Outra coisa importante também. Um projeto simples que serve para o mundo inteiro. A CNT lançou um projeto que se chama “Caminhoneiro Amigo do Meio Ambiente”. Sabe por que esse projeto está começando agora? As queimadas brasileiras ocorrem ou provocadas ou por acidente. Vamos falar de acidentes nas rodovias. Um motorista de carro passa e joga o cigarro para fora. Uma pessoa, outra dia, disse: “Escuta, ele joga do lado contrário, ainda tem a outra pista”. Aí é que piora, porque na hora que ele joga o outro carro vem no sentido contrário, vai empurrando o cigarro e, com o vento no cigarro, ele vai se tornando mais combustível. Quando ele chega no mato seco, causa uma explosão. Grande parte das queimadas começa por aí.

Outra coisa. Se há uma pedra no asfalto, o pneu bate nela, ela cai numa outra pedra no mato seco e a fricção faz outra queimada começar. As maiores queimadas se iniciam na beirada da rodovia. E quem primeiro passa na rodovia em todo o Brasil, em qualquer lugar do Brasil? O caminhoneiro.

A CNT lançou hoje, em todos os programas de formação de caminhoneiro avançados, um curso que se chama Caminhoneiro Amigo do Meio Ambiente. Estamos explicando isso para ele, estamos orientando e estamos pedindo para ele fazer mais do que isso: pare no primeiro posto e diga que começou uma queimada ali no quilômetro tal.

O tempo de queimada no Brasil hoje é de mais de trinta horas. Nós podemos reduzir para uma hora, duas horas, três horas. Isso é uma coisa nova que a iniciativa privada está fazendo e o Brasil pode usar, levar como uma proposta para o mundo. Tem caminhoneiro no mundo inteiro e em todo lugar tem queimada. Essa é uma questão do meio ambiente.

Com relação à questão econômica, Dr. Carlos, eu queria parabenizar, porque eu acho que o Brasil tem muito que mostrar e está mostrando. O nosso sistema de regulação bancária é um sucesso, o sistema financeiro. O próprio processo de empréstimo, o percentual de empréstimo sobre os ativos, o que não aconteceu com os Estados Unidos. Eles emprestavam 150% do

ativo do banco e virou o que virou. Vocês têm controle. É uma coisa organizada. Vem desde o Proer.

Então nós temos muito o que mostrar, mas nós precisamos também aproveitar oportunidades. Por exemplo, quanto a viagem à China, do ponto de vista político, foi um sucesso a presença da Presidente Dilma. Ela própria é um sucesso, a forma, os posicionamentos que ela adotou. Agora, do ponto de vista econômico, eu estive lá há quinze dias, foi um desastre. A nossa visita à China foi um desastre econômico na visão empresarial, porque o que nós fizemos lá foi guerrear com eles sobre importação e exportação. Não adianta que a China não vai aceitar exportação nossa de produto acabado. Eles produzem muito mais barato. Então não podemos acreditar nessa história e nem acreditar também que há uma diferença grande no câmbio. Não.

Enquanto nós temos aqui 8 mil quilômetros de via expressa, eles têm 70 mil cortando o país inteiro. E olha que a China é só mais Minas Gerais, um pouco maior – Minas a mais que o Brasil é o tamanho da China. Eles têm 70 mil quilômetros e nós temos 8 mil. Repito: 70 mil quilômetros de vias expressas, 40 mil quilômetros de ferrovias de carga. E nós temos aqui 22 mil quilômetros de vias de cargas. Eles têm um sistema logístico extremamente avançado e de custo baixo. Os portos são extremamente evoluídos. Eles fazem uma transposição de carga em um quinto do tempo que o Brasil gasta.

E aí você entra em todo esse procedimento e pensa: como é que nós vai competir com um País como esse? Como vamos mandar produto acabado para eles? Nós vamos continuar exportando minério mesmo, produto agrícola. Eu acho que...

Nós chegamos lá com a área econômica toda falando em indústria, dizendo o seguinte: “Vocês estão exportando para o Brasil barato, quebrando o País e nós temos que exportar mais”. Eles não vão exportar o nosso produto.

Quanto à pressão que o mundo está fazendo sobre ele, eu vi isso lá agora, eles não estão nem aí. Não estão nem aí para isso.

Sabe o que eles fizeram agora, semana passada? Lançaram um programa de construção de 40 milhões de moradias em dois anos. O nosso programa Minha Casa Minha Vida é de 6 milhões. Aliás, dois milhões mais dois milhões.

Então o que vai acontecer nos próximos anos na linha deles? Fortalecer o mercado interno. Vão fortalecer em todas as áreas, e nós sabemos que a exportação nossa vai diminuir.

O que eles querem fazer para o mundo e o Brasil não aproveitou a situação? Eles querem o seguinte:

“Nós vamos exportar para lá uma parte, mas vamos levar uma indústria para lá”. Então nós dividimos: mandamos uma indústria, como já está querendo entrar e o Brasil não quer deixar. Eu assinei o protocolo da Dongfeng e o Brasil não quer deixar entrar, porque nenhuma indústria consegue chegar com 100% nacionalizado. Isso é impossível. Você tem que estabelecer gradativamente: importa os primeiros carros, depois você vai fazendo essa cadeia e aos poucos vai ampliando. E eles querem colocar dinheiro.

Eles esperavam que o Brasil fosse discutir isso, que vocês fossem discutir isso. Eles esperavam também que vocês fossem discutir investimento em infraestrutura. Sabe quanto eles estão dispostos a colocar no Brasil? Nós precisamos de US\$450 bilhões. E não tenho vergonha, não sei se a Câmara está...

Tem seis meses que eu tento falar com o Ministro Mantega para discutir com ele o que vai acontecer com o Brasil em relação a transporte. Como é que eu faço com os caminhoneiros? Como é que eu faço com os nossos transportadores? Vou deixar eles pararem as rodovias? Porque toda hora eu estou segurando isso aí no País inteiro. São 9 mil mortes acontecendo por ano. Só em Minas Gerais, 1,7 mil mortes. Nós temos que resolver essa questão. Nós não temos rodovias, não temos logística. O ministro Mantega não atende por quê? Porque ele sabe que eu vou discutir isso e não tem dinheiro.

Agora a China quer investir e nós não aproveitamos esse momento? Eu assinei um memorando lá agora, na CNT, e vou tornar público na hora em que for importante para vocês. Se vocês me receberem eu vou discuti-lo. Eles estão dispostos a colocar US\$300 bilhões em infraestrutura de transporte no País junto com as nossas empresas. Não são eles só, não. As construtoras deles junto com as nossas construtoras e com as nossas transportadoras para resolver problema de infraestrutura de transportes. Eles estão dispostos a colocar dez indústrias aqui. Então, há dificuldade de relação. Eu já assinei o protocolo. Depende de vocês quererem, o que vamos ter que fazer gradativamente.

Então, por isso que chamo de desastre econômico a viagem, porque a viagem não se preocupou com isso. Preocupou-se em saber o que a China pode dar para nós? “Não vamos guerriar com ela porque não adianta, não. Nós vamos perder tempo. Nós não competimos com eles”. Não há como competir. Nós temos que tirar proveito daquilo que eles querem nos oferecer, porque eles assinam da seguinte forma: se eu coloco a indústria Dongfeng no Brasil, eu vou nacionalizando-a aos poucos, mas, no início, eu continuo exportando. Na hora que eu nacionalizar 65%, que é a exigência máxima do Brasil, eu paraliso e continuo exportando

35%. Então, eles não vão simplesmente só exportar mais produtos acabados para nós; eles querem fazer essa troca conosco. Agora, é preciso o Governo entender esse processo e começar a discutir.

Um empresário simples como eu, que representa uma entidade como a CNT, transportadora, chega em três locais com 40 construtoras – nós nos reunimos –, com transportadoras. Eles nos apresentam os números deles. Eu assustei. Falei: “Não estou acreditando no que estou ouvindo”. Está assinado. Estou com o memorial assinado. Está à disposição. Na hora que vocês quiserem me atender.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Clésio Andrade.

Senadora Vanessa e, em seguida, Senador Sérgio Souza.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar os convidados, mas quero cumprimentar também o Senador Clésio. O Senador voltou da China e é óbvio, lógico, justo que fale muito, porque deve ter muito o que falar. Visitou aquele país, participou de uma série de reuniões, fez contatos importantes, e a China é algo que surpreende todos, afinal de contas, um bilhão e trezentas mil pessoas, com uma economia que já é quase a primeira do mundo.

Enfim, quero dizer que esta Comissão, Presidente, tem que continuar fazendo esses debates, que para nós são muito importantes. Mas fazer com que esses debates tenham reflexo vivo. Não tenho dúvida nenhuma de que a decisão cabe ao Poder Executivo, a decisão cabe aos organismos multilaterais, mas a opinião que a sociedade dá, a opinião que o Parlamento manifesta é muito importante e baliza muitas vezes essas tomadas de decisão.

Então, não há dúvida de que a política neloliberal faliu. Ela faliu. O padrão monetário internacional está falido. O G7, o G8 não tem mais por que existir. O dólar não é mais a moeda padrão. Então, o que temos que discutir é qual a saída, como sair e que novo ou que novos padrões poderemos adotar. O Ministro Guido Mantega defende e lembrava ao Senador Clésio uma cesta de moedas que substitua esse padrão dólar, porque é muito fácil fabricar moeda, e os Estados Unidos não estão fazendo isso.

Isso tudo faz com que essas novas configurações – acho que a Dr^a Lara tratou bem desse assunto – são organizações não formais, paralelas, mas que tem peso e que conjuntamente assumem posições nos debates para que se tomem decisões.

Falou-se aqui do Basic – África do Sul, China, Índia, enfim –, depois vêm os Brics, enfim, o Grupo

dos 77, mais a China, nessa parte do meio ambiente, além dos Basics.

São essas as manifestações paralelas para se contrapor quem detém um poder extremo nesses organismos e que na prática, na economia e na vida do mundo, não detém mais.

Então, acho que esses debates são muito importantes para que a gente possa também tratar dessa matéria.

Eu só gostaria de levantar aqui um aspecto, porque estamos diante dos dois lados de uma mesma moeda. De um lado, inúmeras decisões que vêm sendo tomadas. Basta apenas serem aplicadas e sua formatação ser concluída no sentido de o mundo contribuir para o desenvolvimento – os países mais ricos do mundo, mais desenvolvidos – e para a melhoria da qualidade de vida daqueles que vivem em situação mais empobrecida.

As notícias que nos chegam da fome no mundo, sobretudo em países da Europa, é algo assustador. Isso faz com que forças internacionais sejam mobilizadas para resolver essa questão. A mesma coisa o meio ambiente. É preciso dos países que são os grandes responsáveis pelo aquecimento global. Por que qual é o país que mais emite gases tóxicos no Planeta? Os Estados Unidos, que sequer assinaram o Protocolo de Kyoto. Então, qual é a contribuição?

Porque não adianta exigir de nós, dos brasileiros, que preservemos a Amazônia, que mantenhamos a Amazônia intacta, se nós sequer conseguimos o nosso desenvolvimento ainda, se nós estamos tentando tirar uma parcela da população da linha absoluta de pobreza, de miséria absoluta. Então, não adianta exigir de nós. Isso é um esforço global, porque, afinal de contas, o bioma amazônico não serve apenas para equilibrar o regime de chuvas internamente não, mas no Planeta. Isso está comprovado já. Então, esses esforços internacionais estão ocorrendo. Criaram, acho que na conferência de Cancun – havia uma grande expectativa em relação à de Copenhague, mas ficou para a de Cancun – o Fundo Verde, o fundo internacional que, até 2020, deverá chegar a US\$100 bilhões.

Mas agora eles estão dando um passo para trás, Senador Rodrigo. Já a discussão que se tem agora... E na reunião recente para a preparação da COP-17, que vai ser na África, na última reunião preparatória, no Panamá, o resultado foi terrível, um retrocesso profundo. Isso mostra que os países capitalistas não estão preocupados com o ambiente no mundo, não estão preocupados com direitos humanos, porque bastou uma crise deles para dizerem que não têm mais dinheiro para ajudar. Eles têm que entender que não se trata de dinheiro para ajudar os outros, mas

de dinheiro para ajudar o mundo a ficar equilibrado e habitável para todos.

Então, acho que essa é a boa hora não só de fortalecermos o G-20, do Brasil. O Brasil tem tido principalmente uma posição muito mais de vanguarda do que teve no passado. Isso é importante, acho que precisamos destacar isso. Precisa mais? Precisa. Mas o que temos hoje é muito maior do que no passado, em que éramos alinhados... Não vamos esquecer isso, não dá para passar a borracha. O Brasil era um país alinhado aos Estados Unidos. Nós não somos mais. Nós não falamos mais em Alca, agora nós falamos em Mercosul.

Estou concluindo, Presidente.

O Mercosul tem muito o que adiantar.

E quero registrar um trabalho de um economista, que li e que acho fantástico, que diz que somos sétima economia do mundo, avançamos, mas somos a primeira em termos de biodiversidade. Temos aqui uma Amazônia brasileira, mas temos uma Amazônia global, com outros países, temos um Mercosul. Então, é hora de nos juntarmos não apenas economicamente, mas pensando em futuro. E pensar em futuro é investir, Senador Rodrigo, em inovação. Temos que investir em inovação.

Li um artigo muito interessante de um economista chamado Cláudio Frischtak – acho que é este seu nome – que tem se empenhado muito nesse tema, que, aliás, tem sido caro para nós todos, principalmente da região amazônica: é preciso investir. É o que o Senador disse: não adianta que economicamente vamos concorrer em todos os segmentos com países como a China, mas há segmentos em que somos melhores do que a China, e é para aí que temos de olhar. O resultado não virá amanhã, mas virá daqui a cinco, daqui a dez, quinze ou vinte anos. Acho que é isso que precisamos fazer, não só em termos de Brasil, mas em termos de bloco mundial, a começar pelo Mercosul.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin.

Com a palavra o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente.

Primeiro, quero parabenizar os autores desse requerimento para debatermos isso tanto na Comissão de Meio Ambiente quanto na Comissão de Relações Exteriores.

Vejo, pelos posicionamentos de todos os que vieram aqui colocar sua experiência e suas posições em relação ao G-20, como o Senador Clésio e a Senadora Vanessa, como isso engrandece esta Casa, como isso

engrandece o Senado Federal. Aqui nós temos parlamentares que estão diretamente envolvidos com o desenvolvimento do nosso País e preocupados com isso.

Tenho aqui algumas colocações dentro desse tema específico.

Acompanhamos, recentemente, Carlos, a questão da taxação dos veículos, que não são montados ou que não tenham uma quantidade de peças nacionais, produzidas aqui no País. Eu entendi isso muito como uma proteção do mercado interno, do emprego e da renda do cidadão brasileiro, e isso vai um pouco ao encontro do que a Senadora Vanessa e o Senador Clésio disseram, num momento em que nós temos que cuidar do nosso País e cuidar do nosso potencial, que é aquilo que o Senador Clésio disse da China, que está muito preocupada com o mercado interno, muito mais do que com o mercado externo. Então, ela não está preocupada em importar, mas em exportar. Eu sou muito crítico em relação a isso. Acho que nós estamos mandando muitas *commodities* para a China e estamos trazendo muitos produtos acabados, inclusive com as nossas *commodities*, principalmente minérios. Nós levamos muito à China e trazemos o aço pronto para utilização até mesmo no nosso pré-sal que é uma coisa extremamente nossa.

Eu visitei recentemente um hospital referência no tratamento do câncer no meu Estado do Paraná, o Erasto Gaertner, e vi que lá eles fabricam algumas peças e me mostraram que algumas delas são feitas de titânio, que são condutores diretos com o sistema sanguíneo para aplicação de remédios e assim por diante. E da onde vem o titânio? Da China, porque ele é infinitamente mais barato.

Mas por que ele é mais barato na China, se o minério, às vezes, sai aqui do Brasil e de outros países e não da própria China? Porque a mão de obra lá é mais barata, porque eles são um pouco mais ágeis do que nós. Por que a mão de obra é mais barata? Porque lá eles não pagam os mesmos encargos sociais, Senador Rodrigo, que nós pagamos aqui. Lá eles não tem o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, que nós temos aqui. Lá talvez a carga tributária não seja do tamanho que é no Brasil. Lá talvez a qualidade de vida não seja como é no Brasil. Pergunte se um assalariado na China ou na Índia ganham os seus US\$300 como ganha um brasileiro aqui como salário mínimo. E nem sempre o brasileiro ganha somente o salário mínimo. Ele ganha muito mais do que isso. E as brigas de classe são nesse sentido.

Então, situações como essa eu acho que nós temos que olhar um pouco mais. Se for nas mesmas condições realmente, eu não me importo de forma alguma de ser taxação zero, inclusive para importação

e exportação. De maneira alguma! Mas nas mesmas condições. Agora, não podemos privilegiar uma indústria chinesa, por exemplo, que tem subempregos e que explora o ser humano em detrimento do brasileiro, em detrimento do nosso trabalhador aqui.

Eu aplaudo a iniciativa do Governo Federal se foi realmente nesses termos. Lógico que nós temos também alguns problemas aqui no Mercosul com relação a isso, mas não é o caso de tratarmos neste momento. Eu percebi também que o Brasil vem se tornando referência mundial nos últimos tempos em relação a ser potência ambiental. Eu acho que nenhum país tem a diversidade ambiental que tem o Brasil. Nós temos a questão do pré-sal e nos tornamos uma potência em petróleo. E como é que o mundo está vendo isso? Como é que o G-20 está vendo esse novo momento do Brasil de ser uma potência em petróleo. Além de ser autossuficiente, ele também vai passar a fornecer muito.

Eu consigo perceber que o Brasil, daqui a pouco, vai virar um país como se fosse um país do Oriente Médio que vive lá, se tornou extremamente rico somente com a riqueza do petróleo. Imaginem nós que somos uma potência ambiental, uma potência agrícola, um país onde existe um comércio e uma indústria extremamente organizada e com investimentos fortíssimos nessas áreas e, agora também, em petróleo!

Dentro dessa questão do clima, Graciela, eu tenho percebido e, inclusive, presido a Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas aqui do Congresso, e temos discutido bastante essa questão do clima e das mudanças climáticas. Mas o que eu percebo é que os países em desenvolvimento, aqueles que estão fora do G-8, com exceção da Rússia, eles normalmente não são signatários dos acordos para redução de gases nocivos na atmosfera. Há uma briga entre China e Estados Unidos para ver quem emite menos. Um diz que emite menos porque tem que se contar *per capita*. Então, lógico que, ser for assim, os Estados Unidos emite muito mais, *per capita*. E mesmo o Japão, que é um país pequeninho, emite gases nocivos muito mais do que o Brasil ou outros países em desenvolvimento. Por que esses países, principalmente Estados Unidos, China, as grandes potências mundiais não assinam protocolos de redução? Por que isso paralisaria sua indústria? Por que teriam de recompor sua indústria? Como isso deveria ser feito?

E como última intervenção, hoje eu recebi no meu gabinete uma entidade que representa os produtores de erva-mate, um produto genuinamente brasileiro. Um pouquinho da Argentina, mas genuinamente brasileiro. E a intenção desses produtores é que seja dado o mesmo tratamento que está sendo oferecido aos produtores de café, porque querem tornar a erva-

-mate um pouco do que foi a marula na África do Sul, aproveitando esse momento quando vem a Copa, em 2016, e as Olimpíadas, em 2014, para difundi-la.

Então, como é, no mercado internacional, a aceitação de produtos brasileiros no momento em que vemos que há um subsídio agrícola forte, principalmente na Europa, aos seus produtos, e há um bloqueio para produtos nacionais?

Nós estamos agora tratando, aqui no Senado Federal, do novo Código Florestal, da reforma do Código Florestal. Inclusive, tramita pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle essa pauta. Mas por que estamos tratando, nesse momento? Porque os europeus, principalmente, que são subsidiados na sua produção agrícola, encontraram uma lacuna na nossa legislação para embargar os produtos brasileiros e dizer que não cumprem a norma ambiental, a nossa própria legislação ambiental e não deveriam entrar no mercado europeu ou concorrer com os produtores de lá.

Então, estamos adequando a nossa legislação ambiental para que seja passível e possível de ser cumprida. Aí, tem que haver o equilíbrio entre produção e conservação do meio ambiente. Nós precisamos realmente encontrar esse equilíbrio e então indago a V. Ex^{as}.

Eu vi agora, recentemente, que se não me engano o Japão quer recorrer à OMC com relação aos veículos. E quais as ações que o Brasil tem feito com relação aos subsídios agrícolas pelos europeus?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Sérgio Souza.

Antes de passar a palavra para os nossos convidados, para que possam fazer suas observações em relação aos questionamentos e às colocações dos Senadores e suas considerações finais, quero agradecer a presença e registrar a importância de um debate como esse. E que esse tema volte a ocupar a agenda do Senado, do Congresso Nacional, nas diversas comissões, pela relevância que tem.

Muitas vezes temas da agenda internacional, como esse encontro do G-20, passam muito longe. Como são temas complexos, tendem a ficar distantes do debate do conjunto da população. E deve ser papel dessas comissões do Senado trazer esse debate para o Congresso Nacional, democratizar e popularizar esse debate, pelas consequências que as decisões tomadas por esse grupo de vinte países representa para o conjunto da humanidade. Nesse sentido, eu quero agradecer e fico muito satisfeito por ter propiciado esse debate sobre o G-20.

Eu gostaria de fazer dois questionamentos aqui, especialmente aos representantes do Governo. Foi dito que estaria havendo hoje, salvo engano em Montevideu, uma reunião entre Brasil, México e Argentina, que são os representantes da América Latina no G-20. E a imprensa noticiou, nos últimos dias, que esses países devem levar uma posição conjunta com relação à reunião a ser realizada em Cannes, nos próximos dias, no início de novembro. Eu gostaria de saber quais são as posições comuns que esses países levarão ao G-20?

A outra questão é que o Brasil vai sediar, no ano que vem, uma conferência da maior importância: a Rio+20. Sediamos, há 20 anos, a Rio-92, uma conferência que teve uma participação muito expressiva de chefes de Estado de vários países do mundo e que produziu resultados significativos, na ocasião, como a convenção sobre o clima, a convenção sobre desertificação e a convenção sobre biodiversidade, além da Agenda 21, a agenda do desenvolvimento sustentável.

No entanto, muito daquela agenda, digamos, do desenvolvimento sustentável não foi cumprido. Ficou muito aquém das expectativas. Uma grande dificuldade que temos nesses fóruns internacionais é que não há qualquer tipo de punição em relação ao não cumprimento das metas e dos acordos estabelecidos naquela ocasião.

Pergunto como a participação expressiva do G-20, especialmente dos chefes de Estado e de Governo do G-20, pode assegurar o sucesso da Rio+20, se esse tema vem sendo abordado nas reuniões do G-20 e se há um compromisso de participação efetiva dos chefes de Governo e de Estado desses 20 países na Rio+20. Eu digo isso porque, como o tema da Rio+20 é economia verde e os instrumentos de governança global para implementar uma agenda de economia verde... Ou seja, nós estamos falando de desenvolvimento, nós estamos falando de desenvolvimento sustentável, e, portanto, os próprios ministros das finanças desses países que participam do G-20 têm tudo a ver com a construção de uma agenda de desenvolvimento sustentável, de uma agenda de economia verde. Mas gostaria de saber um pouco da expectativa que o Governo brasileiro tem da participação desses 20 países na Rio+20, reafirmando a necessidade de ampliarmos este debate até em função do protagonismo cada vez maior que o Brasil vem assumindo no cenário internacional.

É muito importante que a posição brasileira seja difundida, seja discutida e que a sociedade civil, por meio da representação política do Congresso Nacional – Câmara e Senado – e das suas instituições diretamente, possa participar, colaborar com esse debate e contribuir com as posições brasileiras apresentadas em fóruns internacionais.

Portanto, eram essas as questões que eu gostaria de colocar. E vou repassar a palavra aos nossos convidados na mesma ordem de inscrição inicial, ouvindo a Sr^a Iara Pietrokovsky, da Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais.

A SR^a IARA PIETROKOVSKY – Obrigada pela intervenção dos Senadores e pelas questões levantadas. Acredito que são todas elas bastante complexas, que demandariam, por si só, um debate e um aprofundamento, porque estamos falando de políticas, de política industrial, de política ambiental, de política agrária e, como disse a companheira Rosane, de outro sistema tributário progressivo e não regressivo, como o que a gente tem hoje, em que quem ganha mais paga menos ou não paga. E a política de saúde do Brasil é constituída por aqueles pobres e assalariados efetivamente. É o que faz o bolo da política social hoje. Então, todas essas contradições que estão aí colocadas e que os Senadores apontaram refletem nas desigualdades, nas desestruturas que o próprio Brasil enfrenta e tem.

Para a gente, sociedade civil, em especial a Rede que represento aqui, esses temas relacionados... Inclusive, a argumentação do Ministro Cozendey a respeito da proposta do Brasil de reforma dessas instituições financeiras multilaterais, na verdade, nós temos uma visão de que essas reformas não alteraram o sistema de poder dessas instituições. De fato, quem detém o poder do capital dentro dessas instituições, a maioria dos votos, é que define a política dessas instituições, assim como o G-20. Quem define essa agenda são os países ricos. Vemos muito mais na estratégia... É claro que o Brasil tem um protagonismo, que a gente reconhece. É claro que o Brasil tinha que estar nesses espaços internacionais, só que também o Brasil corre um grande risco de ser capturado por essa agenda. Se você pensar que é um debate agora que o Ministro Patriota colocou na agenda, por exemplo, os jornais têm falado muito sobre isso. Se você vai numa negociação comercial – e eu tive oportunidade de acompanhar as negociações da OMC com o crachá de missão brasileira, que foi já parte da abertura que o Governo brasileiro deu às Organizações não Governamentais e movimentos sociais a esses debates – você vê que os Estados Unidos e a Europa entram com departamentos inteiros na negociação e os países em desenvolvimento não conseguem acompanhar esse debate tecnicamente. Esse é uma das questões que passam pelo G-20.

Eu acho que o Brasil acertou na estratégia de ocupar espaços, fortalecer relação Sul-Sul, mas agora que está nesses espaços, cadê o corpo pensante, intelectual, cadê o corpo de setores da sociedade que estão produzindo posição para ser apresentada no

âmbito internacional e nacional? Essa, para mim, é uma questão que não está resolvida, é um problema de fato. Você entra em disputas de formas muito desiguais. Eu acho que a gente tem que enfrentar isso em todos os sentidos, em todos os níveis da negociação e das agendas que estão colocadas.

Eu acho que o tema que a gente vai enfrentar, essa conexão entre o G-20 e a Rio+20, a gente da Rede Brasil não reconhece o G-20 como espaço legítimo. Tudo bem, os países podem se unir, mas aquele espaço não é o espaço que deva estar deliberando sobre a agenda mundial. De fato, é o que eu digo. Eu disse no começo: “Muito bem, os países têm direito de se configurarem tradicionalmente, há décadas, nos seus interesses.” O problema é quando esse interesse está concentrado e ele tem poder de definição das políticas do mundo inteiro e sem enfrentar a questão das crises que as minhas companheiras Graciela, Rosane muito propriamente levantaram aqui. Nós estamos num ponto de inflexão da nossa trajetória histórica mundial, na nossa trajetória humana neste planeta que é fundamental. Ou a gente enfrenta – e enfrenta com inteligência, com sabedoria e com amor, ou a gente realmente vai se ver em situações cada vez mais dramáticas, como foram apresentadas pela Graciela.

O tema economia verde. A gente rejeita o conceito economia verde. Economia verde é um conceito que precisa ser melhor trabalhado. O que significa? O que está por trás dele? Tenho acompanhado as Nações Unidas, o debate no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Sustentável, nem lá dentro existe consenso. A Cepal acabou de ter uma reunião dos países latino-americanos sobre o tema governança e economia verde e esse conceito foi rejeitado. O documento final – que é um documento fraco, mas indicativo do nível do debate – não fala em economia verde. Ou seja, não é um conceito que a gente deveria estar perseguindo e adotando nos nossos documentos de posição.

E, por fim, a questão da governança. Quando a gente fala de G-20, a gente está falando em governança do mundo, em definições. Então, acho que o Brasil tem uma experiência, desde a sua Constituição de 1988, de processos participativos, de conselhos deliberativos, de conferências que deveriam ser aproveitadas, mais institucionalizadas e mais incorporadas pelos agentes do Poder Executivo, do Estado brasileiro. Assim como nós da sociedade levantamos essa bandeira, também deveria ser levantada por esses espaços que compõem a sociedade brasileira. Porque, construir o novo implica participação de todos e todas. Construir a democracia... Essa democracia que a gente tem hoje foi um avanço para quem viveu a ditadura? Foi um avanço. Entretanto, ela ainda está aquém do que deveria ser

como processo democrático. Nós estamos em processo, nós, a democracia clássica, baseada nos três Poderes é importante? É. O sistema republicano é importante? É, só que ele não dá conta de responder as demandas e a complexidade do mundo moderno. Os temas da desigualdade de gêneros, os temas da desigualdade racial. Nós somos um País racista, homofóbico. Nós temos problemas internos de todos os níveis. Ou a gente enfrenta isso no conjunto da sociedade... E o Parlamento tem um papel fundamental, estar fora do debate G-20 para o Parlamento... Você pensa. O G-20 está se encontrando desde 99. Com a crise de 2008, os presidentes passam a assumir um papel importante. Agora, pensa. O Parlamento brasileiro nunca se pronunciou sobre o tema. Então, pense na sociedade brasileira, o desnivelamento que existe entre o que está acontecendo, as decisões que estão sendo tomadas sobre as nossas vidas, a realidade concreta e objetiva das populações e as crises permanentes com as quais a gente tem que lidar: desemprego, violência, centros urbanos completamente exauridos. Aí vem Copa do Mundo, Olimpíadas, toda uma produção de grandes negócios pela qual as populações são despejadas dos ambientes em que viveram durante décadas.

O que a gente faz com isso, nós, sociedade brasileira, Senadores, Deputados, setores organizados da sociedade brasileira, movimentos sociais, setor industrial, setores privados? O que fazemos?

Nós queremos uma sociedade melhor para todos, nós queremos uma sociedade digna para todos e todas, não pode ser só para poucos, e nós, 99%, completamente fora desse cenário, desse mapa. Eu acho que essa é a briga que nós, sociedade civil, queremos trazer ao Parlamento e provocar, sim, um debate sincero e honesto sobre que país nós queremos e que Planeta nós queremos para as futuras gerações. Eu só avó de um netos maravilhoso e gostaria muito que ele tivesse uma vida linda, assim como tenho certeza de que querem os nossos filhos e netos. Está no desejo de cada um de nós construir sociedades e mundos melhores, de mais qualidade para todos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Iara Pietrocovsky.

Passo agora a palavra ao Ministro Carlos Márcio Bicalho Cozendey, Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, que nos informou no início desta audiência que teria que sair por volta de 11 horas, em função de um compromisso oficial.

O SR. CARLOS MÁRCIO BICALHO COZENDEY – Muito obrigado.

Vou procurar responder rapidamente aos vários pontos, não deixar nada sem resposta, começando

pelo ponto que o senhor levantou sobre a questão do cumprimento dos compromissos

Como mencionei no início, o G-20 é um fórum informal, ele não toma decisões vinculantes. Tratados não são negociados no G-20 em si. Ele é um grupo informal onde decisões políticas são tomadas no nível dos presidentes, primeiros-ministros e chefes de governo. E, obviamente, no momento em que essas decisões são tomadas, as burocracias desses países procuram levar esses temas aos diferentes organismos que, nos seus processos decisórios, dentro da sua legitimidade, tomarão essas decisões.

Então qualquer análise do G-20 tem que ser feita à luz da realidade das relações internacionais.

A realidade das relações internacionais é que os países são soberanos, não existe nenhum superestado, não existe nenhum Estado que obrigue o outro a fazer qualquer coisa, a não ser no caso de guerras, ocupações ou situações mais extremas.

Nesse sentido, o G-20, a rigor, não tem como obrigar os outros Estados a realizar nada do que ele decide. Esses Estados o farão se o que for decidido for suficientemente convincente, se houver um acordo ou se esses países do G-20, como é o caso das organizações financeiras internacionais, tiverem poder dentro do processo decisório dessas organizações para fazer essas decisões prevalecerem. Mas nós não temos, digamos, mecanismos que obriguem os países a cumprir essas decisões.

Nesse cenário, a gente tem que estar muito atento ao tipo do fórum e à composição.

Quanto às discussões sobre meio ambiente e clima que já ocorreram no G-20 ou que já ocorreram de alguma forma, há um papel, há uma contribuição que o G-20 pode dar, mas nós temos que ter cuidado, como falei no início, para que o G-20 não sequestre a discussão que existe hoje no fórum das Nações Unidas com todos os países, etc., até porque a composição do G-20 nesse assunto não é necessariamente favorável, porque o G-20 são os países europeus. Uma grande maioria dos que se sentam na reunião do G-20, às vezes você ouve cinco, seis vezes a mesma posição, porque fala a França, a Alemanha, a Itália, a Espanha, o Reino Unido, a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e a Presidência da União Europeia. Então você ouve a mesma opinião, quando eles estão coordenados, várias vezes. Muitas vezes o próprio G-7, Estados Unidos, Canadá, tem a mesma posição.

Então, dependendo do tema, faz sentido ou não levá-lo ao G-20.

Quanto à questão da Rio+20, como eu mencionei, o Ministro Mantega levantou esse assunto no G-20, e nessa ocasião mais para a informação dos outros

Ministros e para pedir que eles se mobilizassem para comparecer. Não houve uma discussão do tema Rio+20. É claro que economia verde no marco da erradicação da pobreza e do desenvolvimento sustentável – esse é o nome completo do tema que vai ser discutido na Rio+20 – tem relação com a questão dos Ministros de Economia e Finanças. Vamos ver que tipos de eventos podemos organizar junto com a Rio+20 que tenham um foco mais nessa direção, mas isso não faz necessariamente do G-20 em si um fórum para negociação do que vai ser discutido nesse sentido.

Pegando vários pontos rapidamente, a questão de que o G-20 está propondo e como são tratadas as questões dos direitos sociais. Veja, se você olhar o que deve sair como plano de ação nessa coordenação macroeconômica que mencionei no início, entre outros temas estão mencionados ali o incentivo para que a China, por exemplo, volte o seu desenvolvimento para um desenvolvimento mais baseado no mercado doméstico e também, na parte de reformas estruturais, que desenvolva, por exemplo, sistemas de seguridade social para a sua população, porque isso seria uma forma delas terem que não poupar individualmente tanto e poderem, então, ter outro tipo de desenvolvimento.

O G-20 acordou e resolveu defender os direitos sociais. Está dentro do contexto da coordenação macroeconômica. A China fará isso ou não fará. Fará se entender que é seu interesse próprio, porque o G-20 não tem como obrigá-la a fazer. Mas, é claro que é um fórum onde nós estaremos dizendo para a China: “China, não é possível você viver com salários baixos e de exportação para o resto do mundo, você tem que também melhorar a situação dos seus trabalhadores para que eles também contribuam para o crescimento global”. “Não, mas vai fazê-los consumir e vão consumir querendo ser americanos e o planeta não vai aguentar.” Então, vai ter que se discutir que tipo de consumo nós estamos falando que esses trabalhadores poderão ter ou não. É claro que as discussões estão articuladas, mas não é porque tudo tem a ver com tudo que a gente tem que discutir tudo ao mesmo tempo em todo o lugar. Então, há clareza a esse respeito.

Taxa sobre transações financeiras é um tema que foi levantado pelo Presidente Sarkozy no início do ano; não foi incluído nos grupos de trabalho pela presidência francesa, ressurgiu agora no final por caminhos tortos. Como a gente sabe, esse tema tem sido discutido como forma de financiamento inovador para desenvolvimento ou para clima. Dependendo do grupo que discuti, quer puxar os resultados dessa taxa para o seu lado; ela voltou agora por motivos tortos, na medida em que França e Alemanha resolveram propor uma taxa financeira na União Europeia para financiar

orçamento, para financiar déficits orçamentários e não para financiar, necessariamente, cooperação internacional nem mudanças climáticas, mas para financiar problemas que eles têm com os bancos. Portanto, o que eles estão propondo na verdade é um IOF, uma coisa que o Brasil já tem, de certa maneira, mas com um caráter um pouco mais arrecadatário, mas a base de taxa seria a mesma. Como eles são grandes centros financeiros, eles disseram: não, peraí. Se eu vou botar aqui o meu centro financeiro, eu quero que todo mundo coloque na competição global para que as condições fiquem iguais. Então, a discussão ressurgiu de maneira um pouco distorcida; a posição do Brasil foi dizer que aceita discutir, mas não com base na proposta da União Europeia, a gente aceita discutir de uma maneira mais ampla. Não é um assunto simples, como vocês viram aqui você tem questões sobre como se taxa, o que taxa, para que taxa e para onde vai o recurso, como é a governança disso, mas tem várias formulações possíveis. Não tenho ideia de qual vai ser o resultado final da reunião de Cannes porque houve reações contrárias muito fortes de vários países durante a reunião.

Paraísos fiscais não foi um tema abandonado, é um tema que tem continuado. É claro que em termos de transmissão de comunicação muita coisa no G-20 vai sendo trabalhada, como eu falei, muitas vezes não é no próprio G-20. Esse tema é trabalhado numa série de fóruns internacionais de cooperação de combate à lavagem de dinheiro, combate ao financiamento do terrorismo e é também no fórum de troca de informações fiscais, onde se discute esse assunto.

Então, o que aconteceu? O fórum de troca de informações fiscais, que é um fórum criado pela OCDE, ele se ampliou. Hoje, a composição dele tem cerca de 90, portanto, vai muito além da composição da OCDE; tem avançado na realização de acordos entre os países, para permitir troca de informações e recuperação de ativos. Existe uma convenção multilateral que também está se expandindo, o Brasil deve assinar essa convenção multilateral em Cannes. Portanto, é um assunto que, sim, tem produzido, tem havido mudanças efetivas de legislação de alguns paraísos fiscais. Enfim, é difícil classificar esse é paraíso, esse não é paraíso, porque tem muitas nuances. Mas, digamos, os países que tradicionalmente têm segredo bancário etc., têm sido levados a serem mais cooperativos e a aprovar legislações internas que permitam não somente a troca de informações, mas, também, a devolução de recursos indevidamente depositados nas suas jurisdições. Então, esse assunto, sim, tem avançado.

Mesmos remédios para a nova crise. Não, acho que não são os mesmos remédios, até porque não é a

mesma crise, ou é a mesma crise, mas é outro aspecto da mesma crise. Portanto, você teve inicialmente uma questão sobre o sistema bancário e, aí, na posição do Brasil, o que temos criticado é que alguns países resolveram o problema de endividamento dos bancos, mas não resolveram o das famílias e, por isso, há um crescimento lento e um problema de demanda. Hoje, a questão está muito concentrada na questão de dívida soberana, portanto, com necessidade de outros remédios. É um debate muito mais próximo do nosso próprio debate no fim dos anos 80, início dos anos 90, como resolver a questão da dívida externa em países como a Grécia. E é nesse sentido que as organizações internacionais têm um papel, no caso, complementar ao europeu, porque os próprios europeus têm recursos amplos para tentar resolver esse problema. Mas é preciso que as organizações internacionais também estejam preparadas.

A relação entre os organismos internacionais e os regionais não é de oposição, ou de você botar dinheiro em um e não botar em outro, fazer em um e não fazer no outro. Ao contrário. Se eu não fizer o FMI funcionar e a estabilidade internacional funcionar, eu vou ter que usar as minhas reservas. Se tiver que usar as minhas reservas, eu não vou ter as minhas reservas para tentar desenvolver um mecanismo regional de estabilidade financeira, que é a discussão existente hoje na região de returbinar, digamos assim, o Flar (Fundo Latino-Americano de Reservas) como instrumento regional de estabilidade.

Alguns Senadores mencionaram questões que levarei ao Ministro da Fazenda.

São esses os principais temas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Ministro Carlos Márcio Bicalho Cozendey, Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda.

Passo agora, a pedido, a palavra à Sr^a Rosana Bertotti, representante da Rede Brasileira pela Integração dos Povos.

A SR^a ROSANA BERTOTTI – Obrigada, Senador. Obrigada também por poder antecipar. Tenho uma audiência agora às 11 horas com o Ministro Paulo Bernardo, um tema bastante importante para garantir liberdade de expressão, porque a comunicação também tem um papel importante no País, para que todos os brasileiros e as brasileiras possam inclusive saber do debate que estamos propiciando nesta Casa, como outros debates tão importantes para o País.

Objetivamente, como é minha característica, na fala que me antecedeu o Ministro, ele falou que, na próxima reunião, na reunião do G-20, virá um pacote do sistema europeu onde vai apontar alguns avan-

ços ou não. Ou seja, um pacote de quais seriam as ações que seriam referendadas no que diz respeito à questão da crise, quais as políticas que poderiam ser adotadas na crise.

Mesmo não estando aqui para ouvir a resposta, depois, eu gostaria de entender quais os mecanismos que estão postos nesse pacote, como está o diálogo do governo brasileiro nesse sentido, a partir das experiências, inclusive, desenvolvidas no Brasil, do fortalecimento do mercado interno, da questão da ampliação e garantia do emprego e a contrapartida social, como isso está posto e como podemos, a partir da experiência no Brasil, continuar fazendo esse debate.

A outra questão importante, trazida pela Senadora Vanessa, de reafirmar que estamos em outro patamar, reconhecemos que estamos em outro patamar. Inclusive, a posição da Presidente Dilma, na última reunião das Nações Unidas, referendando questões que para o Brasil são importantes, como a questão da defesa do Estado da Palestina, da democracia. Reconhecemos que estamos em um avanço. Agora, no que diz respeito a essa questão, a questão da Glúcia, que apresentou aqui a questão do Conselho, se nós temos a reunião do G-20, quais os mecanismos concretos que este Governo pode apostar, reuniões por exemplo. É possível o Ministério das Relações Exteriores apontar, antes da reunião do G-20, mecanismos concretos de reuniões com a sociedade civil que está representada nesta Casa, ou além dessa representação, porque aqui está uma parte? Qual o mecanismo concreto que podemos apontar? Isso porque o diálogo é importante.

Esta reunião é fundamental. Nós estamos falando aqui e estávamos vendo que, inclusive, em determinados momentos, estamos sendo assistidos pela TV Senado. Agora, além do debate, nós precisamos sair daqui com alguns mecanismos concretos. Então é possível nós apontarmos daqui algumas reuniões mais concretas onde sociedade civil, Governo e Parlamento discutam questões que serão apontadas na reunião do G-20. É possível, a partir da vanguarda do Brasil, a gente continuar fazendo essa relação do Mercosul, da integração do Mercosul inclusive com a sociedade civil e esses governos? Então eu acho que essas são questões concretas que a gente pode apontar.

A outra questão a companhia também trouxe para nós aqui. É que na Comissão de Finanças e Tributação do Congresso foi aprovado por unanimidade um requerimento ao Ministro da Fazenda reafirmando a importância da taxaação financeira. Então reafirmamos novamente que essa questão já está em debate, já está em curso e a gente precisa ter posições claras, apontar para a questão dos avanços na negociação.

No mais, que a gente continue num processo de democracia nesta Casa, fazendo um debate.

A gente entendia que temas de tanta complexidade como as questões internacionais não tinham a ver com a vida do dia a dia do brasileiro e da brasileira. Hoje nós percebemos que uma negociação, uma discussão que se dá no G-20 tem a ver com o feijão com arroz que nós comemos na nossa casa no nosso dia a dia, tem a ver com a produção que a agricultura familiar estará fazendo.

Então discutir a política macro e a política internacional não pode ser apenas uma questão para algumas pessoas, por mais que tenham conhecimento específico da área, por mais que tenham a representatividade e institucionalidade política, como é o caso do Poder Executivo, que tem um papel e deve fazer esse debate. Agora, é preciso estabelecer essa discussão, esse diálogo, porque a política internacional tem a ver com a vida do dia a dia dos trabalhadores e das trabalhadoras, de todos os brasileiros e de todas as brasileiras e é preciso que a gente continue avançando cada vez mais nesse processo do diálogo.

Era isso.

Obrigada.

Peço licença para me retirar.

Que a gente continue fazendo um bom debate.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Rosane Bertotti, pela participação. Fique à vontade para sair em função do seu compromisso.

Se o Ministro Carlos Márcio Cozendey também precisar se retirar em função de compromisso, fique à vontade.

Vamos ouvir agora o Ministro Luís Antonio Balduino Carneiro, Diretor do Departamento de Assuntos Financeiros e Serviços do Ministério das Relações Exteriores.

O SR. LUÍS ANTONIO BALDUINO CARNEIRO – Obrigado, Sr. Senador.

Eu queria agradecer novamente a oportunidade de participar aqui deste diálogo e dizer que o Itamaraty está sempre aberto a repeti-lo tanto aqui no Congresso Nacional quanto em outros foros com representantes da sociedade civil.

Pessoalmente também estou sempre à disposição. Esta é, na verdade, a segunda ocasião que eu tenho de diálogo com a sociedade civil. A primeira foi em junho, antes da reunião com o Ministro da Agricultura.

Quero dizer que, no G-20 como um todo, há também uma preocupação com o diálogo com a sociedade civil. Na última reunião de *sherpas*, por exemplo, realizada em Paris, houve paralelamente uma reunião de representantes de organizações não governamentais

internacionais – havia de algumas brasileiras lá. Eu próprio tive a ocasião de conversar com eles durante algum tempo.

Na cúpula do G-20 agora em novembro, também está prevista a realização paralela tanto de uma reunião de centrais sindicais quanto de centrais empresarias. Uma é a chamada L20 – Labour 20, em inglês, e a outra é o B20, Business 20. Inclusive, essas duas reuniões estão tentando conversar para ver se fazem uma declaração conjunta antes da cúpula dos líderes para que possam se reunir com os líderes como um todo ou com alguns deles. Enfim, então há uma preocupação com esse diálogo e eu reitero que nós estamos abertos a continuá-lo.

Em termos da participação, uma coisa que eu me esqueci de comentar é que há um acordo no G-20 para que sempre sejam convidados países não membros, sendo que dois têm que ser africanos, porque a África e o Continente mais sub-representado. Este ano, por exemplo, na cúpula de Cannes, estarão participando a Espanha, Malawi, Etiópia, Singapura e Emirados Árabes Unidos. E na Cúpula de Seul, de Toronto também houve a participação de outros.

No caso da reunião da Aladi, que se está reunindo hoje, que está ocorrendo hoje, acho que me expressei mal. É uma reunião só de México, Brasil e Argentina. É uma reunião de todos os membros da Aladi; apenas México, Brasil e Argentina são os membros do G-20, e eles é que vão fazer as apresentações, mas haverá um diálogo, enfim, com os demais.

No âmbito do G-20, o diálogo com México e Argentina é constante, e a convergência de posições é extremamente ampla. Acho que é mais difícil dizer aquilo com o qual a gente não concorda do que estabelecer uma lista daquilo com que a gente concorda, especialmente com a Argentina.

Em relação ao meio ambiente, eu queria esclarecer que o tema como tal não está sendo discutido no G-20. E muito por objeção do Brasil. Quer dizer, não é porque nós consideramos que o G-20 é um furo importante, que foi um avanço em relação ao G7 e que precisa ser consolidado, que nós achamos que todos os temas têm que ser levados ao mesmo tempo. Nós achamos, nesse caso, por exemplo, que a discussão, no âmbito das Nações Unidas, já estava sendo bem conduzida. O formato da reunião, a correlação de forças era mais interessante para nosso interesse. Então, até o momento, nós objetamos. Se a coisa está sendo bem discutida em um foro, não vale, não cabe uma discussão paralela, porque isso pode criar mais confusão do que solução para temas.

O G-20 está ampliando também sua agenda na área social. Convido que leiam a declaração dos Mi-

nistros do Trabalho, na reunião realizada agora, no início de setembro. Duas decisões vão ser mencionadas certamente na Declaração dos Líderes: uma é a criação de uma força-tarefa para discutir a criação de empregos, especialmente empregos para os mais jovens. E a outra decisão é uma decisão do G-20 como um todo de investir em pisos de proteção social. Claro que cada país de acordo com sua própria circunstância. O Brasil considera que a agenda social deve estar no coração do G-20. Deve ser um tema levado em conta sempre na formulação das políticas. Inclusive o Brasil foi um dos países que, no início, sugeriram, por exemplo, que a OIT, que não participava das reuniões, passasse também a participar.

Em relação à questão da Rio+20, que o senhor colocou, eu não acompanho a preparação da reunião, mas tenho certeza de que a Presidenta vai se referir à reunião durante a cúpula e convidará seus homólogos para participar. O que posso dizer é que, no ano que vem, a cúpula do G-20 vai ser no México, e o México decidiu que seria em junho. Então, eles passaram a se coordenar com o Brasil para, justamente, evitar que as datas fossem ou muito próximas, ou muito distantes, de maneira que isso dificultaria a presença de chefes de Estado nas duas. Então, a ideia é que haja uma representação mais alta possível na Rio+20, assim como o G-20 no México.

Não sei se respondi a todos.

Muito obrigado mais uma vez.

O SR. PRESIDNETE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu que agradeço pela suas informações e colaboração. Agradeço ao Ministro Luís Antonio Balduino Carneiro, Diretor do Departamento de Assuntos Financeiros e Serviços do Ministério das Relações Exteriores.

Agora, vamos ouvir a Sr^a Graciela Rodriguez, do Grupo Arquitetura Econômica Internacional.

A SR^a GRACIELA RODRIGUEZ – Bom, obrigada pela oportunidade, mais uma vez. Voltarei a insistir na necessidade desse diálogo mais permanente com o Senado, no caso, com o Congresso, de maneira geral. Esperamos que da próxima vez vocês nos convidem a vir. Que não só nós tenhamos que propor uma audiência. Estamos sempre abertos também para que vocês nos chamem a opinar. Queremos opinar, queremos ter a TV Senado para dizer o que pensamos. Enfim, esperamos que esse diálogo seja mais frequente e que seja no sentido positivo de levar essas informações ao conjunto da sociedade brasileira.

Tenho também outros temas que foram mencionados. Eu queria agradecer ao Ministro Balduino e ao Cozendey a resposta a muitos assuntos que tínhamos levantado e perguntado, como a história das informa-

ções no caso dos paraísos fiscais, da taxação, enfim, cumprimento de compromissos, algumas questões que a gente foi colocando na agenda; entretanto, eu queria me restringir a um ponto que é relativo a uma preocupação que vi em todos os Senadores que levantaram a discussão da China. Todo mundo está muito preocupado, no Brasil, com a China, com o papel da China, o que a gente pode fazer com a China, se temos uma pauta de sucesso ou não. E, na verdade, acho também que aqui está parte do debate que precisamos fazer talvez do nosso ponto de vista, encarando de outro lugar.

Eu estava vendo, tenho aqui a revista do Ipea, de alguma maneira o Governo reconhecendo: a economia está se reprimarizando. O estudo diz que as *commodities* avançaram de 41% para 51% no total de produtos vendidos pelo Brasil entre 2007 e 2010. A Argentina está com uma meta de 100 milhões de toneladas de grãos exaurindo a produção voltada para exportação, e nós da mesma forma, pensando na China, justamente, vendendo para a China, e a China ajudando essa reprimarização da nossa pauta exportadora.

E, na verdade, quando não é comprando produtos de pouco valor agregado, produtos *commodities*, produtos primários, minérios etc., é ou trazendo para o Brasil investimentos, muitas vezes, em materiais daqui que já não querem produzir lá, como aço, por exemplo, que é um produto altamente contaminante – não só a China, senão todos os países do norte, trazendo o investimento para uma produção contaminante muitas vezes no Brasil ou na América Latina, de uma maneira geral –, como agora, no chamado acaparamento das terras, a concentração, a compra de terras pela América Latina toda.

Vocês devem ter visto nas visitas. Conversávamos com o ministro das relações exteriores do Equador que todo o investimento que chega, da China e dos países do norte dispostos a fazer investimentos em infraestrutura, etc., tem que ser em troca da possibilidade de compra de terras na região, é um processo de estrangeirização, de acaparamento de terras grave, muito complexo, para o qual também estamos chamando a atenção na agenda.

Então, é essa reprimarização da economia porque vai atender a esses interesses, quando, na verdade, o que estamos falando é de buscar uma pauta regional, que coloque o Brasil na liderança da região, na liderança democrática da região, mas cumprindo um papel de, por exemplo, o Senado, o Congresso brasileiro aprovar a ratificação da criação do Banco do Sul, um banco de um novo tipo, que pense a região não mais para exportação, como eles mesmos na China estão fazendo e como é a recomendação que se faz desde

o G-20, que agora o Ministro Cozendey mencionou. A recomendação é que a China veja o seu mercado interno, que a China veja condições de vida melhores para a população, segurança social, e nós fazermos o mesmo na região. É disto que estamos falando, como você entrar de uma forma nessa globalização, que lamentavelmente nos tem colocado no papel de aceitar as empresas contaminantes ou aceitar o papel de reprimarização da nossa economia, como entrar com outro processo.

Para nós, por exemplo, a aprovação pelo Congresso da ratificação do Banco do Sul é um ponto fundamental para pensar um banco de novo tipo, que pense no desenvolvimento da região de outra forma e com outra perspectiva para o mercado interno e para a região e com outro papel do Brasil.

Então, nós entendemos, como eu dizia para o Ministro, a situação de ter de pensar as finanças globais e o sistema financeiro internacional e a regulação daquele *laissez-faire* que foi deixado acontecer e que provocou a crise. Entendemos que o Brasil está tendo um papel que tem que ser coordenado com a Argentina. Com o México acho mais complicado porque o México, justamente pela assinatura de tratados de livre comércio que o Brasil não fez – o Mercosul, de alguma maneira, conseguiu se proteger –, não tem a mesma situação. O México está na onda de estar o Nafta colocando, determinando a política do México. Então, acredito que, por isso – até o Ministro mencionou – são maiores as dificuldades para acordar uma postura em comum.

Nossos países nessa perspectiva podem desenvolver uma política soberana e autônoma de recuperação de uma soberania perdida frente a essa globalização que impõe uma divisão internacional do trabalho que nos está condenando outra vez a voltar atrás na reprimarização da pauta. Achamos que realmente precisamos entrar mais nesse sistema, precisamos da ratificação da criação do Banco do Sul, precisamos que o Congresso esteja atrás da pauta da Unasul, também do Mercosul, como foi mencionado, mas num sentido propositivo, no sentido de pensar outro modelo de desenvolvimento para a região e não este que a gente tem e que está nessa situação.

Então, estamos sempre muito abertos e dispostos ao diálogo e aguardamos o próximo convite do Senado brasileiro.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado.

Quero agradecer a presença do Ministro Luís Antônio Balduino Carneiro, do Ministro Carlos Márcio Bicalho Cozendey, da Sr^a Rosane Bertolt, da Sr^a Iara

Petricowski e da Sr^a Graciela Rodrigues. Tivemos um debate da maior importância, de altíssimo nível. Quero agradecer à Comissão de Relações Exteriores pela audiência pública conjunta e colocar a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle inteiramente à disposição para o aprofundamento desse debate.

Quero registrar que realizaremos amanhã, dia 19 de outubro do corrente, quarta-feira, no plenário 7 da Ala Alexandre Costa, a audiência pública destinada a ouvir o Ministro do Esporte, Orlando Silva, conforme aprovado na reunião de hoje.

Antes de encerrar os trabalhos, submeto à aprovação a Ata da presente reunião conjunta. Aqueles que concordam com a dispensa da leitura e aprovação da Ata permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Agradecendo a presença de todos, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 8 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 15 minutos.*)

ATA DA 43ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 2011.

Às quatorze horas e quarenta e três minutos do dia dezanove de outubro de dois mil e onze, no plenário nº 2 da ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Senhor Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **ALVARO DIAS, ANTONIO CARLOS VALADARES, BLAIRO MAGGI, DELCÍDIO DO AMARAL, EDUARDO AMORIM, FLEXA RIBEIRO, PAULO DAVIM, PEDRO TAQUES, REDITARIO CASSOL, RODRIGO ROLLEMBERG, VALDIR RAUPP, VANESSA GRAZZIOTIN, VICENTINHO ALVES e WALDEMIR MOKA**. Deixam de comparecer os demais Senhores Senadores titulares da comissão. Havendo número regimental, a presidência declara aberta a reunião e passa à **PAUTA. Item Único) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 107, DE 2011**, que “Nos termos regimentais, requeremos que a audiência pública objeto do Requerimento nº 106/2011-CMA, concernente à oitiva do senhor Ministro do Esporte Orlando Silva, seja realizada em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte”. Autoria: Senadores Vanessa Grazziotin, Inácio Arruda e Lídice da Mata. Colocado em votação, a CMA aprova o Requerimento nº 107, de 2011-CMA. Nada mais ha-

vendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quarenta e quatro minutos, lavrando a presente ata Leany Barreiro de Sousa Lemos, Secretária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, que será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Rodrigo Rollemberg**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 43ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

ITEM ÚNICO

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 107, DE 2011

Nos termos regimentais, requeremos que a audiência pública objeto do Requerimento nº 106/2011-CMA, concernente à oitiva do senhor Ministro do Esporte Orlando Silva, seja realizada em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Autoria: Senadores Vanessa Grazziotin, Inácio Arruda e Lídice da Mata

Os Senadores que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está encerrada esta reunião e faremos, em seguida, reunião conjunta das duas Comissões.

(Iniciada às 14 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 44 minutos.)

ATA DA 44ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, EM CONJUNTO COM A 56ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 2011.

Às quatorze horas e quarenta e quatro minutos do dia dezanove de outubro de dois mil e onze, no plenário nº 2 da ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Senhor Senador **ROBERTO REQUIÃO**, reúnem-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA e a Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores

ALVARO DIAS, ANA AMÉLIA, ANTONIO CARLOS VALADARES, BENEDITO DE LIRA, BLAIRO MAGGI, CYRO MIRANDA, DELCÍDIO DO AMARAL, EDUARDO AMORIM, FLEXA RIBEIRO, INÁCIO ARRUDA, LÍDICE DA MATA, PAULO DAVIM, PEDRO TAQUES, RANDOLFE RODRIGUES, REDITARIO CASSOL, RODRIGO ROLLEMBERG, VALDIR RAUPP, VANESSA GRAZZIOTIN, VICENTINHO ALVES, WALDEMIR MOKA e ZEZÉ PERRELLA. Deixam de comparecer os demais Senhores Senadores e Senhoras Senadoras titulares das referidas Comissões. A Presidência declara aberta a reunião e submete a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. Passa-se à **PAUTA**, destinada à realização de **Audiência Pública Conjunta**, em atendimento aos **Requerimentos nº 106 e 107, de 2011-CMA e nº 62, de 2011-CE**, de autoria dos Senhores Senadores Vanessa Grazziotin, Inácio Arruda e Lídice da Mata, com o objetivo de debater as denúncias publicadas na imprensa nacional envolvendo o Ministério do Esporte. Comparece como convidado o Exmo. Sr. **Ministro do Esporte Orlando Silva de Jesus Júnior**. Após a exposição do Senhor Ministro, usam da palavra os Senhores Senadores **VANESSA GRAZZIOTIN, ALVARO DIAS, INÁCIO ARRUDA, ANA AMÉLIA, MÁRIO COUTO, LÍDICE DA MATA, ZEZÉ PERRELLA, PEDRO TAQUES e EDUARDO SUPLICY**. O convidado responde aos questionamentos feitos, conforme a ordem dos senadores inscritos, e apresenta suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e dezanove minutos, havendo lavrado a presente ata Leany Barreiro de Sousa Lemos, Secretária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Rodrigo Rollemberg**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; – Senador **Roberto Requião**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 56ª Reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, conjunta com a 44ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário proposta de dispensa de leitura da ata da reunião anterior e aprovação da mesma.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como estão. Os contrários se manifestem. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião atende aos Requerimentos nºs 62/11, da Comissão de Educação, de autoria dos Senadores Inácio Arruda, Alvaro Dias, Lídice da Mata e Ana Amélia, e 106/11, da Comissão de Meio Ambiente, de autoria dos Srs. Senadores Inácio Arruda, Vanessa Grazziotin e Lídice da Mata, para a realização de audiência pública com o objetivo de ouvir o Exmo Sr. Ministro de Estado do Esporte, Orlando Silva, sobre denúncias publicadas na imprensa nacional.

O Ministro terá trinta minutos para a sua exposição. Em seguida, os Srs. Senadores terão cinco minutos para as suas perguntas; o Ministro cinco minutos para a sua explicação, e a tréplica será de dois minutos.

Com a palavra, então, sem mais delongas, o Ministro Orlando Silva.

O SR. ORLANDO SILVA – Boa tarde a todos. Quero cumprimentar todos os presentes, Srs. Senadores, Sras Senadoras. Particularmente, quero agradecer ao Senador Roberto Requião, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, agradecer ao Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal. Agradeço aos dois porque, desde o final de semana, eu havia entrado em contato com Líderes do Governo na Câmara e no Senado e solicitado aos Líderes do Governo na Câmara e no Senado que fizessem gestões junto às várias comissões temáticas da Casa que tivessem para que nós prestássemos depoimento, para que nós conversássemos com os Srs. Senadores acerca de reportagem veiculada no último final de semana, em que há graves ataques à minha honra pessoal, graves ataques à atividade do Ministério que dirijo. Agradeço porque, muito prontamente, recebi a informação de que as duas Comissões deliberaram por fazer uma reunião conjunta para que pudesse apresentar a minha visão acerca desse processo.

Dessa maneira, com essa reunião, sigo o roteiro que estabeleci, por mim mesmo, na primeira hora do sábado, quando, ainda estava na cidade de Guadalajara, no México, onde representei o Brasil na abertura dos Jogos Panamericanos. Na primeira hora do sábado, tive a informação de uma reportagem publicada por uma revista brasileira. Como alguns dos senhores devem saber, convoquei imediatamente uma entrevista coletiva para rechaçar, de pronto, os ataques que sofri por aquela publicação.

Fiz questão de continuar cumprindo a minha agenda no sábado – era um encontro de Ministros de todos

os países das Américas – mas, logo que cheguei ao Brasil, na segunda-feira, fiz questão de conversar mais amplamente com profissionais de imprensa, já que, lá no México, um número reduzido de profissionais de imprensa lá estava. Fiz uma coletiva na segunda-feira, depois de ter tomado algumas providências que julgo necessárias para defender a minha honra e esclarecer todos os fatos publicados.

A primeira providência, Srs. Senadores, foi protocolar este documento em nome do Dr. Roberto Gurgel, Chefe do Ministério Público Federal. Nós o protocolamos, solicitando ao Ministério Público Federal que abrisse um processo de apuração de todos os fatos relatados naquela publicação.

O segundo expediente, na mesma segunda-feira, foi endereçado ao Ministro da Justiça, por ser o chefe do órgão que dirige a Polícia Federal, pedindo abertura de um inquérito na Polícia Federal para apurar todos os fatos registrados naquela revista.

E o terceiro expediente que fiz na mesma segunda-feira foi endereçado ao Dr. José Paulo Sepúlveda Pertence, Presidente da Comissão de Ética Pública da Presidência da República, solicitando uma audiência para que ali pudesse expor a minha visão acerca dessas denúncias.

Portanto, cumpri com o meu dever de buscar todos os caminhos institucionais possíveis para fazer a defesa da minha honra, reagindo aos ataques que sofri por essa publicação.

Na tarde de ontem, visitei a Câmara dos Deputados; na tarde hoje, visito o Senado Federal; e, até a próxima sexta-feira, espero ter essa audiência, essa reunião com a Comissão de Ética Pública, onde entregarei formalmente a minha visão acerca desse processo.

Com isso, vou encerrar, nesta semana, todas as explicações necessárias para desmascarar as farsas publicadas por uma revista no último final de semana, até porque tenho uma agenda de trabalho muito intensa a cumprir e já consumi em demasia algum tempo para contestar as falsidades que foram publicadas.

Quero dizer, Srs. Senadores, quero pedir permissão aos Srs. Senadores para fazer um pequeno registro, antes de tratar diretamente da motivação que me trouxe esta tarde ao Senado. Qual o pequeno registro? O registro de que dirijo o Ministério, com muito orgulho, desde o ano de 2006, que introduziu mudanças importantes na política pública de esporte e lazer em nosso País.

Quando assumi o Ministério – e aqui alguns dos Srs. Senadores podem se recordar –, tínhamos uma missão importante: a realização dos Jogos Panamericanos no Brasil. Realizamos os Jogos Panamericanos que a comunidade internacional afirma foram os

melhores Jogos Panamericanos e Parapanamericanos da história.

O sucesso dos Jogos Panamericanos credenciou o Brasil a disputar o sonho que era realizar os Jogos Olímpicos. Um grande esforço e uma grande campanha foram feitos com esse objetivo, liderada pelo Presidente Lula, com a participação muito importante do Pelé, o atleta do século, um dos principais nomes do esporte mundial; com a presença do Dr. João Havelange, uma das maiores personalidades do futebol mundial e, seguramente, o maior dirigente da história do futebol; de Carlos Arthur Nuzman, que dirige o Comitê Olímpico Brasileiro; e de Governadores – inicialmente Rosinha Garotinho, depois, o Governador Sérgio Cabral –, de Prefeitos – inicialmente César Maia; depois, Eduardo Paes –, ao que se somou o trabalho do Governo Federal. E coube-me coordenar a ação de vários Ministérios, estruturando o plano, o projeto que nos levou à vitória em Copenhague.

Nunca esqueço a manifestação do Presidente Lula de que se tratava da cidadania internacional do Brasil aquela conquista, quando superamos muitas desconfianças e afirmamos a possibilidade de a América do Sul, pela primeira vez, receber esse evento.

Celebro também o fato de que, como Ministro, pude, em Zurique, falar em nome do Governo brasileiro, em um momento, em uma sessão histórica em que a Fifa decidiu que o Brasil seria uma vez mais a sede da Copa do Mundo.

Ali, o Presidente do Comitê da Candidatura, Ricardo Teixeira, entre outras personalidades do nosso País, juntos, apresentaram para uma plateia seleta como o Presidente da República e 13 Governadores... Iniciamos ali um esforço de preparação desses grandes eventos. Em um momento como este, não posso deixar de registrar a satisfação de dirigir um Ministério que elevou o País a um núcleo central de grandes eventos esportivos. E há uma longa agenda de trabalho com três ciclos de planejamento, no caso da Copa do Mundo, e com toda uma estratégia de planejamento, no caso dos Jogos Olímpicos, que poderia, quem sabe, em outro momento, ser objeto de um debate nesta Casa.

Mas a agenda desse Ministério, Srs. Senadores, tem como missão, além de organizar e apoiar a organização de grandes eventos, desenvolver a infraestrutura do Brasil, inclusive o Senado e a Câmara dos Deputados auxiliam muito o nosso Ministério com o apoio no orçamento para melhorar a infraestrutura esportiva no Brasil.

Evoluímos muito. O PAC 2 incorporou o esporte como um de seus temas; e até 2014 teremos praças de esporte e cultura, equipamentos e escolas, e desenvolveremos melhor a infraestrutura do nosso País.

Chamo a atenção para o apoio aos atletas de alto rendimento. Não por acaso que, em Guadalajara, o Brasil tem a sua maior delegação já enviada a uma competição esportiva internacional. E confio que teremos o melhor resultado já conquistado em uma competição esportiva, com medalhas de prata, bronze, ouro, mas, sobretudo, com a melhor *performance* dos nossos atletas.

O Congresso Nacional e este Senado nos apoia quando cria um programa chamado Bolsa Atleta, que é o maior programa de apoio a atletas do mundo. Quarenta por cento da delegação em Guadalajara é apoiada por esse projeto. Esta Casa e a Câmara dos Deputados também nos apoiaram quando votaram a Lei de Incentivo ao Esporte, uma reivindicação de 40 anos. Durante seis meses, tivemos o privilégio de conduzir junto aos parlamentares a discussão, quando o Congresso finalmente votou, criando uma oportunidade extraordinária para apoiar projetos, atletas, eventos, clubes, enfim, atividades esportivas.

Quero concluir falando sobre programas sociais. Tenho orgulho de ter um Ministério focado em programas sociais. Assim foi desde o começo do Governo, seja ampliando o alcance de programas que encontramos em 2003, como, por exemplo, o programa Pintando a Liberdade, um programa existente no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que demos uma escala nacional, onde a produção de material esportivo é distribuído nas escolas públicas do País, seja criando programas como o Esporte e Lazer na Cidade e o Programa Segundo Tempo.

Creio que vale à pena uma palavra sobre o Programa Segundo Tempo, que é realizado em parceria com os governos estaduais, municipais, universidades federais, as Forças Armadas e entidades privadas. Mais de 200 convênios estão em vigência, hoje, do Programa Segundo Tempo; perto de 90% desses convênios são com entidades públicas: prefeituras, Estados, universidades federais e as Forças Armadas. É um dado relevante, porque revela o esforço que fazemos em mobilizar o setor público, a rede pública de gestores para ofertar esporte e lazer para a nossa infância e a nossa juventude.

Perto de dois milhões de crianças e jovens têm acesso ao Programa Segundo Tempo, alcançando uma escala, portanto, inédita, um programa de política pública, de esporte e lazer para crianças e jovens. E algumas novidades considero importantes. Primeiro, a novidade de 2009, quando estruturamos finalmente uma parceria entre o Ministério do Esporte e o Ministério da Educação.

O futuro do esporte no Brasil passa pela relação com a educação e, a partir de 2010, implantamos essa

parceria em 1.100 escolas do Brasil. Neste momento, temos perto de 5 mil escolas públicas entre as que têm o menor índice de desenvolvimento da educação básica beneficiadas por essa parceria, porque acreditamos que no futuro é preciso expandir para todas as escolas brasileiras a oferta de esporte, lazer e recreação.

E a última observação sobre o Segundo Tempo é que nós, ano após ano, temos aperfeiçoado a gestão do programa. Isso pode ser medido pelas avaliações dos organismos de controle que acompanham e auditam, ano após ano, a execução desse convênio e, ao longo desse período, todos os anos ajustes. Neste ano, introduzimos um novo ajuste, o ajuste deste ano foi introduzido em julho, uma chamada pública com um edital estabelecendo os critérios para a seleção dos parceiros. Esse processo foi encerrado em setembro e, com o encerramento do processo, veio uma decisão de gestão, uma decisão do Ministério, que é exclusivamente firmar convênios para o Segundo Tempo com entidades públicas. Essa edição de setembro, por entender que o setor público possui mais mecanismos para controle e acompanhamento da sua atividade.

Portanto, quero registrar essa iniciativa, que foi uma decisão de gestão após analisar, avaliar, acompanhar todos esses anos de preparação desses convênios. Apesar de registrar que, de 2006 – quando assumi o Ministério – até hoje, a tendência de participação de entidades privadas era uma tendência declinante.

Quero falar agora, Srs. Senadores, acerca de algumas acusações que sofri no último final de semana.

Primeiro, quero dizer que a resposta que oferecemos à revista foi uma resposta clara, uma resposta que não deixava dúvida quanto à rejeição das afirmações infundadas que me eram imputadas. Nós dissemos claramente: “Nunca houve os fatos registrados pela revista”.

São duas as acusações apresentada na revista, uma delas na capa da revista. Imaginem os senhores, na capa da revista. Seis páginas internas da revista dedicadas a uma afirmação: de que o Ministro de Estado teria recebido dinheiro público desviado de convênios realizados na sua pasta.

Chamo a atenção dos senhores quanto ao conteúdo do ataque que sofri: o Ministro de Estado teria recebido recursos desviados de convênios patrocinados por sua pasta. A minha indignação foi imediata. Rejeitei, rechacei prontamente essa acusação infundada por parte da revista. E disse mais, disse mais: “Desafio que sejam apresentadas provas quanto a essa violência”, afirmava, “Não houve, não há e não haverá provas que sustentem esse ataque grosseiro que eu recebi”. Falei claramente isso para a revista. Falei sábado na entrevista coletiva que fiz na Cidade

de Guadalajara; falei segunda, nos expedientes que encaminhei aos vários órgãos de controle e na coletiva mais uma vez feita aqui no Brasil; falei ontem, na Câmara dos Deputados, no depoimento que fiz para várias Comissões e falo agora, no Senado Federal, com a responsabilidade de Ministro de Estado, sabedor da importância que tem esta Casa: “Não houve, não há e não haverá nenhuma prova sobre essa acusação vil que me imputaram. Rejeito, repilo esse ataque grosseiro que sofri.” E o que é mais grave, Srs. Senadores, desde sábado eu questiono: “Onde estão as provas?” Cinco dias se passaram e eu faço, mais uma vez, o questionamento: onde estão as provas?

Srs. Senadores, essas provas não existem. Desafio o registro da minha voz. Desafio o registro da minha imagem. Por isso, quero dizer aos senhores da minha indignação. Como homem público – tenho 40 anos –, na política, posso até ser considerado uma pessoa jovem, mas tenho orgulho de ter uma trajetória ilibada.

Imagine para os Srs. Senadores o que significa uma acusação como essa, feita na capa de uma revista, uma acusação sem fundamento; o que significa uma acusação dessa para mim. Imagine o que significa uma acusação dessa para a minha família; o que significa para a minha mulher, para a minha mãe, para a minha filha uma acusação com essa gravidade, publicada com a foto e sem nenhuma prova.

Insisto: prova alguma surgirá, porque essa acusação é uma farsa. Essa acusação é uma mentira. Provas quem possui sou eu. Reafirmo: aqui estão as provas do crime que o meu acusador realizou; a apuração que determinei nos convênios assinados com determinada entidade. E a apuração fazemos de todos os convênios; fiscalizamos e apuramos o comportamento e o cumprimento do objeto em todos os convênios.

Identifiquei na apuração que havia desvios por parte de duas entidades. Sabe qual foi a minha atitude? Mande apurar, dei direito de defesa para que fossem apresentadas provas e justificativas que sustentassem o cumprimento do objeto do convênio; dei direito de defesa, não julguei liminarmente; dei prazo para que arrolassem documentos e, ao final, determinei a devolução do dinheiro público que foi desviado. Eu determinei isso.

Aqui sei que há muitos ex-ministros. E ex-ministros sabem que é exigida uma tomada de conta especial, que é encaminhada ao Tribunal de Contas da União, um pronunciamento ministerial. É dos poucos atos administrativos em que se exige um pronunciamento ministerial. E os senhores podem visitar os autos do processo no Tribunal de Contas da União dos dois convênios em tela e lá verão a minha determinação:

“Exijo a devolução do dinheiro público desviado por essa entidade”. Foi essa a minha manifestação.

O que fiz foi combater o malfeito; o que fiz foi combater a corrupção. Isso é o que fiz. E qual foi a reação do réu? Qual foi a reação de quem desviou recurso público? Qual foi a reação de quem cometeu um delito? Ele acusa o Ministro de Estado e não apresenta provas. Esses são os fatos.

Repito: foi-me imputada uma acusação de receber dinheiro público desviado, numa garagem do Ministério do Esporte. Essa é a acusação que me fizeram. Essa é a acusação que me fizeram. E quem me acusa? Justamente aquele de quem eu exijo que devolva o dinheiro público desviado por ele.

Imagine, meu Deus, aonde vamos chegar, se, em cada processo administrativo em que o gestor exija que o malfeito seja corrigido e que o dinheiro seja devolvido, surgir o delinquente que praticou o fato, acusando o gestor, para intimidá-lo? Onde nós vamos parar? Por isso a importância de ter provas. Não se pode acusar sem provas.

É muito importante a liberdade de imprensa no Brasil, é muito importante. E eu sei que é parte da liberdade de imprensa a apuração detalhada dos fatos.

Surpreendeu-me ontem, Srs. Senadores, a afirmação de um de que não interessa que haja processo, não interessa que haja apuração. Já há acusação. Se há acusação, o Ministro tem que sair. Ou seja, se pretende tirar o Ministro de Estado do Governo no grito. Basta a acusação. Não importa que seja desqualificado. Não importa que ele tenha que devolver o dinheiro público; e o Ministro exige isso. O que importa é que houve uma acusação. O processo tem que ser sumário. Só faltava dizer: “Lembremo-nos do tempo de exceção; lembremo-nos dos anos sombrios; lembremo-nos dos processos sumários”.

Portanto, a minha indignação, a minha revolta é porque é inaceitável compactuar com acusação sem provas. Insisto, já se foram cinco dias, quase uma semana e pergunto: onde estão as provas da mentira de que me acusam? Onde estão as provas das falsidades de que me acusam? É inaceitável! Por isso, a defesa que faço da minha honra.

Não se trata, aqui, pura e simplesmente da defesa da gestão do nosso Ministério, que faço, porque aperfeiçoamos o trabalho, aumentamos a fiscalização, apertamos o cerco, mas se trata da defesa da honra de uma pessoa que tem orgulho de andar de cabeça erguida na rua e que vai continuar andando de cabeça erguida na rua, porque não vou descansar enquanto não prender os delinquentes que me atacam de maneira vil.

Por isso, abri a minha vida para que tudo que for possível ser observado seja. No expediente que enca-

minhei ao Ministério da Justiça, inclusive, abri, coloquei à disposição o meu sigilo telefônico, bancário, fiscal, de correspondência. Está tudo aberto, para quem quiser observar, de modo que fique claro que se trata de um homem honrado.

Eu tenho orgulho da minha trajetória, tenho orgulho do que faço e não vou permitir que a minha vida seja maculada pela atividade de um delinquente que reage ao interesse ferido. Reage porque exige que devolvesse os recursos públicos. Portanto, ele acusa porque eu cobro a devolução.

Eu digo isso e insisto na tese central porque a revista me colocou na capa e me acusou, imputou-me o crime e me expôs ao linchamento público. Eu me sinto hoje vivendo um linchamento público sem provas.

Eu digo isso porque ao mesmo tempo percebo outro movimento. Agora, o delinquente muda a versão. Ele já diz: “Nunca falei nada do Ministro”. Ele já fala: “Nunca o acusei pessoalmente”. Eu convido os senhores a voltar à capa da revista *Veja*. Eu convido os senhores a voltar a ler a matéria da revista *Veja*.

Portanto, não é a primeira vez que ele muda. Muito provavelmente vai mudar a versão outras vezes, porque o que fala é mentira. Pura e simplesmente o que ele fala é mentira!

Ainda hoje, eu devo impetrar uma queixa-crime que vai instruir uma ação penal por calúnia. Faremos isso de maneira a que não pare dúvida na sociedade brasileira quanto ao nosso compromisso.

E assim como esse delinquente começa a criar novas versões, rapidamente pude perceber que agora são outros os fatos. De repente, a acusação ao Ministro já não interessa tanto, porque afinal não tem provas. Aí, foram buscar a minha vida.

Hoje, alguns jornais publicam: “O Ministro comprou, em 2010, um terreno. Pagou 370 mil reais. Tem uma casa que está sendo construída”. Devo dizer, Srs. Presidentes, que se trata do único bem que possuo. O único bem que possuo! Começaram uma conversa de que era em um condomínio e já viram que não, é fora. Tentaram insinuações, porque ali passa um duto, mas perceberam que é uma desvantagem que desvaloriza, inclusive, aquela área. E fotografaram a casa bem de longe, para esconder que é uma casa modesta, uma casa que tem 110 metros quadrados. Essa é a área total desse imóvel que está sendo construído. Será a primeira casa que vou ter na vida. Esse é o fato, como se pudessem incriminar um Ministro de Estado por esse fato.

O cheque que eu utilizei era do valor de toda poupança que juntei durante a minha vida e com apoio familiar, inclusive. O número do cheque pessoal eu fiz

questão de colocar na escritura. Está registrado no cartório. É um documento.

Aliás, olhando os jornais, vale até a pena os senhores prestarem um pouco de atenção, porque além do terreno tem outra propriedade que está no nome da minha mulher, que é um automóvel popular, um Fox, sem querer fazer *merchandising* para uma empresa de veículos.

E vale a pena até contrastar com outras notícias que foram veiculadas acerca do patrimônio de quem me ataca, que tem uma função que imagino inclusive perceber uma remuneração menor do que a função de um primeiro nível do Governo Federal. Imagino que um soldado da Polícia Militar de Brasília deva receber um salário um pouco inferior ao salário que recebe um Ministro de Estado.

Portanto, eu quero dizer para os senhores que não vou aceitar o desvio para avaliar: “Ah, não, mas tem outro convênio ali!” Vamos examinar. Toda e qualquer denúncia que recebo de convênio, de contrato, toda e qualquer, nós apuramos. Instauramos processos administrativos, como fizemos nos dois casos de Brasília. Então, nós não nos esquivamos de responder sobre nenhum contrato, sobre nenhum convênio do Ministério do Esporte. Aliás, essa é minha obrigação de informar à imprensa, ao Congresso, à sociedade.

Mas eu exijo uma reparação sobre a acusação que me imputaram. Que não venham com outras histórias. Todas elas serão respondidas a tempo, mas rejeito, repilo a acusação vil que sofri.

Há pouco, tive a notícia de que o problema agora era outro. O problema agora é que tem uma gravação que poderia falar de um encontro. Não é o Ministro! Ah, não! Mas é com alguém do Ministério, onde se discute o processo interno; se teria um ofício para um órgão do Governo de Brasília! Não, mas teria outro ofício! Mas tem um processo!

Eu determinei, exigi, mandei que o desvio identificado fosse corrigido, o dinheiro público fosse recuperado e as entidades que receberam e desviaram devolvessem o recurso. Porque se preparem que vai aparecer uma historinha: “Não, mas tem isso, tem aquilo”. O fato é que desde 2008 eu luto para que esse recurso volte para os cofres públicos.

Portanto, registro, Srs. Presidentes, Srs. Senadores, que eu tenho as provas que incriminam o meu acusador. Ele desviou dinheiro público. Ele vai ter que devolver o dinheiro público! Eu vou acioná-lo por calúnia. Temo essa completa inversão de valores. Insisto que acusa porque eu exijo que ele devolva o dinheiro público.

Se a moda pega, os bandidos todos vão atacar os gestores para se acobertarem e criarem uma corti-

na de fumaça em torno de si mesmos, até porque ele responde a muitos inquéritos, alguns processos penais e se avizinha a decisão sobre esses processos. O que ele quer é um inquérito.

O próximo passo, muito provavelmente, será buscar alguma cobertura. Vai pedir proteção como testemunha. É possível que busque algum caminho para insinuar que está sendo ameaçado, que corre algum risco. Esse é o próximo passo. E é bom que dê. É bom que seja dada proteção a esse sujeito, para que ele fale tudo que sabe. É bom que seja dada proteção, para que não impute responsabilidade a terceiros.

Por isso, eu queria, Srs. Senadores, falar da minha convicção de que é um escândalo o que fazem contra mim, os ataques que eu sofro, assim como é um escândalo a insinuação de caixa 2 ou coisa que o valha que atinja o meu Partido PCdoB.

Aqui nesta sala tem muitas pessoas que convivem com o meu Partido PCdoB há muitos anos e sabem da sua história.

Hoje, particularmente, fiquei muito triste quando abri jornais e vi a foto de João Amazonas, Presidente histórico do meu Partido, um homem de respeito, um homem que lutou até o último dia da sua vida. Fiquei muito triste, confesso, quando vi uma insinuação para atingir a imagem de um homem como foi João Amazonas.

Então, quero dizer aos senhores que rejeito essa insinuação acerca do meu Partido, que tem história, que tem homens probos, que esta Casa conhece, homens e mulheres na Câmara e no Senado, lutadores da luta social, que ajudam a construir o Brasil. Eu me orgulho muito da história do meu Partido. E nós não vamos tolerar. Agora, falo como dirigente político também: eu não vou tolerar que a história do meu Partido seja maculada por um delinquente, que é o fato que acontece.

Era o que tinha a dizer aos senhores. Já estive no Senado muitas vezes e, como sou baiano – muitos aqui sabem –, normalmente, Senador Requião, sou, talvez, um pouco mais tranquilo, mas é porque a indignação que sinto é muito grande – insisto –, é quase uma revolta, mas tenho confiança de que, com o tempo, a verdade vai surgir, a verdade vai se impor.

E eu faço um apelo aos amigos da imprensa para que exijam as provas, porque não se pode realizar um linchamento público de um homem público apenas com palavras ao léu, lançadas por um acusador, que não demonstra que objeto de inquéritos e de quem nós exigimos a devolução dos recursos.

Eram essas as palavras que eu queria apresentar aos Srs. Senadores. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – As inscrições para as Sr^{as} e Srs. Senadores que desejam interpelar o Ministro estão sobre a mesa. Iniciamos a audiência das interpelações pelos requerentes da audiência pública. Nós vamos intercalar por partido. A primeira intervenção será da Senadora Vanessa Grazziotin; a segunda, do Senador Alvaro Dias; a terceira, do Senador Inácio Arruda; a quarta, da Senadora Lídice da Mata. Daí temos ainda inscritos os Senadores Zeze Perrella, Randolfe Rodrigues e Blairo Maggi. E a Senadora Ana Amélia é a quinta.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Mário Couto.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Mário Couto se inscrevendo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, V. Ex^a poderia informar a minha ordem?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Randolfe Rodrigues seria o sétimo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Quem pediu inscrição? O Senador Mário Couto.

Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente, Senador Roberto Requião, Senador Rodrigo Rollemberg, Ministro Orlando Silva. Eu sugeri ao Senador Alvaro Dias que, se quisesse fazer os questionamentos na minha frente, não há problema algum. Muito obrigada, Senador.

Quero cumprimentar os Senadores e as Senadoras que aqui estão, companheiros da imprensa, servidores do Ministério dos Esportes.

Quero iniciar, Sr. Presidente, Senador Requião, Senador Rodrigo, Ministro Orlando, dizendo que ouvi, com muita atenção, a intervenção de V. Ex^a, Ministro Orlando, não apenas hoje aqui. Eu estive na Câmara ontem. Eu assisti à sua exposição no dia de ontem também. E quero dizer, repetir aqui, neste plenário, na frente de V. Ex^a, Ministro, o que disse na tribuna do Senado no dia de ontem. A indignação não é de V. Ex^a. A indignação é de todo um partido político, porque aquelas acusações feitas ao Ministro do Esporte, na realidade, estão se transformando em acusações feitas a um partido político, a uma organização política do Brasil, a mais antiga de todas, aquela que luta com muita dificuldade, mas com muita garra e muita dignidade.

Um dia desses, eu estava no Twitter, e um jornalista, alguém da imprensa escreveu assim: “ah, esse pessoal do PCdoB – engraçado –, eles querem estar acima do bem.” Nunca, nenhum de nós. Eu não conheço

ninguém dentro do PCdoB, Presidente Requião, Presidente Rollemberg, que queira estar acima do bem. Entretanto, sei que todos nós lutamos para melhorar a vida do povo, e lutamos com muita dignidade – com muita dignidade.

Não foi só triste para o senhor, não, ver o João Amazonas estampado aqui na capa do jornal. Foi triste para todos nós.

V. Ex^a, Ministro, falava da revista *Veja* e não mostrou a revista. A revista *Veja* está aqui, na capa – entre aspas –: “O Ministro recebia dinheiro na garagem”. Isso é uma afirmação, porque não tem nada. “Testemunhas de desvios acusam diretamente Orlando Silva, Ministro do Esporte”, na capa. Aí vamos abrir a matéria. Está aqui a matéria. Olha aqui o tamanho, Senador Alvaro Dias. Olha o tamanho da matéria – entre aspas –: “O Ministro recebia dinheiro na garagem”.

Senador Alvaro Dias, exija as provas de que o Ministro Orlando Silva recebia ou recebeu dinheiro na garagem, não para o bem do Ministro, mas para o nosso bem, para o bem de todos nós, porque hoje é o Ministro Orlando, hoje é o PCdoB. Amanhã vai ser quem? Isso aqui é uma ilação. Isso não é uma denúncia não. Isso é uma calúnia de uma pessoa que recebe esse espaço na revista. Quanto vale uma vida? – eu pergunto aos senhores, porque aqui é uma vida que está em jogo. Aqui é a vida de uma pessoa, de uma família. A reparação, eu nunca vi nenhuma reparação. E o senhor vivenciou muito isso, Senador Requião, Governador Requião. Nunca a reparação vem nesse tamanho. E, mesmo que ela venha, a pessoa fica maculada para sempre.

Então, Ministro, quero dividir com o senhor. Eu faço questão. Vamos puxar para nós esse debate. A indignação não é de V. Ex^a não. A indignação é de todos nós. Nós precisamos exigir a prova.

E mais: eu quero seguir aqui e dizer o seguinte: eu não vejo essa questão como ética não. Eu vejo como uma questão mais política. Sabe por quê? Todas as matérias que lemos na imprensa dizem o seguinte: “O Ministério do Esporte era o patinho feio. De patinho feio, ele foi transformado num belo cisne.” E o Ministério do Esporte conseguiu para cá... Vamos listar, precisamos listar. V. Ex^a já falou dos trabalhos desenvolvidos, da ampliação dos programas sociais. Fizemos o Pan, a Copa de 2014, as Olimpíadas de 2016, os jogos militares, que acabaram de acontecer no Brasil. Mas está aqui. Uma matéria na imprensa diz o seguinte: “Esporte brasileiro cresce sem política esportiva e sob condução deplorável”.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Eu já concluo.

Ora, é uma questão política. E há outra que diz assim: “Ministro Orlando é *persona non grata* para a Fifa”. Aliás, é a Fifa que está querendo ser maior do que todos nós, Senador Alvaro. Ela quer impor as regras da Copa do Mundo. É ela que quer dizer como é o projeto de lei, a lei que devemos aprovar da Copa. É essa Fifa que considera o Ministro *persona non grata*. Mas vamos lá. Vamos pegar matéria da *Veja*, porque ela pega outro eixo também, dizendo que há um grande esquema de desvio de recursos.

E eu, Senadores, quero...

Aqui, na página 75, a revista *Veja* relata que esse soldado – não vou nem ler o nome dessa pessoa – respondia a desvio de conduta na corporação militar. É policial militar. Dizem que tem um monte de carros chiques. Nem conheço esses carros aí, mas ele diz que trabalha lá por amor à polícia. Está lá no jornal. Eu li isso no jornal hoje. Mas diz aqui a matéria da *Veja*: quando questionado – ao Ministério foi –, respondeu, de fato, a corporação militar do DF que a entidade desse soldado devia dois milhões aos cofres públicos. E vai adiante a matéria. E diz assim: mas que daí, depois disso, o soldado foi lá, virou cadeira, foi armado. Tem que ser investigado. Como alguém anda armado? Como alguém anda armado dentro do Ministério? Está dito aqui na revista. E lá virou a mesa e saiu de lá, conseguiu outro documento. Essa parte eu vou ler: “A pressão deu certo”. Eu estou lendo o que está escrito na *Veja*: “A pressão deu certo. O Ministério expediu um novo ofício à Polícia Militar amenizando a situação de Dias. O documento pedia que fosse desconsiderado o relatório anterior.”

Está aqui o documento, Senador Alvaro Dias. A revista parou a verdade aí. Está aqui o documento. Eu vou ler o documento também. O documento é datado do dia 7, ou seja, menos de 30 dias depois.

Serve o presente para solicitar a V. Sª que desconsidere o teor do Ofício nº 229, uma vez que as entidades solicitaram a este Ministério nesta data pedido de prorrogação até o dia para a apresentação de novos documentos, fato esse que ensejará novas avaliações das prestações de conta.

Tão logo seja concluída a análise, nós remeteremos.

E aí foi feito. Aí foi feita a análise pelo Ministério, que reprovou, e foi solicitada a prestação, a tomada de contas especiais.

Mas a revista parou aqui. Meia verdade. A quem interessa a meia verdade? A quem interessa a meia verdade? Nós ficamos sabendo... Aliás, ficamos sabendo, não: o Brasil inteiro soube que esse soldado ontem deveria ter ido depor na Polícia Federal. Não foi, alegando motivo de saúde. Mas esteve aqui. Esteve

aqui no Senado. Esteve aqui no Senado. E Deputados andam dizendo pelo corredor que ele tem prova, que ele vai... Não contra o Ministro, porque essa ele não tem mais. Não é contra o Ministro. Contra quem ninguém sabe. Ele vai apresentar as provas.

Mas ele não pode apresentar agora, sabe por quê? Porque tem um contrato exclusivo, porque tem um contrato exclusivo. Então, antes do contrato exclusivo, não pode. Ele veio pedir proteção. Um policial, pedir proteção aqui. É na Polícia Federal que ele tem de pedir. Mas ele não foi à Polícia, alegando que estava doente.

Ora, a quem interessa? A quem interessa toda essa confusão? Então, Ministro Orlando Silva, quero aqui dizer o seguinte: como V. Exª, nós todos – nós todos! – queremos a verdade.

O Senador Inácio Arruda dizia, quando da reunião que aprovou esse requerimento aqui: “Nós vamos assinar. É para ouvir esse cidadão, que não merece crédito? Deixe-o apresentar as provas, e vamos ver.”

Mas é uma prova contra o Ministro. Não adianta querer inventar dado falso, não. São R\$49 milhões – está aqui no jornal – que o Ministério luta para reaver, com entidades privadas e públicas também. Nove por cento, o Ministro diz, são com ONG; 91%, com entidades públicas municipais, estaduais e federais.

Então, Ministro, quero dizer que sei da sua capacidade. V. Exª foi Presidente da UNE. Sei da sua capacidade, mas V. Exª não tem ido bem não porque tem capacidade de discurso, não, mas porque tem sinceridade, porque tem verdade. Verdade. Verdade, Ministro.

Então, quero dizer que não é um problema seu: é um problema nosso. E nós vamos responder um a um. E a hora em que essa pessoa aparecer, Senador Alvaro, com prova – mas é contra o Ministro...

Está aqui a revista: “Ministro recebe dinheiro na garagem”. Está aqui. Cadê a prova do Ministro pegando dinheiro na garagem? Isso funciona nas pessoas, subliminarmente, como um filme – como um filme.

A Senadora Lídice da Mata leu no avião a matéria. Ficou assustada, tenho certeza. Ela vai falar. Ficou assustada, porque eles trabalham assim, como se fosse um filme: “Vamos criar”. Depois não vem esse fato, mas vem outro, passa e fica por isso mesmo. Não pode ficar assim, não. Não pode.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra, o Ministro Orlando Silva, por cinco minutos.

O SR. ORLANDO SILVA – Eu sequer vou usar o tempo. Só queria fazer um registro tradicional, porque é interessante. Nesse esforço que se faz de tergiversar, de desviar o foco, é um dado, porque tomada de conta especial é um procedimento administrativo último da Administração, para exigir a devolução de recursos.

Portanto, depois de um longo processo, ao final, você toma uma decisão extremada. E se caracteriza por uma ação do órgão. Então, diferentemente do que se publica, somos nós, do Ministério, que tomamos a iniciativa.

E achei interessante, porque, em letras garrafais, postou-se hoje, em alguns órgãos, que o Ministério exige a devolução de R\$50 milhões, e são 67 processos.

É verdade. Temos 67 processos acumulados, de 2002 a 2011. Sessenta e sete processos de um total de 12.001 processos. Quando se registra apenas uma parte e não se tem ideia do conjunto, pode haver uma dispersão. Nós exigimos a devolução de R\$50 milhões de um total de quase R\$7 bilhões que a Administração Pública procura reaver, se aqui ou acolá houver má utilização.

Então, quero fazer este registro porque creio que pode ajudar na reflexão dos senhores, já que também foi objeto de matéria do dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra, por cinco minutos, o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Ministro, quero primeiramente dizer que estamos desarmados e que agradeço até as referências da Senadora Vanessa Grazziotin me convocando sempre a testemunhar suas afirmações.

Quero, preliminarmente, afirmar que não me restrinjo às denúncias veiculadas pela revista *Veja*. Nosso dever vai além disso, até porque não entendo ser correto concentrar em apenas um denunciante as informações que veicula a imprensa sobre desvios que ocorreriam desde aproximadamente o ano de 2004, uma vez que intervenções houve nesse tempo. Em 2007, por exemplo, uma CPI das ONGs no Senado Federal tentou aprofundar a investigação, revelando irregularidades e desvios inúmeros no âmbito do Ministério dos Esportes.

O nosso objetivo não é alvejar quem quer que seja, mas esclarecer. Os fatos existem. O que há de positivo nisso tudo é que o mal está sendo colocado à luz para que possa ser denunciado, combatido e, eventualmente, condenado.

O que diz o denunciante?

Aliás, é preciso também dizer que não temos preconceitos, especialmente em relação a partidos históricos. A nossa formação política não admite isso. Não há nenhum preconceito em relação a esses partidos e nem a qualquer outro partido político no País.

Em relação ao denunciante: creio que não podemos consagrar a tese da desqualificação de quem denuncia, porque desqualificar quem denuncia certa-

mente favorece a desonestidade – digo isso em tese, não me refiro especificamente a este episódio. Não creio ser prudente começar por desqualificar, especialmente neste caso, porque quando se acusa o denunciante de ter adquirido um patrimônio com recursos do Ministério dos Esportes, o que se faz é confessar a irregularidade havida. Acusar o denunciante de ter adquirido carros e residência com recursos do convênio celebrado com o Ministério, é afirmar que há razões para as denúncias veiculadas pela imprensa, é uma confissão ou é uma autoconfissão da irregularidade havida.

Sr. Presidente, sei que o tempo é escasso, sobretudo porque a oposição está limitada nesta questão – vejo aqui o Cyro e Mário Couto –, mas eu gostaria de colocar questões objetivas para o Ministro responder.

O que se diz é que o convênio é celebrado com uma ONG que substitui... Aliás, é a primeira indagação: por que substituir governos estaduais e prefeituras municipais por organizações não-governamentais que se aparelham para obter recursos do Ministério do Esporte? E, coincidentemente, nós podemos citar algumas, muitas delas ligadas ao partido do Ministro à época e do atual Ministro. O que se afirma – e o denunciante também diz isso – é que, para a celebração do convênio, repassavam-se 20% do valor a pretexto de que uma empresa de consultoria deveria prestar consultoria e essa seria a remuneração.

O denunciante concordou, aceitou a regra, depois verificou que não existia empresa de consultoria e que a consultoria era realizada no próprio Ministério. Ele deixou de repassar os valores e, a partir daí, houve o enfrentamento dele com o Ministério. Alegou que esses recursos seriam repassados ao partido para o fortalecimento da agremiação nas eleições subseqüentes. Ele próprio disputou a eleição em Brasília. Em determinada campanha eleitoral, participou também, oferecendo a sua contribuição.

Entre as ONGs beneficiadas está o Instituto Cultural Ambiental do Rio de Janeiro (R\$5,5 milhões) – Pedro Ribeiro é do PC do B. Outra ONG: Instituto Contato, de Santa Catarina (R\$20 milhões) – o presidente é Rui Oliveira, do PC do B; Simone Fraga também é do PC do B. Esses valores, 20 milhões, vão de 2007 a 2011.

Em Brasília, temos algumas associações beneficiadas, que, segundo a denúncia, não prestaram serviço algum, apenas receberam: Toni Matos, Associação Nossa Senhora Imaculada Conceição, Liga de Futebol Society do Distrito Federal, Instituto Novo Horizonte. Mas, na verdade, o que se denunciou é que, além das organizações não-governamentais, há empresas constituídas que atuaram em conexão com essas organizações não-governamentais, com vínculos de relação pessoal e até familiar.

Vou dar como exemplo uma delas, que, aliás, é uma ONG que foi apresentada a todo o Brasil no último domingo pelo programa Fantástico, da Rede Globo, que mostrou crianças de pés descalços correndo atrás de uma bola num terraço, mostrou um prédio onde deveria existir uma empresa e a empresa lá não está instalada, e não conseguiu arrancar explicações para o fornecimento de produtos de empresas vinculadas a essa organização não-governamental.

Eu tenho os documentos, Sr. Ministro, que mostram as relações familiares existentes entre ONG, empresas fornecedoras e, inclusive, entre pessoas que forneceram os atestados necessários para a celebração do convênio.

Essa ONG Para Frente Brasil foi inscrita sob o nome de Bola para Frente, é liderada pela ex-jogadora Karina, mas a presidente da ONG se chama Rosa Malvina da Silva, que é irmã do diretor social. A mãe de ambos, Aparecida de Souza, faz parte do conselho fiscal; a vice-diretora Gisele da Silva Toledo é filha de um membro do conselho fiscal, Josefa da Silva Toledo.

Uma ONG, para celebrar convênio com um Ministério, precisa de três atestados de capacidade técnica, dados por pessoas idôneas. Pois bem, o atestado foi feito pelo Secretário de Educação de Santo Antônio da Posse Achile Fosco, que vem a ser marido da Iara Zalla Fosco, membro do conselho fiscal da ONG, ambos pais de Daniela Fosco, secretária executiva da ONG, e de Bruno Fosco, secretário administrativo da ONG. O Ministério aceitou esse atestado.

Dentre os fundadores da ONG, consta o Sr. João Paulo Zonzini, e ele é proprietário da empresa J. P. Zonzini Festas, contratada pela ONG. Portanto, ele é da ONG e da empresa contratada pela ONG – isso está documentado com ata, com contrato, com carteiras de identidades. Nós trouxemos os documentos exatamente para que não se peça aqui prova em razão da afirmação que estou fazendo.

Em relação ao que ouvimos, especialmente no dia ontem, a afirmação, Ministro – e eu faço isso de forma também tranquila e desarmada – não é minha, mas sou obrigado a apresentá-la a V. Ex^a: V. Ex^a era o executivo desse esquema desde seu início. Mesmo à época do Ministro Agnelo Queiroz, V. Ex^a é quem coordenava esse esquema com a participação de ONGs que eram aparelhadas exatamente para obter recursos do Ministério, substituindo Prefeituras e Governos Estaduais, sem a prestação de contas. Muitas delas, como essas referidas (de Brasília), sem a prestação de serviço algum. Portanto, aquele que tem sido acusado e destruído, por ter denunciado, deve responder à Justiça e, no dia de amanhã, ele estará prestando depoimento à Polícia Federal. E nós queremos aqui

manifestar nossa absoluta confiança tanto na Polícia Federal quanto no Ministério Público. Esse escândalo será devidamente elucidado para a sociedade brasileira e nós teremos um diagnóstico completo com a responsabilização civil e criminal dos envolvidos, sejam eles quem for, de um lado ou de outro, do lado de quem denuncia ou do lado de quem é denunciado.

Diz o denunciante que V. Ex^a o convidou para, em uma audiência, fazer um acerto a fim de que ele se calasse. Isso foi em abril de 2008. A reunião a que V. Ex^a fez referência e da qual não participou. E, segundo V. Ex^a afirmou, existiria uma gravação em torno dessa reunião, teria sido o desdobramento... Eu estou transmitindo o que ouvi para que V. Ex^a possa dar esclarecimentos a esta Comissão e a esta Casa. Que, como decorrência da reunião havida com V. Ex^a, determinou-se uma outra reunião no sétimo andar do Ministério, com a presença dos senhores Adson, Júlio Filgueiras, Charles e Fábio Hansen e que exatamente nessa reunião teria ocorrido uma gravação.

São indagações que fazemos a V. Ex^a e nossa surpresa é que depois de tantas denúncias, desde 2007... Em 2008, nós pedimos uma auditoria ao Tribunal de Contas da União. Esse requerimento nem sequer foi aprovado pelo Senado Federal até hoje, mas houve um requerimento de nossa autoria em 2008, exatamente porque as denúncias já existiam: as de favorecimento a determinadas ONGs. Portanto, não é o Sr. João Dias, apenas, que está fazendo denúncias. Estas denúncias são anteriores. E desqualificar esse denunciante não pode ser aceito como uma sentença de absolvição judicial para eventuais envolvidos em desvios de recursos volumosos do Ministério dos Esportes. O que importa dizer, Sr. Ministro, que quem assume, neste momento, a responsabilidade de responder por essas questões é V. Ex^a e é por essa razão, com a simpatia que temos por V. Ex^a – ou mesmo que não a tivéssemos –, somos obrigados a indagar sobre todas estas questões. Eu não imagino que V. Ex^a concorde que recursos possam ser destinados para uma ONG como esta – de fragilidade aqui revelada, com interesses familiares, com envolvimento suspeitos –, possa receber R\$28 milhões como recebeu esta ONG, *Pra Frente Brasil*, ou a outra que, de 2007 até esta data, teria recebido cerca de R\$30 milhões – se não me falha a memória... Aliás, R\$20 milhões, o Instituto Contato. E estas, de Brasília, mais próximas do Ministério recebendo também valores expressivos sem a prestação do serviço correspondente.

Portanto, Sr. Ministro, são desvios significativos, que não se justificam, sobretudo porque Prefeituras Municipais e Governos Estaduais estão mais aparelhados, com mecanismos de maior transparência para

a aplicação desses recursos do Governo. Não imaginamos como se possa passar de um mandato para o outro – e para o terceiro mandato – sem que isso se altere. Essas são questões essenciais, Sr. Ministro. Não vou fazer outras indagações mais na direção do questionamento policialesco, como caixa de papelão carregada de dinheiro em garagem de Ministério... Não farei esse tipo de indagação a V. Ex^a, porque acho que essa é uma questão para a Polícia Federal. Portanto, espero que V. Ex^a compreenda o papel da oposição que está aqui com esse objetivo.

Lamento que esta Casa não tenha aprovado o requerimento que convidava o Sr. João Dias para aqui esclarecer fatos, e também o ex-Ministro Agnelo Queiroz, porque V. Ex^a afirmou que foi por sugestão dele que V. Ex^a recebeu o Sr. João Dias. Eu indago – aproveito para indagar de V. Ex^a – se tinha conhecimento da orientação do Ministro Agnelo Queiroz para que todas essas ONGs vinculadas ao partido, ao PCdoB, pudessem ser privilegiadas com os recursos do Ministério. São indagações e eu vou parar por aqui aguardando a réplica, se houver necessidade.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra, o Ministro Orlando.

O SR. ORLANDO DIAS – Queria antes... Fui indelicado com a Senadora Vanessa e não agradei as palavras da Senadora Vanessa Grazziotin.

Senador Alvaro Dias, claro que eu tenho absoluta consciência de sua responsabilidade como homem público, porque essa é sua trajetória. Nós convivemos em momentos, discutindo temas dos mais diversos nesta Casa, e em todos eles o senhor sempre se manteve altivo, respeitador, no jogo democrático, entendendo o papel que tem o Governo, as suas responsabilidades, assim como nós entendemos o papel que tem a oposição e as suas responsabilidades.

Quero insistir, Senador, de que, quando afirmo a desqualificação do acusador, eu digo e repito: o acusador ataca, agride sem provas em um processo em que eu exijo que haja devolução do dinheiro público desviado por ele. E as provas do mal feito realizado por ele estão na instrução do processo que, neste momento, está no Tribunal de Contas da União. Eu falo de um processo que foi concluído, desde 2010 – no começo de 2010 –, e já foi remetido ao Tribunal de Contas da União. E todo o direito de defesa, de apresentação de documentos, de prestação de contas... Todo o direito foi respeitado, todo prazo foi permitido. Entretanto, não foi comprovada a utilização adequada dos recursos; daí a exigência que faço de devolução do dinheiro público. Se não foi cumprido o objeto do convênio, há de ser devolvido o dinheiro público. E é esse sujeito, que se recusa a devolver dinheiro público, que ele desviou,

que considero eu um desqualificado, que reage em função da cobrança que faço pela devolução. Eu exijo que devolva o dinheiro público! Essa é a atitude que nós sempre tivemos, essa é a atitude que nós sempre temos. E não vai ser com ataques baixos, utilizando a luta política que existe no Brasil... Porque a única explicação para que tenha eco, a manifestação desse delinquente, é a luta política que existe no Brasil. Não vão ser ataques desse tipo que vão nos intimidar. Continuaremos exigindo a devolução de cada centavo do dinheiro público que esse sujeito desviou. Eu tenho as provas de que ele é um corrupto! Por isso, nós instauramos a tomada de contas especiais. Por isso, Senador, quando o desqualifico, é porque é um criminoso que reage à demonstração prática de um delito que cometeu, tentando intimidar a ação de um gestor público. Esse é o fato! Insisto: quem possui provas sou eu; por isso, exijo que ele devolva o dinheiro público que por ele foi desviado.

O senhor questionou com relação à hipótese de cobranças, taxas, consultorias, etc... É fraseado desse sujeito. O programa tem regras, critérios técnicos para a formalização do convênio, e a sua formalização deve cumprir todos os critérios técnicos, assim como há acompanhamento, há fiscalização que, aliás, cresce ano após ano: cresce o número de fiscalizações que realizamos no programa. Assim como há regras para a prestação de contas, e nós procuramos aplicar essas regras para a prestação de contas.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Apenas para colaborar e acrescentar, ele disse que em algumas oportunidades o repasse dos 20% se dava através de TED, operação bancária e, em outras oportunidades, o dinheiro era em espécie – isso é o que ele afirmou.

O SR. ORLANDO DIAS – Eu afirmo que é mais uma mentira, porque eu – eu – recebi esse senhor uma vez: antes da assinatura do primeiro convênio e, sim, era uma recomendação do então Ministro de Esportes, que recomendou que eu recebesse um dirigente de uma entidade esportiva. Nós falamos do ano de 2005. Um dirigente de uma entidade esportiva, pura e simplesmente. E percebo inclusive como certa manobra política a tentativa de vinculação desse sujeito com o próprio Governador do Distrito Federal, que considero uma pessoa ilibada, uma pessoa correta, uma pessoa honrada.

Com relação à preocupação que o senhor manifestou, acerca da substituição de ONGs por Estados e prefeituras, insisto, Senador, talvez eu não tenha sido claro: hoje, temos exatamente 232 convênios em vigência do Programa Segundo Tempo. Desses, 25 – dos 232 – são convênios com entidades não go-

vernamentais. Portanto, não há uma substituição, há uma participação de entidades dentro de um conjunto. Perto de 90% dos convênios são com entes públicos. Portanto, não há uma substituição. Informe-me, talvez não tenha sido claro, informo mais uma vez: fizemos uma chamada pública, iniciamos em julho, no dia 12 de julho de 2011, concluímos em setembro e já publicamos o resultado, com a decisão de gestão de não conveniar com nenhuma entidade não governamental. Devemos inclusive entrar o ano de 2012 com apenas oito convênios com entidades não governamentais, que ainda terão vigência por um período em 2012, e em 2012 não teremos mais nenhuma entidade privada conveniada no Programa Segundo Tempo.

O senhor fez referência, Senador, a alguns convênios concretamente. Nós firmamos, na história desse programa, 910 convênios. O senhor deve considerar que não é simples, de memória, dominar informações de 910 convênios. Portanto, nós temos a obrigação de ofertar as informações para o senhor, seguramente. Inclusive, se houver requerimento formal, fique seguro de que todas as informações detalhadas de todos os convênios serão repassadas ao senhor, como de resto é um trabalho regular, é um trabalho permanente. Recebemos permanentemente requerimentos do Congresso e esclarecemos dúvidas do Parlamento, assim como temos uma atitude padrão. Por exemplo, se há uma notícia, por um órgão de imprensa ou através da Ouvidoria do Ministério, ou através de um órgão de controle interno de alguma instituição, ou através de algum Parlamentar, qualquer notícia que é informada ao Ministério, nós instauramos um processo interno de apuração, e, por vezes, já punimos responsáveis por desvios de conduta obtidos através de denúncias, por exemplo, na nossa Ouvidoria. A matéria a que o senhor se referiu, que foi publicada no último domingo, inclusive ensejou uma determinação minha de auditoria nas prestações de conta da referida entidade, já que foi feita uma denúncia por parte de um órgão de imprensa. E na primeira hora em que eu tiver...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Só que essa denúncia não é nova, Ministro. V. Ex^a não tomou providências antes?

O SR. ORLANDO SILVA – Todas as prestações de contas, Sr. Senador...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Eu próprio indaguei de V. Ex^a, há alguns meses, na Comissão de Educação, sobre essa ONG do Estado de São Paulo.

O SR. ORLANDO SILVA – Todas as entidades e prefeituras de governos estaduais e entes federais que firmam convênios conosco, ao final do prazo de vigência, apresentam uma prestação de contas. É feita

a análise de cumprimento do objeto do convênio. Este é o processo legal: é feita a análise do cumprimento do objeto do convênio a um parecer técnico. Ao lado disso, é feita uma análise contábil e financeira do mesmo convênio. É checada a documentação. Toda a documentação é checada, e a partir daí você pode aprovar ou reprovar os convênios firmados. Então, insisto: eu teria que olhar amiúde porque são 910 convênios firmados só nesse programa. E terei o maior prazer de informar ao senhor.

Gostaria, por fim, Senador, apenas em respeito à sua trajetória, à sua atividade, pela admiração que tenho pelo trabalho que o senhor realiza, fazer um registro. Eu reafirmo que são caluniosas as manifestações desse senhor que os senhores receberam na Casa, na tarde de ontem, parece. São caluniosas. Eu reafirmo que eu tomei a iniciativa de solicitar a apuração pela Polícia Federal, eu tomei a iniciativa de solicitar a apuração pelo Ministério Público, eu tomei a iniciativa de solicitar a apuração pela Comissão de Ética Pública, eu tomei a iniciativa de vir à Câmara e ao Senado, porque eu, mais do que ninguém, quero claramente estabelecer a verdade. E assim como o senhor, que sempre dignamente expressa os interesses e as posições do Estado do Paraná, queria sugerir que, com a mesma seriedade, o senhor faça o registro, na tribuna do Senado Federal, após o adequado esclarecimento desses fatos, sobre a minha honra. Eu tenho certeza que o senhor vai me admirar mais, pela simpatia e pela honra que vai ser lavada depois da demonstração clara dos equívocos e dos ataques que eu sofri nos últimos dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, para a réplica.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador, dois minutos para réplica.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Apenas para enfatizar que é visível a existência de favorecimento na celebração desses convênios, uma vez que as ONGs vinculadas ao partido do Ministro e também do ex-Ministro são, desde 2004, favorecidas, privilegiadas. Essa relação existe, está comprovada, não é uma denúncia sem prova, é uma denúncia provada e comprovada documental e materialmente.

Quanto à materialidade das irregularidades verificadas no período, o exemplo mais presente é exatamente o do denunciante João Dias. Ele próprio confessa ter repassado os recursos, e o Ministro, de outro lado, na contrapartida, também confessa estar exigindo o ressarcimento aos cofres públicos.

Em relação à questão final, quero, sim, desejar que, o mais rapidamente possível, seja apresentado ao País o diagnóstico desse escândalo, para que pos-

samos responsabilizar civil e criminalmente aqueles que praticaram ilícitos e, se possível, através de ações judiciais, determinar o ressarcimento dos cofres públicos. É isso que nós desejamos.

E pode ter certeza, Ministro: se V. Ex^a for inocentado eu irei à tribuna do Senado Federal como oposição, Líder do PSDB, para desagravá-lo. É o meu desejo. Não sei se isso ocorrerá, mas, se ocorrer, pode esperar que eu o farei.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Vai acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Há alguns instantes, o Senador Pedro Taques se dirigia aqui à mesa para observar a ausência, a falta que faz uma legislação que garanta o direito de resposta às pessoas acusadas pela imprensa brasileira. Há uma proposta minha nesse sentido, e o relator é o Senador Pedro Taques, que, ao sair desta sala da Comissão, assumiu o compromisso de rapidamente apresentar o seu relatório.

Com a palavra, por cinco minutos, o Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero registrar também a presença, entre nós, do nosso Presidente Nacional Renato Rabelo, que nos honra e nos orgulha pela sua direção firme no Partido Comunista do Brasil e na condução do nosso partido no cenário político brasileiro de forma ajustada, precisa.

Quero também, Sr. Presidente, cumprimentar o Ministro pela sua atitude de reagir com indignação diante de calúnias. Acho que não podemos jamais... E muitos aqui entre nós exercemos cargos de governadores de Estado. Senador Alvaro Dias foi governador de Estado, Senador Requião foi governador de Estado, nosso querido Senador Rollemberg ocupou funções no Ministério da Ciência e Tecnologia de grande responsabilidade, nossa Senadora Lídice da Mata, prefeita da nossa querida Salvador, terra do nosso Ministro Orlando Silva. Se fôssemos examinar quantas acusações foram feitas a essas pessoas...

Há pouco, estava ao meu lado, e aqui está o ex-Governador Carlos Valadares, Humberto Costa que foi enxovalhado publicamente. Precisou ir à Justiça para restaurar a verdade e a honra. Mas as páginas da mídia não o fizeram. Teve que ir à Justiça restaurar a sua dignidade e a sua honra. Hoje, cumpre um mandato sério e honrado entre nós. Está aqui o exemplo. Agora tentam atingir a honra de V. Ex^a, mas V. Ex^a sabe muito bem que não é exatamente dirigido só a V. Ex^a. Sabe que é um jogo, que é uma armação, uma armação dentro do debate político. Mas há uma fragilidade no jogo político, digamos assim, do adversário

político, que não se baseia só nos partidos. Não temos adversários só nos partidos.

Lembro como a dirigente da Associação Nacional de Jornais disse, na campanha eleitoral, que aquilo que a oposição estava incapacitada, por incompreensão e debilidades, de fazer, eles fariam. Eles poderiam fazer o papel da oposição. Seria o partido da oposição. Eu vejo mais ou menos nesse sentido.

Mas qual é a fragilidade? A fragilidade, não é V. Ex^a que desqualifica o acusador; não é. O problema é que o acusador é um desqualificado! O acusador vem aos jornais e às revistas e aparece num palanque midiático; ele não precisa vir aqui. Ele não precisa vir à Câmara, nem ao Senado. Já lhe foi oferecido um palanque nacional, para que ele pudesse fazer as suas acusações insanas...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – E sem o direito de resposta do acusado.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Nenhum! Pelo contrário. Com a ideia de que se pode tirar por meio da acusação de um malfeitor um ministro de Estado do Governo. Eu considero que, às vezes, é difícil, pela fragilidade desse acusador. Eu acho que aqueles que tentaram pegar esse acusador como base de sustentação vão se arrepender e vão se arrepender muito porque sabem que estão com um delinquente, um chantagista, que cometeu esses crimes e outros, esses crimes e outros, gravíssimos.

Eu pediria aos ágeis e honrados jornalistas dessas revistas e jornais que fizessem uma análise da folha corrida do acusador. Não é para ver a sua fortuna, não, de como ele ganhou milhões. Não com o Ministério dos Esportes, de que está pedindo a devolução, mas de onde ele tirou milhões para fazer uma fortuna. De onde tirou? Como funcionário público? Como policial? De onde tirou esse dinheiro? Procurem a folha corrida. Ele é desqualificado pela sua folha corrida. Não é pelo ministro, não. É que ele não tem gabarito, e a oposição tem de agir, cumprindo o seu papel, mas se servir de um desqualificado de meia tigela para acusar um ministro de Estado? Uma pessoa honrada como o Ministro Orlando Silva? Sinceramente, é querer fazer o jogo, e a gente precisa saber quem está por trás desse desqualificado. Quais são os interesses por trás desse desqualificado? Quem é o mandatário desse desqualificado? Quanto custa esse desqualificado?

Acho que aqui vamos ter de examinar e, nesse sentido, o ministro tomou as providências ajustadas, mas nós também. Nós também temos de tomar as medidas ajustadas. Eu acho que acusar o PCdoB, aí nós já entramos em outro terreno. Se alguns setores querem entrar numa disputa político-ideológica envolvendo o PCdoB, é outro terreno do debate, que nós queremos

separar. Nós vamos separar. Não vamos aceitar essa ideia de ficar num círculo: cada dia eu trago um fato novo, cada dia faço uma história nova, para manter uma novela. Vamos tratar aqui dessa acusação insana contra o Ministro do Esporte e, em seguida, tratamos da batalha político-ideológica em relação ao PCdoB. É outro terreno, que nós também topamos.

Nós estamos prestes a completar 90 anos de idade porque nós topamos comprar e enfrentar todas as batalhas no campo político e ideológico. Senão, não teríamos 90 anos. Não teríamos chegado aqui. É porque nós topamos. Aí, não tem problema. Aí é outra frente. Nós entramos nela depois, mas primeiro vamos ajustar essa questão, Ministro. Vamos reparar essa questão.

Nenhuma ONG está proibida, porque seja filiada o seu membro ao PCdoB, de fazer convênio com qualquer ministério.

Quero apenas fazer um reparo para uma ação republicana em relação à ONG dirigida pela ex-atleta Karina, hoje vereadora do meu Partido. O reparo é que ela dirige uma ONG que trabalha com as seguintes prefeituras no Estado de São Paulo: quatro prefeituras do PSDB, quatro prefeituras do PSDB, que é quem tem o maior número de prefeituras trabalhando com essa ONG; três do PMDB, três do PT, duas do PPS, uma do PDT, uma do PTB, uma do DEM, uma do PSB e uma do PV. Não tem nenhuma prefeitura do PCdoB.

Então, ela agiu e trabalha republicanamente. Não excluiu nenhum partido, trabalha com todos em São Paulo, com todas as agremiações. É bom pegarem o depoimento aqueles que querem acusar de forma sorrateira e grosseira, as informações com essas prefeituras. Se há desvio...porque os desvios de conduta dessas ONGs, evidentemente o ministério vai apurar.

Então, não tenho e não vou fazer perguntas a V. Ex^a. Eu quero é compartilhar da indignação de que nós não aceitaremos. Nós vamos; assim como V. Ex^a vai às últimas consequências, nós também. Nós também vamos às últimas consequências. O Partido de V. Ex^a vai às últimas consequências não só no apoio a V. Ex^a, mas no enfrentamento do debate com esses setores que acham que, todos os dias, podem fazer uma acusação leviana para tirar um ministro de Estado do seu posto.

Com o PCdoB não! Com o PCdoB não. Nós topamos esse debate e esse enfrentamento. Não é de agora. Isso vem numa cantilena. Talvez alguns imaginem que ficou grande demais o Ministério do Esporte para o PCdoB. Quer dizer, era uma coisinha muito pequena, mas tem uma visibilidade hoje extraordinária! Quer dizer, o resultado do Pan, com 40% dos atletas bolsistas do Ministério do Esporte, sinceramente, é um orgulho para o Brasil. É um orgulho para o Senado, para

o Congresso Nacional, que aprovou esse programa aqui que V. Ex^a conduz, que está dando o resultado em medalhas. E alguns nem querem publicar que o Brasil está ganhando tantas medalhas, mas está ganhando. E é o resultado desse trabalho, desse esforço que foi feito no Ministério do Esporte, com atuação de forma honrada, honesta e bem conduzida por V. Ex^a. E conquistamos essas duas coisas extraordinárias.

Olha que havia uma peitica enorme para tentar impedir que o Brasil ganhasse a realização da Copa do Mundo e da Olimpíada. E ganhou, ganhou num trabalho muito bem articulado, com a participação de V. Ex^a.

Então, esses resultados evidentemente alguém olha e diz: “Puxa vida! Por que o PCdoB dirige esse ministério? Está tão grande. Está tão visível. Tem tanta visibilidade. Quais são os interesses em jogo?”. Nós também topamos discutir isso, mas não vamos discutir isso saindo do nosso posto. Nosso posto nós vamos manter com a firmeza, com a dignidade, e esses instrumentos vis, como essa tal testemunha que não apresentou uma prova sequer... É uma vergonha que se faça uma denúncia sem que se tenha uma prova sequer. É algo absurdo, inaceitável, mas que se mantém na cena nacional. Não precisa prova.

Chegaram ao desplante na revista de querer jogar a opinião pública contra o Ministro! O Twitter respondeu. As mídias sociais responderam, e eles tiveram que ouvir também que o Ministro é respaldado por um leque grande, não só de seu Partido, mas de apoiadores em todos os partidos, que vieram. Ontem estiveram na Câmara e hoje estão aqui porque conhecem o trabalho de V. Ex^a, respeitam o trabalho de V. Ex^a, mesmo que discordem politicamente do trabalho de V. Ex^a.

Então, Ministro, você conta com o nosso apoio. Nós também estamos indignados com essas atitudes, promovidas por gente que não tem qualificação alguma, e nós vamos enfrentar. Eu acho que somos daqueles que não aceitamos a máxima: “*Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come*”. Nós somos daqueles de encarar o bicho. Então, se o bicho está aí, nós vamos encarar.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Não tendo o Senador Inácio feito uma interpelação, não há necessidade da resposta do Ministro no caso. Mas, além do debate interessante que está havendo nesta Comissão, me surge uma ideia, que transformo em sugestão ao Ministério Público brasileiro: investigar a ocorrência dessa figura excepcional, que é um denunciado contratado com exclusividade por uma revista semanal.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Roberto Requião, Presidente Rodrigo Rol-

lemberg, das Comissões que fazem conjuntamente esta audiência com o Ministro Orlando Silva.

Agradeço também a disposição do Ministro em cumprir aqui um dever constitucional que o mandato lhe impõe para dar os esclarecimentos. O meu objetivo aqui, Ministro Orlando Silva, não é criar juízo de valor sobre ninguém, mas esclarecer. O objetivo é este: esclarecer.

Até fui uma das signatárias do requerimento para sua presença aqui porque, como jornalista por muito tempo, entendo as críticas que são feitas aqui e acho, como disse o Senador Inácio Arruda, a justiça é o caminho para dirimir e para corrigir as injustiças, no caso, como ele citou, de Humberto Costa. E eventualmente outros. Os excessos cometidos têm que realmente ser punidos.

Isso talvez, então, possa justificar também que se crie uma lei que venha a amordçar, a cercear a liberdade de imprensa. Quarenta anos de jornalismo me deram a convicção de que o Brasil precisa de uma imprensa livre para que a democracia se consolide também.

O senhor declarou, Ministro – e como eu disse a minha única preocupação que também o mandato me impõe são os esclarecimentos...e aí eu quero cumprimentá-lo também porque, desde o começo, V. Ex^a esteve aberto, desde Guadalajara, e aqui também, para prestar essas informações.

O senhor declarou que o denunciante, o policial militar João Dias Ferreira, é desqualificado, bandido e aqui usou a palavra criminoso. Então, eu lhe pergunto como uma pessoas dessas, com essas características, levanta do Ministério dos Esportes mais de R\$3 milhões para uma ONG dele? Não houve avaliação das condições técnicas e éticas dessa ONG quando levantou esse dinheiro? Foi mal avaliado, houve um tratamento especial por alguma condição?

E, nesse episódio, o senhor fez referência, nas primeiras declarações, sobre a relação que havia do seu antecessor, o atual Governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz. Então, como isso se coloca nesse espaço de tempo?

Foi colocado aqui também e eu queria uma referência clara do senhor: o senhor insistiu muito na matéria da Veja, mas também o Fantástico mencionado aqui há pouco mostrou que a ONG Bola pra Frente, criada por Karina Valéria Rodrigues, que agora se denomina Pra Frente Brasil, atuando no mesmo programa Segundo Tempo, em seis anos, levantou R\$28 milhões. O Senador Inácio Arruda mostrou aqui que muitos desses convênios para essa ONG foram por prefeituras e ele até designou quatro do PSDB, quatro do PMDB, uma do PPS, uma do DEM, e assim por

diante. Então, eu queria saber se essa ONG continua cooperando com o Ministério, se também ela será instada a devolver os recursos aplicados irregularmente nesse programa Bola pra Frente.

Hoje a imprensa, Ministro, e aí eu tenho a leitura como comunicadora, jornalista, Senadora, tem duas versões: que essa denúncia não nasceu assim espontaneamente da cabeça, que estaria sendo estimulada por alguns adversários poderosos – a CBF, a Fifa e internamente partidos políticos da base aliada, que estão de olho nesse seu Ministério, que, hoje, tem um espaço muito importante não só por causa da Copa de 2014, mas também por causa das Olimpíadas de 2016. Então, se há esse tipo de influência dessas entidades poderosas, quem estaria por trás disso, além do PM João Dias Ferreira?

Eu queria lhe perguntar: depois dessas irregularidades, que alterações o senhor pretende aplicar ao programa Segundo Tempo, que é muito importante especialmente para os jovens da periferia? Eu o considero um programa da maior validade para os nossos meninos. Que alterações serão feitas? Que critérios serão adotados para a escolha das entidades? Será dada preferência, como ouvi da Presidenta Dilma Rousseff, a repasses a Estados e a Municípios, não a ONGs?

Por fim, Ministro Orlando Silva, eu queria saber se o senhor vai continuar como interlocutor do Governo nas negociações da Copa de 2014 e também nas negociações com o Congresso em torno da Lei Geral da Copa de 2014?

Eram essas as minhas questões, caro Ministro Orlando Silva.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Concedo a palavra ao Ministro Orlando Silva por cinco minutos.

O SR. ORLANDO SILVA – Obrigado, Senadora.

Compreendo, como a senhora, Senadora, que a justiça é o caminho para a contestação das calúnias que sofri. E, por isso, a própria Advocacia-Geral da União vai impetrar, inicialmente, uma queixa-crime para iniciar esse processo judicial. Vou tomar todas as medidas no plano penal e no plano civil para reestabelecer minha honra. Então, tenho plena concordância com a senhora.

E digo mais, Senadora: refleti muito sobre até onde eu iria tomar medidas judiciais. Há dois personagens que se apresentaram como autores dessas calúnias. E a minha decisão, Senadora, é a de processar esses dois personagens.

Houve mesmo amigos próximos e familiares que questionaram: “Não seria adequado processar a revista? Não seria adequado processar o jornalista?”. Tomei, Senadora, uma decisão, e, até aqui, a minha posição

é a de processar os caluniadores, para que não paire dúvida quanto à compreensão que tenho acerca do papel da imprensa livre no Brasil. É um gesto, é um pequeno gesto, é um gesto pessoal, é uma decisão de foro íntimo que tomei, para, simbolicamente, dizer: “Atenção! A imprensa tem um valor inestimável para a consolidação da democracia brasileira”. E aposto que esse meu gesto vai significar também o compromisso dessa mesma imprensa que homenageei, ao não tomar uma atitude distinta dessa. A minha esperança é a de que os bons profissionais de imprensa, assim como a senhora – e são milhares os que atuam no Brasil –, terão cuidado, terão critério, farão a apuração devida, como, até onde sei, diz o bom jornalismo, para não publicar uma notícia sem a devida apuração.

Portanto, Senadora, sou um otimista, confio no Brasil. E, por isso, tomarei todas as medidas judiciais contra os caluniadores. Simbolicamente, faço um apelo, com esse gesto, para que o bom jornalismo se fortaleça no Brasil. Daí a minha aposta de que, nos próximos dias, as apurações serão realizadas e de que a reparação será feita. Inclusive, eu próprio, que não tenho a prática de ligar para redações de jornais, de rádios ou de tevês – longe de mim, ligar para as direções de redação de rádio e de tevê para sugerir, propor, intimidar, protestar! –, tomei a atitude de procurar o diretor da revista que publicou a calúnia, a *Veja*, e de dizer: “O mínimo que se pode fazer é ofertar o mesmo espaço, para que a verdade seja reestabelecida”. Sigo aguardando a manifestação.

A senhora questiona, Senadora, como um sujeito com essas características conseguiu firmar um convênio. Eu faria uma analogia. Não são poucas as vezes em que homens públicos, alguns dos quais eleitos pelo voto popular, conquistam um determinado espaço político, conquistam uma determinada posição política e são flagrados na má utilização de recursos e punidos em função disso.

Dê poder a um homem e você o verá revelar-se. Assim como existe na política, existe na sociedade. E quando se apresentou a proposta, era um dirigente de uma entidade que tinha um projeto social; ao longo do período da execução do convênio, é que foi revelada a verdadeira personalidade. Daí, as fiscalizações e o acompanhamento que fizemos revelaram os malfeitos, que, a partir daí, combatemos.

E quanto mais combatíamos, quanto mais cobrávamos, mais radicalizavam, mais tensa era a relação. Então, essa é a resposta que ofereço para a senhora. Quando foi apresentado, o projeto tinha determinadas características, as entidades tinham determinadas características, havia um trabalho prévio, inclusive em determinada região da cidade, que, ao longo do tem-

po, se mostrou inviável, inaplicável aquele convênio estabelecido.

Insisto que prefiro registrar que o Governador Agnello Queiroz, assim como eu, recebeu um dirigente de entidade esportiva. A recomendação dele era estimular a prática esportiva na periferia do Distrito Federal, e tenho certeza de que ele não tem nenhum vínculo com essa pessoa que seja diverso do vínculo pautado pelo interesse público.

A senhora fez referência à entidade Pra Frente Brasil, registrada na notícia. Essa entidade, desde 2004, tem convênios e registro. Convênios que têm atividades regulares, que têm prestação de contas de cumprimento do objeto do convênio, prestação de contas de análises contábil e financeira, prestações de contas aprovadas, inclusive no Ministério. O que não quer dizer que nós não possamos voltar a examinar. Tanto que, informado pela reportagem, nós determinamos um reexame dessas contas. E a própria entidade manifestou o seu interesse de que a fiscalização fosse feita.

Então, a relação dela se dá com prefeituras. O Senador Inácio Arruda teve a oportunidade de afirmar. Inclusive, o secretário de educação da cidade, cujo parecer foi referido pelo Senador Alvaro Dias, da cidade de Posse, o secretário de educação é de uma prefeitura à época administrada pelo PSDB. Esse secretário que foi referido pelo Senador Alvaro Dias. E nós não podemos, a princípio, imputar culpa nem ao secretário e muito menos ao prefeito da cidade, muito menos ao prefeito, independente do partido de que ele faça parte. É uma relação em que prefeituras assinam documentos se comprometendo de executar conjuntamente o convênio com aquela entidade. Porque, muitas vezes, há prefeituras com dificuldades múltiplas. Por vezes, um novo gestor assume a prefeitura, o gestor anterior não agia adequadamente, a cidade fica inadimplente e, por isso, a parceria com a entidade permite a oportunidade para que essas crianças dessas cidades tenham acesso a esse convênio. Mas insisto: 90% dos convênios se dão com entes públicos, cidades, Estados e Governo federal, instituições do Governo federal.

Toda e qualquer denúncia comprovada nos faz exigir a devolução de recursos públicos. Então, qualquer irregularidade identificada terá como consequência a exigência da devolução de recursos públicos. Essa é a atitude padrão que nós temos, em todo e qualquer convênio, e a leitura dessa prestação de contas, também nesse caso, pode ter essa repercussão se houver necessidade de fazer isso.

Eu prefiro, Senadora, evitar participar de um debate político. Talvez a senhora tivesse uma capacidade bem superior a minha, por ter sido analista política por tanto tempo. Eu prefiro que a senhora possa fazer aná-

lise sobre cenário político, tendências, possibilidades, comportamento de atores políticos, porque não me caberia aqui uma manifestação desse tipo sob pena de acirrar mais ainda a luta política no Brasil.

Faço apenas um breve comentário, um breve comentário, porque aqui e acolá se fala de Fifa, de CBF. A relação que o Governo do Brasil tem com a Fifa e com a CBF é absolutamente positiva, é uma relação estável. A Fifa é uma entidade, a CBF é outra entidade e o Governo do Brasil é outra coisa. Cada um faz a defesa do seu interesse. Por vezes, há convergência de posições e de opiniões. Por vezes, pode haver divergências de posições e de opiniões. Eu vejo com naturalidade. No meu caso, inclusive, quando falo com essas instituições, não é o Orlando Silva que fala apenas; não é o Ministro do Esporte que fala apenas, quem fala é o Governo do Brasil. Então, defendo as posições do meu Governo, que podem ser coincidentes por vezes e podem ser divergentes outras vezes.

Encaro isso com naturalidade, e a impressão que tenho é que as entidades internacionais também veem com naturalidade. Aliás, a relação tem sido cada vez mais positiva.

Em Bruxelas, numa reunião havida com a participação inclusive da nossa Presidenta Dilma, ficaram claras determinadas posições do Governo sobre polêmicas públicas que aconteciam. Então, é natural. O que eu diria é que a Fifa e o Brasil têm o mesmo objetivo, que é fazer uma grande Copa em 2014.

A atribuição que tenho de coordenar o trabalho pelo Governo Federal me foi oferecido pela Presidenta Dilma, na primeira reunião de Governo, e foi instituída através de um decreto presidencial, o que orienta a nossa atividade, e é o que temos feito, inclusive com rotinas, mesmo nesta semana de discussão e de encaminhamento de temas ligados à Copa.

Espero, num prazo breve, poder voltar aqui, ao Senado Federal, logo que a Câmara dos Deputados vote a proposta de Lei Geral da Copa, para que possamos conversar um pouco com os Srs. Senadores sobre essa matéria.

E uma última observação, sobre as alterações que poderão ser feitas no programa. Eu, talvez, tenha falado de maneira muito aligeirada. Eu chamo a atenção, Senadora, para duas alterações que fizemos não em função dos temas de hoje, mas em função de ajustes permanentes que temos feito para qualificar mais o programa Segundo Tempo.

Primeiro, exclusivamente, convênios com entes públicos, prefeituras municipais, governos estaduais e entes federais. Essa é uma decisão a partir do edital de seleção pública que nós fizemos em julho. Então, fizemos edital público, foram apresentados 2.000 proje-

tos, perto de 600 projetos foram selecionados, e vamos atender no limite do orçamento. Está seguro que vamos atender pelo menos a metade desses convênios, mas vamos trabalhar para ter mais orçamento e atender os 600: prefeituras, governos estaduais e entes federais.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Espero que o Rio Grande seja bem tratado.

O SR. ORLANDO SILVA – Seguramente. O Secretário Kalil é muito ativo, e o Rio Grande deve ser parte desse novo esforço.

Então: um, ter prioridade entes públicos; dois, ter chamada pública, para ficarem mais nítidos ainda os critérios. São duas novidades. E a novidade que reputo como mais importante ou tão importante quanto essa é a associação entre esporte e educação.

Como a senhora sabe, existe o Programa Mais Educação, que é organizado pelo Ministério da Educação, que propõe alongar a jornada escolar, introduzindo outros conteúdos da formação escolar. E nós oferecemos ao Ministério da Educação uma parceria com o programa Segundo Tempo. Portanto, hoje, existe uma parceria do Segundo Tempo com o Programa Mais Educação. Começamos o primeiro ano, no ano passado, com 1.100 escolas. Ofertamos para 1.500; 1.100 aderiram. Este ano ofertamos para 5.000 escolas, e praticamente 5.000 aderiram. Foram 4.983, algo assim, as escolas que aderiram a essa parceria. Só não vamos alcançar as 15.000 escolas do Mais Educação porque o recurso é limitado, mas trabalhamos com o horizonte de alcançar todas as escolas do Mais Educação. E chamo a atenção: são as escolas de mais baixo índice de desenvolvimento da educação básica, as escolas com mais baixa qualidade de ensino.

Dessa maneira, nós apostamos que o esporte, inclusive, pode ajudar a qualificação do ensino, a tornar a escola mais atraente, mais alegre, motivando nossa juventude.

E um detalhe: analisando ao longo dos anos os vários convênios, sobretudo desde o ano passado, mandei colocar uma lupa – desde 2008/2009 – para ver onde havia problema de prestação de contas, quais eram as causas. E percebi que estavam nos recursos repassados para a alimentação das crianças e nos recursos repassados para material esportivo e uniformes. Qual a decisão? Material esportivo e uniforme, em vez de repassar recurso, fazer um pregão eletrônico nacional, incluindo a logística, para entregar diretamente nas escolas. O pregão eletrônico estimula a competitividade e permite que seja feito com a máxima transparência, porque é uma disputa, um certame na Internet. E, no caso da alimentação, passa a ser responsabilidade do parceiro local. Garantimos com isso restringir ainda

mais qualquer margem de malfeitos que possa haver num programa como esse.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A Mesa faria uma observação: estamos mantendo esta audiência pública ao arrepio do Regimento do Senado, porque a hora do expediente já começou no plenário e se discute o pré-sal. Mas como é uma situação extraordinária, nós vamos continuar passando...

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Se V. Ex^a pudesse atender o meu pedido, porque estou inscrito para falar agora, às 16h40min, se pudesse me dar a palavra...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A Senadora Lídice da Mata me assinala que lhe cede a vez.

Então, Senador Mário Couto com a palavra.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Meu caro Presidente Requião, em seu nome saúdo a Mesa.

Ministro Orlando Silva, ontem, preparei, como Líder da Oposição no Senado, um longo pronunciamento para falar sobre esta crise. À noite, fui procurado por um Senador que me falou do vosso caráter. Um Senador sério, competente e amigo. Prefiri não fazer o pronunciamento. Hoje, novamente, inscrevi-me para fazer o pronunciamento. Prefiri vir primeiro aqui, para fazer apenas um pedido a V. Ex^a, como Líder da Oposição, repito, no Senado Federal.

Primeiro, quero dizer que a democracia brasileira, Ministro, permite que a imprensa brasileira tenha o direito de publicar matérias, como publicou esta. Mas V. Ex^a também tem o direito democrático de repor a verdade. E a revista tem a obrigação de repor a verdade. Por isso eu não aceito as críticas nem à revista *Veja* e nem à Rede Globo. A imprensa brasileira está sendo aplaudida pelo povo brasileiro. A imprensa brasileira, incluindo a revista *Veja*, incluindo a Globo, a Record e outras emissoras, está prestando um papel muito importante à nossa sociedade. Muitas acusações foram feitas e foram comprovadas. Milhões e milhões de reais foram economizados. Dinheiro do imposto que paga o brasileiro. Dinheiro que ia para as crianças, Ministro, no programa que criou V. Ex^a, de alimentação a essas pobres crianças. A imprensa brasileira tem contribuído para que o dinheiro público seja aplicado de maneira correta, e deve continuar no seu papel. V. Ex^a tem o direito de ir à Justiça, se for inocente, e pedir o direito de reposição da verdade.

Amanhã, entrarei com um pedido de moção de honra ao mérito à revista *Veja*, não pela sua acusação, mas pelo trabalho que vem realizando no conjunto de acusações, e que muitas delas, ou a totalidade delas, até agora, foram comprovadas.

Foram anos e anos que este Senador alertou sobre o Dnit. Quantos bilhões perdeu a sociedade brasileira, enquanto a minha voz não foi ouvida! De 2004 a 2010, Ministro, já foram aplicados 28 bilhões em serviços de ONGs. Quantos e quantos bilhões foram desviados? Eu tinha várias perguntas para fazer a V. Ex^a, mas não vou fazer. Vou esperar que se passe algum tempo. Nem amanhã usarei a tribuna, vou esperar o final desta semana, até porque a pessoa que me falou é uma pessoa em quem eu acredito demais.

Ministro, quero apenas lhe fazer uma sugestão, e acho que V. Ex^a se sairia muito bem nessa questão. E lhe prometo, como Líder da oposição, não fazer um questionamento mais a partir de agora sobre essa situação do Ministério do Esporte. V. Ex^a foi muito correto quando mandou o Ministério Público lhe investigar. V. Ex^a foi muito correto quando mandou a Polícia Federal lhe investigar. Aqui, no Senado, nós só conseguimos investigar alguém se o Governo quiser. Se o Governo não quiser, nós não investigaremos nada. A oposição é pequena, a situação é grande. Tentamos implantar uma CPI da corrupção, Ministro, e não conseguimos, porque somos minoria.

Faça isto: mostre que V. Ex^a não deve nada. Faça isto: mostre que V. Ex^a é correto. Faça isto que V. Ex^a disse aí nesse microfone: “Eu sou sério; eu sou honesto; nunca na minha vida desonrei a minha família, a minha mulher e os meus filhos”. Peça ao Presidente do Senado Federal que abra uma CPI para investigar essa questão, Ministro. Faça isso e mostre a sua conduta. É só o que desejo a V. Ex^a. Se o Ministério Público vai passar um ano falando sobre esse assunto, o Senado Nacional, em dois meses, pode pedir ao Ministério Público mandar arquivar. Em dois meses apenas, V. Ex^a se livra de todas essas acusações.

Não me diga que V. Ex^a, pedindo ao Ministério Público e à Polícia Federal, já pediu aos órgãos competentes. Este é o mais competente de todos, Ministro. Este é o órgão fiscalizador constitucionalmente. Este é o órgão que tem a obrigação de fiscalizar. V. Ex^a daria um exemplo à Nação, V. Ex^a daria um exemplo aos outros Ministros que caíram e que não deixaram, de modo algum, que se abrisse uma CPI no Senado. V. Ex^a vai ter amplo direito de defesa. Os Senadores de governo e de oposição tentarão fazer um trabalho limpo, o que sempre fizeram nesta Casa, Ministro.

Eu saio daqui certo de que, se V. Ex^a tomar essa atitude, V. Ex^a dará o primeiro passo para a sua inocência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra o Ministro Orlando Silva, por cinco minutos.

O SR. ORLANDO SILVA – Serei muito breve, muito breve, para que possamos concluir a reunião e os senhores possam se dirigir ao plenário para a discussão tão importante dos *royalties*.

Agradeço, Senador Mário Couto, primeiro, o voto de confiança que ouvi do senhor e insisto, Senador, que é muito grave a acusação feita pela revista, com chamada de capa, seis páginas internas, no sentido de “o Ministro de Estado recebia dinheiro público desviado de um determinado programa”. Essa é acusação. Eu repilo essa acusação. Eu rejeito. Eu contesto. É mentira essa acusação. É uma falsidade essa acusação. Insisto, Senador, desde a semana passada eu afirmo que é essa acusação é uma fraude, essa acusação é uma falsidade. Não há nenhuma prova, porque não houve nenhum fato. Insisto: onde estão as provas? Em lugar algum, porque não há fato, é uma mentira.

Por isso, Senador, o que está a meu alcance em todas as instituições do Poder Executivo, como é a Polícia Federal, o Ministério Público, que é um poder autônomo, que tem independência para fazer apuração, na comissão de ética, abri todas as informações da minha vida, porque tenho convicção da minha conduta, tenho convicção do meu caráter, tenho convicção de que não há nenhuma prova que possa me incriminar. Reajo, Senador, dessa maneira, ao linchamento público, que atinge a minha honra, atinge a minha família, atinge o meu Partido, atinge os meus companheiros de trabalho, que igualmente ficam sensibilizados diante de tamanha violência.

Senador, não cabe a um membro do Poder Executivo tratar de matéria que é típica, própria do Poder Legislativo. O Sr. Senador tem a legitimidade do povo do Estado do Pará; aqui nesta sala existem parlamentares que foram eleitos majoritariamente nos seus Estados; eu faço parte de um governo, de um governo que tem relação com o Congresso Nacional, que respeita a dinâmica e autonomia do Congresso Nacional e não cabe a um membro de um outro Poder, que compõe um governo, se imiscuir num tema que é típico da dinâmica parlamentar. O que asseguro, Senador, é que o que me cabe pessoalmente, individualmente, tudo eu fiz para ofertar todas as informações.

Agora, há dinâmica política, a dinâmica institucional entre Poderes e não cabe a um servidor público do Poder Executivo formular temas que são próprios do Parlamento brasileiro.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Ministro, V. Ex^a acaba de perder, creio eu, uma grande oportunidade de mostrar à Nação a sua inocência. Não precisa V. Ex^a fazer... V. Ex^a sabe disso. V. Ex^a tem um partido. V. Ex^a tem Senadores no Senado. V. Ex^a sabe disso, Ministro. Sinceramente eu esperava que

V. Ex^a pudesse dizer que um Senador do seu Partido ia pedir abertura da CPI para provar a sua inocência. Eu esperava de V. Ex^a isso. Acho que V. Ex^a perdeu a grande oportunidade de mostrar à Nação brasileira, e a imprensa brasileira e à própria revista Veja que não deve nada a ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Nós temos ainda dois Senadores inscritos. E com eles, encerraremos essas interpelações.

Nós estamos funcionando à margem do Regimento. O Plenário está discutindo o pré-sal e todos nós, Senadores, devíamos estar lá.

Com a palavra a Senadora Lídice da Mata e, posteriormente, o Senador Zeze Perrella.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Especialmente eu, Senador Requião, que não sou de um Estado tão rico como o de V. Ex^a, teria que estar lá há muito tempo tratando dos interesses do meu Estado, o pobre Estado da Bahia. Além disso, fui uma das proponentes que a sessão hoje já se iniciasse na Ordem do Dia para avançarmos no debate do pré-sal.

Portanto, quero passar logo às considerações e dizer que fui uma das autoras desse requerimento exatamente porque achava indispensável dar oportunidade ao Ministro Orlando Silva de aqui se pronunciar e esclarecer a Nação brasileira, que assiste à TV Senado, e a esta Casa, que tem o dever de investigar os atos e ações do Poder Executivo a respeito das acusações de que foi vítima.

E fiz isso com a confiança que tenho de conhecê-lo desde estudante e de ter sido presidente da Comissão de Turismo e Desporto da Câmara quando V. Ex^a executava as ações do Brasil para realização dos Jogos Pan-Americanos.

Portanto, pude acompanhar seu trabalho de perto.

Até para finalizar, quero dizer que este debate foi muito esclarecedor. Esclareceu-se, inclusive, que não há questões a serem feitas. Do contrário, este recinto estaria cheio de Senadores da oposição a questioná-lo de cima a baixo. As questões não ocorreram.

Fiz questão de me prejudicar, cedendo a vez a dois Senadores, um de postura independente dentro da Casa e outro de oposição, Líder da Minoria e de oposição, para que questionassem V. Ex^a na minha frente, para que não se dissesse que não se deu espaço à oposição para usar da palavra aqui. E não pude ver, nem pude ouvir nenhum questionamento que deixasse V. Ex^a sem condições de responder. Pelo contrário, aqui, vi que se tentou agregar outras ilações à acusação única e básica contra V. Ex^a, a de que V. Ex^a teria recebido dinheiro de um projeto executado pelo seu Ministério, pelo Ministério que V. Ex^a dirige, com o detalhamento de que o dinheiro teria sido recebido por V.

Ex^a pessoalmente, na garagem do Ministério. Nenhum Senador tratou desse assunto. O que se tentou aqui foi agregar a isso outras ilações e acusações que fizeram alguns órgãos da imprensa sobre assuntos em que não há ilegalidade alguma.

Apenas quero registrar algo que me chamou a atenção na fala do Senador Alvaro Dias, com todo o respeito que tenho por S. Ex^a. Disse o Senador que V. Ex^a, aqui, confessava a existência de irregularidades. Quero repelir essa expressão de que V. Ex^a confessou qualquer coisa. V. Ex^a fez o que, como gestor, tinha de fazer, ou seja, determinou a investigação sobre processos que demonstravam irregularidades, porque é sua função agir dessa maneira. Não há uma confissão de crime. Há a afirmação de que está cumprindo o seu dever. Portanto, aqui, em nenhum momento, houve qualquer tipo de confissão.

O acusador, sim, sofre um processo claro por causa de prestações de contas que não foram cumpridas. Por isso, ele, hoje, responde a um processo.

Não vi também nenhuma desqualificação vazia. O que V. Ex^a fez foi rebater, com indignação, uma ofensa, uma calúnia, e apresentar a atitude da acusação como meramente uma forma de buscar enevoar os fatos.

Vou ter de me retirar, Senador Requião, e não vou fazer pergunta ao Ministro Orlando, porque, como eu já esperava, o posicionamento do Ministro aqui já foi muito esclarecedor.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O último Senador inscrito é o Senador Perrella, a quem concedo a palavra.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Vou ser bem rápido, Sr. Presidente.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, eu me inscrevi e gostaria que fosse garantida a minha palavra.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Sr. Presidente, vou ser breve. Temos outros compromissos.

Na verdade, quero cumprimentar o Ministro Orlando Silva.

Ministro, eu já o conheço. Estou no futebol há vinte anos e conheço o trabalho que o senhor vem desenvolvendo à frente do Ministério do Esporte. Posso dizer seguramente que V. Ex^a é o Ministro mais comprometido que já passou pelo Governo. Pelo menos no que tange ao futebol, posso afirmar isso. Sempre trata todos com muito carinho e com muita atenção.

Posso também testemunhar a rigidez do Ministério do Esporte no repasse que o Ministério faz, nos convênios que o Ministério faz com os clubes, por meio da lei de incentivo ao esporte. Não é dinheiro do Ministério do Esporte. Ainda assim, mesmo sendo dinheiro que

conseguimos captar em empresas, ressalto a rigidez do Ministério do Esporte nesses convênios. Temos de abrir contas separadas para manusear esse dinheiro, e é muito rígida a prestação de contas, chega ser até chata, mas acho que assim tem que ser.

Mas quando vi, ministro, a notícia pela TV Globo, estava ao lado de alguns amigos e disse: “Engraçado, isso aqui já nasceu desqualificado”. Como é que eu, Ministro do Esporte, me associo a um delinquente, recebo um dinheiro na garagem e, depois, eu próprio peço que ele devolva o dinheiro. Isso é razoável? Isso é inteligente? Eu tinha que proteger meu cúmplice, na pior das hipóteses. Isso, por si só, já desqualificou. Fa-lei: “Isso não dá em nada”. Primeiro porque conheço o ministro e acredito nele. Para mim, seria uma decepção muito grande, ministro, se eu tivesse de rever tudo o que penso do senhor até agora. Mas essa matéria para mim já nasceu desqualificada, já nasceu desqualificada. Um cara, que é policial militar, que é dono de academia de ginástica, que é dono de não sei mais o quê, pelo amor de Deus.

Agora, a gente se preocupa, e eu me preocupo particularmente, já tivemos a CPI das ONGs aqui na Casa, nós sabemos que muitas dessas ONGs... E ninguém consegue fiscalizar essa gente, porque, até você provar que a pessoas é desonesta, ela é honesta. É assim com todo mundo. Se está com uma ONG legitimamente estabelecida, por que eu vou dizer que o cara é ladrão, que o cara é isso ou aquilo? Isso vai acontecer durante o processo. Você vai conhecer as pessoas durante o processo.

Mas nós temos que ter muito cuidado com essas ONGS. São só 10% de repasse, mas elas são responsáveis hoje por todas as confusões do Governo. Isso tem que ser revisto, de repente uma exigência maior, uma comissão para se... Não é? Porque o constrangimento por que o senhor passou foi por causa dessa ONG, que o senhor entendia – claro! – que era composta por pessoas do bem.

Eu sei que foi exigida dessa ONG toda a documentação, porque assim foi tratado o meu clube quando eu precisei fazer convênios com alguns ministérios. Isso é que eu queria testemunhar.

Para encerrar, eu só queria dizer para o senhor, mudando um pouquinho o tema... Com relação à Fifa, nós temos que fazer com que se respeite a soberania nacional em algumas questões. E sei da preocupação do senhor em relação a esse tema. E sei da importância que é o senhor continuar ministro, para dar sequência a esse trabalho muito bacana que o senhor tem feito. Principalmente de respeito aos clubes, de respeito às pessoas.

Parabéns pela sua defesa! Defesa feita por quem não tem rabo preso; foi o que senti todo mundo aqui. O senhor desmontou a oposição. Meus parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Vamos passar ainda a palavra ao Senador Pedro Taques e ao Senador Suplicy.

Continuamos com a irregularidade da Comissão funcionando durante o plenário do Senado. Mas encerramos por aí.

Senador Pedro Taques com a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, eu não quero ser comparsa de nenhuma irregularidade. Eu me inscrevi, mas, sem regularidade, eu prefiro não falar para não descumprir o Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Então, eu acho que V. Ex^a devia abrir mão da palavra porque a Comissão funcionando com audiência pública durante sessão no plenário do Senado é irregular. Ela não deveria ter começado.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim. Mas o que não devia ter começado?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A audiência pública não deveria ter começado.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim. Mas por que começou? A culpa não é minha.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Começou porque ninguém fez uma interpelação e porque, se a Mesa tivesse dito que era irregular, seria acusada de negar ao ministro a oportunidade do seu esclarecimento.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Então, ela é irregular desde o seu nascedouro. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Exatamente.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

É fato que a Ordem do Dia teve início, mas nós estamos nos debates, é uma matéria delicadíssima que está no plenário, exige muitos acordos, nós vamos entrar pela noite e acho que não haveria prejuízo se os dois colegas pudessem...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Eu dei a palavra aos dois. Estou simplesmente comentando as considerações do Senador Pedro Taques.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sim, claro.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O Senador está com a palavra...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – É que deu a entender...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – ...se desejar.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Posso fazer pergunta?

Sim. Eu só quero dizer, Sr. Ministro e Sr. Presidente, que o homem público, felizmente ou infelizmente, tem relativizado a sua intimidade. A notícia que saiu na imprensa é uma notícia grave, e a imprensa tem o direito fundamental de fazê-lo. E nós, que somos homens públicos, felizmente ou infelizmente, temos que participar desse tipo de realidade. É o preço que nós pagamos por viver em uma democracia, que nós todos aqui sabemos que, até inventarem outro sistema, é o melhor que possa a ser produzido.

Estou a dizer isso, Sr. Ministro, porque os fatos são graves, independentemente da pessoa, independentemente do partido a que esteja filiado essa pessoa. Nós estamos a tratar de recursos públicos, e o Senado da República tem a obrigação, sim, de ouvir com atenção, com respeito a V. Ex^a. Agora, os fatos são graves e estão a merecer maiores detalhes.

Em uma investigação, em uma apuração, como técnico de apuração, o ideal seria ouvir, em primeiro lugar, quem está a acusar; depois, aquele que está a se defender dessa acusação. Portanto, vejo que audiências como esta no Senado da República precisam mudar a sua lógica.

Quero expressar a V. Ex^a meu respeito, expressar a V. Ex^a que ninguém pode ser julgado, prejudicado antes de comprovar-se a acusação, mas a intimidade, a imagem do homem público – até porque ele luta para ser homem público – é relativizada em uma democracia.

Eu me compadeço de V. Ex^a em razão dessa exposição que V. Ex^a faz; de sua família e do importante Partido que V. Ex^a representa. Mas é o preço que temos que pagar por vivermos em uma democracia.

Quero torcer para que esses fatos sejam mentirosos, como V. Ex^a disse. Agora, a República precisa saber o que está a ocorrer no Ministério dos Esportes. Não interessa se 9%, 10% dos valores são conveniados com ONGs. O importante é que a República saiba se esses recursos públicos estão sendo bem aplicados.

Não vou fazer prejudgamento de V. Ex^a, até porque essa não é a função de um Senador, mas, como Senador, posso fazer juízos de fato e juízos de valor. Por isso, fazendo juízo de valor, esse caso é muito grave, e o Brasil precisa não só em homenagem a V. Ex^a, como pessoa humana, não só em homenagem ao Partido político do qual V. Ex^a faz parte, que é histórico, mas, sobretudo, a República precisa saber se o dinheiro público está sendo bem aplicado.

Não tenho nenhuma pergunta a fazer a V. Ex^a, até porque elementos mais concretos faltam neste

momento. Temos que reconhecer isso, desse fato dos valores terem sido entregues ou não em uma garagem do prédio do Ministério do prédio a V. Ex^a. Agora, um fato é ligado a outro fato. Não podemos isolar os fatos. Algo está a ocorrer no convênio com essas ONGs. E algo mais grave – e temos que tocar neste ponto –: o aparelhamento do Estado por partidos políticos. Não interessa se é o Partido político de V. Ex^a, não interessa se é o Partido político do qual, com muita honra, faço parte, o PDT. O que interessa é que o Estado não pode ser aparelhado por partidos políticos.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra o Ministro Orlando Silva.

O SR. ORLANDO SILVA – Agradeço a manifestação do nosso Senador Pedro Taques.

Senador, eu queria fazer um registro para sua reflexão. Qual registro? Que, em tudo que foi posto nessa reportagem no último final de semana, há dois fatos documentados. Portanto, dois fatos provados, que são duas tomadas de conta especial que foram instauradas a partir da fiscalização do exame do acompanhamento de dois convênios estabelecidos entre o Ministério do Esporte e duas entidades. Por que falo dois fatos? Porque, formalizados os dois convênios, avaliados, fiscalizados os dois convênios, nós concluímos que os convênios não cumpriram seu objeto. Demos chance para que o conveniente pudesse apresentar a justificativa de execução do convênio. Isso não foi apresentado. Foi pedido mais prazo. Nós ofertamos mais prazo. Isso não foi demonstrado. Não foi demonstrada também a adequada utilização dos recursos públicos vinculadas ao cumprimento do objeto do convênio. O senhor sabe, como o gestor experiente que é, um homem que acompanhou, fiscalizou a ação pública por muito tempo, que o caminho administrativo, a rotina administrativa conduz para que o gestor instaure tomada de contas especial, para que o gestor determine o recolhimento dos recursos públicos aos cofres públicos. Há dois fatos relativos a esses dois processos, Sr. Senador.

Eu contesto a matéria veiculada porque não há um fato. Desde sábado, quando tive a primeira notícia sobre essa matéria, dei uma entrevista coletiva, ainda fora do Brasil, e afirmei, com veemência, que repudiava aquela falsidade, repudiava aquela agressão. E afirmava categoricamente: a agressão que sofri se trata de uma farsa, de uma mentira, porque o fato não houve. Minha indignação, Senador, é porque o fato, que alguns reputam como grave, como o senhor mesmo acabou de falar, é uma mentira. O fato não houve. E ganha ares de veracidade. Por isso eu repudio com tanta veemência, porque não houve fato. O fato que há é a minha determinação de exigir a devolução do dinheiro público que não foi utilizado adequadamente.

E de repente, por exigir a devolução do dinheiro público, a pessoa de quem eu exijo é que faz insinuações de haver algum tipo de composição de que eu exija a devolução, pura e simplesmente. E está nos autos. Está, a esta altura, no Tribunal de Contas da União, a que se subordina. E tenta, na minha opinião, criar uma cortina de fumaça.

Por isso, Sr. Senador, eu registro: os fatos que existem são fatos nos processos, nos autos, que determinam a devolução dos recursos públicos. Esses são os fatos. Mentiras eu não considero fatos. Foi criado um fato político com uma mentira perpetrada, com repercussão sem provas. Insisto: afirmar que o Ministro de Estado recebeu recursos desviados de um convênio público não houve, não há e não haverá prova, porque isso é uma mentira. Onde estão as provas? Já são cinco dias, Senador, que eu faço a mesma pergunta: onde estão as provas? Na defesa da minha honra, eu pergunto: onde estão as provas? E elas não surgem porque simplesmente não existem. Faltou critério para apurar o fato, para apurar a ilação, para apurar a mentira.

Por isso falo que sei da responsabilidade que o senhor tem, do compromisso que o senhor tem com a conduta ética de homem público, como tenho também. E não sei se o senhor estava presente, mas fiz questão de fazer um registro. Vou impetrar ações penais, vou impetrar ações civis contra os caluniadores. E como gesto de homem público democrata, que defende a democracia, vou dar, por hora, um crédito, esperando que a revista reponha a verdade, que o jornalista reponha a verdade. Essa é a minha esperança. Para que não parem dúvidas do nosso compromisso com relação à liberdade de imprensa, porque é muito usual, se há algum tipo de medida judicial, vir o discurso de que se tenta cercear a liberdade de imprensa. Muito pelo contrário: estou sempre disponível para atender, até porque tenho obrigação, como aqui publicamente faço, de publicamente me manifestar, respondendo a demanda da sociedade e do Parlamento, que é uma forma de representação da sociedade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra o Senador Suplicy, último orador inscrito.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Presidente, Senador Roberto Requião, procurarei ser breve.

Sr. Ministro Orlando Silva, é importante a sua disposição de ter vindo aqui, assim como na Câmara, e explicar, no melhor ao seu alcance, todas as medidas que aconteceram e que estão sendo tomadas. Tendo em conta as perguntas já formuladas, eu gostaria de formular a seguinte: V. Ex^a mencionou que há algo

como 2.225 convênios estabelecidos pelo Ministério do Esporte. Tendo em conta que foram constatados os problemas que têm sido objeto dessas reportagens em dois ou poucos convênios, se foram tomadas e que medidas foram tomadas para que o Ministério do Esporte tenha o cuidado preventivo no sentido de que todos os demais convênios hoje realizados ou que estão sendo realizados tenham seus objetivos plenamente assegurados a fim de que não ocorram problemas como os que vieram preocupar V. Ex^a.

É essa minha indagação, Sr. Presidente, até levando em conta a necessidade de logo estarmos no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra o Ministro Orlando Silva.

O SR. ORLANDO SILVA – Senador Suplicy, buscava aqui em minhas anotações uma informação que talvez fosse a mais objetiva forma de responder ao seu questionamento. O que nós acreditamos, Senador, é que é necessário aperfeiçoar permanentemente os programas públicos.

De 2003 para cá, em todos os planos, nós trabalhamos para aperfeiçoar esse programa. No plano do projeto pedagógico do programa Segundo Tempo, foram feitos muitos esforços, mobilizada a inteligência da educação física brasileira, da educação, muitas universidades e hoje nós temos no projeto pedagógico do programa Segundo Tempo seguramente um dos melhores projetos pedagógicos entre Esporte e Educação do mundo; seguramente. Tanto que, ainda que a parceria entre o Ministério da Educação e o do Esporte tenha recursos e alcance cinco mil escolas, o próprio Ministério da Educação estimula, nas outras dez mil escolas do Mais Educação, distribui o material pedagógico, cartilhas, vídeos, o material usado para a preparação dos professores. Então aqui houve um esforço muito grande.

Permanentemente fazemos esforço para melhorar o material esportivo, a infraestrutura, os equipamentos que são disponibilizados para essas crianças. Treinamento dos profissionais que orientam. Permanentemente também tomamos medidas para aumentar o acompanhamento. Para que se tenha uma ideia do nosso crescimento permanente, em 2008/2009, nós visitamos 1.040 núcleos. Em 2011, melhor, em 2008/2009, eram 1.042 núcleos, em 2010, visitamos 1.263 núcleos. Só em 2011, até o mês de setembro, foram 1.474 visitas a núcleos esportivos, porque acreditamos que a melhor maneira de garantir que o convênio vai cumprir o seu objetivo é nós nos aproximarmos mais da fiscalização, do acompanhamento desses núcleos. Então eu diria objetivamente que ter um monitoramento mais eficaz é uma medida para garantir que os reais objetivos do

convênio, os reais objetivos do programa Segundo Tempo sejam cumpridos. Esse é o compromisso que temos e demonstramos com os relatórios.

É por isso que os órgãos de controle interno e externo de Governo, auditoria após auditoria que realiza no programa, ano após ano, informa, registra melhorias na gestão. Evidentemente que ainda podemos melhorar mais. E esta vai ser a nossa dedicação, melhorar cada vez mais esse programa que é tão importante para ofertar esporte e lazer a crianças e jovens do Brasil.

Queria, ao final, já que o Presidente Roberto Requião informa que essa é a última manifestação, agradecer o Senado Federal, agradecer as duas Comissões que me convidaram para participar deste encontro pela oportunidade de prestar aqui esclarecimentos. Saio convencido, cada vez mais, de que o Senado Federal é uma Casa de altíssimo nível, capaz de compreender, debater, tratar dos temas relevantes da vida brasileira. Reafirmo os meus compromissos feitos aqui de defesa da minha honra, de defesa da atividade do meu Governo, de defesa da atividade do Ministério do Esporte.

Boa tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Não há dúvida de que a liberdade de imprensa...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Eu estou falando, Senador. Eu lhe darei a palavra pela ordem posteriormente.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Pela ordem pode ser pedido a qualquer hora, mesmo que V. Ex^a esteja falando.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Desde que V. Ex^a não me interrompa, terá a palavra pela ordem. (Risos.)

Eu quero deixar claro que a liberdade de imprensa é absolutamente necessária para um Estado democrático e, no mais das vezes, tem prestado serviços importantes para o Brasil. Mas a imprensa é privatizada, a imprensa hoje é um negócio. O que não é possível é que as pessoas que dominam a imprensa, os interesses que a controlam, possam atacar honras, levantar dúvidas, infamar pessoas sem que elas tenham o direito de resposta.

Há um projeto meu tramitando na Casa, o Relator é o Senador Pedro Taques, que não questiona, de forma alguma, a liberdade da imprensa, mas garante ao cidadão ofendido, caluniado e infamado o necessário direito de resposta no mesmo espaço em que a acusação se deu.

Quero agradecer a presença do Ministro e conceder, pela ordem, a palavra ao Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, é muito simples, porque diz respeito à democratização da liberdade de imprensa. Então, veja,...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Vamos democratizar também a questão de ordem aqui depois. (*Risos.*)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Está certo, essa é mais imediata e nós temos plenos poderes para resolver.

É importante, é um detalhe, mas é como está posto na mídia. O Ministro Orlando Silva pediu ao Procurador-Geral da República que investigasse as acusações, que tomasse a iniciativa dos procedimentos legais para fazer as investigações cabíveis. O Procurador-Geral da República não pode, *ex-officio*, fazê-lo; precisa de uma autorização do Supremo Tribunal Federal. O Procurador-Geral tem que encaminhar o pedido do Orlando ao STF.

Então, o Procurador, para atender a V. Ex^a, tem que fazer um pedido ao STF, que vai, evidentemente, analisar se permite ou não que seja feito o inquérito. Como V. Ex^a está pedindo que faça, provavelmente o Ministro poderá conceder ao Procurador e conduzir o processo. Consultei aqui o nosso Procurador, quer dizer, o juiz vai conduzir esse procedimento no STF.

Então, não é o Procurador que está tomando a iniciativa, mas é que, frente à iniciativa de V. Ex^a, Ministro Orlando Silva, o Procurador-Geral encaminha o pedido ao STF. Este, o procedimento ajustado, correto, que precisa ser assim colocado, de forma correta, para que não se crie uma dúvida sobre os fatos que estão sendo trazidos à baila a partir da iniciativa de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Ainda a respeito dessas CPIs...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Para uma questão de ordem, V. Ex^a teria que citar o artigo do Regimento.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Com fundamento no art. 14 do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Agora, pela ordem é outra coisa; é o pedido da palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Não, não, Sr. Presidente. Eu levantei uma questão de ordem e V. Ex^a fez uma confusão com “pela ordem”. Eu citei o art. 14 do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra o Senador para formular a sua questão de ordem.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Muito obrigado.

Como fui citado pelo Senador Inácio, tenho o direito constitucional de falar. É uma questão de ordem, não é pela ordem; a democracia exige que nós paguemos esse preço.

Então, vamos dizer o seguinte... Eu fui citado.

O Procurador-Geral da República pode, segundo jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, arquivar qualquer representação, independentemente da manifestação do Supremo. Existe jurisprudência consolidada sobre isso. O Procurador pode, ao receber uma representação, tomar dois caminhos: primeiro, arquivar internamente, uma vez que já existe jurisprudência consolidada no Supremo em relação a isso; ou pode seguir um segundo caminho, entendendo que existem indícios – e podem ser indícios que ele faça o seu juízo –, solicitar ao Supremo a instauração do inquérito policial, que, no Supremo, leva o nome de inquérito judicial; e um Ministro conduz a investigação, pois só um Ministro do Supremo pode fazer isso a partir do caso Aloizio Mercadante. O Supremo já assim decidiu.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – É bom deixar claro na pela ordem que a solicitação foi do Ministro Orlando Silva.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Só, no encerramento, quero deixar clara a minha posição pessoal a favor de qualquer CPI sobre qualquer assunto que deva ser investigado pelo Congresso Nacional.

A CPI é um instrumento corriqueiro; não deve ser um espetáculo político. Eu, como o Senador Pedro Taques, temos assinado sistematicamente todas as CPIs requeridas. Eu acho um absurdo que o Congresso não utilize esse instrumento em todas as ocasiões que ele se fizer interessante e necessário.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 14 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 19 minutos.)

ATA DA 45ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE EM CONJUNTO COM A 40ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA E 46ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE OUTUBRO DE 2011.

Às oito horas e trinta e sete minutos do dia vinte de outubro de dois mil e onze, no plenário nº 19 da ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senhor Senador **ACIR GURGACZ**, reúnem-se a Comissão de

Agricultura e Reforma Agrária – CRA, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA e a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT. Assinam o livro de presença os Senhores(as) Senadores(as) **ANA AMÉLIA, ANÍBAL DINIZ, ANTONIO RUSSO, BENEDITO DE LIRA, BLAIRO MAGGI, CASILDO MALDANER, CYRO MIRANDA, DELCÍDIO DO AMARAL, FLEXA RIBEIRO, JAYME CAMPOS, JOÃO RIBEIRO, JORGE VIANA, LUIZ HENRIQUE, PEDRO TAQUES, REDITARIO CASSOL, RODRIGO ROLLEMBERG, SÉRGIO SOUZA, VANESSA GRAZZIOTIN, WALDEMIR MOKA E WELLINGTON DIAS**. Deixam de comparecer os demais Senhores Senadores e Senhoras Senadoras titulares das referidas Comissões. Deixa de comparecer por motivo justificado o Senhor Senador Eduardo Braga. A presidência declara aberta a reunião e submete ao plenário a dispensa da leitura das atas da reunião anterior da CMA, CRA e CCT, que são dadas como aprovadas. **PRIMEIRA PARTE: DELIBERAÇÃO DE REQUERIMENTO - ITEM ÚNICO - Não Terminativo - REQUERIMENTO Nº 68, DE 2011-CRA, REQUERIMENTO Nº 62, DE 2011-CCT e REQUERIMENTO Nº 108, DE 2011-CMA – Ementa:** *Requerem, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública Conjunta das Comissões de Agricultura e Reforma Agrária - CRA; Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA e Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT, com a finalidade de debater o projeto de Lei da Câmara nº 30, 2011, que trata da reforma do Código Florestal, com a presença dos Presidentes ou representantes das Assembleias Legislativas Estaduais, às quais compõem a UNALE – União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais.* Autoria: Senadores Acir Gurgacz, Rodrigo Rollemberg e Gim Argello. Colocado em votação, a CMA, CCT e CRA aprovam o requerimento. **SEGUNDA PARTE: Audiência Pública Conjunta, em cumprimento aos Requerimento nº 68, de 2011-CRA, Requerimento nº 108, de 2011-CMA e Requerimento nº 59, de 2011-CCT** de autoria dos Senadores Acir Gurgacz, Rodrigo Rollemberg e Gim Argello, com a finalidade de debater **a reforma do Código Florestal - Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011**, com a presença dos Presidentes ou representantes das Assembleias Legislativas Estaduais, às quais compõem a **UNALE**: Deputado **José Luís Schafer** – Presidente; Deputado **Elson Santiago** – Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Acre – AC – **AL/AC**; Sr. Deputado **Judson Cabral** – Representante da Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas – AL – **AL/AL**; Sr. Deputado **Eider Pena** – Presidente da Comissão de Agricultura da Assem-

bléia Legislativa do Estado do Amapá – AP – **AL/AP**; Sr. Deputado **Deraldo Damasceno** – Representante da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia – BA – **AL/BA**; Sr. Deputado **Hermínio Resende** – Presidente da Comissão de Agropecuária da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará – CE – **AL/CE**; Sr. Deputado **Patrício** – Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal – DF – **CL/DF**; Sr. Deputado **Wagner Siqueira** – Representante da Assembleia Legislativa do Estado do Goiás – GO – **AL/GO**; Sr. Deputado **Hélio Soares** – Representante da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão – MA – **AL/MA**; Sr. Deputado **José Riva** – Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso – MT – **AL/MT**; Sr. Deputado **Célio Moreira** – Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – MG – **AL/MG**; Sr. Deputado **Antonio Carlos Arantes** – Presidente da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – MG – **AL/MG**; Sr. Deputado **Ribamar Araújo** – Representante da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia – RO – **AL/RO**; Sr. Deputado **Gabriel Guerreiro** – Vice-Presidente do Parlamento Amazônico; Sr. Deputado **Erci Moraes** – Representante da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima – RR – **AL/RR**; Sr. Deputado **Zico Prado** – Representante da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo – SP – **AL/SP**; Sr. Deputada **Conceição Vieira** – Representante da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe – SE – **AL/SE**; Sr. Deputado **Freire Júnior** – Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins – TO – **AL/TO**. **EXTRAPAUTA: ITEM ÚNICO - - Não Terminativo – REQUERIMENTO Nº 69, DE 2011-CRA – ASSUNTO:** Requer, nos termos do art. 113, do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências (novo Código Florestal), tenha apreciação conjunta da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). **Autoria:** Senadores Luiz Henrique e Ana Amélia. No encaminhamento não houve oradores inscritos. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado pela maioria dos membros presentes. **Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão.** Após a exposição dos senhores convidados, usam da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os

Senhores(as) Senadores(as): **ACIR GURCACZ, ANA AMÉLIA, BLAIRO MAGGI, JAYME CAMPOS, LUIZ HENRIQUE, WALDEMIR MOKA, RODRIGO ROLLEMBERG, ANÍBAL DINIZ, REDITÁRIO CASSOL e JORGE VIANA.** Os convidados respondem aos questionamentos feitos e apresentam suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quatorze minutos, havendo lavrado a presente ata Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; Leany Barreiro de Sousa Lemos, Secretária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, que será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Acir Gurgacz**, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; – Senador **Rodrigo Rollemberg**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; – Senador **Gim Argello**, Vice-Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Declaro aberta a 40ª Reunião Extraordinária da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em conjunto com a 45ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, e 46ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa das leituras das Atas das reuniões anteriores que, com anuência do Plenário, são dadas como lidas.

A presente reunião tem por objetivo a realização de audiência pública conjunta, em cumprimento a requerimento a ser apreciado, de autoria dos Senadores Rodrigo Rollemberg, Gim Argello e de minha autoria, com a finalidade de debater a reforma do Código Florestal – Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011 –, com a presença dos Presidentes e representantes das Assembleias Legislativas Estaduais.

Estamos entrando na fase final de tramitação do Código Florestal aqui no Senado e creio que esta será uma audiência decisiva, para que os nossos relatores e todos os Senadores tenham uma compreensão ainda mais ampla sobre a abrangência desta lei florestal, e sobre a importância de aprovarmos um texto equilibrado, contemplando as especificidades de cada bioma e de cada Estado da Federação desse nosso grande País. Para isso, nada mais justo e acertado do que trazer aqui, para esta audiência, os representantes das Assembleias Legislativas de cada Estado brasileiro,

visto que são os legítimos representantes desse mosaico étnico, social e cultural que é o povo brasileiro.

Creio que cada Deputado poderá falar aqui hoje um pouco sobre as particularidades socioambientais de seu Estado e de como eles serão impactados pela proposta do Código Florestal que estamos discutindo, e serão argumentos legítimos, visto que a competência legislativa sobre os assuntos relativos ao meio ambiente, conforme previsão constitucional, é concorrente à União e aos Estados.

Nesse sentido, quero apresentar aqui algumas particularidades sobre a Amazônia Legal e o meu Estado de Rondônia, onde, por conta de características ambientais, históricas e sociais, defendemos um tratamento diferenciado.

O Estado de Rondônia, situado em plena Amazônia Legal, passou por um intenso processo de colonização e reforma agrária, nos anos de 1969, 70 e 80, quando milhares de brasileiros de todos os cantos migraram para a região Norte do País, atendendo ao chamado do Governo Federal para integrar a Amazônia ao projeto de desenvolvimento nacional.

Hoje, segundo o censo agropecuário de 2006, do IBGE, o número de estabelecimentos da agricultura familiar, em Rondônia, chega a 76.000 propriedades rurais, o que corresponde a 86% dos imóveis rurais do Estado. Eles ocupam 40% da área destinada à agropecuária e são responsáveis por 84% do pessoal ocupado no meio rural e 74% do valor bruto da produção agropecuária de Rondônia.

A agricultura familiar responde por 93% da produção de feijão, 92% da produção de mandioca, 90% da produção de café, 82% da produção de leite, 82% da produção de suínos e 65% da produção de aves em todo o nosso Estado de Rondônia.

São essas famílias que lutaram, no passado, para desbravar a Amazônia, integrá-la ao projeto de desenvolvimento nacional. São essas famílias que, hoje, ainda lutam contra uma série de adversidades para colocar alimentos na mesa dos brasileiros. E, para atender às particularidades de Rondônia e projetar o seu desenvolvimento, elaboramos o Zoneamento Ecológico-Econômico de nosso Estado, de forma pioneira no País.

É um documento exemplar, com base técnica e científica, e precisamos colocá-lo em prática, criando dispositivos necessários no Código Florestal, para que ele seja implementado integralmente.

A Amazônia Legal ocupa 60% do território brasileiro, sendo que 76% de sua área é ocupada por terras públicas formadas por unidades de conservação, terras indígenas e florestas preservadas; e apenas 24% são de imóveis privados. A grande diversidade

dos ecossistemas, da cultura e da economia da Amazônia torna necessária uma abordagem diferenciada para cada Estado, no que diz respeito ao uso do solo e das suas florestas.

Na maioria dos Estados, esses estudos são para identificar áreas adequadas ao uso alternativo do solo e o desenvolvimento das cadeias produtivas que lá foram elaborados. Portanto, entendemos que o Zoneamento Ecológico-Econômico estadual é o instrumento apropriado para a definição da aptidão agrícola e do correto uso do solo e das florestas. É por isso que apresentamos uma proposta de emenda ao Código Florestal, para que as questões referentes à Reserva Legal na Amazônia sejam submetidas ao Zoneamento Ecológico-Econômico de cada Estado.

Desta forma, a Amazônia, além de se transformar no motor de desenvolvimento do País, com toda a sua riqueza e diversidade, também saberá proteger suas florestas, fazer uso apropriado do seu solo e de suas riquezas, além de oferecer qualidade de vida para os mais de 25 milhões de amazônidas, que devem ser tratados com todo cuidado por todos nós, Senadores. São 25 milhões de brasileiros que atenderam ao chamamento do Governo Federal, para integrar a Amazônia, para desenvolver aquela região, rica como é. Lembrando sempre que a Amazônia corresponde a 60% do território brasileiro. Se, hoje, a Amazônia, com uma pequena produção agrícola, o Brasil é um dos maiores produtores de alimentos, se investirmos na Amazônia, preservando as nossas florestas, mas investirmos naquilo que é possível plantar, imaginemos qual será a importância do Brasil na geração de alimentos no mundo.

Produção de alimentos é uma das maiores riquezas que temos. A cada seis meses, em média, o Brasil produz uma nova riqueza, uma nova safra, um novo plantio. É uma riqueza que não se acaba, se renova e melhora a cada ano, em função do conhecimento do homem e da tecnologia que é levada ao campo. O Brasil tem batido recorde de produção agrícola, tem batido recorde na balança comercial brasileira, em função do agronegócio. Tivemos, mais uma vez, no mês de setembro, o melhor setembro da sua história; batemos um novo recorde de receita dos meses de setembro, nesse ano vigente.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, vou submeter à apreciação das comissões o requerimento de minha autoria e de autoria dos Senadores Rodrigo Rollemberg e Gim Argello, que trata da presente reunião.

PRIMEIRA PARTE

DELIBERAÇÃO DE REQUERIMENTO

ITEM ÚNICO

REQUERIMENTO Nº 68, DE 2011-CRA

REQUERIMENTO Nº 62, DE 2011-CCT

REQUERIMENTO Nº 108, DE 2011-CMA

Requerem, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública Conjunta das Comissões de Agricultura e Reforma Agrária – CRA; Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA e Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, com a finalidade de debater o projeto de Lei da Câmara nº 30, 2011, que trata da reforma do Código Florestal, com a presença dos Presidentes ou representantes das Assembleias Legislativas Estaduais, às quais compõem a UNALE – União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais.

Autoria: Senadores Acir Gurgacz, Rodrigo Rollemberg e Gim Argello.

Em votação.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Apenas para a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, há dois requerimentos, que passo a ler.

REQUERIMENTO Nº..., DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 113 do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011, que *dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981; 9.393, de 19 de dezembro de 1996; e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965; e 7.754, de 14 de abril de 1989; e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências* (novo Código Florestal), tenha apreciação conjunta da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Autoria: Senador Luiz Henrique da Silveira.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, eu gostaria de subscrever esse requerimento, em função da própria ausência do autor. Queria subscrevê-lo para poder defender a proposta.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Assim será feito.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Nós gostaríamos de ter a apreciação do novo Código Florestal em conjunto também, como estamos fazendo desde o início dos nossos trabalhos, com as três comissões: Comissão de Ciência e Tecnologia; Comissão de Agricultura; e Comissão do Meio Ambiente. Esta seria talvez a medida mais acertada por nós. Mas, respeitando o acordo feito entre os Relatores Luiz Henrique e Jorge Viana, acatamos e entendemos que assim deva ser procedido, na expectativa de aprovamos, o mais rápido possível, essa reforma do Código Florestal, votando desta forma, em conjunto: Comissão de Agricultura e Comissão de Ciência e Tecnologia, onde será lido o relatório na próxima terça-feira, dia 25 de outubro. Na semana seguinte ou na mesma semana, dependendo de como serão as discussões no dia 25, vamos colocar uma data para votarmos esse novo Código Florestal na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e na Comissão de Ciência e Tecnologia, portanto, deixando para a próxima semana a votação na Comissão do Meio Ambiente. Entendemos, assim, que estamos ajudando para acelerar a votação do Código Florestal brasileiro.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Até porque, Presidente, o tema foi exaustivamente debatido nas diversas e incontáveis audiências públicas com a área acadêmica. Eu, pelo menos, assisti a três audiências com a área acadêmica – SBPC, ABC –, com ex-ministros do Meio Ambiente, ex-ministros da Agricultura, Embrapa, centros de excelência, academia; também todas as áreas regionais: amazônia, região Sul; todos os especialistas na área: economistas, ambientalistas, independentemente de participarem dessas organizações.

Então, penso que estamos preparados para esse enorme desafio que é a votação aqui, na Comissão de Agricultura e na Comissão do Meio Ambiente – porque já na Comissão de Constituição e Justiça já passou a matéria com o brilho e o empenho de nossos Relatores Luiz Henrique da Silveira e também Jorge Viana.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Cumprimento o presidente, a Senadora Ana Amélia e o Senador Jayme, que já se encontram conosco; também o Deputado José Luís Tchê, do Rio Grande, que está conosco também.

Quero aqui defender que, já na próxima semana, o Senador Luiz Henrique leia o seu relatório e que, o mais rápido possível, acho que na próxima reunião, que seria no dia 8, pudéssemos votar esse relatório. E, obviamente, na nossa Comissão de Meio Ambiente também levar adiante o pedido, para que a gente possa ler o relatório e depois votar e levar ao Plenário.

Eu também, a exemplo da Senadora Ana Amélia e do Senador Jayme que estão aqui, nós participamos de muitas audiências. Eu talvez em 95% das audiências que ocorreram dessa matéria tive oportunidade de estar presente. Nesta semana ainda, na segunda-feira, junto com o Senador Aloysio, o Senador Jorge Viana e o Senador Rollemberg, estivemos na Universidade Luiz de Queiroz, em Piracicaba, onde mais uma vez nos reunimos, Senadora Ana Amélia, com cientistas. Eles que, desde o início, reclamavam muito de que não tinham sido ouvidos, de que não estavam presentes na discussão, não têm mais essa reclamação porque foram, de fato, ouvidos, tiveram tempo para dispor. Claro que sempre há a reclamação de que precisa de mais estudo disso, mais estudo daquilo, mas não podemos deixar de votar uma matéria tão importante porque diz respeito à vida de milhares e milhares de pessoas.

Nesse encontro, na segunda-feira, o que deu para perceber é que, mesmo com a ciência com algumas divergências que ainda eles têm, nós vamos chegar a um entendimento. Agora, também percebi lá, Sr. Presidente, que nós não podemos nos deixar levar por esse pequeno movimento que começa em um sentimento que tem ainda arraigado lá na questão principalmente dos estudantes, é que eles acham que não devemos votar esse relatório este ano. Estão fazendo uma sessão de empurra para deixar para o ano que vem, quando começa a Rio+20 etc. e não queremos misturar as coisas. O Brasil tem que ser independente nas suas posições, na sua política e fazer aquilo que é necessário.

A minha posição lá nessa reunião, junto com os demais Senadores, é que, de fato, a ciência às vezes tem alguma razão ou tem razão em determinados pontos que precisaria estudar melhor e definir melhor. Como, por exemplo, na própria questão das APP, quando eles afirmam que APP não deveria ser simplesmente delimitada por questão de metros. Até concordo com eles. Numa APP teria que ser levado em conta o tipo

de solo, não só a topografia, mas quimicamente, se é hidromórfico ou não, se tem boa drenagem ou não. Se formos levar isso adiante – e temos que mapear o Brasil inteiro – vamos ficar aqui talvez mais cinco ou dez anos, até que a Embrapa ou outra instituição brasileira faça isso. E temos capacidade e conhecimento para fazê-lo, mas demora muito tempo.

Então, temos que levar adiante o que temos agora, dar aos produtores e à sociedade brasileira a tranquilidade de que quem está produzindo possa produzir dentro dos limites que a lei será dada pelo Congresso Nacional.

Agora, é lamentável, Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, a diferença de pensamento que têm a cidade, o meio acadêmico e o restante do País. Pensam que simplesmente podemos nós aqui, como Senadores, e os Deputados também, tomar a decisão política de retirar todas as pessoas de onde elas se encontram, como se a sua história, como se o seu passado e a sua família não tivessem a menor importância sobre o que está acontecendo. E aí voltamos, mais uma vez, à questão das APP. Ela é importante e é necessária. Agora, como fica a história de uma família, de um pescador, de um pequeno sítio que está ocupando um terreno, principalmente no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Paraná, há mais de 50 anos, há mais de 100 anos, 200 anos, com a família no mesmo lugar, e agora, numa canetada, vamos lá e dizer: “Olha, não dá para você ficar aqui, você está fazendo mal à sociedade, fazendo mal ao meio ambiente e você vai para uma favela na beira de uma cidade”. Isso é uma insanidade. Isso é uma insanidade. Então, se for para fazer um código ambiental conforme a ciência pensa que deveria ser ou os ambientalistas pensam que deveria ser, pura e simplesmente, não precisaria nem de discussão, era só pegar as ideias de cada um deles e fechar o País do jeito que eles querem, e estaria tudo certo.

O papel do Congresso Nacional, do Senado e da Câmara, e, depois, do Executivo na aprovação desse código é dar o tempero político, olhar para o Brasil do jeito que ele se encontra e buscar uma solução para o jeito que nós nos encontramos. Não é simplesmente pegar os brasileiros que vivem nessas situações e mandá-los embora, para irem para outro lugar, em nome da ciência e do ambientalismo. Não, não é assim. Esta Casa tem a responsabilidade de fazer com que as coisas sejam colocadas no seu devido lugar, olhando a ciência, olhando o ambiente, mas principalmente olhando o homem. O primeiro artigo da nossa Constituição fala que, em primeiro lugar, está o homem e, depois, o resto. Nós, aqui – o Senador Luiz Henrique chega aqui, à comissão, neste momento, e vai apre-

sentar o seu relatório na semana que vem –, estamos trabalhando firmemente nesta direção de olhar para o homem. Podemos e vamos colocar impeditivos para ocupações futuras, para aquilo que hoje temos certeza de não deve mais ser feito. Então, vamos respeitar, vamos colocar e vamos dar garantias na lei, para que, depois, o Ministério Público, a Justiça e a própria sociedade façam pressão sobre aqueles que eventualmente venham cometer algum deslize ou que venham tentar fazer alguma coisa que a lei não permite.

Não se pode mais alegar, como antigamente, o desconhecimento: “eu estava na Amazônia, eu estava no meio do mato, eu não sabia”. Hoje, tem TV por parabólica em todo lugar, todo mundo assiste a novelas, a jornais. Está todo mundo bem informado em todos os lugares deste País. Até os nossos irmãos índios de Mato Grosso têm suas TVs, seus equipamentos e conhecem melhor e mais profundamente os assuntos que nós que estamos aqui, porque somos apenas um ator aqui, nesta peça deste momento. Como, ali, ao lado, várias peças estão ocorrendo em várias comissões, quem está fora está nos escutando e nos assistindo, tendo a opção de saber o que acontece nas outras comissões, enquanto estamos fechados nesta única comissão.

Presidente, quero cumprimentar o Senador Luiz Henrique, que vai apresentar o seu relatório. Quero cumprimentar aqueles que já apresentaram aqui o requerimento, porque, de fato, na próxima reunião, o Senador deve ler o relatório e já devermos marcar a data para o dia 8, que é uma terça-feira, para fazer a votação e encerrar essa etapa aqui, na comissão.

Quero cumprimentar V. Ex^a, Senador Acir, pela condução dos trabalhos nesta comissão, junto com a Comissão de Ciência e Tecnologia e a Comissão de Meio Ambiente. Todas as nossas audiências foram conjuntas, temos os mesmos conhecimentos. Podemos não ter a mesma decisão no final, mas o conhecimento é igual. Aí, naquilo que não for convergente, vamos para o voto, como fomos, ontem, na questão dos royalties. Entendemos a posição do Rio de Janeiro, entendemos a posição do Espírito Santo. Foi dada a oportunidade para que os seis Senadores debatessem a matéria, brigassem e esperneassem por aquilo que estavam perdendo. Nós, Senadores, que estávamos defendendo os Estados que iam ganhar, abrimos mão de falar na tribuna e de defender aquilo que pensávamos, para dar oportunidades a eles. No final, valeram a democracia e o espírito da Casa, onde não houve vencidos nem vencedores, pois tivemos uma decisão democrática, no voto. É assim que espero que façamos na questão do meio ambiente e do Código Florestal. Então, parabéns, Sr. Presidente.

Vamos em frente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Blairo Maggi.

Com a palavra o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, é apenas um adendo.

Quero saudar V. Ex^a, o nosso Presidente do Unale, os demais Deputados e os Srs. Senadores que aqui estão presentes, Ana Amélia, Blairo Maggi e Luiz Henrique.

Na próxima terça-feira, conforme o entendimento que tivemos ontem e o comunicado do ilustre Senador Luiz Henrique, vamos fazer a leitura do seu relatório. Se possível, temos de votar, no máximo até o dia 8 ou dia 10 de novembro, essa matéria, que já está sendo desgastante. Ela já foi discutida de forma exaustiva. Nunca vi tanta audiência pública neste País como para discutir o Código Florestal brasileiro. Desconheço. Estou com 60 anos de idade, participo da política desde 1982 e nunca vi um projeto tão discutido como foi esse. O que não podemos é ficar nessa lenga-lenga, desculpem-me pelo termo, na medida em que todo mundo quer dar pitaco. Tem gente que não sabe o que é um alqueire de terra, o que é um hectare, o que é meeiro, o que é posseiro. Não sabe nada. Alguns nunca foram numa propriedade rural, ou seja, sempre pisaram em prédios, granito, mosaico etc, não sabem nem o que é a terra e vêm dar piruada.

Então, aqui precisamos ser independentes. O Congresso Nacional não pode ser subserviente e, sobretudo, não pode concordar com aquelas pessoas que não entendem da matéria. Eu faço um apelo aqui... Ontem, recebi um apelo do Presidente da Famat do Mato Grosso, já mostrando a preocupação, sobretudo porque continuamos no mesmo caminho da insegurança jurídica.

O Senador Luiz Henrique fez, de forma competente, o seu relatório; já leu na CCJ, junto com o Senador Jorge Viana; estamos aguardando a leitura aqui, na próxima terça-feira, e, *a posteriori*, lá na CMA.

De tal maneira, meu caro Presidente, essa história de que universidades, ONGs, grandes academias querem participar, acho mais do que justo, e todos já tiveram a oportunidade ímpar de vir nas Comissões e discutir. De concreto, quase nada, porque sugestões não têm. Eles querem saber... O Blairo colocou muito bem aqui, nós temos alguns critérios para serem adotados. Todavia, cada caso é um caso. É questão da textura da terra.

Quer ver o maior absurdo que vão cometer, Blairo, é bom que V. Ex^a tenha conhecimento e o Senador Pedro Taques. Há uma preocupação, meu caro Senador Pedro Taques...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pois não.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Eu gostaria de V. Ex^a de um minuto de sua atenção.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Mais do que um, Senador.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Muito obrigado. Como sempre, atencioso. É a questão do Pantanal. Ligaram para mim professores da Universidade Federal do nosso Estado e pedi que se comunicassem com V. Ex^a, e V. Ex^a, como sempre, eficiente, educadamente atendeu o Mestre da Universidade Federal do Mato Grosso, Dr. Rubens Mauro, diante da preocupação em relação ao Pantanal Matogrossense, tanto do Mato Grosso quanto, e sobretudo, do Mato Grosso do Sul. Está aqui o Waldemir Moka, nosso valoroso representante desse Estado. Ora, se de fato prevalecer aquilo que, eventualmente, poderá ser aprovado em relação ao Pantanal, estamos liquidando a fatura, diante do que vão querer pegar, ou seja, das enchentes, onde for o alagamento, isso vai reduzir o Pantanal sobremaneira. Ou seja, está inviabilizando o homem pantaneiro, que já está falido, Dr. Acir Gurgacz.

Antigamente, meu Presidente, ser homem pantaneiro lá, no Mato Grosso, já era sinônimo de homem rico, homem que vivia da sua propriedade. Hoje, não faz nem para comida, nem para a bóia de que vocês precisam muito lá. Estão literalmente falidos. O pantaneiro, antigamente, vivia, os filhos estudavam no Rio de Janeiro, tinham aviões. Hoje não tem nem... De vez em quando, vê-se algum com uma caminhonete C-10, aquela caminhonete velha. Por quê? Porque está inviabilizado. Agora, ainda vem um projeto, o Código Florestal, se aprovado dessa forma, com certeza, estamos liquidando, quebrando, de uma vez por todas, o homem pantaneiro.

Então, meu caro Senador Pedro Taques, V. Ex^a recebeu telefonema do professor emérito da Universidade Federal do Mato Grosso, Prof. Rubens Mauro, que pedi que se dirigisse a V. Ex^a e também ao Senador Blairo Maggi, que também está no nosso Mato Grosso, que tem esse bioma fantástico, que é uma das maiores e belas naturezas do mundo, para que nós façamos aqui realmente o projeto, de forma racional e, sobretudo, respeitosa. Falam em áreas de APP, que é muito. Como é que é muito? As grandes academias dizem que temos que ver a questão da textura da terra. Quando o Blairo fala que poderia ser um critério a ser adotado, todavia, meu caro Presidente, nós não temos estrutura coisa alguma. Quem vai fazer esse trabalho de levantamento, de que maneira será feito, se será através de satélite, se será através de homem do campo? Nós não temos capacidade tecnológica ainda

suficiente para atender essa demanda. Só existe capacidade tecnológica para ferrar o cidadão do interior. É isso aí. Lá, no Mato Grosso, criou-se uma falsa, há poucos dias, uma falsa, os dados do Deter são mentirosos na medida em que anunciou que está vindo o maior desmatamento.

O cidadão que está aqui não entende. Quando você vai fazer recuperação numa área, numa juquira, ou seja, essa terra foi desmatada, o cidadão, por estar quebrado, não tem condições de manter limpo. Demora dois, três, quatro anos para eu conseguir ter a vegetação. Quando o cidadão consegue, o que ele faz? Ele vai lá e roça o pasto. Eles estão dizendo o seguinte: olha, estão desmatando. O Deter, todos os dias, monta uma falsa, até porque os equipamentos que existem hoje não são confiáveis. Se estiver chovendo, não apura direito; se tiver uma grande camada, ou seja, nuvens, ele não apura direito. Então, criaram uma falsa contra nós lá no Mato Grosso, a região do Brasil aí, e quero crer que nós vamos poder, com este novo código florestal realmente ter um instrumento, uma ferramenta jurídica aqui, sobretudo constitucional, legal, para dar segurança para nós.

Então, faço um apelo a V. Ex^a para lermos na terça-feira e vamos votar, meu caro Senador Governador Luiz Henrique. A V. Ex^a, que está relatando, me parece, duas comissões, faço um apelo para lermos e votarmos. Temos que exigir dos presidentes das comissões que coloquem a matéria na pauta das nossas comissões; se possível, votaremos até o dia 10 e vamos ainda encaminhar para a Câmara. Caso contrário, vamos passar 2012... E, olhem, lá vem a Rio +20, não sei o que mais, daqui a pouco fica para 2013, e nós vamos ficar nesta insegurança, sobretudo, reféns naturalmente de uma política nefasta que é contra o povo brasileiro. Hoje é o Estado brasileiro contra o povo brasileiro. É uma vergonha. Nós temos que ser pragmáticos acima de tudo. Não tem brasileiro mais do que nós.

Agora, não podemos admitir interferência não só de pessoas de outros países, mas também das falsas e pseudo-ONGs – todas são bancadas, ou a maioria, com dinheiros internacionais e também com dinheiro federal. Lamentavelmente, estamos acompanhando as denúncias. Se abrirmos a caixa preta em relação às ONGs, gente, não sei onde vamos parar. Vão ser necessárias mil papudas, ou seja, presídios federais, para recolher os falsos “ongueiros” deste País. O Brasil tem hoje quase 300 mil ONGs. Só na Amazônia, por informação do Senador Mozarildo, que é um estudioso em relação a isso, nós temos 100 mil ONGs. Então, gente, vamos parar. Nós temos que trabalhar para os nossos interesses nacionais, sobretudo para a nossa soberania.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RR) – Obrigado, Senador Jayme Campos.

Lembro aos nossos colegas Senadores que iniciamos a discussão do código florestal, Senador Moka, aqui na Comissão de Agricultura, dia 29 de março. Antes mesmo de chegar a lei aqui no Senado, nós iniciamos os debates. Faço questão de ressaltar que os Senadores que aqui estão sempre estiveram conosco nesse debate, Senador Moka, Senador Luiz Henrique, Senador Blairo Maggi, Senador Jayme Campos, Senadora Ana Amélia, sempre estiveram conosco, desde o primeiro debate, sempre dando apoio, dando a sua contribuição para o debate e fazendo a discussão de maneira ampla. Ouvimos todos os segmentos da sociedade e hoje estamos fazendo a última audiência pública sobre este tema. E estamos encerrando com a presença de Deputados estaduais das assembleias legislativas de todos os Estados brasileiros. Entendemos que estamos fechando com chave de ouro este ciclo de audiências públicas com pessoas tão importantes da política brasileira.

Em nome do nosso Deputado Ribamar Araujo do meu Estado de Rondônia, saúdo os demais Deputados estaduais, presidentes de assembleias legislativas, seus representantes, Deputados dos nossos Estados. Saúdo nosso Deputado José Luís Tchê, que é Presidente da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais. Agradeço a presença de todos.

Luiz Tchê, chegue para cá, e vamos iniciar então os nossos trabalhos, já que esta é a nossa última audiência pública.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RR) – Pois não, pela ordem, o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Apenas para dar algumas informações aos membros das comissões que se reúnem hoje conjuntamente e aos colegas Deputados estaduais.

Falo colegas Deputados estaduais porque o mandato legislativo na Assembleia de Santa Catarina foi o primeiro dos 12 mandatos que conquistei ao longo desses últimos 40 anos. Um após o outro. A Assembleia Legislativa foi minha grande escola; foi lá que aprendi a arte da negociação política, foi lá que obtive os mais valiosos ensinamentos que balizaram a minha carreira política. Então quero saudar os meus colegas estaduais, tenho grande orgulho de tê-lo sido e de recebê-los aqui, Sr. Presidente.

Eu começo pela observação do nobre colega Jayme Campos. Quando ele menciona a excepcionalidade característica da região do Pantanal mato-grossense ou dos pantanais mato-grossenses. Quero dizer, Se-

nador Jayme Campos que este código não é a linha de chegada, mas é linha intermediária, de partida para outras ações legislativas que precisamos fazer ao longo desta legislatura. Assim como a Serra do Mar tem o seu ordenamento jurídico, tem as suas regras próprias, tem o seu ordenamento próprio, já é consenso nesta Casa e no Governo que, uma vez aprovado o código florestal, vamos partir para a aprovação de leis específicas para o demais biomas, como Pantanal, Amazônia Legal, Serra Geral, região costeira e por aí afora.

A primeira palavra que quero dar aqui é que o código florestal, por melhor que fique o texto... E estamos nos esforçando, Sr^{as} e Srs. Senadores, para elaborar o melhor texto possível, uma lei que seja absolutamente alinhada com a Constituição, que seja o máximo possível auto-aplicável, que tenha regras claras e objetivas que não permitam o transbordamento que hoje existe, para definições pelo Poder Judiciário que o legislador deixou omissas ou duvidosas.

Como estamos trabalhando para a elaboração deste relatório que queremos ler na terça-feira? Temos certeza que, pela complexidade da matéria, os Srs. Senadores exercerão o seu direito de vista e, como haverá a interposição de um feriado na semana seguinte, nós solicitamos aos Srs. Presidentes Acir Gurgacz e Eduardo Braga, da Comissão de Ciência e Tecnologia, que, no dia 8 de novembro, nós votemos esta matéria em reunião conjunta das duas comissões.

Como estamos trabalhando? Estamos trabalhando em três direções. Em primeiro lugar, ouvindo o Senado. Porque ouvindo o Senado estamos ouvindo os Estados e ouvindo o povo brasileiro. Estamos trabalhando ouvindo a comunidade nacional nas audiências públicas que já realizamos e que estamos realizando. Deveremos realizar outra audiência pública ainda na Comissão de Ciência e Tecnologia requerida pelo seu Presidente, Senador Eduardo Braga, mas, além disso, temos feito reuniões muito proveitosas, sentando-nos à mesa com diversas comunidades que representam setores corporativos da população.

O Senador Jorge Viana, que é relator na Comissão de Meio Ambiente, está trabalhando comigo, a quatro mãos; nós nos reunimos, examinamos item por item do projeto com o Ministério Público Federal, com o Ministério Público Estadual, com representantes do Poder Judiciário, com representantes das principais organizações não governamentais que atuam na área de meio ambiente, com representantes dos pequenos agricultores e da agricultura familiar, com representantes do setor cooperativo, com representantes das grandes empresas com representam o *agribusiness* brasileiro, com representantes da comunidade científica, com representantes da comunidade jurídica. Estamos

trabalhando em três direções. E esta é a primeira direção: ascultar a verdadeira realidade nacional, como dizia o Senador Blairo Maggi, no seu pronunciamento que antecedeu o meu.

Mas aprendi ao longo da minha vida pública de 40 anos de mandato que em política você não deve praticar gestos inúteis. E seria praticar gestos inúteis se não conversássemos com o Governo. Primeiro porque o Governo tem legítimo interesse nesta matéria; ele vai executar esta matéria. E, mais, se não trabalharmos consonantemente com o Governo, nós vamos sofrer o revés de um veto ou de dois vetos ou de três vetos ou de quatro vetos. E estamos trabalhando em consonância com as lideranças envolvidas nesse processo desde o início, responsáveis pela proposição desta matéria da Câmara Federal. E o nosso principal interlocutor é o Senador Waldemir Moka, que é um dos autores, um dos inspiradores desse projeto, junto com o Deputado Valdir Colatto, com o Deputado Paulo Piau, com o Deputado Moacir Micheletto, com o Deputado Luiz Carlos Heinze, com o Relator Aldo Rebelo e com o Deputado Sperafico, porque seria a prática de outro gesto inútil se nós operássemos alguma mudança que sofresse revés na análise da Câmara.

Como nós estamos determinados a aprovar essa matéria este ano, Senador Jayme, requeri que as duas Comissões, de Agricultura e de Ciência e Tecnologia, deliberem sobre essa matéria conjuntamente. Fazendo um projeto convergente com o Governo, com a sociedade e com a Câmara Federal, nós vamos obter um consenso máximo. Não pretendemos a unanimidade, até porque Nelson Rodrigues proclamou que a unanimidade é burra, mas queremos realizar uma grande convergência.

O projeto, que tem altíssima qualidade, vai receber no Senado um aprimoramento e também uma mudança, Senadora Ana Amélia, uma mudança do eixo político da atuação ambiental.

O que a atual legislação tem como característica fundamental? Algo que os cientistas chamam de comando e controle.

O que é isso? O guarda da esquina, o agente do órgão ambiental, a multa, a prisão, o termo de ajuste de conduta, e o agricultor vivendo numa verdadeira apreensão, num grande estresse.

O que nós vamos operar, que está a caminho, está no forno, está quase pronto é a substituição da prevalência da política ambiental policialesca pela política ambiental de incentivos: incentivos econômicos, incentivos creditícios, privilégios, principalmente para os pequenos agricultores, para os agricultores familiares, os agricultores que lavram terras com menos de quatro módulos, e o reconhecimento de situações

históricas e consolidadas. O que nós estamos procurando é o equilíbrio.

Há uma crítica justa do setor ambientalista de que, na definição dos bens protegidos em APP, foram excluídos, foram omitidos os manguezais, substituídos por apícus, marismas e salgados.

É uma crítica justa, porque apícus, marismas e salgados integram o mesmo sistema chamado manguezal. Todavia há atividade histórica consolidada de salinas e de carcinicultura em apícus e salgados.

Como resolver isso? Como a Câmara resolveu em relação às outras situações consolidadas.

Por isso, por uma lúcida sugestão do Senador Jorge Viana, nós separamos o projeto em duas partes: uma parte permanente e uma parte transitória. A parte permanente estabelece regras para o futuro, que eu espero sejam mais duradouras do que o Código de 65; e a parte transitória regularizando passado, permitindo a regularização, não anistiando, não perdendo, mas simplesmente suspendendo o processo punitivo para quem cumprir aquelas regras de adesão ao programa de recuperação ambiental, etc.

Então a mesma metodologia – não tem nenhum Senador nordestino aqui –, nós queremos adotar para apícus e salgados, para não inviabilizar aquela atividade histórica que emprega milhares de pessoas.

Essa é, digamos assim, a mudança de rumo, o novo rumo que terá o projeto. Por isso eu percebo que nós vamos conseguir uma grande convergência. Ao invés de uma votação cheia de paixões, cheia de discussões ásperas, acredito que aqui no Senado nós possamos produzir, até para sermos coerentes com a arquitetura do prédio...

Oscar Niemayer foi fantástico, não é? O que o Oscar Niemayer fez quando desenhou o Congresso? Ele colocou a Câmara numa concha convexa e o Senado, numa concha côncava e simbolizou o seguinte: a Câmara é própria da luta mais ardorosa, do debate mais áspero, mais barulhento, enquanto o Senado é próprio para uma decisão mais madura, mais calma, mais serena, mais cheia de bom senso, porque nós, Senadores, viemos de uma longa trajetória política.

O Luiz Henrique, Deputado do grupo autêntico do PMDB, era vociferante. Quando vejo o Senador Lindbergh Farias, eu me vejo no meu primeiro mandato de Deputado Federal. Eu era assim, agitado, intempestivo...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) (*Fora do microfone.*) – Dr. Ulysses aguentava tudo.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – E Ulysses, eu fui o companheiro que mais conviveu com ele nos últimos dez anos. A minha luta com Ulysses começou no entrechoque, porque Ulysses era o líder

do grupo moderado e nós éramos do grupo autêntico do MDB.

Então o Senador Luiz Henrique não mudou. Não mudei de partido, não mudei de convicções. Simplesmente, ao longo desses anos, aprendi que a serenidade é melhor do que a intempestividade. Aprendi com aquele velho ditado latino, *in medio virtus*, que a virtude está no meio. E nós, na elaboração deste código, estamos procurando a virtude no meio, desestressando antagonismos entre o setor produtivo e o setor de preservação. Aliás, preservação e produção coincidentemente começam com a mesma letra “p”. Não é possível produzir sem preservar.

Para encerrar, Sr. Presidente, nós podemos ter orgulho, porque o Brasil foi o País que, diferentemente dos demais desenvolvidos, ainda é um país emergente... Mas os desenvolvidos não souberam ao mesmo tempo preservar e produzir. E o Brasil soube. O Brasil tem o maior acervo florestal do mundo, e mais importante, e tem também o agrobusiness tropical mais competente do mundo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique.

Saúdo a presença dos Deputados Estaduais que aqui estão: Deputado Élon Santiago, Presidente da Assembleia do Acre, Deputado Eider Pena, do Estado do Amapá, Deputado Hermínio Resende, do Ceará, Deputado Erci de Moraes, do Estado de Roraima, Deputado Antonio Carlos Arantes, Presidente da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, e o meu querido Deputado Ribamar Araújo, do Estado de Rondônia. Seja bem-vindo. Deputado Walter Prado, Líder do PDT na Assembleia Legislativa do Estado do Acre, seja bem-vindo. Deputado Manoel Moraes, também do Acre, Deputado Eduardo Farias, também do Acre, Deputado Gabriel Guerreiro, do Pará, e o Vice-Governador da Paraíba Rômulo Gouveia. Sejam todos bem-vindos. E a Deputada Eva Gouveia, da Paraíba.

Com a palavra...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pela ordem, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não. Pela ordem, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, não vou passar mais do que dois minutos falando.

Cumprimentar a todos, o Presidente da União Nacional dos Legisladores Estaduais. Seja bem-vindo a esta Casa, a Casa da Federação. E concordar com o que o Senador Jayme Campos fez referência, a respeito da necessidade de proteção do Pantanal.

Nós ouvimos o professor indicado por V. Ex^a, o Professor Doutor da Universidade Federal do Estado de Mato Grosso Rubem Mauro a respeito da particularidade e da especificidade do Pantanal Mato-Grossense. Na semana que vem, esse professor virá aqui e V. Ex^a estará convidado, como todos, para ouvir um pouquinho mais a respeito do Pantanal Mato-Grossense, porque nós todos, os Senadores de Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul temos essa unanimidade de proteção, que não é burra, é inteligente. É uma unanimidade de todos nós. A única unanimidade que nós não temos aqui é que o Pantanal do Estado de Mato Grosso é muito mais belo do que o Pantanal de Mato Grosso do Sul, cujo povo o Senador Moka representa muito bem. Mas o Pantanal de Mato Grosso, as espécies são mais bonitas, mais fortes, os peixes, maiores, a nossa flora é muito mais bonita.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Eu não vou entrar nessa discussão, porque em lá Rondônia o nosso Pantanal...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu já ia protestar, dizer que o bioma Pampa também é melhor do que...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Vamos fazer uma votação, Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Evidentemente não vou fazer referência. Quero registrar que o Pantanal, um terço fica no Mato Grosso e dois terços, no Mato Grosso do Sul. Acho que isso acaba com essa discussão, que é menor.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – O importante é que o Pantanal Mato-Grossense e de Mato Grosso do Sul é brasileiro. Essa é a importância para todos nós.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Agora, o Pedro Taques se esqueceu de dizer que são também muito modestos os mato-grossenses.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Lembro às Senadoras e aos Senadores que está aberto o prazo de emendas para o novo Código Florestal aqui na CRA e também na CCT. Na próxima terça-feira, dia 25, 8h30 da manhã, convoco todos para ouvirmos a leitura do relatório do eminente Senador Relator Luiz Henrique.

Portanto, estamos dentro do prazo, Senador Luiz Henrique, que nós mesmos estipulamos em reunião com os demais Pares como nossa meta. Até o final de outubro, seria lido e, se possível, votado. Portanto, agradeço a V. Ex^a e parabeno-o pelo seu trabalho e pela forma como conduziu todo esse tempo a relatoria aqui, na Comissão de Agricultura, ouvindo toda a sociedade, dando espaço para que todos pudessem dar

a sua opinião, sugestão, tanto nós, Senadores, como também a sociedade organizada brasileira.

Tenho absoluta certeza de que ninguém pode reclamar, Senador Moka, de que não foi ouvido aqui no Senado, tanto na Comissão de Agricultura quanto na Comissão de Ciência e Tecnologia, como também na Comissão de Meio Ambiente, pois fizemos as audiências públicas todas em conjunto, ouvimos toda a sociedade brasileira, uma, duas, três, quatro vezes, repetimos as audiências, repetimos os convites. O Tchê já é a terceira vez que está aqui conosco, trazendo a sua opinião, a sua experiência para o nosso relatório.

A primeira audiência pública foi no dia 29 de março, mesmo antes de o Código Florestal chegar aqui, mesmo antes de a lei que foi aprovada na Câmara chegar a esta Casa. Então, entendemos todos nós que estamos cumprindo o nosso dever, a nossa obrigação de atender toda a sociedade brasileira.

Com muito prazer, passo a palavra ao Deputado Estadual José Luis Tchê.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra por meio minuto, antes de ouvirmos o...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Vamos abrir uma grande exceção a V. Ex^a.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Só para fazer um adendo às palavras mansas, tranquilas e pacíficas do Senador Luiz Henrique, de que aqui a coisa tem que caminhar de forma mais tranquila, nada de forma açodada, ou no afã de acertar, como muitos Deputados, que, até pela sua juventude, exercem o seu mandato. Entretanto, pelo que tenho percebido aqui, Senador Luiz Henrique, V. Ex^a é muito mais experiente do que a gente, mas aqui alguma coisa tem que ser atropelada. Se não atropelamos, não atingimos nossos objetivos. Por incrível que pareça, tem projetos – sou Presidente da Comissão de Assuntos Sociais – que estão há 17 anos aqui em Comissão. Fico pasmo, perplexo, de ver projetos com 17 anos. Tem algumas coisas aqui que temos que atropelar até para votar. Pelo calendário que vi, se não correremos, não votamos, até porque temos dois feriados – dia 2, V. Ex^a sabe, e no dia 15. E nós já temos em curso o Orçamento, que também será um grande debate para votarmos ainda neste ano. Temos que votar o Orçamento.

Então, vamos imaginar aqui que temos o Orçamento, que também é uma peça muito importante no contexto, e mais o Código. Temos que dar velocidade e atropelar, no bom sentido, é evidente, para que nós consigamos, de fato, concretizar, materializar a votação do Código Florestal.

Essa é a minha observação, visto que V. Ex^a é mestre, professor e já demonstrou isso em suas in-

tervenções e observações, e a gente aprende muito com V. Ex^a.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos.

Nós, se possível, poderemos votar até na terça-feira o Código Florestal. Da nossa parte, da parte desta Presidência, nós estamos prontos para votar o Código Florestal. Depende dos nossos Pares, se daqui até terça-feira, poderão fazer as suas emendas, cumprir o rito regimental. Aliás, o rito regimental está cumprido, está sendo feito, depende apenas dos nossos colegas, dos nossos Pares, atendendo à necessidade, principalmente do nosso Estado de Rondônia, Senador Luiz Henrique, porque tenho acompanhado a sua vontade e o seu empenho em atender àquelas pessoas que moram em parte da Região Amazônica, que é nosso Estado de Rondônia, atender àquelas pessoas que foram para a Amazônia desbravar, que estão hoje numa situação muito delicada. Estão ilegais perante a lei. Precisamos colocar essas famílias na legalidade e fazer com que eles continuem a trabalhar. Não podemos diminuir a área de plantio brasileira. É uma das grandes responsabilidades que nós temos e que V. Ex^a tem.

Então, nós queremos votar, se possível, na semana que vem.

Senador Moka, deseja falar?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senador Jayme, eu, particularmente, tenho acompanhado essa mediação. O cronograma está praticamente definido, quer dizer, vamos votar um texto só para Ciência e Tecnologia e Agricultura, e, nas palavras do próprio Relator do Meio Ambiente, Jorge Viana, ele acredita que o texto aprovado representa praticamente 90% a mais daquilo que será também o relatório do Meio Ambiente. A ideia é que a gente possa fazer um texto só. Se não for possível, dois ou três destaques seriam definidos no plenário. Mas essa é a ideia, sim, até para passar para a sociedade também que essas coisas, principalmente o Presidente Acir, juntamente com Rodrigo Rollemberg e Eduardo Braga, estamos trabalhando, e eu, particularmente, tenho muito cuidado nisso porque sou um daqueles que acha que, em havendo convergência e consenso, não precisaremos nem da questão regimental, porque, se entrar a questão regimental, aí nós vamos para o final do ano e, quem sabe, para o ano que vem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Moka.

Com a palavra o Deputado José Luis Tchê, Presidente da Unale.

O SR. JOSÉ LUISTCHÊ (PDT – AC) – Bom dia a todos e a todas. Primeiro, quero cumprimentar o nosso Senador Acir Gurgacz – tenho certeza de que treinei em casa, Senador Luiz Henrique, para dizer Gurgacz –, está correto?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Está correto.

O SR. JOSÉ LUISTCHÊ (PDT – AC) – Cumprimento o nosso Senador Blairo Maggi, que já saiu daqui; o Senador Jayme Campos, que está aqui ao nosso lado, prazer em tê-lo aqui; Senadora Ana Amélia, do Rio Grande do Sul; Senador Luiz Henrique, que tem feito um belo trabalho na relatoria, juntamente com o Senador Jorge Viana; Senador Moka, incansável Moka; Senador Pedro Taques, que saiu há pouco; nosso Senador Casildo Maldaner; Senador Aníbal Diniz, do Estado do Acre; Senador Sérgio Souza. E gostaria de cumprimentar, em nome dos Deputados Estaduais, o nosso Presidente da Assembleia, Elson Santiago, que nos acompanha aqui, e o Vice-Presidente do Parlamento Amazônico, nosso guerreiro, Gabriel Guerreiro.

Srs. Senadores, colegas parlamentares presentes, povo brasileiro, a razão que nos traz pela terceira vez a esta Casa para falar do Código Florestal é motivada por um sentimento de justiça e esperança na paz social para o nosso País.

No momento em que dados da ONU alertam para o crescimento da fome no Planeta e a necessidade de aumentar a produção de alimentos, não há mais tempo a perder. No momento em que os grandes centros urbanos do mundo são tomados por multidões indignadas com a injustiça do sistema financeiro internacional, não há mais tempo a perder.

O Brasil, por seu potencial de riquezas naturais e a capacidade de produzir alimentos, precisa olhar para o futuro sem se curvar aos interesses de poucos nem fugir de sua responsabilidade com a soberania e o futuro da humanidade.

Entendemos que é urgente devolver aos nossos cidadãos tranquilidade e oferecer políticas agrícolas e tecnológicas adequadas para produzir com sustentabilidade.

Tenho a impressão de que a nossa sociedade não tem conhecimento da importância das consequências dessa discussão, porque cristalizamos uma ideia de que problemas ambientais são provocados exclusivamente no meio rural e principalmente na Amazônia. Quando, na verdade, estes têm sua origem no meio urbano e industrial.

Cabe lembrar que 80% do PIB nacional se concentram ao longo da costa brasileira, onde reside a maior parcela da população.

Quero lembrar que o primeiro Código Florestal Brasileiro foi instituído por Getúlio Vargas em 1934, época em que matriz energética nacional era à base de carvão e lenha, e obrigava os donos dos imóveis a manter cobertura de mata original igual a um quarto, ou seja, 25% de área de seus imóveis. Naquele período, as serrarias estrangeiras, a exemplo da americana Southern Brazil Lumber and Colonization Company, já havia feito fortuna por conta da destruição das florestas...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Devastou toda a araucária do planalto norte-catarinense.

O SR. JOSÉ LUIS TCHÊ (PDT – AC) – Destruíu todas as florestas de araucária, imbuia e cedro nos Estados do Paraná e de Santa Catarina. Somente essa empresa chegou a comprar 3.248 quilômetros quadrados de terras, onde se estimava que existiam mais de oito milhões de pinheiros, mais de quatro milhões de imbuías e cedros, tudo isso comprado por algumas migalhas.

Justificando a necessidade de desenvolvimento daquela região, tudo isso aconteceu com derramamento de sangue e a morte de muitos moradores dessas terras, promovidos pelas forças do governo, episódio conhecido como a Guerra do Contestado, no período de 1913 a 1916.

A mata de araucária rapidamente desapareceu, e o Código de 1934 chegou tarde. Os povos da floresta daquela época, os caboclos, foram reprimidos, as populações indígenas quase desapareceram. Porém, vejam a contradição. A Região Sul, em quatro gerações e com melhor nível de vida, é aquela que tem dado as melhores consciências em relação à busca de melhorias ambientais.

Na ocupação pacífica e ordeira da Região Amazônia, onde nós não repetimos esses erros e criamos unidades de conservação grandiosas, marcamos áreas que permitem que a população indígena cresça a taxas maiores do que a média nacional. Não alcançamos essa qualidade de vida.

O atual Código Florestal, promulgado em 1965, pelo General Castelo Branco, quando o País tinha um pouco mais de um terço da atual população e era um grande importador de alimentos, estabeleceu-se a reserva legal, que era parte de cada bioma que deveria ser preservado em 50% na Amazônia e 20% no restante do País. Desde o período militar, ainda passou uma geração e estamos vivenciando um ciclo de construção de um novo espaço nacional. Como brasileiros e trabalhadores, nos orgulhamos de construir na Amazônia e em todas as regiões atividades produtivas com mais cuidados ecológicos e com maiores garantias da nossa pluralidade cultural. De lá para cá, a lei foi mudada de modo indevido, e autoridades, por meio de muitas

emendas feitas por decretos e por medidas provisórias, sem nenhuma participação do Congresso ou da sociedade. Com a imposição de reserva legal de 50%, cada colono transplantado para a Região Amazônica seria dono de uma fração de terra igual ou o dobro daquela que desmatasse e colocasse em produção pasto ou agricultura.

Nos assentamentos do Incra feitos nos anos 60 e 70, o governo exigia que os colonos desmatassem 50% de seus lotes, sob pena de terem a área retomada caso a cobertura vegetal não fosse removida. Em casos em que os colonos desmatavam 100% dos lotes que recebiam, o governo dava outro lote de igual tamanho para que ele ficasse dentro da lei, ou seja, 50% de uso e 50% de reserva legal.

Em agosto de 1996, o Presidente Fernando Henrique Cardoso assinou a Medida Provisória nº 1.511, de 1996, que mudou o percentual de reserva legal na Amazônia previsto no Código Florestal, de 50% para 80%. Os que foram assentados na Amazônia, induzidos pelo próprio governo a desmatar 50% de suas áreas e que estavam dentro da lei em julho de 1996, passaram a margem dela após a assinatura da Medida Provisória nº 1.511, de 1996, que estabeleceu prazos para adequação. Aliás, ela não estabeleceu prazos para adequação e entrou em vigor na data de sua publicação. Essa medida provisória, pelo que me consta, nunca chegou a ser apreciada pelo Legislativo e sofreu inúmeras reedições até o ano de 2000. Lembramos que as medidas provisórias tinham 30 dias para serem apreciadas pelo Congresso ou serem reeditadas. A Constituição de 1988 cumpre em sua função social apenas imóveis rurais que, além de produzir, também preservaram o meio ambiente.

Assim, podemos sintetizar o momento atual com as palavras do Prof. Evaristo Miranda:

De novo, deparamos com a nossa incapacidade de reconhecer a diversidade e a ocupação territorial do Brasil. É preciso levar em conta as áreas consolidadas nas quais a agricultura está há séculos, como os vinhedos no Rio Grande do Sul, as maçãs em Santa Catarina, o café em Minas Gerais e assim por diante. (Intervenções fora do microfone.)

O SR. JOSÉ LUIS TCHÊ (PDT – AC) – A cana no Nordeste.

Srs. Senadores, precisamos da sensibilidade humana e da interpretação lógica dos fatos, para não continuar imputando a culpa àqueles que agiram de acordo com a legislação da época ou pelo bom senso, quando a omissão do Poder Público não definiu as regras daquele momento. Se não fizermos agora, não podemos assegurar o futuro com sustentabilidade.

Quero reconhecer a profundidade do trabalho do Senador Luiz Henrique como relator do projeto da Comissão de Constituição e Justiça, no Senado, a quem peço permissão para destacar algumas observações importantes que constato no seu relatório. Assim escreveu o Sr. Senador:

O projeto em tela resulta de uma dedicada, paciente, minuciosa e competente obra legislativa, coordenada pelo ilustre Deputado Aldo Rebelo, a quem quero prestar as minhas homenagens.

Chegou a esta Casa - no que diz respeito ao texto principal - com o apoio de 410 dos 513 Senhores Deputados federais, o que traduz inequívoca expressiva representação da vontade nacional.

Mais adiante:

O projeto prevê, ainda, que a União, os Estados e o Distrito Federal deverão

implantar programas de regularização ambiental de posses e propriedades rurais com o objetivo de adequar as áreas rurais consolidadas aos termos da lei que resultar da proposição.

Observou ainda que:

O art. 24, inciso VI da Constituição, estabelece, expressamente, que “compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição”.

Prevê ainda o § 1º do mesmo artigo que: “No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais”.

O sentido dessa norma constitucional nos parece bastante claro: garantir a descentralização político-administrativa, para o bom funcionamento da Federação, contemplando e respeitando as profundas diferenças regionais de nosso território continental.

(...)

Nesse sentido, a norma geral federal tem que se restringir às grandes definições e, por isso, não pode avançar sobre normas de natureza específica, detalhista, casuística, sob pena de invasão na competência legislativa dos Estados e do Distrito Federal.

Bem lembrou:

o desvirtuamento da divisão de competência concorrente prevista pelo art. 24 conduz a um perigoso processo de esvaziamento da atuação legislativa dos Estados, preocupação também reiterada pelo Ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal, em manifestação na ADI 3.645/PR:

“Observa-se, também, que, no âmbito da competência concorrente prevista no art. 24 da Carta Magna, cada vez mais vemos esvaziada a competência dos

Estados, porque a União, quando legisla, esgota o assunto, não se limita a editar apenas normas gerais”.

Diante do exposto, a Unale entende que as diferenças regionais e as situações consolidadas não podem ser tratadas de forma genérica e que a autonomia dos Estados deve ser respeitada, no que diz respeito à aplicação do cumprimento das legislações sobre ocupação de solo. Sabe que são muitos os interesses para adiar a aprovação da legislação, mas não podemos mais fomentar a insegurança na ocupação de terras, sob pena de tornar irreversível uma guerra de ações no campo jurídico e a consequente penalização de atividades produtivas importantes para o nosso País.

Como esta é a Casa dos Estados, que são diferentes do ponto de vista histórico e natural, com várias vocações e aspirações econômicas, esperamos que os senhores tenham a sensibilidade de aprovar esse código nos moldes já aprovados na Casa do Povo, que é a Câmara Federal.

Muito obrigado. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Deputado Luís Tchê, pelas suas colocações, lembrando a preocupação que temos com os amazônidas que estão lá, hoje, ilegais perante a lei.

Saúdo a Deputada Conceição Vieira, do Sergipe, e o Deputado Hélio Soares, do Maranhão. Sejam bem-vindos. E o Deputado César Halum, Deputado Federal, seja bem-vindo.

Senador Luiz Henrique, por favor.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, eu só queria salientar que o rumo do código no sentido da proclamação da competência concorrente não teve nenhuma alteração, não obstante uma matéria que foi veiculada por um grande jornal brasileiro. Os Estados continuarão, dentro da sua competência concorrente, a legislar de modo complementar e supletivo, dentro das suas peculiaridades regionais, climáticas, geográficas. O código que estamos elaborando é um ordenamento de regras gerais, de normas gerais. Essas normas, como vêm assinalando Ministros do Supremo em várias decisões, são ordenatórias para todo o País. Somos uma Federação, não somos uma confederação. Se fôssemos uma confederação, não teríamos uma regra nacional, teríamos regras estaduais autônomas. Dentro do princípio federativo, temos as normas federais gerais e as normas complementares estão a cargo das Assembleias Legislativas dos Estados. Agora, elas têm de obedecer ao ordenamento federal; senão, como assinalou o Ministro Nelson Jobim, que é o grande redator dessa Constituição, numa audiência pública realizada nesta Casa, estabelecer-se-ia uma guerra legislativa que não teria fim e que

não propiciaria uma política ambiental, uma política florestal que garantisse o desenvolvimento do País.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria ficar mais tempo, mas tem a reunião da Comissão de Relações Exteriores e, como sou relatora lá de uma indicação de um Embaixador, tenho de participar de uma sabatina.

Então, eu queria, primeiro, cumprimentar o depoimento do Deputado José Luís Tchê, como representante da União Nacional dos Legisladores Estaduais.

Desde o começo da colonização da região Norte, da Amazônia, revela-se exatamente o grau de insegurança jurídica que, desde aquele momento, os produtores rurais estão vivendo no País. Eles apenas seguiram normas estabelecidas por políticas oficiais de governo para uma integração nacional, que foi feita, claro, àquela época, às avessas, não levando em conta os critérios de preservação ambiental. Era outro tempo. Hoje, há uma consciência muito maior e há um olhar internacional sobre a Amazônia, que é, sobretudo, um patrimônio brasileiro – não podemos abrir mão da soberania.

Penso que a questão fundamental é, não só em relação aos aspectos federativos, como foi lembrado muito bem pelo Relator, Senador Luiz Henrique – aliás, autor de uma lei, no seu Estado de Santa Catarina, a respeito da questão ambiental, o que confere é exatamente seguir uma norma constitucional -, mas, sobretudo, em relação à necessidade de dar aos milhares de agricultores brasileiros a segurança jurídica necessária para produzir comida com sustentabilidade. Hoje, é o próprio agricultor que tem consciência da necessidade, Deputado Tchê, em relação a esta prioridade que é preservar aquele patrimônio que ele tem, pois é dali que ele tira o sustento da sua família, a sua própria sobrevivência e também a renda para crescer. Um pequeno agricultor sonha em ser um médio e um grande agricultor.

No meu Estado, Rio Grande do Sul, eu costuma repetir sempre que é um Estado em que a maior parte dos seus agricultores tem consciência, aplicando manejos de preservação ambiental, curvas de nível, plantio na palha, agricultura de alta precisão, com índices de produtividade bastante elevados.

É disto que precisamos: um debate sereno, racional, levando em consideração tudo que ouvimos aqui,

dos cientistas aos produtores, passando por ministros de todas as áreas. A responsabilidade será essa.

Está em excelentes mãos, as do Senador Luiz Henrique da Silveira e do Senador Jorge Viana, com o comando da Presidência da Comissão de Meio Ambiente, com o Senador Rodrigo Rollemberg, do Presidente Acir Gurgacz, do Senador Eduardo Braga, na Comissão de Ciência e Tecnologia, e do Senador Eunício Oliveira, na Comissão de Constituição e Justiça, por onde a matéria já passou, o exame desse tema de grande interesse nacional, muito maior que o interesse do que foi examinado ontem em relação aos *royalties* do petróleo. Aqui, estamos tratando de comida, para brasileiros e também para o mundo.

Então, eu queria cumprimentá-lo, exatamente porque o seu depoimento reafirmou a necessidade da norma jurídica para dar tranquilidade aos agricultores brasileiros.

Muito obrigada.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Obrigada, Senadora Ana Amélia.

Passo a palavra agora ao Presidente Rodrigo Rollemberg, que é o Presidente da Comissão de Meio Ambiente.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador Anibal.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Só para entender. Após a fala do Senador Rodrigo, qual seria a sequência? Só para podermos nos orientar.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Nós vamos pedir...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, vou pedir licença. Eu tenho um compromisso na Comissão de Relações Exteriores também.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador Luiz Henrique.

Vamos passar a palavra aos Senadores.

Vou abrir inscrição para que os Deputados Estaduais possam se inscrever para poder utilizar a palavra. A inscrição está aberta.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Senador Acir Gurgacz, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, prezado Deputado José Luís Tchê, a quem quero cumprimentar como Presidente da União Nacional dos Legisladores Estaduais, prezadas Senadoras, prezados Senadores, prezados Deputados Estaduais que nos honram com a sua presença, no momento em que estamos avançando nos entendimentos em relação ao Código Florestal

e em que duas comissões já terão oportunidade, na próxima terça-feira, de ouvir a apresentação do relatório do Senador Luiz Henrique, eu quero manifestar, mais uma vez, o meu otimismo de que o Senado Federal estará à altura das expectativas da população brasileira e apresentará ao País um Código Florestal moderno, devolvendo-o à Câmara dos Deputados, um código que dê tranquilidade e segurança jurídica aos nossos produtores rurais, mas que tenha os olhos voltados para o futuro. Ter os olhos voltados para o futuro significa garantir a sustentabilidade da agricultura brasileira e significa garantir que o Brasil possa ser cada vez mais uma potência na produção de alimentos e de agroenergia, mas também uma grande potência na biodiversidade.

Neste momento, que possivelmente seja a última audiência conjunta sobre esse tema da Comissão de Agricultura com a Comissão de Meio Ambiente, eu quero aqui cumprimentar o Senador Acir Gurgacz, o Senador Eduardo Braga e o Senador Eunício Oliveira, os Presidentes das outras comissões, e dizer, Senador Moka – eu tenho dito isto -, que, após todos esses entendimentos, temos de construir uma agenda pós-Código Florestal e uma agenda conjunta cada vez maior entre agricultura, meio ambiente, ciência e tecnologia e inovação, até porque fica muito claro que, para que o Brasil tenha uma agricultura cada vez mais competitiva no cenário internacional, o grande diferencial dessa competitividade será a sustentabilidade. A forma melhor, mais rápida, mais barata, mais inteligente, mais sustentável de garantir aumento da produção e da produtividade com sustentabilidade ambiental é investindo em conhecimento, investindo em ciência, tecnologia e inovação. Portanto, é muito importante que tenhamos uma agenda comum dessas comissões para dar continuidade aos desdobramentos do código florestal.

Mas quero aqui também registrar – o que já tive oportunidade de fazer outras vezes e não me cansarei de fazê-lo – a felicidade que tivemos de colocar os destinos da revisão do código florestal nas mãos de dois Senadores, dois grandes brasileiros, dois homens experientes como o Senador Luiz Henrique, ex-governador do Estado de Santa Catarina, ex-Ministro de Ciência e Tecnologia, e o Senador Jorge Viana, ex-governador do Estado do Acre, que implementou naquele Estado programas reconhecidos internacionalmente de sustentabilidade ambiental.

Cumprimento todos os membros das comissões por onde tramita este projeto, pelo clima de equilíbrio, de bom senso, de moderação que vem permeando os debates sobre o código florestal.

O Senador Luiz Henrique apresentará o relatório conjunto para as Comissões de Ciência e Tecnologia e de Agricultura na próxima terça-feira. Registro minhas expectativas e minha confiança em que este relatório esteja sendo aperfeiçoado por conta das inúmeras contribuições recebidas aqui de todos os segmentos da sociedade. Tivemos oportunidade de ouvir por várias vezes a comunidade científica. Ainda na última segunda-feira, o Senador Jorge Viana, o Senador Aloysio Nunes, Senador Blairo Maggi e eu passamos o dia na Esalq, Escola Superior de Agronomia Luis de Queiroz, em Piracicaba, aprofundando o debate com os cientistas. Temos tido interlocução permanente com o Governo Federal por meio do Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Agricultura e Ministério do Desenvolvimento Agrário; com os produtores rurais, por meio de suas entidades representativas, seja a Confederação Nacional da Agricultura, sejam outras entidades representativas de pequenos produtores rurais; estivemos abertos aos debates com ONGs; enfim, estamos fechando o ciclo, Senador Moka, e quero manifestar o meu otimismo de que possamos aprovar o código florestal moderno.

O Senador Luiz Henrique acatou algumas sugestões importantes como a de separar no texto o que são disposições transitórias, que são disposições para regularizar o passivo existente e dar tranquilidade e segurança jurídica aos nossos produtores rurais e, ao mesmo tempo, separar das regras que vão balizar o desenvolvimento da agricultura, da pecuária, agroenergia e da preservação ambiental no Brasil para o futuro.

Após a aprovação deste código florestal...

Quero concordar com a Senadora Ana Amélia, Senadora sempre muito assídua, muito presente aos debates, sempre dando contribuição muito efetiva nesses debates e a cumprimento, manifestando a minha segurança, tranquilizando os Deputados estaduais de todo o País de que o código está em ótimas mãos, está tendo ótimo encaminhamento. Vamos apresentar ao País uma legislação moderna e, como disse a Senadora Ana Amélia, a mais importante que estamos nesse momento apreciando no Congresso Nacional brasileiro não apenas pela produção de alimentos, mas também pelo impacto que terá na vida de todos, produtores rurais, ambientalistas. Estamos tratando de uma lei que diz respeito e dirá respeito sempre, para sempre no tempo, às futuras gerações. Não há dúvida, portanto, que esta é a legislação mais importante que está sendo apreciada neste momento no Congresso Nacional.

Mais uma vez, Senador Acir, quero cumprimentá-lo por sua condução, cumprimentar todos os Senadores dessas quatro Comissões por onde tramita o Projeto pelo alto espírito público de estar fazendo essa discussão nesse clima de moderação, de equilí-

brio, de bom senso, que é o que a população brasileira espera de nós.

Não poderíamos encerrar este ciclo sem ouvir a opinião dos representantes dos Legislativos estaduais num país com tal diversidade como o Brasil, em que cada um ali está na ponta, conhecendo as expectativas da sua população, desde o Norte até o Sul do País, passando pelo Centro-Oeste, região que represento como Senador de Brasília.

Ficam aqui os meus agradecimentos, Senador Acir, meu desejo e minha convicção de que continuaremos atuando juntos em prol do desenvolvimento da agricultura e do meio ambiente brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, que tem contribuído muito para esse debate, para o sucesso desse debate.

Iniciamos, Senador Aníbal, no dia 29 de março o debate nesta Comissão. Começamos com a seguinte frase: “O Brasil quer produzir conservando”. E nós encerramos o nosso ciclo de audiências públicas hoje com a mesma frase. Queremos um Brasil produzindo e conservando.

Com a palavra o Senador Aníbal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente Acir Gurgacz, que conduz com muita competência e muito equilíbrio esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, e Deputado Estadual Luiz Tchê, que, neste momento, representa o orgulho e a qualidade do Legislativo acreano no plano nacional, porque é um legislador do Acre, da Assembleia Legislativa do Acre, que está na presidência da União Nacional dos Legisladores Estaduais. Então, quero manifestar aqui o meu orgulho por tê-lo na representação maior dos legisladores brasileiros que atuam nos Estados.

Saúdo também o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado, Deputado Elson Santiago, o Deputado Walter Prado, companheiro do PDT que também tem grande contribuição ao Estado do Acre, o Deputado Manoel Moraes, do PSB, e o Deputado Eduardo Farias, confrade do grande Deputado Federal Aldo Rebelo, que fez e conseguiu aprovar o relatório que está hoje em debate aqui no Senado Federal.

Srs. Deputados e Srs. Senadores aqui presentes, as etapas cumpridas até aqui, em relação ao Código Florestal, são etapas muito importantes. Acredito que o que foi manifestado pelo Senador Acir Gurgacz é o sentimento que está presente hoje em todas as Comissões do Senado Federal, é como fazer para aumentar a

nossa produção tanto no que diz respeito à geração de divisas quanto no que diz respeito à contribuição para atender ao desafio de alimentar o Brasil e o mundo, porque a contribuição do Brasil é muito especial, mas, fundamentalmente, como a gente evitar os desastres ocorridos no passado e como corrigir certas falhas que ocorreram e que colocaram em risco o equilíbrio ambiental do nosso País.

A presença dos Senadores Luiz Henrique e Jorge Viana nas relatorias nessas Comissões temáticas de Meio Ambiente e Reforma Agrária e de Ciência e Tecnologia é uma segurança a mais que nós temos de que esse projeto está sendo tratado com a devida atenção.

A aprovação, por acordo, por unanimidade, praticamente, porque houve algumas discordâncias, mas muito minoritárias, do relatório inicial do Senador Luiz Henrique na Comissão de Constituição e Justiça foi mediante um acordo no sentido de que nós trataríamos ali apenas dos pressupostos de constitucionalidade, ficando o acordo de que todas as contribuições dos demais Senadores seriam analisadas com maior atenção nas outras comissões temáticas. Isso está acontecendo. As informações que nós temos são de que o relatório a ser lido na terça-feira já é bem mais amplo e tem contribuições muito interessantes no sentido de corrigir falhas de origem.

Nesse aspecto vale muito à pena reforçarmos aquilo que disse aqui o Senador Luiz Henrique: a Câmara, com o seu retrato, com a simbologia daquela concha côncava sendo o receptáculo maior de todos os sentimentos da Nação, aprovou um projeto recebendo e tentando dar atenção à diversidade das culturas, das propostas, das necessidades e das exigências de todo o Brasil.

Então, esse trabalho aprovado na Câmara tem uma grande importância e é um excelente ponto de partida para o que pode ser trabalhado aqui no Senado, que tem a característica de ser uma casa da Federação, uma casa do equilíbrio, onde, verdadeiramente, tem que prevalecer a maturidade. Neste sentido, a gente está muito confiante no trabalho dos Senadores Luiz Henrique e Jorge Viana, que, inclusive, estão se reunindo com frequência, para trabalhar um relatório que seja sincronizado com as necessidades do País.

E quero, aqui, fazer um elogio muito especial ao pronunciamento inicial do Deputado Luiz Tchê porque, na realidade, essa qualidade expressa no seu pronunciamento, para nós, acreanos, é um orgulho, porque V. Ex^a demonstra total preocupação no sentido de não prejudicar aqueles que produzem e, ao mesmo tempo, garantir a preservação dos nossos recursos naturais para dar às futuras gerações a oportunidade de terem o direito a um meio ambiente equilibrado.

O vosso pronunciamento é um retrato fiel de tudo que aconteceu no Brasil até aqui, do quanto estamos diante de situações complexas a serem resolvidas.

Nesse sentido, a proposta do Senador Jorge Viana, que foi acolhida pelo Senador Luiz Henrique, de separar o que é transitório do que é permanente, é a chave da solução dos problemas, porque alguém que foi orientado a desmatar 50% da sua propriedade não pode ser penalizado hoje por ter cumprido a lei no passado. Mas isso também não pode estar na legislação permanente. Então, tem que ser algo transitório para resolver o passivo. O passivo se resolve de maneira transitória com uma solução para o passivo. Agora, temos que nos preocupar com daqui para frente, com como vamos fazer para melhorar nossa tecnologia, produzir mais, garantir maior produção, maior rentabilidade, maior mecanização e, ao mesmo tempo, maior proteção dos nossos mananciais, dos nossos rios, das nossas florestas e tal.

Então, isso tudo está presente nessa separação entre o que é transitório e o que é permanente. Nesse sentido, fiz um pronunciamento há poucos dias e queria retratar aqui um exemplo do que é permanente e do que é transitório.

Quando assumimos o Governo do Estado, em 1999, o salário dos servidores estava atrasado cinco meses. No primeiro mês os servidores queriam o recebimento do atrasado, e nós tivemos que dar uma resposta, orientados pelo então Governador Jorge Viana, no seguinte sentido: “vamos tratar do que é permanente. De hoje em diante, não tem mais atraso no salário. Agora, o passivo nós vamos negociar”. E assim foi feito. Começou a se pagar em dia, no mês de janeiro de 1999. E desde então nunca mais se atrasou um dia o pagamento dos servidores do Acre. E com seis, sete ou oito meses nós conseguimos parcelar o passivo, conseguimos atualizar o passivo e conseguimos fazer um compromisso de fé que nunca mais se quebrou dali para frente e todo mundo foi pago em dia.

Então, acho que, neste momento, quando se separa o que é o passivo do que é o permanente, nós temos que fazer um acordo em relação ao passivo, que vai demorar um tempo para a gente corrigir, mas o fundamental mesmo é nós estabelecermos uma legislação permanente que seja uma proteção segura para o nosso meio ambiente, para garantir que a gente vai ter aumento de produtividade, mas sem agressão ao meio ambiente e sem ameaça às gerações futuras.

Acho que, nesse aspecto, tenho certeza de que o Deputado Luiz Tchê e os demais Deputados das outras regiões que estão aqui presentes vão concordar que nós temos, sim, que manter o Brasil sendo o nosso grande produtor de alimentos para o Brasil e para o

mundo, e, ao mesmo tempo, o nosso exemplo de sustentabilidade, aquele país que produz preservando, que aumenta a produção mas mantém o seu marco legal de proteção das florestas, dos nossos mananciais e dos nossos mais variados biomas, que são tantos no Brasil e requerem tantos estudos e tantas atenções técnicas para que a gente logre sucesso nessa missão grandiosa que o Senado Federal tem hoje de dar uma resposta à altura das necessidades do povo brasileiro.

Era isso.

Confio demais no trabalho do Senador Jorge Viana e do Senador Luiz Henrique e tenho certeza de que a lei que vai sair do Senado Federal vai ser uma lei muito mais com a cara e com as necessidades do Brasil e do povo brasileiro.

Muito obrigado, Senador Acir Gurgacz, pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Obrigado, Senador Aníbal.

Faço um adendo nessa sua colocação com relação ao passado, ao que é passivo.

Todas aquelas propriedades que foram entregues à população fazem parte do passivo. Nós temos pessoas, Senador Moka, que resolveram guardar suas florestas para que – pensamento da época – no futuro fosse explorada sua madeira. Na época, a madeira tinha uma receita muito pequena. À conta de que, no futuro, fosse melhorar, essas pessoas guardaram suas florestas para poder desfrutar de um preço melhor da madeira no futuro, e hoje não podem fazê-lo.

Então, eu entendo que o passado também é aquelas pessoas que receberam a sua terra. Vamos falar do futuro? Aquelas pessoas que irão, porventura, receber terras novas do Governo ou fazer novas licitações, essas, sim, terão uma lei nova. Mas aquelas pessoas que receberam a sua terra, elas devem, Deputado Tchê, permanecer sob a lei da época mesmo tendo condições de usufruir das suas florestas dentro dos 50%. Essa é a nossa proposta. É por isso que nós encaminhamos uma emenda no sentido de que deveremos ter um zoneamento econômico e ecológico para que a ciência possa tratar disso com mais eficiência.

De onde surgiu 80% para a Amazônia? Qual a explicação científica que alguém pode nos dar de porquê, no meu Estado de Rondônia, nós precisamos preservar ou ter uma reserva legal de 80%? De onde surgiu esse número? Como que se partiu de 25% para 50% e de 50% para 80%? Daqui a pouco vamos ter que sair do nosso Estado. Temos que ter cuidado com as leis. É exatamente por essa razão que estamos debatendo com tanta preocupação e com tanta insistência nessa questão da Amazônia. Aquelas pessoas que receberam suas terras à lei da época, mesmo que não utilizaram

a floresta na época, no meu entendimento, elas têm o direito de usufruir, porque receberam sob a lei vigente naquele momento.

Pela ordem de inscrição...

O SR. REDITÁRIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Eu tenho uma inscrição aqui do Senador Waldemir Moka. Na sequência passo a V. Ex^a, Senador Cassol.

O SR. REDITÁRIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado.

Senador Waldemir Moka, V. Ex^a quer falar agora ou quer falar mais tarde?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu vou aproveitar, Senador Acir, porque a presença dos Deputados Estaduais aqui é fundamental. Aqui, no Congresso – percebo isso claramente – nós vamos votar um texto. Essa questão da legislação geral e da possibilidade, na minha avaliação constitucional, de as assembleias fazerem a legislação específica dos seus Estados acho que temos que garantir. Em Mato Grosso e em Mato Grosso do Sul, nós queremos que as Assembleias Legislativas de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul possam fazer uma legislação específica para o Pantanal, até porque não vejo sentido. Só existe o Pantanal no Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul. Como é que essa legislação vai ser nacional? É exatamente aí que podem... E eu acho que as assembleias têm competência. Aliás, eu sempre me pergunto por que as assembleias legislativas, que estão muito mais próximas da população dos Estados, não vão... Evidentemente, a legislação será específica, de quem conhece a realidade de cada Estado.

Agora, nós não estamos aqui também dizendo que o País vai ser uma colcha de retalhos. É preciso garantir os limites máximos e mínimos e, dentro disso daí, legislações específicas. É o que o Senador Luiz Henrique pretende. Agora, não se iludam que aqui esse debate vai ser intenso. E nós precisamos exatamente garantir que o texto dê legitimidade para que as assembleias legislativas possam fazer a legislação suplementar, que considero fundamental.

Essa é uma questão importante. No seu Estado, Rondônia, por exemplo, é fundamental que as assembleias tenham... E o zoneamento econômico... Mato Grosso do Sul já tem o zoneamento econômico e ecológico. Dentro daquilo, aí sim, à luz de todo um estudo de solo, de vegetação, do tipo de indústria pode se instalar nesse e naquele lugar, essa preocupação nós já tivemos.

A partir dessa constatação é que as assembleias legislativas vão legislar, depois de um zoneamento econômico e ecológico. Isso foi muito debatido quando eu era ainda Deputado Federal. E eu percebo que essa ideia no Plenário do Senado pode ser consolidada.

Quando o Senador fala em separar o que é passivo do permanente, na verdade isso é técnica legislativa. Mas o Deputado Federal Aldo Rebelo em momento algum quis que isso fosse diferente. Nós nunca defendemos na Câmara, como Deputado... Nós queríamos o quê? O que está consolidado.

O que nós vamos fazer com o plantio de café em Minas Gerais? Com as maçãs de Santa Catarina? São culturas que têm mais de 100 anos. Em Mato Grosso do Sul, 78% do Pantanal são preservados. E há mais de 250 anos nós praticamos lá a pecuária extensiva. Nem por isso o Pantanal foi degradado. Aliás, quem sempre preservou o Pantanal foi o pantaneiro.

Essas coisas são fundamentais para o nosso debate.

Evidentemente, e volto a insistir, nós vamos sempre procurar o equilíbrio e o consenso. E temos conseguido. Agora, consenso também não significa recuar em tudo. O consenso significa estabelecer aquilo que é o bom senso, o equilíbrio.

Insisto em dizer: o Brasil é de longe o País que mais preservou o seu patrimônio ambiental. Sessenta e um por cento de nossas florestas são preservadas. Aqueles que mais nos impõem restrições, que são os países europeus, não têm preservado nem 0,5% de suas florestas. Então nós, de longe, somos o País que mais preservou. Tudo isso tem que ser colocado na mesa também, porque a pretexto de condições ambientais e de preservação ambiental nós sabemos que por trás disso tem uma grande jogada comercial, que é exatamente impor limites, barreiras, melhor dizendo, fitossanitárias. Essa questão fitossanitária e também barreiras ambientais, aumentar o nosso custo de produção para que os nossos produtos cheguem lá fora com preço mais elevado, tudo isso faz parte dessa discussão.

Eu tenho estado aqui – V. Ex^a é testemunha disso, Presidente – e tenho procurado ser aquele Senador que ouve os lados que contribuem para o consenso.

Conversava ontem com V. Ex^a, com o Senador Acir Gurgacz e com o Senador Jorge Viana, que precisamos agora ir à votação, na Agricultura, na Ciência e Tecnologia e, logo em seguida, no Meio Ambiente. Aquilo que não for consenso o Plenário do Senado vai ter que decidir, e a presença dos deputados estaduais é fundamental nessa discussão para que a gente possa garantir o direito de os Estados também legislar em suas questões específicas e regionais.

Tenho certeza de que ninguém melhor que os deputados estaduais para fazerem a legislação específica ambiental do seu Estado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Moka.

Lembro também que o primeiro Estado brasileiro a produzir um zoneamento econômico e ecológico foi o Estado de Rondônia. Infelizmente está parado no Conama, desde então, há mais de dez anos. Foram gastos US\$19 milhões para produzir o zoneamento e o Conama não autorizou o Estado a executar o nosso zoneamento. Portanto, peço aos Deputados Estaduais que conversem com os seus Senadores para que apoiem a nossa emenda, para que esteja incluído no Código Florestal o zoneamento de cada Estado, feito pelo Governo do Estado e aprovado pelas Assembleias Legislativas. Pode ter o veto da União, mas não que se necessite de autorização da União, do Conama, para pôr em prática. Se há um estudo científico feito por técnicos dos Governos e aprovado pela Assembleias Legislativas, por que precisamos de uma autorização do Conama para pôr em prática? Poderemos ter talvez um veto, o veto do Executivo Federal, mas não uma autorização. Entendo que isso tenha atrasado muitos Estados para colocar em prática o seu zoneamento.

Passo a palavra ao Senador Reditário Cassol. Agradecemos sempre o apoio e a presença de V. Ex^a aqui na Comissão de Agricultura.

O SR. REDITÁRIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar todo mundo. Cheguei atrasado, estava com outros compromissos, atendendo o povo, mas, se V. Ex^a me permite, temos que agradecer a presença dos representantes dos Legislativos dos Estados brasileiros que estão aqui nos honrando com a presença deles.

V. Ex^a tocou num assunto do Estado de Rondônia de 80%.

É bom lembrar, Sr. Presidente, no sul do País, e sou natural de Santa Catarina, dos ambientalistas, porque naqueles velhos tempos os madeireiros tinham que florestar, eles mesmos, ou pagar para alguém fazer. Hoje está o exemplo lá. Tantas madeiras que nós temos aproveitando o florestamento. Quando fomos para o Norte, em Rondônia, em 1977, foi mais ou menos na época em que se transformou, em que mudaram o nome de Instituto Nacional do Pinho, para outro nome e, depois, para Ibama.

O Ibama exigia dos madeireiros a reposição florestal paga a eles. Vejam bem, o Ibama não plantou um pé de árvore. Já falei em reunião anterior que quem descobrir que o Ibama plantou um pé de árvore ganha uma caminhonete importada por cada pé de árvore.

Então, temos que também responsabilizar os ambientalistas. O Ibama, em Rondônia, já aplicou multa para ex-governadores pela abertura de rodovias para beneficiar o povo, para beneficiar certas cidades, certas vilas. Aplicou multas sérias. Está na Justiça. Agora, temos que responsabilizar o Ibama também para que ele reponha aquilo que receberam, dinheiro que se pagava sobre a extração de madeiras. Eles, com certeza, não plantaram nenhum pé.

Então, ilustre Presidente, como fazer realmente a aprovação, como V. Ex^a falou, e eu parabeno todos os que apóiam, este projeto sobre o Código Ambiental, que não venha prejudicar os pequenos agricultores e também os grandes, todo mundo. Sem dúvida nenhuma, preservar aquilo, ou repor principalmente as nascentes, ao longo dos riachos. Isso é importante. A água aumenta e valoriza a própria propriedade, mas também fazer injustiça como que temos lá em Rondônia. Informaram-me que até o Ministério Público aplicou multa para os agricultores, o Ibama está sempre em cima, aplicando multa.

Veja bem, se houve falha, uma pequena falha, alguma coisa... Mas, antigamente o que se exigia era derrubar para ter o direito da documentação. Agora, nós também temos que exigir aquilo que os ambientalistas não fizeram e receberam. Portanto, isso é...

Nós temos grande prejuízo, e não é só em Rondônia, é no País todo. Um grande prejuízo que foi pago, receberam o dinheiro e não plantaram nada.

Portanto, nós vamos fazer a coisa correta. Sem dúvida, a parte ambiental é muito importante, porque tem que ser preservada, principalmente nas nascentes, ao longo dos rios, nas montanhas e assim por diante. Isso é importantíssimo. Até para a saúde é melhor. Os velhos antigamente diziam: "a mata filtra o ar". Portanto, eu sempre falava isso, isso é importante.

Mas, vamos chamar a atenção dos ambientalistas para prestar conta, responsabilizar e fazer algo daquilo que eles receberam em devolução, em benefício dos Estados, com a plantação daquilo que eles receberam e não fizeram. E contem com o apoio desse pequeno Parlamentar, como se diz, em todos os momentos que precisarem.

Que Deus abençoe todo mundo, principalmente, para que, relamente, possamos fazer sempre as coisas corretas e certas, voltadas sempre em benefício da população, sem dúvida nenhuma, dando garantia àquilo que nós precisamos, como a parte ambiental que também é necessária.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Obrigado, Senador Reditário Cassol

Vamos agora à lista de inscrição. Estão escritos o Deputado Gabriel Guerreiro, do Pará; Deputado Manoel Moraes, do Acre; Deputado Erminio Pena, do Amapá; Deputados Eduardo Farias, do Acre; Deputado Eder Penha, do Amapá; Deputado Hélio Soares, do Maranhão; Deputado Antonio Arantes, de Minas Gerais e Deputado Ribamar Araújo, de Rondônia.

Passo a palavra, por três minutos, ao Deputado Gabriel Guerreiro.

Peço que nos ajudem em relação ao tempo. Deputado Gabriel Guerreiro, V. Ex^a, do Pará, V. Ex^a tem a palavra por três minutos.

O SR. GABRIEL GUERREIRO (PV – PA) – Meu caro Senador Acir, Presidente desta reunião, em seu nome, quero cumprimentar todos os Senadores aqui presentes.

Meu caro Presidente da Unale, nosso companheiro Luis Tche, em seu nome quero cumprimentar os Deputados Estaduais aqui presentes.

Estou aqui com a incumbência de representar o... amazônico, e o tempo é muito curto. Portanto, vou colocar aqui algumas questões fundamentais para que os Senadores, ao tomarem a decisão sobre o Código Florestal, possam ter a antevisão do que este País tem de responsabilidade sobre a Amazônia.

Eu gostaria de falar aqui sobre vários pontos que já foram abordados, mas vou centrar a minha questão em um problema crítico. Este País tem uma diversidade muito grande em todo o seu território – o Pantanal, a costa brasileira etc.

Mas há uma questão que é fundamental: tem que entender o que é a Amazônia. A Amazônia é uma bacia fechada continental. Eu sou geólogo e fiz Física antes de fazer Geologia. Entendo a Amazônia do ponto de vista físico, químico, termodinâmico. Gastei minha vida estudando isso e já sou Parlamentar há vinte e tantos anos. Fui constituinte nesta Casa – o Deputado Luiz Henrique era constituinte nessa época – e tratei da questão ambiental aqui. Mas a Amazônia é uma parte não do Brasil; ela é uma parte do Globo Terrestre. Ela é um ambiente, do ponto de vista geológico, do ponto de vista físico, químico, termodinâmico, absolutamente único no Planeta. E ela tem dois aspectos que precisam ser levados em consideração nessa questão: a sua natureza e a diversidade dessa natureza; e a diversidade antropológica que está em cima da Amazônia. Nós somos hoje 25 milhões de habitantes e precisamos ter direito ao que o mundo já produziu e ao que o mundo é hoje.

V. Ex^a falou, Presidente, sobre o zoneamento, inclusive de Rondônia. Eu fui Secretário do Meio Ambiente do Pará. E o Pará é um Estado maior do que a Península Ibérica – França, Portugal e Espanha lá

dentro, e ainda sobra Pará. É um país enorme. Veja V. Ex^a: nós temos lá dois aspectos críticos no zoneamento. Eu fui o executor do zoneamento. Não tive ações de ter US\$19 milhões, mas tive uma equipe muito boa. Há uma fronteira aberta no Pará, que é o Estado mais populoso da Amazônia, e essa fronteira aberta tem que ser tratada dentro do conjunto da Amazônia, como uma coisa muito particular. Chegar aqui ao Congresso Nacional e dizer que é preciso fazer 80% de reserva legal sobre a área de floresta da Amazônia é um absurdo, porque há áreas no Pará em que há 300 anos a floresta não existe mais. Igual a São Paulo. São Paulo é uma bacia pequena, mas é uma bacia tropical coberta de floresta; foi desmatada completamente. A área Bragantina, no Pará, é igual a São Paulo.

Estou pronto a desafiar qualquer cientista. Sou ambientalista e do Partido Verde, mas sou um ambientalista que tem base técnico-científica e humana. Não há como preservar a Amazônia se nós não construirmos, nessa área específica do Globo Terrestre, uma civilização própria do trópico úmido da Amazônia, que é única no mundo. Nós temos necessidade, aqui no Senado, de discutir qual é a nossa visão de Amazônia, porque discutir, como se discute hoje, a legislação brasileira de forma homogênea é um absurdo para a Amazônia. Um Estado como o Pará tinha que ter uma legislação própria feita por quem conhece o Pará, pelos cientistas, pela Assembleia Legislativa específica do Pará. Que haja normas gerais é fundamental. Getúlio Vargas, em 1934, estabeleceu, por causa da matriz energética, uma reserva legal, e nós continuamos achando que reserva legal resolve o problema ambiental, e não resolve. As APPs são muito mais importantes, do ponto de vista do ecossistema e da preservação do bioma amazônico, do que reserva legal, que pode ser um picadinho de coisas que não interessam a ninguém. Depende do dono da terra onde ele deixa a reserva legal. A APP, por exemplo, nas matas ciliares, elas não só preservam a floresta. O que precisa ser entendido é que, para haver floresta, é preciso haver solo e subsolo com água. A capa de solo da Amazônia, que depende da sua termodinâmica, é fundamental para manter as florestas, e é preciso haver a recarga do lençol freático. Se você secar o lençol freático, você estoura completamente toda a drenagem amazônica.

Essa é uma discussão que precisa ser feita. Eu já fui a muitos fóruns. Infelizmente, eu não pude vir ao Senado nessas audiências públicas. É a primeira a que venho, no final da história. Mas eu deixei aqui nesta Casa do Congresso Nacional, na Constituinte, algumas premissas que eram importantes. Essa questão da Amazônia é uma delas.

A floresta deve ser nacional, mas o trato da floresta tem que ser específico de cada Estado da Amazônia, porque o Acre é uma coisa, o Pará é outra; e Roraima é outra coisa, Rondônia parece um pouco mais com o oeste do Pará, mas Roraima é totalmente diferente, em todos os seus aspectos físicos e até termodinâmicos.

Então, eu gostaria de deixar essas observações porque nós precisamos tratar, neste Código Florestal, as duas coisas: a natureza da Amazônia e a fronteira aberta, que é um problema antropológico, que é um problema de presença humana. Nós precisamos fazer o zoneamento cuidando da fronteira aberta e nela estabelecer parâmetros para serem utilizados, para serem aplicados sobre o solo da Amazônia. E não podemos fazer isso olhando Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, etc. Nós temos condições de ter uma ampliação enorme das áreas de cultivo na Amazônia, bastando, para isso, que se tenha uma boa visão do zoneamento ecológico-econômico baseado na diferença do que é fronteira aberta e do que é fronteira natural.

O Pará tem dois terços das suas áreas sobre a égide de leis de preservação ambiental. Portanto, o restante, que ainda é maior do que o Estado de São Paulo, pode ser utilizado para uma enorme produção agrícola, pecuária e de todas as atividades humanas. De forma que o Senado tem a obrigação, sendo a Casa que representa os Estados, de defender o que a Unale vem defendendo, que é o poder das Assembleias Legislativas de legislar complementarmente sim, porque as leis que se fazem no Congresso Nacional descem a especificidades enormes, muito detalhadas e não estabelecem os princípios gerais; e as Assembleias Legislativas não podem legislar sobre as suas especificidades, que são importantíssimas para garantir a preservação do ecossistema amazônico e para criar uma civilização no trópico úmido da Amazônia, capaz de ser moderna, avançada, rica e educada, porque nós não vamos ter a preservação da Amazônia com uma sociedade ignorante, atrasada e pobre. Nós não vamos preservar a Amazônia, porque a pobreza se vale do estoque natural para sua sobrevivência, e o estoque natural não aguenta o crescimento da população.

Eu gostaria de deixar essas observações que, infelizmente, estão um pouco atrasadas, mas que acho que são fundamentais para o entendimento da questão do Código Florestal.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Deputado Gabriel Guerreiro.

Passo a palavra agora ao Deputado Manoel Moraes, do Acre.

O SR. MANOEL MORAES (PSB – AC) – Bom dia, Sr. Presidente, nosso Presidente Tchê, nossos colegas Deputados do Acre, nosso Presidente da As-

sembleia e nosso Senador do Acre Jorge Viana, que tem um destaque importante.

Eu acompanho a tramitação do Código Florestal, Sr. Presidente, com muita preocupação. Quando o Aldo Rebelo esteve no Acre, por duas vezes eu o acompanhei. Agora, tenho acompanhado o Luiz Henrique. Eu sou funcionário de carreira do Ibama e acompanho, há vinte anos, as mudanças das leis, das normas. As coisas vêm mudando, vem outra norma, e ninguém a cumpre. Vem mudando, vem mudando.

Em 2008, foi feito o Decreto nº 6.514. No dia em que o li, falei: “Acabaram com o produtor rural do Brasil, não deixaram uma saída sequer.” E falei para os colegas do Ibama que não sabia como aquilo tinha acontecido no Brasil naquela época. Vi que nós, como funcionário do Ibama, não poderíamos mais trabalhar, sob pena de prejudicarmos milhares de pessoas injustamente. Naquele momento, pedi minha transferência do Ibama para o Instituto Chico Mendes, porque eu achava improvável fiscalizarmos daquela maneira. Aquela lei retroagiu cinco anos para prejudicar certas pessoas que fizeram um trabalho em cima da outra legislação.

Então, aquelas áreas de APPs, que são importantes em todo o Brasil e que prevêm a maior cheia dos rios... Se assim fosse – e houve uma grande alagação no Acre, no rio Acre –, um terço da população não poderia morar naquelas áreas. Se fosse feita a medida da maior cheia do rio Acre, um terço da população do Acre não poderia morar lá. Teriam de ser destituídos de seus locais, como de outros locais de plantio de maçã, de tudo.

Aquela lei veio de uma maneira que nos deixou pasmos. Eu, no meu caso, fiquei pasmado. Temos, na Amazônia, muitas áreas protegidas. Temos legislação. Os moradores da Amazônia não querem mais desmatar, mas não querem pagar um preço que não é deles. Um produtor mora há 30 anos em uma propriedade, trabalhou, produziu, construiu um patrimônio de R\$300 mil, mas, de repente, recebe uma multa de R\$400 mil. A vida toda dele acabou-se em nada. Isso precisamos corrigir. Vemos com preocupação e somos solidários. Falam que vão absolver das multas. Não é isso! Essas últimas multas já vieram de maneira ilegal pelo valor e pela maneira como foram feitas. Então, nos preocupamos.

Vemos o trabalho do Senado. Temos certeza de que o Senado, junto com a Câmara, vai conseguir, sim, dar segurança jurídica para o Brasil. Não é novo desmatamento. Quero parabenizar Aldo Rebelo e Luiz Henrique, que estão fazendo um grande trabalho.

Essa é a nossa preocupação. Deixo nossa solidariedade para que o povo brasileiro ache o melhor

caminho para o Brasil, independentemente de pressão, seja de onde venha.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Obrigado, Deputado Manoel.

Passo a palavra ao Deputado Hermínio Pena, do Amapá.

O SR. HERMÍNIO RESENDE (PSL – CE) – V. Ex^a misturou dois Deputados, do Ceará e do Amapá. Hermínio é do Ceará.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Foi meu Secretário que não me passou corretamente. Meu Secretário, Deputado Luís Tchê.

Falará o Deputado Hermínio Resende, do Ceará. Desculpe-me.

O SR. HERMÍNIO RESENDE (PSL – CE) – Gostaria de parabenizar o Senado na pessoa.... *(Falha na gravação.)* ...proporcionando essa oportunidade à Assembleia Legislativa. O Presidente Roberto Cláudio não pode comparecer a esta reunião, mas delegou-me, como Presidente da Comissão de Agropecuária, a missão.

Não quero ser repetitivo. Ouvi atentamente a palavra do Senador Moka, do nosso Presidente da Unale, do nosso companheiro e guerreiro. O que queria dizer é exatamente o que disseram.

Seria uma grande conquista para as assembleias legislativas que o Congresso Nacional desse a oportunidade de nós, Deputados, podermos legislar, porque o Brasil é muito grande. A especificidade da Amazônia é uma; do Ceará é outra. Para os senhores terem uma ideia, o Ceará tem 580km de costa, de litoral. O pessoal da carcinicultura está sofrendo muito e estão todos irregulares. Então, seria uma contribuição grande do Congresso Nacional devolver às assembleias o nosso poder de legislar.

Infelizmente, hoje, podemos fazer muito pouco pela população. Até os limites de nossos Municípios, a criação de novos Municípios, tiraram de nós. Então, isso é lamentável porque nós é que estamos dia a dia com a população. Agora, estamos vivendo um problema seriíssimo, o Estado do Ceará e do Piauí, com relação à definição de limites.

Seria uma contribuição enorme do Congresso Nacional se também deixassem, no Código Florestal, que cada Estado pudesse dar a sua legislação, a sua opinião, é claro, respeitando a Constituição Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Deputado Hermínio Resende, do Ceará. Agora está certo.

Passo a palavra ao Relator da Comissão de Meio Ambiente, Senador Jorge Viana, para fazer suas co-

locações frente ao seu trabalho, ao seu importante trabalho, neste momento, que é relatar essa matéria na Comissão do Meio Ambiente.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Presidente.

Queria cumprimentar o Deputado Luís Tchê, meu conterrâneo, é um acreucho – gaúcho e acreano – e foi muito bem aceito no Acre, que deve a um dos heróis da pátria, que é o Plácido de Castro, gaúcho também, a própria conquista do território.

E o Deputado Tchê com o apoio do conjunto dos Parlamentares, homens e mulheres, que lideram os processos legislativos nas assembleias do Brasil, foi eleito, que muito honra o Acre, a bancada acreana na assembleia, o fato de ele ter sido eleito para Unale. E ele tem dado uma dinâmica a essa entidade que tem conquistado espaços no Brasil, assim como ele dá à sua carreira política no Acre, à sua vida empresarial no Acre. É uma pessoa dinâmica, determinada.

E graças a ele e a muitos dos senhores que estão aqui é que estamos fazendo esta audiência, que entendo da maior importância, porque é um encontro de legisladores. Nós aqui estamos com a missão de legislar sobre um dos temas mais importantes para o País.

Ontem, votamos, à noite, aqui no Senado, um regramento novo para a distribuição dos *royalties* no Brasil. Parece pouca coisa para um trabalho parlamentar, mas podemos ter iniciado ontem a transformação real do Brasil a partir do melhor uso de suas riquezas naturais, no caso, uma riqueza finita como é o petróleo, que é estratégica para o País, já que ela é finita.

Não vou aqui repetir a importância que tem uma boa lei, seja do ponto de vista de melhorar o País, diminuindo as desigualdades, como estabelece a Constituição Federal. E, agora mesmo, estamos sendo questionados por uma ação no Supremo que questiona a distribuição do Fundo de Participação dos Estados. O Supremo deu. Veja que situação que nós legisladores estamos. Está aqui o autor, Wellington Dias, companheiro que andou o Brasil inteiro e corajosamente resolveu dar sua contribuição como ex-Governador e como Senador para que o Brasil fique melhor, tenha melhor qualidade na distribuição de seus recursos e no uso de seus recursos.

Eu estava falando, Senador Wellington, da importância de termos votado ontem e de outro desafio que temos, porque a Constituição estabeleceu critérios de distribuição do FPE baseado no princípio de ajudar a diminuir as desigualdades dentro do País. Daí que Estados da região Norte e Nordeste deveriam ter uma maior participação na distribuição desses recursos, que são oriundos de parte dos impostos.

E por que o Supremo resolveu tratar como inconstitucional esta matéria? Não é pelo princípio dela de fazer e melhorar a igualdade no Brasil diminuindo a desigualdade regional. Não é por conta disso. É porque, na Constituição, consta que tem que ser um processo dinâmico. Só por isso. O que é ser dinâmico? É logo que um Estado consegue sair de uma situação de desigual para uma situação de mais igual perante os outros do Sul e Sudeste, especificamente, ele tem que deixar de ter esse critério. É só isso que está faltando na lei que estabelece o Fundo de Participação dos Estados.

Então, que fique bem claro. Eu também concordo com esse princípio.

Você tem situações hoje em que o Estado da Bahia, que vive uma dinâmica econômica muito importante, está sendo tratado muito melhor que muitos Estados da região Norte, que estão passando por muita dificuldade, bem diferente da Bahia.

Essa dinâmica que o questionamento do Supremo estabelece para nós todos.

Aí, na Lei dos *Royalties*, votada ontem, com relatório do Vital do Rêgo em cima de um projeto do Senador Wellington.

Gente, sou defensor de darmos um tratamento diferenciado para Estados que sejam, em terra ou mesmo nas áreas próximas, produtores. Óbvio que não pode ter prejuízo, mas nós estamos discutindo agora, como diz o Presidente Lula, um bilhete premiado: a possibilidade de daqui a algumas décadas, quando esse recurso finito ficar escasso ou ser substituído no mundo, o Brasil ter mudado de patamar. Por isso, a destinação é uma destinação carimbada. Penso que os Estados devam, inclusive, radicalizar. Eu acho que ainda se flexibilizou muito. Para mim, esses recursos deveriam, pelo menos durante uma ou duas décadas, ter as prioridades: um, a educação; dois, a educação; três, a educação; e a quarta, dividir os recursos para outras áreas. Sugiro isso para que o Brasil experimente uma das poucas receitas que todos concordam que seja transformadora: priorizarmos a educação. Quando se dilui, obviamente, a gente tem o risco de não ter prioridade nenhuma e, daqui a duas décadas ou três décadas, quem sabe, não estar um pouco melhor. Certamente, vamos estar – sou otimista –, mas não no nível em que gostaríamos de estar.

Então, lá está garantido recurso para a saúde, está garantido recurso para ciência e tecnologia, para proteção ambiental – óbvio, vem de um recurso –, mas e o Código Florestal?

Eu estou fazendo esse paralelo da Legislação porque aqui estou diante das Assembleias, que nos honram com as suas presenças. É muito importante

que façamos. Fizemos audiências públicas aqui com juristas. Lembro que ouvi há alguns anos do Ministro Jobim que o Senado, o Congresso, isso de alguma maneira também vale para as Assembleias, estava pegando um caminho equivocado e do então Ministro da Justiça Paulo Brossard declarações sobre a independência dos Poderes. Ele, Presidente do Supremo, quando tinha questionamento sobre uma decisão do Parlamento, do Congresso, ele dizia: “Isso é uma questão do Congresso. Quem delibera sobre questões como essa é o Congresso.” E o que tem ocorrido nos últimos vinte anos no Brasil? Uma judicialização da competência do Legislativo, boa parte, em decorrência, e por isso estou começando assim para chegar ao Código Florestal, da maneira como temos legislado. Aqui, no Congresso, ontem já ficou deliberado que “vamos ao Supremo”. Quer dizer, a gente faz uma lei hoje e recorre ao Judiciário amanhã. Essa prática está judicializando o papel do legislador. Já não basta o que a Justiça Eleitoral faz.

Ontem, li que o Supremo decidiu que Senador Cássio Cunha Lima assume. Ora, a eleição já completou um ano: um Senador foi eleito, foi cassado; outro foi empossado; e agora o empossado é cassado e o eleito assume. Gente, isso não é sério! Isso não é uma postura de respeito à essência da democracia, que é o direito do voto. O voto no Brasil está sendo banalizado. Se temos uma Justiça exclusiva para o Eleitoral, por que não ter prazo para deliberar sobre isso? Dois meses, três meses depois da eleição, tudo bem. Um ano? Dois anos? Três anos? Como acontece diariamente no País, é uma vergonha! É uma vergonha! Não tem outra palavra.

Estou falando isso, gente, porque esse costume equivocado que pegamos de quem perde na tese, no voto, nas Assembleias, na Câmara, no Senado, recorre à Justiça, invalida o Poder Legislativo e o Judiciário. Estamos transferindo uma parte do Legislativo para o Judiciário. Para o Código Florestal também não é diferente.

O art. 24 da Constituição é perigoso. O que eu e o Senador Luiz Henrique fizemos? O que eu ouvi já aqui, e está sendo transmitido pela rádio Senado, e isso é muito bom, o Brasil inteiro está acompanhando, inclusive os nossos amigos no Acre, e aqui temos uma delegação do Presidente da Assembleia, o Elson, o Manoel Moraes, o Walter Prado, o Eduardo Farias, que são Deputados, e os demais Parlamentares, representando as outras Assembleias... Gente, nós temos um problema, o art. 24 da Constituição fala que nós temos uma competência concorrente entre a União e os Estados. Concorrente. Isso gerou uma situação de todos acharem que pode ter um contra o outro.

Nós chamamos juristas, chamamos juristas, do STJ, do Supremo para cá. Fizemos uma audiência com os juristas para que esclarecessem, isto sim, o que é competência concorrente.

E o Ministro Jobim, ex-ministro, que foi o autor – convidado pela CNA, por mim, pelo Senador Luiz Henrique e pelos Presidentes das comissões – desse artigo na Constituinte, interpretou-o para nós, porque ele é baseado na Constituição Alemã. Também o Professor Paulo Afonso Leme Machado, que é uma sumidade nesta matéria, e o Ministro Erman Benjamin.

E todos coincidiram com a interpretação, e eu quero trazer para esta audiência, e eu já ouvi aqui de Parlamentares do nobre Deputado do nosso vizinho e longínquo Estado do Pará – são mais ou menos 4 mil quilômetros de distância. Na Amazônia é assim, o vizinho está a 4 mil quilômetros. Atravessa a Europa duas vezes, dependendo. É ele o vizinho próximo que temos.

E aí ele fala da competência concorrente, e que a União deve fixar normas gerais. O Ministro Jobim falou isso, o Ministro Erman Benjamin falou isso e o Paulo Afonso Leme Machado, que é um professor dos professores.

Normas gerais são aquelas que, normalmente, abrangem todo o território nacional. Então, cabe à Lei Maior, no caso o Congresso, deliberar sobre norma geral para todo o Congresso Nacional. Aí a gente tem que – ontem eu estava na Comissão da Verdade e há uma frase muito bonita que diz “para nós virarmos a página, temos de lê-la.” A comissão, na verdade, quer ler a página desse período autoritário para querer vira-la.

Aqui, é a mesma coisa, para a gente mudar de página, então, vamos ler.

Competência concorrente. A União deve fixar normas gerais, as normas gerais, normalmente, é aquela que abrange todo o território nacional. Mas pode abranger também um ecossistema ou bioma. E quais são os nossos biomas? Mata Atlântica, Amazônia, Cerrado. Temos cinco biomas que poderíamos colocar. Como foi feita a Lei da Mata Atlântica. Ou seja, ela garante a uniformidade legal do País. Se não esse Brasil já teria várias regiões e cada um já estaria fazendo do seu jeito.

Então, se nós compreendermos isso... Mas os Estados podem legislar ou não? Podem. Eles vão aperfeiçoar essa norma geral, levando em conta as características regionais e locais. O Acre foi o Estado, com todo respeito, foi o Estado que mais usou o próprio artigo 24 no sentido de aperfeiçoar as normas gerais.

O Acre fez um aparato de legislação baseado no zoneamento que eu digo aos senhores e a quem estiver me ouvindo: o Acre, já em boa parte do território, já não está vinculado ao 80% estabelecidos. Mas não porque criou uma lei concorrendo dizendo “não

vai ser 80%, vai ser 50%”. Isso porque o Estado pegou as áreas que temos dentro do zoneamento, com aptidão de produção, as áreas já consolidadas e, com base na lei e no zoneamento e amparo na legislação nacional, a gente começou a fazer um aperfeiçoamento dessa legislação.

Então, tem um caminho, sim, onde é possível complementarmente fazer a legislação. Agora, gente, estamos tratando de uma lei – e eu queria aqui concluir, porque é importante seguirmos ouvindo os parlamentares. É esse o meu papel, e é isso o que temos feito. Essa matéria foi debatida, e o confronto foi debatido na Câmara dos Deputados.

Eu diria aos senhores, e todos aqui sabem, que, como foi dito pelo nosso colega Deputado do Pará, a legislação primeira sobre isso aconteceu em 1934. Foi o primeiro Código Florestal. Lá eles já falavam das florestas protetoras.

Foi muito bem colocada também a diferença entre reserva legal e preservação permanente. São coisas, de fato, diferentes. Uma, o proprietário pode até escolher onde põe, independente do tamanho. A outra, não! Está estabelecida como protetora.

Só que no caso brasileiro, em 1934, agrônomos, no caso botânicos, estavam preocupados com a maneira agressiva como se estava fazendo a supressão da Mata Atlântica e de outras vegetações, principalmente na costa brasileira.

O Brasil leva o nome de uma árvore.

Foi feita com o propósito de frear um pouco a destruição que estava tendo.

Em 65, foi feita a segunda versão. Sessenta e cinco, gente. Em 1965, não tinha movimento ambientalista ainda, no mundo, porque só entrou com a Conferência de Estocolmo, em 72, a ideia do desenvolvimento sustentável. Só aí se começou a trabalhar alguma ideia de desenvolvimento sustentável, de um certo ambientalismo.

O Código Florestal Brasileiro não foi feito por ambientalista, foi feito por seis pessoas – esse código que nós estamos discutindo. Seis: três agrônomos e três juristas. Seis pessoas. Durante dois anos, debateram, ouviram, apresentaram uma proposta, que foi votada e aprovada. Essa proposta nos trouxe até aqui.

Agora, essa nova versão está sendo debatida há 10 anos; aqui, mais diretamente com o Deputado Aldo, há dois, na Câmara.

Aqui no Senado, o ambiente é completamente diferente. Graças ao Senador Acir, que preside esta Comissão, graças ao Senador Eduardo Braga, que preside a Comissão de Ciência e Tecnologia, graças ao Senador Rodrigo Rollemberg, que preside a Comissão de Meio Ambiente e esteve aqui ainda há pouco, graças

ao Senador Eunício, nós tivemos audiências coletiva, diligências, audiências quase que semanalmente, promovidas pelo Senador Acir, em várias regiões do País. Eu participei de várias. Fizemos visitas e diligências.

Segunda-feira, agora, passei a manhã inteira, o dia inteiro na ESALQ, uma das mais conceituadas universidades do mundo, em São Paulo – eu, o Senador Rodrigo Rollemberg, o Senador Blairo Maggi e o Senador Aloysio Nunes, de São Paulo –, com uma bancada de cientistas, discutindo a parte central desse debate no Brasil: reserva legal e área de preservação permanente.

A base de se fazer a atualização do código, a mudança no código é por conta do passivo ambiental que o Brasil tem hoje. Aí, estou diante de Parlamentares que sabem... Em muitos casos, nós apoiamos as políticas dos Governos, mas nós sabemos que o passivo ambiental que o Brasil tem, ou seja, o déficit que nós temos de reserva legal e de área de preservação permanente, boa parte dele ou a maior parte dele é em decorrência de políticas oficiais, que foram estabelecidas especialmente na minha região, a Amazônia, e no Cerrado. Quem não se lembra dos programas de ocupação do cerrado? Quem não se lembra dos programas oficiais de ocupação da Amazônia?

Não é que se foi estimulado, não. Foi quase que obrigado, na Amazônia, a se fazer desmatamento, pelas políticas oficiais. Isso gerou uma ocupação que se chocou com o equilíbrio ambiental em algumas regiões, e, obviamente, de uns anos para cá, o Brasil tem ampliado as áreas de proteção na Amazônia, especificamente.

Vinte e sei por cento são unidades de conservação na Amazônia. Biomas com Mata Atlântica, perto de 5 ou 6%. Tem uma diferença enorme.

Agora, esse passivo ambiental que o Brasil tem precisa de uma solução.

Nós, como já foi dito aqui, dividimos, aqui no Senado, a estrutura do texto. Criamos as disposições transitórias, para tratar desse passivo desse passado: como é que nós vamos lidar para aproveitar melhor as áreas já desmatadas; como é que nós vamos lidar para trazer de volta parte daquilo que é importante que se traga de áreas perdidas, para ter um melhor equilíbrio até para produzir mais; e como é que nós vamos ter uma regra, uma lei duradoura para o futuro.

É isso, o texto está dividido para facilitar e nós estamos identificando o problema do passivo, tendo uma lei firme para a frente.

Agora, tem uma discussão central nisso, que eu queria pôr aqui: não acredito, porque as tentativas do Brasil têm sido muitas, desde 91, em tentar trazer de volta área de preservação permanente, encosta de

morro, beira de rio. É difícil e se não tivermos mecanismos econômicos que estimulem o produtor – e para ele, inclusive, é um bom negócio – a recuperar parte daquilo que está perdido nas nascentes, na margem do rio... Porque para o produtor isso é fundamental também. Ninguém produz sem solo manejado e sem água, gente.

Então, dentro desse aspecto, nós dividimos o texto nessas duas condicionantes, o que já facilita para a gente ver o problema. Digo ainda que o texto da Câmara tem um erro de origem, grave, que gerou muitos conflitos e que eu acho que, se mantivéssemos daquela maneira, gente, com todo o respeito a quem o defende, porque estamos num processo de ouvir, se o mantivéssemos daquela maneira... O art. 8º, por exemplo, que é a Emenda nº 164, não é bom nem para o produtor que quer sair da judicialização em que está metido; não é bom para ele. Por quê? Porque, ao ler o artigo, ali estão duas coisas incompatíveis: a flexibilização para o passado e o regramento para o futuro. Não dá. Cria-se o que se chama de insegurança jurídica. Sabe onde vai parar um texto desses, feito dessa maneira? Sabe onde vai parar? Nos tribunais. O Ministério Público Federal e os ministérios públicos estaduais Brasil afora vão pegar aquela Emenda nº 164 e, no outro dia, ajuizar uma ação atrás da outra na Justiça, e pode ser que ganhem muitas delas, porque o texto gerou uma insegurança jurídica.

Aí, a nossa definição é a seguinte: o que é melhor para quem quer sair desse risco, dessa judicialização, das multas? Todas estão vinculadas ao art. 50, lá, e aí complica. Não tem sentido um extrativista, na hora em que alguém vai aplicar uma multa lá, escolher aquilo que não é o que educa ou recupera; é aquilo que danifica quase de morte essa pessoa, porque o pequeno proprietário, o pequeno produtor não quer ter dívida. Ele gosta de pagar seus compromissos. Quando ele recebe uma multa que é duas vezes o valor da propriedade dele, ele não dorme mais; ele às vezes perde até a propriedade, e perde o sentido.

Então, dentro desse aspecto, gente, nós não podemos pegar essa exceção também e transformar em regra, mas nós precisamos estabelecer um regramento novo que possa garantir o que é o objetivo do Código, que é o Brasil parar de destruir e o Brasil aumentar sua produção. Duas coisas compatíveis: o Brasil proteger mais e produzir mais. E, para produzir mais, tem que ter água, tem que ter equilíbrio no manejo do solo. Então, nós estamos pegando as áreas consolidadas, Deputados, de maçã, de café em Minas, maçã no sul, de cana no Nordeste. Isso são áreas... É parte da cultura. Nós estamos separando isso e considerando que

isso é parte da História do Brasil. Não se pode botar a mesma lei ali, senão não dá certo.

Então, vamos com critério, com uma condução adequada, fazer com que o Brasil tenha essas duas coisas. Eu encerraria dizendo que tem uma outra questão que sempre se coloca nos debates: é que, desse jeito, não dá para produzir. O Brasil, nos últimos dez anos, conseguiu fazer algo que o mundo inteiro admira. O Brasil é o país cuja produtividade mais cresce nos últimos dez anos, graças à Embrapa e outros centros de pesquisa e também a algumas políticas nossas. É a produtividade que mais cresce, crescimento maior que o dos Estados Unidos. O Brasil cresceu o PIB de maneira invejável, principalmente para Europa e América do Norte, e o Brasil é o melhor exemplo de diminuição do desmatamento no mundo. Então, não são incompatíveis. Tivemos a maior proteção de floresta, com leis. Algumas têm de ser mudadas mesmo, porque estão equivocadas, mas o Brasil saiu de 27 mil quilômetros quadrados de destruição anual de florestas para 6 mil quilômetros. E, nesse mesmo período, o Brasil aumentou o PIB e aumentou a sua produção e produtividade.

Então, gente, se a gente ler a página, virar a página e começar a tratar a coisa sem os dogmas... Eu ouvi uma frase na audiência dos juristas. O Ministro Jobim, reproduzindo falou: “Às vezes, o inimigo da verdade não é a mentira. Às vezes, o inimigo da verdade são nossas convicções”. Nós colocamos uma questão dentro de nós, vamos até o fim e não ouvimos o outro lado.

Eu e o Senador Luiz Henrique estamos ouvindo. O Senador Luiz Henrique abriu mão de algumas convicções dele. Todo o mundo achava que ele iria radicalizar com a questão dos 5% no Estado. Sabe por que ele não faz isso? Primeiro, ele acha que tem de pensar o Brasil todo; segundo, que ele acha que dá para separar aquela fantástica produção de Santa Catarina, produzindo em 15 hectares, com um pouquinho de floresta, com conservação dos recursos naturais. É até um exemplo Santa Catarina. Eu fui lá ver, visitamos, andamos. Mas é que ele entende que, se bater pé nisso, vai para a Justiça e, se for para a Justiça, provavelmente se perde. Então, para não termos uma judicialização de uma lei que é fundamental para quem quer produzir e criar, para quem quer usar bem a floresta, tem gente que bate no manejo.

Lá no Acre agora, há uma campanha irresponsável, de pessoas irresponsáveis, contra manejo florestal. Porque eu respeito algumas pessoas que, por algumas convicções, ou por alguma maneira de ver a vida, querem que não se faça nem manejo. Eu respeito. Mas as pessoas que tentam pegar, talvez, um dos poucos caminhos que a gente tem para fazer a floresta virar um ativo econômico e combatem isso es-

tão querendo destruir a floresta. Quem faz o combate ao manejo dessa maneira politizada, no fundo, quer destruir a floresta e não fazer o uso econômico dela.

Então, gente, de coração, a contribuição dos senhores está sendo gravada. Estamos considerando essas audiências todas, fazendo um resumo delas com as nossas assessorias, levando em conta cada palavra. A posição que vem dos Estados, através das Assembleias, enriquece esse nosso relatório. Terça-feira será lido, na Comissão de Agricultura, Ciência e Tecnologia, provavelmente o relatório do Senador Luiz Henrique, a quem estou ajudando. Serão duas semanas, provavelmente, votando e, após uma semana, o meu relatório será lido, ou seja, daqui um mês, é possível o Senado estar deliberando sobre isso. Temos um mês ainda. Quando sair das duas comissões, o Senador Luiz Henrique vai seguir me ajudando. Trabalharemos a quatro mãos nesse projeto que é tão importante para o País.

Agora, sinceramente, se ganharmos confiança uns com os outros, vamos ter as Assembleias de todos os Estados nos ajudando a aperfeiçoar essa lei, porque, sem a legislação complementar e suplementar, eu diria, aperfeiçoando, vamos ter uma lei geral que normalmente não vai acontecer nos Estados. Então, vamos precisar das Assembleias, mas é muito, muito importante que haja um entendimento agora para que a gente faça uma lei que não vá parar nos tribunais: uma lei que seja boa para o produtor, boa para quem cria, mas também boa para aqueles que estão com a preocupação de preocupação com o equilíbrio ambiental.

No ano que vem, o Brasil vai sediar a Rio+20, depois de vinte anos, e pode chegar com duas grandes bandeiras. A ONU quer que a produção mundial de alimentos cresça em 40%, até 2050, e que o Brasil seja responsável por 20% desse aumento. Também a ONU e as Nações do mundo querem trabalhar para que a temperatura do planeta não aumente em 2% até 2050. O Brasil pode ir na outra mão com a bandeira e dizer: o Brasil está fazendo seu dever de casa e vai garantir, no que puder, que o equilíbrio ambiental do Planeta se mantenha, porque, se esse desequilíbrio vier, quem vai pagar são as populações mais pobres. No mundo, são sete bilhões hoje de pessoas, mas sere-mos nove bilhões em 2050. Precisamos de um mundo melhor para nós e para os que vão vir depois da gente.

Muito obrigado. Eu me alonguei, mas eu queria especialmente trabalhar nessa busca do entendimento entre o Legislativo dos Estados e o Legislativo Federal, com Câmara e Senado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO)
– Muito obrigado, Senador Jorge Viana.

Nosso confiança em V. Ex^a é muito grande. V. Ex^a já demonstrou que merece essa confiança, através da dedicação para com esse tema, para com a população brasileira, buscando sempre o equilíbrio entre produtores e ambientalistas. Todos queremos um Brasil produzindo e conservando. Com o apoio sempre da nossa Ministra Isabela, temos tido grandes avanços, avanços para o nosso País. Todos nós queremos sempre a mesma coisa: queremos assegurar que o nosso povo tenha condições de plantar, de produzir e que aquelas pessoas que moram nas cidades recebam esses alimentos numa qualidade boa e com preço compatível. Esse é o grande desafio que tem, portanto, o Senador Jorge Viana.

Dando sequência às inscrições, passo a palavra ao Deputado Eduardo Farias, do Estado do Acre, por três minutos.

O SR. EDUARDO FARIAS (PCdoB – AC) – Caiu aqui o meu roteiro, mas primeiro gostaria de cumprimentar o Senador Acir Gurgacz, que é o Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária no Senado, o Senador Jorge Viana, Relator da matéria aqui no Senado, e o Deputado Tchê, que nos representa a partir da Unale.

Senadores, eu gostaria de fazer minha fala e trazer a minha mensagem aqui para a Comissão sobre dois aspectos: a celeridade do projeto e a perenidade do projeto.

Sobre o aspecto da celeridade, eu diria que ele tem que ser célere, porque o País vive hoje um momento de insegurança jurídica. O Código Florestal de 1965, na verdade, hoje, representa uma colcha de retalhos. Ele tem até portarias que estão regulamentando coisas que deveriam estar em leis. Ele traz insegurança jurídica sob todos os aspectos.

A gente tende muito a penalizar ou a culpar, por exemplo, agentes federais, como do Ibama, do ICMBio, mas, na verdade, o que ele tem na mão é um código draconiano, até certo ponto, que é aplicado ali: ou ele aplica ou ele prevarica no momento em que ele tem que ser o fiscalizador daquilo ali. Portanto, o problema está na lei. Não está exatamente no fiscal. Obviamente, o bom-senso em todos os lugares cabe, e muitas vezes falta o bom-senso na hora de aplicar uma lei desse tipo, mas o que ele tem ali é uma dúvida entre prevaricar ou aplicar uma multa que, em muitos dos casos, como disse o Senador Jorge Viana, ultrapassa duas ou três vezes o valor da propriedade que é multada. Isso traz insegurança jurídica.

Portanto, temos que ter celeridade nessa aprovação do Código, porque o País clama por isso. Isso trava inclusive a aprovação agrícola, tanto do agronegócio, do grande negócio como do pequeno. Nesse

aspecto, portanto, rebaixa o Brasil na competitividade do mercado internacional de alimentos. Também esse é um aspecto que eu penso que nós temos que olhar quando pensamos em uma celeridade com a aprovação desse Código.

Com relação à perenidade, nós precisamos criar um Código que não possa a cada ano, a cada moda estar sendo emendado. Ele tem, portanto, que refletir o momento que o País vive, mas tem que ser pensado na média daquilo que pensa o País e na média daquilo que quer o País, sob pena de ele já no ano seguinte começar a ter perspectiva de emenda, de portarias, e, com isso, voltaremos para o cenário de que eu falava ainda há pouco para o Código de 1965. Portanto, ele precisa ter essa visão da... *(Fora do microfone. Inaudível.)* Não pode ser a minha ideia, não pode ser a ideia... *(Fora do microfone. Inaudível.)* Tem que ser a média do que a sociedade hoje... *(Fora do microfone. Inaudível.)*

Também aqui quero testemunhar porque, no ato e nas visitas que o Deputado Federal Rabelo fez, eu o acompanhei e vi um homem determinado, subindo igarapés, conversando com índios, conversando com produtores, com fazendeiros, conversando com ribeirinhos, ouvindo atentamente noite adentro, sob luz de lamparina. Ele estava ouvindo a Nação brasileira. Portanto, ele traz para cá, já com bastante densidade, aquilo que pensa o povo brasileiro. Obviamente, têm coisas que nós precisamos corrigir. E o Senado, como foi dito aqui, na figura do côncavo e do convexo, precisa fazer o seu papel de moderador, o seu papel de coerência, o seu papel de balizador da legislação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PT – RO) – Para concluir, por favor, Deputado.

O SR. EDUARDO FARIAS (PCdoB – AC) – Então, nesse sentido, encerro, Senador Acyr Gurgacz, não pelo seu pedido, mas também por ele e pela conclusão do meu raciocínio, dizendo que queremos pedir aqui celeridade, mas, ao mesmo tempo, um Código que seja perene e que garanta a segurança jurídica para quem produz e para quem pensa em meio ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PT – RO) – Muito obrigado, Deputado Eduardo Farias.

Com a palavra o Deputado Eider Pena, do Amapá.

O SR. EIDER PENA (PDT – AP) – Quero parabenizar o nosso Presidente da Unale por convidar todos os Parlamentares dos Estados para participarem justamente desta audiência, a primeira audiência, e ao mesmo tempo o Senador Acir.

Chama muito a atenção, Senador Jorge Viana, o art. 4º na questão das APP. Preocupa-me também, eu que sou da Amazônia, o fato de o Amapá ser constituído – e a própria capital já é uma ilha – por várias

ilhas, e aqui coloco a questão das faixas marginais de qualquer curso de água natural desde a borda da calha do leito. Há os itens “a”, “b”, “c” e “d”. Analisando o Amapá, por exemplo, nas áreas de várzeas, em grande adensamento de ilhas e fungos nos rios amazônicos, esses limites poderão ser definidos pelo zoneamento econômico e ecológico, respeitando as ocupações das sociedades ribeirinhas.

Quando se fala em APPs, se você for analisar, a frente do rio do Amapá, o rio Amazonas, tem mais de 5 km² praticamente. Então, 600 m para dentro ocupa praticamente quase meio quilometro da capital. Então, tem que se analisar as áreas de APP, principalmente no que tange à Amazônia, com muita cautela.

O art. 4º do projeto ele vai muito mais além, o que me preocupa muito, quando fala, por exemplo, do Pantanal, quando fala também da Ilha do Marajó, porque ele fala assim: “É de domínio o plantio de culturas temporárias e sazonais de vazante de ciclo curto”. É verdade. Bem, mas ele não fala da pecuária, porque nós sabedores de que na vazante, o que acontece na Amazônia? Nasce as gramíneas e quilômetros e quilômetros de hectares são utilizados para utilização da pecuária. Então, ele só fala de agricultura, ele não fala de pecuária no art. 4º, §5º; se não nós vamos inviabilizar tanto a Ilha de Marajó quanto os pantanais. Então, essa é uma preocupação que nós temos.

Outra questão que me chama a atenção, art. 38, área de preservação permanente. Veja bem, o INCRA, ele concede corte raso para os assentamentos da reforma agrária. Então, o Amapá tem aproximadamente 11 mil assentados da reforma agrária. Então, ele permite corte raso, mas não permite reaproveitamento dessa matéria prima que fica no chão, sem que o pequeno agricultor possa fazer um plano de reposição florestal. Veja bem, o Amapá tem 98

(Falha na gravação.)

O SR. EIDER PENA (PDT – AP) – ...mais de 70% de área de preservação: área de preservação particular, municipal, estadual, federal, reserva indígena. E um dos maiores parques do Brasil que foi criado pelo Fernando Henrique Cardoso, Parque Nacional Montanha do Tumucumaque. Mas, vejam só, 11 mil assentados da reforma agrária, se pode queimar, pode entrar em processo de decomposição, mas não se pode fazer o reaproveitamento para melhorar a qualidade de vida desse cidadão.

Então, a minha proposta também é que os Estados que tenham acima de 70% de reservas entre indígenas, parques, que a reserva legal seja incluída dentro dessas áreas até quatro módulos fiscais, para que o extrativista e o pequeno agricultor não tenha

problemas, para que ele possa avançar de forma tranquila, sem que possa ser criminalizado, como falou o companheiro do Pará que falou anteriormente. Ele fica praticamente marginalizado, mas querendo produzir para procurar melhorar a sua qualidade de vida.

Então, essas preocupações é bom que sejam colocadas porque, vejam bem, a Amazônia, o ecossistema, os novos Estados da Federação da Amazônia Legal, o ecossistema é parecido, mas as peculiaridades são diferenciadas. Então, é importante que a gente atente até nas vírgulas na questão do Código Florestal, porque se não iremos cometer algumas falhas que serão difíceis de serem recuperadas. Uma delas que eu coloquei agora, até em uma palavra a gente pode inviabilizar a Ilha do Marajó e os pantanais, porque fala da agricultura e não fala da pecuária. Uma palavra “e pecuária”, no art. 5º, porque é uma peculiaridade da Amazônia e onde há uma potencialidade nossa na questão de melhorar a qualidade de vida, desenvolver os nossos Estados e ajudar o Brasil a crescer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado Deputado Eider.

Com a palavra o nosso Vice-Governador do Estado da Paraíba, Dr. Rômulo Gouveia. V. Exª dispõe de três minutos.

O SR. RÔMULO GOUVEIA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, primeiro parabenizar as Comissões da Casa, principalmente V. Exª na presidência, pela iniciativa, ao Presidente da Unale, e falo em meu nome e em nome da Deputada Eva Gouveia.

Também fui deputado federal e iniciei a discussão desse Código. Acho que o trabalho que foi feito, inclusive o trabalho do Deputado Aldo e daqui, desta Casa, como Casa revisora, com certeza dará uma grande contribuição.

É uma coisa positiva, Presidente Tchê, que encontro nessa discussão de hoje, é o reconhecimento de vários Senadores da necessidade de cada Estado de adaptar a sua realidade. Na Paraíba mesmo, nós temos bioma, temos a questão da caatinga, da desertificação; e se falava no Mato Grosso, sobre a preservação dos pantanais; na região de V. Exª também. Enfim, cada um com sua realidade.

Então, acho que outro fator positivo neste instante é que o Senado e o Congresso tenham esse sentimento e essa visão de poder fortalecer a autonomia dos Estados. Outro ponto importante no debate de hoje é em relação a essa questão.

Era essa a contribuição que eu gostaria de dar. Quero apenas dizer ao Senador Jorge que a Paraíba está muito feliz com a decisão do Supremo, ontem, do reconhecimento de mais de um milhão de votos do

Senador Cássio Cunha Lima. Com certeza, será um grande representante da Paraíba nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Vice-Governador Rômulo Gouveia, ex-Deputado Federal, que contribuiu muito para a elaboração do Código Florestal, que hoje estamos debatendo aqui no Senado.

Passo a palavra ao Deputado Hélio Soares, do Maranhão.

O SR. HÉLIO SOARES (PP – MA) – Sr. Presidente desta Comissão, Senadores, Senador Relator, nosso Presidente Tchê, quero antecipar meus agradecimentos e meu orgulho de pertencer a sua gestão, como membro da direção da Unale. Nunca tivemos uma participação tão efetiva e significativa quanto agora, embora reconheça o interesse e o esforço que tiveram antecessores na Unale e que continuam colaborando para que a Unale seja, realmente, de fato e de direito, um instrumento político capaz de transformar alguma coisa no nosso País. É com esse sentimento que estou aqui representando o nosso Maranhão, na qualidade de 1º Secretário, e representando o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão. E vou trazê-lo na próxima reunião de qualquer maneira, ele vai ter de cancelar qualquer compromisso para participar, para sentir, como estou sentindo aqui, a necessidade do Parlamento estadual brasileiro nessas discussões.

Não tenho a menor dúvida de que, ao discutirmos, Sr. Presidente, Sr. Senador, o Código Florestal, o meio ambiente, agricultura, – e aí faço essa sugestão ao nosso Presidente para que coloquemos como prioridade o debate da reforma da Constituição brasileira nossa, de 1988 – é inadmissível que os Estados, cada vez mais, fiquem enfraquecidos na sua soberania.

Vou tentar fazer as duas horas de pronunciamento que eu gostaria de fazer em três minutos. Então, há o primeiro desafio meu, pessoal.

O segundo desafio que temos pela frente: esse Código ser homogêneo com as suas heterogeneidades, vários Estados com características diferentes, que têm de ser respeitadas. Aí eu sugiro a abertura do fechamento desse Código para que possamos aprimorar nossos Estados à realidade constitucional dos próximos anos.

Estamos diante do grande desafio, que é a produção, a prosperidade – que é o progresso – junto com a preservação. E aí não podemos dispensar... E peço licença ao meu irmão Gabriel para adicionar meu sentimento e minhas palavras, fazer da analogia dele a minha, porque está sendo gravado e não vou ter oportunidade de expressar aqui meu grosseiro conhecimento, mas que é da realidade do Norte e Nordeste, com a qual vivo. É inadmissível, Sr. Presidente,

que tenhamos aqui, no nosso País, a insuficiência de legislar quanto ao nosso subsolo.

Ora, vejamos, Gabriel, no nosso subsolo é que estão as nossas maiores riquezas. Elas fazem do Brasil um dos países mais ricos da América do Sul. Como podemos conviver...

Vou dar um exemplo rápido aqui, que me permitam os irmãos paraenses, porque morei lá por mais de 20 anos, aos meus irmãos de sangue maranhenses. Nós temos o pulmão econômico do Brasil no Maranhão, o nosso Porto do Itaqui. Nós temos o pulmão mineral no Pará, que é Parauapebas. E vivemos um verdadeiro paradoxo: a riqueza e a pobreza. Nós temos 35% da nossa população abaixo da linha da pobreza; 30% na linha da pobreza, e o resto é essa divisão entre os mais ricos, os mais pobres e os em desenvolvimento. E com as duas empresas mais ricas do mundo instaladas no nosso Estado!

Então, fica aqui o desafio para a reforma da nossa Constituição, através da nossa instituição, a Unale. E eu já estava até um pouco desanimado, Gabriel, porque estou no quinto mandato e, às vezes, as desilusões políticas por que nós passamos nos desanimam até certo ponto. Mas saio daqui energizado e até com vontade de ser candidato a Deputado Federal porque sinto a ausência dos nossos Deputados Federais aqui.

E eu me lembrei aqui das minhas parcerias que faço lá com os meus colegas – sem desmerecê-los porque sei que acontece isso com vocês também. A gente tem contato com Deputado Federal no dia da parceria e no dia da comemoração. Aí, esperamos mais quatro anos. A mesma coisa os Senadores de maneira geral.

Então, é esse estreitamento, é essa interação política que nós temos que fazer. Inclusive, defendendo uma agenda permanente para a adequação e o aprimoramento desse Código, e que possamos fazer...

(Interrupção da gravação.)

Obrigado pela participação a todos.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Deputado Hélio Soares, do Maranhão.

Passo a palavra ao Deputado Antonio Arantes, de Minas Gerais.

O SR. ANTONIO CARLOS ARANTES (PSC – MG) – Eu gostaria de cumprimentar toda a Mesa, o Deputado José Luís Tchê, pela oportunidade desta audiência pública. Eu queria cumprimentar os Senadores Acir Gurgacz, Jorge Viana, Luiz Henrique e agradecer-lhes pela sabedoria que têm tido, para comandar a proposta do Código Florestal Brasileiro.

Eu fui prefeito por três vezes, morando no campo, morando na roça. Por duas oportunidades, tivemos

premiações, até internacionais, por preservar o meio ambiente: projeto de preservação de um rio, plantando nascentes, replantando, distribuindo mudas, preservando também e fazendo um trabalho pioneiro de preservação do lixo – de preservação não, de fazer com que o lixo não fosse problema e, sim, grande solução, gerando emprego e renda.

Fui para a Assembleia e lá muita gente está meio decepcionada comigo porque achou que eu ia ficar do lado dos ambientalistas no Código Florestal. E eu estou, sim: eu estou do lado do Brasil! E, graças a Deus, que Aldo Rebelo teve sabedoria e soube conduzir com vocês, junto com o Senador Luiz Henrique, os Deputados que contribuíram muito – Paulo Piau, Micheletto, Luiz Carlos Heinze, o Moka –, o Rodrigo Rollemberg como Senador, que, inclusive, está num projeto importante lá na nossa região, na Serra da Canastra. Chegou lá e mudou de opinião, porque viu que realmente as coisas são muito mais sérias. Ontem, houve um produtor que foi multado em R\$200 mil e não está dentro do Parque da Canastra. Para ver o sofrimento que é este povo! O Deputado Carlos Melles, que o ano passado estava aqui como Deputado e agora está como Secretário.

Minas Gerais, através do nosso Governador e da nossa Assembleia, quer um Código, sim, conciliador, que preserve a produção, que preserve o meio ambiente e que preserve o cidadão.

Em Minas Gerais, mais de 50% da atividade agropecuária está nas áreas de APP. Dos nossos cafés, 80% estão na mão dos pequenos produtores, e o leite também. Graças a Deus, a ocupação consolidada, que deverá valer aqui, vai poder preservar esses quase 2 milhões de empregos em Minas Gerais.

Mas temos grandes preocupações. As áreas de APPs, as nossas nascentes aí, cada nascente praticamente é um hectare. O pequeno produtor está descapitalizado. Como é que ele vai fazer o cercamento? Não se cerca uma nascente com menos de R\$2 mil ou R\$3 mil, com mourões simples; se for com qualidade... Ali, naquela área preservada, chega a seca, o gado, com pasto seco, vai querer entrar. Não é tão simples assim. O produtor não tem dinheiro! De onde virão esses recursos?

A maior preocupação ainda é depois do pós-Código; e, se Deus quiser, vai ser um Código equilibrado e bom. Mas e o pós-Código?

A legalização dessas propriedades. Os Estados não têm a mínima estrutura nem de pessoal, nem também de qualidade, de conhecer a verdadeira legislação. Vai ser um deus-nos-acuda. E o que vai aparecer de gente nas propriedades para fazer projeto para esses pequenos produtores tirando dinheiro deles vai ser muito sério. É uma grande preocupação.

Temos sugestões que eu não vi contempladas no Código. De repente, podem até estar. Por que não permitir às empresas que têm seus passivos ambientais e necessidades de fazer recuperações ambientais que o façam direto na propriedade desses pequenos produtores numa parceria: a empresa entra com o recurso e o produtor entra com o serviço e depois com a manutenção? Vejam os parques nacionais de que a União cuida. Está tudo queimado. Estão arrasados. Fora dos parques estão os produtores com suas nascentes preservadas. Então, o produtor, sim, precisa de recurso.

Financeiramente... *(Falha na gravação)* ...é a questão da exploração econômica também as áreas de APPs. É possível, para uma série de culturas é possível estar dentro da área e fazer uma exploração de forma conciliadora que venha a produzir, mas também venha a preservar.

Essas são as nossas preocupações.

Queríamos agradecer e pedir a Deus que dê sabedoria para os Senadores, para a nossa Presidente Dilma e para todas as pessoas que têm poder para que possam fazer um Código justo, honesto, cristão e que venha a contribuir com a necessidade do nosso povo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Deputado Antonio Arantes.

O nosso maior aliado nessa discussão do Código, só para colaborar com V. Ex^a, é exatamente o Ministério do Meio Ambiente. Nós estamos fazendo um Código para o povo brasileiro, para os ambientalistas, para os agricultores. Todos nós dependemos de um meio ambiente saudável para viver e dependemos da produção de alimentos, portanto, nós temos que ter um Código Florestal com equilíbrio. E é isso que propõe e está executando o nosso Relator Luiz Henrique e o nosso Relator Jorge Viana.

Passo a palavra ao Deputado Ribamar Araújo.

O SR. RibamaR ARAÚJO (PT – RO) – Cumprimento o nosso querido Senador Acir Gurgacz, do meu Estado, presidente da Comissão de Agricultura que preside os trabalhos neste momento; cumprimento o nosso Presidente da Unale, querido Deputado pelo Estado do Acre, Deputado José Luis Tchê; cumprimento o Vice-Governador da Paraíba Rômulo Gouveia, cumprimento os colegas Deputados estaduais, a imprensa.

Minhas senhoras, meus senhores, o Código Florestal brasileiro, datado de 1965 e emendado, de lá para cá, por decretos, resoluções e medida provisória, por si só já diz da celeridade que precisa ter aqui no Congresso Nacional, mais precisamente aqui no Senado, porque, na Câmara dos Deputados, já foi votado graças ao esforço de um grande brasileiro que

aqui quero homenagear, o Deputado Aldo Rebelo, a quem nós, todos os brasileiros, devemos homenagear.

É um grande perigo colocar algo na mão de quem tem o poder de decidir, mas, ao mesmo tempo, não conhece a realidade. E é dessa maneira, Senador Acir Gurgacz, que nós da Unale, os Deputados estaduais, e os Estados, de um modo geral, reivindicamos algo de que não se pode prescindir: essa prerrogativa de legislarmos nessa questão ambiental. A coisa é tão complicada que não poderia sequer deixar que essa legislação fosse elaborada em nível regional, porque, dentro das regiões, existem os mais diversos Estados, cada um com suas peculiaridades, cada um com suas especificidades. Rondônia é parecido com o Pará, que, por sua vez, é totalmente diferente do Estado do Pará, do Acre e do Estado do Amazonas.

E, quando o Senador, com muita propriedade, questionou o Senador Anibal sobre a Medida Provisória 2.166, que impõe uma preservação das propriedades da ordem de 80%, questionou com muita propriedade, porque o senhor questionou se aquela decisão foi aleatória, se foi calcada em bases científicas, ou por pressões internacionais contra os interesses do nosso País. O questionamento foi muito importante.

Então, digo isso, Senador, porque quem está nos ouvindo pode até dizer, não conhecendo a realidade: “Como é que o Estado de Rondônia, que tem 30% da sua área de floresta desmatada...?” E nós encontramos um único modelo de desenvolvimento, não na destruição da floresta, mas na substituição da floresta pela agricultura, pela pecuária, porque não se pode produzir na terra sem alterar o estado natural. E o Estado do Amazonas, por exemplo, tem 98% da sua cobertura florestal. Para quem não sabe, pode ficar uma dúvida muito grande, mas, para os que têm conhecimento, o Estado do Amazonas pode prescindir das suas terras para produção de alimentos porque lá existe uma Zona Franca para a qual todos nós, brasileiros, contribuímos. E eu duvido que, se não fosse o incentivo que o Amazonas tem, por meio da Zona Franca, que é importante – não se questiona esse incentivo, porque precisamos, evidentemente, desenvolver o Estado do Amazonas... Agora, não se pode admitir, por exemplo, que o Senador Eduardo Braga, que foi governador do Estado do Amazonas, queira muitas vezes se vangloriar e exigir que os Estados que preservaram mais tenham uma compensação maior em termos de incentivos, mais do que o Estado do Amazonas já tem, por meio da Zona Franca.

Então, quero parabenizar aqui o Deputado do Estado do Acre, cujo nome me foge à memória, funcionário do Ibama, por sua lucidez, meu Amigo, mas, acima de tudo, por ser um profundo conhecedor da

realidade e deixar de estar ao lado do seu órgão, que preserva o seu emprego, para estar do lado da realidade, para estar do lado da justiça, porque esse órgão, pelo menos no Estado de Rondônia, é um órgão que tem se comportado acima da lei. Ele está acima da lei, inclusive praticando a antropofobia. Isso é uma coisa gravíssima, e nós não podemos admitir, mas, infelizmente, é a realidade.

Meus irmãos, há umas coisas que, quando são...

(Interrupção do som.)

O SR. RibamaR ARAÚJO (PT – RO) – ...que não existe nenhum cidadão de bom senso que não concorde com área de proteção permanente, porque é de interesse nosso, é de interesse do povo brasileiro ter essas áreas de proteção permanente, para o nosso lucro, para o nosso desenvolvimento. Ao contrário dessas reservas legais. Nós que temos conhecimento, nós que conhecemos a realidade temos de questionar, porque isso é uma aberração, que não existe no mundo inteiro, somente aqui no Brasil. E o que mais me incomoda, meus irmãos, é saber que tudo isso é feito, muitas vezes, não para um planejamento de melhoria do povo brasileiro.

O Senador Tião Viana disse que vamos agora para a Rio+20 já cercados de autoridade, porque fizemos o dever de casa. Agora eu pergunto ao Senador: não seria muito mais justo e muito mais lógico que tivéssemos feito o dever de casa, aumentado a nossa produção, aumentando a nossa produtividade, para acabar com a fome do povo brasileiro, para acabar com a miséria do povo brasileiro, para depois cuidarmos das outras questões?

Muito obrigado a vocês.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado Deputado Ribamar Araújo pelas suas colocações.

Passo a palavra à Deputada Conceição Vieira, do Estado de Sergipe, para as suas considerações.

A SR^a CONCEIÇÃO VIEIRA (PT – SE) – Minhas saudações aos Senadores Acir, Jorge Viana e ao Presidente da Unale.

Como representante da Secretaria de Mulheres da Unale, eu quero também deixar a impressão das deputadas estaduais com esta realização e também dos deputados e deputadas de Sergipe, como Primeira-Secretária da Assembleia Legislativa do meu Estado.

É uma honra para todos os deputados e deputadas estaduais de todo o Brasil ouvirmos a voz do nosso presidente da Unale, na manhã de hoje, deixando claro uma análise histórica do que tem sido a ocupação do solo neste Brasil e a questão do desenvolvimento da produção rural, mas levando em conta também a

necessidade de se ter como resultante um código que atenda às necessidades não somente imediatas, mas às necessidades históricas, também, para o desenvolvimento deste País e para a referência que este País é na América Latina e América do Sul, mais precisamente. E deixar claro na sua fala, como deixou, que é importante ser escutado no código não somente neste instante, mas de existir deliberações estaduais.

As especificidades que ouvimos na manhã de hoje são muito grandes. Na Amazônia a diversidade é tão grande que parece que tem dez situações completamente distintas umas das outras. Nós temos os mais variados biomas. Nós temos o Nordeste, a grande maioria constituído por Estados de pequenos limites territoriais, mas que também sentem a necessidade, como é o caso de Sergipe, mas têm também a necessidade de tratar das suas especificidades, como o bioma Caatinga, como as atividades econômicas que têm se destacado hoje no Nordeste ligado ao camarão, ligado ao peixe em tanque/redes, e que também precisarão seguir essas mesmas orientações.

Então, nós vemos que ao se chegar... Aqui também deve estar o Senador Jorge Viana, que deixou claro que houve mudança no seu entendimento, indo *in loco* a uma determinada região.

Então, são essas questões específicas de cada lugar, dessa diversidade tão grande que é o Brasil, que nós precisamos descobrir uma alternativa de deixarmos a escuta e alguma coisa para ser deliberada, para ser votada, respeitando as questões locais, as assembleias precisam ser escutadas, os governadores precisam ser escutados.

Este instante é muito importante, estamos gratos por estarmos participando desta audiência pública, mas deixando de forma veemente a nossa reivindicação para esse poder de deliberar nos Estados. É preciso confiar, também, na nossa capacidade de interveniência, na nossa capacidade de buscar a preservação, levando em conta também o desenvolvimento que precisamos ter em nossas regiões.

Então, é deixar esse...

(*Falha na gravação.*)

A SR^a CONCEIÇÃO VIEIRA – ...dos deputados e deputadas estaduais, mesmo nos Estados pequenos sabemos também da importância do zoneamento.

Queria deixar também essa reivindicação de que nós, principalmente deputados federais e senadores, fizéssemos uma reivindicação junto ao Conama para que realmente os Estados possam ter o seu zoneamento agrícola e ecológico, o seu zoneamento econômico e ecológico, e isso está um pouco barrado pelo Conama.

Então, se poder existir essa participação mais efetiva dos nossos parlamentares federais nesse sentido, isso também é de real importância.

Muito obrigada pelo espaço, mas deixando sempre veemente essa colocação para as especificidades do nosso código, que preciso ser perene, mas respeitando as questões locais. Então, minimamente, existir determinadas nuances que precisam ser respeitadas e votadas nos Estados. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT - RO) – Muito obrigado, Deputada Conceição Vieira.

Agradeço a presença do nosso sempre eterno Ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, Deputado Federal, que muito nos honra com a sua presença e a sua atuação à frente do Ministério e nessa questão do Código Florestal a sua contribuição tem sido muito forte e foi muito importante essas audiências que tivemos com V. Ex^a aqui, dando a sua opinião e mostrando a todos nós senadores qual o caminho ideal para a agricultura brasileira.

Passo a palavra, para os seus cumprimentos, ao Deputado Walter Prado, do Acre.

O SR. WALTER PRADO (PDT – AC) – Sr. Presidente, Senador Jorge Viana e Ex^o Sr. Deputado Tchê, meu líder, companheiro de partido, nós, do Acre, já nos sentimos, de certa forma, contemplados pela posição da Unale. Não haverá um Código Florestal bom para o Brasil e bom para a Nação se não se criar essa possibilidade de as regiões e, de modo especial, a Amazônia, Sr. Presidente, poderem legislar. Nós temos incitado, pela fala do Senador Anibal Diniz, uma preocupação, que eu gostaria de deixar como questionamento, se V. Ex^a ou o Senador Jorge Viana puderem me responder. É exatamente a mesma situação, creio, de Rondônia.

Na década de 70, o Governo brasileiro quase obrigava os assentamentos a procederem ao desmate de 50 hectares da propriedade, sob pena de, não fazendo o desmate, não ter o direito àquela propriedade. Esses proprietários, agora, Senador Jorge, se não houver uma medida que legalize essa situação, no Acre, estará praticamente todo mundo criminalizado.

Tenho um levantamento da Federação da Agricultura de que é o caso, mais ou menos, de quase 80% das propriedades. É um assunto que reputo característico nosso. E, Deputado Tchê, quero me sentir muito contemplado com sua fala, porque entendo que a única maneira de se fazer um Código Florestal que atenderia, com certeza, ao interesse do Brasil e dos produtores rurais seria se as assembleias pudessem, nas exceções, criar uma legislação.

Fora disso, não há como condensar. Sou da área jurídica. Minha formação é jurídica, e não há como formatar, dentro de um projeto nacional, essas pecu-

liaridades, por exemplo, como essa que está sendo citada na Amazônia, quando os governos da revolução promoviam, além do assentamento, a campanha para desmatar. Era obrigatório. O Incra não expedia título – eu era Deputado nessa época – de propriedade...

O SR. REINHOLDS STEPHANES (PMDB – PR)

– Eu era diretor do Incra.

O SR. WALTER PRADO (PDT – AC) – Você era diretor do Incra? Olhe que coincidência, o Ministro era diretor do Incra. Não se expedia o título de propriedade se não tivesse a comprovação do desmate em 50%. Quer dizer, isso está lá. Os promotores só estão mandando brasa, para o pessoal responder isso criminalmente; fora as multas, porque, quando chega na propriedade, ele não quer saber se foi desmatado há 20 anos, ele dá a multa, porque encontra lá o quê? Às vezes encontra uma capoeira, mas às vezes encontra uma parte que realmente está desmatada além da reserva permanente, que seria os 80%. Eu acho que, no Acre, a situação mais grave é essa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Deputado Walter.

Agradeço, mais uma vez, a presença do Ministro Reinholds Stephanes.

Passo a palavra, para seus cumprimentos finais, para encerrarmos, ao Senador Relator Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu queria agradecer a contribuição de todos e dizer também que o Ministro, que nos honra com sua presença e tem vindo constantemente, tem uma preocupação permanente com o Brasil e com a solução de um tema tão importante, Ministro Reinholds Stephanes.

Eu queria também, cumprimentando a todos pelos comentários e pelas observações, apenas dizer que, de fato, estamos conseguindo ter um ambiente de diálogo e de conversa. O envolvimento da Ministra Isabella e do Ministro Mendes nesse processo é direto. Lamentavelmente, ele se ausentou, mas já está se recuperando para voltar.

Nós fizemos, além das audiências, uma série de reuniões no próprio Ministério do Meio Ambiente, com os setores importantes. A última delas foi com a OCB. Estava a Única, estava a Bracelpa, estava a CNA, dialogando item por item e as preocupações dos diferentes setores. Fizemos reuniões com o Ministério Público Federal, com o Ministério Público Estadual, com a produção familiar. Então, estamos trabalhando – e, aí, eu ouvi muitas preocupações aqui dos Parlamentares –, estamos dando um tratamento, aprofundando os cuidados com a produção familiar, com a pequena propriedade. Isso vai ser trabalhado.

Segundo, Deputado Walter, não há como não deixar explícito no texto que a intemporalidade, quer dizer, naquilo que foi suprimido quando a lei estabelecia não pode haver dúvida; tem que ser explícito. Há uma concordância geral, nós estamos trabalhando em qual é o aperfeiçoamento que a gente pode fazer, na proposta que veio da Câmara – se é que é necessário –, para que não haja esse tipo de insegurança. E, obviamente, há essa novidade de buscarmos instrumentos, porque, como colocado aqui muito bem, o pequeno proprietário é descapitalizado. Se houver um custo a mais para ele, ele já não está dando conta dos seus interesses, de melhorar a produtividade, de expandir a sua produção.

Então, esses instrumentos, que a gente está chamando de instrumentos econômicos, que possam ser trabalhados como políticas do País também. Estamos buscando, junto com o Senador Luiz Henrique, uma formatação para fazermos isso.

E, aí, há uma última coisa importante, que também foi levantada aqui: nós sabemos que uma parcela importante dos problemas de quem produz hoje no Brasil é em decorrência de deficiências da nossa política para o setor. Nós temos que aperfeiçoar isso. Eu ouvi isso dos ex-Ministros. O Ministro Stephanes estava lá. Há uma necessidade. A questão do seguro, por exemplo, é grave ainda, tem que melhorá-la muito mais.

Então, há algumas questões que não são ambientais; são do setor. Naquelas que estão vinculadas à questão ambiental nós vamos ter que trabalhar com maior zelo, para que possamos pelo menos superar boa parte desses problemas.

E a última questão mesmo é que o pós-Código Florestal, que precisa também seguir... O Brasil não tem uma política florestal adequada, gente! O Brasil tem a maior floresta tropical do mundo em área, é o segundo país em cobertura florestal do Planeta e participa com 4% do PIB mundial. Floresta também pode virar um ativo tão importante quanto o agronegócio ou próximo do agronegócio. É importante que o Brasil faça isso. Também tem de haver um pós-Código nesse aspecto.

E a lei dos biomas. Parte do que os Parlamentares estão colocando será uma lei nacional, mas a lei dos biomas vai nos ajudar a aperfeiçoar, como foi feito nas leis da Mata Atlântica.

Então, era isso que eu queria deixar claro. Nós temos uma tarefa enorme depois da votação do Código. É possível, pelo que eu ouvi aqui hoje dos Deputados – e a gente está anotando isso também –, parece-me que há a necessidade e um apelo para que se vote ainda este ano. Parece-me que é isso que eu tenho de levar anotado daqui por aqueles que falaram.

E, com a segurança necessária que o tema requer, nós estamos trabalhando, Ministro, para que, pelo menos 30 dias antes do recesso, essa matéria saia daqui, do Senado, que é o tempo necessário para tramitar na Câmara e não ter maiores riscos. Ou seja, no final de novembro, antes do final de novembro, lá pelo dia 20 de novembro, estaremos deliberando sobre essa matéria aqui. É possível – acabei de falar com o Senador Eduardo Braga, saí para isso. Falei com o Senador Luiz Henrique e estamos organizando para que, na terça-feira, seja feita a leitura na Agricultura, Ciência e Tecnologia; no dia 8 de novembro, provavelmente, a votação e, logo em seguida, na de Meio Ambiente, da qual eu estou encarregado. Podem ficar certos de que essa ponderação, essa preocupação a gente vai levar.

Mas digo, até com todo o carinho: parte das preocupações que a gente ouviu aqui hoje já está superada, já é página virada! Nós temos que realmente agora buscar esse ponto de equilíbrio. O Brasil tem que seguir sendo também respeitado pela postura em relação ao respeito aos recursos naturais, porque é essa a preocupação.

O Ministro Alysson Paulinelli me ensinou muito na vinda dele, como os outros ministros. Ele disse que ele hoje é um manejador de água, porque ele vive em Minas, tem uma propriedade na região das águas, como disse o José Carlos Carvalho, também ex-Ministro. E ele disse: “Olha, eu sou hoje uma pessoa aficionada em proteger as águas neste lugar onde as águas do Brasil nascem, ou boa parte das águas do Brasil nasce.” E nos deu aulas de como a gente pode trabalhar. Temas que parecem que estão distantes, mas a gente pode aproximar.

Então, muito obrigado pelas contribuições.

O relatório daqui, da Comissão, é imediatamente chamado pelas Relatorias e as observações feitas serão consideradas, porque os senhores representam o Parlamento nos Estados e, para nós, é muito importante esta audiência.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana.

Passo a palavra, para as suas considerações, ao Deputado Tchê.

O SR. JOSÉ LUIS TCHÊ (PDT – AC) – Primeiro, na realidade, quero agradecer. Eu tenho esta data como histórica para a Unale: pela primeira vez, a Unale participa de uma audiência pública com o Senado Federal. Então, isso eu gostaria que constasse nos Anais da Casa, da Unale, como uma data histórica.

Muitos Senadores por aqui passaram, como Blairo Maggi, Senador Moka, Senador Jayme Campos,

Senadora Ana Amélia, Senador Jorge Viana, Senador Anibal Diniz, Rodrigo Rollemberg. Nós tivemos mais de 15 Senadores que passaram por aqui e, agora, o Presidente da Comissão de Agricultura, Senador Acir Gurgacz.

Aprovar o Código Florestal é algo que precisa correr, e com urgência. Não podemos parar a produção de alimentos e aumentar a instabilidade do meio rural por conta de interesses pequenos.

Saio daqui confiante no Senado Federal, acreditando que as peculiaridades e a autonomia dos Estados e das diferentes regiões do País serão respeitadas.

Repito: não podemos mais perder tempo. O Brasil precisa crescer, gerar desenvolvimento e bem-estar para o seu povo, independentemente do Estado em que se encontra.

Agradeço pela deferência, em nome dos Parla-mentos e parlamentares estaduais, pela oportunidade de acolher as nossas preocupações. Queremos ser parceiros desta Casa e defensores do povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Presidente da Unale, Deputado Tchê. “Acreúcho”, é assim que se chama?

O SR. JOSÉ LUIS TCHÊ (PDT – AC) – No Acre, a gente chama de “acreúcho”.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – “Acreúcho”, acreano que veio do Rio Grande do Sul. Muito bem.

Eu agradeço a vinda de todos os Deputados estaduais, a presença do nosso Vice-Governador da Paraíba e a presença do nosso Deputado Federal Reinhold Stephanes.

Atentamente, ouvimos os nossos Deputados e chegamos àquela conclusão, Deputado Gabriel, de que precisa estar no código o zoneamento econômico e ecológico. Se não estiver no código, não tem motivo para ter o zoneamento.

Todos os Estados investiram muito para ter o seu zoneamento ecológico e econômico, Ministro Reinhold. Nós não podemos deixar de fora do Código Florestal, por isso é importante nós debatermos o assunto, é importante termos, do nosso lado, a presença do nosso Relator Jorge Viana, como ouviu muito bem aqui, também, o nosso Relator Luiz Henrique, para que possa fazer constar desse Código Florestal o zoneamento e que cada Estado possa fazer, junto com seu Governador e os seus Deputados estaduais, o zoneamento ecológico e econômico, de acordo com o seu Estado.

Não podemos aceitar que toda a Amazônia, ou não podemos concordar que toda a Amazônia possa ter uma lei única, taxada com 80% de reserva e 20% de utilização do solo, sem um estudo científico para isso.

Então, o zoneamento, Senador Jorge Viana, assim como fez o Acre, deve ser a solução para os Estados da Amazônia.

Mais uma vez, agradeço a presença de todos os Deputados e Presidentes das Assembleias aqui presentes, em especial ao Ribamar Araújo, que é da Assembleia Legislativa do meu Estado, de Rondônia.

Não tendo mais nenhum assunto a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(Iniciada às 8 horas e 37 minutos, a reunião encerra-se às 12 horas e 14 minutos.)

ATA DA 46ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE EM CONJUNTO COM A 42ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA E 48ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 2011.

Às quatorze horas e trinta e cinco minutos do dia vinte e cinco de outubro de dois mil e onze, no plenário nº 2 da ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Senhor Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**, reúnem-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA e a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT. Assinam o livro de presença os Senhores(as) Senadores(as) **ANA RITA, ANGELA PORTELA, ANTONIO CARLOS VALADARES, BENEDITO DE LIRA, CÍCERO LUCENA, CLÉSIO ANDRADE, CYRO MIRANDA, DELCÍDIO DO AMARAL, EDUARDO BRAGA, EDUARDO SUPLICY, FLEXA RIBEIRO, HUMBERTO COSTA, JOÃO RIBEIRO, JORGE VIANA, PEDRO TAQUES, RODRIGO ROLLEMBERG, SÉRGIO SOUZA, VANESSA GRAZZIOTIN, WALDEMIR MOKA e WILSON SANTIAGO**. Deixam de comparecer os demais Senhores Senadores e Senhoras Senadoras titulares das referidas Comissões. A presidência declara aberta a reunião e passa à **PAUTA. Audiência Pública Conjunta**, em atendimento aos **Requerimentos nº 104, de 2011-CMA; nº 56, de 2011-CCT e nº 66, de 2011-CRA**, de autoria dos Senadores Jorge Viana, Rodrigo Rollemberg, Acir Gurgacz e Eduardo Braga, com o objetivo de debater o tema in-

cêndios florestais, com os seguintes convidados: Prof. Irving Foster Brown, da Universidade Federal do Acre e Centro de Pesquisa Woods Hole/EUA; Dr. Bráulio Ferreira de Souza Dias, Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente; Profa. Vânia Pivello, Depto. de Ecologia da Universidade de São Paulo (USP); Prof. Leopoldo Coutinho, Depto. de Ecologia da USP. A presidência informa que a Profa. Heloisa Miranda, da UNB, justificou sua ausência. Após a exposição dos senhores convidados, usa da palavra para tecer comentários sobre os assuntos abordados o Senhor Senador **JORGE VIANA**. É aprovada na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, a inclusão **EXTRAPAUTA** das seguintes matérias: **1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 110, DE 2011**, que “Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II e V, do Regimento Interno desta Casa, requeiro a realização de Audiência Pública pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de conhecer e debater as providências e encaminhamentos relativos ao 6º Fórum Mundial da Água, que acontecerá em março de 2012, em Marselha – França. Sugiro que sejam convidados os seguintes especialistas: Dr. Benedito Braga – Coordenador do 6º Fórum Mundial da Água; Representante da Agência Nacional da Água – ANA; Representante do Ministério das Relações Exteriores”. Autoria: Senador Paulo Davim. Colocado em votação, a CMA aprova o Requerimento nº 110, de 2011-CMA. **2) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 111, DE 2011**, que “Requeiro, nos termos regimentais, seja realizada, por esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), Audiência Pública, para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 147, de 2010, que “Cria a Área de Proteção Ambiental da Serra da Canastra, que passa a compor o mosaico de unidade de conservação da Serra da Canastra, nos termos do art. 26 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.” e apensado, dos quais sou Relator nesta CMA, com a participação dos seguintes convidados: Rômulo José Fernandes Barreto Mello, Presidente do Instituto Chico Mendes (ICMBio); Mario José Gisi, Subprocurador-geral da República, Coordenador da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (4ª CCR); Representante do Ministério de Minas e Energia (MME); Nilzo de Faria, Prefeito do Município de São Roque de Minas; André Luis Braga Picardi, Articulador Voluntário do Programa de Revitalização do rio São Francisco e ex-Secretário de Meio Ambiente do Mu-

nício de São Roque de Minas; Reinaldo Sebastião de Almeida, Presidente da Associação e Instituição Representativa dos Canasteiros (AIRCA); e Jorge de Oliveira Penha, Presidente da Associação dos Extratores e Comerciantes de Quartzitos do Médio Rio Grande”. Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Colocado em votação, a CMA aprova o Requerimento nº 111, de 2011-CMA, com aditamento do Senador Jorge Viana para inclusão do Deputado Odair Cunha entre os convidados. **3) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 113, DE 2011**, que “Requeiro, nos termos regimentais, a indicação dos Senadores Jorge Viana e Rodrigo Rollemberg para participarem, como representantes da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), de audiência com a presença do corpo de cientistas do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA, além de professores e reitores de Universidades do Estado do Amazonas, a realizar-se no dia 4 de novembro de 2011, na cidade de Manaus/AM, com o objetivo de instruir a apreciação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 30, de 2011 (Reforma do Código Florestal). Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Colocado em votação, a CMA aprova o Requerimento nº 113, de 2011-CMA. Encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta e dois minutos, havendo lavrado a presente ata Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; Leany Barreiro de Sousa Lemos, Secretária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, que será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Acir Gurcacz**, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; – Senador **Rodrigo Rollemberg**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; – Senador **Eduardo Braga**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB - DF) – Declaro aberta a 46ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, em conjunto com a 42ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e a 48ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

A reunião destina-se à audiência pública, em atendimento aos Requerimentos nº 104, de 2011, da CNA, nº 56, de 2011, da CCT, e nº 66, de 2011, da CRA, de autoria dos Senadores Jorge Viana, Rodrigo

Rollemberg, Acir Gurcacz e Eduardo Braga, com o objetivo de debater o tema “Incêndios Florestais”, com a participação dos seguintes convidados, que convido para a Mesa: Professor Leopoldo Coutinho, do Departamento de Ecologia da USP; Professor Irving Foster Brown, Pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia dos Serviços Ambientais da Amazônia; Professora Vânia Pivello, do Departamento de Ecologia da Universidade de São Paulo; e Dr. Bráulio Ferreira de Souza Dias, Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente.

Estamos aqui com o Dr. Leopoldo Coutinho, do Departamento de Ecologia da USP, Professor Irving Foster Brown, Pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia dos Serviços Ambientais da Amazônia, Professora Vânia Pivello, do Departamento de Ecologia da Universidade de São Paulo - USP; e Dr. Bráulio Ferreira de Souza Dias, Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente.

Eu quero agradecer a presença de todos.

Informo que a Professora Heloísa Miranda, da UnB, foi convidada, mas, devido a compromissos inadiáveis, não pode comparecer.

Quero registrar também que recebi documento que está à disposição dos membros da Comissão de Meio Ambiente e das Comissões de Agricultura, Ciência e Tecnologia, com sugestões dos servidores do Ministério do Meio Ambiente acerca da revisão do Código Florestal. Agradeço a comissão, que nos honra com a sua presença.

Quero agradecer a presença dos nossos convidados e dizer da nossa expectativa em relação a esta audiência pública.

Sabemos da importância de preparar o País para combater os incêndios florestais. Nós, no Distrito Federal, sofremos terrivelmente este ano com os incêndios. Grande parte do nosso cerrado foi queimada. Algumas áreas de preservação ambiental, algumas unidades de conservação tiveram grande parte das suas áreas queimadas, com grandes prejuízos à biodiversidade.

Portanto, neste momento em que estamos discutindo a revisão do Código Florestal, que já teve a leitura do seu parecer na comissão de Agricultura, Ciência e Tecnologia no dia de hoje, nós temos uma expectativa muito grande em relação a esse debate, até pela possibilidade e conveniência de trazer alguma sugestão desse debate para constar do texto de revisão do Código Florestal.

Agradeço muito a presença dos convidados.

Vamos ouvi-los, começando pelo Professor Leopoldo Coutinho, do Departamento de Ecologia da USP.

Nós vamos destinar de quinze a vinte minutos para cada palestrante. Se houver necessidade, a Mesa será tolerante.

Com a palavra o Professor Leopoldo Coutinho.

O SR. LEOPOLDO COUTINHO – Boa tarde a todos. Quero agradecer o amável convite para participar desta reunião sobre um assunto que me toca muito de perto: os incêndios de vegetação.

Desde 1969, venho trabalhando com esse tipo de problema, particularmente, especificamente com o cerrado brasileiro. Eu não trabalho com incêndios florestais, certo? O Professor Irving é quem vai falar sobre este assunto. Trabalhei – já sou aposentado – especificamente com queimadas, incêndios em cerrado.

Ao longo desses anos, em função do que pude observar, ler e apreender, cheguei à seguinte conclusão: o cerrado ou a savana, melhor dizendo, num sentido mais amplo, no mundo inteiro, sofre a ação do fogo, que é um fator natural na savana, primitivamente provocado por raios.

Ainda hoje se sabe que os raios podem atear fogo a nossa savana, que é o cerrado. E este tipo de bioma praticamente exige, até certo ponto, a ação do fogo, não com frequências desmedidas, mas com uma periodicidade adequada.

O principal problema desses incêndios de cerrado resulta de uma falsa tentativa de proteger o cerrado contra o fogo. Com isso, o que ocorre é que vai havendo o acúmulo de biomassa seca cada vez maior. Pode-se chegar, em três, quatro anos sem queima, a quinze toneladas de palha por hectare. Isso é uma massa de combustível, essa palha é um excelente combustível, porque é bem arejado. Quando pega fogo é extremamente difícil combater e acabar com o incêndio.

Então a melhor técnica de combate aos incêndios, pela qual sempre me bati, que é usada em países da África, por exemplo, que têm savana, é se antecipar a eles. Antes que ocorra um incêndio desastroso, que destrói quase tudo, quem maneja esse parque deve atear fogo de uma forma esclarecida, protegendo, não deixando o fogo se alastrar por toda a área, fazendo aceiros, queimando parcelas, queimando em rodízio. Então, um ano ele queima essa parcela, ano que vem, ele não queima, queima a outra e, assim, vai fazendo um rodízio dentro da unidade de conservação. Com isso ele mantém baixa a quantidade de combustível. Então, se ocorrer um acidente de fogo entrar na vizinhança ou um raio atear fogo à vegetação, não haverá combustível em quantidade suficiente para que isso se torne um incêndio.

Então, esclarecendo, nós temos que fazer queimadas – queimada é fogo sob controle – para evitar incêndios, que são fogo fora de controle. Isso que tem

ocorrido e que ocorreu principalmente no ano passado no Parque Nacional das Emas, que tem 132 mil hectares, um parque maravilhoso que deveria ser aproveitado para turismo, como na África do Sul se aproveita, queimou quase que 100%.

Quem mais sofre num incêndio como esse que ocorreu aqui não é tanto a vegetação. A vegetação herbácea está adaptada ao fogo, porque sempre ocorreu fogo proveniente de raios. Tenho dados de carvões que encontrei em Pirassununga com 8.600 anos de idade. Quer dizer, há 8.600 anos, já houve fogo naquela área. A Professora Marília, da UnB, encontrou indícios de queimadas há 32 mil anos.

Então, o fogo é um fator ambiental, só que nós não podemos... O que temos hoje de área de cerrado são ilhas no meio de um mar de soja ou de algodão. Nós não podemos deixar que essas áreas se queimem totalmente. Então é preciso manejar o fogo no seguinte sentido: reduzir a massa combustível para que ele, se ocorrer, possa ser controlado mais facilmente.

Para isso, naturalmente, essas unidades de conservação precisam de pessoal habilitado, de equipamentos tipo caminhão-pipa. Só para vocês terem uma ideia, no incêndio lá do Parque Nacional das Emas do ano passado, só havia um caminhão-pipa que havia sido queimado em 2008. Então ele estava encostado num canto do parque, fora de operação. Isso não pode acontecer. É preciso ter o equipamento e o pessoal de prontidão, para que, se acontecer uma entrada de fogo, todo o pessoal e todo o equipamento funcionem no combate.

E o que é indispensável é o manejo com fogo. Isso assusta, às vezes, as pessoas, que dizem: mas como? O senhor, que estuda queimadas, aconselha pôr fogo no cerrado? Eu aconselho pôr fogo no cerrado, mas de uma forma inteligente, de uma forma racional com um objetivo: controlar a massa combustível para evitar os grandes incêndios.

Quem mais sofre, como eu ia dizendo, não é tanto a vegetação, que consegue rebrotar, como vocês veem aqui nos arredores de Brasília e em todos os cerrados acontece. Quem mais sofre é a fauna, porque a fauna não rebrota, a fauna não renasce. Se a fauna morreu, acabou-se.

Não sei se foi em 85, num grande incêndio no Parque Nacional das Emas, fez-se um censo de animais mortos pelo incêndio. Oitocentos tamanduás-bandeira morreram. Daria para encher esta sala de tamanduás torrados. Isso é um absurdo. Não dá para entender. Não é como alguns dizem: bom, o biólogo é sempre aquela lenga-lenga, florzinha daqui, bichinho dali, bonitinho, borboleta. Não é isso. É uma questão

de bom senso. Nós temos uma fauna maravilhosa, e não estamos cuidando dela.

Não basta cercar uma área, colocar o nome Parque Nacional das Emas, decreto número tal. Não basta. É preciso manejar sob todos os aspectos, inclusive o fogo, porque, como eu disse, isso é uma ilha. Alguém poderia dizer: mas e os raios no passado? Caíam, pegava fogo, queimava tudo, certo? Queimavam grandes áreas. Só que essas áreas não eram ilhas. Tudo era cerrado, savana. Então, a fauna das áreas vizinhas, depois do incêndio, podia gradativamente recolonizar a área queimada.

Hoje isso é impossível. O entorno de um parque hoje não tem mais essa fauna nativa. Então, não tem como recolonizar. Onde eu vou arranjar 800 tamanduás-bandeira para repovoar o Parque Nacional das Emas? Não tem como. Isso é uma perda definitiva. Se esses incêndios se repetirem – o tamanduá não se reproduz assim, não dá oito filhotes de cada vez – com certa frequência acaba a população de tamanduá do parque.

E, num parque nacional como o de cerrado, em grande parte, o atrativo é a fauna. Ninguém vai até Emas, no sul de Goiás, para ver árvore torta. Ninguém vai sair de São Paulo até o sudoeste de Goiás para ver árvore torta. Quer dizer, o turista quer ver bicho. Essa é a realidade. Ele quer ver anta, tamanduá, ema, veado campeiro, pássaros, arara, papagaio.

Conheço o parque desde 1985, foi a primeira vez que eu fui para lá. Ainda tinha muita fauna. Hoje é difícil encontramos os animais de grande porte. E a razão é esta: cada grande incêndio dizima a população, vai cada vez diminuindo mais. E uma evidência de que a população está diminuindo é que o número de indivíduos mortos encontrados nos censos pós-incêndio está diminuído, não porque a proteção esteja aumentando, mas é que tem pouco bicho para morrer queimado. Então, não se encontra grande quantidade de indivíduos mortos. Por quê? A população está cada vez menor.

Para finalizar, não quero tomar mais tempo, acho que é preciso ter em mente que esses parques têm que ser manejados. E a melhor forma de manejo contra incêndios é se antecipar a eles. Fazer queimadas periódicas de pequenas áreas em rodízio, para evitar o acúmulo de combustíveis.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu que agradeço, Professor Leopoldo Coutinho, pela sua apresentação.

Agora, passo a palavra ao Professor Irving Foster Brown, Pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia dos Serviços Ambientais da Amazônia.

O SR. IRVING FOSTER BROWN – Muito obrigado por essa oportunidade de estar aqui, Senador Jorge Viana, Senador Braga.

Estamos falando de um assunto que há 20 anos não seria assunto. Seria a questão dos incêndios acontecendo na Amazônia, especificamente na parte sudoeste, a Amazônia ocidental.

Então, vou tentar mostrar algumas experiências recentes e dar subsídios para se pensar um pouco no futuro.

A Amazônia tem várias amazônias. Vou falar sobre uma parte. Você pode ver onde tem Rio Branco, a parte ocidental. Em alguns casos, o que vou apresentar tem relevância para outras partes da Amazônia, mas nem tudo que vou apresentar serve para toda a Amazônia.

Foi curta a apresentação, já cheguei às conclusões. Mas eu queria dar um toque sobre essas conclusões e ver se posso justificar o que está colocado aqui.

O SR. JORGE VIANA – Pode voltar um pouco?

O SR. IRVING FOSTER BROWN – Não, está certo, Jorge.

Uma seca com potencial de incêndios florestais pior do que aconteceu em 2005 vai acontecer, e vai acontecer naturalmente. Raramente um cientista diz que garante, mas eu garanto que vai acontecer. Segundo ponto, desmatamento, fumaça e mudança de composição da atmosfera vão piorar a situação e aumentar a probabilidade de eventos extremos.

Incêndios florestais, depois de se espalharem – agora estou falando da Amazônia ocidental –, não são passíveis de controle atualmente.

Monitorar e alimentar um programa de prevenção com respostas rápidas vai ser essencial para minimizar o estrago. Um programa integrado de educação, do ensino básico até a pós-graduação, sobre defesa civil, incluindo especificamente secas e incêndios florestais, precisa ser implementado logo para ter efetividade no controle e respostas. Um centro nacional ligado fortemente aos centros de defesa civil nos níveis estadual e municipal ajudaria muito na coordenação dos pontos quatro e cinco.

Então, deixe-me ver se consigo justificar. Aqui uma imagem que foi publicada recentemente, em fevereiro deste ano, mostrando onde havia secas, de 2005 e 2010. E você pode ver cada um desses em termos de modelagem. No passado, falamos em estacionaridade. Em outras palavras, o sistema varia, mas basicamente voltará a ser como era antigamente.

Nesse caso, tivemos duas secas, e era para acontecer uma em cada 100 anos, quer dizer, havia 1% ao ano de chance de acontecer no espaço de seis anos. E, aliás, 2010 foi mais forte do que 2005, não

necessariamente para nós, no Acre, mas em termos da Amazônia como um todo.

Nós estamos num processo de transformação no planeta, e esse foi um estudo comparando produção primária. O que é produção primária? É o crescimento da biomassa, plantas, etc., no período de 2000 a 2009 comparado com a década anterior. No Acre, foi um período em que houve uma redução nisso, uma queda na produção, principalmente na questão de florestas.

Mas será que isso é verdade? Vamos falar um pouco com pessoas que vivem ali. Nesse caso, eu fui dar um curso sobre mudanças climáticas para lideranças indígenas no centro do Acre. E o primeiro exercício, antes de iniciar a palestra, foi a pergunta: vocês estão observando que algo está mudando? Se está mudando, o que está mudando?

Eu vou dar um exemplo de um dos casos. Esse foi na aldeia Nova Vida Shanenawa. Isso foi antes da seca de 2010. Eles observaram muito calor, rios, igarapés e lagos secando, muita seca prejudicando as plantações. Em outras palavras, produção de cultivos baixando. Uma história que encontramos com produtores rurais e seringueiros em toda região: ar poluído, água poluída, grandes queimadas e desmatamento, fome e extinção dos animais.

Este foi um exemplo, e eu poderia ter listado várias capacitações que nós fizemos com essa mesma observação antes de falar sobre mudanças climáticas. Em outras palavras, as coisas estão mudando.

Alguns dados recentes: secas fortes, como eu estava mostrando, com incêndios florestais nessa parte na Amazônia, em 2005 e em 2010, dois e seis anos, uma chance que você coloca na probabilidade de 33 por ano, quando era considerado como algo que ia acontecer uma vez, 1% por ano.

A fumaça chega a concentrações-limites, conforme a Organização Mundial de Saúde, durante o dia, a três semanas em 2005 e em 2010. Algumas vezes, foi 20 vezes mais alta. Se pessoas de São Paulo reclamam de poluição do ar, venham para o Acre em setembro!

Inundações no Acre, tivemos acima da cota de 14 metros em 2005, 2006, 2009, 2010 e 2011, cinco em sete anos, com chances de 70% por ano.

Quando eu cheguei e comecei a trabalhar com defesa civil no Acre, eles tinham uma conta e botaram R\$1,00 nessa conta porque não a usavam. Então, não tinha nada para a defesa civil fazer. Nos últimos cinco anos, entre 5 e 10 milhões são gastos por ano em relação aos impactos dessas inundações.

Tivemos problemas de abastecimento de alimentos e combustíveis, porque eles passam em balsas no rio Madeira, vindo de Rondônia e do Sul, afetando não só o Acre, mas toda a região.

Temos eventos extremos acontecendo com maior frequência. Então, perturbação climática e vulnerabilidade social são evidentes.

Eu só queria colocar essas informações, por entender que elas poderiam ser levadas em conta na discussão sobre o Código Florestal, porque estamos mudando o sistema.

Aqui há uma publicação do grupo CPTEC, do INPE de São Paulo, sobre a seca em 2005. Então, várias informações estou tirando deste artigo.

Para as florestas, no caso do cerrado, como Leopoldo falou, o fogo faz parte do processo ecológico. No Acre e na Floresta Amazônica, que se pode ver ao fundo, tinha fogo também, mas, provavelmente, numa escala de 500 em 500 anos. Mega El Niño ou outros eventos, temos registros nessa parte. Agora, coisas frequentes não eram parte de nossa história. E o problema é o seguinte: quando fica mais longa a época seca, a floresta chega a um ponto em que não há água suficiente para impedir a entrada do fogo. Quando isso acontece, há uma virada de situação: agora o fogo olha para a floresta como lenha. Então, não tem nada para parar a sua entrada.

Um exemplo aqui. Esse foi em setembro, em Acrelândia. Parecem pequenas as chamas, mas eu não estava agüentando o calor. Eu estava desse jeito e, obviamente, a vegetação não estava agüentando. Pelo menos, a parte de regeneração é pequena. O que acontece quando isso fica espalhado? Aqui, uma linha de fogo andando na floresta a mais de um quilômetro.

Não sei se alguém aqui já combateu incêndios florestais – levante a mão se tiver alguém. Quantas pessoas seriam necessárias para combater um incêndio como esse? As estimativas indicam uma para cada dez metros. Seriam pelo menos cem pessoas que precisam ser abastecidas com água, pegar acesso, como chegar, um monte de coisas. Então é quase impossível fazer o combate disso. No Acre, em 2005, foi Deus e as chuvas que acabaram os incêndios.

O que estamos vendo deveria estar verde, mas é marrom. É um exemplo do que acontece quando o fogo passa por baixo.

Aqui é uma imagem...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/ PSB – DF) – A parte que queimou é essa amarela?

O SR. IRVING FOSTER BROWN – Sim.

A parte preta é sombra. Há um pequeno problema de nuvem. Sombra e nuvem. Mas o resto, você vê algumas coisas. Nesse caso, taboca, principalmente, que já se transformou.

O que vocês estão vendo, só para dar uma ideia de escala: aqui são cinco quilômetros. Essa é a cidade de Xapuri, o rio Acre, e essas áreas em cor-de-rosa

são áreas abertas. Nesse caso, são pastagens, em grande parte. Aqui foram pastagens que queimaram até 21 de agosto. Essas áreas menores são dos seringueiros, onde eles queimam para colocar roçados e coisas assim.

Até 21 de agosto, a floresta estava funcionando como uma barreira, mas isso se estendeu. Em setembro, o sistema virou, a floresta virou lenha. Quando isso aconteceu, tivemos esse resultado. Vejam o tamanho. São milhares de hectares de florestas que foram impactadas pelo fogo.

Aqui vocês veem essa distribuição em vários lugares. Tem projeto de colonização onde o impacto foi muito severo. O que vocês viram antes foram essas áreas. Essa área aqui, só para dar uma ideia de escala, é de dois mil hectares. Aqui, limpando, são cinco ou 10 mil hectares. Esse pode ser um incêndio que escapou ao controle e, com ventos muito fortes, foi-se espalhando para grandes áreas.

Então, só para citar uma história – o Senador tem uma história, acho que vai contá-la mais tarde, sobre a formação dele nessa área –, nós não estávamos preparados para isso. Havia um estudo que Elsa Mendonça fez para o mestrado dela, que reconheceu – tivemos a seca de 1998, mas o que impactou mais a parte norte da Amazônia ocorreu em 1997, 1998, e tivemos um pouco no Acre – que havia a possibilidade de a floresta pegar fogo, mas, em 2005, o problema explodiu. Tivemos mais de 330 mil hectares de florestas impactados pelos incêndios, mais de 200 mil hectares de áreas abertas. Em outras palavras, mais de 500 mil hectares foram impactados.

Temos cerca de 300 bombeiros no Acre. E, no auge desse problema, recebemos mais 100 que vieram do Distrito Federal, num total de 400 bombeiros. Quando se fazem as contas, são mais de 1.000 hectares de áreas incendiadas, sejam florestas ou queimadas, para cada bombeiro. Então, não é possível, com esse número de pessoas, resolver um problema desses.

Para tentar estimar qual seria o custo associado com esse evento, vamos usar, como indicadores das perdas de serviços ecossistêmicos e ambientais, a multa de R\$1.000 por hectare. Então, o Acre ficou empobrecido em mais de R\$300 milhões. Não saiu do bolso de ninguém, mas representa essa região que não existe mais ou a madeira que não está crescendo ou os nutrientes que não estão guardados ou problemas de escoamento de água, porque o sistema está comprometido.

Essa história se repetiu, mas numa escala um pouco menor, em 2010, muito rápida para um evento dessa magnitude. Mas 2005 e 2010 não foram as piores secas dos últimos 100 anos. O prêmio vai para o

período de 1925 a 1926. Nessa época não havia problema com o efeito estufa nem com o desmatamento, mas foi conhecido como o ano em que não caiu chuva. Então temos, sem provocar o sistema, desastres que ocorrem naturalmente e que vão se repetir. Por isso garanto que vamos ter problemas no futuro. Então, vamos olhar um pouco mais esses acontecimentos.

Em Manaus, você pode olhar o nível do rio nos últimos 100 anos. Esse é um reflexo das chuvas que caem nas cabeceiras, em parte, onde estamos no Acre. Aqui, em 2005, foi muito baixo, mas tinha em vários outros. Esse período de setembro e outubro é quando o rio é mais baixo. Então, esses pontos mais baixos representam uma seca forte, prolongada. E vocês veem que houve várias, mas, no início, de 1906 a 1936, houve várias, de 10 em 10 anos. É impressionante. Mas houve uma, em 1926, que, quando era para ter muita água aqui, durante junho e julho, estava extremamente baixo o nível do rio. Por isso, foi chamado de o ano em que não caiu chuva.

Então, imaginem uma situação dessa, em que vocês têm incêndios florestais começando a se espalhar – por exemplo, pode ser no Acre, em Rondônia ou em outros lugares –, e não cai chuva em outubro, novembro, dezembro, janeiro e fevereiro, só em março. O que vai acontecer com as florestas durante esses meses? Se tivéssemos 300 mil hectares em 2005, qual seria a situação se a gente combinasse as duas coisas: uma seca igual à de 1926 e pontos de queimadas, vamos dizer, numa definição um pouco diferente do que o professor estava indicando? Eu gostei da definição, que me ajudou a pensar como se usam incêndios e queimadas. Qual vai ser a área impactada? E, se aconteceu no passado, em 1926 e em 2005 – dois eventos históricos –, vai acontecer no futuro, desta vez ampliado provavelmente por causa de mudanças no uso da terra e na composição atmosférica.

Por exemplo, o abastecimento de água na cidade de Rio Branco, em 1926, talvez fosse para 15 mil pessoas; em 2005 eram 250 mil. O rio não se expandiu, mas a necessidade, a demanda aumentou. Área desmatada, quase nada. Em 2005, tivemos mais de um milhão de hectares de áreas plantadas com grama da savana da África, propícia para queimar. Então, temos um sistema mais inflamável do que tivemos no passado.

Queria passar algumas lições aprendidas nessas experiências recentes. A primeira coisa é que me senti, realmente, como um peixe fora da água, porque alguém chegou para mim: “Não, não. Queimou aqui, isso foi há três meses, mas está queimando novamente.” Não. Quando você queimar uma área uma vez, não vai queimar duas vezes. Mas o que acontece? Quando queima na primeira vez, você tem ainda muito material

que já secou. E você pode ver... Eu olhei isso e pensei que não tinha queimado. Agora, limpando aqui, a gente viu cinzas por baixo. Então, todo esse material está pronto para queimar novamente. Havia relatos de florestas queimando três vezes. Por quê? Esses incêndios rasteiros produzem mais material combustível, permitindo que o fogo passe novamente.

A segunda lição é que, muitas vezes, esse fogo não aparece na copa. Então, os dados que nós calculamos são provavelmente subestimativas das áreas impactadas pelo fogo.

A lição do ano seguinte é que esses incêndios, quando entram na floresta, podem durar semanas. A gente estava lá, combatendo no mesmo lugar que combatemos em anos anteriores. Brasas podem durar dias, semanas, nos troncos das árvores. Em outras palavras, você pode pensar que está apagando o fogo, mas um vento pode reacender esses incêndios. E esses incêndios florestais são bombas-relógios para pastos e áreas agrícolas.

Não combater um incêndio florestal pode significar combater o incêndio num pasto ou numa área agrícola mais tarde. Resultado: incêndios florestais, quando espalhados nas florestas, são muito difíceis de se controlar, só pela própria natureza. Mas também vocês viram o número de pessoas disponíveis para a área a se cobrir.

Na seca de 2005/2010, o corpo de bombeiros teve dificuldade para controlar queimadas urbanas, sem falar nos incêndios florestais.

Um outro fator é que o desmatamento de outras áreas da Amazônia pode afetar chuvas na nossa parte da Amazônia e no Sul do Brasil. Isso se chama teleconexões. Mas, além da chuva, afeta a fumaça também.

Aqui uma publicação recente do pessoal do CP-TEC. Vocês podem ver de onde vem a nossa água. Ela vem do oceano, passa em cima dessas florestas aqui, chega ao Acre, passa e vem para o Sul. E aqui temos um processo de reciclagem de água via florestas. Então, o desmatamento aqui pode afetar o quanto a água vem para cá e quanto vai para o Sul. Essa é a preocupação que nós temos nesse processo.

Talvez vocês não saibam, mas o vento faz a curva no Acre.

Senador, desculpe, mas no Acre é onde o vento faz a curva.

E aqui você vê exatamente esse processo. Em 7 de setembro deste ano, você está vendo desta direção, passando em cima das florestas, chega perto dos Andes e vai para o Sul. E não é só água que passa assim, a fumaça, também. Você vê a quantidade de fumaça. Quando eu disse que foram dez vezes mais

do limite permitido pela NOS, você pode visualizar isso neste sentido.

E aqui uma coisa que o Paulo Ottochi Neto, da USP, mandou passar para a gente. Era animado, mas não está funcionando, infelizmente. Você como a fumaça chega até São Paulo. Então, a nossa contribuição para a saúde de pessoas de São Paulo vem das nossas queimadas. E a revanche dos bolivianos acontece quando há uma friagem. O ar vem nessa direção. As queimadas de Santa Cruz de La Sierra vêm e invadem a área do Acre. Então, estamos em uma batalha aqui.

Lição da literatura. Essa foi uma publicação recente do pessoal da Inglaterra. Esses gráficos não nos preocupam tanto, mas a probabilidade de um evento como o de 2005 acontecer novamente.

Aqui é a concentração de CO². Estamos aqui no momento em que é aproximadamente 390. A probabilidade de um evento como o de 2005 seria de ponto 05 ou uma vez em 20 anos. Se o CO² aumenta até 450, essa probabilidade chega a ponto 5, quer dizer, um ano sim, um ano não. Quando isso vai acontecer? Baseado em gestões, daqui a 14 anos. Em outras palavras, pode ser que esse modelo seja errado, mas, baseado no que temos aqui, está indicando que a gente está mudando para uma outra situação.

Então, voltando às conclusões – espero que eu tenha justificado: seca com o potencial que nós tivemos vai acontecer, desmatamento, fumaça e mudança de composição da atmosfera vão piorar a situação, incêndios florestais depois de se espalharem são extremamente difíceis, basicamente impossíveis de se controlar.

Então, o que podemos fazer? Monitoramento, alimentação de programa, prevenção e respostas rápidas para apagar incêndios. Isso vai ser essencial. Um programa integrado à educação. Para mim isso é fundamental, desde o ensino básico, e tem que ser implementado, logo. Isso pode ser feito com ajuda de um centro nacional, por exemplo.

Só para refletir um pouco, nessas discussões, estamos falando do futuro. Quem tem o ônus da prova? Quem disser que o clima vai reagir a essas mudanças, mudar a nossa situação, ou com quem acha que não vai reagir? Ninguém tem certeza sobre o futuro. Aliás, quem aqui tem certeza de que vai estar vivo daqui a uma semana? Só para dar um exemplo.

Mas pensem bem, quais são as consequências de ser errado? E essa discussão sobre o Código Florestal... Baseados nas informações que nós temos, precisamos de mais florestas no lugar de menos para manter o ciclo de água na Amazônia. E, como vocês viram, isso está ligado ao resto do continente.

Aqui são referências. As pessoas que quiserem copiar essa palestra fiquem à vontade. E queria agra-

decer a vocês, mas lembrar uma coisa: todos nós estamos no mesmo barco, indo para o futuro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Professor Irving Foster Brown, Pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia dos Serviços Ambientais da Amazônia, pela sua boa e preocupante apresentação.

Quero registrar aqui a presença do Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Senador Eduardo Braga.

O nosso Relator do Código Florestal da Comissão de Meio Ambiente, Senador Jorge Viana, Senador Sérgio Souza, membro da Comissão de Meio Ambiente e da Comissão de Agricultura.

Vamos ouvir agora a Professora Vânia Pivello, de Departamento de Ecologia da Universidade de São Paulo, USP.

A SRª VÂNIA PIVELLO – Boa tarde a todos. Eu gostaria de agradecer o convite e queria registrar que acho muito importante essa aproximação dos políticos com os acadêmicos. Os acadêmicos têm muita contribuição a dar e já sei de outras reuniões que têm acontecido. Isso é muito louvável e gostaria que fosse cada vez mais estimulado.

Na verdade, o que eu vou falar – eu não combinei com ninguém a – é quase que um resumo do que foi falado aqui.

Então, o que eu queria deixar mais evidente, que já foi bastante explicado, seria a diferença entre fogo em floresta e fogo em cerrado. Eu também trabalho com cerrado e queria mostrar o que é mais importante em termos de legislação federal sobre o uso do fogo que já é previsto no Código Florestal. O seu emprego é previsto em algumas práticas agropastoris e florestais. Esse ponto foi normatizado posteriormente, e a gente tem essa legislação 2.661, onde existem vários pontos interessantes em que devemos nos pautar, porque sempre existe a conversa de que não se pode queimar, não se pode queimar. Tudo bem, não se pode queimar, mas depende das circunstâncias.

Então, por exemplo, aqui, nós vemos que já em 1998 se coloca claramente que a queimada controlada é permitida para manejo de ecossistemas e prevenção de incêndios. Então, sim, isso está na legislação.

Queria mostrar também que existem interpretações errôneas. Então, eu nem conheço essa pessoa, mas neste texto ele vai radicalmente contra a ideia da queima controlada, colocando que incêndio nunca deveria existir.

Isso é o que vemos no senso comum. A mídia e as pessoas de uma forma geral têm essa ideia que o incêndio, o fogo, na verdade, é sempre ruim.

O fogo não é sempre ruim. Assim como colocou o Professor Coutinho muito bem, existem ambientes que precisam de fogo. E, como vimos, o cerrado é um deles. Ele precisa do fogo.

Temos aqui as conclusões de um grupo que fez um trabalho muito bom com relação a todos os biomas do mundo, onde eles separam os biomas que são dependentes do fogo. Nós temos aqui a área do cerrado no Brasil, assim como temos várias áreas de savanas e outros ambientes mais herbáceos. E temos aqui também, convivendo ao lado do cerrado, que é dependente do fogo, as florestas úmidas, que são sensíveis ao fogo.

Então, nessa classificação dos biomas mundiais, eles já colocam claramente o que são os ecossistemas. Haveria os independentes, que é onde o fogo nem acontece, mas os sensíveis ao fogo são aqueles aos quais o fogo causa dano e morte às espécies que não são adaptadas ao fogo. Isso perfaz 22% dos ecossistemas mundiais. E os ecossistemas dependentes do fogo, onde as espécies se beneficiam do fogo, como o Professor Coutinho já mostrou, são 53% dos biomas mundiais.

Se olharmos aqui no Brasil, o que vamos ter? Nós vamos ter fogo em todos os ambientes. Podemos ter queimadas desde a caatinga, passando pelo cerrado, a Mata Atlântica, Pampas, Pantanal, Floresta Amazônica. Então, todos os ambientes recebem fogo de uma forma ou de outra. Só que nós temos diferentes cenários. Savanas e campos são adaptados ao fogo; florestas tropicais não são adaptadas ao fogo. Esses são os que precisam do fogo e aqui estão os que são sensíveis ao fogo.

E nós temos também dois tipos de manejo: o manejo chamado tradicional, que é aquele mais antigo, das populações tradicionais, e os usos mais atuais, desde que o homem moderno ou o homem europeu está aqui no Brasil.

Nós vamos usar dois exemplos contraditórios: o exemplo da Floresta Amazônica, já comentado aqui, e o exemplo do cerrado.

No gradiente de cerrado, temos essa figura do Professor Leopoldo. Nós entendemos como cerrado tudo isso daqui, desde o campo limpo – o pessoal aqui do DF deve saber entender bem isso –, campo sujo, campo cerrado indo até o cerradão e os elementos lenhosos, quer dizer, as árvores, os arbustos. Os que têm matéria lenhosa vão aumentando nesse gradiente de campo limpo até o cerradão.

O fogo é mais frequente quanto menos lenhosas existem. Então, os ambientes mais herbáceos são mais adaptados ao fogo. E vemos também neste gráfico uma coisa interessante que é bom prestarmos a atenção:

aqui nós temos a temperatura e aqui nós temos a chuva. Então temos, aqui na região do cerrado, três, quatro, até seis meses bastantes secos, o que leva o extrato predominantemente herbáceo a secar e formar uma massa combustível bastante grande.

Comentando sobre Floresta Amazônica e Cerrado, se olharmos no mapa, nós já vemos um verde muito mais intenso aqui e essa região muito mais amarelada. Isso é dado pela biomassa.

Nós temos um regime de chuvas aqui onde às chuvas são constantes durante o ano, o que favorece o acúmulo maior de biomassa aérea, que nós chamamos acima do chão. E aqui nós temos chuvas sazonais onde há um acúmulo de biomassa abaixo do chão.

Então, olhando a biomassa aérea, aquela que está em forma de folhas, galhos, etc., nós temos um cerrado mais aberto, com cerca de 5,5 toneladas em média. Mas, se olharmos o que nós não vimos, e não sabemos nem que isso acontece, a biomassa subterrânea é mais de três vezes a biomassa aérea no cerrado aberto. E quanto mais denso vai ficando o cerrado vai diminuindo essa proporção.

Isso leva a uma das importantes adaptações do cerrado ao fogo que é a rebrota, a facilidade de rebrota. Então, o que acontece? Queima, depois chove, às vezes até antes das chuvas, as gemas, os bulbos que estão embaixo da terra, que não vemos, eles começam a rebrotar. Então temos várias adaptações.

A temperatura do solo – essa figura também é do Professor Leopoldo – é bastante baixa. Um centímetro abaixo do solo já corresponde a uma temperatura muito insignificante com relação à temperatura acima do solo. O fogo mais forte vai estar mais ou menos de meio metro a um metro do solo, e a um ou dois centímetros abaixo praticamente não esquenta mais. E a gente tem várias adaptações a essa baixa temperatura que não chegam a danificar os bulbos, os rizomas, o que está embaixo do solo, aqueles elementos em forma de raiz. Não chega a danificar muito os troncos. Quando abre aqui, você vê a parte viva. O fogo é rápido, chamusca o tronco e estimula a floração de várias espécies, o brotamento brota.

Por que estou passando isso? Para mostrar que os animais também, muitos deles têm adaptações ao fogo. Alguns têm a maior parte das suas casas, das suas colônias subterrâneas, onde o aquecimento é muito baixo. Então eles se escondem, fazem tocas; outros se aproveitam do fogo, porque eles comem o material que está rebrotando após o fogo; outros caçam os bichos que fogem do fogo. Então estamos vendo que temos uma série de adaptações à vegetação e também à fauna. Agora, depende do fogo, depende da intensidade do fogo. Desses fogos intensos a fauna

não tem por onde escapar, ela fica simplesmente aprisionada e morre, como o Professor Coutinho já falou.

Quero chamar a atenção para outra coisa que já foi mencionada aqui: a questão da antiguidade do fogo. Esses fogos já ocorrem aí há pelo menos doze mil anos, sendo de origem humana. Mas existem estudos que mostram que a diversificação enorme que existe nas plantas do cerrado – temos cerca de 10 mil espécies de plantas nas regiões de cerrado –, essas dez mil espécies, muitas delas se formaram de quatro a dez milhões de anos atrás, sendo estimulada essa diversificação pelo fogo. Então o fogo é uma coisa muito antiga no cerrado. Ele faz parte no cerrado há milhões de anos. Não é uma coisa natural. E que fogos eram esses? Exatamente os fogos causados por relâmpagos.

Num trabalho que realizamos há algum tempo, 42 queimadas foram acompanhadas. Esse aluno morou no Parque das Emas durante quatro anos e acompanhou 42 focos de fogo que aconteceram lá dentro. Desses, 37 foram causados por raios. Quer dizer, 12% dos fogos foram causados por gente, fogos humanos que vinham da agricultura em volta.

Mais tarde um pouco, outro trabalho mostrou a mesma coisa. O nosso foi no Parque das Emas e esse foi no Parque da Serra da Canastra. Depois teve um terceiro também que mostrou a mesma coisa. Ou seja, o que a gente quer dizer? Que os fogos vão estar presentes. Mesmo que você cuide do entorno, que não permita queimadas em volta, eles vão acontecer na forma de relâmpagos, de fogos por raios.

E o que vemos hoje? O principal uso do fogo no cerrado é para a criação de gado, para estimular o brotamento e a pastagem para o gado. Como já comentamos, esses fogos tendem a favorecer as herbáceas, as gramíneas, as ervas e diminuir as plantas mais lenhosas, as árvores os arbustos.

O que devemos fazer? Por exemplo, para estimular uma alta biodiversidade, onde se tem um equilíbrio entre herbáceas e árvores e arbustos, os fogos têm que ser diferentes desses que ocorrem para pasto, do pessoal da pecuária. O pessoal da pecuária faz fogos no final da seca, quando a vegetação está bastante seca, já não tem chuva há muito tempo, o solo está seco e a umidade do ar está baixíssima.

As queimadas naturais ocorrem no início das chuvas, na época em que começa a chover. Claro, se é por relâmpago, tem que ter chuva. Embora existam raios secos, a maioria ocorre nessa época de transição, onde já existe uma atmosfera mais úmida, um ambiente mais úmido de uma forma geral.

Então o que vai acontecer? Esses fogos, são muito menos intensos, são fogos que não vão causar uma destruição como temos visto aqui nestes últimos meses.

É esse fogo ameno que deve ser usado para controle da biomassa, como o Professor Coutinho comentou.

Ausência do fogo no cerrado.

A ausência do fogo no cerrado é ruim, por três coisas basicamente. Uma delas é esse desequilíbrio. Você desfavorece uma parte da biodiversidade do cerrado que precisa do fogo. Desfavorecendo essa biodiversidade, você tem aqui uma invasão por espécies exóticas.

O que é isso? Tem-se falado bastante dessa questão das invasões biológicas ultimamente. São plantas ou animais – no caso, estou falando de plantas, mas também ocorre por animais –, espécies que não são daquele ambiente, mas que vêm e acabam dominando e excluindo do ambiente as nativas.

Então a gente vê problemas aí. A braquiária é um horror, mas tem várias outras gramíneas invasoras do cerrado que são principalmente de origem africana. A gente tem várias aqui: a braquiária, o jaraguá, o gordura, o andropogon, o colônia... Há várias dessas aí.

O que acontece? Elas tomam conta do cerrado e as nativas vão se acabando. Todos os parques, todas as reservas que protegem o cerrado, têm uma ou mais dessas espécies invasoras.

A ausência de fogo no cerrado, como a gente viu, também causa esses incêndios em grandes proporções.

Esta imagem é do Parque Nacional das Emas, que o Professor Coutinho comentou há pouco: o início do incêndio em setembro do ano passado e o que sobrou depois do incêndio. Só esse pedacinho aqui não queimou. O parque inteiro foi devastado. Então qual é a ideia? A ideia é que não se deixe o fogo tomar conta e se tornar destrutivo. A ideia é que a gente faça queimadas controladas, numa época diferente dessa, quando o clima e a vegetação estão muito secos. São queimadas amenas em que você vai favorecer as espécies que precisam do fogo.

O que acontece com o fogo na Amazônia? A gente tem aqui o fogo, o cultivo de coivara, e os índios fazem isso, faziam e continuam fazendo. Eles queimam, geralmente, a borda da mata, fazem círculos onde queimam e fazem as suas plantações, utilizando então as cinzas como nutriente para as suas plantações.

Nesse caso, o que acontece? Você tem pequenas áreas queimadas e corredores que comunicam essas áreas de coivara. E essas florestas em volta vão servir de bancos de sementes, ou seja, dá para recolonizar essas áreas que vão ficar vinte, trinta ou quarenta anos sem ser queimadas novamente. Então existe uma condição de a vegetação se recuperar nessas áreas.

O que se faz hoje? Ou você queima a mata para colocar gado ou então você tem este ciclo: madeira, gado e agricultura.

Na madeira não se põe fogo quando tem extração, mas se abrem clareiras que vão secar o ambiente e aí os fogos, como o Professor Foster falou, vão ficar muito mais fáceis de chegar, porque há uma secura da atmosfera em geral e da vegetação que está aqui embaixo. Neste caso, sim, a floresta úmida não é mais uma barreira ao fogo, ela se torna também suscetível ao fogo.

O que eu queria mostrar também é que na Amazônia temos uma situação completamente diferente da do Cerrado. As raízes, muitas delas, são superficiais. Toda a reciclagem de nutrientes ocorre aqui, numa camada superficial do solo, enquanto também ocorre a morte das árvores. Se você queima ou se acontece um incêndio numa floresta, acabou a vegetação. Então, não vai mais ocorrer nada disso. Acontece a morte desse sistema que reciclava nutrientes, abrigava, fazia funcionar toda essa adubação natural da floresta, porque as árvores simplesmente morreram e tudo que está associado a essas bactérias, aos fungos, às raízes também vai morrer.

No cerrado é completamente diferente, como a gente mostrou. A parte subterrânea, que é maior do que a parte aérea, fica viva, rebrota. Ela fica lá, tranquilamente. Tanto na Amazônia quanto no cerrado nós temos uma quantidade imensa de emissões, e essa é uma grande preocupação hoje em dia, diminuir emissões.

Acontece que no cerrado também existe uma situação um pouco diferente, justamente porque a vegetação não está morta como está na Amazônia depois de um incêndio na floresta. A vegetação viva, que continua lá embaixo, que continua rebrotando, reabsorve, em um ano, tudo isso que foi enviado para a atmosfera.

Então, eu queria pontuar que são situações completamente diferentes. Quando se tem essa preocupação com relação ao fogo, que é bastante legítima em relação ao fogo em floresta, no cerrado é uma situação completamente diferente, porque o cerrado precisa de fogo ameno, não de incêndios que ocorrem se você não deixar queimar. Não dá para segurar cerrado sem queimar. Ele não vai ficar sem queimar. Vai passar um tempo, cinco, dez anos, e vai queimar de forma intensa, causando muito mais danos do que se você fizesse a queima controlada.

Para terminar essa fala, eu tenho algumas razões do uso do fogo tanto no cerrado como na floresta úmida. O que se coloca aqui é que na floresta úmida não se deve manejar com fogo, é completamente diferente. No cerrado, por outro lado, quando você quer manter a biodiversidade, eliminar ou pelo menos impedir algumas espécies invasoras, não todas, porque algumas até gostam do fogo, tem que ver o que tem lá e evitar incêndios descontrolados.

A gente pode e deve usar o fogo. Por quê? Primeiro, os nossos parques tem uma extensa área e o fogo é um instrumento barato, fácil de usar, versátil no sentido de que, conforme o regime de fogo que você usa...

O que é o regime de fogo? A época do ano em que você aplica o fogo e a intensidade com que você vai fazer aquela queimada. Isso tem a ver com a forma do fogo. Conforme esse regime de fogo, você pode ter situações até antagônicas, pode estimular herbáceas e pode estimular até arbóreas. Quer dizer, são coisas contraditórias que você consegue controlar conforme a época e o tipo de fogo que coloca.

Para terminar, queria concordar completamente com o que o Professor Leopoldo falou, de que para a conservação da biodiversidade nós precisamos da queimada controlada em mosaicos. Quer dizer, você vai queimando cada hora um lugar, não ficar queimando sempre o mesmo lugar, em regimes diferenciados, conforme os seus objetivos. Como eu falei, o fogo tem uma grande versatilidade e pode ser usado para diferentes objetivos.

Muito obrigada, agradeço a atenção. Era isso o que queria colocar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Professora Vânia. Realmente, muito interessante a sua apresentação.

Passo agora a palavra ao Dr. Bráulio Ferreira de Souza Dias, Secretário de Biodiversidade em Floresta no Ministério do Meio Ambiente.

O SR. BRÁULIO FERREIRA DE SOUZA DIAS - Boa tarde a todos. Agradeço o convite para participar deste debate ao Senador Rollemberg e ao Senador Jorge Viana.

Como os senhores puderam ver, essa questão do fogo é complexa. Então, dada toda essa complexidade dos fatos apresentados aqui, como a gente deve tratar essa questão em termos de legislação, em termos de políticas públicas? É esse o debate que gostaria de fazer.

É evidente que, pelas apresentações, a situação é muito distinta nas áreas de florestas úmidas versus a situação em áreas de vegetação campestre ou de cerrado ou de matas decíduas. Então, são situações bastante distintas.

Acho que esse é um primeiro alerta, quer dizer, não devemos tratar o fogo nesses diferentes tipos de vegetação com a mesma regra. É evidente que as florestas úmidas não têm adaptação ao fogo. Quando entra o fogo, o impacto é enorme. Como foi colocado aqui, a maior parte das árvores das outras espécies morrem e a recuperação é muito lenta, se houver recuperação.

Devemos lembrar também, como o Professor Foster mostrou, que temos situações agora de mudan-

ças climáticas. Então, uma coisa é entender qual é a situação atual e do passado, que é muito importante como referência, outra coisa é saber que os cenários futuros são de mudanças, aliás, não tão futuros. Acho que já está óbvio que essas mudanças começam a afetar o clima. Quer dizer, a frequência, a intensidade de eventos extremos, mesmo num País como o Brasil, já mudou. Estamos vendo claramente a maior frequência de grandes inundações, por exemplo, na cidade de São Paulo, na região serrana do Rio, Vale do Itajaí e tantas outras regiões. E a frequência de secas também está aumentando. Isso também complica o cenário em termos de políticas públicas e legislação.

Do ponto de vista de legislação e políticas, o ideal seria, em áreas de florestas úmidas, atuar, como foi colocado pelo Professor Foster, em termos de prevenção para evitar os riscos de incêndio, porque, uma vez ocorrendo, é muito difícil apagá-los.

Isso significa a adoção não só de atividades de educação, mas uma série de ações para mudar as práticas. Adoção de boas práticas, como se diz, práticas alternativas que reduzam a necessidade do uso do fogo nesses ambientes que são muito vulneráveis.

Uma questão precisa ser chamada à atenção, como a Professora Vânia colocou: é preciso reduzir aquelas atividades que tornam a floresta mais vulnerável. Atividades de abertura dessa floresta para exploração econômica, se não forem bem feitas, vão expor essa floresta ao ressecamento. Portanto, os riscos de incêndio será muito maior.

Nessas áreas florestais, como foi colocado, a situação no passado era de baixa frequência de incêndio, e talvez a gente não precisaria se preocupar tanto. Mas as condições estão mudando. O que poderíamos fazer? É um grande desafio. Se a gente olhar em alguns países que têm tradição de enfrentar grandes incêndios florestais, como Estados Unidos, Canadá, Austrália, eles fizeram grandes investimentos em formação de recursos humanos, equipes especializadas distribuídas em todo o território, grande uso de equipamentos, principalmente equipamentos aéreos, aeronaves, para fazer uso de água e retardantes nos combates a esses incêndios. Não é toda região que é propícia ao uso de aeronaves. Você precisa ter fontes e facilidade de reabastecer essas aeronaves de água. Isso tem um grande custo, compra de equipamento e manutenção de equipamento. No entanto, o Brasil vai ter que enfrentar isso. Acho que vai ser parte do nosso futuro fazer investimentos maiores em equipamentos, em face dessa situação de mudanças climáticas tornarem as nossas florestas úmidas mais vulneráveis a incêndios.

Uma coisas que, por exemplo, os Estados Unidos têm feito muito bem são os planos de contingência. E

eles têm acordos prévios entre agências. Nenhuma unidade de bombeiro ou que faça combate a incêndio sozinha vai dar conta de combater um grande incêndio. Então o que os Estados Unidos fizeram foi investir bastante em acordo prévios entre agências. A legislação pode promover isso, no sentido de tornar uma obrigação das agências colaborar umas com as outras. Por exemplo, aqui no Brasil, os corpos de bombeiros são estaduais. É sempre uma dificuldade mobilizar os corpos de bombeiros de diferentes Estados para acudir um grande incêndio, porque os acordos não estão feitos. Quem vai pagar a conta? Como é feita essa transferência de recursos? Então é preciso um marco legal que favoreça essa cooperação interinstitucional inclusive entre organizações de diferentes Estados. É algo que talvez o marco legal possa promover, de uma obrigação de essas agências se engajarem e atenderem a solicitações de emergências ambientais.

Isso é um pouco o que faz a Defesa Civil, mas ela tem trabalhado muito mais na questão de inundação e muito menos na questão dos incêndios. Talvez, no futuro, em função da maior ocorrência de incêndios, isso naturalmente receba mais atenção na Defesa Civil.

A situação nos ambientes campestres e de cerrado – isso vale não só para o cerrado, mas para o pampa e algumas áreas campestres no Pantanal e na Caatinga e mesmo para as áreas de campinas e outras vegetações abertas na Amazônia –, como foi colocado aqui, é outra. Eu acho que a gente não pode ter ilusão nesses ambientes abertos onde os fatores que promovem acidentes estão muito presentes: raios, uso do fogo no manejo agropecuário, biomassa seca, estação seca longa. Esses fatores existem, portanto o risco de incêndio nesses ambientes é grande. Mais do que isso, como foi colocado, vários desses ecossistemas evoluíram com o fogo. Então, também não caberia estabelecer uma proibição do fogo nesses ambientes.

Hoje nós temos situações complexas. Por exemplo, o Estado do Rio Grande do sul, na sua legislação estadual, proibiu o fogo. Bem intencionados, os legisladores acharam que estavam ocorrendo muitos incêndios que deveriam ser proibidos.

Ora, estudos ecológicos mostram que, na ausência do fogo, esses ambientes campestre começam a ser tomados por vegetação lenhosa. Então a tendência é a substituição dessas áreas campestres por vegetação arbórea. Isso já acontece em algumas regiões, como, por exemplo, no Estado de São Paulo, algumas reservas do interior, pequenas, onde foi possível um trabalho muito efetivo de proteção, o que era campo cerrado 40 anos atrás. Hoje em dia é um cerrado.

Se o nosso objetivo é manter a diversidade de ecossistemas, então, para essas regiões, não cabe-

ria uma medida legal, drástica, de proibição de toda e qualquer situação de uso do fogo. É evidente que isso não é simples. Não se pode admitir a situação atual, de uma frequência muito alta de incêndios, incêndios de grandes proporções com grandes danos ambientais, como foi colocado aqui, mas não se pode, por causa disso, achar que a solução é passar para uma situação de exclusão completa do fogo. Primeiro, isso não é razoável, ecologicamente falando, para aquelas áreas de vegetação aberta; segundo, isso não é factível.

Infelizmente a gente já teve experiência e vários aqui de Brasília presenciaram incêndios muito intensos aqui nos arredores, recentemente, no final dessa seca. Tivemos grandes incêndios ao redor de Brasília. Eram áreas submetidas a muita proteção, com brigadas de incêndios, etc. No entanto, as condições foram favoráveis para uma ocorrência de incêndio, porque se acumulou biomassa durante muitos anos de exclusão. Era uma época de muito calor, muito vento, muita seca. As condições são extremamente favoráveis para uma ocorrência de incêndio, e não é um incêndio benéfico; é um incêndio necessariamente maléfico, que vai causar muito dano.

Então é preciso que na legislação e nas políticas públicas se enfrente essa questão. Não são nem oito nem 80, quer dizer, nós não podemos nem aceitar a continuação dessa situação, desse excesso de queimadas no Brasil, como também não podemos, em ambientes que evoluíram com a presença do fogo, querer excluir o fogo.

Então, é preciso, sim, que a legislação dê abertura, como o Código atual prevê. É preciso garantir no novo Código a possibilidade, onde as condições ambientais e os subsídios científicos indicarem, de se fazer uso do fogo controlado, para promover, justamente como foi indicado aqui, o fogo em mosaicos e reduzir os riscos de grandes incêndios.

Agora, essa não pode ser uma receita para todos os ambientes no Brasil. Essa é uma receita para ambientes como o cerrado. E dentro do cerrado, nós precisamos lembrar que há um mosaico de vegetação. A mata ciliar no cerrado é muito vulnerável ao fogo. A vereda, no cerrado, é muito vulnerável ao fogo. Então, tem de haver uma diferenciação.

Como é que se faz isso nesses países que já têm mais tradição? Eles exigem que as áreas protegidas estabeleçam planos de manejo de fogo com zoneamento, identificando quais são os ambientes mais vulneráveis ao fogo, onde deve ser prioridade máxima a exclusão do fogo, a prevenção, etc., e aqueles ambientes que são mais inflamáveis e mais resistentes ao fogo e que, inclusive, contenham espécies que dependam do fogo

para rebrotar, para florescer, para se reproduzir, onde se possa praticar o manejo do fogo.

Se você olhar planos de manejo de áreas protegidas da Austrália, dos Estados Unidos, da África do Sul, do Canadá, etc., eles têm essa previsão, tanto que em alguns planos de manejo na Austrália eles colocam um subtítulo: “Antecipando o inevitável.” Quer dizer, eles reconhecem que essa é uma realidade e que a forma de enfrentar isso é reduzindo a biomassa, reduzindo o risco de fogo e provocando um ambiente em mosaico. Assim, quando vier um grande incêndio de áreas vizinhas, não vai se propagar, porque não vai encontrar combustível suficiente para um grande incêndio.

Então, o que seria necessário? Orientar que todas as áreas protegidas naqueles ambientes onde o fogo faz parte da ecologia, que isso faça parte do seu plano de manejo. Tem de ter essa previsão, com o adequado subsídio científico, para que isso seja feito de forma adequada.

Voltando à questão de prevenção, ela já é feita no Brasil, o monitoramento é feito no Brasil, só que isso pode ser aperfeiçoado.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT - AC) – Professor, essa parte de que o senhor acabou de falar, da incorporação como prática nos planos de manejo, obviamente nas regiões de que estamos tratando, se pudesse explicar um pouco melhor: o que tem hoje e como poderia entrar isso?

O SR. BRÁULIO FERREIRA DE SOUZA DIAS – Hoje, como é feito? Nos parques, por exemplo, de cerrado, a prática usual é fazer aceiros no entorno da unidade de conservação, ao longo da cerca. É um aceiro feito com trator, com patrol. Você faz um aceiro com remoção total da vegetação. E frequentemente se divide o parque também em algumas áreas, usando estradas e ampliando para servir de aceiros. É feito um monitoramento de risco de incêndio com a estação meteorológica, para que a gente tenha uma avaliação do risco de incêndio, e essa informação é utilizada no uso da área. Quando o risco de incêndio é muito grande, você restringe o acesso às pessoas, proíbe a visitação. Há uma série de medidas que são adotadas.

No entanto, o que é feito hoje não é suficiente, porque se consegue o sucesso durante dois, três, quatro, cinco anos, às vezes, ao excluir o fogo, mas, eventualmente, depois desse tempo, vem um grande incêndio, como foi mostrado, aqui, no Parque das Emas. O mesmo se repete, infelizmente, com Canastra, Veadeiros e outros grandes parques em que simplesmente se queima o parque inteiro. Então todo aquele trabalho é perdido.

Então, as lições aprendidas são: não se seguram, não se previnem para sempre incêndios em grandes

parques aqui do cerrado. Esses aceiros não são suficientes. Nós podemos verificar, em dias de muita seca e vento, no final da estação da seca, aqui no cerrado, que o fogo pula esses aceiros. O fogo pula um asfalto, pula uma estrada de pista dupla asfaltada. Então, achar que um pequeno aceiro vai ser suficiente, não vai.

A gente precisa usar essas lições para saber como avançar.

Lá nos Estados Unidos, que têm uma grande tradição, os planos de manejo fazem o mapeamento da área, um zoneamento, identificam as diferentes topologias da vegetação, o que é mais vulnerável e o que é mais resistente ao fogo, estudam o histórico de fogo na área, para verificar em quanto tempo cada área não é queimada ou quando houve queimas recorrentes, e essa informação é utilizada para, então, fazer recomendações.

Eles fazem dois tipos de recomendação: uma é no sentido de se tolerarem incêndios naturais causados por raios. Então, você pode prever isso nos planos e falar: “Olha, se cair um raio nessa área, deixe queimar; se cair nessa outra área, que é muito vulnerável, tem de combater.” E faz-se também a previsão de onde é necessária uma intervenção humana, manuseando o fogo controlado.

É isso que existe nesses outros países.

Aqui no Brasil, havia e ainda há muita resistência da parte dos técnicos. E eu conheço bem, porque eles ficam inseguros de serem acusados de permitir incêndio dentro de uma área protegida, em função da legislação ambiental. Então, é preciso que a legislação ambiental seja compatível e reconheça: há situações em que, sim, isso tem de ser feito, senão as consequências poderão ser muito maiores.

É essa a complexidade. Infelizmente, a pesquisa mostra que não tem uma solução simples. Claramente, nós precisamos tratar de forma diferente as florestas úmidas das vegetações de campo e cerrado e temos de ter uma visão de futuro. Infelizmente, esses eventos extremos de grandes secas e inundações vão se tornar mais frequentes. Então, o Brasil tem de se preparar para isso.

Como é que se prepara para isso?

Já foram dadas várias sugestões: melhorar a infraestrutura de prevenção e monitoramento; melhorar o investimento em estruturas de combate – o Brasil vai ter de ampliar muito a sua capacidade de combate em relação ao que tem hoje; melhorar a organização e a cooperação interinstitucional – as instituições deveriam ter uma obrigação de atender a esses chamamentos em situações de emergência; e praticar o manejo para reduzir a vulnerabilidade aos incêndios.

Só esse conjunto de medidas pode fazer com que a gente avance para uma situação de maior tranquilidade no futuro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado. Quero agradecer ao Dr. Bráulio Ferreira de Souza Dias, Secretário de Biodiversidade e Floresta do Ministério do Meio Ambiente.

Registro com alegria a presença do Senador João Pedro, do Amazonas, do Deputado Sinésio Campos, Líder do PT na Assembleia Legislativa, do Deputado Estadual Luiz Castro, Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Amazonas, do Jeanito, Presidente do Jardim Botânico do Distrito Federal.

Peço licença rapidamente aos nossos convidados – já vamos iniciar a Ordem do Dia daqui a pouco – para submeter à apreciação apenas dos membros da Comissão de Meio Ambiente, extrapauta, três requerimentos importantes para dar continuidade aos trabalhos desta Comissão.

Aqueles que concordam com a inclusão extrapauta dos requerimentos permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Passo a ler os requerimentos.

Requerimento do Senador Paulo Davim.

Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno desta Casa, requer realização de audiência pública pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de conhecer e debater as providências e encaminhamentos relativos ao VI Fórum Mundial da Água, que acontecerá em março de 2012, em Marselha, França.

Sugiro sejam convidados os seguintes especialistas: Dr. Benedito Braga, Coordenador do VI Fórum Mundial da Água, representante da Agência Nacional de Água (ANA) e representante do Ministério das Relações Exteriores.

Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Outro requerimento.

Requer, nos termos regimentais, seja realizada por esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle audiência pública para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 147, de 2010, que cria a área de proteção ambiental da Serra da Canastra, que passa a compor o Mosaico de Unidade de Conservação da Serra da Canastra, nos termos do art. 26 da Lei nº 9.985, de 18 de junho

de 2000, e apensados dos quais sou o Relator nesta Comissão de Meio Ambiente, com a participação dos seguintes convidados: Rômulo José Fernandes Barreto Mello, Presidente do Instituto Chico Mendes (ICMBio); Mário José Gisi, Subprocurador-Geral da República, Coordenador da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal; representante do Ministério das Minas e Energia; Nilzo de Faria, Prefeito do Município de São Roque de Minas; André Luís Braga Picardi, articulador voluntário do Programa de Revitalização do rio São Francisco e ex-Secretário de Meio Ambiente do Município de São Roque de Minas; Reinaldo Sebastião de Almeida, Presidente da Associação Instituição Representativa dos Canastreiros, e Jorge de Oliveira Penha, Presidente da Associação dos Extratores e Comerciantes de Quartzitos do Médio Rio Grande.

Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O terceiro requerimento: requer, nos termos regimentais, a indicação dos Senadores Jorge Viana e Rodrigo Rollemberg para participarem, como representantes da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, de audiência, com a presença do corpo de cientistas do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), além de professores e reitores de universidades do Estado do Amazonas, a realizar-se no dia 4 de novembro de 2011, na cidade de Manaus, com o objetivo de instruir a apreciação do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011 – reforma do Código Florestal.

Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Antes de passar a palavra ao Senador Jorge Viana, quero agradecer a presença dos nossos debatedores, que trouxeram uma contribuição muito interessante a este debate. Também quero fazer algumas colocações.

Quero dizer que gostei muito, especialmente no que se refere ao cerrado. Quero registrar que sou um apaixonado pelo bioma cerrado. Acompanho o cerrado há muito tempo. Há cerca de 30 anos, nessa região goiana do Cerrado, a pecuária ainda utilizava o processo da queimada da macega no período da seca. Ao longo do tempo, essa prática foi diminuindo. Ainda existe hoje, mas em quantidade menor, com a substituição das gramíneas importadas, especialmente a braquiária e o andropolo. Eu até imaginava que o jaraguá e o capim gordura fossem nativos do cerrado. Apreendi hoje que também são exóticos.

Pois bem, aqueles fazendeiros mais antigos, considerados mais sábios na região, utilizavam a metodologia que tem muito a ver com o que foi dito aqui: eles deixavam para fazer a queimada após a primeira chuva, o que fazia com que as queimadas fossem mais brandas e não prejudicassem tanto o meio ambiente.

Achei muito interessante, porque Brasília – está ali o Diretor do Jardim Botânico – sofreu muito este ano com o fogo avassalador no Jardim Botânico exatamente por isso, porque quando se faz um grande esforço e passam-se muitos anos sem queimadas ou sem incêndios, ocorre um acúmulo de matéria seca e, quando vem o fogo, ele passa a ter proporções devastadoras, avassaladoras. Foi o caso de muitas regiões no Distrito Federal.

A minha pergunta é a seguinte: no caso da queimada controlada, ela também, ao longo do tempo, não provoca uma perda de biodiversidade no cerrado?

Essa é uma pergunta que eu gostaria de fazer, porque, efetivamente há perda de matéria orgânica. O grande prejuízo das queimadas é a questão da fauna. Mesmo as queimadas controladas, ou seja, com fogo mais brando, também acabam produzindo prejuízos à fauna, sobretudo aos animais menores e aos que têm dificuldade de deslocamento, como, por exemplo, as cobras, os pequenos pássaros, seus ninhos. Enfim, essa é uma pergunta que eu gostaria de fazer.

A outra questão, que eu gostaria que o Professor Irving Foster Brown a explicasse melhor, tem a ver com o papel dos chamados rios aéreos. Inclusive, recentemente, até porque sou Relator do projeto, realizei seis audiências públicas no Parque Nacional da Serra da Canastra e, na ocasião, ao visitar a nascente do rio São Francisco, algumas pessoas disseram que ali acontecia um fenômeno e que os estudos mostravam que grande parte dos afloramentos da água da nascente do rio São Francisco não eram apenas os naturais, mas sim, afloramentos dos tais rios voadores da Amazônia.

Eu gostaria de esclarecer essa questão.

Mais uma vez – e quero ressaltar as palavras da Professora Vânia – faz-se necessária uma interlocução cada vez maior do Congresso Nacional com a área científica, com a área acadêmica, no sentido de avançar os conhecimentos acerca dessa questão, porque fica muito claro que o fogo – eu estou absolutamente convencido disso –, para o cerrado deve ser um instrumento utilizado em manejo de determinadas áreas, para evitar incêndios avassaladores como os que tivemos em algumas regiões do Distrito Federal ao longo deste ano. É necessário investir em mais conhecimento científico para saber como usar, em que medida usar, em que escala usar, em que tempo usar,

com que intervalo utilizar, para que também não haja perda da biodiversidade, especialmente a animal.

Realmente é impressionante a adaptação do cerrado ao fogo. A gente percebe, por exemplo, nessas áreas de campo limpo especialmente, ou de cerrado menos denso, que sete, oito dias depois surge essa flor característica do cerrado, que é muito bonita, a *Caliandra*. É impressionante a quantidade de flores que surgem exatamente depois do fogo. Nas minhas observações, eu já percebi que a *Caliandra* surge com muito mais força após a passagem do fogo.

São os questionamentos que eu gostaria de deixar aqui para os nossos convidados.

Entendo que chegou a hora, até em função da importância da nossa biodiversidade florestal e da biodiversidade do cerrado brasileiro, de o Brasil ter, efetivamente, um centro nacional em Brasília, em função da sua localização geográfica, e como Capital, de prevenção e combate a incêndios florestais; um centro bem equipado, bem montado, com instrumentos e também com pessoal capacitado e, ao mesmo tempo, com programas permanentes de qualificação, de mobilização, de recrutamento e de qualificação de voluntários, para que, no caso de grandes incêndios, possa ter condições de recrutar pessoal para evitar consequências danosas maiores.

Estes eram os registros e as colocações que eu gostaria de fazer.

Passo a palavra ao Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Presidente Rodrigo, caros Senadores, nossos convidados, eu queria agradecer a presença de todos.

Quero dizer que hoje foi um dia duro aqui, porque tivemos o esforço concentrado para a leitura do Relatório do Senador Luiz Henrique, pela manhã, e a reunião de duas comissões. Então esta audiência ficou um pouco prejudicada, mas a atenção que lhe tem sido dada vai garantir que seja levado em conta no debate do novo Código Florestal um tema tão importante como esse que os senhores trouxeram aqui a convite nosso.

Esta é uma audiência gravada. Sou um dos relatores, ouvi atentamente as observações e começo, somando-me às preocupações do Senador Rodrigo Rollemberg, fazendo um apelo a cada um dos expositores: nós gostaríamos de receber, se fosse possível, contribuições objetivas para esta fase do Código Florestal que estamos vivendo, de como começar um processo de inclusão, na legislação brasileira, dos mecanismos legais necessários para que se possa lidar melhor com o fogo, seja fazendo uma utilização dele como parte da ecologia do cerrado, sejam as precau-

ções e os cuidados que devemos adotar nas áreas de floresta tropical úmida.

É muito importante a presença do Professor Bráulio, com quem tenho conversado. E eu acho, Senador Rodrigo, que é uma oportunidade que nós temos. É óbvio que a diferenciação maior vai se dar quando nós estivermos trabalhando no que eu chamo de pós-Código Florestal. Fizemos a Lei do Bioma do Cerrado. Certamente vamos aprofundar um pouco mais, mas cabe no Código Florestal nós avançarmos no que der sobre a questão dos incêndios e do fogo.

Pena que não tínhamos a audiência, tivemos que fazer neste horário, porque seria muito importante. Agradeço pelo que pude aprender hoje aqui. Sou engenheiro florestal e, quando estudei o fogo, aqui em Brasília, aprendi um pouco, desenvolvi algum conhecimento sobre o cerrado, mas não me foi ensinado, nem tinha como, porque isso não fazia parte da nossa vida, do nosso cotidiano, como lidar com incêndios florestais na Amazônia.

Eu fui Governador, estava Governador durante a seca de 2005. Sobrevoei, com o Dr. Foster Brown, várias áreas. Ficávamos impressionados. As duas imagens que ele apresentou falam por si sós, uma imagem onde você tem ação antropizada com algum resquício de fogo, porque nessa época de agosto já tem algum fogo, mas que faz um contraste enorme com a imagem de outubro do mesmo ano, quarenta e cinco dias depois, quando nós tivemos um incêndio que chocou a todos nós no Acre.

Como ele explicou para todos, era uma novidade, aprofundaram um certo conhecimento e hoje nós temos condições de deliberar sobre esse assunto na região.

Eu queria dizer que nós estamos diante de uma situação em que ou adotamos algumas medidas, como bem falou o Professor Bráulio... O Professor Leopoldo Coutinho falou do quanto de danos já estamos tendo, porque já se extrapolou o limite da ecologia do cerrado. Nós estamos enfrentando desastres enormes especificamente com a nossa fauna, que é um problema hoje, mas se não adotarmos medidas objetivas e em curto prazo, Senador Rodrigo Rollemberg... Quando nós discutimos a possibilidade desta audiência, ele, como Senador do Distrito Federal, imediatamente mostrou o respeito e a atenção que tem pela região e falou: "Isso é grave. Temos que dar um tratamento".

Espero estar errado, espero que possamos adotar as medidas preventivas nos antecipando ao que pode acontecer. Mas, pelo que sobrevoei este ano, em pouco tempo podemos ter vítimas desses incêndios entrando em cidades da região Centro-Oeste e vitimando um número muito importante de pessoas. Essa é uma possibilidade concreta.

Do mesmo jeito que o Professor Bráulio falou, às vezes a gente não quer acreditar como o fogo pulou algumas áreas. E eu não pude acreditar como ele não entrou em outras. Chegou e parou num pequeno aceiro na borda de alguns bairros de algumas cidades.

Como a ocupação desordenada está ocorrendo no Centro-Oeste, com cidades se estabelecendo em várias regiões, é uma questão de tempo, se não for adotada alguma medida imediatamente, para nós enfrentarmos, quem sabe, desastres de grandes proporções, vitimando muitas pessoas não do ponto de vista material, mas com perda de vidas.

Esse é um aspecto importante. E quando estamos tratando da legislação do Código Florestal, acho que podemos avançar um pouco no que puder.

Na Amazônia, hoje... Ainda esta semana eu tive uma reunião com o chefe do Ministério Público Federal e o chefe do Ministério Público Estadual no Acre. O desmatamento em grandes áreas do Estado do Acre, eu diria que está absolutamente sob controle, graças à ação do Governo Federal e do Estado e às políticas públicas que estamos implementando. Mas temos um problema sério: os assentados. Os pequenos produtores que são extrativistas e, em alguns casos, ribeirinhos, muitos em assentamentos, que fazem o que nós chamamos de "roçados", e os fazem anualmente. E, como bem disse a Professora Vânia, de fato a maior parte da nossa biomassa está acima do solo, no caso da nossa Região Amazônica. E no caso do cerrado, está abaixo do solo, chegando a uma proporção de três vezes a biomassa que tem acima.

No nosso caso, é óbvio, copiando um pouco os indígenas, que se usa o fogo para disponibilizar os nutrientes que estão armazenados nessa biomassa para o que se vai plantar, já que nossos solos são fracos. Aparentemente, é um sistema muito interessante. Você disponibiliza com roçado os nutrientes e a vegetação, com um pouco de chuva, que começa normalmente em setembro. Com isso se tem uma boa produção. Com um agravante: eles têm que fazer o pousio, repetindo isso em novas áreas, tendo em vista que aquela biomassa disponível foi toda consumida.

Obviamente o rendimento disso era muito baixo e a intensidade era pequena há alguns anos. Mas hoje em dia um número muito grande de pequenos produtores de agricultura de subsistência se utiliza disso. Estou falando de 30 ou 40 mil hectares por ano só no Estado do Acre. É um número bastante expressivo. E estamos pensando em substituir isso pelos roçados ecológicos, com alguns mecanismos. Portanto, esse programa do Bolsa Verde é determinante para que se possa por freio nesse tipo de atividade, porque boa parte dessas famílias podem utilizar os rios, as praias,

fazer um plantio nas áreas. Aí já compõe um processo mais natural.

A substituição do fogo nessas regiões é uma necessidade. O que o Professor Foster colocou aqui é real. A combinação de uma seca intensa com o que temos de manejo de solos no Estado inteiro é assustador. Neste ano, Professor Foster, voando sobre o Acre e andando pelo interior do Estado, vi incêndios acontecendo. Como foram em proporções pequenas, o registro não foi alarmante ou grave, como vimos em outras situações. Ou seja, a partir da intervenção que fizemos, vamos ter que lidar com isso daqui para a frente. E não estamos preparados para tal, não temos as condições.

Portanto, mesmo que o custo seja grande, como o disse o Professor Bráulio, está passando da hora de o Brasil criar uma estrutura que não pode ser descentralizada, isto é, cada Estado faz o seu, pois é mais caro e menos eficiente. Tem que ser algo que tenha um grupamento treinado, com equipamento centralizado que ora vai para Roraima, ora vem para o cerrado, ora vai para o Acre, ora vai para o Nordeste, ora vai para o Sul, ora vai para o Sudeste.

É muito importante que se faça isso. E esta audiência pode ser uma nova história que estamos construindo, como disse a Professora Vânia, uma interação entre pesquisadores e cientistas, quem tem o conhecimento, quem estuda, com quem constrói cenários com a política, que delibera sobre as prioridades e sobre a legislação, que somos nós.

Eu mesmo tenho falado: na decisão do Código Florestal, na dúvida, vamos recorrer à ciência, vamos recorrer à comunidade que acumula conhecimento técnico-científico, obviamente sempre atentos à realidade do nosso País, pensando também nos produtores.

Portanto, nesta audiência, a dimensão que devemos dar é do tamanho de que necessitamos neste momento no País. É gravíssimo. Se já não temos tantos recursos para implementar os planos dentro das unidades de conservação, muito menos recursos nós temos para recorrer. O que aconteceu este ano chocou o Brasil inteiro. Mas as medidas podem ser tomadas a partir de uma audiência como esta: ajudando-nos a encontrar a formulação adequada na legislação e o Brasil começar a se adaptar a uma situação que exige também uma atualização.

Falo isso porque como cidade, no Código Florestal... Quando foi feita a última versão do Código Florestal, em 1965, o Brasil era rural; hoje, o Brasil é urbano. Oitenta e quatro por cento da população vivem em cidades, em vilas, em lugarejos, e isso tem de ser levado em conta quando discutimos um tema como esse.

Então, agradeço a presença de todos. Quero dizer que foi muito importante para mim, para o Senado e para esta matéria sobre a qual temos de deliberar.

As disposições – faço questão de recolher cada uma delas, até para ter em arquivo pessoal e para incluí-las na nossa separata – sobre a história de Código Florestal novo, mas especialmente queria fazer este apelo, no sentido de que pudéssemos receber, durante estes dias que ainda temos, estas semanas, uma contribuição mais objetiva do ponto de vista de... Já que os senhores comparam com outros países, como os países lidam com isso? Como poderíamos lidar? Naquilo que diz respeito só ao Brasil, que é inovador, tudo bem, vamos inovar. Mas fazer uma adaptação do que já experimentaram alguns países também seria muito importante.

Era isso, Senador Rodrigo.

Muito obrigado.

Tomara que possamos incluir esse tema, da maneira adequada, dentro do Código.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Desculpe-me, só queria fazer um apelo também: que fosse incluído em um dos requerimentos que V. Ex^a pôs em apreciação – de uma audiência pública para discutir e que cria a área de proteção ambiental na Serra da Canastra – o nome do Deputado Odair Cunha.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Perfeito. Ele tem participado...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – É uma pessoa envolvida diretamente com esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Perfeito. Ele tem participado de todas essas discussões.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Por gentileza, eu pediria a inclusão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Submeto à apreciação do Plenário o requerimento.

Aqueles que concordam com a inclusão do nome do Deputado Odair Cunha permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passo a palavra, na mesma ordem, para que possam fazer suas observações e cumprimentos finais.

Com a palavra, Dr. Leopoldo Coutinho.

O SR. LEOPOLDO COUTINHO – Bem, foram feitas algumas questões. Foram muitas, não vou recordar-me de todas elas. Mas, com relação, por exemplo, aos animais lentos – foi citada aqui a cobra –, essa fauna de menor porte, como cobras, calangos e tal, protege-se no interior de buraco de tatu. Eles entram para baixo da terra, então se protegem. O problema maior é a fauna de maior porte, que são os veados, as emas, os tamanduás, as antas. Esses são os animais que mais sofrem durante os incêndios.

A causa – eu já disse, mas vou insistir – está no acúmulo de combustível que se deixa ocorrer. Esse acúmulo tem de ser evitado. De que forma? Realizando-se queimadas em rodízio, para manter a quantidade de combustível baixa.

Eu queria fazer uma observação à questão do pessoal dos parques. Tenho algum contato com o pessoal dos parques, particularmente de Emas. Eles têm, sim, receio de praticar as queimadas para evitar os incêndios. Mas não é só uma questão de receio sem razões. Eles têm receio porque sentem que, se uma queimada que fizerem saltar e se alastrar, não há pessoal nem equipamento para controlar.

Fica a culpa para quem? Para eles. Então, eles preferem não fazer. Se fosse dado, em primeiro lugar, um suporte por parte de seus superiores, que dissessem: “Vocês têm permissão para fazer o manejo de fogo dentro do parque. Isso está na lei. Vocês podem fazer. Vamos fazer”; se fosse dada condição de pessoal, se fosse dada condição de equipamento, acredito que eles fariam.

Agora, as condições atuais são péssimas. O cara não tem um caminhão-pipa. O que tinha pegou fogo. Quer dizer, pegou fogo na caixa d’água. O helicóptero que mandaram no ano passado chegou lá sem gasolina. Como ele ia sobrevoar o parque, para jogar água no fogo, se não havia gasolina?

Então, são coisas assim que precisam estar estruturadas, organizadas, preparadas para esses eventos ou para o manejo do fogo. Aí ele vai sentir segurança. Aí ele vai dispor-se a fazer o manejo. Do contrário, ele prefere ficar na dele: “Eu não vou fazer manejo de fogo aqui. De repente pega fogo em tudo, e não tenho como controlar. Então, não vou fazer”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Desculpe-me interromper. Estou com um problema, com uma dificuldade, porque acabo de ser informado de que começou a Ordem do Dia. E já começou com votação nominal de um projeto extremamente importante para a área ambiental, que é o PLC nº 1, que define as competências dos órgãos ambientais nacionais e federais.

Então, vou pedir desculpas a todos que estão presentes. Agradeço a presença, que realmente foi de extrema valia. Está tudo gravado. Nosso Relator certamente aproveitará as contribuições.

Vou declarar encerrada a reunião. Todas as sugestões e comentários os senhores podem mandar por e-mail.

Agradeço e peço desculpas, mas vou encerrar a presente reunião. Muito obrigado.

(Reunião iniciada às 14 horas e 35 minutos e encerrada às 16 horas e 32 minutos)

ATA DA 47ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 1º DE NOVEMBRO DE 2011.

Às nove horas do dia primeiro de novembro de dois mil e onze, no plenário nº 9 da ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senhor Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **JORGE VIANA, RODRIGO ROLLEMBERG, SÉRGIO SOUZA, REDITARIO CASSOL, PAULO DAVIM, VANESSA GRAZZIOTIN, BLAIRO MAGGI e FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores **ANÍBAL DINIZ, ACIR GURGACZ, VICENTINHO ALVES, PEDRO TAQUES, LUIZ HENRIQUE, WILSON SANTIAGO, EUNÍCIO OLIVEIRA, EDUARDO BRAGA, ALOYSIO NUNES FERREIRA, ALVARO DIAS, CLOVIS FECURY e RANDOLFE RODRIGUES**. O Senhor Senador Cristovam Buarque justificou sua ausência, conforme Memo GSCB nº 10-305/2011. A presidência declara aberta a reunião e passa à **PAUTA. Audiência Pública**, em atendimento ao **Requerimento nº 111, de 2011-CMA**, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, aprovado em 25.10.2011, com o objetivo de instruir o **Projeto de Lei da Câmara nº 147, de 2010**, que “Cria a Área de Proteção Ambiental da Serra da Canastra, que passa a compor o mosaico de unidade de conservação da Serra da Canastra, nos termos do art. 26 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000”, e o **Projeto de Lei da Câmara nº 148, de 2010**, que “Altera os limites do Parque Nacional da Serra da Canastra, que passa a compor o mosaico de unidade de conservação da Serra da Canastra, nos termos do art. 26 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000”, com a participação dos seguintes convidados: **Rômulo José Fernandes Barreto Mello**, Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), auxiliado por **Marcello Rodrigues Kinouchi**, Coordenador Geral de Criação, Planejamento e Avaliação de Unidade de Conservação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); **Odair Cunha**, Deputado Federal; **Edson Faria Mello**, Diretor do Departamento de Desenvolvimento Sustentável na Mineração do Ministério de Minas e Energia (MME); **Nilzo de Faria**, Prefeito do Município de São Roque de Minas; **André Luis Braga Picardi**, Articulador Voluntário do Programa de Revitalização do rio São Francisco e ex-Secretário de Meio Ambiente do Município de São Roque de Minas; **Reinaldo Sebastião de Almeida**, Presidente da Associação e Instituição Representativa dos Canastrei-

ros (AIRCA); e **Jorge de Oliveira Penha**, Presidente da Associação dos Extratores e Comerciantes de Quartzitos do Médio Rio Grande. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e oito minutos, havendo lavrado a presente ata Leany Barreiro de Sousa Lemos, Secretária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, que será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Declaro aberta a 47ª reunião extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública em atendimento ao Requerimento nº 111, de 2011-CMA, de minha autoria, aprovado em 25 de outubro de 2011, com o objetivo de instruir os Projetos de Lei da Câmara nºs 147, de 2010, que cria a Área de Proteção Ambiental da Serra da Canastra, que passa a compor o mosaico de unidade de conservação da Serra da Canastra, nos termos do art. 26 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e nº 148, de 2010, que altera os limites do Parque Nacional da Serra da Canastra, que passa a compor o mosaico de unidade de conservação da Serra da Canastra, nos termos do art. 26 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

Informo que a minuta do parecer está disponível para consulta pública até o fim desta reunião.

Quero convidar, para compor a Mesa, os seguintes convidados: Rômulo José Barreto Mello, Presidente do Instituto Chico Mendes; o Deputado Odair Cunha ainda não chegou, mas também fará parte da nossa Mesa; o Sr. Edson Farias Mello, Diretor do Departamento de Desenvolvimento Sustentável na Mineração do Ministério de Minas e Energia; o Sr. Nilzo de Faria, Prefeito do Município de São Roque de Minas, a terra que produz o melhor queijo da Canastra; André Luis Braga Picardi, articulador voluntário do Programa de Revitalização do Rio São Francisco e ex-Secretário do Meio Ambiente do Município de São Roque de Minas; Reinaldo Sebastião de Almeida, Presidente da Associação e Instituição Representativa dos Canastreiros; Jorge de Oliveira Penha, Presidente da Associação

dos Extratores e Comerciantes de Quartzitos do Médio Rio Grande.

Quero ainda registrar a presença do Sr. José Geraldo Franco Martins, Prefeito de Delfinópolis, do Sr. José Donizetti Gonçalves, Procurador do Município de São Roque.

Eu vou fazer uma breve introdução a esta nossa audiência pública para, de certa forma, posicionar os nossos convidados e as pessoas que nos prestigiam hoje com sua presença.

Eu fui designado Relator de dois projetos que estavam submetidos à análise da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle em decisão terminativa: o PLC nº 147, de 2010 (PL nº 1.517, de 2007, na origem) e o PLC nº 148, de 2010 (PL nº 1.448, de 2007, na origem), que passaram a tramitar em conjunto por força do Requerimento nº 852, de 2010.

O PLC nº 148, de 2010, visa a alterar os limites do Parque Nacional da Serra da Canastra, localizado no Estado de Minas Gerais, que passaria a integrar o mosaico de conservação da Serra da Canastra.

O novo polígono do Parque era descrito no Anexo I da proposição e perfaz uma área de cento e cinquenta mil, cento e sessenta e oito hectares e cinquenta e um centésimos (150.168,51 ha).

Por sua vez, o PLC nº 147, de 2010, cria a Área de Proteção Ambiental da Serra da Canastra, a partir das áreas excluídas dos limites originais do Parque Nacional da Serra da Canastra.

O Anexo I apresentava o memorial descritivo da APA e as nove áreas distintas descritas que perfaziam quarenta e sete mil, quinhentos e dezesseis hectares e dezessete centésimos (47.516,17 ha).

Conforme justificção que acompanhava as proposições, novos limites do Parque e da APA da Serra da Canastra foram definidos a partir de trabalhos cartográficos e de trabalhos de campo realizados sob a coordenação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais, responsável pelo georreferenciamento das áreas.

Pela complexidade do tema, eu entendi que era absolutamente indispensável fazer uma diligência para visitar a área. Assim o fizemos. Passamos dois dias e meio na Serra da Canastra, levamos alguns assessores, consultores do Senado e assessores do gabinete, fizemos vários sobrevoos na área, o primeiro ainda no avião que nos levou, avião do ICMBio. Depois, tivemos oportunidade de fazer sobrevoos de helicóptero na área, uma área realmente muito bonita e estratégica para o Brasil, talvez uma das unidades de conservação mais importantes deste País, porque se trata de preservar as nascentes do “Velho Chico”, nosso que-

rido rio da integração nacional, o rio São Francisco. E tivemos a oportunidade de realizar seis audiências públicas na região ao longo de dois dias, reunindo, seguramente, mais de 1.500 pessoas nas diversas audiências públicas.

Quero registrar que saí de lá bastante aflito, porque eu percebia a dificuldade de buscar uma solução para aquela questão e percebi a expectativa que gerou no conjunto da população, nos moradores da região, que a presença de uma diligência da Comissão de Meio Ambiente do Senado pudesse solucionar o problema. Havia uma expectativa natural dos antigos moradores da região que desenvolvem atividades tradicionais de lavoura e de pecuária, especialmente uma pecuária de leite, extensiva, e que produz o conhecido queijo da Canastra.

Como aliar a preservação de uma área tão importante, tão estratégica para o Brasil, como as nascentes do rio São Francisco, e, ao mesmo tempo, incorporar os produtores rurais tradicionais, que desenvolvem atividades de baixo impacto ambiental e que poderiam se transformar em aliados na preservação daquela unidade de conservação.

O problema do Parque... Vou fazer um resumo por cima, as pessoas vão poder de fazer de forma mais detalhada. Temos o ICMBio aqui, temos o André, que é um grande estudioso da questão, o Reinaldo, enfim, todos que estão aqui conhecem bem a situação, mas o fato é que nós temos um decreto, de 1972, que define como área do Parque Nacional da Serra da Canastra uma área de, aproximadamente, 200 mil hectares.

Acontece que, efetivamente, o Governo Federal só implementou uma área de 70 mil hectares, sendo que, ao longo desse processo, o IBDF, que era o antigo responsável pela gestão das florestas e dessas unidades no Brasil, fez um plano de manejo para o Parque considerando apenas 70 mil hectares.

Então, nós tínhamos uma situação em que, para alguns, a área do Parque era de 200 mil hectares e, para outros moradores da região, a área do Parque se restringia a 70 mil hectares.

A proposição dos Deputados Odair Cunha e Carlos Melles propunha que se definisse como área do Parque uma área de em torno de 150 mil hectares, como tive oportunidade de dizer, transformando as outras áreas em APAs, Áreas de Preservação Ambiental, que é uma categoria de pouca proteção, digamos assim, no sistema jurídico local.

Então, nós iniciamos uma série de conversações, de diálogos extremamente produtivos com o ICMBio e com os produtores rurais, que nos levou a apresentar uma proposta, que é uma minuta de proposta, que está em debate neste momento, nesta audiência pública,

de definir uma área próxima a 150 mil hectares – as coordenadas estão todas definidas no anteprojeto, na minuta de projeto – e o restante da área, ao invés de ser transformada em áreas de preservação ambiental, se transformaria em monumentos naturais, que é uma categoria de preservação muito mais elevada, mas que convive com atividades privadas econômicas de baixo impacto ambiental, que devem ser as atividades características de uma região sensível como aquela, uma região muito próxima das nascentes do rio São Francisco, podendo transformar – acho que esse é o grande objetivo – uma inovação que pode servir de exemplo para outras construções coletivas nesse sentido e transformar os produtores rurais da região em verdadeiros aliados na preservação daquelas áreas.

Eu vou poder ler aqui parte da minuta de quais seriam as atividades de baixo impacto previstas que poderiam ter continuidade nessas áreas de monumentos naturais, deixando claro que caberá sempre a prioridade ao ICMBio para comprar em qualquer transação *inter vivos*. Se alguém quiser vender sua terra, a prioridade deve ser do ICMBio, para transformar a propriedade numa propriedade pública.

Tínhamos funcionando naquela área, com licenciamento dado pelo DNPM, uma exploração de quartzo – que são pedras, e que retiram dos morros grande quantidade dessa pedra –, que é uma atividade que tem uma capacidade muito grande de inclusão social, porque existem talvez em torno de duas mil pessoas que trabalham com a exploração de quartzo, e há duas áreas que estavam dentro do Parque Nacional que eram para extração do kimberlito, que é o diamante, também, à época, com autorização do DNPM, que, na nossa sugestão, nós estamos excluindo das áreas do Parque. Estamos definindo que 10% dessa compensação financeira vão para o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e que, após cessar a exploração econômica dessas atividades, essas áreas retornariam à área de monumentos naturais.

Então, vou ler muito rapidamente, como disse, uma minuta do projeto – meu parecer será encaminhado formalmente após esta audiência pública –, mas quero registrar que ela já é fruto de seis audiências públicas que realizamos na diligência que fizemos na Serra da Canastra e de diversas conversas que fizemos com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, com o representante dos Prefeitos da região, com o representante dos produtores rurais da região e com o representante das pessoas que exercem atividade de mineração na região. Foi um grande esforço coletivo e eu não poderia deixar de agradecer a todos que contribuíram, que se deslocaram várias vezes para Brasília para buscar construir esse entendimento.

Quero dizer que ficarei extremamente feliz – diria até realizado –, no meu primeiro ano de mandato, se, ao final deste ano, deste processo, nós conseguirmos construir uma alternativa que seja boa para todos, ou seja, que seja boa para o País, porque estaremos preservando uma área estratégica, fundamental para a conservação de um dos principais rios brasileiros e, ao mesmo tempo, respeitando, garantindo, dando tranquilidade e segurança jurídica aos milhares de produtores rurais e de pessoas que vivem naquela região, e querem continuar vivendo, que querem desenvolver suas atividades produtivas de forma sustentável, contribuindo para a preservação do meio ambiente.

Vou ler aqui, muito rapidamente, o que seria a minuta de substitutivo aos dois projetos de lei que iniciaram esse procedimento legislativo.

Projeto de Lei da Câmara nº 148, de 2010 – a gente adotou como parâmetro o Projeto de Lei nº 148 –, que altera os limites do Parque Nacional da Serra da Canastra e cria o Monumento Natural dos Vales da Canastra.

É o substitutivo.

Art. 1º O Parque Nacional da Serra da Canastra, localizado no Estado de Minas Gerais, criado pelo Decreto nº 70.355, de 3 de abril de 1972, passa a ter os limites constantes no Anexo I desta Lei.

É importante registrar que, no decreto – não sei se tem aqui no parecer; se não tiver, vou pedir à Assessoria que consiga para mim o decreto de criação do parque –, há o artigo que deixa claro que poderão ser excluídas da área do parque áreas aptas ao desenvolvimento da atividade agrícola.

Está aqui:

Art. 4º Das áreas definidas no art. 2º do presente decreto poderão ser excluídas, a critério do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, aquelas que tenham alto valor agriculturável, desde que essa exclusão não afete as características ecológicas do parque.

Parágrafo único. Será promovida, no prazo estipulado no § 3º do art. 27 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, a revisão do Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra da Canastra, garantida, nesse processo, a ampla participação da população residente no entorno da unidade de conservação.

Art. 2º Fica criado o Monumento Natural dos Vales da Canastra, unidade de conservação federal no Estado de Minas Gerais, situado em áreas contíguas ao Parque Nacional da Serra da Canastra, conforme os limites estabelecidos no Anexo II desta Lei.

Art. 3º O Monumento Natural dos Vales da Canastra tem como finalidades:

I – conservar remanescentes do ecossistema de cerrado;

II – proteger belezas cênicas e orientar a sua exploração turística em modo compatível com a conservação ambiental;

III – resguardar o modo de produção tradicional de baixo impacto ambiental das populações rurais, valorizando os seus saberes sociais e culturais em consonância com a manutenção da qualidade e da integridade de seu ambiente natural.

Quero aqui fazer um parêntese – não a estou vendo aqui – para fazer um agradecimento especial à Drª Andrea Vulcanes, que foi Procuradora do Ibama e que nos ajudou bastante na elaboração desse texto.

Art. 4º Nas áreas privadas que integram o Monumento Natural dos Vales da Canastra, será admitida a realização das atividades assim caracterizadas:

I – atividades agrícolas e pastoris destinadas à produção orgânica, tradicional, artesanal ou de subsistência, de alimentos e laticínios, e que apresentem baixo impacto ambiental;

II – plantio de espécies nativas produtoras de frutos, sementes, castanhas e outros produtos vegetais nas áreas particulares não reservadas, cuja cobertura natural tenha sido alterada anteriormente à criação do Monumento Natural dos Vales da Canastra;

III – coleta de produtos não madeireiros para fins de subsistência ou produção de mudas, como sementes, castanhas e frutos, desde que de modo eventual e respeitada a legislação específica a respeito do acesso aos recursos genéticos;

IV – turismo rural ou ecológico de baixo impacto ambiental.

§1º No desenvolvimento das atividades previstas nos incisos I e II, ficam permitidas, nas áreas de domínio privado integrantes do Monumento Natural dos Vales da Canastra, desde que não estejam em desacordo com o Plano de Manejo da unidade de conservação:

a) a abertura e a manutenção de pequenas vias de acesso interno, incluindo a instalação de pontes e pontilhões, quando forem necessários para o escoamento dos produtos oriundos das atividades econômicas permitidas;

b) a implantação de instalações necessárias à captação e à condução de água e de efluentes tratados, desde que comprovada a outorga do direito de uso da água, quando couber;

c) a implantação de corredor de acesso à água para pessoas e animais nas Áreas de Preservação Permanente – APPs destes estabelecimentos;

d) a construção e a manutenção de moradias e infraestruturas de suporte às atividades agrícolas e pastoris previstas neste artigo.

§2º No desenvolvimento das atividades previstas no inciso IV, a instalação de construções, trilhas e de-

mais infraestruturas de suporte a visitação e recreação será permitida somente quando:

- a) indicadas no Plano de Manejo da unidade de conservação;
- b) previamente autorizadas pelo órgão gestor da unidade de conservação;
- c) em conformidade com o licenciamento ambiental, quando necessário.

§3º Na Seção Vão dos Cândidos do Monumento Natural dos Vales da Canastra, conforme definida no Anexo II desta Lei, fica vedada a supressão de vegetação nativa para uso alternativo do solo, visando a garantir a conectividade ecológica com o Parque Nacional da Serra da Canastra.

Art. 5º A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração do Monumento Natural dos Vales da Canastra e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento, desde que não enseje qualquer tipo de exploração econômica direta.

Art. 6º O Monumento Natural dos Vales da Canastra disporá de um Plano de Manejo, a ser elaborado no prazo estipulado no § 3º do art. 27 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que observará as diretrizes definidas nesta Lei e em cujo processo de elaboração será garantida a ampla participação da população residente na unidade e no entorno.

Art. 7º A adequação dos modos de produção atuais aos objetivos de criação do Monumento Natural dos Vales da Canastra será conduzida conforme estabelecido no Plano de Manejo, garantido período de transição em que se buscará o desenvolvimento de programas e projetos, apoiados pelo órgão gestor da unidade de conservação, visando à adaptação dos proprietários e possuidores às normas da unidade de conservação.

§ 1º Até que seja aprovado seu Plano de Manejo, todas as atividades e obras desenvolvidas no Monumento Natural dos Vales da Canastra deverão limitar-se às já existentes e àquelas destinadas a garantir a integridade dos recursos protegidos e a assegurar às populações tradicionais residentes na área as condições e meios necessários à satisfação de suas necessidades materiais, sociais e culturais.

§ 2º A realização das obras referidas no § 1º deverá ser previamente informada ao órgão gestor da unidade de conservação.

Art. 8º Os limites das zonas de amortecimento do Parque Nacional da Serra da Canastra e do Monumento Natural dos Vales da Canastra, e suas respectivas normas sobre ocupação e uso dos recursos,

serão estabelecidos posteriormente, em instrumento legal específico.

Parágrafo único. Ao serem definidas as zonas de amortecimento de que trata este artigo, será garantida a manutenção das atividades de mineração, urbanas, de lazer e turismo, entre outras já existentes, observada a minimização de impactos ambientais sobre a respectiva unidade de conservação e o licenciamento ambiental, quando cabível.

Art. 9º Não havendo aquiescência do proprietário ou possuidor às condições propostas para a coexistência do Monumento Natural dos Vales da Canastra com o uso privado da respectiva área, esta será desapropriada, mediante prévia e justa indenização, ou indenizada, em caráter prioritário, pelo poder público.

Art. 10. As áreas especiais definidas no Anexo III, excluídas do Parque Nacional da Serra da Canastra conforme a delimitação territorial estabelecida no art. 1º desta Lei e destinadas exclusivamente à exploração mineral, passarão a integrar o Monumento Natural dos Vales da Canastra, quando do encerramento dessas lavras, mediante atestado do órgão federal competente, assegurado o disposto no art. 9º.

Parágrafo único. As atividades de recuperação ambiental previstas nos Planos de Fechamento de Mina e de Recuperação de Áreas Degradadas permanecerão sob a responsabilidade do empreendedor e de seus sucessores.

Art. 11. Fica garantido o direito de preferência, em favor do poder público, em caso de transmissão *inter vivos* das propriedades privadas inseridas nos limites do Monumento Natural dos Vales da Canastra, ressalvadas as situações que envolvam direitos hereditários ou antecipação desses direitos.

Parágrafo único. O órgão gestor da unidade de conservação será notificado para que, no prazo de sessenta dias, exerça o direito de preferência, promovendo, em até cento e oitenta dias, contados da apresentação dos documentos pertinentes, a efetiva desapropriação ou indenização.

Art. 12. A compensação financeira de que trata o art. 6 da Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, quando relativa à exploração de recursos minerais localizados nas áreas previstas no art. 8º, será distribuída da seguinte forma:

I – 23% (vinte e três por cento) para os Estados e o Distrito Federal;

II – 65% (sessenta e cinco por cento) para os Municípios;

III – 2% (dois por cento) o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, instituído pelo Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969, e restabelecido pela Lei nº 8.172, de 18 de ja-

neiro de 1991, destinado ao desenvolvimento científico e tecnológico do setor mineral;

IV – 10% (dez por cento) para o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Segue o Anexo I – Memorial Descritivo do Parque Nacional da Serra da Canastra, com área aproximada de 120 mil hectares, descrito a partir das cartas topográficas seguidas, e a área do Monumento Natural dos Vales da Canastra é de 76.485 hectares, sendo constituído por três seções territoriais contíguas ao Parque Nacional da serra da Canastra.

Quero aqui, mais uma vez, registrar a minha expectativa de que possamos construir um entendimento em torno desse projeto.

Teremos oportunidade de ouvir agora representantes de diversos setores. Estou sentindo a falta do Dr. Mário Ghisi. Não foi convidado o representante do Ministério Público? Está viajando? *(Pausa.)*

As informações que tenho são as de que o ICMBio também manteve, ao longo desse processo, conversações com o Ministério Público Federal, que estava diretamente interessado também nesse processo e vinha acompanhando-o, daí a importância da presença aqui do representante do Ministério Público Federal. Mas nós teremos a oportunidade de ver, inclusive, os mapas, mostrando de forma clara onde serão as áreas restritas ao Parque e as áreas de Monumento Natural.

Agradecendo, mais uma vez, pela presença de todos, vamos dar continuidade aos trabalhos, ouvindo nossos convidados, começando pelo Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Dr. Rômulo Barreto Mello.

O SR. RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO – Bom dia a todos e a todas. Senador Rollemberg, eu queria agradecer pela oportunidade do convite para aqui dialogarmos.

Não vou fazer um histórico detalhado dessa questão porque acho que todos que estão nesta sala já a conhecem, talvez de uma forma mais profunda do que eu, porque alguns deles viveram efetivamente todo esse processo.

Nós temos uma situação em que, em 1972, criamos um parque com 200 mil hectares, que não foi implantado com os 200 mil hectares que deveria ter. Ao longo desses anos, um conjunto de atividades empresariais aconteceu nos outros 130 mil hectares, e temos um histórico de quase 40 anos – 39 anos – de conflito, de litígio, litígio esse que não ajudou nenhum dos lados, nem à conservação, nem ao setor privado, que tem interesse.

O fato é que, depois de várias discussões, além do decreto de criação, houve outro decreto, já no Governo Lula, que determinou a criação de um grupo de trabalho, que também trabalhou nisso, apresentou propostas que também deram sustentação ao posicionamento que nós tivemos, e manteve-se esse litígio até este momento.

Hoje nós estamos sob nova orientação. A lógica é a gente buscar um processo de conciliação de interesses. O nosso negócio é conservação da biodiversidade. É óbvio que, na perspectiva técnica, objetiva, o parque, do ponto de vista da conservação, seria a melhor forma de conservar aquela região. Como o Senador Rollemberg colocou, é uma área de importância estratégica para o Brasil, não só do ponto de vista da biodiversidade, mas também do ponto de vista hídrico, porque protege a nascente de duas grandes bacias, a do São Francisco e a do Paraná-Paraguai. Então, é uma área, sim, do ponto de vista ecológico, de alta relevância para o País.

Na perspectiva de buscarmos um processo de conciliação, as equipes técnicas do instituto fizeram várias análises com relação a isso e mantivemos sempre a posição de lutar por manter a integridade do parque com 200 mil, até que, com a visita do Senador Rollemberg, surgiu a hipótese de termos outra categoria. Debates muito e recusamos, refutamos centenas de vezes a opção da APA, por entender que, mesmo sendo uma unidade de conservação, não protegeria a área com os requisitos necessários.

O Senador Rollemberg, na área técnica dele, fez-nos uma proposta, primeiro, de um refúgio de vida silvestre. A nossa equipe técnica fez uma análise e, na perspectiva de uma orientação em que se buscasse a conciliação entre não mais simplesmente buscar pela integridade do parque, mas buscar um processo que assegurasse uma perspectiva de conservação o mais próximo possível do parque, a equipe técnica do Instituto chegou à conclusão de que o Monumento Natural poderia, sim, ser o caminho para que, não imediatamente após sua criação, obtivéssemos a conservação que é requisitada pelo parque, mas, com o tempo, com a efetiva implantação da unidade, diferente da realidade que tivemos, no que diz respeito à implantação do Parque Nacional da Canastra nos últimos 39 anos, que saíssemos de um momento de simples conflito direto para um processo de conciliação. Então, nisso, já havia um exercício de conciliação, quando da discussão da APA. Tivemos várias negociações no âmbito do Governo Federal, que nos permitiram rever uma série de, chamarei assim, incongruências de limite. Porque, quando se coloca ou se tem vilas ou cidades ou pequenas cidades dentro de um limite

de um parque nacional, você ou tira o parque ou tira a cidade. E buscamos, agora, neste momento, gerar uma proposta de conciliação em que retiramos áreas de interesse mineral, numa negociação direta com o DNPM, Ministério de Minas e Energia, em vários momentos, retiramos as vilas que estavam nos limites de parque, fazendo alguns ajustes, e, agora, nessa perspectiva, com a entrada do Senador Rollemberg, porque foi necessário alguém que estivesse de fora da disputa para apresentar uma proposta de conciliação, entendemos que, sim, o Monumento Natural pode ser uma alternativa, deve ser uma alternativa, de conciliar interesses, em que, não como parque, mas uma parte significativa da unidade, aproximadamente 120 mil hectares como parque.

Depois, vou pedir ao Marcelo que faça uma apresentação rápida no mapa do que estamos propondo, mostrando o que era a proposta original, o que era uma proposta que estava tramitando no Congresso e o que é a proposta que está sendo apresentada pelo Senador Rollemberg e que entendemos ser uma proposta de conciliação que nos permitirá avançar, do ponto de vista da conservação, reduzindo de forma significativa os conflitos que temos hoje.

Há ainda a necessidade de algumas discussões com o Ministério de Minas e Energia. Tenho que ser preciso aqui. Em todos os diálogos, falamos, sim, comentamos, sim, a possibilidade de partilhar o chamado Cfem, como está previsto aqui, no art. 12, mas não chegamos a fechar acordos com relação a esse percentual.

Então, é um diálogo, Senador, que temos condições de fazer muito rapidamente com o Ministério de Minas e Energia. Não acho que isso seja um óbice para que possamos encaminhar esse processo de forma nenhuma, mas acho que há uma disposição tanto do Ministério do Meio Ambiente quanto do Instituto Chico Mendes e do Ministério de Minas e Energia para que possamos dialogar e construir um acordo.

Outra coisa para a qual eu gostaria de chamar atenção. É importante esta audiência pública. O que estamos desenhando é um novo início, em que, obrigatoriamente, vamos ter que nos ver de forma diferente. Então, deixaremos de nos ver como inimigos notórios, como estávamos nos vendo até agora, para começarmos a nos ver como parceiros em potencial.

Com essa perspectiva de conciliação, acho que estamos buscando aí aproximadamente 95% de consenso. Não atende a todos os interesses privados, não atende a todo interesse público, do ponto de vista da conservação, mas houve, sim, uma flexibilização dos dois lados para que estes saiam de uma perspectiva histórica de conflito, que é como coloquei antes, ne-

fasta, tanto para a unidade de conservação quanto para a sociedade que habita no entorno. A ideia é que possamos sair desse processo de conflito e ir para um processo de conciliação, de coabitação, em que a sociedade do entorno deve, sim, perceber o parque com um grande ativo, como uma grande alternativa também para o desenvolvimento socioeconômico, não na questão de mineração, que vai ficar efetivamente fora dos limites das unidades, mas na perspectiva do turismo, tendo em vista todo potencial que aquela região tem para o desenvolvimento do turismo.

Então, volto a afirmar, louvo a iniciativa do Senador Rollemberg, que nos permitiu inovar, usando ferramentas que estão estabelecidas na Lei 9.985, e o que estamos fazendo é uma redefinição do processo de conservação. Saímos de uma situação de visão única de um parque nacional e teremos, agora, um Parque Nacional e um Monumento Natural com regras já estabelecidas nas leis que estão aqui, que nos impõem uma grande capacidade de diálogo para que possamos implementar o que está explícito aqui. Considerando que não podemos omitir, sabemos todo o clima de litígio que vivemos até hoje, estamos colocando cartas na mesa para nos reposicionarmos. E, volto a insistir, é fundamental que possamos nos ver daqui para frente, ver e entender essas duas unidades de conservação como grandes parceiros em potencial para desenvolvimento, para conservação, é óbvio. Esse, como eu disse, é o nosso negócio, mas com uma alternativa que conciliará, sim, a conservação e o desenvolvimento de muitas das alternativas de emprego e renda da região.

Eu pediria ao Marcelo Knust que apresentasse os mapas. Estamos à disposição. Como o Senador Rollemberg colocou, estamos numa audiência pública e, obviamente, deveremos receber sugestões de aprimoramento, no que for possível aprimorar. Acho que há intenção. De onde saímos, da alternativa que se saiu e o aprimoramento a que se chegou, mesmo com todos esses avanços é possível, sim, ter alguns aprimoramentos, e estamos à disposição para ouvi-los.

Muito obrigado.

Senador, eu pediria ao Marcelo Knust que fizesse a apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra Marcelo.

Eu só queria registrar, antes, que me referi aos Anexo I e II, mas também, na Minuta, está o Anexo III, que seriam as áreas retiradas, destinadas à exploração diamantífera kimberlito 1, área destinada à exploração diamantífera kimberlito 8, área destinada à exploração de lavras de quartzitos e também a retirada dos limites das vilas referidas pelo Rômulo, Presidente do ICMBio.

Com a palavra Marcelo.

O SR. MARCELO KNUST – Bom dia a todos.

Vou passar uma apresentação breve, cuja função é justamente ilustrar aquilo que o Dr. Rômulo já falou.

Esta aqui, podemos considerar o parque como sendo a junção dessas duas áreas coloridas, a verde e a marrom. Esta aqui é a proposta dos dois PLCs, que é a transformação de parte do parque em APA. O parque, segundo o seu limite original, é o conjunto dessas duas áreas, a verde e a marrom.

Vou ilustrar, agora, quais foram os princípios que orientaram o trabalho técnico de revisão desses limites. Primeiro, é bom lembrar que o limite desse parque foi construído em 72. Naquele tempo, mal tínhamos cartas. A primeira carta com escala de 1/100.000 tinha acabado de sair.

No processo, houve alguns erros que são naturais do momento que vivíamos. Por exemplo: no delineamento original do parque, uma vila, que é a de São João Batista, acabou ficando dentro. Esse problema é muito sério e estava atravancando bastante o desenvolvimento dessa vila. Então, a primeira coisa que a gente foi fazer foi começar a olhar esses problemas crônicos e a proposta que então apresentamos foi a de exclusão dessa vila.

Aqui vocês estão vendo a vila de São João Batista, na Serra da Canastra. Umas fotos ilustrando essa vila; uma cachoeira que tem lá e que é o atrativo dessa vila, que ficou fora também no novo limite. O que é vermelho era o limite original e o que é azul é a proposta revista. Esse povoado, aprovado assim, estará fora do limite do Parque da Serra da Canastra.

O próximo, por favor.

Aqui é o povoado de São José do Barreiro. O limite original do parque segue uma cota altimétrica e, de acordo com essa cota altimétrica, o limite passava praticamente sobre o povoado. É também um problema muito sério, e a nossa orientação foi a de exclusão total dessas áreas onde se tinha sobreposição com áreas urbanas, em consolidação ou consolidadas. O que nós fizemos foi propor uma linha nova aqui, excluindo toda essa parte referente ao povoado São José do Barreiro.

Aqui, no caso, é a Fazenda Cachoeirinha, onde há exploração do Kimberlito I. Vocês estão vendo, nessa área em azul, em que foi proposta a exclusão total do limite do parque. Esse perímetro foi acordado com o DNPM, com o Ministério de Minas e Energia, porque era a área suficiente e necessária para a exploração dessa mina diamantífera.

Aqui é o mesmo caso, é o Kimberlito VIII. A área que vocês estão vendo em azul também foi excluída do parque. Seguindo o mesmo princípio, foi a área negociada com o Ministério e com o DNPM, sendo que

o critério era “é a área suficiente para exploração, é a área necessária”.

Aqui, nesses limites em azul claro, é a área que foi excluída em função das explorações de quartizito. Vocês podem ver nessas imagens de fundo de satélite que essas são explorações, são minas a céu aberto com exploração de quartizito. As fotos, ilustrando a situação atual dessas explorações.

Aqui estão ilustrando outras coisas que ocorriam nessa área como, por exemplo, uma pousada chamada Fecho da Serra. Ela estava dentro do Parque Nacional e, a partir de agora, com essa redimensão, está saindo do parque, como algumas fazendas que também estavam aqui dentro.

A gente sempre tem adotado como princípio, quando faz a revisão de áreas de conservação, que, ao propor uma redução de limites, tente garantir o máximo possível uma inclusão de novas áreas de valor ecológico, para que não tenha alteração da área da unidade de conservação.

Observando em campo, a gente percebeu que, tanto no lado Leste como no lado Oeste, existem duas continuidades da Serra que são áreas de grande beleza cênica, de baixíssima ocupação antrópica e colocamos como proposta a inclusão dessas áreas, agora, nesse caso, dentro do monumento nacional, a título de conseguir resguardar a área original do parque, que era de, aproximadamente, 200 mil hectares. Essa área é de uma grande beleza cênica; é um vale encaixado em um rio lindíssimo que tem por lá.

Pode passar o próximo.

O mesmo acontece do outro lado, a oeste, também é uma outra serra. Aqui onde vocês estão vendo essa linha amarela era o limite original do parque. Então, toda essa área é uma área a ser incluída a título de resguardar a áreas que foram, no limite original do parque, desafetadas para mineração.

Fizemos algumas outras correções que havia no perímetro original.

Aqui é só um resumo da proposta, porque a saída mais adequada que a gente encontrou em consenso com o Senador foi justamente a questão do Mona, que é uma unidade de produção integral e possibilitaria manter as atividades de hoje relacionadas à produção de queijo, que são patrimônio nacional.

A outra, por favor.

Aqui é um mapa-resumo hoje da proposta como está apresentada agora. Nas áreas em escuro, seria o Parque Nacional da Serra da Canastra e, em cinza claro, seria o Mona dos Vales da Canastra em três seções diferentes. Tem-se aqui a seção do Vão dos Cândidos, a seção de São José do Barreiro e a seção do Chapadão da Babilônia.

Aqui é a seção do Vão dos Cândidos, que é uma seção de importância para nós e tem até um dispositivo especial dentro da proposta porque ela é uma área de conectividade intensa para o Parque Nacional. Aqui conseguimos, em entendimento com os agricultores, que a gente tivesse um pouco mais de restrição à alteração da cobertura vegetal em função dessa particularidade da região que é área de intensa conectividade dentro das áreas protegidas pelo Parque Nacional.

Aqui temos a parte do Mona, chamada seção de São José do Barreiro – a Vila de São José está mais ou menos onde está a ponta dessa seta aqui e, na parte de baixo, temos a seção chamada Chapadão da Babilônia. As explorações de quartizito estão aqui, foram excluídas e não são da área de conservação; a exploração de kimberlito foi excluída, as duas, essa aqui e essa aqui, e corrigidos aqueles limites, retirando fora aquelas vilas que estavam sobrepostas com o Parque Nacional. Lembrando que mesmo o desenho novo da seção de São José do Barreiro, a Vila São José não está incluída dentro. Ela está fora do Monumento Nacional.

E, por fim, para a gente ter um comparativo de todas as propostas. Temos, em uma linha escura, o limite original do Parque Nacional segundo decretos de 72. Temos aqui, se for possível perceber, e hachurado em vermelho e hachurado verde a proposta relativa aos PLCs nºs 147 e 148, em que o verde é área em Parque Nacional e o vermelho área proposta para ser transformada em APA e, de fundo, nas áreas cinza-claro e cinza-escuro, as propostas em discussão hoje, em que se tem o Parque Nacional e mais o Monumento Nacional Vale das Canastras, em três seções distintas. Área total: 197 mil, muito próxima àquela área original do parque, que era de, aproximadamente, 200 mil hectares. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado.

Quero registrar a presença do Deputado Odair Cunha e convidá-lo para a Mesa. Agora, consulto qual a ordem de preferência em que vocês querem falar?

Consulto se o Ministério das Minas e Energia já quer fazer uso da palavra.

Com a palavra o Sr. Edson Farias Mello, representante do Ministério das Minas e Energia.

O SR. EDSON FARIAS MELLO – Bom dia a todos.

Quero agradecer ao Senador Rodrigo Rollemberg pelo convite para participarmos, mais uma vez, e contribuímos nesse processo de construção da unidade de conservação da Serra da Canastra. É um processo que tem uma longa data e o Ministério das Minas e Energia vem participando, e o resultado que vimos aqui considero realmente um resultado de consenso.

Vemos que a atividade mineral foi preservada na medida em que foi excluída dos limites do parque. No que se refere à atividade de mineração, o Ministério de Minas e Energia está confortável em relação aos limites propostos, mas eu teria algumas considerações ao texto que foi lido pelo Senador. São basicamente três observações. Então, no sentido de contribuir para o aprimoramento desse documento é que faço essas observações.

Há uma dificuldade no que se refere às unidades de conservação, na sua conservação, ou seja, na sua manutenção. É um processo longo, doloroso, de criar as unidades, porque, em geral, há os conflitos com as atividades econômicas, mas a manutenção do parque, da unidade de conservação, em geral, ao longo do tempo que virá daqui para frente, poderá se constituir num problema e é preciso pensar nos recursos para a manutenção desse parque.

O documento já sinaliza para isso, quando, lá, no art. 3º, ele fala em proteger as belezas cênicas e orientar a exploração turística e prevê, no art. 4º, o turismo rural ou ecológico de baixo impacto. Então, é nesse ponto que eu faço a minha primeira observação, no sentido de aprimorar a matéria e contribuir para o texto.

Nós, no Ministério de Minas e Energia, temos a característica de estarmos preocupados com o setor produtivo, com a mineração, mas vai um pouco mais. Na estrutura do Ministério de Minas e Energia, há duas autarquias: o DNPM, que é um órgão de comando e controle que cuida dos recursos minerais; e a CPRM, relacionada ao serviço geológico, que faz os levantamentos geológicos e que tem produzido um trabalho esplêndido no que se refere à geodiversidade em todo o território brasileiro.

É nesse sentido que eu faço, então, a minha colocação. Eu vejo que o trabalho da CPRM pode contribuir de modo extremamente relevante para o turismo, na medida em que inventaria a geodiversidade. Ao se falar numa unidade de conservação, num primeiro momento, pensa-se no bioma, mas é preciso entender que o Planeta Terra é constituído de um substrato e também de valores culturais. Então, eu diria que nós temos três nichos importantes numa unidade de conservação quando falamos em preservação: falamos em preservar o Planeta, falamos em conhecer, portanto, o seu substrato e os monumentos geológicos também; o bioma, seguramente; e, por fim, o patrimônio cultural. Então, são três nichos importantes que devem ser considerados quando se fala numa unidade de conservação: o substrato, o bioma e o valor cultural.

A CPRM, portanto, pode contribuir sobremaneira no que se refere ao substrato, ao patrimônio geológico. E existe hoje, na CPRM, uma comissão que caracteriza

os monumentos geológicos no País. Penso que aí pode vir uma contribuição importante para essa unidade de conservação. Essa contribuição não é isolada; não é apenas a CPRM que faz esse inventário. Toda a comunidade científica no País contribui para isso. A CPRM, através de uma comissão da Sgep, analisa propostas que vêm da comunidade científica de preservação de monumentos geológicos, do patrimônio geológico brasileiro. E é nesse sentido que eu vejo que a Serra da Canastra representa, no seu bioma, algo diferenciado, mas também na geologia.

No texto, existem alguns – eu não diria óbices – momentos que me deixam um pouco preocupado, como o art 5º, que diz: “A pesquisa científica depende de autorização (...)”. Nós entendemos que, talvez, deveria ser um texto em que a pesquisa científica dependesse da comunicação e não da autorização, porque o patrimônio geológico brasileiro é tão importante quanto o bioma, e a inventariação desse patrimônio deveria estar franqueada ao Governo através do Serviço Geológico do Brasil – o acesso a essa região, ao inventário e à caracterização desse monumento geológico. Então, mais no sentido de contribuir, eu chamo a atenção para o art. 5º, quando diz que depende de autorização. A nossa sugestão é a de que dependeria da comunicação aos gestores do parque.

Há outro ponto no art. 7º que é importante: o Plano de Manejo. É remetido ao Plano de Manejo, portanto, todo o processo de instrumentalização. Enfim, é o Plano de Manejo que vai dizer o que pode ser feito e o que não pode ser feito no parque. Entretanto, não há prazo para o plano de manejo. Isso é preocupante, porque, quanto tempo pode levar, a partir da aprovação da lei, até a instalação efetiva do plano de manejo? A Lei do Snuc já prevê cinco anos.

E o último comentário é relativo à questão que o Rômulo colocou sobre a Cfem. Existem, já definidos em lei, como está aqui no art. 12, 23% para os Estados e o Distrito Federal, 65% para os Municípios; 12% são para a União. Desses 12%, que são a parte da União, 2% são destinados ao MCT, para o Fundo Nacional de Desenvolvimento de Ciência e Tecnologia; 2% vão para o MMA, leia-se, Ibama. Isso já está definido em lei. A proposta é destinar-se 10% ao Instituto Chico Mendes. Fica uma dúvida. São 10% sobre os 2% que já estão definidos em lei ou são 10% sobre os 12% que são da União? Nesse sentido, sugiro, não neste momento, que isso seja discutido no Ministério de Minas e Energia, onde já existe uma Comissão que trabalha com os *royalties* da mineração. Isso mais no sentido de evitarmos ruídos com a lei, basicamente isso. Portanto, Senador, minhas considerações são essas. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Muito obrigado, Dr. Edson. Foram relevantes as contribuições que V. Sª trouxe ao debate.

Quero pedir desculpas e registrar, atrasado, a presença entre nós do Deputado José Geraldo, que também está nos honrando com sua presença.

Passo a palavra ao Sr. Jorge de Oliveira Penha, que é o Presidente da Associação dos Extratores e Comercializadores de Quartzitos do Médio Rio Grande.

O SR. JORGE DE OLIVEIRA PENHA – Bom dia a todos. Bom dia aos senhores da mesa. Quero agradecer ao Senador Rodrigo Rollemberg por nos convidar para esta audiência pública em que poderemos discutir os interesses particulares e do Governo em relação à Serra da Canastra.

Só queria esclarecer melhor a nossa presença lá na Serra da Canastra, porque somos, lá, excluídos. Nós nos instalamos lá em 1978, com licença federal, estadual, inclusive com o DNPM nos outorgando a licença. Trabalhamos, mineramos, gerando emprego, tributos, para a União. De lá para cá, trabalhamos por vários anos sendo acompanhados pelos órgãos. Inclusive, tivemos outorga do Ibama, que fiscalizava os parques. Chegamos lá e nunca entendemos que fosse um parque, nós nem sabíamos. Inclusive, o DNPM nos outorgou a licença. Ora, se soubéssemos que lá era um parque ou os órgãos soubessem que era um parque, nós não estaríamos lá. Parque não, parque não existe porque ninguém foi indenizado. Mas lá, com o passar do tempo, instalou-se o Ministério Público Federal, em Passos. Os órgãos de lá embargaram as nossas mineradoras. Deram-nos 24 horas para que desocupássemos as áreas que eram nossas, pois estávamos há muitos anos trabalhando lá. Só queria deixar claro isso. O Deputado Odair Cunha nos acompanhou no desfecho dessa situação, que se arrasta há seis anos. Estamos parados. A cidade de Alpinópolis está em um caos, há desemprego! É igual aqui ao companheiro Edson. Quero dizer que, na Serra da Canastra, há espaço para todos: para o Parque Nacional, para os ambientalistas, para as atividades agropastoris, para a mineração. Há espaço para todos. O que nós queremos lá é trabalhar, é dar condições de vida aos familiares, a mais de dois mil funcionários que lá viviam daquela atividade trabalhando com engenheiros, recuperando as áreas degradadas, que hoje estão ocupadas pelos clandestinos.

Infelizmente, aconteceu um ato, lá, naquela área – tenho provas aqui –, em que, por ordem direta do então diretor do Parque Nacional da Serra da Canastra, Joaquim Maia Neto, destruíram a minha benfeitoria, não só a minha, mas a de um companheiro meu que está aqui hoje, num ato terrorista, brutal. Porque o

que eu entendo – não estou aqui atacando, não quero atacar, só estou relatando o que aconteceu conosco naquela região. Nós estamos aqui expondo a realidade daquela região, o que se passa lá, num ato terrorista, brutal. Porque o direito mais antigo de que tenho conhecimento é o direito de propriedade, e o meu não foi respeitado.

Então, o Instituto Chico Mendes, com a Brigada de Incêndio, destruíram – estão aqui as fotos –, jogaram pelo chão tudo que fiz, tudo que construí, com suor, com os meus braços. Aquilo a que eu tinha direito eu fiz, sendo que o próprio Ibama, quando estava ali, naquela fiscalização, porque era o Ibama que fiscalizava, mandou que nós construíssemos escritório, cantina, refeitório, banheiros, tudo dentro da lei, das conformidades. De repente, chega lá, destruindo, eu acho que isso não é direito.

Passaram-se os anos e estamos ali, parados. Aquela situação continua caótica, do mesmo jeito que começou, conosco, ali, de mãos atadas. Ganhei uma sentença na Justiça, dando-me direito de propriedade, reconhecendo o parque em 75 mil hectares e nada mais. Pela inércia, o Poder Público, por mais de 40 anos, sem fazer nada, mas estão fazendo sim, estão nos embargando, maltratando. O que queremos é uma solução para esse problema. O que nós queremos é voltar a trabalhar. É isso. Nós viemos aqui, à capital federal, expor esses problemas, a nossa situação, o que estamos passando, eu e os companheiros que aqui estão. Estamos chegando a um consenso. Não sei de que maneira vai ser resolvido isso, mas o que quero é uma solução. O que quero é que saíamos daqui com uma proposta, que já está em andamento, mas não sabemos... É um futuro incerto.

Então, o que tenho que passar, o que tenho que falar é isso aí. E, novamente, eu falo. Lá, na Serra da Canastra... E outra coisa que eu queria deixar claro aqui, que eu queria falar bem claro, é o que tenho de falar, que a imprensa vá lá na região e veja a realidade das coisas. Estão mal informados daquilo que anda acontecendo, pelo *Estado de Minas*. A *Folha de S. Paulo* falando asneira, coisas que não devem. Eles têm que ir lá, ficar dois dias na região e andar por lá.

Falo isso porque vi uma reportagem em que o Deputado Odair Cunha está retalhando, falando baboseira. O que precisava era ir lá. O *Estado de Minas* lançou uma matéria, dizendo que as mineradoras de quartzito estavam assoreando a nascente do rio São Francisco, devastando o parque nacional, um parque que não existe. Falo com base na Justiça. Ora, estamos a 38 quilômetros em linha reta da nascente do São Francisco, na vertente do rio Grande. Para os senhores verem a má informação da imprensa. E eu acho que

o parque está aumentando. Igual ao Sr. Presidente do Instituto Chico Mendes, Rômulo Melo, nós temos que viver em sintonia com o parque e não da maneira que está lá. Lá está igual Israel e Palestina.

Isso não vai ter uma solução. Vai ter agora, se houver entendimento, se houver uma saída para todos nós. Desculpem o meu jeito de expressar, mas falo do jeito do povo da Canastra, pois fui criado naquela região. Então, temos de ter um pouco de sensatez e fazermos as coisas do jeito que fica para bom para nós, para o Instituto Chico Mendes. Aí, sim, vamos fazer uma coisa ordenada, uma coisa bem feita. Não vamos deixar pegar fogo no parque, porque, todo ano, aquele parque pega fogo e queima tudo. Não fiscalizam os 75 mil. Vão fiscalizar os 200 mil? Isso vai continuar. Então, temos de chegar num consenso, numa coisa que fique boa para todos.

E torno a repetir duas coisas: a imprensa, antes de pôr as coisas no jornal e falar, vá lá na região, e vai entender. Nós somos mineradores, mas estamos sendo perseguidos, pelo Ministério Público, por todos. E não é assim.

Então, eu penso que vamos resolver essa situação de uma maneira sensata, que fique bom para todos, do tipo que está sendo conduzido.

É isso que tenho que falar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) - Muito obrigado, Jorge.

Vamos ouvir agora o Sr. Reinaldo Sebastião de Almeida, Presidente da Associação e Instituição Representativa dos Canastreiros (Aircra).

O SR. REINALDO SEBASTIÃO DE ALMEIDA – Muito bom dia, senhores.

Eu quero dizer que, em nome do nosso povo canastreiro, é uma honra e uma alegria muito grande estarmos participando desta audiência pública, que tem um significado muito importante para a nossa região. Queremos agradecer extremamente a essa pessoa carismática, que é o nosso amigo, se me permite assim dizer, o Senador Rodrigo Rollemberg, que tivemos a oportunidade de acompanhar durante sua visita na Serra da Canastra.

Diante de toda essa problemática que foi a criação do parque, diante de tantos conflitos, de tanto sofrimento, o povo canastreiro ficou muito revoltado com relação a essa unidade de conservação.

O Dr. Rômulo está expondo uma situação que seria uma solução inteligente e que poderia, sim, ser um benefício, tanto para o meio ambiente, quanto para a nossa sociedade e para os canastreiros. Isso já era uma preocupação nossa, do nosso povo canastreiro, quando fundamos nossa instituição representativa do

povo da Serra da Canastra, porque a nossa proposta seria justamente trabalharmos em conjunto, porque entendemos que o manejo que está sendo adotado hoje na Serra da Canastra, inclusive dentro do parque, não condiz com a realidade ambiental. Ele traz prejuízos inclusive para o meio ambiente, principalmente com relação às queimadas.

Então, precisamos fazer algumas considerações e estudos técnicos profundos sobre essa questão, porque precisamos distinguir dois fatores: incêndios e queimadas controladas. Nós, que nascemos ali na Serra da Canastra, nós, que somos filhos, netos e bisnetos de canasteiros, sabemos que a vida inteira ali se queimou, mas se queimava de uma maneira mais atenuada, mais controlada. Então, não havia incêndios como vêm ocorrendo hoje, depois da instituição do Parque Nacional.

Não estamos querendo criticar como uma sugestão agravante. Muito pelo contrário: nós já estamos falando em parcerias, estamos falando em negociação.

E nós estamos aqui, dando a nossa sugestão, dando a experiência que temos daquele nosso bioma. Então, o que queremos é que aquilo continue sendo bonito, e cada vez mais bonito, como o é. Nós somos os mais interessados em manter a nossa natureza bela e harmoniosa. Claro que com a nossa presença.

Eu gostaria de deixar registrado que a saída do povo canasteiro é inegociável, mas a nossa permanência, sim, ela é negociável. Tanto é que nós estamos aqui, sentados à mesa e é a primeira vez que canasteiros e Governo se sentam à mesa de maneira harmoniosa. Eu me sinto muito feliz por poder participar desta audiência, com esse intuito, e representando o nosso povo canasteiro.

É claro que essa nova situação que vamos começar a viver vai ter uma certa dificuldade para que haja uma certa harmonia ideal entre o povo canasteiro e a administração do parque, porque durante esses quase quarenta anos houve muita afronta por parte deles ao povo da Serra da Canastra.

Hoje, quando se fala em Instituto Chico Mendes, em Parque Nacional, o povo canasteiro se arrepia. Então, nós precisamos mudar isso. E, como já existe esse difícil relacionamento, é preciso que vocês, diretores do parque, através da pessoa do Dr. Rômulo, então entendam que nós precisamos, sim, fazer um trabalho social muito forte na Canastra, para que haja esse entendimento. Uma coisa muito de olho no olho, uma coisa de cartas na mesa, como o próprio Dr. Rômulo disse, sem perseguição, uma coisa com pé no chão, para que nós possamos, sim, valorizar o nosso meio ambiente e o nosso povo, que é o nosso interesse.

Nessa minuta de lei que está sendo apresentada, ontem nós tivemos uma reunião e existem alguns pontos – o Deputado Odair esteve presente – para os quais a gente sugeriu que fizesse algumas modificações, porque foi uma reunião mais ampla, com a participação de mais canasteiros, inclusive do procurador do Município de São Roque, o Dr. José Donizetti, aqui presente. Não sei se isso está sendo do conhecimento do Senador, mas existe a possibilidade de fazer mais algumas considerações dentro dessa minuta.

Com relação ao pronunciamento que o Exm^o Sr. Edson, do Ministério de Minas e Energia, fez a respeito da possibilidade de esse órgão apoiar alguns projetos que possam vir a acontecer na região da Serra da Canastra, isso nos abre uma esperança, o que nos daria um conforto, de certa forma, muito relevante, porque nós criamos um programa de projetos a serem implantados na Serra da Canastra, por meio de parcerias com as universidades. Nós já fizemos contatos primários com a Fesp, Fundação de Ensino Superior de Passos, que é uma extensão da Uemg, para desenvolvermos projetos de sustentabilidade socioambiental na região da Serra da Canastra. É um programa de projetos intitulado Programa Realizar, baseado, inclusive, no conhecimento e nas necessidades que o povo nativo sente e que acha que tem uma relevância para a nossa região.

Então, eu gostaria de deixar de público aqui o nosso pedido de apoio ao Ministério de Minas e Energia, através do Sr. Edson, e ao Dr. Rômulo, Presidente da ICMBio. Precisamos, sim, falar a mesma língua; nós precisamos ter uma relação limpa, uma relação olho no olho. Nessa minuta que estamos apresentando ao projeto de lei, quando fala da ampla participação do povo canasteiro para a elaboração do plano de manejo, fica uma interrogação: como é essa ampla participação nossa? Será que é só de dar sugestões? Nós vamos ter direito de exigir que realmente algumas considerações sejam feitas, dentro desse plano de manejo?

Então, o que nós queremos é uma participação efetiva mesmo. É claro que é muito difícil quando se fala em muita gente. Mas, para isso, nós temos de pensar em lideranças; começar a pensar em formar movimentos que tenham suas lideranças e buscar apoio inclusive no Legislativo, para que as coisas caminhem de maneira muito serena e atenuada, a fim de evitar as truculências que houve no passado.

Seria até um pouco antiético de nossa parte, mas queria deixar uma sugestão, porque houve um conflito muito grande, até hoje, entre o pessoal do Parque Nacional e os moradores da Serra da Canastra.

Eu acho que seria de bom senso, não querendo perseguir ou prejudicar ninguém, mas para a condição de haver maior e mais rápida harmonia dentro da

Serra da Canastra, que alguns funcionários que hoje estão lotados no Parque Nacional da Serra da Canastra fossem remanejados e substituídos por novos funcionários. Vida nova, gente nova, é o que propomos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Sr. Reinaldo.

Eu passo, agora, a palavra ao Sr. André Luis Braga Picardi, Articulador Voluntário do Programa de Revitalização do rio São Francisco e ex-Secretário de Meio Ambiente do Município de São Roque de Minas.

O SR. ANDRÉ LUIS BRAGA PICARDI – Primeiramente, cumprimento o Senador Rodrigo Rollemberg pela realização desta audiência pública e agradeço ao Deputado Odair Cunha pelo empenho, porque há cinco anos ele vem se dedicando a essa questão da revisão dos limites do Parque Nacional da Serra da Canastra.

Agradeço ao Deputado Federal Carlos Melles, que não está presente aqui, mas é um dos autores do projeto de lei que dá início a essa discussão e provoca essa audiência pública. E a todos que assinaram esse projeto de lei e contribuíram para isso, especialmente as equipes do Deputado Odair Cunha, do Deputado Carlos Melles, do Deputado Fernando Gabeira e do Deputado João Magalhães, que colaboraram muito para que conseguíssemos fazer com que esses projetos de lei fossem aprovados na Câmara dos Deputados e chegassem ao Senado Federal.

Apesar de já ter dito isso em algumas outras oportunidades, eu vou repetir, sendo bem breve dessa vez, o histórico desse conflito com relação aos limites do Parque Nacional da Serra da Canastra, para que pessoas presentes aqui pela primeira vez entendam como se deu essa diferença de interpretação a respeito dos limites do parque.

É importante que as pessoas saibam disso, por parte da imprensa... Não gosto de generalizar porque existem honrosas exceções, inclusive a TV Senado, que tratou com muita seriedade essa questão dos limites do Parque Nacional, diferentemente de outros órgãos da imprensa que se deixaram influenciar por informações que não eram verdadeiras ou não eram completas a respeito do histórico que nos traz aqui hoje.

Em 1972, o Governo Federal criou, por meio do Decreto nº 70.355, um Parque Nacional com aproximadamente 200 mil hectares, na região da Serra da Canastra. No art. 4º, esse mesmo decreto autorizou o IBDF a excluir áreas que ele considerasse de alto valor agricultável.

Não se fez nada, desde a criação do parque, em 1972, até o ano de 1974, quando foram publicados outros dois decretos-leis relativos a essa unidade de conservação: o Decreto nº 7.446 e o Decreto nº 7.447,

de 1974. O primeiro declara de interesse social – prestem atenção no que vou dizer agora – para fins de reforma agrária 106 mil hectares, na região da Serra da Canastra, para que fossem desapropriados a título de reforma agrária. Por quê? Porque, assim, o Governo não teria de indenizar as pessoas com dinheiro.

Os proprietários que vieram a ser desapropriados àquela época receberam títulos da dívida agrária resgatáveis após 30 anos. Significa que as pessoas perderam seu sustento e receberiam sua indenização 30 anos depois. Passados os 30 anos, muitos não haviam recebido ainda, porque havia ações na justiça que discutiam, entre outras coisas, o valor das indenizações. Teve gente que, ao receber a indenização pela sua terra, recebeu o valor por hectare equivalente ao preço de um lápis – não foi nem de uma caneta descartável –, foi o valor de um lápis por hectare de terra.

O decreto que declara de interesse social 106 mil hectares para fins de reforma agrária já exclui todo o complexo sul do parque, que a gente chama de Chapadão da Babilônia, porque vários proprietários de terra no Chapadão da Babilônia acabavam, há pouco tempo, de ser expulsos das suas terras para a criação do lago de Furnas. Essas pessoas estavam migrando para lá a fim de fugir de uma desapropriação e já iam sendo vítimas de outra desapropriação em que elas não seriam indenizadas. Foi para fazer justiça a essas pessoas que o então Ministro da Agricultura Alysso Paulinelli decidiu, no ano de 1974, como previa o art. 4º do decreto que cria o parque, já excluir 94 mil hectares da área prevista de 200 mil para a criação dessa unidade.

Em 1977, já iniciado o processo de desapropriação de terras na Serra da Canastra e considerando que esse processo já estava concluído, o IBDF contrata a Fundação João Pinheiro, uma instituição lá de Minas Gerais, para fazer o memorial descritivo e o levantamento topográfico da área do Parque Nacional da Serra da Canastra. A Fundação João Pinheiro, para isso, contrata uma empresa chamada Zênite Engenharia. Ela faz esse trabalho em cerca de um ano. Em 1978, é apresentado o resultado desse levantamento topográfico e do memorial descritivo e são demarcados – estão fincados lá nas terras – os limites do Parque Nacional da Serra da Canastra, estipulados, na época, em 71.525 hectares. E o parque permaneceu com esse limite até o ano passado, quando, a título de compensação de área de reserva legal, algumas áreas foram doadas ao Instituto Chico Mendes, e esse parque cresceu cerca de cinco mil hectares, sem não me engano. Cinco mil hectares, isso.

O parque permaneceu com essa medida de 71.525 hectares. De 1978 até o ano de 2002, todos

os documentos expedidos pelo Ministério do Meio Ambiente e, anteriormente, pelo Ministério da Agricultura tratavam do Parque Nacional da Serra da Canastra como tendo 71.525 hectares. Daí essa confusão de, em 1978, o DNPM ter expedido títulos minerários naquela área e de os órgãos ambientais terem autorizado a mineração de quartzito naquela área. Ninguém estava lá ilegalmente. Havia e há, da nossa parte, o entendimento de que temos, na Serra da Canastra, um parque de 71.525 hectares, porque nem o decreto que criava o parque dizia que ele teria 200 mil, porque no art. 4º já se autorizava a exclusão de áreas.

Então, no nosso entendimento, o que a gente faz aqui hoje é construir um mosaico de unidade de conservação de quase 200 mil hectares, como dizia o decreto original, ampliando a área atual do Parque da Serra da Canastra de 71.525 para 120.552 hectares e criando, nas áreas que estavam previstas no decreto de criação, no restante da área, um Monumento Natural – outra unidade de conservação de proteção integral.

Então, no nosso entendimento, a gente está construindo aqui um processo e um projeto de lei que leva à ampliação da proteção ambiental na Serra da Canastra e não à diminuição. A gente gostaria de deixar isso claro – e eu estou repetindo aqui esse histórico que eu já disse algumas vezes – porque os Parlamentares que foram nossos parceiros nesse processo são vítimas de um massacre na imprensa por causa da desinformação das pessoas que escrevem a respeito desse tema e que não procuram se aprofundar no assunto antes de emitirem a sua opinião e de fazerem juízo de direito a respeito do que está acontecendo lá.

Dito isso, agora algumas considerações a respeito dessa minuta que está sendo apresentada aqui.

Na reunião, ontem, nós levantamos algumas questões a respeito, porque a apresentação dessa minuta lá na região causou certo desconforto para uma parcela dos proprietários rurais que têm alguma dificuldade em compreender o que está escrito aqui, afinal de contas eles estão assinando um cheque quando apoiam ou não a aprovação desse projeto. E algumas coisas parecem não ter ficado claras. A gente lá, no art. 3º, que trata do Monumento Natural dos Vales da Canastra, diz que tem como finalidades – no inciso III – “resguardar o modo de produção tradicional de baixo impacto ambiental das populações rurais, valorizando os seus saberes sociais e culturais em consonância com a manutenção da qualidade e da integridade do seu ambiente natural”. Aí, já no artigo seguinte, art. 4º: “Nas áreas privadas que integram o Monumento Natural dos Vales da Canastra, será admitida a realização das atividades assim caracterizadas: I – atividades agrícolas e pastoris destinadas à produção orgânica,

tradicional, artesanal ou de subsistência, de alimentos e laticínios, e que apresentem baixo impacto ambiental”. Duas coisas nos preocupam nesse inciso I: a presença da expressão “orgânica” no início da frase. A gente discutiu muito isso, se isso obrigaria a produção a ser orgânica ou não. Muitos entendem que não por causa da posição da vírgula, mas a gente gostaria, para a nossa garantia de interpretação, de que será preservado o modo de produção tradicional, que não é orgânico, porque não há atividade de agricultura orgânica na Serra da Canastra hoje, o que não significa que a gente não possa vir a fazer, mas a gente não gostaria de ser obrigado a fazer isso. Para ter certeza disso, a gente sugere que esse texto seja alterado para: atividades agrícolas e pastoris destinadas à produção artesanal, de subsistência, tradicional ou orgânica. Assim, fica bem claro no texto que é “ou orgânica” e não “e orgânica”. É para a gente ter essa garantia, porque isso gerou muito desconforto na nossa região.

E que se esclarecesse, que se tentasse especificar ou esclarecer para a gente já o que é baixo impacto ambiental. Segundo, existe alguma resolução Conama que trata disso? Existe alguma legislação estadual que defina isso? No caso de Minas Gerais, o que estabelece os padrões para licenciamento ambiental é uma deliberação normativa do Copam, DN nº 74. Ela cruza o porte do empreendimento com o potencial poluidor. A gente vai fazendo o cruzamento disso, vê qual é o nível de licenciamento exigido para aquele empreendimento.

A maioria dos empreendimentos na nossa região cai naquilo que eles entendem como não passível de licenciamento, porque seria considerado de baixo impacto ambiental. A gente gostaria de ter essa clareza já para não deixar isso para o futuro e evitar de, no futuro, estarmos novamente debatendo assuntos relacionados a uma lei que cria unidade de conservação.

A gente, amarrando isso com o máximo de minúcia aqui, evita problemas de conflitos futuros. A gente também gostaria de evitar, ao máximo, remeter as interpretações ou as restrições ou possibilidades que acontecerão dentro desse Monumento Natural. Há um plano de manejo que ainda não existe, porque isso é assinar cheque em branco, porque a experiência que a gente tem com elaboração de Plano de Manejo é triste. Em 2002, chegaram à Serra da Canastra representantes do então Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, que nos informaram que estávamos lá para discutirmos o Plano de Manejo de um parque que não era mais de 71 mil, mas, sim, de 200 mil hectares. Essas pessoas estavam acompanhadas dos responsáveis pela elaboração do Plano de Manejo. O Plano de Manejo foi

elaborado por uma instituição terceirizada, o Instituto Terra Brasilis. Então, como isso, geralmente, é terceirizado, a gente tem pouca chance de participação. A nossa participação na elaboração daquele Plano de Manejo parecia aquelas reuniõezinhas do Sebrae, em que a gente levanta, cola bolinha colorida no papel, o qual é recolhido e levado embora e pronto. Nada do que foi sugerido pela população nas reuniões para a elaboração do Plano de Manejo foi acatado. Absolutamente nada do que foi discutido naquela oportunidade foi levado em consideração. Então, é por isso que a gente gostaria de já ter resguardado isso aqui. E também levantamos uma terceira e grave preocupação. O texto da minuta aqui resguarda, ao máximo – a gente vê a preocupação, pelo menos, em resguardar –, os direitos daqueles proprietários que permanecerão no Monumento Natural. Preocupa-nos e muito o que acontecerá com os proprietários de terra dos 50 mil hectares que estão sendo ampliados do Parque Nacional da Serra da Canastra, porque o parque já foi criado há 39 anos. O Instituto Chico Mendes entende que ele tem 200 mil hectares, mas, desde 1978 até recentemente, não se trabalhou para a regularização fundiária dessa unidade de conservação. Em que situação vão ficar esses proprietários de terra que permanecerão dentro dessa nova unidade de conservação, dentro desses 50 mil hectares de parque nacional? Porque eles vão continuar numa situação de conflito com o Instituto Chico Mendes.

Então, o máximo que a gente conseguir definir dessa situação aqui agora vai evitar problema para o Darlan lá na frente, para os fiscais, para os produtores rurais que vão continuar lá dentro, porque não há instrumento legal que preveja prazo para essa indenização. É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito bem, André. Realmente, você é um grande conhecedor da realidade do parque e do histórico.

Agora, passamos a palavra ao Prefeito de São Roque de Minas, Nilzo de Faria.

O SR. NILZO DE FARIA – Boa tarde a todos. Eu gostaria de agradecer muito ao nosso Senador Rodrigo Rollemberg pela preocupação, pela visita que foi feita à Serra da Canastra. V. Ex^a muito tem nos ajudado. Muitas vezes, a gente vem aqui discutir e lutar para encontrar esse bom senso.

Quero aqui deixar minhas considerações no sentido de que a parte técnica e a parte jurídica estão sendo discutidas, e acredito que vamos encontrar um caminho, mas quero falar aqui em nome dos Prefeitos que estão aqui presentes e dos demais Prefeitos do entorno do parque – estão aqui o Zé Cirilo e o Zezé,

de Delfinópolis –: a gente vai lutar muito. Quanto a isso, nós não vamos ter preguiça. Temos feito um esforço junto aos Vereadores de Minas, que estão aqui presentes, aos demais Vereadores e Vice-Prefeitos da região. Vamos lutar. Isso aqui, a luta é agora. Acho que é a oportunidade de negociar, entrar num bom senso pela colaboração de todos os lados, o lado do meio ambiente, com a colaboração de todos os órgãos. Eu acredito que nós chegaremos a um bom senso, sim, e agora é uma hora muito oportuna para acontecer isso. Então, é a luta dos canasteiros, e, em nome de todos os Prefeitos, quero falar que vamos lutar muito. A nossa parte, nós vamos fazer para que tudo aconteça da melhor forma possível.

Acho que agora é o momento para lutarmos e conseguirmos aquilo com que sonhamos há vários anos, que é esse entendimento de bom senso e de uma negociação.

Então, as minhas palavras são essas. Quero dizer, mais uma vez, muito obrigado a todos, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Prefeito Nilzo de Faria.

Antes de passar a palavra ao Deputado Odair Cunha, quero aqui apenas manifestar uma preocupação, e o Prefeito havia se referido a isso antes: é muito importante que, antes de qualquer apreciação final, sejam conferidas as coordenadas geográficas, as referências, porque são inúmeras, e a gente está confiando aqui no levantamento feito pelo ICMBio. Mas é importante ficar muito claro que as coordenadas geográficas representam exatamente esse mapa que está sendo colocado para apreciação.

Passo a palavra ao Deputado Odair Cunha.

O SR. ODAIR CUNHA – Senador Rodrigo Rollemberg, quero cumprimentá-lo e também cumprimentar todos os componentes da Mesa, especialmente o Dr. Rômulo, e dizer da nossa alegria e satisfação, Senador Rodrigo, de estarmos participando desta audiência pública. Acho que ela acontece num momento importante, quando se busca um entendimento em torno do nosso projeto de lei.

Recordar é viver. Vou ficar com a recordação já feita aqui pelo André Picardi sobre o histórico do Parque Nacional da Serra da Canastra, mas eu queria apenas ampliar um pouco a nossa compreensão, entendendo o seguinte: na década de 50, foi criada a usina de Peixoto. Então, as famílias foram empurradas, naquela linha que colocou muito bem o André. Vinte anos depois, na década de 70, tivemos a criação do Parque Nacional da Canastra.

Esta semana mesmo, eu lia um livro, Senador, editado em 1999/2000, em que o escritor relatava que a situação de conflito no Parque da Canastra finalmen-

te estava pacificada e que o parque teria 71 mil hectares. Dois anos depois, mais uma confusão jurídica se instala na região, o que nos traz aqui novamente neste projeto de lei.

Toda nossa preocupação, quando da elaboração do projeto de lei, foi na perspectiva de produzirmos uma harmonização dos interesses econômicos presentes com os interesses de preservação ambiental. Foi por isso que se pensou no mosaico.

Quando apresentamos uma emenda à Medida Provisória nº 542, na Câmara dos Deputados, e se estabeleceu aquilo que acredito ser, porque a nossa tese é a de que o parque tem 71 mil hectares. É claro que há controvérsias. Se não houvesse, não estaríamos aqui, mas é bom dizer que, em duas ações, a Justiça Federal, na cidade de Passos – Judiciário de 1ª instância, é claro, mas é Judiciário –, compreendeu que o parque tem 71 mil hectares. Na verdade, não defendo a implementação dos 71 mil hectares, porque vejo que podemos ampliar o parque, tanto que assinamos o projeto de lei. Isso parece pouco, mas significa muito para a nossa compreensão e a nossa responsabilidade histórica no que diz respeito à preservação do meio ambiente.

Ao longo desses anos, Senador Rodrigo Rollemberg, de debate e de discussão, percebi um real amadurecimento das nossas relações com os órgãos ambientais e da compreensão do povo da Canastra sobre a importância da preservação ambiental. Quero ressaltar isso para dizer o seguinte: se podemos, hoje, ampliar os limites do Parque Nacional da Serra da Canastra, como prevê o projeto, é exatamente porque as pessoas que lá vivem tiveram responsabilidade ambiental, tiveram compromisso ambiental. O que estamos fazendo, neste momento, aqui, meu caro Rômulo, é exatamente estabelecer uma carta, vamos dizer assim, para as próximas gerações. Essa é a nossa responsabilidade.

Quando estamos aqui discutindo esse projeto de lei, estamos estabelecendo os limites para a vida daqueles que estão lá hoje e para as próximas gerações, compreendendo, é claro, que quem vive na Canastra vive em um lugar especial e que o fato de viver em um lugar especial requer cuidados especiais. Queremos, então, abandonando as teses jurídicas, porque servem mais ao Judiciário e menos a nós aqui, que queremos resolver o problema, e é disso que estamos falando, repactuação das relações em torno da Canastra. Isso está colocado para nós. Não dá para ser uma ação policalesca, intimidatória.

Na verdade, todas as preocupações que o Sr. Reinaldo levantou aqui, em razão das desconfiças que existem do povo da Canastra sobre a elaboração

de plano de manejo ou algo que o valha, são reais porque o histórico aponta isso. Por exemplo, na criação do parque, em 1972, há relatos de que houve pessoas que saíram de lá com escopeta, naquela época. É que, naquela época, era o regime da ditadura militar. Agora nós somos um regime democrático, e a nossa consciência ambiental também é outra.

Eu acredito que, a partir deste projeto de lei, nós podemos ter um exemplo de convivência harmônica, de desenvolvimento econômico em que se respeite o meio ambiente profundamente. É essa a pactuação que nós queremos desenvolver lá. E aí eu acho que é preciso haver flexibilização por parte do Instituto Chico Mendes e é preciso haver também por parte dos canaístreiros. Eu percebo que este é o sentimento geral: uma determinação de mudar modos de produção, de avançar na sua relação com o meio ambiente, quebrar paradigmas estabelecidos até hoje. Essa questão, por exemplo, das queimadas ou dos incêndios, até hoje a ciência não resolveu se isso é bom ou se é ruim, mas são modos de produção. E aí eu vejo que nós podemos inovar na região da Canastra. E este projeto avança nesse sentido.

Senador Rodrigo Rollemberg, quero mais uma vez agradecer-lo pela compreensão, pela destreza, pelo espírito público de sair daqui do Planalto Central e estar conosco lá na região. Eu creio que aquela agenda que realizamos foi importante para a gente produzir o texto aqui.

Obviamente, há dúvidas ainda, incertezas, especialmente, Rômulo, no que diz respeito ao poder na elaboração do Plano de Manejo. É claro que, ao aceitar ou admitir a elaboração desse plano de manejo como está proposto, nós estamos confiando no gestor público, no sentido de que haverá um respeito à vida humana ali presente. Ninguém está propondo aqui uma exploração irresponsável da agricultura naquela região. Todos nós sabemos que a agricultura que precisa haver ali é uma agricultura de baixo impacto. Ninguém quer fazer grandes mudanças, mas manter a tradição, o modo de vida das pessoas que estão ali é o que nós estamos defendendo.

Nesse sentido, eu queria, finalmente, levantar três preocupações mais claras aqui com relação ao texto. A primeira é que fique claro, eu não sei se está claro isto, que poderá haver compensação de reserva legal na Mona, no Monumento Natural. Isso está claro. Nós levantamos uma dúvida jurídica, porque necessitaria ser terras públicas, de domínio público.

O SR. RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO – O Monumento Natural permite as duas coisas: propriedades privadas e públicas. E, como ele explicou, foi colocado um inciso, um artigo aqui que

prevê o processo de aquisição de terras, inclusive remete a preferência para o Instituto Chico Mendes, está clara a sinalização de que é possível fazer.

O SR. ODAIR CUNHA – Beleza isso.

Outra questão, Senador, é a área não regularizada do parque. Na compreensão do Instituto Chico Mendes, a área não regularizada era nossa na ampliação da área para os outros 50 mil novos hectares. É preciso haver uma norma aqui que, em sendo de baixo impacto a atividade agrícola ali presente, seja permitida atividade agrícola ali presente até a indenização. No Mona tem isso; no parque, não. E nós estamos falando da área do parque. Nós estamos acrescentando 50 mil novos hectares. A atividade agrícola ali existente de baixo impacto deve permanecer até que haja a indenização.

Outra preocupação nossa: nós concordamos com a ideia do prazo de exercer o direito de preferência. Eu acho que é real, mas sessenta dias para o Instituto dizer se aceita e 180 para exercer o direito – nós estamos falando de quantos meses? Oito meses entre uma coisa e outra – torna inviável a negociação. Nós temos que diminuir esse prazo, porque, obviamente, haverá negociações ali estabelecidas, *inter vivos*.

Obrigado, Senador. Mais uma vez, agradecendo, eu tenho certeza de que nós faremos da região da Canastra um modelo para o Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu quero agradecer a colaboração de todos. Todos trouxeram contribuições importantes para o aprimoramento desse texto.

Quero registrar que considero importante, Rômulo, que, ao longo desta próxima semana, a gente possa ter uma conversa com o Ministério Público Federal, na figura do Procurador Mário Ghisi, porque entendo que, ao buscar e construir o entendimento sobre esse texto, nós devemos construir um entendimento total. Primeiro, não nos adianta aprovar um texto que não seja aceita pelo Governo e que possa vir a ser vetado pelo Governo. Depois, não nos interessa aprovar um texto que possa vir a ser contestado pelo Ministério Público Federal na Justiça. Então, nós temos que esgotar todas as energias possíveis no sentido de construir um grande entendimento sobre o texto.

Vamos recolher as contribuições que foram trazidas aqui, todas muito importantes. Vamos refletir sobre elas e conversar com outros atores, como o Ministério Público Federal, para, aí sim, apresentar a nossa proposta de parecer.

Quero agradecer pela presença de todos. Quero agradecer à equipe do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade pela dedicação, pela sensibilidade ao

longo de todas essas conversas. Quero agradecer às equipes dos Gabinetes dos Deputados Odair Cunha e Carlos Melles; quero agradecer à Consultoria Legislativa do Senado, na figura do Carlos Tomé, Consultor, na figura da nossa Secretária da Comissão, na figura da Dr^a Silvia, em nome da qual, quero agradecer também a toda a equipe do gabinete, que trabalhou incansavelmente nessa questão. Quero agradecer de forma muito especial à Dr^a Andrea Vulcanis, que nos ajudou muito nesse processo, com a experiência que tem de ex-Procuradora do Ibama, para construir o anteprojeto que estamos aqui debatendo.

Agradeço, de forma muito especial, aos nossos convidados que nos honraram com a sua presença hoje: Rômulo José Fernandes Barreto Mello, Presidente do ICMBio; o nosso Edson Farias Mello, representante do Ministério de Minas e Energia, que me disse que já conferiu as coordenadas geográficas com o mapa e bateu; o nosso Prefeito do Município de São Roque de Minas, Nilzo de Faria; o nosso amigo André Luis Braga Picardi, articulador voluntário do Programa de Revitalização do rio São Francisco e ex-Secretário de Meio Ambiente do Município de São Roque de Minas; o Sr. Reinaldo Sebastião de Almeida, Presidente da Associação e Instituição Representativa dos Canasteiros; o Sr. Jorge de Oliveira Penha, Presidente da Associação dos Extratores e Comercializadores de Quartzitos do Médio rio Grande; o nosso José Geraldo Franco Martins, Prefeito de Delfinópolis; José Donizetti Gonçalves, Procurador do Município de São Roque, e várias outras pessoas da região da Serra da Canastra que nos honraram com a sua presença hoje, além, é claro, do nosso Deputado Odair Cunha. A todos vocês muito obrigado.

Quero registrar que ficarei muito feliz se, ao longo deste ano, a gente conseguir efetivamente construir uma solução definitiva, uma solução que seja boa para o Brasil em relação à Serra da Canastra, que, como eu disse, é um dos lugares mais estratégicos e importantes do ponto de vista da conservação das nascentes de um rio fundamental para o Brasil, que é o rio São Francisco.

Não posso deixar de registrar que sou uma pessoa completamente apaixonada pelo rio São Francisco.

Muito obrigado a todos.

Nada mais havendo a tratar, submeto à aprovação a presente ata.

Todos aqueles que concordam com a ata permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Declaro encerrada a presente reunião, agradecendo, mais uma vez, a presença de todos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 9 horas, a reunião encerra-se às 10 horas e 48 minutos.*)

ATA DA 67ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA CONJUNTA COM A 9ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE SETEMBRO DE 2011.

Às treze horas e cinco minutos do dia vinte e um de setembro de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência do Senhor Senador (**Paulo Paim**), Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, e com a presença dos Senhores Senadores **Paulo Paim e Wellington dias**. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 116, de 2011–CDH, aprovado em 25/08/11, autoria do Senador Paulo Paim, para debater o dia nacional de luta das pessoas com deficiência. Convidados: Vera Lucia Ribeiro Albuquerque, Secretária de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego/MTE, em representação ao Senhor Carlos Lupi, Ministro de Estado do Trabalho e Emprego; Ricardo Emílio Pereira Salviano, Defensor Público Federal do Ofício de Direitos Humanos e Tutela Coletiva, em representação ao Senhor Afonso Carlos Roberto do Prado, Defensor Público-Geral Federal; Marcos Cordeiro de Souza Bandeira, Conselheiro do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em representação ao Senhor Moisés Bauer, Presidente do CONADE; Antonio José do Nascimento Ferreira, Secretário Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência; Deputada Federal Rosinha da Adefal, Presidente da Frente Parlamentar do CN em Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência; Antônio José do Nascimento Ferreira, Secretário Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência; Lara Pozzobon, Audiodescritora e Formadora de Audiodescritores, referente ao trecho: Rio de Janeiro/Brasília/Rio de Janeiro; Luiz Moreira Gomes Júnior, Representante do Ministério Público; Isaías Leão N. Felix, Representante da Comunidade Surda do Distrito Federal; Waldimar Carvalho da Silva, Representante do Movimento dos Surdos do Distrito Federal; e Maria de Fátima Felix Nascimento da Costa, Participante da Caminhada dos Surdos no DF. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros desta Comissão e Deputados Federais Presentes. Usam da palavra o Senhor Senador Paulo Paim e os Senhores Deputados Federais Rosinha da Adefal, Eduardo

Barbosa e Mara Gabrilli. Após as considerações finais dos Senhores Parlamentares e expositores, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às dezesseis horas e quatro minutos, determinando que eu, **Altair Gonçalves Soares, Secretário da Comissão** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e pelo Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Paulo Paim**, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte; – Senador **Lindberg Farias**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Declaro aberta a 67ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Esta audiência é conjunta com a 9ª Reunião da Subcomissão de Assuntos Sociais – que é presidida pelo Senador Lindbergh – das Pessoas com Deficiência (Cadesf) da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e coloco-a em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram.

Audiência pública nos termos do Requerimento nº 116, da CDH, aprovado em 25/08/2011, de autoria deste Senador e de outros, para debater o Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência.

Foram convidados para este evento: a Deputada Federal Rosinha da Adefal, Presidente da Frente Parlamentar do Congresso Nacional em Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência; o Deputado Federal Eduardo Barbosa, Presidente da Federação Nacional das Apaes (Fenapaes); Vera Lúcia Ribeiro Albuquerque, Secretária de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, em representação ao Ministro Carlos Lupi; Luiz Moreira Gomes Júnior, representante do Ministério Público; Ricardo Emílio Pereira Salviano, Defensor Público Federal de Direitos Humanos e Tutela Coletiva, em representação ao Sr. Afonso Carlos Roberto do Prado, Defensor Público-Geral Federal; Sueide Miranda Leite, representante do Instituto Cultural, Educacional e Profissionalizante do Brasil; Graciela Pozzobon, Audiodescritora e Formadora de Audiodescritores, referente ao trecho: Rio de Janeiro/Brasília/Rio de Janeiro; Lara Pozzobon,

Audiodescritora e Formadora de Audiodescritores, referente ao mesmo trecho; Marcos Cordeiro de Souza Bandeira, Conselheiro do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em representação ao Sr. Moisés Bauer, Presidente do Conade.

Marcos Cordeiro de Souza Bandeira foi aquele que, pontualmente, às 13h, estava aqui. Eu, que sou muito pontual, iniciei hoje com cinco minutos de atraso, porque eu estava participando de outro debate da pessoa com deficiência na Comissão de Assuntos Sociais.

Estávamos discutindo aquele tema que já é antigo na sociedade: a inclusão das pessoas com deficiência na chamada escola normal – chamada apenas, porque as pessoas com deficiência dizem corretamente que anormal somos nós, que não entendemos eles.

Estou aqui sendo auxiliado, nesta minha fala, pelo Marcos.

Também convidado para esta audiência Antonio José do Nascimento Ferreira, Secretário Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Em seguida, vamos formar nossa Mesa, enquanto nossos convidados estão chegando.

Comunicado: esta Presidência recebeu do Conselho Nacional de Educação, juntamente com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, o Ministério da Educação e o Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, convite que se estende aos membros da CDH para participarem da audiência pública sobre Educação em Direitos Humanos, que será realizada na quinta-feira, 22 de setembro de 2011, das 9h às 13h, na sede do Conselho Nacional de Educação.

O tema é da maior relevância e de interesse de todos os brasileiros, pois visa o estabelecimento das diretrizes nacionais para a educação em direitos humanos, que será aplicado em todo o território nacional.

Convite e texto orientador para elaboração das diretrizes nacionais da educação em direitos humanos, e formulários para sugestões foram encaminhados às Sras e aos Srs Senadores.

Continuarei na introdução até que nossos convidados cheguem. Eles estão se deslocando porque estão almoçando. Sei que alguns já chegaram. Já está conosco aqui também a Lara e o Marcos. O Marcos eu já havia mencionado, e já havia lido também o nome da Lara.

Então, farei aqui um pronunciamento rápido de abertura até que todos os nossos convidados estejam a postos.

Enfim, no dia 21 de setembro, de 1982, no I Encontro de Delegados da Coalizão Nacional de Entidade e Pessoas com Deficiência, enxergou-se a necessidade de se pensar uma data para servir de reflexão sobre

as conquistas e o que havia ainda a ser conquistado para essa parcela importantíssima da população, que eu diria que se aproxima de 30 milhões de pessoas.

Portanto, o dia de hoje, 21 de setembro, Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência, é o espaço para uma série de reflexões. Claro que o debate se dá todos os dias, mas hoje tem uma simbologia. A maioria das mensagens que recebemos nos mostra a importância deste dia e também o desamparo legal em que se encontram as pessoas com deficiência quanto à aplicação da legislação existente, à aplicação da Convenção Internacional. É preciso avançarmos – esta é uma posição minha – inclusive com o Estatuto da Pessoa com Deficiência para que ele se torne uma realidade.

As pessoas com deficiência, por exemplo, encontram dificuldades para conseguir ainda hoje próteses e órteses. Também convivem com escolas que colocam uma série de dificuldades para a inclusão. Existe a falta de preparo dos professores. Essa é uma realidade. Hoje pela manhã, fizemos um belo debate com a participação do MEC, ocasião em que se apresentou uma posição que não seja inflexível, para valorizar as escolas especiais sem prejuízo de uma política de inclusão cada vez maior.

Quero também lembrar que tramita nesta Casa Projeto nº 06, de 2003, que trata do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Aliás, não tramita nesta Casa, tramita na Câmara dos Deputados, porque aqui no Senado ele já foi aprovado por unanimidade.

Agradeço a todos aqueles que têm insistido e mandado correspondência quase que diariamente no sentido de que se faça um esforço enorme para que o Estatuto se torne uma realidade. Quero dizer que isso não depende de mim, depende da Câmara dos Deputados e de um grande entendimento entre todas as organizações que tratam da questão das pessoas com deficiência.

Quero ainda dizer que o Estatuto amplia as leis vigentes e que, no meu entendimento, haveremos de avançar com a paciência devida, como sempre diz um gaudério para mim: “Devagar, Senador, que o andor é de barro”. Vamos construindo juntos. Eu entendo que essa é a posição das pessoas com deficiência.

Faço questão de destacar que tenho muito orgulho de ter sido autor da lei que garantiu o dia 21 de setembro como o Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência. Foi uma construção coletiva que chegou a mim pelas entidades. Apresentei esse projeto, que foi aprovado por unanimidade nas duas Casas e sancionado pelo Presidente Lula. Eu dizia, hoje pela manhã, e repito aqui, que tenho orgulho de ser o autor da lei que garantiu o Dia Nacional de Luta das Pessoas

com Deficiência. Lembro-me até que houve uma discussão sobre a importância do dia 21, que é o início da primavera. Casualmente, na capa do Estatuto da Pessoa com Deficiência, eu estampo a força da primavera.

Enfim, não vou ler todo o documento, que é longo, mas somente dizer a todos que hoje de fato é um dia especial para todos nós, embora esse debate haveremos de fazer todos os dias.

Quero cumprimentar o Senador Lindbergh Farias, que presidente a Subcomissão da Pessoa com Deficiência, que fez questão que a Comissão de Direitos Humanos e a Subcomissão que ele preside realizassem esta reunião na tarde hoje, já que, pela manhã, nós tínhamos uma reunião lá na Comissão de Assuntos Sociais.

Enfim, as pessoas com deficiência corretamente estão na luta para que a Convenção seja aplicada na íntegra. Toda a legislação que existe hoje no País, sem prejuízo do aprimoramento das leis aqui no Congresso Nacional, uma delas é o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Os Direitos da Pessoa com Autismo é outro projeto apresentado aqui na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sobre o qual construímos um grande debate. Felizmente, ele foi aprovado por unanimidade no Senado e se encontra, agora, na Câmara dos Deputados.

Quero dizer também que o direito das pessoas com autismo será pauta de um fórum previsto para os dias 14 e 15 de abril de 2012, que será realizado em São Leopoldo. Eu me comprometi a lá estar nos dias 14 e 15 de abril de 2012. Esse fórum representa o ponto de chegada de um processo que iniciou com o primeiro encontro de famílias autistas do Rio Grande do Sul em 2010. Esse debate terá continuidade no segundo encontro, que será realizado também no Rio Grande do Sul, em Bento Gonçalves, no dia 22 de outubro próximo. É esse debate que vai fazendo com que a gente avance, cada vez mais, no direito das pessoas com deficiência.

Quero destacar ainda que, desde o dia 12 de setembro, está acontecendo no CCBB a 5ª edição do festival Assim Vivemos, um festival de filmes sobre as pessoas com deficiência, que acontece de dois em dois anos e que tem o patrocínio do Ministério da Cultura e do Banco do Brasil. Todos os filmes do festival contam com autodescrição e com intérpretes de Libras nos debates. São abordados temas sobre a vida em família, educação, trabalho, luta política, relações humanas, questões que estão ligadas a todos nós e, naturalmente, às pessoas com deficiência.

Lembro uma frase que está na capa de um livro que li: “A natureza respeita as diferenças”. É mais do que importante que, neste 21 de setembro, data em

que começa a primavera, façamos este debate aqui com a amplitude que o momento exige e que o assunto merece.

Fiz um resumo das anotações.

Vou convidar algumas pessoas a comporem a Mesa.

Primeiro, cumprimento o Luciano, que está aqui e que é deficiente visual. Luciano é a única pessoa com deficiência dentro do Congresso que tem um cão guia. Não é isso, Luciano? Como é o nome? Fale para nós.

O SR. LUCIANO AMBRÓSIO CAMPOS (*Fora do microfone.*) – É Mitz.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pegue o microfone. Alguém vai ajudá-lo, Luciano. O Luciano trabalha no nosso gabinete.

O SR. LUCIANO AMBRÓSIO CAMPOS – O nome dela é Mitz.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E você anda com ela em todo o Congresso, inclusive no plenário, não é?

O SR. LUCIANO AMBRÓSIO CAMPOS – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quero lembrar que a lei do cão guia, se não me engano, foi de autoria do Senador Romeu Tuma, já falecido.

O SR. LUCIANO AMBRÓSIO CAMPOS – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E você quebrou todos os tabus aqui.

O SR. LUCIANO AMBRÓSIO CAMPOS – Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Parabéns!

O SR. LUCIANO AMBRÓSIO CAMPOS – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse discurso que fiz aqui não é obra minha, é obra do Luciano. Não é isso, Luciano?

O SR. LUCIANO AMBRÓSIO CAMPOS – É isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Você é que escreveu tudo o que li aqui. Fiz mais um comentário. Fiz um discurso longo, que vou levar ao plenário. Ouviu, Luciano?

O SR. LUCIANO AMBRÓSIO CAMPOS – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só não o li aqui porque nossos convidados estão me dizendo: “Afim, quem é o painalista? É ele, ou somos nós?”. Sei que os painelistas são vocês. Resumi o seu discurso, que foi um belo discurso.

O SR. LUCIANO AMBRÓSIO CAMPOS – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Mas vou lê-lo no plenário naquela sessão em que temos direito a 20 minutos, nas segundas e sextas-feiras.

Parabéns, Luciano!

Não é o primeiro pronunciamento que ele fez.

O Luciano escreve inúmeros discursos que faço em plenário, não só sobre pessoas com deficiência, mas sobre os mais variados temas. Já virou garoto-propaganda dos Senadores, quando preciso de uma pessoa que atue com altivez, com firmeza e com competência aqui, no Senado. É ou não é?

O SR. LUCIANO AMBRÓSIO CAMPOS – É isso aí. Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! A autoestima está lá encima. Tem de ser assim. Também tenho a autoestima lá encima. Se gostam ou se não gostam disso, azar, não é, Luciano?

O SR. LUCIANO AMBRÓSIO CAMPOS – É claro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não estou aqui para agradar a todo mundo, mas para dizer o que penso. Está certo, Luciano?

O SR. LUCIANO AMBRÓSIO CAMPOS – Tranquilo, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Continue me orientando, então.

O SR. LUCIANO AMBRÓSIO CAMPOS – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos formatar a nossa Mesa.

Convido a compor a Mesa, de imediato, o Sr. Ricardo Emílio Pereira Salviano, Defensor Público Federal do Ofício de Direitos Humanos e Tutela Coletiva, em representação ao Sr. Afonso Carlos Roberto do Prado, Defensor Público Geral Federal; a Sr^a Vera Lúcia Ribeiro Albuquerque, Secretária de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, que aqui representa o Ministro Carlos Lupi; o Sr. Antônio José do Nascimento Ferreira, que já está presente aqui e que é Secretário Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Como não poderia deixar de ser, o primeiro que chegou aqui foi o Marcos Cordeiro de Souza Bandeira, conselheiro do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em representação ao Sr. Moisés Bauer, presidente do Conade.

Nós faremos depois outra Mesa, com outros convidados, uns já se encontram presentes e outros estão chegando. Nós colocaremos, como é praxe na Comissão, quatro painelistas na Mesa, cada um disporá de dez minutos com uma tolerância de mais cinco, depois retornarão à primeira fileira para participar dos debates e outros quatro assumirão os trabalhos.

O Senador Lindbergh se encontra em um debate em outra Comissão, sobre o Código Florestal – a assessoria dele já está aqui –, por isso ainda não está presente aqui, mas vem participar conosco.

Vamos, pela ordem que me foi apresentada, passar, de imediato, a palavra para a Sr^a Vera Lúcia Ribeiro Albuquerque, Secretária de Inspeção do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego, que aqui representa o Ministro, que é meu amigo e que, no meu entendimento, faz um grande trabalho. Não houve uma vez sequer que o Ministro Carlos Lupi tenha deixado de vir a uma audiência pública ou tenha deixado de mandar representante, sempre do mais alto nível, da mais alta qualidade.

D^{ra} Vera, V. S^a está com a palavra, por dez minutos, com mais cinco, se necessário, e com a tolerância desta Presidência.

A SR^a VERA LÚCIA RIBEIRO ALBUQUERQUE

– Boa tarde a todos e a todas.

É com muita satisfação que nós vimos participar deste debate sobre o Dia Nacional da Luta das Pessoas com Deficiência.

Hoje mesmo, foi publicado, num dos principais jornais do País, um artigo falando do último relatório da Organização Mundial da Saúde, falando que o mundo inteiro já conta com 1 bilhão de pessoas com deficiência. É importante estarmos atentos e também trabalharmos no Brasil no sentido de, o tempo todo, inserir não só no mercado de trabalho, que é uma atribuição do Ministério do Trabalho e Emprego – e o Ministro Carlos Lupi faz todo o esforço para estar sempre agilizando, potencializando esse trabalho, para dar mais oportunidade à pessoa com deficiência –, mas também uma inserção total na sociedade completa, para prazer nosso que somos absolutamente apaixonados por essa meta, por esse trabalho.

Nós também, do Ministério do Trabalho, fomos chamados a participar dos entendimentos, de uma Mesa de diálogo, que foi iniciada pela Presidente Dilma na própria Presidência e Casa Civil.

Sei que ela planejava lançar uma política nacional para a pessoa com deficiência, talvez hoje, mas juntou com o discurso dela na ONU. Nós somos muito estimulados pela forma com que a Presidência, o Governo, atualmente, está enfrentando essa luta pela inclusão da pessoa com deficiência.

A ideia do Governo Federal, que nós do Ministério do Trabalho comungamos, é iniciar essa inserção até mesmo na própria hora do parto, na hora que a criança nasce, fazendo com que outros exames mais completos sejam realizados, para que fisioterapia e adaptação possam ser agilizadas e continuadas com educação, com fisioterapia, com a inclusão dessa pessoa, tanto

na escola como no mercado de trabalho, enfim, que a sociedade possa contar, de forma completa, com as pessoas com deficiência.

Eu posso dar a visão da inspeção do trabalho. Nós temos como projeto obrigatório em todas as regionais o projeto de inclusão da pessoa com deficiência no mercado do trabalho. Essas equipes integradas por auditores fiscais do trabalho têm um trabalho diferenciado dos outros auditores que fazem a fiscalização normal. Por quê? Porque o sentido não é autuar simplesmente, verificar se está sendo cumprida ou não a cota, é convencer as empresas a contratar, é convencer as empresas, mostrando que a pessoa com deficiência, depois que é contratada, passa a ser o melhor trabalhador da empresa em todos os lugares onde há o cumprimento da cota, e algumas vezes há um cumprimento além da cota, como há pouco tempo houve em uma grande rede de supermercados no Rio de Janeiro em que se verificou que a presença da pessoa com deficiência, a demonstração da força, da determinação e da superação traz um ambiente melhor para o mercado de trabalho e motiva todos empregados daquela empresa. No caso de uma empresa que trabalha com público, como esse supermercado, eles disseram que até os clientes voltam com mais facilidade.

Então, em todos os sentidos, essa inserção da pessoa com deficiência não só no mercado de trabalho, mas em toda a sociedade, é benéfica para todos nós e acho que é um trabalho importantíssimo para nós todos estarmos engajados sem sensibilizando toda a sociedade porque na verdade vai depender de todos nós, todos os organismos de governo e todos os órgãos da sociedade civil, providenciar que o mais rapidamente possível haja o cumprimento da cota e a inserção completa das pessoas com deficiência em todas as partes de trabalho e da sociedade.

Era essa a mensagem do Ministério do Trabalho, mostrando o nosso interesse completo nessa causa e que estaremos sempre participando da melhor forma possível, da melhor forma que conseguimos fazer para também contribuímos com esse desejo comum: um trabalho decente para todos, incluindo as pessoas com deficiência.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr^a Vera.

Vocês não fiquem chateados nem com ciúmes de mim porque eu saí agora da Comissão de Educação, onde nós estávamos num debate sobre a pessoa com deficiência. Então, essa barrinha é o meu almoço. Enquanto você falava eu acabei almoçando uma barrinha e vai ter que ter uma segunda daqui a pouco.

Eu queria cumprimentar a Vera Lúcia, que fez aqui uma fala direta e objetiva, que eu senti. Quando eu chego num supermercado ou em uma loja que tem uma pessoa com deficiência atendendo, eu fico orgulhoso de mim mesmo, me parece. Me dá um orgulho. Eu me sinto muito bem da beleza daquele momento, por ter uma pessoa com deficiência me atendendo.

Eu duvido que quem esteja assistindo à TV Senado neste momento que não sinta exatamente isso. E no dia que os empresários entenderem mais, eles mesmo falam que as pessoas não estão preparados tecnicamente. Passem a dar curso, como algumas empresas fazem para aqueles que em tese não tem algum tipo de deficiência. Passem a dar curso. Deem curso internamente e vão ver o benefício que vão ter se cumprirem no mínimo a cota.

Eu me sinto muito bem, seja na loja, supermercado ou restaurante. E às vezes até quando a gente tem até que auxiliar. É aquela boa, que a gente no fundo... eu sempre digo – comecei a fazer palestra aqui de novo – que a gente é meio egoísta. O que eu digo do egoísmo? É o prazer de sentir bem. Eu, quando posso, estar em contato com uma pessoa com deficiência, ela me passa uma energia tão boa, que eu me sinto bem. Estou em diálogo com ela e ela é que está me fazendo um grande benefício. Por isso que essa mensagem que a senhora deixa aqui de as pessoas entenderem que a contratação de pessoas com deficiência, além de serem eficientes – e a senhora mostrou aqui com dados e com exemplos – significa mais lucro mesmo para o empreendedor.

Parabéns!

Vamos agora ao Dr. Ricardo Emílio Pereira Salviano, Defensor Público Federal. Tivemos uma bela audiência aqui com os defensores, foi uma audiência marcante, emocionante, pelo trabalho que os senhores fazem.

Com a palavra.

O SR. RICARDO EMÍLIO PEREIRA SALVIANO – Queria cumprimentar o Senador Paulo Paim, pela oportunidade dada à Defensoria Pública de estar participando desta audiência pública; a Sr^a Vera Lúcia, da Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego; Sr. Márcio Cordeiro de Souza Bandeira, conselheiro do Conade; e o Sr. Antonio José do Nascimento Ferreira, Secretário Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Recentemente tivemos a oportunidade de ter um debate muito interessante a respeito da possibilidade de implementação da autonomia da Defensoria Pública da União. Esse é um passo importante para a Defensoria Pública e também entendo que para a efetivação das políticas públicas como um todo, porque a Defensoria

tem atuado na defesa do cidadão hipossuficiente, para que ele possa alcançar o acesso à Justiça, e permitido que algumas ações possam ser implementadas.

É importante ressaltar a atuação da Defensoria Pública em algumas ações, no que diz respeito às pessoas com deficiência.

Inicialmente, eu gostaria de ressaltar a importância do ato da audiência pública, porque a audiência pública traz a discussão e a participação popular para dentro da Administração Pública. Então, a efetivação das políticas públicas depende muito da discussão.

Vejo que esta Comissão de Direitos Humanos é muito atuante e traz sempre temas relevantes para o nosso País. São discussões que, realmente, podem trazer, de fato, a efetividade das medidas.

Tive a oportunidade de participar de uma audiência pública na Câmara Legislativa do Distrito Federal e, a partir dessa iniciativa, começaram a trabalhar, em conjunto, a Defensoria Pública da União, o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, e obtivemos êxito em uma luta que ainda continua. A parceria demonstrou que a eficiência da união entre os órgãos e a discussão de políticas públicas podem, de fato, trazer benefícios para a população.

No caso específico dessa audiência pública, havia um viés de atuação preventiva quanto aos deficientes. A audiência pública era para discutir o tratamento da hemofilia no País. Na ocasião, foi discutido o melhor tratamento para a doença, e chegamos à conclusão de que a prevenção é muito importante. A partir disso, começamos a trabalhar. Um estudo foi feito em conjunto, e percebemos que, se atuássemos de forma preventiva no trato da hemofilia, poderíamos prevenir algumas sequelas de funções motoras em pacientes que poderiam desenvolver algumas deformidades na articulação e na musculatura, impedindo que essas pessoas viessem a ficar deficientes e sofrer com tratamentos prolongados, com perda da qualidade de vida e até da função motora. Isso pode gerar a necessidade do uso de próteses ou órteses, tratamentos que devem ser custeados pelo Erário, além de submeter a pessoa a sofrimento.

Então, com a atuação conjunta da Defensoria Pública da União, do Ministério Público Federal e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, ingressamos com uma ação civil pública que tramita na Justiça Federal, questionando justamente por que o Ministério da Saúde não inclui o trato preventivo da hemofilia nos protocolos clínicos e nas diretrizes terapêuticas da doença.

Alega-se que haveria um custo muito elevado para distribuir fatores de coagulação para essas pessoas, mas foi feito um estudo conjunto em que percebemos

que, se fizéssemos o tratamento preventivo da doença, do ponto de vista econômico – não só da relevância social –, seria muito mais eficaz e menos custosa a implementação da prevenção do que arcar com todo tratamento da pessoa, que terá de ficar internada e a quem, depois, deverá ser fornecida prótese ou órtese. Todo esse custo financeiro acaba sendo mais benéfico, vamos dizer assim, no trato da hemofilia.

Então, queria, inicialmente, dizer que essas audiências públicas trazem medidas efetivas, sim. A esperança é de que sempre a Defensoria Pública possa contribuir na discussão dessas políticas públicas.

Há outra questão levantada pela Defensoria Pública da qual já temos uma sentença. A Dr^a Giedra, Defensora do Estado de Minas Gerais, entrou com uma ação civil pública, em face do INSS, para fazer cumprir a pensão por morte no caso do menor inválido, que adquiriu a invalidez após os 21 anos.

O INSS tem aplicado um decreto que, no entender da Defensoria Pública, não atende aos anseios dos cidadãos deficientes, e o decreto vai de encontro ao ordenamento normativo e dispõe de maneira restritiva esse direito do cidadão.

Vou ler, inicialmente, o que dispõe a Lei nº 8.213: “São beneficiários do Regime Geral da Previdência Social, na condição de dependentes do segurado, o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado de qualquer condição, menor de 21 anos ou inválido”. Inciso III: “O irmão não emancipado de qualquer condição, menor de 21 anos ou inválido”.

A lei não estabelece o limite para invalidez, assim como o decreto. A lei fixa que o inválido, independentemente de ser maior ou menor, de ter adquirido a incapacidade na invalidez antes dos 21 ou depois dos 21 anos, de qualquer forma ele tem direito à pensão por morte. Já o decreto afirma que só aquele que adquiriu a incapacidade antes dos 21 anos, o menor até 21 anos, considerado inválido, que teria direito a esse benefício.

Na sentença, a juíza determinou julgando parcialmente procedente o pedido para condenar o INSS em obrigação de fazer, consistente em revisar, em 90 dias, na Seção Judiciária de Minas Gerais, os pedidos de pensão por morte indeferidos, em razão do não reconhecimento da dependência do filho inválido em relação aos seus genitores; ou do irmão inválido quando a invalidez tenha se manifestado após a maioridade; ou emancipação, mas até a data do óbito do assegurado, concedendo-se a pensão se atendidos os requisitos previstos em lei, bem como reconhecer doravante, para fins de concessão de pensão por morte, a dependência do filho inválido em face dos seus genitores ou do

irmão inválido, quando a invalidez tenha se manifestado após a maioridade ou emancipação.

Então, essa restrição prevista no decreto, que tem sido aplicada pela Administração Pública, pelo INSS, não tem fundamento nem base legal, tanto é que foi reconhecida judicialmente por sentença.

A única restrição que existe nessa decisão é que ela foi limitada ao âmbito de abrangência do Estado de Minas Gerais, porque o nosso sistema de processo coletivo prevê que há o limite de abrangência territorial das decisões dentro do âmbito em que ela possa ser aplicada.

De acordo com esse entendimento, a Defensoria Pública da União no Distrito Federal interpôs também aqui, para que pudesse atingir os deficientes inválidos, maiores de 21 anos, que têm direito a essa pensão por morte no Distrito Federal.

Essa ação ainda está pendente de julgamento, e não há ainda nada concreto, pelo menos para cá. Mas já é uma vitória, e há um sinal de que realmente esse decreto está defasado e que não merece ser aplicado, tendo em vista que é prejudicial aos interesses dos deficientes.

Uma terceira iniciativa da Defensoria Pública diz respeito ao acesso dos deficientes e idosos carentes ao transporte aéreo de passageiros. O nosso entendimento é o de que a legislação prevista no nosso País dispõe que o transporte coletivo interestadual deve ser concedido aos hipossuficientes, deficientes e aos idosos.

Muito embora a legislação não traga de forma clara uma regulamentação, porque a lei fala em transporte coletivo interestadual gratuito, submete a regulamentação por decreto. Os decretos que foram expedidos não contemplaram o transporte aéreo. Então essa ausência de regulamentação acabou impedindo o acesso dessas pessoas à gratuidade do transporte aéreo.

Em ofício enviado à Anac este ano, solicitei informações para que fossem especificados os motivos por que não eram fornecidos os acessos livres aos deficientes. Em resposta... Vou ler rapidamente:

Quanto à gratuidade no serviço de transporte aéreo, a Lei nº 8899, de 29 de junho de 1994, que concede o Passe Livre às pessoas com deficiência comprovadamente carentes no sistema de transporte coletivo interestadual, foi regulamentada pelo Decreto nº 3691, de 19 de dezembro de 2000, que, em seu artigo 1º, cita somente as empresas permissionárias e autorizadas de transportes interestaduais de passageiros, não fazendo, portanto, qualquer menção às concessionárias. Já o Decreto nº 5934, de 18 de outubro de 2006, que define os mecanismos e os critérios para o exercício do direito previsto no art. 40, da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, o fez expressamente

para o sistema de transporte coletivo individual, mas nos modais rodoviário, ferroviário e aquaviário, não fazendo qualquer menção ao modal aéreo.

Ressalte-se ainda que a Portaria Interministerial nº 3, de 10 de abril de 2011, do Ministério dos Transportes, da Justiça e da Saúde, que disciplina a concessão do Passe Livre às pessoas com deficiência comprovadamente carentes no sistema de transporte coletivo interestadual dá mesma forma cita expressamente os modais rodoviário, ferroviário e aquaviário, não contemplando o modal aéreo.

Assim, não constando das leis acima citadas nenhum diretriz clara de que a lei é autoaplicável e considerando conforme acima que os decretos supra estabelecem expressamente os casos modais aos quais se aplicam, entende esta Superintendência de Regulamentação Econômica e Acompanhamento de Mercado (SRE/Anac) que o modal aéreo não foi alcançado pelos dispositivos das normas legais.

Entretanto está sendo solicitado à área econômica desta Superintendência a elaboração de um estudo técnico sobre a aplicabilidade e viabilidade de gratuidade aos idosos e pessoas com deficiência comprovadamente carentes no modal aéreo, observadas as especificidades do setor, bem como será encaminhada consulta à Procuradoria desta autarquia especializada para que esclareça, em que pesem os argumentos acima esposados, a obrigatoriedade de regulamentação por parte desta Agência da gratuidade a pessoas com deficiência e idosos comprovadamente carentes.

O que se argumenta, Senador, é que o fato de se ter um contrato de concessão e já existir uma relação jurídica com as empresas concessionárias deve preservar o equilíbrio econômico-financeiro desses contratos, o que não impede que seja feito um estudo, pela área econômica, e que se veja o tipo de compensação que se pode ter para que se implemente essa política pública e que se possa realmente resguardar os direitos das pessoas com deficiência e dos idosos, que nada mais é do que o direito de ir e vir, que acaba sendo limitado por questões de ordem econômica, mas que podem, sim, ser superadas. Esse estudo está sendo desenvolvido pela Anac e nós devemos acompanhar o desenvolvimento dessa iniciativa e verificar se realmente essa política pode ser, de fato, implementada.

Gostaria só de dizer que é uma satisfação muito grande estar aqui representando a Defensoria Pública. Sou um privilegiado, nós somos privilegiados, porque trabalhamos com coisas que realmente fazem a diferença. Como o Senador já nos disse em outras oportunidades, muito já foi feito, mas há muito ainda a se fazer. Então coloco a Defensoria Pública à dis-

posição de todos e, no que for necessário, estaremos aqui para colaborar.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Esse foi o Dr. Ricardo Emílio Pereira Salviano, Defensor Público Federal do Ofício de Direitos Humanos e Tutela Coletiva, que representou aqui o Sr. Afonso Carlos Roberto do Prado, Defensor Público Geral Federal, e que aqui falou com muita competência.

Sou suspeito para falar, porque sou fã da Defensoria Pública. A profissão de vocês é quase um sacerdócio. Permita-me que eu diga isso. É uma missão de vida, porque o papel de vocês é defender os mais pobres, os que mais precisam. Naquela audiência, vocês mostraram isso com muita competência.

E, na sua fala, você demonstrou que quer ampliar o direito dos idosos, dos deficientes, enfim, daqueles que mais precisam. Parabéns pela sua fala!

De imediato, passamos a palavra, então, ao número um. Por que digo que é o número um? Porque foi o primeiro a chegar aqui. Só estávamos você e eu aqui. Faltavam 15 minutos para as 13 horas, e você já estava aqui. Então, você é o número um, e eu, o número dois, porque cheguei aqui depois de você. Isso nada tem a ver com o plenário. É a ordem de chegada.

Marcos Cordeiro de Souza Bandeira é Conselheiro do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (Conade) e, aqui, representa outro amigo nosso, a quem quero muito bem, não por ser gaúcho, mas pela sua história de vida e por sua caminhada, o Moisés Bauer, Presidente do Conade.

Tem a palavra o Sr. Marcos Cordeiro.

O SR. MARCOS CORDEIRO DE SOUZA BANDEIRA – Boa tarde a todos!

Em primeiro lugar, eu queria lhes agradecer, em nome do Conade, esse convite.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Marcos, desculpe-me por ter de cortar a sua fala. Você pode pensar: “O cara me dá a palavra e já me tira a palavra!”. É que quero, com toda justiça, dizer que quem provocou este momento tão bonito para todos nós durante a tarde foi o Senador Lindbergh, que me mandou uma cartinha, um recado, pedindo que eu informasse a todos vocês que ele ainda não se encontra aqui porque está na CCJ, debatendo o Código Florestal. Logo que terminar o debate em torno do Código Florestal, o Senador virá aqui, para participar dos debates. Então, peço uma salva de palmas para o nosso Presidente da Subcomissão Especial da Pessoa com Deficiência. (*Palmas.*)

Volto a palavra para o Marcos.

O SR. MARCOS CORDEIRO DE SOUZA BANDEIRA – Primeiro, eu queria agradecer, em nome do Conade, ao Senador Paulo Paim, que me surpreende não só hoje; o Senador me surpreendeu em outra ocasião.

Fui o único demitido no Governo Collor. Fui funcionário da Petrobras. A Doca do Rio de Janeiro requisiou 15 funcionários, e foram liberados 14, menos um: eu. O liquidante da Petrobras sabia que eu era surdo. Ele achou que eu era um surdo como qualquer outra pessoa e me demitiu. Fui demitido e, por dez anos, fiquei desempregado. Eu me lembro muito do Senador Paulo Paim na época. Fazíamos gestão para conseguir encontrar uma solução para o nosso caso, até que surgiu a lei da anistia. Fomos anistiados e voltei a trabalhar no ano de 2000. Parei de trabalhar em 1990, quando fomos demitidos.

Hoje, V. Ex^a – acho que posso chamá-lo de você, porque eu o classifico como um grande amigo nosso – disse que fui o responsável pela lei referente ao Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência. Isso me emociona muito, como surdo. Sou surdo desde um ano de idade. Hoje, tenho 61 anos e sou oralizado.

Na época em que voltei a trabalhar, no ano de 2000, aprendi muito, sofri muito. Foram dez anos! De 1990 para 2000, puxa vida, muitas coisas aconteceram! Mas, no ano de 2004, eu conheci o Conade – Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. E quando conheci o Conade, eu fui buscar algo que pudesse defender os meus direitos, que pudesse tornar realidade os meus sonhos, meu sonho de ser um cidadão, de ter todos os meus direitos dignos, de ir a um cinema para ver um filme nacional legendado, que até agora não conseguimos, mas conseguimos legenda na televisão. Como surdo, conseguimos uma série de avanços, assim como nós conseguimos avanços para os deficientes visuais, cegos, para os cadeirantes, daí afora.

Mas quando eu entrei no Conade, em 2004, tive uma surpresa: a primeira lei que fala sobre pessoa com deficiência surgiu no ano de 89. Eu fui demitido em 90, a lei tinha acabado de surgir, no ano de 89, um ano antes. Então, não havia como a sociedade me proteger naquela época. Essa lei foi regulamentada dez anos depois, que é a Lei nº 7.853, regulamentada pelo Decreto nº 3.298/99, e foi o primeiro passo para que as autoridades e a sociedade comessem a despertar para os benefícios da pessoa com deficiência.

Logo em seguida, em 1999, quando foi regulamentada, surgiram mais duas importantes leis: a Lei nº 2.048 e a Lei nº 2.098, que tratam da acessibilidade e da preferência. Nós pegamos carona com os idosos, as crianças, as gestantes; como deficientes, pegamos

carona nos direitos de atendimento preferencial. Isso foi importante para nós.

E essas duas leis, ainda bem, foram regulamentadas na forma de decreto, em 2004 – Decreto nº 5.296. Esse Decreto nº 5.296 foi um momento importante para nós, porque foi a primeira vez em que se falou, de fato, sobre a acessibilidade da pessoa com deficiência. Ano de 2004, 2005, 2006, e nada. Nada, e digo nada porque nós não conseguimos nada.

Aí nós, do Conade, começamos a buscar novas alternativas para que se tornassem realidade os nossos direitos. Aí surgiu, na época, a campanha da acessibilidade; a acessibilidade chega à ideia. E com isso, essa campanha começou a chegar ao domínio público com mais intensidade. É uma forma de as pessoas perguntarem o que é acessibilidade, o que isso significa.

Hoje as campanhas são realizadas nos estádios de futebol, mas falta muito ainda, falta muito. Porque eu fui assistir a uma partida e, mal terminou a partida, no intervalo do primeiro tempo para o segundo tempo, entrou o bandeirão da campanha da acessibilidade e, logo em seguida, com os recursos da informática, a televisão passou um mata-borrão por cima, com um programa com outra coisa que não tinha nada a ver com a campanha da acessibilidade. Mas paciência. Nós temos que ter paciência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Faz parte da luta, não é?

O SR. MARCOS CORDEIRO DE SOUZA BANDEIRA – Faz parte da luta. Paciência. Vamos lutar!

O Brasil é um dos países mais ricos do mundo em legislação voltada para pessoa com deficiência. Como nós não estávamos conseguindo efetivar, fomos buscar na ONU a Convenção Internacional. Quando nós fomos buscar a Convenção Internacional, lembro-me como se fosse hoje do *lobby* pessoal que eu fazia aqui no Congresso. Eu chegava para os Deputados, para os Senadores... Havia o Senador Flávio Arns. Lembra? Uma pessoa fantástica. Eu chegava para os Deputados e Senadores e falava: *Deputado, eu sou surdo*. Ele olhava para mim, penalizado. Aí, eu fazia propaganda, os meus *lobbies*, em benefício da Convenção Internacional. Conseguimos que ela fosse aprovada por unanimidade. Não houve um voto contra. Uma grande vitória nossa. Então, temos na mão o trunfo da campanha da Convenção Internacional e o outro da campanha da acessibilidade.

Estamos avançando e continuando a encontrar dificuldades, mas, hoje, pelo nosso grito, pela nossa batalha, estamos começando a despertar sentimentos, despertar nas autoridades a nossa importância, porque o censo do IBGE nos classificou como 14,5% de pessoa com deficiência 24 milhões de pessoas. Se

considerarmos esse percentual numa população de 200 milhões, teremos 30 milhões de pessoas. Se considerarmos um acompanhante para cada uma dessas 30 milhões de pessoas um acompanhante, metade da população brasileira, direta ou indiretamente, estará voltada para a pessoa com deficiência.

Agora, se fizermos um levantamento dos investimentos realizados, eles são insignificantes, muitos pequenos. Eles precisam ser melhorados, precisam ser valorizados. Essa grita nossa fez com que hoje – se V. Ex^a me permitir, gostaria de fazer uma homenagem à nossa Ministra Maria do Rosário, Secretária de Direitos Humanos... (*Palmas.*)

...em nossas reuniões do Conade, a Ministra já levasse, para debater conosco, o Conselheiro do Conade e vários Ministros – das Comunicações, da Casa Civil e recentemente da Educação. Houve um debate intenso, mas foi debate mesmo! Não foi Ministro chegar lá, dar o recado, e todo mundo bater palma! Foi, sim, debater e discutir com o Ministro o Plano Nacional de Educação.

O Ministro foi de uma excelência extraordinária. Ele esclareceu para todos nós o que é o Plano Nacional de Educação, mas foi muito importante o grito dado pelas sociedades civis – e nós ainda vamos continuar gritando. Embora eu seja funcionário do Governo, acho importante que as sociedades civis gritem em busca de seus direitos.

Por isso, como hoje é o Dia Internacional da Luta da Pessoa com Deficiência, sinto-me muito orgulhoso de estar aqui. Queria aproveitar para fazer uma proposta, assim como me ofereci, por ocasião da Ministra Gleisi Hoffmann. Há uma coisa que me preocupa muito.

O Governo Federal tem procurado envidar um esforço enorme, no sentido de investir na política pública da pessoa com deficiência, assim como vai acontecer agora, no dia 28 de setembro. A Presidenta Dilma vai assinar o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, como está programado, falei com a Ministra Gleisi que a minha preocupação era a de que o Governo Federal, ao repassar os recursos para os Estados e os Municípios, estes demorem, e muito, a repassar esses recursos para as instituições conveniadas.

Isso faz com que as instituições conveniadas tenham dificuldade de manter a qualidade do trabalho. Quem está sendo prejudicado, além das pessoas com deficiência, como eu, que sou surdo e preciso de placa auditiva, como o cadeirante, que precisa de cadeira, como o cego, que precisa de todos os recursos como a máquina de Braille, é o Governo Federal, porque no domínio público o Governo não está fazendo nada. Mas não é verdade; o Governo está fazendo a sua parte. O Estado e o Município é que não estão repassando

esse recurso. Então, é preciso estabelecer um prazo mais curto do momento do repasse do recurso do Governo Federal para o Estadual, para que esse dinheiro chegue ao local de origem, porque muitas instituições conveniadas são instituições sérias. Elas são sérias. Elas trabalham com muito amor.

Eu queria fazer aqui uma homenagem à nossa irmã, porque se não fosse ela nós não estaríamos aqui. No meu caso, surdo desde um ano de idade, a minha mãe botou a mão dela na minha garganta e eu botei a mão dela na garganta dela para poder aprender a falar. (*Palmas.*) E isso que eu quero deixar claro.

Muito obrigado por me ouvirem.

Mais de uma vez, mais de um ano nós estamos lutando. Quem quiser me procure porque vai encontrar um guerreiro, um guerreiro em defesa de todos nós, todos nós: surdos, cegos, cadeirantes, intelectuais, todos nós.

Outra homenagem que eu queria fazer aqui, pela luta – é uma grande guerreira –, é à Dr^a Nise da Silveira, que foi a responsável pela liberdade das pessoas com deficiência intelectual, que eras mantidas enclausuradas (*palmas*), tanto que a gente passava e dizia: pinel. O que é pinel? É onde ficavam os loucos, e a Dr^a Nise quebrou esse paradigma.

Muito obrigado pela oportunidade.

Deus o abençoe.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse é o Marcos.

Palmas para o Marcos. (*Palmas.*)

Marcos Cordeiro de Souza Bandeira, que aqui representou Moisés Bauer, Presidente do Conade.

Parabéns, Marcos, por toda a campanha da sensibilidade, de que você falou, a convenção internacional. Já anunciou aqui a de 28 de setembro, quando a Presidenta Dilma vai lançar um plano nacional de políticas públicas para as pessoas com deficiência.

Enfim, meus parabéns. Você deu uns exemplos muito bonitos e pediu aplausos para três pessoas que ficaram marcadas nos Anais da Comissão de Direitos Humanos por recomendação sua.

Vamos passar a palavra ao Sr. Antônio José do Nascimento Ferreira, Secretário Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DO NASCIMENTO FERREIRA – Boa-tarde a todos e a todas!

Trago aqui um abraço da Ministra Maria do Rosário, também parlamentar.

Quero saudar aqui o nosso Senador Paulo Paim, amigo do Movimento das Pessoas com Deficiência, nosso companheiro de outras batalhas. Já estive aqui como representante da sociedade civil. Hoje tenho a satisfação de estar aqui como Governo. Sendo a primei-

ra vez que estou com Paulo Paim após sua reeleição e queria parabenizá-lo por ter renovado seu mandato a serviço do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só para que alguns saibam que as pessoas com deficiência me ajudaram muito. Se sou Senador, devo a elas também esse mandato, porque, no Estado, o apoio que elas me deram foi muito grande.

Quero dizer a todos vocês muito obrigado.

Uma salva de palmas para vocês, para as pessoas com deficiência. (*Palmas.*)

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DO NASCIMENTO FERREIRA – Quero continuar saudando a Mesa, o nosso colega Conselheiro do Conade, Conselheiro governamental do Ministério dos Transportes, Marcos Bandeira; saudar minha colega de Governo, Vera, Secretária de Inspeção do Trabalho; quero saudar aqui o nobre Defensor, Dr. Ricardo; saudar todas as pessoas que nos ouvem aqui no plenário e nos assistem em casa, pela internet e pela TV Senado.

Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência.

Aproveitando o mote levantado pelo Marcos Bandeira, eu gostaria de fazer também, de abrir a minha fala fazendo uma homenagem ao militante, guerreiro, já *in memoriam*, Cândido Pinto, engenheiro civil que, quando ainda estudante, foi acometido pela brutal violência que assolava este País na época do governo fardado, o que o tornou uma pessoa com deficiência, sobre uma cadeira de rodas. Mas ele não perdeu o espírito combativo, terminou os seus estudos, foi um grande militante do nosso movimento e idealizador do Dia 21 de Setembro, por entender Cândido Pinto, no início da década de 80, que, sendo o dia em que abre, em que se inicia a estação da primavera, o surgir das flores e o renovar das folhas seriam o renovar do nosso combustível para lutar pela garantia dos direitos das pessoas com deficiência. (*Palmas.*)

Então, eu queria fazer esta saudação, esta lembrança do nosso companheiro, já *in memoriam*, Cândido Pinto, que foi um grande combatente, um grande idealista e defensor da bandeira de luta das pessoas com deficiência.

Prezado Senador, nós, hoje, poderíamos dizer que, tendo o Brasil uma população de quase 30 milhões de brasileiros e brasileiras com algum tipo de deficiência, nós poderíamos chegar aqui e fazer uma grande lamentação, falar dos grandes desafios que temos, mas eu acho que nós, desse movimento, que está na luta há pouco mais de 30 anos, nós já passamos da fase da lamentação e, desde o momento em que migramos para a fase da ação, nós começamos a perceber que as coisas têm melhorado.

Como eu sou da área da Comunicação, eu gostaria apenas de dar boas notícias, porque eu acho que são boas notícias que a gente precisa dar.

Olha, Senador Paulo Paim, o senhor bem sabe – o senhor que anda por este Brasil inteiro e pelo seu Estado – que ainda são muitos os desafios que nós temos de superar, porque ser diferente, no nosso País, um País que está, de forma globalizada, ainda pensando muito nos estereótipos de beleza, uma beleza, uma perfeição que nem sempre remete à igualdade, ao contrário, deixa as pessoas em situação ainda mais desigual... O senhor, que é um grande militante também de outras bandeiras, como a bandeira de negros e negras, etc, o senhor sabe que não é fácil ser diferente, e nós somos uma população diferente, com diversas diferenças.

Quando a gente faz política para negros e negras, é para negros e negras e ponto final, quando a gente faz políticas para mulheres, são para mulheres, agora, quando se faz política para a pessoa com deficiência, tem de se pensar nas especificidades de cada subgrupo que compõe a grande parcela populacional, no Brasil, de pessoas com deficiência. Tem de se pensar nas especificidades da pessoa cega, da que usa cão-guia, da que não usa cão-guia; tem de se pensar nas da que tem baixa visão; tem de se pensar na especificidade do surdo oralizado, do surdo usuário da língua de sinais; tem de se pensar na especificidade da pessoa que usa cadeira de rodas, da que só usa muletas; tem de se pensar na especificidade daquela pessoa que raciocina com alguma velocidade e da outra que tem grandes dificuldades de ter o seu raciocínio pleno; enfim, temos de pensar em todas as pessoas.

Nessa diversidade de pensares, algumas coisas ficam por pensar ainda, mas o Governo brasileiro, de forma hegemônica, tem pensado nas pessoas com deficiência e tem apresentado essas soluções.

Ora, eu me orgulho hoje, como Secretário Nacional – e esse orgulho é um orgulho positivo –, de coordenar, no Brasil, a política de pessoas com deficiência de um País que tem a legislação mais avançada, para pessoas com deficiência, da América Latina, sem nenhum medo de errar no que estou dizendo.

Olha, o nosso defensor estava, aqui, falando de uma lei que garante o ir e vir no transporte interestadual, no transporte intermunicipal. Nós pensamos no transporte aquaviário. Temos cotas para as pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Temos 10% do Codefat de qualificação para as pessoas com deficiência – não é isso, Secretária Vera? – e uma política de educação inclusiva bastante interessante. Temos uma série de garantias. E são essas garantias que esta Casa colocou, muitas delas por força legislativa,

que têm mudado a vida das pessoas com deficiência no Brasil.

Hoje não se concebe mais um plano diretor de uma cidade que não contemple as questões de acessibilidade, que não mencione o Decreto nº 5.296, que regulamenta a Lei nº 10.048 e 10.098, que não pense na NBR 9050, que não pense nesse arcabouço legal, ordenador, regulamentar, que vem justamente tornando as nossas cidades melhores.

Ainda são grandes desafios. Brasília, o Distrito Federal, grandes desafios sobre acessibilidade arquitetônica, mas também nunca se falou tanto no Brasil como se fala hoje em acessibilidade. Já caiu por terra o conceito do belo, do bonito e do barato. Hoje é o do confortável e do acessível, até porque, Senador, quando uma cidade é acessível, quando uma cidade é boa para as pessoas com deficiência, ela é excelente para todas as pessoas. *(Palmas)*

E é sobre isso que nós temos que trabalhar, para tirar da conta, para que o prefeito nunca mais diga que vai fazer uma rampa porque é para as pessoas com deficiência. O prefeito e o governador têm que pensar que as ações de acessibilidade são para tornar a cidade melhor, mais acolhedora, para que as pessoas...

E hoje no Brasil já temos mais de 24 mil brasileiros acima dos 100 anos. Vejam só, uma população que envelhece. E saibam os senhores que a pessoa idosa, eu digo que já é um pré-deficiente, porque já não ouve bem, já não enxerga bem, caminha lentamente e por isso a cidade acessível, a cidade confortável, ela acolhe as pessoas idosas e acolhe as famílias, porque todo mundo tem um papai, uma mamãe, um vovô idoso e também vai ficar idoso.

Quando trabalhamos as questões de acessibilidade, estamos, permita-me, Senador, tornando a cidade melhor para todos nós daqui a mais um tempo, que muitas vezes ainda não precisamos ou que já precisamos.

Então é importante pensar nisso. E o Brasil tem avançado significativamente nessa questão. Um trabalho hercúleo temos feito junto ao Ministério das Cidades, ao Ministério dos Transportes para que no ano de 2014 as obras que receberão, que acolherão no Brasil a Copa do Mundo sejam acessíveis. Nos entornos, nos modais de transportes, sejam obras acessíveis, sejam ações acessíveis para as pessoas com deficiência e todas as demais pessoas.

Podemos comemorar que o Brasil é o primeiro país da América Latina a ter uma regulamentação pelo Ministério das Comunicações. E faço aqui uma saudação ao Ministro Paulo Bernardo, que, de forma corajosa, no dia 1º de julho, designou que a TV aberta brasileira transmitisse utilizando a audiodescrição.

Ainda são duas horas apenas, durante a semana, na televisão, mas pela primeira vez, Senador, eu, com 39 anos, tive oportunidade de assistir ao Chaves, que eu assistia desde criança, mas não sabia de tudo o que acontecia no programa. E agora já pude assistir com audiodescrição. E como foi bom saber que o Chaves estava chegando com um engradado de bebidas. Vejam que coisa interessante! A gente não sabe dessas coisas.

Televisão é um instrumento – e as pessoas que estão em casa nos vendo sabem disso – que foi feito para as pessoas que veem. As que só ouvem só têm 30% desse conteúdo. Agora, com a audiodescrição, nós temos pleno acesso. E como é bom ter direitos, os mesmos direitos que têm todas as pessoas.

Isso reforça o que diz a nossa convenção, porque o Brasil, ainda não satisfeito com o seu arcabouço legal, ratificou a nossa convenção. E não só ratificou. Esta Casa concebeu a nossa convenção em status constitucional, sendo o primeiro tratado internacional que teve essa prevalência pela Emenda nº 45. Vejam que coisa interessante! Agora a nossa convenção tem status constitucional. E a nossa convenção diz que temos que trabalhar para conceder às pessoas equiparação de oportunidades. E assistir à televisão com audiodescrição é equiparação de oportunidades. Isso é cidadania. Isso é acessibilidade à cidade arquitetônica, acessibilidade à comunicação e às transmissões, já constando a Libras.

Eu acho que esta Casa, Senador, poderia dar o exemplo, colocando língua de sinais também na sua programação televisiva, colocando audiodescrição. Eu sei que o senhor está atento a essas questões, porque nós precisamos avançar nesse sentido.

Para encerrar a minha fala, já que a campanha tocou, eu queria dizer que a acessibilidade que ainda temos que avançar bastante no Brasil diz respeito às questões atitudinais, a atitude das pessoas para com as pessoas com deficiência, nesse entendimento de que são pessoas que têm direito a todos os direitos que têm os cidadãos brasileiros, é que precisa mudar.

Precisamos que as pessoas entendam que as pessoas com deficiência são protagonistas, pessoas que dirigem o seu próprio destino, que não precisam de tutela, que não precisam de piedade, que não precisam de assistencialismo, mas de oportunidade, de políticas públicas que as atendam. E o Governo está preocupado com isso.

No momento em que, no dia 4 de agosto de 2010, o Governo brasileiro concede, o Governo brasileiro cria, na estrutura da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência,

o Governo tem essa compreensão. E já coloca justamente na estrutura da Presidência da República, para que essa estrutura agora possa dialogar com todos os Ministérios, para que a educação pense em educação para todas as pessoas e para as pessoas com deficiência, para que o Ministério do Trabalho pense na qualificação para todas as pessoas e para esse público também, para que a gente possa, Secretária Vera, finalmente preencher as vagas que estão abertas com a Lei de Cotas. É quando o Ministério da Saúde coloca na sua estrutura também um departamento pensando nas ações para as pessoas com deficiência no âmbito da saúde.

E agora, se não bastassem todos esses avanços, a Presidenta Dilma chama 13 Ministérios e os coloca para pensar no que pode avançar no que se refere às pessoas com deficiência.

Deixo também uma sugestão aqui, Senador, que seria depois o senhor convocar uma audiência para que nós pudéssemos vir aqui apresentar para o Brasil e para os senhores esse plano maravilhoso que está sendo gestado no âmbito do Governo, que investirá alguns bilhões de reais para melhorar a situação das pessoas com deficiência, para que essa população possa migrar da classe E para a classe D, da classe D para a classe C, da classe C para a classe B, para a classe A, para que possamos estar todos no mesmo patamar de igualdade de condições, de situação econômica entre todas as pessoas. É para isso que nós temos trabalhado, é nisso que o Governo está interessado, é disso que o Governo está imbuído, não só a Presidenta Dilma, mas todos os Ministérios. Essa é uma das pautas mais positivas. E não é à toa que dentro dessa pauta positiva o dia das pessoas com deficiência seja tão importante, tão significativo no Brasil que, para selar esse direito das pessoas com deficiência, quem sabe hoje, esta Casa, o Congresso Nacional aprovará a Comissão da Verdade, para que todas as verdades sejam apresentadas e para que o povo brasileiro tenha também esse legado. *(Palmas)*

Grande abraço. Muito obrigado pela oportunidade e fico com vocês mais um pouco.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Parabéns ao Secretário Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, Antônio José do Nascimento Ferreira, pela sua exposição com muita clareza. Não deixou nenhuma dúvida. Lembrando – e a Comissão já aceita – a chamada provocação positiva de que, logo após o anúncio que a Presidenta fizer, no dia 28 de setembro, do Plano Nacional de Políticas Públicas da Pessoa com Deficiência, a gente faça aqui uma audiência pública para debater o tema

e para dar a amplitude devida do conhecimento sobre cada um dos artigos.

Cidade para todos. Com certeza não é só para os deficientes. Você fala muito bem. Eu mesmo prefiro a rampa. Quando subo em alguns lugares aí, eu uso muito mais a rampa do que as escadas. E também a lembrança da Copa do Mundo, que tenha a devida acessibilidade.

Eu vou, neste momento, passar a palavra para a nossa próxima convidada, até porque ela tem outro compromisso, provavelmente de votação lá na Câmara, não é? *(Pausa.)*

Mas tem outro compromisso, você explica se quiser. A nossa querida Deputada Federal Rosinha da Adefal é presidente da Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, no Congresso Nacional. Estão acompanhando-as o atual presidente da Adefal, de onde você foi presidente também, Luiz Carlos de Oliveira Santana, e o vereador José Batista, que é cadeirante, da Câmara Municipal de Morimondo. Sejam bem-vindos. Uma salva de palmas para ambos. *(Palmas.)*

A Deputada Federal ROSINHA DA ADEFAL – Boa tarde a todos e a todas. Esta Mesa está mais do que completa, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com a sua chegada ficou completa.

A SR^a ROSINHA DA ADEFAL – Vera, é um prazer reencontrá-la. Estivemos bem pouco tempo lá em Maceió, no Encontro Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho. Foi um prazer tê-la na nossa terrinha linda. Espero que tenha gostado de ter sido recebida lá. Marcos Bandeira, ex-colega do Conade, quer dizer, eu é que não estou mais lá, você continua lá defendendo a bandeira. Dr. Ricardo Emílio Pereira, Defensor Público Federal, e o companheiro Antônio José, militância das antigas e hoje secretário da Secretaria de Promoções dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Com muito orgulho, sinto-me muito bem representada por você lá. Senador Paulo Paim, peço desculpas porque cheguei um pouco atrasada, mas parece que também teve um atraso no começo. Fui almoçar e me atrasei. E peço desculpas de novo, porque vou ter de sair correndo. Coisas de Deputado e Senador. Hoje, o dia está bem corrido, graças a Deus.

Neste dia nacional de luta dos direitos da pessoa com deficiência, sei que temos muito a comemorar, mas ainda estamos como aquela música do Martinho da Vila “Devagar, Devagarinho”, e precisamos começar a andar ligeiro, ligeirinho. Estou até plagiando a sessão solene que ocorreu na Câmara na segunda-feira, onde os alunos da Apae, aqui do DF, cantaram essa música. Depois, não lembro qual foi o Deputado

que disse que realmente precisamos começar a andar ligeiro, ligeirinho. Mas sabemos que todas essas conquistas se devem ao movimento, aos nossos familiares que, com certeza, nos deram respaldo para que pudéssemos abrir esses caminhos. A população de uma forma geral, a sociedade entende a necessidade dessa inclusão, antigamente chamada de integração, de que não precisamos mais bater na porta para fazer parte da sociedade, pois todos devemos, ao mesmo tempo, abrir o nosso coração e a nossa mente, porque precisamos conviver respeitando todas as diferenças.

Hoje, neste dia 21, estaremos lançando – era às 14 horas, mas já estamos atrasadas – uma exposição dos trinta anos do movimento de luta das pessoas com deficiência. Neste momento, também farei uma homenagem à minha Adefal querida, Associação dos Deficientes Físicos de Alagoas, que é o meu sobrenome político, porque, na verdade, a Adefal é a minha segunda família. Está representada aqui pelo Luiz Carlos, que me sucedeu na presidência; o José Batista, que também já foi diretor da Adefal, mas que agora é vereador em Marimondo, uma cidade que também já está bem avançada com relação à acessibilidade, pela brilhante atuação dele. O Luiz Carlos representa a Adefal hoje, que fez trinta anos de movimento, trinta anos de luta, trinta anos de prestação de serviços não só às pessoas com deficiência, mas à população de uma forma geral.

Quero dizer do meu prazer por estar aqui. Mais uma vez, peço desculpas por ter de sair meio que correndo. Parabenizo-o por sua brilhante atuação, todos esses anos, em defesa dessa causa. Eu poderia dizer que nem é sua, mas tenho certeza de que é. Não seria sua porque o senhor não tem deficiência física, intelectual ou sensorial, mas é sua porque sei da sua sensibilidade e do seu envolvimento.

Estou numa expectativa, Antonio José, pelo lançamento de nosso plano. Essa audiência acontecerá em breve aqui no Senado e também já está tramitando requerimento para que façamos essa mesma apresentação do plano na Câmara.

Dentro desse plano, também está contemplada, Deputado, a formação do grupo de trabalho que vai, mais uma vez, se debruçar sobre os encontros regionais que o Conade promoveu para discutir a questão do estatuto, sobre os resultados das duas conferências nacionais, que já houve, da pessoa com deficiência e, principalmente, sobre o texto do estatuto que está na pauta da Câmara para ser votado, uma vez que já foi aprovado aqui no Senado, mas que a gente sabe que, devido a esse longo tempo desde a sua tramitação, de seus ajustes... Agora não, com o advento, com a ratificação da convenção pelo Brasil, a gente precisa

fazer ajustes no texto e esse grupo de trabalho, que já foi anunciado quando da apresentação do plano no Conade, e breve, com certeza, ele vai ser instituído de uma forma oficial... A gente vai fazer esse nosso dever de casa, vamos dizer assim. Dever de casa, não, dever do trabalho, mesmo, não é? Com certeza, a gente conseguirá fazer do estatuto uma realidade que vai tornar de uma forma muito prática e aplicável todos os princípios da convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência, e, primeiramente, o estatuto foi pensado por ti.

Então, eu agradeço, como pessoa com deficiência, todos os envolvidos nessa militância, independentemente de ter uma deficiência ou não.

É importante essa evolução que a sociedade está tendo, mesmo que a gente ache devagar. A gente acha devagar porque a gente está sentindo a dificuldade na pele, vencendo os obstáculos no dia a dia, mas a gente sabe que essa mudança cultural realmente é lenta, mas está acontecendo. Por isso, apesar de ser o dia nacional de luta, e a gente vai continuar lutando, eu digo, também, que hoje a gente já tem muito o que comemorar.

Então, finalizo, mais uma vez pedindo desculpas porque vou ter de dar essa saidinha correndo, mas logo que termine o lançamento... Lá vai ser uma solenidade muito breve, só para fazer, realmente, a apresentação dessa exposição que está lá na Chapelaria, na entrada.

Olá, Eduardo! Não o tinha visto. O Deputado Eduardo Barbosa, companheiro da frente parlamentar.

Então, quero dizer isso, que a frente parlamentar do Congresso, porque ela é mista, fazem parte dela, inclusive, V. Ex^a, o Senador Lindbergh, o Senador Wellington Dias. Todos os Senadores que fazem parte da Casdef têm um envolvimento muito grande com todas as ações da frente parlamentar.

Digo que estamos aí. Continuamos na luta. Hoje é um dia em que a gente precisa, realmente, fazer essa referência, mas também quero dizer que a gente já tem um bocado para comemorar.

Muito obrigada e até breve. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Essa foi a Deputada Federal Rosinha da Adefal, que fez, aqui, o seu pronunciamento. Ela preside a Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência – se é mista, consequentemente, é aqui no Congresso Nacional.

O SR. ANTONIO JOSÉ DO NASCIMENTO FERREIRA – Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não.

O SR. ANTONIO JOSÉ DO NASCIMENTO FERREIRA – Conforme eu já tinha anunciado, eu vou pe-

dir licença aos senhores e agradecer, mais uma vez, o convite. Quero dizer que a Secretaria Nacional está à disposição, somos parceiros, trabalhamos para melhorar a vida das pessoas com deficiência no Brasil e espero que, em breve, a gente possa dar mais respostas do Governo.

Infelizmente, vou ter de sair para acompanhar a Deputada na exposição e também para um outro compromisso aqui, no DF.

Então, um grande abraço e muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. O Ricardo também tem outro compromisso e queria só fazer a sua saudação final.

O SR. RICARDO EMÍLIO PEREIRA SALVIANO

– Sim, quero agradecer a participação, Senador Paim, e a contribuição de todos aqui presentes, e colocar a Defensoria Pública à disposição para discussão da implementação das políticas públicas a favor das pessoas com deficiência.

Eu tenho um compromisso agora e também vou ter de me retirar, mas fica, aqui, o agradecimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – OK. Vamos para a outra mesa.

Não sei se a Vera também quer fazer uma consideração de despedida.

A SR^a VERA LÚCIA RIBEIRO ALBUQUERQUE

– Só quero agradecer o convite – isso é importantíssimo para nós, do Ministério do Trabalho – e me colocar sempre à disposição de qualquer demanda, de qualquer sugestão que possa ajudar nessa luta das pessoas com deficiência.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Eu queria, de imediato, convidar a nossa outra Mesa, convidando, já, Luiz Moreira Gomes Júnior, representante do Conselho Nacional do Ministério Público.

Convido também, de imediato, o Deputado Federal Eduardo Barbosa, que já esteve em uma mesa pela manhã, debatendo esse mesmo tema na sua amplitude.

Também convidamos para estar conosco a Lara Pozzobon, audiodescritora e formadora de audiodescritores, referente ao trecho Rio de Janeiro/Brasília/Rio de Janeiro.

Eu acho que todos os nossos painelistas convidados estão à mesa.

Está, aqui, o Luiz Moreira Gomes Júnior, representante do Conselho Nacional do Ministério Público.

Eu vou tomar a liberdade de começar com o meu amigo, Deputado Federal Eduardo Barbosa.

Eu disse, pela manhã, para o Eduardo que muita gente diz: “Ah, o Paim é o autor do Estatuto do Idoso.”

Eu sou autor do projeto original, disse lá e vou repetir aqui, mas nós não tínhamos o Estatuto do Idoso, no Brasil, se não fossem dois Deputados Federais, faço questão de destacar: Eduardo Barbosa e Silas Brasileiro, Presidente e Relator daquele projeto. (*Palmas.*)

Eles viajaram pelo Brasil mais do que eu e construímos, no final, um grande entendimento, que não foi fácil também. Só nós sabemos, com a história da política nacional do idoso, e tal, mas, no fim, incluímos na íntegra.

Então, essa salva de palmas que vocês deram é justa e merecida, para que o Brasil saiba mais do papel tanto seu, como do Silas Brasileiro. Foi um papel gigantesco para construir o Estatuto do Idoso.

Deputado Federal Eduardo Barbosa com a palavra, Presidente da Federação Nacional das Apaes.

O SR. EDUARDO BARBOSA – Boa-tarde a todos. Desculpem-me pelo atraso, mas eu, como Deputado Federal, na quarta-feira, conciliar todas as agendas, vocês imaginem que é complexo. Hoje pela manhã, nós já tivemos aqui, também, dentro da Comissão de Educação e de Direitos Humanos, uma outra audiência pública voltada para a educação especial, em que eu também tive a honra de ser convidado para expor as nossas ideias e opiniões.

Eu não poderia deixar de estar aqui, pelo honroso convite, representando a Federação Nacional das Apaes, entre companheiros e amigos que compuseram e que compõem esta mesa, em que o Senado também marca, no dia de hoje, um projeto de lei de autoria do Senador Paulo Paim, que, hoje, se torna realidade, quando no Brasil inteiro, em todos os cantos, se comemora este como o Dia Nacional de Luta em Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

O Paulo Paim é muito carinhoso. Eu o chamo de Paulo, tirando o Senador, porque, felizmente, no Congresso Nacional, a gente tem a felicidade de, além das siglas, estabelecer relações de confiabilidade com muitos dos Parlamentares – nem todos, às vezes por não haver possibilidade de trabalharmos juntos.

Paulo Paim, quando era Deputado Federal, fez várias proposições. Uma delas foi o Estatuto do Idoso. Depois, ele veio para o Senado e coube a nós conduzir esse projeto de lei dentro da Câmara.

Ele é muito carinhoso comigo, porque ele, como autor, acompanhou a comissão especial que trabalhou para a elaboração do Estatuto e ele sabe que nós tivemos de enfrentar muitos embates, às vezes por não entendimento, por não esclarecimento.

Essa questão do Estatuto é interessante porque todos nós, que lidamos com a lei e com o fazê-la prática, entendemos que quanto mais didática for a lei, melhor para ser aplicada, não é, doutor?

No entanto, muitas pessoas ficam com medo de, quando se propõe o Estatuto, perder direitos, restringir direitos.

Eu lembro que talvez o Estado com embate maior tenha sido o do próprio Senador. Pela confiança que seus eleitores tinham, eles mobilizaram alguns segmentos, lá, para contrapor a proposta do Senador Paulo Paim. E olha que eu, no Rio Grande do Sul, imaginem, tive de bater a mão na mesa e dizer: “Poxa, vocês não estão entendendo nada.”

Ali, a partir dali, nós começamos a construir uma nova visão do que representaria o Estatuto.

Hoje, Paim, a felicidade que a gente tem é de saber que o idoso anda com ele na bolsa, debaixo do braço, e que a gente sabe que os promotores e os juízes têm nele a grande referência. Tem muita coisa ali.

Às vezes, reclamam que o direito não é cumprido, mas, por exemplo, uma questão do Estatuto do Idoso que é cumprida em todos os cantos do Brasil é o acesso ao medicamento a que o idoso tem direito.

Hoje, você vai ao Ministério Público e já tem, às vezes, um papel padronizado para o idoso, que ele preenche e apresenta receita do medicamento de uso continuado. Em 15 dias, às vezes, o gestor público já é obrigado a cumprir.

Isso, para uma população de baixa renda, tem um significado muito grande.

Então, é igual você falou. Ninguém sabe como foi construído, mas é isto que dá prazer ao Parlamentar: ver algumas coisas, às vezes até pontuais, mas significativas na vida cotidiana das pessoas.

Bom, em relação ao tema de hoje, que é o meu tema, que é o nosso tema, de que o Senador Paim também faz parte, porque ele, também, é um Senador envolvido emocionalmente e politicamente com a causa, tanto é que é o autor, também, do Estatuto da Pessoa com Deficiência, outro embate que não conseguimos, ainda, dissipar, mas devagarinho as coisas vão acontecendo...

Nessas áreas, tem tanta paixão, e a gente vai amadurecendo.

Na realidade, os movimentos sociais, no Brasil, com algumas exceções, são muito recentes e novos, e todos querem ser os atores principais de uma defesa de direitos.

Às vezes, aquilo que não emana de um grupo cria resistência no outro.

Isso faz parte da imaturidade política, que nós vamos, devagarinho, transformando.

É hora de, muito, as entidades não concorrerem entre si, mas de as entidades convergirem para aquilo que é positivo, que é importante.

No Brasil, nós sabemos que tivemos conquistas fundamentais, principalmente sob o aspecto legal. O Dr. Luiz está aqui e sabe disso.

A nossa legislação é um exemplo para o País inteiro e o Estatuto vem, nada mais, copilar tudo que nós temos para trazer um arranjo único, para que seja facilitada a compreensão pelas pessoas dos direitos que têm.

Tivemos, sim, avanços importantes nas últimas décadas, em relação à consciência de direito. Eu sou de uma época, ainda... Eu tenho 25 anos de militância na área e quando os pais, às vezes, nos procuravam para o atendimento dentro de uma Apae, por tudo que a gente fazia eles eram superagradecidos, porque não tinham consciência do direito. Então, parecia que era concedida a eles alguma coisa que eles nunca conquistaram em lugar nenhum, ou seja, eram tantas portas fechadas que, quando chegavam em uma entidade que os acolhia, eles se sentiam identificados e agradecidos eternamente, não é isso?

Felizmente, eu continuo trabalhando com família. Eu nunca deixei de trabalhar com família. Tem escola de pais, da Apae de Belo Horizonte, que eu coordeno e quatro dos temas de aulas sou eu que dou. Nós temos vários professores e eu coordeno isso.

Então, estou em contato permanente e direto com as famílias. Nada meu é vazio, não é só emanado do que eu penso, mas, sim, da ausculta e do sentimento principalmente das famílias e das pessoas com deficiência.

Felizmente, isso mudou, Senador. Hoje, as famílias já buscam o direito. Elas já não são agradecidas só pelo agradecimento. Elas são companheiras; elas, realmente, são solidárias à luta e têm em nós todos companheiros de luta, mas sabem que os direitos estão dados e que nós temos, agora, de persegui-los. Eu acho que isso é o que a gente deve comemorar.

Agora, é cruel a vida das famílias e das pessoas com deficiência ainda, isso também temos de colocar muito claramente. Primeiro, porque a família pobre vive com muita dificuldade, principalmente quando tem de fazer a opção para poder proteger um filho que é mais vulnerável do que os outros. E o pobre às vezes não tem muitas dessas alternativas. Às vezes até para investir nos seus filhos, para ter algum tipo de retorno para o bem-estar daquele grupo, às vezes é mais fácil investir naquele que tem possibilidades, não é isso? Então, o mais comprometido ainda depende muito mais dos movimentos sociais, das políticas públicas, porque a família se sente muito só na busca desses atendimentos a que tem direito.

E os atendimentos são longe da sua família. Onde moram... As pessoas, as famílias têm de fazer

peregrinações para buscar o atendimento que precisam. Isso também exige recursos financeiros – para se deslocar, para se deixar de trabalhar; a pessoa não tem com quem ficar. E assim vai.

Então, a gente percebe que as políticas sociais, principalmente de assistência social, ainda são muito distantes dessa realidade. No Brasil, não temos políticas de cuidadores, a questão de abrigos é uma complexidade.

Agora mesmo, o Presidente da APAE do Belo Horizonte me liga: “Estou com a polícia na porta da APAE, com a determinação judicial de que tenho de receber um autista que tiraram da família; existe uma questão grave naquela família e estou obrigado a recebê-lo”. Interessante. E, só para salientar, a Prefeitura de Belo Horizonte não tem um convênio de parceria com a APAE de Belo Horizonte, a qual é uma organização governamental que está resolvendo uma questão que é pública, de política pública, de responsabilidade. Então, fica aquele jogo: eu, para me livrar do problema, passo e repasso o problema.

E o Presidente da APAE agora não tem uma casa transitória para receber. Temos lá oito casas-lares, mas com a concepção de que essas casas são dos meninos que não têm referência familiar. Eles têm mãe social, mas nós não concordamos em que, por uma medida judicial, coloque-se uma pessoa que interfira na dinâmica familiar, porque lá eles vivem, moram, é a casa deles. Essa rapazeada, essa moçada era toda institucionalizada na Febem. Quando extinguiu a Febem, o Estado procurou as APAEs, para parceria, para transformar a vida desses indivíduos, que não conheciam a comunidade, porque viviam dentro de muros, porque foram lá deixados também por policiais.

E o que acontece? Nós fizemos um programa – e tenho muito orgulho dele – em que instituímos as casas que são deles – casas deles –, na dinâmica própria. E existe parte de recurso público e também uma sustentação da entidade na supervisão disso.

Agora, por exemplo, não é justo, por uma medida judicial, vir uma pessoa a sua casa e definir quem vai morar lá, para poder tumultuar todo um processo de organização daquela própria casa. E são pessoas com deficiência intelectual grave e tudo mais.

Então, vê-se a lacuna que temos ainda. O Judiciário às vezes não tem como solucionar esse problema; as organizações acabam continuando a suprir uma necessidade que é de obrigação do Estado e, com um espírito muitas vezes altruísta e humanista, continuam às vezes criando a condição de dignidade para muitas pessoas.

Então, só citei um exemplo claro de como o papel das organizações ainda é fundamental na vida de muitos.

Aí vamos trilhando na própria política de saúde. Avançamos? Avançamos. Temos um programa de prótese e órtese? Temos. Mas a burocracia para o atendimento dessas pessoas é ainda muito grande. Por exemplo, uma pessoa que precisa de prótese no interior do Estado, seja ela qual for: a política de habilitação é regionalizada. Vou dar um exemplo do meu Estado, que conheço bem. Uma pessoa com deficiência no Sistema Único de Saúde, na cidade de Paracatu, que fica aqui próxima, no noroeste mineiro, quando recebe pelo atendimento para uma utilização de prótese, Mara, precisa ir até Uberlândia, para poder fazer a medição e depois fazer a adaptação e depois fazer a reabilitação.

Vocês sabem o que é viajar numa van do SUS, de Paracatu a Uberlândia, dias a fio, semanas a fio, até fazer essa adaptação e a recuperação? Quantas horas de viagem? No mínimo, umas quatro horas e meia, cinco, de ida e volta. Só que a van tem de sair às 4 horas da manhã, porque ela leva não só essa pessoa para reabilitação, leva essa – vou encerrar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – São mais cinco minutos.

O SR. EDUARDO BARBOSA – Leva essa e outros que vão para outros tratamentos fora da sua cidade – para quimioterapia, hemodiálise e assim por diante. Então, aquele paciente viajou, submete-se à reabilitação, tem de esperar todos os pacientes da van completarem seu atendimento, para voltar de noite. Você acha que eles... É uma jornada. Ou seja, a reabilitação feita, Mara, na viagem já se perdeu, porque viajar de van, num banco duro, imagine, Paim.

Então, é interessante como o sistema se organiza. É viável assim, economicamente, mas ele é muito distante. A Mara tem as melhores cadeiras do mundo; a cadeira dela é importada. A Mara precisa movimentar-se nessa cadeira durante o dia todo, porque não pode ficar numa posição só; pela sua condição, ela sente mais frio do que todos nós. Então, a temperatura não ajuda. Ela precisa aquecer-se. E ela tem uma estrutura que podemos considerar privilegiada dentro de um contexto brasileiro. Agora, o que falta é uma cadeira adaptada, apropriada. Só quem precisa da cadeira sabe a sua importância. Vai ficar numa cadeira por 24 horas, para ver o que é, não é isso, Soares? Não é simples.

No entanto, as nossas cadeiras disponíveis, por exemplo, são de má qualidade. Não temos ainda uma tecnologia produzida no Brasil; os recursos são escassos. Mara estava colocando-me ontem... Eu estava conversando com ela, porque uma das coisas em que

temos de avançar no Brasil é a tecnologia assistiva, porque a tecnologia está à disposição do homem no mundo. Graças a Deus, a ciência e a tecnologia desenvolveram um punhado de coisas que dão autonomia e independência. No entanto, é ela restrita a pouquíssimas pessoas no Brasil. São pouquíssimas mesmo, dá para contar nos dedos. E produtos importados, caríssimos! A Mara conta com entusiasmo que, lá na ACD, veste o esqueleto e corre na esteira com esse esqueleto, num passo perfeito. Quantas pessoas...

A ACD, em São Paulo, tem um equipamento como esse. Os demais nunca desconhecem. Isso significa esperança para ela, que é tretraplégica e que, de fato, sonha com a tecnologia, para reverter um quadro de independência maior. Apesar de sua cabeça ser brilhante – ela exerce uma função pública de relevância –, é lógico que ela depende de um aparato em torno dela, até para exercer sua função. Isso é restrito a poucas pessoas, porque a política de cuidadores também não existe e seria essencial para a grande maioria da população.

Na questão da educação – hoje discutimos, mas precisamos ampliar esse debate; não vou voltar a esse assunto –, não podemos ter políticas restritivas de alternativas na educação. Elas têm de ser ampliadas. A educação inclusiva é uma possibilidade de ampliar esses direitos, mas isso não significa que devemos restringir as escolas especializadas. As coisas devem coexistir. A educação profissional é outro desafio, tanto que nós conseguimos na Câmara emendar e fazer com que a pessoa com deficiência pudesse ser vista no Pronatec.

Veio um projeto de lei que não contemplava, e tivemos de trabalhar para que isso acontecesse. Graças a Deus, tudo ocorreu bem. A própria Presidenta da República fez a intervenção dela e entendia que deveria ser acatado.

Por último, gostaria de só salientar uma preocupação muito grande, Paim, até em sua homenagem também, com a questão do envelhecimento da pessoa com deficiência. Se a questão do idoso no Brasil é complexa, quanto à da pessoa com deficiência, principalmente com dependência maior – tanto a deficiência intelectual, o autismo com deficiência intelectual, quanto outras deficiências que precisam de cuidados extensivos de outras pessoas –, não há nenhuma política voltada para o envelhecimento digno da pessoa com deficiência.

E, na área da deficiência intelectual, nós temos um agravante. Os pais estão morrendo antes das pessoas com deficiência. Antes, as pessoas com deficiência morriam antes dos pais. Com isso, há agora uma angústia muito grande dos pais, que estão fragilizando-

-se – o que é normal no envelhecimento –, ao verem que seus filhos não têm com quem ficar.

Vê-se que dessa política de abrigos, de casas-lares, de proteção mesmo ao indivíduo que precisa de uma supervisão mais contínua precisamos tratar, tanto na lei da Previdência, porque ela é muito importante...

Tenho um projeto de lei que não é o ideal, mas que até prevê a possibilidade de seguros pagos, para que, se os pais morrerem amanhã, o filho tenha um seguro, para poder cobrir as despesas com o cuidador. É um projeto que apresentei, tentando resolver em parte. Mas há uma grande maioria da população, que não tem como fazer seguro.

Agora, se você puder fazer e tiver um filho, talvez o faça com tranquilidade: “Pelo menos isso vou deixar”.

Até, emblematicamente, para encerrar, quero dizer que há um pai nosso, lá de Janaúba, no norte de Minas, que vira para nós e fala assim... Ele tem um filho com deficiência intelectual e tem outra filha que não é deficiente. Então, ele fala para nós assim: “Eu sou pobre, mas luto para deixar alguma coisa para o meu filho, porque, se ele tiver alguma coisa, a irmã vai cuidar. Agora, se ele não tiver nada, não vai ter quem cuide”. E ainda fala assim: “Quando ela arranja um namorado, só fico olhando se esse namorado dela gosta do meu filho. Sou até egoísta, porque, em vez de estar preocupado em saber se ele gosta da minha filha, estou preocupado em saber se ele gosta do irmão da namorada, porque sei que, se ele casar com ela e se não concordar, ela não vai poder acolher o irmão ou cuidar dele”.

Então, vê-se o que passa na cabeça das famílias, a preocupação. Coisas que não pensamos eles pensam, inclusive com estratégias que nunca colocamos como estratégias reais e viáveis.

No mais, fico muito feliz, porque... Nós éramos muito solitários no Congresso Nacional, não é, Paulo Paim. Houve uma época em que nós éramos pouquíssimos parlamentares.

O Paulo Paim sempre lutou; o Flávio Arns de quem sentimos uma falta muito grande aqui, apesar de ele estar exercendo uma função pública importante como Secretário de Educação no Paraná e como Vice-Governador. Tínhamos muito simpatizantes, muitas pessoas acolhiam, mas, com conhecimento de causa, poucos. E hoje ampliamos isso. Temos visto que, além dos Deputados Federais com deficiência física – a Mara aqui é uma delas; Rosinha esteve aqui; há também o Walter Tosta também, que está lá –, sentimos que há uma sensibilidade muito diferente dos Congressistas nesta legislatura. E temos de aproveitar este momento para os avanços que precisamos ter.

Então, muito obrigado.

Paim, você também é do coração da gente sempre.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Você também.

O SR. EDUARDO BARBOSA – Um abraço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Deputado Federal Eduardo Barbosa, que já esteve durante toda a manhã conosco, lá na Comissão de Educação. Ele só foi almoçar e já veio para este debate aqui, deixando uma contribuição mais uma vez enorme, inclusive com um projeto de lei novo, esse do seguro. Ele contou o porquê do projeto, que tem toda uma lógica. Inclusive, a historinha que você contou aí é muito verdadeira, não temos nenhuma dúvida.

Parabéns, Eduardo Barbosa. Permita que eu diga: você e o Silas Brasileiro, um dos pais do Estatuto do Idoso... Do Estatuto do Idoso! Olhe bem o que estou dizendo. E, naturalmente, todo o trabalho que ele tem com as pessoas com deficiência, o trabalho com as APAEs, que é brilhante.

Vou passar, neste momento, com muita satisfação, a palavra para a Mara Gabrilli, que é Deputada Federal e que veio aqui para prestigiar todos nós.

A SRª MARA GABRILLI – Não poderia deixar de passar aqui, para prestigiar mesmo. Como o próprio Deputado Eduardo falou, principalmente hoje, nossa agenda está bastante comprometida.

Eu queria dizer-lhe, Senador, que para mim é uma honra passar aqui, num dia como este, e poder festejar muita conquista.

Acho que eu nem sonhava em ser política. Eu vim para Brasília, para participar de discussões do Estatuto. Acho que um dia também não gostei do Estatuto. Assim, numa onda, numa leva de pensamentos, tanta coisa aconteceu, tantas transformações aconteceram.

Tive o privilégio de poder participar da Convenção da ONU e, de repente, venho a participar de um mandato, com mais dois cadeirantes, com mais quatro parlamentares com algum tipo de deficiência, num momento em que acredito que seja muito especial, com o Estatuto na boca do gol, para ser votado. Isso é bastante interessante para mim.

O próprio Eduardo acabou falando até as razões pelas quais acabei ingressando nessa vida política. São questões tão básicas, que fui percebendo que quanto mais você ferramenta, quanto mais equipa ambientes e a vida de pessoas que têm algum tipo de deficiência, menos deficiência elas têm.

Então, eu, com uma deficiência teoricamente grave, já que não me mexo do pescoço para baixo, pouco me lembro de que tenho essa deficiência, porque sempre tive toda a condição de ter alguém 24 horas por

dia do meu lado. É o que o Eduardo estava falando: da importância de um cuidador. Para a Gil eu não preciso nem falar mais as coisas: ela já adivinha. E, assim, ela funciona como meus braços, pernas e outras coisas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos bater palmas para ela. (*Palmas.*)

A SR^a MARA GABRILLI – E como temos de valorizar uma profissão como essa e ajudar a capacitar, cada vez mais, cuidadores.

Às vezes as pessoas me perguntam: “Você nunca tem independência, porque tem de ter alguém do seu lado 24 horas por dia...” Eu falo: não, pelo contrário. Por causa disso, tenho toda a independência e me sinto com toda a autonomia. Embora eu não me mexa, tenho essa condição.

Fora isso, questões como as que o Eduardo falou: da cadeira, da almofada. Por que pessoas, na periferia de uma cidade, não podem sentar numa almofada Roho, por exemplo, que é de qualidade? Eu estou sentada no ar. Assim, nunca, em 17 anos, desde que quebrei meu pescoço, tive uma ferida. E as pessoas geralmente... É uma condição *sine qua non* ter uma ferida – no hospital já. Encarece demais para o Governo ter de cuidar dessa ferida.

Então, se as pessoas estiverem mais saudáveis, em condição de exercer cidadania, que é como me sinto... Para eu conseguir pegar um avião toda semana, vir para cá, voltar, trabalhar, tenho de estar, realmente, com muita saúde, que é o que tenho, com muita disposição. E tenho isso por toda uma oportunidade, porque faço exercício todo dia, pelo menos três horas por dia, para que eu me mexa pelo tempo necessário, já que, no resto do dia, não vou conseguir mexer-me da forma como meu corpo precisa.

E sou a prova de que, quando temos essa oportunidade, não existe limitação que nos impeça de fazer e de realizar os nossos sonhos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – As palmas são para você. Fale mais. Fale mais.

A SR^a MARA GABRILLI – Acho que hoje o meu sonho é ver as pessoas com deficiência com uma qualidade de vida maior. Acho que isso é um fato, já que o Governo Federal vai lançar um grande programa para as pessoas com deficiência. E acredito que essa data esteja marcada para a semana que vem, dia 28 de setembro. Acho que a Dilma está dando-me um presente de aniversário, porque é o meu aniversário, e vai ser o lançamento desse grande programa.

Já era tempo de olharmos para esse público. Já era tempo de tirar esse público um pouco da exclusão. E estamos falando de tudo: de equipamentos; de aparelhos auditivos; de audiodescrição, que tem ali a nossa amiga.

Uma pessoa com deficiência tem de exercer a cidadania em todas as dimensões. Ela não é só saúde, não é só trabalho; ela é entretenimento, cultura, esporte, educação.

Então, quero dizer do orgulho que tenho de hoje poder participar desse desenvolvimento brasileiro; de ter pessoas como o Eduardo, que, há muito, já vinha trabalhando na Casa, assim como o Senador, o meu amigo Marcos e tantos outros que vieram construindo. Eu cheguei e já peguei muita coisa bem embalada. E hoje, na hora em que o Presidente da Câmara, Marco Maia, virou e falou que estava aberta a votação para o Ministro do TCU, que viria da Câmara Federal, e temos uma urna adaptada para os parlamentares cadeirantes, eu falei: “Nossa, olha que evolução, olha o que nós passamos”. E tem lá também o elevador para que eu, por exemplo, possa falar da tribuna e não do chão, porque fazer um discurso sobre acessibilidade do chão seria muito incoerente, falar de uma lei que foi aprovada nas duas Casas e que não seria cumprida se não tivesse. E ainda mais: foi desenvolvido um equipamento só para eu poder registrar a presença e votar com o movimento do meu rosto. Isso mostra para todo o Brasil que quem tem que se adaptar é o meio, que quem tem deficiência são as cidades, e as pessoas, quanto mais a gente ferramenta esses espaços, menos deficiência aparece, e é isso que a gente quer para o nosso Brasil e poder comemorar hoje todas essas conquistas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Essa foi a Mara, Deputada Federal. Qual é a data de aniversário mesmo? Vinte e oito, e você não estará aqui nesta sessão na semana que vem porque vai estar lá com o Vicentão. “Parabéns pra você, nesta data querida, muitas felicidades, muitos anos de vida”. Muito bem, Mara, você foi brilhante em sua fala, otimista, energia alta, auto estima muito forte. Por isso fiz questão de dizer: “Fala mais, fala mais”, para que cada brasileiro e brasileira que está assistindo à TV Senado neste momento percebam como a gente vê esses obstáculos. Você é um exemplo dessa trajetória, dessa caminhada bonita de vida. Parabéns. Foi uma alegria tê-la recebido aqui, e uma alegria também ter cantado o Parabéns.

Vamos passar a palavra ao Luiz Moreira Gomes Júnior, representante do Conselho Nacional do Ministério Público.

O SR. LUIZ MOREIRA GOMES JÚNIOR – Sr. Presidente, Paulo Paim, Sr. Deputado Federal Eduardo Barbosa, Sr^a Deputada Federal Mara Gabrilli, senhoras e senhores, eu sou representante da Câmara dos Deputados no Conselho Nacional do Ministério Públi-

co, e queria aqui dizer da importância de um evento como este e desse trabalho do Dr. Eduardo Barbosa, que vem sendo realizado há muito tempo no Parlamento brasileiro. É preciso que nós – eu sou formado em Direito, sou professor de Direito – estabeleçamos algumas premissas quando nós tratamos da inclusão de pessoas com deficiência na sociedade brasileira. A primeira delas: o Parlamento brasileiro nessa questão é vanguarda, nessa e em outras questões. Mas nessa em especial, isto é, de estabelecer uma política de inclusão, conferindo às pessoas com deficiência, como eu, direitos, o Parlamento brasileiro está muito à frente, por exemplo, do Ministério Público brasileiro ou do Judiciário. Eu, como representante da Câmara dos Deputados no Conselho Nacional do Ministério Público, presto contas mensalmente das minhas atividades lá. Nessas atividades, eu queria aqui ressaltar a disponibilidade de S. Ex^a, o Presidente da Câmara dos Deputados, quando, há seis meses, eu encaminhei a ele, Presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia, e manifestei que eu apresentaria no Conselho Nacional do Ministério Público uma proposta de resolução, criando o Núcleo Permanente de Acessibilidade no Ministério Público e adaptando o Ministério Público, as instalações, as suas estruturas, tanto físicas quanto simbólicas, às pessoas com deficiência, o Presidente Marco Maia colocou imediatamente a Presidência da Câmara dos Deputados à disposição. O que realça o comprometimento dos poderes políticos com essa maneira, porque, diferentemente dos outros, sobretudo dos ramos do sistema de Justiça, é aqui que essas questões são não apenas elaboradas, mas discutidas.

Eu, como professor, Senador Paulo Paim, também queria chamar a atenção para um aspecto muito importante, que tem sido a atuação do Ministério da Educação na política de inclusão no Brasil.

O que fez o Ministério da Educação? Estabeleceu, nos instrumentos de avaliação, como requisito para credenciamento de instituições de ensino, a acessibilidade. Então, hoje, quando uma escola de nível médio ou fundamental ou instituições de ensino superior são avaliadas pelas Comissões do Ministério da Educação, há um critério específico de avaliação, que diz respeito à acessibilidade, à disponibilidade de tradutores da língua dos sinais etc, segundo a necessidade dos alunos. Porque aqui, como bem realçou o meu amigo Deputado Eduardo Barbosa, um dos grandes problemas das pessoas com deficiência diz respeito a uma educação inclusiva.

Eu, por exemplo, que sou deficiente, por determinação dos meus pais, porque eles não admitiam que o filho deficiente mais velho fosse criado diferentemente dos outros, pude obter, por exemplo, o grau

de doutorado, ser professor e, com isso, obter autonomia, inclusive econômica. O que ocorre – e aqui os Deputados e o Senador Paulo Paim podem dizer – é que, em geral, a pessoa com deficiência é alguém que sequer é observada pelos demais. Então, nós tínhamos uma cultura no Brasil, que, felizmente, está sendo modificada a partir dessas lutas aqui já mencionadas, passamos a não mais exigir que nossos direitos de pessoas com deficiência fossem tolerados. Nós não pedimos mais direitos; nós reivindicamos direitos. E essas iniciativas são fundamentais, por quê? Porque, na medida em que a pessoa com deficiência ou aquelas pessoas que sofrem discriminação, por exemplo, os negros, as mulheres, hoje, pela primeira vez na história, uma mulher abre a Conferência das Nações Unidas. Primeira vez na história em que uma mulher abre a Conferência das Nações Unidas, e essa presidente é a Presidente do Brasil. Então, essa questão do preconceito tem uma nuance cruel que é a introjeção pelo que sofre preconceito do preconceito em si.

Eu me lembro, Senador Paulo Paim, quando era menino, quando entrava em ônibus coletivo, toda vez que eu via alguém que tinha a mesma deficiência que eu, eu me envergonhava. A consciência da deficiência do outro impunha em mim uma vergonha de ser diferente, porque de tal modo o preconceito social é forte que ele nos impõe a nós próprios uma auto-exclusão. Por isso, precisamos de políticas como as elaboradas pelo Deputado Eduardo Barbosa, por V. Ex^a, pela Deputada Mara Gabrilli, pelo Deputado Walter Tostes, pela luta do Senador Lindbergh Farias; precisamos trazer à pauta essa questão que vem sendo no máximo tolerada. Essa questão do negro, do deficiente, da mulher, do índio, do homossexual, do cigano precisa deixar de ser um problema que nós contornamos e passar a ser tematizada. Aquele menino, como eu, se envergonhava. Eu baixava a cabeça. Eu só levantava a cabeça quando aquela pessoa descia do ônibus. Alguém, como eu, isto é, o peso da discriminação. Ser criado num ambiente e ser educado num ambiente de inclusão... Por isso, acho que o Ministro da Educação, Fernando Haddad, quando determinou a inclusão nos instrumentos de avaliação prestou um serviço a toda a sociedade brasileira, isto é, impor às instituições que reconheçam na criança com deficiência direito irrestrito à educação.

Eu estou aqui, Sr. Senador Paulo Paim, e vou também encaminhar o mesmo documento à Câmara dos Deputados, porque, como eu disse, o Brasil, a sociedade brasileira, por obra do Parlamento, por obra dos poderes políticos, tornou o Brasil uma das repúblicas mais modernas no que diz respeito à inclusão das pessoas com deficiência. Nosso aparato normativo...

Nossas leis são absolutamente modernas. O que falta hoje é tirar a lei do papel.

Eu encaminhei ontem ao Conselho Nacional do Ministério Público no qual eu tenho assento como representante da Câmara dos Deputados, uma proposta de criação do núcleo permanente de acessibilidade, adequação das edificações e serviços do Ministério Público, da União e dos Estados às normas de acessibilidade. Eu obtive nessa proposta...

Esta Casa do Congresso Nacional tem muito poder. Eu estive na semana passada no gabinete do Senador Lindbergh Farias pedindo que ele, como Presidente da Comissão Mista do Congresso Nacional, enviasse um ofício apoiando essa iniciativa. Ontem, quando entreguei a proposta de resolução, li em plenário o ofício do Sr. Senador Lindbergh Farias. V. Ex^a não tem ideia do quão importante foi esse ofício para que essa proposta de resolução fosse recebida de outro modo: imediatamente se ordenou que a proposta de resolução constasse no *site* do Conselho Nacional do Ministério Público.

O que estamos querendo com isso? Eu gostaria de solicitar encarecidamente o apoio da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, na pessoa de V. Ex^a, Senador Paulo Paim e na Senador Lindbergh, para que tanto a Câmara dos Deputados quanto o Senado Federal apresentassem a mim dois nomes. O que estamos querendo fazer? O Ministério Público brasileiro não está adaptado. A minha presença como deficiente físico no Conselho traz esse tema ao cenário do Ministério Público brasileiro.

Eu contei – digo isso a título de exemplo – com a colaboração para elaboração dessa resolução de uma Promotora de Justiça da Paraíba, Dr^a Ana Carolina Coutinho, que na Paraíba é uma parceira das pessoas com deficiência no sentido de implementar tais políticas.

Então, o que solicito a V. Ex^a? Que o Senado Federal, por meio da sua Comissão e da Comissão do Senador Lindbergh Farias, indique uma pessoa e que a Câmara dos Deputados indique outra.

Qual é o nosso propósito? Nosso propósito é instituir esse núcleo permanente de acessibilidade no Conselho Nacional do Ministério Público.

Qual é o primeiro propósito? O Ministério Público não pode cobrar o que ele não tem, isto é, a acessibilidade. Nós vamos, por meio desse núcleo permanente de acessibilidade, determinar que o Ministério Público proceda ao cumprimento de todas as normas conferidas e promulgadas pelo Congresso Nacional. Em segundo lugar, feito isso, imediatamente após, esse núcleo permanente de acessibilidade pautará a atuação do Ministério Público brasileiro, isto é, do Ministério Público Federal, do Ministério Público do Trabalho, do

Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, do Ministério Público Militar e do Ministério Público dos Estados de todas as entidades da Federação de modo a proceder à efetivação das leis que o Congresso Nacional promulgou há dez anos. O grande problema é que temos hoje um hiato: as nossas leis, que já têm dez anos, e a falta de efetividade dessas leis.

O Ministério Público brasileiro... Enquanto eu estiver no Conselho Nacional do Ministério Público, como representante da Câmara dos Deputados, eu me empenharei pessoalmente, como coordenador dessa comissão, para transformar o Ministério Público no braço executivo das determinações do Congresso Nacional. (*Palmas.*)

Eu gostaria que fosse feita essa indicação, tanto de membro da Câmara quanto do Senado, porque ela é muito importante, porque, por ser o Congresso Nacional um Poder da República, talvez o Poder que exerça o maior protagonismo, porque, por exemplo, o orçamento do Ministério Público passa por aqui, o orçamento do Executivo passa por aqui. Então é um poder que as pessoas e as instituições não costumam contornar.

Sr. Presidente, eu estou entregando em suas mãos a proposta de resolução e gostaria de continuar contando com o apoio de V. Ex^a e o do Senador Lindbergh Farias. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu recebo o documento. Pode ter certeza absoluta de que tanto eu assim como o Senador Lindbergh, que preside a Subcomissão das Pessoas com Deficiência – eu, em nome da Comissão de Direitos Humanos – vamos tomar todas as medidas, conforme solicitado.

Parabéns. É motivo de orgulho para todos nós saber que você lá representa esta Casa legislativa. Isso nos dá a segurança de que o que for aprovado aqui e transformado em lei o Conselho Nacional do Ministério Público vai se empenhar para que seja cumprido com o seu acompanhamento. Parabéns!

Vamos agora passar a palavra a Lara Pozzobom, audiodescritora e formadora de audiodescritores referentes ao trecho Rio de Janeiro-Brasília-Rio de Janeiro.

A SR^a LARA POZZOBOM – Eu gostaria de agradecer o convite ao Senador Paulo Paim.

A minha contribuição aqui vai ser a de dar um relato sobre um projeto que colabora com a diminuição do preconceito e com a inclusão efetiva das pessoas com deficiência.

O projeto é um festival de cinema e sua derivação é um programa de TV. Concretamente, é apenas isto: um festival de cinema e um programa de TV, mas subjetivamente nosso projeto é de transformação das

consciências, de transformação da sociedade, isso porque os filmes que a gente traz...

É um festival de cinema chamado Festival Assim Vivemos.

Por que é um projeto de transformação de consciência e, portanto, de transformação da sociedade? Por que filmes lidam com o imaginário das pessoas. O impacto de um filme na compreensão de questões e na tomada de consciência é muito contundente. Os conteúdos apresentados nos filmes, por serem mediados pela arte, atingem um lugar muito profundo na consciência das pessoas, porque arte lida com sentimentos, com afeto, com juízos.

O Festival Assim Vivemos é um festival internacional de cinema que traz filmes de todos os continentes sobre questões de pessoas com deficiências do mundo todo. Os filmes funcionam como exemplo. Não são filmes didáticos feitos para ensinar coisas nem para, especificamente, mostrar coisas; é arte. São documentários, filmes de ficção e, eventualmente, animações. Este ano não temos nenhuma. Este ano só temos documentários. São filmes feitos porque o diretor ou o cineasta teve o impulso de tratar daquele tema, teve o impulso de fazer aquele filme. Portanto, são imagens muito contundentes daquilo que os filmes tentaram retratar.

O principal critério da seleção dos filmes é que a pessoa com deficiência mesma esteja se mostrando, que ela fale por si. Os filmes que dão protagonismo às pessoas são os que selecionamos.

Ele é bienal. Acontece desde 2003 no Rio e em Brasília inicialmente. A partir de 2009 também em São e a partir do ano passado começamos a fazer uma itinerância maior: em Porto Alegre e em Belo Horizonte.

Por que estou falando de um simples evento, um festival, e seu filhote, que foi um programa de TV que fizemos com a produção da TV Brasil, nossa TV pública, exibido em 2009 e 2010 semanalmente, durante um ano?

A importância de falar disso aqui é que desde que a gente começou produzir esse festival, desde a primeira edição, recebemos inúmeros pedidos do Brasil todo para mostrar esses filmes em outros lugares. O impacto que as pessoas sofrem ao assistir a esses filmes... Eu digo sofrem porque elas realmente sentem algo, de alguma forma se sentem modificadas. É exatamente disso que estamos precisando neste momento. Claro que já precisávamos antes, mas neste momento em que a inclusão está sendo discutida, há escolas especiais, todo esse conjunto de exemplos diferentes e de questões tão plurais que entram nesse debate, os exemplos que os filmes mostram são inspiradores. Eles são motivadores de debates, eles geram ideias e

complementam muito bem as outras formas de colocar a questão, que são as formas legislativas, as formas que a sociedade civil tenta colocar, a forma que a imprensa coloca fazendo reportagens. É outra forma de tratar da questão.

O festival está acontecendo neste momento. Por isso, nós tivemos a sorte de participar aqui. Eu e Graciela. Na verdade, ela é a audiodescritora, Graciela Pozzobom, minha sócia, minha irmã. (*Palmas.*)

Sempre que fazemos comunicações, cada uma fala da parte de seu trabalho. Eu sou a produtora de vários eventos culturais, desse festival, de peças de teatro, de filmes...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não tem nenhum *trailer*, um *clip*?

A SRª LARA POZZOBOM – Poderia, mas eu não imaginei. Na verdade, foi uma surpresa esse convite para estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – No You Tube ele vai achar e vai...

A SRª LARA POZZOBOM – Tem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vai falando agora até achar lá.

A SRª LARA POZZOBOM – Vai ser ótimo porque a gente vai poder mostrar ...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O trabalho de vocês.

A SRª LARA POZZOBOM – A gente vai poder mostrar claramente o que ela faz com a sensibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E vamos encerrar o trabalho com esse brilho todo. Vai falando até ela achar. Qualquer coisa a Mesa ajuda porque senão demora muito.

A SRª LARA POZZOBOM – Graças à ideia do Festival Assim Vivemos, que nós trouxemos de um festival que existia...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Dá tempo de o Lindbergh vir aqui para encerrar a audiência.

A SRª LARA POZZOBOM – Então vamos articular. Você pisca para mim.

A gente começou esse festival em 2003, numa época em que nem a palavra “audiodescrição” a gente usava. Os filmes, na maioria, são estrangeiros. Havia poucos brasileiros no início, mas vêm aumentando aos poucos. Nos filmes estrangeiros, como você pode imaginar, é preciso dublar todos os diálogos para a pessoa que não está enxergando. Então, a gente chamava de dublagem no início, mas desde a primeira edição, a gente intuiu que seria necessário incluir as pessoas com deficiência, já que o festival é sobre elas, sobre esse tema. A Graciela intuiu o que seria a audiodescrição através das pessoas cegas que frequentavam

o festival. Então, a partir dessa experiência prática, ela foi construindo o que hoje é considerado o arcabouço teórico da audiodescrição e que é abraçado por outros profissionais no Brasil. Já existe bastante gente fazendo audiodescrição. Ela tem avançado muito nos últimos anos. Temos recebido pedidos de serviço de audiodescrição não só para cinema e teatro, que foi nosso início, e festivais, mas também para eventos desportivos, para congressos, situações como essa e eventos mais extraordinários, como desfile de escola de samba no carnaval do Rio.

Acho que é isso que ela está procurando. É isso? *(Pausa.)*

A gente tem mais cinco minutos?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cinco não...

A SRª LARA POZZOBOM – Eu vou falar bem menos do que o meu limite. Então...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Você vai passar um filmezinho?

A SRª LARA POZZOBOM – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cinco é pouco.

A SRª LARA POZZOBOM – Então coloca no carnaval.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cinco é pouco. Quero mais do que cinco.

A SRª LARA POZZOBOM – Então, recentemente, a audiodescrição...

Finalmente a Portaria do Ministério das Comunicações, que foi e voltou, foi e voltou, finalmente chegou para ficar, numa quantidade de horas muito menor do que a da Portaria anterior, de 2006, que começaria a ser cumprida em 2008. Houve um recuo do Ministério das Comunicações em 2008. Abriu-se uma consulta pública para que a sociedade opinasse sobre uma coisa de que nunca ouviu falar. Isso foi o que aconteceu. Posteriormente, há um ano, começando a valer em julho deste ano, 2011, a audiodescrição passou a entrar como obrigatória nas TVs abertas, duas horas por semana, apenas – seriam duas horas por dia, conforme a Portaria anterior –, mas é um começo. A gente tem de começar com firmeza, com certeza, com segurança. Acho que, mesmo o tempo sendo curto, a gente vai avançar aos poucos e vai mostrar que a sociedade está madura para ter isso. As TVs já têm condições de contratar. Isso só está acontecendo na TV digital. Eles conseguiram atrasar esse cronograma da implantação. A luta das pessoas com deficiência vem de décadas. Então, infelizmente, não casou com a transferência do analógico para o digital na televisão. Então, não começou quando a primeira Portaria foi baixada porque ainda estávamos muito no sistema

analógico. Agora, com o digital, a audiodescrição está entrando, mas ainda com muita dificuldade. As TVs a cabo, algumas TVs não conseguem...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se ela quiser passar o filme, porque ilustra, depois você continua.

A SRª LARA POZZOBOM – Então...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Depois você fecha seu tempo.

A SRª LARA POZZOBOM – Então vamos assistir a um documentário que nós mesmos produzimos sobre o serviço que fizemos para a Prefeitura do Rio, descrevendo o desfile das escolas de samba em duas noites no Sambódromo. No documentário há entrevista com várias pessoas. Ele deixa bem claro como funciona. Acho que vai ser bem ilustrativo.

(Procede-se à exibição de filme.)

A SRª LARA POZZOBOM – Vamos esperar fazer o *download* para não ficar travando.

Essa é a cabine que a gente monta para fazer audiodescrição, onde ficam dois audiodescriptores.

Nesse caso, a gente não tem um roteiro. No caso de filme e peça de teatro, primeiro a gente faz um roteiro escrito de tudo o que vai dizer. Nesse caso, é improvisado, a gente estuda o que vai acontecer e faz a descrição.

(Continua a exibição do filme em volume muito alto, impedindo que se ouça a oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos avançar um pouco.

Em resumo, é isto: vocês vão descrevendo o que está acontecendo, não é?

A SRª LARA POZZOBOM – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – As pessoas cegas podem, pelo menos, imaginar qual é o movimento.

Vamos avançar.

(Continua a exibição do filme.)

A SRª LARA POZZOBOM – Ele disse que não consegue tirar o volume. Senão, não faz o *download*.

Basicamente, mesmo sendo só um trechinho, dá para a gente complementar explicando a reação das pessoas cegas que usaram os fones.

Como é que transmite? É como a tradução simultânea. O sistema físico são aqueles microfones que os audiodescriptores usam. As pessoas que querem ouvir a descrição colocam os fones e ouvem.

A reação deles... É muito interessante ouvir as coisas que eles dizem que gostaram de saber e que os parentes que vão junto jamais descreveram com tanto detalhe. É um exemplo de acessibilidade.

A acessibilidade é libertadora. Ela dá igualdade de condições e dá uma autonomia completa às pessoas.

as. Assim como a legenda no cinema, a legenda com a descrição de ruídos e a língua de sinais em filmes, em peças e em eventos como este e toda a acessibilidade física para a mobilidade reduzida e para quem usa cadeira de rodas são elementos liberadores, que dão essa igualdade de condições.

O Festival está acontecendo no Centro Cultural Banco do Brasil, que é nosso patrocinador desde a primeira edição. Ele vai até domingo. Há sessões sempre às, 14, 16, 18 e 20.

A gente sempre organiza debates que auxiliam na tomada de consciência, ou seja, os filmes tocam fundo nas pessoas e elas ficam com vontade de conversar. Por isso, a gente sempre organiza debates.

Hoje vai haver a exibição de um filme convidado, que é chamado História do Movimento Político das Pessoas com Deficiências no Brasil.

Importantíssimo, muito bem feito, muito bem documentado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT) – Hoje? Onde?

A SRª LARA POZZOBOM – Hoje, às 18 horas, no Centro Cultural Banco do Brasil, na sala de cinema do CCB. B.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT) – Fala, Tiago.

A SRª LARA POZZOBOM – Pessoas com deficiência no Brasil. Importantíssimo. Muito...

É um trequinho de um filme com audiodescrição. *(Continua a exibição do filme.)*

A SRª LARA POZZOBOM – Não vai dar. Vou trazer um DVD ou o *notebook* com os arquivos para a gente passar sem precisar da Internet.

Então, hoje passa esse filme, que é um filme convidado. Ele não está competindo. É um filme produzido pela Secretaria de Direitos Humanos. Foi produzido no ano passado e ficou muito bom. Ele foi lançado com audiodescrição em três línguas, não só em Português, mas também em Inglês e em Espanhol. Nós tivemos o prazer de fazer esse trabalho com legenda.

Na quinta-feira, depois da sessão das 18 horas, vamos ter um debate sobre deficiência visual e acessibilidade. Por isso, eu tenho de falar aqui. Na sexta-feira, um debate sobre educação inclusiva, para o qual eu gostaria de convidar todos porque a questão do momento, além da acessibilidade, é a da inclusão.

Por isso, encerro e agradeço o convite.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! *(Palmas.)*

Meus cumprimentos a Lara Pozzobom, audiodescritora e formadora de audiodescritores, que fez aqui sua palestra.

O livro que recebo aqui, “Assim Vivemos”, é muito bem construído, Eu o folhei rapidamente e vi que as chamadas são muito interessantes: Entre Gigantes; Segure a Minha Mão. Incluindo Samuel; Dias Felizes; Quando Brilha um Raio de Luz; Rádio Ação; Linha lateral – estou lendo porque achei interessante a chamada –; De Corpo e Alma; Vou te Reconhece; Tempo de Suas Vidas; Outro Olhar – todos são filmes com autodescrição –; Música Além da Luz; Uma Simples Cegueira – eu tenho dois funcionários que são cegos e faço uma homenagem aos dois aqui; o Celso Fagundes é chefe do meu gabinete no Rio Grande do Sul e o Luciano é quem elabora grande parte dos meus pronunciamentos aqui em Brasília. Por isso me chamou a atenção Mais do que os Olhos Veem; O Chuva; Além da Luz; Ouvindo o Silêncio – esse você entendeu mais do que eu, não? –; Dois Mundos; Gritos Apaixonados – estão aqui os movimentos sociais, negros e brancos, índios, cadeirantes – várias coisas –; Incluir Também se Aprende; *História do Movimento Político das Pessoas com Deficiências no Brasil* – você está aqui nesse livro, com certeza.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não, mas você deve estar aqui sim. Se não estava, a partir de hoje vai estar.

Muito bem! Vamos incluindo. E você também, porque é uma história bonita.

O Presidente da Subcomissão, Lindbergh, se envolveu no debate do Código Florestal, que é um problema seriíssimo. Por isso, ele não se encontra aqui.

Aproveitamos para lembrar a todos que amanhã haverá aqui audiência pública, às 9 horas, para debater o dia Internacional Contra a Exploração Sexual e o Tráfico de Mulheres e Crianças.

A audiência atende o requerimento de autoria do Senador Cristovam Buarque, da Senadora Marinor Brito e de outros.

E daí, Luciano, tudo bem? Está me vendo aqui, Luciano? *(Pausa.)*

Então está bom.

Isso que estou fazendo com o Luciano é o que o Santos faz comigo. O Santos está viajando comigo e, de repente, diz: “Senador, será que dá para eu dirigir um pouco?”

E ele é cego. Essa energia tão boa, positiva...

Disseram-me que uma delegação de surdos estaria vindo para cá. Então vou, ainda, registrar o seguinte documento...

No debate de amanhã, em relação ao Dia Internacional contra a Exploração Sexual e o Tráfico de Mulheres e Crianças, estarão presentes o Ministro Antonio de Aguiar Patriota, do Ministério de Relações Exteriores,

Deysiane Farias Pontes, coordenadora-geral do Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, vinculada à Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República; Fernanda dos Anjos, diretora do Departamento de Justiça; José Luiz Azcona, representante da CNBB; Andreza Smith, da entidade Só Direitos; Estela Scandola, Entidades Ibiss – Centro-Oeste; Lourdes Barreto, entidade Gempac – Grupo de Trabalho com Prostitutas do Pará; Karina Figueiredo – Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas; e Jair Meneghelli, meu colega, meu amigo, meu parceiro. Na fundação da CUT, ele foi eleito Presidente da Central e eu fui eleito Secretário-Geral. Então, estivemos juntos na fundação da CUT.

Ainda lembro à assessoria que na próxima segunda-feira, dia 26, haverá audiência aqui, às 9 horas, para debater o Fundo de Participação dos Estados na visão dos direitos humanos.

Foram convidados: o Ministério da Fazenda, que deve mandar um representante; o secretário executivo do Ministério – deve vir o Nelson Barbosa; Secretário da Fazenda do Espírito Santo, Maurício César Duque; Secretário da Fazenda de Minas Gerais, Leonardo Maurício Colombini Lima; Secretário da Fazenda do Paraná, Luiz Carlos Haully; Secretário da Fazenda do Rio Grande do Sul, Odir Tonollier; Secretário da Fazenda do Rio de Janeiro, Renato Augusto; Secretário da Fazenda de Santa Catarina, Ubiratan Rezende; e o Secretário da Fazenda de São Paulo, Andrea Sandro Calabi.

Vamos concluir, agora, com o filme, cuja duração é de três minutos, não é?

(Procede-se à exibição de filme.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos entrando. Você vai fazer a saudação.

Chegaram bem no momento. Parece que foi tudo calculado.

Você vai fazer a saudação a eles? *(Pausa.)*

A menina faz. A menina traduz.

Sejam bem-vindos!

Il Grande Passeata dos Surdos.

É uma alegria recebê-los aqui neste momento.

Tivemos no dia de hoje duas reuniões de debate sobre as questões voltadas para as pessoas com deficiências. A primeira foi, pela manhã, na Comissão de Direitos Humanos, e esta aqui na Comissão... A primeira foi na Comissão de Educação e esta na Comissão de Direitos Humanos.

Não sei se alguém gostaria de falar por eles e alguém traduz. É possível? *(Pausa.)*

É isso mesmo. Estamos precisando. É que estávamos encerrando a reunião quando vocês chegaram.

Então, neste momento, eu queria convidar já os três que vão usar da palavra para que venham à Mesa. *(Pausa.)*

Mas eu gostaria que eles viessem à Mesa e sentassem aqui. Podem falar de pé. Quem são as pessoas que posso chamar para a Mesa? Têm o nome? *(Pausa.)*

Convido a Fátima para vir à Mesa, o Isaías e o Valdimar. Uma salva de palmas para os três que chegaram aqui para fazer a palestra para nós. *(Palmas.)*

Peço que os três sentem aqui à mesa. *(Pausa.)*

Só peço à minha assessoria que, se puderem me dar por escrito os nomes dos três, fica mais fácil para mim, senão vou ter de perguntar toda hora para cada um como é o nome deles. *(Pausa.)*

Os três aqui à mesa e vão falar daqui. O Michel falaria de pé ali com aqueles... *(Pausa.)*

Michel, a partir deste momento, vamos trabalhar juntos.

Michel com a palavra para apresentar os nossos convidados e ela traduz. *(Pausa.)*

Insisto, se a minha Assessoria me der os nomes dos três, agradeço muito.

O SR. MICHEL – Ele pode começar, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pode. Você que manda, orienta. Isso, vamos lá.

O SR. VALDIMAR – Boa tarde para todos vocês. Eu vim hoje aqui. Antes, de manhã, nós estávamos lá no Governo do Distrito Federal, nós fizemos uma marcha lá, lutamos, apresentamos algumas propostas, escolhemos uma, duas, que era a questão da Central de Libras na 114 Sul, que foi fechada, uma central do Governo do Distrito Federal que foi fechada e nós ficamos sem comunicação aqui no Governo, no hospital, na Justiça, na delegacia. A comunicação ficou cada vez mais difícil. Fechar uma central cujo serviço a gente utilizava. Então, nós queremos que essa central volte a funcionar. E a segunda proposta é de concurso. Prova em português não; português para a gente é muito difícil. A gente quer que a prova seja feita na Língua Brasileira de Sinais, como primeira língua, porque a Língua Brasileira de Sinais é a nossa língua. A gente quer que seja feito um vídeo, apresentadas em Libras as provas, a elaboração das perguntas com letras Libras e a gente consiga olhar para a tela e ir respondendo a prova.

Falta informação. Não tem informação, a gente precisa explicar para os Senadores, porque às vezes não se conhece um surdo, não se conhece a cultura surda. Nós viemos hoje para esclarecer como é a vida do surdo, viemos para mostrar que nós temos direitos, que é importante e o quanto a gente precisa ampliar nossos direitos.

Parece que os problemas estão cada vez aumentando mais, e os surdos têm sofrido com isso. Nós te-

mos cada vez nos empoderado mais, chamando mais surdos e mostrando nossa força, para que as pessoas vejam que os surdos, na sociedade, são importantes, que precisamos participar também das decisões, e explicar para o senhor, Senador, e para o senhor entender como é a língua dos sinais, qual é a complexidade dela, como é importante o intérprete de Libras, como ele possibilita a comunicação. O Governo parece que se esquece dos surdos, esquece a cultura surda, ignorando-a. Viemos hoje mostrar isso, na verdade.

Muito obrigado a todos que vieram aqui; muito obrigado a vocês que estão me olhando. Muito obrigado mesmo. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Então, o que usou a palavra foi o Valdimar. Deixe-me responder para o Valdimar. Solicito a vocês que, no encerramento dos trabalhos, encaminhem por escrito, pela nossa assessoria, as duas propostas que ele colocou. Se não me engano, a primeira proposta, se você puder repetir, é que se reabra a Central de Libras do Governo do Distrito Federal, que faz o atendimento entre os surdos... *(Pausa.)*

Então, já respondo a ele que vou fazer um documento hoje pedindo ao Governo para que reabra esse importante espaço para os surdos. Certo? Traduziu para ele já? Vou remeter hoje aqui.

Batam palmas para mim, então, porque vou fazer isso. *(Pausa.)*

Gostei. Gostei. Gostei.

A segunda questão que ele fez foi sobre a prova na Língua Brasileira de Sinais. Também vamos fazer com que no concurso... Vamos ver se encaminhamos aqui, via Comissão de Direitos Humanos...

O SR. MICHEL – Em todos os concursos ele falou, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Todos os concursos nesse sentido. Está certo? Então, palmas de novo. *(Palmas.)*

Vocês vão dizer: mas este Senador gosta de palmas...

O SR. MICHEL – Libras como primeira língua, ele falou. Que todas as provas sejam feitas respeitando a Língua Brasileira de Sinais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ok. Peço à assessoria que tome nota. Se puderem, inclusive, colocar na tela depois as propostas, no final, para que eles saiam daqui sabendo que, efetivamente, as propostas foram escritas e serão encaminhadas.

Você vai encaminhar agora a palavra para quem? Pode ser a Maria de Fátima?

O SR. MICHEL – Maria de Fátima.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Maria de Fátima, com a palavra.

A SR^a MARIA DE FÁTIMA – Meu nome é Fátima.

Eu gostei muito de conhecer, eu já conhecia o trabalho na Secretaria de Educação. Eu dei aula para crianças surdas, e o meu objetivo na luta é conseguir as Libras como educação bilíngue, uma escola bilíngue. Porque tem muito problema na metodologia de ensino. O ensino do professor como primeira língua o português para os surdos é muito fraco. Então, a gente precisa ampliar cada vez mais essa luta porque para o surdo é muito melhor aprender como Libras em primeira língua, e o nosso objetivo por brigar é a questão da educação, é a qualidade na educação para os surdos. Porque tem surdo que se forma em curso superior, em engenharia, em diversos outros cursos, mas não consegue passar num concurso, não consegue utilizar a aprendizagem dele. Então, o objetivo é uma educação bilíngue, é um concurso em Língua Brasileira de Sinais.

Vou pedir para o Senador, para os senhores, para que deem muita atenção à questão dos surdos, porque a luta é muito grande. Parece que não tem adiantado. Quero agradecer ao senhor por ter aberto essa pauta para os surdos, a gente precisa passar num concurso, tem muita gente formada que precisa passar. Libras é uma língua. Só precisa resolver essa questão do concurso. Então, eu queria agradecer a vocês por abrirem...

Um exemplo, não somos só deficientes. Nós temos uma língua em primeiro lugar. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos à Maria de Fátima.

Quero, na mesma linha, solicitar à assessoria que as propostas que formularam sejam encaminhadas ao nosso painel para que possamos, depois de ver se vocês concordam, dar os devidos encaminhamentos.

Nesse momento passamos a palavra para o Sr. Isaías.

O SR. ISAÍAS LEÃO – Boa tarde. Prazer em conhecer o Senador. Meu nome é Isaías Leão. Sou professor de Libras aqui, em Brasília, e Presidente da Associação de Surdos.

Minha maior preocupação é com a comunidade surda, que tem sofrido muito. Parece que os Senadores e Deputados, às vezes, não conseguem ver como o mundo dos surdos é sofrido. Um concurso em Libras, por quê? Podem ficar pensando por que não um concurso em Português, já que o surdo pode ver. Não, a nossa primeira língua é Libras; a segunda, o Português. Para o surdo é assim. De verdade, a primeira língua para o surdo é Libras. Não tem aquele telão em Libras para ele identificar o que está perguntando e poder responde. Assim, o surdo vai continuar sempre desempregado, procurando trabalho. Muitos surdos se formam em curso superior – em Pedagogia, em Engenharia, em Administração, em Sistema da Computa-

ção – e vão limpar chão. Isso não é possível! A gente tem que passar em um concurso. A vida é muito difícil, muito sofrida para a gente. A escola, por exemplo, não tem intérpretes, tem poucos intérpretes. Precisa ser ampliado. Isso é muito importante. A vida dos surdos...

O Governo realmente pensa que o deficiente, por exemplo, não vai dar lucro. O deficiente vai dar, sim! Falta planejamento, falta organizar, falta contribuir na luta das pessoas com deficiência. Sempre a gente apresenta propostas. O Governo vê, sabe das dificuldades por que a gente passa, dos problemas que a gente tem, mas não faz nada. Por favor, Senador, ajude a gente. Precisamos muito. Estamos lutando para ter o melhor para os surdos. Temos sofrido muito nessa sociedade, na educação, na escola. Como os intérpretes... Por exemplo, se se faz concurso de Libras, você não passa sem um concurso de Libras... intérpretes em todos os lugares. É preciso ampliar isso. Todos sabem que estou falando verdade.

Há um problema: faculdade. A Unieuro, uma faculdade aqui de Brasília, e o Uniceub não querem contratar intérpretes. Não querem que o surdo entre para estudar na faculdade para não contratar um intérprete de Libras. Por que isso? Já existe uma lei aprovada inclusive por esse Congresso. Por que não se respeita a lei? A lei precisa ser mais rigorosa com quem não a obedece.

Nós, surdos, temos direitos. O surdo quer uma vida melhor. A gente quer viver com dignidade. Somos brasileiros também. A nossa língua própria é Libras, Língua Brasileira de Sinais. Temos sofrido sempre preconceito, sempre somos discriminados. Então, a gente precisa muito de sua ajuda. Estou pedindo, por favor, para o senhor, Senador, para que o senhor consiga aprovar e consiga ajudar a gente a ter uma vida melhor. Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Isaías. Eu vejo que eles falam muito, mas as propostas não vão quase para lá para o painel. Pelo que percebi, ele inclusive está fazendo uma denúncia grave de uma universidade de Brasília que nem sequer quer contratar os profissionais de Libras para que eles possam estudar, enfim. Eu proporia, inclusive, que a Comissão, mediante a denúncia, remeta uma carta para esta universidade.

O SR. MICHEL – Uma das propostas que ele falou é que as leis sejam mais rigorosas em relação a penalidades que as faculdades vão sofrer pelo não cumprimento...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – ...não cumprimento pelas faculdades.

O SR. MICHEL – O intérprete, por exemplo. Ter quatro intérpretes adianta? Não. Precisa de muitos

intérpretes. Quinze ou vinte intérpretes ajudam muito. Com quatro ou cinco, é impossível atender.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ele disse também que as universidades não estão aceitando o universitário para não contratar o profissional. Exatamente.

O SR. MICHEL – Não estão aceitando a matrícula de surdos nas faculdades...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O que é grave. É gravíssimo isso.

O SR. MICHEL – O surdo passa e a faculdade não quer fazer a matrícula. Tem acontecido muito isso. Já trabalhei na Unieuro e pedi demissão por causa disso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos fazer o seguinte, pessoal, se vocês me permitirem, para ajudar no encaminhamento. Temos algumas propostas básicas, que foram três ou quatro. A Presidenta Dilma vai lançar, no dia 28 próximo, o que chamamos de um documento de políticas públicas para as pessoas com deficiência, e nós vamos tentar fazer com que as postulações de vocês apresentadas aqui hoje cheguem lá antes do dia 28.

O SR. MICHEL – Ele está perguntando se o grupo aqui pode ir junto com o senhor para essa reunião para poder contribuir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Olha, o que eu posso fazer, porque ela vai anunciar no dia 28, é entrar em contato com a equipe da Ministra Maria do Rosário, dos Direitos Humanos, ligados à Presidência da República, no sentido de que esse documento formulado por vocês seja entregue antes do dia 28. Se der tudo certo, quem sabe até, e vou tentar trabalhar nesse sentido, um grupo de vocês possa, no dia 28, estar lá no Palácio assistindo ao lançamento do Programa Nacional de Políticas Públicas para as Pessoas com Deficiência, junto à Presidenta Dilma. Se acham que está bem encaminhado, batam palmas. *(Palmas.)*

Eu falo aqui em nome do Senador Lindbergh também, que está em outra missão, por isso não está aqui, para que a gente articule junto essas possibilidades: tanto de que o documento chegue às mãos da Secretária de Direitos Humanos, como também de um grupo poder estar no lançamento do plano nacional – o próprio Lindbergh havia conversado comigo sobre a possibilidade de estarmos juntos lá –, de um grupo deles estar também assistindo ao lançamento do programa. *(Pausa.)*

Se querem falar mais alguma coisa, falem.

O SR. MICHEL – Eles só queriam perguntar o horário da reunião do dia 28.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Da reunião do dia 28 ainda não está decidido o horário, porque a Presidenta está no exterior, mas deve ser à tarde, no dia 28 ou 29. O que nós nos comprometemos é, no momento em que estiver confirmado, nós comunicamos a vocês. Uma vez confirmado o horário e o dia, se é 28 ou 29, a equipe do Lindbergh e a minha, em conjunto, a Comissão aqui comunica a vocês.

Agora, seria importante que vocês formulassem um pequeno documento junto com a assessoria para que a gente passasse tanto para a Ministra de Direitos Humanos, Maria do Rosário, e que esse documento chegasse à Casa Civil. Sugiro um documento básico, com as principais reivindicações, que são aquelas que vocês praticamente fizeram aqui.

Só para situá-los, então, vou falar, porque quem está em casa é bom que entenda o que está acontecendo aqui nesta Comissão de Direitos Humanos, nesta reunião com os nossos amigos e amigas que são surdos. Eles trouxeram uma série de reivindicações:

1. Reabertura da Central de Libras do Distrito Federal. Aí, eu me comprometi, conheço bem o Governador Agnelo, foi Deputado Federal comigo, fazer contato com ele nesse sentido, em nome da Comissão de Direitos Humanos.

O SR. MICHEL – Posso fazer um esclarecimento, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sim.

O SR. MICHEL – A Central de Libras tinha oito intérpretes no último governo. Quando o Governador assumiu, ele contratou quatro e extinguiu os outros quatro cargos. Na verdade, não foi efetivamente fechada. Ele exonerou os intérpretes e, na nova estrutura, contratou só dois intérpretes. O que os surdos estão reclamando é que dos dois intérpretes que estão lá um é intérprete e outro não: é um assessor. Então, não tem atendido. Por isso, a Central não está funcionando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A ideia é voltar a ter os quatro.

O SR. MICHEL – Voltar os quatro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Colocaremos isso no documento.

2. Que as provas de vestibular e de concursos públicos sejam realizadas na Língua Brasileira de Sinais. É isso? Correto? *(Pausa.)*

3. Vocês fazem uma denúncia de que as universidades não estão aceitando estudantes surdos, embora aprovados no vestibular, para evitar a contratação de intérpretes, e dão dois exemplos: Unieuro e Uniceub. É isso?

4. Que a gente consiga articular uma reunião com a Secretaria das Pessoas com Deficiência, ligada

à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, no sentido de vocês apresentarem as reivindicações que vão formular num pequeno documento – pequeno é força de expressão –, num documento em que vão colocar aquilo que entendem necessário como reivindicação. Ok?

Então, meus amigos e minhas amigas, às 16h02, agora retomo os trabalhos no plenário do Senado. Tenho que ir para lá votar, há temas polêmicos no dia de hoje. Só dizer a todos vocês da minha alegria de recebê-los aqui. Hoje é o Dia Nacional da Pessoa com Deficiência, a data foi construída por vocês todos. Eu fui o autor da lei, tive a alegria de apresentar o projeto, aprovei no Senado, aprovamos na Câmara, e o Presidente Lula o sancionou. Então, essa lei é para mim muito importante, 21 de novembro, início da primavera – 21 de setembro, ela disse, primavera em novembro não dá, não é – 21 de setembro, início da primavera, é uma lei muito importante e por isso eu e o Senador Lindbergh e tantos outros trabalhamos para que no dia de hoje o Senado fizesse essas audiências públicas que vamos também repercutir no plenário do Senado logo mais à tarde. E, com essa rápida explanação da importância deste dia, dou por encerrada a reunião, dando uma grande salva de palmas a todas as pessoas com deficiência, especialmente a vocês que estão aqui hoje. *(Palmas.)*

Está encerrada a audiência pública. Muito obrigado.

(Iniciada às 13 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 04 minutos.)

ATA DA 2ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA, CRIADA POR MEIO DO RDR Nº 01, DE 2011, COM A FINALIDADE DE “DEBATER A AMAZÔNIA BRASILEIRA, EM ESPECIAL O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL”, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE MAIO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS 14 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19, DA ALA ALEXANDRE COSTA.

Às quinze horas e três minutos do dia vinte e cinco de maio do ano de dois mil e onze, na Sala de Reuniões número dezenove da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Vanessa Grazziotin, reúne-se a Subcomissão Permanente da Amazônia com a presença dos Senadores Ivo Cassol e Lúcia Vânia. Deixam de comparecer os Senadores Vicentinho Alves e Ana Amélia. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente Reunião tem como objetivo estabelecer o planejamento dos trabalhos da Subcomissão para o biênio 2011/2012. Feita a explanação do Plano de Trabalho, a Sra. Pre-

sidente, com a anuência do Plenário, submete os seguintes itens **EXTRAPAUTA: ITEM 01:** Requerimento nº 04/2011-CDRAM, que “*Nos termos regimentais requeiro que esta Subcomissão participe da organização do Simpósio da Amazônia, juntamente com a Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional da Câmara dos Deputados, a realizar-se no dia 08 de novembro de 2011, bem como das outras edições futuras*”. **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. Após o encaminhamento do Requerimento feito pela autora, procede-se à votação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 02:** Requerimento nº 05/2011-CDRAM, que “*Nos termos regimentais, solicito a realização de visitas técnicas, no âmbito desta Subcomissão, nos estados da região norte para debater e definir as principais demandas do estado, com datas a serem definidas posteriormente*”. **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. Após o encaminhamento do Requerimento feito pela autora, procede-se à votação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 03:** Requerimento nº 06/2011-CDRAM, que “*Nos termos regimentais, requeiro a realização de visita técnica ao estado do Amazonas, para debater as perspectivas petrolíferas da região, bem como as políticas e os investimentos do setor, na Assembleia Legislativa do estado do Amazonas, com as presenças de representantes da Agência Nacional de Petróleo – ANP, da Petrobras e da HRT Participações em Petróleo S. A. Requeiro, ainda, que a Agência Nacional do Petróleo – ANP seja instada a colaborar na organização da visita*”. **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 04:** Requerimento nº 07/2011-CDRAM, que “*Nos termos do art. 90, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, solicito a realização de Audiência no âmbito desta Subcomissão, para debater a situação dos aeródromos e aeroportos da região norte, com as presenças de entidades, órgãos e sociedade civil a serem definidas posteriormente*”. **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 05:** Requerimento nº 08/2011-CDRAM, que “*Requeiro nos termos regimentais, que a Subcomissão Permanente da Amazônia e a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteiras da Comissão das Relações Exteriores, realize as suas reuniões ordinárias conjuntamente, para oficializar o pleito em tela, solicito autorização da mesma*”. **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e treze minutos, lavrando eu, Selma Míriam Perpétuo Martins, Secretária da Subcomissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Vanessa Grazziotin**, Presidente da Subcomissão Permanente da Amazônia – CDRAM .

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião extraordinária da Subcomissão Permanente da Amazônia, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 1ª Reunião da Subcomissão.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é administrativa, destinada à programação de atividades da Subcomissão.

Na reunião passada, apresentamos o roteiro dos trabalhos. Nele, estão elencados os objetivos da Subcomissão e os temas a serem discutidos, que vão desde as questões ambientais ao desenvolvimento socioeconômico, infraestrutura, logística, segurança pública, políticas de incentivos fiscais, diversidade culturais, enfim, inúmeros temas.

Aprovamos o roteiro e a metodologia dos trabalhos. Além disso, aprovamos os seguintes requerimentos, que serão formalizados posteriormente:

Requerimento de audiência pública, no âmbito desta Subcomissão, para debater o Código Florestal, que já se encontra aprovado. Portanto, precisamos marcar, com urgência, uma vez que a Câmara ontem aprovou o Código Florestal.

Também foi aprovada a realização de uma reunião conjunta com a Subcomissão Permanente da Amazônia, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Em conversa com o Presidente da Subcomissão, Senador Mozarildo Cavalcanti, acertamos aprovar já, para que a próxima reunião da Subcomissão seja conjunta, as duas Subcomissões, a Subcomissão da Amazônia, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional, e a Subcomissão, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. A partir daí, montaremos um calendário.

O terceiro requerimento, já aprovado, diz respeito à nossa Subcomissão. Trata-se de um audiência pública para tratar da questão da atuação tanto do Basa, como da Sudam e da Suframa, em nossa região.

A Suframa, para quem não sabe, apesar de ser a Superintendência da Zona Franca de Manaus – e está aqui o Governador Ivo Cassol que tem esse conhecimento – atua em toda a Amazônia Ocidental e no Amapá, por conta de incentivos e áreas de livre comércio que temos naquela região, bem como no apoio – que há mui-

to não acontece, por conta do contingenciamento – ao desenvolvimento, à infraestrutura de cada uma dessas unidades da Federação na Amazônia Ocidental, além de Santana e Macapá, no Estado do Amapá.

Esse três requerimentos estão aprovados. Acho que não há divergência, apenas temos que agendar.

Ainda temos alguns requerimentos que colocaremos em votação.

REQUERIMENTO Nº 004, DE 2011-CDRAM

Nos termos regimentais, requero que esta Subcomissão participe da organização do Simpósio da Amazônia, juntamente com a Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional da Câmara dos Deputados, a realizar-se no dia 08 de novembro de 2011, bem como de outras edições futuras.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin.

Senador, V. Ex^a, quando Governador do Estado de Rondônia, teve uma participação importante no I Simpósio. Fomos a todos os Estados, fizemos grandes, excelentes debates com parlamentares locais, Deputados Estaduais e Governadores. Então, realizaremos essa participação conjunta.

O Presidente da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional da Câmara dos Deputados, Deputado Gladson Cameli, já conversou conosco e demonstrou que há um grande interesse nessa ampliação, tornando esse simpósio não mais só da Câmara ou só do Senado, mas do Congresso Nacional, o que é um passo muito importante.

Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queiram discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

REQUERIMENTO Nº 005, DE 2011-CDRAM

Nos termos regimentais, solicito a realização de visitas técnicas, no âmbito desta Subcomissão, aos Estados da região Norte, para debater e definir as principais demandas do Estado, com datas a serem definidas posteriormente.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Gostaria de lembrar aqui que a Subcomissão do Nordeste já fez a sua primeira visita. Esta semana estive em Alagoas, no Estado do Senador Benedito de Lira, Presidente da nossa Comissão, e irá agora à Paraíba.

Nós faremos o mesmo, Senador, inclusive, acordando com os Senadores que um da Amazônia vá para o Nordeste e um do Nordeste, para a Amazônia, para que haja uma melhor integração dos trabalhos.

Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

REQUERIMENTO Nº 006, DE 2011-CDRAM

Nos termos regimentais, requero a realização de visita técnica ao Estado do Amazonas, para debater as perspectivas petrolíferas da região, bem como as presenças e os investimentos do setor, na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, com as presenças de representantes da Agência Nacional de Petróleo (ANP), da Petrobras e da HRT Participações em Petróleo S.A. Requeiro, ainda, que a Agência Nacional de Petróleo (ANP) seja instada a colaborar na organização da visita.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin.

Essas duas empresas investem fortemente na região.

Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

REQUERIMENTO Nº 007, DE 2011-CDRAM

Nos termos do art. 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, solicito a realização de audiência no âmbito desta Subcomissão, para debater a situação dos aeródromos e aeroportos da região Norte, com as presenças de entidades, órgãos e sociedade civil a serem definidas posteriormente.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin.

Senador, se V. Ex^a me permite, acho que poderíamos, como temos vários debates sobre esse tema, inclusive um muito grande, com a participação de quatro Comissões, a de Desenvolvimento Regional, a de Infraestrutura, de Assuntos Econômicos e de Fiscalização e Controle, fazer um debate sobre a questão dos aeroportos na região. Definiríamos a cidade posteriormente. Poderia ser em Porto Velho, Rio Branco ou Cuiabá, mas na região Amazônica. Levaríamos esse debate para lá, vez que já vamos debater aqui.

Poderíamos fazer mais: provocar uma visita do Diretor Presidente da Anac aos aeroportos, pelo menos de alguns dos Municípios do interior de nossos Estados, porque a grande maioria desses aeródromos não é reconhecida, ainda não foi homologada, é clandestina, mas funciona, e a administração está a cargo das prefeituras municipais, que não têm recursos para tanto.

Então, faríamos esse debate em um dos Estados, que escolheríamos posteriormente. Na oportunidade, também faríamos uma visita aos aeroportos de algumas cidades do interior de alguns dos nossos Estados, em dois dias. Visitaríamos pelos menos quatro, cinco aeroportos na companhia do Presidente da Anac, para que ele conheça a realidade brasileira.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Concluimos a nossa pauta, falta apenas marcar a reunião.

Se me permitem, gostaria de deixar a definição da data para depois, mas aprovaríamos a realização de reunião conjunta com a Subcomissão da Amazônia no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Podemos? *(Pausa.)*

Então, aprovamos o requerimento aqui e conversaremos com o Presidente Mozarildo para que, uma vez aprovado por aquela Subcomissão, possamos marcar.

Em votação o requerimento, que é verbal, mas que será...

REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CDRAM

(De reunião conjunta com a Subcomissão Permanente da Amazônia da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar a presente reunião agradecendo a presença de todos, sobretudo a do Senador, Governador Ivo Cassol.

Muito obrigada.

(Levanta-se a reunião às 15 horas e 13 minutos.)

ATA DA 3ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA, CRIADA POR MEIO DO RDR Nº 01, DE 2011, COM A FINALIDADE DE “DEBATER A AMAZÔNIA BRASILEIRA, EM ESPECIAL O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL”, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE SETEMBRO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 13, DA ALA ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e trinta e quatro minutos do dia treze de setembro do ano de dois mil e onze, na Sala

de Reuniões número treze da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Vanessa Grazziotin, reúne-se a Subcomissão Permanente da Amazônia com a presença dos Senadores Vicentinho Alves, Ana Amélia e Reditário Cassol. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Dando prosseguimento, a Presidência esclarece que, conforme pauta previamente divulgada, a presente reunião destina-se a apreciação de proposições: **ITEM 01:** Requerimento nº 09/2011-CDRAM, que “Nos termos regimentais, solicito a realização de Audiência Pública conjunta desta Subcomissão, com a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira – CREPAFF, com a presença de representantes dos trabalhadores rurais dos estados do Pará, Amazonas e Rondônia, além de representação do MPF, da Polícia Federal, da CPT, dos governos dos três estados, da OAB – Conselho Federal e representação do Governo Federal, a serem definidos posteriormente, para discutir os trabalhos desenvolvidos pela Comissão Externa do Senado Federal, criada para visitar “in loco” os locais dos assassinatos dos trabalhadores rurais nos estados do Pará e Rondônia”. **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. Após o encaminhamento do Requerimento feito pela autora, procede-se à votação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 02:** “Requerimento nº 10/2011-CDRAM, que “Nos termos regimentais, solicito a realização audiência pública, no âmbito desta Subcomissão, para discutir a PEC 556/2002, que trata dos soldados borracha, com a presença da deputada Perpétua Almeida – relatora da PEC 556/2002 na Câmara dos Deputados; dos representantes dos Sindicatos dos Soldados da Borracha dos estados do Amazonas, Rondônia e Acre; do Poder Executivo e do cineasta Wolney Oliveira, bem como apresentação do filme documentário “borracha! para a Vitória”, com data a ser definido posteriormente”. **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. Após o encaminhamento do Requerimento feito pela autora, procede-se à votação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 03:** Requerimento nº 11/2011-CDRAM, que “Requeiro, nos termos do disposto nos arts. 90, incisos IX, XI e XIII, e 104-A, combinado com o art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, o apoio desta Comissão à organização e realização do V Simpósio da Amazônia, versão estadual a realizar-se no dia próximo 21 de outubro, com o tema: “Uma visão jovem para o futuro sustentável da região”, na cidade de Manaus. Requeiro, ainda, que o referido Simpósio seja assessorado por um Consultor Legislativo do Senado Federal, que possa auxiliar na preparação de relatórios, estudos e outras tarefas correlatas, assim como de um servidor da Secretaria da

Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e do gabinete da Senadora para assessorar esta Presidência”. **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. Após o encaminhamento do Requerimento feito pela autora, procede-se à votação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 04:** Requerimento nº 12/2011-CDRAM, que “Requeiro, nos termos do disposto no art. 142, combinado com o art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligências, no formato de visitas técnicas dos membros desta Subcomissão Permanente aos Estados de abrangência da Região Norte, com o objetivo de colher sugestões e elaborar um documento que possa contribuir para o desenvolvimento da Região. Requeiro, ainda, que as visitas sejam assessoradas por um Consultor Legislativo do Senado Federal, que possa auxiliar na preparação de relatórios, estudos e outras tarefas correlatas, assim como de um servidor da Secretaria da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo para prestar assistência a esta Presidência”. **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. Após o encaminhamento do Requerimento feito pela autora, procede-se à votação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 05:** “Requerimento nº 13/2011-CDRAM, que Requeiro, nos termos do disposto no art. 89, Inciso IX do Regimento Interno do Senado Federal, o encaminhamento de expediente à Consultoria Legislativa do Senado Federal com o objetivo de solicitar os serviços de um funcionário técnico daquele órgão para acompanhar, elaborar relatórios técnicos e assessorar a Presidência da Subcomissão Permanente da Amazônia - CDRAM durante as reuniões desta e durante as visitas técnicas que serão organizadas com o intuito de debater e propor sugestões que possam contribuir para o desenvolvimento da região Norte”. **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. Após o encaminhamento do Requerimento feito pela autora, procede-se à votação. **Resultado:** Aprovado. **EXTRA-PAUTA – ITEM 01:** Requerimento nº 14/2011-CDRAM, que “Nos termos regimentais, solicito a realização audiência pública, no âmbito desta Subcomissão, para discutir o acesso de estrangeiros às terras na Amazônia, com as presenças de representantes da Advocacia Geral da União, da Secretária do Patrimônio da União e do Ministério da Defesa, com data a ser definido posteriormente”. **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 02:** Requerimento nº 15/2011-CDRAM, que “Requeiro, nos termos regimentais, realização de Audiência Pública, no âmbito da Subcomissão Permanente da Amazônia, para debater questões relativas às dificuldades de liberação de recursos para financiamento dos créditos de fomento direcionados ao desenvolvimento da Região Norte, bem como, a renegociação das dívidas contraídas junto ao FNO e PRONAF, com a presença

do ilustre presidente do Banco da Amazônia- BASA, Senhor Abidias José de Souza Junior”. **Autoria:** Senador Vicentinho Alves e Senadora Vanessa Grazziotin. Após o encaminhamento do Requerimento feito pelos autores, procede-se à votação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 03:** Requerimento nº 16/2011-CDRAM, que “Nos termos regimentais, solicitamos a realização audiência pública, no âmbito desta Subcomissão, com a presença do Superintendente da SUDAM, para debater os objetivos e metas econômicas e sociais dessa Autarquia para desenvolvimento sustentável da região Norte, com data ser definida posteriormente. Requeremos, ainda, que sejam convidados a participar da referida audiência pública, os membros da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira da Comissão das Relações Exteriores e Defesa Nacional”. **Autoria:** Senador Vicentinho Alves e Senadora Vanessa Grazziotin. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e quarenta e oito minutos, lavrando eu, Selma Míriam Perpétuo Martins, Secretária da Subcomissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Vanessa Grazziotin**, Presidente da Subcomissão Permanente da Amazônia – CDRAM.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Subcomissão Permanente da Amazônia, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 2ª Reunião da Subcomissão. (*Pausa.*)

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Comunicados.

Em atendimento ao Requerimento nº 6, de 2011, realizamos, no dia 12 de agosto passado, uma visita técnica ao Estado do Amazonas com o objetivo de debater as perspectivas petrolíferas da região, bem como as políticas e os investimentos no setor. A reunião foi realizada na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas e contou com a colaboração da Agência Nacional de Petróleo (ANP) na organização do evento.

Comunicado nº 2.

Sobre os requerimentos pendentes.

Requerimentos pendentes são aqueles que nós colocaremos em votação na sequência.

Comunicado 3.

Sobre as reuniões em conjunto com a Subcomissão da Amazônia e da Faixa de Fronteira da Comissão

de Relações Exteriores e Defesa Nacional – Requerimento nº 8.

No requerimento que foi aprovado aqui, Senadores e Senador Vicentinho, nós definimos que faremos, daqui para frente, reuniões sempre conjuntas sobre a Amazônia. Nosso objetivo, conforme debatíamos até há pouco, é organizar, participar da organização do simpósio, juntamente com a Câmara dos Deputados – simpósio sobre a Amazônia Sustentável –, e já preparar atividades maiores para o ano que vem, atividades para as quais a gente possa mobilizar toda a nossa região.

Então, vamos passar aos requerimentos, para que possamos aprová-los.

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 9, DE 2011 -CDRAM

Nos termos regimentais, solicito a realização de Audiência Pública conjunta desta Subcomissão, com a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira (CREPAFF), com a presença de representantes dos trabalhadores rurais dos Estados do Pará, Amazonas e Rondônia, além de representação do MPF, da Polícia Federal, da CPT, dos governos dos três Estados, da OAB – Conselho Federal, e representação do Governo Federal, a serem definidos posteriormente, para discutir os trabalhos desenvolvidos pela Comissão Externa do Senado Federal, criada para visitar “in loco” os locais dos assassinatos dos trabalhadores rurais nos estados do Pará e Rondônia.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin.

Em discussão. (Pausa.)

Em votação.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Pois não.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Eu quero sugerir o seguinte: que V. Exª leia todos os requerimentos e que a gente os vote em bloco. É possível?

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – É possível? (Pausa.) É possível. Perfeitamente.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Então, Item nº 2...

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Eu consulto também V. Exª...

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Pois não.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – (...) se eu posso encaminhar um requerimento verbalmente...

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Pode.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – (...) e depois subscrevê-lo.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – É possível.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Gostaria de que se colocasse já na pauta um convite ao Presidente do Banco da Amazônia para vir a esta Comissão para falar sobre aquela instituição, o Banco da Amazônia, com relação aos Estados, à liberação de recursos e sobre como vão indo as coisas com relação ao Basa tanto no meu Estado do Tocantins como no de V. Exª...

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Na Amazônia toda.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – (...) e nos demais Estados da Amazônia.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Se V. Exª me permite, seria muito importante, interessante se pudéssemos fazer em conjunto com a outra Subcomissão,...

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Pois não.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – (...) se eles aprovarem lá requerimento da mesma forma.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Qual é a outra Subcomissão?

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Há a Subcomissão da Amazônia e da Faixa de Fronteira.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Ah, pois não.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Na Comissão de Relações Exteriores.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Fazemos juntos.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Fazemos juntos.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Fazemos juntos.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – E também – está é uma ideia – será que não poderíamos, na mesma reunião, Senador Vicentinho, convidar um representante da Sudam?

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Pois é.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Basa e Sudam somente.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Eu acho que é importante todos virem, mas tira o foco. Eu tenho a impressão de que vir aqui o Banco...

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Mas viriam os dois: Basa e Sudam. Só os dois.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Eu gostaria de que, se V. Exª concordar, um em cada...

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Só o Basa.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – É. A gente iria esmiuçar as atividades, porque nós temos muita coisa a tratar com relação ao Banco da Amazônia tanto com relação aos micro e pequenos produtores como com relação aos médios e grandes. Nós estamos vendo, no Estado do Tocantins, o Banco da Amazônia retornando, deixando de aplicar no nosso Estado mais de R\$600 milhões.

Nós não podemos nos dar ao luxo de...

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Eu apenas sugiro que...

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Uma instituição... Nós precisamos discutir melhor.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Senador Vicentinho, na realidade, o Banco da Amazônia opera recursos que são da Sudam.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Não.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Em boa parte, sim.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Não é. É o Fundo Nacional do Norte. E também nós temos que verificar... (*Pausa.*)

Não, não é da Sudam, não.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – (...) também trabalha com recursos provenientes da Sudam, porque a Sudam trabalha com a concessão de incentivos tributários, tanto a Sudam, na Região Norte, quanto a Sudene, na Região Nordeste, mas também tem a parte de investimentos que tem um fundo...

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – O Fundo Nacional do Norte, como o Fundo Nacional do Nordeste...

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – (...) de investimentos que não é pequeno. Eu acho que nós poderíamos... Senador, vamos fazer o seguinte: vamos aprovar o requerimento de V. Exª e eu faço outro requerimento para convidar a Sudam. E vamos debater posteriormente, inclusive com os consultores e com os técnicos para ver a interface de ambos. E aí decidiremos.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Acho que têm de vir e devem vir as duas, Srª Presidente. Eu acho que devem vir as duas, não no mesmo momento. Eu acho que cada instituição em um momento. O

Banco da Amazônia vem numa reunião, depois virá a Sudam, para a gente checar tudo isso.

A minha preocupação também com relação ao Banco da Amazônia são as negociações de financiamentos. Nós estamos vendo pequenos produtores na iminência de serem tomadas as suas propriedades. Então nós precisamos discutir isso e é com o Banco da Amazônia mesmo.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Então vamos fazer o seguinte, Senador. Se V. Exª permite, vamos aprovar o seu requerimento convidando o Banco da Amazônia, e eu faço um outro requerimento convidando...

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Pronto. E eu subscrevo. Só gostaria que fossem em datas diferentes.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Subscrevemos os dois. E aí vamos debater posteriormente.

Fica a princípio diferente, mas, se houver a possibilidade e a concordância de V. Exª, numa perspectiva breve, poderemos juntar, se V. Exª concordar.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Srª Presidente, eu insisto assim porque no Tocantins nós temos muito pouco, quase nada, investimento da Sudam. É diferente do Amazonas.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Não tem também, não, o Amazonas.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – É? Pois é. Então nós não temos quase nada a tratar com a Sudam.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – O que nós temos da Sudam na região são os incentivos de Imposto de Renda.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Pois é. Então nós temos a tratar, do Tocantins, é com relação ao Banco da Amazônia.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Senador, V. Exª fala aqui a respeito dos investimentos da Sudam. É o fundo constitucional...

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – O FNO.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – É o FNO, do Basa, e é o Fundo Constitucional da Amazônia que fica na Sudam. E, Senador, a Sudam hoje, os seus recursos, que não são poucos, estão sendo utilizados – pelo menos tem sido assim no Estado do Amazonas e nos outros que eu tenho conhecimento – para financiar, por exemplo, projetos de infraestrutura, no caso, geração de energia. As últimas termoeletricas inauguradas no meu Estado foram todas financiadas pela Sudam.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – E no Tocantins é tudo pelo Basa. Então não tem nada a ver.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Então vamos levantar os dados e aprovar as duas.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Eu acho o seguinte: nós estamos comungando da mesma ideia, só que eu não vejo um bom resultado em termos os dois aqui ao mesmo tempo. Virá um, depois virá o outro. E aí nós vamos condensar as falas.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Perfeito.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Nós vamos tirar o foco de um e do outro. É apenas isso. A minha sugestão é que venha um de cada vez.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Então vamos apresentar os dois requerimentos verbalmente, depois o gabinete de V. Exª, o meu e a Comissão farão a formalização.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – O meu requerimento já vai encaminhado para uma audiência pública da Subcomissão exclusivamente com o Presidente do Banco da Amazônia.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Então, temos são mais dois requerimentos.

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº 10, DE 2011-CDRAM

Nos termos regimentais, solicito a realização audiência pública, no âmbito desta Subcomissão, para discutir a PEC nº 556/2002, que trata dos soldados borracha, com a presença da Deputada Perpétua Almeida – relatora da PEC nº 556/2002 na Câmara dos Deputados; dos representantes dos Sindicatos dos Soldados da Borracha dos estados do Amazonas, Rondônia e Acre; do Poder Executivo e do cineasta Wolney Oliveira, bem como apresentação do filme documentário “borracha! para a Vitória”, com data a ser definido posteriormente.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin.

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº 11, DE 2011-CDRAM

Requeiro, nos termos do disposto nos arts. 90, incisos IX, XI e XIII, e 104-A, combinado com o art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, o apoio desta Comissão à organização e realização do V Simpósio da Amazônia, versão estadual, a realizar-se no dia próximo 21 de outubro, com o tema: “Uma visão jovem para o futuro sustentável da região”, na cidade de Manaus.

Requeiro, ainda, que o referido Simpósio seja assessorado por um Consultor Legislativo do Senado Federal, que possa auxiliar na preparação de relatórios, estudos e outras tarefas correlatas, assim como de um servidor da Secretaria da Comissão de Desen-

volvimento Regional e Turismo e do gabinete da Senadora para assessorar esta Presidência.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin.

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº 12, DE 2011-CDRAM

Requeiro, nos termos do disposto no art. 142, combinado com o art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligências, no formato de visitas técnicas dos membros desta Subcomissão Permanente aos Estados de abrangência da Região Norte, com o objetivo de colher sugestões e elaborar um documento que possa contribuir para o desenvolvimento da Região.

Requeiro, ainda, que as visitas sejam assessoradas por um Consultor Legislativo do Senado Federal, que possa auxiliar na preparação de relatórios, estudos e outras tarefas correlatas, assim como de um servidor da Secretaria da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo para prestar assistência a esta Presidência.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin.

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº 13, DE 2011 -CDRAM

Requeiro, nos termos do disposto no art. 89, Inciso IX do Regimento Interno do Senado Federal, o encaminhamento de expediente à Consultoria Legislativa do Senado Federal com o objetivo de solicitar os serviços de um funcionário técnico daquele órgão para acompanhar, elaborar relatórios técnicos e assessorar a Presidência da Subcomissão Permanente da Amazônia (CDRAM) durante as reuniões desta e durante as visitas técnicas que serão organizadas com o intuito de debater e propor sugestões que possam contribuir para o desenvolvimento da região Norte.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin.

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO Nº 14, DE 2011-CDRAM

De acordo com o Regimento, solicitamos a realização de audiência pública da Subcomissão para discutir o acesso de estrangeiros às terras na Amazônia, com presenças do representante da Advocacia-Geral da União, Secretaria do Patrimônio da União e do Ministério da Defesa, em data a ser definida posteriormente.

Mais um requerimento extrapauta.

Creio que o Requerimento nº 15, de autoria do Senador Vicentinho Alves, que solicita a realização de audiência pública... (Pausa.)

Sim; de nº 16. Muito obrigada.

REQUERIMENTO Nº 16, DE 2011-CDRAM

Requer, nos termos regimentais, realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, se possível em conjunto com a Comissão da Amazônia no

âmbito da Comissão de Relações Exteriores, para tratar de assuntos relativos ao Banco da Amazônia.

O convite deverá ser feito ao Presidente do Banco da Amazônia.

E ainda outro requerimento extrapauta também, de autoria conjunta, Senador Vicentinho Alves e Senadora Vanessa Grazziotin.

REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CDRAM

Requer, nos termos regimentais, a realização de uma audiência pública, se possível em conjunto com a outra Subcomissão, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores, para debater também assuntos de investimentos em infraestrutura e desenvolvimento regional, e o convite será feito ao Diretor-Presidente da Sudam.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Já temos o Presidente da Sudam?

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – O Presidente antigo permanece, assim como o do Basa. Não foram nomeados, até onde eu tenho conhecimento, novos.

Em discussão todos os requerimentos lidos. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados todos os requerimentos.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos.

A nossa reunião está encerrada.

(Iniciada às 9 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 48 minutos.)

ATA DA 1ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA COPA DO MUNDO DE 2014 E JOGOS OLÍMPICOS E PARAOLÍMPICOS DE 2016, CRIADA POR MEIO DO RDR Nº 08, DE 2011, COM A FINALIDADE DE “ACOMPANHAR, AVALIAR E FISCALIZAR TODAS AS AÇÕES EMPREENDIDAS PARA A REALIZAÇÃO DA COPA DO MUNDO DE FUTEBOL EM 2014, NO BRASIL, E DOS JOGOS OLÍMPICOS E PARAOLÍMPICOS EM 2016, NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO”, REALIZADA EM 5 DE JULHO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 13, DA ALA ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e vinte e um minutos do dia cinco de julho do ano de dois mil e onze, na Sala de Reuniões número treze da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência Eventual do Senador João Pedro, nos termos do art. 88 do RISF, reúne-se a Subcomissão Temporária da Copa

do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 com a presença dos Senadores Lídice da Mata, Ataídes Oliveira e José Pimentel. Deixam de comparecer os Senadores Vital do Rêgo e Wilson Santiago. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente Reunião tem como objetivo a instalação dos trabalhos e a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Subcomissão para o biênio 2011/2012. O Presidente Eventual, Senador João Pedro, comunica que recebeu a indicação dos Senadores Lídice da Mata e Ataídes Oliveira para os cargos de Presidente e de Vice-Presidente da CDRCOOL, respectivamente. De acordo com o art. 60 do RISF, a eleição é realizada em escrutínio secreto e com chamada nominal. Após a votação, o Presidente convida o Senador Ataídes Oliveira para atuar como escrutinador, sendo verificado o seguinte resultado: são eleitos os Senadores Lídice da Mata e Ataídes Oliveira por unanimidade. A Presidência proclama o resultado, empossa os eleitos e os convida para sentar à mesa. Após as considerações iniciais da Senhora Presidente, Senadora Lídice da Mata, e do Vice-Presidente, Senador Ataídes Oliveira, e não havendo mais nada a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e trinta e oito minutos, lavrando eu, Selma Míriam Perpétuo Martins, Secretária da Subcomissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.– Senador **João Pedro**, Presidente Eventual da Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Subcomissão Temporária da Copa de 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à instalação dos trabalhos e à eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Subcomissão para o biênio 2011/2012.

Até o momento, temos a seguinte indicação: Senadora Lídice para a Presidência da nossa Subcomissão e Senador Ataídes para Vice-Presidente.

Encontram-se sobre a mesa as cédulas de votação. Eu vou rubricar e nós vamos começar, de acordo com o art. 60 do Regimento Interno, a eleição em urna secreta. A chamada será nominal.

Senadora Lídice, para votar. *(Pausa.)*

A Senadora Lídice já pode votar. A cédula está rubricada.

Senador Ataídes. (Pausa.)

Encerrada a votação, convido o Senador Ataídes para atuar como escrutinador. Já vamos conferir os votos.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Primeiro voto, para Presidente a Senadora Lídice da Mata e para Vice-Presidente Ataídes Oliveira. (Pausa.)

Para Presidente, Senadora Lídice da Mata; para Vice, Senador Ataídes Oliveira. (Pausa.)

Para Presidente, Senadora Lídice da Mata, e Senador Ataídes Oliveira. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Terminada a apuração dos votos, foi verificado o seguinte resultado: três votos para a Senadora Lídice da Mata e três votos para o Senador Ataídes, Vice-Presidente.

Convido-a para assumir a Presidência. V. Ex^a é a Presidenta da nossa Subcomissão.

Desejo, desde já, um bom trabalho. Temos três grandes agendas pela frente.

V. Ex^a é a Presidenta com mérito.

Sucesso!

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Obrigada. (Pausa.)

A SR^a PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Bom-dia a todos e a todas.

Quero agradecer a participação de todos os Srs. Senadores que contribuíram para que nós pudéssemos, hoje, instalar esta Subcomissão da Copa 2014, em especial aos Senador Presidente Benedito de Lira e ao Senador João Pedro, que fez esse grande esforço de nos ajudar a instalar aqui hoje e quero agradecer pela disposição do Senador Ataídes de dirigir comigo os trabalhos desta Subcomissão.

A necessidade de instalarmos esta Subcomissão aqui na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo se dá, Senadores, justamente porque já temos na Casa uma subcomissão na Comissão de Fiscalização e Controle e consideramos que não cabe ao Parlamento apenas fiscalizar e controlar as ações da Copa voltadas quase que exclusivamente para as obras a serem realizadas durante a Copa do Mundo.

Nós, enquanto Comissão de Turismo e Desenvolvimento Regional, temos também a obrigação, o dever de fazer uma fiscalização nas questões voltadas para a chamada pauta do turismo, além de propor a incorporação dessas questões no debate sobre a Copa do Mundo hoje.

Quando nós discutimos copa do mundo, vemos sempre que as preocupações estão voltadas para saber se os estádios estão sendo construídos, se as obras de mobilidade urbana estão sendo construídas e quanto se está gastando nisso.

Para nós, Senador Ataídes, do turismo, é muito importante ver qual o levantamento que está sendo feito da hotelaria nacional, qual a classificação da hotelaria, que condições cada cidade tem para dar atendimento em leitos hoteleiros aos visitantes daquele lugar, como está sendo preparado o receptivo em Manaus, como está sendo preparado o receptivo em Sergipe, como está sendo preparado o receptivo na Bahia, em todas as cidades-sede da Copa do Mundo e mesmo nas cidades que não sejam sede, qual o tipo de preparação e de promoção para atrair os visitantes das cidades-sede e conhecer uma cidade vizinha, conhecer um Estado vizinho, contribuindo, portanto, para aumentar os dias do turista aqui no Brasil, como está sendo preparado o chamado Fest Fun, que são as festas paralelas aos jogos dos estádios, porque sabemos que os jogos não vão, por maior que seja o estádio de futebol, ter a participação de toda a população.

Precisamos, ao lado disso, estar desenvolvendo atividades, promoção de eventos que possam contribuir para que todos tenham o direito de assistir aos jogos sem precisar pagar para entrar no estádio e também possam ter atividades promocionais de conhecimento da cultura brasileira, da cultura local, de valorização dessa cultura e que possamos debater, por exemplo, também a qualificação dos nossos profissionais na área do turismo. Eu imagino que é um dos grandes legados que nós do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste precisamos ter, mais especialmente do Norte e Nordeste, pelo peso do setor de serviços na economia desses Estados. Mas precisamos sair dessa Copa do Mundo com o legado de uma melhoria substancial da qualidade dos serviços prestados na área do turismo em nossos Estados. Por isso, precisamos qualificar a mão-de-obra de taxistas, para que possam falar duas línguas, no mínimo o espanhol e o inglês, para poder atender bem ao nosso turista, precisamos preparar bem as camareiras dos hotéis, preparar bem os garçons, bares e restaurantes. Então, é toda uma atividade, uma cadeia produtiva do turismo que precisa estar interagindo com o evento Copa do Mundo para que ele possa significar, efetivamente, depois, um crescimento do número de turistas que visitam o Brasil.

Nós temos o desafio... Já há alguns anos que não conseguimos passar dos quatro milhões e meio a cinco milhões de turistas estrangeiros no Brasil, o que

é um desempenho muito abaixo das potencialidades turísticas do nosso País. Não se compara a países como o México, por exemplo, que está pertinho de nós. Hoje, até a Argentina tem mais turistas do que o Brasil.

Então, precisamos transformar, nesta Subcomissão, colocar a pauta do setor turismo como centro na discussão da Copa do Mundo. É com essa intenção que temos a ideia de compor esta Subcomissão, de organizar seus trabalhos e de fazer com que a nossa Comissão possa dar uma grande contribuição a esse debate e à preparação da Copa do Mundo em nosso País.

Eu queria, portanto, agradecer e passar a palavra ao Senador Ataídes Oliveira, para que ele também pudesse dar uma palavrinha e nós pudéssemos, logo depois, encerrar esta reunião convocando a próxima para que nós possamos aprovar, na próxima reunião, nosso cronograma de trabalho.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO)

– Obrigado, Presidente.

Meu bom-dia a todos aqui presentes.

É atribuição desta douta Casa a fiscalização, não temos dúvida nenhuma.

Minha Presidente, meu Senador João Pedro, estamos muito próximos de um grande evento em nosso País que trará, sem sombra de dúvida, um imenso progresso ao nosso País. Irá agregar vários valores, imensuráveis, como emprego, distribuição de renda, pagamento de impostos e tantos outros agregados. Não tenho dúvida disto. Somos privilegiados por estar realizando em nosso País esse evento de tamanha importância.

Mas eu estou muito preocupado. Muito preocupado com o procedimento ora adotado pelo nosso Governo, através dessa Medida nº 527, que chegou a este Parlamento e que eu acredito que será votada e aprovada em poucos dias, eu imagino.

E vejo, minha Presidenta, que a criação desta Subcomissão, que tem a atribuição de fiscalizar *in loco* essas obras é de uma importância fundamental, porque, assim sendo, nós podemos verificar que, se alguma coisa estiver errada, vamos ter condições de acudir e de mostrar para o povo brasileiro que este Parlamento está trabalhando, mesmo diante dessa Medida Provisória nº 527, desse procedimento adotado, de que – quero repetir aqui – discordo.

Mas é com todo prazer que faço parte desta Comissão, é um privilégio para mim, e estaremos juntos nessa jornada.

Um grande abraço, minha Presidente. Muito obrigado.

Muito obrigado, meu Senador João Pedro.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – ... Ataídes, tenha a certeza de que nós faremos todo o nosso trabalho em comum acordo, de forma coletiva e parceira com V. Exª. Temos a satisfação de representar uma região do Estado, o senhor representa outra, o Senador João Pedro, outra... Só aqui nós temos três grandes regiões que estarão com interesses específicos na Copa, a região Nordeste, a região Norte e a região Centro-Oeste, e creio que, com os outros Senadores que compõem esta Subcomissão, poderemos realmente contribuir inclusive para esse debate que V. Exª acabou de colocar neste momento.

Pergunto se o Senador João Pedro quer usar da palavra. *(Pausa.)*

Não.

Então, na qualidade de Presidente da Subcomissão da Copa, eu gostaria de convidar V. Exªs para participar do 2º Fórum Legislativo nas Cidades-Sede da Copa de 2014 – Etapa Brasília, que acontecerá hoje, às nove e meia, na Câmara Legislativa do Distrito Federal, localizada na Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Setor de Indústrias Gráficas. Em seguida, no período da tarde, serão realizadas visitas às obras de preparação da Copa no Estádio Nacional de Brasília e ao Aeroporto Juscelino Kubitschek. Geralmente, o Fórum Legislativo tem tido essa pauta em todos os Estados. Há uma reunião no Legislativo estadual num turno e no outro se realizam as visitas às diversas obras que se relacionam com a Copa.

Nossa Subcomissão também integrará esse Fórum Legislativo, que já existe há mais de um ano de preparação da Copa, tendo como carro-chefe a Comissão de Desenvolvimento do Turismo e do Desporto da Câmara dos Deputados.

Então, nós vamos nos incorporar mais fortemente a essa iniciativa, com a participação e o apoio do nosso Presidente da Comissão, Senador Benedito de Lira.

Antes de encerrar, quero convocar todos os Srs. Senadores e todas as Srªs Senadoras a compartilhar conosco da alegria de hoje realizar uma sessão solene, agora, às 11 horas, para comemorar a data magna da Bahia, o Dois de Julho, que é, também, a data da consolidação da Independência do Brasil, que tanto nós Senadores da Bancada baiana quanto o Governo do Estado da Bahia, que estará aqui presente na figura do Sr. Governador e do Sr. Vice-Governador, teremos a maior alegria e satisfação de contar com a presença de V. Exªs.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada.

(Levanta-se a reunião às 9 horas e 38 minutos.)

ATA DA 2ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA COPA DO MUNDO DE 2014 E JOGOS OLÍMPICOS E PARAOLÍMPICOS DE 2016, CRIADA POR MEIO DO RDR Nº 08, DE 2011, COM A FINALIDADE DE “ACOMPANHAR, AVALIAR E FISCALIZAR TODAS AS AÇÕES EMPREENDIDAS PARA A REALIZAÇÃO DA COPA DO MUNDO DE FUTEBOL EM 2014, NO BRASIL, E DOS JOGOS OLÍMPICOS E PARAOLÍMPICOS EM 2016, NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO”, REALIZADA EM 20 DE SETEMBRO DE 2011, TERÇA-FEIRA, APÓS A REUNIÃO DA CDR, NA SALA DE REUNIÕES Nº 13, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às quinze horas e dezessete minutos do dia vinte de setembro do ano de dois mil e onze, na Sala de Reuniões número treze da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Lídice da Mata, reúne-se a Subcomissão Temporária da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 com a presença dos Senadores Zeze Perrella, Eduardo Amorim e Cícero Lucena. Deixa de comparecer os Senadores Vital do Rêgo e Wilson Santiago. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente divulgada, a presente reunião tem como objetivo apresentar o planejamento dos trabalhos da subcomissão para o biênio 2011/2012; porém como o Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, Senador Benedito de Lira, indicou o Senador Zeze Perrella para compor a Subcomissão como membro titular, e tendo em vista a sua indicação para ocupar o cargo vago de Vice-Presidente da Subcomissão em substituição ao Senador Ataídes Oliveira, a Sra. Presidente submeteu aos membros a realização, na primeira parte, da eleição do Vice-Presidente. Proposta aceita, Presidente informa que de acordo com o art. 60 do RISF, a eleição é realizada em escrutínio secreto e a chamada dos membros será nominal. Após a votação, a Presidente convida o Senador Eduardo Amorim para atuar como escrutinador, sendo verificado o seguinte resultado: é eleito o Senador Zeze Perrella Vice-Presidente da Subcomissão por unanimidade. A Presidência proclama o resultado, empossa o eleito e o convida para se sentar à mesa. Após as considerações iniciais da Senhora Presidente e do Vice-Presidente, Senador Zeze Perrella, a Presidência apresenta e o Colegiado aprova o plano de trabalho da Subcomissão para o biênio 2011/2012, e propõe que as reuniões da Subcomissão sejam realizadas às terças-feiras, 10 minutos após a reunião da CDR. Foram apresentados, ainda, como itens **EX-TRAPAUTA**, os seguintes requerimentos: **ITEM 01:** REQUERIMENTO Nº 01, DE 2011-CDRcool “Com fulcro no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado

Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016 – CDRcool, com a finalidade de debater as ações de sustentabilidade para a Copa de 2014, Olimpíada e Paraolimpíada de 2016, com a presença dos seguintes convidados: a Sra. Laura Silvia Valente de Macêdo – Diretora atual do Departamento de Economia e Meio Ambiente do MMA; a Sra. Paula Gabriela de Freitas – Representante da Associação Ambiental de Governos Locais pela Sustentabilidade; o Sr. Cláudio Langoni – Ministério do Esporte; e o Sr. José Pedro Soares Martins – Jornalista – Palestrante do Fórum Legislativo em Cuiabá.”

Autoria: Senadora Lídice da Mata. Após o encaminhamento do Requerimento feito pela autora, procede-se à votação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 02:** REQUERIMENTO Nº 02, DE 2011 “Com fulcro no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016 – CDRcool, com a finalidade de debater a Rede de Proteção Social necessária e as políticas de acessibilidade para a Copa de 2014, a Olimpíada e a Paraolimpíada de 2016, com a presença dos seguintes convidados: o Exmo. Sr. Deputado Federal Romário; a Sra. Thaís Dumet – OIT – Oficial de Projetos; a Dra. Stella Scandola – Escola de Saúde Pública do Mato Grosso do Sul; a Professora Mestre Karina Figueiredo – Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto Juvenil; um representante da UNICEF; e o Sr. Camilo Sales Dornelas – Diretor do Centro de Estudos dos Agentes Policiais – Polícia Civil do Rio de Janeiro.” **Autoria:** Senadora Lídice da Mata. Após o encaminhamento do Requerimento feito pela autora, procede-se à votação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 03:** REQUERIMENTO Nº 03, DE 2011 “Com fulcro no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016 – CDRcool, com a finalidade de debater as Políticas de Qualificação Empresarial e Profissional para a Copa de 2014, a Olimpíada e a Paraolimpíada de 2016, com a presença dos seguintes convidados: um representante do Ministério do Trabalho e Emprego; um representante do Ministério do Turismo; e um representante da Confederação Nacional do Comércio – CNC.” **Autoria:** Senadora Lídice da Mata. Após o encaminhamento do Requerimento feito pela autora, procede-se à votação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 04:** REQUERIMENTO Nº 04, DE 2011 “Com fulcro no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e nos arts. 90,

II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016 – CDRCOOL, com a finalidade de debater os impactos da Copa de 2014, da Olimpíada e da Paraolimpíada de 2016 sobre a tecnologia de informação brasileira, com a presença do seguinte convidado: o Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério de Ciência e Tecnologia, o Sr. Ronaldo Mota.” **Autoria:** Senadora Lídice da Mata. Após o encaminhamento do Requerimento feito pela autora, procede-se à votação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 05:** REQUERIMENTO Nº 05, DE 2011 “*Com fulcro no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016 – CDRCOOL, com a finalidade de debater a transparência dos gastos públicos na Copa de 2014, na Olimpíada e na Paraolimpíada de 2016, com a presença dos seguintes convidados: o Excelentíssimo Senhor Ministro do Tribunal de Contas da União, Sr. Valmir Campelo; e o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União, Sr. Jorge Hage Sobrinho.”* **Autoria:** Senadora Lídice da Mata. Após o encaminhamento do Requerimento feito pela autora, procede-se à votação. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta e três minutos, lavrando eu, Selma Míriam Perpétuo Martins, Secretária da Subcomissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lídice da Mata**, Presidente da Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Boa tarde, caros companheiros.

Nós convocamos esta reunião da Subcomissão da Copa 2014, Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2016, que atua na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Havendo número regimental, declaro aberta esta 2ª reunião da Subcomissão temporária e da 1ª Sessão...

Acabou de haver um incidente aqui. Um batismo, faltando água no Nordeste e em Brasília. Só na Chapada Diamantina, na Bahia, é que a seca está braba, a estiagem está braba.

... da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 1ª reunião da Subcomissão.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (Pausa.)

A ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à elaboração do plano de trabalho da Subcomissão para o biênio 2011/2012.

Nós vamos iniciar o plano de trabalho. Antes, porém, precisamos eleger o nosso Vice-Presidente, que foi eleito e saiu recentemente do mandato, o Senador Ataídes. Estou propondo, para assumir o lugar do Senador Ataídes, eleger o Senador Zeze Perrella, que tem todo interesse em participar e contribuir com esta Subcomissão da Copa 2014.

Sem um comprometimento maior do Senador Zeze Perrella, certamente isso poderá ser uma forma de contribuição com o futebol da Bahia, de Sergipe, de Alagoas, da Paraíba. Quem sabe ele poderá nos ajudar.

Sobre a Mesa está se instalando a nossa urna e as nossas cédulas de votação devidamente rubricadas pela Presidência, que deverão ser utilizadas para que a votação ocorra, de acordo com o art. 60 do Regimento Interno. A eleição será feita em escrutínio secreto. A chamada dos membros será nominal.

Se o Senador Perrella quiser usar a palavra para solicitar o apoio dos seus pares, enquanto isso eu vou rubricando a nossa cédula e convidando os Srs. Senadores para a votação.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT - MG) – Bom, eu conto com dois pares. Acho que não tem risco de perder como candidato único, não é?

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – É. O senhor é candidato único e esperamos...

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT - MG) – Mas eu quero agradecer a confiança dos meus pares antecipadamente, já que é candidatura única. Agradeço, Srª Presidente, a confiança e, obviamente, vou procurar ajudar, com a minha experiência desses 17 anos à frente do Cruzeiro. Acho que a gente tem uma pequena contribuição a dar e no que eu puder contribuir para que façamos um trabalho muito bom aqui, Senadora, a senhora pode contar comigo, porque a gente está aqui para ajudar.

Agradeço a V. Exªs pela confiança.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Eu vou aproveitar e pedir a V. Exª para que se dirija à urna para a votação. Vai receber a cédula da mão da secretária da nossa Comissão.

Como defendo eleição direta para o Bahia...

Senador Eduardo Amorim. (Pausa)

Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB - PB) – Eu ia me candidatar – não sabia que você era candidato –, mas a Presidente determinou, eu cumpri e retirei minha candidatura.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – De qualquer forma, já tem a possibilidade de o senhor apoiar, portanto, dar um estímulo ao futebol da Paraíba.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB - PB) – É verdade. A Paraíba revela bons jogadores.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Que são comprados todos pelo Cruzeiro.

Convido o Senador Eduardo Amorim para fazer a apuração, o escrutínio dos votos. Aqui ainda é antigo, não tem urna eletrônica.

Os funcionários funcionaram como fiscais.

Podemos ter alguma surpresa, não é?

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC - SE) – Srª Presidente, quatro votos, todos para o Senador Zeze Perrella.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Muito obrigada.

Portanto, declaro eleito por unanimidade o Senador Zeze Perrella, para a Vice-Presidência da Subcomissão Temporária da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

Aproveito e convido o nosso Vice-Presidente para se sentar aqui, ao lado da coordenação da Mesa.

A nossa Subcomissão, na verdade, já está funcionando e participando do Fórum Legislativo da Copa 2014, que tem na Câmara dos Deputados o seu motor principal de organização, mas que conta com a nossa participação desde a outra Legislatura.

O objetivo desta Subcomissão, inspirada pelas oportunidades trazidas com a realização de megaeventos, como a Copa do Mundo de Futebol e os Jogos Olímpicos, consiste em pensar e propor soluções para a gestão pública do turismo não apenas nos investimentos em infraestrutura, como reforma dos estádios e aeroportos, mas também em outras ações, tais como a mobilidade urbana e a qualificação profissional, que garantam legados significativos para a sociedade brasileira.

Estimular a participação da sociedade, ampliar a transparência da ação pública e fazer com que todos os brasileiros sintam-se partícipes da Copa de 2014 e das Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2016 também se constituem em objetivos desta Subcomissão.

O Fórum Legislativo das Cidades-Sede da Copa do Mundo de 2014 é realizado por esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado, conjuntamente com a Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados.

Esses trabalhos também serão desenvolvidos com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, por meio de sua Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016, que é presidida pelo Senador Blairo Maggi.

Fórum Legislativo nas Cidades-Sede da Copa do Mundo.

O projeto tem como objetivo central mobilizar o Poder Legislativo em todos os seus três níveis, federal – Câmara e Senado –, estadual – Assembleias Legislativas – e municipal – Câmara de Vereadores das Capitais para uma reflexão sobre as responsabilidades deste poder para com a realização desse megaevento esportivo internacional que é a Copa do Mundo de Futebol, bem como conhecer as oportunidades que estarão abertas para o País tanto no desenvolvimento do seu turismo, quanto para a sua imagem para o conjunto da comunidade internacional.

O Fórum Legislativo das Cidades-Sede da Copa já realizou nove encontros, nove reuniões: a primeira em Fortaleza, depois em Recife, Curitiba, Belo Horizonte, Manaus, Brasília, Cuiabá, Salvador e Porto Alegre.

As próximas etapas são Natal, Rio Grande do Norte, dia 26 de setembro, Rio de Janeiro, 10 de outubro, e São Paulo, 24 de outubro.

Gostaria de convidar os Srs. Senadores que são membros desta nossa Subcomissão para se incorporarem, se possível, já confirmarem suas presenças nesses fóruns.

Os fóruns têm sido muito produtivos. Geralmente nós temos, pela manhã, um encontro nas assembleias legislativas, onde é apresentado o projeto daquela sede da Copa, com presença dos secretários de governo, do governo municipal e do governo de Estado, de deputados, de vereadores, de lideranças e de prefeitos das cidades envolvidas, cidades-sedes. Depois de um processo de debate a respeito do projeto apresentado, geralmente ao meio-dia, fazemos um encontro, um almoço com o governador, que dá as últimas explicações e esclarece as últimas questões a respeito do projeto daquele Estado, e depois nós visitamos em comitiva o estádio, a arena de esportes daquele local e, posteriormente, também o projeto do aeroporto, onde, geralmente, encerramos os nossos trabalhos.

Além dessa pauta de trabalho, que serão essas audiências, viagens aos locais das sedes, isso não nos impede de fazer algumas visitas extras a algum local por um convite daquele Estado ou por qualquer outra razão.

Além disso, estamos propondo aprovar hoje a realização na nossa Subcomissão de cinco audiências

públicas relacionadas com a nossa preparação para a Copa do Mundo.

A nossa Subcomissão dá algum nível de contribuição a esse debate que já se estende aqui na Casa, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com o viés maior de investigar e de fiscalizar a obras e serviços. E nesta Subcomissão, Senador Zezé Perrella, com um viés diferente, para que, além de contribuir com os projetos que estão sendo realizados em cada Estado, nós possamos também levar propostas nessa contribuição para que a Copa que se realize no Brasil seja realmente a melhor Copa do Mundo dos últimos ou de todos os tempos.

Nós temos como proposta para a discussão uma audiência pública sobre a Copa Verde, que é um dos temas da Copa do Mundo, cantado em verso e prosa pela Fifa, que faz parte das exigências da Fifa em relação às arenas de esporte. Mas podemos ter todo o projeto da Copa do Mundo nos diversos Estados relacionado com a busca de transformá-lo num projeto da Copa Verde.

No Rio Grande do Sul, por exemplo, o objetivo definido pelo Governo é fazer em Porto Alegre a melhor sede de Copa do Mundo e a melhor sede em acessibilidade, em sustentabilidade e, portanto, em alguns itens escolhidos pelo Governo para caracterizar aquela como a melhor sede da Copa do Mundo. E cada Estado deve estar procurando fazer o seu esforço.

Então eu queria propor que nós analisássemos a Copa do ponto de vista das políticas de sustentabilidade que estão pensadas em cada Estado.

Ponto dois, a rede de proteção social necessária ao megaevento da Copa do Mundo em cada Estado.

Nós tivemos a oportunidade de dirigir a Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados no momento de realização do Panamericano. Visitamos, participamos e debatemos todas as ações sociais envolvidas naquele evento no Rio de Janeiro, tanto com o Ministério da Justiça e a rede de proteção social criada pelo Ministério da Justiça, como com a Polícia Federal. A partir daquele evento, inclusive, surgiu com muito vigor a ideia do Sistema Nacional de Segurança Pública, que já iniciou ali uma experiência juntando polícias civis e militares, agentes policiais civis e militares de diversos Estados do Brasil para atuar ali como uma força tarefa exemplar.

Então, nessa audiência pública nós discutiríamos a rede de proteção social necessária e as políticas de acessibilidade para Copa de 2014, que tem sido um tema tratado especialmente pelo companheiro Deputado Federal Romário, que em todas as nossas visitas tem buscado fazer com que haja um compromisso explícito de todos os governadores com o caderno de

exigências da Fifa, voltado para permitir que os estádios brasileiros tenham completa acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência. E nós precisamos, além de discutir o estádio em si, discutir o conjunto de ações da Copa do Mundo, os eventos culturais, os projetos de mobilidade urbana sob o ponto de vista da acessibilidade.

Uma terceira audiência pública são as políticas de qualificação empresarial e profissional para a Copa de 2014, buscando trazer aqui o Ministério do Trabalho, o Ministério do Turismo e o Ministério da Educação, o Sistema “S” e outras entidades empresariais voltadas para preparação e a qualificação empresarial e profissional para a Copa de 2014.

Um quarto ponto seriam os impactos da Copa sobre a tecnologia de informação brasileira, com a presença do Ministério de Ciência e Tecnologia.

Por exemplo, em Porto Alegre, vai existir o que eles estão chamando de aeromóvel, que é um veículo sobre trilhos, de tecnologia criada no Rio Grande do Sul, específica, que vai ligar a estação última do metrô, que será ampliado, com o aeroporto. Chama-se aeromóvel. Isso é uma inovação tecnológica agregada à Copa 2014, desenvolvida no Rio Grande do Sul.

Nós podemos ver em que outros Estados estão se desenvolvendo experiências dessa natureza e mesmo quais são as iniciativas do Ministério de Ciência e Tecnologia na linha da informatização dos serviços que serão prestados na Copa do Mundo em cada estádio. E também, nos centros de informação de imprensa, que tipo de tecnologia estará disponível para melhorar os serviços de informação da Copa do Mundo.

Finalmente, com a participação aqui, na última semana, de um representante do Tribunal de Contas da União e a informação de que o Tribunal mantém um grupo de trabalho voltado especificamente para acompanhar as obras relacionadas com a Copa do Mundo, nós achamos interessante dar visibilidade a quem faz a transparência da Copa ou às necessidades voltadas para dar à Copa a transparência devida, para que a Copa do Brasil também brilhe no quesito de transparência da aplicação dos recursos públicos. Chamarmos esse núcleo de trabalho do Tribunal de Contas da União e também o Sr. Ministro Jorge Hage, da Controladoria-Geral da União, para discutir conosco os mecanismos que estão sendo pensados para garantir essa transparência da Copa 2014. Para tanto, já tenho aqui todos os requerimentos, para, assim que aprovarmos, darmos entrada na Comissão, a fim de que essas audiências se realizem.

Senador Zezé Perrella, V. Ex^a tem alguma consideração a fazer ou alguma sugestão para agregar ao nosso trabalho?

O SR. ZEZÉ PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Não está no roteiro aqui, Sr^a Presidente. Gostaria que fizéssemos uma visita a Belo Horizonte. Diria a V. Ex^a que hoje as obras do Mineirão são as mais adiantadas do Brasil com relação ao quesito verde também. Acho que ninguém vai ter uma arena como a nossa, de Minas Gerais, com todo o respeito que temos a todas as outras. Temos uma área em frente ao Mineirão, da Universidade Federal. São 600 hectares de área verde na Pampulha, área de maior preservação ambiental de Belo Horizonte. Além disso, o estádio está ficando maravilhoso.

Então, gostaria que V. Ex^a incluísse Belo Horizonte, para fazer uma visita também às obras do Mineirão.

A SR^a PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – A Comissão como um todo já visitou Belo Horizonte, mas, desde o início, quando V. Ex^a propôs essa ideia de voltarmos, eu aceitei. Mesmo que só volte a Comissão do Senado, acho que vale a pena. Não tive oportunidade de participar dessa audiência pública nem V. Ex^a. Vou fazer contato com a Comissão da Câmara, para que nós possamos fazer isso em comum acordo, se for possível. Se não, fazemos somente na Subcomissão do Senado, certo?

O SR. ZEZÉ PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Tudo bem.

A SR^a PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Se não houver nenhuma outra consideração e se houver a aprovação da proposta de trabalho, as Sr^{as} e os Srs. Senadores permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Vamos, portanto, iniciar.

Quero propor que as nossas reuniões semanais ocorram 10 minutos após o encerramento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Portanto, toda terça-feira, dez minutos após o encerramento da Comissão e que possamos distribuir em datas essas audiências públicas, para fazer audiências públicas quinzenais, duas audiências por mês.

Vou submeter à apreciação os requerimentos, para compor a formalidade da apresentação.

ITEM 05

REQUERIMENTO Nº 05/2011-CDRCOOL

Com fulcro no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requero a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016 – CDRCOOL, com a finalidade de debater a transparência dos gastos públicos na Copa de 2014, na Olimpíada e na Paraolimpíada de 2016, com a presença dos seguin-

tes convidados: o Excelentíssimo Senhor Ministro do Tribunal de Contas da União, Sr. Valmir Campelo; e o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União, Sr. Jorge Hage Sobrinho.
Autoria: Senadora Lídice da Mata

ITEM 01

REQUERIMENTO Nº 01/2011-CDRCOOL

Com fulcro no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requero a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016 – CDRCOOL, com a finalidade de debater as ações de sustentabilidade para a Copa de 2014, Olimpíada e Paraolimpíada de 2016, com a presença dos seguintes convidados: a Sra. Laura Silvia Valente de Macêdo – Diretora atual do Departamento de Economia e Meio Ambiente do MMA; a Sra. Paula Gabriela de Freitas – Representante da Associação Ambiental de Governos Locais pela Sustentabilidade; o Sr. Cláudio Langoni – Ministério do Esporte; e o Sr. José Pedro Soares Martins – Jornalista – Palestrante do Fórum Legislativo em Cuiabá.

Autoria: Senadora Lídice da Mata

ITEM 02

REQUERIMENTO Nº 02/2011-CDRCOOL

Com fulcro no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requero a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016 – CDRCOOL, com a finalidade de debater a Rede de Proteção Social necessária e as políticas de acessibilidade para a Copa de 2014, a Olimpíada e a Paraolimpíada de 2016, com a presença dos seguintes convidados: o Exmo. Sr. Deputado Federal Romário; a Sra. Thaís Dumet – OIT – Oficial de Projetos; a Dra. Stella Scandola – Escola de Saúde Pública do Mato Grosso do Sul; a Professora Mestre Karina Figueiredo – Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infante Juvenil; um representante da UNICEF; e o Sr. Camilo Sales Dornelas – Diretor do Centro de Estudos dos Agentes Policiais – Polícia Civil do Rio de Janeiro.

Autoria: Senadora Lídice da Mata

ITEM 04

REQUERIMENTO Nº 04/2011-CDRCOOL

Com fulcro no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requero a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016 – CDRCOOL, com a finalidade de debater os impactos da Copa de

2014, da Olimpíada e da Paraolimpíada de 2016 sobre a tecnologia de informação brasileira, com a presença do seguinte convidado: o Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério de Ciência e Tecnologia, o Sr. Ronaldo Mota.

Autoria: Senadora Lídice da Mata

ITEM 03

REQUERIMENTO Nº 03/2011-CDRCOOL

Com fulcro no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016 – CDRCOOL, com a finalidade de debater as Políticas de Qualificação Empresarial e Profissional para a Copa de 2014, a Olimpíada e a Paraolimpíada de 2016, com a presença dos seguintes convidados: um representante do Ministério do Trabalho e Emprego; um representante do Ministério do Turismo; e um representante da Confederação Nacional do Comércio – CNC.

Autoria: Senadora Lídice da Mata

Em votação. (Pausa.)

Aprovados.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

Muito obrigada.

(Iniciada a reunião às 15 horas e 17 minutos e encerrada às 15 horas e 44 minutos)

ATA DA 3ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA COPA DO MUNDO DE 2014 E JOGOS OLÍMPICOS E PARAOLÍMPICOS DE 2016, CRIADA POR MEIO DO RDR Nº 08, DE 2011, COM A FINALIDADE DE “ACOMPANHAR, AVALIAR E FISCALIZAR TODAS AS AÇÕES EMPREENDIDAS PARA A REALIZAÇÃO DA COPA DO MUNDO DE FUTEBOL EM 2014, NO BRASIL, E DOS JOGOS OLÍMPICOS E PARAOLÍMPICOS EM 2016, NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO”, REALIZADA EM 04 DE OUTUBRO DE 2011, TERÇA-FEIRA, APÓS A REUNIÃO DA CDR, NA SALA DE REUNIÕES Nº 13, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às quinze horas e vinte e nove minutos do dia quatro de outubro do ano de dois mil e onze, na Sala de Reuniões número treze da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Lídice da Mata, reúne-se a Subcomissão Temporária da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 com a presença dos Senadores Zeze Perrella, Wilson Santiago e José Pimentel. Deixa de comparecer o Senador Vital do Rêgo. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião

anterior, que é dada como aprovada. Dando prosseguimento, a Presidência esclarece que, conforme pauta previamente divulgada, a presente reunião está dividida em duas partes, sendo que a primeira destina-se a realização de Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 05/2011-CDRCOOL, de autoria da Senadora Lídice da Mata, aprovado em 20/09/11, que propõe “debater a transparência dos gastos públicos na Copa de 2014, na Olimpíada e na Paraolimpíada de 2016 com a presença dos seguintes convidados: o Excelentíssimo Senhor Ministro do Tribunal de Contas da União, Sr. Valmir Campelo; e o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União, Sr. Jorge Hage Sobrinho”. A Audiência é realizada com a presença dos Senhores: Marcelo Chaves Aragão, Auditor de Controle Externo, representando o Ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Valmir Campelo; e Valdir Agapito Teixeira, Secretário Federal de Controle Interno, representando o Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União (CGU), Jorge Hage Sobrinho. Após a exposição dos Senhores convidados, usam da palavra os Senadores Zezé Perrella, e ainda, a Presidente da Subcomissão, Senadora Lídice da Mata. Dando prosseguimento, a segunda parte é destinada a apreciação de proposição. **ITEM ÚNICO - REQUERIMENTO Nº 06/2011-CDRCOOL**

“Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento Nº 04, de 2011 – CDRCOOL, aprovado em 20/09/2011, que a audiência pública nesta Comissão, com o objetivo de debater os impactos da Copa de 2014, da Olimpíada e da Paraolimpíada de 2016 sobre a tecnologia de informação brasileira, inclua como convidados: o Sr. Antonio Gil, Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação – BRASSCOM; e o Sr. Fernando Carvalho, Presidente da Agência de Tecnologia de Informação do Ceará – ETICE.” **Autoria:** Senadora Lídice da Mata. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e quarenta e dois minutos, lavrando eu, Selma Míriam Perpétuo Martins, Secretária da Subcomissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lídice da Mata**, Presidente da Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Subcomissão Temporária da Copa de 2014, Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura. Comunicados.

Acontecerá, no próximo dia 10 de novembro, a 11ª visita do II Fórum Legislativo nas cidades sedes da Copa, desta feita na cidade do Rio de Janeiro.

Informamos também, o que já foi feito pelo Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – e o reafirmar aqui –, a realização da ABAV no Rio de Janeiro também, para a qual convidamos todos os membros da Comissão.

Passemos, portanto, agora à audiência pública desta Subcomissão.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à realização de audiência pública com a finalidade de debater a transparência dos gastos públicos na Copa de 2014, nas Olimpíadas e nas Paraolimpíadas de 2016, em atendimento ao Requerimento nº 05, de 2011-CDR/COOL, de minha autoria.

Convido para compor a Mesa os Srs. Marcelo Chaves Aragão, Auditor de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, representando o Ministro do Tribunal de Contas Valmir Campelo, e Valdir Agapito Teixeira, representando o Ministro de Estado e Chefe da Controladoria-Geral da União, Jorge Hage Sobrinho, grande ex-Deputado Constituinte pela Bahia e Relator do primeiro projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, após a Constituição brasileira.

A nossa ideia é... A Subcomissão da Copa aprovou algumas audiências públicas para tratar de questões visando a uma posição propositiva em relação à Copa do Mundo. Essa Subcomissão não é somente voltada para a Copa do Mundo, mas também para a Copa, Olimpíadas e Paraolimpíadas e também não tem a visão apenas fiscalizadora. Mas, por se tratar de uma Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, nós estamos também voltados para a proposição relacionada ao estímulo e ao desenvolvimento do turismo durante o período da Copa.

Resolvemos iniciar as nossas audiências públicas justamente com a temática da fiscalização porque consideramos que um dos pontos essenciais que podemos deixar à administração pública no Brasil, como legado da Copa do Mundo, é exatamente a introdução de elementos que viabilizem um processo de transparência na aplicação dos recursos públicos, cada vez mais próximo do cidadão.

Portanto, nós convidamos tanto o Tribunal de Contas quanto a Controladoria-Geral da União, com o objetivo de externarem sobre a Copa do Mundo e também de apresentarem posições a respeito do assunto transparência na Copa do Mundo.

Quero também saudar aqui o sempre presente, e que contribui com os nossos trabalhos, Senador Zeze Perrella.

O Bahia ganhou, viu, Senador? Ganhou, de alegria. Mas vamos à frente.

Vou passar a palavra, em primeiro lugar, ao Sr. Marcelo Luiz Souza da Eira, representando o Ministro do Tribunal de Contas da União... Desculpem-me, ao Sr. Marcelo Chaves Aragão, Auditor de Controle Externo – o outro viria antes – representando, do Tribunal de Contas da União, o Ministro Valmir Campelo.

O SR. MARCELO CHAVES ARAGÃO – Bom, primeiramente, quero agradecer o convite à Senadora Lídice da Mata.

Aos Parlamentares presentes, a todos boa tarde.

O Ministro Valmir Campelo não pôde participar, estar presente porque está fora de Brasília e, por coincidência também, o nosso Secretário Marcelo Eira teve de substituir, às pressas, o Secretário-Geral de Controle Externo, que está também em uma reunião do Tribunal no Rio de Janeiro.

Meu nome é Marcelo Aragão. Eu hoje chefiio, coordeno as ações do Tribunal em redes de controle, a integração com os demais órgãos de controle – Ministério Público, CGU, demais Tribunais de Contas e órgãos gestores federais –, e também estou à frente da coordenação das ações de fiscalização do Tribunal na Copa do Mundo.

Há uma transparência. O Tribunal tem desenvolvido uma série de ações no sentido de ampliar a transparência dos gastos das ações relativas à Copa do Mundo.

E eu destacaria, primeiramente, antes de fazer a apresentação, o Protocolo de Intenções, que foi firmado, celebrado já há alguns anos entre o Tribunal de Contas da União, a Câmara dos Deputados, o Senado e demais Tribunais de Contas, no sentido de criar uma rede de informações e de controles da Copa do Mundo. E esse Protocolo de Intenções acabou resultando num ato de criação, pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle do Senado, do portal de acompanhamento dos gastos da Copa do Mundo.

Durante algum tempo não houve a finalização do portal. Nós, do Tribunal de Contas, junto com a Comissão de Meio Ambiente e o Prodasen, fizemos um esforço conjunto para criarmos as condições para implementar, de fato, esse portal. Em julho deste ano, foi criado um portal de acompanhamento dos gastos da Copa do Mundo. Hoje, consultando o portal, fiquei surpreso com a sua alimentação. Em praticamente todos os projetos, individualmente, há informações sobre a execução, os participantes da licitação, participantes da licitação, compras, contratos, pagamentos, fotos das medições, das obras. Então, em termos

de transparência, acho que esse portal constitui um marco muito importante, além de outras iniciativas.

Logicamente, o Dr. Valdir Agapito, representante da Controladoria, vai ressaltar muito o Portal da Transparência, que é mais uma iniciativa do Governo de ampliar a transparência dos gastos da Copa e das Olimpíadas.

Além desse portal de acompanhamento, alimentado pelos órgãos executores estaduais, municipais e federais, o Tribunal também criou o seu próprio portal de fiscalização, que não é um portal de notícias; é um portal de fiscalização, de resultado das auditorias. Eu diria que é um portal um pouco mais formal que expressa os resultados das fiscalizações do TCU e dos demais Tribunais de Contas dos Municípios, como do Município do Rio de Janeiro e das cidades-sede da Copa.

Então, acho que os portais de fiscalização e de acompanhamento dos gastos da Copa da Comissão de Meio Ambiente do Senado são marcos importantíssimos na ampliação da transparência.

Eu também ressaltaria o relatório que o Tribunal publica e que está sendo atualizado praticamente todo mês: O TCU e a Copa do Mundo de 2004, cujo tema é da nossa apresentação. Publicamos e atualizamos esse relatório, que está disponível no portal do Tribunal de Contas da União. São muito interessantes algumas reuniões de que participo, discutindo, representando o TCU, com o Ministério Público e com os gestores. É muito interessante ver gestores de pastas ministeriais, ao discutir alguns aspectos das obras, dizer: “Espere aí, deixe-me consultar o Relatório do TCU a respeito das liberações dos recursos, da execução dos projetos.” Então, essa é mais uma iniciativa importante do Tribunal.

Eu não trouxe as diversas determinações e recomendações que o TCU tem feito ao Governo, mas são muitas. Em diversos acórdãos e em diversas oportunidades, o TCU as tem recomendado e alertado, às diversas pastas ministeriais, mas especialmente ao Ministério do Esporte, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e à Casa Civil, para a necessidade, por exemplo, do uso da matriz de responsabilidade, que hoje é o instrumento de maior referência para todos os projetos da Copa, no sentido de o Governo incluir nessa matriz, de fato, todos os gastos, todos os empreendimentos relativos à Copa do Mundo. Nós sabemos que os principais empreendimentos estão na matriz, com transparência, com a possibilidade de permitir o acompanhamento e o controle, mas há muitos projetos fundamentais à Copa e que ainda não estão na matriz.

Então, tem havido uma busca incessante do Tribunal no sentido de sempre alertar, sempre recomendar que todos os gastos estejam incluídos nessa matriz, porque dá transparência, permite o controle e até permite uma definição clara daquilo que vai ser objeto ou não do RDC, porque a matriz é a referência para o RDC, para o limite de endividamento. Enfim, é o instrumento oficial de transparência, de controle e de gestão.

Existem outras determinações. Por exemplo, há um acórdão recente do Tribunal, que, ao fazer um trabalho na área de TI para a Copa, para evitar os problemas do Pan, recomendou que, ao final dos eventos esportivos, o Governo, o Ministério do Esporte desse total transparência dos gastos nesses eventos, tanto do setor público quanto do privado.

Existem diversas recomendações, como, por exemplo, que o Ministério do Esporte registre, na sua *home page*, o resultado das reuniões, das deliberações das câmaras temáticas da Copa. Então, há um acórdão específico em que o Tribunal recomenda essa iniciativa, enfim, são diversas recomendações, não trouxe todas para não cansá-las, no sentido de o Tribunal fomentar a transparência, fomentar a informação, permitindo melhor controle social e também dos órgãos de controle.

Eu pediria licença para fazer uma breve apresentação, um *power point* dos *slides* em relação à apresentação oficial do Ministro Valmir Campelo, em relação as principais ações que o Tribunal tem desenvolvido em relação à Copa do Mundo.

Primeiro, quais são os objetos de fiscalização do TCU. A gestão da Copa por parte do Ministério do Esporte é fundamental, é importantíssima. Nós falamos sempre que é importante avaliarmos e melhorarmos em relação à governança da Copa do Mundo, e o Ministério do Esporte tem essa função de coordenador, enfim, do grupo executivo da Copa. E nós temos sempre acompanhado e auxiliado o Ministério a melhorar os seus processos, seus controles e a sua gestão.

A atuação dos demais ministérios envolvidos com as ações da Copa do Mundo. É bem verdade que o primeiro ciclo da Copa somente estabeleceu ainda... A matriz de responsabilidade somente prevê os empreendimentos para estádios, arenas, a mobilidade urbana, portos e aeroportos.

Nós temos muita coisa ainda a definir, e estão sendo definidas pelo Governo; Copa não é somente estádio, mobilidade urbana e aeroportos; é fundamental energia, TI, telecomunicações, segurança pública, turismo; enfim, todas essas ações estão sendo planejadas, definidas e o Tribunal tem alertado da necessidade de o Governo definir em conjunto, todos os governos definirem essas demais ações.

Aplicação dos recursos federais, aí cabe, de fato, diretamente, a atuação do Tribunal de Contas da União. Nós temos aí uma atuação em praticamente todos os editais de licitação dos aeroportos, por parte da Infraero, de concessão de São Gonçalo do Amarante, que é um trabalho concomitante que o tribunal faz, prévio, eu diria. Também uma atuação importante vai acontecer da mesma maneira, os demais aeroportos serão concedidos – São Paulo, Rio e Brasília. E nos portos, tivemos já o edital do porto do Rio de Janeiro, da construção do píer do Rio. Vamos passar o resultado disso mais para a frente; está em vias de lançar o edital do porto de Santos, um volume bem significativo também de investimento, na faixa de mais ou menos 300 milhões. Também estamos verificando, fiscalizando essas obras.

Nós temos também uma atuação em cima dos agentes financeiros federais, BNDES e Caixa Econômica. O BNDES financia as arenas, os estádios, e também a Caixa Econômica financia a mobilidade urbana. Então, nós temos um trabalho em cima das normas dos bancos oficiais em relação a essa concessão desses financiamentos, no sentido de exigir as garantias, as análises todas que são feitas. São vários documentos importantes, várias análises são feitas no sentido de condicionar a liberação dos recursos, desembolsos e o Tribunal tem um trabalho muito consistente em cima do banco e até numa parceria, sobretudo com o BNDES, no exame dos projetos executivos de algumas obras de construção de arenas, de estádios.

Obras estaduais e municipais, as obras dos estádios e das arenas são realizadas pelos governos estaduais. O Tribunal não teria, vamos dizer assim, competência para analisar – e não tem mesmo – a legalidade da licitação dos contratos. O que nós temos feito é trabalhar em colaboração com os Tribunais de Contas estaduais, municipais, com o Ministério Público Federal, uma atuação muito próxima, e também com a CGU, um trabalho até conjunto; no Maracanã fizemos recentemente um trabalho conjunto de analisar o projeto executivo, enfim, no sentido de colaborar com o BNDES ou com a Caixa no exame desses projetos, no sentido de dar mais segurança na liberação dos recursos, dos empréstimos.

Acho importante deixar muito claro o limite do Tribunal de Contas da União em relação às obras da Copa do Mundo, especialmente em relação às obras das arenas, dos estádios e a mobilidade urbana. Então, o TCU fiscaliza os contratos de financiamento do BNDES, BNB agora, mais recentemente na arena Cidade da Copa, em Pernambuco, e também no Fonte Nova vai ter empréstimo do BNB também; BNDES, BNB e Caixa. Então, basicamente, o nosso acompanhamento

é em relação aos bancos federais que financiam esses empreendimentos.

O TCU analisa os projetos e orçamentos das obras públicas no sentido de colaborar com o banco, sobretudo verificando a questão do custo do preço dessas obras e desses empreendimentos. E deixar claro que TCU não analisa a legalidade da licitação e do contrato de execução das obras. Isso compete aos Tribunais de Contas dos Estados, e também o TCU não analisa a legalidade dos processos de Parceria Público Privada que competem também aos Tribunais de Contas. É uma coisa nova, concessões, PPPs de estádios. Algo recente também para esses governos estaduais, até para o Ministério Público, que faz esse acompanhamento, e a atuação do TCU tem sido no sentido de treinar, capacitar, orientar, realizar eventos, seminários, reuniões de trabalho com os demais Tribunais de Contas, com o Ministério Público, no sentido de contribuir com esse controle, acompanhamento da execução desses empreendimentos por concessões e PPPs.

Tivemos várias reuniões com os governos do Estado de Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte, com o Ministério Público; enfim, temos contribuído em muito em função de toda uma *expertise* e conhecimento que o Tribunal tem no acompanhamento das concessões federais, temos orientado e ajudado nesse processo.

Eu já falei do protocolo de intenções da rede de informações e controle da Copa. Um dos produtos desse protocolo de intenções celebrado entre TCU, Câmara, Senado e Tribunais de Contas foi o lançamento do Portal do próprio Tribunal de Contas e dos demais Tribunais de Contas (www.fiscalizaCopa2014.gov.br), que é um portal de fiscalização do TCU, não é de notícias. Alguns reclamam, criticam, mas tem pouca informação a respeito de... Nós temos uma dificuldade, porque somos auditores e devemos trabalhar com evidências, não temos uma equipe de jornalistas que saem fotografando a todo o momento os estádios – até gostaríamos. Mas, enfim, é um trabalho em cima de evidência, em cima de provas, em cima de uma discussão madura sobre esses empreendimentos. E só temos resultados mais formais, é verdade, do resultado da nossa fiscalização. Podemos evoluir. Lógico, o portal pode apresentar também outras notícias, e tem apresentado, além do resultado da fiscalização.

Podemos passar.

Aqui a cara do Portal do Tribunal, de fiscalização; temos aí uma consulta por cidade sede, e é sempre uma grande discussão nossa com os demais Tribunais de Contas de atuarem efetivamente e de darem publicidade, também, das suas fiscalizações. Não é somente o TCU que alimenta, mas os demais Tribunais de Con-

tas; em obras de mobilidade urbana e também estádios, há essa necessidade de alimentar. Por exemplo, em Brasília, a gente tem um contato permanente com o TCDF, nós temos algumas fiscalizações lançadas, informadas pelo TCDF, em relação ao VLT, que agora será relançado, será feita nova licitação para o VLT, e outros empreendimentos, como a questão do estádio nacional aqui de Brasília, tem lá as informações sobre o resultado dessas fiscalizações, e de outros Tribunais também.

Um marco interessante. O Tribunal fez um levantamento de riscos dentro da Copa de 2014 no ano de 2009. Ali, naquela oportunidade, nesse Acórdão 1517, de 2010, alertou para alguns riscos. Alguns colegas do Tribunal disseram: “poxa, mas isso não é risco, já é uma realidade”. Risco é uma coisa que pode acontecer ou não, mas nós já havíamos alertado o Governo e fizemos uma série de recomendações importantes, preventivas no sentido da morosidade na realização das obras de mobilidade urbana, aeroportos, indefinição quanto ao legado e também em relação ao turismo, a qualificação do setor de turismo, desde 2009 estamos alertando as pastas ministeriais, o Governo e os demais poderes em relação a esses riscos.

Apesar de não estarem ainda muito claras as definições de ações em turismo, o Governo ainda está amadurecendo quais serão de fato as ações dos diversos setores da sociedade. Não é só o setor público, o privado também, em relação ao turismo, mas eu acho que esse programa do Ministério do Turismo, o programa Bem Receber Copa, que envolve a qualificação de profissionais que vão trabalhar no turismo, aí apesar de ainda não estar definido que é Copa, não está na matriz, mas é Copa, não tenha dúvida, porque é fundamental, é importantíssimo. Então, esse programa tem sido acompanhado pela nossa área técnica lá no Tribunal e tivemos esse Acórdão 2.236, de 2011, bem recente, e que aponta alguns riscos, algumas falhas, algumas impropriedades. Em função desse trabalho, o Tribunal determinou uma grande auditoria no programa, no sentido de avaliar. Fizemos um levantamento preliminar...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB - BA) – O Ministério, inclusive, suspendeu o programa agora, fruto de uma série de fatos, de situações, irregularidades, mas, de qualquer maneira, está em andamento um trabalho de auditoria no programa por parte do Tribunal. Um levantamento feito em sete convênios, três contratos e um termo de parceria revelou uma série de problemas, uma série de riscos na execução, na definição dos preços, dos custos. Enfim, isso motivou o Tribunal a fazer uma série de determinações ao Mi-

nistério do Turismo e também determinar a realização de uma auditoria mais ampla no programa.

Podemos avançar.

Monitoramento em relação à atuação do Ministério do Esporte: são várias determinações, recomendações e alertas. Está em andamento a análise dos contratos de consultoria que o Ministério do Esporte tem celebrado com a FGV e outras instituições para melhorar o seu processo de monitoramento de controle das ações da Copa do Mundo.

Podemos passar?

Aqui rapidamente eu queria destacar, não sei se há tempo hábil, enfim, as principais fiscalizações, vamos dizer assim, são várias as atuações do Tribunal, mas as principais fiscalizações e ações de controle do Tribunal em relação às obras da Copa do Mundo. Em relação à Arena Manaus, esse trabalho foi emblemático porque revelou um sobrepreço próximo de 63 milhões, enfim, e resultou numa atuação do Tribunal de Contas. Muitos até questionam por que o Tribunal de Contas está analisando o projeto executivo dessas obras que são de responsabilidade dos governos estaduais, as Arenas. Foi fruto desse trabalho que o Tribunal fez em relação ao projeto básico que o orçamento da Arena Manaus revelou um sobrepreço bastante significativo e o Tribunal se preocupou e alertou o BNDES quanto aos riscos de financiamentos desses empreendimentos e, a partir daí, então, o Tribunal, em uma parceria com o banco, acabou definindo que iria examinar sob o ponto de vista de custos de preço os projetos executivos e os orçamentos das Arenas, no sentido de auxiliar o BNDES e também os demais tribunais de contas envolvidos.

O projeto foi apresentado recentemente ao BNDES pelo Governo do Estado do Amazonas, a CGU está atuando, fazendo um trabalho, o Dr. Valdir Agapito pode depois revelar e dar informações, e parece que a previsão é que em final de outubro a CGU conclua essa análise. O Tribunal também vai examinar esse trabalho, sempre nessa parceria, essa rede de controle que foi criada envolvendo CGU, TCU, Ministério Público, as Casas Legislativas, Câmara, Senado, comissões, enfim, sempre um trabalho em rede, de parceria, o que é muito importante para a efetividade do controle, da fiscalização desses empreendimentos.

Vamos passar.

Manaus monotrilho. Fizemos uma análise expedida para cooperar com o Ministério Público Federal. Insuficiência do projeto básico foi uma constatação em relação à monovia de Manaus. Medidas adotadas: a Caixa somente financiará a obra se houver projeto adequado, está sendo redefinido o projeto básico executivo e a situação atual em monitoramento pelo Tribu-

nal de Contas do Estado do Amazonas e pelo próprio Ministério Público Federal lá no Amazonas.

BRT de Manaus: também apontamos a insuficiência do projeto básico, fizemos uma análise expedita. A Caixa também só vai financiar a obra se houver projeto adequado, os ajustes que foram recomendados pelo próprio Ministério Público em função desse trabalho de colaboração do TCU, em monitoramento também pelo Tribunal de Contas do Estado do Amazonas e pelo Ministério Público Federal.

Podemos passar.

O aeroporto Eduardo Gomes, de Manaus, uma obra federal, Infraero, e uma economia bastante representativa: 70 milhões. É bom que se diga que essa atuação nas obras de aeroportos e portos tem sido interesse, mesmo na atuação em cima do Maracanã, no custo do Maracanã, a colaboração que tem sido realizada pelos órgãos envolvidos. No caso, a Infraero tem aceitado as ponderações do Tribunal de Contas da União em relação aos custos, as soluções de engenharia, enfim, todas as questões eventuais sobre preços e tem promovido os ajustes necessários. Esses 70 milhões contaram, logicamente, com a aceitação e as providências que foram adotadas pela própria Infraero, de ajustar o orçamento, de ajustar o projeto corrigindo o edital e o orçamento. A situação atual, obras de reforma e ampliação no terminal de passageiros, contratadas com essa economia, com essa redução no orçamento, 70 milhões, fruto da atuação dessa parceria TCU e da própria Infraero.

Podemos evoluir.

Arena Castelão, uma PPP, o que aconteceu? Análise do processo de financiamento pelo BNDES, medidas adotadas: revisão do contrato de PPP em função da atuação do Ministério Público também, enfim, do próprio Tribunal de Contas. Situação atual, sem restrições para liberação de recursos do BNDES até o limite de 20% de valor de contrato. O Tribunal permitiu essa flexibilização no sentido de dar agilidade à execução das obras. Acima de 20% está condicionada à apresentação do projeto executivo completo dos empreendimentos.

Mesmo nas PPPs, com exceção de Arena Pernambuco e agora Fonte Nova, o Tribunal flexibilizou até 65%. PPP tem uma característica muito própria, o projeto executivo vai sendo construído ao longo da execução do projeto. E o Tribunal flexibilizou: pode ser executado o empreendimento, o BNDES pode liberar até 65% do valor contratual sem um projeto executivo completo; até 65%. A partir daí, tem que ter o projeto executivo. É muito provável que o TCU não faça... Fica aí uma pergunta: nas PPPs, quando esses projetos ficarem prontos, o Tribunal fará o exame assim como

está fazendo nas obras públicas? É provável que não. É provável que o Tribunal não faça esse trabalho, mas ajude, colabore, com os tribunais de contas estaduais nessa análise. Para não invadir competência, o Tribunal tem trabalhado também nessa linha da colaboração, da parceria.

Arena Dunas. Natal, de fato, é a cidade-sede mais atrasada em termos de obras. Recentemente foram iniciados os empreendimentos. Enfim, quanto à análise do processo de financiamento do BNDES, está em andamento a revisão do contrato de PPP, fruto de uma parceria também do TCU, Ministério Público, Tribunal de Contas e do próprio Governo do Estado.

Podemos passar.

O aeroporto São Gonçalo do Amarante é a primeira concessão de aeroportos no âmbito federal, foi muito interessante a ação do TCU junto à Anac. Análise da viabilidade econômica, financeira e ambiental, como em todos os projetos de concessão são feitos, analisados pelo TCU; determinação da definição dos parâmetros de qualidade dos serviços; destinação de receita acessória. Houve uma revisão do valor mínimo de leilão em função dessa atuação do Tribunal junto à Anac no aumento de 48 milhões. Parece-me que foi muito exitoso o resultado da licitação, da contratação, da concessão. Cumpridas as determinações do TCU, a situação atual é o contrato de concessão firmado. Esperamos que tenhamos o mesmo êxito na análise da concessão dos aeroportos de Guarulhos, Campinas, Brasília, Galeão, no Rio.

Podemos passar.

Arena Cidade da Copa, Recife. O Tribunal fez a análise de financiamento pelo BNDES que resultou, em função do trabalho do TCU e também dos demais órgãos de controle, na mesma forma do Castelão e também da Arena Dunas, numa revisão do contrato de PPP de algumas questões envolvendo risco público, privado, condições de equilíbrio econômico-financeiro dos contratos. O Tribunal tem colaborado muito nesse processo que é novo para todos de PPPs e concessões de estádios. Não imaginávamos que teríamos concessões de estádio; não temos nem um órgão regulador ainda. Enfim, o Tribunal tem contribuído muito nesse processo. Sem restrições para liberação de recursos do BNDES até o limite de 65%, aquele limite de 20% sem o projeto executivo foi flexibilizado, elástico para as questões das PPPs, sobretudo em Pernambuco, que começou e agora em Fonte Nova, o BNDES solicitou a mesma análise por parte do Tribunal, que ainda está examinando, não tem uma decisão concreta ainda.

Podemos evoluir.

Fonte Nova é o mesmo processo. O Tribunal está examinando o processo de financiamento do BNDES

e aí se verifica a atuação muito consistente do próprio TCE da Bahia. O Ministério Público Federal na Bahia e o Tribunal de Contas da Bahia fizeram um trabalho na PPP, na contratação, no projeto, enfim, nas condições, no fluxo de caixa e apontaram uma série de problemas. Então o próprio BNDES condicionou no contrato de financiamento que somente iria liberar recursos acima de 20% com o aval do TCE da Bahia. Então, o Tribunal se posicionou: se o TCE está atuando, e bem, nós não pretendemos atuar.

O Tribunal tem atuado onde estão os TCEs estão apresentando algumas dificuldades. Se o TCE da Bahia está atuando para que o Tribunal vai ter trabalho? Enfim, mais um órgão de controle. A gente tem, na verdade, orientado a atuação do TCE quando há necessidade. Estive em uma reunião no TCE da Bahia sobre essa atuação.

Próximo.

Verdão – Cuiabá. Aí não tivemos indícios de irregularidades graves na análise do projeto executivo do orçamento. Sabemos que existem alguns problemas na execução, e aí não compete ao Tribunal, competiria ao TCE, mas, em relação ao projeto básico, ao orçamento, ao custo não foram apresentadas... O Tribunal analisou, para subsidiar a análise do BNDES e não foram apontados indícios de irregularidades graves nesse projeto de Cuiabá, Arena Verdão.

A SR^a PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Lá também é PPP?

O SR. MARCELO CHAVES ARAGÃO – Não, lá é obra pública; Cuiabá é obra pública. O problema de Cuiabá tem sido mais na questão da mobilidade urbana, na indefinição do modal, enfim. Mobilidade urbana, de fato, os senhores sabem, que ainda é um calcanhar de Aquiles. Precisamos evoluir muito, o Ministério das Cidades, o Ministério do Esporte, os governos estaduais, municipais. De fato, talvez sejam os empreendimentos que estão mais atrasados, são obras estaduais e municipais. O que o TCU tem feito é sempre orientar a atuação da Caixa nos financiamentos, nos desembolsos, nas condições necessárias para os desembolsos.

Bom, Belo Horizonte, aeroporto de Confins, nós tivemos... Esse foi um paradigma, porque a análise que o Tribunal de Contas da União fez no orçamento de Confins serviu como referência para os demais editais, a própria Infraero já ajustou os demais editais de orçamento para os demais aeroportos, obras de construção de terminais, de reforma, enfim, e nós tivemos uma economia bastante robusta de 72 milhões nessa análise do orçamento do aeroporto de Confins, a Infraero fez as correções necessárias, e a situação atual é que a reforma do terminal de passageiros foi contratada e a pista de pouso e o terminal remoto ainda

não foram licitados. Mas o Tribunal atuou, e esse foi um paradigma. Aquela economia que nós apontamos antes em Manaus, no aeroporto de Manaus, foi fruto dessa situação em Confins porque, em função dos ajustes feitos em Confins, a própria Infraero foi ajustando os demais editais e o orçamento dos demais aeroportos.

Podemos passar.

Quanto à atuação – peço a compreensão dos senhores, já está terminando – mobilidade urbana em Belo Horizonte, onde mais evoluiu em termos de mobilidade urbana em Belo Horizonte, cidade-sede, ...

A SR^a PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Já é o BRT?

O SR. MARCELO CHAVES ARAGÃO – Ali é a foto do que seria o BRT. Corredores, expressos de ônibus ou o BRT como uma solução encontrada na maioria das cidades-sedes. Brasília vai adotar o VLT integrando com metrô e o metrô até a estação final da Asa Sul. Algumas cidades estão apostando no monotrilho, outras no VLT, outras no BRT, ônibus. Enfim, existem prós e contras em qualquer alternativa. Não sou especialista na matéria.

Mas o Tribunal tem feito um acompanhamento em relação à atuação da Caixa e também o Ministério das Cidades, que é o detentor das políticas, mas a Caixa financia.

Não foram identificadas irregularidades graves nos procedimentos da Caixa em relação aos primeiros desembolsos que ocorreram já em três projetos de mobilidade urbana em Belo Horizonte e parece que esta semana um ficou pronto. Então a cidade-sede que mais evoluiu em termos de mobilidade urbana dos projetos foi Belo Horizonte, o que é fundamental para viabilizar o acesso aos estádios e resolver o problema da sociedade, da população local.

Maracanã. O Tribunal fez um primeiro trabalho que apontou inconsistências no projeto básico e isso fez com que o BNDES condicionasse, então, a liberação dos recursos do financiamento, a própria contratação, a solução do problema, e a solução encontrada foi resolver isso no projeto executivo. Nós examinamos então em conjunto com a CGU, trabalho em parceria, fizemos um trabalho junto à CGU, a auditoria de obras deles com a nossa, e isso resultou em uma economia de 97 milhões no orçamento Maracanã. Esta semana, tivemos notícia de que vai haver uma redução mais substantiva ainda em relação à isenção tributária dos estádios, dos empreendimentos da Copa. Enfim, houve aí, em função dessa atuação nossa, sobretudo em função de questionamentos sobre a cobertura do Maracanã.

Isso foi o que foi possível ser negociado, discutido, reduzido nessa atuação conjunta entre CGU e TCU: R\$100 milhões. Acho que é bem substantiva nossa atu-

ação nesse processo, ainda mais considerando que é uma obra do Governo do Estado. E aí, no Governo do Estado do Rio, há sempre a iniciativa de aceitar nossas ponderações. É lógico que é uma discussão rica. Estive presente nessa discussão. Estávamos, de um lado, CGU e TCU, e, de outro lado, estavam todos os projetistas no Maracanã, inclusive os alemães, tratando da cobertura. Foi uma discussão rica. Foram dois dias incessantes, em que discutimos, item por item, a amostra que foi feita em relação ao orçamento do Maracanã. Então, foi um trabalho bem robusto, interessante e muito técnico. Foi muito técnico o trabalho.

A SR^a PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Reduziu em quase R\$100 milhões?

O SR. MARCELO CHAVES ARAGÃO – Houve uma redução de quase R\$100 milhões no orçamento. Então, acho que foi bem interessante, em que pesem algumas outras visões, que temos de respeitar. O Ministério Público e outros órgãos acreditam que ainda haveria algum tipo de sobrepreço, mas o Tribunal entendeu que, com essa redução de R\$100 milhões, havia plenas condições de continuar o financiamento da obra.

Vamos seguir! Acho que está acabando.

O Aeroporto Tom Jobim foi o trabalho mais recente. Houve auditoria nas obras de revitalização e de modernização do terminal de passageiros, com uma economia também da ordem de R\$15 milhões. Foram cumpridas parcialmente as determinações do TCU, com repactuação do contrato e com redução de preço por parte da Infraero. Ainda há uma pendência na repactuação do valor das claraboias de R\$1,8 milhão, mas houve também uma economia em função dessa atuação nossa.

Podemos seguir.

Quanto ao Porto do Rio de Janeiro, acho que, na última atuação nossa em termos de auditoria dessas obras, havia ainda um sobrepreço. Apesar de todo o esforço e de toda a discussão que fizemos entre o TCU e a Secretaria Especial de Portos da Presidência da República – e há o envolvimento da Docas, que executa essas obras –, ainda permaneceram alguns problemas, algumas divergências em relação ao orçamento do Porto do Rio. Aquele y não é a revitalização do Porto Maravilha para a Olimpíada, que é outro projeto imenso, envolvendo o Município e o Estado do Rio de Janeiro, o Governo Federal e até a iniciativa privada. Estamos falando apenas da construção daquele cais do Porto, do y, para atracação dos navios, o que é fundamental e importantíssimo. E aí o Tribunal, em função desse sobrepreço – permanecia ainda o sobrepreço de R\$45 milhões, com uma superavaliação do BDI, de despesas indiretas –, acabou adotando uma medida cautelar, determinando a suspensão da execução da

obra. É muito preocupante quando o Tribunal adota essa linha de suspender a obra cautelarmente, mas, em algumas obras, isso é necessário. Temos trabalho muito na linha pedagógica para evitar isso, mas, quando não há solução, temos de adotar essa medida, para preservar o Erário.

Quanto ao Corredor T5, a Transcarioca, no Rio de Janeiro, houve uma análise do pedido de financiamento também do BNDES. O TCU fez isso. Havia falta de licenciamento ambiental. Esta é a situação atual: o Tribunal condicionou a liberação de recursos da segunda etapa pelo BNDES à prévia apresentação da licença. E há algumas questões também envolvendo concessões do Município com as empresas que vão operar a linha, as quais vão ser resolvidas, para que o BNDES possa liberar o financiamento.

Essa é uma pequena amostra da atuação do Tribunal de Contas da União em relação ao aumento da transparência, em relação aos empreendimentos propriamente ditos, colaborando com os demais órgãos de controle, em pleno êxito. O Ministro Valmir Campelo sempre diz: “Temos de ser exitosos na realização da Copa, mas também temos de ter preocupação com a regularidade, com a imagem do País”. É lógico que nossa preocupação com os prazos é fundamental, mas há preocupação também com custos, com a legalidade. Há um conjunto de situações com que nos preocupamos. Estamos tentando fazer um trabalho pedagógico e, por vezes, até mais incisivo, para atuarmos em colaboração, inclusive, com o Congresso, com o Senado, com a Câmara, com as Comissões. Procuramos fazer esse trabalho em parceria e em colaboração.

Obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Sem dúvida, é um trabalho de extrema importância. Nós é que lhe agradecemos a participação do Tribunal de Contas hoje aqui.

Numa análise rápida só do que foi economizado, podemos ver que são cerca de R\$217 milhões, numa ação preventiva do Tribunal. Acho que essa é a grande novidade do momento. O Tribunal acompanha todas as ações de fortalecimento.

Quero passar a palavra ao nosso Senador Zeze Perrella.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Parabéns, Dr. Marcelo, pela explanação!

O que me deixou realmente preocupado, pelo que o senhor disse, é que podemos chegar... A Senadora Lídice falou de uma economia de R\$250 milhões, mas, se colocarmos todos os estádios, os aeroportos e outros serviços, essa economia poderá ultrapassar o valor de R\$1 bilhão, pelo que entendi. Obviamente,

fiz uma conta rápida. Em três empreendimentos, chegamos a uma economia de R\$250 milhões.

A pergunta que eu lhe faria é a seguinte, Dr. Marcelo: se não fosse a atuação do Tribunal de Contas da União (TCU), se essa fiscalização estivesse a cargo somente dos Tribunais de Contas dos Estados (TCEs), essa economia existiria?

O SR. MARCELO CHAVES ARAGÃO – Alguns Tribunais de Contas evoluíram muito na área de auditoria de obras. Aqui, destaquei o TCDF, que evoluiu. Sempre temos contato com a Dr^a Adriana. No Tribunal de Contas de Pernambuco, há uma área de auditoria de obras muito interessante. O Tribunal de Contas de Mato Grosso evoluiu muito, bem como o do Rio Grande do Sul. Alguns Tribunais têm evoluído na área de fiscalização de obras públicas e também de concessões de PPPs. Então, creio que teríamos aí uma atuação também. Estamos contabilizando o resultado da atuação desses Tribunais. Mas, de fato, alguns Tribunais ainda têm alguma dificuldade operacional, e o Tribunal tem colaborado.

A respeito de algumas PPPs que temos discutido – nem vou citar o exemplo aqui –, os Tribunais, às vezes, perguntam-nos: “Agora, o que faremos para corrigir o que foi feito em termos da licitação?”. Eu digo: “Olha, não sei, porque, se fosse federal, não sobreviveria. O Tribunal não aceitaria o modelo que foi adotado, o modelo híbrido de obra pública com PPP”. Isso é fruto desse aprendizado ainda, dessa evolução.

De fato, é bem significativa a atuação do TCU. Respondo objetivamente à seguinte pergunta: se não fosse a atuação do TCU, os demais Tribunais de Contas poderiam ter uma atuação significativa? Alguns Tribunais têm plenas condições de fazê-lo. Há o caso do TCE da Bahia, que fez um trabalho interessante, bem como os de outros Tribunais, mas, de fato, o TCU ainda é uma referência, assim como a Controladoria é uma referência em termos das Controladorias-Gerais de todos os Estados e Municípios, sempre na busca de fortalecer os órgãos de controle.

Também o Ministério Público tem sido fortalecido. O Dr. Ataíde, que é o coordenador do grupo do Ministério Público, que está coordenando as ações sobre a Copa, tem sempre dito que a atuação do Ministério Público está muito mais fortalecida em relação à atuação da CGU e do TCU nessa parceria com eles. Mas, de fato, é bem substancial a atuação do TCU, sobretudo nas obras de aeroportos e de portos. Mas temos uma dificuldade muito grande no que diz respeito à mobilidade urbana e às arenas. No que é possível ser feito, temos colaborado e conseguido obter êxito em termos de economia e de melhorias.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Sabemos disso, até porque o fato de essas medidas restritivas terem sido excluídas das licitações, talvez, tenha possibilitado essa grande economia. Folga-me saber da preocupação com essa fiscalização eficiente do TCU, porque sabemos que essas cláusulas restritivas são colocadas dentro das licitações para favorecer determinadas empresas. Par mim, aí é que está o ralo da corrupção. Então, eliminando essas cláusulas restritivas e dando oportunidade para que mais construtoras e mais empresas participem, o trabalho dos senhores será muito facilitado, e essa Copa do Mundo não será a Copa do sobrepreço, o que, a princípio, era nossa preocupação.

Muito obrigado.

O SR. MARCELO CHAVES ARAGÃO – Concorro. Só lembro que o *site* de acompanhamento dos gastos da Copa da Comissão de Meio Ambiente do Senado revela algo interessante. Se os senhores tiverem a oportunidade de pesquisar, verão que, ali, há um retrato interessante de todas as empresas que participaram da licitação – o Senador disse muito bem –, de todos que participaram e retiraram o edital, daqueles que foram inabilitados e desclassificados. Alguns órgãos executores até relutaram em apresentar essa informação: “Puxa, mas até quem retirou o edital e não participou efetivamente da licitação tem de apresentar essa informação?”. Essa é a transparência que gostaríamos de dar. Lá está a relação de todas as empresas que participaram das licitações de todos os empreendimentos, naquilo que já foi alimentado. Então, é uma referência importante. O Senador tem toda razão de ter essa preocupação com essas cláusulas restritivas.

A SR^a PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Muito bom! Muito obrigada.

Vou passar a palavra ao Sr. Valdir Agapito Teixeira, Secretário Federal de Controle Interno, representando aqui a Controladoria-Geral da União (CGU).

O SR. VALDIR AGAPITO TEIXEIRA – Obrigado, Senadora Lídice da Mata.

Cumprimento o Senador Zeze Perrella e demais autoridades. Cumprimento o Marcelo, companheiro do TCU.

O que modificou a atuação dos órgãos de controle na questão da Copa foi o momento da intervenção. A intervenção mais preventiva tem possibilitado a introdução de cláusulas que condicionam determinadas liberações de recursos do BNDES e da Caixa e a apresentação de projetos executivos com maior detalhamento. Isso tem permitido exames prévios, com exclusão de sobrepreço. Mas tudo isso não resolve a grande deficiência na elaboração de projetos executivos por parte de quem tem de contratar. Os

exemplos de sobrepreços sequenciais em cada uma dessas obras mostram deficiência na elaboração de projetos dos órgãos responsáveis por essas obras, por esses empreendimentos. Juntamente com os demais órgãos de controle, com o Ministério Público, fizemos recomendações aos bancos, condicionando a liberação de recursos à apresentação de um projeto executivo que permitisse identificar o verdadeiro custo das obras.

Permitam-me entrar diretamente na apresentação, porque já vou destacando alguns pontos.

Adotamos duas linhas de trabalho, para facilitar a questão do controle. Uma delas foi a utilização da transparência como instrumento de controle, porque, nem que quiséssemos fazer todos os empreendimentos, não daríamos conta disso. Então, é preciso envolver a sociedade organizada e interessada nesse assunto. Tudo que for possível fazer em termos de transparência ajuda como instrumento de controle. E também executamos ações de orientação, de auditoria e de fiscalização. Então, são essas duas vertentes em que estamos trabalhando.

Já temos uma tradição de transparência, com o Portal da Transparência, que, hoje, já é uma realidade no Governo Federal, que, diariamente, exhibe todos os seus gastos. Tudo que se gasta hoje já estará disponível amanhã no Portal, que já é frequentemente visitado pela sociedade. São cerca de 250 mil visitas por mês. Aproveitamos esse mesmo espaço e criamos uma janela para exibir os gastos da Copa e das Olimpíadas, criando páginas dentro desse Portal.

O Portal existe desde 2004 e, como eu disse, já é amplamente consultado. São 258 mil visitas mensais. Trinta e oito mil pessoas, hoje, credenciam-se no Portal, para receber informações. Automaticamente, na medida em que é alimentado, recebe, no seu computador pessoal, os gastos transferidos a um determinado Município, um programa. Então, foi dentro desse mesmo ambiente, dessa mesma lógica, que resolvemos disponibilizar os gastos da Copa.

Os objetivos são esses. Procura-se dar transparência à parte dos investimentos com que o Governo Federal se comprometeu no caso da Copa, que é a parte de arenas, de aeroportos, de portos, de mobilidade urbana, de segurança pública e outros gastos.

Em 2009, editamos um decreto que determinava, que obrigava os órgãos a prestarem essas informações para o Portal. O nível de informação que imaginamos ainda não é possível obter. Não é possível fazer como é feito no Portal, por meio de extração dos próprios sistemas de administração financeira do Governo. No caso do Portal, fazemos uma espécie de fita retorno do que o Banco do Brasil paga, e ele alimenta o portal. Ou seja, o que o Tesouro autoriza e é pago retorna ao

portal. Então, isso elimina a entrada de dados. Você só indica a fonte. E no caso dos gastos da Copa, nós queríamos disponibilizar contratos, projetos, licitação, termos aditivos e tal, e esses documentos ainda não é possível fazer com essa automaticidade toda.

(Pode passar.)

O decreto, então, determina esse rol de documentos que os gestores ficam obrigados a informar à CGU, os projetos, os orçamentos, os contratos, as licitações, os financiamentos, os contratos de financiamentos, convênios, cronogramas, legislações e quem são os responsáveis por cada projeto em cada local.

(Pode passar.)

Também o decreto previa um relatório de execução de obras, de serviços e de compras para que também fosse disponibilizado, que contivesse a identificação de cada contrato, fotografias, relatórios de acompanhamento, início e término, enfim, todas essas informações.

(Pode passar.)

A parte de compras, semelhante, e a parte de serviços também.

(Pode passar.)

Como funciona o processo de disponibilização? A CGU recebe essas informações, conforme determina o decreto, e disponibiliza para cada tipo de empreendimento e para cada cidade sede onde ocorrerão esses eventos.

(Pode passar.)

Nós também temos uma relação muito próxima com os responsáveis, que é quem presta essas informações, e aí há um dos gargalos, porque muitas vezes essas informações não chegam e você tem que cobrar. Hoje em dia, se ela não vem, a gente vai buscar onde quer que ela esteja, para que se possa manter um nível de acompanhamento.

(Pode passar.)

Ali é outro decreto, que foi editado em julho deste ano, que é muito importante, porque, nessa questão de Copa, todo mundo acha que tudo é Copa, então, é preciso decidir quais são os investimentos do Governo em Copa e o que não é Copa. E criou-se esse grupo Gecopa para que justamente ele pudesse carimbar aqueles recursos que o Governo considera como Copa, porque eles têm implicações, inclusive no uso do RDC, que é uma exceção para os projetos da Copa. E esse grupo é o responsável por atualizar as matrizes de responsabilidade.

Agora, neste momento, está se fazendo uma discussão para definir qual é a matriz de responsabilidade da mobilidade urbana. Quer dizer, já houve tempo suficiente para identificar cada projeto, os seus custos

e, à medida que estiver disponível, o grupo aprova e, imediatamente, a gente disponibiliza essas informações.

(Pode passar.)

Ali está a matriz, que é um documento importante. Ele é exibido por nós no portal e, a partir dele, nos foi permitido identificar cada um desses projetos e obter a documentação necessária.

(Pode passar.)

As principais fontes de informação que estão no portal dizem respeito a estádios, e ali o grande responsável federal é o BNDES, financiando até R\$400 milhões em cada uma das arenas; recursos públicos estaduais, por exemplo, a Fonte Nova está buscando dinheiro via SPE no BNB e também na fonte do Estado, investimentos privados e parceria público-privada, que é a modalidade desenhada em algumas dessas arenas. Então, nós já temos disponíveis todos os estádios no portal; está totalmente atualizado.

Mobilidade urbana. O maior financiador é a Caixa Econômica Federal; o BNDES está financiando alguns empreendimentos e há recursos públicos e privados através das companhias estaduais, de saneamento e tudo.

(Pode passar.)

Aeroportos – estão concentrados basicamente na Infraero, tanto as concessões quanto a execução direta. Portos na Secretaria de Portos da Presidência da República e outras fontes.

Outras fontes ali são outras iniciativas, por exemplo, como esse Bem Receber Copa, que era um programa do Ministério do Turismo que visava preparar a mão de obra necessária para a Copa na rede hoteleira, na parte de táxis e serviços de bares. Esse projeto, no momento, está suspenso e está sofrendo auditoria, tanto por nós quanto pelo TCU.

Nós temos também outro convênio de ministério que, antes desse decreto do Gecopa, carimbava aquilo como sendo uma iniciativa da Copa. Então, ali há dinheiro da Finepe e de outros órgãos também que financiaram iniciativas voltadas para a Copa. E a parte de incentivos fiscais, patrocínio e subsídios que o decreto prevê que seja também informado.

(Pode passar.)

Esta é a primeira página do portal; quando sai do Portal da Transparência e vai para a página da Copa, ele tem essa formatação atual e dá aquelas informações da matriz e por cidade – Belo Horizonte, Brasília. Clicando em cada uma das cidades, ele vai abrindo os empreendimentos e, clicando em cada empreendimento, haverá o detalhamento.

Nesta página inicial, de entrada, permite-se também que se pesquise o tipo. Por exemplo, só estádios: você vem e vê todos eles. Também para aeroportos,

portos, enfim, é para ter mais funcionalidade. Isso ainda está em desenvolvimento.

(Pode passar.)

Será pelo tipo de investimento. Esta é a página inicial.

(Pode passar.)

Primeiro, ela dá uma visão geral do que é financiamento e dos investimentos em cada uma dessas cidades, quer dizer, os montantes previstos pela matriz de responsabilidade.

(Pode passar.)

Aí ele organiza a consulta por cidade sede: Belo Horizonte, Brasília...

(Pode passar.)

Depois, informações das cidades organizadas por área que recebem investimentos: portos, aeroportos, estádios, obras e tal.

(Pode passar.)

Ali, dentro da cidade, por exemplo Brasília, ele vai detalhar os projetos; no caso, é aeroporto. Aí ele entra inclusive nos valores de cada projeto e nos documentos.

(Pode passar.)

E os outros convênios a que me referi, que hoje está dependendo muito dessa reunião do Gecopa para carimbar essas outras iniciativas para definir o que é Copa e quanto vai ser, por exemplo, na área de segurança pública, que é uma área importante, em que vai haver muitos investimentos.

(Pode passar.)

Ali está o que nós já temos disponível. Nós temos 179 páginas já com informações, a *home page* de entrada; as 12 cidades sedes; 142 empreendimentos – 49 em mobilidade urbana já estão hoje disponíveis no portal; 33 intervenções em 13 aeroportos; 37 ações em segurança pública; portos, hotéis, estádios e outros em *link* com outras páginas.

(Pode passar.)

Ali é o conjunto de números, por quantidade de documentos já lançados, contratos, editais e licitações, que serviu para disponibilizar.

(Pode passar.)

Hoje já temos o número de consultas mensais. As pessoas migram para buscar informações no portal: 49 mil no mês de agosto. É um processo crescente. À medida que essas obras tiverem maior visibilidade por parte da população, haverá cada vez mais consulta, mais demanda por informação. É um tema de muito interesse tanto da imprensa especializada quanto da população de um modo geral.

(Pode passar.)

Onde podem ser consultados os recursos investidos em locais que não estão relacionados com a matriz?

Essa aí é outra questão que causa muita divergência entre as informações, que são os investimentos locais, se as obras que serão feitas nas cidades sedes têm responsabilidade municipal ou estadual. E aí nós temos feito um esforço – vou em seguida detalhar – para trazer também para os portais essas informações de iniciativa local. Por exemplo, em Natal, nós temos uma sala de situação das obras. Já há outras cidades que estão construindo os seus portais.

(Pode passar.)

(Pode chamar todas as informações.)

Ali a nossa porta de entrada do portal. O Ministério do Esporte é o grande responsável, porque a própria matriz de responsabilidade já definiu que o ministério receberia as informações da cidade sede e disponibilizaria no portal. Daria transparência. Isso está em cláusulas contratuais da própria matriz. Então, independe se se trata de um empreendimento privado. Os governos assumiram essa responsabilidade porque é uma responsabilidade do Brasil como país sede e, pela matriz, eles têm compromisso com prazos, compromisso com disponibilização da informação. E nós temos feito um esforço, junto com o Ministério do Esporte, para buscar essas informações nas diversas cidades sedes. E para isso nós criamos o...

(Passe para frente, por favor.)

Vou detalhar depois esse esforço de busca dessas informações através da Câmara de Transparência, que compõe, que traz para uma Mesa todos os representantes dessa cidade sede para discutir essas iniciativas de acesso às informações, de disponibilização de informações.

Como aqui o tema é Copa e Olimpíadas, eu trouxe também um pouco de informações sobre as Olimpíadas.

(Pode passar.)

Nós também editamos um decreto específico para as Olimpíadas que também obriga a disponibilização da informação dos recursos federais.

No caso das Olimpíadas, é mais fácil porque ela está localizada no Rio de Janeiro, embora os investimentos sejam vultosos. E parte também desses investimentos da Copa servirão para as Olimpíadas.

O decreto também pede aquele mesmo rol de documentos que se pede na Copa.

(Pode passar.)

Esta é a página de entrada e, em vez de dar as informações por cidade sede, nós temos as informações por tipo de investimento: em infraestrutura, acomodações, tecnologia, instalações esportivas, meio ambiente, transporte, urbanismo, enfim, por modalidade.

(Pode passar.)

Esta é a visão geral dos recursos que estão comprometidos num documento de planejamento das Olim-

piadas, um estudo que foi feito – ali há o detalhamento –, e as informações estão organizadas por temas, da mesma forma que as da Copa.

(Pode passar.)

Informações temas organizadas por projetos em regiões; local: Jacarepaguá, enfim, cada local da cidade...

(Pode passar.)

E as informações detalhadas por projetos, o que será construção permanente, construções temporárias e todo o detalhamento.

(Pode passar.)

Este portal é um pouco mais distante da expectativa, mas ele também já acumula visitas. Hoje está em torno de 7,5 mil visitas de pessoas que estão interessadas em acompanhar. E a gente imagina que isso também é crescente à medida que se aproxima e que os investimentos fiquem mais claros para a população.

(Pode passar.)

As câmaras temáticas, que são um modelo exercido pelo Ministério do Esporte, também preveem uma câmara de transparência, que é um espaço para estimular essas iniciativas, tanto do Governo federal quanto de outros poderes, e da cidade sede. Então, elas têm esse objetivo de estimular as políticas públicas que possibilitam dar transparência, eu estou correndo um pouco, mas, no nível federal ela é composta, então, por nós, do Ministério do Esporte, pela AGU e interlocutor dos Estados e Municípios das cidades-sedes.

Aqui são algumas orientações do que cabe ao Estado, estão também nos documentos da Copa, da Fifa, como por exemplo o respeito às pessoas portadoras de deficiência, alguns requisitos que esses empreendimentos têm que levar em consideração na elaboração desses projetos. São considerações mais gerais: a questão dos prazos, a questão de não onerar a sociedade, a questão de desapropriação, que hoje é muito recomendada pelo Ministério Público pelas áreas de direitos humanos, então essas obras têm que estar muito atentas a isso.

Próximo.

O que cabe aos gestores, essa sinergia, porque é uma ação compartilhada entre o Governo Federal e os governos estaduais e municipais. Há limites para cada uma dessas esferas, então aqui são algumas recomendações...

Próximo.

Por último, as ações de fiscalização. Igualmente o Tribunal, nós temos atuado em muitos desses empreendimentos. Ali há alguns exemplos, como a Arena Maracanã, Amazônia, Cuiabá, Fonte Nova, BRT, monotrilhos. A tipologia dos problemas são muito semelhantes ao que o colega do TCU apresentou e, por

força até de dispositivo legais, temos que encaminhar os resultados dos nossos trabalhos também ao TCU, além dos gestores, para as medidas preventivas e corretivas. Então eu não trouxe nenhum detalhamento, mas, enfim, elas são próximas ao que o Marcelo mencionou.

No Bem Receber Copa, nós já tínhamos uma atuação desde o início do desenho desse programa também já gerando alertas ao ministério quanto ao desenho da implementação do programa e, depois, participamos também das recomendações e da suspensão. Acho que em breve deve ser anunciado um novo desenho de implementação desse programa pelo novo ministro. No momento, as liberações estão todas suspensas, estão em auditorias e prestação de contas desses recursos descentralizados.

Avaliações de contrato no Ministério do Esporte como a questão das torcidas organizadas e convênios feitos pelo Ministério do Esporte; avaliações de mecanismos de controle dos gestores federais, quer dizer, aperfeiçoamento do próprio gestor na questão de monitoramento e na questão de disponibilização das informações. Evidentemente que, para ter ações de transparência, o gestor tem também que estar preparado para esse choque de transparência...

A SR^a PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Com licença. Vou ter que ir ao plenário usar da palavra. Então, o Senador e Vice-Presidente Zeze Perrella vai comandar a continuidade dos trabalhos até o meu retorno.

Muito obrigada.

O SR. VALDIR AGAPITO TEIXEIRA – As interações permanentes com o gestor para buscas de soluções apontadas, porque, como eu bem disse, é uma intervenção preventiva ainda antes ou durante esses empreendimentos, então a gente tem que zelar muito por essa interação. A ideia não é paralisar a obra, tanto que não há nenhuma obra paralisada pela ação do Controle, acho que este é um êxito tanto nosso quanto do Ministério Público – tentar corrigir esses empreendimentos com as obras em andamento – e apoiar o fornecimento de informação a quem quer que nos demande, o Ministério Público, Ministérios Públicos estaduais, o TCU, o próprio Congresso tem nos solicitado informações.

Próximo.

Nós também iniciamos umas visitas mensais, junto com o Ministério do Esporte, de levantamento de informações até para convalidar essas informações disponibilizadas nos portais e evidentemente exercer uma fiscalização mais próxima, preocupada com a questão da garantia de cronograma, de garantia dos prazos, já que grande parte dessas obras de arenas já foram licitadas e ajustados os contratos. Então, daqui

para frente, é cronograma e execução e tentar identificar possíveis entraves na execução dessas obras. Próximo.

Os nossos desafios neste momento é obter as informações dos responsáveis e o envio em tempo apropriado, esse é um desafio grande, e há uma reclamação dos próprios gestores com a quantidade de portal para onde eles têm que mandar a informação, para os órgãos de fiscalização. Para resolver isso, nós estamos interagindo com a área técnica do Senado, do Tribunal e do Ministério do Esporte, que são os quatro principais portais, para que haja uma migração de informação de um portal para o outro para evitar duplicidade de remessas. Isso pode agilizar a vida dos gestores que têm que prestar essas informações.

Identificar tempestivamente todas as ações de governo que se relacionam ao evento, esse foi um esforço e o decreto do Gecop é uma das nossas recomendações para organizar e manter atualizadas essas matrizes; esclarecer quanto à responsabilidade de cada ente federativo, quer dizer, cada um tem um papel e responsabilidade nisso, e suas respectivas prestações de conta, porque se estamos dando divulgação disponibilizada evidentemente que as prestações de contas serão cobradas cada vez mais pela população; e intercâmbio com os outros portais, aos quais já me referi, para unificar as informações e manter cada um atualizado simultaneamente.

Era isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Gostaria de agradecer a presença do Dr. Valdir Teixeira e do Dr. Marcelo Aragão. Se vocês quiserem fazer alguma consideração, fiquem à vontade.

Eu fico, às vezes, um pouco preocupado. Quando a Espanha fez a Copa do Mundo – óbvio que sou totalmente a favor da Copa do Mundo no Brasil, até porque minha militância é toda esportiva, estou no esporte, precisamente no futebol, há muitos anos –, os clubes se endividaram muito para construir as suas arenas e depois o governo teve que fazer uma proposta para os clubes de anistiar de todas as dívidas aqueles que quisessem se transformar em empresa. Assim foi feito. Hoje, na Espanha, quem não é clube-empresa é só o Barcelona e o Real Madri. Foi um custo muito alto para a Espanha, na época, principalmente para os clubes.

A minha preocupação hoje – sabemos que a maioria dessas iniciativas estão sendo bancadas, ou grande parte delas, pelo BNDES – é com a questão das garantias. No meu entendimento, várias dessas arenas não se sustentarão depois da Copa, porque não tem tradição, principalmente no que tange a futebol, uma coisa de que posso falar, porque a gente domina bem.

Não existem recursos suficientes dentro do futebol principalmente para se pagar o custo de manutenção – e estou dizendo somente de manutenção – de muitas dessas arenas. Acho, infelizmente, que muitos projetos, depois de terminados... Vamos fazer uma grande Copa, mas o que me preocupa muito é o pós-Copa.

Então espero que todos os nossos tribunais estejam muito atentos principalmente com relação às garantias que são dadas ao BNDES, fiscalizar bastante isso, porque, mais uma vez eu digo, é uma preocupação muitíssimo grande, para que não ocorra o que aconteceu na Copa da Espanha, que foi uma Copa maravilhosa, mas deixou um legado, principalmente para os clubes e os investidores muito ruim.

Muito obrigado aos senhores. Se quiserem fazer mais algum comentário, fiquem à vontade.

O SR. MARCELO CHAVES ARAGÃO – Esse tema das garantias é sempre algo muito complicado para os bancos financiadores, porque as garantias, logicamente, não podem ser reais, não tem como um banco financiador depois, se não houver o compromisso honrado, tomar uma obra pública dessa. Enfim, sempre uma engenharia financeira muito grande para dimensionar as garantias a serem dadas em relação aos financiamentos dos empreendimentos de grandes eventos, ou seja, grandes empreendimentos.

Então, é com toda a razão que o Senador apresenta essa preocupação de todos nós. Eu estava dizendo, Senador, que, em relação às garantias, logicamente é sempre uma engenharia financeira muito grande, há sempre uma dificuldade porque a garantia não pode ser real. Não pode o próprio empreendimento ser tomado pelo banco se ele não honrar o compromisso. No caso dos governos, a garantia sempre fica por conta do Fundo de Participação dos Estados, e, se for o caso, dos Municípios. Enfim, essa é a garantia que é oferecida já que não há como tomar uma obra dessas, uma obra urbana ou de estádio. Enfim, o Senador tem toda razão quando coloca a preocupação com as garantias, e o Tribunal está muito atento a isso. Na verdade, é a grande preocupação e o grande ponto de controle que o Tribunal avalia nos contratos de financiamento pelos bancos financiadores.

Era o que eu tinha para acrescentar, obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves PR - TO) – Bom, como já alcançamos o quórum, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da segunda reunião da Subcomissão.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Submeto também à deliberação do Plenário os seguintes requerimentos. Item único:

REQUERIMENTO Nº 06, de 2011

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento Nº 04, de 2011 – CDRCOOL, aprovado em 20/09/2011, que a audiência pública nesta Comissão, com o objetivo de debater os impactos da Copa de 2014, da Olimpíada e da Paraolimpíada de 2016 sobre a tecnologia de informação brasileira, inclua como convidados: o Sr. Antonio Gil, Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação – BRASSCOM; e o Sr. Fernando Carvalho, Presidente da Agência de Tecnologia de Informação do Ceará – ETICE.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião. Agradecendo a presença dos senhores, digo que, apesar do baixo quórum de hoje, que pode ser visto na Casa inteira, essas informações estarão na página da Comissão e também na TV Senado.

Obrigado pela contribuição. Voltem sempre. A contribuição de vocês será sempre muito importante para nós. Muito obrigado.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 15 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 42 minutos.)

ATA DA 39ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA EM CONJUNTO COM A 41ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E 44ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 5 DE OUTUBRO DE 2011.

Às quatorze horas e trinta minutos do dia cinco de outubro de dois mil e onze, no plenário nº 15 da ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência dos Senhores Senadores **RODRIGO ROLLEMBERG E ACIR GURGACZ**, reúnem-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA e a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT. Assinam o livro de presença os Senhores(as) Senadores(as), **ANA RITA, ANÍBAL DINIZ, ANTONIO RUSSO, BLAIRO MAGGI, CLÉSIO ANDRADE, EDUARDO BRAGA, FLEXA RIBEIRO, JORGE VIANA, REDITARIO CASSOL E ZEZE**

PERRELLA. Deixam de comparecer os demais Senhores Senadores e Senhoras Senadoras titulares das referidas Comissões. A presidência declara aberta a reunião e submete ao plenário a dispensa da leitura das atas da reunião anterior da CMA, CRA e CCT, que são dadas como aprovadas. A seguir, é aprovada a inclusão **EXTRAPAUTA** dos seguintes requerimentos: **ITEM 1: REQUERIMENTO Nº 63, DE 2011-CRA – ASSUNTO:** Em aditamento ao Requerimento nº 61/2011-CRA, requer, nos termos regimentais, a inclusão das autoridades abaixo relacionadas, para debater o impacto da **reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965)** para os produtores de café localizados no sul do Estado de Minas Gerais: Deputado **Diego Andrade** – Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura; Deputado **Domingos Sávio** – 1º Vice-Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura; Deputado **Odair Cunha** – 2º Vice-Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura; e Deputado **Cesar Colnago** – Secretário Executivo da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura. **Autoria: Senador Clésio Andrade.** No encaminhamento não houve oradores inscritos, passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. ITEM 2: REQUERIMENTO Nº 55, DE 2011-CCT, REQUERIMENTO Nº 102, DE 2011-CMA e REQUERIMENTO Nº 64, DE 2011-CRA – ASSUNTO:** Requerem, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública Conjunta entre as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA); Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e Agricultura e Reforma Agrária (CRA), para debater o impacto da reforma do Código Florestal (Lei nº 4.771, de 1965), atualmente em curso no Senado Federal por meio do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 30, de 2011, para os produtores de café localizados no sul do Estado de Minas Gerais, com a presença dos seguintes convidados: **Carlos Alberto Paulino da Costa**, Presidente da Cooxupé; **Gilson Ximenes**, Presidente do Conselho Nacional do Café; **Nathan Herszkowicz**, Diretor-Executivo da Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC); **Breno Pereira de Mesquita**, Presidente da Comissão Nacional do Café da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); **Manoel Bertone**, Secretário de Produção e Agroenergia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; **Francisco Miranda de Figueiredo Filho**, Presidente da Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Três Pontas Ltda (Cocatel); Deputado **Diego Andrade**, Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura; Deputado **Domingos Sávio**, 1º Vice-

-presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura; Deputado **Odair Cunha**, 2º Vice-presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura; e Deputado **Cesar Colnago**, Secretário Executivo da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura. **Autoria: Senadores Eduardo Braga, Rodrigo Rollemberg e Acir Gurgacz. Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. ITEM 3: REQUERIMENTO Nº 65, DE 2011-CRA – ASSUNTO:** Em aditamento ao Requerimento nº 61/2011-CRA, requer, nos termos regimentais, a inclusão do Senhor **Maurício de Almeida Voivodic** – Secretário Executivo do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola – IMAFLORA, para debater o impacto da **reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965)**, atualmente em curso no Senado Federal por meio do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 30, de 2011, para os produtores de café localizados no sul do Estado de Minas Gerais. **Autoria: Senadores Rodrigo Rollemberg e Jorge Viana. Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. ITEM 4: REQUERIMENTO Nº 56, DE 2011-CCT, REQUERIMENTO Nº 104, DE 2011-CMA e REQUERIMENTO Nº 66, DE 2011-CRA – EMENTA:** Requerem, nos termos do art. 90. inciso XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, audiência pública para debater o tema incêndios florestais, entre as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), com a participação dos seguintes convidados: - Prof. **Irving Forster Brown**, Pesquisa do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia dos Serviços Ambientais da Amazônia; - Dr. **Bráulio Ferreira de Souza Dias**, Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente; - Profª. **Heleísa Miranda**, Deptº de Ecologia da Universidade de Brasília (UnB); - Profª. **Vânia Pivello**, Deptº de Ecologia da Universidade de São Paulo (USP); - Prof. **Leopoldo Coutinho**, Deptº de Ecologia da USP. **Autoria: Senadores Eduardo Braga, Rodrigo Rollemberg e Acir Gurgacz e Jorge Viana. Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. ITEM 5: REQUERIMENTO Nº 57, DE 2011-CCT, REQUERIMENTO Nº 105, DE 2011-CMA e REQUERIMENTO Nº 67, DE 2011-CRA – EMENTA:** Requerem, nos termos regimentais, diligência externa pelas Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), para conhecer experiências de agricultura sustentável e recomposição de áreas de preservação permanentes (APPs) e reservas legais

nos municípios de Querência/MT (Fazenda Tancuro) e município de Paragominas/PA, com o objetivo de instruir a apreciação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 30, de 2011 (Reforma do Código Florestal). **Autoria: Senadores Eduardo Braga, Rodrigo Rollemberg e Acir Gurgacz e Jorge Viana. Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão.** O Senhor Presidente, Senador Acir Gurgacz, informa que a presente reunião se destina à realização de Passa-se à **PAUTA**. A presidência informa que a presente reunião se destina à realização de **Audiência Pública Conjunta**, em cumprimento ao **Requerimento nº 61, de 2011-CRA**, aprovado em 22/09/2011, de autoria do Senador Clésio Andrade e **Requerimentos nºs 102, 64 e 55, de 2011- CMA/CRA/ CCT**, de autoria dos Senadores Rodrigo Rollemberg, Acir Gurgacz, e Eduardo Braga, com a finalidade de debater o impacto da **reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965)** para os produtores de café localizados no sul do Estado de Minas Gerais, com os seguintes convidados: Sr. **Francisco Miranda de Figueiredo Filho**, Diretor Conselheiro do Conselho Nacional do Café – **CNC** e Presidente da Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Três Pontas Ltda – **COCATREL**; Sr. **Carlos Augusto Rodrigues de Melo**, Vice-Presidente da Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé - **Cooxupé**; Sr. **Eduardo Damião**, Representante da Associação Brasileira da Indústria de Café - **ABIC**; Sr. **Breno Pereira Mesquita** – Presidente da Comissão Nacional do Café da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - **CNA**; Sr. **João Carlos Petribu De Carli** - Assessor Técnico da Comissão Nacional do Meio Ambiente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - **CNA**; Sr. **Manoel Bertone**, Secretário de Produção e Agroenergia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – **MAPA**; Deputado **Diego Andrade**, Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura; Deputado **Domingos Sávio**, 1º Vice-Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura; Deputado **Cesar Colnago**, Secretário Executivo da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura; e Sr. **Eduardo Trevisan Gonçalves** - Secretário-Executivo Adjunto do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola – **IMAFLO-RA**. Após a exposição dos senhores convidados, usam da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os Senhores(as) Senadores(as):, **RODRIGO ROLLEMBERG, BLAIRO MAGGI, WALDEMIR MOKA, CLÉSIO ANDRADE, ZEZÉ PERRELLA E JORGE VIANA**. Os convidados respondem aos questionamentos feitos e apresentam suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e nove minutos, havendo la-

vrado a presente ata Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; Leany Barreiro de Sousa Lemos, Secretária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, que será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Acir Gurgacz**, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. – Senador **Rodrigo Rollemberg**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. – Senador **Eduardo Braga**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Há número regimental. Declaro aberta a 39ª Reunião Extraordinária da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária em conjunto com a 41ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e 44ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

Em aditamento ao Requerimento nº 61, de 2011-CRA, requeremos, nos termos regimentais, a inclusão do Sr. Maurício de Almeida Voivodic, Secretário-Executivo do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola – Imaflo–, para debater o impacto da reforma do Código Florestal (Lei nº 4.771, de 1965), atualmente em curso no Senado Federal por meio de Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 30, de 2011, para os produtores de café localizados no sul do Estado de Minas.

Em votação. (*Pausa.*)

Aqueles que concordam com a aprovação permanecem como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Quero dar as boas-vindas a todos os nossos convidados. Este é um debate, sem dúvida, de muito interesse. Parabenizo o Senador Clésio Andrade por esta sugestão e registro que estamos conseguindo debater as mudanças no Código Florestal no Senado Federal num ambiente de muito equilíbrio, sempre em conjunto, as Comissões de Agricultura; de Meio Ambiente, que tenho a honra de presidir; e de Ciência e Tecnologia, com o objetivo de dar tranquilidade e segurança jurídica aos nossos produtores rurais e, ao mesmo tempo, garantindo sustentabilidade ambiental na produção agropecuária brasileira e permitindo que o Brasil seja não apenas uma potência na produção de alimentos, na produção de agroenergia, mas também

uma potência ambiental, sabendo preservar e utilizar com sabedoria a sua biodiversidade.

Tenho convicção de que esta é a expectativa da população brasileira: a construção de um texto que elimine, que supere esses falsos paradigmas entre o desenvolvimento agropecuário brasileiro e a preservação do meio ambiente, a preservação de uma agricultura sustentável.

Tenho convicção de que há uma expectativa muito grande dos cafeicultores do Brasil, especialmente das regiões montanhosas de Minas Gerais, sobre o resultado deste debate, sobre o resultado das alterações a serem feitas no Código Florestal. E nada melhor do que aprofundar este debate podendo ouvir representantes de produtores, representantes políticos da região, para que os nossos nobres Relatores, Senador Luiz Henrique e Senador Jorge Viana, de posse das informações e das experiências trazidas por V. S^{as}, possam construir o melhor texto para o Brasil. Esse é o nosso objetivo.

Vamos começar a ouvir os convidados, iniciando pelo Sr. Francisco Miranda de Figueiredo Filho, Diretor Conselheiro do Conselho Nacional do Café e Presidente da Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Três Pontas.

Nós vamos destinar 15 minutos. Como são muitos, 15 minutos para cada orador, pedindo para serem rigorosos em relação ao tempo em função de que, a partir das 16 horas, poderemos iniciar a Ordem do Dia.

Com a palavra o Sr. Francisco Miranda de Figueiredo Filho.

O SR. FRANCISCO MIRANDA DE FIGUEIREDO FILHO – Boa tarde a todos.

Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão do Meio Ambiente; Senador Clésio Andrade, meu conterrâneo de Três Pontas; Deputado Diego Andrade, também meu conterrâneo; meu particular amigo Bertone; demais colegas de cooperativa; sindicatos; produtores; demais Senadores aqui presentes, primeiramente vou falar como Presidente da Cocatrel, uma cooperativa no sul de Minas que este ano fez 50 anos. Temos aproximadamente cinco mil associados e 80% desses associados são pequenos e médios produtores. A grande maioria das propriedades rurais lá gira em torno de 10 a 20 hectares de terra, porque uma parte dessa terra é destinada a café. O sul de Minas também tem vocação para o leite.

Sr. Senador, uma coisa que me preocupa muito são as pessoas que vivem na cidade, que não conhecem o campo e que talvez não saibam o estrago que é colocar 30 metros de cada lado de um curso d'água dentro de uma propriedade pequena que tem, às vezes, três nascentes dentro dela, que essa nascente

tem que ter... Se pegar um esquadro e jogar 50 metros, um perímetro de 50 metros nela... O senhor vai ter a oportunidade de ver o que acontece com essas propriedades. O técnico da Cooxupé vai mostrar isso para vocês nos *slides*, para os senhores verem o que realmente vai acontecer no sul de Minas.

Nós, produtores rurais, não somos contra a preservação ambiental; nós somos totalmente favoráveis à preservação ambiental porque é de lá que nós tiramos o nosso sustento. A nossa propriedade tem que ser mantida dentro dos padrões técnicos, mas nós não podemos perder a nossa propriedade por questões regimentais. Uma propriedade centenária, que vem de família, que era dos nossos pais, que viveram lá. Então, o que peço é que vocês tenham... Nós não queremos benefício nenhum; nós queremos continuar produzindo no campo, que as nossas famílias continuem no campo, os nossos empregados, e que fique bem claro que nós somos totalmente favoráveis à preservação ambiental.

Faço aqui também uma referência a um cooperado nosso da Cocatrel, o Sr. José Ferreira Cambraia, agrônomo formado pela Universidade Federal de Lavras. Ele, bastante preocupado com essa questão do meio ambiente, pediu que, em nome dele, eu fizesse algumas colocações.

São palavras do Sr. José Ferreira Cambraia:

O Código Florestal, que seja apreciado e receba tratamento adequado.

Assunto que inquieta os produtores rurais, o Código Florestal – proposta em andamento –, além da inquietação, vem me colocando numa situação de desânimo, pensando seriamente em abandonar atividade, aos 71 anos, que iniciei aos 7 anos de idade.

Antes de iniciar o assunto propriamente dito, gostaria de me identificar [estou identificando a pessoa dele].

Sinto-me no dever de evidenciar alguns aspectos do meu currículo profissional ou de um brasileiro que ainda tem sangue nas veias e deseja apenas fortalecer o setor, o qual tem raízes profundas, o que sustenta o País.

José Ferreira Cambraia, nascido no meio rural em 1939, formado e mestrado em Ciências Agrárias. Ao me formar em 1963, ingressei na Acar, depois Emater, onde trabalhei até 1998 – 35 anos. Serviço de Extensão Rural, sempre ligado ao homem do campo. Ocupei cargos [vou pular um pouco aqui para ser mais rápido]...

No período de 30 anos, no trabalho no sul de Minas, relacionei-me muito com as cooperativas, presidente do sindicato sul-mineiros, líderes regionais, produtores rurais, além de um bom relacionamento

com a Universidade Federal de Lavras, onde idealizei e coordenei quatro encontros de cafeicultores.

Aqui ele fala que o produtor rural está preservando a atividade rural desde o início do século passado. Ele tece alguns comentários aqui, mas não vou entrar em detalhes para não me prolongar muito.

Senador, com essa retrospectiva, vamos ao assunto que nos atormenta diariamente: Código Florestal.

A preservação é importante sim, já estamos fazendo isso há vários anos, há muitos anos. Mas vamos aprovar uma legislação viável, coerente, para que todos possam cumpri-la e continuar produzindo.

Vou dar um exemplo para evidenciar melhor a situação. Eis um exemplo real: uma propriedade, que não é uma propriedade pequena, uma propriedade com 122 hectares, ela tem quatro córregos internos, ela não tem nenhuma nascente. Numa área de 122 hectares, a reserva legal é de 24,4 hectares, a APP, 19,24 hectares; o total, 46,64 hectares. Essa propriedade perde 36% dela no atual, como está sendo proposto para ser aprovado.

Uma referência que me deixou preocupado aqui, lendo o relatório dele, é com relação a uma fazenda, uma propriedade rural... Acho que esse nome “fazenda” nem deveria existir mais; esse nome “fazendeiro” deveria sair do dicionário de tão malvisto que é pela sociedade urbana. Nós deveríamos fazer um movimento para essa palavra ser extinta, para “fazendeiro” desaparecer e ficar “produtor rural”. Mas ele faz aqui um relatório de uma propriedade que, além de café, tem gado. A APP tem que ser cercada inteira. A custo de quem? Do proprietário, que já não está com situação boa. Você não pode cortar madeira; você tem que comprar eucalipto tratado. Veja o preço que vai ficar essa cerca.

Então, Sr. Senador, ficamos muito apreensivos porque, além de perder as nossas terras, nós vamos ter despesa ainda, vamos ter gastos para dar manutenção a essa APP. Como o boi vai beber água no ribeirão? Como ele vai chegar lá, no ribeirão? São questões que têm que ser analisadas. Nós não podemos assumir essa despesa. Porque a grande propriedade do sul de Minas – o sul de Minas, vocês sabem que, além de ser cafeicultor, nós somos uma bacia leiteira; são pequenos produtores. Na minha cooperativa, nós recebemos leite também. Noventa por cento dos produtores produzem de 100 litros de leite abaixo. Certo? O Breno também está ali e sabe disso. Eles mesmos são retireiros, para sobrevivência deles.

Então, Sr. Senador, são detalhes; o sul de Minas precisa ser olhado de forma um pouco mais... As nossas propriedades são pequenas. É lógico que lá

há produtor grande, mas a grande maioria é de pequenos produtores.

Como foi mostrado aqui pelo Sr. José Cambraia – e essa propriedade que ele demonstrou aqui não é uma propriedade padrão do sul de Minas; ela tem 122 hectares, isso aqui já é de médio para grande.

Ele perde 37%. O senhor vai ter oportunidade de ver, na hora que o técnico da Cooxupé for demonstrar, que há propriedades que vão ficar sem nada.

O que peço aos senhores... O que me preocupa muito é que 30 metros de cada lado num curso d'água, numa propriedade pequena, é um número bastante grande. E se uma propriedade pequena tiver duas, três nascentes, ela vai ficar sem nada. E se ela tiver algum lugar acima de 45 graus, o produtor só vai lá visitar a sua propriedade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Sr. Francisco Miranda de Figueiredo Filho.

Vamos ouvir agora, também por 15 minutos, o Sr. Carlos Augusto Rodrigues de Melo, Vice-Presidente da Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé.

O SR. CARLOS AUGUSTO RODRIGUES DE MELO – Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente desta audiência pública e da Comissão de Reforma Agrária do Senado; Senador Clésio Andrade, a quem neste momento tenho a oportunidade de agradecer pela Cooxupé poder participar desta audiência; Deputado Diego Andrade, da mesma forma, os nossos agradecimentos da Cooxupé por poder participar deste trabalho; meu prezado companheiro Manoel Bertone, membro do Ministério da Agricultura e Pecuária; prezado amigo Breno Mesquita, Presidente da Comissão de Café da CNA; Srs. Senadores; presidentes de sindicatos; presidentes companheiros de cooperativa; demais autoridades aqui presentes; senhoras; senhores e senhoritas, o objetivo da Cooxupé em participar desta audiência é trazer subsídios a esta Comissão do Senado e aos Srs. Senadores do que é a necessidade hoje da nossa região, uma região específica de café, mais precisamente no sul de Minas.

Temos para poder subsidiar os Srs. Senadores e esta Comissão dados técnicos apresentados por um técnico do nosso departamento de geoprocessamento de dados e georreferenciamento. E peço um tempo de dez minutos para a apresentação do nosso técnico, engenheiro agrônomo, Dr. Éder Ribeiro. Ele fará uma apresentação com exemplos claros e evidentes para poder elucidar esta Comissão e os Srs. Senadores para a votação do Senado.

Não obstante isso, nós gostaríamos, se possível, que não medissem esforços para que essa votação se

fizesse no tempo previsto, nas datas previstas, e que fosse ainda até o final do ano, em razão do anseio e da tortura em que vivem hoje os nossos associados e agricultores, e produtores de café em especial.

Também um pedido desta cooperativa que hoje representamos aqui – 12 mil associados, sendo 80% desses produtores, pequenos produtores – é para que essa votação e que esse relatório do Senado fosse ratificado através do relatório do Deputado Aldo Rebelo e mais: a emenda do Deputado Paulo Piau. Então, as nossas duas premissas: que fosse votada neste ano esta matéria e que ratificasse aqui os relatórios da Câmara e do Congresso.

Prezado Senador e prezado Senador Clésio Andrade, nossa missão aqui não é tumultuar, mas sim poder subsidiá-los de dados concretos, reais.

Que isso possa contribuir não só com os senhores, membros desta Comissão, mas com todo o Senado, mostrando a necessidade da nossa região, do nosso Estado e do nosso País, para que essa votação seja feita de maneira, se não a atender aos anseios de todos, a buscar uma unidade! E que isso seja votado o mais rapidamente possível!

Não desejando mais tomar o tempo dos senhores – eu gostaria que, nesta oportunidade, meu técnico fizesse a apresentação –, eu queria agradecer, mais uma vez, ao Senador Clésio Andrade, ao Senador Rodrigo, ao Deputado, por esta oportunidade que dão à Cooxupé de apresentar nossa pequena contribuição para a votação do Código.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Dr. Carlos Augusto. O senhor será atendido.

Passo a palavra ao técnico Eder, para que faça sua apresentação.

V. S^a dispõe de dez minutos.

O SR. EDER RIBEIRO DOS SANTOS (*Fora do microfone.*) – Boa tarde a todos!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Peço que fale ao microfone. Pode sentar-se à Mesa.

O SR. EDER RIBEIRO DOS SANTOS – Boa tarde a todos!

Nosso Diretor já fez as devidas apresentações. Então, já vou partir para a parte técnica, para ser bastante objetivo.

A Cooperativa, a Cooxupé, tem uma preocupação bastante grande em identificar o impacto dessa legislação ambiental sobre os pequenos produtores da nossa região. Então, elaboramos um breve trabalho, uma pequena apresentação, para mostrar como, efetivamente, a legislação ambiental vai impactar sobre essas propriedades.

A região em que a Cooxupé atua é o sul de Minas, o nordeste de São Paulo e o cerrado mineiro. A grande maioria dos nossos pequenos produtores encontra-se no sul e no sudoeste de Minas e no nordeste de São Paulo. Atuamos em 63 Municípios diretamente. Há cooperados em 224 Municípios. E nosso quadro de cooperados possui, hoje, 12.060 produtores. São 12.060 produtores e 14 mil propriedades.

Próximo *slide*!

Essa é a distribuição das propriedades dos nossos cooperados nas regiões sul e sudeste de Minas. Cada pontinho corresponde a uma propriedade, com localização espacial.

O perfil do nosso produtor é definido da seguinte forma: 86,7% dos nossos produtores produzem até quinhentas sacas de café. Fazendo uma análise em média ponderada, isso corresponde a uma área em café de 7,9 ha, ou seja, esses produtores que produzem até quinhentas sacas de café têm uma área em café de 7,9 ha. E a grande maioria dos nossos produtores está nessa faixa de duzentas sacas de café. Esse produtor foi responsável por 30% do café que a Cooperativa recebeu no ano de 2010, o que corresponde mais ou menos a 1,380 milhão de sacas de café. É possível avaliar, então, que a grande maioria dos nossos cooperados, mais ou menos sete mil cooperados, produz até quinhentas sacas de café.

Para avaliar o impacto da legislação vigente sobre as propriedades, elaboramos este trabalho: escolhemos aleatoriamente doze propriedades no sul de Minas – tomamos como restrição para fazer a pesquisa no banco de dados a seleção de propriedades somente no sul de Minas –, e, dessas doze propriedades, vamos apresentar o impacto em seis propriedades. Essas seis propriedades apresentam características distintas, sobre as quais vamos tecer alguns comentários.

Próximo *slide*!

Essa primeira propriedade tem o nome Sítio Bom Jardim, tem um proprietário, tem uma área, está em um Município, com uma localização geográfica. Não é um exemplo de livro. É um exemplo real, é um fato real. Essas propriedades podem ser visitadas a qualquer momento. Essa área é de 45,5 ha, localizada em Guxupé. Apresenta, hoje, 6,4 ha de APP; 4 ha de mata, que vamos chamar de Reserva Legal Existente; 11,4 ha de café e 23,7 ha de pastagem.

O que está em vermelho corresponde à APP, que deverá ser recomposta. Essa propriedade ainda tem duas minas. Conforme citado anteriormente, cada mina, hoje, ocupa uma área de 0,8 ha, que deve ser preservada.

Fizemos a seguinte análise: o que essa propriedade tem hoje? Como ela vai ficar após a adequação?

Como resultado, a área de café vai permanecer com 11,4 ha; dos 23,7 ha de pastagem, vão restar apenas 13 ha. Ou seja, há uma redução significativa da área destinada à pastagem ou a outros cultivos, que vai ser reconduzida ou realocada para APP e Reserva Legal. Nessa propriedade, 46,4% de toda a sua área vão ser ocupados por APP e Reserva Legal. Esse é um exemplo.

Vamos para o próximo exemplo: Sítio Alto Alegre, que está nessa localização geográfica, com esse proprietário, com área de 21,3 ha, localizado no Município de Cabo Verde.

Quero fazer a seguinte menção: fizemos o mapeamento de todas as áreas de café na região em que atuamos, com imagens de satélite. Tudo isso está mapeado. Estamos iniciando o mapeamento dos limites das propriedades.

Essa é uma imagem que foi extraída do Google, não é nossa, mas a nossa tem uma qualidade próxima a essa.

Qual a situação dessa propriedade hoje? Essa propriedade apresenta um agravante: tem 0,6 ha de café em APP. No resultado geral, dos 16,3 ha, vão sobrar 15,6 ha, e a área de pastagem, praticamente, vai sumir; não ficará mais área alguma disponível para cultivo ou para pastagem. Nessa propriedade, 25,6% estão ocupados para Reserva Legal e APP.

Eu gostaria de chamar a atenção dos senhores para essa outra propriedade. É uma pequena propriedade que chama Sítio Espírito Santo, que tem uma área de 2,3 ha e que está localizada no Município de Cabo Verde. Essa propriedade apresenta dois córregos e quatro nascentes. Não há Reserva Legal, não há mata. Apresenta 0,2 ha em APP; deveria recompor mais 0,7 ha de APP, totalizando 0,9 ha. Essa propriedade apresenta 1,6 ha em café, que corresponde a essas linhas pretas. Nessa propriedade, há mais um agravante: desses 1,6 ha em café, há 1,3 ha dentro de APP. E ainda existe mais um problema: toda a benfeitoria, que abrange 0,14 ha, está dentro da Área de Preservação Permanente. Então, qual é a situação dessa propriedade? Como ela ficaria se o Código fosse aplicado de maneira integral? Essa propriedade, com a adequação, perderia toda a área em café, perderia toda a área em pastagem, e ainda ficaria faltando o correspondente a 0,06 ha para recompor a Reserva Legal e APP. Ou seja, o produtor teria de comprar mais 600m² do vizinho, para adequar essa propriedade.

Esse é um caso que merece bastante atenção. Embora exista legislação específica, ele deve ser tratado com carinho.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Eu queria só fazer uma pergunta: não há um *slide* que mostre toda a área tomada pela Reserva Legal e por APP, nesse exemplo? Parece-me que falta, para fechar o raciocínio, um *slide* mostrando toda a área ocupada.

O SR. EDER RIBEIRO DOS SANTOS – Vamos voltar ao *slide* anterior.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Exatamente esse ponto – o Presidente Rodrigo está à Mesa – é um dos que mais temos discutido aqui, na Comissão. É a questão de se dar aos pequenos produtores a possibilidade de manutenção da propriedade.

O SR. EDER RIBEIRO DOS SANTOS – Perfeito.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Esse é o tema mais discutido no Senado Federal. O Moka e eu, por exemplo, entendemos que é preciso preservar, que não se pode mexer nesse tipo de coisa. Mas há Senadores que não têm o mesmo entendimento. O exemplo é muito feliz. Devemos mostrar isso para aqueles que têm posições diferentes das nossas.

O SR. EDER RIBEIRO DOS SANTOS – Eu só gostaria de fazer uma menção: esse não foi um exemplo buscado, foi um exemplo aleatório. No sorteio, essa propriedade...

O SR. CLÉSIO ANDRADE (PR – MG. Fora do microfone.) – Existem milhares no Brasil. Se olharmos as estatísticas, são 50%.

O SR. EDER RIBEIRO DOS SANTOS – Exatamente. Posso preparar a apresentação da forma como o senhor precisa e lhe mando.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Obrigado.

O SR. EDER RIBEIRO DOS SANTOS – Próximo *slide*!

Esse é o caso da propriedade Santa Clara, localizada no Município de Tapiratiba, no Estado de São Paulo, com 21,4 ha. Essa é uma visão geral da propriedade. A imagem está bastante boa. É uma visão muito interessante. Existe a preservação. Essa propriedade não apresenta áreas de erosão. Ou seja, ela está muito bem.

Próximo *slide*!

Nessa propriedade, há um pouquinho de café em APP, há duas minas. A área de café vai baixar de 9,1 ha para 8,9 ha, e a área de pastagem vai ser reduzida de 8 ha para 5,4 ha. Há uma pequena redução da área de café, abrangendo aquela área de café que se encontra em APP, mas há uma redução bastante significativa da área de pastagem. Nessa propriedade, 33,1% ficarão destinados à APP e Reserva Legal.

Próximo *slide*!

Esse é o Sítio Rancharia, localizado no Município de Monte Belo, com 16,1 ha.

Os senhores podem observar que a área das propriedades não foge muito disso. Há áreas de 20 ha, de 25 ha, de 30 ha. Não foge muito disso. Essa é a área média dos nossos produtores.

Próximo *slide*!

Se prestarem atenção, os senhores verão que, nessa propriedade, há seis minas. Há 0,7 ha de café em APP e 1 ha de APP, não há Reserva Legal, há 9,7 ha de café e 5,3 ha de pastagem. Como vai ficar essa propriedade? A área em café vai reduzir para 8,1 ha, a área em pastagem vai reduzir totalmente, praticamente vai inexistir, e 45% dessa propriedade serão destinados à Reserva Legal e à APP.

A última propriedade é o Sítio Serra Escura, do produtor Edvar José Costa, com área de 15,2 ha, localizado no Município de Monte Belo. Essa área apresenta duas minas. Há 12,6 ha de café e 1,1 ha em APP. Não há Reserva Legal, não há mata. E há 2,6 ha em pastagem. Essa área vai perder 2,6 ha de café, e a área de pastagem, praticamente, será eliminada. E, nessa propriedade, 34,3% de toda a sua área serão destinados à APP e à Reserva Legal.

Esse foi um breve estudo de seis propriedades.

No próximo quadro, caracterizamos as doze propriedades e fizemos algumas análises sobre o que vai acontecer. Não vou descrever o que está nessa planilha, porque, nas conclusões, vou citar cada um dos fatos.

Nas doze propriedades analisadas, verificamos que 49% da área total das propriedades estão ocupados por café, o que é muito significativo. Vemos que 8,8% dessa área em café encontram-se em APP. Com a adequação, haverá a redução em 11,7% na área de café, ou seja, haverá uma redução bastante significativa dessa área em café. Atualmente, 16,6% da área das propriedades estão ocupados por APP, por Reserva Legal e por mata, mas, com a adequação, essa área passará a ser de 39,6%, ou seja, haverá um aumento muito significativo da área destinada à APP e à Reserva Legal. Para a adequação da APP de drenagem, da APP dos córregos, a área existente deverá crescer em 166,9%. Isso significa que o produtor terá muito trabalho para recompor essas áreas. E, para a adequação da Reserva Legal, a área existente em mata nas propriedades hoje deverá crescer em 116,8%. Com a adequação, haverá a redução na área disponível para pastagens em 47,6%.

Então, esse foi o breve estudo, a pequena análise que fizemos em propriedades representativas na nossa região do sul e do sudoeste de Minas e no nordeste de São Paulo.

Era isso o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Eder.

Eu só queria tirar uma dúvida: quando o senhor faz essas projeções, o senhor está se referindo ao Código atual, ao Código em vigor hoje? Ou o senhor já faz essas projeções em função do texto, aprovado pela Câmara, do Relator Aldo Rebelo?

O SR. EDER RIBEIRO DOS SANTOS – Não. Trata-se do Código atual.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu queria só esclarecer isso a alguém que esteja assistindo a esta reunião. No texto já previsto do Aldo, primeiro, ele desobriga de recomposição da área de Reserva Legal as propriedades que tenham até quatro módulos fiscais. Então, todas essas propriedades, parece-me, teriam até quatro módulos fiscais. Por outro lado, na contabilidade da Reserva Legal, entra também a Área de Preservação Permanente. E, nas encostas de morro, permite-se a permanência de espécies lenhosas, que é o caso do café.

Então, seria importante – talvez, fosse uma contribuição – que os senhores dessem a esta Comissão e às Comissões que estão debatendo o assunto essa mesma projeção com o texto que veio da Câmara, com o substitutivo do Senador Luiz Henrique.

O SR. EDER RIBEIRO DOS SANTOS – Sr. Presidente, essa é a ideia mesmo. O nosso objetivo era o de enfatizar a necessidade de se aprovar uma medida no sentido que foi dado por Aldo Rebelo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Agradeço-lhe a contribuição, Eder.

Agradeço ao Sr. Carlos Augusto Rodrigues de Melo, Vice-Presidente da Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé, que traz essa contribuição importante ao debate.

Passo a palavra ao eminente Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Agradeço ao Presidente.

Quero cumprimentar o Sr. Eder, que fez sua exposição.

Quero dizer, Sr. Presidente, que percebi na apresentação que havia uma diferença entre o que se está discutindo e o que é o Código antigo. Mas isso não invalida a apresentação. Pelo contrário, isso a enriquece, dá valor a ela. Estamos em fase de discussão na Casa, e V. Ex^a sabe que alguns Colegas não concordam com as mudanças que vieram da Câmara. Então, é importante essa apresentação. E se torna mais importante a sua solicitação de se fazer agora, então, o mesmo estudo nas mesmas propriedades dentro da nova regra dos quatro módulos fiscais.

Sr. Presidente, daí vem a reivindicação que tenho feito na Comissão – vamos fazer a apresentação de emendas ao projeto – para se consolidarem os quatro módulos fiscais na questão das APPs. Há pequenas propriedades, como vimos, em que as residências, as casas e as estruturas estão exatamente dentro das APPs. Então, tenho defendido e vou continuar defendendo que haja uma consolidação da questão das APPs nos quatro módulos fiscais, um pouco mais ou um pouco menos. Quero crer que não devemos, de forma alguma, criar mais confusão no campo, mexendo com milhares e milhares de pequenos produtores em todos os Estados do Brasil.

Isso não é o mesmo que tenho defendido para os grandes produtores. Foram mostradas aqui propriedades de 2 ha ou de 3 ha. No meu Estado, fora a agricultura familiar, 2 ha, 3 ha, 20 ha, 100 ha não fazem a mínima diferença entre APP ou não APP. Então, a defesa que faço aqui – e a tenho feito reiteradamente – é a defesa de que temos de olhar o homem, em primeiro lugar. E o homem que precisamos olhar em primeiro lugar é o agricultor familiar, o pequeno agricultor, para não desestabilizar, primeiro, a vida das pessoas e, depois, em consequência, a economia dos nossos Estados e do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Obrigado, Senador Blairo Maggi.

Quero registrar a presença aqui de mais um Deputado cafeicultor, o Deputado Odair Cunha. Seja muito bem-vindo!

O Senador Waldemir Moka quer fazer uso da palavra. Em seguida, falará o Senador Clésio Andrade.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, já nasci com o nome Moka, porque tenho uma afinidade muito grande com o café. Então, começo dizendo da afinidade que tenho com o café.

Quero só enfatizar o seguinte: é claro que o técnico fez sua exposição mostrando, propositadamente, exatamente como seria a realidade se a Câmara não tivesse aprovado o texto do Aldo. E por que estou dizendo isso? Porque há muitas críticas, sobretudo, à questão dos quatro módulos rurais. Veja como essa questão se encaixa nisso aí. É claro que, se aprovado esse texto, esses problemas seriam muito minimizados.

Fico contente, Sr. Presidente, porque a ideia de abater – e já apanhei muito por isso – APP de reserva legal é de minha autoria. Porque eu acho que isso é justo. Se já existe 20% de reserva legal no meu Estado, abater tudo que existe em termos de várzea, de morro ou que seja, ou Área de Preservação Permanente ou de Preservação Ambiental, é mais do que é justo. Veja como foi importante esse texto.

O que defendemos? Exatamente a manutenção do texto. Porque aqui apanhamos muito, sabe? Então, quando vem um argumento como esse, eu quero mostrar que essa é a realidade. E não é só a realidade de Minas não. Se começarmos a ouvir as cooperativas, vamos ver que o pessoal da maçã... Temos um monte de exemplos como esse.

Sei que a exposição vai continuar, mas não queria deixar passar a oportunidade de dizer o seguinte: o Deputado Aldo Rebelo viu essa realidade, encontrou essa realidade, e foi isso que o inspirou quando fez o texto aprovado por mais de quatrocentos votos na Câmara dos Deputados. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Moka. Sua identidade com o café está reconhecida pelo Plenário.

Quero passar agora a palavra ao Senador Clésio Andrade.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (PR – MG) – Senador Presidente Rollemberg, primeiro, meus agradecimentos pela aprovação do requerimento em tão rápida velocidade. Meus agradecimentos também ao nosso Presidente Acir Gurgacz, que não pôde estar conosco. E cumprimento o Senador Moka, o Senador Blairo e todos os líderes cafeicultores.

Deputado Odair, Deputado Diego e todos os Deputados que estão conosco, a questão fundamental do café é que ele difere um pouco de todas as outras culturas e até de outras *commodities*. Talvez, hoje, só a soja equivalha às exportações de café no Brasil ao longo da história. Quer dizer, é uma cultura secular. Hoje, fazendo a simulação, Senador Moka, foram mais de US\$600 bilhões com exportação de café, desde a entrada do café no País. A dívida externa brasileira hoje... O crédito externo que o Brasil tem hoje lá fora, em torno de duzentos e cinquenta a trezentos bilhões, seria o contrário se não houvesse a cultura do café no Brasil. É uma comparação interessante de se fazer. Na realidade, estaríamos hoje com uma dívida externa de trezentos bilhões, e não com reservas de trezentos bilhões. Por aí, basta ver a história dessa *commodity* importante a que só a soja, talvez, tem se equiparado, em termos de volume de valor. As outras culturas têm suas dificuldades, mas também sabemos que não têm essa importância em relação às divisas que trazem para o Brasil.

Outro aspecto importante também, no caso da cultura do café, é que, por ser mesmo uma cultura secular, é uma cultura que também vem passando por uma reforma agrária familiar. Acontece em grande parte delas. Com isso, ocorreu o processo de redução de tamanho das propriedades, que vêm passando de pais para filhos que, vendendo, comprando e adqui-

rindo, fizeram com que se chegasse a essa situação. Sabemos que aquele sucessor transferiu para outros e ficaram propriedades pequenas, como foi demonstrado também pelo Francisco, pelo Éder e por todos que estão apresentando.

Então, minha colocação seria no sentido, Senador, de pedir a audiência, exatamente para tentarmos sensibilizar nossos Senadores, como disse o Walde-
mir Moka e o Blairo, para que se aprove o projeto da Câmara. Primeiro, porque ganharíamos tempo. É um projeto que atende razoavelmente a todos. Ou seja, os impactos são muito menores do que os demais relatórios que estão sendo apresentados. Todos nós queremos atender o meio ambiente, e precisamos atender, mas preservando essas propriedades que fizeram a história do País, que trouxeram divisas para o País e que tiveram tão grande importância na geração de emprego ao longo dos anos.

Então, nosso apelo é esse, ao Senador Blairo e a todos os Senadores. E vamos, a partir dessas informações, dessa apresentação sua, Éder, procurar cada um dos Senadores e discutir, exatamente para ganharmos tempo, até porque é importante a aprovação do Código, pois o Código atual afeta muito a todos nós.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Clésio Andrade, V. Ex^a que é de um Estado em que a cafeicultura realmente tem uma participação muito expressiva.

Gostaria agora de convidar para fazer uso da palavra o Sr. Breno Pereira Mesquita, Presidente da Comissão Nacional do Café, da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil.

O SR. BRENO PEREIRA MESQUITA – Boa tarde, Presidente, Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente.

Senador Clésio Andrade, parabéns pela sensibilidade, neste momento de mudanças, de atentar para a importância do café, e não só em Minas Gerais, no sul de Minas, mas em todo o Brasil, e a geração de milhões e milhões de empregos, de forma direta e indireta, em toda a cadeia. E ao Deputado Diego Andrade, esse jovem Deputado que a cada dia que passa nos surpreende mais, positivamente.

Sr^{as} e Srs. Senadores, Srs. Deputados, Presidentes de Sindicatos, de Cooperativas, senhoras e senhores, eu só gostaria de fazer uma colocação e, em seguida, passar para o nosso técnico da CNA, o Dr. João Carlos, a respeito da importância do café e principalmente da importância da cafeicultura nas áreas ditas de APP ou de reserva legal.

Segundo dados da OIC, em 2011, o mundo produziu, ou produzirá, 130 milhões de sacas de café, e,

pelas estatísticas da OIC, vai consumir, em 2011, a quantidade de 134 milhões de sacas de café. Ou seja, em 2011, existe um déficit de quatro milhões entre o que se produz e o que se consome. É interessante acabar com uma cafeicultura que é bicentenária num país que precisa, necessariamente, da entrada de dólares não na especulação, mas principalmente na produção, e tirar, de forma abrupta, milhares e milhares de produtores de seus lares, com suas famílias, e encher mais ainda nossas cidades. É a reflexão que deixo aos senhores e às senhoras.

Quero agradecer a oportunidade e, em seguida, com a aprovação do nosso Presidente, repassar ao Dr. João Carlos para que faça a palestra que foi feita pela Comissão do Meio Ambiente da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Sr. Breno Pereira Mesquita.

Passo, então, a palavra, por treze minutos, para o Sr. João Carlos Petribu de Carli, Assessor Técnico da Comissão Nacional de Meio Ambiente da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil.

O SR. JOÃO CARLOS PETRIBU DE CARLI – Boa tarde a todos. O Dr. Breno já fez as devidas apresentações. Vou fazer uma breve palestra, não exatamente uma palestra em relação a propriedades, vou tentar colocar o que é o café hoje para o Brasil e para Minas Gerais.

Já começo, com o primeiro *slide* da minha palestra, mostrando um crime ambiental. Seria esta propriedade rural aqui, apresentando o café em área inclinada. Peço desculpas, mas na apresentação, como eu trabalho há muitos anos na área de meio ambiente, eu não coloco fonte porque isso pode gerar um crime, o fiscal ambiental pode ir à propriedade querer aplicar uma multa para essa pessoa. Então, vou colocar algumas fotos, mas não a fonte. De repente, só o fotógrafo.

Próximo, por favor.

Primeiro, vou comparar o Brasil ao mundo, em relação ao café: primeiro em produção e primeiro em exportação, mostrando a importância do café tanto para o Brasil quanto para o mundo.

Próximo, por favor.

Agora, mostrando, dentro do Brasil, quais são os principais produtores de café. Apresentamos aqui dados do IBGE. Hoje, Minas Gerais tem 51% de todo o café plantado no Brasil. Dados de 2009. Então, você mostra o quanto o café é importante para Minas Gerais.

Próximo, por favor.

Agora, vou mostrar aqui outros produtos que Minas exporta. Podemos dizer que o campeão é o minério de ferro – o nome Minas já diz isso. Outros ocu-

pam 32%. E quando chegamos ao café, 13% em dois anos seguidos, 2010 e 2011, como principal produto exportado de Minas. Isso mostra mais ainda o quanto o café é importante para Minas Gerais.

Próximo, por favor.

Agora, dentro do agronegócio mineiro. Quando você coloca somente o agronegócio, tirando todos os outros produtos exportados por Minas, nós mostramos o quão mais importante é para Minas o café. No ano de 2010, 54%, e no ano de 2011, quase 56% do produto exportado de Minas Gerais.

Próximo, por favor.

Agora vou tentar colocar um pouco da legislação atual, como o Senador pediu.

Próximo.

Hoje, o que diz a legislação? Dentro das limitações da propriedade, no caso de Minas Gerais, é 20% de reserva legal. Ainda temos Área de Preservação Permanente, temos o topo de morro, montes, montanhas e serras.

Vou abrir um parêntese para um problema que existe. Com relação à definição dessa alínea de topos de morros, o Conama fez essa definição em 2002. Ou seja, o Código é antigo, mas a definição é nova. Em 2010, o Ministério do Meio Ambiente lançou a Nota Técnica nº 37, informando como o Conama fez a definição de topo de morro. É impossível fazer uma definição. Observa-se que, hoje, não há como a pessoa saber se está ilegal ou não. Então, nós chegamos a um problema maior ainda: ninguém sabe se pode levar uma multa ou não porque está no topo de um morro. Tanto é que, hoje, o Conama está trabalhando, está tentando fazer uma alteração nessa definição para esclarecer exatamente esse problema da definição.

Temos também, nas encostas, ou partes dessas, com declividade superior a 45 graus, equivalente a 100% na linha de maior declividade. Isso é algo simples de se fazer. Basta pegar uma régua e fazer o cálculo. Mas entramos também em Áreas de Uso Restrito. Não existe só o problema da Área de Preservação Permanente e Área de Reserva Legal, existe também Área de Uso Restrito, que está no art. 10 hoje: “Não é permitida a derrubada de florestas situadas em áreas de inclinação entre 25° e 45°, só sendo tolerada a extração de toras”. Ou seja, é como se fosse uma reserva legal, porque a reserva legal diz que você pode fazer o manejo sustentável dentro da reserva legal. Essa área é muito parecida. Você só pode fazer a extração de toras. Então, mostra que não é só em 45°. Se baixarmos um pouco para 25°, muita propriedade também enfrentará problemas dentro do Código Florestal atual.

Próximo, por favor.

Uma coisa engraçada. Eu gosto de colocar esta foto. É a foto de uma rodovia em que, se vocês observarem... Eu não sei quem sabe, mas, de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro, placa marrom é de turismo. Então, o próprio governo – não sei se federal ou estadual – está fazendo uma campanha do Circuito das Montanhas Cafeeiras, mostrando: “Vá lá visitar como turismo”. Ou seja, o próprio governo – não sei se federal, estadual ou municipal – incentiva conhecer uma Área de Preservação Permanente que está sendo utilizada para o café.

Próximo, por favor.

Aqui, as fotos para vocês entenderem, como muitos, o que é 25°, o que é 45°. Tentamos colocar algumas fotos. Coloquei uma fonte aqui, que é Alexandre Arruda, mas também não vou dizer de onde é a propriedade porque mostra claramente que está em morro. Toda a inclinação dentro desta propriedade está em morro. Pode não estar em APP, mas está sim acima de 25°.

Próximo, por favor.

Claramente, chega a ter sombra aqui, se vocês forem observar. Eu sou engenheiro agrônomo. E quando um engenheiro agrônomo vê uma topografia como esta, rapidamente observa, mais ou menos, no olho, que provavelmente há uma inclinação na região.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOÃO CARLOS PETRIBU DE CARLI –

Ah, ali deve estar em torno de 38°, quase... Entre 25° e 45° com certeza está. E está próxima a esse córrego aí embaixo.

Próximo, por favor.

Outra. Chega a fazer sombra nessa lateral. Então, vocês começam a observar que existem muitas propriedades no sul de Minas cujos proprietários se enquadram – eu não gosto de usar este termo – como “criminosos ambientais”. A legislação que chegou posteriormente colocou-os à margem da sociedade, como “criminosos ambientais”.

Próximo, por favor.

Agora, esse é uma coisa mais georreferenciada. Eu peguei três exemplos, três municípios: São Sebastião de Bela Vista, Santa Rita do Sapucaí – terra do Dr. Breno – e Carmo de Minas. Se vocês observarem, em vermelho aqui, o que é o vermelho? É acima de 45°. Em amarelo, acima de 25°. Ou seja, toda essa parte vermelha e amarela você não poderia utilizar... A amarela somente para a retirada de toras. Mas agora vocês têm de observar, está bem claro aqui em cima: nós não colocamos reserva legal. Mais 20%. Então, você imagina, dessas três áreas, mais 20% dentro da propriedade rural de reserva legal.

Outra coisa que também não foi colocada aqui – e meu colega colocou claramente – é que ainda existe APP de mata ciliar. Se vocês observarem esta região, isto aqui é um rio. Claramente, você define como área de drenagem de rio. Ou seja, ainda vai existir, nessas regiões, mais APP de mata ciliar em volta de um rio. Então, vocês tentem imaginar, dentro desses três municípios, o prejuízo que vai acontecer com a retirada não só do café, de qualquer coisa, qualquer coisa que estiver aqui, até a casa dele, pode estar cometendo um crime ambiental.

Próximo, por favor.

Esse é o custo, que tento colocar em números. Peguei duas regiões, sul e oeste, Zona da Mata e Rio Doce Central, que são regiões montanhosas, a região do sul de Minas e aquela região perto do Espírito Santo. Nós temos aqui quase 80% do café de Minas Gerais, uma quantidade imensa de produção de saca de café, uma renda imensa. E temos que observar que isso é do ano passado. Hoje, se não me engano, acho que já está passando dos R\$500,00 a saca. E os empregos gerados, chegando a dois milhões de pessoas empregadas.

Onde o café é plano, você pode usar máquina; onde o café é de morro, você tem de usar gente. Então, isto aqui são pessoas que serão realmente demitidas.

Próximo, por favor.

O que muda com a reforma do Código Florestal? Estou tentando colocar aqui como está hoje no Código do Aldo Rebelo e foi aceito pelo Senador Luiz Henrique. O que vai acontecer?

“Art. 8º. A intervenção ou supressão [a supressão já aconteceu, mas a intervenção é o que vai continuar acontecendo] de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente somente ocorrerá nas hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental previstas nesta lei [e aí eu enfatizo], ficando autorizada exclusivamente [esta palavra é muito importante: exclusivamente] a continuidade das atividades agrossilvopastoris de ecoturismo, turismo rural e áreas rurais consolidadas.”

Ou seja, exclusivamente, quem já está, a continuidade. Não vamos abrir novas áreas. É o que existe hoje. Vocês têm de lembrar que o café – eu fiz o dever de casa hoje – está desde 1727 no Brasil. Chegou pelo Norte, por Belém. Na região de Minas, chegou em 1800, aproximadamente. Ou seja, não existia nem pensamento do Código Florestal antigo, de 34. E nas áreas de uso restrito, a mesma coisa. Continua.

“Não é permitida a conversão de floresta nativa situada em áreas de inclinação entre 25º e 45º para uso alternativo do solo, sendo permitidos o manejo florestal sustentável e a manutenção [aqui não diz, em nenhum momento, que é para abrir, é a manutenção do que já existe] de culturas de espécies lenhosas [como o Senador colocou], perenes ou de ciclo longo e atividades silviculturais, vedada a conversão de novas áreas.”

Ou seja, em nenhum momento está se pedindo para aumentar mais nada. Estamos pedindo para continuar onde estamos.

Próximo, por favor.

Aqui, algumas imagens digitalizadas da Embrapa, mostrando regiões que estão em Áreas de Preservação Permanente. Aqui, Guaxupé...

Próximo, por favor.

Alfenas...

Próximo, por favor.

Alfenas também.

E aqui o que a cafeicultura mineira põe nessa nova reforma do Código Florestal. O que nós estamos querendo? Por quê? Porque 80% de toda área de produção se encontra em área de uso limitado, conforme mostrei anteriormente, e legalizadas pelas normas do Código Florestal vigente. O cumprimento integral da legislação atual implicaria na retirada da atividade de todas essas regiões. Como eu mostrei para vocês, aquele mapa georreferenciado mostra que não tem escapatória, a pessoa vai ter de sair quase que por completo daquela região, reduzindo drasticamente a produção nacional do café. Como eu disse para vocês, a quantidade de café produzido no Brasil, 51% é em Minas e, dentro dessas regiões, 80% de café. A retirada da atividade é justificável sob o ponto de vista ambiental. As pessoas vão questionar: por que do ponto de vista ambiental? Porque se você somente retirar e deixar ali, é muito pior do que está hoje. Foi colocado aqui que, dependendo do local, se você somente abandonar a área, você pode estar ajudando. Mas temos de observar também que existem obras civis, como os terraceamentos. Muita coisa o homem já fez ali antes do Código Florestal. E se em mais de duzentos anos a cultura está lá até hoje, e mostrando a pujança, mostrando a força que tem, está mostrando que está equilibrada naquele local. É injustificável socioeconômica e inclusive culturalmente. Hoje, o café já entrou na cultura do mineiro. Não tem como dizer... Quando você toma um copo de café, como todos tomamos aqui, na hora de tomar é bom, é gostoso, mas na hora de observar de onde vem ninguém nunca consegue, acredita que o café vem da gôndola do supermercado, como todos

acham. Hoje, o café está incrustado na cultura mineira. Não há como tirar isso. Se você tira e tenta repassar outra atividade para o mineiro, ele vai sofrer e muito com essa mudança. E isso traria consequências desastrosas à economia regional e local.

Inexistência de alternativas econômicas à população regional na eventual extinção da cafeicultura mineira. É aquilo que eu disse: quando a pessoa, seu pai, seu avô, seu bisavô, todos trabalham com café, você praticamente interage com o café, você conhece pelo cheiro, pela cor, como o café está neste ano. A partir do momento em que você tenta colocar outra atividade, até ele conseguir fazer toda essa absorção de conhecer toda a fisiologia da planta, conhecer a planta. Isso vai demorar muito tempo e pode ser que ele não consiga se adequar a essa nova cultura e está fadado a ir para uma favela dentro de uma cidade.

Próximo, por favor.

Isso aqui é uma coisa que nós colocamos dentro da CNA desse jurista francês Georges Ripert, que foi professor de Direito nos anos 40 – uma coisa muito interessante de se ler: “Quando o direito ignora a realidade, a realidade se vinga ignorando o direito”. Isso é muito forte. Hoje, quando se faz uma norma, uma regulamentação, muitas vezes não se observa o que está acontecendo na ponta. E a ponta, muitas vezes, não aceita por mostrar que é impossível de acontecer e se revolta contra isso.

Então, a fala desse jurista é muito importante de ser repassada.

Próxima, por favor.

Agradeço a todos. Nós, da CNA, estamos à disposição sempre que for necessário dar qualquer explicação sobre o que está acontecendo com o Código Florestal atual e o que pode acontecer com o novo Código. Estamos à disposição. Sempre que nos chamarem, nós vamos atender prontamente.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado.

Eu que agradeço a colaboração que V. Ex^a traz ao debate.

Passo, agora, a palavra ao..

Registro a chegada do amigo e nobre Deputado Paulo Piau, presidente da Frente Parlamentar de Defesa da Pesquisa e da Inovação Tecnológica Agropecuária.

Passo, agora, a palavra ao Sr. Manoel Bertone, Secretário de Produção e Agroenergia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O SR. MANOEL BERTONE – Sr. Senador Rodrigo Rollemberg, que preside esta audiência pública conjunta, muito obrigado pelo convite; Senador Clésio Andrade; Deputado Diego Andrade; Srs. Senadores;

Sr^{as} Senadoras; meus amigos da cafeicultura; eu aqui sou Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ou seja, sou governo, sou Executivo, mas, evidentemente, não posso esconder de vocês que sou algo além disso. Sou cafeicultor, tenho a minha vida toda na cafeicultura e algumas coisas precisam ser colocadas,

A cafeicultura de montanha é importante não apenas no Brasil, ela é importante no mundo todo. O mais país que é mais reconhecido como cafeeiro no mundo – infelizmente nem é o Brasil – é a Colômbia que produz só oito milhões e meio de sacas hoje e é 100% café de montanha.

Em toda a América Central – Costa Rica, Guatemala, Honduras, El Salvador – é cafeicultura de montanha. No México, na região de Chiapas, grande parte é cafeicultura de montanha.

Aqui no Brasil, a cafeicultura de montanha não está só no sul de Minas. Está também na Zona da Mata, está muito forte no Espírito Santo, como a própria Cooperativa de Guaxupé. A Cooxupé demonstrou que também em algumas regiões de São Paulo, como no noroeste, como também no norte do Paraná.

A cafeicultura de montanha é importante no Brasil e talvez 50% dos nossos cafés sejam produzidos em região de montanha. Eu não tenho certeza se os 50% estão em áreas de inclinação acima de 45° ou não, mas grande parte da cafeicultura brasileira está em região de montanha. É a nossa cafeicultura mais importante. Importante na geração de emprego, porque a cafeicultura de montanha gera mais empregos do que a cafeicultura de planalto, obviamente porque a cafeicultura de planalto é mais mecanizada. E é também a cafeicultura que produz o melhor produto. A cafeicultura de montanha é justamente a cafeicultura que agrega valor à produção brasileira, é a cafeicultura que posiciona melhor o nosso café no mercado mundial. Diga-se de passagem que o Brasil é de longe o país mais importante na cafeicultura do mundo.

Nós exportamos, nos últimos doze meses, perto de 35 milhões de sacas, faturamos US\$7,5 bilhões, ajudamos a desenvolver importantes regiões, particularmente no último ano com essa renda nós resolvemos grande parte do endividamento agrícola da cafeicultura.

A cafeicultura é uma atividade, sem dúvida nenhuma, das mais importantes do País. O Brasil exportou 20 bilhões em soja; 15 bilhões em suco energético, açúcar e etanol; em torno de 15 bilhões também em carnes, todas as carnes juntas; e depois o nosso café, com US\$7,5 bilhões, contribuindo para a nossa balança comercial.

Queria dizer também, e o faço em nome do Ministério da Agricultura, que nós estamos no caminho certo. Não estamos muito longe de alcançar os objeti-

vos que a sociedade brasileira deseja e merece, que é a solução desse problema.

Nós não podemos postergar essa solução. A Câmara deu uma contribuição enorme aprovando um projeto do Deputado Aldo Rebelo, agregado de uma emenda importantíssima para esse Código, que também teve aprovação maciça dos Deputados Federais. Com uma aprovação dessa, presume-se que a sociedade brasileira esteja muito próxima do consenso. Assustou-me um pouco o antagonismo que essa proposta da Câmara teve. Nós estamos muito perto de obtermos uma solução equilibrada para a questão ambiental brasileira sob o ponto de vista do nosso Código Florestal.

Nós acreditamos firmemente que o Senado agirá com a celeridade necessária, porque o mais importante agora é retirarmos esses produtores da insegurança jurídica. É insuportável para nós, cafeicultores, e para nós do Governo, irmos às regiões agrícolas do País e, em vez de respondermos às questões relativas à economia dos setores que nos cabe administrar, às vezes, perdemos toda nossa estada respondendo, tentando diminuir a ansiedade dos agricultores no que se refere à insegurança jurídica que tira o sossego das suas famílias.

Os exemplos que a Cooxupé aqui apresentou são exemplos que servem para qualquer Estado da federação e servem quase que para todas as atividades agrícolas nacionais. Se você vai no norte do Paraná, mesmo em regiões que não são de montanha ali a preocupação é enorme. Se você vai no Mato Grosso do Sul, ali a preocupação é enorme. Se você vai ao Espírito Santo, sul de Minas, nem se fala, a gente quase não responde a outro assunto a não ser sobre a legislação ambiental. Quando escapa um pouco da legislação ambiental, a gente é obrigada a responder, Deputado Paulo Piau, sobre a legislação trabalhista – vocês sabem muito bem disso.

Então, a insegurança jurídica é hoje o principal tormento do agricultor brasileiro. Eu acho que as pessoas, os técnicos que se apresentaram aqui antes de mim expuseram com bastante propriedade o dilema que nós enfrentamos, mas é também bastante claro para todos nós que todo esse dilema fica resolvido se o projeto da Câmara fosse aprovado na íntegra aqui no Senado Federal.

Isso é importante termos em mente. É lógico que alguns ajustes podem ser feitos, talvez até devam ser feitos, porque para se construir o consenso, é conveniente que nós também saibamos ceder em alguns pontos em que essa concessão possa ser factível e viável. Eu acredito firmemente na capacidade de nossos Senadores de conseguir esse consenso da

sociedade brasileira, esse consenso necessário entre produção e meio ambiente – absolutamente necessário –, de modo a que a gente satisfaça não apenas a sociedade brasileira como a sociedade mundial, que está evidentemente de olho em nós todos.

Eu, como cafeicultor, participei durante alguns anos, três anos, de um projeto internacional de sustentabilidade denominado Quatro C, que era o código comum da cafeicultura mundial.

O Brasil é o país que se mostra o mais sustentável do mundo na atividade cafeeira. É o país que dispõe da mais rigorosa legislação ambiental do mundo e da mais rigorosa legislação trabalhista do mundo. Estudei três anos isso junto com países da Europa, com os grandes *tradings* internacionais de café e representando países produtores de café da América do Sul, da América Central, da África e da Ásia.

Não há país produtor de café no mundo que tenha que cumprir a legislação que o cafeicultor brasileiro tem que cumprir. E todos os projetos de certificação do mundo qualificam para fins de certificação as atitudes dos produtores tendo em vista a legislação desse próprio país. Não é justo que o agricultor brasileiro – e aí eu vou mais longe: não apenas o cafeicultor, mas o agricultor brasileiro – tenha que cumprir legislações tão rigorosas que lhe retirem competitividade internacional, ao passo que os nossos concorrentes não fazem a metade do que o Brasil já faz. Nós somos recordistas em reservas, reservas legais, áreas de APP, reservas naturais do Estado, parques nacionais, parques estaduais, reservas indígenas. Praticamente o nosso País está todo reservado.

Nós não queremos muito. Queremos só trabalhar onde já trabalhamos. Não estamos solicitando o direito de desmatar desregradadamente. As reservas devem ser utilizadas quando a sociedade brasileira sentir falta delas. Nós somos o País que mais tem a contribuir para a paz mundial através do fornecimento de alimento sustentável. É isso que nós temos que buscar, é isso que nós temos que manter e falta muito pouco. Basta aprovarmos o projeto que já foi aprovado na Câmara Federal.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Agradeço a sua participação, Dr. Manoel Bertone. E quero convidar para dar seu depoimento de cinco minutos, no máximo, dois presidentes de sindicatos aqui presentes: Manoel, do Sindicato dos Produtores de Boa Esperança; e Arnaldo Botrel, do Sindicato dos Produtores de Varginha.

Por favor, Sr. Manoel, se estiver presente ...pode ser daí mesmo. O que vale é a palavra.

O SR. MANOEL JOAQUIM DA COSTA – Boa tarde, Sr. Senador Blairo; Sr. Senador Clésio Andra-

de; nosso Senador Zezé Perrella; nosso Deputado Odair Cunha e Paulo Piau; Sr. Manoel Bertone; Diego Andrade.

Não trouxe nenhuma análise aqui, mas comecei a fazer este discurso há 45 anos, Senador, quando eu nasci. Foi uma labuta terrível, passamos diversas intempéries da natureza, seca, chuva, preço de café.

Nós estamos vivendo, lá no campo, numa zona de conflito. Passamos dez longos anos de sofrimento de preço do café, perdendo dinheiro, achando que a nossa vida ia pegar um rumo e ia tranquilizar no campo, aí veio o código ambiental. Aquilo deu um transtorno muito grande porque grande parte das nossas propriedades, nós tivemos que pagar. Outras foram herdadas, mas os nossos pais e avó compraram.

Vocês falaram do impacto que vai trazer na cafeicultura, no arroz, no feijão. E eu vou falar do impacto que vai causar em mim, como Presidente de Sindicato, formado 95% de pequenos. Vocês não sabem o constrangimento em que estão nos deixando na serra da Boa Esperança, como em todo centro do País por perder um patrimônio. É justo deixar um pouco dessa reserva, mas tirar de onde já tem tão pouco faz tanta falta, Senador.

Não vamos questionar o Código. Se perguntassem para mim, eualaria: vamos melhorar a proposta do Aldo Rebelo, mas como ele foi Deputado, como vários aqui presentes, que andaram por este País inteiro, não vamos falar que ele é o mais perfeito, mas vamos aceitar que ele está diante da situação que nós merecemos.

O que eu gostaria de dizer era isso e agradecer o Senador Clésio Andrade, por ter dado condições de o Sindicato de pequenos produtores poder usar a palavra. Nós representamos hoje mais de 3.500 produtores rurais e vocês podem ter certeza, Deputado, que somos produtores que alavancamos este País com suor e lágrimas. Como eu disse, gastei 45 anos para tentar passar essas palavras e sei não passei todas, mas o senhor, como estudioso, entende muito bem.

Gostaria de, mais uma vez, agradecer a todos. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Clésio Andrade. PR – MG) – Muito bem, Manoel.

Gostaria de te agradecer. Acho que o seu depoimento é muito forte para todos nós, primeiro porque é um depoimento de coração, de força de trabalho, da história do café, principalmente o café de Minas, e você demonstrou isso muito bem nesses poucos minutos. Acho que esse é o sentimento que a gente precisa colocar aqui no Senado.

Eu gostaria de aproveitar, antes de passar ao Arnaldo, para agradecer a presença da Senadora Ana

Rita. Eu, lamentavelmente, omiti o nome dela quando estava falando. A Senadora Ana Rita, que é do Espírito Santo, teve de sair e provavelmente ia falar e trazer coisas boas para nós também. Ela é uma Senadora de um Estado importante e que também vai sofrer muito com o Código se não houver essas adequações.

Então, esse registro é um agradecimento por ela ter vindo apoiar esse nosso requerimento e esse nosso trabalho a favor do café.

Passo a palavra ao Arnaldo Botrel, para que ele possa fazer a sua colocação.

O SR. ARNALDO BOTREL – Prezado Presidente Clésio Andrade, sindicalista, produtor rural, cafeicultor, entendedor de café, que sei, em suas propriedades no sul de Minas; Manoel Bertone, do Ministério da Agricultura; gostaria de ressaltar o trabalho que tem sido feito com transparência, ética e competência, principalmente ressaltando a última atuação do Ministério da Agricultura por ocasião da eleição da OIC, um trabalho que foi extremamente competente e nós trouxemos para o Brasil o posto mais alto que é a presidência da OIC – publicamente, gostaria de parabenizar você e o Robélio que está lá nos representando.

Prezado Diego Andrade, amigo e companheiro, jovem Deputado, que logo na primeira legislatura, já levantou uma bandeira e está de posse dessa bandeira tão importante, que é a cafeicultura.

Deputados Paulo Piau e Odair Cunha, Senadores Perrella e Moka, Senadora, demais companheiros, presidentes de cooperativa e sindicatos, parece que é uma coisa antagônica, mas, na semana passada, propositalmente, estive visitando dois países: Cuba e Panamá. E, como todos sabem como é a sobrevida no socialismo, principalmente falando de Cuba, e no Panamá as diferenças comparando com o Brasil também. Eu queria dizer resumidamente o seguinte: o Código Florestal de 1962 é arcaico sem nenhuma condição de ser cumprido, nem lá em Cuba ele poderia ser aplicado, um país fechado onde o socialismo empobrece o povo. Nem lá em Cuba poderia ser.

Agora o novo Código Florestal, que foi ampla e democraticamente debatido pelos Deputados Federais, em especial por aqueles que ficaram à frente da Comissão, como o Deputado Paulo Piau, teve mais de cem audiências públicas em todo o País, audiência até em cima de barco, para trazer para a Câmara dos Deputados exatamente a transparência e expressar o que os dois lados, ambiental e o da produção, pudessem expressar. Sem dúvida nenhuma, o Deputado Aldo Rebelo, com todos os Deputados que votaram a favor, foram extremamente felizes ao trazer esse relatório, que está agora está nas mãos de V. Ex^{as}, Senadores.

O Deputado Paulo Piau e os demais que estão aqui são testemunhas de que acompanhei, com dificuldade, todos os impasses que ocorreram na Câmara dos Deputados. Muitos deles, entraram madrugada adentro. Acompanhei todos. Que nós não deixemos isso acontecer aqui no Senado. Sejam objetivos, sejam coerentes com o que já foi feito. Não que o debate não possa acontecer, mas é preciso que seja rápido, porque, enquanto estamos aqui conversando, o que é muito importante, lá, em Minas Gerais e em muitos outros lugares do Brasil, promotores e promotoras estão “canetando”, estão multando, autuando produtores e produtoras de café e de outras atividades, porque estão baseando-se, não esperam nem o novo Código Florestal, no arcaico Código de 1962. Pior do que autuar e multar: estão obrigando, induzindo produtores e produtoras a fazer termo de ajuste de conduta (TAC) e, não podendo cumprir, eles estão recebendo ordem de prisão e *sursis*. Produtores de 70, 80, 90 anos de idade, como está acontecendo em Pará de Minas, São Gonçalo do Sapucaí; estão sendo condenados, estando em *sursis*.

Agora vou usar com toda a liberdade o Senador Perrella. O senhor sabe que somos criador do mangal-larga marchador. Eu vou falar o que é a reserva legal. É como se eu tivesse ido lá em sua fazenda, em sua propriedade – e já tive o prazer de ser recebido lá – e montasse em uma das suas éguas, dos seus cavalos e saísse naquela boa marcha. E, na hora que eu voltasse, eu ficasse em cima dele e o senhor me perguntasse: “Mas, Arnaldo, você não vai descer?”. “Não, eu não vou descer.” “Mas por quê?” “Porque 20% desse cavalo agora é meu.” Sabe o que é isso? Isso é confisco. Isso acontece só em Cuba. Então esse debate que precisa acontecer no Senado sobre a reserva legal é com relação a reembolso, a remunerar os produtores que são produtores de água e não os mais consumidores de água; são os menores poluidores e maiores contribuidores da água.

Queria finalizar as minhas palavras pedindo ao Senado que o debate seja em cima de remuneração, em cima de quem produz água, em cima de quem vai ter que fazer reserva legal. Que se pague. Um produtor que teve uma propriedade comprada por seu pai ou seu avô, ainda mais que cumpriu a Constituição, registrou a propriedade, agora, por causa de um Código Florestal, vê 20% de sua propriedade sendo tomada. Isso não pode acontecer. Isso só aconteceu em Cuba, nem acontece mais, porque o Raúl Castro já está abrindo. Nós precisamos é de remuneração das nossas reservas legais e também da produção de água.

Muito obrigado por ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Clésio Andrade. PR – MG) – ...oradores, que é o Deputado Diego Andrade, Deputado César Colnago e o Eduardo Damião. São esses os oradores. Eu perguntaria ao Senador Jorge Viana se quer ter precedência. (*Pausa.*)

Então vamos ouvir o Deputado César Colnago.

O SR. ZEZÉ PERRELLA (Bloco/PDT – MG) (*Fora do microfone.*) – Quero me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Clésio Andrade. PR – MG) – Na sequência, a hora que entrar o debate, já faço a inscrição.

O SR. CÉSAR COLNAGO (PSDB – ES) – Senador Clésio Andrade, que neste momento dirige os trabalhos desta audiência, eu queria cumprimentar todos os demais Senadores, o Presidente da nossa Frente Cooperativista, Senador Moka, o Senador Jorge Viana, todos os Senadores aqui presentes, Deputados, nosso Presidente Diego, todas as cooperativas e sindicatos. Só quero dar uma contribuição rápida e parabenizar pelo trabalho.

Nós, lá no Espírito Santo – sou Deputado pelo Espírito Santo, Ana Rita estava aqui e teve que ir à Comissão de Educação, se não me engano foi o que ela me falou –, dos 78 Municípios, só a capital não produz café. Mesmo a Grande Vitória, Serra, Vila Velha, com uma pequena área rural do Chury, tem café. Setenta e sete tem café. Nós temos uma partilha da propriedade e a questão fundiária talvez igualável a Santa Catarina.

Quarenta e oito por cento tem até dez hectares. Ou seja, 50% do nosso Estado correspondem talvez à realidade da menor propriedade apresentada aqui, das duas menores aqui, sendo que, quando a gente inclui de dez a cem, a gente coloca aí 80 mil proprietários rurais, representando 94% do Estado.

A cafeicultura tem para nós uma importância...! Nós somos 0,5% do território nacional, mas somos o segundo produtor de café do Brasil, o primeiro produtor de conilon. Este ano iremos produzir quase 12 milhões de saca de café. Isso tem para nós uma importância... O Espírito Santo, que tem apenas 3,5 milhões de habitantes, tem ligado à cafeicultura 400 mil pessoas; diretamente. Temos, com certeza, uma área de pequena propriedade rural, 82% são propriedades em que o *modus* de operação e de trabalho é de agricultura familiar. Temos uma partilha do solo muito interessante e, evidentemente, o café tem uma importância muito grande e ocupou muito dessas áreas que o Código de 1965 não permitia. Temos uma situação, não só na área do café, mas na área serrana, que é produtora de hortifrutigranjeiro: muitos proprietários com um, dois, três hectares.

Então, acho que discutir o Código à luz da importância da sustentabilidade, à luz da importância da

água, da terra, com as inovações tecnológicas e possibilidades... Crescemos, nos últimos 15 anos, no Espírito Santo, em 215% a produtividade do café, a produção de café, aumentando apenas 11% de novas áreas. Ou seja, nós estamos produzindo hoje, principalmente na área do conilon, muitas propriedades com 100 sacas, 120 sacas por hectare; até 150 sacas por hectare.

Para essa discussão que a Câmara já fez e está aqui no Senado, é importante a contribuição dos cafeicultores, como estamos vendo aqui, Diego, dentro de uma visão da importância que ela tem na geração de renda, na geração de ocupação do trabalho de pequenos produtores. Evidentemente que o Código anterior, que veio da Câmara, já contemplou muitas dessas situações. Eu acho que, aqui no Senado, pelo que estou percebendo, até por ser uma Casa em que se discute com mais profundidade um pouco o tema, é possível consolidar o que veio da Câmara e fazer pequenos ajustes, no sentido de buscar a perpetuação... Temos aí a cafeicultura como elemento importante de pauta de exportação, de geração de trabalho, de renda, de tributos, ao mesmo tempo, evidentemente, buscando equilibrar as questões pertinentes à propriedade rural, no sentido de que aquelas pequenas, com certeza, são as mais prejudicadas.

Nós temos institutos lá, Senador Clésio, é o caso do Cedagro, que compõem-se de empresas privadas e de setor público. Existe um estudo feito há mais de quatro anos pelo engenheiro Gilmar Dadalto, do Incaper, que mostra muito a realidade da aplicação das nossas propriedades de cafeicultura, e não só da cafeicultura, mas principalmente dela, por tratar-se do principal produto da nossa pauta de produção agrícola, e a incompatibilidade do atual Código com a realidade.

Eu acho que a busca da alteração está finalmente chegando. Que a gente consiga produzir aqui o melhor para o País, mas preservando principalmente a renda, o emprego e essa cultura tão tradicional, tão importante para o Brasil. Tenho absoluta segurança de que o Senado fará a melhor discussão nas Comissões que estão aqui, de Meio Ambiente e de Agricultura, para que possamos consolidar um código mais próximo da nossa realidade.

Quando Aldo estava conversando conosco, ele fez uma discussão especificamente com a bancada do meu Partido. Eu dizia para ele que não era fácil colocar no papel um país gigante, de um tamanho de um continente, com biomas de formas tão diferenciadas. Que o ideal era que tivéssemos, na verdade, uma análise, tanto por parte do produtor como por parte dos órgãos de Estado, caso a caso: tipo de solo, tipo de encosta, tipo de comportamento ideológico.

Essas coisas todas influenciam. Como nós temos que ter uma regra geral, é muito difícil compatibilizar tudo. Por isso que essa discussão é tão intensa, tão apaixonada, porque não é fácil. Se ela fosse tocada, caso a caso, com o produtor e com os técnicos, vendo-se o que é melhor para a produção, seria o ideal, mas a gente tem que estabelecer uma regra geral para o País como um todo. Por isso não é simples. Mas tenho certeza de que o que vai surgir do Senado e o que vem da Câmara avança e muito. E nós precisamos garantir essas conquistas, discutidas até agora.

Muito obrigado.

Parabéns ao Senador e ao Deputado Diego, que tão bem tem conduzido nossa Frente Parlamentar em Defesa da Cafeicultura.

O SR. PRESIDENTE (Clésio Andrade. PR – MG) – Agradeço as suas palavras.

Temos ainda três expositores: Diego Andrade, Eduardo Andrade e Eduardo Damião. Em seguida, começaremos os inscritos, que já estão registrados aqui.

Gostaria também de registrar a presença da nossa Prefeita de Três Pontas, Luciana Mendonça, que costuma falar inclusive que Três Pontas é a maior produção *per capita* de café do mundo, não é, Luciana? Que não tem uma área de Três Pontas que não tenha produção de café, viu, Senador?

Quero registrar a presença do Senador Zezé Perrella, que é um dos inscritos, logo após o final dos nossos expositores.

Deputado Diego Andrade.

O SR. DIEGO ANDRADE (PR – MG) – Senador Clésio Andrade, em seu nome queria cumprimentar todos os Senadores; Senador Moka, que está aqui presente; Senador Blairo, que já esteve presente; Acir Gurgacz; enfim, todos os Senadores que estão se debruçando, que convivem com essa realidade, que sabem as dificuldades dos produtores, o receio que eles estão de, de repente, aprovar-se alguma coisa que os coloque em pior situação do que estão.

Nós temos que buscar realmente um consenso. Sobre esse tema, eu posso falar com alguma propriedade, porque, além de cafeicultor, de trabalharmos na Frente Parlamentar em Defesa da Cafeicultura, de ter uma votação ampla na região cafeeira, dirigi a Companhia de Saneamento de Minas Gerais, que é uma companhia extremamente premiada com a questão da água. Acho que a gente pondera muito bem a questão do meio ambiente com a questão da produção.

Eu queria parabenizar o Aldo e, em nome dele, cumprimentar todos os Deputados que estão trabalhando junto com a gente na Frente Parlamentar – porque os resultados que a gente tem alcançado são graças ao trabalho em conjunto –: o César, o Paulo Piau, o

Odair Cunha. Por meio desses três, e não quero deixar nenhum de fora, quero cumprimentar a todos. O importante é isto: esta união.

Muito obrigado, Senador, por ter marcado prontamente... A sugestão desta audiência pública surgiu de uma reunião de cafeicultores no sul de Minas, uma reunião muito grande que aconteceu na Cooxupé. Quero fazer um pedido: se você puder encaminhar essa apresentação a todos os Senadores, àqueles que não tiveram a oportunidade de ter o conhecimento dessa ilustração prática de como está com o Código anterior e como vai ficar com o projeto do Aldo... O Aldo rodou o Brasil inteiro, ele não tem raiz como produtor rural. Isso que impressiona, porque foi uma pessoa que teve sensibilidade de achar um relatório... É muito fácil a gente morar em um apartamento na capital e colocar a questão de forma a marginalizar o produtor rural.

Outro dia, encontrei um jovem que me perguntou: “Poxa, você está contra o Código Florestal, né? Minha professora, na escola...” Eu falei: vem cá, que eu vou te explicar. E expliquei para ele que o Código atual, que foi aprovado na Câmara, não autoriza a cortar... O que está sendo colocado por muitos da sociedade é que estamos aprovando para cortar árvore, para desmatar, e não é nada disso. É para colocar de forma regular os produtores que tanto trabalham pelo Brasil. É o agronegócio brasileiro que tem sustentado a balança comercial. No sul de Minas Gerais, especialmente, quando o café está em uma condição adequada, a gente sabe que é prosperidade para a região toda. Movimenta a economia, movimenta o comércio. É claro que a gente tem que trabalhar todas as políticas, mas sem esquecer da cafeicultura.

Obrigado a todos. Em nome do João Abrão, cumprimento todos do Governo que tem ajudado, Manoel Bertoni; em nome do Breno, que tem excelente conhecimento técnico, que tem apoiado muito a Frente Parlamentar, através da CNA, para que a gente tenha sempre esse discernimento, cumprimento todas as classes aqui presentes, os presidentes de cooperativas, o Francisco, meu conterrâneo. Cumprimento, em nome dele, todas as cooperativas aqui presentes. Muito obrigado. Vamos continuar nessa mobilização. Tenho certeza de que se todos os Senadores que estiverem aqui, homens de bens, puderem ter conhecimento claro do que é o Código Florestal, do que foi o trabalho do Aldo, eles vão votar com consciência, vão priorizar essa votação e vão votar um texto que protege o meio ambiente, mas garante segurança para o produtor. Muito obrigado a todos vocês.

São as palavras que eu queria deixar aqui. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Clésio Andrade. PR – MG)

– Eu convidaria nosso Senador Waldemir Moka, Vice-Presidente da Comissão, para assumir a presidência. Eu ficaria mais confortável ajudando. Com certeza, sua presença aqui fortaleceria a nossa posição.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS)

– Ao contrário. Eu acho que estou aqui exatamente... Quem tem que presidir é um Senador de Minas Gerais. Temos aqui o Perrella e V. Ex^a. Eu acho que é por aí, viu? Se cada Estado garantir os três votos de Senadores, vai ser tranquilo.

O debate está sendo muito equilibrado. Quero chamar a atenção para o fato de que aqui, no Senado, estamos tendo uma discussão muito importante. Lamentavelmente, o Senador Jorge Viana, que é o Relator da Comissão de Meio Ambiente não pôde vir. É uma situação não só de Minas Gerais, mas que trata bem...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu estava ouvindo lá...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS)

– V. Ex^a estava ouvindo? Então V. Ex^a percebeu: são pequenas propriedades... Aí a gente vê a defesa da isenção quando se trata de ...(*inaudível*)... O que aconteceria se essa legislação não existisse? São essas questões que estamos trabalhando aqui. Mas eu acho que o clima é de tranquilidade, e o importante é garantir que ainda este ano a gente consiga votar o Código Florestal. Acho que isso é fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Clésio Andrade. PR – MG)

– Seria importante, então, Senador, que o Senador Zezé Perrella, o senhor e o Senador Jorge Viana pudessem vir para a Mesa para reforçar esse quadro, participar conosco.

Dando sequência aos expositores, damos a palavra ao Dr. Eduardo Trevisan.

O SR. EDUARDO TREVISAN – Primeiro de tudo, quero dizer que é um honra, para mim, estar aqui hoje representando Imaflora. Agradeço o Presidente e todos os Senadores, Senador Rodrigo, Senador Clésio, o Deputado Diego Andrade, o Dr. Manoel Bertone, os presidentes de cooperativas que estão aqui e algumas cooperativas que são inclusive parceiras das nossas atividades.

Bom, sou engenheiro agrônomo, filho e neto de produtor, meus bisavós inclusive vieram para o Brasil para colher café em fazendas, eram imigrantes italianos; depois meu avô também foi produtor, minha mãe também, por isso que acabei fazendo agronomia. Eu gosto muito dessa área.

Vou falar rapidamente de Imaflora, café sustentável e certificação, cases sobre certificação e adequação ambiental e considerações sobre o Código Florestal

atual. Quero tentar fazer uma análise bem independente, afinal o nosso trabalho na área de certificação é bem focado nessa questão de dependência.

A nossa missão é incentivar mudanças nos setores florestal e agrícola visando à conservação, ao uso sustentável de recursos naturais e à promoção de benefícios sociais. Atuamos com café na área de treinamentos técnicos para cooperativas, agrônomos, técnicos agrícolas, em boas práticas de produção, conexão com mercados diferenciados, certificação. Atuamos com as principais cooperativas, as associações de café no Brasil, a Cooxupé tem sido uma grande parceira do milagre do nosso trabalho, entre outras. Em Três Pontas, como alguns falaram, temos alguns produtores certificados na região.

Bom, o que é certificação? Só para deixar claro, embora o Dr. Manoel tenha falado um pouco sobre certificação, quero tentar explicar para quem não sabe que ela é uma ferramenta que serve para enviar aos consumidores, aquelas pessoas que muitas vezes não sabem o que é um pé de café, que uma vaca produz leite, passar essa mensagem de como aquele produto – no nosso caso, o café – foi produzido.

O caso específico com o qual a gente trabalha é passar a mensagem para o consumidor, para que aquele produtor respeite os recursos naturais. As pessoas estão trabalhando lá na fazenda dele, na propriedade dele.

Hoje, o Imaflora certifica mais de três milhões de hectares em florestas plantadas, em florestas naturais, e na área de agricultura são mais 200 mil hectares certificados: café, cacau, cana, laranja, chá, entre outras coisas.

Pode passar, por favor.

Bom, e o Brasil, também como aqui o Dr. Manoel disse, é o maior produtor do mundo de cafés sustentáveis. Então, ele já é reconhecido; ele é muito maior do que o Panamá, muito maior do que Cuba, muito maior do que muitos países, não só em café como em dimensão, e aí a gente todo esse debate sobre o Código Florestal. Talvez, se a gente estivesse na Costa Rica ou no Panamá seria muito mais simples, porque a gente tem praticamente um bioma só, uma realidade só. Praticamente todo mundo é pequeno produtor. Mas, aqui, no Brasil, não. Nós temos grandes, médios, gigantes, micros e toda a realidade. A gente recebe muita gente de fora, e o pessoal fala: “No Brasil só há grandes produtores de café, de mil hectares”. Eu falo: “Não, a realidade é diferente. A maioria é de pequenos, e existem realmente os grandes”.

Também para informação, hoje existem 150 mil hectares em cafezais certificados no Brasil; 7 mil produtores familiares também já certificados, principalmente

por um sistema que se chama comércio justo, e 1,5 milhão de sacas certificadas vendidas, exportadas por ano. Esse foi o dado de 2010.

Pode passar, por favor.

E o que significa ter cafés sustentáveis? Os produtores que são considerados sustentáveis, o que eles fazem?

Eles são comprometidos com algumas questões, comprometidos com a conservação dos recursos naturais existentes e composição, quando necessário. A gente fala de vegetação nativa, cerrados, pastos naturais, florestas, caatinga, entre outras coisas, conservação da água, do solo e também dos resíduos; não geração dos resíduos ou tratamentos dos resíduos gerados. A gente também fala de respeito aos direitos básicos de saúde e segurança dos trabalhadores, que é outro tema fundamental, acesso à água, alojamento digno, alimentação, equipamentos seguros e treinamento, redução e uso correto de agroquímicos e gestão.

Então, o Brasil, hoje, tem liderança nessa área. Por todas as dificuldades geradas pela legislação ambiental e pela legislação social, o Brasil, sim, tem se esforçado muito, principalmente os produtores do Brasil. Vocês que estão aqui, representando, têm se esforçado muito, têm tido liderança nessa área.

No papel e celulose, já são mais de três milhões de hectares certificados no Brasil. Mais de 50% do setor de papel e celulose do Brasil já são certificados, com grandes áreas no Espírito Santo, no Paraná e no Norte. Laranja também. Cutrale e alguns grupos da Votorantim já têm fazendas certificadas também e algumas usinas de etanol.

E vou chegar aqui no nosso tema do café no sul de Minas. Vocês podem ficar tranquilos. Daqui a pouco vou falar.

Pode passar, por favor.

Bom, o Código Florestal atual sobre o qual estou falando é o antigo, é o de 1965. Ele não tem sido um obstáculo para a certificação de tudo isso que falei – vou explicar –, embora a gente acredite que possa ser aperfeiçoado para a cafeicultura de montanha.

Na nossa análise, a cafeicultura de montanha – e aí entende-se Zona da Mata, norte de Minas, sul de Minas, Espírito Santo e essa região de produtores pequenos, agricultores familiares; e aí, quando a gente fala de agricultor familiar, agente pensa naquele produtor que tem até 20, 30 hectares. Alguns até de 50, em algumas regiões, mas aquele que toca a fazenda com a família, principalmente a família, e que tem alguns trabalhadores temporários na época da colheita. Isso que é agricultura familiar. Para esses, sim, a questão é um desafio. Mas, realmente, para as fazendas maiores de café – a gente tem alguns exemplos –, não tem sido

um desafio tão grande para se cumprir com o Código, inclusive no sul de Minas.

Tenho alguns exemplos aqui.

Agora que aprendi com nosso amigo Éder que não é bom a gente colocar a fonte. Acabei colocando, mas foi bom que aprendi.

Nós temos aqui, em Conceição do Rio Verde, uma fazenda muito interessante. Vocês podem ver que ele tem o café. Inclusive isso aqui é morro abaixo. Isso não é nem recomendado pelos agrônomos. Mas essa foto foi tirada em agosto do ano passado, e vejam que está bem conservada. É uma área que pode ser de topo de morro. É difícil avaliar se é 30%, 25%, 40% de declividade, mas vejam que está bem conservada. E ela tem as APPs aqui também conservadas, porque a dona da fazenda fala que café perto da água também não é bom para o café, porque o café muito perto da água perde qualidade. Ele não está acostumado. Existe alagamento. Não me bom.

Então, aqui, a gente vê um caso. Essa fazenda é certificada. Mesmo contendo essas questões aqui.

Pode passar.

Aqui, um outro caso extremo, porque é uma fazenda gigantesca de mais de 3 mil hectares de café. Aqui, a represa, que existe lá em Alfenas. O café não chega, realmente, muito perto; ele respeita a legislação. Mas são casos interessantes. Uma fazenda já adequada.

Bom, sobre o Código Florestal. Soluções que os produtores têm encontrado: Reserva Legal em área vizinhas ou em áreas não aptas para cafeicultura; parcerias com universidades e centros de pesquisa na criação de planos de recomposição de APP e Reserva Legal e familiares, averbação conjunta de APP e Reserva Legal.

Tudo isso vai ser aplicável tanto nesse modelo que está sendo proposto quanto no modelo que está em vigor, que está sendo feito. Os produtores familiares, muitas vezes, têm muita dificuldade em averbar a área. Por quê? Não têm recursos, dinheiro para averbar em cartório ou para fazer o georreferenciamento. Isso é bem complicado. Talvez o trabalho que a Cooxupé está fazendo de fazer o georreferenciamento das fazendas seja um serviço principalmente para os pequenos.

Pode passar, por favor.

E outros desafios dos produtores de café na área ambiental, focado no sul de Minas. Então, Reserva Legal e APP, acesso a tecnologias adequadas para recomposição florestal e georreferenciamento.

Há muitos produtores – alguns casos já foram mostrados aqui – que têm áreas que realmente não são aptas para a cafeicultura. Eles têm interesse em recompor, mas, hoje, a tecnologia é difícil, é pouco acessível. Por quê? Um dos motivos: disponibilidade

de água para irrigação. Hoje, a gente tem um desafio grande, que é essa questão de disponibilidade de água para a produção de café no Brasil. O que tem acontecido? As alterações climáticas; as chuvas têm mudado muito seu regime de chuva. Então, passam às vezes épocas, veranicos grandes. A gente está vendo várias fazendas no sul de Minas, em Três Pontas, por exemplo – eu reconheço algumas –, em que, passados 30, 50 anos sem irrigação, agora os produtores estão irrigando, porque tem sentido essa necessidade. E aí a gente entra naquela questão: realmente, em um certo momento, a gente precisa priorizar as áreas de produção de café, porque são importantes, fundamentais para a sobrevivência do produtor, e, por outro lado, a gente também precisa conservar as fontes de água.

Outro fato importante é que o Brasil compete no mercado global, e muitos ainda têm a visão de que a cefeicultura no Brasil ainda não é tão sustentável quanto na América Central. Dizem que aqui, pelo fato de o café ser em pleno sol, ele não é tão bom, ou não é tão amigo da natureza. Então, compete a todos nós mostrar que isso realmente não é verdade.

E, aqui, só para finalizar e mostrar ainda mais que o mundo quer esse café do Brasil, ele quer o café sustentável, o café certificado, o café que tenha uma mensagem. O McDonald's é, talvez, hoje, um dos maiores compradores. Quase todo o café do McDonald's, praticamente, vem do Brasil. Não era assim antes. Há cinco anos, não era assim. E eles lançaram numa revista europeia que, desde que introduzimos o café certificado, estamos vendendo 10 milhões a mais de xícaras de café, se compararmos com o ano passado. Isso foi em 2009 – eles colocaram 2008, e o café certificado já está em 2009.

Quero agradecer a oportunidade e dizer que estamos aqui à disposição para qualquer esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Agradecemos ao Eduardo Trevisan pela belíssima explanação e convidamos o próximo orador, o Sr. Eduardo Damião.

O SR. EDUARDO DAMIÃO – Muito obrigado, Senador Zeze Perrella; Deputado Diego Andrade, Srs. Senadores e Deputados aqui presentes, em nome da Abic, Associação Brasileira da Indústria de Café, digo que serei breve para que possamos passar aos debates; e também serei breve porque acho que os principais pontos com os quais a Abic está alinhada foram colocados pelos expositores que me precederam, em particular a CNA e os companheiros da Cooxupé.

Acho que o ponto relevante com o qual o Senador Rodrigo Rollemberg deu início a esta sessão se refere ao fato de que se deve eliminar – e acho que o debate que tem havido em torno do Código Florestal

beneficia isto – esse falso paradoxo que se criou no Brasil entre preservação e produção. Isso é um falso paradoxo, e, nesse sentido, parece à Abic que o Código Florestal, da forma em que vem aprovado da Câmara dos Deputados, tem esse grande mérito, que é anunciar ou apontar para um caminho de ser um Código de desenvolvimento sustentável, que compactua, que coordena preservação com preocupações da produção.

Nós ouvimos aqui vários relatos sobre questões ou desconfortos com relação à legislação ambiental. Estávamos falando aqui da indústria do café, estamos falando da indústria do café, estamos falando do Código Florestal, mas os problemas que foram aqui colocados se aplicam às demais culturas agrícolas e se aplicam também, na nossa opinião, à aplicação em geral da legislação ambiental no Brasil.

Tenho o defeito de ser advogado de formação e de vir atuando em algumas questões ambientais. E o que se percebe – e me parece que o Código tem este grande mérito – é que ele leva em conta dois princípios que são fundamentais, se se quiser ter uma legislação ambiental eficaz: ele precisa ser pragmático, ele precisa ser proporcional e ele precisa ser razoável. Sem essas três variáveis, sem a observação de um pragmatismo, de uma razoabilidade na sua aplicação e na proporcionalidade das obrigações que são criadas, o Código tende a virar aquilo que o Código de 1965 virou: uma legislação ambiental que teve na sua origem um caráter pioneiro, mas que ignorou a realidade da produção agrícola nacional e colocou – uso até uma palavra um pouco forte – na clandestinidade uma série de produtores. E é isso que o Código que vem sendo debatido e que vem para o Senado da República, após ter sido aprovado de forma bastante impressionante, com mais de 400 Deputados na Câmara dos Deputados, vem trazer. Acho que ele vem trazer isso, e deixará como legado desse debate na Câmara e do que vier a ser feito aqui no Senado um legado muito importante com relação ao fim desse paradoxo e a uma coordenação melhor entre os princípios da preservação que, outra vez, toda a indústria, e, tenho certeza, todos aqui presentes concordam com sua importância, mas sem perder de vista os exemplos que nós vimos aqui, a situação principalmente dessa cultura que foi colocada aqui, que chega ao Brasil no séc. XVIII, em Belém, pelo Sr. Francisco Palheta – há até uma marca de café com o nome do Sr. Palheta, que foi quem introduziu o café no séc. XVIII no Brasil.

E dos pontos que foram aqui colocados muito bem pelo nosso colega da Cooxupé, acho que há duas questões que ficam aqui como um pedido ao Senado: a primeira é que, de fato, observem-se as dificuldades que houve na Câmara, na discussão, e que se saiba

que é possível que os produtores tenham outros pleitos e que gostariam de ter outras mudanças no Código. É possível que o setor ambiental, quem busca maior preservação também queira. Existe uma frase que se usa comumente de que o ótimo é inimigo do bom, e me parece que nós estamos, outra vez, com esse Código, atingindo diversos objetivos.

Então, a manutenção dos princípios que foram aprovados no Código tal qual ele vem da Câmara dos Deputados parece para nós, da Abic, muito importante. E, pelo que ele vem a trazer, que ele seja aprovado com rapidez. O tempo aqui vem trazer aquilo que a legislação precisa conferir aos cidadãos em geral, à comunidade em geral, que é segurança.

Digo aos senhores, na qualidade de advogado que acaba militando em algumas questões, como é difícil você encontrar um cliente numa situação em que é praticamente impraticável, é impossível cumprir aquilo que está ali colocado. E há dificuldade, às vezes, de haver esse diálogo, quando a legislação vem contemplar isso. Acho que nós já temos no Brasil uma evolução que vem nessa área ambiental, com recente aprovação também da Política Nacional de Resíduos Sólidos, que também teve essa característica. Isso é muito importante.

Acredito que para a indústria, Srs. Senadores, Srs. Deputados, demais colegas aqui presentes, há três pontos que são importantes, que foram aqui colocados, que gostaríamos apenas de repisar.

Acho importantíssima a conquista que está no art. 8º do projeto do Código Florestal, que é a questão das áreas rurais consolidadas, que é contemplar; alguém aqui disse muito bem, tem sido utilizada esta expressão: como se se quisesse devastar, como se se quisesse autorização para desmatar. Não é isso. O que se quer é o reconhecimento daquilo que já é uma prática estabelecida há muitas décadas, inclusive muito antes da aprovação do Código Florestal de 1965.

Em segundo lugar, a questão de um olhar específico para os módulos rurais de pequeno porte. Viu-se aqui a realidade dessa indústria do café, mas, outra vez, não se busca aqui apenas um particularismo da indústria do café. Como eu já tive oportunidade de mencionar, parece que isso se aplica a diversos produtores. Acho que a questão da possibilidade de se ter um tratamento específico, um tratamento particular que leve em conta as características dos pequenos módulos, me parece, também, uma conquista muito importante.

Em terceiro lugar, a própria natureza dessa legislação deixa aos Estados uma parte importante, depois, na implementação. Acho que os Estados que estão próximos a cada indústria, a cada cultivo, a cada lavoura terão a sensibilidade de interpretar e aplicar

aquilo que vem muito bem estabelecido no projeto do Código Florestal de modo a poder atender esses objetivos, que acho serem os objetivos de todos, que é consolidar o País como um grande produtor que é e, de longe, o maior exportador de café do mundo, grande produtor e também a produção agrícola do Brasil em geral.

Portanto, apoiamos e pedimos ao Senado que, obviamente, dentro das avaliações que precisam ser feitas, que esses debates, que as contribuições de quem nasceu dentro das lavouras, de quem vem pensando essas questões, dos debates aqui trazidos, possam ser compartilhados com os demais membros desta Casa, para que possa outra atingir o objetivo de, rapidamente, ser um novo Código Florestal que tire a insegurança que hoje paira sobre diversos produtores.

Agradeço, Senador, pelo uso da palavra e ficamos à disposição aqui, pela ABIC, para participar dos debates. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Perrella. Bloco/PDT - MG) – Nós que agradecemos, Dr. Eduardo, pela contribuição à Comissão.

Eu passo a palavra ao Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT - AC) – Obrigada, Sr. Presidente. Eu queria cumprimentar os colegas deputados que estão diretamente envolvidos com essa boa luta dos cafeicultores e dizer que o propósito nosso aqui no Senado... Ouvi uma parte da audiência no meu gabinete, porque não consegui chegar no horário marcado, e uma outra parte aqui... Eu não sei, mas tem horas que é até bom que a gente se encontre para poder atualizar a condução de um tema tão complexo, como é o do Código Florestal, com pessoas que têm um compromisso de vida, produzindo ou nas organizações dos produtores, ou mesmo na militância política dessa causa, que chamo de causa porque a cultura cafeeira se confunde com a própria história recente do Brasil. Recente que eu falo é 300 anos, não é qualquer coisa; e está diretamente ligada com o setor produtivo no Brasil e de tal maneira tem que ser tratada aqui no Senado, e eu penso que está sendo tratada assim. Uma parte do problema foi conduzida na Câmara. Eu queria tranquilizar inclusive alguns que legitimamente aproveitam e também colocam as suas convicções sobre questões importantes do Brasil, e isso é parte do processo democrático. Mas eu queria tranquilizar a todos, dizendo que, primeiro, o ambiente do debate aqui no Senado é um ambiente de ouvir, de consulta, de considerar e até mesmo de tratar as questões, que são distintas, de maneira diferente.

Se os senhores ainda não têm conhecimento, eu queria dizer que, graças à compreensão do Senador Luiz Henrique, eu particularmente apresentei uma

proposição de mudar a estrutura do projeto votado na Câmara, porque não sei no afã de encontrar uma solução para o problema real que existe, às vezes a gente não encontra melhor formulação. E parece que está solucionado o problema, mas, na primeira oportunidade, ele vai parar nos tribunais.

O Congresso brasileiro está vivendo, hoje, muito isso: acaba de aprovar uma lei e depois temos que depender da interpretação do Judiciário. O Brasil está entrando nesse caminho, que é muito perigoso, muito ruim, porque não há nada pior para quem quer segurança jurídica do que a judicialização dos problemas. Primeiro que não tem fim, só tem começo; segundo que é luta desigual, depende de quem tem uma boa banca de advogados, de quem tem até uma boa interlocução em alguns casos com determinados setores.

Então, aqui no Senado, nós estamos mudando a estrutura do texto, o Senador Luiz Henrique já incorporou; não foi votado ainda na próxima Comissão, mas já estamos trabalhando com ele. Sugiro, inclusive, às organizações que estão aqui, que a gente possa passar essa nova estrutura de texto, e estamos fazendo uma coisa que, eu penso e sei que o meu querido companheiro Eduardo, que preside uma das comissões, também, certamente, pensa assim, é no sentido de tratarmos os problemas o mais perto da realidade que eles vivem. Por exemplo: não tem como tratar o problema de quem planta café – e aí foi colocado pelo Eduardo – em montanha, em morro, que tem uma tradição secular, não posso tratar isso sem considerar que isso é parte de uma cultura, de uma tradição de regiões do País e da história de um povo.

E para tratar isso de maneira diferenciada dentro de um corpo de uma lei, nós vamos ter que separar o que são disposições transitórias de disposições permanentes. Transitórias para a gente pegar o que temos colocado como problema e encontrar uma solução para ela, diferenciando. Posso pegar uma posição mais extremada, porque o café uma cultura que ela também funciona como proteção de uma encosta. Mas eu podia pegar a cana, nos morros de Pernambuco, que também é plantada há séculos; e nós temos que encontrar uma solução. Não adianta querer misturar essa situação à cultura da maçã, da uva, do café e de outras atividades produtivas que nós temos com o regimento nacional.

Então, isso aqui no Senado está sendo considerado dessa maneira. Não precisa ninguém gastar a boa energia, a boa saúde, que nós graças a Deus temos, fazendo uma luta que já está superada. Boa parte do que ouvi aqui já está superado, porque estamos falando em produção, em um módulo fiscal, em dois módulos. Gente, isso já está solucionado, não tem por que fa-

zer esse enfrentamento, e muito menos ainda a gente não tem ambiente para pegar uma situação que está sendo tratada e solucionada para usar de argumento para outras situações que são completamente distintas; e por isso que a gente quer separar um pouco para não misturar.

Eu, com todo o respeito, V. S^a é advogado, o outro Dr. Eduardo, o que estava falando, mas se nós formos pegar no pé da letra, o primeiro Código Florestal é de 34, não estou me referindo aos cafeicultores anteriores ao primeiro Código – e eu já separei o problema – mas não pode generalizar uma fala dele quando diz que o Código botou as pessoas na ilegalidade. Calma!

Em 1965 – e eu sou da Amazônia – não tinha ocupação que pudesse ser problema no meu Estado. Em 65 tinha uma lei, tinha uma regra e o próprio governou estabeleceu assentamentos na Amazônia, rompendo com essa regra. Então, não foi o Código Florestal que colocou as pessoas na ilegalidade não; o Código já existia. E aí, para o Centro-Oeste vale a mesma coisa. E quem fez o primeiro Código Florestal, gente. Em 65 ainda não havia acontecido a reunião de Estocolmo, que começou a trabalhar a questão ambiental em 72. Em 65, o que nós tínhamos eram três agrônomos – pessoas que eram cientistas, trabalhavam nos institutos agrônômicos – e três juristas que foram chamados pelo governo e passaram três anos elaborando o Código Florestal. Foi feito por agrônomos porque estava havendo problemas na maneira como se estava fazendo a conversão dos biomas. E, sinceramente, os senhores conhecem bem as áreas produtivas, o sul de Minas, foi colocado aqui no Espírito Santo; a gente pode elencar aqui pelo menos umas dez regiões que são exemplos para o Brasil e para o mundo de aproveitamento do solo, de aproveitamento de uma encosta, de lidar com... Tanto é que está demorando séculos e os problemas são mínimos, mas os ganhos são muitos. Mas os senhores, se olharem um pouco para outras situações, nós vamos ver que na costa brasileira toda nós tivemos que fazer uma lei da Mata Atlântica, por conta do tipo de ocupação. Se você pegar de carro, de ônibus, pode pegar; os senhores conhecem bem; se sair do Rio de Janeiro para São Paulo, lugar de maior concentração, de densidade, os senhores vão ver a quantidade de áreas que, sinceramente, podem ser chamadas de tudo, menos de produtivas, que são um problema que existe. E a hora de encontrar uma solução, separando o joio do trigo pode ser agora, tem ambiente, tem necessidade, o mundo mudou.

Agora, para concluir, falando uma coisa, porque o Dr. Eduardo, do Imaflora, trouxe questões que são fundamentais. Essa bebida, o café, é parte do nosso

jeito de ser, da nossa cultura, do amanhecer do brasileiro, é parte nossa. Mas é uma bebida cada vez mais sofisticada diante do mundo. O mercado mundial, eu tenho tido o privilégio de fazer algumas viagens e comecei a observar o comércio solidário na Itália, por exemplo. A primeira vez que visitei foi no final dos anos 80, começo dos anos 90, e fui ao supermercado ver. Havia um box bem pequeno, mercado solidário. Aqueles eram consumidores que queriam saber de onde vinha a laranja, de onde vinha o café, e aí se criava um selo em que se garantia que não se está explorando o trabalho de crianças, que não está fazendo um trabalho escravo ou uma forma de se explorar as pessoas, o que é um direito do consumidor saber. E aí, ao voltar por três vezes, tive o privilégio de ver na mesma rede de supermercado que esse negócio virou uma parte importante da rede porque nós consumidores queremos saber o produto que entra em nossas casas. Eu quero saber, as minhas filhas querem saber, o meu vizinho quer saber. Então, nós queremos saber como foi produzido o produto que vamos consumir, a sua origem. Isso é mercado, esse é um padrão novo de consumo. Daí a importância da certificação. E o café brasileiro é um dos exemplos que está pegando essa veia de se poder se firmar no mundo através da certificação, com a origem. Isso é muito bom! É muito importante! Isso é uma vantagem! É um discurso importante inclusive para o Senado, para a Câmara poderem dizer: o pessoal está no caminho certo; estão fazendo aquilo que outros setores estão relutando ainda em fazer.

Então, estou colocando apenas mais um elemento de encontro nosso. Sinceramente, aqui o ambiente está distencionado, não tem ninguém querendo fazer um movimento de ir para lá; acho que boa parte dos problemas que os senhores estão trazendo, além de serem legítimos, já estão bem encaminhados para a solução.

Eu, como um dos relatores, posso afirmar isso, tanto pelo que tenho ouvido da parte do Governo da Presidenta Dilma, os Ministérios estão trabalhando conjuntamente – o Ministério da Agricultura, da Reforma Agrária, do Meio Ambiente –, procurando uma solução e nós estamos dialogando também com o Governo, porque o Governo é responsável por uma parte dessa solução. Estamos falando aqui e o Senador Eduardo Braga está trazendo para a Comissão dele um tema central, fundamental, que todos nós apoiamos, que é o de pagamento por serviços ambientais para aqueles que trabalharam, que protegeram...

Isso está colocado, vamos fazer, vamos incluir, agora, vamos encontrar isso num ponto de diálogo, de debate, como eu penso que estamos fazendo aqui hoje, sem um tensionamento; não é quem derrota

quem, quem ganha de quem, mas sim como nós podemos usar tudo o que temos acumulado de problemas para encontrar uma solução, para encontrar um entendimento.

Então, eu queria concluir, dizendo que tanto eu como o Senador Luiz Henrique tivemos o privilégio de passar em prefeituras, de passar em governos, de gerenciar conflitos importantes e acho que na parte que estou vendo hoje ser tratada aqui, dos cafeicultores, vocês estão longe de ser o maior desafio desse Código Florestal. Ao contrário, graças às contribuições que os senhores já trouxeram e também ao conhecimento acumulado na Câmara e aqui no Senado, não tenho medo de dizer que, certamente, pode não ser a ótima solução. Mas, de boa, não desce. Então, vamos encontrar uma boa solução sim e falo isso como alguém que vai considerar o que foi falado aqui prá que a gente possa encontrar uma boa solução, dar segurança para quem está produzindo. E não precisa, necessariamente, a gente desprezar que o Brasil cometeu muitos erros na hora de fazer a supressão de áreas. Foi estimulado por governos, não estou me desviando, mas temos que aproveitar para fazer uma concertação, usar bem áreas que têm aptidão para as culturas, fazer a conservação, fazer a compensação, sermos inovadores no mundo com os nossos projetos de estabelecer em cada propriedade reservas. Por que não? Isso é bom para a produção; produção dos mananciais de água, cuidados com as áreas de risco – aí, sim, áreas de risco são outra coisa –, separadas de encostas; tem que ver aquelas que são áreas de risco.

Então, dentro desse propósito, eu queria... Não estou querendo já dar um desfecho, mas quero passar o meu compromisso de, junto com o Senador Luiz Henrique e com os presidentes das comissões, dar a segurança que o setor precisa para seguir crescendo dentro do Brasil e fora dele.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Obrigado, Senador Jorge Viana.

Regimentalmente, teríamos já que encerrar as discussões, mas eu passo a palavra ao Deputado Odair Cunha e depois ao Deputado Paulo Piau. O Senador Eduardo Braga...

Com a palavra, então, o Deputado Odair.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu quero cumprimentar os nobres Senadores e Deputados aqui presentes, cumprimentar a todos os companheiros da cafeicultura, das cooperativas e dos sindicatos.

Eu creio que, a partir da fala do Senador Jorge Viana, temos um padrão de comportamento fixado. Eu creio que a discussão em torno do Código Florestal é uma oportunidade de o Brasil fazer um encontro

consigo mesmo, porque todos nós sabemos que se existe alguém que é interessado na preservação do meio ambiente e na qualidade do meio ambiente é o agricultor, porque é exatamente da terra, manejando a terra, manejando a água que ele retira o fruto do seu trabalho.

Então, é preciso, de uma vez por todas – e creio que esta é uma oportunidade que estamos tendo no Congresso Nacional –, de acabar com esse paradoxo ou com esse falso antagonismo que pode haver entre aqueles que defendem os interesses da agricultura e aqueles que defendem os interesses do meio ambiente, porque os interesses da agricultura estão intimamente ligados aos interesses ambientais, e isso, Senador Zezé Perrella, Senador Clésio Andrade, precisa ser reafirmado por nós, porque muitos que vivem na Avenida Paulista, no centro de São Paulo, não têm a mínima ideia do que dizem e não contribuem em nada com a preservação ambiental. Enfim, a questão ambiental está intimamente ligada à questão da agricultura, e creio que a gente precisa pisar e repisar esse tema.

A segunda questão que eu acho fundamental é o que tem sido muito discutido no direito ultimamente, que é o princípio da realidade. A realidade precisa ser um elemento de controle do poder discricionário do Estado. É isso que estamos falando também. Nós não podemos admitir uma lei que venha a ganhar vigência na nossa realidade e no nosso tempo que coloque a maioria das terras mineiras na ilegalidade. É disso que estamos falando. Se considerarmos o café do sul de Minas, então, acabou com o café. Vamos ter algumas áreas de café no sul de Minas. Mas, segundo os dados da Faemg, por exemplo – aproveitando a presença dos nossos dois Senadores de Minas Gerais –, inviabiliza-se a produção agrícola no nosso Estado. E nós sabemos a importância que o café tem na balança comercial do nosso Estado. Então, há também a questão econômica.

Ademais, há estudos claros do ponto de vista do café... Acho que não conseguimos resolver todos os problemas ao mesmo tempo, mas vamos falar do café. Há estudos que evidenciam os benefícios do café do ponto de vista ambiental, porque se trata de uma árvore. Isso precisa ser dito também. E, se não tivéssemos café em muitas dessas encostas, teríamos erosão. Assim, o café também cumpre um papel ambiental.

Segundo, o fato de ele estar introduzido na cultura alimentar. A Imaflora disse que é da cultura do mineiro. É da cultura do brasileiro. Em qualquer canto deste País, toma-se café, e a maioria do café que se toma é produzido exatamente na nossa região, no sul do Estado de Minas Gerais.

Outra questão que julgo importante sobre a qual precisamos ter clareza: na agenda da competitividade

do café brasileiro, a altitude em que o café é produzido conta muito. Sabemos que um dos fatores da boa imagem que o café da Colômbia tem é exatamente o fato de ser produzido em altitudes elevadas. Então, não podemos abrir mão desse patrimônio que construímos ao longo da nossa história. Espero, por fim...

Outro tema que eu queria levantar aqui também, oportunamente, até aproveitando os nossos Senadores de Minas Gerais, é o tema da APP no que diz respeito a hidrelétricas antigas. Nós vimos aqui imagens de Alfenas, poderíamos pegar imagens de Boa Esperança, de Três Pontas ou de outras cidades. No tocante ao empreendimento hidrelétrico novo, quando se desapropria para esse empreendimento, desapropria-se a área alagada mais a APP. Quanto a empreendimentos hidrelétricos antigos, onde as exigências ambientais estavam noutro patamar, a única exigência, por exemplo, que Furnas teve foi fazer a desapropriação da área alagada na cota máxima, que é 769; mas a área de APP, não. E há propriedades no sul de Minas Gerais em torno do reservatório de Furnas que, se ficar 30 metros ou 100 metros, dependendo do tamanho da propriedade... Quer dizer, sempre é muito, porque não há indenização. E o Ministério Público pressiona, ele multa o agricultor e multa Furnas.

Nós aprovamos uma emenda na Câmara dos Deputados que diz o seguinte: a APP no entorno de reservatórios, independentemente de quando foi feito, é de responsabilidade do empreendedor, não é do agricultor, porque muitas das propriedades, Senador Perrella, nem água tinham na sua terra. Foi a água que chegou ao longo dos anos, quando foi feito o reservatório. Então, estamos imputando ao agricultor uma responsabilidade que não é dele, porque quem ganha dinheiro vendendo energia elétrica é Furnas! Assim, é Furnas que tem que se responsabilizar. Mas, vejam, é uma questão de leilão. Nós vamos renovar, nos próximos anos, a concessão de Furnas e de outras tantas hidrelétricas antigas deste País. Se isso vai importar ônus... Ora, eu ganho dinheiro com empreendimento de hidrelétricas, e a responsabilidade de fazer APP, se o empreendimento é novo, é minha; por que, então, se o empreendimento for antigo, a responsabilidade não é minha, é do agricultor?

Dessa forma, esse é um tema que eu queria frisar aqui, e não queria misturar enquanto estivesse o Senador Jorge Viana, porque acho que temos de focar no café, mas esse tema tem muita incidência na nossa zona cafeeira ali no sul de Minas também.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Obrigado, Deputado Odair Cunha.

Com a palavra, o Deputado Paulo Piau.

O SR. PAULO PIAU (PMDB – MG) – Senador Zeze Perrella; Senador Clésio Andrade; nossos companheiros de Minas; Bertoni, representando nosso Mapa; Diego Andrade, nosso presidente da Frente Parlamentar da Cafeicultura, fazendo um belo trabalho, parabéns; Srs. Senadores, senhoras e senhores presentes, acho que muita coisa já se falou, e podemos eliminar sobretudo esse histórico, que eu queria reforçar um pouco, mas o Senador Jorge Viana já disse.

O que eu queria dizer é que, pela primeira vez na história deste País, essa parte ambiental – rural e urbana, porque quem pensa que o Código Florestal é apenas uma atividade rural engana-se, porque ele é uma atividade urbana também – está sendo discutida aqui, porque, de 1934 para cá, Senador Clésio, isso veio sendo feito a poucas mãos, nos gabinetes. Muitas leis estão passando apenas pelos gabinetes, sem uma discussão da sociedade ou deste Congresso Nacional. Então, só isso já justifica.

E, do ano 2000 para cá, 120 deputados e senadores propuseram alteração no Código Florestal. E, quando propomos algo aqui, é porque alguém pediu a nós, que representamos a sociedade. Então, é mais do que evidente a necessidade de se fazer isso.

Quero lembrar aqui a Lei 9.605, de 1998, a Lei dos Crimes Ambientais, que passou dez anos sem regulamentação. Nenhum Ministro do Meio Ambiente quis mexer nessa caixa de marimbondos. O Ministro Minc, lá do Rio de Janeiro, mais tranquilo, teve essa coragem, e causou-se toda essa confusão. O Decreto 6.514, de 2008, dez anos depois, foi alterado pela terceira vez – vence agora no dia 11 de dezembro, mais uma vez, e eu acho que esse é um prazo limite. Estou com a expectativa, com a confiança, Senador Clésio, de que o Senado fará esse dever de casa, e a Câmara, evidentemente, fará o seu dever também, para acelerar todo esse processo. É uma expectativa do Brasil inteiro, e tenho absoluta confiança nesse processo.

Eu queria chamar a atenção aqui para um ponto. O Secretário de Estado de Santa Catarina de Agricultura, num seminário que fizemos sobre inovação na agropecuária ontem lá na Câmara, citou quatro coisas que preocupam os produtores rurais, sobretudo os pequenos.

A primeira delas é o clima, porque clima não tem jeito; tem jeito assim: irrigação é uma alternativa, e o Brasil investe muito pouco nisso. Segunda: mercado, que tem jeito também, porque as cadeias têm que ser organizadas, e infelizmente muitas cadeias estão desorganizadas. Terceira: sucessão familiar – eu chamo a atenção dos Srs. Senadores para isto, Senador Zeze Perrella: ninguém mais está querendo ficar no campo brasileiro; isso não é falácia; isso é uma realidade; o jovem está indo fazer Direito, o jovem está indo fazer

Biologia, o jovem está indo fazer Engenharia, o jovem está indo fazer Medicina; o jovem não está querendo mais ficar no campo; a gente diz isso, e o pessoal pensa que é uma força de expressão; analisem, procurem, o Senado tem esse poder, tem assessorias; procurem os dados estatísticos, e verão que isso é uma realidade; hoje eles podem não estar fazendo falta, mas algum dia farão falta para nós; a nossa vantagem comparativa com os outros países é exatamente a presença do homem no campo, e estamos fazendo essa expulsão. Por último, uma coisa interessante que o Secretário de Estado de Santa Catarina coloca: conformidade legal. Ele usou uma expressão que achei interessante: falta de conformidade legal, quer dizer, lei ambiental ninguém tem segurança; lei trabalhista ninguém tem segurança; lei fiscal é um emaranhado, um cipoal, e isto, sim, conformidade legal é responsabilidade nossa do Congresso Nacional, Câmara e Senado.

Então, dizemos isso quando vemos aqui os produtores rurais se queixando. Eles têm completa razão. Hoje eu poderia dizer, com toda a segurança, que o Estado brasileiro, representado pelos governos que passam, prejudica efetivamente a população brasileira. Está havendo uma trava, há um emaranhado, e temos de dar solução para essa questão. Estamos falando aqui do ambiental, mas as outras questões também são extremamente importantes.

Eu não quero me alongar muito, mas eu queria dizer que não existe bobo nessa questão de mercado internacional. Isso é uma guerra. Hoje, não tenham dúvidas, o Brasil começa a incomodar. O Brasil não incomoda ainda o mercado internacional com relação a produto agrícola não. Produzimos muito pouco, algumas *commodities* apenas. Produzimos apenas 150 milhões de toneladas. Os Estados Unidos estão com mais de 500 milhões de toneladas; a China, com mais de 600 milhões de toneladas, a Índia já chega lá em cima. Agora, quanto ao que este País poderá produzir competitivamente de agora para o futuro, aí, sim, é que o pessoal está de olho. Já estão querendo colocar uma trava para nós. Não vou citar exemplos, são vários exemplos de travas efetivas.

Outra questão: a Amazônia. Por que o mundo, até quatro anos atrás, pensou em internacionalizar a Amazônia? Talvez pela incapacidade do Brasil de aproveitar aquele recurso para o mundo. A Amazônia é um recurso para o mundo. E os países ricos, como nos consideram subdesenvolvidos, queriam, evidentemente, todo o potencial de biodiversidade da Amazônia para o mundo. Por exemplo, plantas e animais medicamentosos, ou mesmo o subsolo da Amazônia. Não vamos entrar nesse aspecto.

Mas acontece que eles usaram outra estratégia. Até quatro anos atrás, a palavra internacionalização da Amazônia estava na imprensa, na grande imprensa mundial. Hoje não vemos mais falarem nisso, Bertoni. Por quê? Porque a Amazônia já está internacionalizada. O Brasil hoje já não é mais preocupação. Pelos mapas da Embrapa de ocupação do território com terra indígena, unidade de conservação estadual e federal, a Amazônia já está internacionalizada. Por isso eles pararam de falar, ou seja, eles já não fazem mais o trânsito na Amazônia, ela já está cercada. Então isso já não é mais preocupação. Nós achamos que ela é nossa, mas, na verdade, ela já não é mais nossa, já está internacionalizada.

Eu queria, com isso, dizer que a Rio+20, no ano que vem, aquela proposta do professor Denis, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para mim, foi a proposta mais original. Não tem problema, nós temos reserva. Nós hoje vamos ficar aqui com 60% do território nacional intacto; 500 milhões de hectares intactos. Isso é uma biodiversidade extremamente importante para o mundo, nem é só para o Brasil. Agora, eu queria chamar a atenção para mais uma coisa: um país que investe apenas 1.1% de seu Produto Interno Bruto em ciência, tecnologia e inovação jamais vai usar essa biodiversidade para nós, para nossos filhos, para nossos netos, jamais. No dia em que o Brasil criar juízo e aproveitar isso para valer, isso é uma força potencial para nós. Não quero saber mais do que meu neto, meu bisneto, não. Sei lá o que vai acontecer até lá. Mas, infelizmente, isso é uma realidade hoje.

Para terminar – já estou falando muito –, eu confio plenamente nos trabalhos que estão sendo conduzidos aqui no Senado. A gente tem feito algumas avaliações. O Senado, com a sua sabedoria, essa combinação do Senador Luiz Henrique com o Senador Jorge Viana de tentar harmonizar isso num documento único, num relatório único, é de uma visão muito interessante. As condições transitórias que elas vão contemplar, não só o ambiental, mas o social, que é a presença do homem no campo, na beira da grota, que não temos o direito de tirar esse homem de lá, não temos o direito, por lei, de tirar esse homem de lá. E evidentemente o produtivo, que são 85 milhões de hectares, que se a gente for aplicar a lei, atualmente, vamos tirar do sistema produtivo, isso nos fará falta. Então, nas disposições transitórias, Senador Clésio, isso tem que ser considerado, o ambiental, o social e o produtivo.

Agora, estou percebendo que, nas disposições permanentes, o “a” do ambiental vai ser um “a” muito maior do que o social e do que o produtivo. E eu acho que está correto, não tem problema. Tenho a impressão, na minha avaliação, de que, na nossa geração, não

precisamos derrubar mais nenhuma árvore neste País. O que temos aí de estoque de terras abertas é mais do que suficiente para produzirmos para nós e até exportar.

Então, essa sabedoria do Senado, inclusive de falar de pagamento de serviços ambientais, mesmo que não se efetive orçamentariamente, mas só de já deixar essa janela no Código Florestal para pagamento de serviços ambientais, isso é muito importante. Por quê? Eu conversava com um produtor essa semana. Eu disse o seguinte: Olha, a minha reserva legal está lá; eu cerquei, mas o mato está subindo. No dia que pegar fogo no meu pasto, vai pegar fogo na floresta, não é? Porque que motivação eu tenho para fazer um acero na minha reserva legal? Nenhuma motivação, porque aquilo é um bem coletivo, não é um bem para ele. Então, os ambientalistas dizem: “Ah, precisa da reserva legal para fortalecer o setor produtivo”. Ora, que bobagem. Vamos pensar bem, se não tiver economia não tem floresta, evidentemente.

Então, quero dizer que a Câmara cumpriu o seu papel e tenho plena consciência de que o Senado está conduzindo e vai conduzir muito bem.

Então, Srs. Cafeicultores, os trabalhos estão indo bem, na minha avaliação. É muito importante a presença dos senhores aqui para dizer para os Senadores a realidade, principalmente da cafeicultura mineira, que está no morro, boa parte está no morro e, com isso, vamos chegar a bom termo com uma lei que realmente possa atender a todos os interesses do nosso País.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Obrigado, Deputado Paulo Piau.

Com a palavra o Senador Clésio Andrade.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (PR – MG) – Senador Zeze já vai encerrar, porque temos que retornar para o Plenário, mas eu queria dizer para vocês, produtores, todos nossos companheiros, amigos, principalmente de Minas Gerais, que vocês têm aqui a minha pessoa, o Zeze Perrella, o Odair, Paulo Piau, Diego e os companheiros que vão realmente lutar por isso até o fim. Digo que vocês foram grandes vitoriosos hoje, porque vendo o Senador Jorge Viana o tempo todo, atentamente ouvindo, e o sensibilizou, pelo que a gente conhece dele. Tenho certeza de que ele vai levar em consideração grandes questões que aqui foram colocadas. E é para isso que existe audiência pública. Essa presença dos senhores aqui deu um valor extraordinário ao que vai ser o novo relatório, que tenho certeza de que vai sair praticamente com todos os problemas solucionados. Se não solucionados também, vamos nos unir ao Paulo Piau e ao Odair Cunha na Câmara, junto com o Diego Andrade, para fazer as demais correções.

Passo para o Zeze para que ele possa encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Eu queria agradecer ao Deputado Odair, ao Deputado Paulo Piau, ao Diego Andrade, ao Senador Clésio Andrade, aos palestrantes e dizer que são pessoas que realmente conhecem a fundo a questão. O que nos deixa às vezes muito chateado – não falo agora só como produtor, não; já vou encerrar também porque estamos em cima da hora – é que muitas ONGs no Brasil, dirigidas por esses pseudoambientalistas, recebem dinheiro de ONGs do exterior, financiam por puro interesse comercial. Não querem a competitividade do Brasil, sabem do nosso potencial. Às vezes até é usado de uma maneira que eles nem conhecem, não sabem, mas está sendo usado. Esse Código é um dos mais rigorosos do mundo. Temos que mostrar para a opinião pública que ninguém quer devastar nada. Porque o que se prega por aí, o que esses pseudoambientalistas pregam é que queremos acabar com o Brasil. Eles adoram o verde da árvore, desde que o fruto não seja de comer.

Mas tenho certeza de que o Senado, com a sua sensibilidade, vai acatar aquilo que foi amplamente discutido na Câmara, e vamos aprovar esse Código, sim, podem estar absolutamente certos disso. Até porque temos a maioria aqui. Falo sem nenhuma prepotência. O Código vai ser aprovado. Tenho absoluta convicção. E me desculpem os meus companheiros do Acre e do Amazonas – eles têm terra de sobra, verde de sobra, não veem o problema que acontece com o pequeno produtor. Há produtores que vão perder a sua terra e ainda vão ficar devendo para fechar o negócio. Isso tem que ser analisado.

Quero encerrar, agradecendo a todos os palestrantes e agradecendo ao Senador Clésio Andrade pela oportunidade.

Declaro encerrada esta reunião.

(Iniciada às 14 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 09 minutos.)

ATA DA 44ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA EM CONJUNTO COM A 39ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA E COM A 41ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 5 DE OUTUBRO DE 2011.

Às quatorze horas e trinta minutos do dia cinco de outubro de dois mil e onze, no plenário nº 15 da ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência dos Senhores Senadores **RODRIGO ROLLEMBERG E ACIR GURGACZ**, reúnem-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, a Comissão de Meio Ambien-

te, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA e a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT. Assinam o livro de presença os Senhores(as) Senadores(as), **ANA RITA, ANÍBAL DINIZ, ANTONIO RUSSO, BLAIRO MAGGI, CLÉSIO ANDRADE, EDUARDO BRAGA, FLEXA RIBEIRO, JORGE VIANA, REDITARIO CASSOL E ZEZE PERRELLA**. Deixam de comparecer os demais Senhores Senadores e Senhoras Senadoras titulares das referidas Comissões. A presidência declara aberta a reunião e submete ao plenário a dispensa da leitura das atas da reunião anterior da CMA, CRA e CCT, que são dadas como aprovadas. A seguir, é aprovada a inclusão **EXTRAPAUTA** dos seguintes requerimentos: **ITEM 1: REQUERIMENTO Nº 63, DE 2011-CRA – ASSUNTO:** Em aditamento ao Requerimento nº 61/2011-CRA, requer, nos termos regimentais, a inclusão das autoridades abaixo relacionadas, para debater o impacto da **reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965)** para os produtores de café localizados no sul do Estado de Minas Gerais: Deputado **Diego Andrade** – Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura; Deputado **Domingos Sávio** – 1º Vice-Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura; Deputado **Odair Cunha** – 2º Vice-Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura; e Deputado **Cesar Colnago** – Secretário Executivo da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura. **Autoria: Senador Clésio Andrade**. No encaminhamento não houve oradores inscritos, passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. ITEM 2: REQUERIMENTO Nº 55, DE 2011-CCT, REQUERIMENTO Nº 102, DE 2011-CMA e REQUERIMENTO Nº 64, DE 2011-CRA – ASSUNTO:** Requerem, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública Conjunta entre as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA); Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e Agricultura e Reforma Agrária (CRA), para debater o impacto da reforma do Código Florestal (Lei nº 4.771, de 1965), atualmente em curso no Senado Federal por meio do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 30, de 2011, para os produtores de café localizados no sul do Estado de Minas Gerais, com a presença dos seguintes convidados: **Carlos Alberto Paulino da Costa**, Presidente da Cooxupé; **Gilson Ximenes**, Presidente do Conselho Nacional do Café; **Nathan Herszkowicz**, Diretor-Executivo da Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC); **Breno Pereira de Mesquita**, Presidente da Comissão Nacional do Café da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA);

Manoel Bertone, Secretário de Produção e Agroenergia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; **Francisco Miranda de Figueiredo Filho**, Presidente da Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Três Pontas Ltda (Cocatel); Deputado **Diego Andrade**, Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura; Deputado **Domingos Sávio**, 1º Vice-presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura; Deputado **Odair Cunha**, 2º Vice-presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura; e Deputado **Cesar Colnago**, Secretário Executivo da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura. **Autoria: Senadores Eduardo Braga, Rodrigo Rollemberg e Acir Gurgacz. Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. ITEM 3: REQUERIMENTO Nº 65, DE 2011-CRA – ASSUNTO:** Em aditamento ao Requerimento nº 61/2011-CRA, requer, nos termos regimentais, a inclusão do Senhor **Maurício de Almeida Voivodic** – Secretário Executivo do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola – IMAFLORA, para debater o impacto da **reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965)**, atualmente em curso no Senado Federal por meio do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 30, de 2011, para os produtores de café localizados no sul do Estado de Minas Gerais. **Autoria: Senadores Rodrigo Rollemberg e Jorge Viana. Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. ITEM 4: REQUERIMENTO Nº 56, DE 2011-CCT, REQUERIMENTO Nº 104, DE 2011-CMA e REQUERIMENTO Nº 66, DE 2011-CRA – EMENTA:** Requerem, nos termos do art. 90. inciso XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, audiência pública para debater o tema incêndios florestais, entre as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), com a participação dos seguintes convidados: - Prof. **Irving Forster Brown**, Pesquisa do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia dos Serviços Ambientais da Amazônia; - Dr. **Bráulio Ferreira de Souza Dias**, Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente; - Profª. **Heleísa Miranda**, Deptº de Ecologia da Universidade de Brasília (UnB); - Profª. **Vânia Pivello**, Deptº de Ecologia da Universidade de São Paulo (USP); - Prof. **Leopoldo Coutinho**, Deptº de Ecologia da USP. **Autoria: Senadores Eduardo Braga, Rodrigo Rollemberg e Acir Gurgacz e Jorge Viana. Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. ITEM 5: REQUERIMENTO Nº 57, DE 2011-CCT, REQUERIMENTO Nº 105, DE 2011-CMA e REQUERIMENTO Nº 67, DE 2011-CRA – EMENTA:** Requerem, nos ter-

mos regimentais, diligência externa pelas Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), para conhecer experiências de agricultura sustentável e recomposição de áreas de preservação permanentes (APPs) e reservas legais nos municípios de Querência/MT (Fazenda Tancuro) e município de Paragominas/PA, com o objetivo de instruir a apreciação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 30, de 2011 (Reforma do Código Florestal). **Autoria: Senadores Eduardo Braga, Rodrigo Rollemberg e Acir Gurgacz e Jorge Viana. Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão.** O Senhor Presidente, Senador Acir Gurgacz, informa que a presente reunião se destina à realização de **Passa-se à PAUTA.** A presidência informa que a presente reunião se destina à realização de **Audiência Pública Conjunta**, em cumprimento ao **Requerimento nº 61, de 2011-CRA**, aprovado em 22/09/2011, de autoria do Senador Clésio Andrade e **Requerimentos nºs 102, 64 e 55, de 2011- CMA/CRA/ CCT**, de autoria dos Senadores Rodrigo Rollemberg, Acir Gurgacz, e Eduardo Braga, com a finalidade de debater o impacto da **reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965)** para os produtores de café localizados no sul do Estado de Minas Gerais, com os seguintes convidados: Sr. **Francisco Miranda de Figueiredo Filho**, Diretor Conselheiro do Conselho Nacional do Café – **CNC** e Presidente da Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Três Pontas Ltda – **COCATREL**; Sr. **Carlos Augusto Rodrigues de Melo**, Vice-Presidente da Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé - **Cooxupé**; Sr. **Eduardo Damião**, Representante da Associação Brasileira da Indústria de Café - **ABIC**; Sr. **Breno Pereira Mesquita** – Presidente da Comissão Nacional do Café da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - **CNA**; Sr. **João Carlos Petribu De Carli** - Assessor Técnico da Comissão Nacional do Meio Ambiente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - **CNA**; Sr. **Manoel Bertone**, Secretário de Produção e Agroenergia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – **MAPA**; Deputado **Diego Andrade**, Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura; Deputado **Domingos Sávio**, 1º Vice-Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura; Deputado **Cesar Colnago**, Secretário Executivo da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura; e Sr. **Eduardo Trevisan Gonçalves** - Secretário-Executivo Adjunto do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola – **IMAFLO-RA**. Após a exposição dos senhores convidados, usam da palavra para tecerem comentários sobre os assun-

tos abordados, os Senhores(as) Senadores(as); **RODRIGO ROLLEMBERG, BLAIRO MAGGI, WALDEMIR MOKA, CLÉSIO ANDRADE, ZEZÉ PERRELLA E JORGE VIANA**. Os convidados respondem aos questionamentos feitos e apresentam suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e nove minutos, havendo lavrado a presente ata Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; Leany Barreiro de Sousa Lemos, Secretária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, que será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Acir Gurgacz**, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. – Senador **Rodrigo Rollemberg**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. – Senador **Eduardo Braga**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/ PSB – DF) – Há número regimental. Declaro aberta a 39ª Reunião Extraordinária da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária em conjunto com a 41ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e 44ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

Em aditamento ao Requerimento nº 61, de 2011-CRA, requeremos, nos termos regimentais, a inclusão do Sr. Maurício de Almeida Voivodic, Secretário-Executivo do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola – Imaflo–, para debater o impacto da reforma do Código Florestal (Lei nº 4.771, de 1965), atualmente em curso no Senado Federal por meio de Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 30, de 2011, para os produtores de café localizados no sul do Estado de Minas.

Em votação. *(Pausa.)*

Aqueles que concordam com a aprovação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Quero dar as boas-vindas a todos os nossos convidados. Este é um debate, sem dúvida, de muito interesse. Parabenizo o Senador Clésio Andrade por esta sugestão e registro que estamos conseguindo debater as mudanças no Código Florestal no Senado Federal num ambiente de muito equilíbrio, sempre em conjunto, as Comissões de Agricultura; de Meio Ambiente, que tenho a honra de presidir; e de Ciência e

Tecnologia, com o objetivo de dar tranquilidade e segurança jurídica aos nossos produtores rurais e, ao mesmo tempo, garantindo sustentabilidade ambiental na produção agropecuária brasileira e permitindo que o Brasil seja não apenas uma potência na produção de alimentos, na produção de agroenergia, mas também uma potência ambiental, sabendo preservar e utilizar com sabedoria a sua biodiversidade.

Tenho convicção de que esta é a expectativa da população brasileira: a construção de um texto que elimine, que supere esses falsos paradigmas entre o desenvolvimento agropecuário brasileiro e a preservação do meio ambiente, a preservação de uma agricultura sustentável.

Tenho convicção de que há uma expectativa muito grande dos cafeicultores do Brasil, especialmente das regiões montanhosas de Minas Gerais, sobre o resultado deste debate, sobre o resultado das alterações a serem feitas no Código Florestal. E nada melhor do que aprofundar este debate podendo ouvir representantes de produtores, representantes políticos da região, para que os nossos nobres Relatores, Senador Luiz Henrique e Senador Jorge Viana, de posse das informações e das experiências trazidas por V. S^{as}, possam construir o melhor texto para o Brasil. Esse é o nosso objetivo.

Vamos começar a ouvir os convidados, iniciando pelo Sr. Francisco Miranda de Figueiredo Filho, Diretor Conselheiro do Conselho Nacional do Café e Presidente da Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Três Pontas.

Nós vamos destinar 15 minutos. Como são muitos, 15 minutos para cada orador, pedindo para serem rigorosos em relação ao tempo em função de que, a partir das 16 horas, poderemos iniciar a Ordem do Dia.

Com a palavra o Sr. Francisco Miranda de Figueiredo Filho.

O SR. FRANCISCO MIRANDA DE FIGUEIREDO FILHO – Boa tarde a todos.

Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão do Meio Ambiente; Senador Clésio Andrade, meu conterrâneo de Três Pontas; Deputado Diego Andrade, também meu conterrâneo; meu particular amigo Bertone; demais colegas de cooperativa; sindicatos; produtores; demais Senadores aqui presentes, primeiramente vou falar como Presidente da Cocatrel, uma cooperativa no sul de Minas que este ano fez 50 anos. Temos aproximadamente cinco mil associados e 80% desses associados são pequenos e médios produtores. A grande maioria das propriedades rurais lá gira em torno de 10 a 20 hectares de terra, porque uma parte dessa terra é destinada a café. O sul de Minas também tem vocação para o leite.

Sr. Senador, uma coisa que me preocupa muito são as pessoas que vivem na cidade, que não conhecem o campo e que talvez não saibam o estrago que é colocar 30 metros de cada lado de um curso d'água dentro de uma propriedade pequena que tem, às vezes, três nascentes dentro dela, que essa nascente tem que ter... Se pegar um esquadro e jogar 50 metros, um perímetro de 50 metros nela... O senhor vai ter a oportunidade de ver o que acontece com essas propriedades. O técnico da Cooxupé vai mostrar isso para vocês nos *slides*, para os senhores verem o que realmente vai acontecer no sul de Minas.

Nós, produtores rurais, não somos contra a preservação ambiental; nós somos totalmente favoráveis à preservação ambiental porque é de lá que nós tiramos o nosso sustento. A nossa propriedade tem que ser mantida dentro dos padrões técnicos, mas nós não podemos perder a nossa propriedade por questões regimentais. Uma propriedade centenária, que vem de família, que era dos nossos pais, que viveram lá. Então, o que peço é que vocês tenham... Nós não queremos benefício nenhum; nós queremos continuar produzindo no campo, que as nossas famílias continuem no campo, os nossos empregados, e que fique bem claro que nós somos totalmente favoráveis à preservação ambiental.

Faço aqui também uma referência a um cooperado nosso da Cocatrel, o Sr. José Ferreira Cambraia, agrônomo formado pela Universidade Federal de Lavras. Ele, bastante preocupado com essa questão do meio ambiente, pediu que, em nome dele, eu fizesse algumas colocações.

São palavras do Sr. José Ferreira Cambraia:

O Código Florestal, que seja apreciado e receba tratamento adequado.

Assunto que inquieta os produtores rurais, o Código Florestal – proposta em andamento –, além da inquietação, vem me colocando numa situação de desânimo, pensando seriamente em abandonar atividade, aos 71 anos, que iniciei aos 7 anos de idade.

Antes de iniciar o assunto propriamente dito, gostaria de me identificar [estou identificando a pessoa dele].

Sinto-me no dever de evidenciar alguns aspectos do meu currículo profissional ou de um brasileiro que ainda tem sangue nas veias e deseja apenas fortalecer o setor, o qual tem raízes profundas, o que sustenta o País.

José Ferreira Cambraia, nascido no meio rural em 1939, formado e mestrado em Ciências Agrárias. Ao me formar em 1963, ingressei na Acar, depois Emater, onde trabalhei até 1998 – 35 anos. Serviço de Extensão

Rural, sempre ligado ao homem do campo. Ocupei cargos [vou pular um pouco aqui para ser mais rápido]...

No período de 30 anos, no trabalho no sul de Minas, relacionei-me muito com as cooperativas, presidente do sindicato sul-mineiros, líderes regionais, produtores rurais, além de um bom relacionamento com a Universidade Federal de Lavras, onde idealizei e coordenei quatro encontros de cafeicultores.

Aqui ele fala que o produtor rural está preservando a atividade rural desde o início do século passado. Ele tece alguns comentários aqui, mas não vou entrar em detalhes para não me prolongar muito.

Senador, com essa retrospectiva, vamos ao assunto que nos atormenta diariamente: Código Florestal.

A preservação é importante sim, já estamos fazendo isso há vários anos, há muitos anos. Mas vamos aprovar uma legislação viável, coerente, para que todos possam cumpri-la e continuar produzindo.

Vou dar um exemplo para evidenciar melhor a situação. Eis um exemplo real: uma propriedade, que não é uma propriedade pequena, uma propriedade com 122 hectares, ela tem quatro córregos internos, ela não tem nenhuma nascente. Numa área de 122 hectares, a reserva legal é de 24,4 hectares, a APP, 19,24 hectares; o total, 46,64 hectares. Essa propriedade perde 36% dela no atual, como está sendo proposto para ser aprovado.

Uma referência que me deixou preocupado aqui, lendo o relatório dele, é com relação a uma fazenda, uma propriedade rural... Acho que esse nome “fazenda” nem deveria existir mais; esse nome “fazendeiro” deveria sair do dicionário de tão malvisto que é pela sociedade urbana. Nós deveríamos fazer um movimento para essa palavra ser extinta, para “fazendeiro” desaparecer e ficar “produtor rural”. Mas ele faz aqui um relatório de uma propriedade que, além de café, tem gado. A APP tem que ser cercada inteira. A custo de quem? Do proprietário, que já não está com situação boa. Você não pode cortar madeira; você tem que comprar eucalipto tratado. Veja o preço que vai ficar essa cerca.

Então, Sr. Senador, ficamos muito apreensivos porque, além de perder as nossas terras, nós vamos ter despesa ainda, vamos ter gastos para dar manutenção a essa APP. Como o boi vai beber água no ribeirão? Como ele vai chegar lá, no ribeirão? São questões que têm que ser analisadas. Nós não podemos assumir essa despesa. Porque a grande propriedade do sul de Minas – o sul de Minas, vocês sabem que, além de ser cafeicultor, nós somos uma bacia leiteira; são pequenos produtores. Na minha cooperativa, nós recebemos leite também. Noventa por cento dos produtores produzem de 100 litros de leite abaixo. Certo?

O Breno também está ali e sabe disso. Eles mesmos são retireiros, para sobrevivência deles.

Então, Sr. Senador, são detalhes; o sul de Minas precisa ser olhado de forma um pouco mais... As nossas propriedades são pequenas. É lógico que lá há produtor grande, mas a grande maioria é de pequenos produtores.

Como foi mostrado aqui pelo Sr. José Cambraia – e essa propriedade que ele demonstrou aqui não é uma propriedade padrão do sul de Minas; ela tem 122 hectares, isso aqui já é de médio para grande.

Ele perde 37%. O senhor vai ter oportunidade de ver, na hora que o técnico da Cooxupé for demonstrar, que há propriedades que vão ficar sem nada.

O que peço aos senhores... O que me preocupa muito é que 30 metros de cada lado num curso d'água, numa propriedade pequena, é um número bastante grande. E se uma propriedade pequena tiver duas, três nascentes, ela vai ficar sem nada. E se ela tiver algum lugar acima de 45 graus, o produtor só vai lá visitar a sua propriedade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Sr. Francisco Miranda de Figueiredo Filho.

Vamos ouvir agora, também por 15 minutos, o Sr. Carlos Augusto Rodrigues de Melo, Vice-Presidente da Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé.

O SR. CARLOS AUGUSTO RODRIGUES DE MELO – Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente desta audiência pública e da Comissão de Reforma Agrária do Senado; Senador Clésio Andrade, a quem neste momento tenho a oportunidade de agradecer pela Cooxupé poder participar desta audiência; Deputado Diego Andrade, da mesma forma, os nossos agradecimentos da Cooxupé por poder participar deste trabalho; meu prezado companheiro Manoel Bertone, membro do Ministério da Agricultura e Pecuária; prezado amigo Breno Mesquita, Presidente da Comissão de Café da CNA; Srs. Senadores; presidentes de sindicatos; presidentes companheiros de cooperativa; demais autoridades aqui presentes; senhoras; senhores e senhoritas, o objetivo da Cooxupé em participar desta audiência é trazer subsídios a esta Comissão do Senado e aos Srs. Senadores do que é a necessidade hoje da nossa região, uma região específica de café, mais precisamente no sul de Minas.

Temos para poder subsidiar os Srs. Senadores e esta Comissão dados técnicos apresentados por um técnico do nosso departamento de geoprocessamento de dados e georreferenciamento. E peço um tempo de dez minutos para a apresentação do nosso técnico, engenheiro agrônomo, Dr. Éder Ribeiro. Ele fará uma

apresentação com exemplos claros e evidentes para poder elucidar esta Comissão e os Srs. Senadores para a votação do Senado.

Não obstante isso, nós gostaríamos, se possível, que não medissem esforços para que essa votação se fizesse no tempo previsto, nas datas previstas, e que fosse ainda até o final do ano, em razão do anseio e da tortura em que vivem hoje os nossos associados e agricultores, e produtores de café em especial.

Também um pedido desta cooperativa que hoje representamos aqui – 12 mil associados, sendo 80% desses produtores, pequenos produtores – é para que essa votação e que esse relatório do Senado fosse ratificado através do relatório do Deputado Aldo Rebelo e mais: a emenda do Deputado Paulo Piau. Então, as nossas duas premissas: que fosse votada neste ano esta matéria e que ratificasse aqui os relatórios da Câmara e do Congresso.

Prezado Senador e prezado Senador Clésio Andrade, nossa missão aqui não é tumultuar, mas sim poder subsidiá-los de dados concretos, reais.

Que isso possa contribuir não só com os senhores, membros desta Comissão, mas com todo o Senado, mostrando a necessidade da nossa região, do nosso Estado e do nosso País, para que essa votação seja feita de maneira, se não a atender aos anseios de todos, a buscar uma unidade! E que isso seja votado o mais rapidamente possível!

Não desejando mais tomar o tempo dos senhores – eu gostaria que, nesta oportunidade, meu técnico fizesse a apresentação –, eu queria agradecer, mais uma vez, ao Senador Clésio Andrade, ao Senador Rodrigo, ao Deputado, por esta oportunidade que dão à Cooxupé de apresentar nossa pequena contribuição para a votação do Código.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Dr. Carlos Augusto. O senhor será atendido.

Passo a palavra ao técnico Eder, para que faça sua apresentação.

V. S^a dispõe de dez minutos.

O SR. EDER RIBEIRO DOS SANTOS (*Fora do microfone.*) – Boa tarde a todos!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Peço que fale ao microfone. Pode sentar-se à Mesa.

O SR. EDER RIBEIRO DOS SANTOS – Boa tarde a todos!

Nosso Diretor já fez as devidas apresentações. Então, já vou partir para a parte técnica, para ser bastante objetivo.

A Cooperativa, a Cooxupé, tem uma preocupação bastante grande em identificar o impacto dessa

legislação ambiental sobre os pequenos produtores da nossa região. Então, elaboramos um breve trabalho, uma pequena apresentação, para mostrar como, efetivamente, a legislação ambiental vai impactar sobre essas propriedades.

A região em que a Cooxupé atua é o sul de Minas, o nordeste de São Paulo e o cerrado mineiro. A grande maioria dos nossos pequenos produtores encontra-se no sul e no sudoeste de Minas e no nordeste de São Paulo. Atuamos em 63 Municípios diretamente. Há cooperados em 224 Municípios. E nosso quadro de cooperados possui, hoje, 12.060 produtores. São 12.060 produtores e 14 mil propriedades.

Próximo *slide*!

Essa é a distribuição das propriedades dos nossos cooperados nas regiões sul e sudeste de Minas. Cada pontinho corresponde a uma propriedade, com localização espacial.

O perfil do nosso produtor é definido da seguinte forma: 86,7% dos nossos produtores produzem até quinhentas sacas de café. Fazendo uma análise em média ponderada, isso corresponde a uma área em café de 7,9 ha, ou seja, esses produtores que produzem até quinhentas sacas de café têm uma área em café de 7,9 ha. E a grande maioria dos nossos produtores está nessa faixa de duzentas sacas de café. Esse produtor foi responsável por 30% do café que a Cooperativa recebeu no ano de 2010, o que corresponde mais ou menos a 1,380 milhão de sacas de café. É possível avaliar, então, que a grande maioria dos nossos cooperados, mais ou menos sete mil cooperados, produz até quinhentas sacas de café.

Para avaliar o impacto da legislação vigente sobre as propriedades, elaboramos este trabalho: escolhemos aleatoriamente doze propriedades no sul de Minas – tomamos como restrição para fazer a pesquisa no banco de dados a seleção de propriedades somente no sul de Minas –, e, dessas doze propriedades, vamos apresentar o impacto em seis propriedades. Essas seis propriedades apresentam características distintas, sobre as quais vamos tecer alguns comentários.

Próximo *slide*!

Essa primeira propriedade tem o nome Sítio Bom Jardim, tem um proprietário, tem uma área, está em um Município, com uma localização geográfica. Não é um exemplo de livro. É um exemplo real, é um fato real. Essas propriedades podem ser visitadas a qualquer momento. Essa área é de 45,5 ha, localizada em Guxupé. Apresenta, hoje, 6,4 ha de APP; 4 ha de mata, que vamos chamar de Reserva Legal Existente; 11,4 ha de café e 23,7 ha de pastagem.

O que está em vermelho corresponde à APP, que deverá ser recomposta. Essa propriedade ainda

tem duas minas. Conforme citado anteriormente, cada mina, hoje, ocupa uma área de 0,8 ha, que deve ser preservada.

Fizemos a seguinte análise: o que essa propriedade tem hoje? Como ela vai ficar após a adequação? Como resultado, a área de café vai permanecer com 11,4 ha; dos 23,7 ha de pastagem, vão restar apenas 13 ha. Ou seja, há uma redução significativa da área destinada à pastagem ou a outros cultivos, que vai ser reconduzida ou realocada para APP e Reserva Legal. Nessa propriedade, 46,4% de toda a sua área vão ser ocupados por APP e Reserva Legal. Esse é um exemplo.

Vamos para o próximo exemplo: Sítio Alto Alegre, que está nessa localização geográfica, com esse proprietário, com área de 21,3 ha, localizado no Município de Cabo Verde.

Quero fazer a seguinte menção: fizemos o mapeamento de todas as áreas de café na região em que atuamos, com imagens de satélite. Tudo isso está mapeado. Estamos iniciando o mapeamento dos limites das propriedades.

Essa é uma imagem que foi extraída do Google, não é nossa, mas a nossa tem uma qualidade próxima a essa.

Qual a situação dessa propriedade hoje? Essa propriedade apresenta um agravante: tem 0,6 ha de café em APP. No resultado geral, dos 16,3 ha, vão sobrar 15,6 ha, e a área de pastagem, praticamente, vai sumir; não ficará mais área alguma disponível para cultivo ou para pastagem. Nessa propriedade, 25,6% estão ocupados para Reserva Legal e APP.

Eu gostaria de chamar a atenção dos senhores para essa outra propriedade. É uma pequena propriedade que chama Sítio Espírito Santo, que tem uma área de 2,3 ha e que está localizada no Município de Cabo Verde. Essa propriedade apresenta dois córregos e quatro nascentes. Não há Reserva Legal, não há mata. Apresenta 0,2 ha em APP; deveria recompor mais 0,7 ha de APP, totalizando 0,9 ha. Essa propriedade apresenta 1,6 ha em café, que corresponde a essas linhas pretas. Nessa propriedade, há mais um agravante: desses 1,6 ha em café, há 1,3 ha dentro de APP. E ainda existe mais um problema: toda a benfeitoria, que abrange 0,14 ha, está dentro da Área de Preservação Permanente. Então, qual é a situação dessa propriedade? Como ela ficaria se o Código fosse aplicado de maneira integral? Essa propriedade, com a adequação, perderia toda a área em café, perderia toda a área em pastagem, e ainda ficaria faltando o correspondente a 0,06 ha para recompor a Reserva Legal e APP. Ou seja, o produtor teria de comprar mais 600m² do vizinho, para adequar essa propriedade.

Esse é um caso que merece bastante atenção. Embora exista legislação específica, ele deve ser tratado com carinho.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Eu queria só fazer uma pergunta: não há um *slide* que mostre toda a área tomada pela Reserva Legal e por APP, nesse exemplo? Parece-me que falta, para fechar o raciocínio, um *slide* mostrando toda a área ocupada.

O SR. EDER RIBEIRO DOS SANTOS – Vamos voltar ao *slide* anterior.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Exatamente esse ponto – o Presidente Rodrigo está à Mesa – é um dos que mais temos discutido aqui, na Comissão. É a questão de se dar aos pequenos produtores a possibilidade de manutenção da propriedade.

O SR. EDER RIBEIRO DOS SANTOS – Perfeito.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Esse é o tema mais discutido no Senado Federal. O Moka e eu, por exemplo, entendemos que é preciso preservar, que não se pode mexer nesse tipo de coisa. Mas há Senadores que não têm o mesmo entendimento. O exemplo é muito feliz. Devemos mostrar isso para aqueles que têm posições diferentes das nossas.

O SR. EDER RIBEIRO DOS SANTOS – Eu só gostaria de fazer uma menção: esse não foi um exemplo buscado, foi um exemplo aleatório. No sorteio, essa propriedade...

O SR. CLÉSIO ANDRADE (PR – MG. *Fora do microfone.*) – Existem milhares no Brasil. Se olharmos as estatísticas, são 50%.

O SR. EDER RIBEIRO DOS SANTOS – Exatamente. Posso preparar a apresentação da forma como o senhor precisa e lhe mando.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Obrigado.

O SR. EDER RIBEIRO DOS SANTOS – Próximo *slide*!

Esse é o caso da propriedade Santa Clara, localizada no Município de Tapiratiba, no Estado de São Paulo, com 21,4 ha. Essa é uma visão geral da propriedade. A imagem está bastante boa. É uma visão muito interessante. Existe a preservação. Essa propriedade não apresenta áreas de erosão. Ou seja, ela está muito bem.

Próximo *slide*!

Nessa propriedade, há um pouquinho de café em APP, há duas minas. A área de café vai baixar de 9,1 ha para 8,9 ha, e a área de pastagem vai ser reduzida de 8 ha para 5,4 ha. Há uma pequena redução

da área de café, abrangendo aquela área de café que se encontra em APP, mas há uma redução bastante significativa da área de pastagem. Nessa propriedade, 33,1% ficarão destinados à APP e Reserva Legal.

Próximo *slide*!

Esse é o Sítio Rancharia, localizado no Município de Monte Belo, com 16,1 ha.

Os senhores podem observar que a área das propriedades não foge muito disso. Há áreas de 20 ha, de 25 ha, de 30 ha. Não foge muito disso. Essa é a área média dos nossos produtores.

Próximo *slide*!

Se prestarem atenção, os senhores verão que, nessa propriedade, há seis minas. Há 0,7 ha de café em APP e 1 ha de APP, não há Reserva Legal, há 9,7 ha de café e 5,3 ha de pastagem. Como vai ficar essa propriedade? A área em café vai reduzir para 8,1 ha, a área em pastagem vai reduzir totalmente, praticamente vai inexistir, e 45% dessa propriedade serão destinados à Reserva Legal e à APP.

A última propriedade é o Sítio Serra Escura, do produtor Edvar José Costa, com área de 15,2 ha, localizado no Município de Monte Belo. Essa área apresenta duas minas. Há 12,6 ha de café e 1,1 ha em APP. Não há Reserva Legal, não há mata. E há 2,6 ha em pastagem. Essa área vai perder 2,6 ha de café, e a área de pastagem, praticamente, será eliminada. E, nessa propriedade, 34,3% de toda a sua área serão destinados à APP e à Reserva Legal.

Esse foi um breve estudo de seis propriedades.

No próximo quadro, caracterizamos as doze propriedades e fizemos algumas análises sobre o que vai acontecer. Não vou descrever o que está nessa planilha, porque, nas conclusões, vou citar cada um dos fatos.

Nas doze propriedades analisadas, verificamos que 49% da área total das propriedades estão ocupados por café, o que é muito significativo. Vemos que 8,8% dessa área em café encontram-se em APP. Com a adequação, haverá a redução em 11,7% na área de café, ou seja, haverá uma redução bastante significativa dessa área em café. Atualmente, 16,6% da área das propriedades estão ocupados por APP, por Reserva Legal e por mata, mas, com a adequação, essa área passará a ser de 39,6%, ou seja, haverá um aumento muito significativo da área destinada à APP e à Reserva Legal. Para a adequação da APP de drenagem, da APP dos córregos, a área existente deverá crescer em 166,9%. Isso significa que o produtor terá muito trabalho para recompor essas áreas. E, para a adequação da Reserva Legal, a área existente em mata nas propriedades hoje deverá crescer em 116,8%. Com a adequação, haverá a redução na área disponível para pastagens em 47,6%.

Então, esse foi o breve estudo, a pequena análise que fizemos em propriedades representativas na nossa região do sul e do sudoeste de Minas e no nordeste de São Paulo.

Era isso o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Eder.

Eu só queria tirar uma dúvida: quando o senhor faz essas projeções, o senhor está se referindo ao Código atual, ao Código em vigor hoje? Ou o senhor já faz essas projeções em função do texto, aprovado pela Câmara, do Relator Aldo Rebelo?

O SR. EDER RIBEIRO DOS SANTOS – Não. Trata-se do Código atual.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu queria só esclarecer isso a alguém que esteja assistindo a esta reunião. No texto já previsto do Aldo, primeiro, ele desobriga de recomposição da área de Reserva Legal as propriedades que tenham até quatro módulos fiscais. Então, todas essas propriedades, parece-me, teriam até quatro módulos fiscais. Por outro lado, na contabilidade da Reserva Legal, entra também a Área de Preservação Permanente. E, nas encostas de morro, permite-se a permanência de espécies lenhosas, que é o caso do café.

Então, seria importante – talvez, fosse uma contribuição – que os senhores dessem a esta Comissão e às Comissões que estão debatendo o assunto essa mesma projeção com o texto que veio da Câmara, com o substitutivo do Senador Luiz Henriques.

O SR. EDER RIBEIRO DOS SANTOS – Sr. Presidente, essa é a ideia mesmo. O nosso objetivo era o de enfatizar a necessidade de se aprovar uma medida no sentido que foi dado por Aldo Rebelo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Agradeço-lhe a contribuição, Eder.

Agradeço ao Sr. Carlos Augusto Rodrigues de Melo, Vice-Presidente da Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé, que traz essa contribuição importante ao debate.

Passo a palavra ao eminente Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Agradeço ao Presidente.

Quero cumprimentar o Sr. Eder, que fez sua exposição.

Quero dizer, Sr. Presidente, que percebi na apresentação que havia uma diferença entre o que se está discutindo e o que é o Código antigo. Mas isso não invalida a apresentação. Pelo contrário, isso a enriquece, dá valor a ela. Estamos em fase de discussão na Casa, e V. Ex^a sabe que alguns Colegas não concordam com

as mudanças que vieram da Câmara. Então, é importante essa apresentação. E se torna mais importante a sua solicitação de se fazer agora, então, o mesmo estudo nas mesmas propriedades dentro da nova regra dos quatro módulos fiscais.

Sr. Presidente, daí vem a reivindicação que tenho feito na Comissão – vamos fazer a apresentação de emendas ao projeto – para se consolidarem os quatro módulos fiscais na questão das APPs. Há pequenas propriedades, como vimos, em que as residências, as casas e as estruturas estão exatamente dentro das APPs. Então, tenho defendido e vou continuar defendendo que haja uma consolidação da questão das APPs nos quatro módulos fiscais, um pouco mais ou um pouco menos. Quero crer que não devemos, de forma alguma, criar mais confusão no campo, mexendo com milhares e milhares de pequenos produtores em todos os Estados do Brasil.

Isso não é o mesmo que tenho defendido para os grandes produtores. Foram mostradas aqui propriedades de 2 ha ou de 3 ha. No meu Estado, fora a agricultura familiar, 2 ha, 3 ha, 20 ha, 100 ha não fazem a mínima diferença entre APP ou não APP. Então, a defesa que faço aqui – e a tenho feito reiteradamente – é a defesa de que temos de olhar o homem, em primeiro lugar. E o homem que precisamos olhar em primeiro lugar é o agricultor familiar, o pequeno agricultor, para não desestabilizar, primeiro, a vida das pessoas e, depois, em consequência, a economia dos nossos Estados e do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Obrigado, Senador Blairo Maggi.

Quero registrar a presença aqui de mais um Deputado cafeicultor, o Deputado Odair Cunha. Seja muito bem-vindo!

O Senador Waldemir Moka quer fazer uso da palavra. Em seguida, falará o Senador Clésio Andrade.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, já nasci com o nome Moka, porque tenho uma afinidade muito grande com o café. Então, começo dizendo da afinidade que tenho com o café.

Quero só enfatizar o seguinte: é claro que o técnico fez sua exposição mostrando, propositadamente, exatamente como seria a realidade se a Câmara não tivesse aprovado o texto do Aldo. E por que estou dizendo isso? Porque há muitas críticas, sobretudo, à questão dos quatro módulos rurais. Veja como essa questão se encaixa nisso aí. É claro que, se aprovado esse texto, esses problemas seriam muito minimizados.

Fico contente, Sr. Presidente, porque a ideia de abater – e já apanhei muito por isso – APP de reserva legal é de minha autoria. Porque eu acho que isso é

justo. Se já existe 20% de reserva legal no meu Estado, abater tudo que existe em termos de várzea, de morro ou que seja, ou Área de Preservação Permanente ou de Preservação Ambiental, é mais do que é justo. Veja como foi importante esse texto.

O que defendemos? Exatamente a manutenção do texto. Porque aqui apanhamos muito, sabe? Então, quando vem um argumento como esse, eu quero mostrar que essa é a realidade. E não é só a realidade de Minas não. Se começarmos a ouvir as cooperativas, vamos ver que o pessoal da maçã... Temos um monte de exemplos como esse.

Sei que a exposição vai continuar, mas não queria deixar passar a oportunidade de dizer o seguinte: o Deputado Aldo Rebelo viu essa realidade, encontrou essa realidade, e foi isso que o inspirou quando fez o texto aprovado por mais de quatrocentos votos na Câmara dos Deputados. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Moka. Sua identidade com o café está reconhecida pelo Plenário.

Quero passar agora a palavra ao Senador Clésio Andrade.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (PR – MG) – Senador Presidente Rollemberg, primeiro, meus agradecimentos pela aprovação do requerimento em tão rápida velocidade. Meus agradecimentos também ao nosso Presidente Acir Gurgacz, que não pôde estar conosco. E cumprimento o Senador Moka, o Senador Blairo e todos os líderes cafeicultores.

Deputado Odair, Deputado Diego e todos os Deputados que estão conosco, a questão fundamental do café é que ele difere um pouco de todas as outras culturas e até de outras *commodities*. Talvez, hoje, só a soja equivalha às exportações de café no Brasil ao longo da história. Quer dizer, é uma cultura secular. Hoje, fazendo a simulação, Senador Moka, foram mais de US\$600 bilhões com exportação de café, desde a entrada do café no País. A dívida externa brasileira hoje... O crédito externo que o Brasil tem hoje lá fora, em torno de duzentos e cinquenta a trezentos bilhões, seria o contrário se não houvesse a cultura do café no Brasil. É uma comparação interessante de se fazer. Na realidade, estaríamos hoje com uma dívida externa de trezentos bilhões, e não com reservas de trezentos bilhões. Por aí, basta ver a história dessa *commodity* importante a que só a soja, talvez, tem se equiparado, em termos de volume de valor. As outras culturas têm suas dificuldades, mas também sabemos que não têm essa importância em relação às divisas que trazem para o Brasil.

Outro aspecto importante também, no caso da cultura do café, é que, por ser mesmo uma cultura se-

cular, é uma cultura que também vem passando por uma reforma agrária familiar. Acontece em grande parte delas. Com isso, ocorreu o processo de redução de tamanho das propriedades, que vêm passando de pais para filhos que, vendendo, comprando e adquirindo, fizeram com que se chegasse a essa situação. Sabemos que aquele sucessor transferiu para outros e ficaram propriedades pequenas, como foi demonstrado também pelo Francisco, pelo Éder e por todos que estão apresentando.

Então, minha colocação seria no sentido, Senador, de pedir a audiência, exatamente para tentarmos sensibilizar nossos Senadores, como disse o Waldeir Moka e o Blairo, para que se aprove o projeto da Câmara. Primeiro, porque ganharíamos tempo. É um projeto que atende razoavelmente a todos. Ou seja, os impactos são muito menores do que os demais relatórios que estão sendo apresentados. Todos nós queremos atender o meio ambiente, e precisamos atender, mas preservando essas propriedades que fizeram a história do País, que trouxeram divisas para o País e que tiveram tão grande importância na geração de emprego ao longo dos anos.

Então, nosso apelo é esse, ao Senador Blairo e a todos os Senadores. E vamos, a partir dessas informações, dessa apresentação sua, Éder, procurar cada um dos Senadores e discutir, exatamente para ganharmos tempo, até porque é importante a aprovação do Código, pois o Código atual afeta muito a todos nós.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Clésio Andrade, V. Ex^a que é de um Estado em que a cafeicultura realmente tem uma participação muito expressiva.

Gostaria agora de convidar para fazer uso da palavra o Sr. Breno Pereira Mesquita, Presidente da Comissão Nacional do Café, da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil.

O SR. BRENO PEREIRA MESQUITA – Boa tarde, Presidente, Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente.

Senador Clésio Andrade, parabéns pela sensibilidade, neste momento de mudanças, de atentar para a importância do café, e não só em Minas Gerais, no sul de Minas, mas em todo o Brasil, e a geração de milhões e milhões de empregos, de forma direta e indireta, em toda a cadeia. E ao Deputado Diego Andrade, esse jovem Deputado que a cada dia que passa nos surpreende mais, positivamente.

Sr^{as} e Srs. Senadores, Srs. Deputados, Presidentes de Sindicatos, de Cooperativas, senhoras e senhores, eu só gostaria de fazer uma colocação e, em seguida, passar para o nosso técnico da CNA, o

Dr. João Carlos, a respeito da importância do café e principalmente da importância da cafeicultura nas áreas ditas de APP ou de reserva legal.

Segundo dados da OIC, em 2011, o mundo produziu, ou produzirá, 130 milhões de sacas de café, e, pelas estatísticas da OIC, vai consumir, em 2011, a quantidade de 134 milhões de sacas de café. Ou seja, em 2011, existe um déficit de quatro milhões entre o que se produz e o que se consome. É interessante acabar com uma cafeicultura que é bicentenária num país que precisa, necessariamente, da entrada de dólares não na especulação, mas principalmente na produção, e tirar, de forma abrupta, milhares e milhares de produtores de seus lares, com suas famílias, e encher mais ainda nossas cidades. É a reflexão que deixo aos senhores e às senhoras.

Quero agradecer a oportunidade e, em seguida, com a aprovação do nosso Presidente, repassar ao Dr. João Carlos para que faça a palestra que foi feita pela Comissão do Meio Ambiente da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Sr. Breno Pereira Mesquita.

Passo, então, a palavra, por treze minutos, para o Sr. João Carlos Petribu de Carli, Assessor Técnico da Comissão Nacional de Meio Ambiente da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil.

O SR. JOÃO CARLOS PETRIBU DE CARLI – Boa tarde a todos. O Dr. Breno já fez as devidas apresentações. Vou fazer uma breve palestra, não exatamente uma palestra em relação a propriedades, vou tentar colocar o que é o café hoje para o Brasil e para Minas Gerais.

Já começo, com o primeiro *slide* da minha palestra, mostrando um crime ambiental. Seria esta propriedade rural aqui, apresentando o café em área inclinada. Peço desculpas, mas na apresentação, como eu trabalho há muitos anos na área de meio ambiente, eu não coloco fonte porque isso pode gerar um crime, o fiscal ambiental pode ir à propriedade querer aplicar uma multa para essa pessoa. Então, vou colocar algumas fotos, mas não a fonte. De repente, só o fotógrafo.

Próximo, por favor.

Primeiro, vou comparar o Brasil ao mundo, em relação ao café: primeiro em produção e primeiro em exportação, mostrando a importância do café tanto para o Brasil quanto para o mundo.

Próximo, por favor.

Agora, mostrando, dentro do Brasil, quais são os principais produtores de café. Apresentamos aqui dados do IBGE. Hoje, Minas Gerais tem 51% de todo

o café plantado no Brasil. Dados de 2009. Então, você mostra o quanto o café é importante para Minas Gerais.

Próximo, por favor.

Agora, vou mostrar aqui outros produtos que Minas exporta. Podemos dizer que o campeão é o minério de ferro – o nome Minas já diz isso. Outros ocupam 32%. E quando chegamos ao café, 13% em dois anos seguidos, 2010 e 2011, como principal produto exportado de Minas. Isso mostra mais ainda o quanto o café é importante para Minas Gerais.

Próximo, por favor.

Agora, dentro do agronegócio mineiro. Quando você coloca somente o agronegócio, tirando todos os outros produtos exportados por Minas, nós mostramos o quão mais importante é para Minas o café. No ano de 2010, 54%, e no ano de 2011, quase 56% do produto exportado de Minas Gerais.

Próximo, por favor.

Agora vou tentar colocar um pouco da legislação atual, como o Senador pediu.

Próximo.

Hoje, o que diz a legislação? Dentro das limitações da propriedade, no caso de Minas Gerais, é 20% de reserva legal. Ainda temos Área de Preservação Permanente, temos o topo de morro, montes, montanhas e serras.

Vou abrir um parêntese para um problema que existe. Com relação à definição dessa alínea de topos de morros, o Conama fez essa definição em 2002. Ou seja, o Código é antigo, mas a definição é nova. Em 2010, o Ministério do Meio Ambiente lançou a Nota Técnica nº 37, informando como o Conama fez a definição de topo de morro. É impossível fazer uma definição. Observa-se que, hoje, não há como a pessoa saber se está ilegal ou não. Então, nós chegamos a um problema maior ainda: ninguém sabe se pode levar uma multa ou não porque está no topo de um morro. Tanto é que, hoje, o Conama está trabalhando, está tentando fazer uma alteração nessa definição para esclarecer exatamente esse problema da definição.

Temos também, nas encostas, ou partes dessas, com declividade superior a 45 graus, equivalente a 100% na linha de maior declividade. Isso é algo simples de se fazer. Basta pegar uma régua e fazer o cálculo. Mas entramos também em Áreas de Uso Restrito. Não existe só o problema da Área de Preservação Permanente e Área de Reserva Legal, existe também Área de Uso Restrito, que está no art. 10 hoje: “Não é permitida a derrubada de florestas situadas em áreas de inclinação entre 25° e 45°, só sendo tolerada a extração de toras”. Ou seja, é como se fosse uma reserva legal, porque a reserva legal diz que você pode fazer o manejo sustentável dentro da reserva legal. Essa área é

muito parecida. Você só pode fazer a extração de toras. Então, mostra que não é só em 45°. Se baixarmos um pouco para 25°, muita propriedade também enfrentará problemas dentro do Código Florestal atual.

Próximo, por favor.

Uma coisa engraçada. Eu gosto de colocar esta foto. É a foto de uma rodovia em que, se vocês observarem... Eu não sei quem sabe, mas, de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro, placa marrom é de turismo. Então, o próprio governo – não sei se federal ou estadual – está fazendo uma campanha do Circuito das Montanhas Cafeeiras, mostrando: “Vá lá visitar como turismo”. Ou seja, o próprio governo – não sei se federal, estadual ou municipal – incentiva conhecer uma Área de Preservação Permanente que está sendo utilizada para o café.

Próximo, por favor.

Aqui, as fotos para vocês entenderem, como muitos, o que é 25°, o que é 45°. Tentamos colocar algumas fotos. Coloquei uma fonte aqui, que é Alexandre Arruda, mas também não vou dizer de onde é a propriedade porque mostra claramente que está em morro. Toda a inclinação dentro desta propriedade está em morro. Pode não estar em APP, mas está sim acima de 25°.

Próximo, por favor.

Claramente, chega a ter sombra aqui, se vocês forem observar. Eu sou engenheiro agrônomo. E quando um engenheiro agrônomo vê uma topografia como esta, rapidamente observa, mais ou menos, no olho, que provavelmente há uma inclinação na região.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOÃO CARLOS PETRIBU DE CARLI –

Ah, ali deve estar em torno de 38°, quase... Entre 25° e 45° com certeza está. E está próxima a esse córrego aí embaixo.

Próximo, por favor.

Outra. Chega a fazer sombra nessa lateral. Então, vocês começam a observar que existem muitas propriedades no sul de Minas cujos proprietários se enquadram – eu não gosto de usar este termo – como “criminosos ambientais”. A legislação que chegou posteriormente colocou-os à margem da sociedade, como “criminosos ambientais”.

Próximo, por favor.

Agora, esse é uma coisa mais georreferenciada. Eu peguei três exemplos, três municípios: São Sebastião de Bela Vista, Santa Rita do Sapucaí – terra do Dr. Breno – e Carmo de Minas. Se vocês observarem, em vermelho aqui, o que é o vermelho? É acima de 45°. Em amarelo, acima de 25°. Ou seja, toda essa parte vermelha e amarela você não poderia utilizar... A amarela somente para a retirada de toras. Mas agora

vocês têm de observar, está bem claro aqui em cima: nós não colocamos reserva legal. Mais 20%. Então, você imagina, dessas três áreas, mais 20% dentro da propriedade rural de reserva legal.

Outra coisa que também não foi colocada aqui – e meu colega colocou claramente – é que ainda existe APP de mata ciliar. Se vocês observarem esta região, isto aqui é um rio. Claramente, você define como área de drenagem de rio. Ou seja, ainda vai existir, nessas regiões, mais APP de mata ciliar em volta de um rio. Então, vocês tentem imaginar, dentro desses três municípios, o prejuízo que vai acontecer com a retirada não só do café, de qualquer coisa, qualquer coisa que estiver aqui, até a casa dele, pode estar cometendo um crime ambiental.

Próximo, por favor.

Esse é o custo, que tento colocar em números. Peguei duas regiões, sul e oeste, Zona da Mata e Rio Doce Central, que são regiões montanhosas, a região do sul de Minas e aquela região perto do Espírito Santo. Nós temos aqui quase 80% do café de Minas Gerais, uma quantidade imensa de produção de saca de café, uma renda imensa. E temos que observar que isso é do ano passado. Hoje, se não me engano, acho que já está passando dos R\$500,00 a saca. E os empregos gerados, chegando a dois milhões de pessoas empregadas.

Onde o café é plano, você pode usar máquina; onde o café é de morro, você tem de usar gente. Então, isto aqui são pessoas que serão realmente demitidas.

Próximo, por favor.

O que muda com a reforma do Código Florestal? Estou tentando colocar aqui como está hoje no Código do Aldo Rebelo e foi aceito pelo Senador Luiz Henrique. O que vai acontecer?

“Art. 8º. A intervenção ou supressão [a supressão já aconteceu, mas a intervenção é o que vai continuar acontecendo] de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente somente ocorrerá nas hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental previstas nesta lei [e aí eu enfatizo], ficando autorizada exclusivamente [esta palavra é muito importante: exclusivamente] a continuidade das atividades agrossilvopastoris de ecoturismo, turismo rural e áreas rurais consolidadas.”

Ou seja, exclusivamente, quem já está, a continuidade. Não vamos abrir novas áreas. É o que existe hoje. Vocês têm de lembrar que o café – eu fiz o dever de casa hoje – está desde 1727 no Brasil. Chegou pelo Norte, por Belém. Na região de Minas, chegou em 1800, aproximadamente. Ou seja, não existia nem

pensamento do Código Florestal antigo, de 34. E nas áreas de uso restrito, a mesma coisa. Continua.

“Não é permitida a conversão de floresta nativa situada em áreas de inclinação entre 25º e 45º para uso alternativo do solo, sendo permitidos o manejo florestal sustentável e a manutenção [aqui não diz, em nenhum momento, que é para abrir, é a manutenção do que já existe] de culturas de espécies lenhosas [como o Senador colocou], perenes ou de ciclo longo e atividades silviculturais, vedada a conversão de novas áreas.”

Ou seja, em nenhum momento está se pedindo para aumentar mais nada. Estamos pedindo para continuar onde estamos.

Próximo, por favor.

Aqui, algumas imagens digitalizadas da Embrapa, mostrando regiões que estão em Áreas de Preservação Permanente. Aqui, Guaxupé...

Próximo, por favor.

Alfenas...

Próximo, por favor.

Alfenas também.

E aqui o que a cafeicultura mineira põe nessa nova reforma do Código Florestal. O que nós estamos querendo? Por quê? Porque 80% de toda área de produção se encontra em área de uso limitado, conforme mostrei anteriormente, e legalizadas pelas normas do Código Florestal vigente. O cumprimento integral da legislação atual implicaria na retirada da atividade de todas essas regiões. Como eu mostrei para vocês, aquele mapa georreferenciado mostra que não tem escapatória, a pessoa vai ter de sair quase que por completo daquela região, reduzindo drasticamente a produção nacional do café. Como eu disse para vocês, a quantidade de café produzido no Brasil, 51% é em Minas e, dentro dessas regiões, 80% de café. A retirada da atividade é justificável sob o ponto de vista ambiental. As pessoas vão questionar: por que do ponto de vista ambiental? Porque se você somente retirar e deixar ali, é muito pior do que está hoje. Foi colocado aqui que, dependendo do local, se você somente abandonar a área, você pode estar ajudando. Mas temos de observar também que existem obras civis, como os terraceamentos. Muita coisa o homem já fez ali antes do Código Florestal. E se em mais de duzentos anos a cultura está lá até hoje, e mostrando a pujança, mostrando a força que tem, está mostrando que está equilibrada naquele local. É injustificável socioeconômica e inclusive culturalmente. Hoje, o café já entrou na cultura do mineiro. Não tem como dizer... Quando você toma um copo de café, como todos tomamos aqui, na hora

de tomar é bom, é gostoso, mas na hora de observar de onde vem ninguém nunca consegue, acredita que o café vem da gôndola do supermercado, como todos acham. Hoje, o café está incrustado na cultura mineira. Não há como tirar isso. Se você tira e tenta repassar outra atividade para o mineiro, ele vai sofrer e muito com essa mudança. E isso traria consequências desastrosas à economia regional e local.

Inexistência de alternativas econômicas à população regional na eventual extinção da cafeicultura mineira. É aquilo que eu disse: quando a pessoa, seu pai, seu avô, seu bisavô, todos trabalham com café, você praticamente interage com o café, você conhece pelo cheiro, pela cor, como o café está neste ano. A partir do momento em que você tenta colocar outra atividade, até ele conseguir fazer toda essa absorção de conhecer toda a fisiologia da planta, conhecer a planta. Isso vai demorar muito tempo e pode ser que ele não consiga se adequar a essa nova cultura e está fadado a ir para uma favela dentro de uma cidade.

Próximo, por favor.

Isso aqui é uma coisa que nós colocamos dentro da CNA desse jurista francês Georges Ripert, que foi professor de Direito nos anos 40 – uma coisa muito interessante de se ler: “Quando o direito ignora a realidade, a realidade se vinga ignorando o direito”. Isso é muito forte. Hoje, quando se faz uma norma, uma regulamentação, muitas vezes não se observa o que está acontecendo na ponta. E a ponta, muitas vezes, não aceita por mostrar que é impossível de acontecer e se revolta contra isso.

Então, a fala desse jurista é muito importante de ser repassada.

Próxima, por favor.

Agradeço a todos. Nós, da CNA, estamos à disposição sempre que for necessário dar qualquer explicação sobre o que está acontecendo com o Código Florestal atual e o que pode acontecer com o novo Código. Estamos à disposição. Sempre que nos chamarem, nós vamos atender prontamente.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado.

Eu que agradeço a colaboração que V. Ex^a traz ao debate.

Passo, agora, a palavra ao..

Registro a chegada do amigo e nobre Deputado Paulo Piau, presidente da Frente Parlamentar de Defesa da Pesquisa e da Inovação Tecnológica Agropecuária.

Passo, agora, a palavra ao Sr. Manoel Bertone, Secretário de Produção e Agroenergia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O SR. MANOEL BERTONE – Sr. Senador Rodrigo Rollemberg, que preside esta audiência pública conjunta, muito obrigado pelo convite; Senador Clésio Andrade; Deputado Diego Andrade; Srs. Senadores; Sr^{as} Senadoras; meus amigos da cafeicultura; eu aqui sou Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ou seja, sou governo, sou Executivo, mas, evidentemente, não posso esconder de vocês que sou algo além disso. Sou cafeicultor, tenho a minha vida toda na cafeicultura e algumas coisas precisam ser colocadas,

A cafeicultura de montanha é importante não apenas no Brasil, ela é importante no mundo todo. O mais país que é mais reconhecido como cafeeiro no mundo – infelizmente nem é o Brasil – é a Colômbia que produz só oito milhões e meio de sacas hoje e é 100% café de montanha.

Em toda a América Central – Costa Rica, Guatemala, Honduras, El Salvador – é cafeicultura de montanha. No México, na região de Chiapas, grande parte é cafeicultura de montanha.

Aqui no Brasil, a cafeicultura de montanha não está só no sul de Minas. Está também na Zona da Mata, está muito forte no Espírito Santo, como a própria Cooperativa de Guaxupé. A Cooxupé demonstrou que também em algumas regiões de São Paulo, como no noroeste, como também no norte do Paraná.

A cafeicultura de montanha é importante no Brasil e talvez 50% dos nossos cafés sejam produzidos em região de montanha. Eu não tenho certeza se os 50% estão em áreas de inclinação acima de 45° ou não, mas grande parte da cafeicultura brasileira está em região de montanha. É a nossa cafeicultura mais importante. Importante na geração de emprego, porque a cafeicultura de montanha gera mais empregos do que a cafeicultura de planalto, obviamente porque a cafeicultura de planalto é mais mecanizada. E é também a cafeicultura que produz o melhor produto. A cafeicultura de montanha é justamente a cafeicultura que agrega valor à produção brasileira, é a cafeicultura que posiciona melhor o nosso café no mercado mundial. Diga-se de passagem que o Brasil é de longe o país mais importante na cafeicultura do mundo.

Nós exportamos, nos últimos doze meses, perto de 35 milhões de sacas, faturamos US\$7,5 bilhões, ajudamos a desenvolver importantes regiões, particularmente no último ano com essa renda nós resolvemos grande parte do endividamento agrícola da cafeicultura.

A cafeicultura é uma atividade, sem dúvida nenhuma, das mais importantes do País. O Brasil exportou 20 bilhões em soja; 15 bilhões em suco energético, açúcar e etanol; em torno de 15 bilhões também em carnes, todas as carnes juntas; e depois o nosso

café, com US\$7,5 bilhões, contribuindo para a nossa balança comercial.

Queria dizer também, e o faço em nome do Ministério da Agricultura, que nós estamos no caminho certo. Não estamos muito longe de alcançar os objetivos que a sociedade brasileira deseja e merece, que é a solução desse problema.

Nós não podemos postergar essa solução. A Câmara deu uma contribuição enorme aprovando um projeto do Deputado Aldo Rebelo, agregado de uma emenda importantíssima para esse Código, que também teve aprovação maciça dos Deputados Federais. Com uma aprovação dessa, presume-se que a sociedade brasileira esteja muito próxima do consenso. Assustou-me um pouco o antagonismo que essa proposta da Câmara teve. Nós estamos muito perto de obtermos uma solução equilibrada para a questão ambiental brasileira sob o ponto de vista do nosso Código Florestal.

Nós acreditamos firmemente que o Senado agirá com a celeridade necessária, porque o mais importante agora é retirarmos esses produtores da insegurança jurídica. É insuportável para nós, cafeicultores, e para nós do Governo, irmos às regiões agrícolas do País e, em vez de respondermos às questões relativas à economia dos setores que nos cabe administrar, às vezes, perdemos toda nossa estada respondendo, tentando diminuir a ansiedade dos agricultores no que se refere à insegurança jurídica que tira o sossego das suas famílias.

Os exemplos que a Cooxupé aqui apresentou são exemplos que servem para qualquer Estado da federação e servem quase que para todas as atividades agrícolas nacionais. Se você vai no norte do Paraná, mesmo em regiões que não são de montanha ali a preocupação é enorme. Se você vai no Mato Grosso do Sul, ali a preocupação é enorme. Se você vai ao Espírito Santo, sul de Minas, nem se fala, a gente quase não responde a outro assunto a não ser sobre a legislação ambiental. Quando escapa um pouco da legislação ambiental, a gente é obrigada a responder, Deputado Paulo Piau, sobre a legislação trabalhista – vocês sabem muito bem disso.

Então, a insegurança jurídica é hoje o principal tormento do agricultor brasileiro. Eu acho que as pessoas, os técnicos que se apresentaram aqui antes de mim expuseram com bastante propriedade o dilema que nós enfrentamos, mas é também bastante claro para todos nós que todo esse dilema fica resolvido se o projeto da Câmara fosse aprovado na íntegra aqui no Senado Federal.

Isso é importante termos em mente. É lógico que alguns ajustes podem ser feitos, talvez até de-

vam ser feitos, porque para se construir o consenso, é conveniente que nós também saibamos ceder em alguns pontos em que essa concessão possa ser factível e viável. Eu acredito firmemente na capacidade de nossos Senadores de conseguir esse consenso da sociedade brasileira, esse consenso necessário entre produção e meio ambiente – absolutamente necessário –, de modo a que a gente satisfaça não apenas a sociedade brasileira como a sociedade mundial, que está evidentemente de olho em nós todos.

Eu, como cafeicultor, participei durante alguns anos, três anos, de um projeto internacional de sustentabilidade denominado Quatro C, que era o código comum da cafeicultura mundial.

O Brasil é o país que se mostra o mais sustentável do mundo na atividade cafeeira. É o país que dispõe da mais rigorosa legislação ambiental do mundo e da mais rigorosa legislação trabalhista do mundo. Estudei três anos isso junto com países da Europa, com os grandes *tradings* internacionais de café e representando países produtores de café da América do Sul, da América Central, da África e da Ásia.

Não há país produtor de café no mundo que tenha que cumprir a legislação que o cafeicultor brasileiro tem que cumprir. E todos os projetos de certificação do mundo qualificam para fins de certificação as atitudes dos produtores tendo em vista a legislação desse próprio país. Não é justo que o agricultor brasileiro – e aí eu vou mais longe: não apenas o cafeicultor, mas o agricultor brasileiro – tenha que cumprir legislações tão rigorosas que lhe tiram competitividade internacional, ao passo que os nossos concorrentes não fazem a metade do que o Brasil já faz. Nós somos recordistas em reservas, reservas legais, áreas de APP, reservas naturais do Estado, parques nacionais, parques estaduais, reservas indígenas. Praticamente o nosso País está todo reservado.

Nós não queremos muito. Queremos só trabalhar onde já trabalhamos. Não estamos solicitando o direito de desmatar desregradamente. As reservas devem ser utilizadas quando a sociedade brasileira sentir falta delas. Nós somos o País que mais tem a contribuir para a paz mundial através do fornecimento de alimento sustentável. É isso que nós temos que buscar, é isso que nós temos que manter e falta muito pouco. Basta aprovarmos o projeto que já foi aprovado na Câmara Federal.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT)
– Agradeço a sua participação, Dr. Manoel Bertone. E quero convidar para dar seu depoimento de cinco minutos, no máximo, dois presidentes de sindicatos aqui presentes: Manoel, do Sindicato dos Produtores

de Boa Esperança; e Arnaldo Botrel, do Sindicato dos Produtores de Varginha.

Por favor, Sr. Manoel, se estiver presente ...pode ser daí mesmo. O que vale é a palavra.

O SR. MANOEL JOAQUIM DA COSTA – Boa tarde, Sr. Senador Blairo; Sr. Senador Clésio Andrade; nosso Senador Zezé Perrella; nosso Deputado Odair Cunha e Paulo Piau; Sr. Manoel Bertone; Diego Andrade.

Não trouxe nenhuma análise aqui, mas comecei a fazer este discurso há 45 anos, Senador, quando eu nasci. Foi uma labuta terrível, passamos diversas intempéries da natureza, seca, chuva, preço de café.

Nós estamos vivendo, lá no campo, numa zona de conflito. Passamos dez longos anos de sofrimento de preço do café, perdendo dinheiro, achando que a nossa vida ia pegar um rumo e ia tranquilizar no campo, aí veio o código ambiental. Aquilo deu um transtorno muito grande porque grande parte das nossas propriedades, nós tivemos que pagar. Outras foram herdadas, mas os nossos pais e avó compraram.

Vocês falaram do impacto que vai trazer na cafeicultura, no arroz, no feijão. E eu vou falar do impacto que vai causar em mim, como Presidente de Sindicato, formado 95% de pequenos. Vocês não sabem o constrangimento em que estão nos deixando na serra da Boa Esperança, como em todo centro do País por perder um patrimônio. É justo deixar um pouco dessa reserva, mas tirar de onde já tem tão pouco faz tanta falta, Senador.

Não vamos questionar o Código. Se perguntassem para mim, eualaria: vamos melhorar a proposta do Aldo Rebelo, mas como ele foi Deputado, como vários aqui presentes, que andaram por este País inteiro, não vamos falar que ele é o mais perfeito, mas vamos aceitar que ele está diante da situação que nós merecemos.

O que eu gostaria de dizer era isso e agradecer o Senador Clésio Andrade, por ter dado condições de o Sindicato de pequenos produtores poder usar a palavra. Nós representamos hoje mais de 3.500 produtores rurais e vocês podem ter certeza, Deputado, que somos produtores que alavancamos este País com suor e lágrimas. Como eu disse, gastei 45 anos para tentar passar essas palavras e sei não passei todas, mas o senhor, como estudioso, entende muito bem.

Gostaria de, mais uma vez, agradecer a todos. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Clésio Andrade. PR – MG) – Muito bem, Manoel.

Gostaria de te agradecer. Acho que o seu depoimento é muito forte para todos nós, primeiro porque é um depoimento de coração, de força de trabalho, da

história do café, principalmente o café de Minas, e você demonstrou isso muito bem nesses poucos minutos. Acho que esse é o sentimento que a gente precisa colocar aqui no Senado.

Eu gostaria de aproveitar, antes de passar ao Arnaldo, para agradecer a presença da Senadora Ana Rita. Eu, lamentavelmente, omiti o nome dela quando estava falando. A Senadora Ana Rita, que é do Espírito Santo, teve de sair e provavelmente ia falar e trazer coisas boas para nós também. Ela é uma Senadora de um Estado importante e que também vai sofrer muito com o Código se não houver essas adequações.

Então, esse registro é um agradecimento por ela ter vindo apoiar esse nosso requerimento e esse nosso trabalho a favor do café.

Passo a palavra ao Arnaldo Botrel, para que ele possa fazer a sua colocação.

O SR. ARNALDO BOTREL – Prezado Presidente Clésio Andrade, sindicalista, produtor rural, cafeicultor, entendedor de café, que sei, em suas propriedades no sul de Minas; Manoel Bertone, do Ministério da Agricultura; gostaria de ressaltar o trabalho que tem sido feito com transparência, ética e competência, principalmente ressaltando a última atuação do Ministério da Agricultura por ocasião da eleição da OIC, um trabalho que foi extremamente competente e nós trouxemos para o Brasil o posto mais alto que é a presidência da OIC – publicamente, gostaria de parabenizar você e o Robélio que está lá nos representando.

Prezado Diego Andrade, amigo e companheiro, jovem Deputado, que logo na primeira legislatura, já levantou uma bandeira e está de posse dessa bandeira tão importante, que é a cafeicultura.

Deputados Paulo Piau e Odair Cunha, Senadores Perrella e Moka, Senadora, demais companheiros, presidentes de cooperativa e sindicatos, parece que é uma coisa antagônica, mas, na semana passada, propositalmente, estive visitando dois países: Cuba e Panamá. E, como todos sabem como é a sobrevida no socialismo, principalmente falando de Cuba, e no Panamá as diferenças comparando com o Brasil também. Eu queria dizer resumidamente o seguinte: o Código Florestal de 1962 é arcaico sem nenhuma condição de ser cumprido, nem lá em Cuba ele poderia ser aplicado, um país fechado onde o socialismo empobrece o povo. Nem lá em Cuba poderia ser.

Agora o novo Código Florestal, que foi ampla e democraticamente debatido pelos Deputados Federais, em especial por aqueles que ficaram à frente da Comissão, como o Deputado Paulo Piau, teve mais de cem audiências públicas em todo o País, audiência até em cima de barco, para trazer para a Câmara dos Deputados exatamente a transparência e expressar o que

os dois lados, ambiental e o da produção, pudessem expressar. Sem dúvida nenhuma, o Deputado Aldo Rebelo, com todos os Deputados que votaram a favor, foram extremamente felizes ao trazer esse relatório, que está agora está nas mãos de V. Ex^{as}, Senadores.

O Deputado Paulo Piau e os demais que estão aqui são testemunhas de que acompanhei, com dificuldade, todos os impasses que ocorreram na Câmara dos Deputados. Muitos deles, entraram madrugada adentro. Acompanhei todos. Que nós não deixemos isso acontecer aqui no Senado. Sejam objetivos, sejam coerentes com o que já foi feito. Não que o debate não possa acontecer, mas é preciso que seja rápido, porque, enquanto estamos aqui conversando, o que é muito importante, lá, em Minas Gerais e em muitos outros lugares do Brasil, promotores e promotoras estão “canetando”, estão multando, autuando produtores e produtoras de café e de outras atividades, porque estão baseando-se, não esperam nem o novo Código Florestal, no arcaico Código de 1962. Pior do que autuar e multar: estão obrigando, induzindo produtores e produtoras a fazer termo de ajuste de conduta (TAC) e, não podendo cumprir, eles estão recebendo ordem de prisão e *sursis*. Produtores de 70, 80, 90 anos de idade, como está acontecendo em Pará de Minas, São Gonçalo do Sapucaí, estão sendo condenados, estando em *sursis*.

Agora vou usar com toda a liberdade o Senador Perrella. O senhor sabe que somos criador do mangal-larga marchador. Eu vou falar o que é a reserva legal. É como se eu tivesse ido lá em sua fazenda, em sua propriedade – e já tive o prazer de ser recebido lá – e montasse em uma das suas éguas, dos seus cavalos e saísse naquela boa marcha. E, na hora que eu voltasse, eu ficasse em cima dele e o senhor me perguntasse: “Mas, Arnaldo, você não vai descer?”. “Não, eu não vou descer.” “Mas por quê?” “Porque 20% desse cavalo agora é meu.” Sabe o que é isso? Isso é confisco. Isso acontece só em Cuba. Então esse debate que precisa acontecer no Senado sobre a reserva legal é com relação a reembolso, a remunerar os produtores que são produtores de água e não os mais consumidores de água; são os menores poluidores e maiores contribuidores da água.

Queria finalizar as minhas palavras pedindo ao Senado que o debate seja em cima de remuneração, em cima de quem produz água, em cima de quem vai ter que fazer reserva legal. Que se pague. Um produtor que teve uma propriedade comprada por seu pai ou seu avô, ainda mais que cumpriu a Constituição, registrou a propriedade, agora, por causa de um Código Florestal, vê 20% de sua propriedade sendo tomada. Isso não pode acontecer. Isso só aconteceu em Cuba, nem

acontece mais, porque o Raúl Castro já está abrindo. Nós precisamos é de remuneração das nossas reservas legais e também da produção de água.

Muito obrigado por ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Clésio Andrade. PR – MG) – ... oradores, que é o Deputado Diego Andrade, Deputado César Colnago e o Eduardo Damião. São esses os oradores. Eu perguntaria ao Senador Jorge Viana se quer ter precedência. *(Pausa.)*

Então vamos ouvir o Deputado César Colnago.

O SR. ZEZÉ PERRELLA (Bloco/PDT – MG) *(Fora do microfone.)* – Quero me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Clésio Andrade. PR – MG) – Na sequência, a hora que entrar o debate, já faço a inscrição.

O SR. CÉSAR COLNAGO (PSDB – ES) – Senador Clésio Andrade, que neste momento dirige os trabalhos desta audiência, eu queria cumprimentar todos os demais Senadores, o Presidente da nossa Frente Cooperativista, Senador Moka, o Senador Jorge Viana, todos os Senadores aqui presentes, Deputados, nosso Presidente Diego, todas as cooperativas e sindicatos. Só quero dar uma contribuição rápida e parabenizar pelo trabalho.

Nós, lá no Espírito Santo – sou Deputado pelo Espírito Santo, Ana Rita estava aqui e teve que ir à Comissão de Educação, se não me engano foi o que ela me falou –, dos 78 Municípios, só a capital não produz café. Mesmo a Grande Vitória, Serra, Vila Velha, com uma pequena área rural do Chury, tem café. Setenta e sete tem café. Nós temos uma partilha da propriedade e a questão fundiária talvez igualável a Santa Catarina.

Quarenta e oito por cento tem até dez hectares. Ou seja, 50% do nosso Estado correspondem talvez à realidade da menor propriedade apresentada aqui, das duas menores aqui, sendo que, quando a gente inclui de dez a cem, a gente coloca aí 80 mil proprietários rurais, representando 94% do Estado.

A cafeicultura tem para nós uma importância...! Nós somos 0,5% do território nacional, mas somos o segundo produtor de café do Brasil, o primeiro produtor de conilon. Este ano iremos produzir quase 12 milhões de saca de café. Isso tem para nós uma importância... O Espírito Santo, que tem apenas 3,5 milhões de habitantes, tem ligado à cafeicultura 400 mil pessoas; diretamente. Temos, com certeza, uma área de pequena propriedade rural, 82% são propriedades em que o *modus* de operação e de trabalho é de agricultura familiar. Temos uma partilha do solo muito interessante e, evidentemente, o café tem uma importância muito grande e ocupou muito dessas áreas que o Código de 1965 não permitia. Temos uma situação, não só na área do café, mas na área serrana, que é

produtora de hortifrutigranjeiro: muitos proprietários com um, dois, três hectares.

Então, acho que discutir o Código à luz da importância da sustentabilidade, à luz da importância da água, da terra, com as inovações tecnológicas e possibilidades... Crescemos, nos últimos 15 anos, no Espírito Santo, em 215% a produtividade do café, a produção de café, aumentando apenas 11% de novas áreas. Ou seja, nós estamos produzindo hoje, principalmente na área do conilon, muitas propriedades com 100 sacas, 120 sacas por hectare; até 150 sacas por hectare.

Para essa discussão que a Câmara já fez e está aqui no Senado, é importante a contribuição dos cafeicultores, como estamos vendo aqui, Diego, dentro de uma visão da importância que ela tem na geração de renda, na geração de ocupação do trabalho de pequenos produtores. Evidentemente que o Código anterior, que veio da Câmara, já contemplou muitas dessas situações. Eu acho que, aqui no Senado, pelo que estou percebendo, até por ser uma Casa em que se discute com mais profundidade um pouco o tema, é possível consolidar o que veio da Câmara e fazer pequenos ajustes, no sentido de buscar a perpetuação... Temos aí a cafeicultura como elemento importante de pauta de exportação, de geração de trabalho, de renda, de tributos, ao mesmo tempo, evidentemente, buscando equilibrar as questões pertinentes à propriedade rural, no sentido de que aquelas pequenas, com certeza, são as mais prejudicadas.

Nós temos institutos lá, Senador Clésio, é o caso do Cedagro, que compõem-se de empresas privadas e de setor público. Existe um estudo feito há mais de quatro anos pelo engenheiro Gilmar Dadalto, do Incaper, que mostra muito a realidade da aplicação das nossas propriedades de cafeicultura, e não só da cafeicultura, mas principalmente dela, por tratar-se do principal produto da nossa pauta de produção agrícola, e a incompatibilidade do atual Código com a realidade.

Eu acho que a busca da alteração está finalmente chegando. Que a gente consiga produzir aqui o melhor para o País, mas preservando principalmente a renda, o emprego e essa cultura tão tradicional, tão importante para o Brasil. Tenho absoluta segurança de que o Senado fará a melhor discussão nas Comissões que estão aqui, de Meio Ambiente e de Agricultura, para que possamos consolidar um código mais próximo da nossa realidade.

Quando Aldo estava conversando conosco, ele fez uma discussão especificamente com a bancada do meu Partido. Eu dizia para ele que não era fácil colocar no papel um país gigante, de um tamanho de um continente, com biomas de formas tão diferenciadas. Que o ideal era que tivéssemos, na verdade, uma análise,

tanto por parte do produtor como por parte dos órgãos de Estado, caso a caso: tipo de solo, tipo de encosta, tipo de comportamento ideológico.

Essas coisas todas influenciam. Como nós temos que ter uma regra geral, é muito difícil compatibilizar tudo. Por isso que essa discussão é tão intensa, tão apaixonada, porque não é fácil. Se ela fosse tocada, caso a caso, com o produtor e com os técnicos, vendo-se o que é melhor para a produção, seria o ideal, mas a gente tem que estabelecer uma regra geral para o País como um todo. Por isso não é simples. Mas tenho certeza de que o que vai surgir do Senado e o que vem da Câmara avança e muito. E nós precisamos garantir essas conquistas, discutidas até agora.

Muito obrigado.

Parabéns ao Senador e ao Deputado Diego, que tão bem tem conduzido nossa Frente Parlamentar em Defesa da Cafeicultura.

O SR. PRESIDENTE (Clésio Andrade. PR – MG)
– Agradeço as suas palavras.

Temos ainda três expositores: Diego Andrade, Eduardo Andrade e Eduardo Damião. Em seguida, começaremos os inscritos, que já estão registrados aqui.

Gostaria também de registrar a presença da nossa Prefeita de Três Pontas, Luciana Mendonça, que costuma falar inclusive que Três Pontas é a maior produção *per capita* de café do mundo, não é, Luciana? Que não tem uma área de Três Pontas que não tenha produção de café, viu, Senador?

Quero registrar a presença do Senador Zezé Perrella, que é um dos inscritos, logo após o final dos nossos expositores.

Deputado Diego Andrade.

O SR. DIEGO ANDRADE (PR – MG) – Senador Clésio Andrade, em seu nome queria cumprimentar todos os Senadores; Senador Moka, que está aqui presente; Senador Blairo, que já esteve presente; Acir Gurgacz; enfim, todos os Senadores que estão se debruçando, que convivem com essa realidade, que sabem as dificuldades dos produtores, o receio que eles estão de, de repente, aprovar-se alguma coisa que os coloque em pior situação do que estão.

Nós temos que buscar realmente um consenso. Sobre esse tema, eu posso falar com alguma propriedade, porque, além de cafeicultor, de trabalharmos na Frente Parlamentar em Defesa da Cafeicultura, de ter uma votação ampla na região cafeeira, dirigi a Companhia de Saneamento de Minas Gerais, que é uma companhia extremamente premiada com a questão da água. Acho que a gente pondera muito bem a questão do meio ambiente com a questão da produção.

Eu queria parabenizar o Aldo e, em nome dele, cumprimentar todos os Deputados que estão trabalhando

do junto com a gente na Frente Parlamentar – porque os resultados que a gente tem alcançado são graças ao trabalho em conjunto –: o César, o Paulo Piau, o Odair Cunha. Por meio desses três, e não quero deixar nenhum de fora, quero cumprimentar a todos. O importante é isto: esta união.

Muito obrigado, Senador, por ter marcado prontamente... A sugestão desta audiência pública surgiu de uma reunião de cafeicultores no sul de Minas, uma reunião muito grande que aconteceu na Cooxupé. Quero fazer um pedido: se você puder encaminhar essa apresentação a todos os Senadores, àqueles que não tiverem a oportunidade de ter o conhecimento dessa ilustração prática de como está com o Código anterior e como vai ficar com o projeto do Aldo... O Aldo rodou o Brasil inteiro, ele não tem raiz como produtor rural. Isso que impressiona, porque foi uma pessoa que teve sensibilidade de achar um relatório... É muito fácil a gente morar em um apartamento na capital e colocar a questão de forma a marginalizar o produtor rural.

Outro dia, encontrei um jovem que me perguntou: “Poxa, você está contra o Código Florestal, né? Minha professora, na escola...” Eu falei: vem cá, que eu vou te explicar. E expliquei para ele que o Código atual, que foi aprovado na Câmara, não autoriza a cortar... O que está sendo colocado por muitos da sociedade é que estamos aprovando para cortar árvore, para desmatar, e não é nada disso. É para colocar de forma regular os produtores que tanto trabalham pelo Brasil. É o agronegócio brasileiro que tem sustentado a balança comercial. No sul de Minas Gerais, especialmente, quando o café está em uma condição adequada, a gente sabe que é prosperidade para a região toda. Movimenta a economia, movimenta o comércio. É claro que a gente tem que trabalhar todas as políticas, mas sem esquecer da cafeicultura.

Obrigado a todos. Em nome do João Abrão, cumprimento todos do Governo que tem ajudado, Manoel Bertoni; em nome do Breno, que tem excelente conhecimento técnico, que tem apoiado muito a Frente Parlamentar, através da CNA, para que a gente tenha sempre esse discernimento, cumprimento todas as classes aqui presentes, os presidentes de cooperativas, o Francisco, meu conterrâneo. Cumprimento, em nome dele, todas as cooperativas aqui presentes. Muito obrigado. Vamos continuar nessa mobilização. Tenho certeza de que se todos os Senadores que estiverem aqui, homens de bens, puderem ter conhecimento claro do que é o Código Florestal, do que foi o trabalho do Aldo, eles vão votar com consciência, vão priorizar essa votação e vão votar um texto que protege o meio ambiente, mas garante segurança para o produtor. Muito obrigado a todos vocês.

São as palavras que eu queria deixar aqui. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Clésio Andrade. PR – MG)

– Eu convidaria nosso Senador Waldemir Moka, Vice-Presidente da Comissão, para assumir a presidência. Eu ficaria mais confortável ajudando. Com certeza, sua presença aqui fortaleceria a nossa posição.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS)

– Ao contrário. Eu acho que estou aqui exatamente... Quem tem que presidir é um Senador de Minas Gerais. Temos aqui o Perrella e V. Ex^a. Eu acho que é por aí, viu? Se cada Estado garantir os três votos de Senadores, vai ser tranquilo.

O debate está sendo muito equilibrado. Quero chamar a atenção para o fato de que aqui, no Senado, estamos tendo uma discussão muito importante. Lamentavelmente, o Senador Jorge Viana, que é o Relator da Comissão de Meio Ambiente não pôde vir. É uma situação não só de Minas Gerais, mas que retrata bem...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu estava ouvindo lá...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS)

– V. Ex^a estava ouvindo? Então V. Ex^a percebeu: são pequenas propriedades... Aí a gente vê a defesa da isenção quando se trata de *...(inaudível)*... O que aconteceria se essa legislação não existisse? São essas questões que estamos trabalhando aqui. Mas eu acho que o clima é de tranquilidade, e o importante é garantir que ainda este ano a gente consiga votar o Código Florestal. Acho que isso é fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Clésio Andrade. PR – MG)

– Seria importante, então, Senador, que o Senador Zezé Perrella, o senhor e o Senador Jorge Viana pudessem vir para a Mesa para reforçar esse quadro, participar conosco.

Dando sequência aos expositores, damos a palavra ao Dr. Eduardo Trevisan.

O SR. EDUARDO TREVISAN – Primeiro de tudo,

quero dizer que é um honra, para mim, estar aqui hoje representando Imaflora. Agradeço o Presidente e todos os Senadores, Senador Rodrigo, Senador Clésio, o Deputado Diego Andrade, o Dr. Manoel Bertone, os presidentes de cooperativas que estão aqui e algumas cooperativas que são inclusive parceiras das nossas atividades.

Bom, sou engenheiro agrônomo, filho e neto de produtor, meus bisavós inclusive vieram para o Brasil para colher café em fazendas, eram imigrantes italianos; depois meu avô também foi produtor, minha mãe também, por isso que acabei fazendo agronomia. Eu gosto muito dessa área.

Vou falar rapidamente de Imaflora, café sustentável e certificação, cases sobre certificação e adequação ambiental e considerações sobre o Código Florestal atual. Quero tentar fazer uma análise bem independente, afinal o nosso trabalho na área de certificação é bem focado nessa questão de dependência.

A nossa missão é incentivar mudanças nos setores florestal e agrícola visando à conservação, ao uso sustentável de recursos naturais e à promoção de benefícios sociais. Atuamos com café na área de treinamentos técnicos para cooperativas, agrônomos, técnicos agrícolas, em boas práticas de produção, conexão com mercados diferenciados, certificação. Atuamos com as principais cooperativas, as associações de café no Brasil, a Cooxupé tem sido uma grande parceira do milagre do nosso trabalho, entre outras. Em Três Pontas, como alguns falaram, temos alguns produtores certificados na região.

Bom, o que é certificação? Só para deixar claro, embora o Dr. Manoel tenha falado um pouco sobre certificação, quero tentar explicar para quem não sabe que ela é uma ferramenta que serve para enviar aos consumidores, aquelas pessoas que muitas vezes não sabem o que é um pé de café, que uma vaca produz leite, passar essa mensagem de como aquele produto – no nosso caso, o café – foi produzido.

O caso específico com o qual a gente trabalha é passar a mensagem para o consumidor, para que aquele produtor respeite os recursos naturais. As pessoas estão trabalhando lá na fazenda dele, na propriedade dele.

Hoje, o Imaflora certifica mais de três milhões de hectares em florestas plantadas, em florestas naturais, e na área de agricultura são mais 200 mil hectares certificados: café, cacau, cana, laranja, chá, entre outras coisas.

Pode passar, por favor.

Bom, e o Brasil, também como aqui o Dr. Manoel disse, é o maior produtor do mundo de cafés sustentáveis. Então, ele já é reconhecido; ele é muito maior do que o Panamá, muito maior do que Cuba, muito maior do que muitos países, não só em café como em dimensão, e aí a gente todo esse debate sobre o Código Florestal. Talvez, se a gente estivesse na Costa Rica ou no Panamá seria muito mais simples, porque a gente tem praticamente um bioma só, uma realidade só. Praticamente todo mundo é pequeno produtor. Mas, aqui, no Brasil, não. Nós temos grandes, médios, gigantes, micros e toda a realidade. A gente recebe muita gente de fora, e o pessoal fala: “No Brasil só há grandes produtores de café, de mil hectares”. Eu falo: “Não, a realidade é diferente. A maioria é de pequenos, e existem realmente os grandes”.

Também para informação, hoje existem 150 mil hectares em cafezais certificados no Brasil; 7 mil produtores familiares também já certificados, principalmente por um sistema que se chama comércio justo, e 1,5 milhão de sacas certificadas vendidas, exportadas por ano. Esse foi o dado de 2010.

Pode passar, por favor.

E o que significa ter cafés sustentáveis? Os produtores que são considerados sustentáveis, o que eles fazem?

Eles são comprometidos com algumas questões, comprometidos com a conservação dos recursos naturais existentes e composição, quando necessário. A gente fala de vegetação nativa, cerrados, pastos naturais, florestas, caatinga, entre outras coisas, conservação da água, do solo e também dos resíduos; não geração dos resíduos ou tratamentos dos resíduos gerados. A gente também fala de respeito aos direitos básicos de saúde e segurança dos trabalhadores, que é outro tema fundamental, acesso à água, alojamento digno, alimentação, equipamentos seguros e treinamento, redução e uso correto de agroquímicos e gestão.

Então, o Brasil, hoje, tem liderança nessa área. Por todas as dificuldades geradas pela legislação ambiental e pela legislação social, o Brasil, sim, tem se esforçado muito, principalmente os produtores do Brasil. Vocês que estão aqui, representando, têm se esforçado muito, têm tido liderança nessa área.

No papel e celulose, já são mais de três milhões de hectares certificados no Brasil. Mais de 50% do setor de papel e celulose do Brasil já são certificados, com grandes áreas no Espírito Santo, no Paraná e no Norte. Laranja também. Cutrale e alguns grupos da Votorantim já têm fazendas certificadas também e algumas usinas de etanol.

E vou chegar aqui no nosso tema do café no sul de Minas. Vocês podem ficar tranquilos. Daqui a pouco vou falar.

Pode passar, por favor.

Bom, o Código Florestal atual sobre o qual estou falando é o antigo, é o de 1965. Ele não tem sido um obstáculo para a certificação de tudo isso que falei – vou explicar –, embora a gente acredite que possa ser aperfeiçoado para a cafeicultura de montanha.

Na nossa análise, a cafeicultura de montanha – e aí entende-se Zona da Mata, norte de Minas, sul de Minas, Espírito Santo e essa região de produtores pequenos, agricultores familiares; e aí, quando a gente fala de agricultor familiar, agente pensa naquele produtor que tem até 20, 30 hectares. Alguns até de 50, em algumas regiões, mas aquele que toca a fazenda com a família, principalmente a família, e que tem alguns trabalhadores temporários na época da colheita. Isso

que é agricultura familiar. Para esses, sim, a questão é um desafio. Mas, realmente, para as fazendas maiores de café – a gente tem alguns exemplos –, não tem sido um desafio tão grande para se cumprir com o Código, inclusive no sul de Minas.

Tenho alguns exemplos aqui.

Agora que aprendi com nosso amigo Éder que não é bom a gente colocar a fonte. Acabei colocando, mas foi bom que aprendi.

Nós temos aqui, em Conceição do Rio Verde, uma fazenda muito interessante. Vocês podem ver que ele tem o café. Inclusive isso aqui é morro abaixo. Isso não é nem recomendado pelos agrônomos. Mas essa foto foi tirada em agosto do ano passado, e vejam que está bem conservada. É uma área que pode ser de topo de morro. É difícil avaliar se é 30%, 25%, 40% de declividade, mas vejam que está bem conservada. E ela tem as APPs aqui também conservadas, porque a dona da fazenda fala que café perto da água também não é bom para o café, porque o café muito perto da água perde qualidade. Ele não está acostumado. Existe alagamento. Não me bom.

Então, aqui, a gente vê um caso. Essa fazenda é certificada. Mesmo contendo essas questões aqui.

Pode passar.

Aqui, um outro caso extremo, porque é uma fazenda gigantesca de mais de 3 mil hectares de café. Aqui, a represa, que existe lá em Alfenas. O café não chega, realmente, muito perto; ele respeita a legislação. Mas são casos interessantes. Uma fazenda já adequada.

Bom, sobre o Código Florestal. Soluções que os produtores têm encontrado: Reserva Legal em área vizinhas ou em áreas não aptas para cafeicultura; parcerias com universidades e centros de pesquisa na criação de planos de recomposição de APP e Reserva Legal e familiares, averbação conjunta de APP e Reserva Legal.

Tudo isso vai ser aplicável tanto nesse modelo que está sendo proposto quanto no modelo que está em vigor, que está sendo feito. Os produtores familiares, muitas vezes, têm muita dificuldade em averbar a área. Por quê? Não têm recursos, dinheiro para averbar em cartório ou para fazer o georreferenciamento. Isso é bem complicado. Talvez o trabalho que a Cooxupé está fazendo de fazer o georreferenciamento das fazendas seja um serviço principalmente para os pequenos.

Pode passar, por favor.

E outros desafios dos produtores de café na área ambiental, focado no sul de Minas. Então, Reserva Legal e APP, acesso a tecnologias adequadas para recomposição florestal e georreferenciamento.

Há muitos produtores – alguns casos já foram mostrados aqui – que têm áreas que realmente não

são aptas para a cafeicultura. Eles têm interesse em recompor, mas, hoje, a tecnologia é difícil, é pouco acessível. Por quê? Um dos motivos: disponibilidade de água para irrigação. Hoje, a gente tem um desafio grande, que é essa questão de disponibilidade de água para a produção de café no Brasil. O que tem acontecido? As alterações climáticas; as chuvas têm mudado muito seu regime de chuva. Então, passam às vezes épocas, veranicos grandes. A gente está vendo várias fazendas no sul de Minas, em Três Pontas, por exemplo – eu reconheço algumas –, em que, passados 30, 50 anos sem irrigação, agora os produtores estão irrigando, porque tem sentido essa necessidade. E aí a gente entra naquela questão: realmente, em um certo momento, a gente precisa priorizar as áreas de produção de café, porque são importantes, fundamentais para a sobrevivência do produtor, e, por outro lado, a gente também precisa conservar as fontes de água.

Outro fato importante é que o Brasil compete no mercado global, e muitos ainda têm a visão de que a cafeicultura no Brasil ainda não é tão sustentável quanto na América Central. Dizem que aqui, pelo fato de o café ser em pleno sol, ele não é tão bom, ou não é tão amigo da natureza. Então, compete a todos nós mostrar que isso realmente não é verdade.

E, aqui, só para finalizar e mostrar ainda mais que o mundo quer esse café do Brasil, ele quer o café sustentável, o café certificado, o café que tenha uma mensagem. O McDonald's é, talvez, hoje, um dos maiores compradores. Quase todo o café do McDonald's, praticamente, vem do Brasil. Não era assim antes. Há cinco anos, não era assim. E eles lançaram numa revista europeia que, desde que introduzimos o café certificado, estamos vendendo 10 milhões a mais de xícaras de café, se compararmos com o ano passado. Isso foi em 2009 – eles colocaram 2008, e o café certificado já está em 2009.

Quero agradecer a oportunidade e dizer que estamos aqui à disposição para qualquer esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Agradecemos ao Eduardo Trevisan pela belíssima explanação e convidamos o próximo orador, o Sr. Eduardo Damião.

O SR. EDUARDO DAMIÃO – Muito obrigado, Senador Zeze Perrella; Deputado Diego Andrade, Srs. Senadores e Deputados aqui presentes, em nome da Abic, Associação Brasileira da Indústria de Café, digo que serei breve para que possamos passar aos debates; e também serei breve porque acho que os principais pontos com os quais a Abic está alinhada foram colocados pelos expositores que me precederam, em particular a CNA e os companheiros da Cooxupé.

Acho que o ponto relevante com o qual o Senador Rodrigo Rollemberg deu início a esta sessão se refere ao fato de que se deve eliminar – e acho que o debate que tem havido em torno do Código Florestal beneficia isto – esse falso paradoxo que se criou no Brasil entre preservação e produção. Isso é um falso paradoxo, e, nesse sentido, parece à Abic que o Código Florestal, da forma em que vem aprovado da Câmara dos Deputados, tem esse grande mérito, que é anunciar ou apontar para um caminho de ser um Código de desenvolvimento sustentável, que compactua, que coordena preservação com preocupações da produção.

Nós ouvimos aqui vários relatos sobre questões ou desconfortos com relação à legislação ambiental. Estávamos falando aqui da indústria do café, estamos falando da indústria do café, estamos falando do Código Florestal, mas os problemas que foram aqui colocados se aplicam às demais culturas agrícolas e se aplicam também, na nossa opinião, à aplicação em geral da legislação ambiental no Brasil.

Tenho o defeito de ser advogado de formação e de vir atuando em algumas questões ambientais. E o que se percebe – e me parece que o Código tem este grande mérito – é que ele leva em conta dois princípios que são fundamentais, se se quiser ter uma legislação ambiental eficaz: ele precisa ser pragmático, ele precisa ser proporcional e ele precisa ser razoável. Sem essas três variáveis, sem a observação de um pragmatismo, de uma razoabilidade na sua aplicação e na proporcionalidade das obrigações que são criadas, o Código tende a virar aquilo que o Código de 1965 virou: uma legislação ambiental que teve na sua origem um caráter pioneiro, mas que ignorou a realidade da produção agrícola nacional e colocou – uso até uma palavra um pouco forte – na clandestinidade uma série de produtores. E é isso que o Código que vem sendo debatido e que vem para o Senado da República, após ter sido aprovado de forma bastante impressionante, com mais de 400 Deputados na Câmara dos Deputados, vem trazer. Acho que ele vem trazer isso, e deixará como legado desse debate na Câmara e do que vier a ser feito aqui no Senado um legado muito importante com relação ao fim desse paradoxo e a uma coordenação melhor entre os princípios da preservação que, outra vez, toda a indústria, e, tenho certeza, todos aqui presentes concordam com sua importância, mas sem perder de vista os exemplos que nós vimos aqui, a situação principalmente dessa cultura que foi colocada aqui, que chega ao Brasil no séc. XVIII, em Belém, pelo Sr. Francisco Palheta – há até uma marca de café com o nome do Sr. Palheta, que foi quem introduziu o café no séc. XVIII no Brasil.

E dos pontos que foram aqui colocados muito bem pelo nosso colega da Cooxupé, acho que há duas questões que ficam aqui como um pedido ao Senado: a primeira é que, de fato, observem-se as dificuldades que houve na Câmara, na discussão, e que se saiba que é possível que os produtores tenham outros pleitos e que gostariam de ter outras mudanças no Código. É possível que o setor ambiental, quem busca maior preservação também queira. Existe uma frase que se usa comumente de que o ótimo é inimigo do bom, e me parece que nós estamos, outra vez, com esse Código, atingindo diversos objetivos.

Então, a manutenção dos princípios que foram aprovados no Código tal qual ele vem da Câmara dos Deputados parece para nós, da Abic, muito importante. E, pelo que ele vem a trazer, que ele seja aprovado com rapidez. O tempo aqui vem trazer aquilo que a legislação precisa conferir aos cidadãos em geral, à comunidade em geral, que é segurança.

Digo aos senhores, na qualidade de advogado que acaba militando em algumas questões, como é difícil você encontrar um cliente numa situação em que é praticamente impraticável, é impossível cumprir aquilo que está ali colocado. E há dificuldade, às vezes, de haver esse diálogo, quando a legislação vem contemplar isso. Acho que nós já temos no Brasil uma evolução que vem nessa área ambiental, com recente aprovação também da Política Nacional de Resíduos Sólidos, que também teve essa característica. Isso é muito importante.

Acredito que para a indústria, Srs. Senadores, Srs. Deputados, demais colegas aqui presentes, há três pontos que são importantes, que foram aqui colocados, que gostaríamos apenas de repisar.

Acho importantíssima a conquista que está no art. 8º do projeto do Código Florestal, que é a questão das áreas rurais consolidadas, que é contemplar; alguém aqui disse muito bem, tem sido utilizada esta expressão: como se se quisesse devastar, como se se quisesse autorização para desmatar. Não é isso. O que se quer é o reconhecimento daquilo que já é uma prática estabelecida há muitas décadas, inclusive muito antes da aprovação do Código Florestal de 1965.

Em segundo lugar, a questão de um olhar específico para os módulos rurais de pequeno porte. Viu-se aqui a realidade dessa indústria do café, mas, outra vez, não se busca aqui apenas um particularismo da indústria do café. Como eu já tive oportunidade de mencionar, parece que isso se aplica a diversos produtores. Acho que a questão da possibilidade de se ter um tratamento específico, um tratamento particular que leve em conta as características dos pequenos módulos, me parece, também, uma conquista muito importante.

Em terceiro lugar, a própria natureza dessa legislação deixa aos Estados uma parte importante, depois, na implementação. Acho que os Estados que estão próximos a cada indústria, a cada cultivo, a cada lavoura terão a sensibilidade de interpretar e aplicar aquilo que vem muito bem estabelecido no projeto do Código Florestal de modo a poder atender esses objetivos, que acho serem os objetivos de todos, que é consolidar o País como um grande produtor que é e, de longe, o maior exportador de café do mundo, grande produtor e também a produção agrícola do Brasil em geral.

Portanto, apoiamos e pedimos ao Senado que, obviamente, dentro das avaliações que precisam ser feitas, que esses debates, que as contribuições de quem nasceu dentro das lavouras, de quem vem pensando essas questões, dos debates aqui trazidos, possam ser compartilhados com os demais membros desta Casa, para que possa outra atingir o objetivo de, rapidamente, ser um novo Código Florestal que tire a insegurança que hoje paira sobre diversos produtores.

Agradeço, Senador, pelo uso da palavra e ficamos à disposição aqui, pela ABIC, para participar dos debates. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Perrella. Bloco/PDT - MG) – Nós que agradecemos, Dr. Eduardo, pela contribuição à Comissão.

Eu passo a palavra ao Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT - AC) – Obrigado, Sr. Presidente. Eu queria cumprimentar os colegas deputados que estão diretamente envolvidos com essa boa luta dos cafeicultores e dizer que o propósito nosso aqui no Senado... Ouvi uma parte da audiência no meu gabinete, porque não consegui chegar no horário marcado, e uma outra parte aqui... Eu não sei, mas tem horas que é até bom que a gente se encontre para poder atualizar a condução de um tema tão complexo, como é o do Código Florestal, com pessoas que têm um compromisso de vida, produzindo ou nas organizações dos produtores, ou mesmo na militância política dessa causa, que chamo de causa porque a cultura cafeeira se confunde com a própria história recente do Brasil. Recente que eu falo é 300 anos, não é qualquer coisa; e está diretamente ligada com o setor produtivo no Brasil e de tal maneira tem que ser tratada aqui no Senado, e eu penso que está sendo tratada assim. Uma parte do problema foi conduzida na Câmara. Eu queria tranquilizar inclusive alguns que legitimamente aproveitam e também colocam as suas convicções sobre questões importantes do Brasil, e isso é parte do processo democrático. Mas eu queria tranquilizar a todos, dizendo que, primeiro, o ambiente do debate aqui no Senado é um ambiente de ouvir, de consulta,

de considerar e até mesmo de tratar as questões, que são distintas, de maneira diferente.

Se os senhores ainda não têm conhecimento, eu queria dizer que, graças à compreensão do Senador Luiz Henrique, eu particularmente apresentei uma proposição de mudar a estrutura do projeto votado na Câmara, porque não sei no afã de encontrar uma solução para o problema real que existe, às vezes a gente não encontra melhor formulação. E parece que está solucionado o problema, mas, na primeira oportunidade, ele vai parar nos tribunais.

O Congresso brasileiro está vivendo, hoje, muito isso: acaba de aprovar uma lei e depois temos que depender da interpretação do Judiciário. O Brasil está entrando nesse caminho, que é muito perigoso, muito ruim, porque não há nada pior para quem quer segurança jurídica do que a judicialização dos problemas. Primeiro que não tem fim, só tem começo; segundo que é luta desigual, depende de quem tem uma boa banca de advogados, de quem tem até uma boa interlocução em alguns casos com determinados setores.

Então, aqui no Senado, nós estamos mudando a estrutura do texto, o Senador Luiz Henrique já incorporou; não foi votado ainda na próxima Comissão, mas já estamos trabalhando com ele. Sugiro, inclusive, às organizações que estão aqui, que a gente possa passar essa nova estrutura de texto, e estamos fazendo uma coisa que, eu penso e sei que o meu querido companheiro Eduardo, que preside uma das comissões, também, certamente, pensa assim, é no sentido de tratarmos os problemas o mais perto da realidade que eles vivem. Por exemplo: não tem como tratar o problema de quem planta café – e aí foi colocado pelo Eduardo – em montanha, em morro, que tem uma tradição secular, não posso tratar isso sem considerar que isso é parte de uma cultura, de uma tradição de regiões do País e da história de um povo.

E para tratar isso de maneira diferenciada dentro de um corpo de uma lei, nós vamos ter que separar o que são disposições transitórias de disposições permanentes. Transitórias para a gente pegar o que temos colocado como problema e encontrar uma solução para ela, diferenciando. Posso pegar uma posição mais extremada, porque o café uma cultura que ela também funciona como proteção de uma encosta. Mas eu podia pegar a cana, nos morros de Pernambuco, que também é plantada há séculos; e nós temos que encontrar uma solução. Não adianta querer misturar essa situação à cultura da maçã, da uva, do café e de outras atividades produtivas que nós temos com o regramento nacional.

Então, isso aqui no Senado está sendo considerado dessa maneira. Não precisa ninguém gastar a boa

energia, a boa saúde, que nós graças a Deus temos, fazendo uma luta que já está superada. Boa parte do que ouvi aqui já está superado, porque estamos falando em produção, em um módulo fiscal, em dois módulos. Gente, isso já está solucionado, não tem por que fazer esse enfrentamento, e muito menos ainda a gente não tem ambiente para pegar uma situação que está sendo tratada e solucionada para usar de argumento para outras situações que são completamente distintas; e por isso que a gente quer separar um pouco para não misturar.

Eu, com todo o respeito, V. S^a é advogado, o outro Dr. Eduardo, o que estava falando, mas se nós formos pegar no pé da letra, o primeiro Código Florestal é de 34, não estou me referindo aos cafeicultores anteriores ao primeiro Código – e eu já separei o problema – mas não pode generalizar uma fala dele quando diz que o Código botou as pessoas na ilegalidade. Calma!

Em 1965 – e eu sou da Amazônia – não tinha ocupação que pudesse ser problema no meu Estado. Em 65 tinha uma lei, tinha uma regra e o próprio governou estabeleceu assentamentos na Amazônia, rompendo com essa regra. Então, não foi o Código Florestal que colocou as pessoas na ilegalidade não; o Código já existia. E aí, para o Centro-Oeste vale a mesma coisa. E quem fez o primeiro Código Florestal, gente. Em 65 ainda não havia acontecido a reunião de Estocolmo, que começou a trabalhar a questão ambiental em 72. Em 65, o que nós tínhamos eram três agrônomos – pessoas que eram cientistas, trabalhavam nos institutos agrônômicos – e três juristas que foram chamados pelo governo e passaram três anos elaborando o Código Florestal. Foi feito por agrônomos porque estava havendo problemas na maneira como se estava fazendo a conversão dos biomas. E, sinceramente, os senhores conhecem bem as áreas produtivas, o sul de Minas, foi colocado aqui no Espírito Santo; a gente pode elencar aqui pelo menos umas dez regiões que são exemplos para o Brasil e para o mundo de aproveitamento do solo, de aproveitamento de uma encosta, de lidar com... Tanto é que está demorando séculos e os problemas são mínimos, mas os ganhos são muitos. Mas os senhores, se olharem um pouco para outras situações, nós vamos ver que na costa brasileira toda nós tivemos que fazer uma lei da Mata Atlântica, por conta do tipo de ocupação. Se você pegar de carro, de ônibus, pode pegar; os senhores conhecem bem; se sair do Rio de Janeiro para São Paulo, lugar de maior concentração, de densidade, os senhores vão ver a quantidade de áreas que, sinceramente, podem ser chamadas de tudo, menos de produtivas, que são um problema que existe. E a hora de encontrar uma solução, separando o joio do

trigo pode ser agora, tem ambiente, tem necessidade, o mundo mudou.

Agora, para concluir, falando uma coisa, porque o Dr. Eduardo, do Imaflora, trouxe questões que são fundamentais. Essa bebida, o café, é parte do nosso jeito de ser, da nossa cultura, do amanhecer do brasileiro, é parte nossa. Mas é uma bebida cada vez mais sofisticada diante do mundo. O mercado mundial, eu tenho tido o privilégio de fazer algumas viagens e comecei a observar o comércio solidário na Itália, por exemplo. A primeira vez que visitei foi no final dos anos 80, começo dos anos 90, e fui ao supermercado ver. Havia um box bem pequeno, mercado solidário. Aqueles eram consumidores que queriam saber de onde vinha a laranja, de onde vinha o café, e aí se criava um selo em que se garantia que não se está explorando o trabalho de crianças, que não está fazendo um trabalho escravo ou uma forma de se explorar as pessoas, o que é um direito do consumidor saber. E aí, ao voltar por três vezes, tive o privilégio de ver na mesma rede de supermercado que esse negócio virou uma parte importante da rede porque nós consumidores queremos saber o produto que entra em nossas casas. Eu quero saber, as minhas filhas querem saber, o meu vizinho quer saber. Então, nós queremos saber como foi produzido o produto que vamos consumir, a sua origem. Isso é mercado, esse é um padrão novo de consumo. Daí a importância da certificação. E o café brasileiro é um dos exemplos que está pegando essa veia de se poder se firmar no mundo através da certificação, com a origem. Isso é muito bom! É muito importante! Isso é uma vantagem! É um discurso importante inclusive para o Senado, para a Câmara poderem dizer: o pessoal está no caminho certo; estão fazendo aquilo que outros setores estão relutando ainda em fazer.

Então, estou colocando apenas mais um elemento de encontro nosso. Sinceramente, aqui o ambiente está distencionado, não tem ninguém querendo fazer um movimento de ir para lá; acho que boa parte dos problemas que os senhores estão trazendo, além de serem legítimos, já estão bem encaminhados para a solução.

Eu, como um dos relatores, posso afirmar isso, tanto pelo que tenho ouvido da parte do Governo da Presidenta Dilma, os Ministérios estão trabalhando conjuntamente – o Ministério da Agricultura, da Reforma Agrária, do Meio Ambiente –, procurando uma solução e nós estamos dialogando também com o Governo, porque o Governo é responsável por uma parte dessa solução. Estamos falando aqui e o Senador Eduardo Braga está trazendo para a Comissão dele um tema central, fundamental, que todos nós apoiamos, que é

o de pagamento por serviços ambientais para aqueles que trabalharam, que protegeram...

Isso está colocado, vamos fazer, vamos incluir, agora, vamos encontrar isso num ponto de diálogo, de debate, como eu penso que estamos fazendo aqui hoje, sem um tensionamento; não é quem derrota quem, quem ganha de quem, mas sim como nós podemos usar tudo o que temos acumulado de problemas para encontrar uma solução, para encontrar um entendimento.

Então, eu queria concluir, dizendo que tanto eu como o Senador Luiz Henrique tivemos o privilégio de passar em prefeituras, de passar em governos, de gerenciar conflitos importantes e acho que na parte que estou vendo hoje ser tratada aqui, dos cafeicultores, vocês estão longe de ser o maior desafio desse Código Florestal. Ao contrário, graças às contribuições que os senhores já trouxeram e também ao conhecimento acumulado na Câmara e aqui no Senado, não tenho medo de dizer que, certamente, pode não ser a ótima solução. Mas, de boa, não desce. Então, vamos encontrar uma boa solução sim e falo isso como alguém que vai considerar o que foi falado aqui prá que a gente possa encontrar uma boa solução, dar segurança para quem está produzindo. E não precisa, necessariamente, a gente desprezar que o Brasil cometeu muitos erros na hora de fazer a supressão de áreas. Foi estimulado por governos, não estou me desviando, mas temos que aproveitar para fazer uma concertação, usar bem áreas que têm aptidão para as culturas, fazer a conservação, fazer a compensação, sermos inovadores no mundo com os nossos projetos de estabelecer em cada propriedade reservas. Por que não? Isso é bom para a produção; produção dos mananciais de água, cuidados com as áreas de risco – aí, sim, áreas de risco são outra coisa –, separadas de encostas; tem que ver aquelas que são áreas de risco.

Então, dentro desse propósito, eu queria... Não estou querendo já dar um desfecho, mas quero passar o meu compromisso de, junto com o Senador Luiz Henrique e com os presidentes das comissões, dar a segurança que o setor precisa para seguir crescendo dentro do Brasil e fora dele.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Obrigado, Senador Jorge Viana.

Regimentalmente, teríamos já que encerrar as discussões, mas eu passo a palavra ao Deputado Odair Cunha e depois ao Deputado Paulo Piau. O Senador Eduardo Braga...

Com a palavra, então, o Deputado Odair.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu quero cumprimentar os nobres Senadores e Deputados aqui

presentes, cumprimentar a todos os companheiros da cafeicultura, das cooperativas e dos sindicatos.

Eu creio que, a partir da fala do Senador Jorge Viana, temos um padrão de comportamento fixado. Eu creio que a discussão em torno do Código Florestal é uma oportunidade de o Brasil fazer um encontro consigo mesmo, porque todos nós sabemos que se existe alguém que é interessado na preservação do meio ambiente e na qualidade do meio ambiente é o agricultor, porque é exatamente da terra, manejando a terra, manejando a água que ele retira o fruto do seu trabalho.

Então, é preciso, de uma vez por todas – e creio que esta é uma oportunidade que estamos tendo no Congresso Nacional –, de acabar com esse paradoxo ou com esse falso antagonismo que pode haver entre aqueles que defendem os interesses da agricultura e aqueles que defendem os interesses do meio ambiente, porque os interesses da agricultura estão intimamente ligados aos interesses ambientais, e isso, Senador Zezé Perrella, Senador Clésio Andrade, precisa ser reafirmado por nós, porque muitos que vivem na Avenida Paulista, no centro de São Paulo, não têm a mínima ideia do que dizem e não contribuem em nada com a preservação ambiental. Enfim, a questão ambiental está intimamente ligada à questão da agricultura, e creio que a gente precisa pisar e repisar esse tema.

A segunda questão que eu acho fundamental é o que tem sido muito discutido no direito ultimamente, que é o princípio da realidade. A realidade precisa ser um elemento de controle do poder discricionário do Estado. É isso que estamos falando também. Nós não podemos admitir uma lei que venha a ganhar vigência na nossa realidade e no nosso tempo que coloque a maioria das terras mineiras na ilegalidade. É disso que estamos falando. Se considerarmos o café do sul de Minas, então, acabou com o café. Vamos ter algumas áreas de café no sul de Minas. Mas, segundo os dados da Faemg, por exemplo – aproveitando a presença dos nossos dois Senadores de Minas Gerais –, inviabiliza-se a produção agrícola no nosso Estado. E nós sabemos a importância que o café tem na balança comercial do nosso Estado. Então, há também a questão econômica.

Ademais, há estudos claros do ponto de vista do café... Acho que não conseguimos resolver todos os problemas ao mesmo tempo, mas vamos falar do café. Há estudos que evidenciam os benefícios do café do ponto de vista ambiental, porque se trata de uma árvore. Isso precisa ser dito também. E, se não tivéssemos café em muitas dessas encostas, teríamos erosão. Assim, o café também cumpre um papel ambiental.

Segundo, o fato de ele estar introduzido na cultura alimentar. A Imaflora disse que é da cultura do mineiro. É da cultura do brasileiro. Em qualquer canto deste País, toma-se café, e a maioria do café que se toma é produzido exatamente na nossa região, no sul do Estado de Minas Gerais.

Outra questão que julgo importante sobre a qual precisamos ter clareza: na agenda da competitividade do café brasileiro, a altitude em que o café é produzido conta muito. Sabemos que um dos fatores da boa imagem que o café da Colômbia tem é exatamente o fato de ser produzido em altitudes elevadas. Então, não podemos abrir mão desse patrimônio que construímos ao longo da nossa história. Espero, por fim...

Outro tema que eu queria levantar aqui também, oportunamente, até aproveitando os nossos Senadores de Minas Gerais, é o tema da APP no que diz respeito a hidrelétricas antigas. Nós vimos aqui imagens de Alfenas, poderíamos pegar imagens de Boa Esperança, de Três Pontas ou de outras cidades. No tocante ao empreendimento hidrelétrico novo, quando se desapropria para esse empreendimento, desapropria-se a área alagada mais a APP. Quanto a empreendimentos hidrelétricos antigos, onde as exigências ambientais estavam noutra patamar, a única exigência, por exemplo, que Furnas teve foi fazer a desapropriação da área alagada na cota máxima, que é 769; mas a área de APP, não. E há propriedades no sul de Minas Gerais em torno do reservatório de Furnas que, se ficar 30 metros ou 100 metros, dependendo do tamanho da propriedade... Quer dizer, sempre é muito, porque não há indenização. E o Ministério Público pressiona, ele multa o agricultor e multa Furnas.

Nós aprovamos uma emenda na Câmara dos Deputados que diz o seguinte: a APP no entorno de reservatórios, independentemente de quando foi feito, é de responsabilidade do empreendedor, não é do agricultor, porque muitas das propriedades, Senador Perrella, nem água tinham na sua terra. Foi a água que chegou ao longo dos anos, quando foi feito o reservatório. Então, estamos imputando ao agricultor uma responsabilidade que não é dele, porque quem ganha dinheiro vendendo energia elétrica é Furnas! Assim, é Furnas que tem que se responsabilizar. Mas, vejam, é uma questão de leilão. Nós vamos renovar, nos próximos anos, a concessão de Furnas e de outras tantas hidrelétricas antigas deste País. Se isso vai importar ônus... Ora, eu ganho dinheiro com empreendimento de hidrelétricas, e a responsabilidade de fazer APP, se o empreendimento é novo, é minha; por que, então, se o empreendimento for antigo, a responsabilidade não é minha, é do agricultor?

Dessa forma, esse é um tema que eu queria frisar aqui, e não queria misturar enquanto estivesse o Senador Jorge Viana, porque acho que temos de focar no café, mas esse tema tem muita incidência na nossa zona cafeeira ali no sul de Minas também.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Obrigado, Deputado Odair Cunha.

Com a palavra, o Deputado Paulo Piau.

O SR. PAULO PIAU (PMDB – MG) – Senador Zeze Perrella; Senador Clésio Andrade; nossos companheiros de Minas; Bertoni, representando nosso Mapa; Diego Andrade, nosso presidente da Frente Parlamentar da Cafeicultura, fazendo um belo trabalho, parabéns; Srs. Senadores, senhoras e senhores presentes, acho que muita coisa já se falou, e podemos eliminar sobretudo esse histórico, que eu queria reforçar um pouco, mas o Senador Jorge Viana já disse.

O que eu queria dizer é que, pela primeira vez na história deste País, essa parte ambiental – rural e urbana, porque quem pensa que o Código Florestal é apenas uma atividade rural engana-se, porque ele é uma atividade urbana também – está sendo discutida aqui, porque, de 1934 para cá, Senador Clésio, isso veio sendo feito a poucas mãos, nos gabinetes. Muitas leis estão passando apenas pelos gabinetes, sem uma discussão da sociedade ou deste Congresso Nacional. Então, só isso já justifica.

E, do ano 2000 para cá, 120 deputados e senadores propuseram alteração no Código Florestal. E, quando propomos algo aqui, é porque alguém pediu a nós, que representamos a sociedade. Então, é mais do que evidente a necessidade de se fazer isso.

Quero lembrar aqui a Lei 9.605, de 1998, a Lei dos Crimes Ambientais, que passou dez anos sem regulamentação. Nenhum Ministro do Meio Ambiente quis mexer nessa caixa de marimbondos. O Ministro Minc, lá do Rio de Janeiro, mais tranquilo, teve essa coragem, e causou-se toda essa confusão. O Decreto 6.514, de 2008, dez anos depois, foi alterado pela terceira vez – vence agora no dia 11 de dezembro, mais uma vez, e eu acho que esse é um prazo limite. Estou com a expectativa, com a confiança, Senador Clésio, de que o Senado fará esse dever de casa, e a Câmara, evidentemente, fará o seu dever também, para acelerar todo esse processo. É uma expectativa do Brasil inteiro, e tenho absoluta confiança nesse processo.

Eu queria chamar a atenção aqui para um ponto. O Secretário de Estado de Santa Catarina de Agricultura, num seminário que fizemos sobre inovação na agropecuária ontem lá na Câmara, citou quatro coisas que preocupam os produtores rurais, sobretudo os pequenos.

A primeira delas é o clima, porque clima não tem jeito; tem jeito assim: irrigação é uma alternativa, e o Brasil investe muito pouco nisso. Segunda: mercado, que tem jeito também, porque as cadeias têm que ser organizadas, e infelizmente muitas cadeias estão desorganizadas. Terceira: sucessão familiar – eu chamo a atenção dos Srs. Senadores para isto, Senador Zeze Perrella: ninguém mais está querendo ficar no campo brasileiro; isso não é falácia; isso é uma realidade; o jovem está indo fazer Direito, o jovem está indo fazer Biologia, o jovem está indo fazer Engenharia, o jovem está indo fazer Medicina; o jovem não está querendo mais ficar no campo; a gente diz isso, e o pessoal pensa que é uma força de expressão; analisem, procurem, o Senado tem esse poder, tem assessorias; procurem os dados estatísticos, e verão que isso é uma realidade; hoje eles podem não estar fazendo falta, mas algum dia farão falta para nós; a nossa vantagem comparativa com os outros países é exatamente a presença do homem no campo, e estamos fazendo essa expulsão. Por último, uma coisa interessante que o Secretário de Estado de Santa Catarina coloca: conformidade legal. Ele usou uma expressão que achei interessante: falta de conformidade legal, quer dizer, lei ambiental ninguém tem segurança; lei trabalhista ninguém tem segurança; lei fiscal é um emaranhado, um cipoal, e isto, sim, conformidade legal é responsabilidade nossa do Congresso Nacional, Câmara e Senado.

Então, dizemos isso quando vemos aqui os produtores rurais se queixando. Eles têm completa razão. Hoje eu poderia dizer, com toda a segurança, que o Estado brasileiro, representado pelos governos que passam, prejudica efetivamente a população brasileira. Está havendo uma trava, há um emaranhado, e temos de dar solução para essa questão. Estamos falando aqui do ambiental, mas as outras questões também são extremamente importantes.

Eu não quero me alongar muito, mas eu queria dizer que não existe bobo nessa questão de mercado internacional. Isso é uma guerra. Hoje, não tenham dúvidas, o Brasil começa a incomodar. O Brasil não incomoda ainda o mercado internacional com relação a produto agrícola não. Produzimos muito pouco, algumas *commodities* apenas. Produzimos apenas 150 milhões de toneladas. Os Estados Unidos estão com mais de 500 milhões de toneladas; a China, com mais de 600 milhões de toneladas, a Índia já chega lá em cima. Agora, quanto ao que este País poderá produzir competitivamente de agora para o futuro, aí, sim, é que o pessoal está de olho. Já estão querendo colocar uma trava para nós. Não vou citar exemplos, são vários exemplos de travas efetivas.

Outra questão: a Amazônia. Por que o mundo, até quatro anos atrás, pensou em internacionalizar a Amazônia? Talvez pela incapacidade do Brasil de aproveitar aquele recurso para o mundo. A Amazônia é um recurso para o mundo. E os países ricos, como nos consideram subdesenvolvidos, queriam, evidentemente, todo o potencial de biodiversidade da Amazônia para o mundo. Por exemplo, plantas e animais medicamentosos, ou mesmo o subsolo da Amazônia. Não vamos entrar nesse aspecto.

Mas acontece que eles usaram outra estratégia. Até quatro anos atrás, a palavra internacionalização da Amazônia estava na imprensa, na grande imprensa mundial. Hoje não vemos mais falarem nisso, Bertoni. Por quê? Porque a Amazônia já está internacionalizada. O Brasil hoje já não é mais preocupação. Pelos mapas da Embrapa de ocupação do território com terra indígena, unidade de conservação estadual e federal, a Amazônia já está internacionalizada. Por isso eles pararam de falar, ou seja, eles já não fazem mais o trânsito na Amazônia, ela já está cercada. Então isso já não é mais preocupação. Nós achamos que ela é nossa, mas, na verdade, ela já não é mais nossa, já está internacionalizada.

Eu queria, com isso, dizer que a Rio+20, no ano que vem, aquela proposta do professor Denis, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para mim, foi a proposta mais original. Não tem problema, nós temos reserva. Nós hoje vamos ficar aqui com 60% do território nacional intacto; 500 milhões de hectares intactos. Isso é uma biodiversidade extremamente importante para o mundo, nem é só para o Brasil. Agora, eu queria chamar a atenção para mais uma coisa: um país que investe apenas 1.1% de seu Produto Interno Bruto em ciência, tecnologia e inovação jamais vai usar essa biodiversidade para nós, para nossos filhos, para nossos netos, jamais. No dia em que o Brasil criar juízo e aproveitar isso para valer, isso é uma força potencial para nós. Não quero saber mais do que meu neto, meu bisneto, não. Sei lá o que vai acontecer até lá. Mas, infelizmente, isso é uma realidade hoje.

Para terminar – já estou falando muito –, eu confio plenamente nos trabalhos que estão sendo conduzidos aqui no Senado. A gente tem feito algumas avaliações. O Senado, com a sua sabedoria, essa combinação do Senador Luiz Henrique com o Senador Jorge Viana de tentar harmonizar isso num documento único, num relatório único, é de uma visão muito interessante. As condições transitórias que elas vão contemplar, não só o ambiental, mas o social, que é a presença do homem no campo, na beira da grota, que não temos o direito de tirar esse homem de lá, não temos o direito, por lei, de tirar esse homem de lá. E evidentemente o

produtivo, que são 85 milhões de hectares, que se a gente for aplicar a lei, atualmente, vamos tirar do sistema produtivo, isso nos fará falta. Então, nas disposições transitórias, Senador Clésio, isso tem que ser considerado, o ambiental, o social e o produtivo.

Agora, estou percebendo que, nas disposições permanentes, o “a” do ambiental vai ser um “a” muito maior do que o social e do que o produtivo. E eu acho que está correto, não tem problema. Tenho a impressão, na minha avaliação, de que, na nossa geração, não precisamos derrubar mais nenhuma árvore neste País. O que temos aí de estoque de terras abertas é mais do que suficiente para produzirmos para nós e até exportar.

Então, essa sabedoria do Senado, inclusive de falar de pagamento de serviços ambientais, mesmo que não se efetive orçamentariamente, mas só de já deixar essa janela no Código Florestal para pagamento de serviços ambientais, isso é muito importante. Por quê? Eu conversava com um produtor essa semana. Eu disse o seguinte: Olha, a minha reserva legal está lá; eu cerquei, mas o mato está subindo. No dia que pegar fogo no meu pasto, vai pegar fogo na floresta, não é? Porque que motivação eu tenho para fazer um acero na minha reserva legal? Nenhuma motivação, porque aquilo é um bem coletivo, não é um bem para ele. Então, os ambientalistas dizem: “Ah, precisa da reserva legal para fortalecer o setor produtivo”. Ora, que bobagem. Vamos pensar bem, se não tiver economia não tem floresta, evidentemente.

Então, quero dizer que a Câmara cumpriu o seu papel e tenho plena consciência de que o Senado está conduzindo e vai conduzir muito bem.

Então, Srs. Cafeicultores, os trabalhos estão indo bem, na minha avaliação. É muito importante a presença dos senhores aqui para dizer para os Senadores a realidade, principalmente da cafeicultura mineira, que está no morro, boa parte está no morro e, com isso, vamos chegar a bom termo com uma lei que realmente possa atender a todos os interesses do nosso País.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Obrigado, Deputado Paulo Piau.

Com a palavra o Senador Clésio Andrade.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (PR – MG) – Senador Zeze já vai encerrar, porque temos que retornar para o Plenário, mas eu queria dizer para vocês, produtores, todos nossos companheiros, amigos, principalmente de Minas Gerais, que vocês têm aqui a minha pessoa, o Zeze Perrella, o Odair, Paulo Piau, Diego e os companheiros que vão realmente lutar por isso até o fim. Digo

que vocês foram grandes vitoriosos hoje, porque vendo o Senador Jorge Viana o tempo todo, atentamente ouvindo, e o sensibilizou, pelo que a gente conhece dele. Tenho certeza de que ele vai levar em consideração grandes questões que aqui foram colocadas. E é para isso que existe audiência pública. Essa presença dos senhores aqui deu um valor extraordinário ao que vai ser o novo relatório, que tenho certeza de que vai sair praticamente com todos os problemas solucionados. Se não solucionados também, vamos nos unir ao Paulo Piau e ao Odair Cunha na Câmara, junto com o Diego Andrade, para fazer as demais correções.

Passo para o Zeze para que ele possa encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Eu queria agradecer ao Deputado Odair, ao Deputado Paulo Piau, ao Diego Andrade, ao Senador Clésio Andrade, aos palestrantes e dizer que são pessoas que realmente conhecem a fundo a questão. O que nos deixa às vezes muito chateado – não falo agora só como produtor, não; já vou encerrar também porque estamos em cima da hora – é que muitas ONGs no Brasil, dirigidas por esses pseudoambientalistas, recebem dinheiro de ONGs do exterior, financia por puro interesse comercial. Não querem a competitividade do Brasil, sabem do nosso potencial. Às vezes até é usado de uma maneira que eles nem conhecem, não sabem, mas está sendo usado. Esse Código é um dos mais rigorosos do mundo. Temos que mostrar para a opinião pública que ninguém quer devastar nada. Porque o que se prega por aí, o que esses pseudoambientalistas pregam é que queremos acabar com o Brasil. Eles adoram o verde da árvore, desde que o fruto não seja de comer.

Mas tenho certeza de que o Senado, com a sua sensibilidade, vai acatar aquilo que foi amplamente discutido na Câmara, e vamos aprovar esse Código, sim, podem estar absolutamente certos disso. Até porque temos a maioria aqui. Falo sem nenhuma prepotência. O Código vai ser aprovado. Tenho absoluta convicção. E me desculpem os meus companheiros do Acre e do Amazonas – eles têm terra de sobra, verde de sobra, não veem o problema que acontece com o pequeno produtor. Há produtores que vão perder a sua terra e ainda vão ficar devendo para fechar o negócio. Isso tem que ser analisado.

Quero encerrar, agradecendo a todos os palestrantes e agradecendo ao Senador Clésio Andrade pela oportunidade.

Declaro encerrada esta reunião.

(Iniciada às 14 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 09 minutos.)



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DAS ASSINATURAS**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054	GESTÃO - 00001

EMISSION DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054	GESTÃO - 00001	COD. – 70815-1

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União - GRU**, que poderá ser retirada no **SITE: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>** código de recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020054/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMISSION DE GRU SIAFI**.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49**

Edição de hoje: 450 páginas
(OS: 16137/2011)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

